SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 16 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3617

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 838, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

LEI Nº 838, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 633.100,00, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 633.100,00 (seiscentos e trinta e três mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00	*- Secretaria de Viação e Obras*		
07.01	*- Secretaria de Viação e Obras*		
26.782.0050.1005	*- Pavimentação Readequação e Calçadas em Ruas e Rodovias*		
3449051000.0000	*- Obras e Instalações*		
26002	*- Contrato de Repasse n. 984986/2025/MTUR/CAIXA*	*R$*	*633.100,00*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata a presente Lei, serão:
Excesso de Arrecadação:

26002	*- Contrato de Repasse n. 984986/2025/MTUR/CAIXA*	*R$*	*633.100,00*

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:8BAD2F99

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 839, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

LEI Nº 839, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 3.080.900,08, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo municipal, autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um crédito adicional Suplementar/Especial no valor de R$ 3.080.900,08 (Três milhões, oitenta mil, novecentos reais e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00	*- Secretaria de Viação e Obras*		
07.01	*- Secretaria de Viação e Obras*		
26.782.0050.1005	*- Pavimentação Readequação e Calçadas em Ruas e Rodovias*		
3449051000.0000	*- Obras e Instalações*		
10720	*- PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA*	*R$*	*3.080.900,08*

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar/Especial de que trata a presente Lei, serão:
- Excesso de Arrecadação:

10720	*- PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA*	*R$*	*3.080.900,08*

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:4FF5F49B

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
QUINTO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE REPACTUAÇÃO - CONTRATO 356/2023

QUINTO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE REPACTUAÇÃO DO CONTRATO
Contrato n° 356/2023
Termo Aditivo: 005/2026
Licitação: Pregão Presencial n° 097/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:PROATIVE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 50.791.085/0001-41, Linha Fazendinha, s/n, zona rural, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de auxiliar de serviços gerais, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência
Valor Total: R$ 186.281,48 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos).
Prazo de Vigência: 15/09/2026 à 21/12/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:15 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:88079177

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERCEIRO EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO CON N° 283.2023

TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
Contrato n° 283/2023
Termo Aditivo: 003/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 073/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:F. T VIZIMED - LTDA, ESTABELECIDA NA AVENIDA PREF DEDI BARRICHELO MONTAGNER, nº 611, CENTRO, NA CIDADE DE DOIS VIZINHOS, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, visando a elaboração de LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho; PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Laudo Técnico de Insalubridade; ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, realização avaliações e ou/ consultas médicas, para os servidores do Município de Boa Esperança do Iguaçu -Pr, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência.
Valor Total: R$ 38.369,85 (trinta e oito mil e trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).
Prazo de Vigência: 16/09/2026 à 16/09/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:15 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F42BA1F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
Processo Adm: Nº 091/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break e lanches destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal, tais como reuniões, palestras, seminários, conferências, cursos, congressos, capacitações, treinamentos e demais atividades institucionais, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.

Empresas vencedoras valor total: R$ 105.666,75(cento e cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos):**D & M PANIFICAÇÃO**(64118935000150) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 no valor total de R$ 105.666,75 (cento e cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 15 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços: 142/2026
Pregão Eletrônico n° 053/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATADA: D & M PANIFICACAO LTDA
CNPJ: 64.118.935/0001-50
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break e lanches destinados ao atendimento de eventos institucionais promovidos pelas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal, tais como reuniões, palestras, seminários, conferências, cursos, congressos, capacitações, treinamentos e demais atividades institucionais, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Valor: R$ 105.666,75 (cento e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos)
Prazo de vigência: 15/09/2026 à 15/09/2027.
Data de assinatura do contrato: 15 de setembro de 2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:866F2FFC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 58/2025

Espécie: Extrato do 2° Termo Aditivo - Apostilamento ao Contrato nº 58/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Atrium Engenharia Ltda - CNPJ 49.817.509/0001-10. Objeto: Dilação do prazo de vigência por mais 360 (trezentos e sessenta) dias. Origem:

Pregão Eletrônico nº 90017/2025. Fundamento Legal: Artigos 106, 107 e 111 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 15/09/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro - Prefeito do Município de Chopinzinho

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:7EECF4A6

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 37/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 274/2026

Espécie: Extrato do Contrato n° 274/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho – CNPJ 80.871.361/0001-42. Objeto: Contratação de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas privadas prestadoras de Serviços de Saúde, cadastrado no Sistema Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES, habilitado/credenciado ao SUS para prestação de serviços Ambulatoriais para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho. Valor: R$ 57.836,04 (cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e quatro centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 37/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (646/647/648) Fonte: 303/493/494. Data da assinatura: 15/09/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Alcimar André de Souza, pela APAE.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:1AAA02D5

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 37/2026 - TERMO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 37/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 163/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 4.566/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
"*I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"*

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Saúde, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO** – CNPJ 80.871.361/0001-42, com sede na Rua Zacharias Silvério de Oliveira, 4307, Bairro São Sebastião, Chopinzinho PR, CEP 85.560-000, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Alcimar André de Souza, portador do CPF n° 761.854.519-72.

DO OBJETO
Contratação de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas privadas prestadoras de Serviços de Saúde, cadastrado no Sistema Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES, habilitado/credenciado ao SUS para prestação de serviços Ambulatoriais para a Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 57.836,04 (cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e quatro centavos), de acordo com a Deliberação CIB nº 24, de 16 de junho de 2016, Resolução 22/2019 do Conselho Municipal de Saúde e Portaria nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017.

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de 24/09/2026 a 23/09/2027, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021, , justifica-se a vigência a patir desta data, tendo em vista que o Contrato nº 211/2021 esta vigênte até 23/09/2026.

FONTE DE RECURSOS:
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Saúde:

Gestão/Unidade:	07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Fonte de Recursos:	303 – Saúde / Percentual vinculado sobre a rec 493 – BLOCO DE CUSTEIO RECURSOS DA SAUDE – EST 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Pú
Programa de Trabalho:	1030200072.036 – Serviços de Atenção em MAC
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	1802 – Serviços e Procedimentos Comp. Es em Atenção Básica da 646/647/648 – Serviços e Proc. Em Saúde de Média e Alta Complexidade
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
Considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho, inscrita sob o CNPJ 80.871361/0001-42, é uma Organização Social, sem fins lucrativos, qual se dedica a atividades de interesse público e de cunho social. Os serviços de saúde oferecidos pela APAE estão pautados nas diretrizes do SUS e da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência Intelectual, onde são desenvolvidos programas e procedimentos metodológicos diferenciados por profissionais capacitados, que oferece o Programa de atendimento clinico ambulatorial, onde os objetivos são de habilitar e reabilitar a pessoa com deficiência intelectual na sua capacidade funcional e desempenho humano, instalada no Município de Chopinzinho, cadastrada no CNES n° 3482766, que realiza atendimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná, que a tornam exclusiva e única.
Considerando que a contratação encontra amparo legal na Lei nº 14.113/2021, Art. 74, Inciso I, que diz que:
"*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"
Considerando a Lei nº 14.133/2021, o Art. 74, § 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.
Considerando o Contrato nº 211/2021, Processo nº 143/2021, Inexigibilidade de Licitação nº 13/2021, formalizado entre o Município de Chopinzinho e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO - APAE, cujo objeto se trata de formalizar a relação entre o Gestor Municipal e o prestador de serviços assistenciais a saúde, cadastrado no Sistema Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES. habilitado/credenciado ao SUS para prestação de serviços Ambulatoriais para a Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais — APAE de Chopinzinho, conforme metas físico - financeiras programadas, em anexo Plano de Trabalho.
Considerando o 1º Termo Aditivo (em anexo) o qual dilatou o prazo de execução e vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, sendo o novo prazo de execução e vigência o período de 24/09/2022 a 23/09/2023.
Considerando o 2º Termo Aditivo (em anexo) o qual dilatou o prazo de execução e vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, sendo o novo prazo de execução e vigência o período de 24/09/2023 a 23/09/2024.
Considerando o 3º Termo Aditivo (em anexo) o qual dilatou o prazo de execução e vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, sendo o novo prazo de execução e vigência o período de 24/09/2024 a 23/09/2025, bem como suprimiu do valor mensal o montante de R$1.925,92 (um mil, novecentos e
vinte e cinco reais e noventa e dois centavos) passando o valor mensal a ser de R$ 4.819,67 (quatro

mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos).
Considerando o 4º Termo Aditivo (em anexo) o qual acrescido ao contrato o valor de R$ 1.867,72 (um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos), recurso destinado em parcela única,
através da Portaria GM/MS nº 6.464, de 30 de dezembro de 2024, a qual estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado a Estado, Distrito Federal e Municípios.
Considerando o 5º Termo Aditivo (em anexo) o qual dilatou o prazo de execução e vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, sendo o novo prazo de execução e vigência, o período de 24/09/2025 a 23/09/2026, bem como suprimiu o valor de R$ 1.867,72 (um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos), por ser parcela única e já ter sido pago.
Considerando o 6º Termo Aditivo (em anexo) referente ao apostilamento para alteração da Gestão e Fiscalização do contrato.
Considerando o 7º Termo Aditivo (em anexo) o qual acresceu ao Contrato, o valor de R$ 1.859,17 (um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos), conforme a Portaria GM/MS nº 9.760, de 26 de dezembro de 2025, a qual estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado a Estado, Distrito Federal e Municípios.
Considerando que o contratado deverá responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceram vínculo empregatício, procedendo aos descontos e recolhimento previstos em Lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujo ônus e obrigação em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o contratante.
Considerando que o CONTRATANTE deve a continuar apresentando a produção ambulatorial através do Sistema SIA/SUS nas datas estabelecidas nos cronogramas estabelecidos pelo CONTRATANTE.
Considerando que o repasse dos recursos financeiros previstos neste contrato ficará condicionado ao regular repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde e no caso de eventual falta de repasse dos recursos financeiros correspondentes aos valores deste contrato não transfere ao MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, a obrigação de pagar pelos serviços contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde / Fundo Nacional de Saúde para todos os efeitos legais.
Considerando a Lei nº 1.050, de 26 de novembro de 1990, que declara de "utilidade pública" a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho.
Considerando a Resolução nº 22/2019 do Conselho Municipal de Saúde – CMS, que aprovou os valores por produção ambulatorial e hospitalar ao Município de Chopinzinho na Mudança de Gestão.
Considerando que o valor mensal de produção ambulatorial da APAE aprovado na resolução foi de R$ 4.257,54 (quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).
Considerando a Portaria nº 3.687, de 22 de dezembro de 2017, a qual estabelece a alteração de valores de procedimentos, recurso a ser incorporado ao Bloco de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios e define estratégia para ampliação do acesso a Procedimentos de Reabilitação da Tabela SUS.
Considerando que o Art.1º afirma que:
"Art. 1º Fica definida a estratégia de ampliação do acesso aos procedimentos relacionados à Reabilitação
Intelectual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)."
Considerando o Art. 3º Fica estabelecido recurso anual no montante de R$ 36.916.280,70 (Trinta e seis milhões e novecentos e dezesseis mil, duzentos e oitenta reais e setenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o anexo II desta Portaria.
Considerando que no Anexo I da referida portaria, foi destinado o valor de R$ 6.745,59 (seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais, e cinquenta e nove centavos) a ser dividido em 12 meses, acrescendo, portanto, o valor de R$ 562,13 (quinhentos e sessenta e dois reais e treze centavos) ao Teto MAC Ambulatorial da APAE, tendo em vista que a associação realiza procedimentos relacionados a reabilitação intelectual.
Considerando o valor mensal aprovado na Resolução 22/2019 – CMS e o valor constante na Portaria nº 3.687/2017, o valor mensal estipulado para este processo é de R$ 4.819,67 (quatro mil, oitocentos e dezenove reais, e sessenta e sete centavos).

Chopinzinho-PR, 15 de setembro de 2026.

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretaria Municipal de Saúde

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 15 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:0B9D56A2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 38/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 272/2026

Espécie: Extrato do Contrato n° 272/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: MACAGNAN E PONTES TREINAMENTOS LTDA. CNPJ: 40.998.617/0001-62. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de palestra/show com a temática **"Brincar, Estudar e Viver"** (combate ao trabalho infantil) AEPETI, através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos. Valor: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 38/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de Despesa: (3043) Fonte: 943. Data da assinatura: 15/09/2026. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Enirson Fernando Macagnan, pela empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:9D3808B2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 38/2026 - TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 38/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 173/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 4.919/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 – "*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o n.º 009.378.889-40, portador da carteira de identidade n.º 8.124.995-4 SSP-PR.

CONTRATADA: **MACAGNAN E PONTES TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.998.617/0001-62, com sede na Rua Deputado Arnaldo Busato, 1203, casa, Centro, Cruzeiro do Iguaçu - PR, CEP: 85.598 000, telefone (46) 99102 2323 neste ato

representada legalmente pelo Enirson Fernando Macagnan, portador do CPF nº 841.755.249-91 e do RG nº 6260826-9 SSP-PR.

DO OBJETO
Contratação de empresa especializada para realização de palestra/show com a temática **" Brincar, Estudar e Viver"** (combate ao trabalho infantil) AEPETI, através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo:
Impostos de nota fiscal: R$ 780,00;
Deslocamento: R$ 380,00;
Hospedagem: R$ 450,00;
Alimentação: R$ 350,00;
Efeitos Especiais: R$ 400,00;
Cachê: R$ 4.140,00.

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de de 3 (três) meses, contados da assinatura do contrato.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos:

Gestão/Unidade:	08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL - FMAS
Fonte de Recursos:	943 - PROGRAMAS FNAS
Programa de Trabalho:	0824500082.043 - Bloco da Proteção Social Básica
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	3043 – SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
Justifica-se a contratação de palestra-show com o tema "Brincar, Estudar e Viver", como parte das ações de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil - AEPETI a serem desenvolvidas pelo Município através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos.
Foi recebido recurso prioritário destinado ao desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento do trabalho infantil, sendo necessária a realização de atividades que promovam informação, sensibilização, conscientização e mobilização da comunidade acerca da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
A ação está inserida no âmbito da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, considerando que a prevenção e o enfrentamento das situações de trabalho infantil integram as estratégias de proteção social e de prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, as ações socioeducativas e de mobilização contribuem para o fortalecimento da função protetiva das famílias, a ampliação do acesso à informação e o fortalecimento da articulação da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos.
Nesse contexto, a realização de uma palestra-show, com abordagem educativa, lúdica e interativa, mostra-se adequada aos objetivos propostos, especialmente por utilizar uma linguagem acessível e atrativa ao público infantojuvenil, favorecendo a participação e a compreensão da mensagem de que crianças devem brincar, estudar, conviver e desenvolver-se, estando protegidas de situações de exploração e trabalho precoce.
A atividade pretende alcançar não somente crianças e adolescentes, mas também profissionais da rede de proteção, famílias, educadores e comunidade em geral, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca dos prejuízos decorrentes do trabalho infantil e da responsabilidade coletiva na sua prevenção e enfrentamento.
A iniciativa também poderá contribuir para o fortalecimento das ações desenvolvidas pelos serviços e programas socioassistenciais, especialmente aqueles que atuam com crianças, adolescentes e suas famílias, promovendo espaços de convivência, reflexão e orientação, bem como fortalecendo a atuação preventiva do SUAS junto às famílias e ao território.
A ação está alinhada aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990, bem como às diretrizes das políticas públicas de assistência social e às estratégias de prevenção e erradicação do trabalho infantil.
A contratação da palestra-show também se justifica pela necessidade de proporcionar uma ação de impacto e mobilização social, capaz de levar a temática ao público de forma diferenciada, despertando a reflexão sobre a importância de preservar a infância e assegurar às crianças e adolescentes o direito à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento saudável.
Dessa forma, a contratação mostra-se pertinente, necessária e compatível com a finalidade do recurso recebido pelo Município, constituindo-se em ação socioeducativa de prevenção, sensibilização e mobilização para o enfrentamento do trabalho infantil, fortalecendo as ações da Política de Assistência Social, do SUAS, da Rede de Proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes no Município.
Com base no disposto no Art. 74, da Lei 14.133/2021: *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
"II - Profissional Artístico:Destinado a artistas consagrados pela crítica ou público, contratados diretamente ou via empresário exclusivo".
Justifica-se, portanto, a contratação da empresa MACAGNAN E PONTES TREINAMENTOS LTDA em razão de sua longa experiência de atuação na área, com apresentação de atestados de capacidade técnica, bem como da qualificação técnica do profissional indicado para a execução das palestras/show, conforme demonstrado no Curriculum apresentado.

Chopinzinho-PR, 15 de setembro de 2026.

NEIDE GASPARETTO PASQUALI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 15 de setembro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:8A0E4688

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 420-2026 - REPUBLICAÇÃO LICENÇA PRÊMIO ALINE MAIARA ZOLETI

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 420/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 525/2026,

CONSIDERANDO a informação da Licença Maternidade da servidora iniciada em 31 de março de 2026 – Memorando Eletrônico 1.864/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a partir de 31 de março de 2026, a Licença Prêmio por Assiduidade, concedida através da Portaria 272/2026 à servidora Aline Maiara Zoleti, matrícula funcional nº 2202-0,

ocupante do cargo de Professor, referente ao quinquênio aquisitivo de 06 de agosto de 2018 a 05 de agosto de 2023.

Art. 2º. Conceder a complementação da Licença Prêmio por Assiduidade de 85 (oitenta e cinco) dias à servidora Aline Maiara Zoleti, matrícula funcional nº 2202-0, ocupante do cargo de Professor, referente ao quinquênio aquisitivo de 06 de agosto de 2018 a 05 de agosto de 2023, para fruição de 28 de setembro de 2026 a 21 de dezembro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 14 DE ABRIL DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:532F9953

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 964-2026 - REPUBLICAÇÃO FÉRIAS ADALGIZA VANESSA BASEGIO

REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 964/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 1.857/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Adalgiza Vanessa Basegio, matrícula funcional nº 1415-0, ocupante do cargo de professor, referente ao período aquisitivo de 05 de junho de 2024 a 04 de junho de 2025, para fruição de 19 a 28 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:97EB5912

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 966-2026 - FÉRIAS MARIANE APARECIDA FELTRACO

PORTARIA Nº 966/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.685/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Mariane Aparecida Feltraco, matrícula funcional nº 2916-7, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2024 a 08 de fevereiro de 2025, para fruição de 23 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026.

Art. 2º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Mariane Aparecida Feltraco, matrícula funcional nº 3831-6, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2025 a 06 de fevereiro de 2026, para fruição de 23 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:BF5DCA10

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 967-2026 - FÉRIAS DIEGO DELORENZI CANCELIER

PORTARIA Nº 967/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.811/2026, da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias ao servidor Diego Delorenzi Cancelier, matrícula funcional nº 3836-6, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de T.I. Saúde, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2025 a 04 de maio de 2026, para fruição de 15 a 24 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:AF6E57D7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 968-2026 - LICENÇA PRÊMIO VALIRIA ERNA FETZER

PORTARIA Nº 968/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 2.049/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses à servidora Valiria Erna Fetzer, matrícula funcional nº 1834-2, ocupante do cargo de Professor, referente ao quinquênio aquisitivo de 02 de fevereiro de 2016 a 1º de fevereiro de 2021, para fruição de 16 de setembro de 2026 a 14 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária, de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E8CD4AED

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 969-2026 - FÉRIAS LIDIANE FORTES

PORTARIA Nº 969/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 2.191/2026, da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 19 (dezenove) dias à servidora Lidiane Fortes, matrícula funcional nº 1592-6, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 11 de março de 2025 a 10 de março de 2026, para fruição de 28 de dezembro de 2026 a 15 de janeiro de 2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:46B5159A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 970-2026 - FÉRIAS ALESSANDRO ANTUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 970/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.480/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias ao servidor Alessandro Antunes de Oliveira, matrícula funcional nº 2574-3, ocupante do emprego público de Agente de Combate de Endemias, referente ao período aquisitivo de 10 de agosto de 2025 a 09 de agosto de 2026, para fruição de 09 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:BEDC1AC8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 971-2026 - FÉRIAS TALITA GABRIELA WINHARSKI BLANK

PORTARIA Nº 971/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.907/2026

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 15 (quinze) dias à servidora Talita Gabriela Winharski Blank, matrícula funcional nº 2227-8, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista ESB, referente ao período aquisitivo de 03 de setembro de 2025 a 02 de setembro de 2026, para fruição de 05 a 19 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0CC38609

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 972-2026 - LICENÇA PRÊMIO LUCIANO PAULO DALPUPO

PORTARIA Nº 972/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.927/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses ao servidor Luciano Paulo Dalpupo, matrícula funcional nº 638-0, ocupante do cargo de Operário, referente ao quinquênio aquisitivo de 07 de agosto de 2021 a 06 de agosto de 2026, para fruição de 05 de outubro de 2026 a 02 de janeiro de 2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:00C7ED7D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 973-2026 - FÉRIAS CINTIA BITTENCOURT WINCKLER

PORTARIA Nº 973/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 717/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Cintia Bittencourt Winckler, matrícula funcional nº 842-6, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, para fruição de 14 a 23 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:87B8F612

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 974-2026 - LICENÇA PRÊMIO MADALENA OLIVIA SAUER

PORTARIA Nº 974/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 5.718/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 02 (dois) meses à servidora Madalena Olivia Sauer, matrícula funcional nº 1972-0, ocupante do cargo de Psicólogo, referente ao quinquênio aquisitivo de 05 de dezembro 2006 a 04 de dezembro de 2021, para fruição de 14 de setembro de 2026 a 12 de novembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:F8C30B5F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 975-2026 - FÉRIAS MADALENA OLIVIA SAUER

PORTARIA Nº 975/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO os despachos 15 a 17 do Memorando Eletrônico n.º 2.386/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 08 (oito) dias à servidora Madalena Olivia Sauer, matrícula funcional nº 1972-0, ocupante do cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 05 de dezembro de 2024 a 04 de dezembro de 2025, para fruição de 13 a 20 de novembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 899/2026.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:10724636

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 976-2026 - LICENÇA PRÊMIO TATIANE ALINE BARROS

PORTARIA Nº 976/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 1.987/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses à servidora Tatiane Aline Barros, matrícula funcional nº 2207-0, ocupante do cargo de Professor, referente ao quinquênio aquisitivo de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2023, para fruição de 21 de setembro de 2026 a 19 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administraçãoe Finanças

CASSIA TRES
Secretária, de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:8986DCEA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 978-2026 - PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTO ALDONIR ANTONIO ZUCONELLI

PORTARIA Nº 978/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a solicitação da servidora para prorrogação por mais 02 (dois) anos do benefício da Licença para Tratar de Interesse Particular (Protocolo Eletrônico n.º 1.777/2026), de acordo com o Estatuto do Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos, ao servidor Aldonir Antonio Zuconelli, matrícula funcional nº 1466-3, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para fruição no período de 03 de setembro de 2026 a 1º de setembro de 2028.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:2F487F2A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 979-2026 - LICENÇA PRÊMIO JOCIANI DE QUADROS ANTONIO ZUCONELLI

PORTARIA Nº 979/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 1.698/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 03 (três) meses à servidora Jociani de Quadros Antonio Zuconelli, matrícula funcional nº 1310-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao quinquênio aquisitivo de 1º de abril de 2016 a 31 de março de 2023, para fruição de 1º de setembro de 2026 a 29 de novembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administraçãoe Finanças

CASSIA TRES
Secretária, de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7A807819

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 163/2026 - CONVOCAÇÃO EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 163/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Educador/Cuidador Social, realizado de acordo com o edital de abertura nº 140/2026,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
3º	PRISCILA GONÇALVES TIEQUIN

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:3747D2F4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 977/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO À CAPTAÇÃO DE BRINDES E PATROCÍNIOS PARA O EVENTO ALUSIVO AO "DIA DO IDOSO CHOPINZINHENSE

PORTARIA Nº 977/2026

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão de Julgamento para condução e análise do Chamamento Público destinado à captação de brindes e patrocínios para o evento alusivo ao "Dia do Idoso Chopinzinhense";
CONSIDERANDO a indicação realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos dos servidores que atuarão na gestão e fiscalização do Chamamento Público;
CONSIDERANDO que o processo administrativo para abertura do Chamamento Público encontra-se em tramitação;
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Julgamento do Chamamento Público destinado à captação de brindes e patrocínios para o evento alusivo ao "Dia do Idoso Chopinzinhense":
I – Keli Caroline Campos – Gestora do Chamamento Público;
II – Marciane Gielow – Fiscal do Chamamento Público;
III – Wesllen Bortolassi Pressinato – Fiscal Substituto do Chamamento Público.
Art. 2º Compete à Comissão, no âmbito de suas atribuições, proceder à análise, avaliação e julgamento das propostas apresentadas no Chamamento Público, observando as disposições previstas no respectivo instrumento convocatório e na legislação aplicável.
Art. 3º A Comissão deverá atuar em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios aplicáveis à Administração Pública.
Art. 4º Os trabalhos da Comissão deverão ser formalizados nos autos do respectivo processo administrativo, com o registro dos atos praticados e das decisões proferidas.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho/PR, 15 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:CE6ECCCC

SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
DECRETO 294/2026 -DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO

DECRETO Nº 294, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o desmembramento do imóvel: Chácara n° 180-A, da Subdivisão das Chácaras nº 180 e 182, matrícula nº 21.983, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:
Art. 1º Autoriza, para efeito de Escritura Pública e lançamento de tributos, o **desmembramento** do imóvel denominado: **Chácara n° 180-A, da Subdivisão das Chácaras nº 180 e 182, matrícula nº 21.983, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** de propriedade de ***MOISÉS GASPERIN, LARISSA PANCOTE DE GASPERIN, MARISTELA DE GASPERIN, MARCOS ANTÔNIO DE GASPRERIN, DERLINÉIA FURTADO DE GASPERIN, ANNA EUFRÁZIA DE GASPERIN,*** conforme Análise de Projeto nº 123/2025, nesta Prefeitura e TRT OBRA OU SERVIÇO N° CFT 2403668293.

Art. 2º Desmembra parte do imóvel denominado **Chácara n° 180-A, da Subdivisão das Chácaras nº 180 e 182, matrícula nº 21.983, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** com área de 3.666,92 m², passando a constituir **Chácara 180-A1, matrícula 21.983, situado no quadro urbano neste Município de Chopinzinho, com área de 1.621,99m²,** com os seguintes limites e confrontações:
Limites e Confrontações
Norte: Confronta com os Lotes nº.67 e 68, da Quadra nº.05;
Leste: Confronta com Avenida Getúlio Vargas;
Sul: Confronta com a Rua Paulo Conte;
Oeste: Confronta com Lote nº 180-A2.
Inicia-se no ponto P01 definido pelas coordenadas N: 7.139.036,111m e E: 347.520,371m, confrontando com Avenida Getúlio Vargas; deste segue até o ponto P02 com azimute de 184°07'08" e distância de 42,89; agora confrontando com Rua Paulo Conte; deste segue até o ponto P03 com azimute de 267°26'05" e distância de 34,69; agora confrontando com Lote nº 180-A2; deste segue até o ponto P04 com azimute de 356°11'38" e distância de 43,50; agora confrontando com Lote nº 67; deste segue até o ponto P01 com azimute de 88°41'49" e distância de 40,64; vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao
Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM.

Art. 3º Desmembra parte do imóvel denominado **Chácara n° 180-A, da Subdivisão das Chácaras nº 180 e 182, matrícula nº 21.983, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** com área de 3.666,92 m² passando a constituir **Chácara 180-A2, situado no quadro urbano neste Município de Chopinzinho, com área de 1.308,21 m²,** com os seguintes limites e confrontações:
Limites e Confrontações
Norte: Confronta com os Lotes nº.67 e 68, da Quadra nº.05
Leste: Confronta com Lote nº 180-A1;
Sul: Confronta com a Rua Paulo Conte;
Oeste: Confronta com a Travessa Frei Vito.
Inicia-se no ponto P01 definido pelas coordenadas N: 7.139.035,187m e E: 347.479,745m, confrontando com Lote nº 180-A1; deste segue até o ponto P02 com azimute de 176°11'38" e distância de 43,50; agora confrontando com Rua Paulo Conte; deste segue até o ponto P03 com azimute de 267°26'05" e distância de 30,44; agora confrontando com Travessa Frei Vito; deste segue até o ponto P04 com azimute de 356°04'54" e distância de 39,64; agora confrontando com Lote nº 68; deste segue até o ponto P05 com azimute de 68°05'31" e distância de 12,89; agora confrontando com Lote nº 67; deste segue até o ponto P01 com azimute de 88°41'55" e distância de 18,28; vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o Datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM.

Art. 4° Desmembra parte do imóvel denominado **Chácara n° 180-A, da Subdivisão das Chácaras nº 180 e 182, matrícula nº 21.983, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** com área de 3.666,92 m², passando a constituir **Rua Paulo Conte, com área de 436,72 m²,** com os seguintes limites e confrontações:
OBS: Lei 4.160, de 09 de outubro de 2025, autoriza o Executivo Municipal a receber em doação parte da Chácara nº 180-A, matrícula 12.983, sendo prolongamento da Rua Paulo Conte.
Limites e Confrontações
Norte: Confronta com os Lotes nº.180-A1 e 180-A2, da Quadra nº.05
Leste: Confronta com Avenida Getúlio Vargas;
Sul: Confronta com a Rua Paulo Conte;
Oeste: Confronta com a Rua Paulo Conte.
Inicia-se no ponto P01 definido pelas coordenadas N: 7.138.993,332m e E: 347.517,290m, confrontando com Avenida Getúlio Vargas, deste segue até o ponto P02 com azimute de 186°34'01" e distância de 6,07; agora confrontando com Rua Paulo Conte; deste segue até o ponto P03 com azimute de 267°54'19" e distância de 52,89; deste segue até o ponto P04 com azimute de 177°54'19" e distância de 6,00; deste segue até o ponto P05 com azimute de 267°54'19" e distância de 10,96; deste segue até o ponto P06 com azimute de 356°04'54" e distância de 11,47; agora confrontando com Lote nº 180-A2; deste segue até o ponto P07 com azimute de 87°26'05" e distância de 30,44; agora confrontando com Lote nº 180-A1; deste segue até o ponto P01

com azimute de 87°26'05" e distância de 34,69; vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM.

Art. 5° Aprovado o desmembramento ou unificação, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar n° 107/2019, de 25 de setembro de 2019.

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, DE 15 DE SETEMBRODE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Daniela Somavila
Código Identificador:2CB23318

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 63/2026
Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 24/2026
Modo: Aberto

O Município de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **30 de Setembro de 2026, às 08:30 Horas,** por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: Aquisição futura e eventual de medicamentos, destinados ao atendimento de urgência e emergência de pacientes carentes da rede municipal de saúde, de acordo com a prescrição médica, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

VALOR MÁXIMO: R$ 456.346,05 (quatrocentos e cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e seis reais e cinco centavos).

Informações complementares do Edital encontra-se disponível no departamento de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através dos telefones: 44-99935-8828, 44-99935-8839, ou pelo site: www.corumbataídosul.pr.gov.br (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), ou em www.bnc.org.br, ou ainda através do e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de Setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:A35B26BD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR torna público que está realizando processo de dispensa de licitação de acordo com as condições da Resolução 001/2024 do Poder Legislativo Municipal e o Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços, sob demanda, de lavagem do veículo oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu-PR, por meio de dispensa de licitação.
EDITAL E INFORMAÇÕES: disponível na página oficial do legislativo: https://www.cruzeirodoiguacu.pr.leg.br/. Acessar em: Transparência, licitações e contratos, editais de licitação.
As propostas poderão ser encaminhadas pelo e-mail **camara@cruzeirodoiguacu.pr.leg.br**, até o dia **18/09/2026, às 14h**, ou entregues presencialmente na Câmara de Vereadores.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço por item.
Cruzeiro do Iguaçu/PR, 15 de setembro de 2026.

JULIANO MORELLI –
Presidente

AGDA KAYANE NUNES DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:B418E67A

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6601-2026

DECRETO Nº 6601/2026

Concede elevação de Nível - Pessoal Magistério, e dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura a Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido elevação de Nível ao Pessoal do Magistério Municipal, nos termos que assegura o Inciso **I** do **Art. 28º** da Lei Municipal nº **875/2012**, em conformidade com os Níveis de referência especificada no **Anexo I** da referida Lei.

NOME:	CLASSE	NÍVEL
GRASIELE FILIPIAK	C	2

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:033818B8

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8084-2026

PORTARIA Nº 8084/2026

Revoga a Portaria nº 7991/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7521/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7991/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7521/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **MARIA MARTA ROCHA DA SILVA**, portadora do RG nº 10.033.*-**, nomeada pelo Decreto nº 2.876/2012, cargo Secretária, para responder interinamente pelo Cargo em Comissão de Coordenadora do Sistema de Controle Interno, FCe 4, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7521/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:E9627B46

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8097-2026

PORTARIA Nº 8097/2026

Revoga a Portaria nº 8004/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7333/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 8004/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7333/2025, de 02 de setembro de 2025, que designou a servidora **MARLI CECCON**, portadora do RG.8.548.***-*, do Quadro Único de Pessoal, nomeada através do Decreto nº 6016/2025 de 16/06/2025, cargo Técnica e Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a responder pelos Plantões/Plantonistas da Equipe de Enfermagem - Nível G-1, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7333/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:C3F6C8AA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8098-2026

PORTARIA Nº 8098/2026

Revoga a Portaria nº 8005/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7114/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 8005/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7114/2025, de 15 de abril de 2025, que designou a servidora **NELI PACHECO**, portadora do RG.17/R-2.***-*, do Quadro Único de Pessoal, nomeada através do Decreto nº 2617/2011 de 01/04/2011 - Cargo Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a responder pelos Plantões/Plantonistas da Equipe de Enfermagem - Nível G-1, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7114/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:F9DB0C54

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8129-2026

PORTARIA Nº 8129/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias ao servidor público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue:
Servidor: **ADAIR VALENDORFF**
Função: **Diretor de Agricultura e Pecuária**
Cidade: **Foz do Iguaçu - PR**
Data: **18/09/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,97**
Justificativa: **Deslocamento até a ITAIPU Binacional, em Foz do Iguaçu/PR, para retirada e transporte de mudas de espécies nativas e medicinais destinadas ao Município, recebidas por meio de doação. As mudas serão utilizadas em ações de arborização, preservação ambiental, educação ambiental e incentivo ao cultivo e uso sustentável de plantas medicinais no município.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:891D5CD0

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8130-2026

PORTARIA Nº 8130/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias ao servidor público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue:

Servidor: **LEANDRO MATHEUS MÜLLER FRANCISCHINI**
Função: **Diretor Parcerias Convênios e Consórcios**
Cidade: **Foz do Iguaçu - PR**
Data: **18/09/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,97**
Justificativa: **Deslocamento até a ITAIPU Binacional, em Foz do Iguaçu/PR, para retirada e transporte de mudas de espécies nativas e medicinais destinadas ao Município, recebidas por meio de doação. As mudas serão utilizadas em ações de arborização, preservação ambiental, educação ambiental e incentivo ao cultivo e uso sustentável de plantas medicinais no município.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:7EC74DC4

SECRETARIA DE FINANCAS
RECISAO

TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 09/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR E ELIAS DOARTE.

O **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 95.589.230/0001-44, com sede na Avenida Treze de Maio, nº 906, Centro, Cruzeiro do Iguaçu/PR, neste ato representado pelo senhor Jean Carlos Cardoso, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7,

doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **ELIAS DOARTE**, inscrito no CPF sob nº 600.633.949-87, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 09/2026**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar a extinção consensual do **Contrato nº 09/2026**, celebrado em 03 de fevereiro de 2026, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados à alimentação escolar das escolas municipais e centro de educação infantil do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR, com recursos do FNDE/PNAE e do Município.

1.2. O valor originalmente previsto para o contrato é de **R$ 52.812,06 (cinquenta e dois mil oitocentos e doze reais e seis centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONSENSUAL

2.1. As partes, de comum acordo e mediante manifestação expressa de vontade, resolvem extinguir o Contrato nº 09/2026, antes do término de sua vigência, por conveniência e acordo entre as partes.

2.2. A presente extinção consensual fundamenta-se no **art. 138, inciso II e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições contratuais pertinentes.

2.3. A extinção produzirá efeitos a partir de 10/**09/2026**, ficando encerradas, a partir dessa data, as obrigações de fornecimento ainda não executadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS PAGAMENTOS

3.1. As partes declaram que os fornecimentos efetivamente realizados até a data da extinção serão devidamente conferidos e atestados pelo setor responsável.

3.2. Os produtos efetivamente entregues e regularmente recebidos pela Administração serão pagos ao CONTRATADO, observadas as condições estabelecidas no contrato e a correspondente disponibilidade orçamentária.

3.3. Eventuais valores pagos antecipadamente, produtos entregues e ainda não pagos ou obrigações financeiras pendentes serão apurados pelo setor competente e regularizados antes do encerramento definitivo do processo.

3.4. Após a apuração e quitação das obrigações eventualmente pendentes, não haverá qualquer outro pagamento devido entre as partes em razão das parcelas não executadas do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUSÊNCIA DE PENALIDADES

4.1. A presente extinção ocorre de forma consensual, por acordo entre as partes, não decorrendo de inadimplemento contratual imputado ao CONTRATADO.

4.2. Em razão da natureza consensual da extinção, e desde que não sejam constatadas irregularidades ou prejuízos causados à Administração, não serão aplicadas penalidades em decorrência da extinção ora formalizada.

4.3. Permanecem resguardadas as responsabilidades eventualmente decorrentes de fatos anteriores à extinção que sejam constatados posteriormente e que, por sua natureza, não possam ser afastados pelo presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO

5.1. Cumpridas as obrigações previstas neste Termo, as partes dão-se plena quitação quanto às obrigações decorrentes das parcelas efetivamente executadas do Contrato nº 09/2026, ressalvadas as responsabilidades legais que, por sua natureza, subsistam após a extinção contratual.

5.2. A quitação prevista nesta cláusula não abrange eventuais obrigações ou responsabilidades que venham a ser apuradas posteriormente pela Administração ou pelos órgãos de controle.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

6.1. O presente Termo será juntado ao respectivo processo administrativo e divulgado na forma exigida pela legislação aplicável, observadas as regras de publicidade dos atos administrativos e dos contratos públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO

7.1. A presente extinção consensual é formalizada com fundamento no **art. 138, inciso II e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, bem como nas disposições do Contrato nº 09/2026.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Fica mantido o foro estabelecido no Contrato nº 09/2026 para dirimir eventuais questões decorrentes do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Extinção Consensual, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cruzeiro do Iguaçu/PR, 10 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR
Contratante
Prefeito Municipal

ELIAS DOARTE
Contratado

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:C8E3F35E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ALTERA COMISSÃO PSS 2026

PORTARIA Nº 4252/2026

SÚMULA - Altera Comissão responsável para a realização de Processo Seletivo Simplificado - PSS, no Município de Enéas Marques - Paraná, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 71, II, alínea "c" e art. 60, XII, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro nos dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar Municipal nº 106/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Comissão responsável pelos procedimentos necessários à realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, no Município de Enéas Marques, Estado do Paraná.

Nome – Qualificação Profissional – Cargo

Marina Galvan - Ciências Contábeis - Diretora do Departamento de Recursos Humanos - Presidente

Evelin Nurmberg - Ensino Médio Completo - Chefe do Setor de Pessoal - Membro

Josiane T. C. da Silva - Técnico em Contabilidade - Assessor de Gabinete - Membro

Karla D. Berckembrock – Pedagogia / Direito - Coordenadora Pedagógica - Membro

Luiz Carlos Morcelli - Gestão de Negócios - Dir. Dpto Projetos Tec. Institucional e Engenharia - Membro

Marcieli Andraski - Assistente Social - Assistente Social - Membro

Sirlei Onofre - Técnico em Contabilidade - Agente Administrativo - Membro

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
Gabinete do Prefeito Municipal.
Em 15 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:AD9721D1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA

MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES – ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ORGANIZADORA/COMISSÃO DE SELEÇÃO
EDITAL Nº 26/2026
DECISÃO ADMINISTRATIVA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
Impugnante: Halana Micaella Paz Simon
Assunto: Impugnação quanto à forma de inscrição – pedido de disponibilização de formulário eletrônico.

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por **Halana Micaella Paz Simon**, em face do **Edital nº 26/2026**, especificamente quanto à previsão de realização das inscrições exclusivamente na modalidade presencial.

A impugnante sustenta que a exigência de comparecimento físico como única forma de inscrição poderia dificultar o acesso de interessados que residem em outras localidades, possuem dificuldades de deslocamento, trabalham durante o horário estabelecido ou enfrentam outras circunstâncias que dificultem o comparecimento presencial.

Requer, assim, a retificação do edital para que, além da modalidade presencial, seja disponibilizada a possibilidade de inscrição por meio eletrônico, mediante formulário on-line, inclusive com o encaminhamento dos documentos comprobatórios.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A impugnação merece ser **acolhida**.

Embora o Edital nº 26/2026 tenha estabelecido originalmente a modalidade presencial como forma de realização das inscrições, a Administração Municipal, após reavaliar a questão suscitada pela impugnante, entende que a disponibilização de **modalidade adicional de inscrição on-line**, sem exclusão da modalidade presencial, mostra-se conveniente e adequada aos princípios que regem a Administração Pública.

A adoção da modalidade eletrônica amplia as possibilidades de participação dos interessados, facilita o acesso ao procedimento e reduz eventuais dificuldades de deslocamento, sem comprometer a realização do processo seletivo.

A impugnante fundamentou seu pedido nos princípios da eficiência, publicidade, razoabilidade, acessibilidade e igualdade de tratamento, destacando a possibilidade de utilização de meios tecnológicos para simplificação dos procedimentos administrativos.

Embora a inscrição presencial permaneça plenamente válida, a Administração entende que **não há impedimento para que seja disponibilizada também a modalidade eletrônica**, ampliando as possibilidades de acesso dos interessados.

III – DA MANUTENÇÃO DA MODALIDADE PRESENCIAL E DA INCLUSÃO DA MODALIDADE ON-LINE

A presente decisão não representa a revogação da modalidade presencial prevista originalmente no edital.

Ao contrário, **serão mantidas as inscrições presenciais**, acrescentando-se a possibilidade de realização da inscrição por meio eletrônico.

Dessa forma, os interessados poderão optar pela modalidade que melhor lhes convier:

I – inscrição presencial, no local e horário definidos pela Administração; ou

II – inscrição on-line, mediante formulário eletrônico disponibilizado pelo Município, com o encaminhamento dos documentos exigidos pelo Edital nº 26/2026.

A adoção de duas modalidades de inscrição amplia o acesso ao processo seletivo, sem estabelecer qualquer diferenciação entre os candidatos.

Todos os candidatos, independentemente da modalidade escolhida, estarão sujeitos **exatamente às mesmas exigências editalícias**, especialmente quanto à documentação, requisitos de participação, critérios de avaliação e classificação.

IV – DA SEGURANÇA E DA CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

A Administração reconhece que a modalidade presencial apresenta vantagens quanto à conferência imediata da documentação, especialmente para evitar documentos ilegíveis, incompletos ou incompatíveis com as exigências do edital.

Entretanto, tais cautelas também poderão ser adotadas na modalidade eletrônica.

Os documentos encaminhados eletronicamente deverão observar integralmente os requisitos estabelecidos no edital, ficando a Comissão Organizadora responsável pela conferência da documentação apresentada.

Caso os documentos estejam ilegíveis, incompletos ou em desconformidade com as exigências editalícias, serão observadas as regras estabelecidas no edital retificado, assegurando-se tratamento uniforme a todos os candidatos.

A documentação apresentada, tanto presencialmente quanto por meio eletrônico, constituirá a base para a análise dos títulos e classificação dos candidatos, de modo que **não haverá qualquer distinção quanto aos critérios de avaliação em razão da modalidade escolhida para a inscrição**.

V – DA ISONOMIA ENTRE OS CANDIDATOS

A inclusão da modalidade on-line tem por objetivo justamente ampliar o acesso dos interessados, preservando-se, contudo, a igualdade de condições entre os participantes.

Todos os candidatos deverão cumprir os mesmos requisitos e apresentar a mesma documentação exigida pelo edital.

A possibilidade de escolha entre inscrição presencial e eletrônica não configura privilégio ou tratamento diferenciado, uma vez que ambas as modalidades estarão submetidas às mesmas regras.

A medida, portanto, prestigia os princípios da **isonomia, impessoalidade, publicidade, razoabilidade e eficiência administrativa**.

VI – DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Considerando que a modalidade de inscrição originalmente prevista no Edital nº 26/2026 será ampliada, mostra-se necessária a correspondente **retificação do instrumento convocatório**, para que todos os interessados tenham conhecimento da nova possibilidade de inscrição.

A alteração deverá ser divulgada pelos mesmos meios utilizados para publicidade do edital original, garantindo-se amplo conhecimento aos potenciais candidatos.

Considerando, ainda, que a alteração da forma de inscrição poderá beneficiar interessados que anteriormente não poderiam comparecer presencialmente, **eventual prazo de inscrição deverá ser adequado ou prorrogado**, de modo a assegurar efetiva igualdade de oportunidade entre todos os interessados.

VII – DECISÃO

Diante do exposto, considerando os fundamentos apresentados na impugnação e a reavaliação administrativa acerca da forma de realização das inscrições,

DECIDO:

a) CONHECER da impugnação apresentada por **Halana Micaella Paz Simon** em face do Edital nº 26/2026;

b) ACOLHER a impugnação apresentada, no que se refere ao pedido de disponibilização de modalidade eletrônica para realização das inscrições;

c) ALTERAR a forma de inscrição prevista no Edital nº 26/2026, passando a ser admitidas **duas modalidades de inscrição: presencial e on-line**;

d) MANTER a modalidade presencial originalmente prevista no edital, sem qualquer prejuízo aos candidatos que optarem por essa forma de inscrição;

e) AUTORIZAR a realização de inscrições on-line, mediante formulário eletrônico disponibilizado pelo Município, observadas integralmente as exigências e condições estabelecidas no Edital nº 26/2026 e em sua respectiva retificação;

f) ESTABELECER que todos os candidatos, independentemente da modalidade de inscrição escolhida, estarão sujeitos às mesmas exigências, critérios de avaliação, análise documental e regras de classificação;

g) DETERMINAR a retificação do Edital nº 26/2026 para inclusão expressa da modalidade de inscrição on-line, com indicação do endereço eletrônico/formulário, período, horário, documentos exigidos e demais orientações necessárias;

h) DETERMINAR que a retificação seja divulgada pelos mesmos meios utilizados para publicidade do edital original, assegurando-se ampla publicidade aos interessados;
i) DETERMINAR, caso necessário em razão da alteração ora promovida, a **prorrogação ou reabertura do prazo de inscrições**, de modo a assegurar igualdade de oportunidade a todos os interessados;
j) DETERMINAR o cumprimento integral das demais disposições constantes do Edital nº 26/2026 que não forem expressamente modificadas pela presente decisão ou pela respectiva retificação.
Dê-se ciência à impugnante.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Enéas Marques/PR, 15 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:607043D1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO EDITAL PSS 2026

EDITAL Nº 28/2026
RETIFICAÇÃO DO EDITAL N.º 26/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES/PR, EDSON LUPATINI**, no uso das suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA** a **RETIFICAÇÃO** do **EDITAL N.º 26/2026**, que dispõe sobre a abertura de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS,** nos seguintes termos:

1. Ficam acrescidos ao **item 4** do **EDITAL N.º 26/2026** os subitens **4.10**, **4.11**, **4.12**, **4.13**, **4.14** e **4.15**, com a seguinte redação:

4.10 Além da modalidade presencial prevista neste Edital, será admitida a realização da inscrição por meio eletrônico, mediante a formalização de requerimento próprio no sistema de Processo Digital e Autoatendimento do Município de Enéas Marques, disponível em: https://eneasmarques.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1
4.11 Para realizar a inscrição por meio eletrônico, o candidato deverá acessar o endereço indicado no item 4.10 e, caso ainda não possua cadastro, realizar previamente seu cadastro no "Portal do Cidadão", selecionando, na finalidade do cadastro, a opção "Serviços do Portal do Cidadão".
4.12 Após acessar o Portal do Cidadão, o candidato deverá selecionar, para fins de formalização do requerimento de inscrição:
I – Assunto: Inscrição PSS 2026;
II – Subassunto: PSS 2026 Edital 26/2026.
4.13 No campo "Descrição da Solicitação", o candidato deverá informar, obrigatoriamente, o cargo/função para o qual pretende se inscrever e a respectiva carga horária, conforme estabelecido neste Edital.
4.14 Para a inscrição por meio eletrônico, deverão ser anexados ao requerimento, em formato digital e de forma legível, a ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, os documentos pessoais exigidos e o comprovante do requisito mínimo exigido para o cargo/função pretendido, bem como os documentos que o candidato pretenda utilizar para fins de pontuação na prova de títulos, observado o disposto no item 6 deste Edital.
4.15 A inscrição realizada por meio eletrônico será considerada efetivada após o encaminhamento do requerimento e seu efetivo recebimento pelo sistema de Processo Digital e Autoatendimento, cabendo ao candidato verificar e certificar-se de sua efetiva conclusão e do recebimento da documentação anexada, não sendo permitida, após a efetivação da inscrição, a inclusão ou alteração de informações ou documentos.

2. Ficam acrescidos ao **item 6** do **EDITAL N.º 26/2026** os subitens **6.9**, **6.10**, **6.11**, **6.12**, **6.13**, **6.14**, **6.15** e **6.16**, com a seguinte redação:

6.9 Na hipótese de inscrição realizada por meio eletrônico, na forma dos subitens 4.10 a 4.15, os títulos e demais documentos destinados à comprovação dos requisitos e da pontuação deverão ser apresentados mediante anexação de arquivos digitais ao requerimento de inscrição, no próprio ato da inscrição.
6.10 Os arquivos apresentados por meio eletrônico deverão estar obrigatoriamente em formato PDF (.pdf) e possuir tamanho máximo individual de 16 MB (dezesseis megabytes).
6.11 Os documentos deverão ser reunidos em um único arquivo PDF, admitindo-se o fracionamento da documentação em mais de um arquivo PDF quando o tamanho do arquivo único exceder o limite de 16 MB suportado pelo sistema.
6.12 É de responsabilidade exclusiva do candidato verificar e certificar-se, antes do encerramento do período de inscrições, de que todos os documentos foram devidamente anexados ao requerimento e efetivamente recebidos pelo sistema, bem como de que os arquivos apresentados estão completos e legíveis.
6.13 A Administração Municipal não se responsabilizará por falhas decorrentes de equipamentos, conexão à internet, navegador, programas, arquivos ou quaisquer outros fatores de natureza técnica ou operacional de responsabilidade do candidato que impeçam ou prejudiquem a transmissão, o recebimento ou a correta visualização dos documentos encaminhados por meio eletrônico.
6.14 A apresentação dos documentos na forma prevista nos itens 6.9 a 6.13 dispensa sua apresentação física no ato da inscrição, sem prejuízo da possibilidade de a Comissão Examinadora solicitar, posteriormente, a apresentação dos documentos originais ou de outros meios idôneos de comprovação de sua autenticidade.
6.15 Aplicam-se às inscrições realizadas por meio eletrônico, no que couber, as mesmas exigências, critérios e condições estabelecidos neste Edital para os documentos apresentados na modalidade presencial, inclusive quanto aos requisitos de validade e pontuação dos títulos.
6.16 O candidato que optar pela inscrição por meio eletrônico deverá apresentar, no próprio ato da inscrição, todos os documentos que pretenda utilizar para fins de pontuação, não sendo admitida a inclusão ou substituição posterior de documentos, observado o disposto neste Edital.

3. Permanecem inalteradas as demais disposições do **EDITAL N.º 26/2026** que não tenham sido expressamente modificadas por esta retificação.

4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques/PR, 15 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:9F1C1104

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2310

DECRETO N.º 2310/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1610/2026 de 15/09/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 1.579.499,83 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor

1	Suplementar	342	07.001.0015.0452.0150.1007 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	07119	1.468.000,00
1	Suplementar	343	07.001.0015.0452.0150.1007 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00501	111.499,83
			Total		**1.579.499,83**

Origem de Recursos

Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
Excesso		42213010101000000000 Alienação de Bens Móveis RECURSOS LIVRES	00501	111.499,83
Excesso		42429990127000000000 CONVÊNIO 148/2026 - FEAP - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - VÍNCULO 7119	07119	1.468.000,00
		Total	**1.579.499,83**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superavit	Excesso
501	0,00	0,00	111.499,83
7119	0,00	0,00	1.468.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**1.579.499,83**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:6D8AD7E9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
: DESIGNA OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO METODOLÓGICA E ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, REFERENTE AO DECÊNIO 2026–2036, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 17/2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Súmula: Designa os membros da Equipe Técnica responsável pela condução metodológica e elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Fênix, referente ao decênio 2026–2036, e dá outras providências.

A DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FÊNIX, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar perfil multidisciplinar à Equipe Técnica, com experiência em estatísticas e indicadores educacionais, planejamento público, orçamento, elaboração de documentos técnicos, currículo e práticas pedagógicas;
CONSIDERANDO o início imediato dos trabalhos de levantamento de dados, diagnóstico e construção metodológica do PME,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da Equipe Técnica responsável pela condução metodológica e pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Fênix, referente ao decênio 2026–2036:
I — *Solange Jandrey Marques Rodrigues*, *Secretária Municipal de Educação e Cultura*, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com atuação na área de coordenação técnica;
II — *Valdinéia de Souza Aguiar de Oliveira*, *diretora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com atuação na área de estatísticas e indicadores educacionais;
III — *Rosimari Pastore Ferreira*, *assessora pedagógica*, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com atuação na área de planejamento público;
IV — Adriana Pereira Sturion, assessora pedagógica, lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, com atuação na área de orçamento e financiamento da educação;
V — *Fernanda de Oliveira Felisbino*, diretora, lotada na *Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves,* com atuação na área de currículo e práticas pedagógicas;

§ 1º A coordenação da Equipe Técnica será exercida pelo (a) servidor (a) designado (a) no inciso I deste artigo, a quem competirá organizar a rotina de trabalho, articular-se com a Comissão Gestora e zelar pelo cumprimento da metodologia adotada.
§ 2º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades desenvolvidas, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo eventuais substituições ser efetivadas por novo ato de designação.
Art. 2º Compete à Equipe Técnica o exercício das atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal nº 77/2026, de 27/08/2026, destacando-se:
I — levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais (INEP, IBGE, Plataforma do PAR, Sistema Estadual de Educação, Censo Escolar e demais bases pertinentes);
II — elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município;
III — apoiar metodologicamente os Grupos de Trabalho;
IV — sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
V — elaborar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VI — assessorar tecnicamente a Comissão Gestora.

Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.
Art. 3º Os membros da Equipe Técnica exercerão suas funções até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o respectivo encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.
Art. 4º As atividades desenvolvidas pelos membros da Equipe Técnica serão consideradas inerentes às suas atribuições funcionais.
Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação assegurará à Equipe Técnica espaço físico, equipamentos, acesso a sistemas e demais condições materiais necessárias ao desempenho de suas atribuições.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 08 de setembro de 2026

SOLANGE JANREY MARQUES RODRIGUES
Secretária de Educação e Cultura

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:D26A97F9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 104/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:
D E C R E T A
Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais) nas seguintes dotações:

07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.303.0007.2.706	- MANTER OS CONSÓRCIOS DA SAÚDE		

3.3.71.70.00.00	- Rateio pela Participação em Consórcio Público		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	42.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**42.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante ao cancelamento parcial das seguintes dotações:

07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAÚDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.723	-MANTER A UNIDADE DE MENDESLÂNDIA		
3.1.90.11.00.00.-267	- Vencimentos e Vantagens fixas-Pessoal civil		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	5.000,00
3.3.90.39.00.00-277	- Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	30.000,00
3.3.90.40.00.00-278	- Serviço de Tecnologia da informação e comunicação-PJ		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**42.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 15 de Setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:E87CDFFF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR torna público que realizará Pregão Eletrônico, com critério de menor preço por item, modo de disputa aberto e participação exclusiva de ME, EPP e equiparadas. Objeto: Registro de preços para aquisição de bombas, peças e acessórios, bem como manutenção do sistema municipal de abastecimento de água. Valor máximo: 597.648,65. Recebimento das propostas: de 17/09/2026, às 08h30min, até 30/09/2026, às 08h30min. Abertura das propostas: 30/09/2026, às 08h30min. Início da disputa: 30/09/2026, às 09h00min. Plataforma: BNC - Bolsa Nacional de Compras (www.bnc.org.br). O edital está disponível na BNC, no PNCP e no Portal da Transparência do Município.

Nossa Senhora das Graças/PR, 14 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:45F522A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

A Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR torna público que fará realizar, às 09h00 do dia 01 de outubro de 2026, na plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras, a reabertura da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra: Local do objeto: Rua Formosa – Centro; Objeto: Construção da Capela Mortuária; Quantidade e Unidade de Medida: 190,89 m²; Prazo de execução: 180 dias; Valor total de referência: R$ 723.429,91 (setecentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos). Os motivos que ensejaram a suspensão e a posterior reabertura do certame encontram-se devidamente justificados nos autos do processo administrativo. Fica reaberto o prazo para apresentação das propostas, bem como para impugnações e pedidos de esclarecimentos, nos termos do Edital e da legislação aplicável. A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR e na plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras. Informações adicionais, dúvidas, pedidos de esclarecimento e impugnações poderão ser apresentados ao Agente de Contratação por meio da plataforma.

Nossa Senhora das Graças/PR, 14 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:65C789B8

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 575/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias aos funcionários abaixo relacionados:

- LAURA DE JESUS RIBEIRO, matrícula nº 119 – 15 (quinze) dias de férias, referentes ao exercício: 04/05/2025 à 03/05/2026.
- Período de férias: 16/09/2026 à 30/09/2026.
Ficando 15 dias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 1077/2025.

- ELIZANGELA MORENO GARCIA, matrícula nº **1279** – 20 (vinte) dias de férias restantes em conformidade com a portaria n° 330/2026, referentes ao exercício: 03/06/2025 à 02/06/2026.
- Período de férias: 01/10/2026 à 20/10/2026.

- ANA PAULA BERNINI, matrícula nº **26** – 10 (dez) dias de férias, referentes ao exercício: 03/05/2025 à 02/05/2026.
- Período de férias: 23/09/2026 à 02/10/2026.
Ficando 20 dias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 1077/2025.

- MAURO VIALLE JUNIOR, matrícula nº **1334** – 10 (dez) dias de férias, referentes ao exercício: 12/08/2025 à 11/08/2026.
- Período de férias: 14/10/2026 à 23/10/2026.
Ficando 20 dias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 1077/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 15 dias do mês Setembro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:C3B671C0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO CHAMADA PÚBLICA 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

O Município de São Jorge D'Oeste, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Iguaçu, nº 281, centro, São Jorge D'Oeste/Pr**,**inscrita no CNPJ sob n. 76.995.380/0001-03, representada neste ato pelo Prefeito, Senhor Gelson Coelho do Rosário, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, através

da**Secretaria Municipal de Educação,**vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de**05/10/2026 a 26/10/2026**, das 07h30min ás 11h30min e das 13h00 ás 17h00 na Avenida Iguaçu, 281, centro, São Jorge D'Oeste/Pr.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações).

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 15/09/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:2F35E958

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 117/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 117/2026 Concorrência Eletrônica/N°. 6/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	EXCELENCIA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - CNPJ nº. 16.675.369/0001-34
Objeto	**Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de substituição de telhas de fibrocimento por metálicas, substituição de rufos "chapim", impermeabilização de calhas, substituição de pisos e revestimentos cerâmicos, substituição de luminárias, tratamento de infiltrações, pintura de paredes e tetos internos, pintura da fachada, pintura de muros e calçadas, e demais serviços conforme previstos para a Unidade Básica de Saúde do tipo 1, do bairro da Lapa, no município de São Jorge D'Oeste - Pr. Recursos obtidos através da Secretaria de Estado da Saúde pela Resolução SESA nº 388/2023 e habilitado pela Resolução SESA nº 1.392/2025.**
Valor	R$ 196.107,98 (cento e noventa e seis mil, cento e sete reais e noventa e oito centavos)
Prazo de execução	120 (cento e vinte) dias, até 12/01/2027
Prazo de vigência	até 13/03/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 15/09/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:620E3A66

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5035 EXONERA A SRA. DHESSICA BARBARA PADILHA, DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

DECRETO Nº 5035/2026

Exonera a Sra. Dhessica Barbara Padilha, do cargo de Conselheiro Tutelar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a Sra. **DHESSICA BARBARA PADILHA,** portadora do CPF n.º 075.965.499-93, do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 10 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:FFD4A8A5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5036 NOMEIA A SRA. ANA MARIA MARTINI SUTIL, PARA O CARGO TEMPORÁRIO MONITORA ESCOLAR

DECRETO Nº 5036/2026

Nomeia a Sra. Ana Maria Martini Sutil, para o cargo temporário Monitora Escolar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.168/2025, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, para o provimento de cargo temporário de Monitor Escolar, promovido nos termos do Edital nº 004/2025 de 09 de abril de 2025, homologado pelo Edital nº 007/2025 em 19 de maio de 2025 publicado no A.M.P Edição 3278, de 19 de maio de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Sra. **ANA MARIA MARTINI SUTIL,** portadora do CPF n.º 086.187.219-30, para o cargo temporário de Monitora Escolar, trinta (30) horas, a partir de 21 de setembro de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:6AFE28A2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 010/2026 DO PSS EDITAL Nº 004/2025

Edital de Convocação dos Aprovados 010/2026

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,
TORNAR PÚBLICO
1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo PSS nº 004/2025, conforme Edital nº 004/2025 e Edital 007/2025 de Homologação do Resultado Final, publicado em 19 de maio de 2025, edição nº 3278 na A.M.P.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 9. do EDITAL nº 004/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo PSS 004/2025.

Monitor Escolar 30h			
Classificação	**Nome do Candidato**	**Nota**	**Status**

72º	Giselle Dos Santos Klein	**10**	30h
73º	Emerson Luis De Oliveira	**10**	30h
74	Tamily Vitória Alupp De Oliveira	**10**	30h

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:44F135EE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 017/2026 DO EDITAL Nº 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO APROVADOS 017/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Senhor GELSON COELHO DO ROSÁRIO – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2023, conforme Edital nº 01/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 011/2024.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme itens 15.1 e 15.2 do EDITAL nº 01/2023.

3º - 15.3 Não atendidos quaisquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital ou na legislação que o rege, fica impedida a posse do candidato e o exercício do cargo, havendo a então a automática eliminação do candidato do Concurso Público.

PSICÓLOGO 20H	CLASSIFICAÇÃO
CAROLINE STODULNY ANDRADE	**11º**

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:A914AE58

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 018/2026 DO EDITAL Nº 001/202320

EDITAL DE CONVOCAÇÃO APROVADOS 018/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Senhor GELSON COELHO DO ROSÁRIO – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2023, conforme Edital nº 01/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 011/2024.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme itens 15.1 e 15.2 do EDITAL nº 01/2023.

3º - 15.3 Não atendidos quaisquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital ou na legislação que o rege, fica impedida a posse do candidato e o exercício do cargo, havendo a então a automática eliminação do candidato do Concurso Público.

PSICÓLOGO 20H	CLASSIFICAÇÃO
PATRÍCIA CHRISTAN DE SOUZA	**12º**

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:5071B99C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3247 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, PRORROGAÇÃO À SERVIDORA DAIANA MAIARA STERMER

Portaria nº 3247/2026

Concede Licença Maternidade, Prorrogação à servidora Daiana Maiara Stermer.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
CONCEDER Licença Maternidade, Prorrogação à servidora **DAIANA MAIARA STERMER**, matrícula funcional n.º 29567095082, portadora do CPF nº 086.050.909-52, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de **22 de setembro de 2026 até 20 de novembro de 2026**, com base da **Lei Complementar, 004/2025.**

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:6C0B14F6

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3248 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, PRORROGAÇÃO À SERVIDORA GABRIELA FERNANDA PRIAMO PONTES

Portaria nº 3248/2026

Concede Licença Maternidade, Prorrogação à servidora Gabriela Fernanda Priamo Pontes.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
CONCEDER Licença Maternidade, Prorrogação à servidora **GABRIELA FERNANDA PRIAMO PONTES**, matrícula funcional n.º 4081 e 4082, portadora do CPF nº 080.805.579-85, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de **08 de setembro de 2026 até 06 de novembro de 2026**, com base da **Lei Complementar, 004/2025.**

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.
.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:726F50CB

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3249 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, PRORROGAÇÃO À SERVIDORA JUCILAINE MARIA COLODA

Portaria nº 3249/2026

Concede Licença Maternidade, Prorrogação à servidora Jucilaine Maria Coloda.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
CONCEDER Licença Maternidade, Prorrogação à servidora **JUCILAINE MARIA COLODA**, matrícula funcional n.º 3521, portadora do CPF nº 061.405.479-62, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada junto a Secretaria de Saúde, no período de **29 de julho de 2026 até 26 de setembro de 2026**, com base da **Lei Complementar, 004/2025.**

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.
.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:420DC3DD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3250 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, PRORROGAÇÃO À SERVIDORA MICHELE CAROLINA DRESCH MATEI.

Portaria nº 3250/2026

Concede Licença Maternidade, Prorrogação à servidora Michele Carolina Dresch Matei.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
CONCEDER Licença Maternidade, Prorrogação à servidora **MICHELE CAROLINA DRESCH MATEI**, matrícula funcional n.º 12081, portadora do CPF nº 037.144.739-98, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotada junto à Secretaria de Saúde, no período de **15 de setembro de 2026 até 13 de novembro de 2026**, com base da **Lei Complementar, 004/2025.**

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.
.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:9B77CE36

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3251 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Portaria n.º 3251/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Keli Cristina Batistella	10.241.461-6/PR	08/09/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:C7DF8DC0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3252 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Portaria n.º 3252/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Leonarda Gabriela da Silva	13.817.384-4/PR	08/09/2026 a 18/09/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:93B92B20

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3253 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Portaria n.º 3253/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Miriam Mendes da Silva	8.886.129-9/PR	08/09/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:E60F0D63

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3254 ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Portaria n.º 3254/2026

Atribui Carga Horária Suplementar à Servidora Pública Municipal.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 857 de 12 de setembro de 2018 e Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º Atribuir Carga Horária Suplementar a Servidora abaixo especificada, para suprir demanda de professor em escolas municipais.

Nome do Servidor	RG	Período	Cargo	CH
Keila Cassieli Dutra Faust	10.232.021-2/PR	17/09/2026 a 18/12/2026	Professora	20

Art. 2º Para fins de remuneração, o vencimento do Professor designado para cumprimento de Carga Horária Suplementar é o correspondente à Classe I, do Nível de Vencimento a que cada Professor estiver enquadrado, de conformidade com o que estabelece o art. 23, da Lei nº 857/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:1E431C9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
LEI N. 1.236/2026 ALTERA A LEI Nº 1.210/2025, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL - CMSBA E CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL - FMSBA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D`OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCI

LEI N. 1.236/2026

Altera a Lei nº 1.210/2025, que institui o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA e cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - FMSBA, no âmbito do Município de São Jorge D`Oeste e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, GELSON COELHO DO ROSÁRIO - Prefeito, sanciono a seguinte;
LEI:
Art. 1º. O inciso I do Art. 4°, da Lei Municipal nº 1.210/2025, passa a ter a seguinte redação:
" I - Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:67403452

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 164/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 164/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.814,07 (trinta mil, oitocentos e quatorze reais e sete centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 13 - Saudade do Iguaçú Com Mais Direitos
Ação: 2.067 – Serviços de Proteção Social Especial
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 334041 – Contribuições
Valor em R$: 13.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 965 - Programa Estadual de Fortalescimento da Atenção Primária a Saúde - PROAPS
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 5.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 965 - Programa Estadual de Fortalescimento da Atenção Primária a Saúde - PROAPS
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.010 – Serviços de Média e Alta Complexidade em Saúde
Fonte: 1335 – Qualificação do Acesso e Atendimento de MAC – Resolução SESA 746/2026
Despesa: 337239 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 2.814,07

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 30.814,07.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 13.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 13.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 965 - Programa Estadual de Fortalescimento da Atenção Primária a Saúde - PROAPS
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 10.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 10.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
Fonte de Recurso: 965 - Programa Estadual de Fortalescimento da Atenção Primária a Saúde - PROAPS
Valor Excesso de Arrecadação R$: 5.000,00

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
Fonte de Recurso: 1335 – Qualificação do Acesso e Atendimento de MAC – Resolução SESA 746/2026
Valor Excesso de Arrecadação R$: 2.814,07

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 7.814,07.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:0BAA347F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026
Processo Adm: Nº 80/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de borracharia em geral, compreendendo: lavagens, consertos, lubrificações, montagens, tp top e balanceamento, na frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal.
Empresas vencedoras valor total: R$ 179.084,50 (cento e setenta e nove mil e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos): 69.027.052 PAULO CESAR BOM (69027052000158) com os lotes: 3, 4, 13, 14, 15, 16, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 17, 20, 27, 28, 29, 32 no valor total de R$ 51.258,30 (cinquenta e um mil e duzentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos). ADRIANO MARANGON 39146664807 (41946990000132) com os lotes: 5, 9 no valor total de R$ 9.632,00 (nove mil e seiscentos e trinta e dois reais).
BORRACHARIA CAMPOS LTDA (04683290000176) com os lotes: 1, 2, 6, 7, 8, 10, 51, 52, 53, 54, 41, 43, 44, 48, 49, 50, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 11, 12, 18, 19, 21, 22 no valor total de R$ 118.194,20 (cento e dezoito mil e cento e noventa e quatro reais e vinte centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), segunda-feira, 14 de setembro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:11E3142A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2026 - PMSI

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2026-PMSI
Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº. 22/2026-PMSI, para a contratação de empresa especializada realização de pesquisa de opinião pública, visando avaliar a satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados pelo Município de Saudade do Iguaçu/PR, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa EXATA PESQUISAS LTDA, CNPJ nº 48.642.553/0001-74, com sede na cidade de Pato Branco/PR, pelo valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Saudade do Iguaçu/PR, 15 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:2E14DA25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

A Câmara Municipal de Abatiá – Estado do Paraná, torna público a homologação do Processo de Dispensa de Licitação nº 03/2026, tendo como objeto **"Contratação de empresa de manutenção do veículo oficial da Câmara Municipal".** Tendo como vencedora a empresa Renan Moreira dos Reis de Assis, com sede na Av. João Carvalho de Mello – 55, centro, inscrita no CNPJ sob nº 29.959.755/0001-08 - CEP- 86.460-000, cidade de Abatiá, – PR, com valor de R$ 2.200,10 (dois mil duzentos reais e dez centavos).
Sala da Presidência da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, ao 15 dia do mês de setembro de 2026.

RODRIGO PAIVA REZENDE
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Wagner Batista Castilho
Código Identificador:4195A37D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 85/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 85/2026
Processo Adm: Nº 307/2026

Objeto: Aquisição de serviços especializados para a manutenção corretiva com substituição de peças de duas câmaras de conservação de vacinas, da marca ELDER 280L, número de série 102108029, modelo CSV 280AM REG 80698750002, lote 21.2897.08, e marca INDREL modelo RW 22D, da UBS.
Empresas vencedoras valor total: R$ 8.540,00 (oito mil e quinhentos e quarenta reais): ENGEMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (37309633000196) com os lotes: 2 no valor total de R$ 5.850,00 (cinco mil e oitocentos e cinquenta reais). AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA (43426197000138) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.690,00 (dois mil e seiscentos e noventa reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), terça-feira, 15 de setembro de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:39686744

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 195/2026

Portaria Nº 195, de 15 de Setembro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando inciso I, do art. 48, da Lei Municipal 12/1993.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, a partir de **15/09/2026,** a Servidora Efetiva **MONICA APARECIDA ALVES, MATRICULA Nº 1000377,** inscrita no CPF sob nº 368.649.698-43, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.**

Art. 2º Declara Vacância do Cargo Público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita, em 15 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:69974FF0

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 196/2026

Portaria Nº 196, de 15 de Setembro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, a Servidora **HELAINE MENDES MENEZES,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** deste Município, **16 (dezesseis)** dias restantes de férias, interrompidas pela portaria nº 053/2026, a partir de **28/09/2026**, com retorno em **14/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 15 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:DB45C891

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 197/2026

Portaria Nº 197, de 15 de Setembro de 2026.

O Prefeito Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao servidor, **ALAN RIBEIRO DA SILVA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendido entre **2023/2024**, a partir de **15/10/2026,** com retorno em **14/11/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 15 de Setembro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:706478CA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 068/2026 - REVOGA O DECRETO ANTERIOR Nº 067/ 2026, PASSANDO RETIFICAR E DECLARAR SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, AFETADO POR TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA CHUVAS INTENSAS (13214)

DECRETO Nº 068/2026

SÚMULA: Revoga o decreto anterior nº 067/ 2026, passando retificar e Declarar Situação de Emergência Pública no Município de Adrianópolis, Estado do Paraná, afetado por Tempestade Local / Convectiva Chuvas Intensas (13214), e dá outras providências.

CONSIDERANDO:

• Que o município de Adrianópolis foi atingido por um evento meteorológico adverso de severa intensidade, tipificado como**Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas;**
• Que houve o aumento crítico do nível do Rio Ribeira;
• Que enxurradas, alagamentos e deslizamentos de terra, que afetaram todos os bairros do município;
• Que a violência do desastre resultou em um elevado contingente de famílias, sendo aproximadamente **55 desabrigadas e 120 desalojadas**, exigindo a atuação imediata da Administração Pública no fornecimento de abrigos temporários, alimentação, vestuário e assistência humanitária emergencial;
• Que houve o comprometimento da infraestrutura básica municipal, provocando a**interrupção do fornecimento de energia elétrica**e a**suspensão do abastecimento de água potável**em todo o município, gerando risco iminente à saúde pública e ao bem-estar da população;
• Que as chuvas causaram a destruição de pontes, bueiros e o colapso de trechos viários, com**interrupção de estradas municipais e rodovias de acesso**, impossibilitando o tráfego de veículos de emergência, transporte escolar e escoamento da produção;
• Que a interdição das vias públicas resultou no**isolamento de diversas comunidades rurais e bairros**, privando os moradores do acesso a serviços essenciais de saúde, resgate e suprimento de itens de primeira necessidade;
• Como consequência desse desastre, resultaram os danos materiais, ambientais e prejuízos econômicos e sociais constantes e descritos no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) anexo a este Decreto;
• Que o parecer técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), relatando a gravidade e a dimensão dos impactos causados pelo desastre, é favorável à declaração de Estado de Calamidade Pública.

O Senhor VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS**, localizado no estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012, **DECRETA:**
Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência Pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (13214).
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação, e/ ou;

Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 14 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito de Adrianópolis-PR

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:18AE39F3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 069/2026 - REVOGA O DECRETO ANTERIOR Nº 068/ 2026, PASSANDO RETIFICAR E DECLARAR SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, AFETADO POR TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA CHUVAS INTENSAS (13214) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 069/2026

SÚMULA: Revoga o decreto anterior nº 068/ 2026, passando retificar e Declarar Situação de Emergência no Município de Adrianópolis, Estado do Paraná, afetado por Tempestade Local / Convectiva Chuvas Intensas (13214), e dá outras providências.

CONSIDERANDO:

• Que o município de Adrianópolis foi atingido por um evento meteorológico adverso de severa intensidade, tipificado como**Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas;**
• Que houve o aumento crítico do nível do Rio Ribeira;
• Que enxurradas, alagamentos e deslizamentos de terra, que afetaram todos os bairros do município;
• Que a violência do desastre resultou em um elevado contingente de famílias, sendo aproximadamente **55 desabrigadas e 120 desalojadas**, exigindo a atuação imediata da Administração Pública no fornecimento de abrigos temporários, alimentação, vestuário e assistência humanitária emergencial;
• Que houve o comprometimento da infraestrutura básica municipal, provocando a**interrupção do fornecimento de energia elétrica**e a**suspensão do abastecimento de água potável**em todo o município, gerando risco iminente à saúde pública e ao bem-estar da população;
• Que as chuvas causaram a destruição de pontes, bueiros e o colapso de trechos viários, com**interrupção de estradas municipais e rodovias de acesso**, impossibilitando o tráfego de veículos de emergência, transporte escolar e escoamento da produção;
• Que a interdição das vias públicas resultou no**isolamento de diversas comunidades rurais e bairros**, privando os moradores do acesso a serviços essenciais de saúde, resgate e suprimento de itens de primeira necessidade;
• Como consequência desse desastre, resultaram os danos materiais, ambientais e prejuízos econômicos e sociais constantes e descritos no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) anexo a este Decreto;
• Que o parecer técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), relatando a gravidade e a dimensão dos impactos causados pelo desastre, é favorável à declaração de Situação de Emergência.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, LOCALIZADO NO ESTADO DO PARANÁ, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012, **DECRETA:**
Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (13214).
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;
Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito, 15 de setembro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito de Adrianópolis-PR

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:39E9C546

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO PÚBLICO PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO DO LEILOEIRO OFICIAL

ATA DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO PÚBLICO PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO DO LEILOEIRO OFICIAL

CREDENCIAMENTO nº. 01/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, DEVIDAMENTE MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL, PARA OS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro do ano de 2026, às 10h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Portaria nº 363, de 04 de agosto de 2026, sob a presidência da Senhora Débora Nogueira Fagundes Rocha, com a participação das membras Senhoras Cristina Pires Pereira Nascimento e Pamella Guerreiro, com a finalidade de realizar o sorteio público para definição da ordem inicial de convocação do Leiloeiro Oficial responsável pelo respectivo leilão, no âmbito do Credenciamento nº 01/2026. Aberta a sessão pela Senhora Presidente, procedeu-se à apresentação e à gravação dos nomes de todos os leiloeiros oficiais credenciados. Na sequência, foi realizado o sorteio público, tendo sido sorteado o nome do Senhor **Joacir Monzon Pouey**, que ficou definido como o primeiro convocado para atuar no respectivo leilão, observadas as disposições do edital e do Termo de Credenciamento. Registra-se que o procedimento foi gravado, e o

vídeo correspondente será disponibilizado na página oficial do Município de Agudos do Sul, para fins de transparência e publicidade dos atos praticados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pela Presidente e pelas membras da Comissão Especial de Credenciamento.

DÉBORA NOGUEIRA FAGUNDES ROCHA
Presidente da Comissão Especial de Credenciamento

CRISTINA PIRES PEREIRA NASCIMENTO
Membro

PAMELLA GUERREIRO
Membro

Publicado por:
Debora Nogueira Fagundes Rocha
Código Identificador:EFD3BB96

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR
CNPJ: 76.105.667/0001-10

CONTRATADA: TIGUEN CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 28.822.480/0001-95

OBJETO: Execução da obra de Construção de Creche do Programa Infância Feliz Paraná (SAM 59), com área construída de 456,86 m², situada na Rua Monteiro Lobato, n.º 270, Bairro Centro, Município de Agudos do Sul/PR, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 09/2026.

VALOR GLOBAL: R$ 1.849.348,79 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 dias

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de setembro de 2026

FORO: Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Agudos do Sul, 14 de setembro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:BE2B0172

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 420, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas de registro de preços e dos contratos,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, os servidores abaixo relacionados:

Contrato:	91/2026	**Vigência:**	14/09/2026 a 07/03/2028
Modalidade:	Concorrência Eletrônica	**Nº:**	09/2026
Contratada:	TINGUEN CONSTRUTORA LTDA CNPJ 28.822.480/0001-95		
Objeto:	Execução da obra de Construção de Creche do Programa Infância Feliz Paraná (SAM 59), com área construída de 456,86 m², situada na Rua Monteiro Lobato, n.º 270, Bairro Centro, Município de Agudos do Sul/PR, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 09/2026		
Gestor	Viviane Picazewicz	**CPF:**	***.746.189-**
Fiscal	Guilherme José Moletta	**CPF:**	***. 391.829-**
Fiscal Substituto	Cleiton Luiz da Silva Pereira	**CPF:**	***.033.349-**

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contrato mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 15 de setembro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:9BDAC1DB

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 419 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação de Bens Móveis e de Acompanhamento de Alienação em Leilão Público**.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação dos bens móveis pertencentes ao Município, para as finalidades administrativas cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento dos procedimentos de alienação de bens móveis por meio de leilão público, quando cabível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** a Comissão de Avaliação de Bens Móveis e de Acompanhamento de Alienação em Leilão Público, composta pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE: JESAEL DE OLIVEIRA ROCHA – CPF *.487.179-****

MEMBRO: JOÃO IVA SCHUEDA – CPF *.445.409-****

MEMBRO: MARCIO NOSSOL – CPF *.219.149-****

MEMBRO: PEDRO BATISTA REMIZIO – CPF *.002.199-****

Art. 2º Compete à Comissão realizar a avaliação dos bens móveis pertencentes ao Município, sempre que solicitada pela Administração, considerando suas características, estado de conservação, condições de uso e valor de mercado.

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio técnico dos órgãos municipais ou de profissional com conhecimento específico, quando necessário à adequada avaliação dos bens.

Art. 3º Nos casos de bens destinados à alienação por leilão público, caberá ao Município realizar o levantamento dos bens, ficando sob responsabilidade do Leiloeiro Público Oficial a organização e a valoração dos bens.

Parágrafo único. Compete à Comissão acompanhar os atos e procedimentos relativos à alienação, bem como analisar e ratificar a valoração apresentada pelo Leiloeiro Público Oficial.

Art. 4º A Comissão exercerá suas atribuições pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 15 de setembro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:59861429

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 306/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 306/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA AGROPECUARIA AGROTECHY LTDA
OBJETO:" AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS E SUPLEMENTOS DE NUTRIÇÃO ANIMAL DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO, TRATAMENTO E BEM-ESTAR DOS EQUINOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE EQUOTERAPIA".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais ou menores períodos, conforme o interesse da Administração Pública e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021
VALOR: R$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais)
DATA DA ASSINATURA:14/09/2026.
DOTAÇÃO DESCRIÇÃO
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.046 Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00-1000 Material de Consumo 173
3.3.90.30.00-1303 Material de Consumo 173

Almirante Tamandaré, 15 de setembro de 2026

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:3D200C3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 303/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 303/2026
PARTES: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ROBO LIVE SHOW LTDA.**
OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTRETENIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES RECREATIVAS COM ROBÔS E PERSONAGENS TEMÁTICOS, INCLUINDO TODA A ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, OPERADORES, FIGURINOS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, VISANDO PROPORCIONAR INTERAÇÃO, ANIMAÇÃO E ENTRETENIMENTO AO PÚBLICO DURANTE A 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO".**
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE **180 (CENTO E OITENTA) DIAS**, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS OU MENORES PERÍODOS, CONFORME O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
VALOR: **R$ 16.150,00 (DEZESSEIS MIL CENTO E CINQUENTA REAIS).**
DATA DA ASSINATURA: **09/09/2026.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00-1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Luana Pereira Lopes
Código Identificador:9B856D0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RETIFICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 075/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 075/2026
PROTOCOLO 0018.000016043/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PULSEIRAS PARA CONTROLE DE ACESSO DE PÚBLICO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO",** em favor de **PRINTSET PULSEIRAS E INGRESSOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 01.362.467/0001-44,** com o valor global de **R$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)**, conforme solicitação da Comissão Organizadora da 5ª Festa do Morango. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 03 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:A2EDEDAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026
VINCULADO À INEXIGIBILIDADE N° 15/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026
VINCULADO À INEXIGIBILIDADE N° 15/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: I.M. BARBOZA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º **45.393.612/0001-20**, com sede na Rua MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, n.º230 - APT 32 , Bairro ZONA 07 , Cidade Maringá, Estado Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação da empresa I.M. Barboza LTDA, CNPJ 45.393.612/0001-20 para fornecimento de acesso à plataforma de gestão de pequeno valor, em atendimento a secretaria de administração do município de Altamira do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de inexigibilidade n°
15/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA deverá manter em pleno funcionamento todas as funcionalidades da plataforma, garantindo aos usuários autorizados o acesso aos conteúdos, às ferramentas e aos serviços contratados durante toda a vigência do contrato e de suas eventuais prorrogações, ressalvadas as interrupções justificadas e previamente comunicadas para manutenção ou atualização.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 18.857,64 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
03.001.04.122.0003.2006 - ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA. 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Altamira do Paraná/PR, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:400C5714

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 045/2026

Súmula: Declara Materiais Inservíveis a Administração Municipal.

Art. 1º - Ficam declarados bens inservíveis ao Município de Altamira do Paraná os objetos abaixo descritos:

DESCRIÇÃO	Nº PATRIMÔNIO	MARCA	COR	quantidade	CONDIÇÕES
CADEIRA DE ESTOFADO	001365	S/N	AZUL	01	SUCATA
IMPRESORA PRETA HP DESKJET	1202	DESKJET	PRETA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA DE ESTOFADO	1215	S/N	AZUL	01	SUCATA
ESTANTE AMARELA DE COMPUTADOR	1193	S/N	AMARELA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA ESCOLAR	3750	S/N	AZUL	01	DESCARTÁVEL
MESA ESCOLA ALUNO	3116	S/N	BRANCA	01	DESCARTÁVEL
MESA ESCOLAR ALUNO	3135	S/N	BRANCA	01	DESCARTAVEL
BANCO GRANDE	3925	S/N	AZUL	01	DESCARTÁVEL
MESA ESCOLAR ALUNO	3125	S/N	BRANCA	01	DESCARTÁVEL
MESA ESCOLAR ALUNO	3103	S/N	BRANCA	01	DESCARTÁVEL
MESA	1519	S/N	CINZA	01	DESCARTÁVEL
ARMÁRIO DE AÇO DUAS PORTAS	1313	S/N	CINZA	01	SUCATA
ESTANTE COM 6 PRATELEIRAS	1311	S/N	BRANCA	01	SUCATA
MESA ESCOLAR ALUNO	3137	S/N		01	DESCARTÁVEL
ESTANTE PARA COMPUTADOR	1243	S/N	MARROM	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA COM ESTOFADO	1199	S/N	AZUL	01	SUCATA
MESA ESCOLAR ALUNO	3129	S/N		01	DESCARTÁVEL
CADEIRA ESCOLAR	3129	S/N	AZUL	01	DESCARTÁVEL
MESA CINZA	1300	S/N	CINZA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA DE ESTOFADO COM RODÍZIO E APOIO DE BRAÇO	1359	S/N	PRETA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA DE ESTOFADO	1232	S/N	AZUL	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA PEQUENA	1641	S/N	AMARELA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA ESCOLAR INFANTIL	1447	S/N	AMARELA E BRANCA	01	DESCARTÁVEL
ESTANTE COM 6 PRATELEIRAS	1310	S/N	BRANCA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA	1907	S/N	CINZA E AZUL	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA DE PLÁSTICO	1377	S/N	AMARELA	01	DESCARTÁVEL
CADEIRA ESCOLAR	3587	S/N	AZUL	01	DESCARTÁVEL
MESA	1559	S/N	CINZA	01	DESCARTÁVEL

Art. 2º – Fica autorizado o descarte, pela Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná, de bens móveis inservíveis de propriedade do município, devidamente avaliados por representantes da Escola Municipal DR. Augustinho Kauling, e classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, conforme relação anexa.

I – A avaliação e a classificação bens deste Decreto foram realizadas no dia 12 de fevereiro de 2025, por representantes da Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling, considerando que, naquela ocasião, a Administração Municipal não contava com a Comissão de Bens Inservíveis formalmente constituída para a realização dos procedimentos de avaliação, tendo os representantes da referida unidade escolar procedido à análise dos bens quanto às suas condições de conservação utilização e possibilidade de recuperação.

Art. 3º– Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Altamira do Paraná, 15 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:EFDDD4E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2026 REGISTRO DE PREÇOS 029/2026

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de materiais gráficos de comunicação visual para atender aos diversos Departamentos da Prefeitura de Anahy-**PR**. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 16/06/2026 das 08h até às 08h do dia 28/09/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08h até às 09h do dia 28/09/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09h do dia 28/09/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO: R$374.485,20** (trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES**: (45) 98806-4345. **Anahy-PR, 15 de setembro de 2026.**

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:88802C3B

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 082/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2026
Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo

Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços visando à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades dos Departamentos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Anahy/PR, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.3. Fornecedor Registrado: A empresa **REINERI & CIA LTDA, CNPJ 11.230.105/0001-53,** sediada na Rua Bandeirantes, 842, Centro da cidade de Anahy/PR, CEP: 85.425-000, neste ato representada por sua Administradora a Sra. Zelia Lopes Dos Santos Reineri, portador da célula de identidade n°55XXXX87 e CPF: 038.XXX.XXX-13, e-mail: supermercadoreineri@hotmail.com, fone: 45- 98407-8524.

Itens	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
2, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 37, 39, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 65, 70, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 87, 91, 93, 94, 96, 100, 102, 105, 111, 114, 119, 122, 124, 131, 137, 138, 142, 149, 153, 157, 164, 166, 167, 173, 174, 175, 178, 181 e 189	REINERI & CIA LTDA CNPJ: 11.230.105/0001-53	R$ 384.778,44 (trezentos e oitenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).
VALOR TOTAL	**R$ 384.778,44 (trezentos e oitenta e quatro mil e setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).**	

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:DFE4C8B6

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 074/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 013/2026 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021 DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.192/2023 DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.318/2024

O Prefeito Municipal de Anahy, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 2.192/2023, Decreto Municipal nº. 2.318/2024 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da Dispensa de Licitação, apresentando o vencedor HABILITADO com a PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de cortinas e persianas, acompanhadas de todos os acessórios, suportes e bandôs necessários, devendo ser entregues e devidamente instaladas na Escola Municipal Vinicius de Moraes, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO I)**.**

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na Dispensa Eletrônica de Licitação N° 013/2026, conforme segue o vencedor:

Lote	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1	ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA. CNPJ: 60.102.937/0001-08	R$ 17.880,91 (dezessete mil e oitocentos e oitenta reais e noventa e um centavos).
VALOR TOTAL		**R$ 17.880,91 (dezessete mil e oitocentos e oitenta reais e noventa e um centavos).**

Anahy-PR, 15 de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSE BOSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:47CFC689

SECRETARIA GERAL
ATA DA REUNIÃO

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Preservação Ambiental - CMMASP do município de Anahy/PR, realizada em 07 de julho de 2026, às 15h25min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Anahy.

1.Aos 07 (sete) dias do mês de julho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 15h25 (quinze horas e vinte e cinco minutos), reuniu-se o Conselho Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Preservação Ambiental - CMMASP do Município de Anahy/PR, com a presença dos seguintes membros: Adriano Silva Migliorini, Ana Paula Miranda Ferreira, Anderson Patrik da Silva, Angelina Cleiciani Pertile, Claudinei da Silva Correia, Jeniffer Karoline dos Santos Vidal Bueno, João Batista Binoti de Lima, José Maria Rotta, Leni Rodrigues do Nascimento Reis, Ronaldo Aparecido de Freitas, Roseli Elenice Monfroi Zamboni, tendo presidido a reunião o Secretário de Coordenação Geral, Carlos Antonio Reis, com a participação do Procurador Jurídico do Município, Marcus Vinícius Nascimento Reis;

2. A ordem do dia foi: a eleição da diretoria da gestão abril/2026 a abril/2028; assuntos diversos;

3. Eleição da diretoria: foi apresentada apenas uma chapa para composição da diretoria do conselho, a qual foi eleita por aclamação de todos os membros, onde Claudinei da Silva Correia foi eleito Presidente; José Maria Rotta foi eleito Vice-Presidente; Leni Rodrigues do Nascimento Reis foi eleita Secretária Geral; e Jeniffer Karoline dos Santos Vidal Bueno foi eleita Tesoureira;

4-Assuntos diversos: por fim, ficou ajustado que seria providenciado com a maior brevidade possível, junto aos contadores do Município, a abertura do CNPJ do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, com o fim de se se habilitar junto ao Estado do Paraná para recebimento dos recursos financeiros repassados ao Fundo Municipal pela Sanepar; tal encaminhamento será realizado após a aprovação na Câmara Municipal, do Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 1.023/2022, o qual tem por finalidade estabelecer, de forma clara e expressa, a definição do responsável pela gestão e execução do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSBA, especialmente para atendimento às exigências administrativas necessárias à sua regular constituição, incluindo a inscrição junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. A indicação formal do gestor/executor do Fundo constitui requisito indispensável para a sua operacionalização, permitindo a adoção das providências administrativas necessárias ao seu funcionamento, bem como possibilitando o recebimento de recursos destinados ao saneamento básico, evitando assim a abertura de diligências por parte da Receita Federal, e o consequente atraso na abertura do CNPJ do Fundo.;

5. Nada mais havendo a tratar, o Secretário agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Marcus Vinícius Nascimento Reis, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Anahy/PR, 07 de julho de 2026.

CARLOS ANTONIO REIS
Secretário da coordenação Geral

MARCUS VINÍCIUS NASCIMENTO REIS
Procurador Jurídico do Município

ADRIANO SILVA MIGLIORINI
Membro Suplente

ANA PAULA MIRANDA FERREIRA
Membro Suplente

ANDERSON PATRIK DA SILVA
Membro Suplente

ANGELINA CLEICIANI PERTILE
Membro Suplente

CLAUDINEI DA SILVA CORREIA
Membro

JENIFFER KAROLINE DOS SANTOS VIDAL BUENO
Membro

JOÃO BATISTA BINOTTI DE LIMA
Membro

JOSÉ MARIA ROTTA
Membro

LENI RODRIGUES DO NASCIMENTO REIS
Membro

RONALDO APARECIDO DE FREITAS
Membro

ROSELI ELENICE MONFROI ZAMBONI
Membro

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:32C16BA5

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2026.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAS AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais e, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 9º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e que a Audiência Pública será realizada com a finalidade de *"avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao Segundo Quadrimestre de 2026"*. Além disso, o que dispõe o parágrafo único, do art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00, que: *"A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas..."*. CONVOCA a população anaiense, para participar no dia 29 de setembro de 2026, às 10h30min, da referida Audiência Pública, junto à comissão designada, no Plenário da Câmara Municipal de Anahy, situada na Rua Marechal Rondon, 255, com a finalidade de Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2026.
Anahy, 15 de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:175BEF0C

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026. AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE

O Prefeito Municipal de Anahy, Estado do Paraná e a Diretora do Departamento Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, tornam público e CONVOCAM a população anaiense, o Legislativo Municipal, autoridades municipais e o Conselho Municipal de Saúde para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SAÚDE, referente ao 2º Quadrimestre de 2026, que se realizará no dia 29 de setembro de 2026, as 10h00min, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal, sito a Rua Marechal Rondon, 255 – Centro, Anahy - PR.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

VILMA MITTMAN LEÃO
Dir. do Depto. de Saúde

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F4F70847

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.558/2026.

Exonera servidor de cargo comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 53, inciso I, da Lei Municipal nº 338, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido a partir de 15 de setembro de 2026, o servidor Ricardo Felipe Benjamin, portador do RG. 13.700.082-2/PR, matrícula funcional nº 12069-2, do cargo comissionado de Chefe de Equipe, lotado no Departamento de Administração, nomeado para cargo através da Portaria nº 6.914 de 08 de agosto de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSE BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A4459FA0

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.559/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor comissionado Ronaldo Aparecido de Freitas, portador do RG. 5.981.369-2/PR, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, matricula funcional nº 10083-3, lotado no Departamento de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025, que serão gozadas de 15 de setembro à 04 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:42B21C7E

SECRETARIA GERAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 7.556/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora comissionada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora comissionada Luzivete Finetti Fabris, portadora do RG. 5.862.900-6/PR, ocupante do cargo de chefe de divisão, matricula funcional nº 12104-1, lotada no departamento Ação Social.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 09 de maio de 2026 a 08 de maio de 2027, que serão gozadas de: 14 à 23 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 dias do mês de setembro de 2026

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:5D39110C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 363/2026 PREGÃO Nº 043/2026 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS TIPO "BOTA-FORA", INCLUINDO ENTREGA, RETIRADA E TRANSPORTE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA.

EMPRESA VENCEDORA:

REGINALDO DE MELO 74965930959, inscrito no **CNPJ: 12.305.573/0001-02**, com o valor total de **R$ 140.057,20** (cento e quarenta mil e cinquenta e sete reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 15.09.2026 A 14.09.2027

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

REGINALDO DE MELO
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:57BD9BFE

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRONICA N.º 008/2026 - REPUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/202026.
O Município de Andirá torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 01 de outubro do ano de 2026, na plataforma BNC COMPRAS (Bolsa Nacional de Compras), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vias urbanas, na sede do município	Recape em CBUQ	55.714,16 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Andirá e na plataforma BNC COMPRAS (Bolsa Nacional de Compras). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Andirá, 15 de setembro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8951DC0B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.342 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei ,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por término de contrato, a partir do dia 12 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **MARIA IZABEL DE CASTRO** ocupante do cargo de **EDUCADOR INFANTIL - PSS.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de setembro de 2026.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E940E008

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.343 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº. 11.343 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei ,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por término de contrato, a partir do dia 16 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **ELISANGELA ALVES CAZITA MACIEL** ocupante do cargo de **EDUCADOR INFANTIL - PSS.**

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:4252750B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 11.344 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei ,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 16 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **GLEYSE VICENTE SALES** ocupante do cargo de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL - PSS**
.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:66D0DD11

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 100/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
JB ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **15/09/2026** e término em **14/09/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 15.09.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

JALILE NATÁLIA BARCAROLO BRANDALIZE
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7FDC8CD8

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 101/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
VINZ ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **15/09/2026** e término em **14/09/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 15.09.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

VINICIUS AMORIM BORGES CASTILHO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8BE0016E

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 102/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
DVL ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **15/09/2026** e término em **14/09/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 15.09.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

GUSTAVO DALLA VECCHIA LOURENÇO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:BAAF1A25

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 103/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
F. PRADO ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **16/09/2026** e término em **15/09/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 15.09.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

FELIPE ALMEIDA PRADO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8E90B907

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 104/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
RM ENGENHARIA, GERENCIAMENTO, FISCALIZACAO E PROJETOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **15/09/2026** e término em **14/09/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 15.09.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

RAFAELA MARCELE SILVA MARQUES
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:ED00753A

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 104/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
RM ENGENHARIA, GERENCIAMENTO, FISCALIZACAO E PROJETOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **15/09/2026** e término em **14/09/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 15.09.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

RAFAELA MARCELE SILVA MARQUES
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:0661B3B7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.328 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 106, da Lei Municipal nº. 1.170 de 26 de outubro de 1993;

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pelo **Dr. Luiz Francisconi Neto**, na data de 05 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **DAIANE FIDELIS DE SOUZA**.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder**,** a partir do dia 05 de setembro de 2026, por um período de 14 dias, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal, **DAIANE FIDELIS DE SOUZA** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de setembro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E11DAEA5

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.329 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pelo **Dr. João Carlos Lima**, na data de 11 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **CAMILA DA SILVA PELIZARI.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder, à referida Servidora,**CAMILA DA SILVA PELIZARI**, ocupante do cargo de**PROFESSOR**, Licença Maternidade, prevista na Lei nº. 1.170/1993, por um período de 180 dias (06 meses), iniciando no dia 11 de setembro de 2026. A Servidora atualmente se encontra lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 11 de setembro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:281B547C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.330 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO EDUARDO FIDELIS DA SILVA GABRIELA RODRIGUES REYNALDO JAQUELINE ROBERTA DE SOUZA JUCELINA DE SOUZA COSTA BIRELLO SIMONE GODOI AUDI DE MELLO LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI KEDILLER PATRICIA DIAS FELICIANO RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA IVANA APARECIDA COSA NUNES RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA LEANDRO AZEVEDO SESTITO JAMECELANI OLIVEIRA DIAS JULIANA CASAGRANDE FELIX LÉIA NEVES FRANCISQUINHO MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA TACIANA DE SOUZA SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA NIVEA MARIA LOPES NASCIMENTO JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA CRISTIANA DA SILVA SANTOS
Gestor Titular:	Edevaldo Barbosa
Gestor Substituto:	André Luiz Maluzi
Ata nº	066/2026 **VIGÊNCIA:** 15.09.2026 A 14.09.2027
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Nº licitação	043/2026
Contratado:	**REGINALDO DE MELO 74965930959**
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS TIPO "BOTA-FORA", INCLUINDO ENTREGA, RETIRADA E TRANSPORTE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA
Valor:	**R$ 140.057,20**

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de Setembro de 2026, 83º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:719AAF87

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.331 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 16 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **JOSE APARECIDO SIQUEIRA** ocupante do cargo de **MOTORISTA** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS,** referente ao período aquisitivo: 03-12-2024 a 02-12-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:805EDE21

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.566 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e
CONSIDERANDO a Portaria nº. 1.563 de 20 de agosto de 2026, a qual concedeu 15 dias de férias, a partir do dia 09 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal, **JOÃO LUCAS GIUGNI,** ocupante do cargo de **OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.**

CONSIDERANDO a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP, na Edição nº. 3600 do dia 21 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper as férias a partir do dia 16 de setembro de 2026, do Servidor **JOÃO LUCAS GIUGNI,** concedidas através da Portaria nº 1.563 de 20 de agosto de 2026.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 15 de setembro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:D1080EF3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 288/2026 - INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ANTONINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 288/2026, de 03 de agosto de 2026

Institui a Comissão Especial de Revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Antonina e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art. 89 da Lei Municipal nº 35, de 2001 — Código Tributário Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 89 da Lei Municipal nº 35, de 2001, confere ao Chefe do Poder Executivo competência para instituir ou modificar, mediante decreto, a Planta Genérica de Valores Imobiliários, mediante a setorização por regiões geográficas, de acordo com suas características predominantes de uso;

CONSIDERANDO que o referido dispositivo legal autoriza a atribuição de valores aos terrenos por face de quadra, bem como o estabelecimento de fatores corretivos, sistemas de cálculo, fórmulas de avaliação e critérios aplicáveis às edificações e aos demais tipos de construção;

CONSIDERANDO a necessidade de revisar e atualizar os critérios técnicos empregados na apuração dos valores venais dos imóveis situados no Município de Antonina, de modo a aproximá-los da realidade imobiliária local;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento do Cadastro Imobiliário Municipal e dos instrumentos utilizados para o lançamento dos tributos incidentes sobre a propriedade imobiliária;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior justiça fiscal, isonomia, capacidade contributiva, transparência, segurança jurídica e eficiência na administração tributária municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de que a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários seja precedida de estudos técnicos, levantamentos de mercado, análise cadastral e avaliação dos impactos administrativos e tributários;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários — PGV, de caráter temporário, técnico, consultivo e propositivo, com a finalidade de coordenar e executar os estudos técnicos necessários à elaboração de proposta de revisão dos valores venais dos terrenos, edificações e demais construções situadas no Município de Antonina.

Parágrafo único. A Comissão deverá elaborar relatório técnico conclusivo e proposta destinada à eventual instituição ou modificação da Planta Genérica de Valores Imobiliários, observados os critérios estabelecidos no Código Tributário Municipal e as demais normas aplicáveis.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos seguintes órgãos da Administração Pública Municipal:

I — Secretaria Municipal de Finanças;
II — Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
III — Procuradoria-Geral do Município;
IV — Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários e Habitação.

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos e designados mediante portaria da Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da publicação deste Decreto.

§ 2º A coordenação da Comissão caberá ao representante da Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3º Compete ao coordenador:

I — convocar e presidir as reuniões;
II — organizar e distribuir as atividades entre os membros;
III — solicitar informações, documentos e apoio técnico aos órgãos municipais;
IV — acompanhar o cumprimento do cronograma de trabalho;
V — consolidar as contribuições e os estudos produzidos;
VI — encaminhar o relatório técnico final às autoridades competentes.

§ 4º A participação da Procuradoria-Geral do Município terá caráter de assessoramento jurídico, sem prejuízo da emissão de parecer jurídico próprio quando da análise do relatório final e dos atos normativos decorrentes dos trabalhos da Comissão.

§ 5º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3º Poderão participar dos trabalhos da Comissão, na qualidade de membros consultivos convidados, sem direito a voto:

I — 1 (um) representante do quadro de servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal, indicado pela Câmara Municipal de Antonina;
II — 1 (um) representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Paraná — CRECI-PR;
III — 1 (um) representante de entidade de classe das áreas de Engenharia Civil, Arquitetura ou Urbanismo com atuação local ou regional;
IV — profissionais, técnicos, pesquisadores e representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas cuja participação seja considerada relevante para os trabalhos.

§ 1º A participação dos membros consultivos será voluntária e não acarretará qualquer ônus para o Município.

§ 2º Os membros consultivos poderão apresentar estudos, informações, pareceres, sugestões e dados de mercado, sem prejuízo da responsabilidade dos membros titulares pela elaboração e aprovação do relatório técnico final.

Art. 4º Compete à Comissão Especial:

I — levantar, organizar e analisar os dados do mercado imobiliário local;
II — avaliar a consistência, a integridade e a atualidade das informações constantes do Cadastro Imobiliário Municipal;

III — identificar e propor a delimitação de zonas ou setores homogêneos de valorização imobiliária, conforme as características predominantes de uso, ocupação, localização e infraestrutura;
IV — propor valores unitários para terrenos, inclusive por face de quadra, região, zona, setor ou outro critério tecnicamente justificável;
V — propor critérios e valores aplicáveis às edificações e aos demais tipos de construção;
VI — propor fatores corretivos relativos, entre outros aspectos, à localização, topografia, testada, profundidade, área, situação do lote, padrão construtivo, idade, conservação, uso e características das edificações;
VII — elaborar ou revisar os sistemas de cálculo e as fórmulas de apuração dos valores venais dos imóveis;
VIII — realizar estudos comparativos com os valores praticados no mercado imobiliário local e regional;
IX — analisar registros de transações imobiliárias, avaliações técnicas, anúncios, dados cadastrais e outras fontes de informação consideradas idôneas;
X — realizar diligências, levantamentos de campo, inspeções e vistorias técnicas, quando necessárias;
XI — propor medidas destinadas à atualização e ao aperfeiçoamento do Cadastro Imobiliário Municipal;
XII — avaliar os possíveis impactos tributários e administrativos decorrentes da revisão proposta;
XIII — promover reuniões técnicas, consultas e audiências públicas, quando consideradas necessárias;
XIV — requisitar aos órgãos e às entidades da Administração Pública Municipal informações, documentos, bancos de dados e demais elementos necessários à execução dos trabalhos;
XV — solicitar informações a cartórios, conselhos profissionais, entidades de classe, empresas, instituições públicas e privadas e demais fontes que possam contribuir para a elaboração dos estudos;
XVI — elaborar relatório técnico conclusivo contendo a proposta de revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários;
XVII — elaborar, com o assessoramento da Procuradoria-Geral do Município, a minuta do ato normativo necessário à implementação da proposta.

§ 1º As solicitações formuladas pela Comissão aos órgãos e às unidades administrativas municipais deverão ser atendidas no prazo estabelecido pelo coordenador, salvo impossibilidade devidamente justificada.

§ 2º A obtenção e o tratamento de informações deverão observar as normas relativas à proteção de dados pessoais, ao sigilo fiscal e às demais hipóteses legais de restrição de acesso.

Art. 5º Na elaboração da proposta de revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários, a Comissão poderá considerar, entre outros, os seguintes elementos:

I — localização do imóvel;
II — zoneamento urbano e uso predominante;
III — infraestrutura urbana disponível;
IV — pavimentação e condições de acesso;
V — proximidade de equipamentos e serviços públicos;
VI — características ambientais e urbanísticas;
VII — topografia e características físicas do terreno;
VIII — dimensões, testada, profundidade e formato do lote;
IX — padrão, tipo, destinação, idade e estado de conservação da edificação;
X — valores de transações imobiliárias realizadas no Município;
XI — avaliações técnicas produzidas por profissionais habilitados;
XII — valores praticados em locações e negociações imobiliárias;
XIII — registros constantes de cartórios e cadastros públicos;
XIV — particularidades econômicas, históricas, ambientais e geográficas do Município de Antonina.

Parágrafo único. A utilização dos elementos previstos neste artigo deverá ser acompanhada da respectiva justificativa técnica e da indicação da fonte das informações empregadas.

Art. 6º O relatório técnico final deverá conter, no mínimo:

I — diagnóstico da situação atual da Planta Genérica de Valores Imobiliários e do Cadastro Imobiliário Municipal;
II — descrição da metodologia utilizada;
III — indicação das fontes de pesquisa e dos dados analisados;
IV — critérios técnicos de avaliação adotados;
V — delimitação das zonas ou dos setores homogêneos de valorização;
VI — proposta de valores unitários dos terrenos, inclusive por face de quadra, região, zona ou setor;
VII — proposta de valores aplicáveis às edificações e aos demais tipos de construção;
VIII — fatores corretivos e respectivas formas de aplicação;
IX — sistemas de cálculo e fórmulas propostas;
X — memória de cálculo;
XI — mapas, plantas, tabelas, quadros e demais elementos necessários à compreensão da proposta;
XII — análise comparativa entre os valores atualmente utilizados e os valores propostos;
XIII — estimativa dos impactos tributários, administrativos e financeiros decorrentes da revisão;
XIV — justificativa técnica das alterações propostas;
XV — sugestões para atualização e manutenção periódica da Planta Genérica de Valores e do Cadastro Imobiliário Municipal;
XVI — registro das manifestações divergentes eventualmente apresentadas pelos membros da Comissão.

Art. 7º A Comissão poderá promover consultas e audiências públicas com a finalidade de assegurar transparência, publicidade e participação social no processo de revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários.

§ 1º As consultas e audiências públicas deverão ser divulgadas previamente no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e nos demais meios oficiais de comunicação.

§ 2º As contribuições apresentadas serão registradas, analisadas e, quando pertinentes, incorporadas aos estudos e ao relatório técnico final.

§ 3º A realização de consulta ou audiência pública não substitui os estudos técnicos necessários à revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários.

Art. 8º As reuniões da Comissão serão registradas em atas, das quais deverão constar:

I — a data e o local da reunião;
II — a identificação dos participantes;
III — os assuntos discutidos;
IV — as deliberações adotadas;
V — as atividades distribuídas e os respectivos responsáveis;
VI — os prazos estabelecidos para cumprimento das tarefas.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao coordenador o voto de desempate.

Art. 9º A Comissão poderá constituir grupos técnicos de trabalho para a análise de matérias específicas, especialmente nas áreas de:

I — cadastro imobiliário;
II — avaliação de terrenos;
III — avaliação de edificações;
IV — geoprocessamento e setorização territorial;
V — análise tributária e financeira;
VI — legislação e técnica normativa.

Parágrafo único. A constituição de grupos técnicos não afasta a competência da Comissão para a aprovação do relatório final.

Art. 10 A Comissão terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação da portaria de designação de seus membros, para concluir os trabalhos e apresentar o relatório técnico final.

§ 1º O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado uma única vez, por até 120 (cento e vinte) dias, mediante solicitação fundamentada do coordenador da Comissão.

§ 2º O pedido de prorrogação deverá indicar:

I — as atividades já realizadas;
II — as etapas ainda pendentes;
III — as razões que impossibilitaram a conclusão no prazo originalmente estabelecido;
IV — o cronograma previsto para conclusão dos trabalhos.

Art. 11 Concluídos os trabalhos, o relatório técnico final será encaminhado:

I — à Secretaria Municipal de Finanças, para análise dos impactos tributários, financeiros, administrativos e operacionais;
II — à Procuradoria-Geral do Município, para análise de juridicidade e manifestação acerca do instrumento normativo adequado;
III — ao Gabinete da Prefeita, para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Parágrafo único. A implementação da proposta deverá observar o art. 89 da Lei Municipal nº 35, de 2001, as limitações constitucionais ao poder de tributar e os princípios da legalidade, da anterioridade, da isonomia, da capacidade contributiva, da razoabilidade, da publicidade e da segurança jurídica.

Art. 12 Os órgãos e as unidades administrativas municipais deverão prestar à Comissão o apoio técnico, operacional e administrativo necessário à execução de suas atividades, observadas as respectivas competências e disponibilidades.

Art. 13 Os documentos, estudos, relatórios, mapas, tabelas e demais materiais produzidos pela Comissão deverão integrar processo administrativo próprio.

Parágrafo único. Os documentos serão disponibilizados no Portal da Transparência do Município, ressalvadas as informações protegidas por sigilo fiscal, sigilo legal ou pelas normas de proteção de dados pessoais.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, mediante deliberação de seus membros, com o assessoramento da Procuradoria-Geral do Município quando envolverem matéria jurídica.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 03 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDITTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A53C0512

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 297/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 2.171.893,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 297/2026 de 25/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.171.893,24 (dois milhões cento e setenta e um mil oitocentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento e Execução de Obras Públicas	
137 - 3.1.90.11.00.00	01510	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	443.324,85
138 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	158.568,39
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Educação	
06.001.12.122.0003.2.017.		Manut. gab. secret. educação	
175 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.090.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.020.		Manutenção da rede municipal Ensino Fundamental	
187 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.000,00
		Total Suplementação:	**2.171.893,24**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento e Execução de Obras Públicas	
144 - 3.3.90.30.00.00	01510	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
05.004.00.000.0000.0.000.		Divisão de Transportes	
05.004.15.451.0037.1.010.		Pavimentação de Ruas	
167 - 4.4.90.51.00.00	01510	OBRAS E INSTALAÇÕES	43.324,85
168 - 4.4.90.51.00.00	01511	OBRAS E INSTALAÇÕES	158.568,39
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.002.00.000.0000.0.000.		Divisão do Ensino Fundamental	
06.002.12.361.0021.2.020.		Manutenção da rede municipal Ensino Fundamental	
186 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	480.000,00
193 - 3.1.90.94.00.00	01103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	500.000,00
196 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	480.000,00
06.002.12.365.0020.2.103.		Manutenção das creches municipais	
237 - 4.4.90.51.00.00	01104	OBRAS E INSTALAÇÕES	110.000,00
		Total Redução:	**2.171.893,24**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado em 25 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:383CE654

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 321/2026 - DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO (NAF), GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETONº 321/2026, 10 de setembro de 2026.

SÚMULA: Designa servidores municipais para exercerem as funções de Núcleo de Apoio Técnico e Financeiro (NAF), Gestor e Fiscal de Contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários e Habitação, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, **ROZANE MARISTELA BENEDETTO OSAKI**, no uso de suas atribuições

legais e das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o contido no Memorando nº 035/2026 - SEMAFH e no Protocolo nº 9595/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e acompanhamento adequado da execução dos contratos administrativos, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores públicos municipais para exercerem as funções de Núcleo de Apoio Técnico e Financeiro (NAF), Gestor e Fiscal de Contratos junto à Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários e Habitação:

Núcleo de Apoio Técnico e Financeiro (NAF):
- Servidora: Cleide Pereira da Silva
- Cargo: Chefe de Assuntos Fundiários e Habitação
- Matrícula: 6352

Gestora de Contrato:
- Servidora: Neiva do Rocio Sarda
- Cargo: Chefe de Habitação
- Matrícula: 6566

Fiscal de Contrato:
- Servidor: Paulo Henrique Hara de Castro
- Cargo: Diretor de Assuntos Fundiários
- Matrícula: 6325

Art. 2º As atribuições de NAF, Gestor e Fiscal de Contratos deverão ser exercidas em estrita observância à legislação vigente que rege as contratações públicas e demais normativas municipais aplicáveis.
Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições e designações anteriores relativas a estas funções na referida Secretaria, com efeitos a partir de 09 de setembro de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2026.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, em 10 de setembro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:0A0B8613

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 322/2026 - REVOGA INTEGRALMENTE A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2025, QUE ESTABELECE ROTINAS E PROCEDIMENTOS SOBRE O FLUXO DA DESPESA PÚBLICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 322/2026, de 14 de setembro de 2026

Revoga integralmente a Instrução Normativa nº 001/2025, que estabelece rotinas e procedimentos sobre o fluxo da despesa pública no âmbito do Município de Antonina, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação, revisão e atualização dos procedimentos administrativos relacionados ao processamento da despesa pública no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de promover maior racionalização, eficiência e segurança jurídica na tramitação dos processos administrativos de despesas;

CONSIDERANDO que a Administração Pública pode rever seus atos e procedimentos administrativos, adequando-os às necessidades atuais da gestão municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica **integralmente revogada**, a partir da publicação deste Decreto, a **Instrução Normativa nº 001/2025**, expedida em 03 de abril de 2025, que estabelece rotinas e procedimentos sobre o fluxo da despesa pública no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Antonina.

Art. 2º Em razão da revogação prevista no art. 1º, ficam igualmente revogados todos os fluxogramas, formulários, listas de verificação, orientações e demais procedimentos que tenham sido instituídos exclusivamente pela Instrução Normativa nº 001/2025 e seus respectivos Anexos.

Art. 3º A revogação de que trata este Decreto não prejudica:

I – os atos administrativos regularmente praticados durante a vigência da Instrução Normativa nº 001/2025;
II – os processos administrativos já constituídos, os quais deverão observar a legislação aplicável e as normas vigentes à época da prática dos respectivos atos;
III – as obrigações legais e regulamentares decorrentes da legislação federal, estadual ou municipal aplicável à execução da despesa pública.

Art. 4º Os procedimentos relativos à execução, liquidação e pagamento das despesas públicas municipais continuarão a observar a legislação vigente e as normas administrativas aplicáveis, até que sejam eventualmente disciplinados por novo ato normativo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, em 14 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4EE5F87E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 324/2026 - NOMEIA COORDENADOR DE LICITAÇÕES – SEC FINANÇAS , PETRUS ANTONIO CYULYK

DECRETO Nº 324/2026, de 16 de setembro de 2026

NOMEIA COORDENADOR DE LICITAÇÕES – SEC FINANÇAS

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, **PETRUS ANTONIO CYULYK ,** RG nº 10.833.099-6 SESP/PR para o cargo de **COORDENADOR DE LICITAÇÕES – SEC FINANÇAS – CC3**, a partir de **16/09/2026.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no Art. 1°, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 16 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4AC9CB74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
P O R T A R I A Nº 416/2026 - DESIGNA O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO(A), COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANTONINA-PR

P O R T A R I A Nº 416/2026, de 15 de setembro de 2026

EMENTA: Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro(a), Comissão Permanente de Contratação e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações do Município de Antonina-PR, derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e, dá outras providencias.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o(a) servidor(a) **DEOCLECIO DE OLIVEIRA MILLEZI** - Matrícula nº 147 para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Município de Antonina, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º. Nomear o(a) servidor(a) **SANDRA ELIAS DO NASCIMENTO** – Matrícula nº 244301 e **MARIA ELIZA TRALESKI** – Matrícula nº 313481 para exercerem a **função de PREGOEIRO(A)** do Município de Antonina, a fim de conduzir os atos das licitações modalidade pregão presencial e eletrônico derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art.3º. Nomeia-se os(as) servidores **MARCIO DE CASTRO SANTOS** - Matrícula nº 142901, **CAMILA SCHWONKA HERARTH –** Matrícula nº 6305, **RAFAEL NEVES ALVES** – Matrícula nº 6252, **MARIA ELIZA TRALESKI** – Matrícula nº 313481, **ILZILIANE CARDOSO MAURICIO** – Matrícula nº 311001 e **ANA PAULA PERES MENDES** – Matrícula nº 904, para exercerem a **função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais** derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, conduzida pelo Agente de Contratação do Art. 1º, assim como pelo(a) Pregoeiro(a) disposto no Art.2º na proporção de no mínimo dois membros que compõem a equipe de apoio.

Art. 4º. Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do(a) Pregoeiro(a) a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Parágrafo único. O Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Art. 5º. Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o agente de contratação responsável por impulsionar, conduzir e executar os respectivos processos em todas as suas fases, com o auxílio da equipe de apoio.

Art. 6º. Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno deverão prestar assistência ao agente de contratação, pregoeiro(a) e respectiva equipe de apoio, ao funcionamento das comissões de contratação e à atuação de fiscais de contratos.

Art. 7º. Os Agentes Públicos durante o prazo de mandato farão jus ao recebimento de uma gratificação por encargos na forma do Art. 21º da Lei Municipal nº 005/2024, não sendo esta cumulativa quando nomeado a mais de uma atribuição.

Art. 8º. As designações constantes desta portaria modificam e revogam as que antecedem tais nomeações.

Art.9º. Caberá aos agentes públicos, designados por esta Portaria, conduzir as licitações da Câmara Municipal de Antonina, mediante a celebração de Convênio de que trata a Lei Municipal nº 14/2019.

Art.10. Esta Portaria entrará em vigor na **data de 15/09/2026**, **revogando-se as disposições em contrário**, em especial a **Portaria nº 334/2026, de 20/07/2026.**

GABINETE DA PREFEITA, em 15 de setembro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:BD54AEB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026

OBJETO: Contratação de empresa para publicação de avisos de editais de licitação da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em preto e branco em jornal de grande circulação no Estado do Paraná, podendo ser imprensa escrita ou eletrônica, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 56.200,00 (cinquenta e seis mil, duzentos reais).).

Recebimento das Propostas: das 08h00min do dia 17/09/2026 às 08h14min. do dia 01/10/2026.
Abertura das Propostas: das 08h15min. do dia 01/10/2026 às 08h59min. do dia 01/10/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h do dia 01/10/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 15 de setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:BA382D15

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2026 - ASSISTENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026, homologado pelo Decreto n.º 166/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Assistente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12921/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **17/09/2026, às 10h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta no Processo Administrativo n.º 20296/2026 --- SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	6h às 15h	1
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	10h às 19h	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
32°	MIRELI DE OLIVEIRA LUZ	16874/2026
33°	JENIFFER VIEIRA FARIAS	16723/2026
*34°	*BEATRIZ GONÇALVES APOLINÁRIO	*16019/2026
*35°	*SUSANA APARECIDA DUTRA QUILLO	*17369/2026

** Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 15 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal Nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal De Educação, Cultura E Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:765AFF50

ADMINISTRAÇÃO
LISTA PROVISÓRIA DE INSCRITOS – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19244/2026 LOCAL: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

LISTA PROVISÓRIA DE INSCRITOS – CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19244/2026
LOCAL: Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 15/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista provisória de inscritos:

1 Lista de candidatos inscritos, em ordem alfabética:

CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
ADILSON CHILHEN	22678/2026	INDEFERIDO
ADILSON CHILHEN	22727/2026	INDEFERIDO
ADRIANO GOMES DO VALLE	22503/2026	INDEFERIDO
ALCEU LUIS ENGELMANN	22504/2026	INDEFERIDO
ALCEU LUIS ENGELMANN	22506/2026	INDEFERIDO
ALDENIS JO DOS REIS	22483/2026	DEFERIDO
ANDERSON KACHAKI KVIATKOVSKI	21858/2026	INDEFERIDO
ANDERSON KACHAKI KVIATKOVSKI	21862/2026	INDEFERIDO
ANDERSON KACHAKI KVIATKOVSKI	22393/2026	INDEFERIDO
BENEDITO ADÃO QUEIROZ	22409/2026	INDEFERIDO

BRUNO ROBERTO BASTOS HONOFRE	22639/2026	INDEFERIDO
CELSO DA SILVA	22396/2026	INDEFERIDO
CLAITON CARDOZO DE OLIVEIRA	22899/2026	INDEFERIDO
CLAUDINEI DA SILVA RAMOS	22151/2026	INDEFERIDO
CLAUDINEI DA SILVA RAMOS	22777/2026	INDEFERIDO
ERIC IVANICHE CORDEIRO	22207/2026	DEFERIDO
ERNESTO HENTZSCHLER	22054/2026	INDEFERIDO
FERNANDO FERREIRA	22779/2026	INDEFERIDO
GILDO MUCHINSKI	22590/2026	INDEFERIDO
GILSON LUIZ CHAGAS	22638/2026	INDEFERIDO
ISMAEL RIBEIRO DA SILVA	22803/2026	DEFERIDO
JAIR STOCO	22142/2026	DEFERIDO
KELLEN GOMES PIRES	22397/2026	DEFERIDO
LEONARDO GOES DE FREITAS	22282/2026	INDEFERIDO
MARCELO MOREIRA DO NASCIMENTO	22642/2026	DEFERIDO
OTAVIO VIEIRA DOS SANTOS	22884/2026	INDEFERIDO
OZIEL JOSE CORDEIRO	22221/2026	INDEFERIDO
VALDECI DE SOUZA	22398/2026	INDEFERIDO

2 Os candidatos interessados em interpor recursos relativos à situação das inscrições, poderão fazê-lo através de Protocolo Digital ou no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, do dia 16/09/2026 até 17/09/2026.
3 As justificativas referentes aos indeferimentos se encontram junto ao protocolo de cada processo.

Balsa Nova, 15 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:3C7618EB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 643/2026

PORTARIA N.º 643/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o contido no processo administrativo n.º 23008/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 dias e consequente estabilidade provisória a servidora **DEBORA PEDRON,** registrada nas matrículas n.º 541796 e 541867, ocupante do cargo de "PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM".
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 14.09.2026.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 15 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:42442D80

GABINETE
DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 181/2026

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 181/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de AUXILIAR EM FARMÁCIA", veiculado ao Edital 13/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 9136/2026, nos termos das Leis Municipais nº879/2015, sob regime de excepcional interesse público e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei municipal nº 879/2015, e sob a coordenação, fiscalização e responsabilidade técnica da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº 345/2026 e demais disposições aplicáveis a espécie, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 9136/2026,

DECRETA:

Art. 1°. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado veiculado através do Edital nº. 13/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 9136/2026, para provimento do cargo de "**AUXILIAR EM FARMÁCIA**" a serem contratados por tempo determinado e excepcional interesse público nos termos da Lei Municipal 879/2015, conforme ordem classificatória, publicada no Diário Oficial em 15/09/2026.

Art. 2º. O prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado - PSS é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 16 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSÉ ANTÔNIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:3574E789

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
PORTARIA 157/2026 - COMISSÃO ESPECIAL

PORTARIA nº 157/2026

O Sr. **ANDRÉ DE SOUZA**, Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, com fundamento nos termos Regimentais desta Casa Legislativa,
RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo 40, §1° inciso I, do Regimento Interno, Constituo a COMISSÃO ESPECIAL para conduzir os trabalhos das PROPOSTAS DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA, os seguintes Vereadores:
1. Luciano Soares de Souza - **Presidente**
2. José Augusto Alves de Macedo - **Relator**
3. Lucas Andrade Teixeira - **Membro**
Parágrafo único. A Comissão Especial descrita neste artigo, deverão apreciar as Propostas de Emendas n° 05 e n° 06, ambas de 2026.
Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor nesta data de 15/09/2026.
Barbosa Ferraz/PR, 15 de setembro de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tarso Dolci
Código Identificador:17FF23DA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026 POR ITEM MENOR VALOR

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação, no caso de outros serviços e compras e decretos municipal 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a proposta mais vantajosa para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIAGENS TURÍSTICAS (AGÊNCIA DE VIAGEM), DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CADASTUR, PARA REALIZAÇÃO DE VIAGEM PARA FOZ DO IGUAÇU, INCLUINDO TRANSPORTE EM ÔNIBUS, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO COMPLETA, SEGURO VIAGEM, GUIAS DE TURISMO CREDENCIADOS E INGRESSOS PARA OS ATRATIVOS E PASSEIOS PROGRAMADOS conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação até **DIA 18/09/2026, ÀS 17:00:00 HORAS.**

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail proposta@barbosaferraz.pr.gov.br ou pelo protocolo geral https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 14/09/2026

HENRIQUE WARKEN
Presidente CPL

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:DCBE3710

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2026 POR ITEM MENOR VALOR

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI "SEDIADAS LOCALMENTE (MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR)"

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação, no caso de outros serviços e compras e decretos municipal 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE SHAMPOO, SOLUPAN E INTERCAP, PARA LIMPEZA DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ-PR conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação até **DIA 18/09/2026, ÀS 17:00:00 HORAS.**

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail proposta@barbosaferraz.pr.gov.br ou pelo protocolo geral https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 14/09/2026

HENRIQUE WARKEN
Presidente CPL

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:6235DC8A

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 136/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos do Art. 86 § 2º Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** em favor ULTRA VEICULOS ESPECIAIS LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 33.441.004/0001-64, com sede/domicílio na(o) AV TIRADENTES 6611 BOX 24/ JARDIM ROSICLER / LONDRINA / PR / 86072-000.
OBJETO**: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042/2025, ORIUNDA DO PREGÃO SRP N° 004/2025, GERENCIADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - CIMBAJE, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO MINIVAN (11 LUGARES), 0 KM, COM RECURSOS PROVENIENTES DA RESOLUÇÃO SESA Nº 516/2024.**

Pelo **VALOR DE R$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 15/09/2026.
HENRIQUE WARKEN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico por este termo

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:3B78C4FE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de seu representante legal, convoca a população em geral e interessados a participar de Audiências Públicas, com a seguinte programação:

Data: 28/09/2026 – segunda-feira

Horário: 15:00 horas
AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE/2026

Horário: 15:30 horas
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2027

Horário: 16:00 horas
AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
2º QUADRIMESTRE/2026

Horário: 16:10 horas
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE
2º QUADRIMESTRE/2026

Local das audiências: Câmara Municipal de Barbosa Ferraz
Transmissão:
<https://www.facebook.com/share/1EnNgrXrRQ/?mibextid=wwXIfr>
.

Barbosa Ferraz, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:17D2B12C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PÚBLICO Nº 01/2026

MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

EDITAL DE SELEÇÃO DE PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PARTICIPANTES PARA AS VIAGENS DO PROGRAMA PARANÁ MAIS VIAGEM

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, por meio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Plano de Trabalho integrante do **Termo de Convênio nº 031/2026**, celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná – SETU, torna público o presente **Edital de Seleção de Público**, destinado à seleção de pequenos produtores rurais interessados em participar das viagens turísticas previstas no Programa **Paraná Mais Viagem**.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto estabelecer as regras para inscrição e seleção de **pequenos produtores rurais residentes no Município de Barbosa Ferraz**, interessados em participar, gratuitamente, de viagem turística promovida pelo Município em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná – SETU.

1.2. Serão disponibilizadas as seguintes vagas:

I – Viagem para Foz do Iguaçu:
Período: **25 a 27 de setembro de 2026**;
Número de vagas para beneficiários: **42 pequenos produtores rurais, sendo 15 produtores acompanhados de seu conjuge (30vagas) e 12 produtores solteiros**.

1.3. A viagem sera realizada conforme roteiro e programação definidos no Plano de Trabalho do Convênio nº 031/2026.

2. DA GRATUIDADE

2.1. A participação dos beneficiários selecionados será **gratuita**, não sendo cobrada taxa de inscrição ou qualquer valor referente aos serviços previstos no projeto.

2.2. Conforme o Plano de Trabalho, as viagens contemplam, de acordo com cada destino:
transporte rodoviário;

seguro viagem;

guia de turismo;

hospedagem com café da manhã;

refeições previstas no roteiro;

ingressos para os atrativos turísticos programados.

2.3. Para Foz do Iguaçu estão previstos, entre outros, os ingressos para o Parque das Aves, Cataratas do Iguaçu, Itaipu Binacional e Aquafoz.

3. DO PÚBLICO-ALVO

3.1. Poderão participar do processo seletivo **pequenos produtores rurais residentes no Município de Barbosa Ferraz**.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de 16/09/2026 a 23/09/2026, junto à **Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo**, situada à Av. Raposo Tavares, nº900, Centro.

4.2. O candidato deverá apresentar:
I – documento oficial de identificação;
II – CPF;
III – comprovante de residência;
IV – documento que comprove sua condição de pequeno produtor rural, CAF
V – documentos necessários à comprovação dos critérios de pontuação declarados, número de matrícula, notas fiscais, certificados de conclusão de curso ou equivalente.

4.3. A Administração poderá solicitar documentação complementar para conferência das informações prestadas.

4.4 A apresentação de informações falsas ou documentos inidôneos implicará a exclusão do candidato do processo seletivo, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1. A seleção será realizada mediante análise dos critérios abaixo, que foram estabelecidos e aprovados em reunião conforme ata nº 01/2026, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, observada a documentação apresentada pelo candidato:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Emissão de notas fiscais de produtor rural entre jun/2025 à jun/2026	OBRIGATÓRIO
Possuir cadastro/registro que comprove a condição de agricultor familiar ou produtor rural (CAF)	OBRIGATÓRIO
Possuir área rural de ate 12.10 hectares	2 pontos
Possuir área rural acima de 12.10 hectares	1 ponto
Ter participado de até 2 cursos na área de agricultura/turismo/meio ambiente, organizados pelo municipio/sindicatos/IDR no periodo de jan/2025 à jun/2026	1 ponto
Ter participado de mais de 2 cursos na área de agricultura/turismo/meio ambiente, organizados pelo municipio/sindicatos/IDR no periodo de jan/2025 à jun/2026	2 pontos
Ser associado a associação com CAF Juridica Ser associado a associação/sindicato	2 pontos 1 ponto
TOTAL MÁXIMO	**9 pontos**

5.2. A pontuação será atribuída somente quando o candidato apresentar documentação ou informação passível de verificação pela Administração Municipal.

5.3. O candidato será classificado em ordem decrescente de pontuação, até o preenchimento do número de vagas disponíveis para cada viagem.

5.4. Os candidatos que não estiverem dentro do número de vagas serão classificados como **cadastro reserva/suplentes**, podendo ser convocados em caso de desistência ou impossibilidade de participação de candidato classificado.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Em caso de empate na pontuação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – menor área
II – maior idade;

7. DA CONFIRMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

7.1. Os candidatos classificados deverão confirmar sua participação no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo.

7.2. A ausência de confirmação dentro do prazo estabelecido poderá ser considerada desistência, sendo convocado o próximo candidato da lista de suplentes.

7.3. O participante deverá cumprir os horários e orientações fornecidos pela organização, especialmente quanto aos horários de embarque, retorno, hospedagem, alimentação e visitação dos atrativos.

7.4. A participação fica condicionada à assinatura de termo de compromisso e/ou autorização de participação, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo.

8. DA DESISTÊNCIA
8.1. O participante que, após a confirmação, não puder comparecer à viagem deverá comunicar sua desistência à Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo com a maior antecedência possível.
8.2. Havendo desistência, a vaga poderá ser destinada ao próximo candidato classificado no cadastro reserva, observada a ordem de classificação.
9. DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES
9.1. São responsabilidades dos participantes:
I – fornecer informações verdadeiras no momento da inscrição;
II – cumprir os horários e orientações da equipe responsável pela viagem;
III – respeitar os demais participantes, monitores, guias, motoristas e demais prestadores de serviço;
IV – zelar pelos locais, equipamentos e meios de transporte utilizados durante a viagem;
V – comunicar previamente qualquer condição que possa interferir na participação na viagem;
VI – participar das atividades e visitas previstas no roteiro, dentro das orientações da equipe responsável.
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
10.1. A participação nas viagens está condicionada ao cumprimento dos requisitos deste Edital e à disponibilidade de vagas.
10.2. A seleção observará os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, isonomia e interesse público**.
10.3. A Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo poderá realizar a conferência das informações apresentadas pelos candidatos, inclusive mediante consulta aos cadastros e registros públicos disponíveis.
10.4. Eventuais situações não previstas neste Edital serão analisadas e decididas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo, observada a legislação aplicável e as disposições do Termo de Convênio nº 031/2026 e respectivo Plano de Trabalho.
10.5. O presente chamamento público tem por finalidade assegurar a seleção transparente dos beneficiários das viagens previstas no Programa Paraná Mais Viagem, destinadas aos pequenos produtores rurais do Município de Barbosa Ferraz.
10.6. Integram este Edital, para todos os fins, as disposições constantes do Plano de Trabalho do Termo de Convênio nº 031/2026.

Barbosa Ferraz – Paraná, 15 de setembro de 2026.

JOSÉ SERGIO APARECIDO MILIOSSI
Secretário Municipal de Agricultura e Turismo

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

FICHA DE INSCRIÇÃO
PROGRAMA PARANÁ MAIS VIAGEM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO
MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ – PARANÁ
Destino: FOZ DO IGUAÇU- 25 A 27 DE SETEMBRO DE 2026

1. DADOS DO(A) CANDIDATO(A)
Nome completo: _____
CPF: _____
RG: _____
Data de nascimento: ____/____/_____
Idade: _____
Telefone: (____) _____
Endereço: _____
Bairro/Localidade: _____

2. INFORMAÇÕES PARA FINS DE SELEÇÃO
a) Possui NFs rurais emitidas entre JUN/2025 e JUN/2026?
☐ Sim ☐ Não
Números das Nfs.:

b) Possui documento/cadastro que comprove a condição de agricultor familiar (CAF)?
☐ Sim ☐ Não
Número da CAF:

c) Possui area rural :
☐ Até 12.10 hectares
☐ Acima de 12.10 hectares
Número da(s) matricula(a) correspondente:

d) Participou de cursos/treinamentos promovidos pela secretaria de agricultura/turismo/meio ambiente ou parceiros, sindicatos/IDR Pr, entre JAN/25 e JUN/26:
☐ até 2 cursos
☐ mais que 2 cursos
☐ Não participei de nenhum curso no período

e) Pertence a associação de produtor rural:
☐ Sim, ela possui CAF juridica
☐ Sim, não possui CAF juridica
☐Não pertenço a associação de produtor rural
Número da CAF Jurídica:

3. DECLARAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)
Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras e que estou ciente de que a apresentação de informações falsas poderá resultar na minha desclassificação do processo seletivo.
Declaro, ainda, estar ciente de que a inscrição **não garante a participação na viagem**, ficando minha seleção condicionada aos critérios estabelecidos no Edital de Seleção de Público nº 01/2026 e ao número de vagas disponíveis.
Declaro estar ciente de que, caso seja selecionado(a), deverei cumprir os horários, orientações e demais regras estabelecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo para a realização da viagem.

Barbosa Ferraz – PR, 16 de setembro de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

4. USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA
Data da inscrição: ____/____/_____
Inscrição nº: _____
Documentação apresentada:
☐ Documento de identificação
☐ CPF
☐ Comprovante de residência
☐ Comprovante de condição de produtor rural CAF
☐ Documentação comprobatória dos critérios de pontuação
Pontuação preliminar: _____ pontos
Responsável pelo recebimento: _____
Assinatura: _____

ANOTAÇÕES COMPLEMENTARES:

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:4470FAC5

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.832/2026

LEI ORDINÁRIA Nº 2.832/2026

SÚMULA: Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, Estado do Paraná, aprova e eu, **CARLOS ROSA ALVES**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:
L E I
Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, gerido pelo Chefe do Poder Executivo, por intermédio da Coordenadoria Municipal de Proteção e

Defesa Civil (COMPDEC), em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 1º O FUMPDEC constitui instrumento de captação e aplicação de recursos financeiros destinados a prover as ações preventivas, de socorro, de assistência emergencial e de recuperação às populações atingidas por desastres e outras atividades inerentes à proteção e defesa civil no Município.
§ 2º O FUMPDEC terá duração por prazo indeterminado e gestão autônoma.

Art. 2º O FUMPDEC tem por finalidade financiar ações de:
I – prevenção, projetos e ações voltados à redução de riscos de desastres;
II – mitigação de riscos;
III – preparação para emergências;
IV – resposta a desastres;
V – assistência emergencial às populações atingidas;
VI – recuperação e reconstrução de áreas afetadas;
VII – aquisição de equipamentos, materiais e estrutura necessários às atividades de proteção e defesa civil;
VIII – capacitação de agentes e voluntários de defesa civil.

Art. 3º Constituem receitas do FUMPDEC:
I – dotações consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
II – verbas repassadas pela Defesa Civil da União, do Estado e de outros órgãos oficiais;
III – recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
IV – transferências provenientes de fundos de natureza similar, inclusive na modalidade fundo a fundo provenientes do Estado ou da União;
V – auxílios, doações, subvenções, legados e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ou de pessoas físicas ou jurídicas, destinados à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;
VI – rendimentos e remuneração decorrentes de aplicações financeiras de recursos pertencentes ao FUMPDEC;
VII – saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP), não aplicados e ainda disponíveis;
VIII – outros recursos que lhe forem legalmente destinados ou atribuídos.
Parágrafo único. Os recursos do FUMPDEC não substituem as dotações orçamentárias próprias do Município destinadas às ações de proteção e defesa civil, sendo expressamente vedada a utilização dos recursos do FUMPDEC para o pagamento de despesas de pessoal ou encargos sociais da administração permanente.

Art. 4º A estrutura orçamentária do FUMPDEC integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.
§ 1º A contabilidade do FUMPDEC será realizada pela Secretaria Municipal de Contabilidade, Gestão e Finanças.
§ 2º A movimentação de recursos financeiros do FUMPDEC será realizada por meio de conta corrente específica, mantida em instituição financeira oficial sediada no Município de Barbosa Ferraz, ficando tais recursos de receitas auferidas vinculados à realização e cobertura de despesas do próprio FUMPDEC.
§ 3º O saldo financeiro positivo apurado ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º Compete ao Órgão Gestor do FUMPDEC:
I – administrar os recursos financeiros do Fundo;
II – propor a aplicação dos recursos e cumprir as instruções e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor e pela COMPDEC;
III – preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;
IV – elaborar relatórios de execução e prestar contas da gestão financeira;
V – acompanhar os resultados das ações financiadas;
VI – desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC.

Art. 6º Os recursos do FUMPDEC serão geridos e acompanhados por um Conselho Diretor, que deverá estabelecer os critérios para priorização e aprovação dos requerimentos realizados, acompanhamento, fiscalização e aprovação da prestação de contas.
§ 1º O Conselho Diretor será formado por representantes das seguintes unidades da Administração Municipal, sob a presidência do primeiro:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III – Secretaria Municipal de Ação Social;
IV – Secretaria Municipal de Contabilidade, Gestão e Finanças;
V – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
VI – Secretaria Municipal de Obras, Projetos e Serviços Urbanos.
§ 2º A participação no Conselho Diretor será considerada serviço público relevante e não remunerado.
§ 3º Em situações de Emergência ou Estado de Calamidade Pública devidamente homologadas, o rito de aplicação dos recursos será simplificado e sumário, visando garantir a agilidade no atendimento à população afetada e a pronta resposta ao desastre.
Art. 7º A aplicação dos recursos do FUMPDEC estará sujeita à prestação de contas aos órgãos de controle competentes, observadas as normas da legislação financeira e de responsabilidade fiscal.

Art. 8º Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMPDEC, os recursos remanescentes serão transferidos ao órgão central da administração municipal e incorporados ao patrimônio do Município, para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de proteção e defesa civil.

Art. 9º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Contabilidade, Gestão e Finanças a realizar os ajustes orçamentários necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz/PR, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:8ADDA177

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.833/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.833/2026.

SÚMULA: Institui a Política Municipal de Coleta Seletiva com Inclusão Social e Econômica das Catadoras e dos Catadores de Materiais Recicláveis, organiza o Sistema Municipal de Coleta Seletiva, estabelece normas para a prestação do serviço público de coleta seletiva e dispõe sobre a contratação de serviços, parcerias e formas de incentivo municipal às organizações de catadores no Município de Barbosa Ferraz, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, aprova, e eu, CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA
Art. 1º Fica instituída, no Município de Barbosa Ferraz, a Política Municipal de Coleta Seletiva com Inclusão Social e Econômica das Catadoras e dos Catadores de Materiais Recicláveis, destinada a

promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis, ampliar a reutilização e a reciclagem, reduzir a quantidade de resíduos encaminhados à disposição final, fortalecer a economia circular e promover a inclusão social, produtiva e econômica das pessoas que exercem a atividade de coleta e reciclagem.

Art. 2º A Política Municipal de que trata esta Lei será executada de forma integrada pelo Poder Público, pela sociedade civil, pelos geradores de resíduos, pelos estabelecimentos públicos e privados, pelas organizações de catadores, pelas empresas sujeitas à logística reversa e pela população, observadas a legislação federal, estadual e municipal aplicável e as características e necessidades do Município.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Coleta Seletiva a ampliação progressiva da coleta seletiva em todo o território municipal, a melhoria da qualidade dos materiais recicláveis coletados, a redução dos resíduos destinados aos aterros sanitários, o fortalecimento das associações e cooperativas de catadores, a geração de trabalho e renda, a melhoria das condições de trabalho, o estímulo à organização coletiva dos catadores e a promoção da educação ambiental.

Art. 4º Na execução desta Política, o Município observará os princípios da sustentabilidade ambiental, da dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho, da inclusão socioprodutiva, da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, da economia circular, da proteção do meio ambiente, da eficiência administrativa e da universalização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA

Art. 5º Fica instituído o Sistema Municipal de Coleta Seletiva, destinado a organizar, coordenar e executar as ações relacionadas à separação, coleta, transporte, triagem, classificação, beneficiamento, comercialização e destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis gerados no Município.

Art. 6º Integram o Sistema Municipal de Coleta Seletiva o Poder Executivo Municipal, as associações ou cooperativas de catadores que venham a atuar em parceria com o Município, os geradores de resíduos, os órgãos e entidades públicas, os estabelecimentos comerciais e industriais, as instituições de ensino, as empresas sujeitas à logística reversa e a população em geral.

Art. 7º A coleta seletiva constitui serviço público integrante do sistema municipal de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, competindo ao Município organizar sua execução, estabelecer as áreas e modalidades de atendimento, definir dias e horários, disciplinar os procedimentos operacionais e promover sua expansão progressiva.

Art. 8º Para a organização do Sistema Municipal de Coleta Seletiva, o Poder Executivo poderá implantar, diretamente ou mediante os instrumentos jurídicos previstos nesta Lei, pontos de entrega voluntária, centrais ou unidades de triagem, espaços destinados ao armazenamento de materiais recicláveis, programas de coleta em prédios públicos, escolas, estabelecimentos comerciais e outras estruturas necessárias ao funcionamento do sistema.

Art. 9º O Município poderá estabelecer diferentes modalidades de coleta seletiva, inclusive porta a porta, pontos de entrega voluntária, coleta em estabelecimentos públicos ou privados e outras formas compatíveis com as características do Município, podendo organizar sua execução por regiões, bairros, comunidades, distritos ou outras áreas de atendimento.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E DA DESTINAÇÃO DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS

Art. 10. Os resíduos recicláveis devidamente separados pelos geradores e disponibilizados para a coleta seletiva nos dias, horários, locais e condições estabelecidos pelo Município integrarão o Sistema Municipal de Coleta Seletiva e serão destinados prioritariamente à associação ou cooperativa de catadores que estiver autorizada, contratada ou parceira do Município para sua coleta, triagem ou processamento, observada a legislação aplicável.

Art. 11. A disponibilização dos resíduos recicláveis nos locais definidos pelo Município caracteriza sua entrega ao sistema público de coleta seletiva, cabendo ao Município assegurar, diretamente ou mediante contratação, parceria ou outro instrumento legalmente admitido, sua coleta, transporte, triagem e destinação ambientalmente adequada.

Art. 12. Os geradores domiciliares deverão realizar a separação dos resíduos recicláveis na forma estabelecida pelo Município, enquanto os grandes geradores deverão observar as normas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos sólidos e, quando exigido, elaborar e executar o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Art. 13. Após a disponibilização dos resíduos recicláveis para a coleta seletiva pública, fica vedada sua retirada, apropriação, remanejamento ou triagem por pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas pelo Município.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a comercialização ou destinação privada de materiais recicláveis antes de sua disponibilização para a coleta pública, nem impede que os grandes geradores, nos casos admitidos pela legislação, contratem diretamente empresas ou organizações legalmente habilitadas para o gerenciamento de seus resíduos.

CAPÍTULO IV
DA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS CATADORAS E DOS CATADORES

Art. 14. O Município reconhecerá as catadoras e os catadores de materiais recicláveis como agentes ambientais e as associações e cooperativas regularmente constituídas como organizações de relevante interesse público para a execução da Política Municipal de Coleta Seletiva, priorizando, sempre que técnica e juridicamente possível, sua participação na coleta, triagem, classificação, beneficiamento e comercialização dos materiais recicláveis.

Art. 15. O Poder Executivo promoverá ações destinadas à inclusão social, produtiva e econômica das catadoras e dos catadores, buscando a melhoria das condições de trabalho, a ampliação da renda, a qualificação profissional, a segurança do trabalho, a organização coletiva, o fortalecimento institucional das entidades e o acesso às políticas públicas.

Art. 16. O Município poderá desenvolver programas permanentes de capacitação, qualificação profissional, educação ambiental, empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, segurança do trabalho, gestão administrativa, contábil e financeira e comercialização de materiais recicláveis destinados às organizações de catadores e aos catadores interessados.

CAPÍTULO V
DOS CATADORES AUTÔNOMOS

Art. 17. O Município reconhecerá a existência dos catadores autônomos de materiais recicláveis e poderá promover seu cadastramento, orientação, qualificação profissional e inclusão produtiva, incentivando sua integração às associações ou cooperativas existentes ou a outras formas de organização coletiva.

Art. 18. As ações destinadas aos catadores autônomos terão como finalidade a formalização da atividade, a melhoria das condições de trabalho, o acesso às políticas públicas, a segurança e a saúde ocupacional, a ampliação da renda e a organização coletiva da atividade, sem prejuízo do livre exercício da atividade econômica dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

Art. 19. O cadastramento dos catadores autônomos poderá ser utilizado pelo Município para fins de planejamento das políticas públicas, identificação das pessoas que exercem a atividade, oferta de capacitação, encaminhamento para programas sociais e de geração de trabalho e renda e estímulo à sua organização em associação ou cooperativa.

Parágrafo único. O cadastramento de que trata este artigo não gera, por si só, vínculo empregatício, direito à contratação pelo Município ou direito automático ao recebimento de recursos públicos.

CAPÍTULO VI
DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

Art. 20. Para a execução da Política Municipal e do Sistema Municipal de Coleta Seletiva, o Município poderá contratar associações ou cooperativas de catadores regularmente constituídas para a prestação de serviços de coleta seletiva, transporte, triagem, processamento, beneficiamento e outras atividades relacionadas ao gerenciamento dos resíduos recicláveis, inclusive ações de educação ambiental vinculadas ao objeto contratado.

§ 1º Quando presentes os requisitos legais, a contratação poderá ser realizada mediante dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso IV, alínea "j", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
§ 2º A contratação dependerá da comprovação dos requisitos legais pela associação ou cooperativa, da demonstração do interesse público, da definição do objeto, das metas e condições de execução e da existência de disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 21. A remuneração da associação ou cooperativa contratada será estabelecida no respectivo contrato administrativo, considerando a natureza e a extensão dos serviços, as metas pactuadas, os custos necessários à adequada execução do objeto e os demais critérios previstos na legislação e no instrumento contratual.
Art. 22. O contrato poderá contemplar, além da remuneração pelos serviços efetivamente prestados, os custos diretamente relacionados à execução do objeto, inclusive despesas operacionais, manutenção e aquisição de equipamentos, veículos e instalações, equipamentos de proteção individual e coletiva, capacitação, assistência técnica, combustível, insumos e outras despesas necessárias à adequada prestação dos serviços, observadas a legislação, a disponibilidade orçamentária e as condições estabelecidas no instrumento.
Art. 23. A contratação de associação ou cooperativa para execução dos serviços de coleta seletiva não impede a utilização dos demais instrumentos de parceria ou incentivo previstos nesta Lei, desde que cada instrumento possua objeto próprio, fundamento jurídico adequado e não haja duplicidade indevida de financiamento da mesma despesa.

CAPÍTULO VII
DAS PARCERIAS COM AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

Art. 24. O Município poderá celebrar com associações e cooperativas de catadores Termo de Fomento, Termo de Colaboração, Acordo de Cooperação ou outros instrumentos previstos na legislação, especialmente na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, destinados ao fortalecimento institucional, administrativo, operacional e produtivo das entidades e à execução de projetos de interesse público relacionados à coleta seletiva e à reciclagem.
Art. 25. As parcerias poderão contemplar projetos destinados à aquisição de equipamentos, máquinas, veículos, mobiliários e outros bens, à melhoria ou implantação de infraestrutura, à capacitação dos associados, à educação ambiental, à modernização das atividades, ao fortalecimento da gestão, à segurança do trabalho e ao desenvolvimento de ações que contribuam para a ampliação e melhoria da coleta seletiva.
Parágrafo único. As parcerias serão formalizadas mediante o instrumento jurídico adequado e observarão os requisitos, procedimentos, metas, obrigações, mecanismos de acompanhamento e prestação de contas previstos na legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DAS FORMAS DE INCENTIVO MUNICIPAL

Art. 26. O Município poderá conceder incentivos destinados ao fortalecimento das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, visando à ampliação da coleta seletiva, à melhoria das condições de trabalho, à inclusão produtiva, à geração de renda, ao fortalecimento da economia circular e à proteção do meio ambiente.
Art. 27. Os incentivos municipais poderão compreender apoio financeiro, material, operacional, técnico, patrimonial e institucional, inclusive por meio de contratação de serviços, celebração de parcerias, cessão de uso de bens públicos, disponibilização ou aquisição de equipamentos, máquinas, veículos, mobiliários, equipamentos de proteção individual e coletiva, materiais de consumo, combustíveis e insumos, bem como manutenção de equipamentos e veículos e outras medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades.
§ 1º O apoio municipal poderá ainda compreender assistência técnica e orientação administrativa, jurídica, contábil e ambiental, capacitação profissional, realização de melhorias ou adequações em imóveis destinados às atividades da entidade, campanhas de educação ambiental, apoio à comercialização dos materiais recicláveis e outras ações compatíveis com os objetivos desta Lei.
§ 2º Os incentivos poderão ser concedidos de forma isolada ou cumulativa, conforme as necessidades da política pública, desde que observadas a legislação aplicável, a disponibilidade orçamentária e financeira, o interesse público e a compatibilidade entre os instrumentos utilizados.
Art. 28. A concessão de incentivo financeiro, material, patrimonial ou de qualquer outra natureza dependerá da formalização do instrumento jurídico adequado, da demonstração do interesse público e da observância das normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade fiscal, bem como da prestação de contas quando exigida pela legislação ou pelo instrumento celebrado.
Art. 29. A cessão de uso de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos ou outros bens públicos às associações ou cooperativas poderá ser realizada mediante instrumento próprio, observadas as exigências legais, a finalidade pública, o interesse da Administração e as condições de utilização, conservação, manutenção, fiscalização e eventual restituição dos bens.
Art. 30. O Poder Executivo poderá instituir programas específicos de incentivo às organizações de catadores, estabelecendo critérios de habilitação e priorização, metas, indicadores de desempenho e mecanismos de acompanhamento, avaliação e fiscalização.
Art. 31. A concessão de incentivos prevista nesta Lei não gera direito adquirido à sua manutenção e poderá ser revista, suspensa ou cancelada quando houver descumprimento das obrigações assumidas, desvio de finalidade, irregularidade na aplicação dos recursos ou bens, ausência de execução do objeto ou superveniência de interesse público devidamente motivado.
Art. 32. O Município poderá prever em seus instrumentos de planejamento e orçamento programas, ações, metas e dotações específicas destinadas à execução da Política Municipal instituída por esta Lei, observadas as normas de direito financeiro, planejamento público e responsabilidade fiscal.
Art. 33. A instituição de incentivos ou benefícios de natureza tributária dependerá de lei específica e deverá observar a legislação tributária aplicável, inclusive as exigências previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO IX
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 34. O Município promoverá campanhas permanentes de educação ambiental destinadas a incentivar a separação adequada dos resíduos na fonte geradora, a coleta seletiva, a reciclagem, a redução da geração de resíduos, o consumo responsável, a logística reversa e a valorização social e econômica do trabalho desenvolvido pelas catadoras e pelos catadores de materiais recicláveis.
Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adotar práticas de coleta seletiva em suas dependências, promovendo a separação e a destinação dos materiais recicláveis ao Sistema Municipal de Coleta Seletiva, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.
Art. 36. O Município poderá promover ações de educação ambiental em escolas, órgãos públicos, bairros, comunidades, estabelecimentos comerciais e demais espaços públicos ou privados, inclusive mediante parcerias com associações, cooperativas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO X
DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

Art. 37. Caberá ao órgão municipal responsável pela política de gestão de resíduos sólidos acompanhar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução das ações, contratos, parcerias e incentivos decorrentes desta Lei, podendo solicitar documentos, realizar inspeções e adotar as providências necessárias à proteção do interesse público.
Art. 38. As associações e cooperativas beneficiárias de contratos, parcerias ou incentivos deverão manter sua regularidade jurídica, fiscal e administrativa, cumprir as obrigações assumidas, utilizar os recursos e bens recebidos exclusivamente para as finalidades estabelecidas, permitir a fiscalização pelos órgãos competentes e observar a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de segurança do trabalho.
Art. 39. Constitui infração administrativa, nos termos da legislação aplicável, a prática de atos que comprometam ou prejudiquem a execução da coleta seletiva, especialmente a retirada não autorizada

de resíduos já disponibilizados para a coleta pública, a danificação de equipamentos destinados ao serviço, o descarte irregular de resíduos e quaisquer outros atos que impeçam ou dificultem o funcionamento do Sistema Municipal de Coleta Seletiva.
Parágrafo único. A aplicação de sanções administrativas observará a legislação específica, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 40. A execução desta Lei observará as normas federais, estaduais e municipais relativas à gestão de resíduos sólidos, à limpeza urbana, à contratação pública, às parcerias com organizações da sociedade civil, ao meio ambiente, ao direito financeiro e à responsabilidade fiscal.
Art. 41. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, especialmente quanto à organização e funcionamento do Sistema Municipal de Coleta Seletiva, às áreas e modalidades de atendimento, aos procedimentos de cadastramento dos catadores autônomos, aos requisitos para participação das associações e cooperativas, aos instrumentos de contratação e parceria, aos critérios de concessão dos incentivos, às formas de fiscalização e aos mecanismos de avaliação dos resultados.
Art. 42. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas as disposições legais pertinentes.
Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:148705A2

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.834/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.834/2026.

EMENTA: Dispõe sobre a proibição do cultivo, plantio, replantio, produção, distribuição, doação e comercialização da espécie exótica invasora *Spathodea campanulata* (Espatódea), estabelece medidas para sua substituição gradual por espécies nativas da flora brasileira e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, aprova, e eu, CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Ficam proibidos, no âmbito do Município de Barbosa Ferraz, o cultivo, o plantio, o replantio, a produção de mudas, a distribuição, a doação e a comercialização da espécie arbórea *Spathodea campanulata*, conhecida popularmente como Espatódea, Tulipeira-Africana, Tulipeira-do-Gabão, Bisnagueira, Xixi-de-Macaco ou Chama-da-Floresta.
Parágrafo único. A proibição de que trata o caput aplica-se igualmente à utilização da espécie em projetos de arborização urbana, paisagismo, recuperação ambiental e demais ações promovidas ou autorizadas pelo Poder Público Municipal.
Art. 2º - A presente Lei aplica-se às áreas públicas e privadas localizadas no território do Município de Barbosa Ferraz, compreendendo:
I – praças, parques, jardins, canteiros centrais, vias públicas e demais espaços públicos;
II – imóveis residenciais, comerciais, industriais, institucionais e rurais;
III – viveiros, floriculturas, estabelecimentos comerciais e demais locais destinados à produção, comercialização ou distribuição de mudas.

Art. 3º - A espécie *Spathodea campanulata* é considerada espécie exótica invasora, apresentando elevado potencial de causar impactos ambientais negativos, especialmente:
I – competição com espécies nativas da flora;
II – redução da biodiversidade local;
III – alteração dos processos naturais de regeneração da vegetação;
IV – prejuízos à fauna silvestre, especialmente às espécies polinizadoras, como abelhas nativas, beija-flores e outros animais;
V – risco de disseminação para áreas ambientalmente protegidas, comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas.

Art. 4º - Fica vedada a utilização da espécie *Spathodea campanulata* em programas de arborização urbana, reflorestamento, recuperação ambiental, paisagismo ou qualquer outro projeto desenvolvido, executado, incentivado ou financiado pelo Município.

Art. 5º - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal competente, promoverá campanhas permanentes de educação ambiental visando:
I – conscientizar a população sobre os impactos ambientais decorrentes da propagação da espécie;
II – incentivar sua substituição por espécies nativas da flora brasileira;
III – orientar proprietários de imóveis sobre as formas ambientalmente adequadas de manejo, supressão e destinação dos resíduos vegetais.

Art. 6º - Os exemplares atualmente existentes da espécie *Spathodea campanulata* deverão ser gradualmente substituídos por espécies nativas da flora brasileira, observadas as condições técnicas, ambientais e de segurança.
§ 1º A substituição observará plano de manejo elaborado ou aprovado pelo órgão ambiental competente.
§ 2º A escolha das espécies substitutas deverá priorizar árvores nativas adaptadas às condições climáticas e ambientais do Município.

Art. 7º - A supressão, poda, controle e destinação dos resíduos provenientes da espécie *Spathodea campanulata* deverão observar:
I – a legislação ambiental vigente;
II – as recomendações técnicas expedidas pelo Instituto Água e Terra – IAT ou outro órgão ambiental competente;
III – normas que impeçam a propagação da espécie para outras áreas.

Parágrafo único. O proprietário ou responsável pelo imóvel responderá pela correta destinação do material vegetal resultante da poda ou supressão.

Art. 8º - Os viveiros, floriculturas e demais estabelecimentos que comercializem mudas da espécie terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, para cessar definitivamente sua produção, distribuição e comercialização.

Art. 9º - Compete ao órgão municipal responsável pela política ambiental fiscalizar o cumprimento desta Lei, podendo celebrar convênios e parcerias com órgãos estaduais e federais para sua efetiva implementação.

Art. 10º - O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais.

Art. 11º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, especialmente quanto aos procedimentos de fiscalização, orientação técnica e substituição das espécies.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:9366D945

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.835/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.835/2026.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um crédito especial, no exercício de 2026, na importância de até 307.315,70 (trezentos e sete mil e trezentos e quinze reais e setenta centavos)

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, aprova, e eu, CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do exercício de 2026, Lei Municipal Nº 2796/2025 de 05/01/2026, um crédito Especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$ 307.315,70 (trezentos e sete mil e trezentos e quinze reais e setenta centavos)

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
04.002.08.242.0005.1.395		EMENDA INDIVIDUAL 202643140004 GND3 - APAE	
493 - 3.1.50.43.00.00	32071	SUBVENÇÕES SOCIAIS	104.603,41
04.002.08.244.0005.1.394		EMENDA INDIVIDUAL 202640890015 GND3	
491 - 3.3.90.30.00.00	32067	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
490 - 3.3.90.39.00.00	32067	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	190.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.1.369		FECAP - RECONTRUÇÃO DE PONTES E REPAROS EM EDIFICAÇÕES	
492 - 3.3.30.93.00.00	32049	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.712,29
Total Suplementação:			307.315,70

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso Anulação de dotações, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução						
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL				
04.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
04.002.08.242.0005.1.395		EMENDA INDIVIDUAL 202643140004 GND3 - APAE				
467 - 3.3.50.43.00.00	32071	SUBVENÇÕES SOCIAIS		104.603,41		
04.002.08.244.0005.1.394		EMENDA INDIVIDUAL 202640890015 GND3				
466 - 3.3.50.43.00.00	32067	SUBVENÇÕES SOCIAIS		200.000,00		
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS				
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS				
06.001.15.127.0011.1.369		FECAP - RECONTRUÇÃO DE PONTES E REPAROS EM EDIFICAÇÕES				
365 - 4.4.90.51.00.00	32049	OBRAS E INSTALAÇÕES		2.712,29		
Total Redução:				307.315,70		

Art 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Barbosa Ferraz, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:A1F9D69C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA Nº 298/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 298/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia Comissão de Estudos para Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz – PR, Carlos Rosa Alves, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o NOMEAR Comissão de Estudos para reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, composta pelos seguintes membros:

Dirigente da Secretaria Municipal de Educação:

Ana Catarina Barbosa Blessa Pegoraro

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Marta Soares Zechmeister

Representante da Administração Municipal:

Fábio Caparroz

Representante do Setor Jurídico:

Fátima Aiache Pegoraro

Representante do Setor de Recursos Humanos:

Juliana Pinheiro da Silva

Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Luciano Soares de Souza

Representante do Setor de Finanças:

Adriano Gonçalves de Oliveira

Profissionais do Magistério representando as Instituições Educacionais Municipais:

Ione Ribeiro da Silva - CPF: 038.077.029-62
Luciana Josélia Micolajunas - CPF: 030.994.069-96
Magna Aparecida Pimenta Bergamin - CPF: 028.061.489-60
Maria Aparecida dos Santos Paulo – CPF: 011.297.909-24
Mirian de Oliveira Vieira – CPF: 037.419.369-01
Natalina Justino de Aguiar – CPF: 006.546.849-01
Rosimeri Almir de Paula - CPF: 815.404.859-00
Sirlei de Almeida Albano – CPF: 007.515.429-38
Thaís Bahía Conseli – CPF: 105.345.589-50

Art. 2o A Comissão será presidida pelo Dirigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3o Caberá à Comissão acompanhar os trabalhos de reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, sugerir alterações e discuti-lo com os demais profissionais do magistério.

Art. 4o Os trabalhos da Comissão encerrar-se-ão com a aprovação do projeto de lei pelo Poder Legislativo e sua sanção e publicação pelo Poder Executivo.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:6DB035A0

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
RESOLUÇÃO 09/2026 – CMDCA

RESOLUÇÃO 09/2026 – CMDCA

Súmula: Dispõe sobre a contratação de Conselheiro (a) Tutelar suplente do município de Barbosa Ferraz/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barbosa Ferraz – CMDCA, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), lei municipal nº. 2.598/2023 de 14 de março de 2023, e:
CONSIDERANDO a necessidade de o Conselho tutelar funcionar com 05 (cinco) integrantes, que constitui no mínimo legal para a composição do colegiado;
CONSIDERANDO a substituição do conselheiro tutelar **CLAUDIO VITOR MENDES**, que gozará no período de férias de 05/10/2026 a 04/11/2026.
CONSIDERANDO a aprovação na reunião ordinária do conselho Municipal da Criança e Adolescente em data de 03/09/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR, nos termos da Lei Municipal n° nº. 2.598/2023 de 14 de março de 2023, contrata a Sra. Lourdes Carneiro Fonseca, atendendo os requisitos mínimos, para assumir o cargo de Conselheiro (a) Tutelar Titular, em substituição a conselheira que gozará de férias no período de 05/10/26 a 04/11/26.
Art. 2º. A Conselheira Tutelar Suplente deverá se apresentar no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Barbosa Ferraz/PR, no prazo de 03 (três dias) úteis a contar da data da publicação desta Resolução.
Art. 3º. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Barbosa Ferraz, 15 de setembro 2026.

IDALINA AGUILAR SEIXAS
Vice-Presidente CMDCA – Barbosa Ferraz/PR

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:E04AF393

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E A ASSOCIAÇÃO CASA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BARBOSA FERRAZ.

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.950.062/0001-26, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 363, Centro, Barbosa Ferraz/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, CARLOS ROSA ALVES, doravante denominado CEDENTE;
e a ASSOCIAÇÃO CASA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BARBOSA FERRAZ, inscrita no CNPJ nº 49.315.375/0001-03, com sede no Município de Barbosa Ferraz/PR, neste ato representada por seu Presidente, Luiz Carlos Cafisso, brasileiro, produtor rural, portador do CPF nº 616.561.359-49, doravante denominada CESSIONÁRIA;
RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo tem por finalidade formalizar a cessão de uso dos imóveis previstos na Lei Municipal nº 2.726/2025 (Reeditada), com a inclusão do Lote de Terras nº 07 da Quadra nº 27, nos termos da Lei Municipal nº 2.831/2026, permanecendo aplicáveis as demais condições estabelecidas na legislação municipal, desde que compatíveis com o presente instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
Constitui objeto da presente cessão de uso os imóveis pertencentes ao Município de Barbosa Ferraz, assim descritos de acordo com a Lei Municipal nº 2.831/2026:
I – Lote de Terras nº 05 da Quadra nº 27, com área de 251,45 m², matriculado no CRI/BF sob nº 15.457;
II – Lote de Terras nº 06 da Quadra nº 27, com área de 251,45 m², matriculado no CRI/BF sob nº 15.458;
III – Lote de Terras nº 07 da Quadra nº 27, com área de 256,15 m², matriculado no CRI/BF sob nº 15.459; todos situados na Planta Urbana da cidade de Barbosa Ferraz – PR.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE
A presente cessão de uso destina-se às finalidades estabelecidas na Lei Municipal nº 2.726/2025 (Reeditada), abrangendo os Lotes de Terras nº 05 e nº 06 da Quadra nº 27, bem como o Lote nº 07 da Quadra nº 27, este último também destinado à continuidade da instalação e utilização de Sistema de Geração Fotovoltaico On-Grid, destinado ao atendimento das demandas da Associação Casa da Agricultura Familiar de Barbosa Ferraz e dos agentes ambientais a ela associados.
§1º É vedada a utilização dos imóveis para finalidade diversa das previstas na legislação municipal e neste Termo de Cessão de Uso.
§2º É vedada a exploração comercial por terceiros ou a cessão, locação, empréstimo ou transferência dos imóveis sem autorização expressa do Município.
CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO
A cessão é concedida, conforme a legislação municipal aplicável, a título gratuito pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da assinatura deste Termo, podendo ser prorrogada por igual período mediante interesse público devidamente justificado e manifestação expressa do Município.
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA
Constituem obrigações da CESSIONÁRIA:
I – utilizar os imóveis exclusivamente para os fins previstos na legislação municipal e neste Termo;
II – conservar e zelar pelos imóveis, mantendo-os em perfeitas condições de uso, higiene e segurança;
III – realizar, às suas expensas, as manutenções ordinárias e os pequenos reparos necessários;
IV – arcar integralmente com as despesas de água, energia elétrica, telefonia, internet, tributos incidentes sobre suas atividades, taxas, contribuições e demais encargos decorrentes da utilização dos imóveis;
V – responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários relativos a empregados, prestadores de serviço ou colaboradores eventualmente vinculados às suas atividades;
VI – permitir a fiscalização dos imóveis pelos órgãos municipais competentes sempre que solicitado;
VII – manter atualizados seus documentos constitutivos, sua diretoria e as certidões de regularidade fiscal.
CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES
A CESSIONÁRIA assume integral responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos causados a terceiros em decorrência da utilização dos imóveis e das atividades neles desenvolvidas.
Parágrafo único. O Município não responderá por acidentes, danos, furtos, roubos ou quaisquer prejuízos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Associação nos imóveis.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS

As benfeitorias úteis ou necessárias eventualmente realizadas pela CESSIONÁRIA incorporar-se-ão aos imóveis, sem direito a retenção ou indenização ao término da cessão.
§1º Obras ou ampliações somente poderão ser executadas mediante autorização prévia e expressa do Município.
§2º A aprovação municipal não exime a Associação da obtenção de licenças e autorizações exigidas pela legislação aplicável.
§3º A instalação, ampliação, alteração ou retirada de equipamentos integrantes do Sistema de Geração Fotovoltaico On-Grid dependerá de prévia autorização do Município, sem prejuízo da observância das normas técnicas e das licenças ou autorizações eventualmente exigíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO E RESCISÃO

A presente cessão poderá ser revogada pelo Município, mediante processo administrativo e garantia do contraditório e da ampla defesa, quando:
I – houver desvio de finalidade;
II – ocorrer cessão ou transferência irregular dos imóveis;
III – a Associação deixar de exercer suas atividades institucionais;
IV – ocorrer dissolução ou extinção da entidade;
V – houver interesse público devidamente fundamentado.

CLÁUSULA NONA – DA REVERSÃO

Extinta, revogada ou encerrada a presente cessão, os imóveis retornarão automaticamente à posse plena do Município de Barbosa Ferraz, nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.
Parágrafo único. Não será devido qualquer tipo de indenização ou ressarcimento à CESSIONÁRIA pelas benfeitorias realizadas, ressalvadas eventuais disposições legais supervenientes ou determinações judiciais que sejam aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo, ou outro órgão que vier a substituí-la, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento deste Termo, podendo solicitar o apoio dos demais órgãos técnicos municipais sempre que necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Barbosa Ferraz/PR para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento.
E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Barbosa Ferraz/PR, 14 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal
Cedente

LUIZ CARLOS CAFISSO
CPF nº 616.561.359-49
Presidente da Associação Casa da Agricultura Familiar
Cessionária

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:5B1051DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 297-2026

PORTARIA N° 297/2026
De: 15/09/2026.

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio a servidora Carmem Lucia Batista Santos e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com **a LEI MUNICIPAL Nº 2.269/2018** e suas alterações,

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a servidora **CARMEM LUCIA BATISTA SANTOS,** portadora do CPF nº 467.XXX.XXX-15, ocupante do cargo efetivo de Professora**,** na Matricula nº 501819, compreendendo o período de 15/09/2026 a 13/12/2026, referente ao período aquisitivo 2004/2009.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 15 de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANA CATARINA BARBOSA BLESSA PEGORARO
Secretário (a) Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:C683A367

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CONTABILIDADE
LEI N° 921/2026

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do Município de Barra do Jacaré para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º - O Orçamento do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, para o exercício de 2027, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I	-	Metas Fiscais
II	-	Riscos Fiscais
III	-	Memórias e Metodologias de Cálculos das Metas Fiscais
IV	-	Prioridades do Executivo e Legislativo Municipal
V	-	Estrutura dos Orçamentos
VI	-	Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município
VII	-	Disposições sobre a Dívida Pública Municipal
VIII	-	Disposições sobre Despesas com Pessoal
IX	-	Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária
X	-	Disposições Gerais

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estão identificadas nos anexos que compõe esta lei.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta (Poder Executivo e Legislativo), que recebem recursos do Orçamento Fiscal e todos os Órgãos e Fundos instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo 1	Metas Anuais.

Demonstrativo 2	Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
Demonstrativo 3	Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
Demonstrativo 4	Evolução do Patrimônio Líquido.
Demonstrativo 5	Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
Demonstrativo 6	Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

II – DOS RISCOS FISCAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao estabelecido no § 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Anexo de Riscos Fiscais é identificado através do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, integrante desta Lei.

III – MEMÓRIA E METODOLOGIAS DE CÁLCULOS DE METAS FISCAIS

Art. 6º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, os quais estão identificados nos anexos I, II e III desta Lei.

IV - DAS PRIORIDADES MUNICIPAIS

Art. 7º - As prioridades e metas do Executivo e Legislativo Municipal, para o exercício financeiro de 2027, devidamente constituídas em programas/ações físicas/financeiras serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos projetados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, as Entidades citadas no Art. 8º desta Lei, poderão aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita projetada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado mediante ato de decreto, efetuar alterações para fins de compatibilização orçamentária diante dos ajustes de recursos financeiros alocados, nova fonte de recurso, decorrentes da abertura de créditos adicionais.

V - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá as Entidades da Administração Direta (Poder Executivo e Legislativo) que recebem recursos do Tesouro, o qual será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos instituídos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

VI - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212, da Constituição Federal;

II – As despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - O Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações previstas na Constituição Federal.

Art. 11 - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 12 - O Orçamento para o exercício de 2027 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo Municipais (art. 1º, § 1º, art. 4º, I, "a" e art. 48 LRF).

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo Municipais de forma proporcional as suas dotações e observada às fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades não vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 15 - O Orçamento para o exercício de 2027 destinará recurso para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,20% das Receitas Correntes Líquidas. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - O recurso da Reserva de Contingência será destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e alterações posteriores (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - O recurso da Reserva de Contingência destinado a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de novembro de 2027, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 18 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados os recursos se garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 20 As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 21 São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - Que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - Que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 22 Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 23 A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades públicas e privadas para desenvolver programas nas áreas de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Indústria, Comércio, Serviços e outras, na área de sua competência.

§ 1º - Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, termo de Fomento ou similar, conforme determina os artigos 5º e 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.019/2014, Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 e o disposto no § 3º do art. 12 e artigos 16 e 17 da Lei Federal nº. 4.320/64.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 25 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item II do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 26 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 27 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 28 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2027 a preços correntes.

Art. 29 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 30 - Durante a execução orçamentária de 2027, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 31 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º,I, " e ", da LRF).

Art. 32 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2027 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, e, da LRF).

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento segundo disposições através de Resoluções do Senado Federal (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, da LRF).

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo Municipal e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizatória, poderão em 2027 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.

Art. 37 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá o limite de 54,00% e 6,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 38 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade

competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 39 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
II - Eliminação das despesas com horas-extras;
III - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

IX - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 41 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 42 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 43 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 46 - Os créditos especiais e extraordinários autorizados por Lei e abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta, para realização de obras ou serviços de competência do Município.

Art. 48 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 15 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Nascimento
Código Identificador:7714F99D

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 03/2026

INSCRIÇÃO PARA O PROGRAMA FRENTE MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Luiz Fabiano Zanatta, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados que estão abertas as inscrições para adesão ao Programa Frente de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 767/2021, de caráter social e assistencial, com o objetivo de conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no Município de Barra do Jacaré, visando estimulá-lo à busca de ocupação, qualificação profissional, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho, contribuindo para:

A. A formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos seus beneficiários;
B. Aumento da probabilidade de obtenção de emprego formal e participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
C. Elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a Educação de jovens e adultos;
D. Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade da população;
E. Estimular processos de geração de trabalho e renda, por meio do incentivo à criação e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social consiste na oferta de grupos socioeducativos e prestação de serviços comunitários, junto às Secretarias do Poder Executivo local. O Programa tem os seguintes princípios e objetivos:
I. Atender diretamente 16 (dezesseis) beneficiários,
II. 08 (oito) vagas diretas serão destinadas aos beneficiários do sexo masculino.
III. 08 (oito) vagas diretas serão destinadas aos beneficiários do sexo feminino.
IV. Acaso não houver procura por pessos de um sexo, as vagas remanescentes serão supridas por pessoas do sexo oposto até atingir o total de 16 (dezesseis) beneficiários.
V. Articulação entre Trabalho, Desenvolvimento, Cidadania e Ação Social, Educação e demais políticas sociais desenvolvidas pelo município.
VI. Inclusão social e produtiva mediante transferência de renda, qualificação social, profissional e prestação de serviços comunitários.
VI. Trabalho como Princípio Educativo e efetividade social.

1.2. Os beneficiários terão jornada mensal de 10 (dez) dias, tendo o contrato duração de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
a. Para efeitos da realização das horas de prestação de serviços comunitários, os beneficiários serão encaminhados às Secretarias Municipais para realização, prioritariamente, de atividades de serviços gerais compatíveis com o perfil de cada classificado, cujo labor semanal será de 08 (oito) horas diárias, das quais 04 (quatro) horas a cada 10 (dez) dias serão destinadas a atividades de capacitação e requalificação profissional.
b. A realização da prestação de serviços comunitários será obrigatória para fins de recebimento da bolsa-auxílio;
c. A ausência nas atividades em grupos socioeducativos ou nas atividades comunitárias implicará desde o abatimento no valor da bolsa-auxílio proporcional ao número de ausências, descontos, até na exclusão do beneficiário no Programa.

1.3. O presente processo de inscrição pública terá validade de 06 (seis) meses a partir da data de sua homologação.
1.4 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se dos critérios socioeconômicos para inclusão no Programa.
1.5 Para efeito da comprovação de que obedece aos critérios estabelecidos, os candidatos deverão, no ato da inscrição, juntar comprovantes das condições socioeconômicas exigidos nos termos deste edital.
1.6. São critérios para a inscrição no processo classificatório do Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social:

Conforme Art. 6º da lei municipal 767/2021 para habilitar-se no Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social, em qualquer circunstância de inscrição, o beneficiário deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:
I. Ter idade entre 18 (dezoito) e 65 (sessenta e cinco) anos para homem e 60 (sessenta) anos para mulher;
II. Estar em situação de desemprego há mais de 06 (seis) meses e não estar recebendo o seguro desemprego ou qualquer tipo de benefício previdenciário.
III. Comprovar que é residente e domiciliado no Município de Barra do Jacaré - PR há 01 (um) ano;
IV. Possuir renda mensal per capita igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo nacional vigente;
V. Comprometer-se em manter seus filhos e filhas com idade entre 06 (seis) e 15 (quinze) anos, matriculados e frequentando a escola, em um período mínimo de 75% do ano letivo, que deverá ser comprovado bimestralmente;
VI. Se não for alfabetizado, matricular-se e frequentar os programas de alfabetização de jovens e adultos disponibilizados no Município;
VII. Assinar Termo de Compromisso e Responsabilidade, declarando ter conhecimento das regras do Programa, às quais se sujeitará, sob pena de ser excluído do programa e/ou sofrer as devidas sanções legais, conforme previsto
no Artigo 15 da Lei 767/2021;
Parágrafo Único. Para o enquadramento na faixa etária, considerar-se-á a idade do beneficiário em números de anos completados até o dia do ano em que ocorrer seu cadastramento no Programa;

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição deve ser feita pessoalmente pelo candidato interessado no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na rua Paraná, n.º 202, centro, na cidade de Barra do Jacaré - PR nas datas estabelecidas neste edital.
2.2. O processo de inscrição será realizado sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social, após, será realizado:
I. Avaliação por técnico de nível superior dos serviços de Assistência Social, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, Psicóloga e/ou Secretário
Municipal da Mulher, Família e Assistência Social para avaliação dos inscritos no Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social, a partir de sua condição de vulnerabilidade social;
II. Emissão pela Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social de relatório das condições socioeconômicas que justifiquem a participação dos munícipes selecionados no programa, com lista por ordem de classificação;
III. A lista emitida pela Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social será encaminhada para publicação e classificação, segundo verificação de maior vulnerabilidade social dos inscritos para cada fase de início das turmas;

2.3.. Para a inscrição, é imprescindível que o candidato apresente cópia dos seguintes documentos:
I. Comprovante de residência no município de Barra do Jacaré, sendo aceitos para tal fim: correspondência recebida no domicílio, contrato de aluguel, escritura de imóvel, cópia de carteira de vacinação de postos de saúde do município, declaração de matrícula escolar em escolas do município, conta de água, luz ou telefone, declaração de residência assinada pelo candidato com duas testemunhas;
II. Certidão de Nascimento, se solteiro;
III. Certidão de Casamento, se casado;
IV. Documento de identidade (certidão de nascimento ou RG) dos dependentes menores de 14 anos;
V. Carteira de Vacinação, atualizada, dos dependentes menores de 14 (quatorze) anos;
VI. Cédula de Identidade;
VII. Comprovante de renda, indicando possuir renda mensal per capta igual ou inferior a 50% (cinquenta) por cento do salário mínimo nacional vigente;
IX. Declaração de Matrícula em instituição de ensino dos dependentes legais com idade entre 06 (seis) e 15 (quinze) anos;
X. Apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social - C.T.P.S;
XI. Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado;
XII. Para pessoa com deficiência - laudo médico atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência e a compatibilidade com o exercício da função;
a) O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) terá validade somente para este processo seletivo e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação;
b) Serão reservadas 5% das vagas aos portadores de deficiência. No caso de não serem providas serão revertidos aos demais candidatos habilitados, observada a rigorosa ordem classificatória.
2.4. Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente excluído do Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social o candidato que fornecer dados não verídicos no preenchimento da ficha de inscrição.
2.5. A publicação do resultado final do processo classificatório será feita em uma lista, contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência.
2.6. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

3.1 A classificação dos inscritos no Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social será obtida pela observação dos critérios abaixo discriminados, validados mediante relatório técnico e diagnóstico apresentado por servidor da Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social:
I. Menor renda familiar per capta;
II. Maior tempo de desemprego;
III. Menor grau de escolaridade do beneficiário;
IV. Condições de moradia;
V. Arrimo de família;
VI. Famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 (vinte e três) meses em estado de desnutrição;
VII. Famílias com maior número de dependentes;
VIII. Famílias com dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais;
IX. Famílias com filhos e/ou dependentes sob medida específica de proteção ou socioeducativas, previstas, respectivamente, nos artigos 98, 99 a 102 e 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
X. Egressos do sistema penitenciário;
3.2. No caso de pontuação idêntica será utilizada, para o desempate, a maior pontuação obtida nos critérios de classificação abaixo discriminados:
I. Menor renda familiar per capita;
II. Maior tempo de desemprego;
III. Menor grau de escolaridade do beneficiário;
IV. Condições de moradia;
V. Persistindo o empate, poderá ser realizado sorteio.
3.3 Será observada a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com deficiência em relação ao número de vagas totais disponibilizadas pelo programa, sendo que em caso de não preenchimento da respectiva quota, as mesmas serão disponibilizadas para famílias com integrantes portadores de necessidades especiais ou doença crônica;

4. DOS RECURSOS

4.1 O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação.
4.2 Todos os recursos deverão ser protocolados exclusivamente na Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social de Barra do Jacaré - PR.
4.3 O recurso deverá conter:
a. Nome do candidato;
b. Número de inscrição;
c. Número do documento de identidade;
d. Fundamentação ou embasamento, com as devidas razões do recurso;
e. Local, data e assinatura do candidato;
f. Não será aceito recurso interposto por correio, fax, internet, telegrama, aplicativos de mensagens ou outro meio que não o especificado neste Edital;
g. O recurso interposto fora do respectivo prazo será indeferido, sendo considerado, para tanto, a data de sua protocolização no local especificado no item 4.2;
h. No caso de deferimento de recurso interposto, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato;
i. A Coordenação do Programa constitui última instância para os recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais;
j. Não será aceito pedido de revisão de recurso e/ou recurso de recurso.
4.4. A decisão do deferimento ou indeferimento de recurso será disponibilizada no site: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

5. DA CONVOCAÇÃO

5.1. Os candidatos classificados dentro dos requisitos estabelecidos neste Edital serão convocados através de contato telefônico, conforme número informado na ficha de inscrição.
5.2. A Prefeitura do Município de Barra do Jacaré não se responsabiliza por eventuais prejuízos aos candidatos convocados, decorrentes de telefone incorreto ou desatualizado, sendo desclassificado o candidato que não comparecer à convocação na data determinada;

6. DA DURAÇÃO DO BENEFÍCIO

6.1. As atividades previstas no Programa têm duração de 03 (seis) meses, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que mantidas as condições que ensejaram a inclusão do beneficiário no Programa e cumpridas as cláusulas estabelecidas em Termo de Compromisso e Responsabilidade.
6.2. O termo firmado poderá ser rescindido, sem direito a indenizações, conforme disposto no art. 11.º da Lei nº. 767/2021, quando:
I. Término do prazo contratual;
II. Iniciativa do beneficiário;
III. Criação e provimento de cargo correspondente a partir da data de exercício de seu titular;
IV. Iniciativa do órgão contratante, decorrente de conveniência administrativa;
V. Obtenção de ocupação remunerada pelo beneficiário;
VI. Descumprimento pelo beneficiário de quaisquer dos requisitos previstos nos Artigos 11º e 15º ou desatendimento das cláusulas firmadas no Termo de Compromisso e Responsabilidade;
VII. A renda bruta familiar per capita ultrapassar os limites estabelecidos do Artigo 3º da Lei n° 767/2021;
VIII. Mudança do beneficiário para outro município;
IX. Ausência injustificada ao serviço comunitário;
X. Comprovação de declaração falsa prestada pelo beneficiário, em qualquer época.

7. DOS BENEFÍCIOS

Os beneficiários do Programa Frente Municipal de Trabalho e Promoção Social terão direito aos seguintes benefícios:
I. Bolsa-auxílio no valor diário de R$ 80,00 (oitenta reais), durante o período de permanência no Programa, cujo valor será pago ao fim do mês subsequente à prestação do serviço;
II. Equipamentos de proteção individual, se necessário for;

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A inscrição implicará no conhecimento, pelo candidato, das presentes instruções, bem como de todas as normas deste Edital.
8.2 A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de Barra do Jacaré.
8.3. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
8.4. O candidato será considerado desistente e excluído do processo classificatório quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.
8.5. Caso seja identificado mais de um membro de uma mesma família por ocasião da convocação, será contratado apenas aquele que tiver obtido o maior número de pontos na classificação, sendo os demais excluídos do Programa.
8.6. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social e Secretaria de Administração.

Barra do Jacaré, 23 de junho de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Cronograma de Execução

Divulgação do Edital	15 a 17 de setembro 2026
Inscrições	18 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026
Divulgação de classificação	01 de outubro de 2026
Período de recurso	01 e 02 de outubro de 2026
Publicação de resultado de recurso	05 de outubro de 2026
Divulgação de classificação final	05 de outubro de 2026

Barra do Jacaré, 15 de setembro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:938FE622

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EDITAL DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
AVISO DE DISPENSA Nº 003/2026
A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Bela Vista da Caroba torna público, a quem interessar que está lançada Dispensa, cujo objeto trata-se de Aquisição de móveis planejados sob medida para a cozinha da Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/09/2026
FINAL DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17:00:00 do dia 18/09/2026.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: camara@belavistadacaroba.pr.leg.br
O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no mesmo endereço eletrônico, e no site: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto.

A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação.
Data limite para apresentação da proposta de preços: 18 de setembro de 2026 as 17:00:00 horas.
No dia 16 de setembro de 2026 as 17:00horas, a Câmara publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto as propostas recebidas no período, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado.
No dia 17 de setembro de 2026 as 17:00horas, a câmara publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto as novas propostas recebidas no período, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado.
No dia 18 de setembro de 2026 as 17:00horas, durante o horário comercial a Câmara de vereadores de Bela Vista da Caroba, publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto cada nova proposta recebida, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado até as 17:00horas, horário limite para apresentação de propostas.

No dia 21 de setembro de 2026 a Câmara de vereadores de Bela Vista da Caroba fará o julgamento das propostas, publicando a ata e o resultado no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto às 11:00horas.
Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de publicação ata ou edital de resultado site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br A intenção de recorrer deverá ser manifestada até as 11:30horas do dia 24 de setembro de 2026, sob pena de preclusão.

Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:63EA90FD

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
EDITAL DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026
AVISO DE DISPENSA Nº 004/2026
A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Bela Vista da Caroba torna público, a quem interessar que está lançada Dispensa, cujo objeto trata-se de Contratação de serviços de comunicação institucional em meio digital para a Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba – PR
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/09/2026
FINAL DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17:00:00 do dia 18/09/2026.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: camara@belavistadacaroba.pr.leg.br
O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no mesmo endereço eletrônico, e no site: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto.

A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação.
Data limite para apresentação da proposta de preços: 18 de setembro de 2026 as 17:00:00 horas.
No dia 16 de setembro de 2026 as 17:00horas, a Câmara publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto as propostas recebidas no período, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado.
No dia 17 de setembro de 2026 as 17:00horas, a câmara publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto as novas propostas recebidas no período, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado.
No dia 18 de setembro de 2026 as 17:00horas, durante o horário comercial a Câmara de vereadores de Bela Vista da Caroba, publicará no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto cada nova proposta recebida, possibilitando a qualquer participante/interessado a oportunidade de reapresentação de nova proposta objetivando cobrir o menor preço ofertado até as 17:00horas, horário limite para apresentação de propostas.

No dia 21 de setembro de 2026 a Câmara de vereadores de Bela Vista da Caroba fará o julgamento das propostas, publicando a ata e o resultado no site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br/institucional/avisos-e-editais-de-licitacao-aberto às 11:00horas.
Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de publicação ata ou edital de resultado site institucional: www.belavistadacaroba.pr.leg.br A intenção de recorrer deverá ser manifestada até as 11:30horas do dia 24 de setembro de 2026, sob pena de preclusão.

Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026.

JOSÉ VALDIR RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Mauricio Ricardo Dieckel
Código Identificador:961119F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 02 - CONTRATO Nº 131/2025 - SUPRESSÃO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: CAW-SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA COMUNIDADE DE LINHA PROGRESSO ATRAVÉS DO CONVÊNIO SAM 32 DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Valor.....: R$ 96.622,89 (noventa e seis mil e seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos)
Vigência.....: Início: 16/09/2026 Término: 19/11/2026
Licitação.....: Concorrência Nº.: CC6/2025
Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:5D96D8F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR62/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do Pregão Eletrônico.
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA E

ELETRÔNICOS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA- PR..
2. DATA DE ABERTURA: Dia 30/09/2026, às 08:30 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 15 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:8ADEB90D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:

Licitação nº: IL19/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

Empresa Credenciada:

NOEMI PIMENTEL DOS SANTOS
CNPJ: 59.926.573/0001-93

Data do Credenciamento: 15/09/2026

Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:A14142D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:

Licitação nº: IL19/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

Empresa Credenciada:

DERLEI GUIMARAES
CNPJ: 67.927.446/0001-37

Data do Credenciamento: 15/09/2026

Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:87619266

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:

Licitação nº: IL19/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

Empresa Credenciada:

JESSICA LUANA CASALI
CNPJ: 61.387.105/0001-30

Data do Credenciamento: 15/09/2026

Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:084B71C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA

O prefeito, Gelson Maffi no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de contratação, torna público o seguinte:

Licitação nº: IL19/2026
Modalidade: Inexigibilidade/Credenciamento
Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

Empresa Credenciada:

CLEISON CESAR GLUSZCRAK DORNELLES
CNPJ: 27.183.838/0001-14

Data do Credenciamento: 15/09/2026

Bela Vista da Caroba, 15 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:E4E42BC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0138/2026

DECRETO Nº 0138/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

NOMEAR

Art.1º: Nomear **BRENDA GIONGO FERRAS**, portador da Cédula de Identidade sob nº031.XXX.XXX-49 SESP- RS e CPF nº 087.XXX.XX -49, aprovado em Concurso Público Municipal, realizado em conformidade com o Edital de Concurso nº 01/2026 de 27 de abril de 2026, homologado pela Publicação n° 014.1/2026 de 04 de agosto de 2026 – Classificação Final, no cargo de Provimento Efetivo de Tecnico Agrícola, nível "15", do Grupo Ocupacional – Administração Geral – do Quadro de Pessoal, constante na Lei 445/2013 de 18 de junho de 2013, Lei nº 482/2014 de 18 de

Dezembro de 2014, Lei nº 486/2014 de 19 de Dezembro de 2014,constante na Lei 588/2021 de 26 de maio de 2021 com 40 horas semanais, com início do Estágio Probatório e Efetivo Exercício no dia 14 de setembro de 2026.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data,retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:0B629402

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO DECRETO Nº 0136/2026 DE 03 SETEMBRO DE 2026 COM REPUBLICAÇÃO

ERRATA DO DECRETO Nº 0136/2026 DE 03 SETEMBRO DE 2026 COM REPUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,
Em virtude de um lapso na digitação, fica o decreto nº 0136/2026 publicado na data de 03 de setembro de 2026, corrigida nos seguintes termos:

Onde se lê:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2024.

Leia-se:
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.15 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:4C10A919

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 121/2026

Contrato Nº: 121/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: 59.926.573 NOEMI PIMENTEL DOS SANTOS
Valor.....: R$ 59.888,30 (cinquenta e nove mil e oitocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos)
Vigência...: Início: 15/09/2026 Término: 27/08/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL19/2026
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 15/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:AF118754

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 122/2026

Contrato Nº: 122/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: 61.387.105 JESSICA LUANA CASALI
Valor.....: R$ 141.267,75 (cento e quarenta e um mil e duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)
Vigência...: Início: 15/09/2026 Término: 27/08/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL19/2026
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 15/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:B2F3707C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 123/2026

Contrato Nº: 123/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: CLEISON CESAR GLUSZCRAK DORNELLES 08885121985
Valor.....: R$ 141.267,75 (cento e quarenta e um mil e duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)
Vigência...: Início: 15/09/2026 Término: 27/08/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL19/2026
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 15/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:7FA6DC7A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 124/2026

Contrato Nº: 124/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: 67.927.446 DERLEI GUIMARAES
Valor.....: R$ 28.458,30 (vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)
Vigência...: Início: 15/09/2026 Término: 27/08/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL19/2026
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DA FROTA MUNICIPAL.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 15/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:9E216A98

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL 125/2026

Contrato Nº: 125/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: PAVILLUZZO PAVIMENTACAO LTDA
Valor.....: R$ 4.770.000,00 (quatro milhões e setecentos e setenta mil reais)
Vigência...: Início: 15/09/2026 Término: 09/09/2027
Licitação..: Concorrência Nº.: CC7/2026
Recursos...: Dotação: 553 - 1 . 8001 . 15 . 452 . 8 . 1.44 . 0 . 449051 Obras e Instalações
510 - 1 . 8001 . 15 . 452 . 8 . 1.44 . 0 . 449051 Obras e Instalações
296 - 1 . 8001 . 15 . 452 . 8 . 1.44 . 0 . 449051 Obras e Instalações
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL/ VICINAL EM CBUQ, 32.659,62 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÃO DO PAVIMENTO EXISTENTE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA. TRECHOS: - LINHA SANTA LÚCIA - TRECHO ENTRE O FIM DA RUA PERNAMBUCO ATÉ O ENTRONCAMENTO COM A RODOVIA MUNICIPAL QUE VAI PARA PRANCHITA

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 15/09/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:A00F067C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°403/2026
CONSIDERANDO os elementos constantes no presente processo administrativo, devidamente instruído, no qual restou justificada a necessidade da contratação, bem como demonstrada a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado;
CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada da documentação que comprova a habilitação e a qualificação técnica do contratado para a execução do objeto pretendido;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que atesta a regularidade do procedimento e a presença dos requisitos legais para a contratação direta mediante Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o procedimento eletrônico regularmente conduzido, conforme evidenciado pela ata da sessão eletrônica e pelo relatório de vencedores, demonstrando a adequada condução dos atos, a observância das formalidades legais e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
AUTORIZO a contratação direta decorrente da Dispensa de Licitação nº 15/2026, com fundamento no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme as condições e especificações constantes da tabela abaixo:

Objeto a ser contratado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GARRAFAS TIPO SQUEEZE PERSONALIZADAS, PARA ENTREGA COMO BRINDE EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO PROFESSOR.
Contratado:	BOLA BRINDES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 17.745.700/0001-08
Prazo de Vigência:	03 (três) meses
Valor Total:	R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Fundamento Legal:	Art. 75, Inc.II, da Lei 14.133/2021

Publique-se e cumpra-se.

Boa Ventura de São Roque, 14 de Setembro de 2026

Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:808ED4A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 257/2026

DECRETO Nº 257/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art. 1º:Fica exonerada,a pedido, a servidoraDébora Fernanda Nunes, matrícula nº417650, ocupante do Cargo Efetivo deProfessora, lotada naEscola Municipal do Campo João Pessoa, vinculada àSecretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nomeada por meio doDecreto nº 40/2020, em decorrência de aprovação noConcurso Público nº 01/2019, da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.
Art. 2º:A exoneração de que trata o presente Decreto fundamenta-se no art. 45, inciso I, da Lei nº 236, de 28 de setembro de 2005.
Revogadas as disposições em contrário, este Decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 15 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:5E4A3BE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 335/2026

PORTARIA Nº 335/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
CONCEDER: Ao Servidor Josnei Bueno de Oliveira, Matricula de Nº 641-1 nomeado através do decreto 076/2007 para exercer o Cargo de Auxiliar Administrativo, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período de 02/03/2023 a 01/03/2024 que serão fruídos a partir de 01/10/2026 a 30/10/2026, retornando ao trabalho dia 01/11/2026. E o pagamento do adicional constitucional de 1/3 (um terço) sobre a remuneração das férias. Conforme art. 101 da Lei 832/2015. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 14 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:9338028A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 336/2026

PORTARIA Nº 336/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Cristóvão Rodiak, Matricula nº 417617, nomeado através do Decreto nº 28/2020, para exercer o Cargo Efetivo de Operador de Maquinas, 07 (sete) dias de férias, referentes ao período aquisitivo compreendido de 03 de fevereiro de 2025 a 02 de fevereiro de 2026, a serem usufruídas no período de 14 de setembro de 2026 a 21 de julho de 2026, devendo retornar ao exercício de suas funções em 03 de agosto de 2026, nos termos do artigo 101 da Lei Municipal nº 832/2015, com a expressa concordância do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 14 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal – Mat. 417983

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:B00C6E8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 337/2026

PORTARIA Nº 337/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Ivone Grazieli de Souza Gloden, Matricula 418142, nomeado pelo decreto 39/2026, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor,15 dias de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 08/09/2026 até o dia 22/09/2026 com retorno ao trabalho dia 23/09/2026, conforme Laudo de Pericia Medica do Médico do Trabalho/Médico Perito Murilo Galhart CRM-PR 58264, conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 08/09/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 14 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:9A36C545

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 339/2026

PORTARIA Nº 339/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:
CONCEDER, ao servidor Vanderlei Alves de Lima, matrícula nº 856-1, nomeado pelo Decreto nº 025/2011 para o Cargo Efetivo de Guardião, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, 05 (cinco) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/01/2024 a 31/12/2024, a serem usufruídos no período de 15 de setembro de 2026 a 24 de setembro de 2026, nos termos do art. 101 da Lei Municipal nº 832/2015, mediante plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 14 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:D41B4711

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 181/2026

PORTARIA N° 181/2026
DATA: 23/08/2026

SÚMULA: Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diária a Servidora Municipal lotada na Secretaria de Assistência Social Família e Habitação, conforme segue:

Nome: INDIANARA MICHELS MONTEIRO
Função: MOTORISTA
Cidade: GUARAPUAVA - PR.
Quantidade de diárias: 0,5 diárias X R$ 300,00 = R$ 150,00
Data: 23/08/2026.
Justificativa: Viagem a GUARAPUAVA/PR, levar paciente em consulta médica.

Nome: INDIANARA MICHELS MONTEIRO
Função: MOTORISTA
Cidade: GUARAPUAVA - PR.
Quantidade de diárias: 0,5 diárias X R$ 300,00 = R$ 150,00
Data: 25/08/2026.
Justificativa: Viagem a GUARAPUAVA/PR, buscar paciente em consulta médica.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 23 de Agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:74B3EEF2

ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO DE ALUGUEL SOCIAL Nº 018/2026

REPUBLICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL N° 18/2026
LEI Nº 546/2021 (BENEFÍCIO SOCIAL AUXÍLIO MORADIA)

CONTRATANTE: Município De Boa Vista Da Aparecida – PR.

CONTRATADA: Rosalina de Fátima Soares

BENEFICIÁRIO: Madalena Ribas Martins

OBJETO: locação de uma casa residencial localizada na Linha Fatima s/n°, na Cidade de Boa Vista da Aparecida/PR, com suas benfeitorias e instalações, para atender as finalidades sociais previstas na Lei Municipal nº 546/2021.

VALOR DO CONTRATO: R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é de 3 (três) meses, com vigência no período de 17/08/2026 a 16/11/2026.

FISCAL DO CONTRATO: Sra. Rosangela Ghedin Berti

Boa Vista da Aparecida – PR, em 17 agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:ECF0F3AF

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 032/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 032/2026
Contratação: 456578 – EDITAL Nº 16/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO, MONITORAMENTO E GESTÃO DA FROTA MUNICIPAL, POR MEIO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA INTEGRADA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DE MOTORISTAS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.**
- DATA DE ABERTURA: 01/10/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br
A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
P U B L I Q U E - S E
Boa Vista da Aparecida – PR, em 14 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:03532B2F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL PARCIAL DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 077/2026

EXTRATO DE TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL PARCIAL DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 077/2026

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, inscrito no CNPJ n° 78.121.985/0001-09 e **OLÍMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.583.026/0001-69, **extinguem consensualmente o vínculo contratual relativo exclusivamente ao item 25 do Contrato nº 077/2026** firmado em 03 de julho de 2026, com fundamento no artigo no art. 138, inciso II e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo integralmente vigentes todas as demais cláusulas, condições, obrigações, preços, prazos e itens do Contrato nº 077/2026 que não sejam diretamente atingidos pela presente extinção.

Boa Vista da Aparecida, 15 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:9F9743DD

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

EXTRATO DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR.

CONTRATADA: M.B. GRACIANI COMBUSTIVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VALOR ATUAL POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 5,91

VALOR REAJUSTADO POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR AMP (R$)	DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA (%)	VALOR REAJUSTADO (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 6,32	3,00%	R$ 6,13

Boa Vista da Aparecida - PR, 15 de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:4E6956D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 04/2026 - EDITAL DE VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS A DIREÇÃO ESCOLAR

COMISSÃO CENTRAL DAS ELEIÇÕES DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2026

EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 04/2026 - ESCOLHA DAS DIREÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Súmula: Dispõe sobre a divulgação da eleição para Diretor das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino e a relação de candidatos(as) inscritos(as) – Boa Vista da Aparecida-PR.

O Presidente da Comissão Central das Eleições de Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando expressamente o disposto na **Lei Municipal nº 1.045/2026** e na **Instrução Normativa**

nº 07/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através das mesas consultivas,

TORNA PÚBLICO

À Comunidade Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Boa Vista da Aparecida as normas regulamentares e o resultado preliminar das inscrições do processo eleitoral para provimento do cargo de Direção Escolar:

Art. 1º – Da Eleição: Fica formalmente designado o dia **19 de novembro de 2026** para a realização do processo de escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Boa Vista da Aparecida, mediante sufrágio por voto direto e secreto, obedecendo aos seguintes critérios de participação:

• **Segmentos Não Governamentais (Pais, Mães e/ou Responsáveis Legais e Alunos aptos):** Voto de caráter **facultativo**;
• **Segmento Profissional (Professores e Funcionários):** Voto de caráter **obrigatório** para todos os servidores lotados nas Escolas Municipais e nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal.

Art. 2º – Dos Candidatos(as): Torna-se público o resultado preliminar dos registros de inscrição para o pleito de Eleição de Diretores, devidamente analisados em conformidade com os critérios de elegibilidade instituídos pela Lei Municipal nº 1.045/2026, consoante a seguinte distribuição por unidade escolar:

Item	Instituição de Ensino	Candidato(a) Inscrito(a)
01	**Escola Municipal Boa Vista**	Edson João Pinto
02	**Escola Municipal Padre Jandir Zanchettin**	Roseli de Almeida Rossi
03	**Escola Municipal Duque de Caxias**	Mayara Borges Feltrin
04	**Escola Municipal Rural José do Patrocínio**	Jane Maria Muller de Brito
05	**Escola Municipal Rural Nilton Ronchini**	Andressa Melissa Rebelo Pereira
06	**Escola Municipal Rural Olavo Bilac**	Bruna de F. Marafon Poltronieri Diene Cristina de Azevedo
07	**CMEI – Hermínia Morais Weiss**	Silvani de Sousa Ferreira Arlete Ferreira Teixeira
08	**CMEI – Menino Jesus**	Andressa Nayane Fernandes Manzani
09	**CMEI – Professora Lourdes Klauss Reimondi**	Roberta da Silva Elismara Kubiaki Weiss

Parágrafo único: Todos(as) os(as) inscritos(as) relacionados no presente artigo encontram-se na condição jurídica e administrativa de **pré-candidatos(as)**, estando a confirmação do registro sujeita ao término da fase recursal.

Art. 3º – Do Resultado Oficial: A publicação do resultado oficial definitivo, acompanhada da relação de homologação final dos(as) candidatos(as) aptos a concorrer ao pleito, será expedida no dia **18 de setembro de 2026**, após a conclusão do julgamento de eventuais recursos tempestivamente interpostos e da entrega do Plano de Gestão do candidato inscrito.

Art. 4º – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial do Município e afixação nos murais das respectivas unidades escolares.

Boa Vista da Aparecida – PR, 14 de setembro de 2026

JOÃO HENRIQUE ALIONCIO
Presidente da Comissão Central das Eleições
Boa Vista da Aparecida-PR

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:552106F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 50/2026

Edital de Convocação nº 50/2026

Jõao de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Convocar o candidato aprovado no Concurso Público Municipal, abaixo relacionado, conforme o Edital nº 01/2024, para comparecer na Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, sito a Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, no período compreendido entre os dias 15 de setembro à 30 de setembro de 2026, a fim de submeter-se ao processo admissional, o não comparecimento no período mencionado implica na desistência da vaga:

CONTADOR (A)

NOME	CLASSIFICAÇÃO
LEIDIANE DE MORAES	1º

DOCUMENTOS EXIGIDOS:
CPF
RG OU CNH
Número do PIS/PASEP
Carteira de trabalho
Título de eleitor
Diploma ou certificado de conclusão do curso de escolaridade obrigatória,
acompanhado de histórico escolar, conforme exigido para o cargo;
Cópia do registro profissional
1 foto ¾
Comprovante de endereço atualizado
Número de conta corrente do banco SICREDI
Atestado de Saúde Ocupacional
Certidão de nascimento ou casamento
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos com CPF
Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de reservista ou dispensa de incorporação
Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal
Declaração de não acúmulo de cargos públicos
Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 15 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:0BA9A05B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°191-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°191/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de 1 (um) aparelho de ultrassonografia — sistema de diagnóstico por imagem de alta performance, para atender diferentes especialidades médicas, incluindo clínica geral, ginecologia e obstetrícia, cardiologia, vascular e musculoesquelético.
VIGÊNCIA: 15/09/2026 à 14/09/2028.
VALOR: R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°43/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:424B0B37

SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 – CMDCA

SÚMULA: Aprova Alteração do Plano de Ação e do Plano de Trabalho referente a Deliberação nº 13/2025 – CEDCA/PR do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE BOM JESUS DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.136/2024, de 22 de agosto de 2024, e demais legislações vigentes,

CONSIDERANDO o deliberado em Assembleia Extraordinária do CMDCA, conforme registrado na Ata nº 12/2026, realizada em 10 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de promover um acompanhamento mais efetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, bem como de atender às demais demandas relacionadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente no Município de Bom Jesus do Sul/PR;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Ação e do Plano de Trabalho referente à Deliberação nº 13/2025 - CEDCA/PR, do município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, especificadamente quanto à aplicação dos recursos de capital no Eixo de Ação III (Direito à Convivência Familiar e Comunitária) para aquisição de um automóvel destinado ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul/PR, 14 de setembro de 2026.

MARIA PATRICIA LIMA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5A47B80D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 470, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Célio Jose de Vargas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Célio Jose de Vargas,** ocupante do cargo efetivo de **motorista,** matrícula nº 768-4/1, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **14 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava - Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:14167810

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 471, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **492-8/3**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **14 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guaraniaçu-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Santo Antônio.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:7F7939A9

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 472, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026.
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Pranchita– PR**, a serviço do Departamento de Educação, Cultura e Esporte, para participação da XXIV Copa Sudoeste de Futsal.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Alessandro José Capelin	Chefe de Divisão de Espotes	**16/09/2026** Saída: 17:00h Retorno: 21:30h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Marcio Patrick Dornelles	Motorista	**16/09/2026** Saída: 17:00h Retorno: 21:30h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:28EC8819

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº02 AO CONTRATO Nº181/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
AO CONTRATO Nº181/2025
CONTRATADA: LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A
CNPJ: 65.649.511/0001-84
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, fica prorrogado o prazo de vigência do

contrato por mais 12 meses. Passando a ter vigência no período de 18 de setembro de 2026 até 17 de setembro de 2027.

Cláusula Segunda – Reajuste

Fica reajustado o valor contratual em 3,98% (três virgula noventa e oito por cento), com base na variação acumulada no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurada no período compreendido entre setembro de 2025 a agosto de 2026, passando a ser de **R$940,15** (novecentos e quarenta reais, com quinze centavos) mensais, ao passo que o valor total fica em **R$11.281,80** (onze mil, duzentos e oitenta e um reais, com oitenta centavos).

Cláusula Terceira – Dotação Orçamentária

Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 04.00 – Departamento de Finanças; 04.01 – Divisão de Finanças Contabilidade e Tesouraria; 0412300042.008 – Atividades Operacionais de Natureza Financeira e Orçamentária; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa: 696.

Cláusula Quarta – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quinta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 15 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:0E0B431F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0137/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0137/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa B9 BEBEDOUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 05.490.249/0001-46, sediada na, RUA JURAMENTO 540, Bairro Jonas Veiga, na cidade de BELO HORIZONTE, Estado do MG, CEP: 30285-408, neste ato representada pelo **Sr** WILERSON VERIANO DA SILVA**,** portador do

CPF/MF Nº. 356.591.906-00 doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de cozinha industrial e equipamentos audiovisuais destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Braganey-PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 16.093,00 (dezesseis mil e noventa e três reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **15/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de Setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:D87D924C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0141/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0141/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa MEGA VENDAS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 52.325.189/0001-96, sediada na AVENIDA RUA ARTUR SCHLUPP, 165,0 ÁGUA VERDE, na cidade de BLUMENAU, Estado do SC, CEP: 89042-301, neste ato representada pelo **Sra.** BIANCA BAGATOLI**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 115.157.629-80** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de cozinha industrial e equipamentos audiovisuais destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Braganey-PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 66.790,00 (sessenta e seis mil, setecentos e noventa reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **15/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:1094E5DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0142/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0142/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa MOURA E MOURA INFORMATICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 07.487.504/0001-27, sediada na Avenida Pinheiro Junior, nº 52, sala 602 Edf. Golden, bairro: Ibitiquara, no município Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29.307-201, neste ato representada pelo **Sr.** JOAO EVANGELISTA DE MOURA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 019.492.926-49** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de cozinha industrial e equipamentos audiovisuais destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Braganey-PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 18.752,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta e dois reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **15/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 15 de setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:94B46E0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 004/2026

Em análise ao Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2026, instaurado com a finalidade de apurar responsabilidade e eventual infração funcional por parte da servidora pública municipal, com fundamento nos artigos 244 e 252 da Lei Municipal nº 762/2007, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cafelândia, **RATIFICO** integralmente a decisão proferida pela Comissão Processante designada pelo Decreto Municipal nº **084, de 07 de julho de 2026**, por seus próprios fundamentos, nos termos da legislação vigente.
É a decisão.

Autue-se, comunique-se e publique-se.

Cafelândia, 15 de setembro de 2026.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:51925ADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAAR

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PAAR

Interessada: G. PISELO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Assunto: Apuração de responsabilidade – descumprimento contratual

Trata-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instaurado em face da empresa supra mencionada, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em razão de inexecução culposa da obrigação contratual.
A Comissão Processante, após a devida instrução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, apresentou relatório opinativo, no qual decidiram pelo arquivamento, cabendo a esta autoridade administrativa a decisão final.
Analisando detidamente os autos realizada pela Comissão, na qual não restaram comprovadas irregularidades que configurassem fraude ou descumprimento contratual, sendo, portanto, opinado pelo arquivamento do processo, nos termos da legislação vigente.
Assim, ratifico pelo arquivamento do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra G. PISELO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Cafelândia, 15 de setembro de 2026.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA
Secretário Municipal de Administração
Port. Nº 468/2025 – DRH

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:0681615A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **AEG PLAYGROUNDS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 15.080.472/0001-79, endereço: RUA LAGOA RODRIGO DE FREITAS, 1941 - CEP: 85817634 - BAIRRO: MORUMBI, CIDADE Cascavel/PR E-MAIL: aegplaygrounds@gmail.com, TELEFONE: (45) 3222-5307, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ARI ERICH GOHL.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 435.141,84 (Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil, Cento e Quarenta e Um Reais e Oitenta e Quatro Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e ARI ERICH GOHL
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B030C8F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 322/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 322/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **DISBRAPLAC LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 05.168.674/0001-13, endereço: RUA CATARINENSE, 42 - CEP: 89770000 - BAIRRO: SÃO JOÃO, CIDADE Seara/SC E-MAIL: disbraplac@gmail.com, TELEFONE: (49) 9 9982-5392, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, GILMARA GLECI PALUDO VERSA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 187.750,00 (Cento e Oitenta e Sete Mil, Setecentos e Cinquenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e GILMARA GLECI PALUDO VERSA
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C3F703ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 323/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 323/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **GRUPARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 39.322.899/0001-02, endereço: AV. SENADOR A. FRANCISCO XAVIER FONTANA, 4025 - CEP: 89809000 - BAIRRO: EFAPI, CIDADE Chapecó/SC E-MAIL: imersaolicitacao@gmail.com, TELEFONE: (49) 9 9106-2985, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, GILBERTO GIARETTON.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 28.140,00 (Vinte e Oito Mil, Cento e Quarenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e GILBERTO GIARETTON
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2A2FB6BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado

pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ICEHOT SOLUÇÕES EM HIDRATAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 28.818.652/0001-57, endereço: RUA FRANCISCA MARIA CONZATTI BORDIN, 102 - CEP: 95706510 - BAIRRO: SALGADO, CIDADE Bento Gonçalves/RS E-MAIL: contato@icehot.net.br, TELEFONE: (54) 9 9640-5224, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, SAMUEL DA SILVEIRA PANTA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 251.696,00 (Duzentos e Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais).
Assinaturas: Junior Motter e SAMUEL DA SILVEIRA PANTA
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C8E26C97

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **PLASGOMES BRINQUEDOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 30.871.504/0001-48, endereço: RUA MARIANO SOARES, 405 - CEP: 89245000 - BAIRRO: JACU, CIDADE Araquari/SC E-MAIL: comercial@plasgomes.com.br, TELEFONE: (47) 3447-1000, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, JEAN CARLOS GOMES.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 155.570,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e JEAN CARLOS GOMES
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:21469427

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 326/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **RB SOLUTION LIMITADA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 55.583.252/0001-82, endereço: RODOVIA BR 280, S/N - CEP: 89400000 - BAIRRO: PINTADO, CIDADE Porto União/SC E-MAIL: rb.representacoes2018@gmail.com, TELEFONE: (42) 9 9807-9133, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, RITA LUCIANE DE OLIVEIRA BORMANN.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 62.680,00 (Sessenta e Dois Mil, Seiscentos e Oitenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e RITA LUCIANE DE OLIVEIRA BORMANN
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B440C93D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ROTO MOBIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 47.810.229/0001-55, endereço: AV. DEONILDO RODRIGUES CASTANHEIRA, S/N - CEP: 15891100 - BAIRRO: MANGUEIRAS, CIDADE Uchoa/SP E-MAIL: rotomobilcomercial@gmail.com, TELEFONE: (17) 9 9755-9411, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, DONOVAN KLEIN LEVY NACHMAN TAVARES DE OLIVEIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÀS ÁREAS DE LAZER E MOBILIÁRIO URBANO, COMPREENDENDO PARQUES INFANTIS, LIXEIRAS, GRAMA SINTÉTICA E ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS), ESPAÇOS ESPORTIVOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 221.499,66 (Duzentos e Vinte e Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e DONOVAN KLEIN LEVY NACHMAN TAVARES DE OLIVEIRA
Vigência: 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da Assinatura:11/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D8C890F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **63.883.063 CRISTIANE MAIRA DE SOUZA ARAUJO**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 63.883.063/0001-53, endereço RUA ITATIAIA, 845 - CEP: 81070100 - BAIRRO: PORTÃO, CIDADE Curitiba/PR E-MAIL: papelariatiacris@gmail.com, TELEFONE: (41) 9 9565-5044, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, CRISTIANE MAIRA DE SOUZA ARAUJO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 11.234,90 (Onze Mil, Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Noventa Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e CRISTIANE MAIRA DE SOUZA ARAUJO

Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3BDC8CDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 29.889.651/0001-66, endereço AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, 1603 SALA 02 - CEP: 85440000 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Ubiratã/PR E-MAIL: mmdpapelaria@hotmail.com, TELEFONE: (44) 9 9833-2525, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MARIA BERENICE DE MELO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 51.465,00 (Cinqüenta e Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Junior Motter e MARIA BERENICE DE MELO
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:0125AECE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ARMAZÉM E MERCEARIA SANTO ANTONIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 76.064.450/0001-00, endereço AV PRESIDENTE JUSCELINO, 925 QD25 LT03 - CEP: 85415040 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Cafelândia/PR E-MAIL: infoeletro@infoeletro.com.br, TELEFONE: 4588086608, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, RICARDO CARDOSO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 75.876,20 (Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Vinte Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e RICARDO CARDOSO
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2F8CDC9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 331/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 331/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 60.915.736/0001-11, endereço RODOVIA BR 282, S/N BARRACÃO 01-A - CEP: 88508650 - BAIRRO: ÍNDIOS, CIDADE Lages/SC E-MAIL: licitacao.campossolucoes@gmail.com, TELEFONE: (49) 9 9183-7359, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, FABIANE ALANO DE CAMPOS CASTILHOS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 7.776,00 (Sete Mil, Setecentos e Setenta e Seis Reais).
Assinaturas: Junior Motter e FABIANE ALANO DE CAMPOS CASTILHOS
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2C8C6CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 332/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 332/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **DAMAZIO LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 41.730.450/0001-17, endereço RUA ERNESTO NAZARETH, 96 CASA - CEP: 85815110 - BAIRRO: JARDIM BRASÍLIA, CIDADE Cascavel/PR E-MAIL: damaziolicitacoeseservicos@gmail.com, TELEFONE: (45) 3096-3124, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, EVELINE MIOTTO DAMAZIO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 15.581,10 (Quinze Mil, Quinhentos e Oitenta e Um Reais e Dez Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e EVELINE MIOTTO DAMAZIO
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B93AD4EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 333/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 333/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **INDÚSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 13.759.849/0001-95, endereço RUA ALICE GARCIA VEJA, 172 - CEP: 02737050 - BAIRRO: ITABERABA, CIDADE São Paulo/SP E-MAIL: licitacao@industriafenix.com.br, TELEFONE: (11) 9 9757-8195, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, LEANDRO DE MARCHI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 275,00 (Duzentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Junior Motter e LEANDRO DE MARCHI
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:79FD4E76

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 334/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **JFL SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 54.175.367/0001-75, endereço RUA ADIR PEDROSO, 591 APTO 17 - CEP: 83065110 - BAIRRO: INÁ, CIDADE São José dos Pinhais/PR E-MAIL: jfl7solucoes@gmail.com, TELEFONE: (41) 9 9125-2121, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, LUCIANO MARTINS HOHMANN.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 3.703,00 (Três Mil, Setecentos e Três Reais).
Assinaturas: Junior Motter e LUCIANO MARTINS HOHMANN

Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:02AD761B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 335/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 335/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **LICITATEC COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 48.262.069/0001-10, endereço RUA BORGES DE MEDEIROS, 1475 SALA 01 - CEP: 89812454 - BAIRRO: ESPLANADA, CIDADE Chapecó/SC E-MAIL: licitatec.licitacoes@gmail.com, TELEFONE: (49) 9 9834-7585, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ANA CRISTINA TRUCOLO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 317,50 (Trezentos e Dezessete Reais e Cinqüenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e ANA CRISTINA TRUCOLO
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:CECEEE52

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 336/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 336/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **M3. BUSINESS GROUP LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 54.494.740/0001-50, endereço AVENIDA COLOMBO MACHADO SALLES, 232 - CEP: 88210000 - BAIRRO: JARDIM DOURADO, CIDADE Porto Belo/SC E-MAIL: contratos@grupom3.com.br, TELEFONE: (47) 9 9186-0966, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, MATHEUS ALEXANDRE GRANDO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 2.940,00 (Dois Mil, Novecentos e Quarenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e MATHEUS ALEXANDRE GRANDO
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:CB73FEDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 337/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 337/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **P C P G DE JESUS**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 57.693.866/0001-42, endereço AVENIDA JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE, 01 APTO 805 - CEP: 65063395 - BAIRRO: NOVO ANGELIM, CIDADE São Luís/MA E-MAIL: foxdistribuidora2024@gmail.com, TELEFONE: (98) 9 8199-9954, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, PALOMA CRISTINA PEREIRA GONCALVES DE JESUS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 12.475,00 (Doze Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Junior Motter e PALOMA CRISTINA PEREIRA GONCALVES DE JESUS
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:54934E44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 338/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 338/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **TCM OFFICE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 19.454.034/0001-84, endereço AVENIDA MANOEL MENDES DE CAMARGO, 1470 - CEP: 87303115 - BAIRRO: CENTRO, CIDADE Campo Mourão/PR E-MAIL: licitacao@aquatrosuprimentos.com.br, TELEFONE: (44) 9 9912-4743, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, RONALDO GONÇALVES DA SILVA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 5.944,20 (Cinco Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e RONALDO GONÇALVES DA SILVA
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:AD8363A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 339/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 339/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **VIVIANE REFFATTI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 36.141.015/0001-17, endereço ESTRADA LINHA ALTO ERVEIRA, S/N - CEP: 85598000 - BAIRRO: ZONA RURAL, CIDADE Cruzeiro do Iguaçu/PR E-MAIL: licitaviviane1@gmail.com, TELEFONE: (46) 9 9907-8496, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, VIVIANE REFFATTI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor Total: R$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais).
Assinaturas: Junior Motter e VIVIANE REFFATTI
Vigência: 14/09/2026 a 13/09/2027.
Data da Assinatura:14/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D5601632

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2026 – Inexigibilidade nº 19/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº , AV GARIBALDI DELIBERADOR, 99 - CEP: 86050280 - BAIRRO: JARDIM CLAUDIA, E-MAIL: contato@lbleiloes.com.br, Telefone, (43) 99984-3739 CIDADE: Londrina/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, REGULARMENTE MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL COMPETENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, ANTIECONÔMICOS, RECUPERÁVEIS, IRRECUPERÁVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, SUCATAS E DEMAIS BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DO DECRETO FEDERAL Nº 21.981/1932, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 52/2022 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

Valor Total: R$ 0,01 (Um Centavo).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR
Vigência: 26/08/2026 a 25/08/2027.
Data da Assinatura:26/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:4E8A498F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.075/2026

Lei nº 2.075/2026.

Súmula: Altera a redação do parágrafo único e acrescenta o parágrafo 2.º, ambos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.030/2025, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, DE AUTORIA DOS VEREADORES WUELITON DE MELO ANDREOLLA (DR. WUELITON) E RODRIGO JAIR DIEFENTHALER E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O Parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 2.030/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. *A isenção de que trata o caput será concedida somente para um único imóvel do qual o portador da doença seja proprietário/dependente ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independentemente do tamanho do referido imóvel."*

Art. 2º. Fica inserido o Parágrafo segundo do art. 1º da Lei Municipal nº 2.030/2025, com a seguinte redação:

"§ 2º. *As restrições, condições e exigências para concessão de benefícios fiscais previstas no Art. 32 da Lei Municipal nº 827, de 12 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal), bem como as constantes no Art. 1º, incisos I, II e III e no Art. 3º da Lei Municipal nº 1.139, de 2011 (Lei de Remissão), não se aplicam aos contribuintes ou dependentes ao que se refere o caput do Art 1º e Art. 5º desta lei."*

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 2.030/2025.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 997/2009: Esta Lei é de autoria dos Vereadores Wueliton de Melo Andreolla e Rodrigo Jair Diefenthaler

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4DC0BA99

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 453/2026-DRH

PORTARIA N.º 453/2026-DRH

SÚMULA: Nomeia Servidora para ocupar Cargo em Comissão do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º NOMEAR em 11/09/2026 **ANDRIELY GLORIA,** para ocupar o Cargo em Comissão de **DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, símbolo CC-5 do Quadro Único de Pessoal, do Município de Cafelândia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 15 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:1E40389B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 454/2026-DRH

PORTARIA N. º 454/2026-DRH

SÚMULA: Revogar Portaria que atribuiu Gratificação Especial de Vigilância Motorizada ao Servidor Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º REVOGAR a partir de 16/09/2026 a portaria que atribuiu Gratificação Especial de Vigilância Motorizada ao servidor ocupante do Cargo de Provimento Efetivo abaixo relacionado.

NOME	CARGO	MATRICULA	PORTARIA
JEFFERSON BITTENCOURT DAS NEVES	VIGIA	80851	786-2025-DRH

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em conformidade com o Oficio Nº 247/2026-SMA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 15 de setembro de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:690320FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 455/2026-DRH

PORTARIA N.º 455/2026-DRH

SÚMULA: Concede Adicional Especial de Vigilância Motorizada a Servidor Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, ao Servidor **FABIANO BATISTA DA SILVA,** Matricula 75411, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **VIGIA,** o **ADICIONAL ESPECIAL DE VIGILÂNCIA MOTORIZADA**, correspondente de 390,61(trezentos e noventa reais e sessenta e um centavos) mensais.

Art. 2º O reajuste anual deste adicional, será efetuado conforme o índice de reajuste anual dos servidores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 16 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 15 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C1FB9734

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 457/2026-DRH

PORTARIA N. º 457/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo abaixo relacionado.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
IRIO ALBERTO OBERMEIER	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVE	81141	16/09/2026	27/10/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 15 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:43CF785B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025
DISPENSA Nº 01/2025

A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.975.380/0001-77, situada à Rua América nº 149, Município de

Califórnia, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente, Senhor NEUCI VENÂNCIO FERREIRA, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, CONFIA CLÍNICA GESTÃO EM SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 46.724.229/0001-70, sediada à Rua Osório Ribas de Paula, nº 1237, Centro, Apucarana/PR, neste ato representada pelo Senhor ELIEZER DAMASCENO MOREIRA, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I – o acréscimo contratual necessário à inclusão de novos cargos nos documentos de Saúde e Segurança do Trabalho – PCMSO, PGR e LTCAT; e

II – a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 01/2025 por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO CONTRATUAL

2.1. Fica acrescido ao Contrato nº 01/2025 o valor de R$ 910,00 (novecentos e dez reais), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, para atendimento da inclusão de novos cargos nos documentos de Saúde e Segurança do Trabalho – PCMSO, PGR e LTCAT.

2.2. O acréscimo previsto nesta cláusula fundamenta-se na Cláusula 9.2 do contrato originário e nos arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Em razão do acréscimo, o valor do Contrato nº 01/2025 passa de R$ 3.640,00 (três mil seiscentos e quarenta reais) para R$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO

3.1. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 01/2025, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula 6.1 do contrato originário.

3.2. O novo período de vigência será de 19 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2027, mantidas as condições contratuais, ressalvadas as alterações expressamente estabelecidas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento da Câmara Municipal de Califórnia.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 01/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Fica mantido o foro da Comarca de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Califórnia/PR, 14 de setembro de 2026.

Câmara do Município de Califórnia-PR
NEUCI VENÂNCIO FERREIRA
Presidente – Contratante

Confia Clínica Gestão em SaúdeLTDA.
ELIEZER DAMASCENO MOREIRA
Representante Legal – Contratada

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:8A2E87D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ADITAMENTO Nº 02, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 155/2024

Processo Licitatório nº 151/2024
Dispensa nº 067/2024
CONTRATO Nº 155/2024

ADITAMENTO Nº 02, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 155/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.279/0001-06, com sede na Rua 17 de Dezembro, nº 149, Centro, Califórnia, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, o **Sr. Paulo Sérgio Chileide**, portador da cédula de identidade/RG nº 9.306.997-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 049.302.529-46, e o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.233.240/0001-24 com endereço à Rua Azevedo Portugal, nº 1369, na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, neste ato representado pela Sr. Adil Mustapha Kassem, inscrita na OAB/PR sob o nº 56.686, procurador, residente e domiciliado na cidade de Londrina, resolvem firmar o presente **ADITAMENTO Nº 02, ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2024**, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, sem constituir novação, do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre as partes devidamente qualificadas, assinado em 08 de outubro de 2024, com vigência atual da data de assinatura até 08 de outubro de 2026, nos termos do art. 106, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA
As partes, em comum e integral acordo, resolvem promover a prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, com início na data de 09 de outubro de 2026, e término previsto para 08 de outubro de 2027, alterando, por conseguinte, a data de término do referido Contrato, conforme prevê a **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**, do Contrato Administrativo nº 155/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS
Em razão da prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, as partes acordam em manter inalterados os valores unitários e demais condições de remuneração estabelecidos no Contrato Administrativo nº 155/2024, renovando-se, para o novo período de vigência, o valor global originalmente contratado, correspondente a R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

Parágrafo único. A renovação do valor contratual prevista nesta cláusula destina-se exclusivamente à continuidade da execução do objeto durante o período prorrogado, sem implicar reajuste, acréscimo ou alteração dos valores unitários originalmente pactuados, permanecendo inalteradas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes das cláusulas e/ou condições do instrumento originário, não alteradas e/ou modificadas através do aditamento em questão.

E, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas, para que se produza o necessário efeito legal. Caso o presente instrumento seja assinado digitalmente, nos termos do artigo 10 da MP 2.200/2001, as partes declaram a aceitação das normas regulamentares sobre a assinatura digital, para que se produza o necessário efeito legal.

Califórnia, 15 de setembro de 2026.

Município De Califórnia	Centro De Integração De Estudantes – Estagios CIN
SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE	***SRA. ADIL MUSTAPHA KASSEM***
Prefeito Municipal	Procurador

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:DD672559

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 141/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 141/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026
O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 30 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando a **Contratação de seguro para a frota de veículos, a fim de garantir cobertura e segurança patrimonial para os automóveis da Secretaria de Saúde de Califórnia/PR.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.
Califórnia,14 de setembro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:D479B3F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 242

DECRETO 242/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
4.4.90.52.00.00 335 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 150.000,00
4.4.90.52.00.00 797 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 105.000,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESLA
11.002 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FUMDEL
11.002.27.812.0027.1.010 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMAS DE QUADRAS E OUTRAS AREAS PARA A PRATICA DE ESPORTES.
4.4.90.51.00.00 501 OBRAS E INSTALACOES 50.000,00
Total Suplementação: 305.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:
Fonte:
335 – Atenção Básica – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)
797 - APSUS
501 - Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:C15FE60E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 243

DECRETO 243/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 225.780,00 (duzentos e vinte e cinco mil e setecentos e oitenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
4.4.90.52.00.00 494 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 750,00
4.4.90.52.00.00 303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 128.450,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 5.620,00

07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 2.900,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.047 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL.
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 81.360,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMA
09.001 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
09.001.20.608.0026.2.060 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA.
3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 6.700,00

Total Suplementação: 225.780,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.004 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.004.04.122.0002.2.005 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO.
3.3.90.35.00.00 1000 SERVICOS DE CONSULTORIA 19.900,00
03.005 DEPARTAMENTO DE COMPRAS,ALMOX.CONTR.PATR.PUBLICO
03.005.04.122.0002.2.012 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO PUBLICO.
3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 650,00
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 7.900,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0009.2.025 MANUTENCAO DA SAUDE BUCAL.
3.3.90.30.00.00 494 MATERIAL DE CONSUMO 750,00

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC
06.001 DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL
06.001.08.122.0035.2.031 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
3.3.90.34.00.00 1000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO 45.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO / FUNDO MUNICIOPAL DA EDUCACAO - FME
07.001.12.122.0036.2.044 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 5.620,00

07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.1.90.11.00.00 104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 11.100,00
3.1.90.13.00.00 104 CONTRIBUICOES PATRONAIS 6.400,00
3.3.90.33.00.00 104 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 2.900,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.047 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL.
3.1.90.11.00.00 104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 20.800,00
3.1.90.13.00.00 104 CONTRIBUICOES PATRONAIS 7.800,00
3.3.90.92.00.00 104 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES 4.900,00
07.004 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO ESPECIAL
07.004.12.367.0019.2.049 MANUTENCAO DA EDUCACAO ESPECIAL E INCLUSIVA.
3.3.90.14.00.00 104 DIARIAS - CIVIL 1.900,00
3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 1.900,00
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.900,00
4.4.90.52.00.00 104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.900,00

07.005 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO DE JOVENS E ADULTOS
07.005.12.365.0020.2.048 MANUTENCAO DA EDUCACAO JOVENS E ADULTOS.
3.3.90.14.00.00 104 DIARIAS - CIVIL 900,00
3.3.90.30.00.00 104 MATERIAL DE CONSUMO 900,00
3.3.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 900,00

07.006 DEPARTAMENTO DE DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR
07.006.12.122.0021.2.051 MANUTENCAO DO TERMINAL DA DISTRIBUICAO DA MERENDA.
3.3.90.14.00.00 104 DIARIAS - CIVIL 1.900,00
3.3.90.36.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 900,00
4.4.90.39.00.00 104 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.900,00
4.4.90.51.00.00 104 OBRAS E INSTALACOES 1.900,00
4.4.90.52.00.00 104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 460,00

07.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGISTICA ESCOLAR
07.007.12.782.0006.2.053 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR.
3.3.90.14.00.00 104 DIARIAS - CIVIL 1.200,00
3.3.90.40.00.00 1.900,00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA 104
4.4.90.52.00.00 104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.900,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS - SEHADO
08.003 DEPARTAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E INFRAESTRUTURA URBANA
08.003.15.451.0005.1.013 PAVIMENTACAO E REFORMA DE ESTRADAS RURAIS.
4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALACOES 9.900,00

08.004 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, COMERCIO E INDUSTRIA
08.004.22.661.0023.1.015 IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA PARA INDUSTRIA E COMERCIO.
3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 1.900,00
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.900,00

08.004.23.691.0023.2.058 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, INDUSTRIA E COMERCIO.
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 1.900,00
4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.900,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMA
09.001 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
09.001.20.608.0026.2.060 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA.
3.3.50.43.00.00 1000 SUBVENCOES SOCIAIS 1.900,00
3.3.90.14.00.00 1000 DIARIAS - CIVIL 1.000,00

3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 1.900,00
3.3.90.93.00.00 1000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 1.900,00
4.4.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 36.500,00

Total Redução: 225.780,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:CFC07090

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 244

DECRETO 244/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 297.281,00 (duzentos e noventa e sete mil e duzentos e oitenta e um reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.3.90.30.00.00 303 MATERIAL DE CONSUMO 80.000,00
3.3.90.34.00.00 494 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO 150.000,00

05.001.10.782.0006.2.030 MANUTENCAO DO TRANSPORTE DA SAUDE.
3.3.90.30.00.00 303 MATERIAL DE CONSUMO 50.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.002 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO FUNDAMENTAL
07.002.12.361.0017.2.045 MANUTENCAO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
3.3.90.30.00.00 107 MATERIAL DE CONSUMO 3.366,00

07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.047 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL.
3.3.90.30.00.00 107 MATERIAL DE CONSUMO 13.915,00

Total Suplementação: 297.281,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO - SEAFIPLAN
03.001 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
03.001.04.846.0003.0.001 OPERACOES ESPECIAIS
3.3.90.91.00.00 1000 SENTENCAS JUDICIAIS 130.000,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 150.000,00

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDU
07.003 DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E ENSINO INFANTIL
07.003.12.365.0018.2.047 MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAL INFANTIL.
3.3.90.39.00.00 107 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 17.281,00

Total Redução: 297.281,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 15 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:93C2884A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO PRIMEIROTERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2025

PRIMEIRO PRIMEIROTERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA M.R RODRIGUES - MP STUDIO, TENDO COMO OBJETO A(O) Registro de Preços a futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos de som e iluminação profissional, com disponibilização de operador técnico qualificado, visando atender às demandas de eventos institucionais, culturais, comemorativos e demais atividades promovidas pelo Município de Califórnia/PR. Os serviços deverão incluir montagem, operação, manutenção e desmontagem dos equipamentos, garantindo qualidade técnica, segurança e eficiência na execução dos eventos.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46 e a Empresa **M.R RODRIGUES - MP STUDIO** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.314.444/0001-18 com sede na Rua 13 de Maio, 1000, Vila Paraiso, Marilandia do Sul - PR, 86.825-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) MARCOS ROGERIO RODRIGUES, inscrito(a) no CPF n.º 033.520.619-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Marilândia do Sul - PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 296/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 066/2025, Processo Licitatório nº 129/2025, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 296/2025 e a dilatação do saldo registrado, nos termos e limites previstos neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 296/2025 por mais 12 (doze) meses, de 29 de outubro de 2026 a 28 de outubro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DILATAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO SALDO
Durante o período prorrogado, fica recomposto o saldo dos itens registrados, limitado, para cada item, às quantidades originalmente registradas na Ata, observadas as condições do edital, do Termo de Referência e da própria Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 296/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, inclusive por meio eletrônico, para que produza seus efeitos legais.

Califórnia/PR, 15 de setembro de 2026.

Município De Califórnia	M.R. Rodrigues – MP Studio
PAULO SERGIO CHILEIDE	***MARCOS ROGERIO RODRIGUES***
Prefeito Municipal – Contratante	Detentor da ARP

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:A5D6061E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 006/2026

RESOLUÇÃO 006/2026

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, conforme Deliberação CEDM nº 04/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Califórnia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Municipal nº 2.163/2025 e o Decreto Municipal nº 019/2026, em reunião extraordinária realizada em 14 de setembro de 2026, registrada na Ata nº 08/2026;

RESOLVE:

Art.1º APROVAR a Prestação de Contas Parcial, referente ao período de execução de junho/2024 a dezembro/2025, do Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, conforme Deliberação CEDM nº 04/2024.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 15 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA LOPES MARTINS
Presidente CMDM

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:2E2EB476

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CONTROLE INTERNO
EDITAL Nº 01, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026. ELEIÇÕES DIRETORES ESCOLARES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL Nº 01, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre o calendário de realização das eleições para Diretor Escolar para a Gestão 2027-2029, conforme Lei Municipal nº 837/2023 e Lei Complementar nº 22/2025.

A **Secretaria Municipal de Educação de Campina do Simão**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Lei, Ordinária nº 837 de 01 de novembro de 2023 e Lei Complementar nº 22 de 19 de novembro de 2025;

Art. 1º Divulgar o processo eleitoral para função de Diretor Escolar da gestão 2027-2029, que terá o seguinte calendário de realização:

I - Publicação da Portaria que nomeia a Comissão Eleitoral das Eleições até **15/09/2026**;
II – O Presidente da Comissão Eleitoral Escolar informará o nome, telefone e e-mail dos membros no **dia 15/09/2026**;
III – Publicação do Edital que dispõe sobre o calendário de realização das eleições dia **16/09/26;**
IV – Os candidatos a Diretor Escolar da unidade escolar deverão protocolar suas inscrições entre os dias **29/09/26 à 06/10/2026**, das **8:00h às 16:30h**, na Secretaria Municipal de Educação, junto à Comissão Eleitoral das Eleições, mediante cumprimento dos requisitos elencados na Lei Municipal nº 837, Art. 3º incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII;
V – A Comissão Eleitoral das Eleições homologará as inscrições e informará através de edital a relação dos candidatos inscritos aptos a concorrer na eleição até o dia **08/10/2026**;
VI – O prazo para apresentação de recursos será até as **16h** do dia **09/10/2026**, devendo ser enviado a Comissao Eleitoral. Após analise da comissão será respondido até o dia **14/10/2026**;
VII – A Comissão Eleitoral deverá convocar a comunidade escolar para apresentação das propostas dos candidatos entre os dias **19 à 23/10/2026**;
VIII – A eleição para escolha do (a) Diretor (a) Escolar será realizada no dia **10/11/2026, das 8h às 14:30h**;
IX – A Comissão Eleitoral Escolar enviará as cédulas utilizadas na eleição, livro ata da eleição, contendo o resultado da eleição devidamente assinada pela Comissão, livro de assinaturas, no dia **11/11/2026, até 16:30h**, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
X – O resultado será divulgado no dia **11/11/2026 em edital.**
XI – O prazo para recursos, após o processo eleitoral, será até as **16h do dia 12/11/2026,** sendo o recurso impresso, assinado e entregue à Comissão Eleitoral das Eleições;
XII – A Comissão analisará e emitirá parecer sobre os recursos em **13/11/2026**;
XIII – A Comissão triturará as cédulas utilizadas nas eleições **no dia 16/11/2026**, divulgando o resultado final dos eleitos no Portal do Município;
XIV – A partir de 1º de janeiro de 2027, terá início a nova gestão escolar;
XV– A Comissão definirá novo cronograma de eleições, caso haja impugnação do processo eleitoral.
Art. 2º Os requisitos mencionados no **Art. 3º da Lei Municipal nº** 837 de 01 de novembro de 2023 serão comprovados da seguinte forma:
I – O Departamento de recursos Humanos em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, emitirão declaração de todos os candidatos para a Comissão Eleitoral, que comprovará os requisitos solicitados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.
II – A comprovação do inciso II, qual seja, habilitação em curso de nível superior em Pedagogia, deverá ser realizada mediante apresentação do Diploma, juntamente com a cópia no ato da inscrição.

III – No ato da inscrição o candidato deverá entregar em uma via o Plano de Gestão Escolar, assinado.
Art. 3º A Comissão Eleitoral Escolar deverá afixar na parede próxima a urna a impressão da(s) foto(s) e do respectivo nome completo do(s) candidato(s) que concorrerão ao pleito.
Art. 4º A Comissão Eleitoral Escolar deverá seguir rigorosamente durante o pleito eleitoral, o disposto na Lei Municipal nº 837, neste Edital e seus anexos.
Art. 5º A Comissão Eleitoral Escolar deverá organizar todos os documentos pertinentes à eleição, inclusive as urnas e cédulas com cores diferentes para o segmento pais ou responsáveis legais e segmento de professores e profissionais da educação.
Parágrafo único. No dia da eleição as cédulas de votação deverão ser carimbadas e rubricadas por dois membros da Comissão Eleitoral Escolar, durante o processo eleitoral.
Art. 6º A Comissão poderá visitar as Escolas/CMEIs no dia da consulta a comunidade escolar, com a finalidade de acompanhar o processo eleitoral.
Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campina do Simão, 16 de setembro de 2026.

CRISLAINE DE PAULA FREITAS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:88E82298

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 97, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Paulo Cezar Hardt**, portador da Matricula n° 1794-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 14 de setembro de 2026 e revoga a Portaria n° 38, de 15 de abril de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 14 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:B9149201

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 98, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Rafael Dolibaina**, portador da Matricula n° 1805-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 14 de setembro de 2026 e revoga a Portaria n° 43, de 04 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 14 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:A9BBC599

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL-PR

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido no Requerimento nº: 07/2026, devidamente aprovado pelo Plenário em 14/09/2026, torna público e CONVIDA a todos os cidadãos e autoridades do Município de Campina Grande do Sul, a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA:

TEMA: "Políticas Públicas sobre Saúde Mental e prevenção ao suicídio, alusão ao Setembro Amarelo"

OBJETIVOS: Debate participativo entre representantes dos Poderes Públicos e da sociedade civil, para a discussão de políticas públicas que visem a prevenção, tratamento e desenvolvimento de ações a saúde mental.
DATA: 24 de setembro de 2026
LOCAL: Câmara Municipal de Campina Grande do Sul/PR
Prazo para envio de contribuições: até às 15 hs do dia do evento
INFORMAÇÕES: Fone: 41-3676 1077
e-mail: diretorialegislativa@campinagrandedosul.pr.leg.br
CRONOGRAMA:
14hs – 15hs - recepção de participantes e autoridades / recebimento de eventuais contribuições.
17h30m - Inicio dos debates.
Campina Grande do Sul, 14 de setembro de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Nadia Cristina Rocha de Souza
Código Identificador:CB9E4B54

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 85/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICO PARA PREMIAÇÃO MEDIANTE SORTEIO DA CAMPANHA DENOMINADA "IPTU PREMIADO 2026" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ, DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL N° 2645/2026 DE 30 DE MARÇO DE 2026
Critério de julgamento: Menor preço por Lote

Valor Máximo: R$ 5.245,01 (cinco mil duzentos e quarenta e cinco reais e um centavo).
Data de abertura: 29/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:733C82E4

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 86/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 86/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, FOTO E VÍDEO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: Menor Preço por Item
Valor Máximo: R$ 745.056,02 (Setecentos e quarenta e cinco mil, cinquenta e seis reais e dois centavos)
Data de abertura: 30/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:7E43149E

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 87/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 87/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO E MANUTENÇÃO DE PISCINA, COM ORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI) DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL/PR.
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote
Valor Máximo: R$ 52.291,04 (cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e um reais e quatro centavos).
Data de abertura: 01/10/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:B4903329

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 60/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 60/2026
Processo nº 152/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 60/2026, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SACOS PLÁSTICOS PARA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS SECOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MUNÍCIPES, EM CONFORMIDADE COM O QUANTITATIVO E DESCRITIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
DE SOUSA DISTRIBUIDORA LTDA.	61.758.667/0001-42	R$ 816.480,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 15/09/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:E9343C7B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1197/2026

O Secretário Municipal Interino de Administração, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 172 da Lei Municipal nº. 09/2004, bem como pela Portaria nº. 1.170/2026,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, formalizada por meio do Memorando nº. 965/2026, protocolado sob nº. 32.424/2026, referente aos fatos ocorridos em 24 de agosto de 2026, envolvendo o servidor E.A.C., matrícula nº. 327166, ocupante do cargo de Motorista;

Considerando que os fatos relatados, conforme documentação que instrui o expediente, envolvem acidente de trânsito durante a condução de ambulância oficial do Município e, em tese, podem caracterizar infrações funcionais sujeitas à apuração administrativa;

Considerando o disposto no art. 178 da Lei Municipal nº. 09/2004, quanto à possibilidade de afastamento cautelar do servidor, sem prejuízo da remuneração, para resguardar a regularidade da apuração;

R E S O L V E

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor E.A.C., com a finalidade de apurar os fatos relatados no Memorando nº. 965/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, protocolado sob nº. 32.424/2026, e nos demais documentos que instruem o expediente.

Art. 2º. Determinar, como medida cautelar, o afastamento do servidor E.A.C., das atividades de condução de veículos oficiais, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, nos termos do art. 178 da Lei Municipal nº. 09/2004.

Parágrafo único. O afastamento de que trata este artigo possui natureza cautelar e preventiva, não constituindo penalidade disciplinar nem implicando antecipação de juízo quanto à responsabilidade do servidor.

Art. 3º. Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo **de 60 (sessenta) dias**, nos termos da Lei, por Comissão composta pelos seguintes servidores: **RONY ZOTTO CARTAXO – Matrícula nº. 272351 (Presidente), ANA PAULA BISCARO DE MATOS – Matrícula nº. 148851 (Suplente) e membros: DAIHANE GISELE DOS SANTOS – Matrícula nº. 149151; DIOGO GIACOMITI – Matrícula nº. 271971; PATRÍCIA SIMIONI DA CRUZ – Matrícula nº. 146561; SILMARA DE SOUZA COSTA – Matrícula nº. 157841 e TIAGO TREVISAN – Matrícula nº. 327063**, todos estáveis e em exercício.

Art. 4º. A referida Comissão terá assessoria jurídica da servidora **JOICE CECCON DE GODOY, inscrita na OAB/PR nº. 63.089 – Matrícula nº. 202731.**

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 15 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

MARCOS ANDRÉ ALVES DE SOUZA
Secretário Municipal Interino de Administração
Portaria nº. 1170/2026
Autoridade Instauradora

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:8A8A8D37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE 15 / 2026

Processo Licitatório: 384 / 2026
Fundamento: Artigo nº 74 da Lei Federal 14.133/2021
Objeto: Adesão como Órgão Não Participante (Carona) à Ata de Registro de Preços nº 180/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 003/2026, Processo 006/2026, vigente até 07/05/2027, gerenciada pelo CIRENOR - Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste do RS, CNPJ 15.344.304/0001-43, visando a aquisição de duas RETROESCAVADEIRAS nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e demais documentos que constam no Processo (Protocolo) nº 1905/2026.
Empresas Contratadas:
FORZA MÁQUINAS AGRICOLAS E CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 11.492.141/0020-58, Contrato 156/2026 - assinatura: 15/09/2026, vigência: 12 meses.
Valor total do processo: R$ 739.998,00 (setecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais).
Dotação Orçamentária:
08.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
18.542.0008.2-031 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Mat. Permanente
Fonte – 00792 – Rec. Estadual
Fonte 00501 – Rec. Municipal

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:2364A877

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 733/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 75.802,54 (Setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 75.802,54 (Setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), como segue:

ÓRGÃO: 14 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL			
04.122.1038. 2.048 - MANUT. FOLHA DE PAG. - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	75.802,54
TOTAL			**75.802,54**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de R$ 75.802,54 (Setenta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE			
24.131.1028. 2.192 - PUBLICIDADE			
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	5.000,00
TOTAL			**5.000,00**

ÓRGÃO: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
24.131.1028. 2.192 - PUBLICIDADE			
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	1.000,00
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	5.599,54
3.3.90.30.00.00	material de consumo	0000	2.000,00
TOTAL			**8.599,54**

ÓRGÃO: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
04.121.1002. 2.054 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	15.000,00
TOTAL			**15.000,00**

ÓRGÃO: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
15.183.1002.2.115 GEORREFERENCIAMENTO/CADASTRO IMOBILIÁRIO			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	10.000,00
TOTAL			**10.000,00**

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
04.122.1020. 2.108 - MANUTENÇÃO DO CIT			
3.3.90.39.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0000	15.000,00
3.3.90.30.00.00	material de consumo	0000	7.203,00
3.3.90.36.00.00	outros serviços de terceiros-pessoa física	0000	5.000,00
4.4.90.52.00.00	equipamentos e material permanente	0000	5.000,00
4.4.90.51.00.00	obras e instalações	0000	5.000,00

TOTAL	37.203,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 09 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:0DC5DDB6

LEGISLATIVO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 09-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026.
DISPENSA ELETRÔNICA SEM DISPUTA 09/2026.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 75, inc. II da Lei Federal nº14.133/21 e suas alterações, torna público que homologa o processo de Dispensa Eletrônica na modalidade sem disputa de lances 09/2026, adjudicando o objeto: contratação de empresa para Confecção de 17 placas gravadas em aço baixo relevo medindo 140x200mm e estojo em veludo, XIXO FUNDICAO E GRAVURAS EM METAIS LTDA inscrito no CNPJ sob o n° 79.166.898/0001-22, pelo valor total de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).
Campo Magro, 15 de Setembro de 2026.

RONES RIBAS MACHADO
Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:77658CA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026 - 1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Campo Magro/PR torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 22/2024 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que está **REPUBLICANDO** o edital de Licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, e modo de disputa **ABERTO**.

OBJETO: Formação de registro de preços para Aquisição de medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica, dispensados via Farmácia Municipal, assim como, aqueles utilizados para suprimento de demandas nas unidades Básicas de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, atenção especializada (CAPS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 Horas) e Centro de Especialidades Integradas do Município de Campo Magro, conforme condições estabelecidas neste edital.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 880.620,51 (oitocentos e oitenta mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e um centavos).

NOVA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 01/10/2026 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site www.bnc.org.br. O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: pregoeiro@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 15 de setembro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto Nº 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:22E16EB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 - 1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Campo Magro/PR torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 22/2024 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que está **REPUBLICANDO** o edital de Licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, e modo de disputa **ABERTO**.

OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição de materiais médicos e hospitalares destinados ao atendimento das Unidades de Saúde do Município, visando garantir a continuidade e qualidade dos serviços assistenciais prestados à população, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ **950.876,96** (novecentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

NOVA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA: 02/10/2026 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site www.bnc.org.br. O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: pregoeiro@campomagro.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044.

Campo Magro/PR, 15 de setembro de 2026.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Agente de Contratação
Decreto Nº 394/2025

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:6D8CC1F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
ORIGINÁRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: PRIME TRANSPORTES E COMERCIO DE GAS LTDA
CNPJ: 34.863.587/0001-84
OBJETO: Registro de preços para aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo (GLP), nas modalidades P-13 e P-45, bem como de vasilhames (cascos), destinados a atender as necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração Pública do Município.
VALOR TOTAL: Até R$ 180.712,37 (Cento e oitenta mil, setecentos e doze reais e trinta e sete centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração, e comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos
DATA DE ASSINATURA: 03 de setembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:60A08F88

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3° ADITIVO DO CONTRATO N° 107/2022
ORIGINÁRIO DA INEXIGIBILIDADE Nº 16/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: CEMITÉRIO SANTO EXPEDITO LTDA
CNPJ: 04.536.485/0001-93
DO OBJETO: Contratação de cemitérios privados para prestação de serviços de locação de Gavetas Mortuárias, em atendimento as famílias em vulnerabilidade social.
DO OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo n.º **5245/2025,** fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, passando de **28 de outubro de 2025 a 28 de outubro de 2026**.
DO VALOR: O valor previsto para fazer frente à execução do presente aditivo contratual é de até R$ 49.888,60 (quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos)
DATA DE ASSINATURA: 28 de outubro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/1993, Artigo n.º 164 do Decreto Municipal 22/2024.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:7A9945B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2023 ORIÚNDO A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2023.

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO **Nº 027/2023** ORIÚNDO A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 001/2023.**
CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI**, órgão do Poder Legislativo Municipal, com sede na Avenida Alfredo Antônio Budel, nº1067, Praça do Cidadão, Candói-PR, inscrita no CNPJ sob **nº.95.684.486/0001-30**.
CONTRATADA: CLEOMAR NUNES DE ALMEIDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o **nº. 39.819.708/0001-04**, com sede na Rua MANOELA PECOITS, n. 433, PADRE ULRICO, FRANCISCO BELTRÃO/PR, CEP 85.604-298.
OBJETO: Prorrogação da vigência e execução do contrato Nº 027/2023, oriunda do Procedimento Licitatório Concorrência Eletrônica n° 001/2023 o qual tem por objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NAS ÁRES DE ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL UTILIZANDO A TECNOLOGIA BIM (REVIT), E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS MESMO".** Com a consequente atualização/reposição dos valores do saldo remanescentes conforme índice oficial disposto no instrumento convocatório e dispositivos legais.
VALOR: Em decorrência da aplicação do reajuste contratualmente previsto, mediante correção pelo IPCA, o valor contratual passa de **R$7.857,02** (sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e dois centavos) para **R$8.263,41** (oito mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos).
ORIGEM: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 001/2023**.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 14.133/2021 permanece aplicável à relação jurídica até o encerramento definitivo do Contrato **n. 027/2023**, inclusive no que se refere à prorrogação, ao reajuste, à alteração, à fiscalização, às sanções e à extinção do ajuste. Trata-se de ultratividade expressamente determinada pelo art. 190 da Lei n. 14.133/2021.
ELEMENTO DE DESPESA: 01.001.01.031.0001.1-001-44.90.51.00.00.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Considerando a solicitação da Secretaria da Câmara Municipal e a Anuência expressa da CONTRATADA, fica prorrogado o prazo de vigência, do valor contratual e execução, por mais 12 (doze) meses a contar do seu vencimento, passando a viger até 01 de outubro de 2026.
ASSINAM: José Edenilson Volenitis, pela Câmara e Cleomar Nunes de Almeida, pela empresa.
Candói 15 de setembro 2025.

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:F40C7ABA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 463/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor **VALDECIR MUHLENBRUCK**, brasileiro, inscrito no CPF nº 032.xxx.xxx-35, do cargo em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, nomeado pela Portaria n° 319/2025, matrícula: 4086-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura e Pecuária.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do prefeito, 14 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:BB5E4143

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 464/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão Especial para Coordenar e Organizar o **PROCESSO SELETIVO PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES Nº 01/2026**, a qual será composta pelos seguintes membros:

GILIARD RESMINI - Contador
KAUANE CRISTINA DA SILVA – Agente Administrativo
RODRIGO MISS – Agente Administrativo
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
KATIA LUCIANA LOPES – Técnica em Contabilidade

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a presidência da Sra. **KAUANE CRISTINA DA SILVA,** e se reunir-se-á por convocação da mesma.
Art. 3º Caberá a Comissão a coordenação e organização de todas as etapas do Processo Seletivo, observando as legislações vigentes.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 15 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
AKL/RH Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:D3ABE0EC

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAas autoridades, os representantes de classes e a sociedade em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no **dia 24 de setembro de 2026, com início às 14:00 horas**, na sede da Câmara Municipal, situada a Av. Alfredo Antônio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros, tendo como pauta:
1. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da LDO referente aos meses de maio à agosto de 2026 (Art. 9º parágrafo 4º da LRF);
2. Prestação de Contas da Educação referente aos meses de maio à agosto de 2026;
3. Prestação de Contas da Saúde referente aos meses de maio à agosto de 2026;
4. Prestação de Contas Assistência Social, incluindo Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, referente aos meses de maio à agosto de 2026;

Candói, 04 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:9F841EBF

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTAURAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO SOL POENTE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAos moradores, ocupantes, proprietários, confrontantes e demais interessados para participarem da **AUDIÊNCIA** PÚBLICA destinada à apresentação e ao início dos trabalhos de Regularização Fundiária Urbana- REURB do Núcleo Urbano Sol Poente.

A audiência pública será realizada conforme as informações a seguir:

Data: 30/09/2026;
Horário: 19:00 horas;
Local: Centro de convivência do Idoso, localizado na Av. Eraclides Mendes Araújo, s/nº, Parque do Lago, Candói-PR;

Objetivos da audiência pública:

Apresentar á comunidade o procedimento da Regularização Fundiária-Reurb;
Prestar informações sobre as etapas, requisitos e documentos necessários para o desenvolvimento do processo;
Apresentar a delimitação preliminar da área abrangida pelo Núcleo Sol Poente;
Esclarecer dúvidas dos moradores, ocupantes, proprietários, confrontantes e demais interessados;
Promover a participação da comunidade e levantar informações relevantes para a instrução do procedimento administrativo;

Candói, 14 de setembro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:FC3EC732

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 268/2026 DATA: 15/09/2026

Regulamenta o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 031, de 19 de dezembro de 2017, e dispõe sobre o processo de seleção, habilitação, consulta à comunidade escolar e nomeação para o exercício das funções de direção e vice-direção das Instituições Educacionais Públicas da Rede Municipal de Ensino de Candói e dá outras providências**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, que estabelece a gestão democrática do ensino público como princípio da educação;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 3º, inciso VIII, e 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, relativo à gestão democrática do ensino público;
CONSIDERANDO o disposto no art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que estabelece, entre as condicionalidades para distribuição da complementação-VAAR do Fundeb, o provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou mediante escolha realizada com participação da comunidade escolar entre candidatos previamente aprovados em avaliação de mérito e desempenho;
CONSIDERANDO as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da complementação-VAAR do Fundeb estabelecidas pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade – CIF e pelo Ministério da Educação;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE 2026–2036, especialmente seu Objetivo 18, destinado ao fortalecimento da participação e do controle social e da gestão democrática da educação pública;
CONSIDERANDO a Meta 18.a do Plano Nacional de Educação, que prevê que os diretores das escolas públicas sejam selecionados mediante processo seletivo fundamentado em critérios técnicos de mérito e desempenho, seguido de escuta da comunidade escolar;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar formação, acompanhamento e avaliação periódica dos gestores escolares, com publicidade e transparência dos critérios utilizados;
CONSIDERANDO os arts. 18 e 19 da Lei Complementar Municipal nº 031, de 19 de dezembro de 2017;
DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 031/2017 e estabelece normas para o processo de seleção e escolha dos profissionais destinados ao exercício das funções de direção e vice-direção das Instituições Educacionais Públicas da Rede Municipal de Ensino de Candói.
Art. 2º O provimento das funções de direção e vice-direção observará os princípios da:
I – gestão democrática do ensino público;
II – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
III – participação da comunidade escolar;
IV – valorização dos profissionais da educação;
V – mérito e desempenho profissional;
VI – transparência;
VII – compromisso com a aprendizagem, a equidade e a melhoria da qualidade da educação;
VIII – gestão pedagógica, administrativa, financeira, democrática e de pessoas orientada por resultados educacionais e pelo Projeto Político-Pedagógico da instituição.
Art. 3º A escolha dos profissionais para o exercício das funções de direção e vice-direção, ocorrerá mediante Processo de Seleção e Escolha de Gestores Escolares, composto, obrigatoriamente, pelas seguintes fases:
I – Fase I – Seleção Técnica de Mérito e Desempenho, de caráter eliminatório, composta pelas seguintes etapas sucessivas:
a) Formação em Gestão Escolar;
b) Avaliação Objetiva de Conhecimentos e Competências;
c) Avaliação do Plano de Gestão Escolar;
II – Fase II – Consulta à Comunidade Escolar, exclusivamente entre candidatos considerados aptos em todas as etapas da Fase I;
III – homologação do resultado;

IV – nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.
§ 1º A participação na consulta à comunidade escolar ficará condicionada à prévia aprovação do candidato na Fase I.
§ 2º A aprovação na Fase I não gera direito subjetivo à nomeação, constituindo requisito de habilitação para participação na consulta à comunidade escolar.
§ 3º A Fase I será dividida em três etapas sucessivas e eliminatórias:
Formação;
Prova objetiva; e
Plano de Gestão;
§ 4º O processo será regulamentado por Edital da Secretaria Municipal de Educação, observado o disposto neste Decreto.
Art. 4º A função de direção e vice-direção será exercida por profissional integrante da Carreira do Magistério Público Municipal, atendidos os requisitos da Lei Complementar Municipal nº 031/2017, deste Decreto e do que for disposto em Edital próprio para o fim das eleições.
Art. 5º O mandato da direção e vice-direção será de 3 (três) anos, iniciando-se no primeiro dia útil do ano civil subsequente à conclusão do processo de escolha, admitida uma única recondução consecutiva, mediante novo processo de seleção e escolha, inclusive para quem tenha integrado equipe de direção e vice-direção no mandato imediatamente anterior.
§ 1º A participação em mandato anterior não dispensa o candidato de qualquer etapa, requisito ou avaliação previstos para o novo processo.
§ 2º Para fins do limite de recondução previsto no caput, o exercício da função de vice-direção será considerado mandato de gestão, independentemente da posição ocupada no mandato seguinte.
Art. 6º. As Instituições Educacionais com mais de 600 (seiscentos) estudantes regularmente matriculados contarão, para fins do processo de escolha, com função de direção e vice-direção.
§ 1º A aferição do número de matrículas observará data de referência definida no Edital.
§ 2º A candidatura será inicialmente individual, sendo a composição das chapas realizada após a conclusão da Fase I, exclusivamente entre candidatos considerados aptos.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação constituirá Comissão Municipal responsável pela organização, coordenação, acompanhamento e fiscalização do Processo de Seleção e Escolha de Gestores Escolares.
§ 1º A Comissão será composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação e das Instituições Educacionais da Rede Municipal, podendo contar com representantes de órgãos colegiados da educação.
§ 2º A composição, número de integrantes, presidência e funcionamento da Comissão serão estabelecidos em ato próprio.
§ 3º É vedada a participação na Comissão de:
I – candidato ao processo;
II – cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até segundo grau de candidato;
III – pessoa que possua situação capaz de comprometer a imparcialidade do processo.
Art. 8º Compete à Comissão:
I – coordenar e acompanhar todas as etapas do processo;
II – analisar a documentação e os pedidos de inscrição;
III – verificar o cumprimento dos requisitos de habilitação;
IV – acompanhar ou coordenar a avaliação técnica de mérito e desempenho;
V – publicar os resultados das etapas;
VI – receber, instruir e julgar recursos e impugnações, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
VII – organizar a consulta à comunidade escolar;
VIII – orientar as instituições educacionais;
IX – organizar as mesas receptoras e apuradoras;
X – providenciar os instrumentos e materiais necessários;
XI – fiscalizar o cumprimento das regras de campanha;
XII – lavrar atas e registrar formalmente todos os atos relevantes;
XIII – encaminhar o resultado final à Secretaria Municipal de Educação;
XIV – exercer outras atribuições estabelecidas em Edital.

CAPÍTULO III
DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Art. 9º Poderá participar do Processo de Seleção e Escolha o profissional que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:
I – integrar o quadro de provimento efetivo do Magistério Público Municipal;
II – possuir formação em nível superior, em curso de licenciatura ou graduação plena, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 031/2017;
III – possuir experiência docente mínima de 3 (três) anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado;
IV – ter concluído o estágio probatório no vínculo funcional mediante o qual se encontra lotado e em exercício na Instituição Educacional para a qual pretende concorrer;
V – estar em efetivo exercício na Instituição Educacional para a qual pretende concorrer há, no mínimo, 6 (seis) meses;
VI – não ter sofrido penalidade disciplinar definitivamente aplicada nos últimos cinco anos, nas hipóteses definidas em Edital, observado o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
VII – não possuir mais de 5 (cinco) faltas injustificadas nos 2 (dois) anos anteriores à publicação do Edital;
VIII – não possuir incompatibilidade de horário para o exercício da função;
IX – apresentar atestado de aptidão para o exercício das atribuições inerentes à gestão escolar, nos termos das normas municipais de saúde ocupacional;
X – atender aos requisitos de formação em Gestão Escolar;
XI – ser considerado apto na avaliação objetiva de conhecimentos e competências;
XII – ser considerado apto na avaliação do Plano de Gestão Escolar;
XIII – não estar impedido de exercer a função em razão de disposição legal, administrativa ou judicial;
XIV – atender aos demais requisitos previstos na legislação municipal.
§ 1º O candidato que possua dois vínculos efetivos na Rede Municipal poderá concorrer a apenas uma Instituição Educacional em cada processo de escolha.
§ 2º A comprovação de experiência docente será realizada mediante documentação funcional ou declaração emitida por instituição de ensino.
§ 3º O Edital poderá estabelecer documentos destinados à comprovação de regularidade funcional, disponibilidade e demais requisitos previstos neste artigo, vedadas exigências desproporcionais ou sem relação direta com as atribuições da função.

CAPÍTULO IV
DA FASE I – AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MÉRITO E DESEMPENHO

Art. 10 A Fase I terá caráter eliminatório e destina-se à aferição dos conhecimentos, competências e habilidades necessários ao exercício da gestão escolar.
Art. 11. A avaliação técnica deverá considerar, no mínimo:
I – conhecimentos sobre legislação e políticas educacionais;
II – gestão pedagógica e acompanhamento da aprendizagem;
III – planejamento e utilização de indicadores educacionais;
IV – gestão administrativa;
V – gestão financeira e prestação de contas;
VI – gestão democrática e participação da comunidade;
VII – gestão de pessoas e liderança;
VIII – educação inclusiva, equidade e proteção integral dos estudantes;
IX – organização escolar e Projeto Político-Pedagógico;
X – monitoramento e avaliação de resultados;
XI – atribuições e responsabilidades próprias da direção e vice-direção escolar.
Art. 12. A Fase I compreenderá três etapas sucessivas e eliminatórias:
I – Formação em Gestão Escolar;
II – Avaliação Objetiva de Conhecimentos e Competências;
III – Avaliação do Plano de Gestão Escolar.

§ 1º Os critérios específicos de realização, frequência, aproveitamento, conteúdos, instrumentos e procedimentos serão estabelecidos em Edital.
§ 2º A formação específica em Gestão Escolar poderá ser comprovada por curso anteriormente realizado e validado pela Secretaria Municipal de Educação, conforme critérios estabelecidos em Edital, sem prejuízo da participação nos módulos formativos obrigatórios promovidos pela Rede Municipal.
§ 3º O candidato deverá ser considerado apto em cada etapa para prosseguir no processo.
§ 4º O resultado de cada etapa será divulgado como APTO ou NÃO APTO, assegurado ao candidato acesso à sua pontuação ou aos fundamentos da avaliação para fins de recurso.
§ 4º Somente os candidatos declarados aptos poderão participar da consulta à comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 13. O candidato deverá apresentar Plano de Gestão Escolar para o período correspondente ao mandato.
§ 1º O Plano de Gestão deverá guardar consonância com:
I – o Projeto Político-Pedagógico da instituição;
II – o Plano Municipal de Educação;
III – as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
IV – a legislação educacional vigente;
V – os resultados e indicadores educacionais da instituição.
§ 2º O Plano deverá contemplar, no mínimo:
I – diagnóstico da instituição;
II – objetivos e prioridades;
III – metas educacionais;
IV – ações e estratégias;
V – indicadores de acompanhamento;
VI – gestão pedagógica;
VII – gestão administrativa e financeira;
VIII – gestão democrática e participação da comunidade;
IX – estratégias de acompanhamento da frequência, permanência e aprendizagem dos estudantes;
X – ações voltadas à equidade, inclusão e proteção dos estudantes;
XI – cronograma de execução.
Art. 14. O Plano de Gestão constituirá compromisso institucional do gestor nomeado e será utilizado como referência para seu acompanhamento e avaliação durante o mandato.
§ 1º O Plano será submetido à avaliação por banca examinadora especialmente constituída para essa finalidade.
§ 2º A avaliação compreenderá:
I – análise do documento escrito;
II – apresentação oral;
III – arguição do candidato.
§ 3º Os critérios e a pontuação mínima para obtenção do resultado APTO serão estabelecidos em Edital, mediante matriz previamente divulgada.
§ 4º O candidato considerado apto poderá apresentar seu Plano à comunidade escolar na Fase II.
§ 5º A avaliação do Plano de Gestão será realizada por banca examinadora composta por 3 (três) a 5 (cinco) profissionais externos, designados pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DA FASE II – CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 15. Concluída a Fase I, os candidatos habilitados (considerados aptos) participarão de consulta à comunidade escolar da Instituição Educacional para a qual se inscreveram.
Art. 16. A consulta será realizada mediante voto direto e secreto, garantida a participação dos segmentos que integram a comunidade escolar, conforme regulamentação deste Decreto e do Edital.
Art. 17. Poderão participar da consulta:
I – profissionais do magistério em exercício na Instituição Educacional;
II – demais servidores públicos em exercício na Instituição Educacional;
III – pai, mãe ou responsável legal por estudante regularmente matriculado;
IV – estudantes maiores de 18 (dezoito) anos regularmente matriculados, quando houver;
V – representantes titulares do Conselho Escolar e da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, conforme regulamentação do Edital.
§ 1º Cada eleitor terá direito a um único voto por Instituição Educacional, ainda que possua vínculo que permita seu enquadramento em mais de um segmento da comunidade escolar.
§ 2º Quando uma mesma pessoa pertencer a mais de um segmento na mesma Instituição, deverá optar por apenas um deles.
§ 3º O eleitor vinculado a mais de uma Instituição Educacional poderá participar da consulta em cada uma delas, desde que possua vínculo legítimo com a respectiva comunidade.
Art. 18 A consulta a comunidade se dará em dia e horário marcado pela Secretaria de Educação, precedido de apresentação dos planos de gestão dos candidatos aprovados na Fase I.

CAPÍTULO VII
DA APURAÇÃO

Art. 19. Será considerado escolhido pela comunidade escolar o candidato que obtiver a maior votação, observados os critérios definidos neste Decreto e no Edital.
§ 1º Havendo dois ou mais candidatos ou chapas, será considerado escolhido aquele que obtiver o maior número de votos válidos.
§ 2º Havendo candidato ou chapa única, será considerado escolhido se obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos, excluídos os votos brancos e nulos.
§ 3º Não sendo alcançado o resultado previsto no § 2º, aplicar-se-á a regra de designação temporária prevista neste Decreto.
Art. 20. Em caso de empate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – maior pontuação na avaliação do Plano de Gestão;
II - maior pontuação obtida na Fase I;
III – maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;
IV – maior tempo de experiência docente;
V – maior titulação na área da educação;
VI – maior idade.

CAPÍTULO VIII
DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 21. A divulgação das propostas somente poderá ocorrer após a homologação dos candidatos habilitados na Fase I, em data e hora previamente agendadas.
Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Educacionais assegurarão condições equânimes para apresentação dos Planos de Gestão à comunidade escolar.
Art. 23. É vedado ao candidato:
I – utilizar bens, recursos financeiros, materiais ou equipamentos públicos em benefício de sua candidatura, ressalvados os espaços e meios igualmente disponibilizados a todos os candidatos;
II – oferecer ou prometer vantagem pessoal em troca de voto;
III – praticar coação ou aliciamento de eleitor;
IV – realizar propaganda político-partidária;
V – utilizar estudantes para atividades de campanha;
VI – promover atos que perturbem o funcionamento da instituição ou prejudiquem as atividades pedagógicas;
VII – realizar práticas discriminatórias, ofensivas ou incompatíveis com o ambiente educacional;
VIII – utilizar informações pessoais de estudantes ou familiares em desacordo com a legislação de proteção de dados.
Parágrafo único. O descumprimento das regras poderá resultar em advertência, suspensão de atividade de campanha ou exclusão do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme gravidade da conduta.

CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS E DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 24. Será assegurado recurso contra os resultados de cada etapa eliminatória e contra os demais atos capazes de produzir prejuízo individual ao candidato, nos termos e prazos estabelecidos em Edital.
I – indeferimento da inscrição;
II – resultado da avaliação de mérito e desempenho;
III – avaliação do Plano de Gestão;
IV – resultado da consulta à comunidade;
V – decisão relativa à infração das regras do processo.
§ 1º Os prazos e procedimentos serão definidos no Edital.
§ 2º As decisões deverão ser fundamentadas e publicadas nos meios oficiais.

Art. 25. Encerradas todas as etapas e julgados os recursos, a Comissão encaminhará o resultado final à Secretaria Municipal de Educação para homologação e posterior encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO X

DA NOMEAÇÃO E DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Art. 26. O candidato escolhido pela comunidade escolar será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para nomeação na função de direção e vice-direção, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 27. A nomeação ficará condicionada:

I – à manutenção dos requisitos exigidos para participação no processo;

II – à assinatura de Termo de Compromisso de Gestão;

III – ao compromisso de execução e monitoramento do Plano de Gestão;

IV – à participação em ações de formação continuada determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XI

DA VACÂNCIA, AFASTAMENTO E AUSÊNCIA DE CANDIDATOS

Art. 28. Ocorrendo vacância definitiva da função de direção e vice-direção durante o mandato, a Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias à continuidade da gestão escolar.

§ 1º Para substituição definitiva será priorizada a designação de profissional que tenha sido previamente aprovado em processo de avaliação de mérito e desempenho.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá constituir Cadastro Municipal de Gestores Escolares Habilitados na Fase I, formado por profissionais aprovados em processo técnico de mérito e desempenho.

§ 3º Caso inexista profissional habilitado disponível, poderá ser realizada designação temporária e excepcional, devidamente fundamentada, devendo o profissional ser submetido ao processo de avaliação de mérito e desempenho na primeira oportunidade prevista pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 29. Na Instituição Educacional em que não houver candidato inscrito ou habilitado:

I – poderá ser reaberto o prazo para inscrição;

II – poderá ser convocado processo complementar de seleção;

III – poderá ser utilizado o Cadastro Municipal de Gestores Escolares Habilitados na Fase I;

IV – excepcionalmente, poderá ocorrer designação temporária nos termos do § 3º do art. 28.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo deverão ser executadas de maneira a preservar, progressivamente, o atendimento integral aos critérios técnicos de mérito e desempenho exigidos pela legislação nacional.

CAPÍTULO XII

DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Art. 30. O desempenho dos gestores será acompanhado e avaliado durante todo o mandato pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 31. A avaliação da gestão terá caráter formativo e institucional e considerará, no mínimo:

I – execução do Plano de Gestão;

II – cumprimento das metas pactuadas;

III – acompanhamento da aprendizagem e dos indicadores educacionais;

IV – frequência e trajetória escolar dos estudantes;

V – implementação do Projeto Político-Pedagógico;

VI – gestão democrática e participação dos colegiados;

VII – gestão administrativa e financeira;

VIII – regularidade das prestações de contas;

IX – gestão de pessoas e clima organizacional;

X – cumprimento das normas da Secretaria Municipal de Educação;

XI – promoção da equidade, inclusão e proteção dos estudantes;

XII – participação nas ações de formação continuada.

Art. 32. A avaliação ocorrerá, no mínimo, anualmente.

§ 1º Os critérios e instrumentos de avaliação deverão ser previamente divulgados aos gestores.

§ 2º O resultado será apresentado ao gestor, assegurado espaço para manifestação e definição de ações de melhoria, quando necessárias.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer plano de acompanhamento e apoio ao gestor quando identificadas fragilidades no desempenho.

§ 4º A eventual perda da função em razão de desempenho insuficiente reiterado ou descumprimento grave de atribuições dependerá de procedimento administrativo específico, no qual sejam assegurados ciência prévia dos fatos e resultados considerados, contraditório, ampla defesa e decisão fundamentada.

CAPÍTULO XIII

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação promoverá formação continuada dos gestores escolares durante o exercício do mandato.

Parágrafo único. A formação deverá considerar, especialmente:

I – liderança pedagógica;

II – gestão da aprendizagem;

III – gestão democrática;

IV – planejamento e monitoramento;

V – gestão de pessoas;

VI – gestão financeira;

VII – legislação educacional;

VIII – educação inclusiva e equidade;

IX – proteção integral dos estudantes;

X – utilização de evidências, indicadores e avaliações educacionais na tomada de decisão.

CAPÍTULO XIV

DA TRANSIÇÃO DA GESTÃO

Art. 34. A transição entre a gestão que encerra o mandato e a nova gestão deverá ocorrer de forma planejada e documentada.

§ 1º O gestor que encerra o mandato deverá disponibilizar, no mínimo:

I – documentos administrativos e pedagógicos;

II – situação financeira da instituição e prestações de contas;

III – inventário patrimonial;

IV – informações relativas aos programas e projetos em execução;

V – situação dos contratos, convênios e parcerias vinculados à unidade;

VI – indicadores educacionais e ações em andamento;

VII – documentos relativos ao Conselho Escolar e APMF;

VIII – demais informações necessárias à continuidade da gestão.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer formulário ou relatório padronizado de transição.

CAPÍTULO XV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 35. O gestor escolar responderá pela correta utilização, acompanhamento e prestação de contas dos recursos sob responsabilidade da Instituição Educacional, observadas as normas aplicáveis.

§ 1º As prestações de contas deverão ser submetidas aos órgãos e colegiados competentes.

§ 2º A existência de irregularidades será apurada em procedimento próprio, observados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XVI

DA TRANSPARÊNCIA E DOS REGISTROS

Art. 36. A Secretaria Municipal de Educação manterá arquivo organizado dos documentos que comprovem:

I – a legislação municipal relativa ao provimento dos gestores;

II – os editais dos processos realizados;

III – os critérios técnicos de mérito e desempenho;

IV – os resultados das avaliações;

V – as relações de candidatos habilitados;

VI – os resultados das consultas à comunidade;

VII – os atos de nomeação;

VIII – a quantidade e o percentual de gestores providos segundo os critérios estabelecidos neste Decreto;

IX – as avaliações periódicas dos gestores;

X – outros documentos necessários à comprovação das condicionalidades relativas ao Fundeb e à complementação-VAAR.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências necessárias para prestar e atualizar as informações requeridas nos sistemas oficiais do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

CAPÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. A Secretaria Municipal de Educação expedirá Edital específico para cada Processo de Seleção e Escolha, contendo, no mínimo:
I – instituições participantes;
II – cronograma;
III – requisitos e documentos;
IV – metodologia da avaliação técnica;
V – conteúdos e critérios da avaliação de mérito e desempenho;
VI – critérios para avaliação do Plano de Gestão;
VII – composição dos segmentos da comunidade escolar;
VIII – metodologia de votação e apuração;
IX – regras de divulgação das propostas;
X – prazos de recursos;
XI – critérios de desempate;
XII – demais procedimentos necessários.
Art. 38. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvida a Comissão responsável pelo processo e, quando necessário, a Procuradoria Jurídica do Município.
Art. 39. O processo previsto neste Decreto será implementado de modo a assegurar a compatibilidade permanente com as condicionalidades de melhoria de gestão previstas na legislação do Fundeb e nas regulamentações federais relativas à complementação-VAAR.
Art. 40. Ficam revogados:
I – o Decreto Municipal nº 114, de 18 de outubro de 2021;
II – o Decreto Municipal nº 339, de 9 de agosto de 2023;
III – o Decreto Municipal nº 345, de 22 de agosto de 2023;
IV – demais disposições regulamentares em contrário relativas ao processo de escolha de direção e vice-direção das Instituições Educacionais Municipais.
Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Candói, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:49C6660A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 05/2026 DIVULGAÇÃO DE SELECIONADOS

PROGRAMA "CANDÓI MAIS CRÉDITO"
PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 01/2026

EDITAL Nº 05/2026
DIVULGAÇÃO DE SELECIONADOS

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público o EDITAL de divulgação dos selecionados do programa **"CANDÓI MAIS CRÉDITO",** instituído pela Lei Municipal nº 1.812/2025, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

LISTA DE SELECIONADOS

PROPONENTE	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ENQ.
ADEMIR ANDRADE DE SOUZA	ALTO ELETRICA SOUZA LTDA	74.071.358/0001-41	ME
ALLANA CARLA PELIZZA ZAGO	A K P ZAGO & CIA LTDA	16.810.811/0001-98	ME
ANTONIO CARLOS TERNOUSKI	TERNOUSKI ENGENHARIA LTDA	74.167.396/0001-00	EPP
ANA JULIA DO PRADO MAZEPA	A.J DO P MAZEPA AGRO	55.608.783/0001-82	EPP
ANA VITORIA KELLER FIAMETTI	ANA VITORIA KELLER FIAMETTI	58.687.231/0001-03	MEI
CIBELE VERISSIMO CASAGRANDE	CIBELE VERISSIMO CASAGRANDE GESTAO DE NEGOCIOS E SERVIÇOS	39.773.334/0001-33	ME
JESSICA IVATIUK	JESSICA IVATIUK FOTOGRAFIA	24.185.080/0001-65	MEI
JOCELITA BORTOLANZA PADILHA ZENI	JOCELITA BORTOLANZA PADILHA ZENI LTDA	40.347.444/0001-12	ME
LEANDRO CASAGRANDE	LEANDRO CASAGRANDE GESTAO DE NEGOCIOS E SERVIÇOS	33.002.568/0001-09	ME
ROBSON LUIZ CAVALLI	ROBSON LUIZ CAVALLI	29.502.723/0001-70	EPP
SAMUEL DE COL	SAMUEL DE COL ODONTOLOGIA	46.246.586/0001-70	ME
SILVANA APARECIDA RIBEIRO	S A RIBEIRO M I EMPREENDIMENTOS	50.097.358/0001-52	ME
SIMONE BRANDELERO CORDEIRO	SIMONE BRANDELERO CORDEIRO	55.049.849/0001-41	MEI
VALDEMAR EUGENIO CAVALLI	V C CAVALLI TERRAPLANAGENS EMPREENDIMENTOS	45.374.343/0001-54	ME
VANDERLEY PEREIRA ZENI	55.487.917 VANDERLEY PEREIRA ZENI	55.487.917/0001-54	MEI
THAIS MARCELY MORETO PICOLO	THAIS MARCELY MORETO PICOLO	40.729.815/0001-20	MEI

1.1 Eventuais recursos contra esse edital poderão ser interpostos nos dias 16 e 17 de setembro de 2026 das 8h30min às 12h e das 13h às 16h30min na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Candói/PR, 16 de setembro de 2026

CAROLINE BORDIGNON DA ROSA
Secretária de Desenvolvimento Economico e Turismo

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E3354AB0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.835 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Procede desafetação de bem imóvel do município de Candói e autoriza permuta por bens imóveis de terceiros, no atendimento do interesse público, conforme especifica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDÓI, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei.

Art. 1º Fica desafetado, passando a integrar a categoria dos bens dominicais patrimoniais do Município, disponível para alienação, o imóvel rural medindo 36.361,91m² (trinta e seis mil e trezentos e sessenta e um metros e noventa e um centímetros quadrados), que se encontra localizado no imóvel denominado Bebinha, neste Município, que, conforme matrícula 30.810 do livro 2 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR, encontra-se situado dentro das seguintes medidas, limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice TTII-M-0836, de coordenadas N 7.185.186,72m e E 406.242,38m; deste, segue confrontando com o Quinhão 22, com os seguintes azimutes e distâncias: 121°43'50" e 138,21 m até o vértice TTII-M-0835, de coordenadas N 7.185.114,03m e E 406.359,93m; 163°07'21" e 120,82 m até o vértice TTII-M-0822, de coordenadas N 7.184.998,42m e E 406.395,00m; 180°22'24" e 63,38 m até o vértice TTII-M-0820, de coordenadas N 7.184.935,04m e E 406.394,59m; 102°43'27" e 65,66 m até o vértice TTII-M-0846, de coordenadas N 7.184.920,58m e E 406.458,64m; 155°42'15" e 104,45 m até o vértice TTII-M-0839, de coordenadas N 7.184.825,38m e E 406.501,61m; deste, segue confrontando com a Faixa de domínio BR 277 - km 396, com os seguintes azimutes e distâncias: 253°39'18" e 124,23 m até o vértice TTII-M-0825, de coordenadas N 7.184.790,42m e E 406.382,40m; deste, segue confrontando com Matrícula 22.309, com os seguintes azimutes e distâncias: 338°52'43" e 374,03 m até o vértice TTII-M-0834, de coordenadas N 7.185.139,32m e E 406.247,62m; deste, segue confrontando com Remanescente Matrícula 22.308, com os seguintes azimutes e distâncias: 353°41'32" e 47,68 m até o vértice TTII-M-0836, ponto inicial da descrição deste perímetro. As coordenadas da base foram processadas pelo método de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o imóvel referido no art.1º desta Lei pelos seguintes imóveis urbanos:

I) O Lote de terreno sob nº 04 da Quadra 01, do Imóvel denominado "BEBINHA" abrangendo uma área de 6.414,22 m² (seis mil, quatrocentos e quatorze metros quadrados e vinte e dois decímetros quadrados) e um perímetro de 461,34 m, localizado na Rua Carmen Goldoni, no município de Candói - PR, comarca de Guarapuava - PR, na quadra formada pelas , RUA JOSÉ MARTINS, RUA CARMEM GOLDONI, Matrícula 29.590, Matrícula 29.585, AVENIDA ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO, Matrícula 29.647, Matrícula 29.648 e Matrícula 19.200, localizado na esquina da RUA JOSÉ MARTINS com a Matrícula 19.200, de formato irregular, objeto de matrícula 32.902 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR, com a seguinte descrição: para quem da RUA JOSÉ MARTINS olha para o lote 04 inicia-se a descrição no vértice P23 na coordenada (EX: 407.080,912 NY: 7.185.397,406), no azimute de 131°13'54" com uma distância de 10,28 m de frente até o vértice P24 de coordenada (EX: 407.088,643 NY: 7.185.390,631), confrontando com RUA JOSÉ MARTINS, daí deflete à direita no azimute de 221°13'55" com uma distância de 30,00 m do lado esquerdo até o vértice P44 de coordenada (EX: 407.068,870 NY: 7.185.368,069), confrontando com Lote 05, daí deflete à esquerda no azimute de 131°13'56" com uma distância de 15,00 m do lado esquerdo até o vértice P45 de coordenada (EX: 407.080,150 NY: 7.185.358,183), confrontando com Lote 05, daí deflete à esquerda no azimute de 131°13'55" com uma distância de 15,00 m do lado esquerdo até o vértice P46 de coordenada (EX: 407.091,431 NY: 7.185.348,296), confrontando com Lote 05, daí deflete à esquerda no azimute de 131°13'55" com uma distância de 15,00 m do lado esquerdo até o vértice P47 de coordenada (EX: 407.102,712 NY: 7.185.338,409), confrontando com Lote 05, daí deflete à esquerda no azimute de 116°52'02" com uma distância de 14,27 m do lado esquerdo até o vértice P48 de coordenada (EX: 407.115,445 NY: 7.185.331,959), confrontando com Lote 05, daí deflete à direita no azimute de 253°17'02" com uma distância de 96,59 m do lado esquerdo até o vértice P42 de coordenada (EX: 407.022,936 NY: 7.185.304,176), confrontando com Lote 06, daí deflete à direita no azimute de 311°47'45" com uma distância de 36,50 m do lado esquerdo até o vértice P41 de coordenada (EX: 406.995,725 NY: 7.185.328,502), confrontando com Lote 03, daí deflete à direita no azimute de 67°58'39" com uma distância de 20,63 m ao fundo até o vértice P40 de coordenada (EX: 407.014,854 NY: 7.185.336,239), confrontando com Lote 03, daí deflete à esquerda no azimute de 338°56'07" com uma distância de 21,00 m ao fundo até o vértice P39 de coordenada (EX: 407.007,306 NY: 7.185.355,835), confrontando com Lote 03, daí deflete à esquerda no azimute de 247°58'39" com uma distância de 23,95 m ao fundo até o vértice P38 de coordenada (EX: 406.985,102 NY: 7.185.346,854), confrontando com Lote 03, daí deflete à esquerda no azimute de 221°47'46" com uma distância de 11,69 m ao fundo até o vértice P21 de coordenada (EX: 406.977,311 NY: 7.185.338,139), confrontando com Lote 03, daí deflete à direita no azimute de 311°50'22" com uma distância de 22,97 m ao fundo até o vértice V319 de coordenada (EX: 406.960,199 NY: 7.185.353,461), confrontando com Matrícula 29.648, daí deflete à direita no azimute de 69°59'45" com uma distância de 128,46 m do lado direito até o vértice P23 de coordenada (EX: 407.080,912 NY: 7.185.397,406), confrontando com Matrícula 19.200, fechando assim uma área de 6.414,22 m² (seis mil, quatrocentos e quatorze metros quadrados e vinte e dois decímetros quadrados).

II) O Lote de terreno sob nº 06 da Quadra 01, do Imóvel denominado "BEBINHA" abrangendo uma área de 3.315,44 m² (três mil, trezentos e quinze metros quadrados e quarenta e quatro decímetros quadrados) e um perímetro de 297,65 m., localizado na Rua Carmen Goldoni, no município de Candói - PR, comarca de Guarapuava - PR, na quadra formada pela RUA JOSÉ MARTINS, RUA CARMEM GOLDONI, Matrícula 29.590, Matrícula 29.585, AVENIDA ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO, Matrícula 29.647, Matrícula 29.648 e Matrícula 19.200, de formato irregular, objeto de matrícula 32.904 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR, com a seguinte descrição: para quem da AVENIDA ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO olha para o lote 06 inicia-se a descrição no vértice V169 na coordenada (EX: 407.045,219 NY: 7.185.277,162), no azimute de 311°56'26" com uma distância de 31,94 m de frente até o vértice P18 de coordenada (EX: 407.021,458 NY: 7.185.298,512), confrontando com AVENIDA ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO, daí deflete à direita no azimute de 73°17'02" com uma distância de 6,11 m do lado esquerdo até o vértice P43 de coordenada (EX: 407.027,307 NY: 7.185.300,268), confrontando com Lote 03, daí deflete à esquerda no azimute de 311°47'45" com uma distância de 5,86 m do lado esquerdo até o vértice P42 de coordenada (EX: 407.022,936 NY: 7.185.304,176), confrontando com Lote 03, daí deflete à direita no azimute de 73°17'02" com uma distância de 96,59 m do lado esquerdo até o vértice P48 de coordenada (EX: 407.115,445 NY: 7.185.331,959), confrontando com Lote 04, daí deflete à direita no azimute de 116°52'06" com uma distância de 5,47 m ao fundo até o vértice P50 de coordenada (EX: 407.120,323 NY: 7.185.329,488), confrontando com Lote 05, daí deflete à esquerda no azimute de 116°52'02" com uma distância de 24,20 m ao fundo até o vértice P49 de coordenada (EX: 407.141,907 NY: 7.185.318,553), confrontando com Lote 05, daí deflete à direita no azimute de 116°52'03" com uma distância de 13,30 m ao fundo até o vértice P37 de coordenada (EX: 407.153,769 NY: 7.185.312,543), confrontando com Lote 05, daí deflete à direita no azimute de 252°34'39" com uma distância de 68,78 m do lado direito até o vértice P36 de coordenada (EX: 407.088,148 NY: 7.185.291,950), confrontando com Lote 01, daí deflete à esquerda no azimute de 250°59'33" com uma distância de 45,40 m do lado direito até o vértice V169 de coordenada (EX: 407.045,219 NY: 7.185.277,162), confrontando com Lote 02, fechando assim uma área de 3.315,44 m² (três mil, trezentos e quinze metros quadrados e quarenta e quatro decímetros quadrados).

III) O Lote de terreno sob nº 01 da Quadra 01, do Imóvel denominado "BEBINHA" abrangendo uma área de 2.031,29 m² (dois mil, trinta e um metros quadrados e vinte e nove decímetros quadrados) e um perímetro de 201,76 m, localizado na Rua Carmen Goldoni, no município de Candói - PR, comarca de Guarapuava - PR, na quadra formada pela RUA JOSÉ MARTINS, RUA CARMEM GOLDONI, Matrícula 29.590, Matrícula 29.585, AVENIDA ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO, Matrícula 29.647, Matrícula 29.648 e Matrícula 19.200, de formato irregular, objeto de matrícula 32.899 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR, com a seguinte descrição: para quem da RUA CARMEM GOLDONI olha para o lote 01 inicia-se a descrição no vértice P35 na coordenada (EX: 407.169,041 NY: 7.185.304,806), no azimute de 219°49'22" com uma distância de 24,34 m de frente até o vértice P34 de coordenada (EX: 407.153,451 NY: 7.185.286,109), confrontando com Lote 07, daí deflete à esquerda no azimute de 219°21'44" com uma distância de 17,52 m de frente até o vértice P33 de coordenada (EX: 407.142,341 NY: 7.185.272,565), confrontando com Lote 07, daí deflete à esquerda no azimute de 211°29'13" com uma distância de 17,38 m de frente até o vértice P32 de coordenada (EX: 407.133,266 NY: 7.185.257,747), confrontando com Lote 07, daí deflete à direita no azimute de 307°09'53" com uma distância de 56,62 m do lado esquerdo até o vértice P36 de coordenada (EX: 407.088,147 NY: 7.185.291,950), confrontando com Lote 02, daí deflete à direita no azimute de 72°34'39" com uma distância de 68,78 m ao fundo até o vértice P37 de coordenada (EX: 407.153,769 NY: 7.185.312,543), confrontando com Lote 06, daí deflete à direita no azimute de 116°52'03" com uma distância de 17,12 m do lado direito até o vértice P35 de coordenada (EX: 407.169,041 NY: 7.185.304,806), confrontando com Lote 05, fechando assim uma área de 2.031,29 m² (dois mil, trinta e um metros quadrados e vinte e nove decímetros quadrados).

IV) O Lote de terreno sob nº 07 da Quadra 01, do Imóvel denominado "BEBINHA" abrangendo uma área de 807,02 m² (oitocentos e sete metros quadrados e dois decímetros quadrados) e um perímetro de 243,84 m., localizado na Rua Carmen Goldoni, no município de Candói - PR, comarca de Guarapuava - PR, na quadra formada pela RUA JOSÉ MARTINS, RUA CARMEM GOLDONI, Matrícula 29.590, Matrícula 29.585, AVENIDA ANTÔNIO MENDES DE ARAÚJO, Matrícula 29.647, Matrícula 29.648 e Matrícula 19.200, de formato irregular, objeto de matrícula 32.905 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Guarapuava-PR, com a seguinte descrição: para quem da RUA CARMEM GOLDONI olha para o lote 07 inicia-se a descrição no vértice P1 na coordenada (EX: 407.181,185 NY: 7.185.309,525), no azimute de 218°03'36" com uma distância de 8,52 m de frente até o vértice P2 de coordenada (EX: 407.175,932 NY: 7.185.302,817), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí

deflete à direita no azimute de 218°03'36" com uma distância de 5,01 m de frente até o vértice P3 de coordenada (EX: 407.172,843 NY: 7.185.298,872), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à direita no azimute de 219°49'12" com uma distância de 18,67 m de frente até o vértice P4 de coordenada (EX: 407.160,888 NY: 7.185.284,533), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 219°36'39" com uma distância de 8,25 m de frente até o vértice P5 de coordenada (EX: 407.155,625 NY: 7.185.278,174), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 219°03'12" com uma distância de 3,91 m de frente até o vértice P6 de coordenada (EX: 407.153,161 NY: 7.185.275,136), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 217°07'07" com uma distância de 5,08 m de frente até o vértice P7 de coordenada (EX: 407.150,093 NY: 7.185.271,082), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 213°58'05" com uma distância de 3,91 m de frente até o vértice P8 de coordenada (EX: 407.147,910 NY: 7.185.267,843), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 211°51'53" com uma distância de 5,79 m de frente até o vértice P9 de coordenada (EX: 407.144,855 NY: 7.185.262,927), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 211°31'57" com uma distância de 9,64 m de frente até o vértice P10 de coordenada (EX: 407.139,813 NY: 7.185.254,711), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à esquerda no azimute de 211°24'47" com uma distância de 28,90 m de frente até o vértice P11 de coordenada (EX: 407.124,752 NY: 7.185.230,050), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à direita no azimute de 211°30'15" com uma distância de 13,60 m de frente até o vértice P12 de coordenada (EX: 407.117,647 NY: 7.185.218,457), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à direita no azimute de 212°25'33" com uma distância de 2,79 m de frente até o vértice P13 de coordenada (EX: 407.116,150 NY: 7.185.216,099), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à direita no azimute de 224°04'08" com uma distância de 1,13 m de frente até o vértice P14 de coordenada (EX: 407.115,366 NY: 7.185.215,290), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à direita no azimute de 311°08'43" com uma distância de 7,24 m do lado esquerdo até o vértice V180 de coordenada (EX: 407.109,911 NY: 7.185.220,056), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, daí deflete à direita no azimute de 31°46'58" com uma distância de 44,34 m ao fundo até o vértice P32 de coordenada (EX: 407.133,266 NY: 7.185.257,747), confrontando com LOTE 02, daí deflete à esquerda no azimute de 31°29'13" com uma distância de 17,38 m ao fundo até o vértice P33 de coordenada (EX: 407.142,341 NY: 7.185.272,565), confrontando com LOTE 01, daí deflete à direita no azimute de 39°21'44" com uma distância de 17,52 m ao fundo até o vértice P34 de coordenada (EX: 407.153,451 NY: 7.185.286,109), confrontando com LOTE 01, daí deflete à direita no azimute de 39°49'22" com uma distância de 24,34 m ao fundo até o vértice P35 de coordenada (EX: 407.169,041 NY: 7.185.304,806), confrontando com LOTE 01, daí deflete à direita no azimute de 40°03'48" com uma distância de 11,56 m ao fundo até o vértice P31 de coordenada (EX: 407.176,479 NY: 7.185.313,650), confrontando com LOTE 05, daí deflete à direita no azimute de 131°13'55" com uma distância de 6,26 m do lado direito até o vértice P1 de coordenada (EX: 407.181,185 NY: 7.185.309,525), confrontando com RUA CARMEM GOLDONI, fechando assim uma área de 807,02 m² (oitocentos e sete metros quadrados e dois decímetros quadrados).

Art. 3º A permuta de que trata esta Lei deverá ser realizada nos termos do que dispõe o art. 76, I, "c", da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Quanto à eventual torna de valores que venha a ser realizada, esta poderá ser compensada, integral ou parcialmente, com o valor do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), relativamente à parte que couber ao particular em razão do bem recebido em permuta.

Art. 4º A permuta de que trata esta Lei se dá em razão de interesse público sobre os imóveis descritos no art. 2º acima, eis que estão eles situados dentro da área urbana com maior concentração populacional do Distrito da Lagoa Seca, e porque com a propriedade plena sobre eles, o Poder Executivo terá melhores condições para realizar políticas públicas de impacto urbano e social e de mitigação de vazios urbanos no local, a exemplo de implantação e realização de melhorias de obras como capela mortuária, centro comunitário, espaços de lazer e para prática desportiva, abertura e/ou adequação de vias de circulação, entre outros, o que requer, por certo, quantitativo adequado de área de terreno.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão às expensas do Município, por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento anual, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), em 15 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8BA7C1D3

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 341/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 341/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026
PROCESSO Nº 3.102/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.xxx.xxx-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12Rxxxxxx2 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para a futura e eventual prestação de serviços de transporte com caminhões caçamba basculante, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, conforme quantitativos e demais exigências constantes do Edital.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 060/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação desta ata, os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 447.600,00** (quatrocentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais).

3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: MARTINELLI LOCACOES DE MAQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 20.838.016/0001-85, com sede na Rua da Palmeiras, n° s/n, Bairro Cristo Rei, CEP 85.560-000, Chopinzinho-PR, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. JURANDIR MARTINELLI, brasileiro, inscrito no CPF n° 859.***.***-15, residente e domiciliado na Rua Washington Luiz, n°

3905, Casa, Centro, CEP: 85.560-000, Chopinzinho-PR endereço eletrônico: licitacoesmartinelli1@outlook.com.

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
1	Prestação de serviços de caminhão caçamba basculante, 6x4, traçado, com capacidade de carga de 12m3, motor a diesel com potência de 285cv, ano igual ou superior a 2016, com motorista incluso e disponibilidade de até 2 caminhões simultaneamente.	KM	40.000,00	11,19	447.600,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. A Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos é o único órgão participante deste registro de preços:

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão vigência de 12 (doze) meses, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária constante do Processo nº 3.102/2026 – Despacho 6, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação / Atividade	Conta	Fonte de Recurso	Natureza de Despesa	Grupo da Fonte
10.001.04.122.0003.2052 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa e Frotas	3650	00505 - Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Do Exercício
10.002.26.782.0003.2054 - Manutenção do Depto. de Viação e Serviços Públicos	3790	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Do Exercício
10.002.26.782.0003.2054 - Manutenção do Depto. de Viação e Serviços Públicos	3790	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	De Exercícios Anteriores
10.002.26.782.0003.2054 - Manutenção do Depto. de Viação e Serviços Públicos	3800	00505 - Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Jurandir Martinelli,** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:2173C3A4

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 121/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 121/2026
CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 014/2026
PROCESSO Nº 3.670/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: GISELE NECKEL XAVIER DA ROSA FAVERI - Registro Geral-CPF sob o nº 034.xxx.xxx-07.
OBJETO: Prestação de serviços em banca julgadora de projetos culturais no âmbito da Lei Aldir Blanc, com a finalidade de analisar, avaliar e emitir parecer técnico sobre projetos submetidos, de acordo com os critérios estabelecidos nos editais que serão divulgados pela administração.
VALOR GLOBAL: R$ 2.163,58 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: Este contrato se inicia na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:407CB2DF

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL (RETIFICADO) DO CREDENCIAMENTO Nº 90.005/2026

EXTRATO DO EDITAL (RETIFICADO) DO CREDENCIAMENTO Nº 90.005/2026 (PROCESSO Nº 1.748/2026). ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEIs) para a prestação de serviços de roçada de áreas verdes e limpeza de meios-fios, abrangendo logradouros públicos, prédios municipais e vias urbanas, com o devido recolhimento e transporte dos resíduos gerados. **VALOR ESTIMADO**: R$ 1.410.745,56 (um milhão, quatrocentos e dez mil, setecentos e quarenta e cinco mil e cinquenta e seis reais). **PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO:** 11/06/2026 - 8:00h até 11/06/2027 – 8:00h. **RETIFICAÇÕES REALIZADAS:** 1) Adequação do texto às novas regras da fase recursal, trazidas pelo Decreto Municipal nº 259/2026. 2) Atualização das informações sobre os canais oficiais de protocolo de impugnações e recursos. **FORMA DE ENVIO DO REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO:** O protocolo poderá ser realizado de forma: a) Eletrônica (Preferencial): pelo sistema de Processos Digitais do Município no endereço http://protocolo.candoi.pr.gov.br, direcionado ao setor "AGC – Agente de Contratação", sob o assunto "Participação em Chamamento Público (Credenciamento ou Pré-qualificação)"; b) Presencial: no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Candói, no endereço constante no preâmbulo deste Edital. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas -PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais/95684478000194/2026/71). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através do protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. **RESPONSÁVEL:** Rodrigo Miss (Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023).

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:FCBD2B22

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO | CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 | PROCESSO Nº 3.415/2026

O Agente de Contratação do Município de Candói, Estado do Paraná, Sr. Rodrigo Miss, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Credenciamento nº 008/2026, torna público o resultado do julgamento realizado em 15/09/2026, referente aos requerimentos das empresas participantes do certame que tem por objeto o **credenciamento de empresas para o atendimento de situações de emergência ou de calamidade pública, destinado à reparação emergencial, à contenção de danos e ao restabelecimento das condições mínimas de uso de imóveis públicos ou de uso no interesse público, atingidos por tempestades ou outros desastres, especialmente telhados e vidros, abrangendo o fornecimento exclusivo de materiais de construção e a prestação de serviços de engenharia com materiais inclusos**.

1. Resultado do Julgamento da Habilitação:

Protocolo	Ordem Protocolo	Razão Social / CNPJ	Resultado / Status
2.592/2026	2º	COMERCIAL IVAIPORÃ LTDA	Habilitada e Credenciada no Lote 1 – Fornecimento de Materiais de

		/ CNPJ: 75.274.423/0020-61	Construção / Segmento 3 - Telhas e Materiais de Construção em Geral.

2. Lista de Credenciados:

Protocolo	Ordem Protocolo	Razão Social	CNPJ	Lote/Segmento Credenciado
2.458/2026	1º	FALCO E FALCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	21.361.136/0001-05	L01 / S2, S3
2.592/2026	2º	COMERCIAL IVAIPORÃ LTDA	75.274.423/0020-61	L01 / S3

Nos termos do subitem 10.1 do Edital, fica aberto o prazo de 1 (um) dia útil, ou seja, até **23h59min do dia 16/09/2026** para manifestação formal da intenção de recurso na forma prevista no subitem 10.3 do Edital, sob pena de preclusão deste direito.

O requerimento de participação contendo toda documentação da empresa está disponível no seguinte link:
FALCO E FALCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA: https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=362217885271829615&s=candoi&origem=interno&s=candoi
COMERCIAL IVAIPORÃ LTDA: https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=122317894956808148&s=candoi&origem=interno&s=candoi

Candói - PR, 15 de setembro de 2026.

RODRIGO MISS
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:2F07B641

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO | CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 | PROCESSO Nº 3.371/2026

O Agente de Contratação do Município de Candói, Estado do Paraná, Sr. Rodrigo Miss, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Credenciamento nº 009/2026, torna público o resultado do julgamento dos requerimentos de participação realizado no dia **15/09/2026**.

Objeto: Credenciamento de empresas para o fornecimento eventual e sob demanda de telhas, cumeeiras, madeiramento, elementos de fixação e vedação e demais insumos para cobertura, com base nos preços da tabela SINAPI (PR), destinados ao atendimento de situações de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de desastres climáticos, visando à recomposição de coberturas residenciais e assistência direta a famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Candói/PR, nos termos do art. 35 da Lei Municipal nº 1657/2022.

1. Resultado do Julgamento da Habilitação:

Protocolo	Ordem Protocolo	Razão Social / CNPJ	Resultado / Status
2.591/2026	1º	COMERCIAL IVAIPORÃ LTDA / CNPJ: 75.274.423/0020-61	Habilitada e Credenciada no Segmento 2 - Telhas e Materiais de Construção em Geral.

2. Lista de Credenciados:

Protocolo	Ordem Protocolo	Razão Social	CNPJ	Segmento Credenciado
2.439/2026	1º	FALCO E FALCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	21.361.136/0001-05	S2 e S2
2.591/2026	2º	COMERCIAL IVAIPORÃ LTDA	75.274.423/0020-61	S2

3. Prazos e Acesso aos Autos

Nos termos do subitem 10.1 do Edital, fica aberto o prazo de 1 (um) dia útil – encerrando-se às **23h59min do dia 16/09/2026** - para manifestação formal da intenção de recurso (conforme subitem 10.3), sob pena de preclusão deste direito.

Os requerimentos de participação, contendo toda a documentação das empresas, estão disponíveis para consulta pública nos links abaixo:
FALCO E FALCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA: https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=700117884395473605&s=candoi&origem=interno&s=candoi
COMERCIAL IVAIPORÃ LTDA: https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=481917894954649418&s=candoi&origem=interno&s=candoi

Candói - PR, 15 de setembro de 2026.

RODRIGO MISS
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:B84A2C1A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE REVOGAÇÃO | CREDENCIAMENTO 006/2026

TERMO DE REVOGAÇÃO

Edital: Credenciamento nº 006/2026
Processo: 1.740/2026
Objeto: Credenciamento de para seleção e contratação de 3 (três) profissionais para integrar a banca julgadora de projetos culturais no âmbito da Lei Aldir Blanc, com a finalidade de analisar, avaliar e emitir parecer técnico sobre projetos submetidos, de acordo com os critérios estabelecidos nos editais que serão divulgados pela administração.

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, Aldoino Goldoni Filho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, *caput* e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal (STF);
CONSIDERANDO que o Edital de Credenciamento nº 006/2026 (Processo nº 1.740/2026) tem como objeto a contratação de 3 (três) profissionais para integrar a banca julgadora de projetos culturais no âmbito da Lei Aldir Blanc;
CONSIDERANDO que o respectivo julgamento foi devidamente homologado pela autoridade competente em 14/08/2026, deflagrando-se a Inexigibilidade nº 014/2026 (Processo nº 3.670/2026) para a contratação das três primeiras classificadas (Cintya dos Santos Callado, Amanda Pachito De Amorim Lima e Gisele Neckel Xavier da Rosa Faveri) e a constituição do respectivo cadastro de reserva;
CONSIDERANDO o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, visto que o quantitativo de profissionais credenciados já atende plenamente à demanda atual, tornando desproporcional a manutenção da tramitação de novos expedientes até 31/12/2026 (vigência inicial prevista no subitem 5.1 do edital);
CONSIDERANDO que a continuidade ininterrupta do chamamento geraria movimentação desnecessária da máquina pública, sobrecarga aos agentes de contratação e criaria falsas expectativas aos particulares interessados, uma vez que não há necessidade atual de novos integrantes para compor a banca;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica Municipal atestando a legalidade e viabilidade desta medida em estrito respeito ao princípio da autotutela administrativa e da eficiência;
RESOLVE:
REVOGAR PARCIALMENTE, por razões de conveniência e oportunidade, o Edital de Credenciamento nº 006/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 1.740/2026, determinando o encerramento imediato do prazo para recebimento de novos requerimentos de participação.
PRESERVAR INTEGRALMENTE os atos jurídicos perfeitos já consumados no âmbito do referido certame, mantendo-se em pleno vigor:
Os efeitos da homologação do resultado realizada em 14/08/2026;

A contratação das profissionais decorrente do processo de Inexigibilidade nº 014/2026;
A validade do cadastro de reserva remanescente, composto pelos demais habilitados, para eventuais e futuras substituições legais, conforme a necessidade da Administração.
Este Termo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Candói - PR, 15 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:C6D6905B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 PROCESSO Nº 2.920/2026

TERMO DE SELEÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026
PROCESSO Nº 2.920/2026

1. O MUNICÍPIO DE CANDÓI, concluído o processo de seleção instituído pelo CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 007/2026, declara selecionada a empresa da construção civil, abaixo qualificada:

CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.307.024/0001-50, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 2111, Mercês, CEP 80810-002, Curitiba/PR.

2. A empresa selecionada deverá apresentar na Instituição Financeira, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após assinatura deste Termo, a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do FGTS, conforme especificado pelo Agente Executor do Programa.
3. Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido as exigências constantes nos itens anteriores, a critério do MUNICÍPIO DE CANDÓI, o presente TERMO DE SELEÇÃO será CANCELADO.
Candói, 15 de setembro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

RODRIGO MISS
Agente de Contratação
Município de Candói

NILMAR JOSÉ PIACENTINI
Responsável Legal Da Empresa
Construtora Piacentini LTDA

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:0B00AB41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 365/2026 DATA: 14-09-2026

SÚMULA: Exonera a pedido, os ocupantes de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam exonerados a pedido, os ocupantes de emprego público de Professor - PSS, abaixo relacionados:

Matrícula	Nome	RG-CPF. nº	Emprego Público
124343/1	Andreia Fernanda de Oliveira	075.***.***-41	Professor – PSS
124315/1	Elisangela de Azevedo Marques Silva	066.***.***-18	Professor – PSS
124409/1	Neide Vieira Magalhães Ost	052.***.***-71	Professor – PSS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 14 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:4ABC11C8

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 366/2026, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

REVOGA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026, DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maxwell Scapini, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - PR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
CONSIDERANDO que o Município instaurou o Pregão Eletrônico nº 078/2026, destinado à aquisição de equipamentos hospitalares para a estruturação e o adequado funcionamento do Hospital Municipal, em conformidade com o Termo de Convênio nº 148/2022, celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná/Fundo Estadual de Saúde;
CONSIDERANDO que, no curso da revisão dos documentos da contratação, foi constatada a necessidade de adequar as descrições e as especificações técnicas dos itens, a fim de assegurar que os requisitos estabelecidos sejam suficientes, pertinentes e compatíveis com a necessidade administrativa;
CONSIDERANDO que a reformulação das especificações deve preceder a continuidade do procedimento, de modo a evitar restrições indevidas à participação de fornecedores e a preservar a isonomia, a competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e o interesse público;
CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a revogação da licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;
DECRETA
Art. 1º Fica REVOGADO o Pregão Eletrônico nº 078/2026, destinado à aquisição de equipamentos hospitalares para a estruturação e o adequado funcionamento do Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques.
Parágrafo único. A revogação fundamenta-se no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e decorre da necessidade de adequação das descrições e especificações técnicas dos itens, com vistas à preservação da competitividade, à obtenção da proposta mais vantajosa e ao atendimento do interesse público.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques - Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:B8B1758C

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 386/2026

PORTARIA Nº 386/2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Jacir João Horn	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	08 de setembro de 2026.	Conduziu alunos do Colégio Cívico Militar para uma visita técnica na Estação da inovação HUB ONE.
Marina Cristina Gnoatto Tomazini	Psicóloga	01 (uma)	Cascavel – PR	17 de setembro de 2026.	Acompanhamento alunos da Rede Municipal de Ensino a consulta especializada ao neurologista,
Elizeu dos Reis Neckel	Secretário de Meio Ambiente	02 (duas)	Foz do Iguaçu – PR	15,16 de setembro de 2026.	11 encontro nacional sobre acessibilidade em unidade de conservação federais ‘’ acessibilidade na natureza: teoria prática’’.
Ederson Carlos Pothin	Motorista	01 (uma)	Santa Helena – PR	12 de setembro de 2026.	Conduzir a equipe de Atletas da escolinha de handebol do município para a 3° Copa Baby – Festival de mini handebol Alessandro de Matos.
Edicleia Menegassi	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	12 de setembro de 2026.	Conduzir a equipe de atletas do projeto talentos de jesus do município para evento realizado no estádio municipal.
André Pinto	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	12 de setembro de 2026.	Conduzir a equipe de atletas do projeto talentos de jesus do município para evento realizado no estádio municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:E4BBA20C

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 119/2026.
REF: TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 023/2026.
PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO N. º 007/2024.

Fundamentação: Conforme previsão contratual (cláusula oitava) e Lei Federal nº 14.133/2021.

- Pelo presente Termo, rescinde-se de forma amigável a contratação de empresa, para prestar serviço como “Educador Físico, para desenvolver a Oficina “Corpo e Movimento”, com ênfase em realizar atividades in loco e em grupos”, com carga horária de 20 horas semanais, do edital de Credenciamento Público nº 007/2024, em atendimento aos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social Cultura e Cidadania, CRAS e Proteção Social Especial, de acordo com as necessidades da Política Nacional e Municipal de Assistência Social e Lei Municipal nº 2.259 de 2017 – Lei do SUAS.

Item 01 - Educador Físico para ministrar a oficina “Corpo e Movimento” para as crianças e adolescente do Centro Convivência.

Firmado entre o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, senhor *MAXWELL SCAPINI,* e a empresa ***63.934.091 ROSANE DA COSTA NEVES,*** localizada na Rua Sambaqui, nº 138, Centro, CEP: 85.790-033, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 63.934.091/0001-52, neste ato representada por representada por *ROSANE DA COSTA NEVES,* inscrita no CPF sob nº 052.615.449-99, conforme o ajuste que segue:

1º - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e a Contratada resolvem rescindir o referido Contrato, formalizado em 23 de março de 2026.

2º - A presente rescisão se dá por ato amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, conforme Lei de Licitações.

3º - Nestes termos, fica rescindido o valor contratado de R$ 13.279,01 (treze mil duzentos e setenta e nove reais e um centavo), e, as partes dão uma a outra quitação total de suas obrigações, nada mais uma podendo reivindicar da outra.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

63.934.091 ROSANE DA COSTA NEVES
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:FE8DE353

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 357/2026

DATA: 09.09.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.541.1017.2211-4.4.90.52.00.00.00.00 - EqR$55.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 55.000,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:

15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
15.001 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
15.001.18.542.1017.2212-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outr R$55.000,00 00000/00000.01.07Recursos Ordinários 55.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 09 de Setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:F1AD9D57

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
PREGÃO ELETRÔNICO 091/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2026
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 35/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de turismo para organização e execução de viagem destinada a trabalhadores rurais do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, com destino ao Município de Turvo/PR, incluindo transporte rodoviário, guia de turismo, seguro-viagem, hospedagem, alimentação e ingressos para visitação ao Projeto Gralha Azul e demais pontos previstos no roteiro, em atendimento ao Convênio nº 196/2026, celebrado no âmbito do Programa Paraná Mais Viagens, e conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 26.890,00 (vinte e seis mil, oitocentos e noventa reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 30.09.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 30.09.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por item***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***A PARTICIPAÇÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***
· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 – **Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(tranparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:D6897208

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PREGÃO ELETRÔNICO 090/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2026
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 34/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de dietas, fórmulas infantis, suplemento alimentar infantil, fórmulas para nutrição oral e/ou enteral e módulo de proteína, destinados ao atendimento nutricional individualizado de usuários acompanhados pela Rede Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques/PR, conforme necessidades clínicas e nutricionais identificadas e acompanhadas por profissionais habilitados, em atendimento a Solicitação de Compra nº 290/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 258.912,50 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e doze reais e cinquenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 29.09.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 29.09.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por item***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 – **Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:B552EAF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PREGÃO ELETRÔNICO 092/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 36/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviços de limpeza e desinfecção química de

caixas d'água, dedetização/desinsetização e desratificação, controle sanitário integrado de pragas urbanas, com fornecimento de todos os insumos, materiais, ferramentas necessárias e técnico especializado para a função. O serviço será realizado no Centro de Saúde e demais setores que compõem a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 248/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 61.777,82 (sessenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 01.10.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 01.10.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por lote***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 – **Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:87BE5241

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 016/2026 – CMAS

SÚMULA – Dispõe sobre a concessão, em caráter excepcional e temporário, de Benefício Eventual às famílias e indivíduos atingidos pelas chuvas intensas ocorridas no Município de Carlópolis/PR na noite de 31 de agosto de 2026, em razão de situação de vulnerabilidade temporária decorrente de emergência em assistência social. Carlópolis – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, especialmente o art. 22, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais enquanto provisões suplementares e provisórias integrantes das garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, que estabelece parâmetros orientadores para a deliberação de critérios e prazos pelos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social para a provisão dos Benefícios Eventuais previstos no art. 22 da Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS;

CONSIDERANDO que a regulamentação municipal vigente acerca da concessão dos Benefícios Eventuais encontra-se em processo de revisão e atualização, diante da necessidade de adequação aos parâmetros e diretrizes atualmente estabelecidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da regulamentação municipal dos Benefícios Eventuais às disposições da Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, especialmente quanto aos critérios, formas de acesso, concessão e provisão dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO que, enquanto se encontra em andamento o processo de revisão e atualização da regulamentação municipal dos Benefícios Eventuais, faz-se necessária a adoção de medidas excepcionais e imediatas para assegurar a proteção socioassistencial às famílias e indivíduos atingidos pelas chuvas intensas ocorridas no Município de Carlópolis/PR em 1º de setembro de 2026, observados os princípios, diretrizes e parâmetros estabelecidos pela legislação vigente;

CONSIDERANDO a ocorrência de chuvas intensas no Município de Carlópolis/PR, em 31 de agosto de 2026, que ocasionaram danos em residências de famílias do município, especialmente destelhamentos totais e parciais;

CONSIDERANDO que os danos ocasionados pelo evento climático expuseram famílias e indivíduos a situações de vulnerabilidade temporária, demandando atuação imediata e articulada do Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO as triagens e os levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social junto às famílias atingidas, com a identificação das situações de vulnerabilidade e das necessidades imediatas decorrentes do evento climático;

CONSIDERANDO que a atuação da Política de Assistência Social, no contexto de emergências e desastres, compreende a proteção socioassistencial às famílias e indivíduos atingidos, devendo as demandas que extrapolem as atribuições do SUAS ser articuladas e encaminhadas aos demais órgãos e políticas públicas competentes;

CONSIDERANDO a necessidade de articulação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e os demais setores da Administração Pública Municipal para adoção das providências necessárias ao atendimento das famílias atingidas, respeitadas as competências e atribuições de cada política pública;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, reunido extraordinariamente em 1º de setembro de 2026, às 13h45, para análise da situação e definição das medidas de proteção socioassistencial necessárias às famílias atingidas;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, em caráter excepcional e temporário, a concessão de Benefício Eventual por situação de vulnerabilidade temporária decorrente de emergência em assistência social às famílias e indivíduos atingidos pelas chuvas intensas ocorridas no Município de Carlópolis/PR em 31 de agosto de 2026.

Parágrafo único. A concessão prevista nesta Resolução independe da edição de decreto municipal de situação de emergência ou estado de calamidade pública, desde que caracterizada, mediante avaliação ou levantamento realizado pela Administração Municipal, a situação de vulnerabilidade temporária diretamente decorrente do evento climático.

Art. 2º O Benefício Eventual de que trata esta Resolução terá caráter suplementar, provisório e emergencial e destina-se ao atendimento das necessidades imediatas das famílias atingidas, visando à proteção social, à dignidade, à segurança e à redução dos riscos decorrentes dos danos sofridos.

Art. 3º O atendimento às famílias atingidas poderá compreender a disponibilização de materiais necessários à proteção emergencial das residências afetadas pelo evento climático, especialmente telhas, lonas e outros materiais correlatos, conforme os danos e as necessidades identificadas.

§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social realizar a identificação e a triagem das famílias atingidas, bem como o registro das situações de vulnerabilidade temporária decorrentes do evento climático, encaminhando as demandas identificadas aos setores competentes da Administração Municipal.

§ 2º A quantidade e o tipo dos materiais disponibilizados deverão guardar correspondência com os danos efetivamente constatados em cada imóvel, podendo ser considerados os diferentes tipos de cobertura existentes nas residências atingidas.

§ 3º A disponibilização dos materiais de que trata este artigo terá caráter excepcional, temporário e emergencial, restringindo-se aos danos diretamente decorrentes das chuvas ocorridas em 31 de agosto de 2026, não se caracterizando como programa habitacional, reforma, ampliação ou melhoria geral de imóvel.

§ 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Administração deverão manter os respectivos registros dos atendimentos, encaminhamentos e materiais disponibilizados, de acordo com as competências de cada pasta, para fins de acompanhamento, controle e prestação de contas.

Art. 4º Para acesso ao Benefício Eventual deverão ser observados, dentre outros elementos:

I – residência localizada no Município de Carlópolis/PR e efetivamente atingida pelas chuvas ocorridas em 31 de agosto de 2026;
II – existência de dano que tenha provocado situação de vulnerabilidade temporária ou comprometimento das condições mínimas de proteção da família;
III – identificação da necessidade mediante triagem, visita, levantamento ou avaliação realizada pela equipe responsável;
IV – relação direta entre a necessidade apresentada e os danos decorrentes do evento climático; e
V – registro administrativo do atendimento realizado.

§ 1º A análise para concessão deverá considerar a situação concreta vivenciada pela família, vedada a adoção de critérios que dificultem ou impeçam injustificadamente o atendimento emergencial.

§ 2º A ausência momentânea de documentação pessoal ou de outros documentos não deverá constituir impedimento ao atendimento quando a situação emergencial e a necessidade da família puderem ser identificadas pela equipe responsável, devendo a regularização documental ocorrer posteriormente, quando necessária.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá manter registro dos atendimentos realizados, contendo, sempre que possível:

I – identificação da família beneficiária;
II – endereço do imóvel atingido;
III – descrição dos danos identificados;
IV – registro da triagem, visita ou levantamento realizado;
V – identificação do material e respectiva quantidade concedida;
VI – registro fotográfico dos danos, quando possível e pertinente.

Art. 6º A concessão do Benefício Eventual deverá ocorrer com a maior brevidade possível, considerando a natureza emergencial da situação e a necessidade de prevenir agravamentos das condições de vulnerabilidade das famílias atingidas.

Art. 7º Os casos que demandarem providências que extrapolem a competência da Política de Assistência Social deverão ser articulados e encaminhados às demais políticas públicas e órgãos competentes, especialmente Defesa Civil, Habitação, Saúde, Obras e demais setores da Administração Municipal, conforme a necessidade identificada.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias destinadas à Política Municipal de Assistência Social e aos Benefícios Eventuais, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá apresentar ao Conselho Municipal de Assistência Social informações acerca dos atendimentos realizados e dos Benefícios Eventuais concedidos em decorrência do evento, para fins de acompanhamento e controle social.

Art. 10. A presente Resolução possui caráter excepcional e aplica-se especificamente às necessidades decorrentes das chuvas intensas ocorridas no Município de Carlópolis/PR em 31 de agosto de 2026, sem prejuízo da aplicação da regulamentação municipal vigente sobre Benefícios Eventuais às demais situações.

Art. 11. Situações excepcionais ou não previstas nesta Resolução serão analisadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a regulamentação municipal dos Benefícios Eventuais.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos atendimentos decorrentes do evento climático ocorrido em 31 de agosto de 2026.

Carlópolis/PR, 2 de setembro de 2026.

JUAN ROQUE ABILIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:6627FC4C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EDITAL DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR REF: EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026 PROCESSO Nº 113/2026 A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2026,

Nº	EMPRESA
01	REGINALDO MASSAHIRO YOSHIDA - CPF de nº 793.116.959-04
02	MARISA SETSUKO YAMAMOTO TERAO - CPF de nº 063.512.588-98
03	TOMOKO HIRATANI ISHIMORI - CPF de nº 011.071.338-90
04	MARILDA LEIKO KAWASAKI - CPF de nº 608.006.239-91
05	DAVI ANTONIO DOMINGUES - CPF nº 532.847.209-87
06	MARIA LEDI DA SILVA - CPF de nº 020.780.629-28
07	LEONI PEDRO MIRANDA - CPF de nº 434.746.249-20
08	TANIA BRUNA GONÇALVES – CPF de nº 093.559.429-90
09	ELISANGELA BANRUQUE DA SILVA – CPF de nº 038.105.179-09
10	NIFA APARECIDA AMORIN DE OLIVEIRA – CPF de nº 005.627.059-37
11	JOÃO BATISTA GOMES DOS SANTOS – CPF de nº 054.191.629-70
12	DAVI ANTONIO DOMINGUES JUNIOR – CPF de nº 063.936.749-62
13	LUCELIA APARECIDA DA CUNHA DA SILVA – CPF de nº 626.715.109-34
14	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS DE RIBEIRÃO CLARO – CNPJ de nº 11.943.653/0001-20
15	AGRICULTORES FAMILIARES DA REFORMA AGRÁRIA – representado por Joacir Felisbino dos Anjos – CPF de nº 082.700.129-04
16	LUCIO FERNANDES DOS REIS – CPF de nº 319.971.719-53
17	LUCILA APARECIDA DOS SANTOS REIS – CPF de nº 058.135.549-04

18	SILVANA MUNHOZ ESTEVAM RIBAS – CPF de nº 021.496.699-27
19	CARINE RODRIGUES GAMA – CPF de nº 801.200.239-62

E INABILITAR os seguintes proponentes:

20	LUCIANA ALVES DE SOUZA – CPF de nº 030.928.269-14
21	LUIZ ROGÉRIO UGUCCIONI – CPF de nº 033.210.419-28
22	ADRIANA MACHADO – CPF de nº 135.226.969-48

As decisões proferidas pela Comissão Municipal de Contratação, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, mediante documento escrito.

Carlópolis, 14 de setembro de 2.026.

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA
Agente de Contratação
Portaria 055/2026 - DP

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PAULA
Equipe de Apoio
Portaria 055/2026 - DP

SALOMÃO CARLOS OLIVA SILVA
Equipe de Apoio
Portaria 055/2026 - DP

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:F07C6F1E

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 107/2026-DP.

Portaria nº. 107/2026-DP.

Súmula: "Concede férias regulamentares a servidor público municipal."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, Estado do Paraná, Senhor NILTON DOUGLAS DE MEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, **RESOLVE**:

Art. 1º – **CONCEDER** 15 (quinze) dias de férias regulamentares ao servidor **JORGE PEDRO MICZEWSKI**, matrícula nº 19971, ocupante do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSESSORIA AO GABINETE**, referentes ao período aquisitivo de 05/05/2025 a 04/05/2026, para gozo no período de 16/09/2026 a 30/09/2026.

Art. 2º - O Departamento de Pessoal deverá adotar as providências necessárias ao registro e ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

Carlópolis, 15 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:992C4455

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 110/2026-DP.

Súmula: "Concede férias regulamentares a servidor público municipal."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, Senhor NILTON DOUGLAS DE MEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, **RESOLVE**:

Art. 1º - CONCEDER 15 (quinze) dias de férias regulamentares ao servidor **FERNANDO NUNES DA SILVA**, matrícula nº 301421, ocupante do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**, referentes ao período aquisitivo de 03/06/2025 a 02/06/2026, para gozo no período de 16/09/2026 a 30/09/2026.

Art. 2º - O Departamento de Pessoal deverá adotar as providências necessárias ao registro e ao integral cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

Carlópolis, 15 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:B86396D1

EXECUTIVO MUNICIPAL
CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, o Senhor **NILTON DOUGLAS DE MEIRA**, nos termos do artigo 9º, §4º, da Lei Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, **CONVIDA** a População de Carlópolis, para participar da "Audiência Pública" a ser realizada em 28 de setembro de 2026, as 18h30 no Plenário da Câmara Municipal de Carlópolis, quando serão Avaliadas as Metas Fiscais do Município referente ao 2º (segundo) Quadrimestre de 2026.

Carlópolis, 15 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:002A68F5

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4.336 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: *"Regulamenta o art. 10 da Lei nº 1.462, de 5 de dezembro de 2019, para dispor sobre a vacância do cargo de Controlador Interno do Município de Carlópolis, a designação de substituto e a compatibilização do mandato do Controlador Interno ao ciclo de gestão municipal, e dá outras providências."*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pela Constituição Federal da República e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 1.462, de 5 de dezembro de 2019, estrutura o funcionamento do Órgão de Controle Interno do Município de Carlópolis e remete, em seu art. 10, ao Decreto do Poder Executivo a regulamentação dos casos omissos;

CONSIDERANDO que a mencionada Lei não disciplina expressamente a sucessão do Controlador Interno do Município em caso de vacância do cargo antes do termo do mandato de 4 (quatro) anos previsto no art. 2º, § 2º;

CONSIDERANDO que o art. 2º, § 4º, da mesma Lei impõe que a nomeação do ocupante do cargo ocorra no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para início do mandato na gestão seguinte, evidenciando a intenção do legislador municipal de sincronizar o mandato do Controlador Interno com o ciclo de gestão;

CONSIDERANDO que as designações anteriormente praticadas não observaram o referido sincronismo, tendo o titular então em exercício apresentado pedido de desligamento em novembro de 2025, o que importou vacância do cargo, permanecendo este vago ou sob regime

de interinidade até a designação de novo Controlador Interno em 01 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica aos atos praticados no período interregnal, de regularizar a designação então realizada e de compatibilizar o mandato do atual Controlador Interno ao ciclo de gestão municipal vigente, encerrado em 31 de dezembro de 2028, de modo a restabelecer, a partir da gestão seguinte, a plena observância do art. 2º, § 4º, da Lei nº 1.462/2019;

CONSIDERANDO a orientação consolidada do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) no sentido de que o sistema de mandato visa assegurar a continuidade e a alternância do exercício das funções de controle interno, imunizando-as à incidência de pressões políticas (Acórdãos nº 97/08, 265/08 e 867/10 – Tribunal Pleno);

CONSIDERANDO que a designação para o exercício das funções de controle interno exige compatibilidade técnica e ato administrativo motivado (Acórdão nº 1.569/26 – Tribunal Pleno);

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a vacância do cargo de Controlador Interno do Município de Carlópolis e a designação do respectivo substituto, e dispõe sobre a compatibilização do mandato do Controlador Interno ao ciclo de gestão municipal, nos termos do art. 10 da Lei nº 1.462, de 5 de dezembro de 2019.

Art. 2º Considera-se vacante o cargo de Controlador Interno do Município nas seguintes hipóteses:

I – destituição, nas condições do art. 9º da Lei nº 1.462/2019, após a instauração e o julgamento de processo administrativo na forma prevista em lei;
II – exoneração a pedido, nos termos do art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 1.462/2019;
III – exoneração compulsória, nas hipóteses do art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 1.462/2019, notadamente licença sem vencimentos, licença para tratamento de saúde por período superior a 120 (cento e vinte) dias, licença para atividade política ou exercício de mandato sindical;
IV – falecimento do titular; e
V – demais hipóteses previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º Verificada a vacância de que trata o art. 2º, o Chefe do Poder Executivo Municipal designará substituto para o exercício do cargo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da declaração da vacância, mediante ato motivado quanto à compatibilidade técnica do designado, observados, cumulativamente:

I – os requisitos do art. 2º, §§ 2º, 5º e 7º, da Lei nº 1.462/2019, inclusive a ocupação por servidor efetivo, a formação em nível superior, a reputação ilibada, o mínimo de 5 (cinco) anos de efetiva atividade profissional na área pública e o afastamento das funções de origem;
II – os impedimentos do art. 4º da Lei nº 1.462/2019; e
III – a remuneração fixada para a função em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo único. Enquanto não efetivada a designação de que trata o caput, as atribuições do Controlador Interno serão exercidas, em caráter interino, por servidor efetivo do quadro municipal que atenda aos impedimentos do art. 4º da Lei nº 1.462/2019, pelo período estritamente indispensável, ficando vedada a prorrogação sucessiva do regime de interinidade.

Art. 4º O servidor designado nos termos do art. 3º exercerá as funções de Controlador Interno do Município até o termo final do quadriênio iniciado pelo antecessor, completando o período restante do mandato, de modo a preservar a sincronia entre o mandato do Controlador Interno e o ciclo de gestão, em coerência com o art. 2º, § 4º, da Lei nº 1.462/2019.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, o termo final do quadriênio corresponde à data de encerramento do mandato de 4 (quatro) anos contado do início do exercício do antecessor, conforme o respectivo ato de designação.

Art. 5º Aplicam-se ao substituto, pelo período restante do mandato, as garantias previstas no art. 5º da Lei nº 1.462/2019, vedado o seu afastamento das funções antes do encerramento do período para o qual foi designado, exceto na hipótese de cometimento de ato irregular, apurado em processo administrativo na forma do art. 9º da referida Lei.

Art. 6º Para inteligibilidade e segurança jurídica da presente regulamentação:

I – fica reconhecida a vacância do cargo de Controlador Interno do Município ocorrida em 01 de dezembro de 2025, em razão do pedido de desligamento apresentado pelo titular então em exercício conforme Portaria 148/2025-DP;
II – permanecem válidos e eficazes os atos administrativos praticados no período interregnal compreendido entre a vacância referida no inciso I e a designação do novo Controlador Interno, ressalvados os vícios insanáveis;
III – fica ratificada a designação do atual Controlador Interno do Município, realizada através da Portaria do Executivo Municipal n. º 1.154 de 30 de junho de 2026, publicada em 01 de julho de 2026, observados, na data do ato, os requisitos e impedimentos da Lei nº 1.462/2019; e
IV – o atual Controlador Interno do Município exercerá as funções do cargo até 31 de dezembro de 2028, termo final do ciclo de gestão municipal vigente, aplicando-se-lhe, integralmente, as garantias do art. 5º da Lei nº 1.462/2019.

Art. 7º A partir da gestão municipal subsequente, o mandato do Controlador Interno do Município observará plenamente o disposto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 1.462/2019, devendo a nomeação ocorrer no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para início do mandato em 1º de janeiro do ano seguinte, com duração de 4 (quatro) anos, coincidentes com o respectivo ciclo de gestão.

Parágrafo único. Em caso de vacância superveniente, aplicar-se-á o disposto no art. 4º deste Decreto, completando o substituto o período restante do quadriênio sincronizado com o ciclo de gestão.

Art. 8º A vacância do cargo de Controlador Interno do Município, em qualquer hipótese, não implica suspensão das atividades do Órgão de Controle Interno, que deverá manter o regular desempenho das atribuições previstas nos arts. 1º e 3º da Lei nº 1.462/2019, sob pena de responsabilidade das autoridades competentes.

Art. 9º O servidor que, na data da publicação deste Decreto, ocupe o cargo de Controlador Interno do Município e não tenha cumprido o período de 4 (quatro) anos previsto na Lei Municipal permanecerá no exercício das funções até o termo fixado no art. 6º, inciso IV, deste Decreto.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:B21FC1A8

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1.800 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos imóveis locados pelo Município de Carlópolis, mediante afixação de placas informativas*

contendo dados essenciais do contrato de locação, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pela Constituição Federal do Brasil e Pela Lei Orgânica do Município Carlópolis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover a identificação de todos os imóveis locados pela Administração Pública Municipal Direta e Indireta, mediante afixação de placa informativa em local visível ao público, de acordo com o parágrafo único desta Lei. (***alterado pela emenda modificativa e aditiva nº01/2026***).
Parágrafo Único. A confecção, instalação, afixação e manutenção da placa informativa prevista nesta Lei constituirão obrigação do locador do imóvel, devendo constar expressamente dos contratos de locação firmados ou renovados pela Administração Pública Municipal. (***incluído pela emenda modificativa e aditiva nº01/2026***).

Artigo 2º. A placa de identificação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I. a identificação "imóvel locado pela prefeitura municipal;
II. número do contrato administrativo de locação;
III. data de início do contrato e sua validade;
IV. valor mensal da locação.

Artigo 3º. A placa deverá:

I. possuir dimensões mínimas de 60 cm x 40 cm;
II. ser confeccionada em material resistente e legível;
III. permanecer afixada durante toda a vigência do contrato de locação;
IV. ser instalada na parte externa do imóvel, em local de fácil visualização pela população.

Artigo 4º. As informações constantes na placa deverão ser atualizadas sempre que houver aditivo contratual que altere prazo, valor ou demais condições relevantes do contrato.

Artigo 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Artigo 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:AEF78C1E

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1.803 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA:*" Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de uso de imóvel público destinado à instalação e funcionamento de empreendimento industrial, do imóvel descrito na matrícula nº 6.354 do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Carlópolis, estabelece condições, encargos e sanções, revoga a Lei Municipal nº 1.799/2026 e dá outras providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, Nilton Douglas de Meira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pela Constituição Federal do Brasil e Pela Lei Orgânica do Município Carlópolis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, mediante prévio procedimento licitatório, concessão de uso do imóvel público situado na Rua D, Lote 01 da Quadra "C", do Loteamento Parque Comercial/Industrial Centenário, no Município de Carlópolis/PR, objeto da matrícula nº 6.354 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Carlópolis.

§ 1º. O imóvel possui área territorial de aproximadamente 5.496,88 m² e contém barracão industrial com área construída aproximada de 800 m².

§ 2º. A concessão será destinada exclusivamente à instalação, ampliação ou funcionamento de atividade industrial compatível com as características do imóvel e com a legislação urbanística, ambiental, sanitária e de segurança aplicável.

Artigo 2º. A concessão de uso será precedida de licitação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 1.798/2026 e das demais normas aplicáveis.

§ 1º. O edital deverá definir o objeto, o prazo, as condições de uso, as obrigações do concessionário, os critérios objetivos de julgamento, as exigências de habilitação e os mecanismos de fiscalização e controle.

§ 2º. A licitação deverá assegurar igualdade de condições entre os interessados, ampla publicidade, julgamento objetivo, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público, observadas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Artigo 3º. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas regularmente constituídas, desde que atendam às exigências do edital e comprovem capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica compatível com o objeto da concessão.

Parágrafo único. As exigências de habilitação deverão guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado, sendo vedada a imposição de requisitos que restrinjam injustificadamente a competitividade.

Artigo 4º. Constituirão obrigações mínimas do concessionário:

I – apresentar projeto de implantação ou funcionamento da atividade industrial;
II – iniciar a implantação do empreendimento no prazo estabelecido no edital e no contrato;
III – utilizar integralmente o imóvel para a finalidade industrial autorizada;
IV – cumprir as metas de geração de empregos diretos e indiretos assumidas na proposta vencedora;
V – manter a atividade em funcionamento durante o prazo da concessão, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Município;
VI – obter e manter válidas todas as licenças, autorizações e aprovações exigidas pelos órgãos competentes;
VII – conservar o imóvel, o barracão e as instalações nele existentes;
VIII – arcar com tributos, tarifas, encargos, consumo de água, energia elétrica, manutenção, seguros e demais despesas decorrentes da utilização do imóvel;
IX – permitir a fiscalização do Município e fornecer os documentos e informações solicitados;
X – não ceder, transferir, locar ou permitir o uso do imóvel por terceiros sem autorização expressa do Município;
XI – não alterar a destinação do imóvel sem autorização legislativa e administrativa quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 5º. O contrato de concessão deverá conter, no mínimo:

I – a identificação do imóvel e de suas edificações;
II – a finalidade específica da concessão;
III – o prazo de vigência;
IV – o projeto e as metas de implantação do empreendimento;
V – as obrigações de geração e manutenção de empregos;
VI – as condições de conservação e manutenção do imóvel;
VII – as hipóteses de fiscalização, advertência, multa, rescisão e retomada do imóvel;
VIII – as regras sobre benfeitorias, acessões e investimentos realizados;

IX – as hipóteses de extinção da concessão;
X – a previsão de reversão do imóvel ao Município ao final da concessão ou em caso de extinção antecipada.

Artigo 6º. A concessão terá prazo de até 10 (dez) anos, admitida renovação por até 5 (cinco) anos, desde que demonstrado o interesse público, o cumprimento das obrigações contratuais e a manutenção da finalidade industrial.

Parágrafo único. A renovação dependerá de manifestação formal do Município, não constituindo direito automático do concessionário, contudo devendo ser precedida de manifestação por este como condição de renovação.

Artigo 7º. O descumprimento das obrigações legais, editalícias ou contratuais sujeitará o concessionário, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas na Lei Municipal nº 1.798/2026, na Lei Federal nº 14.133/2021 e no contrato de concessão.

Parágrafo único. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta:

I – advertência;
II – multa;
III – suspensão ou restrição dos benefícios previstos no contrato;
IV – extinção da concessão;
V – retomada administrativa do imóvel, na forma da legislação aplicável;
VI – ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Artigo 8º. A concessão poderá ser extinta, observado o devido processo administrativo, nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento das obrigações assumidas;
II – paralisação injustificada das atividades;
III – abandono ou utilização inadequada do imóvel;
IV – alteração da finalidade industrial;
V – cessão ou transferência não autorizada;
VI – perda das condições de habilitação ou funcionamento;
VII – ocorrência de interesse público devidamente motivado;
VIII – demais hipóteses previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

Artigo 9º. Extinta a concessão, o imóvel, o barracão industrial e as benfeitorias que, nos termos do contrato, devam permanecer incorporadas ao patrimônio público retornarão à posse do Município, sem prejuízo da apuração de perdas, danos e demais responsabilidades.

Artigo 10. Compete ao Poder Executivo:

I – elaborar os estudos e documentos preparatórios da contratação;
II – promover a avaliação atualizada do imóvel;
III – definir a modalidade, o critério de julgamento e as exigências da licitação;
IV – elaborar e publicar o edital;
V – conduzir o procedimento licitatório;
VI – celebrar, fiscalizar, modificar e extinguir o contrato, nos limites da legislação;
VII – aplicar as sanções administrativas cabíveis.

Artigo 11. A autorização legislativa prevista nesta Lei não substitui os atos administrativos próprios do procedimento licitatório, tampouco retira da Câmara Municipal o exercício de qualquer de suas competências constitucionais e legais de fiscalização e controle externo, sendo-lhe, contudo, vedado participar diretamente de quaisquer atos de avaliação, homologação ou aprovação do resultado específico da licitação, pois que atinentes ao Poder Executivo, como condutor do certame.

Artigo 12. Fica a área de terras delimitada na presente lei desafetada de sua categoria de bem público de uso comum para bem de uso dominical, ressalvada especificamente a possibilidade de o Poder Executivo retornar eventual parcela da mesma para a categoria de bem público comum mediante afetação direta para a construção de via pública.

Artigo 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, quando necessárias.

Artigo 14. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.799, de 14 de agosto de 2026.

Artigo 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Artigo 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:79F2F148

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 16/09/2026 À 22/09/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 6,19
3	Litros	Diesel S10	R$ 7,19
4	Litros	Etanol	R$ 3,79
5	Litros	Gasolina comum	R$ 5,99

Catanduvas – PR, 15 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:8BC9C841

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONCORRÊNCIA Nº 4/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR. CONFORME CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: AMT ENGENHARIA LTDA
DATA DA PARALISAÇÃO: 15 de setembro de 2026.

1. Objeto
O presente Termo de Paralisação de Obra tem por finalidade registrar a interrupção temporária da execução da obra acima identificada, a partir da data indicada neste documento.

2. Motivo da Paralisação
A paralisação justifica-se pelas restrições estabelecidas pela legislação eleitoral quanto à realização de repasses de recursos estaduais aos municípios durante o período eleitoral, iniciado em 4 de julho de 2026.

3. Retomada dos Serviços
A retomada da obra está prevista para iniciar em **26 de outubro de 2026.** Se necessário, será elaborado um novo cronograma para adequação das atividades.

4. Disposições Finais

Este termo é firmado em comum acordo pelas partes, registrando a paralisação temporária da obra, sem prejuízo das demais cláusulas previstas no contrato celebrado entre as partes.

Catanduvas, 15 de setembro de 2026.

MUNICIPIO DE CATANDUVAS AMT ENGENHARIA LTDA

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:2CC87F03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
RELATÓRIO DE JULGAMENTO DISPENSA ELETRÔNICA 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE LINK DEDICADO DE INTERNET VIA CABOS DE FIBRA ÓPTICA COM IP DIRETO (FIXO), MÍNIMO 800 Mbps de Download e Uploads, BANDA SIMÉTRICA, SEM FILTROS, PERMITINDO TRÁFEGO EM TEMPO REAL (VOZ E VÍDEO), PARA USO ESPECÍFICO DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 10/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 10/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA: Aberto
PUBLICIDADE: O aviso da Dispensa Eletrônica foi publicado:
- PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no dia 31/08/2026
- Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), no dia 31/08/2026
- Por meios Eletrônicos, Portal da Transparência, site oficial da Câmara Municipal de Centenário do Sul e na BLL Compras, nos dias 31/08 e 01/09/2026

A íntegra do TERMO DE REFERÊNCIA foi disponibilizado através do site da Câmara Municipal de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.leg.br) no dia 31/08/2026.
A data da sessão foi designada para o dia 10/09/2026 às 09 horas, portanto, cumpriu-se o disposto na legislação vigente.

EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DA DISPENSA ELETRÔNICA

Nº	NOME DA(S) EMPRESA(S)	CNPJ
1	INFINITY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	37.007.414/0001-52

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
Não houve(ram) pedido(s) de esclarecimento(s) e/ou impugnação(ões) relativo(s) ao Termo de Referência, modelo(s) e anexo(s).

PROPOSTA DE PREÇOS, JULGMANETO E CLASSIFICAÇÃO
A(s) proposta(s) de preço aceita(s) e lance(s) final(is) foi(ram):

CLASSIFICADA(S)	LOTE(S)	EMPRESA(S)	VALORES PROPOSTO(S) R$	LANCE FINAL R$
1ª Colocada	1	INFINITY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	219,93	219,93

Não houve apresentação de lances, mesmo ocorrido o prazo de 06 horas para lance, não foi apresentado nenhum, mantendo o valor na proposta apresentada pelo licitante, onde constam em Ata.
Não houve desclassificações.
Encerrada a etapa competitiva e ordenada a classificação, o Condutor do Processo procedeu análise dos documentos de Habilitação da proponente que apresentou a proposta, para verificação do atendimento das condições previstas no Termo de Referência.

HABILITAÇÃO
Proponente Habilitada:

LOTE(S)	EMPRESA	VALOR PROPOSTO R$	LANCE FINAL (R$	HABILITADO
1	INFINITY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	219,93	219,93	SIM

A decisão foi publicada no diário oficial dos municípios do Paraná, no dia 15/09/2026 e comunicada à empresa vencedora.
Devidamente apurado e aceito dos documentos de habilitação, o Condutor do Certame declarou o proponente vencedor e encaminhou para a Autoridade Competente para posterior Homologação.
O(s) proponente(s) não demonstrou(aram) imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Em fase do exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, o Condutor do certame emite a seguir seu parecer final.
- Que a contratação do(s) objeto(s) constante(s) do lote adiante descrito(s), objeto da Dispensa Eletrônica 003/2026, seja Adjudicada e Homologada com base no Termo de Referência, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório.

LOTE 01
Proponente: INFINITY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
Valor Global: **VALOR TOTAL: R$ 2.639,16 (dois mil seiscentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos)**
Prazo de Fornecimento: 10 (dez) dias

Centenário do Sul, 15 de setembro de 2026

NATAL DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:78ECB10D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 249/2026

DECRETO Nº 249/2026

SÚMULA: Admissão do(a) servidor(a): BEATRIZ GODOY HAWERROTH MALLMANN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - A admissão, a partir de 15 de Setembro de 2026, em face à aprovação e conseqüente habilitação em Concurso Público Municipal, aberto pelo edital nº 001/2025, de 05 de Dezembro de 2025.
BEATRIZ GODOY HAWERROTH MALLMANN, para ocupar o cargo de **EDUCADOR(A) INFANTIL**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 14 de Setembro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:95415504

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 072.2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 072/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, convoca o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025, abaixo relacionado(a), para **comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis,** a contar da data da publicação deste, conforme item 19.6 do edital de abertura do referido concurso, junto ao **Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal**, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, centro, Centenário do Sul-PR, para **apresentar** os documentos conforme estabelecido no item 8.2, quando for o caso, e 19.7.1 do edital de abertura e consoante o rol abaixo mencionado. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do(a) candidato(a) no concurso público.
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido e comprovante de pagamento da última anuidade;
Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992, (incluído pela Lei nº 14.230/2021);
Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho;
Para cargo de Agente Comunitário Saúde comprovante de residência conforme item 2.4.1 deste edital.
Auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda, quando for o caso.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
PRISCILA DA SILVA CASQUETE	20° AFRO (56° AMPLA)	Educador(a) Infantil

Centenário do Sul/PR, 11 de Setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:A1842032

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 100/2026

PORTARIA Nº 100/2026
MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,
R E S O L V E
Artigo 1° - Revogar a portaria n° 072/2026, de 1° de junho de 2026.

Artigo 2° - Designar os membros abaixo nominados para compor a **COMISSÃO ESPECIAL** de recebimento de todas as aquisições da **Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos**, decorrentes de processo licitatório.

- CÍCERO APARECIDO VIEIRA DA SILVA
- MARCO AURÉLIO BERTAN
- VIVIANE ARROIO ORLANDO PEREIRA

Parágrafo Único – Referida comissão será responsável pela conferência dos itens recebidos, atestando a coerência entre os mesmos e objeto do contrato firmado entre a Administração Pública e a empresa.
Artigo 3° - Proibir o recebimento do objeto do contrato, por pessoas que não sejam membros da referida comissão.
Artigo 4° - Esta portaria produzirá efeitos na data de sua publicação.
Centenário do Sul, 15 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:8D84F4A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 351, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Tempestade Local/Convectiva Chuvas Intensas (13214).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Cerro Azul e pelo Inciso IV, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO que o Município de Cerro Azul foi atingido por um evento meteorológico adverso de severa intensidade, tipificado como**Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas;**

CONSIDERANDO que houve o aumento crítico do nível do Rio Ribeira e Rio Ponta Grossa;

CONSIDERANDO que enxurradas, alagamentos e deslizamentos de terra, que afetaram todos os bairros do Município;

CONSIDERANDO que a violência do desastre resultou em um elevado contingente de famílias, com **108 desabrigadas** e **400 desalojadas**, exigindo a atuação imediata da Administração Pública no fornecimento de abrigos temporários, alimentação, vestuário e assistência humanitária emergencial;

CONSIDERANDO que houve o comprometimento da infraestrutura básica municipal, provocando a**interrupção do fornecimento de energia elétrica**e a**suspensão do abastecimento de água potável**em

todo o município, gerando risco iminente à saúde pública e ao bem-estar da população;

CONSIDERANDO que as chuvas causaram a destruição de pontes, bueiros e o colapso de trechos viários, com**interrupção de estradas municipais e rodovias de acesso**, impossibilitando o tráfego de veículos de emergência, transporte escolar e escoamento da produção;

CONSIDERANDO que a interdição das vias públicas resultou no**isolamento de diversas comunidades rurais e bairros**, privando os moradores do acesso a serviços essenciais de saúde, resgate e suprimento de itens de primeira necessidade;

CONSIDERANDO as consequências desse desastre, resultaram os danos materiais, ambientais e prejuízos econômicos e sociais constantes e descritos no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que o parecer técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), relatando a gravidade e a dimensão dos impactos causados pelo desastre, é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (13214).

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

I - Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Artigo 5º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 350, de 14 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Prefeito Municipal de Cerro Azul em, 15 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz do Amaral
Código Identificador:07699943

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº 31/2026 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026 DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº 31/2026 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026 DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI
Torna-se público que a Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, por meio da Agente de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
OBJETO
Aquisição de equipamentos de tecnologia e escritório, compreendendo **01 (uma) Smart TV de 32 polegadas e 01 (uma) fragmentadora de papel**, destinados a suprir as necessidades estruturais e administrativas da Câmara Municipal de Clevelândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Critério de Julgamento: menor preço por item
Período para entrega de proposta: Até 21/09/2026 às 07h59min (horário de Brasília)
Data prevista para abertura da sessão pública e envio de lances: Dia 21/09/2026 das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília)
Local/Link: Portal de Compras do Governo Federal — www.gov.br/compras
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.675,40 (Dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)
Maiores Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone: (46) 3252-2233, no endereço eletrônico www.clevelandia.pr.leg.br, acessando o menu Avisos e Editais de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@clevelandia.pr.leg.br.

Clevelândia, 15 de setembro de 2026.

JULIANA POGOGELSKI REALI
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:0A325E6F

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Objeto: Aquisição de uma inscrição do vereador Julio Cezar Calgaro Dal Pizzol para participar do curso de capacitação profissionalizante "PLANEJAMENTO MUNICIPAL 2027 NA PRÁTICA E NOVIDADES NAS EMENDAS IMPOSITIVAS - PPA, LOA, LDO, METAS E INDICADORES", organizado pela CCGP – Centro de Treinamento e Capacitação LTDA, na cidade de Curitiba-PR, nos dias 15 a 18 de setembro de 2026.
Tendo em vista que a documentação referente à Inexigibilidade de Licitação n° 04/2026 atende a todos os requisitos do Artigo nº 74, Inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/21;
Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável à homologação da presente Inexigibilidade;
Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação n° 04/2026, objeto do Processo Administrativo n° 30/2026, para a contratação do serviço descrito abaixo:
CONTRATADO: CCGP – Centro de Treinamento e Capacitação LTDA
CNPJ: 36.282.191/0001-79
PAGAMENTO: Até 10 (dez) dias úteis contados da emissão da nota fiscal e finalização da liquidação da despesa.
VALOR: R$ 2.597,00 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais).

Clevelândia - PR, 14 de setembro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:392B2CDC

GABINETE
DECRETO: 224/2026

DECRETO: 224/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 50.366,93 (cinquenta mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 50.366,93 (cinquenta mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.001 - Administração S.m.e.c.e.

07.001.0012.0782.0021.2022 - Transporte Escolar de 6º a 9º Séries

3390330000 - Passagens e despesas com locomoção
R$ 50.366,93
Total: R$ 50.366,93

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

112 - PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO MDE
R$ 39.409,97
112 - PNATE - TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO MDE
R$ 10.956,96

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 15 de setembro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:4860CEE3

GABINETE
DECRETO 227-2026

DECRETO Nº227/2026

Dispõe sobre orientações relativas à circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas, patinetes elétricos e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município de Clevelândia/PR, em conformidade com a legislação de trânsito vigente, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.769, de 10 de março de 2022;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução CONTRAN nº 996, de 15 de junho de 2023, que dispõe sobre o trânsito, em via pública, de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos;
CONSIDERANDO a Resolução CETRAN/PR nº 106, de 14 de julho de 2026, que estabelece diretrizes para a regulamentação da circulação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de orientar a população acerca da correta classificação e utilização desses equipamentos, bem como das regras de segurança aplicáveis à sua circulação em vias públicas;
CONSIDERANDO a necessidade de proteção dos pedestres, ciclistas, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e demais usuários vulneráveis das vias públicas;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de promover ações educativas e preventivas destinadas à segurança viária;
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto estabelece orientações para a circulação, em vias e espaços públicos do Município de Clevelândia/PR, de:
I – ciclomotores;
II – bicicletas elétricas;
III – patinetes elétricos; e
IV – demais equipamentos de mobilidade individual autopropelidos.
Parágrafo único. As disposições deste Decreto deverão ser interpretadas em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, com as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com as Resoluções do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná – CETRAN/PR e demais normas aplicáveis.
Art. 2º Para fins deste Decreto, aplicam-se as definições e classificações técnicas estabelecidas pela Resolução CONTRAN nº 996/2023 e demais normas supervenientes.

§ 1º Considera-se equipamento de mobilidade individual autopropelido aquele que, entre outras características previstas na regulamentação federal:
I – possua uma ou mais rodas;
II – seja dotado ou não de sistema de autoequilíbrio;
III – possua motor de propulsão com potência nominal máxima de até 1.000 W (mil watts);
IV – possua velocidade máxima de fabricação não superior a 32 km/h (trinta e dois quilômetros por hora);
V – possua largura não superior a 70 cm (setenta centímetros); e
VI – possua distância entre eixos de até 130 cm (cento e trinta centímetros).
§ 2º Considera-se bicicleta elétrica o veículo de propulsão humana, com duas rodas, que:
I – possua motor auxiliar de propulsão com potência nominal máxima de até 1.000 W (mil watts);
II – possua sistema que garanta o funcionamento do motor somente quando o condutor pedalar;
III – não disponha de acelerador ou de qualquer outro dispositivo de variação manual de potência; e
IV – possua velocidade máxima de propulsão do motor auxiliar não superior a 32 km/h (trinta e dois quilômetros por hora).
§ 3º Considera-se ciclomotor o veículo de duas ou três rodas provido:
I – de motor de combustão interna cuja cilindrada não exceda a 50 cm³ (cinquenta centímetros cúbicos); ou
II – de motor de propulsão elétrica com potência máxima de até 4 kW (quatro quilowatts); desde que sua velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).
Art. 3º O equipamento cuja potência, velocidade máxima de fabricação ou demais características ultrapassem os limites estabelecidos para equipamento de mobilidade individual autopropelido ou bicicleta elétrica deverá ser classificado como ciclomotor, motocicleta, motoneta ou triciclo, conforme suas características e a regulamentação vigente.
Parágrafo único. A denominação comercial utilizada pelo fabricante, importador, comerciante ou proprietário, tais como "bicicleta elétrica", "patinete elétrico", "scooter elétrica" ou similares, não afasta o enquadramento técnico previsto na legislação de trânsito.

Art. 4º Para circulação em via pública, os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos deverão possuir:
I – indicador ou dispositivo limitador eletrônico de velocidade;
II – campainha; e
III – sinalização noturna dianteira, traseira e lateral incorporada ao equipamento.
Parágrafo único. Poderá ser utilizado dispositivo alternativo ao velocímetro que indique a velocidade de circulação por meio de aviso sonoro ou aplicativo em smartphone, nos termos da regulamentação do CONTRAN.
Art. 5º As bicicletas elétricas deverão possuir:
I – indicador ou dispositivo limitador eletrônico de velocidade;
II – campainha;
III – sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais;
IV – espelho retrovisor do lado esquerdo; e
V – pneus em condições mínimas de segurança.
Art. 6º Os ciclomotores deverão possuir os equipamentos obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro e nas regulamentações específicas do CONTRAN.
Art. 7º A circulação de bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos deverá observar as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pela Resolução CONTRAN nº 996/2023 e pela Resolução CETRAN/PR nº 106/2026.

Art. 8º Para fins de orientação aos usuários, deverão ser observados os seguintes parâmetros:
I – em ciclovias e ciclofaixas, a velocidade máxima prevista pela Resolução CETRAN/PR nº 106/2026 é de 20 km/h (vinte quilômetros por hora), observada a avaliação técnica do órgão ou entidade competente com circunscrição sobre a via;
II – em vias cuja velocidade máxima regulamentada seja de até 40 km/h (quarenta quilômetros por hora), a circulação deverá observar as condições previstas na regulamentação de trânsito, inclusive eventual avaliação técnica do órgão ou entidade competente, devendo ocorrer no mesmo sentido de circulação da via;
III – em áreas destinadas à circulação de pedestres, a velocidade máxima é de 6 km/h (seis quilômetros por hora), sendo a circulação condicionada à existência de autorização e sinalização pelo órgão competente.
§ 1º É vedada, nos termos da regulamentação estadual, a circulação desses equipamentos:
I – em vias de trânsito rápido;
II – em vias cuja velocidade regulamentada seja superior a 40 km/h;
III – em faixas exclusivas destinadas ao transporte coletivo;
IV – em rodovias; e
V – em calçadas destinadas à circulação de pedestres, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas e devidamente sinalizadas pelo órgão competente.
§ 2º Este Decreto, por seu caráter orientativo.
Art. 9º A circulação de bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos deverá observar, no que couber, as mesmas disposições previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelas regulamentações do CONTRAN para circulação de bicicletas.
Art. 10° Fica observada, nos termos da Resolução CETRAN/PR nº 106/2026, a idade mínima de 16 (dezesseis) anos para a condução de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos e bicicletas elétricas em vias públicas.
Parágrafo único. A condução por adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos incompletos fica condicionada à autorização e responsabilidade de seus pais ou responsáveis legais, nos termos da regulamentação estadual.
Art. 11°. Recomenda-se aos condutores de bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos o uso de capacete de proteção, no mínimo capacete ciclístico, devidamente ajustado.
§ 1º Para a condução de ciclomotores deverão ser observadas integralmente as exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro e nas regulamentações do CONTRAN, inclusive quanto à habilitação, equipamentos de segurança, registro, licenciamento e uso de capacete.
§ 2º O uso dos equipamentos de segurança obrigatórios não afasta o dever do condutor de dirigir com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.
Art. 12°. Recomenda-se aos usuários, como medida de segurança:
I – respeitar a sinalização de trânsito e as regras de preferência;
II – manter velocidade compatível com as condições da via e com a presença de pedestres;
III – reduzir a velocidade em cruzamentos, áreas escolares, praças e locais com grande circulação de pessoas;
IV – manter distância segura dos demais veículos e usuários da via; e
V – evitar qualquer comportamento que comprometa o equilíbrio, a atenção ou o controle do equipamento.
Art. 13°. O transporte de passageiro somente será admitido quando houver dispositivo adequado expressamente previsto pelo fabricante e quando permitido pela regulamentação de trânsito aplicável ao respectivo equipamento.
Parágrafo único. É vedado o transporte de passageiro em equipamento cuja fabricação e configuração sejam destinadas exclusivamente à condução individual.
Art. 14°. As bicicletas elétricas e os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos enquadrados nos limites estabelecidos pela Resolução CONTRAN nº 996/2023 não estão sujeitos a registro, licenciamento ou emplacamento para circulação nas vias públicas.
Art. 15°. Os ciclomotores estão sujeitos às exigências de registro e licenciamento perante o órgão executivo de trânsito competente, bem como às demais obrigações previstas no Código de Trânsito Brasileiro e na regulamentação do CONTRAN.
Parágrafo único. Os equipamentos que, embora comercializados ou utilizados sob outra denominação, possuam características técnicas que os enquadrem como ciclomotores, motocicletas, motonetas ou triciclos estarão sujeitos às obrigações legais correspondentes à respectiva categoria.
Art. 16°. As restrições de circulação e de idade previstas neste Decreto não se aplicam aos equipamentos de mobilidade individual, motorizados ou não, que se caracterizem como tecnologia assistiva ou ajuda técnica indispensável à garantia da mobilidade e autonomia da pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade.
§ 1º A circulação dos equipamentos previstos no caput será permitida em áreas de pedestres, calçadas e demais espaços públicos, devendo ocorrer em velocidade compatível com a segurança dos demais

usuários, não superior a 6 km/h (seis quilômetros por hora) em áreas de grande fluxo de pessoas.
§ 2º Fica assegurado o direito de ir e vir da pessoa com deficiência que utilize tais equipamentos, nos termos da legislação vigente.
Art. 17°. O Município poderá promover ações educativas e informativas destinadas à conscientização da população sobre o uso seguro de bicicletas elétricas, patinetes elétricos, ciclomotores e demais equipamentos de mobilidade individual autopropelidos.
Parágrafo único. As ações poderão envolver divulgação de material informativo, campanhas educativas, orientação em instituições de ensino e demais medidas de conscientização sobre segurança no trânsito.
Art. 18°. O presente Decreto possui caráter orientativo.
§ 1º Considerando que o Município de Clevelândia não dispõe atualmente de órgão ou entidade executiva municipal de trânsito responsável pela fiscalização, o presente Decreto não atribui aos servidores municipais competência para fiscalizar, autuar ou aplicar penalidades por infrações de trânsito.
§ 2º A fiscalização, autuação e aplicação das penalidades previstas na legislação de trânsito caberão aos órgãos, entidades e agentes legalmente competentes, observadas suas respectivas atribuições, circunscrição e os instrumentos de delegação ou convênio eventualmente existentes.
§ 3º O descumprimento das normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro e nas regulamentações do CONTRAN poderá sujeitar o infrator às penalidades e medidas administrativas nelas previstas, quando constatado pela autoridade competente.
Art. 19°. O presente Decreto não substitui nem altera as normas expedidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito, devendo ser observadas eventuais alterações posteriores do Código de Trânsito Brasileiro e das regulamentações do CONTRAN e CETRAN/PR.
Art. 20°. Nas situações em que a circulação depender de avaliação técnica, autorização, regulamentação específica ou implantação de sinalização por órgão executivo de trânsito com circunscrição sobre a via, este Decreto terá caráter exclusivamente informativo, não suprindo as providências técnicas e administrativas legalmente exigidas.
Art. 21°. Os casos não contemplados neste Decreto serão regidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, pelas Resoluções do CONTRAN, pelas Resoluções do CETRAN/PR e demais normas aplicáveis.
Art. 22°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

R.AFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:EBC7EEE5

GABINETE
DECRETO N°225/2026

DECRETO N°225/2026

Nomeia, Alexandra Fonseca Rodrigues, para o cargo de Chefe do Departamento de Esporte.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1° - Fica nomeada a senhora, Alexandra Fonseca Rodrigues, CPF sob n° 069.446.369-80, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Esporte.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:55EB1590

GABINETE
DECRETO N°226/2026

DECRETO N°226/2026

Declara a vacância de cargo público de TÉCNICO AGRÍCOLA em razão de incapacidade permanente.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, no uso de usas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 67, inciso V da Lei Municipal 1.240/1990,
CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente ao servidor, conforme ato expedido pelo órgão previdenciário competente;
CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que prevê a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria do servidor;
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo público de **TÉCNICO AGRÍCOLA**, ocupado pelo servidor **JOÃO CESAR PLAKITKEM**, matrícula nº 6017-2, em razão da concessão de **aposentadoria por incapacidade permanente**, nos termos da legislação vigente.
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E410DC49

GABINETE
EDITAL Nº 05/2026 PROCESSO SELETIVO DE CLEVELÂNDIA 4° CHAMAMENTO

O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Rafaela Martins Losi, e em conformidade com o Edital n°05/2026, visando o preenchimento de vaga.
TORNA PÚBLICO, a convocação dos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado.
Art. 1°- Os convocados abaixo relacionados para as vagas, deverão comparecer impreterivelmente até o dia **21/09/2026**, junto ao Departamento de Recursos Humanos, para assumir a vaga e distribuição do local de trabalho.

Vigia – 40h	
Classificação	**Nome do Candidato(a)**
1°	Dionatan José Moreira Rodrigues

Art. 2°- O não comparecimento na data e local marcados, para atender o presente edital e confirmar aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito a vaga.

Clevelândia, Paraná, 15 de Setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:278358A8

GABINETE
LEI Nº2.947/2026

LEI Nº2.947/2026

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Pilates da Melhor Idade" no Município de Clevelândia/PR, estabelece suas diretrizes e dá outras providências.

O Poder Legislativo de Clevelândia, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no Município de Clevelândia, o Programa "Pilates da Melhor Idade", destinado à promoção da saúde, bem-estar, convivência social e qualidade de vida das pessoas idosas.

Art. 2º O programa terá como diretrizes a oferta de atividades físicas orientadas, com prioridade para o método Pilates, alongamentos, exercícios posturais e atividades de mobilidade, visando:
I – promover o envelhecimento saudável;
II – prevenir doenças e reduzir o sedentarismo;
III – estimular a autonomia e a mobilidade da pessoa idosa;
IV – fortalecer vínculos sociais e comunitários e
V – contribuir para a saúde física e mental.

Art. 3º As atividades poderão ser realizadas de forma descentralizada nos bairros do município, utilizando-se, preferencialmente, espaços públicos já existentes, tais como:
I – ginásios municipais;
II – quadras esportivas;
III – meus campinhos;
IV – centros comunitários e
V – demais espaços adequados.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo municipal poderá firmar parcerias e convênios com profissionais habilitados, instituições de ensino, entidades públicas e privadas, bem como utilizar servidores municipais capacitados para a execução do programa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, ficando a efetiva implementação do programa condicionada à prévia disponibilidade orçamentária e financeira, observados os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Esta Lei decorre do Projeto de Lei nº 013/2026-L de autoria do Vereador Manoel Augusto Gollub Inocêncio.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:AC715FB7

GABINETE
PORTARIA N°185/2026

PORTARIA N°185/2026

A PREFEITA MUNICIPAL, RAFAELA MARTINS LOSI, no exercício de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n° 496/2025 ainda não foi concluído no prazo inicialmente estabelecido;

CONSIDERANDO o Ofício n° 06/2026 – PAD-05 da Comissão Processante, a qual solicita a prorrogação de prazo do referido processo, devidamente justificado;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a completa apuração dos fatos, garantindo-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais autoriza a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, quando necessário à elucidação dos fatos;

CONSIDERANDO o interesse público na apuração integral das irregularidades administrativas, evitando-se prejuízos à Administração Pública;

RESOLVE

Art. 1° Fica prorrogado, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 496/2025.

Art. 2º Fica determinada a continuidade imediata dos trabalhos pela Comissão Processante, devendo ser adotadas todas as diligências necessárias à conclusão do feito no prazo ora prorrogado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:5A286A3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 074/2026

DECRETO N.º 074, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Institu**i** o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e da outras providências**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto institui o Comité Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.

Art. 2º - Compete ao Comité Municipal:
I - Promover articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa:
II - Utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comité Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber,

III - Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,
IV - Acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná
V - Promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI - Contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável assegurando atenção integral à pessoa;
VII - Acompanhar apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução, e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado;
VIII - Participar de capacitações, reuniões e outros eventos presenciais ou remotos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e observar as orientações e diretrizes expedidas.

Art. 3º - O Comitê Municipal será coordenado pela Secretaria de Assistência Social, que proverá apoio técnico e administrativo para seu funcionamento.

Art. 4º - Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I - Identificar as possibilidades, em suas áreas de atuação, de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável da população como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social;
II - Apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas, e
III - Informar a criação, aprimoramento ou alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.

Art. 5º - Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:
I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal da Mulher, Família e Direitos Humanos;

III - Secretaria Municipal da Saúde;

IV - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

V - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial;

VI - Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;

VII - Secretaria Municipal de Urbanismo:

VIII - Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia;

IX - Secretaria Municipal de Obras e Viação;

X - Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública;

XI - Secretaria Municipal de Educação;

XII - Instituto Qualicare;

Colombo, 08 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:7E6E5119

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 814/2026

PORTARIA N.º 814/2026

Dispõe sobre a prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e com fundamento no art. 213 da Lei Municipal n.º 1.363/2014, e

CONSIDERANDO a solicitação de dilação de prazo apresentada pela Comissão Processante no Processo Administrativo Disciplinar n.º 166277/2026, devidamente justificada ante a necessidade de conclusão da instrução processual,

RESOLVE:

Art. 1º – **PRORROGAR**, a partir de 09 de setembro de 2026, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante no Processo Administrativo Disciplinar n.º 16627/2026, instaurado através da Portaria n.º 437/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 05/05/2026, edição 3522.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo, em 14 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:9C73F3CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 816/2026

PORTARIA N.º 816/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 416/2026, Processo Licitatório: Dispensa n.º 078/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada na área de Engenharia para elaboração de projetos de portais a serem instalados nas divisas do Município de Colombo/PR, com seus municípios limítrofes, compreendendo projetos arquitetônicos e complementares, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Eliziane Chemim, portadora da matrícula n.º 17.319, telefone para contato: (41) 3656-8132 e-mail: psicologaeliziane@gmail.com.

Fiscais de Contrato:
Josiane Tannouri Armacolo, portadora da matrícula n.º 20.113, telefone para contato: (41) 3656-8123.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 14 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4D2C771B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 817/2026

PORTARIA N.º 817/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Dar vacância ao cargo, do Servidor Pública Municipal **JOSE RODRIGUES DE SOUZA**, portador do RG 1.XXX.XXX-2, CPF n° 233.XXX.XXX-00, do cargo de SERVENTE - a partir de 12/09/2026, por motivo de Óbito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 15 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:A7AA4CDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 081/2026

Processo:	36949/2026 – Dispensa Nº 081/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 21.504.525/0001-34.**
Objeto:	Aquisição de Materiais Odontológicos necessários ao atendimento nas Clinicas Odontológicas do Município de Colombo.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 9.029,80 (Nove mil, vinte e nove reais e oitenta centavos).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	15/09/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:E64588E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO N 19687/2026

N° do Empenho:	**19687/2026.**
Data:	**15/09/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ R$ 9.029,80 (Nove mil, vinte e nove reais e oitenta centavos).
Nº da Dispensa de Licitação	**081/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 21.504.525/0001-34.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de Materiais Odontológicos necessários ao atendimento nas Clinicas Odontológicas do Município de Colombo.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:BE4B260A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 057/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO 018/2026.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 057/2026

Processo:	Nº 35476/2026 - Inexigibilidade Nº 057/2026 – Chamamento Público 018/2026.
Partes:	Município de Colombo/PR, KHOZAN ZENBEER CERVEJARIA ARTESANAL LTDA 31.703.062/0001-93. DAGA INSDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA 27.461.071/0001-48. ROUTE SPIRITS DISTILLERY LTDA 35.585.127/0001-02. CERVEJARIA SCANDINAVIAAN LTDA 30.572.844/0001-78. CERVEJARIA IGNORUS LTDA 07.139.627/0001-77. CERVEJARIA PAVIN LTDA 75.193.219/0001-53. CERVEJARIA TURBINADA 05.526.867/0001-07.
Objeto:	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 018/2026, Credenciamento Público de cervejarias para participação na 6ª Edição da Festa da Cerveja Artesanal de Colombo 2026, a ser realizada nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2026, no Parque Municipal da Uva, em Colombo/PR.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 0,0 (zero reais).
Embasamento Legal:	- Lei nº. 14.133/2021; Artigo 78
Data:	15/09/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:83F25B77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 066/2026 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS NOVOS

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 066/2026
Objeto: Aquisição de veículos automotores e equipamentos novos, destinados ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e técnicas das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Colombo.
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 17 de setembro de 2026 até às 08:00 horas do dia 01 de outubro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 01 de outubro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por item".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.prefeitura.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 15 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:9EFE8DAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 067/2026 SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 067/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de Oxigenoterapia Domiciliar.
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 17 de setembro de 2026 até às 08:00 horas do dia 30 de setembro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por item".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8102 ou pelo site: www.prefeitura.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 15 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:796FC7A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/COLOMBO Nº. 006/2026

Dispõe acerca das aprovações referentes as Alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal da Saúde de Colombo.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 971 de 28 de novembro de 2006, bem como prerrogativas regimentais.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar as Alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, apreciado e aprovado em plenária da 10ª Reunião Ordinária de 2025, realizada em 27/11/2025.

Colombo, 15 de setembro de 2026.

ANA MARA HARBS DE OLIVEIRA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Colombo

Publicado por:
Claudia Arcie
Código Identificador:9DFCA6BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 218/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 218/2026

Objeto: Constitui por objeto deste termo de referência, a concessão onerosa do direito de operacionalizar o processamento e pagamento da folha de servidores do Município de Contenda-PR, mediante outorga do direito de explorar economicamente a prestação de serviços bancários e financeiros correlatos aos servidores municipais, observadas as condições deste instrumento, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos**.**

Valor Mínimo: O preço total Minimo é de **R$ 490.464,00** (quatrocentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais)
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 17/09/2026 as 08h30m do dia 19/10/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 19/10/2026 as 09h:00m do dia 19/10/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 19/10/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 15 de setembro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:77C6ED76

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ERRATA DO CONTRATO Nº 187/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026

EXTRATO DE ERRATA DO CONTRATO Nº 187/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026
OBJETO: Construção de escola municipal, em alvenaria e concreto armado, contendo: recepção, secretaria, sala de professores, sanitários masc. fem. e acessíveis, refeitório, pátio coberto, cozinha e salas de aula, sob regime de empreitada por preço global.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
06.002.12.361.0013.1.003.4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES - 619 - Operação de Crédito Banco do Brasil
06.002.12.361.0013.1.003.4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES - 911 - REPASSE CONVENIO Nº 512/2026 - SECID
VALOR: 5.307.056,26 (cinco milhões, trezentos e sete mil e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos).
CONTRATADA: AMBROZIM & CANDIDO CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 31.329.981/0001-49
DATA: 15/09/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:6E7ECCF7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2025 DISPENSA N° 023/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2025
DISPENSA N° 023/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 144/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Portaria GM/MS nº 1135 de 16 de agosto de 2023, da Lei Municipal nº 2259/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial
PRAZO DE EXECUÇÃO: 17 de setembro de 2026 até 17 de setembro de 2027
PRAZO DE VIGÊNCIA: 17 de setembro de 2026 até 17 de setembro de 2027**.**
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ n° 90.180.605/0001-02
DATA: 09 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:55311597

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
SERVIÇOS GERAIS	1º	MARLENE AP GONÇALVES DA SILVA
SERVIÇOS GERAIS	2º	JANAINA DA LUZ SANTANA

Contenda, 15 de setembro de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:185A84E1

IPRECONTENDA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Contenda, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), aprovados (as) no Concurso Público Edital nº 001/2024, de 20 de agosto de 2024 e obedecida à classificação homologada pelo Edital nº 017/2024 de 10 de dezembro de 2024, a comparecerem no Departamento de Recurso Humanos do Município de Contenda, sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de publicação deste, para manifestação de interesse na posse do cargo e cumprimento das providências estabelecidas.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados desistentes os candidatos que não atenderem a presente convocação.

CARGO: CONTADOR	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
01°	BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES

Obs.: 01° Vaga.

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
01°	CAMILE BEATRIZ POFAHL DURDYN

Obs.: 01° Vaga.

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
01°	FERNANDA CHAVES BEZERRA

Obs.: 01° Vaga.

Contenda, 15 de setembro de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
IPRECONTENDA

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO EFETIVO OU EMPREGO PÚBLICO.

O candidato deverá comprovar todos os requisitos elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso ou processo seletivo público.

• Apresentar fotocópia dos documentos abaixo autenticados em cartório, ou apresentar os originais para conferência da autenticidade:

a) Hemograma completo, glicemia de jejum, creatinina sérica, ureia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina; anti HBS, ácido úrico - com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica;
b) Carteira de identidade;
c) CPF;
d) Título de Eleitor;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) Certidão de Nascimento ou RG, e CPF de dependentes;
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social com cópias do número do PIS/PASEP, Qualificação e das páginas dos contratos anteriores. No caso de Carteira de Trabalho Digital, impressão da carteira onde constem os dados pessoais e os contratos de trabalho.
i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Diploma ou Certificado, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade mínima exigida para o cargo ao qual foi convocado;
k) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo assim exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
l) Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (apenas para candidatos do sexo masculino);
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça Federal emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php ;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tjpr.jus.br/certidao-de-2-grau-para-pessoa-fisica ;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05(cinco) anos emitida no seguinte endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor ;

p) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, emitido no seguinte endereço eletrônico: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral ;
q) Relação de empregos anteriores, na forma de apresentação de Extrato – CNIS, emitido em portal específico do INSS, no seguinte endereço eletrônico: https://meu.inss.gov.br/#/login;
r) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA);
s) Declaração de bens (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA), ou apresentar a declaração completa do imposto de renda do ano anterior à nomeação;
t) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA);
u) Ficha de Cadastro funcional. (Disponibilizada pelo IPRECONTENDA).

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

• Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do edital de convocação, para apresentar-se e entregar a documentação comprobatória da qualificação para posse do cargo. O candidato que não obedecer a este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando ao IPRECONTENDA o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.
• Caso o candidato não deseje ou esteja impedido de assumir a vaga, poderá, mediante requerimento próprio ou fornecido pelo IPRECONTENDA, solicitar sua inclusão para o final da lista dos aprovados, e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do concurso ou processo seletivo público, a novo chamamento uma só vez.

AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA

• O candidato deve obter atestado que comprove boa saúde física e mental, a ser fornecido por Serviço de Perícia Médica ou Junta Médica Oficial do Município de Contenda, ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
• Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
• Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato na ordem de classificação.

• Para a realização da avaliação médica, o candidato deve apresentar o laudo/resultado dos seguintes exames:

Hemograma completo, glicemia em jejum, creatinina sérica, uréia, colesterol total e frações, triglicérides, parcial de urina, anti HBS, e ácido úrico, todos com intervalo máximo de 30 (trinta) dias entre a data de realização dos exames laboratoriais e a data da avaliação médica.

• Para o agendamento da avaliação médica e psicológica será fornecido documento de encaminhamento, conforme orientação do IPRECONTENDA.

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:674AD35C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 320/2026

Designa os representantes do Comitê Municipal de Atenção, Prevenção e Resposta a Eventos Climáticos, instituído pelo Decreto Municipal nº 316/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 316/2026, que declarou Estado de Atenção no Município de Contenda em razão da previsão de eventos climáticos adversos associados ao fenômeno El Niño e instituiu o Comitê Municipal de Atenção, Prevenção e Resposta a Eventos Climáticos;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a atuação coordenada, preventiva e integrada dos órgãos da Administração Pública Municipal nas ações de monitoramento, prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação decorrentes de eventos climáticos adversos;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.375, de 07 de julho de 2026, que instituiu o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os seguintes representantes, titulares e suplentes, para compor o Comitê Municipal de Atenção, Prevenção e Resposta a Eventos Climáticos, instituído pelo Decreto Municipal nº 316/2026:
I – Gabinete do Prefeito:
a) Titular: Marciel Roberto Sandoval – Matrícula 38953;
b) Suplente: Ana Julia Andrade da Silva – Matrícula 37820.
II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:
a) Titular: Everson Moreira Santos – Matrícula 37841;
b) Suplente: Anderson Luiz Bochene – Matrícula 37877.
III – Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social:
a) Titular: Mayara Karoline Bulow – Matrícula 39002;
b) Suplente: Alexandre Paniagua – Matrícula 37510.
IV – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: João Carlos Moreira – Matrícula 35973;
b) Suplente: Joana Darc dos Santos Mariz – Matrícula 38915.
V – Secretaria Municipal de Finanças:
a) Titular: Nayara Baumel Bello Malinovski – Matrícula 38926;
b) Suplente: Francieli Wagner – Matrícula 37827.
VI – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos:
a) Titular: Ary Alberti Neto – Matricula 37804;
b) Suplente: Lauro Alexsandro Lagner – Matricula 38918.
VII – Secretaria Municipal de Indústria, Agricultura e Meio Ambiente:
a) Titular: Luana Grazielle Lavandoski Good Semes – Matrícula 38997;
b) Suplente: Jessica Renata Ferreira Franco – Matrícula 389323.
VIII – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:
a) Titular: Regiane Filipak – Matrícula 37492;
b) Suplente: Suzana de Fátima Correa – Matrícula 37221.
IX – Secretaria Municipal responsável pela Administração:
a) Titular: Jaime Kfiatikoski – Matrícula 38954;
b) Suplente: Jocemar Roberto Roesner – Matrícula 37528.
X – Procuradoria-Geral do Município:
a) Titular: Eliézer Lima Reis – Matrícula 37796;
b) Suplente: Joice de Souza – Matrícula 36085.
XI – Controladoria-Geral do Município:
a) Titular: Mario Celso Dzierva – Matrícula 18991;
§ 1º O Comitê Municipal de Atenção, Prevenção e Resposta a Eventos Climáticos será coordenado pelo(a) representante titular da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
§ 2º Nas ausências, impedimentos ou vacâncias do membro titular, o respectivo suplente o substituirá automaticamente.
§ 3º Os membros designados deverão atuar como pontos focais de seus respectivos órgãos, promovendo a comunicação imediata de riscos, ocorrências, demandas, disponibilidade de pessoal, veículos, máquinas, equipamentos, materiais e estruturas públicas.
Art. 2º Compete aos membros designados:
I – participar das reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas pela Coordenação do Comitê;
II – apresentar informações, relatórios e demandas de seus respectivos órgãos;
III – colaborar na elaboração e execução do Plano de Ação Intersetorial de Prevenção, Mitigação, Preparação e Resposta a Eventos Climáticos;
IV – apoiar o monitoramento de áreas, equipamentos públicos, serviços essenciais e grupos populacionais em situação de vulnerabilidade;
V – adotar, no âmbito de suas atribuições, medidas preventivas e corretivas deliberadas ou recomendadas pelo Comitê;
VI – informar imediatamente à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil qualquer evento, situação de risco, dano ou necessidade de intervenção que exija atuação integrada do Município;
VII – manter atualizada a relação de recursos humanos, veículos, máquinas, equipamentos, materiais, insumos e espaços públicos disponíveis em sua área de atuação;
VIII – observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e proteção do interesse público.
Art. 3º O Comitê reunir-se-á:
I – ordinariamente, na periodicidade definida por sua Coordenação;
II – extraordinariamente, sempre que houver alerta meteorológico, situação de risco, ocorrência de evento climático adverso ou necessidade de deliberação urgente.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, conforme a urgência e a conveniência administrativa.
§ 2º As deliberações, encaminhamentos e medidas definidas deverão ser registrados em ata simplificada, relatório, lista de presença, ordem de serviço ou outro meio idôneo de controle administrativo.
§ 3º Em situações urgentes, a Coordenação poderá realizar o acionamento dos membros por telefone, aplicativos de mensagens, correio eletrônico ou outro meio oficial de comunicação, devendo o registro ser formalizado posteriormente.
Art. 4º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não remunerado, não gerando direito a gratificação, vantagem, adicional ou remuneração de qualquer natureza.
Art. 5º Os órgãos municipais deverão prestar aos membros do Comitê as informações e o apoio administrativo necessários ao desempenho das atribuições previstas neste Decreto.
Art. 6º Os membros poderão ser substituídos a qualquer tempo por ato do Prefeito Municipal, mediante indicação do titular do respectivo órgão.
Art. 7º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil exercerá a secretaria-executiva do Comitê, competindo-lhe:
I – convocar e organizar as reuniões, por determinação da Coordenação;
II – elaborar pautas, atas simplificadas, relatórios e comunicações;
III – consolidar as informações encaminhadas pelos órgãos municipais;
IV – manter atualizado o cadastro dos membros e respectivos contatos;
V – acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos definidos pelo Comitê;
VI – encaminhar ao Prefeito Municipal os relatórios técnicos, as deliberações e as recomendações de medidas necessárias.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:5636E159

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.395/2026

Súmula: "Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 9.291.850,94 (Nove milhões e duzentos e noventa e um mil e oitocentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos) no Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2026".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício na rubrica orçamentária de despesa abaixo discriminada o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 9.291.850,94 (Nove milhões e duzentos e noventa e um mil e oitocentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
05.000	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
05.001	DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA		
20.606.0008.1.022	Pavimentação/Adequação de Estradas Vicinais		
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	1.00.916	9.291.850,94
TOTAL			**9.291.850,94**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior será utilizado o valor de R$ 9.291.850,94 (Nove milhões e duzentos e noventa e um mil e oitocentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos) de recursos de Provável Excesso de Arrecadação da seguinte Rubrica de Receita:

Rubrica de Receita	ID/USO/FONTE	Descrição Receita	VALOR
2.4.2.2.99.0.1.19.00.00.00.00	1.00.916	TRANSFERENCIA CONVENIO Nº 1059/2026 – PAVIMENTAÇAO ESTRADA VICINAL	9.291.850,94
TOTAL			**9.291.850,94**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:A06759D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social do município de Contenda CONVOCA para Audiência Pública de prestação de contas, referente ao segundo quadrimestre de 2026, a se realizar no dia 29 de setembro de 2026, as 13h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Contenda, Rua Timóteo Cordeiro, nº165, Jardim Paraná.

Contenda-PR, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:F49A387E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA-SEC.MUN.SAÚDE
2°QUADRIMESTRE/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA-SEC.MUN.SAÚDE

2°QUADRIMESTRE/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA-SEC.MUN.SAÚDE
2°QUADRIMESTRE/2026

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna pública e convida a todos os interessados para a Audiência Pública de apresentação do Relatório referente ao 2° Quadrimestre de 2026, nos moldes da LC n°141/2012, a ser realizado no dia 29/09/2026, ás 14:00 hrs, no Plenário da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná.

Contenda, 15 de Setembro de 2026.

JULIANO JEAN SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Sariane Dos Prazeres
Código Identificador:AEF202D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 047/2026 DE 15/09/2026 - PSS 001/2026

EDITAL Nº. 047/2026, de 15 de setembro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026 DE 10/02/2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 007/2026 de 30/03/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;
Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 10/02/2026, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Andressa Xavier da Silva	102º	1297/26

Art. 2º. Os(A) Candidatos(a) convocados(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **16 (dezesseis) de setembro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 10/02/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ao 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:F9B1054E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 16/2026
COM INVERSÃO DE FASES

O Município de Coronel Vivida torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 02 de outubro do ano de 2026, na plataforma BNC, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Pavimentação em CBUQ	15.589,89 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.coronelvivida.pr.gov.br e na plataforma BNC (www.bnc.org.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Coronel Vivida, 15 de setembro de 2026.

MAIRA SOARES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:E2A144AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE LOCAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, OBTENÇÃO DE ANUÊNCIA PRÉVIA, CONTEMPLANDO PROJETOS CONSTRUTIVOS E ART, PARA ATENDIMENTO DAS COMUNIDADES DE LINHA ALTO PINHAL, LINHA BORSATO, LINHA LIMA E SÃO JOÃO DO ALTO JACUTINGA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 17/09/2026 até às 08h do dia 01/10/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 01/10/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 01/10/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 61.866,68. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 15 de setembro de 2026.

MAIRA SOARES,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:9C24E213

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE, TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 48/2026
DATA: 26/08/26 ABERTURA: 14/09/26 INÍCIO DA DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, PODADORES, SOPRADORES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e encaminhamos a autoridade superior o processo, para decisão final quanto a adjudicação e homologação do lote a seguir ao licitante vencedor:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	PERCENTUAL DE DESCONTO %	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	1	ALENCAR JOSE KRAHL & CIA LTDA	19,00	110,96	68.495,00
1	2	ALENCAR JOSE KRAHL & CIA LTDA		NÃO SE APLICA	50.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01					118.495,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ALENCAR JOSE KRAHL & CIA LTDA	81.405.243/0001-01	118.495,00

Nas condições de sua proposta e do edital.
Percentual de desconto proposto para o lote é de 19,00 % (dezenove por cento).

Valor total estimado da licitação é de R$ 118.495,00 (cento e dezoito mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
Coronel Vivida, 15 de setembro de 2026.
Fernando Q. Abatti Elaine Bortolotto Ricardo Ruschel
Pregoeiro Equipe de Apoio Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 48/2026
DATA: 26/08/26 ABERTURA: 14/09/26 INÍCIO DA DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, PODADORES, SOPRADORES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 48/2026, HOMOLOGO e ADJUDICO o lote a seguir ao licitante vencedor:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	PERCENTUAL DE DESCONTO %	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	1	ALENCAR JOSE KRAHL & CIA LTDA	19,00	110,96	68.495,00
1	2	ALENCAR JOSE KRAHL & CIA LTDA		NÃO SE APLICA	50.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01					118.495,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ALENCAR JOSE KRAHL & CIA LTDA	81.405.243/0001-01	118.495,00

Nas condições de sua proposta e do edital.
Percentual de desconto proposto para o lote é de 19,00 % (dezenove por cento).

Valor total estimado da licitação é de R$ 118.495,00 (cento e dezoito mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Não houve adesão ao cadastro de reserva.

Coronel Vivida, 15 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:E0E0B099

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
CONTRATO n° 76/2026 - Inexigibilidade de Licitação nº 20/2026 – Município de Coronel Vivida. Contratada: CERUTTI ASSESSORIA LTDA, CNPJ sob nº 31.812.156/0001-09. Objeto: contratação de empresa especializada na implementação, formação continuada e supervisão técnica da equipe responsável pela execução do serviço de acolhimento em família acolhedora. O valor total R$ 50.999,32. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, de 14 de setembro de 2026 a 13 de maio de 2027. Coronel Vivida, 09 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

CONTRATO n° 78/2026 - Inexigibilidade de licitação nº 21/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: RODRIGUES SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA CNPJ nº 43.782.769/0001-11. Objeto: credenciamento de pessoa Jurídica para prestação de serviços técnicos em radiologia. Valor total R$ 228.121,35. Prazo de vigência: 12 meses, de 15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027. Coronel Vivida, 11 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:3DFC2574

GABINETE DO PREFEITO
LEI M 3670 = DENOMINA RUA NO BAIRRO SÃO LUIZ

LEI Nº 3.670, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Denomina Rua no Bairro São Luiz.

Autoria: Vereador Volmir Lasta

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "**IRES S. GHELEN OLDONI**", a Rua Projetada "A", transversal com a Rua Cloves Decarli, localizada no Bairro São Luiz - Parque Industrial OLYMPIO VANZIN, no trecho entre a Rua Marginal à PR-562 e o Bairro Jardim Maria Da Luz.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:C016F695

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2026
PROCESSO nº 71/2026

A Pregoeira do Município de Cruz Machado - PR nomeada através da Portaria 02/2025, informa aos interessados a retificação do Edital do Pregão Eletrônico 28/2026, quanto a seguinte situação:

Alterar a redação do item 12.44 do Termo de Referência, o qual passa para a seguinte redação:
12.44.1. Será admitida a subcontratação parcial de serviços de natureza auxiliar ou acessória relacionados à execução do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, mediante solicitação formal e fundamentada da Contratada, acompanhada da documentação necessária à comprovação da capacidade técnica da empresa subcontratada, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
12.44.2. Fica expressamente vedada a subcontratação do núcleo principal do objeto contratado, especialmente das atividades essenciais que constituem a finalidade central da contratação.
12.44.3. A autorização para subcontratação ficará condicionada à análise e aprovação prévia da Administração, não gerando qualquer direito à Contratada caso a empresa subcontratada não atenda aos requisitos técnicos ou legais exigidos.
12.44.4. A subcontratação não transferirá à empresa subcontratada as responsabilidades assumidas pela Contratada perante o Município, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto, pelo cumprimento das obrigações contratuais e legais e pela qualidade dos serviços executados.

Altera-se a data e hora de abertura do referido certame para o dia 01/10/2026 às 08:30 horas.
Cruz Machado, 15 de setembro de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:25CD31F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste (PR), em conformidade com Artigo nº. 75, Inciso II – da Lei Federal nº. 14.133/2021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no processo que pretende realizar a Contratação de empresa especializada em prestação dos serviços de manutenção de rede logica e física com substituição de equipamentos (hardware) e configuração de máquinas ponto a ponto, com reinstalação de sistema operacional, configuração de antivírus e rastreamento e exclusão de software mal intencionado e instalação de sistema de produção, e serviços de backups, durante 12(doze) meses, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Diamante D`Oeste. Nos dias 16,17 e 18 de setembro de 2026, as empresas interessadas podem

apresentar Proposta de Preços, conforme prevista em Edital, oportunidade em que a Câmara escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 18/09/2026 às 16 horas (horário de Brasília-DF). O valor global estimado para contratação é de R$ 14.596,00 (quatorze mil quinhentos e noventa e seis reais). A Proposta de Preços, de acordo com o modelo anexo ao Edital, poderá ser entregue no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste/Pr., Rua Belém, nº 289, no horário das 8h às 11:30h e das 13:30h às 16 horas, nos dias especificados neste Aviso ou pelo e-mail: camaradiamante@gmail.com , em qualquer horário, até a data limite do dia 18 de setembro de 2026, às 16 horas, fazendo referência, no assunto do e-mail, à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2026- O Edital/Termo de Referência da Dispensa está disponível no Site Oficial da Câmara https://diamantedoeste.eloweb.net/portaltransparencia/2/ na aba "Licitações em Andamento". Outras informações podem ser obtidas com membros da Comissão Permanente de Compras e Licitações, no mesmo endereço e horários acima, de segunda a sexta feira.

Diamante D'Oeste/PR - PR, 14 de setembro de 2026

NILSON SEVERINO DO NASCIMENTO
Presidente Comissão de Licitação

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:5A0A52AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2950 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 2950 de 15 de setembro de 2026.

Revoga o Decreto 2930 de 21 de agosto de 2026 que convoca a Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a data fixada para a realização da Conferência Extraordinária Municipal de Diamante D'Oeste, sendo 17 de setembro de 2026, mostrou-se inadequada para garantir a plena participação social e a organização necessária do evento;

CONSIDERANDO o interesse público na readequação do calendário da Conferência;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 2930 de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste.
Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Diamante D' Oeste/PR, 15 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito do Município de Diamante do Oeste

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:20A6FCEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2951/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

09.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.18.542.0018.1.057 Equipamentos e Infraestrutura para Gestão Ambiental
389 - 4.4.90.51.00.00 339 OBRAS E INSTALAÇÕES..... R$ 100.000,00.
Total Suplementação..... R$ 100.000,00.

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 2.4.1.9.99.01.02.0000 Fonte 339 ..... R$ 100.000,00.
Total da Receita..... R$ 100.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 16 de setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:10B466F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO CONTRATUAL PR RP 31/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE, e de outro lado a(s) empresas) abaixo qualificada(s). **PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº. 117/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SOB Nº. 31/2026**, do tipo Menor Preço por Item, visando a contratação de profissionais para desenvolvimento de oficinas, sendo um (01) professor de Artes Marciais (Kickboxing), e um (01) professor de Circo**,** ambos atuarão como instrutores das aulas, junto à rede municipal vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de Diamante d'Oeste/PR; Ata de Registo de Preços por Contrato de Prestação de Serviços com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da ATA, ou seja, até 15 de Setembro de 2027.

EMPRESA CONTRATADA	ITENS	VALOR GLOBAL R$
"KAWAN FELIPE GOUVEIA DO NASCIMENTO - MEI" CNPJ sob nº. 59.339.062/0001-75; Contrato sob nº 244/2026.	01 e 02.	118.944,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:B1BDEF89

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO PRAZO PR 63/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.364/2025, decorrente de Pregão n° 63/2025 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA FUTURO E/OU EVENTUAL FORNECIMENTO DE KIT LANCHE, DESTINADO
AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO E SEUS
ACOMPANHANTES, ATENDENDO ASSIM A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D´OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa RODRIGO PINHEIRO LUNKES , inscrita no CNPJ sob nº.
55.123.907/0001-30, com sede no endereço , 377, CENTRO, DIAMANTE D'OESTE-PR neste ato
representada por RODRIGO PINHEIRO LUNKEES, portador do RG n° 82928790, portador do CPF
sob n° 050.244.529-76, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 23/10/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 364/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 63/2025, com base na cláusula décima e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula décima do contrato supra descrito, para o dia 23 do
mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e sete (23-09-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE RODRIGO PINHEIRO LUNKES
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:551.239.070-00130
RODRIGO PINHEIRO LUNKEES
PREFEITO MUNICIPAL RG:82928790
CPF:050.244.529-76

DIAMANTE DO OESTE 15 de setembro de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:5522BF05

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 47

EXTRATO CONTRATUAL DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 125/2026, Inexigibilidade de Licitação sob nº 47/2026. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada e autorizada pelo fabricante RENAULT para fornecimento de peças e prestação de serviços de natureza continuada para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, incluindo reposição de peças e/ou acessórios quando necessário no veículo, MASTER MINIBUS L2H2 placa SED4E05, e MASTER MINIBUS 2,5 16v placa SED4E28, pertencentes a frota municipal; Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 245/2026, datado de 15 de Setembro de 2026, com Vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 15 de Março de 2027.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"OPEN VEÍCULOS LTDA", CNPJ/MF. Sob nº 04.675.147/0002-13;	R$ 7.149,06

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:C653F5D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
EXTRATO CONTRATUAL PR 30/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE, e de outro lado a(s) empresas) abaixo qualificada(s). **PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº. 115/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SOB Nº. 30/2026**, Maior Desconto por Item, visando a contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica e hidráulica e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças/acessórios sendo peças originais e genuínas e peças de reposição, e serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo (leve, médio pesado e máquinas), serviço de funilaria e pintura (corretiva, preventiva e estética) e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, nos veículos multimarcas da frota municipal (automóveis, utilitários, caminhões, ônibus, vans, máquinas e implementos agrícolas), tendo como referência de valores máximos, os preços das peças e serviços do software "TRAZ VALOR", atendendo as necessidades dos secretarias solicitantes do município de Diamante D´Oeste/Pr; Atas de Registo de Preços por Contratos de Fornecimento e Prestação de Serviços com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da ATA, ou seja, até 14 de Setembro de 2027.

EMPRESA CONTRATADA	ITENS	VALOR GLOBAL R$
"FRANCIELE APARECIDA UTIKOSKI PONCIANO DOS SANTOS" CNPJ sob nº. 36.496.951/0001-40; Contrato sob nº 239/2026.	02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 20, 24, 28, 30, 36, 38, 40, 42, 44.	258.000,00
"J A GUIMARÃES" CNPJ sob nº. 06.025.031/0001-83; Contrato sob nº 240/2026.	01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 21, 55.	654.000,00
"J&F COMÉRCIO DE PEÇAS AGRÍCOLAS LTDA" CNPJ sob nº. 23.811.333/0001-04; Contrato sob nº 241/2026.	29, 35, 39, 43, 49, 51.	375.000,00
"M. SILVA COMÉRCIO DE AUTOPECAS LTDA" CNPJ sob nº. 36.243.591/0001-75; Contrato sob nº 242/2026.	19, 3, 25, 27, 53, 54.	235.000,00
"P C DALPONTE" CNPJ sob nº. 51.397.392/0001-05; Contrato sob nº 243/2026.	17, 18, 22, 26, 31, 32, 33, 34, 37, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 56.	383.000,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:CC82C53B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90011/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90011/2026

Edital Compras Governamentais
577/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de Reforma e Ampliação da Quadra Poliesportiva do Bairro Meredick, com área de reforma de 554,95m² e área de ampliação de 27,66m², totalizando 582,61m² de intervenção, localizada na Rua Carlota Joaquina, s/nº, Loteamento Casa da Gente III, Bairro Meredick, Dois Vizinhos/PR, conforme Contrato de Repasse nº 959608/2024/MESP/CAIXA.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Concorrência

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, inciso II.

Tipo: Concorrência

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 16/9/2026

Data fim de recebimento de propostas: 2/10/2026 às 9h00min(horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 15 de setembro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:40E1FEB1

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 90025/2026; **OBJETO:** Aquisição de equipamentos para adequação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e comunicação do Município; **CONTRATADA**: 46.105.204 ALEXANDRE LEBER TAVARES, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 46.105.204/0001-98, sediado(a) na Rua Marechal Mascarenhas de Morais, nº 391, Bairro: São Francisco de Assis, situada no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP: 85663-030, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu administrador o Sr. Alexandre Leber Tavares, inscrito no CPF: 036.xxx.xxx-19; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021; **PRAZO:** 04 (quatro) meses; **VALOR ESTIMADO:** R$ 12.667,00 (doze mil, seiscentos e sessenta e sete reais); **AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE** (Art. 72, inciso VIII): 25 de agosto de 2026, por Dirlei Luci Lermen, Secretária de Administração e Finanças. **DIVULGAÇÃO NO PNCP:** 15 de setembro de 2026, por Iris Cristina Bertolini, agente de contratação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2788F847

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 105/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 105/2026

Contrato	413/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	BR 2000 Indústria e Metalúrgica Ltda - CNPJ/MF nº 43.633.468/0001-26.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 154.630,00 (cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	14 de setembro de 2026.

Contrato	414/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	DI Prata Produtos Ltda - CNPJ/MF nº 52.306.419/0001-70.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 71.248,10 (setenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dez centavos).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	14 de setembro de 2026.

Contrato	417/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	G7 Importação e Exportação de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Ltda - CNPJ/MF sob o nº 43.382.876/0002-33.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	15 de setembro de 2026.

Contrato	421/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Librasil Informática Ltda - CNPJ/MF nº 48.943.133/0001-28.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 9.743,00 (nove mil, setecentos e quarenta três reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	15 de setembro de 2026.

Contrato	422/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Mercadomoveis Ltda - CNPJ/MF nº 77.500.049/0290-39.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposição e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 92.100,00 (noventa e dois mil e cem reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	15 de setembro de 2026.

Contrato	425/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Prosul Comércio e Serviços Ltda - CNPJ/MF nº 62.110.122/0001-98.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposiçã o e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 227.790,20 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	15 de setembro de 2026.

Contrato	427/2026 – Pregão Eletrônico nº 90044/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Roka Assistance Comércio e Serviços Ltda - CNPJ/MF nº 22.665.775/0001-19.
Objeto	Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos – PR, com vistas à reposiçã o e ao atendimento das necessidades das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 137.770,00 (cento e trinta e sete mil, setecentos e setenta reais).
Prazo de Vigência	24 (vinte e quatro) meses.
Data de Assinatura	15 de setembro de 2026.

Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2023 –Pregão Eletrônico nº 193/2022	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Sudoeste Imóveis Ltda - CNPJ/MF nº 11.544.279/0001-90
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – do valor – Acresce-se ao contrato o valor de R$ 180.963,64 (cento e oitenta mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Terceira – prazos de execução e vigência – Prorroga-se o prazo de vigência até 30 de janeiro de 2027.
Data de Assinatura	14 de setembro de 2026.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 290/2022 –Pregão Eletrônico nº 128/2022	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Jornal De Beltrão S.A, CNPJ/MF nº 95.420.188/0001-33.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica Alterada a Cláusula Segunda – Do Valor - Acresce-se ao contrato o valor de R$ 6.402,62 (seis mil, quatrocentos e dois reais e sessenta e dois centavos). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Terceira – Prazos de Execução e Vigência - Prorrogam-se os prazos de execução e vigência até 26 de setembro de 2027.
Data de Assinatura	14 de setembro de 2026.

Dois Vizinhos, 15 de setembro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9BC79C7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0013/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 0013/2026

CONTRATANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES – MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES

OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS ESTABELECIDAS NO ETP E TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 22.576,58 (VINTE E DOIS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até o dia 23/09/2026 às 09h00min.
DATA DE ABERTURA DA FASE DE DISPUTA: 23/09/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA: 09h05min
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito http://www.doutorulysses.pr.gov.br/licitacao/; e no Site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, sito o Site: http://www.bll.org.br.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 MESES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 15 de setembro de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:08C2E820

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 291/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 291/2026 de 14/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 10.810,32 (dez mil oitocentos e dez reais e trinta e dois centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
19.000.00.000.0000.0.000.		CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
19.001.00.000.0000.0.000.		CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
19.001.09.272.0029.2.201.		MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	
5 - 3.1.91.13.00.00	100	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.200,00
11 - 4.4.90.52.00.00	100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.610,32
		Total Suplementação:	**10.810,32**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
19.000.00.000.0000.0.000.		CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
19.001.00.000.0000.0.000.		CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
19.001.09.272.0029.2.201.		MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	
4 - 3.1.90.13.00.00	100	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.200,00
7 - 3.3.90.36.00.00	100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.788,12
8 - 3.3.90.39.00.00	100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	822,20
		Total Redução:	**10.810,32**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 14 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3D3D9875

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0293/2026 EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO A SENHORA LEILA CHAMBERLAIN, PORTADORA DO CPF/MF Nº 127.XXX.XXX-35, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNTÁRIO DE SAÚDE.

DECRETO Nº 0293/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o termino de contrato;
DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR por término de contrato a senhora **LEILA CHAMBERLAIN,** portadora do CPF/MF nº 127.xxx.xxx-35, do cargo temporário de AGENTE COMUNTÁRIO DE SAÚDE.

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor com efeitos retroativos a data 10/09/2026 revogadas as disposições em contrário

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 14 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3C3E632B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0097/2026 FICA DETERMINADO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DA SENHORA ZAINE DA SILVA SCHELEIDER DE MELO.

PORTARIA Nº. 0097/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o parecer da Comissão da Sindicância Investigativa e o ofício nº 521/2026 do Gabinete;

RESOLVE

Art. 1º – Fica determinado o **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo Disciplinar da senhora Zaine da Silva Scheleider de Melo.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 11 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:300B57F1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0098/2026 CONCEDER AFASTAMENTO PELO PERÍODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, A PARTIR DE 10 DE SETEMBRO DE 2026, PARA A SERVIDORA JOSIANE LEAL FITZ

PORTARIA Nº. 0098/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora;

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER afastamento pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, a partir de **10 de setembro de 2026**, para a servidora **JOSIANE LEAL FITZ**, portadora do CPF/MF nº **117.xxx.xxx-06**, servidora **temporária**, admitida em **29/09/2025**, no cargo de **PROFESSOR**, com vínculo e abrangência relativos às matrículas n° 5864 e n° 5865.

Art. 2º O afastamento de que trata a presente portaria estará em vigor até a data de **07 de janeiro de 2027**. A partir do **16º dia de afastamento**, a servidora terá seus vencimentos custeados pelo **Regime Geral de Previdência Social (RGPS),** devido à sua condição de contribuinte do INSS;

Art. 3° - Esta portaria tem efeitos retroativos a data de 10/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 14 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:30CE8790

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

CONTRATO: 03/2026
CONTRATANTE: FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO FUNDOFEP
CNPJ: 02.318.953/0001-28

CONTRATADO: ONC — ORGANISMO NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA;
CNPJ: **44.102.941/0001-01**

OBJETO: Contratação de empresa especializada, credenciada pela Secretaria de Previdência — SPREV, para prestação dos serviços de pré-auditoria e auditoria nas práticas de gestão do Regime Próprio de Previdência Social — RPPS do Município de Fernandes Pinheiro/PR, com a finalidade de verificar a aderência da gestão aos requisitos estabelecidos pelo Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social — Pró-Gestão RPPS, visando à obtenção do Certificado de Conformidade Nível II
.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pela resolução 01/2026 de 23 de julho de 2026.

Fernandes Pinheiro, 15 de setembro de 2026.

SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO
Presidente - FUNDOFEP

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:78BCD566

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 06.224.121/0006-08

OBJETO: Aquisição de concha trapezoidal para retroescavadeira New Holland.

PRAZO DE ENTREGA:30 dias.
VALOR TOTAL: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 15 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:D6B13C60

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 241/2026

Súmula: Admissão de empregada pública temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e;
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026 e edital de convocação n° 40/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida ANA CAMILA CARLOS, inscrita no CPF sob n° 090.420.129-51, *para exercer, em caráter temporário, a função de* ***PROFESSOR****, a partir de 10 de setembro de 2026, em decorrência de aprovação no Processo Seletivo Simplificado n° 01/2026.*
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 14 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:C1BBFC4E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 017/2026 REF.: A CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA 002/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em via urbana, na Avenida Ivo Leão, no Município de Fernandes Pinheiro/PR, conforme as condições e especificações estabelecidos neste Edital, em seus Anexos e no Termo de Convênio nº 057/2025 – SEIL.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ nº 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: CONSTRUTORA CATHIO LTDA
CNPJ nº 16.829.146/0001-84

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação de prazo, conforme Memorando 3.644/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme previsto na cláusula sexta do contrato original, e de acordo com os pareceres técnico e jurídico, fica prorrogado o prazo de execução da obra, passando o seu vencimento de 06/08/2026 para 06/10/2026 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 20/11/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único – Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, na forma digital conforme Decreto Municipal Nº 218/2023, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Fernandes Pinheiro, em 20 de agosto de 2026.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

Construtora CathioLTDA
CARINA AZILEIRO DUDA
Contratada

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:C4D87311

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
ADITIVO : 54/2026 TIPO ADITIVO : ADITIVO DE PRAZO E VALOR (ACRÉSCIMO)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 54/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contrato Nº : 105/2025

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : DOUGLAS POSSAN LTDA

Valor : R$ 400,000.00

Vigência : Data do Aditivo: 15/09/2026 Nova data final : 15/09/2027
Objeto : Aditivo nº 54/2026 REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva e melhorias da rede de iluminação pública (luminárias e postes convencionais, super postes de 15m, postes ornamentais e cabeamento aéreo e subterrâneo) do Município de Flor da Serra do Sul – PR, atendendo a área urbana e rural e compreendendo o fornecimento de materiais e equipamentos normatizados, mão de obra qualificada, destinação final dos materiais retirados e utilização de software de sistema web de gestão de iluminação pública com aplicativo mobile.

FLOR DA SERRA DO SUL, 15 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:01AD67A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº026.2026

RESOLUÇÃO Nº 026/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Flórida, Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;

RESOLVE

Em cumprimento ao artigo 24, I, da Lei 614/2019-L, CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a servidora efetiva abaixo descrita, referente ao ano de 2026:

- **Carolina Aparecida Pereira**, ocupante do cargo de Contadora, passando para o nível 68 da Tabela de Vencimentos em Geral (Anexo IV).

Edifício da Câmara Municipal de Flórida, aos 03 (três) dias do mês de setembro de 2026.

CLAUDINEI CESNIK
Presidente da Câmara

Publicado por:
Patricia Aparecida Ciavolela Benhozzi
Código Identificador:B5399971

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.148, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.148, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede Licença Prêmio à servidora Lucidalva Martins de Albuquerque Mesquita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando os arts.130 aos 134 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o requerimento da servidora

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, Licença Prêmio por 3 (três) meses, no período de 17 de setembro de 2026 a 16 de dezembro de 2026, à servidora Lucidalva Martins de Albuquerque Mesquita, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil/30h, matrícula nº 2-01189, referente ao período aquisitivo de 05/06/2019 a 03/06/2024.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:0A99E2D2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.149, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 5.149, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede Licença Prêmio à servidora Patricia de Paiva Grilo Benhozzi.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando os arts.130 aos 134 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o requerimento da servidora

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio por 3 (três) meses, no período de 17 de setembro de 2026 a 16 de dezembro de 2026, à servidora Patricia de Paiva Grilo Benhozzi, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental/20h, matrículas nº 2-01181 e nº 2-01232, referente à fruição concomitante dos períodos aquisitivos de 06/03/2014 a 05/03/2019 e de 03/02/2020 a 02/02/2025, respectivamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:E320027D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.647, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.647, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Prorroga licença para tratamento de saúde à servidora Sonia Cristina Ferreira da Silva Dias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o resultado da avaliação médica

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde, à servidora Sonia Cristina Ferreira da Silva Dias, matrícula 2-01201, até a data de 19 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2026.

Flórida, 14 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:17E8FE49

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 06/2026-PMF

I.OBJETO: Empreitada global para execução de mobiliários urbanos na Praça Silvério Ângelo Dall'ago.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 16 de setembro de 2026 até às 08h45min do dia 27 de outubro de 2026, no site da plataforma de licitação eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **27 de outubro de 2026** às 09:00hrs, no site da plataforma de licitação eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço global".
V. VALOR TOTAL MÁXIMO: R$ 1.088.491,30 (um milhão e oitenta e oito mil e quatrocentos e noventa e um reais e trinta centavos).
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de licitação eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:257AB439

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
***REPUBLICAÇÃO*EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026**

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados, visando o fortalecimento da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município de Flórida/PR, em conformidade com o plano de trabalho aprovado pelo CMDCA e Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR.
Valor Total Contratação: R$ 88.108,00 (oitenta e oito mil, cento e oito reais).
Vigência do contrato: Até 01/09/2027.

Flórida, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:916D3626

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.648, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.648, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede antecipação de férias regulamentares à servidora Cleusa Dias da Silva Santos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, à servidora Cleusa Dias da Silva Santos, ACS/40h, matrícula 2-01128, antecipação de 10 (dez) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/03/2026 a 09/03/2027, para fruição no período de 16 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:57B15174

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.649, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.649, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede restante férias regulamentares à servidora Daniele Cristina de Carvalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedida, à servidora Daniele Cristina de Carvalho, Agente Administrativo/40h, matrícula 2-01292, 20 (vinte) dias restante das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 21/01/2025 a 20/01/2026, para fruição no período de 16 de setembro de 2026 a 05 de outubro de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:B637FCBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEXIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026
Processo Administrativo: Nº 444/2026

Objeto:"ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO (PAS)", DESTINADO À CAPACITAÇÃO E AO APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, COM ABORDAGEM PRÁTICA SOBRE O FLUXO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO, DESDE A INSPEÇÃO E AUTUAÇÃO ATÉ A CONDUÇÃO E CONCLUSÃO DO PROCESSO, VISANDO APRIMORAR A ATUAÇÃO TÉCNICA, REDUZIR FALHAS PROCEDIMENTAIS, PREVENIR NULIDADES E PROPORCIONAR MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA".

Empresa vencedora:
IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, - pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 24.062.717/0001-26, vencedora com valor de R$ **4.580,00**(quatro mil quinhentos e oitenta reais) para **capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais da vigilância sanitária.**

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, Artigo 74 Inciso III alínea "f" e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Terça-feira, 15 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:CF508E88

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 246/2026

PORTARIA N°. 246/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal Graci Soares , ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura , portadora do RG n°. 3.222.340-0 e CPF n° 858.523.099-15 como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao programa Paraná+Viagem protocolo 25.836.298-5
Art. 2° - Designar o Servidor Publico Municipal André Cesar de Oliveira, ocupante do cargo de auxiliar de biblioteca, portador do RG n°. 10.399.666-0 e CPF n° 081.981.199-81 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente programa Paraná+Viagem protocolo 25.836.298-5
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Foz do Jordão Pr , 14 de setembro de 2026

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:BA5A3AB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 027/2026

PORTARIA N.º 027/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a decretação de luto oficial na Câmara Municipal de General Carneiro e a suspensão das atividades legislativas e administrativas em razão do falecimento da Senhora Suzana de Oliveira Machado.

O **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO o falecimento da Senhora **SUZANA DE OLIVEIRA MACHADO**, ocorrido nesta data, que exerceu relevantes funções como servidora pública do Poder Executivo Municipal, prestando importantes serviços ao Município de General Carneiro, bem como por ser irmã do Presidente desta Casa de Leis, Vereador Melchisedeque de Oliveira Machado Filho;

CONSIDERANDO a inestimável folha de serviços prestados e a dedicação demonstrada à comunidade de General Carneiro ao longo de sua trajetória funcional e cidadã;

CONSIDERANDO a consternação coletiva e o justo dever do Poder Público de prestar honras e solidariedade à família enlutada por sua valorosa contribuição ao bem-estar do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado **luto oficial de 3 (três) dias** nas dependências da Câmara Municipal de General Carneiro, nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2026, em homenagem à memória da Senhora Suzana de Oliveira Machado.
Parágrafo único. Durante o período de luto oficial, a bandeira do Município permanecerá hasteada a meio-mastro no edifício da Câmara Municipal.

Art. 2º Ficam **suspensas as atividades legislativas e o expediente administrativo** da Câmara Municipal nos dias 14 e 15 de setembro de 2026.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, fica cancelada a realização da 25ª Sessão Ordinária, convocada para o dia 14 de setembro de 2026, devendo a sua pauta ser incluída na sessão ordinária subsequente.

Art. 3° Esta **PORTARIA** entra em vigor dia 14.09.2026.

Plenário Sebastião Branco Costa, Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

ANTONIO JOARILSO LINS RODRIGUES
Vice-Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:DB35452A

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 543-2026

DECRETO N.º 543/2026

Decreta Luto Oficial de 03 (três) dias e estabelece expediente interno no âmbito da Administração Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO- PR, no uso de suas atribuições legais,CONSIDERANDO o falecimento da servidora SUZANA DE OLIVERIA MACHADO

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL de 03 (três) dias, a partir de 15 de setembro de 2026, em sinal de pesar pelo falecimento da servidora SUZANA DE OLIVEIRA MACHADO, data de admissão em 25 de janeiro de 1995, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Art. 2º Durante o período de luto, as bandeiras ficaram hasteadas a meio-mastro.

Art. 3º Durante os 03 (três) dias de luto oficial, o expediente nas repartições públicas municipais será em regime interno, das 08 h às 17h, sem atendimento ao público.
§1º a sede Administrativa (Prefeitura Municipal) não terá expediente no dia 15 de setembro de 2026.
§2º Ficam mantidos os serviços essenciais: Saúde, Coleta de Lixo, Conselho Tutelar, Defesa Civil e Licitações já agendadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:B6921D97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO E EXCLUSÃO DE ITENS

AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO E EXCLUSÃO DE ITENS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026

O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da impugnação apresentada pela empresa M3 BUSINESS GROUP LTDA., CNPJ nº 54.494.740/0001-50, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 052/2026.

Após análise dos argumentos apresentados e dos elementos constantes dos autos, decidiu-se pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO da impugnação, reconhecendo-se a necessidade de reavaliação da formação dos valores estimados dos itens 16 e 41 do Termo de Referência.

Em consequência, ficam EXCLUÍDOS DO CERTAME OS ITENS 16 E 41, os quais não serão objeto de disputa ou contratação no presente procedimento, permanecendo inalteradas todas as condições referentes aos demais itens.

Considerando que o critério de julgamento do certame é o de MENOR PREÇO POR ITEM, e que a alteração promovida se limita à exclusão integral dos itens 16 e 41, sem interferência na formulação das

propostas relativas aos itens remanescentes, não haverá reabertura do prazo, nos termos da exceção prevista no art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, fica MANTIDA a sessão pública para o dia 17 de setembro de 2026, às 09h00 (horário de Brasília), para disputa dos itens remanescentes.

A íntegra da decisão encontra-se disponível aos interessados nos meios oficiais de divulgação do Município e junto ao Departamento de Licitações.

General Carneiro/PR, 15 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:A3A66F6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
PORTARIA Nº. 037/2026/CM

EMENTA: "Concede férias regulamentares a servidor do Poder Legislativo Municipal, de acordo com os dispositivos da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018, e dá outras providencias".

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioerê,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao senhor **RONNY CRISTIANO DA SILVA SANTOS**, matrícula n.º 115, lotado no quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, férias regulamentares por 05 (cinco) dias, para gozá-las no período **21 a 25 de setembro de 2026** relativo ao período aquisitivo **01/09/2025 a 31/08/2026**.

Art. 2º. Em razão da concessão das férias de que trata o artigo anterior, fica concedido ao servidor, gratificação de férias, correspondente a 1/3 da remuneração percebida no mês em que se inicia o período de fruição (terço constitucional).

Art. 3º. Fica concedido ainda, a conversão de 1/3 (um terço) do período de férias em abono pecuniário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:6CFF99B6

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 10 dias
DESTINATÁRIO(A)(S):

Executado(a)(s)	CPF/CNPJ
BENEDITA CLAUDIA LUZIA	467.xxx.439-xx
ESPÓLIO LUIZ MEIRELES LEITE	204.xxx.799-xx
ESPÓLIO ROSA NUNES KOZAR	700.xxx.939-xx
ESPÓLIO SEBASTIANA *FERNANDES* CAETANO	012.xxx.219-xx
ESPÓLIO JOAQUIM PEREIRA MAGALHAES	793.xxx.709-xx
ANTONIO JOCIMAR VELOSO DE ARAUJO	207.xxx.379-xx
APARECIDO MONFARDINI E GIANE DE FATIMA ZANUTO	863.xxx.499-xx
ANDRE LUIZ OLIVO	024.xxx.379-xx
BENEDITO ANTONIO	199.xxx.839-xx
ALBORGUETI REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	27.xxx.415/0001-xx
AGRICOLA SZOLOMICKI LTDA	45.xxx.594/0001-xx
ANDERSON HENRIQUE FORSETTO E FRANCIELI BORGES PINHEIRO	067.xxx.179-xx
ADRIANO DE AQUINO	944.xxx.389-xx
ALVES & ARAUJO LTDA	29.xxx.951/0001-xx
ARISTEU RIBEIRO DOS SANTOS	507.428.769-34
A M MENDES REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	26.xxx.203/0001-xx
ART COLOR PAIVA - BRINDES EIRELI - ME	28.xxx.033/0001-xx
AV ENGENHARIA LTDA	21.xxx.220/0001-xx
AZEVEDO - LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA.	47.xxx1.993/0001-xx
AUGUSTO JUSTINO	413.xxx.409-xx
ANTONIO APARECIDO BRANCO	368.xxx.079-xx
ANTONIO PEREIRA CHAVES	306.xxx.149-xx
ESPÓLIO MARCELA FAUSTINO	531.xxx.301-xx
ESPÓLIO VANDERLEI JOSÉ ESTIPENASTE DOS SANTOS	655.xxx.299-xx
ANEZIA BATISTA XAVIER	474.xxx.109-xx
ESPÓLIO DANIEL EUGENIO DA SILVA	446.xxx.909-xx
ESPÓLIO ZILDA VICENTINA DA CRUZ SALVIANO	559.xxx.369-xx
ESPÓLIO ANTONIO SEVERINO DE NOVAIS	046.xxx.179-xx
BEZERRA & BENEGOSI LTDA -ME	22.XXX.921/0001-xx
EDSON JOSE HEIN 02965359907	12.xxx.811/0001-xx

O Município de Goioerê/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede da administração municipal na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP 87.360-066, em Goioerê/PR, vêm, através deste Edital, **NOTIFICAR** Vossas Senhorias, cuja localização pessoal restou infrutífera, para que compareçam à Tributação do Município de Goioerê/PR, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste, para **tentativa de conciliação** referente às dívidas junto à Fazenda Pública Municipal, onde serão expostas as propostas para negociação do débito e quitação do valor exequendo.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 10 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Goioerê, 02 de setembro de 2026.

Secretária Municipal da Fazenda

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:B0F8915A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 581/2026

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
Considerando o disposto no art. 94 da Lei Municipal nº 11/2009,
Considerando os protocolo nº 0067.0002991/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder, a partir de 1º de julho de 2026, a servidora pública municipal JULIANA ROSSI DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professor, licença por motivo em doença em pessoa da família, pelo prazo de 30 dias.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2026.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".

Goioerê – Paraná, 15 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E5B928D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 582/2026

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Comissão de Seleção, instância administrativa colegiada, destinada a processar e julgar os chamamentos públicos com recursos de fundo específico, com representação do Conselho da Política Pública da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a execução de parcerias a serem celebradas entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, mediante Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação, para o exercício de 2026, conforme segue:

SANDRA REGINA DE SOUZA VIEIRA.
Presidente da Comissão de Seleção.

CASSIA FERNANDA MERCURIO.
Secretária da Comissão de Seleção.

KÉSIA LOPES DA SILVA.
Membro da Comissão de Seleção.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 348/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê - Paraná, 15 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê-PR

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:5F27A7AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 583/2026

SUBSTITUI SERVIDORA PÚBLICA NA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, instituída por meio da Portaria nº 059, de 20 de janeiro de 2026, em substituição à senhora LARISSA DE OLIVEIRA DA SILVA, o servidor público MARCELO FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 406688.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 15 de setembro de 2026.

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê - Paraná

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:E10CE207

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 45/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 9/2026
Objeto: Credenciamento de Instituição Especializada para prestação de serviços de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas em Situação de Vulnerabilidade Social, em modalidade de longa permanência, contemplando unidades classificadas nos Graus de Dependência I, II e III, conforme normativas vigentes, assegurando atendimento integral, assistência à saúde, suporte psicossocial e condições adequadas de habitabilidade.
Recebimento de envelopes: a partir das 08h:00m do dia 16/09/2026.
Local: Av. Amazonas, nº 280, Jd Lindóia, Goioerê-PR.
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218918.
Goioerê-PR, 15 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:F1A7BB42

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 69/2026

O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, resolve na melhor forma de direito, apostilar o Contrato nº 69/2026, para constar a seguinte alteração.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto:
1.1.1. A inclusão de dotações orçamentárias ao Contrato nº 69/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO
2.1. Para incluir dotação orçamentária face às despesas decorrentes do Contrato nº 69/2026 no exercício de 2026, passam a compor as seguintes dotações orçamentárias:

Cód. Red.	Funcional	Elemento de Despesa	Fonte
184	12.001.10.301.0006.2030	3.3.90.39.00.00.00.00	07494

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista na Lei nº 14.133/2021

Goioerê-Pr, 15 de setembro de 2026

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:45B4AB16

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 171/2026
HOMOLOGAÇÃO: 15/09/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: Contratação da empresa 29.863.769 MAURICIO GRANDO PILATI, inscrita no CNPJ: 29.863.769/0001-15, para formação sobre Cultura Indígena, Arqueologia e Cultura Afro-Brasileira e Quilombola aos Profissionais da Educação Infantil (CMEIs) e professores do Ensino Fundamental da rede pública municipal, no dia 25/09/2026, conforme solicitação da Secretaria de Educação de Goioerê – Pr.
CONTRATADO: 29.863.769 MAURICIO GRANDO PILATI
VALOR DA DESPESA: R$ 4.630,00
15/09/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:97AE46A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.973/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 618.820,00 (seiscentos e dezoito mil e oitocentos e vinte reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.2.2007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$2.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2036-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$150.000,00
07518.00518.09.02.05.20.1.621.0000 Bloco de Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde	150.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2036-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$458.320,00
07518.00518.09.02.05.20.2.621.0000 (SF) - Bloco de Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde	458.320,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.004 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	
14.004.8.241.8.2063-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$458.320,00
07518.00518.09.02.05.20.2.621.0000 (SF) - Bloco de Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde	458.320,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$150.000,00
07518.00518.09.02.05.20.1.621.0000 Bloco de Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde	150.000,00
04.000 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001 - ASSESSORIA JURIDICA	
04.001.2.61.2.2007-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$2.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$8.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 15 de setembro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:ACFFC286

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSO FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	ICS	15/09/2026	R$ 767.139,33
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUS	15/09/2026	R$ 115.139,33
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	15/09/2026	R$ 770,41

Goioerê, 15 de setembro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:4E498388

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DECRETO Nº. 9.974/2026

RETIFICA NOMES DE INTEGRANTES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.766/2026, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIOERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a legislação em vigor:

CONSIDERANDO a constatação de equívocos na grafia de nomes de membros constantes no Decreto nº 9.766/2026, fazendo-se necessária a devida retificação para garantir a exatidão e a formalidade dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os nomes dos seguintes integrantes do Decreto Municipal nº 9.766/2026:

I - Onde se lê: a) Titular: Gilberto Carlos Bessoni;
Leia-se: a) Titular: Gilberto Carlos Benossi Rodrigues;

II - Onde se lê: b) Suplente: Ellen de Oliveira;
Leia-se: b) Suplente: Ellen Karine Gomes de Oliveira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando ratificadas as demais disposições do Decreto Municipal nº 9.766/2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".

Goioerê - Paraná, 15 de setembro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:A3FC66C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DECRETO Nº. 9.975/2026

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, A FEIRA DAS PROFISSÕES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a legislação em vigor:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º e no art. 11 da Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a finalidade da educação quanto ao preparo para o trabalho e a competência do Município para atuar complementarmente no sistema de ensino;

CONSIDERANDO que a orientação profissional constitui direito e suporte fundamental ao processo de escolha vocacional dos estudantes, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 23 e 30 da Constituição Federal, que atribuem ao Município competência para promover ações em benefício da educação e do desenvolvimento social;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a **Feira das Profissões**, evento de caráter educativo, informativo e orientador, destinado a apresentar aos estudantes e à comunidade opções de carreiras, cursos técnicos, de nível superior e oportunidades de formação e inserção no mundo do trabalho.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 2º A Feira das Profissões, instituída por este Decreto, tem por **finalidade precípua** promover a orientação vocacional e profissional, oferecer informação plural e acessível sobre opções de formação, carreiras e oportunidades de inserção no mundo do trabalho, contribuindo para a formação integral e o exercício consciente da cidadania.

Art. 3º São objetivos específicos da Feira das Profissões:

I – proporcionar aos estudantes, especialmente dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio da rede pública e privada, bem como para a população em geral, subsídios para a escolha profissional, de forma isenta, democrática e livre de qualquer direcionamento ideológico ou comercial;
II - difundir conhecimentos sobre a diversidade de profissões, cursos técnicos e de nível superior, requisitos de formação, perspectivas de atuação e programas de acesso e permanência educacional;
III - aproximar a comunidade escolar de instituições de ensino, conselhos profissionais, entidades representativas de classe, empresas e órgãos públicos, favorecendo o intercâmbio de experiências e informações;
IV - estimular a construção do projeto de vida dos jovens, valorizando o desenvolvimento pessoal, a responsabilidade e a consciência social na escolha da profissão;
V - fomentar o conhecimento sobre vocações e oportunidades existentes no Município, na região e no Estado, em sintonia com suas vocações econômicas e sociais.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º A coordenação geral da Feira das Profissões ficará a cargo do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação, cabendo a co-coordenação à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Compete ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação, na qualidade de órgão coordenador:

I - elaborar o plano anual de realização da Feira, definindo cronograma, local, formato e programação geral, em articulação com a co-coordenação;
II - estabelecer, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, critérios objetivos e impessoais para convite, inscrição e participação de instituições, entidades, empresas e profissionais;
III - promover a articulação com órgãos e entidades da administração pública, instituições de ensino, conselhos profissionais, entidades de classe e iniciativa privada, visando ao cumprimento dos objetivos deste Decreto;
IV - expedir atos complementares, portarias, instruções normativas e orientações necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto, em conjunto com a co-coordenação quando couber;
V - coordenar a ampla divulgação do evento, de forma isonômica e acessível;
VI - resolver os casos omissos e as questões surgidas no âmbito da Feira, ouvida a co-coordenação quando necessário.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação, na qualidade de órgão co-coordenador:

I - assegurar a alinhamento das ações da Feira com as diretrizes e bases da educação nacional e com as políticas educacionais do Município;
II - articular com as unidades escolares da rede municipal, promovendo a participação e o envolvimento da comunidade escolar;
III - colaborar na elaboração da programação, garantindo a pertinência pedagógica e a adequação ao público estudantil;
IV - participar da avaliação e acompanhamento do evento, propondo ajustes e aperfeiçoamentos.

CAPÍTULO III
DA PARTICIPAÇÃO

Art. 7º Poderão participar da Feira das Profissões, na condição de expositores ou convidados:

I - instituições de ensino públicas e privadas, de nível fundamental, médio, técnico e superior;
II - conselhos profissionais e entidades de classe representativas de categorias profissionais;
III - órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer ente federativo;
IV - empresas e entidades privadas que desenvolvam atividades relacionadas à formação profissional, ao trabalho e à geração de emprego e renda;
V - profissionais e especialistas com reconhecida atuação nas respectivas áreas;
VI - organizações da sociedade civil e demais entidades cuja finalidade guarde sintonia com os objetivos da Feira.

Art. 8º A participação dar-se-á de forma voluntária e gratuita, não gerando ao participante qualquer direito a indenização, remuneração ou ressarcimento de despesas, salvo disposição expressa em instrumento de parceria ou convênio previamente celebrado e em conformidade com a legislação vigente.

Art. 9º A inscrição e a habilitação dos participantes dar-se-ão mediante **solicitação formal**, conforme modelo constante do **ANEXO I — Requerimento de Inscrição na Feira das Profissões**, dirigida ao órgão coordenador ou à Comissão Organizadora formalmente nomeada, de modo a qualificar o interessado e demonstrar a compatibilidade de sua atuação com os objetivos da Feira.

Art. 10º São deveres dos participantes:

I - observar as normas e instruções estabelecidas pelo órgão coordenador e pela co-coordenação;
II - zelar pela ordem, pela integridade do espaço e pela imagem do Município e do evento;
III - apresentar informações corretas, claras e imparciais, abstendo-se de qualquer tipo de propaganda comercial, promoção exclusiva, direcionamento ideológico-partidário ou discriminação de qualquer natureza;
IV - não utilizar os espaços e as dependências do evento para fins estranhos aos objetivos definidos neste Decreto;
V - responsabilizar-se por todo e qualquer compromisso assumido, informação veiculada ou material distribuído, isentando o Município de qualquer responsabilidade nesse sentido.

Art. 11° É assegurada a todos os participantes habilitados igualdade de condições e oportunidades, sem tratamento diferenciado, observados os princípios da isonomia, da pluralidade e da imparcialidade.

Art. 12° O não cumprimento das disposições deste Decreto e das normas complementares poderá importar na exclusão do participante do evento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO IV
DA REALIZAÇÃO

Art. 13º A Feira das Profissões será realizada anualmente, preferencialmente no mês de setembro, em data e local definidos pelo órgão coordenador, em conjunto com a co-coordenação.

Art. 14º A Feira poderá ser realizada em formato presencial, virtual ou misto, conforme dispuser o cronograma, de modo a assegurar o amplo acesso e a participação da comunidade.

Art. 15º A programação do evento será definida pelo órgão coordenador, ouvida a co-coordenação, e compreenderá, entre outras atividades:

I - exposição e apresentação das diversas áreas profissionais, carreiras, cursos e oportunidades de formação;
II - palestras, relatos de experiência e orientações sobre o mundo do trabalho e o exercício profissional;
III - informações sobre programas de acesso ao ensino, bolsas, financiamento e incentivos à formação;
IV - atividades voltadas ao estímulo à construção do projeto de vida e ao planejamento vocacional;
V - demais atividades alinhadas aos objetivos da Feira.

Art. 16º Caberá ao órgão coordenador, em conjunto com a co-coordenação, estabelecer a programação detalhada, os horários, a distribuição dos espaços e as demais condições necessárias ao bom andamento do evento.

Art. 17º A Feira será amplamente divulgada pelo Município, de forma acessível e isonômica, garantindo à comunidade e aos estudantes o conhecimento prévio sobre sua realização, programação e condições de participação.

CAPÍTULO V
DAS DESPESAS

Art. 18º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente do Município, alocadas ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação e à Secretaria Municipal de Educação, conforme a participação de cada órgão.

Art. 19º Poderão ser firmados instrumentos de apoio, convênio, termo de parceria, patrocínio ou colaboração técnica e financeira com entidades públicas e privadas, para fins de complementação de recursos, observada, em cada caso, a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as normas de direito financeiro e orçamentário.

Art. 20º A participação de instituições, entidades, empresas e profissionais na Feira não gera ao participante direito a ressarcimento de despesas, remuneração, indenização ou qualquer outro encargo por parte do Município, salvo disposição expressa e prévia estabelecida em instrumento legal próprio.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º O órgão coordenador, em conjunto com a co-coordenação, fica autorizado a expedir atos complementares, portarias e instruções normativas necessários à fiel execução e regulamentação deste Decreto, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 22º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão resolvidos pelo órgão coordenador, ouvida a co-coordenação sempre que necessário, assegurada a observância dos princípios constitucionais e da legislação vigente.

Art. 23º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 15 de setembro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO NA FEIRA DAS PROFISSÕES

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Representante Legal: _____
Telefone de Contato: _____
E-mail: _____

Área de Atuação: _____

Descrição das atividades a serem desenvolvidas e compatibilidade com os objetivos da Feira das Profissões: _____

Declaro conhecer e aceitar as regras estabelecidas no Decreto nº 9.975/2026, responsabilizando-me pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento dos deveres do participante.

Goioerê/PR, ____ de _____ de 2026.

Assinatura
Nome do Responsável Legal
Razão Social

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:86DA472B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
ERRATA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 02/2026

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2024

A Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, torna pública a presente ERRATA ao Extrato do Termo Aditivo de Prazo e Valor nº 02/2026, referente ao Contrato nº 008/2024, publicado anteriormente, para correção do índice de reajuste e dos valores constantes no referido extrato.

ONDE SE LÊ:

DO VALOR: O valor do aditivo contratual é de R$ 466,60 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), passando o valor total para R$ 10.975,66 (dez mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), considerando o índice IPCA.

LEIA-SE:

DO REAJUSTE E DO VALOR: O valor do aditivo contratual é de R$ 226,99 (duzentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos), passando o valor para R$ 10.736,05 (dez mil, setecentos e trinta e seis reais e cinco centavos), considerando o índice IGPM- Índice Geral de Preços no Mercado.

Permanecem inalteradas as demais informações constantes do Extrato do Termo Aditivo de Prazo e Valor nº 02/2026.

Goioxim/PR, 15 de setembro de 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:CD28E71F

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
Processo 12

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78

OBJETO: Aquisição de recargas de oxigênio medicinal e oxigênio industrial com cessão de cilindros em regime de comodato, destinados aos setores de Saúde e Obras do Município de Goioxim.

VALOR ESTIMADO: R$ 225.686,90

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

LOCAL: Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br).

DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO: 29/09/2026 - 09:00h.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Goioxim e na plataforma **COMPRASGOV.**
Dúvidas e pedidos de esclarecimentos e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

Goioxim, 15 de setembro de 2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:29370CAB

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EDITAL Nº 81, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 CONCURSO PUBLICO 01/2023

EDITAL Nº 81, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026
CONCURSO PUBLICO 01/2023

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 09/2023, Resultado Final do Concurso Público Nº 01/2023, publicado no Diário Oficial do Município, dia 14 de abril de 2023, na Internet no endereço www.diariomunicipal.com.br/amp, na mesma data e na existência de vagas conforme Lei Municipal 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO
A Convocação dos candidatos aprovados no concurso público 01/2023, relacionado neste edital, para o provimento no cargo efetivo, para o qual foi habilitado. O convocado deverá comparecer, em um prazo de 30 dias, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 17:00, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Goioxim, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital, tudo na forma do item 16.5 (Requisitos para nomeação) do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal 002/2023. Fica advertido o convocado, que o seu não comparecimento no prazo mencionado implicará na perda da classificação, passando para o final da lista, e automaticamente o ente público convocará o candidato seguinte:

Cargo	Classificação	Nome
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2°	MEIRI ROSA MEDEIRO

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Goioxim, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

anexo i – DO EDITAL 81/2026
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 01/2023

Para investidura do cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:

Cópia da Carteira de Identidade;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
Cópia da carteira de trabalho
Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
Certidão negativa de antecedentes criminal estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos);
Certidão negativa de antecedentes criminais Federais;
Comprovante de endereço;
Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I deste Edital;
Carteira de Habilitação categoria D para o cargo de motorista - Centro;
Carteira de Habilitação categoria B para o cargo de motorista – Jacutinga, Rincão e Wagner;
Exame médico admissional;

Demais documentos que a Prefeitura Municipal de Goioxim achar necessários, posteriormente informados**.**

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:7064660A

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 008/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 008/2026

RETIFICA O CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026, DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ.
A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições constantes do Edital de Abertura nº 001/2026 e demais atos publicados no decorrer do certame, **TORNA PÚBLICA** a retificação do cronograma do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, nos seguintes termos:

1. DA RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA
1.1. Fica retificado o ANEXO IV – CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 001/2026, exclusivamente quanto às etapas finais do certame, passando a vigorar com a seguinte redação:

ETAPA	DATA PREVISTA
Publicação do Edital	03/08/2026
Período de Inscrições	03/08/2026 a 21/08/2026
Homologação das Inscrições	26/08/2026
Prazo para Recursos das Inscrições	27/08/2026 a 28/08/2026
Resultado dos Recursos	31/08/2026
Convocação para Prova Objetiva e de Títulos	01/09/2026
Prova Objetiva e de Títulos	06/09/2026
Análise da Prova Objetiva e Títulos	09/09/2026 a 14/09/2026
Divulgação do Resultado Preliminar da Prova de Títulos e Objetiva	15/09/2026
Prazo para Recursos do Resultado Preliminar	16/09/2026 a 17/09/2026
Análise dos Recursos	18/09/2026 a 22/09/2026
Publicação do Resultado Final e Homologação	23/09/2026
Convocações	Conforme necessidade da Administração

1.2. Em razão da presente retificação, a etapa anteriormente prevista como “Homologação Final” para o dia 18 de setembro de 2026 passa a ser “Análise dos Recursos” para o período de 18 de setembro a 22 de setembro de 2026, ficando a “Publicação do Resultado Final e Homologação” prevista para o dia 23 de setembro de 2026.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 e dos demais atos publicados pela Comissão Organizadora e Examinadora que não tenham sido expressamente modificadas por este Edital.
2.2. A presente retificação passa a integrar o cronograma do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026 para todos os fins.

Goioxim/PR, 15 de setembro de 2026.

ANGELA FABIANE CAGNINI
Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora
Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:2E8E0D69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 265/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 615/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 028/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **11.337.744 JOSE GONCALVES, CNPJ nº 11.337.744/0001-12**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de serviços de **eletricista** e **encanador**, conforme proposta aprovada (anexo ao **Chamamento Público nº 006/2025**), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 615/2025.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais **12 (doze) meses**, até **6 de agosto de 2027**.

Do valor contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por cada hora de serviço, os valores unitários de **R$ 45,70 (quarenta e cinco reais e setenta centavos)** no item 6 e de **R$ 41,45 (quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos)** no item 7.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 11 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:61253725

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 268/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 751/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 028/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **61.953.189 TIAGO DE MORAIS MESSIAS DA SILVA, CNPJ nº 61.953.189/0001-21**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de serviços de **pedreiro, azulejista, encanador** e **telhadista**, conforme proposta aprovada (anexo ao **Chamamento Público nº 006/2025**), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 751/2025.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais **12 (doze) meses**, até **18 de setembro de 2027**.

Do valor contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por cada hora de serviço, os valores unitários de: **R$ 32,89 (trinta e dois reais e oitenta e nove centavos)** no item 1; **R$ 31,99 (trinta e um reais e noventa e nove centavos)** no item 3; **R$ 41,45 (quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos)** no item 7; e **R$ 27,39 (vinte e sete reais e trinta e nove centavos)** no item 8.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:3D422BF6

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 168/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 30/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 30/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 30/09/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 15 de setembro de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:262BD658

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 169/2026

Tipo: Maior Desconto

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e na prestação de serviços de manutenção mecânica para veículos leves, médios e intermediários, visando atender às necessidades da frota municipal de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 01/10/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 01/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 01/10/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.comprasnet.gov.br. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 15 de setembro de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:CFD05694

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 440/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 02.816.696/0001-54.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 62.085,70 (sessenta e dois mil, oitenta e cinco reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D6E341B6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 441/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 00.656.468/0001-39.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 29.275,65 (Vinte e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8D1E6058

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 442/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 03.652.030/0001-70.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 31.749,60 (Trinta e um mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:BCD9CDF4

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 443/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 06.974.929/0001-06.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 957,00 (novecentos e cinquenta e sete reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:032F657D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 444/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 04.470.877/0001-05.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 29.199,75 (Vinte e nove mil, cento e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:A635CFF6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 445/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026

Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 00.802.002/0001-02.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 7.919,80 (sete mil, novecentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:596B8C89

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 446/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 28.093.678/0001-85.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 7.919,80 (sete mil, novecentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:544CF936

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 447/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 04.767.168/0001-88.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 3.023,90 (três mil, vinte e três reais e noventa centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:916B8596

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 448/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **ITAMARATY CARE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 58.489.781/0001-00.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B6587713

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 449/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **KADFAR MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 32.116.161/0001-31.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 20.485,00 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B9095580

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 450/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 67.729.178/0005-72.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 61.330,00 (sessenta e um mil, trezentos e trinta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:527D15C0

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 451/2026

Pregão Eletrônico nº 148/2026
Processo Administrativo nº 248/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 49.222.415/0001-07.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 8.295,00 (dezoito mil, duzentos e noventa e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:493521E5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 452/2026

Pregão Eletrônico nº 159/2026
Processo Administrativo nº 260/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **AMARAL & AGUIAR LTDA, CNPJ nº 15.174.230/0001-44.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de cercas, pastilhas cerâmicas e caixas d'água, destinados

ao atendimento das demandas das Secretarias do Município, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$74.994,00 (setenta e quatro mil e novecentos e noventa e quatro reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **15 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8279D7D5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 453/2026

Pregão Eletrônico nº 159/2026
Processo Administrativo nº 260/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **PANTANAL SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.463.044/0001-41.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de cercas, pastilhas cerâmicas e caixas d'água, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$583.672,08 (quinhentos e oitenta e três mil seiscentos e setenta e dois reais e oito centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **15 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:FAAFAEEA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 615/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 440/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 02.816.696/0001-54.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 62.085,70 (sessenta e dois mil, oitenta e cinco reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:DA25696E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 616/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 441/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 00.656.468/0001-39.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 29.275,65 (Vinte e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9BB8F3FB

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 617/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 442/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 03.652.030/0001-70.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 31.749,60 (Trinta e um mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C7A752CC

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 618/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 443/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 06.974.929/0001-06.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 957,00 (novecentos e cinquenta e sete reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B568B0E1

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 619/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 444/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 04.470.877/0001-05.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 29.199,75 (Vinte e nove mil, cento e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:2AFAF9D8

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 620/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 445/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 00.802.002/0001-02.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 7.919,80 (sete mil, novecentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:7BE0B6E4

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 621/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 446/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 28.093.678/0001-85.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 4.168,00 (quatro mil, cento e sessenta e oito reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:4861FA96

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 622/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 447/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 04.767.168/0001-88.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 3.023,90 (três mil, vinte e três reais e noventa centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:1F94DBF9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 623/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 448/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ITAMARATY CARE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 58.489.781/0001-00.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:3760CBC5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 624/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 449/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **KADFAR MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 32.116.161/0001-31.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e

pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 20.485,00 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8C1FADEC

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 625/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 450/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 67.729.178/0005-72.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 61.330,00 (sessenta e um mil, trezentos e trinta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E0939CD0

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 626/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 451/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 49.222.415/0001-07.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 148/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 8.295,00 (dezoito mil, duzentos e noventa e cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **14 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 14 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C82EC9BB

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 627/2026

Processo Administrativo nº 290/2026
Dispensa de Licitação nº 045/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 77.396.810/0007-29**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para manutenção da Frota 629, veículo Utilitário modelo Sedan – Placa: TAM4J17, Patrimônio 50081, que pertence a frota que está lotada na Diretoria de Obras, deste município de Guaíra/PR.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 1.277,74 (um mil e duzentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos).

Recursos Orçamentários:

1481.11.02.2081.3339030399900000000.505
1481.11.02.2081.3339030010600000000.505
1489.11.02.2081.3339039199900000000.505

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **90 (noventa) dias**, com início na data de assinatura e término em **14 de dezembro de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:77D8CDED

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 628/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 452/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 159/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **AMARAL & AGUIAR LTDA, CNPJ nº 15.174.230/0001-44.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de cercas, pastilhas cerâmicas e caixas d'água, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 159/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$74.994,00 (setenta e quatro mil e novecentos e noventa e quatro reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **15 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:918171B8

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 629/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 453/2026
do Edital de Pregão Eletrônico nº 159/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **PANTANAL SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.463.044/0001-41.**
Objeto do Contrato: Fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de cercas, pastilhas cerâmicas e caixas d'água, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 159/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$583.672,08 (quinhentos e oitenta e três mil seiscentos e setenta e dois reais e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **15 de setembro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 15 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:AC83D813

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 569/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 148/2026, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à dispensação pela Farmácia Municipal e pelos Dispensários das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para utilização ambulatorial nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Guaíra – PR, sendo as empresas vencedoras:

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 02.816.696/0001-54,** vencedora dos itens 1, 7, 13, 23, 31, 41 e 50 da licitação, com valor total máximo de **R$ 62.085,70 (sessenta e dois mil, oitenta e cinco reais e setenta centavos).**

SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 00.656.468/0001-39,** vencedora dos itens 39, 42, 44 e 46 da licitação, com valor total máximo de **R$ 29.275,65 (Vinte e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).**

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 03.652.030/0001-70,** vencedora dos itens 12, 20, 21, 29 e 38 da licitação, com valor total máximo de **R$ 31.749,60 (Trinta e um mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).**

NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 06.974.929/0001-06,** vencedora do item 43 da licitação, com valor total máximo de **R$ 957,00 (novecentos e cinquenta e sete reais).**

MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 04.470.877/0001-05,** vencedora dos itens 3 e 32 da licitação, com valor total máximo de **R$ 29.199,75 (Vinte e nove mil, cento e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).**

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no **CNPJ nº 00.802.002/0001-02,** vencedora dos itens 10 e 27 da licitação, com valor total máximo de **R$ 7.919,80 (sete mil, novecentos e dezenove reais e oitenta centavos).**

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 28.093.678/0001-85,** vencedora do item 35 da licitação, com valor total máximo de **R$ 4.168,00 (quatro mil, cento e sessenta e oito reais).**

AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 04.767.168/0001-88,** vencedora dos itens 25 e 36 da licitação, com valor total máximo de **R$ 3.023,90 (três mil, vinte e três reais e noventa centavos).**

ITAMARATY CARE LTDA, inscrita no **CNPJ nº 58.489.781/0001-00,** vencedora dos itens 6 e 15 da licitação, com valor total máximo de **R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).**

KADFAR MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 32.116.161/0001-31,** vencedora dos itens 30 e 37 da licitação, com valor total máximo de **R$ 20.485,00 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).**

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no **CNPJ nº 67.729.178/0005-72,** vencedora dos itens 16, 19 e 33 da licitação, com valor total máximo de **R$ 61.330,00 (sessenta e um mil, trezentos e trinta reais).**

MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no **CNPJ nº 49.222.415/0001-07,** vencedora dos itens 4 e 5 da licitação, com valor total máximo de **R$ 8.295,00 (dezoito mil, duzentos e noventa e cinco reais).**

Art. 2º - Declarar que restaram DESERTOS os itens 2, 8, 9, 11, 14, 17, 18, 22, 24, 26, 28, 40, 45, 47, 48 e 49 da licitação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 14 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5A4067D8

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 570/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 159/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 159/2026, cujo objeto é o fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação de cercas, pastilhas cerâmicas e caixas d'água, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município, sendo as empresas vencedoras:

AMARAL & AGUIAR LTDA, inscrita no **CNPJ nº 15.174.230/0001-44,** vencedora do item 1 da licitação, com valor total máximo de **R$74.994,00 (setenta e quatro mil e novecentos e noventa e quatro reais).**

PANTANAL SERVICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 26.463.044/0001-41,** vencedora dos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 da licitação, com valor total máximo de **R$583.672,08 (quinhentos e oitenta e três mil seiscentos e setenta e dois reais e oito centavos).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:7C9154CF

COMPRAS E LICITAÇÕES
RESCISÃO CONTRATUAL Nº 010/2026

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 856/2025 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 549/2025, DECORRENTES DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90

Contratada: **MERCADO ALVORADA LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.269.619/0001-74**

DO OBJETO - Constitui objeto deste termo a **RESCISÃO UNILATERAL** do **Contrato Administrativo nº 856/2025** e **Ata de Registro de Preços nº 549/2025**, decorrentes do edital de **Pregão Eletrônico nº 121/2025**, cujo objeto é a aquisição de alimentos perecíveis e embalagens (hortifrúti, carnes, laticínios, pães, picolé e embalagens), para atender à necessidade alimentares especiais a serem utilizados na merenda escolar dos alunos da Rede Municipal Ensino Fundamental e Infantil.

RESCISÃO: Tendo em vista o não cumprimento, pela CONTRATADA, das condições estabelecidas no Contrato Administrativo e ARP supracitados, em especial as **Ordens de Compra nº 3539/2026 e 3574/2026**, conforme Decisão Administrativa emitida pela Secretaria Municipal de Administração, todos anexos ao **Proc. Administrativo nº 006/2026**, ficam rescindidos **UNILATERALMENTE** o Contrato Administrativo nº 856/2025 e a Ata de Registro de Preços nº 549/2025, a partir de **15 de setembro de 2026.**

DO FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão unilateral de contrato tem amparo na disposição contida no o artigo 138, inciso I, e artigo 139 da lei 14.133/2021.

APLICAÇÃO DE PENALIDADES:

I. Fica imposta multa administrativa no percentual de 20% sobre o valor das Ordens de Compra nº 3539/2026 e 3574/2026, no valor de **R$ 947,52 (novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme cálculo efetuado pelo diretor de compras e licitações, considerando o disposto na Cláusula Décima Quarta do Contrato.

II. Fica a empresa **impedida de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do Município de Guaíra/PR **pelo prazo de 18 (dezoito) meses**, em razão da ausência de entrega dos produtos, da inércia da contratada diante das notificações, da inexistência de defesa administrativa e do impacto direto sobre o planejamento alimentar da rede municipal de ensino, conforme Cláusula Décima Quarta do Contrato.

DA JUSTIFICATIVA: Conforme Proc. Administrativo nº 006/2026.

Guaíra, Paraná, 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D3B9B1ED

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 100/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 99/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 415.000,00

Parágrafo 2: Alterações Diminutivas do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados	3 Despesa Corrente	R$ 415.000,00

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 15 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:704CB81B

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 99/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar na importância de **R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais)**, destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.3.90.14.00.00 – Diárias- Civil
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 2º A importância **R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais)** é decorrente de redução parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de servidores
Despesa: 3.1.90.16.00.00 – Outras despesas de variáveis- pessoal civil
Fonte de Recurso: 01- Contrato de Rateio - Entes Consorciados
Valor: R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais)

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 15 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:C1DD3DFD

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Fornecimento de móveis, eletrodomésticos e utensílios, por meio do Sistema de Registro de Preços".

RESULTADO – Empresas:

ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA no lote 1 com valor total de R$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais).

B9 BEBEDOUROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA nos lotes 10 com valor total de R$ 3.999,94 (três mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Belmicro Tecnologia AS no lote 77 com valor total de R$ 56.145,28 (cinquenta e seis mil e cento e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Carioca Comercio de Produtos de Limpeza nos lotes 6; 17; 18; 23; 28; 29; 30; 31; 32; 36; 39; 40; 41; 43; 49; 50; 51; 52; 53; 56; 57; 58; 68; 70 e 71 com valor total de R$ 199.751,60 (cento e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA nos lotes 19; 62; 65; 67 e 72 com valor total de R$ 133.926,92 (cento e trinta e três mil e novecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos).

Damazio licitações e serviços ltda nos lotes 33; 34; 35; 42; 44; 45; 46; 48; 54; 55 e 59 com valor total de R$ 81.032,52 (oitenta e um mil e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA nos lotes 60; 61 e 78 com valor total de R$ 91.942,82 (noventa e um mil e novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

HAKA COMERCIAL LTDA nos lotes 27; 64 e 79 com valor total de R$ 114.957,00 (cento e quatorze mil e novecentos e cinquenta e sete reais).

HIGH COMÉRCIO DE ARTIGOS DESCARTÁVEIS LTDA no lote 37 com valor total de R$ 9.000,00 (nove mil reais).

IRMÃOS BRAGGIO LTDA no lote 26 com valor total de R$ 46.872,00 (quarenta e seis mil e oitocentos e setenta e dois reais).

JWR MÓVEIS LTDA nos lotes 15; 74 e 75 com valor total de R$ 155.896,00 (cento e cinquenta e cinco mil e oitocentos e noventa e seis reais).

LI Comércio de Equipamentos LTDA no lote 69 com valor total de R$ 7.695,00 (sete mil e seiscentos e noventa e cinco reais).

LJ MONDARDO E CIA LTDA nos lotes 12; 13 e 14 com valor total de R$ 63.620,00 (sessenta e três mil e seiscentos e vinte reais).

Medlab - Produtos para Saude Ltda no lote 38 e 47 com valor total de R$ 14.134,72 (quatorze mil e cento e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos).

MICRON INFORMATICA LTDA no lote com valor total de 8; 11; 16 e 21 R$ 87.496,04 (oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quatro centavos).

PIRES & SANTOS COMÉRCIO LTDA no lote 22 com valor total de R$ 26.010,00 (vinte e seis mil e dez reais).

PRIMAX IND E COMERCIO DE MOVEIS LTDA no lote 23 e 50 com valor total de R$ 32.178,00 (trinta e dois mil e cento e setenta e oito reais).

SAMUEL PADOVAM no lote 09 com valor total de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

VITTALY BORDADOS E MATELADOS LTDA nos lotes 2 e 3 com valor total de R$ 45.468,49 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

LOTES FRACASSADOS: 4; 5; 7; 24; 25; 63 e 76.
LOTES REVOGADOS: 73.

Cascavel – PR, 15 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:8DC046BC

CONSAMU
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 14/2026

O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, **RATIFICA A DISPENSA Nº 14/2026,** fundamentado no inciso VIII do Art. 75, da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e alterações, conforme documentos constantes do Proc. Administrativo 724/2026, cujo objeto é a "contratação de prestação de serviços de nutrição e alimentação hospitalar, para atender o HOSPITAL DE RETAGUARDA DE CASCAVEL, visando o fornecimento de dietas gerais e especiais destinadas a pacientes internados (adultos) e acompanhantes, pelo período de 12 (doze) meses". Empresa CONTRATADA**: CAUDEX ALIMENTACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 19.812.448/0001-38**. Valor estimado de R$ 4.340.152,95 (quatro milhões, trezentos e quarenta mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.002.10.302.0002.2.005 - Manutenção Contratos de Programa – Hospital Retaguarda - *3.3.90.30.07.11* - Alimentação hospitalar.

Cascavel – PR, 15 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:525F7199

PROJUR
DECRETO Nº 442/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: PERDE DIREITO À VAGA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022 - EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2022, O CANDIDATO POR DESISTÊNCIA DE SUA CONVOCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Guaíra, com fundamento nos dispositivos das Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003 e, 1.965/2015, e,

Considerando que o candidato a seguir mencionado, protocolou desistência de sua convocação no prazo estipulado no Edital de Convocação nº 014/2026, do concurso público nº 002/2022 - edital de abertura nº 01/2022, sob o requerimento nº 32761/2026;

Considerando o memorando online sob o nº 559/2025,

DECRETA:

Art. 1º Perde o direito à vaga e ao provimento do cargo efetivo, por desistência de sua convocação, o candidato a seguir mencionado:

Para o Cargo de Nutricionista

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.544-96	Carlos Rogério Fortino	10º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F2E5CBA5

PROJUR
DECRETO Nº 443/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: NOMEIA CANDIDATOS PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, CONFORME ESPECIFICADO, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024, ABERTO PELO EDITAL Nº 01/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003, 1.965 de 11.12.2015 e Edital de abertura nº 01/2024 e alterações subsequentes, e, considerando o Edital de Convocação nº 029/2026, e, ainda, o memorando online sob o nº 1.040/2025,

DECRETA:

Art. 1o Ficam nomeados, a partir de 16 de setembro de 2026, em estágio probatório – visto terem sido habilitados e aprovados no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e alterações subsequentes, em razão do Edital de Convocação nº 029/2026, para os cargos de provimento efetivo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Professor

Candidato	Nível	Classe
Joyce Luana dos Santos Gonzalez	C	01
Camila Pires Alegre	C	01

Para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Afrodescendente

Candidato	Nível	Classe
Igor Antonio de Oliveira da Silva	C	01
Quethen Cristina de Oliveira	C	01

Para o Cargo de Professor de Educação Infantil

Candidato	Nível	Classe
Jenifer Lopes dos Santos	C	01
Maria de Fátima Griss Ferreira	C	01

Art. 2º Os candidatos aprovados e nomeados por este Decreto, por força do disposto no Artigo 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 03.12.2003, deverão comparecer para posse na Diretoria de Pessoal, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de 16 de setembro de 2026, impreterivelmente, sob pena de caducidade do direito subjetivo.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 16 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:71FC2E26

PROJUR
DECRETO Nº 444/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: PERDE DIREITO À VAGA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024, DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024, OS CANDIDATOS POR DESISTÊNCIA DE SUA CONVOCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Guaíra, com fundamento nos dispositivos das Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003 e 1.965/2015, e,

Considerando que os candidatos a seguir mencionados, protocolaram desistência de sua convocação no prazo estipulado nos Editais de Convocação nºs 029/2026 e 034/2026, do concurso público nº 001/2024 - edital de abertura nº 001/2024, sob os requerimentos nºs 33043/2026 e 33042/2026 e,

Considerando o memorando online sob o nº 1.040/2025,

DECRETA:

Art. 1º Perdem o direito à vaga e ao provimento do cargo efetivo, por desistência de sua convocação, os candidatos a seguir mencionados:

Para o Cargo de Professor de Educação Infantil

Inscrição	Candidato	Classificação
156988	Rosemara Gizze Figueredo Hubner	20º

Para o Cargo de Professor – Afrodescendente

Inscrição	Candidato	Classificação
153740	Igor Antonio de Oliveira da Silva	11º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A5B49782

PROJUR
DECRETO Nº 445/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: DESIGNA GILEADE GABRIEL OSTI, PARA EXERCER INTERINAMENTE, DE FORMA CONJUNTA, OS CARGOS DE PREFEITO MUNICIPAL E CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, e,
Considerando o período de férias do Chefe de Gabinete do Prefeito, nos termos da Portaria nº Portaria nº 508/2026 de 21/08/2026;
Considerando o memorando online sob o nº 015/2025,
DECRETA:
Art. 1° Fica designado o Sr. **GILEADE GABRIEL OSTI**, portador do RG n° X.X42.67X-X SESP/PR, matrícula funcional n° 26891-06, Prefeito Municipal, para exercer, interinamente e de forma conjunta, a função de Chefe de Gabinete do Prefeito, no período de 15/09/2026 a 02/10/2026, com atribuições descritas no artigo 11 da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, sem acúmulo de vencimentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E9CC7544

PROJUR
DECRETO Nº 446/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: DESIGNA O SR. GILEADE GABRIEL OSTI PARA EXERCER INTERINAMENTE, DE FORMA CONJUNTA, OS CARGOS DE PREFEITO MUNICIPAL E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26/09/2017, e,

Considerando o período de férias do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, conforme Portaria nº 508/2026 de 21/08/2026,

Considerando os memorandos online sob os nºs 015/2025 e 025/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica designado o Sr. **GILEADE GABRIEL OSTI**, Prefeito Municipal, portador do RG n° X.X42.67X-X SESP/PR, matrícula funcional n° 26891-06, para exercer, interinamente e de forma conjunta, a função de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, no período de 15/09/2026 a 02/10/2026, com atribuições descritas no artigo 124 da Lei Municipal nº 2.024 de 26/09/2017, sem acúmulo de vencimentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:96EAF8A8

PROJUR
DECRETO Nº 447/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: EXONERA A PEDIDO MARIA DE FATIMA GRISS FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos do artigo 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido **MARIA DE FATIMA GRISS FERREIRA, matrícula 30066-01, admitida em 16/08/2021, concursada para o cargo de Merendeira, lotada na Diretoria de Alimentação Escolar/Infantil - Efetivos, com desligamento em 14/09/2026, sendo este seu último dia de trabalho, com vacância do cargo até então ocupado.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:46BA6388

PROJUR
DECRETO Nº 448/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: EXONERA A PEDIDO CAMILA PIRES ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, consoante dispositivos do artigo 38 da Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 116/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido **CAMILA PIRES ALEGRE, matrícula 29353-01, admitida em 23/04/2014, concursada para o cargo de Secretário de Escola, lotada na Diretoria de Educação/Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Efetivos, com desligamento em 14/09/2026, sendo este seu último dia de trabalho, sem vacância do cargo até então ocupado, por se tratar de cargo extinto.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A8F176AF

PROJUR
EDITAL Nº 015/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2022 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2022

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 002/2022 conforme Edital de abertura nº 001/2022, e, considerando o memorando online sob o n° 559/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR o candidato descrito a seguir, aprovado e classificado no Concurso Público Municipal nº 002/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e alterações subsequentes, o qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **16/09/2026** a **30/09/2026**, no horário de expediente, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, munido de documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo conforme a seguir:

Para o Cargo de Nutricionista – Afrodescendente

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.566-09	Fernando Furlan	2º

2. O candidato convocado deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munido dos seguintes documentos originais e cópias:
I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo D para Motorista de Veículos;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
VIII. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
IX. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do cartão de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
X. Certidão de registro de nascimento e CPF dos filhos dependentes, quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
XII. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
XVII. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
XIX. Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos.

2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.
3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, os candidatos serão submetidos, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.
3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.

3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitar à realização dos mesmos será eliminado do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E9A8688E

PROJUR
EDITAL Nº 035/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o n° 1.271/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR o candidato descrito a seguir, aprovado e classificado no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, o qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **16/09/2026 a 30/09/2026**, no horário de expediente, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, munido dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Cuidador/Educador

Inscrição	Candidato	Classificação
158854	Johnny Jean Correa	12º

O candidato convocado deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munido dos seguintes documentos originais e cópias:

I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação;
VII. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VIII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
IX. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
X. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
XII. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;

XVII. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
XX. Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;
XXI. Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
XXII. Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.553/2023.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, a candidata será submetida, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.

3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeada e empossada, poderá ser exonerada do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminarão os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:4E20D73C

PROJUR
EDITAL Nº 036/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o n° 1.040/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR as candidatas descritas a seguir, aprovadas e classificadas no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, as quais deverão comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **16/09/2026 a 22/09/2026**, no horário de expediente, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, munidas dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Professor de Educação Infantil

Inscrição	Candidato	Classificação
159004	Joyce Luana dos Santos Gonzales	27º

Obs.: a candidata QUETHEN CRISTINA DE OLIVEIRA, classificada em 26º na vaga de Ampla Concorrência, foi convocada e nomeada pela vaga de Afrodescendente (Decreto nº 443/2026);

Para o Cargo de Professor – Afrodescendente

Inscrição	Candidato	Classificação
158079	Jéssica Cristine Pereira	12º

As candidatas convocadas deverão comparecer na Diretoria de Pessoal munidas dos seguintes documentos originais e cópias:
I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação;
VII. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VIII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
IX. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
X. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
XII. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
XVII. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
XX. Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;
XXI. Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
XXII. Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.553/2023.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, a candidata será submetida, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.

3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeada e empossada, poderá ser exonerada do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminarão os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:7B2C99A5

PROJUR
LEI Nº 2.500/2026 DATA: 15.09.2026

Ementa: altera a Lei Orçamentária anual - LOA 2026 (Lei Municipal 2.446 de 05/12/2025) e ajusta as programações estabelecidas no PPA - Plano Plurianual – 2026 a 2029 (Lei Municipal 2444 de 05/12/2025) e na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal 2445 de 05/12/2025), para a criação de dotação por REDUÇÃO, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Guaíra – LOA (Lei (2446 de 05/12/2025) para o exercício de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), utilizando como recurso, a redução de dotação existente no exercício de 2026, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, conforme detalhamento abaixo:

Órgão:	**04 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação**		
Unidade:	**004 - Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Inovação**		
Programa:	**0004 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**		
Função	**0004 - Administração**		
Subfunção	**0126 - Tecnologia da Informação**		
Atividade	**2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROJETOS, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**		
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
	3339031000000000000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	505	5.000,00
TOTAL			**5.000,00**

Art. 2º Em decorrência da abertura do crédito adicional especial de que trata esta Lei, ficam reajustadas as programações estabelecidas no Plano Plurianual PPA 2026-2029 (Lei Municipal 2444 de 05/12/2025) e na Lei das Diretrizes Orçamentárias LDO 2026 (Lei Municipal 2445 de 05/12/2025).

Art. 3º Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional Especial serão gerados pela redução da seguinte dotação da LOA vigente para o exercício de 2026 (Lei nº 2446 de 05/12/2025):

Órgão:	**04 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação**		
Unidade:	**004 - Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Inovação**		
Programa:	**0004 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**		
Função	**0004 - Administração**		
Subfunção	**0126 - Tecnologia da Informação**		
Atividade	**2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROJETOS, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**		
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
212	3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	505	5.000,00
TOTAL			**5.000,00**

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0D83FAD9

PROJUR
LEI Nº 2.501/ 2026 DATA: 15.09.2026

Ementa: dispõe sobre a desafetação de parcela de imóvel urbano do patrimônio público municipal, autoriza a alteração de sua finalidade institucional, o seu desmembramento para programa habitacional de interesse social, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bem público de uso especial e transferida para a categoria de bem dominical do Município, a parcela com área de 2.106,00 m² (dois mil, cento e seis metros quadrados), a ser desmembrada do imóvel maior destinado ao Cemitério Municipal de Bela Vista D'Oeste, conforme memorial descritivo e mapa que passam a fazer parte integrante desta Lei como Anexos I e II.

Parágrafo único. O imóvel maior referido no *caput* possui a área total de 6.750,00 m², matriculado sob o nº 9.394 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíra, Estado do Paraná, tendo sido recebido pelo Município em Doação da Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural – CODAL.

Art. 2º Fica autorizada a alteração da finalidade específica da parcela desafetada descrita no art. 1º, que passará a ser destinada, exclusivamente, à implantação de um programa habitacional de interesse social para a construção de 10 (dez) unidades habitacionais.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o desmembramento da referida área junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como, arcar com despesas e emolumentos decorrentes de tal medida.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO I
LEI Nº 2.501/ 2026
Data: 15.09.2026
Registrado no memorando online sob o n° 714/2023

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE "A, B, C, D, E, F, G, H e I"
Área desafetada referente ao lote nº 01, 02, 03, 04, 05, 20, 21, 22, 23 e 24
Quadra nº 22
Patrimônio Bela Vista D'Oeste
ÁREA: 2.106,00 m2
Matrícula nº 9.394
Município de Guaíra - Estado do Paraná

Limites e Confrontações

FRENTE: Para a Rua Projetada "B", mede em linha reta 90,00 metros.
LADO DIREITO: Para a Rua Perimetral, mede em linha reta de 22,50 metros. LADO ESQUERDO: Para a Rua Esperança, mede em linha reta de 24,30 metros. FUNDOS: Confronta-se com o lote "J", mede em linha reta de 90,02 metros.

OBS. 01-) Observador colocado no interior do lote em referência olhando para a Rua Projetada "B".

Guaíra, 15 de setembro de 2026.

LUCAS EDUARDO MOREIRA EIDELVEIN
Engenheiro Civil - Crea PR 192480/D

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:6E3CC8D1

PROJUR
PORTARIA Nº 571/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 6.231/2013, 3.471/2021, 489/2022, 1.401/2025, 2.134/2025, 2.439/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Anderson Barbosa Perez	17337-01	2022/2023	13/10/2026 a 27/10/2026
Eder Jelson Rocha da Silva	29626-01	2025/2026	14/10/2026 a 02/11/2026
Giovani Mendanha Sobrinho	29830-03	2025/2026	12/10/2026 a 29/10/2026
Lucia Aparecida de Souza	28983-03	2024/2025	13/10/2026 a 22/10/2026
Marcielle Cassiano Rego Takeda	24589-01	2023/2024 2024/2025 2024/2025	28/09/2026 a 27/10/2026 28/10/2026 a 13/11/2026 30/11/2026 a 12/12/2026
Maria Aparecida Pereira	24090-01	2025/2026	08/09/2026 a 07/10/2026
Regiane Gonçalves de Souza	30501-01	2024/2025	21/09/2026 a 20/10/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BFBB1FE2

PROJUR
PORTARIA Nº 572/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 2.473/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial a Servidora Pública Municipal mencionado, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Cargo	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Eliane Pereira dos Santos	Auxiliar De Serviços Gerais	29393-01	**2019/2024**	21/09/2026 a 20/12/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 21 de setembro de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:54978021

PROJUR
PORTARIA Nº 573/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 3.261/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 185/2026 de 24.03.2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° Fica alterada a composição da Comissão de Sindicância Investigativa – SINVE, constituída pela Portaria nº 185/2026, de 24 de março de 2026, mediante a substituição da servidora **Adriane Aparecida de Souza Lopera,** matrícula nº 30249-01, pela servidora **Tainara de Oliveira Matos,** matrícula nº 30229-03, que passa a integrar a Comissão na condição de **membro**.
Parágrafo único. A substituição prevista no *caput* deste artigo decorre da necessidade de adequação da disponibilidade de horários dos integrantes da Comissão, de modo a assegurar a regular continuidade dos trabalhos e possibilitar a conclusão da Sindicância Investigativa – SINVE dentro do prazo estabelecido.
Art. 3° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:ABCD36DB

PROJUR
PORTARIA Nº 574/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: TRANSFERE DE LOTAÇÃO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 2.316/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação o Servidor Público Municipal a seguir mencionado:

Nome / Cargo	Matrícula nº	Da	Para	A partir de
Fernando da Silva Freitas /Engenheiro Elétrico	31117-01	Diretoria de Obras - Efetivos	Diretoria de Obras /Iluminação Pública - Efetivos	01/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1° de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A0585315

PROJUR
PORTARIA Nº 575/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA - SINVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 981/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Sindicância Investigativa - SINVE, instaurada por meio da Portaria nº 277/2026 de 04.05.2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a data retroativa de 04 de setembro de 2026.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D8FF54AD

PROJUR
PORTARIA Nº 576/2026 DATA: 15.09.2026 EMENTA: SUSPENDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Protocolo Digital sob o n° 31994/2026 e o memorando on-line sob o nº 2.041/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o Contrato de Trabalho daservidorapública municipal **GLACI VIEIRA**, Matrícula Funcional nº 1155-01, admitida para o emprego deAgente de Posto de Saúde, lotada na Diretoria de Atenção Primária/Atenção Primária - Efetivos, a partir de 05 de setembro de 2026, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:4C6E3844

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 05/2026

Súmula: "Dispõe sobre a instituição e a composição do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no Município de Guaíra/PR."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Guaíra/PR, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e na Lei Municipal nº 1.593/2008, de 27 de agosto de 2008, e com fundamento na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, no Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e na Resolução CONANDA nº 235/2023:

Considerando:

• **CONSIDERANDO** a proteção integral e a prioridade absoluta asseguradas às crianças e aos adolescentes pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

• **CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.431/2017 e o Decreto Federal nº 9.603/2018, que estabelecem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e disciplinam a atuação articulada da rede de proteção;

• **CONSIDERANDO** a Resolução CONANDA nº 235/2023 e a necessidade de articulação, planejamento, acompanhamento e avaliação do atendimento integrado às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

• **CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer, no âmbito municipal, instância colegiada responsável pela construção, monitoramento e aperfeiçoamento dos fluxos e protocolos intersetoriais de atendimento, com vistas à proteção integral e à prevenção da revitimização;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no Município de Guaíra/PR, com a finalidade de articular, planejar, acompanhar e avaliar o fluxo de atendimento integrado e as ações de proteção previstas na Lei Federal nº 13.431/2017.

Art. 2º Ficam designados para compor o Comitê de Gestão Colegiada, na condição de representantes titulares e suplentes dos respectivos órgãos e entidades, os seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular: Quendra Ramos da Silva; Suplente: Fernando Silva Vilhalva.

II – Secretaria Municipal de Saúde: Titular: Roselene Evangelista de Assis; Suplente: Franciele Granziera Giacomin.

III – Secretaria Municipal de Educação: Titular: Tamires Cristiane Tramarin; Suplente: Michael Bitencourt Gomes Aleixo.

IV – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura: Titular: Vanessa Caroline Danelon de Campos; Suplente: Rosilene da Silva.

V – Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Titular: Elaine Cristina da Silva de Medeiros; Suplente: Cristiane Rodrigues de Mattos Venâncio da Silva.

VI – Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito: Titular: Raymundo Francisco Miranda Castanon Andrade; Suplente: César Luís de Freitas.

VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA: Titular: Igor Moscovits Queiroz; Suplente: Rosmari Aparecida Michels.

VIII – Polo Base de Atendimento à Saúde Indígena de referência do Município: Titular: Dione Scarabelot Gomes; Suplente: Joyce Beatriz Pasqualotto.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, de organizações da sociedade civil e de outros órgãos e instituições cuja participação seja pertinente à matéria em discussão.

Art. 3º Compete ao Comitê de Gestão Colegiada:
I – elaborar e aprovar o Fluxo de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Município;
II – estabelecer os protocolos de Escuta Especializada no âmbito dos serviços de saúde, assistência social e educação;
III – promover a capacitação continuada e integrada dos profissionais que compõem a rede de proteção;
IV – monitorar a aplicação dos protocolos de atendimento, zelando para evitar a revitimização da criança ou do adolescente;
V – submeter suas deliberações e propostas de fluxos à homologação do CMDCA.

Art. 4º A coordenação do Comitê será exercida de forma colegiada, devendo os membros eleger um Coordenador e um Secretário Executivo na primeira reunião ordinária, para mandato de 02 (dois) anos.

Art. 5º As funções dos membros do Comitê serão consideradas serviço público relevante e não serão remuneradas.

Art. 6º O Comitê terá o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, a contar da publicação desta Resolução, para apresentar a proposta do Fluxo de Atendimento Integrado do Município.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, em 15 de setembro de 2026.

IGOR MOSCOVITS QUEIROZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:CFD50D08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 092/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 119/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 16/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Médico ESF
Debora Gonçalves de Oliveira

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:507F5FFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 093/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 15/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Auxiliar de Serviços Gerais
Luzinete da Silva

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:2198591C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 094/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 21/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Auxiliar de Serviços Gerais
Meiridiana Cardoso da Silva

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:151A59DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 096/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 119/2026:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 21/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Médico ESF
Ricardo Tanao Sanches Yoshikawa

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6DAEA519

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2026

CONTRATANTE: Município de Guaraci, Estado do Paraná, com sede à Rua Prefeito João de Giuli, Estado do Paraná, CEP: 86.620-000, inscrito no CGC/MF nº 75.845.537/0001-51, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Marcos Antônio de Souza, portador da Cédula de Identidade RG nº 97197555 e do CPF/MF nº 059.383.369-45, e

CONTRATADA: LG LOPES CONSTRUTORA LTDA, com sede à Rua José Herminio Visconcini, n° 285, Quadra 01, Lote 18, Centro, CEP: 87.555-000, no Munícipio de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, inscrito no CGC/MF nº 22.273.100/0001-24, neste ato representado pelo (a) seu representante legal, o senhor Luciano Gomes Lopes, portador da Cédula de Identidade RG nº 68175712 e do CPF/MF nº 006.997.439-07.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO INDUSTRIAL, A SER IMPLANTADO ÀS MARGENS DA RODOVIA PR-340, NO PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACI/PR, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 300,00 M² (TREZENTOS METROS QUADRADOS)

VALOR: R$ 502.223,98 (quinhentos e dois mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias
DATA LIMITE PARA EXECUÇÃO: 14/03/2027

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.
DATA LIMITE DE VIGENCIA: 10/09/2027

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15/09/2026.

FORO: Comarca de Jaguapitã, Estado do Paraná.

Guaraci, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:C7ADE9F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
10ª ANÁLISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 INEXIGIBILIDADE Nº28/2026

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto:**Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 15/09/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba.
A abertura dos envelopes será realizada as 15:00 horas, pela comissão no dia 16/09/2026 e realizará a publicação da ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 15 de setembro de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Comissão de Licitação

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:7F909666

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO- PREGÃO ELETRONICO 031.2026

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL RETIFICADO – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº. 031/2026. Objeto: Aquisição de 07 (sete) veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Guaraqueçaba/PR, mediante Pregão Eletrônico, observadas as especificações técnicas, os quantitativos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência. Abertura: 30 de Setembro, ás 14:00hrs, no Portal compras br, https://comprasbr.com.br/. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Edital: Estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Municipal de Guaraqueçaba, https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/portal-da-transparencia E Portal Nacional de Contratações Publicas PNCP,

Guaraqueçaba, 15 de Setembro de 2026.

MIGUEL RUBENS PERIM NETO.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:BDA1DEEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 251/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA HRK ENGENHARIA LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA: HRK ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 29.808.377/0001-53, com sede à Rua Elísio Pereira Alves Filho n.º 3432 – PR 508 KM 28 – Bairro Sertãozinho – Município de Matinhos/PR representada pelo senhor **PEDRO AFONSO BOLOGNESI HRSUCHKA**, inscrito na Carteira de Identidade RG n.º 9.506.925-8 SESP/PR e portador do CPF n.º 076.322.209-76.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
As partes de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 3461/2025, no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 251/2024 - Concorrência Pública – 04/2024 cujo objeto **é a execução de serviços de pavimentação de vias urbanas em blocos de concreto intertravado, 17.027,59 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base, sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos – SAM 27,** conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 09/08/2026, passando a vencer em 08/10/2026 (acréscimo de 60 dias)

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 07/08/2026, passando a vencer em 07/12/2026 (acréscimo de 60 dias)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da prorrogação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL
A Contratada obriga-se a reforçar a garantia na mesma modalidade originalmente prestada, com o valor devidamente atualizado para 5% (cinco por cento) do valor do contrato somado aos acréscimos realizados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.
Guaraqueçaba 24 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa HRK Engenharia LTDA.
CNPJ n.º 29.808.377/0001-53
PEDRO AFONSO BOLOGNESI HRSUCHKA
CPF n.º 076.322.209-76

VAGMAR LOPES BARBOSA
Secretário Municipal de Planejamento e Projetos

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:C8CCE28E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 251/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA HRK ENGENHARIA LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA: HRK ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 29.808.377/0001-53, com sede à Rua Elísio Pereira Alves Filho n.º 3432 – PR 508 KM 28 – Bairro Sertãozinho – Município de Matinhos/PR representada pelo senhor **PEDRO AFONSO BOLOGNESI HRSUCHKA**, inscrito na Carteira de Identidade RG n.º 9.506.925-8 SESP/PR e portador do CPF n.º 076.322.209-76.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
As partes de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 3461/2025, no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 251/2024 - Concorrência Pública – 04/2024 cujo objeto **é a execução de serviços de pavimentação de vias urbanas em blocos de concreto intertravado, 17.027,59 m.², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base, sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos – SAM 27,** conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 09/08/2026, passando a vencer em 08/10/2026 (acréscimo de 60 dias)

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de 07/08/2026, passando a vencer em 07/12/2026 (acréscimo de 60 dias)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da prorrogação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL
A Contratada obriga-se a reforçar a garantia na mesma modalidade originalmente prestada, com o valor devidamente atualizado para 5% (cinco por cento) do valor do contrato somado aos acréscimos realizados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Guaraqueçaba 24 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa Hrk Engenharia LTDA.
CNPJ n.º 29.808.377/0001-53
PEDRO AFONSO BOLOGNESI HRSUCHKA
CPF n.º 076.322.209-76

VAGMAR LOPES BARBOSA
Secretário Municipal de Planejamento e Projetos

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:94C7623D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 258/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA BARCO ENGENHARIA LTDA.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede na travessa de Sete de Setembro Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESA BARCO ARQUITETURA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 43.156.388/0001-27, com sede na Rua Lea Viale Cury, nº 145, loja 01, Centro, Matinhos/PR, CEP 83.260-000, neste ato representada por seu sócio LUIS FELLIPE DOS SANTOS JOSÉ, brasileiro, solteiro, Arquiteto e Urbanista, inscrito no CAU/PR scb n² 8274651-4, CPF nº 070.564.449-97 e RG 9.393.683-3, doravante denominada CONTRATADA.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA BARCO ARQUITETURA LTDA, doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5264/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, CELEBRAM O PRESENTE TERMO DE PRORROGAÇÃO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 258/2024, celebrado em 19.09.2024, cujo objeto é a prestação de serviços para assistir e subsidiar os agentes públicos na fiscalização, direção, supervisão e coordenação de obras, dentre outras atividades e serviços técnicos,** conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS EXECUÇÃO E VALOR.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n.º 258/2024 pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 21 de setembro de 2026 e terminando-se no dia 21 de setembro de 2027, mantendo por igual período o quantitativo e valor inicial do contrato no montante R$ 76.585,60 (Setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais, sessenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor para o custeio da prorrogação prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.00.0 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 258/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 11 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa Barco Arquitetura LTDA
CNPJ n.º 43.156.388/0001-27
LUIS FELLIPE DOS SANTOS JOSÉ
CPF n.º 070.564.449-97

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:AB8DF932

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.120, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.120, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Fórum Municipal de Educação - FME, no âmbito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação – FME no âmbito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, em caráter permanente, que tem como finalidade acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação – PME e o cumprimento de suas metas, bem como avaliar a implementação das políticas públicas de educação e promover as articulações necessárias entre os correspondentes Fóruns de Educação do Estado e da União, bem como coordenar as Conferências Municipais de Educação.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação – FME é uma entidade suprapartidária, sem personalidade jurídica, formado por profissionais da educação, organizações governamentais e não governamentais com atuação na Educação Básica e Ensino Superior, assim como, nas instituições que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, e se caracteriza por ser espaço permanente de discussão e atuação nas garantias dos referidos direitos.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação – FME tem por finalidade acompanhar a implantação da legislação específica da Educação Básica no Munícipio de Honório Serpa, Estado do Paraná, assim como promover estudos e debates sobre essa política.

Art. 4º Compete ao Fórum Municipal de Educação – FME:
I - Promover a discussão sobre a política educacional do território municipal;
II - Convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar as suas deliberações;
III - Elaborar seu Regimento Interno, bem como o das Conferências Municipais de Educação;
IV - Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação;
V - Zelar para que as Conferências de Educação do município estejam articuladas às Conferências Estadual e Nacional de Educação;
VI - Planejar e organizar espaços de debate sobre a Política Municipal de Educação;
VII - Acompanhar, junto ao Poder Legislativo, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação; e
VIII - Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação - FME será integrado por membros representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:
I – Diretor do Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo;
II - Representantes do Conselho Municipal de Educação – CME;
III - Representantes do CACs – FUNDEB;
IV - Representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE;
V - Representantes dos Diretores das Escolas Municipais/Estaduais;
VI - Representantes da Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais;
VII - Representantes dos Professores da Rede Municipal de Educação;
VIII - Representantes da Sociedade Civil;
IX - Representantes do Poder Legislativo Municipal; e
X - Representantes do Conselho Tutelar.

§ 1° O representante titular do Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo será o seu Diretor Municipal em exercício, e este exercerá a função de presidente nato do Fórum Municipal de Educação - FME.

§ 2° O Fórum Municipal de Educação - FME será composto por um representante de cada seguimento elencado nos incisos acima e seus suplentes, indicados nas mesmas condições dos representantes titulares.

§ 3° Os demais representantes, bem como seus suplentes, serão indicados por suas representações.

§ 4° Os representantes titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados por Decreto do Executivo.

§ 5° Os membros do Fórum Municipal de Educação - FME poderão definir critérios em seu Regimento Interno para inclusão de representantes de outros órgãos e entidades.

Art. 6º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação - FME serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação - FME será coordenado pelo(a) Diretor(a) Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação – CME de Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 7º O Fórum Municipal de Educação - FME terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses, preferencialmente no segundo mês de cada semestre, ou extraordinariamente, por convocação do seu coordenador, ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação - FME e as Conferências Municipais de Educação estarão administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação, e receberão o suporte técnico e administrativo para garantir seu funcionamento.

Art. 9º A participação no Fórum Municipal de Educação - FME será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 10. O Fórum Municipal de Educação - FME terá acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.

Art. 11. O Departamento Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo ficará responsável pela estrutura, logística e organização do Fórum Municipal de Educação - FME.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:27C70DA5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026
PORTAL COMPRAS.GOV.BR / CONTRATAÇÃO: SRP 989981-8/2026
O município de Honório Serpa, por intermédio da sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Portaria nº 04/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor preço, em sessão pública eletrônica a partir das **09h00min horas** (horário de Brasília- DF) do dia **28 de Setembro de 2026**, através do site www.comprasnet.gov.br, destinado a ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, MEDIANTE PREGÃO ELETRÔNICO, COM FORNECIMENTO PARCELADO CONFORME CRONOGRAMA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA - PR.*** Conforme termo de referência que é parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado ou no site www.honorioserpa.pr.gov.br, informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@honorioserpa.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3245-1130.

Honório Serpa, 15 de Setembro de 2026

ÉRICA PATRÍCIA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:EC989247

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO 1-Z.3

EDITAL 01-Z.3 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: NUTRICIONISTA PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
07	Schelka Monalisa Linden	7º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 15 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:25C9656F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE FÉRIAS -42

PORTARIA 42/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

O cidadão, JOAÕ CARLOS GARBIN, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

NOME: PERÍODO:

INDIANARA PATRICIA BRIZOLA	09/09/2026	18/09/2026
JOELCIO FALEIRO AZEREDO	21/09/2026	04/10/2026

Esta Portaria entra em vigor no dia 15 de setembro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, a 15 de setembro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:BB4755B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 184/2026

PORTARIA Nº 184/2026

Súmula: PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 154/2026, PRORROGA A MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO PREVENTIVO DO SERVIDOR ALAN CEZAR FRAGA DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 175 e no parágrafo único do art. 4º c/c o §3º do art. 7º, todos referenciados na Lei Municipal nº 05/1997, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Iguaraçu;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 152/2026, que designou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Iguaraçu;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 154/2026, que instaurou Sindicância Administrativa para apuração dos fatos constantes da Denúncia Presencial nº 002/2025 e determinou, como medida cautelar, o afastamento preventivo do servidor Alan Cezar Fraga de Oliveira do exercício de seu cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração;

CONSIDERANDO que o prazo de 60 (sessenta) dias fixado na Portaria nº 154/2026, tanto para a conclusão da Sindicância Administrativa quanto para a vigência do afastamento preventivo;

CONSIDERANDO o elevado número de testemunhas, cuja produção é indispensável à completa elucidação dos fatos objeto da apuração;

CONSIDERANDO que o servidor Fortunato Carlos Parladore dos Santos, membro da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, encontra-se em gozo de férias regulamentares no período de 08 a 22 de setembro de 2026, circunstância que reduziu a capacidade operacional da Comissão e comprometeu o regular andamento das diligências e oitivas programadas;

CONSIDERANDO que a conjugação desses fatores — elevado número de testemunhas e redução temporária da força de trabalho da Comissão — impediu a conclusão da Sindicância Administrativa no prazo originalmente fixado, justificando sua prorrogação, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Portaria nº 154/2026;

CONSIDERANDO que persistem inalterados os fundamentos que justificaram a decretação do afastamento preventivo do servidor Alan Cezar Fraga de Oliveira, notadamente a necessidade de preservar a espontaneidade dos depoimentos, a independência das testemunhas e a regular produção das provas, diante da instrução ainda não concluída e do elevado número de testemunhas pendentes de oitiva;

CONSIDERANDO a autorização contida no §3º do art. 7º da Portaria nº 154/2026, que permite a prorrogação do afastamento preventivo por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade instauradora;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar solução de continuidade na vigência da medida cautelar, cujos fundamentos determinantes permanecem íntegros;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, com efeitos retroativos a 14 de setembro de 2026, o prazo para conclusão da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 154/2026, nos termos do parágrafo único do art. 4º da referida Portaria.

Art. 2º Prorrogar, sem prejuízo da remuneração, por igual período de 60 (sessenta) dias o afastamento preventivo do servidor Alan Cezar Fraga de Oliveira do exercício de seu cargo, nos termos do §3º do art. 7º da Portaria nº 154/2026.

§1º Permanecem em vigor, no que não contrariarem esta Portaria, as demais condições e restrições fixadas nos arts. 7º a 10 da Portaria nº 154/2026, notadamente a restrição de acesso prevista no art. 8º e o dever de disponibilidade previsto no art. 9º.

§2º Findo o prazo ora prorrogado, cessarão os efeitos do afastamento preventivo, ainda que a Sindicância Administrativa não tenha sido concluída, ressalvada nova prorrogação fundamentada, caso subsistam os pressupostos legais.

Art. 3º A prorrogação de que trata esta Portaria não implica reconhecimento de responsabilidade, prejulgamento dos fatos ou ampliação do objeto de apuração fixado no art. 1º da Portaria nº 154/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3282EA02

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 185/2026

PORTARIA Nº 185/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder à servidora MARTA ELIANE FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 113/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR INFANTIL, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2006/2011, para serem gozadas no período de 17/09/2026 à 16/10/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 15 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CECA42BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº PP143/2021.
REF.: Pregão Presencial nº 028/2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU – PARANÁ, CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, CEP 86750-000.
CONTRATADA: VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, anteriormente denominada Inova Soluções em Telecomunicação Ltda, com sede à Rua Gastão Bicca de Oliveira, 749 – sala 01 – Centro – Siderópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.813.396/0001-14.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para integração telefônica, implantação, suporte e solução completa de equipamentos para atender a municipalidade.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação excepcional do prazo de vigência do contrato por mais 04 (quatro) meses, visando à continuidade dos serviços essenciais de telefonia, pendente de conclusão do novo processo licitatório, com o estabelecimento de condição resolutória, mantendo-se inalterados os preços mensais vigentes no 5º Termo Aditivo.
VALOR DO ADITIVO: R$ 16.560,00 (dezesseis mil quinhentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 04 (quatro) meses, com período de 11/08/2026 a 11/12/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 07/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4C00A746

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
EDITAL Nº 035/2026
EXCLUSIVO A MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto n° 185/2026, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Leis Complementares Federais n° 123/2006, 147/2014 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 07/10/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR CORTADOR DE GRAMA DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, em www.bll.org.br e em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br.

Inácio Martins/PR, 14 de Setembro de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:DC7FA255

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
EDITAL Nº 036/2026
EXCLUSIVO A MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto n° 185/2026, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Leis Complementares Federais n° 123/2006, 147/2014 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 08/10/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PERSONALIZADAS, DESTINADOS A PREMIAÇÕES EM EVENTOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, em www.bll.org.br e em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br.
Inácio Martins/PR, 15 de Setembro de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:038217CB

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação de estrada rural em CBUQ, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, iluminação e ensaios tecnológicos, conforme Pasta Técnica. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: Construtora RPL Ltda. - CNPJ n° 10.866.775/0001-06. Prazo de Execução: 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos. Prazo de Vigência: 1080 (um mil e oitenta) dias corridos. Valor Contratual: R$ 24.380.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta mil reais). Assinatura: 15/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:A7BBC647

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2025.

Objeto**:** Registro de preços para aquisição de soros destinados a Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: MEDINGA COMERCIAL LTDA - CNPJ n° 57.742.953/0001-42. Fica pactuada a partir da presente data, a Prorrogação da Ata RP por mais 12 (doze) meses, prazo de execução e vigência até 10/09/2027, e o valor total do aditivo R$ 38.335,00 (Trinta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Saúde e do Parecer Jurídico, nos termos do Art. 84 da Lei Federal n° 14.133/2021. Referentes aos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Apres	QUANT.	R$ UN.	R$ TOTAL
2	SORO DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO CADA 100 ML CONTÊM: GLICOSE ANIDRA 5 G (EQUIVALENTE A 5,5 G DE GLICOSE MONOIDRATADA); ÁGUA PARA INJETÁVEIS Q.S.P100 ML; EXCIPIENTES: ÁGUA PARA INJETÁVEIS. CONTEÚDO CALÓRICO 170 KCAL/L OSMOLARIDADE 252MOSM/L; PH 3,5 - 6,5. BOLSA/FRASCO.	UN	300	3,90	1.170,00
6	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA CLORETO DE SÓDIO (SUBSTÂNCIA ATIVA) 0,9% É INDICADO PARA RESTABELECER FLUIDO CELULAR E ELETRÓLITOS. É UTILIZADA PARA REPOR ÁGUA E ELETRÓLITOS EM CASO DE ALCALOSE METABÓLICA DE GRAU MODERADO, EM CARÊNCIA DE SÓDIO E COMO DILUENTE PARA MEDICAMENTOS. BOLSA/FRASCO.	UN	500	7,33	3.665,00
7	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML SOLUÇÃO ESTÉRIL E APIROGÊNICA CLORETO DE SÓDIO (SUBSTÂNCIA ATIVA) 0,9%. É INDICADO PARA RESTABELECER FLUIDO CELULAR E ELETRÓLITOS. É UTILIZADA PARA REPOR ÁGUA E ELETRÓLITOS EM CASO DE ALCALOSE METABÓLICA DE GRAU MODERADO, EM CARÊNCIA DE SÓDIO E COMO DILUENTE PARA MEDICAMENTOS. BOLSAS/FRASCOS.	UN	10.000,00	3,35	33.500,00
TOTAL					R$ 38.335,00

Assinatura: 11/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:573EEFF4

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 043/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 050/2025.

TERMO ADITIVO Nº 001 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 043/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 050/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de psicólogo, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Contratante: Município de Inácio Martins/PR -

CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: INÁCIO MARTINS SERVIÇOS EM SAÚDE S/S LTDA- CNPJ da Contratada n° 24.042.809/0001-44. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 09/09/2027 e prazo de vigência até à data de 09/10/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 121.753,68 (Cento e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos). Conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Parecer Jurídico, nos termos conforme Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 10/09/2026

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:0857638A

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 002 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 083/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2024.

TERMO ADITIVO Nº 002 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 083/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2024.
Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Arbitragem destinados a Secretaria Municipal de Esportes. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: CENTRO SUL ARBITRAGEM LTDA - CNPJ da Contratada n° 40.725.803/0001-28. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 14/09/2027 e prazo de vigência até à data de 14/10/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 115.686,40 (Cento e quinze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos). Conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Esportes, e do Parecer Jurídico, nos termos conforme Art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Assinatura: 15/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:29392759

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 002 - SUSPENSÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 019/2025- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025.

TERMO ADITIVO Nº 002 - SUSPENSÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 019/2025- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços nos programas socioassistenciais e socioeducativos desenvolvidos pela secretaria municipal de assistência social e habitação. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: DEFENTI E RIBEIRO CENTRO EDUCACIONAL LTDA ME - CNPJ da Contratada n° 12.353.106/0001-58. Objeto do Termo: Suspensão Contratual por Tempo Indeterminado, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e de acordo entre as partes, em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021. Assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:98070A69

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 004 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 081/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2023

TERMO ADITIVO Nº 004 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 081/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2023.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: ZUIDE TRANSPORTES LTDA- CNPJ da Contratada n° 15.794.145/0001-89. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses, com prazo de execução até à data de 10/09/2027 e prazo de vigência até à data de 10/10/2027, e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,59%, valor total do aditivo R$ 112.250,00 (Cento e doze mil, duzentos e cinquenta reais), ref. a linha 006 - LINHA TORRE TELEPAR A INÁCIO MARTINS ESTADO E MUNICÍPIO MANHÃ. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Contratada, Parecer Jurídico, nos termos do Art. 57, Inc. II e 40, Inc. XI da Lei Federal n° 8.666/93. Assinatura: 10/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:2F474AB2

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 006 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 021/2025- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024.

TERMO ADITIVO Nº 006 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 021/2025- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024.
Objeto: Construção e Reforma de Barracão Industrial. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: J. KLOSTER ENGENHARIA LTDA - CNPJ da Contratada n° 32.483.322/0001-25. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução por mais 60 (sessenta) dias, até a data de 11/11/2026, para a conclusão dos serviços finais e dos procedimentos administrativos necessários ao encerramento da contratação, conforme Parecer Técnico de Engenharia nº 032/2026, Solicitação da Secretaria Municipal de Administração e do Parecer Jurídico, nos termos da Lei Federal 14.133/2021. Assinatura: 11/09/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:205788F4

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004/2026
O Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal n° 14.133/21, a vista da Ata de Sessão Final exarado pela Agente de Contratação juntamente com a Equipe de Apoio, designados através do Decreto Municipal n° 185/2026, RESOLVE HOMOLOGAR A PRESENTE LICITAÇÃO nestes termos: Processo de Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 004/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação de calçadas em paver, conforme especificações constantes na pasta técnica. Proponente declarada vencedora do certame: Lote nº 001: Pré Moldados Pokrzva Ltda. - CNPJ n° 17.521.546/0001-90. Valor Contratual: R$ 1.499.990,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa reais).
Inácio Martins/PR, 11 de Setembro de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:50BCAEC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DO PRESIDENTE Nº 008/2026

SÚMULA: TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA AO VICE-PRESIDENTE.

CONSIDERANDO que o Senhor Presidente Vereador ALEX SANDRO FERNANDES irá ausentar-se do Município no período de 15 a 18 de setembro de 2026;

Considerando a necessidade de passar o Exercício da Presidência ao Vice-Presidente Vereador JUBINEIS ALVES DOS REIS-KELÉ.

R E S O L V E:

Art. 1º. Passar o exercício temporário da Presidência ao Vice-Presidente Vereador **JUBINEIS ALVES DOS REIS-KELÉ**, devidamente constituído, no período de 15 a 18 de setembro de 2026.

Art. 2º. Este Ato do Presidente entra em vigor em data de 16 de setembro de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:6BD05DE3

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
PORTARIA Nº 022/2026

PRORROGA O AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA DA SERVIDORA VALENTINA DE AGOSTINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEX SANDRO FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando o disposto no art. 34 da Lei Municipal nº 835/2006;
Considerando a conclusão da perícia médica oficial realizada pela Médica Perita Oficial do Município, Dra. Brenda Flores de Campos, que reconheceu a incapacidade permanente da servidora para o exercício das atribuições do cargo de Zeladora;
Considerando o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, que concluiu pela necessidade de manutenção excepcional do benefício por incapacidade temporária até a conclusão do procedimento administrativo previdenciário;
Considerando o Despacho da Presidência que acolheu integralmente o referido parecer;
Considerando que a servidora protocolizou requerimento de emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, documento indispensável à conclusão da instrução do procedimento previdenciário, à definição da modalidade de aposentadoria aplicável e ao cálculo dos respectivos proventos;
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade da proteção previdenciária da servidora e a concessão do benefício previdenciário juridicamente cabível e mais favorável, em observância aos princípios da legalidade, da segurança jurídica, da eficiência administrativa e da boa administração pública;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, o afastamento por motivo de doença da servidora **VALENTINA DE AGOSTINHO**, pelo prazo de 90 (noventa) dias, compreendendo o período de 1º de setembro de 2026 a 29 de novembro de 2026, permanecendo afastada de suas funções durante a conclusão do procedimento administrativo previdenciário.

Art. 2º Durante o período de prorrogação deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à obtenção da Certidão de Tempo de Contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sua averbação perante o Regime Próprio de Previdência Social e à conclusão da instrução do processo administrativo destinado à concessão da aposentadoria da servidora.

Art. 3º Concluída a instrução administrativa, os autos deverão ser encaminhados ao Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos Municipais de Iporã – FAPESPI para manifestação técnica quanto ao enquadramento previdenciário, cálculo dos proventos e definição da modalidade de aposentadoria legalmente cabível.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:F1311894

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 007/2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 007/2026, que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 72.430.382/0001-02, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2707, neste ato representada por seu Presidente, **ALEX SANDRO FERNANDES**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Sra. **MARIA NAIR SOUZA SANTOS CRUZ**, inscrita no CPF nº 186.XXX.XXX-06, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Segundo Termo Aditivo** ao Contrato Administrativo Temporário nº 007/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo Temporário nº 007/2026, em razão da permanência do afastamento da servidora efetiva substituída, permanecendo caracterizada a necessidade temporária e excepcional que deu origem à contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo Temporário nº 007/2026 por mais 90 (noventa) dias, compreendendo o período de 1º de setembro de 2026 a 29 de novembro de 2026. Eventual nova prorrogação ficará condicionada à análise específica de sua viabilidade jurídica e administrativa, mediante justificativa formal e comprovação da permanência da necessidade temporária e excepcional que fundamentou a contratação, observados os limites e demais requisitos da legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

A presente prorrogação fundamenta-se na continuidade do afastamento da servidora efetiva por motivo de saúde, devidamente comprovado por atestado médico e perícia oficial, permanecendo presentes os requisitos da necessidade temporária de excepcional interesse público previstos no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como nos documentos constantes do processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo Temporário nº 007/2026 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma.

Iporã/PR, 01 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Iporã
ALEX SANDRO FERNANDES
Contratante

MARIA NAIR SOUZA SANTOS CRUZ
Contratada

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:F8FEEDB9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 200/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A DISPENSA Nº 020/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 020/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento temporário, transporte, montagem, instalação, manutenção durante o período de utilização, desmontagem e retirada de arena de rodeio, composta por 08 (oito) bretes, currais e embarcador, com capacidade para acomodação de até 60 (sessenta) animais, destinada à realização das atividades de rodeio durante a expo iporã 2026, no município de iporã/pr, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
OS MOVIDOS SERVICOS E LOCACOES LTDA	R$24.800,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 15 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:01434DF8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 201/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA A AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 052/2026, objetivando a contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Saneantes, destinados a Secretaria de Assistência à Saúde, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
A DOS SANTOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	R$ 371.505,50
D. ALVES RANDOLFO	R$ 103.024,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 15 de Setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:300B56B9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 152/2026
Dispensa de licitação 026/2026
Processo 164/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE IPORÃ - CNPJ: 75.738.484/0001-70
Contratada: CUIDAR URGENCIA & EMERGENCIA LTDA – CNPJ: **68.015.738/0001-66**
Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar, com fornecimento de ambulância equipada e equipe composta por 01 (um) condutor/motorista-socorrista e 02 (dois) paramédicos, durante a realização do evento Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026.
Valor total: R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).
Vigência: 15/09/2026 a 15/12/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B3BBDE49

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1464/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA GISELE CRISTINA RIBEIRO PEGORARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 02 de setembro de 2026, 03 (três) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **GISELE CRISTINA RIBEIRO PEGORARO,** brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 037.xxx.xxx-11, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 14 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2CC0D059

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1465/2026

AUTORIZA O PROCURADOR GERAL A VIAJAR A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **PROCURADOR GERAL**, o Senhor **RODRIGO RAHUAN GOULART**, a viajar nos dias 15 a 18 de setembro de 2026, a cidade de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, para curso capacitação, Proteção de Dados, Prevenção de Crimes Cibernéticos e Fortalecimento da Governança: responsabilidades dos Vereadores, Assessores, Servidores e do Controle Interno na defesa das informações públicas e da integridade institucional por meio do PROLEGIS, que será realizado no Auditório do Hotel Wyndham, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B7C94787

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1466/2026

AUTORIZA O PROCURADOR JURÍDICO A VIAJAR A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **PROCURADOR JURÍDICO**, o Senhor **ARILDO ANTONIO DE CAMPOS**, a viajar nos dias 15 a 18 de setembro de 2026, a cidade de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, para curso capacitação, Proteção de Dados, Prevenção de Crimes Cibernéticos e Fortalecimento da Governança: responsabilidades dos Vereadores, Assessores, Servidores e do Controle Interno na defesa das informações públicas e da integridade institucional por meio do PROLEGIS, que será realizado no Auditório do Hotel Wyndham, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 15 de setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6E19668B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 670/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 317 da Lei Municipal nº 1796, de 24 de dezembro de 2001, com a redação dada pelo art. 16 da Lei nº 2167 de 21 de dezembro de 2004,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fixa a URM – Unidade de Referência Municipal – para fins de atualização monetária dos créditos tributários municipais: **OUTUBRO/2026** em R$ 112,04 (cento e doze reais e quatro centavos).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:5CB82B42

PROCURADORIA
DECRETO Nº 671/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para o seguinte cargo abaixo relacionado:

PROFESSOR 40 HR PSS 2026

ADRIANA DE LIMA PACHECO	XXX.XXX.429-63

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 14 de setembro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 002/2026.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:62D7C2B9

PROCURADORIA
DECRETO Nº 672/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada para o exercício do Cargo em Comissão o seguinte servidor relacionado abaixo, a partir de 14/09/2026.

NOME:	CARGO:	SETOR:	CPF:
RAFAEL VINICIUS BLEM SUSKO	Diretor De Departamento VI	Secretaria de Fazenda	XXX.XXX.989-03

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos à 14/09/2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:76F5B06D

PROCURADORIA
DECRETO Nº 673/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por término de contrato, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
JAQUELINE PEREIRA DA LUZ	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.589-05

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:FAD6DE36

PROCURADORIA
DECRETO Nº 674/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
LUCIANE DE FATIMA ALVES DA SILVA	PROFESSOR 20 HR PSS 2026	Secretaria de Educação	XXX.XXX.799-26

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos à 14/09/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 15 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:CCE21C31

PROCURADORIA
DECRETO Nº 675/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada de 25% para 50% a gratificação concedida à professora Amanda Sluzala da Silva, matrícula nº 5066099, lotada na Escola Esperança C Chuilki (Guamirim), para o exercício da função de Coordenação Pedagógica, nos termos do art. 66 e parágrafo único da Lei Municipal nº 4.746/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:93A56CDC

PROCURADORIA
DECRETO Nº 676/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a professora Marceliza Da Luz Miranda Larocca, matrícula nº 5066244, lotada no CMEI José Maria Orreda, para exercer a função de **Coordenadora Pedagógica,** percebendo a gratificação de 50% prevista no art. 66 da Lei Municipal nº 4.746/19.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:5921504A

PROCURADORIA
DECRETO Nº 677/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designada, interinamente, a servidora **SUELEN SANTANA DOS SANTOS**, matrícula nº **5067875**, para responder pelo cargo de **Secretária Municipal de Comunicação Social**, até 29/09/2026, com complemento do vencimento proporcional do cargo interinamente ocupado nesse período de 15/09/2026 até 29/09/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nessa data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:375E1953

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 090/2026

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis à espécie;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar retorno de licença sem vencimentos a servidora **NEUSA MOROZ,** ocupante do cargo de Auxiliar De Serviços Gerais, regime estatutário, concedida pelo período de 12 (doze) meses, por meio da Portaria 060/2026, o qual retornara ao labor em 01.09.2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:5F3C47D6

PROCURADORIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 001/2025, regulamentado pelo Decreto 233 e 259/2025, convoca os nomes abaixo relacionados munidos dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentarem-se na Secretaria Municipal de Saúde, situada na **Av. Vicente Machado, 515 - 1º andar - Centro, no dia 17 de setembro de 2026** impreterivelmente no horário das 08h30.
Cabe ressaltar o disposto no Edital 001/2025, item 9.3 "O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios" ; e item 9.5 "O candidato que deixar de comparecer em 03 (três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação".

CARGO: TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE IRATI)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
27º	PATRICIA APARECIDA TOZETTO	9.XXX.523-0	050

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:4C135E36

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo Ata de Registro de Preços nº 023/2025, Pregão Eletrônico nº 024/2025 – PMI. Contratada: Bárbara Gasparucho Garcia - Brinquedos, CNPJ 27.873.175/0001-60. Objeto: Aquisição eventual e parcelada de camisetas e leões PROERD. Do Valor Redimensionamento Contratual: Fica aditada ao valor contratual original, a importância de R$ 2.720,00 (dois mil, setecentos e vinte reais), equivalente ao acréscimo contratual de 10% (dez por cento). Data e assinaturas.

Oitavo Termo Aditivo Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2022, Pregão Eletrônico nº 127/2021 – PMI. Contratada: SC Empreendimentos Ltda, CNPJ 18.360.358/0001-90. Objeto: Contratação de empresa para serviços de vigia desarmada. Do Reequilíbrio Do Valor Contratual: Fica reequilibrado o valor contratual original de R$ 468.758,40 (quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), que passa para o valor atualizado de R$ 607.627,80 (seiscentos e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), considerando 08 (oito) postos de trabalho, produzindo efeitos retroativos à 22/05/2026. O reequilíbrio ocorre em função de repactuação da Convenção Coletiva de Trabalho do setor, demonstrado em planilha de custos apresentada pela empresa, revisada pela Unidade de Controle Interno do município, conforme parecer jurídico que o fundamenta. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:D9B522A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO P.P 021-2026

MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DE RESULTADO DE PREGÃO
Licitação Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2026. Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis (Pão Francês, bolo simples, pão de queijo, mini sonho, lanche natural, salgados fritos e assados), bebidas do tipo refrigerante e suco e o kit lanche da saúde. O Município de Itambaracá torna público o resultado final referente à Licitação em epígrafe. EMPRESAS VENCEDORAS: NORIVAL PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA - ME; CNPJ: 06.228.734/0001-09; com o valor de R$ 579.477,00 (quinhentos e setenta e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais).

Itambaracá, Pr,21 de Setembro de 2026.

TAMIRES FERNANDA TEIXEIRA
Pregoeira
Portaria nº 142/2025

MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DE RESULTADO DE PREGÃO
Licitação Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2026. Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis (Pão Francês, bolo simples, pão de queijo, mini sonho, lanche natural, salgados fritos e assados), bebidas do tipo refrigerante e suco e o kit lanche da saúde. O Município de Itambaracá torna público o resultado final referente à Licitação em epígrafe. EMPRESAS VENCEDORAS: NORIVAL PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA - ME; CNPJ: 06.228.734/0001-09; com o valor de R$ 579.477,00 (quinhentos e setenta e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais).

Itambaracá, Pr,21 de Setembro de 2026.

TAMIRES FERNANDA TEIXEIRA
Pregoeira
Portaria nº 142/2025

MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DE RESULTADO DE PREGÃO
Licitação Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2026. Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis (Pão Francês, bolo simples, pão de queijo, mini sonho, lanche natural,

salgados fritos e assados), bebidas do tipo refrigerante e suco e o kit lanche da saúde. O Município de Itambaracá torna público o resultado final referente à Licitação em epígrafe. EMPRESAS VENCEDORAS: NORIVAL PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA - ME; CNPJ: 06.228.734/0001-09; com o valor de R$ 579.477,00 (quinhentos e setenta e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais).

Itambaracá, Pr,21 de Setembro de 2026.

TAMIRES FERNANDA TEIXEIRA
Pregoeira
Portaria nº 142/2025

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:7142162F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 359/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1098/2026 do Ofício nº 093/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social que solicita Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
KARLA G. C. GONÇALVES	600348	DIRETOR DO CENTRO DO IDOSO	18/02/2025 A 17/02/2026	14/09/2026	14/10/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 14 de setembro de 2026, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:83733AC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 360/2026

SÚMULA: Designa servidores municipais para comporem a COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS nas licitações no âmbito da Prefeitura do Município de Itambaracá (PR).

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar os **SERVIDORES MUNICIPAIS** relacionados abaixo para comporem a **COMISSÃO FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS** do Município de Itambaracá.

JAIR RIBEIRO - funcionário concursado
JHENIFFER MILENA APARECIDA DO VALE - funcionária concursada
CLEBERSON PEREIRA - funcionário concursado
PAULO RAFAEL SANT'ANNA - funcionário concursado

Representante da Secretaria Municipal de Educação
CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO – cargo em comissão

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MATHEUS POLIZEL DE OLIVEIRA – cargo em comissão
MÁRIO SÉRGIO FUZETO – funcionário concursado

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E OBRAS
EVERTON VIZOTO DE SOUZA – cargo em comissão
GABRIEL FERIATO – cargo em comissão
DANIEL LUIZ DA SILVA - funcionário concursado

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
JOÃO LUCAS RAMOS – cargo em comissão
IVAN ALEXANDRE – funcionário concursado

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
ALEX MACHADO – cargo em comissão
LUIZ CARLOS DE FREITAS JUNIOR – cargo em comissão

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MARIO ANTONIO JUSSIANI – cargo em comissão

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:480AFD3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 361/2026

Súmula: Designa servidores(as) para atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

AMARILDO TOSTES, **Prefeito do Município de Itambaracá, Estado do Paraná** no uso das atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDOo disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDOque o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões;

CONSIDERANDOque a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Art. 1º- Designar os servidores abaixo para atuarem como Agentes de Contratação a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – ARIOVALDO MARTINS, Agente Administrativo
II – ELIETE CAETANO DOMINGUES VELANI, Agente Administrativo.
III – TAMIRES FERNANDA TEIXEIRA, Agente Administrativo

Art. 2º- Nas licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a) conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º- Designar os servidores abaixo relacionados como Comissão de Contratação e como membros da Equipe de Apoio ao Agente de Contratação nas licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal 14.133/21.
I. RENATA CRISTINA DOS SANTOS, Assistente Administrativo;
II. ELAINE APARECIDA MUNHOZ DA SILVA, Agente Administrativo.
III. JÚLIO CESAR DIAS, Agente Administrativo;
IV. ANDRÉIA SILVESTRINI – Cargo em comissão

Parágrafo único. Os servidores mencionados neste artigo auxiliarão o(a)pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

Art. 4º - O Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Art. 5º - O Agente de Contratação poderá solicitar auxílio técnico complementar, de servidores que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames, para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica.

Art. 6º - Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Contratação:
I. RENATA CRISTINA DOS SANTOS, Oficial Administrativo
II. ELAINE APARECIDA MUNHOZ DA SILVA, Agente Administrativo
III. JÚLIO CÉSAR DIAS, Agente Administrativo
IV. ANDRÉIA SILVESTRINI

Art. 7º - A composição da Comissão de Contratação será sempre em quantidade ímpar, no mínimo de 3 (três) membros, devendo o(a) Prefeito(a) indicar, em cada processo, o servidor que exercerá a sua Presidência

Art. 8º - As designações terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 9º A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 143/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:60DDB64B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 201/2026

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar, Constitui Comissão Processante e dá outras providencias.

ANANIAS SOARES VIEIRA, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I. CONSIDERANDO o disposto nos arts. 154, 155, 187 e ss, 192 e ss todos constantes da LCM nº 631/1994 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itambé, Estado do Paraná, de 31 de outubro de 1994.
II. CONSIDERANDO a apuração realizada pelo Processo de Sindicância Administrativa Investigativa, que decidiu pela instauração de PAD para investigação detalhada das condutas apuradas;
III. CONSIDERANDO que, a Autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público municipal é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando-se ao acusado os princípios constitucionais ao contraditório e à ampla defesa (art.187 da LCM n.º 631/94)

RESOLVE

Art. 1.º - Designar as Servidoras, **Barbara Santos Garcia** - ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheira Civil, matrícula 8385, CPF 058.***.***-*4; **Rosana Gomes Reis** - ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, matrícula 8112, CPF 063.***.***-*2 e **Josiane Castaldelli Ferreira** - ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora, matrícula 8316, CPF - 046.***.***-*6, para, constituírem Comissão Processante, respectivamente: Presidente, Secretaria e Membro, fica com sede no Município de Itambé, Estado do Paraná, junto ao Paço Municipal, à Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, CEP 87.175-000, incumbida de dirimir o Processo Administrativo Disciplinar inaugurado sob o n.º 001/2026, instaurado em razão dos atos faltosos praticados pelo Servidor **AGNALDO CERQUEIRA DOS SANTOS**, portador do CPF/MF sob o n.º 852.***.***-*2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula 8283, residente e domiciliado nesta municipalidade.

Parágrafo Único: Os atos faltosos citados no ***caput*** do presente artigo tipificam-se como afronta ao artigo 154, II, III, IX e 155, X, XIII da Lei Municipal n.º 631/1994 – Estatuto dos Servidores Municipais, de 31/10/1994, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer da apuração, respeitando-se, todavia, o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, bem como vistas do processo que ora instaura-se na repartição, nos termos preconizadas no art. 187 e ss e 192 e ss da LCM 631/1994, c/c os ditames do art. 37 e ss da CF/88.

Art. 2.º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, e, consequentemente, para a expedição do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar, conforme preceitua o art. 198 da Lei Municipal n.º 631/1994, prorrogáveis nos termos da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, aos 15 dias do mês de setembro do ano de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:C4A031D3

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

Pregão Eletrônico nº 22/2026

O Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público a SUSPENSÃO "**sine die**" do Pregão Eletrônico nº 22/2026, ensejado pelo Processo Administrativo nº 061/2026, cujo objeto é "**Aquisição de veículos tipo VAN para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento ao disposto nas Resoluções SESA nº 1699/2024, nº 1357/2025 e nº 1898/2025**" com abertura no dia **16/09/2026 (Plataforma BLL)**, em razão de necessidade de análise de pedido de impugnação que poderá resultar em alterações de condicionantes editalícias.

Nova data de abertura será ulteriormente divulgada.

Informações através do e-mail: licitacao@itambe.pr.gov.br.

Itambé/PR, 15 de setembro de 2026.

LUÍS CEZAR CONTRERAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Luis Cezar Contreras
Código Identificador:A9D1157A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 148, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública, para fins de execução das obras de infraestrutura e pavimentação asfáltica rural na Estrada da Bonina, no Município de Itambé, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Considerando que a pavimentação asfáltica proporcionará melhores condições de infraestrutura de acesso rural, facilitar o escoamento da produção agrícola e garantir melhores condições de mobilidade para os moradores e produtores da região e da comunidade Bonina e otimizará o escoamento de insumos agrícolas na região.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com amparo no art. 5º, alíneas "h" e "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins administrativa de passagem, a faixa de terra necessária à implantação do projeto de infraestrutura viária e à execução das obras de pavimentação asfáltica rural, regularização do leito, drenagem pluvial e adequação técnica da **Estrada Rural da Bonina sendo o trecho que se inicia em UTM: E: 398519 N:7383969N e termina no ponto final em UTM: E: 398228N: 7386028N**, situada no território do Município de Itambé, Estado do Paraná.

Art. 2º A área afetada por este Decreto abrange as dimensões, alinhamentos e faixas de domínio descritos nos memoriais descritivos, plantas e especificações técnicas elaboradas pela equipe de engenharia do Município, constantes do Processo Administrativo.

Art. 3º A utilidade pública objeto deste Decreto fundamenta-se nos seguintes objetivos de interesse coletivo:
Execução de pavimentação asfáltica rural para melhoria da qualidade e segurança da malha viária. Otimização do tráfego e suporte ao escoamento da produção agrícola e agropecuária do Município. Garantia de condições adequadas para o transporte escolar municipal e o trânsito da população rural. Prevenção contra erosões e manutenção da trafegabilidade contínua durante todo o ano.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:84718BA1

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 114/2026 – ID/TCE: Nº 43094

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: WESLEI ZANOTI VIEIRA
CNPJ N.º 53.948.647/0001-06

OBJETO: Credenciamento de profissionais especializados na execução de oficinas socioeducativas, culturais e esportivas junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV.

VALOR CONTRATUAL R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

PRAZO DE FORNECIMENTO: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se Processo Administrativo de Credenciamento Nº 07/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 14/09/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:7CD1A7F4

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 115/2026 – ID/TCE: Nº 43096

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: GINAI CARDOSO SIMEONI
CNPJ N.º 13.595.605/0001-14

OBJETO: Credenciamento de profissionais especializados na execução de oficinas socioeducativas, culturais e esportivas junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV.

VALOR CONTRATUAL R$ 34.560,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais.

PRAZO DE FORNECIMENTO: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se Processo Administrativo de Credenciamento Nº 07/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 14/09/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:BE10709E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 116/2026 – ID/TCE: Nº 43097

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: DIORSI SANTOS LESSA
CNPJ N.º 53.944.813/0001-04

OBJETO: Credenciamento de profissionais especializados na execução de oficinas socioeducativas, culturais e esportivas junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV.

VALOR CONTRATUAL R$ 34.560,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais).

PRAZO DE FORNECIMENTO: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se Processo Administrativo de Credenciamento Nº 07/2026.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 14/09/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:FE205032

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 209/2024 - REAJUSTE

CONTRATO Nº 209/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 102/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: MAXI CLINIC CLINICA DE CONSULTAS LTDA.
CNPJ: 26.626.773/0001-71
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SAÚDE OCUPACIONAL PARA ATENDIMENTO A NR07.
DO VALOR: R$ 3.976,82 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F32D3FE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 209/2024 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 209/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 102/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: MAXI CLINIC CLINICA DE CONSULTAS LTDA.
CNPJ: 26.626.773/0001-71
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SAÚDE OCUPACIONAL PARA ATENDIMENTO A NR07.
DO VALOR: R$ 93.476,50 (NOVENTA E TRÊS MIL, QUATROCETOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 ATÉ 14 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:51211011

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 220/2022 - PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 220/2022
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 111/2022
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: ANDREIA RUTZ SCHNEIDER DE BARROS MERCADO.
CNPJ: 13.243.880/0001-79
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS"
PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 03 DE NOVEMBRO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM 03 DE NOVEMBRO DE 2027.
DO VALOR: R$ 22.497,00 (VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:50C7630E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 003/2025 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora para coordenação da Conferência Municipal de Esportes e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE/DECRETA**:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora para coordenar a 1° Conferência Municipal de Esportes, ficando designados os seguintes servidores.
I. Altair Sabadin Junior, RG: 14.112.680-6, (membro da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer) ao qual compete a coordenação geral;
II. Maria Eduarda de Miranda, RG; 13.821.077-4 (membro da Secretaria Municipal de Assistência Social)
III. Elton João de Moura, RG; 10.146.912-3 (membro da Secretaria Municipal de Saúde)
Art. 2º - Compete à Comissão Organizadora:
I. Planejar, coordenar e promover a 1ª Conferência Municipal de Esportes;
II. Mobilizar a sociedade civil e o poder público para organizarem e participarem da conferência;
III. Elaborar a metodologia, programação e regimento interno;
IV. Realizar a sistematização das propostas da conferência municipal;
V. Elaborar o relatório final da 1ª Conferência Municipal de Esportes;
VI. Avaliar a 1ª Conferência Municipal de Esportes;
Parágrafo Único. A Conferência terá o tema: **UM NOVO OLHAR PARA O ESPORTE: CONSTRUINDO O FUTURO DE ITAPERUÇU.**
Art. 3º - A 1ª Conferência Municipal de Esportes realizar-se-á no período de 23 de Outubro de 2026.
Parágrafo Único. O local para realização da 1° Conferência Municipal será objeto de resolução específica da Prefeitura Municipal de Itaperuçu.
Art. 4º- Serão consideradas como diretrizes para o Plano Municipal de Esportes:

I. Basear as ações nas demandas da população, considerando as características, necessidades, interesses e preferências esportivas identificadas no município
II. Ampliar o número de projetos ofertados por meio de ações planejadas, buscando atender de forma progressiva às diferentes demandas da população;
III. Desenvolver ações voltadas ao esporte de lazer, promovendo atividades acessíveis à população e incentivando a prática esportiva como forma de convivência, bem-estar e qualidade de vida
IV. Desenvolver ações voltadas ao esporte competitivo, ampliando oportunidades de participação em competições e contribuindo para o desenvolvimento de atletas e equipes;
V. Investir na infraestrutura esportiva, desenvolvendo e qualificando espaços versáteis, acessíveis, seguros e adequados às diferentes práticas esportivas e necessidades da população;
VI. Promover competições regulares por meio de calendário esportivo, proporcionando maior organização, continuidade e previsibilidade às atividades competitivas do município;
Art. 5º- Serão consideradas como eixos temáticos para a elaboração da Conferência Municipal de Esportes:
I. Formação Esportiva
II. Excelência Esportiva
III. Esporte para a toda a vida
Art. 6º- A presente resolução entra em vigor na data de sua assinatura;

VILMAR WOZNIAK
Presidente do Conselho Municipal de Esportes e Lazer

Publicado por:
Felipe Dos Santos
Código Identificador:89455306

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 358/2026

PORTARIA Nº 358/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a desistência de candidato convocado no Concurso Público nº 01/2022 e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o resultado final e a homologação do Concurso Público nº 01/2022, realizado pelo Município de Itaúna do Sul/PR;

CONSIDERANDO a convocação do candidato JOÃO PEDRO ROÉFERO SILVA, aprovado e classificado para o cargo de ENFERMEIRO, por meio do Edital de Convocação nº 41.01/2022;

CONSIDERANDO que o candidato havia anteriormente solicitado seu deslocamento para o final da lista de classificação, tendo sido deferida a respectiva solicitação, e que, posteriormente, foi reconvocado para prosseguimento dos procedimentos necessários à nomeação;

CONSIDERANDO o Termo de Desistência de Vaga apresentado pelo candidato em 14 de setembro de 2026, mediante o qual declarou, de forma expressa, livre e consciente, seu desinteresse pela vaga e sua desistência quanto à nomeação para o cargo de Enfermeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização do ato administrativo para fins de regularização da situação do candidato e prosseguimento das convocações, observada a ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica formalizada a DESISTÊNCIA do candidato JOÃO PEDRO ROÉFERO SILVA, inscrito no Concurso Público nº 01/2022, aprovado e classificado para o cargo de ENFERMEIRO, em razão da manifestação expressa de desistência apresentada pelo próprio candidato, por meio de Termo de Desistência de Vaga datado de 14 de setembro de 2026.

Art. 2º Em razão da desistência formalizada no artigo anterior, fica encerrada, para o candidato, a oportunidade de nomeação decorrente da convocação realizada por meio do Edital de Convocação nº 41.01/2022, não havendo obrigação de nova convocação para o referido cargo em decorrência da classificação anteriormente obtida.

Art. 3º Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder aos registros e demais providências administrativas necessárias à formalização da desistência, bem como a dar prosseguimento à convocação do próximo candidato aprovado e classificado, observada a ordem de classificação e as disposições do Edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:C5B9E643

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 359/2026

PORTARIA Nº 359/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio a servidora Maria Angelica Garcia Pagotti e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 102, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 085/90; **considerando** o cumprimento de interstício de 05 anos de ininterrupto exercício junto ao Poder Executivo, sem que haja concorrido qualquer causa prevista no artigo 103 da Lei Municipal n° 85/1990, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio á servidora Maria Angelica Garcia Pagotti, matrícula nº 300, CPF 076.4**.***-78, com o cargo efetivo de Psicólogo, lotada no Centro de Referência da Assistência Social – Secretaria de Assistência Social, conforme Artigo 102 da Lei Municipal nº 085/90, para o período aquisitivo de 2021/2026.
Parágrafo único. O período da licença prêmio será usufruído entre os dias 16/09/2026 e 14/12/2026, totalizando 90 (noventa) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIZABETH DE SOUZA NARCISO DE GOIS.
Secretaria de Assistência Social.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:F34B6957

ADMINISTRAÇÃO RH
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2022
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2022
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO
POR TEMPO DETERMINADO

1º ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 001/2026.
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 005/2023, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 007/2024.
Decreto Municipal n° 104/2022.
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2022.
Valor Mensal:
R$ 3.242,00 (três mil, duzentos e quarenta e dois reais).
Partícipes:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – CNPJ: 75.458.836/0001-33
CONTRATADO: RENATA DARTES SANTANA GONÇALVES – CPF 049.***.***-12
Objeto: prestação de serviços de no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSS**, com carga horária de 40 horas semanais.

Prazo de Execução e Vigência do aditivo: 17/09/2026 a 16/09/2027

Prazo total de vigência do contrato: 17/06/2026 a 16/09/2027.

Data da assinatura: 15/09/2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

BRUNO VIANNA DA SILVA
CPF 065.***.***-71

JULIO FERNANDES ROCHA
CPF 084.***.***-37

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:CD11E7F0

DEPARTAMENTO JURÍDICO
PORTARIA 357/2026

PORTARIA Nº 357/2026

Institui o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) no âmbito da NIS II e da UAPSF – Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família de Itaúna do Sul, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Resolução - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, e demais legislações correlatas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituído o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) no âmbito da NIS II e da UAPSF – Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família de Itaúna do Sul, com a seguinte composição:

MEMBROS CONSTITUINTES:
Representantes da Gestão
Raquel Cristina da Costa Correa
Alex Junior da Silva.
Coordenadora do NSP
Fabiani Minuci Leite Souza.
Representantes da UBS NIS II
Marcelo Damião de Araujo, Monique Beatriz Gonçalves
Vera Lucia Bono Caetano Martins.
Representantes da UBS UAPSF
Priscilla Martins Ril
Mônica Campista
Rafaela Aparecida de Souza Gonçalves.
Farmacêutico Municipal
Ligiane Machado dos Santos Goes.
Representantes da Odontologia
Andrea Paramustchak Tessari Sumida
Lucimeire Martins de Mazzi.
Coordenadora da APS
Ana Paula de Oliveira
Outros Membros (equipe multiprofissional)
Silvia Nascimento
Johnson Sumida
Abner Cristhian Soares Pereira
Diana Francisco dos Santos.

Parágrafo Único - Esta comissão terá como finalidade implementar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à segurança do paciente, em conformidade com a RDC nº 36/2013 e demais normas legais pertinentes, sob a coordenação de Fabiani Minuci Leite Souza.

Artigo 2º - O Núcleo de Segurança do Paciente terá, entre suas atribuições:
a) Elaborar e implementar o Plano de Segurança do Paciente;
b) Promover a cultura de segurança entre os profissionais de saúde e usuários;
c) Monitorar e avaliar os incidentes relacionados à assistência à saúde;
d) Propor estratégias de mitigação de riscos.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:4EDEEF1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Ivaí/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Município de Ivaí - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1239/2017, e
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e adequar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social às normas vigentes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas atualizadas para a organização, funcionamento, competências, composição e atuação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o caráter permanente, deliberativo, normativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Assistência Social, assegurando a participação e o controle social na Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião realizada no dia 15 de setembro de 2026, conforme registrada em Ata nº 06/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Ivaí/PR.
Art. 2º - O Regimento Interno aprovado por esta Resolução estabelece as normas relativas à organização, funcionamento, composição, competências, atribuições de seus membros, reuniões, deliberações, comissões, câmaras, grupos de trabalho e demais procedimentos necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 3º - Fica revogado o Regimento Interno anteriormente vigente, bem como as disposições em contrário.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí, 15 de setembro de 2026.

VIVIANE PRSYBYLSKI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS -Ivaí PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:120866EC

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 211/2025 PROCESSO Nº 063/2025 PREGÃO Nº 061/2025

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominada CONTRATANTE e a empresa a **MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI - LIVRARIA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 07.507.671/0001-92, sediado(a) na Rua Expedicionário Bruno Estrifica, n° 510, Centro, Ivaí – PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por **MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO:
O presente contrato tem por objeto a Aquisição de material de expediente e equipamentos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, **- LOTE 1, 11, 21, 22, 23, 24, 149, 150, 151, 136, 140, 141, 143, 146, 147, 120, 121, 124, 126, 128, 134, 108, 114, 115, 116, 117, 119, 97, 101, 102, 103, 104, 106, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 64, 65, 76, 77, 78, 79, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 41, 43, 46, 49, 51, 53, 25, 26, 27, 28, 29, 30**.

CLÁUSULA SEGUNDA:
A **CLÁUSULA SEGUNDA** do contrato original, os prazos de execução e de vigência deste contrato ficam prorrogados até 13/08/2027, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, devidamente justificados pela secretaria de saúde e mantidas as condições vantajosas para o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do **CONTRATO Nº 211/2025** e de seus aditivos anteriores, que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento, permanecendo válidas em todos os seus termos.
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ivaí (PR), 15 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Ivaí-PR
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal
Contratante

Marli Salamucha Socolovski - Livraria
MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:C0F31ED8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 209/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 024/2026

OBJETO: aquisição de 500 cargas de cascalho
CONTRATADA: EUGENIO BOCHENSKI
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 25.000,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 15/09/206

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

EUGENIO BOCHENSKI –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:AEC43231

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR - PSS 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, realizado para admissão no cargo de **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR**,

C O N V O C A

EUNICE PADILHA e JENIFER TAINARA GRISOSKI, aprovados pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o próximo dia 18 de setembro de 2026.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 16 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:E5C2D6F6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33
Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br
EDITAL N.º 002/2026 PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 002/2026, que regulamenta o processo de eleição para o cargo de Diretor(a) das Instituições Municipais de Ensino, após análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no referido Edital:
RESOLVE:
Art. 1º Homologar as candidaturas abaixo relacionadas, considerando-as HOMOLOGADAS a concorrer ao processo eleitoral para o cargo de Diretor(a) das respectivas instituições de ensino:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DA CANDIDATA	CPF/RG	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SITUAÇÃO
1	Viviani Conte	***.500.***-57	Escola Municipal Cristo Rei	INSCRIÇÃO HOMOLOGADA
2	Maria Eliane Bardal	***.792.***-87	Escola Municipal Bitu-Mirim	INSCRIÇÃO HOMOLOGADA
3	Marilda Aparecida Garcia	***.783.***-23	Escola Municipal Dr. Leopoldo Guimarães da Cunha	INSCRIÇÃO HOMOLOGADA
4	Edicleia Dambroski	***.859.***-30	CMEI Nossa Senhora Aparecida	INSCRIÇÃO HOMOLOGADA

Ivaí, 15 de setembro de 2026

COMISSÃO ORGANIZADORA GERAL PARA A ESCOLHA DE DIRETOR (A) ESCOLAR
Portaria nº 229/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Batista Ribeiro
Código Identificador:647E1ED2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 4/2026 DE 01/09/2026

CAMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
Estado do Paraná CNPJ 01.968.512/0001-09
Exercício: 2026
Decreto Legislativo nº 4/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Presidente da Câmara do Município de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento da Câmara Municípal, no valor de **R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
01.000.00.000.0000.0.000.		PODER LEGISLATIVO	
01.001.00.000.0000.0.000.		CAMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	
14 - 3.3.90.40.00.00	01001	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	41.000,00
		Total Suplementação:	**41.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
01.000.00.000.0000.0.000.		PODER LEGISLATIVO	
01.001.00.000.0000.0.000.		CAMARA MUNICIPAL	
01.001.01.031.0001.2.001.		MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	
1 - 3.1.90.11.00.00	01001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	21.000,00
8 - 3.3.90.14.00.00	01001	DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00
		Total Redução:	**41.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente Da Câmara

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:52F53574

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Professor (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
33º	179	Rubia Santos de Souza

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:4FDF5D6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 123/2026, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera o Decreto Municipal nº 114/2025, que estrutura o Serviço Municipal de Limpeza Pública, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Ivatuba, para incluir servidoras no rol de designados, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inc. IV, do art. 74 da Lei Orgânica do Município, c/c artigo 53 da Lei Municipal nº 263/2002, Estatuto dos Servidores Municipais de Ivatuba,

DECRETA: -

Art. 1º Ficam incluídas no rol de servidores designados pelo Decreto Municipal nº 114/2025, para atuarem no Serviço Municipal de Limpeza Pública da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 03 de setembro de 2026, as seguintes servidoras:
- Suelem Carla dos Santos – Auxiliar de Serviços Gerais – matrícula nº 713;
- Regineia dos Santos – Auxiliar de Serviços Gerais – matrícula nº 717.

Art. 2º As servidoras referidas no art. 1º deste Decreto, enquanto atuantes no Serviço Municipal de Limpeza Pública da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, farão jus à Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, correspondente a 30% (trinta por cento) de seus vencimentos básicos, conforme artigo 103 e seguintes da Lei Municipal nº 263/2002, com a redação dada pela Lei Complementar nº 052/2025.

Art. 3º - Fica a Gerência de Recursos Humanos autorizada a determinar as medidas administrativas necessárias, para que se efetivem os devidos registros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos jurídicos e financeiros retroativos a 03 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C25DA64C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3°. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 035/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2024-PMI ADITIVO DE VALOR

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **IMPACTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 05.306.560/0001-92.**
OBJETO: **O presente termo tem por objeto o aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 035/2024, resultado do Pregão Eletrônico nº 003/2024 que tem por objeto o Contratação de Pessoa Jurídica para desenvolvimento de Oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para crianças e adolescentes.**

Itens Aditivados:

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1.2	100	Hora	**OFICINA DE ARTES MARCIAIS** Obrigações da Contratada: aplicar técnicas que se concentram no Princípio da Máxima Eficiência com o mínimo de esforço do corpo e o espirito. É ao mesmo tempo a utilização global, racional e utilitária da energia do corpo e do espírito. Profissional de nível médio ou superior, mediante apresentação de documentos que comprovem capacitação profissional para ministrar a oficina. Experiência profissional comprovada, mínima de 01 (um) ano completo, como oficineiro.	68,29	6.829,00

VALOR ADITIVADO: **R$ 6.829,00 (seis mil oitocentos e vinte nove reais).**
VIGÊNCIA: **Inalterada.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **31 de dezembro de 2026.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 15 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:95CD233A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 181/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE*:* -

Art.1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretária Municipal de Saúde, conforme Programação de Férias constante do Protocolo nº 2093/2026 - PMI de 14/09/2026.

Matricula	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde de Dias	Período de Gozo
225	Denice de Andrade Da Silva	Zeladora	01/07/2025 a 30/06/2026	20	13/10/2026 a 01/11/2026
622	Marcelo Gonçalves Lemos	Motorista Veículos Pesados	06/12/2024 a 05/12/2025	10	15/09/2026 a 24/09/2026
767	Márcio André Ruiz	Agente de Combate a Endemias	06/03/2025 a 05/03/2026	15	23/10/2026 a 06/11/2026

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C8A80885

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 183/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 20 dias de férias à Servidora Roseli De Fatima Celestino, matricula nº 732, detentora do cargo de provimento de Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, referente ao período aquisitivo de 02/01/2025 à 01/01/2026, a partir de 13/10/2026 retornando em 02/11/2026, conforme Protocolo nº. 2064/2026 - PMI de 08/09/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:129D1657

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 184/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 05 dias de férias ao Servidor Rafael Gomes Floriano, matricula nº 746, detentor do cargo de provimento de Secretário de Esporte e Lazer, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo de 03/02/2025 à 02/02/2026, a partir de 21/09/2026 retornando em 26/09/2026, conforme Protocolo nº. 2085/2026 - PMI de 11/09/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:28A26F3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 185/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 10 dias de férias à Servidora Rosilaine De Fatima Dante Murata, matricula nº 735, detentora do cargo de provimento de Secretaria de Industria e Comercio, lotada na Secretaria Municipal de Secretaria de Industria e Comercio, referente ao período aquisitivo de 03/01/2025 à 02/01/2026, a partir de 30/09/2026 retornando em 10/10/2026, conforme Protocolo nº. 2059/2026 - PMI de 08/09/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:0C99740E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 121/2026 DE 11/09/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 121/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 244.194,36 (duzentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PODER EXECUTIVO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
714 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
06.001.12.365.0005.2.024.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
728 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
07.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE LAZER, RECREAÇÃO E TÉCNICA ESPORTIVA	
07.001.27.812.0007.2.033.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE LAZER, RECREAÇÃO E TÉCNICA ESPORTIVA	
719 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.035.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE	
707 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
08.001.10.301.0011.2.039.		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
727 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.243.0014.2.042.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	
724 - 3.3.90.39.00.00	34934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.194,36
		Total Suplementação:	**244.194,36**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ERIC ANDERSON TIHARA
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:2D78F89A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 122/2026 DE 11/09/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 122/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
06.001.12.365.0005.2.024.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
290 - 3.1.90.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	460,00
Total Suplementação:			**460,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
06.001.12.365.0005.2.024.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
292 - 3.1.90.94.00.00	01104	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	460,00
Total Redução:			**460,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ERIC ANDERSON TIHARA
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:B161A6EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA JANEIRO A AGOSTO – 4º BIMESTRE DE 2026

Instrução Normativa nº 36/2009 Art. 18 – Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Especificações	Valores – R$
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	
Dotação inicial .....:	309.000,00
Dotação atualizada .....:	430.388,59
Despesas empenhadas no Bimestre .....:	75.419,65
Despesas empenhadas até o Bimestre .....:	251.018,86

Ivatuba/PR, 14 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ERIC ANDERSON TIHARA
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:579C9942

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 097/2026

DISPÕE: SOBRE O CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica **CANCELADA** a gratificação concedida ao servidor público municipal Sr. ROGERIO MANDUCA, CPF n. º ***.964.769-** através do Decreto n.º 025/2025, a partir de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto revoga as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 11 de setembro de 2.026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:1A628872

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 098/2026

DISPÕE: SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica CONCEDIDA gratificação de 20 % (vinte por cento) a servidora pública Municipal Sra. **ADRIANA ADELIS AGUILAR**, portadora do CPF Nº ***. 295.039 -**, responsável pela Procuradoria Jurídica do Município, perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de setembro de 2026.

Art. 2º. – Este Decreto revoga as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,em 11 de setembro de 2.026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C1071B3A

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 102/2026

DISPÕE: SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica CONCEDIDA gratificação de 20% (vinte por cento) a servidora pública Municipal Sra. **LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE**, matrícula 8148350, portadora do CPF Nº ***.591.449 -**, responsável pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPcD, a partir de 08 de setembro de 2026.

Art. 2º. – Este Decreto revoga as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 15 de setembro de 2.026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:4651C41E

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 136/2026.

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promoverá licitação na modalidade Pregão Eletrônico através da plataforma eletrônica www.bll.org.br.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME NECESSIDADE DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE JAGUAPITÃ-PR.

Local e Data do Credenciamento e da Realização Do Pregão: O credenciamento e o recebimento das propostas de preços e de habilitação serão a partir das 09h00m horas do dia **16 de setembro de 2026** até às 08h20m do dia **29 de setembro de 2026**. O início da avaliação das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **29 de setembro de 2026**.

Edital: O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail pregao@jaguapita.pr.gov.br.

Mais informações: Mais informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:6795E907

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERRALHERIA, SOLDA, RUFOS E CALHAS.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: ORION ESTRUTURAS METALICAS LTDA
CNPJ: 48.246.621/0001-86
Valor Total: R$ 819.994,00 (Oitocentos e dezenove mil, novecentos e noventa e quatro reais).

VALOR TOTAL DESTE PREGÃO: R$ 819.994,00 (Oitocentos e dezenove mil, novecentos e noventa e quatro reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:9BBABA8B

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO– EDITAL 001/2025

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital nº 001/2025 de 24/02/2025, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 047/2025 de 17/04/2025, prorrogado pelo Decreto nº 035/2026 de 07/04/2026, a candidata abaixo relacionada:

ENFERMEIRO /40 HRS
ODETE ALVES DE SOUZA CARRERO

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 16/09/2026 a 22/09/2026, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência e N.º. de Telefone.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal /DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria junto ao INSS e a espécie do benefício, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 15 de setembro de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:F0B8FFC2

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 617/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E
REVOGAR a **PORTARIA Nº. 574/2026** e **NOMEAR** os membros da CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - **CAISAN**, composto por 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, a partir da posse, sendo os seguintes:
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Titular – JOÃO RICARDO BORTOLASSI
Suplente – JOSÉ ANTONIO GOLFETTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular – NÁDIA TEIXEIRA CAIRIS
Suplente – PÂMILA VIDIGAL BAZONI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
Titular – CELSO HIDEKI MATIHARA
Suplente – HELENA CATELI RODRIGUES OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular – ELAINE BELLO DA SILVA
Suplente – IRACELES PATRICIA STRINGHINI CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Titular – TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Suplente – LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Titular – MARLENE DOS SANTOS CÉZAR
Suplente – RENAN DEZOTTI DE ALMEIDA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:1623B1BC

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 618/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

REVOGAR, a Portaria nº. 158/2025, de 19 de fevereiro de 2025, que designou o servidor público municipal Sr. ROGERIO MANDUCA, inscrito no CPF nº. XXX.964.769-XX, Procurador Jurídico do Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9D454F6E

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N.º 619/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e em conformidade com as Leis Municipais nº 020/2024 e 022/2024 e demais disposições aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguapitã realizada no dia 15 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam NOMEADOS os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JAGUAPITÃ**, Gestão 2026/2028, composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, com **mandato de dois anos**, relacionados nessa portaria.

Art. 2º. Ficam nomeados como REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS do PODER PUBLICO MUNICIPAL:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TITULAR: NÁDIA TEIXEIRA CAIRIS
SUPLENTE: VIVIANE CRISTINA DIABERNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR: IZABELLA BORDIGNON
SUPLENTE: FABIO BIONDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
TITULAR: FLAVIO HENRIQUE BARBOSA RIBEIRO
SUPLENTE: ANA FLAVIA LONGO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
TITULAR: PAULO HENRIQUE PEREIRA
SUPLENTE: BRUNA CAMILA MOREIRA DAS VIRGENS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TITULAR: ARLINDO PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR
SUPLENTE: BRUNA RUIZ DUARTE TURQUE

Art. 3º. Ficam nomeados como REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS da SOCIEDADE CIVIL:

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE
TITULAR: NEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA
SUPLENTE: FELIPE MATEUS DO NASCIMENTO GALIZA
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE DEFESA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:
APMF DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE – ENSINO FUNDAMENTAL
TITULAR: VIVIANE IÁCOMO ALVES
APMF DO CMEI PROFª. CLAUDICÉIA DE SOUZA ROLIM
SUPLENTE: TATIANA ELIAS GAMA
APMF DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. NEWTON GUIMARÃES – ENSINO FUNDAMENTAL
TITULAR: ROSILENE DINIZ GOMES VARGAS
SUPLENTE: GIOVANA DA SILVA ALCANTARA
APMF DO CMEI MARIA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO
TITULAR: ELISÂNGELA CRISTINA BARBOSA LOPES DE OLIVEIRA
APMF DO CMEI PROFª. RITA DE CÁSSIA NÓBREGA VIEIRA
SUPLENTE: ROSANGELA CARNEIRO
PASTORAL DA CRIANÇA DE JAGUAPITÃ
TITULAR: SALVIANA DE OLIVEIRA FONSECA
SUPLENTE: AMÉLIA APARECIDA AMARO BARROS

Art. 4º. A presente Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
COMUNIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:802B3A70

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 620/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 16/09/2026, a aprovada no Concurso Público – Edital 001/2024, com resultado Definitivo nº 17/2024 de 30/08/2024, anexo II, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 15/07/2026 para ingresso no Cargo Público de Educador Social, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas.

NOME	CPF
CLEONICE APARECIDA DA SILVA SOARES	***.133.239-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:65B3315D

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 12.01/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

	8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA - JAGUAPITÃ		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**PONTOS**	**MODALIDADE**
0042226	JHONATAN PINHEIRO BARBOSA	95,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:8E010267

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 12.01/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova prática** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado mediante **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova prática aplicada na data pretérita 30 de agosto de 2026, no Município de Jaguapitã, Estado do Paraná.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova prática, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado preliminar divulgado, caberá interposição de recurso administrativo no período das **0h do dia 16/09/2026 até às 23h59min do dia 17/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá

acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 15 de setembro de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:6EBCDBF2

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 13.01/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado por intermédio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado da prova de títulos divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso no período das **0h do dia 16/09/2026 até às 23h59min do dia 17/09/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 15 de setembro de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:C8483530

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2026

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Jardim Olinda, e dá outras providências.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA**, Estado do Paraná, com fulcro no art. 32 da Lei Orgânica do Município e nas demais disposições regimentais, promulga a seguinte EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º O artigo 5º da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 2º O artigo 9º-A da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 9º-A. Compete privativamente à Câmara Municipal:

IX - fixar, em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término do mandato, para ter vigência a partir da legislatura seguinte, o subsídio dos Vereadores, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono ou prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, atendidos os limites e preceitos constitucionais; ...

XIII - conceder, sem qualquer limitação de quantidade, durante a sessão legislativa, honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XXI - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da notificação do Prefeito feita pela Presidência da Câmara Municipal;

Art. 3º O artigo 10 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, em sessão solene de instalação, nas dependências da Câmara Municipal ou em outro local previamente escolhido e adequado à solenidade, independentemente de número regimental e sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores eleitos tomarão posse, conforme dispuser o Regimento Interno.

Art. 4º O artigo 11 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo único. Não havendo maioria absoluta ou não se efetivando a eleição, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá interinamente na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa da Câmara.

Art. 5º O artigo 12 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 12. ...

§ 2º A eleição para a renovação da Mesa será realizada a partir de outubro da segunda sessão legislativa, mediante convocação da Mesa, considerando-se empossados automaticamente os eleitos no dia 1º de janeiro subsequente.

Art. 6º O artigo 13 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. A Mesa da Câmara será composta de um Presidente, de um Vice-Presidente, de um Primeiro Secretário e de um Segundo Secretário, os quais se substituirão nesta ordem na direção dos trabalhos do Plenário e nos demais misteres administrativos que lhes competirem.

Art. 7º O artigo 15 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Os Vereadores gozam de imunidade parlamentar através da inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

§ 1° - Os Vereadores terão acesso às repartições públicas municipais para se informar sobre qualquer assunto de natureza administrativa, inclusive com acesso a arquivos de mídias digitais;

§ 2º Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas que lhes confiaram ou receberam informações.

Art. 8º O artigo 19 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. A Câmara Municipal poderá cassar o mandato do Vereador nas hipóteses definidas no Decreto Lei nº 201, de 1967, bem como através do seu rito, mediante a constituição de Comissão Processante com as finalidades previstas no seu Regimento Interno.

Art. 9º O artigo 22 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 22. Perderá o mandato o Vereador:

...

§ 1º A perda do mandato nos casos previstos neste artigo será decidida pela Câmara Municipal, por votação nominal e aberta e pelo quórum de dois terços, mediante provocação da Mesa, de qualquer Vereador ou de partido político nela representado, assegurada ampla defesa conforme dispuser o Regimento Interno.

Art. 10. O artigo 23 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 23. ...

Parágrafo único. No ato da posse e anualmente, até o término do mandato, o Vereador deverá apresentar cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza entregue a receita Federal do Brasil.

Art. 11. O artigo 26 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. A Câmara Municipal terá as seguintes Comissões Permanentes, constituídas na forma, com as atribuições e competências, definidas no Regimento Interno:

I. Justiça e Redação;

II. Finanças e Orçamento;

III. Educação, Saúde e Assistência Social;

IV. Política Urbana, Meio Ambiente, Segurança Pública;

V. – Ética e Disciplina.

Art. 12. O artigo 28 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. Na constituição de cada comissão, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam do Legislativo Municipal.

Art. 13. O artigo 29 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, anualmente e independentemente de convocação, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro

§ 1º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação dos projetos de leis orçamentárias.

§ 2º A Câmara reunir-se-á, ainda, em sessões extraordinárias e solenes, na forma em que dispuser seu Regimento Interno.

§ 3º Serão considerados como de recesso legislativo os períodos compreendidos entre os dias 18 e 31 de julho e entre os dias 23 de dezembro a 1º de fevereiro de cada sessão legislativa.

Art. 14. O artigo 30 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 30. ...

§ 1º Salvo motivo de força maior devidamente caracterizado, as sessões serão realizadas no recinto próprio da Câmara Municipal, sob pena de nulidade das deliberações tomadas.

§ 2º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto, ou por outra causa que impeça a sua utilização, as sessões poderão ser realizadas em outro local, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 15. O artigo 32 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 32. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I. - emenda à Lei Orgânica;

II. - projetos de:

a. lei complementar;

b. lei ordinária;

c. decreto legislativo;

d. resolução.

III. - requerimentos;

IV. - indicações;

V. - moções.

§ 1º A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

I. de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II. do Prefeito;

III. dos cidadãos, através de iniciativa popular assinada por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

§ 2º A proposta será discutida e votada em 2 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em cada votação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º A emenda aprovada será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, de sítio ou de intervenção no Município.

§ 6º A iniciativa popular prevista no § 1º, III, será articulada e recebida pela Câmara, desde que contenha o seguinte:

I. identificação dos assinantes;

II. número do título de eleitor;

III. certidão expedida pelo juízo eleitoral, contendo o número total de eleitores do Município.

Art. 16. O artigo 34 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 34. Os decretos legislativos tratarão, dentre outras matérias, de:

I. concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do exercício do cargo;

II. autorização para o Prefeito e o Vice-Prefeito ausentarem-se do Município ou do País por período superior a 15 (quinze) dias;

III. aprovação ou rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IV. representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança de nome da sede do Município;

V. mudança do local de funcionamento da Câmara;

VI. cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação federal:

VII. aprovação de convênios ou acordos em que for parte o Município, ad referendum;

VIII. fixação do número de Vereadores.

Art. 17. O artigo 35 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 35. As resoluções tratarão, dentre outras matérias, de:

I. fixação do subsídio de seus Vereadores;

a. conclusões de comissões especiais e de parlamentares de inquérito;

II. organização e funcionamento dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções;

a. concessão de licença a Vereador, nos casos previstos em lei;

b. qualquer matéria de natureza regimental.

Art. 18. O artigo 37 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 37. Não será admitido aumento de despesa prevista:

I. nos projetos de lei de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem, e ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias;

II. nos projetos de resolução que versem sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara.

Parágrafo único. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 19. O artigo 38 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. O Prefeito poderá solicitar urgência para a tramitação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Solicitada urgência, a Câmara deverá manifestar-se em até 45 (quarenta e cinco) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação, prazo esse que não fluirá durante o recesso da Câmara.

§ 2º A fixação do prazo de urgência será expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto de lei, considerando-se a data do recebimento do pedido como termo inicial.

§ 3º Esgotado o prazo previsto no § 1º sem deliberação da Câmara, o projeto será incluído na pauta de ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.

§ 4º As disposições deste artigo não serão aplicáveis à tramitação dos projetos de lei que tratem de matéria codificada, emenda à Lei Orgânica e estatutos.

Art. 20. O artigo 41 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 41. ...

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Prefeito, para promulgação em 48 (quarenta e oito) horas.

§ 6º Se a lei não for promulgada no prazo estabelecido no § 5º, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 7º Quando se tratar de rejeição de veto parcial, a lei promulgada tomará o mesmo número da original.

§ 8º O prazo de 30 (trinta) dias referido no § 4º não flui nos períodos de recesso da Câmara.

§ 9º. Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Art. 21. O artigo 42 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42. As resoluções e decretos legislativos serão discutidos e aprovados como dispuser o Regimento Interno.

Art. 22. O artigo 44 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão efetuadas com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º A votação poderá ser pública, adotando-se o processo simbólico ou o nominal, e secreta, nos casos previstos nesta Lei e no Regimento Interno da Câmara.

§ 2º Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores a aprovação:

I. do Código de Obras e Edificações;

II. do Código de Posturas;

III. o Estatuto dos Servidores Municipais.

§ 3º Também dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores a rejeição do veto do Prefeito.

§ 4º Dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Vereadores a aprovação:

I - da realização de sessão secreta;

II - da rejeição ao parecer do Tribunal de Contas do Estado;

III - de proposta para mudança de nome ou sede do Município;

IV - da mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal;

V - da destituição de componente da Mesa da Câmara;

VI - da alteração desta Lei, com obediência ao rito próprio.

§ 5º A aprovação das matérias não constantes nos parágrafos anteriores deste artigo dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores, presentes à sessão a maioria absoluta.

§ 6º Será nula a votação que não for processada nos termos desta Lei.

§ 7° Em razão do decoro parlamentar, é dever do Vereador declarar-se impedido que tiver, sobre a matéria, interesse particular ou de qualquer outra situação que possa afetar a moralidade.

Art. 23. O artigo 45 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 45. ...

§ 1º O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente, na forma estabelecida na Constituição Federal e nas leis atinentes, para um mandato de 4 (quatro) anos.

§ 2º O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição, em sessão solene de instalação da Câmara Municipal, perante o Presidente.

§ 5º Se decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiverem assumido os cargos, estes serão declarados vagos.

Art. 24. O artigo 46 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46. O Prefeito será julgado perante o Tribunal de Justiça do Paraná nos crimes de responsabilidade, nos funcionais, nos por abuso de autoridade, nos comuns e nos especiais, nos termos da lei.

Art. 25. O artigo 47-A da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 47-A. ...

I – ocorrer a suspensão ou perda dos direitos políticos ou, ainda, a cassação do mandato por parte da Câmara Municipal;

Art. 26. O artigo 48 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. ...

§ 1º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que, por este, for convocado para missões especiais.

§ 3º Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, assumirá o Presidente da Câmara Municipal.

§ 6º Ocorrendo a vacância nos 2 (dois) últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

§ 7º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 27. O artigo 50 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 50. ...

§ 1º O Prefeito gozará de licença remunerada nos seguintes casos:

I - a serviço ou em missão de representação do Município;

II - por motivo de doença devidamente comprovada, ou em razão de licença gestante ou de licença paternidade, nos prazos previstos em lei, observados os mesmos critérios e condições estabelecidos para os servidores públicos municipais;

§ 2º O pedido de licença previsto no inciso I deverá ser amplamente motivado, indicando as razões da viagem, o roteiro e a previsão de gastos.

Art. 28. O artigo 52 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 52. ...

§ 1º O projeto de lei dispondo sobre os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito, de autoria da Mesa da Câmara, deverá ser apresentado em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término do mandato, apreciado e votado em até 45 (quarenta e cinco) dias de sua apresentação.

Art. 29. O artigo 53 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53. No caso da não fixação prevalecerá o subsídio do mês de dezembro do último ano da gestão anterior, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art. 30. O artigo 55 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 55. ..

I - o pleno exercício dos direitos políticos;

II - o atendimento a demais requisitos fixados em leis.

Art. 31. O artigo 57 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 57. ...

I - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

II - comparecer à Câmara Municipal para a prestação de esclarecimentos acerca de assuntos de interesse da administração e previamente delimitados.

Art. 32. O artigo 59 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. Os Secretários, Diretores ou equivalentes deverão, no ato da posse e anualmente, até o encerramento do vínculo com a administração pública municipal, apresentar cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza entregue a receita Federal do Brasil.

Art. 33. O artigo 60 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60. São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Estadual:

I - o Prefeito e a Mesa da Câmara;

II - os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa;

III - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

IV - as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual;

V - o Deputado Estadual;

VI - o Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa;

VII - o Procurador-Geral de Justiça.

Art. 34. O artigo 62 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração Direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 35. O artigo 63 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 63. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido por comissão permanente designada para esse fim ou por comissões especiais de investigação, sempre com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e compreenderá:

I. o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito, por parte da comissão de Finanças e Orçamento, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 90 (noventa) dias a contar de seu recebimento do Tribunal de Contas;

II. o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município;

III. o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária;

IV. o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 36. O artigo 64 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 64. Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 37. O artigo 65 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65. Diante de indícios de despesas não autorizadas, a competente comissão permanente da Câmara Municipal poderá solicitar ao Executivo que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, preste os esclarecimentos necessários.

Art. 38. O artigo 66 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 66. As contas do Município ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Art. 39. O artigo 67 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 67. Qualquer interessado poderá apresentar reclamação, dirigida à Câmara Municipal, em relação às contas do Município.

Art. 40. O artigo 68 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 68. A reclamação deverá:

I. conter a identificação e a qualificação do reclamante;

II. ser apresentada para protocolo, em 4 (quatro) vias;

III. conter elementos e provas em relação a fatos determinados.

Parágrafo único. As vias da reclamação apresentada terão a seguinte destinação:

I. uma será encaminhada, pela Câmara, ao Tribunal de Contas, encaminhando-se ao reclamante comprovante do encaminhamento;

II. uma será anexada às contas do Município colocadas à disposição, em até 48 (quarenta e oito) horas, e pelo prazo que restar, previsto nesta Lei;

III. uma será arquivada na Câmara Municipal;

IV. uma servirá como recibo do reclamante, devendo ser autenticada pelo servidor que a receber no protocolo.

Art. 41. O artigo 69 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69. São bens municipais todas as coisas corpóreas ou incorpóreas que pertençam, a qualquer título, ao Município.

§ 1º Os bens públicos municipais podem ser:

I. de uso comum do povo, tais como estradas municipais, ruas, parques, praças, logradouros públicos e outros da mesma espécie;

II. de uso especial, quais sejam os do patrimônio administrativo, destinados à Administração, tais como os edifícios das repartições públicas, os terrenos e equipamentos destinados ao serviço público, veículos, matadouros, mercados e outros da mesma espécie;

III. bens dominiais, quais sejam aqueles em que o Município exerce os direitos de proprietário, e são considerados como bens patrimoniais disponíveis.

§ 2º É obrigatório o cadastramento de todos os bens móveis, imóveis e semoventes do Município, dele devendo constar a descrição, a identificação, o número de registro, órgãos ao qual estão distribuídos, a data de inclusão no cadastro, e o seu valor nessa data.

§ 3º Os estoques de materiais e coisas fungíveis utilizados nas repartições e serviços públicos municipais terão suas quantidades anotadas, e a sua distribuição controlada, pelas repartições onde são armazenados.

Art. 42. O artigo 71 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 71. O uso especial dos bens municipais poderá ser feito por:

I. autorização de uso;

II. permissão de uso;

III. concessão de uso;

IV. concessão de direito real de uso.

§ 1° As formas de uso especial previstas no caput observarão os requisitos legais para sua formalização.

§ 2º A cessão de uso entre órgãos da administração pública municipal não depende de autorização legislativa podendo ser feita mediante simples termo ou anotação cadastral.

Art. 43. O artigo 72 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 72. Toda a alienação onerosa de bens imóveis pelo Município dependerá de lei autorizadora, de avaliação prévia e licitação, dispensada esta, nos termos da lei.

Art. 44. O artigo 73 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73. Compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência do Presidente da Câmara quanto aos utilizados nos serviços desta.

Art. 45. O artigo 75 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 75. As obras públicas municipais seguirão as disposições do plano diretor de desenvolvimento integrado e demais leis municipais.

Art. 46. O artigo 76 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 76. A execução das obras públicas observará o disposto na legislação.

Art. 47. O artigo 78 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 78. Os serviços delegados ficarão sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração Pública Municipal, cabendo ao Prefeito aprovar as respectivas tarifas.

§ 1º As entidades autárquicas, as paraestatais, os concessionários, os permissionários e os autorizatários prestadores de serviços públicos são obrigados, pelo menos 1 (uma) vez por ano, a dar ampla divulgação das suas atividades.

Art. 48. O artigo 79 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: CAPÍTULO IV

Art. 79. O Município poderá executar obras e serviços públicos de interesse comum mediante convênio com a União, com o Estado, com outros Municípios ou com a iniciativa privada.

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGO EFETIVO

Art. 49. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-A:

Art. 79-A. O Município de Jardim Olinda manterá Regime Próprio de Previdência Social – RPPS para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, observadas as disposições da Constituição Federal, da legislação federal aplicável, desta Lei Orgânica e da legislação complementar municipal.

§ 1º O Regime Próprio de Previdência Social observará, em caráter permanente, critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do art. 40 da Constituição Federal.

§ 2º A organização, o funcionamento, o custeio, a gestão, a governança e os benefícios do Regime Próprio de Previdência Social serão disciplinados por lei complementar.

Art. 50. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-B: Art. 79-B. O servidor titular de cargo efetivo será aposentado:

I. – por incapacidade permanente para o trabalho, quando insuscetível de readaptação, na forma da Constituição Federal e da legislação complementar;

II. – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da Constituição Federal;

III. – voluntariamente, observados os requisitos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação complementar municipal.

Art. 51. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-C:

Art. 79-C. O servidor público titular de cargo efetivo fará jus à aposentadoria voluntária quando preencher os requisitos de idade mínima, tempo de contribuição, tempo de efetivo exercício no serviço público, tempo no cargo efetivo e demais exigências estabelecidas nesta Lei Orgânica e na legislação complementar.

§ 1º A idade mínima para aposentadoria voluntária dos servidores públicos municipais será de:

I. – 62 (sessenta e dois) anos de idade, para a mulher;

II. – 65 (sessenta e cinco) anos de idade, para o homem.

§ 2º Lei complementar estabelecerá os requisitos complementares para concessão das aposentadorias voluntárias, observadas as normas constitucionais aplicáveis.

Art. 52. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-D:

Art. 79-D. Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades previstas no artigo anterior, desde que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, observadas as disposições da Constituição Federal e da legislação complementar.

Art. 53. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-E:

Art. 79-E. Lei complementar poderá instituir regras de transição para os servidores públicos que tenham ingressado em cargo efetivo anteriormente à vigência da reforma previdenciária municipal, observadas as normas constitucionais e os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança legítima e do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Parágrafo único. As regras de transição poderão estabelecer requisitos diferenciados de idade mínima, tempo de contribuição, sistema de pontos, pedágio ou outros mecanismos admitidos pela Constituição Federal.

Art. 54. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-F:

Art. 79-F. Lei complementar disciplinará os critérios para concessão de aposentadoria especial:

I. – aos servidores com deficiência;

II. – aos servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde;

III. – em outras hipóteses expressamente autorizadas pela Constituição Federal.

Art. 55. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-G:

Art. 79-G. Os proventos de aposentadoria e as pensões por morte observarão os critérios de cálculo e reajuste definidos na Constituição Federal e na legislação complementar municipal.

Art. 56. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-H:

Art. 79-H. O Município observará, na instituição, organização e manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, as disposições constitucionais vigentes, inclusive aquelas decorrentes da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e das normas gerais federais aplicáveis aos regimes próprios de previdência social.

Art. 57. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-I: Art. 79-I. Lei complementar disciplinará:

I. – os benefícios previdenciários;

II. – as regras permanentes de aposentadoria;

III. – as regras de transição;

IV. – os critérios de cálculo e reajuste dos benefícios;

V. – a pensão por morte;

VI. – as contribuições previdenciárias;

VII. – o plano de custeio;

VIII. – o plano de amortização de déficit atuarial;

IX. – a estrutura administrativa e a governança do regime próprio;

X. – os procedimentos de concessão, revisão, manutenção e cessação dos benefícios;

XI. – as demais matérias relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 58. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 79-J:

Art. 79-J. Permanecem válidas e plenamente eficazes as disposições constantes da legislação complementar municipal que disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município, especialmente aquelas relativas aos benefícios previdenciários, regras permanentes, regras de transição, critérios de cálculo, reajustes, custeio, governança e organização administrativa do regime, desde que compatíveis com a Constituição Federal e com esta Lei Orgânica.

Art. 59. O artigo 80 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80. A Administração Pública Municipal Direta e Indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e observará o disposto, no que couber, na Constituição Federal.

Art. 60. O artigo 81 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81. A publicação dos atos municipais será feita em órgão de imprensa com circulação no Município e pelos meios eletrônicos exigidos.

Parágrafo único. A escolha do órgão de imprensa será feita através de lei, obedecido o procedimento licitatório competente.

Art. 61. O artigo 82 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82. A formalização dos atos administrativos de competência do Prefeito e do Presidente da Câmara será feita, quando couber e de acordo com os casos previstos em lei, mediante decreto, portaria e resolução.

Art. 62. O artigo 83 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: TÍTULO IV

CAPÍTULO I

Art. 83. A Prefeitura e a Câmara Municipal são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo legal, certidões de quaisquer atos, contratos e decisões, devendo ainda atender, no mesmo prazo, as requisições judiciais, salvo se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Parágrafo único. A certidão relativa ao exercício do cargo de Prefeito será fornecida pelo Presidente da Câmara.

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Art. 63. O artigo 84 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 84. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I. - impostos sobre:

a. propriedade predial e territorial urbana;

b. transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

c. serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

II. - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição;

III. - contribuição de melhoria, incidente sobre os proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas que lhes proporcionem uma especial valorização;

IV. - contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social;

V. - contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere a Constituição Federal, o imposto previsto no inciso I, “a”, do caput, poderá:

I. - ser progressivo em razão do valor do imóvel;

II. - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;

III. - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

§ 2º O imposto previsto no inciso I, “b”, do caput:

- não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

- compete ao Município em relação aos bens nele situados.

§ 4º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 5º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 6º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Art. 64. O artigo 85 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 85. Será isento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana o prédio ou terreno destinado exclusivamente à moradia do idoso e pensionista que perceber renda de até 1 (um) salário-mínimo e que não possua outro imóvel urbano ou rural, nos termos e nos limites fixados em lei.

Art. 65. O artigo 86 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 86. O Município poderá celebrar, mediante lei, convênios com instituições financeiras para a arrecadação dos tributos municipais.

Art. 66. O artigo 87 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 87. Aplica-se ao sistema tributário municipal, no que couber, o disposto na Constituição Federal.

Art. 67. O artigo 89 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 89. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I. o plano plurianual;

II. as diretrizes orçamentárias;

III. os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

...

§ 3º O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas municipais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I. o orçamento fiscal referente aos poderes municipais, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II. o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o Plano Plurianual, terão entre suas funções a de contribuir com o progresso municipal.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

...

§ 10. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o § 9º do art. 165, da Constituição Federal, serão obedecidas as seguintes normas:

I. o projeto de lei do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente, será encaminhado à Câmara Municipal até 30 (trinta) de abril e devolvido para sanção até 30 (trinta) de junho;

II. o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal até 30 (trinta) de abril de cada exercício e devolvido para sanção até 30 (trinta) de junho;

III. o projeto de lei do orçamento anual será encaminhado à Câmara Municipal até 30 (trinta) de setembro de cada exercício e devolvido para sanção até 31 (trinta e um) de dezembro.

Art. 68. O artigo 90 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma regimental.

§ 1º Caberá às competentes comissões da Câmara Municipal:

I. examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II. examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais previstos nesta Lei e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação de outras comissões.

§ 2º As emendas serão apresentadas junto às comissões competentes, que sobre elas emitirão parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I. sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a. dotações para pessoal e seus encargos;

b. serviço da dívida;

c. transferências tributárias constitucionais.

III - sejam relacionadas:

a. com a correção de erros ou omissões;

b. com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

...

§ 6º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 7º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 69. O artigo 90-A da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90-A. Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido para sanção do Prefeito no prazo previsto no art. 89, §10, III, a programação orçamentária poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto para cada órgão no orçamento vigente, até a data de publicação da respectiva lei.

Art. 70. O artigo 90-B da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90-B. Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se lhe a atualização dos valores.

Art. 71. O artigo 91 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 91. São vedados:

I. o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II. a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III. a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

IV. a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere a Constituição Federal, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino e à prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, prevista na Constituição Federal, bem como o disposto no §4º do art. 167 da Constituição Federal;

V. a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI. a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII. a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII. a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX. a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X. a utilização dos recursos provenientes da contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime próprio de previdência social;

XI. a utilização de recursos de regime próprio de previdência social, incluídos os valores integrantes dos fundos previstos no art. 249 da Constituição Federal, para a realização de despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo vinculado àquele regime e das despesas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento;

XII. a criação de fundo público, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública.

Parágrafo único. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 72. O artigo 93 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal, só poderão ser feitas:

I. se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrente;

II. se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 73. O artigo 94 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 94. ...

Parágrafo único. A Câmara Municipal não gastará mais do que o percentual definido na Constituição Federal a título de remuneração de seu pessoal.

Art. 74. O artigo 95 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 95. As disponibilidades de caixa do Município e da Administração Indireta serão depositadas em institutições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

Art. 75. O artigo 96 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 96. A arrecadação das receitas próprias do Município e da administração Indireta poderá ser feita através da rede bancária privada, mediante convênios ou contratos administrativos.

Art. 76. O artigo 97 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 97. A contabilidade do Município obedecerá, em sua organização, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas estabelecidas na legislação respectiva.

Art. 77. O artigo 100 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100. A política de desenvolvimento municipal, executada pelo poder público municipal conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais de Jardim Olinda e garantir o bem-estar de seus habitantes, sendo executada de acordo com o disposto na Constituição Federal.

Art. 78. O artigo 101 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 101. As microempresas e as empresas de pequeno e médio porte terão tratamento jurídico diferenciado e simplificado, na forma da lei.

Art. 79. O artigo 104 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 104. O Município promoverá o desenvolvimento integrado do meio rural, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e com os recursos naturais.

Parágrafo único. O Município elaborará o plano de desenvolvimento rural integrado, que contará com a efetiva participação dos produtores e trabalhadores rurais, dos profissionais técnicos e dos líderes sociais.

Art. 80. O artigo 105 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 105. O Município terá como principais objetivos:

I. oferecimento de meios para assegurar aos pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim definidos em lei, condições de mercado e de trabalho e melhoria do padrão de vida familiar;

II. garantia de escoamento da produção e abastecimento alimentar;

III. garantia de utilização racional dos recursos naturais;

IV. apoio à implantação de hortas comunitárias e escolares.

Art. 81. O artigo 106 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 106. O plano de desenvolvimento rural integrado estabelecerá os objetivos e as metas a serem cumpridas a curto, médio e longo prazo, com desdobramento em planos operacionais anuais, onde integrarão os recursos, meios e programas dos vários organismos integrados da iniciativa privada e do governo municipal, estadual e federal.

Art. 82. O artigo 107 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107. A coordenação do plano de desenvolvimento rural integrado ficará a cargo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e guardará consonância com a política agrícola estadual e federal, possuindo os seguintes objetivos específicos:

I. extensão dos benefícios sociais existentes nas sedes urbanas para a área rural;

II. ampliação e adequação da rede viária para atendimento ao transporte humano e da produção;

III. conservação e sistematização dos solos;

IV. proteção do meio ambiente;

V. fomento à produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar;

VI. assistência técnica rural;

VII. armazenagem e comercialização;

VIII. organização do produtor e do trabalhador rural;

IX. diversificação das atividades agrícolas, através de projetos integrados;

X. treinamento e capacitação da mão de obra rural;

XI. fiscalização sanitária, ambiental e de uso do solo;

XII. beneficiamento e transformação industrial dos produtos de agropecuária.

Parágrafo único. Os objetivos elencados no caput deste artigo podem ser executados em conjunto pelo Município, pelo Estado e pela União.

Art. 83. O artigo 108 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 108. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, constituído por profissionais ligados ao Poder Executivo Municipal e pelos organismos, entidades e lideranças atuantes no meio rural do Município, o qual será regulamentado por decreto, tendo como objetivos:

I. diagnosticar as necessidades e prioridades para ações na zona rural do Município:

II. assessorar na elaboração do plano de desenvolvimento rural integrado, submetendo-o à Câmara Municipal;

III. elaborar o plano de operação anual, integrando as ações dos vários organismos atuantes no meio rural do Município;

IV. apreciar o orçamento e o plano municipal para o setor agrícola, integrando-o no plano de operação anual;

V. opinar sobre a distribuição de recursos de qualquer origem destinados ao atendimento rural;

VI. acompanhar e apoiar a execução dos planos e programas agrícolas em desenvolvimento no Município;

VII. avaliar e participar de outros programas rurais que demandem participação do Município;

VIII. analisar e sugerir medidas de preservação e de reconstituição do meio ambiente.

Parágrafo único. É obrigatória a prévia consulta ao conselho em todas as ações relacionadas ao meio rural.

Art. 84. O artigo 109 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 109. O Município criará um fundo destinado a captar recursos advindos de impostos, multas, programas especiais e orçamentários municipais, estaduais ou federais, com o objetivo de viabilizar a efetiva execução do plano de desenvolvimento rural integrado.

Art. 85. O artigo 111 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 111. O Município apoiará a implantação de hortas comunitárias e escolares.

Art. 86. O artigo 112 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 112. Todas as obras rodoviárias, pavimentadas ou não, no âmbito do Município, deverão ter nas suas laterais obras tecnicamente adequadas para o controle do escorrimento das águas das chuvas, com a finalidade de preservar a erosão.

Art. 87. O artigo 113 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 113. Todas as propriedades marginais às estradas no Município, pavimentadas ou não, deverão implantar práticas tecnicamente adequadas de controle à erosão, provocada sobretudo pelas águas das chuvas.

Art. 88. O artigo 114 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 114. A ordem social municipal tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social, observado o disposto na Constituição Federal.

...

Art. 89. O artigo 115 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 115. A saúde é direito de todos e dever do Município, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. É vedada ao Município a cobrança pela prestação de serviços públicos na área da saúde ou contratados pelo poder público junto a terceiros.

Art. 90. O artigo 116 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 116. Fica criada a Conferência Municipal de Saúde com o objetivo de avaliar a situação da saúde no Município e de fixar as diretrizes da política municipal de saúde, com ampla participação da sociedade.

Art. 91. O artigo 117 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 117. Fica criado o Conselho Municipal de Saúde com o objetivo de formular e controlar a execução da política municipal de saúde.

Art. 92. O artigo 118 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 118. Compete ao Município:

I. elaborar e atualizar periodicamente o Plano Municipal de Saúde, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Saúde;

II. implementar o sistema municipal de informações sobre saúde;

III. celebrar consórcios e convênios intermunicipais para a consecução das políticas sociais e econômicas previstas nesta Lei;

IV. formar consciência sanitária desde o ensino fundamental;

V. prevenir moléstias específicas, contagiosas e infectocontagiosas;

VI. combater o uso do tóxico;

VII. organizar distritos sanitários, com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local.

Parágrafo único. A fixação dos distritos sanitários levará em conta os seguintes critérios:

I. área geográfica de abrangência;

II. limitação da população a ser atendida;

III. proporcionalidade entre serviços colocados à disposição e população a ser atendida.

Art. 93. O artigo 120 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120. O sistema municipal de saúde será financiado com os recursos do Município, do Estado e da União.

...

Art. 94. O artigo 121 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 121. Na escolha do Presidente do sistema municipal de saúde, será levada em consideração a qualificação na área e a participação em cursos complementares na área da saúde.

Art. 95. O artigo 123 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 123. A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, o qual terá as seguintes atribuições:

I. formular a política municipal de saúde;

II. planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde;

III. aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

Art. 96. O artigo 124 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 124. Aplicam-se à saúde municipal, no que couberem, as disposições contidas na Constituição Federal.

Art. 97. O artigo 125 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 125. O Município prestará assistência social a quem dela necessitar, independentemente de qualquer contribuição à seguridade social.

§ 1º O Poder Executivo manterá estrutura própria para a prestação de serviços de assistência social.

§ 2º A lei disporá sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 98. O artigo 126 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 126. Aplicam-se à assistência social, no que couberem, as disposições contidas na Constituição Federal.

Art. 99. O artigo 127 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 127. A educação, direito de todos e dever do Município e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 100. O artigo 128 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 128. O Município, com o objetivo de valorizar os profissionais de ensino, disporá, através de lei, sobre:

I. planos de carreira para o magistério municipal, com estabelecimento de piso salarial profissional;

II. meios de capacitação e de reciclagem permanente;

III. condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades;

IV. o Estatuto do Magistério.

Art. 101. O artigo 129 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 129. Fica assegurada a participação do magistério municipal, mediante representação a ser regulamentada por lei, na elaboração de projetos de lei relacionados a:

I. planos de carreira para o magistério municipal;

II. Estatuto do Magistério;

III. gestão democrática do ensino público municipal;

IV. plano municipal de educação plurianual;

Art. 102. O artigo 130 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 130. O Município incentivará a criação de escolas profissionalizantes nas zonas rural e urbana, garantindo o acesso a todos os cidadãos, na forma da lei.

Art. 103. O artigo 131 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 131. Integrará o sistema municipal de ensino o Conselho Municipal de Educação, a ser criado por lei, o qual será órgão normativo, consultivo e deliberativo.

Art. 104. O artigo 132 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 132. O Município manterá, obrigatoriamente, o transporte de alunos em todo o território municipal.

Art. 105. O artigo 133 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 133. Aplicam-se à educação municipal, no que couberem, as disposições contidas na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Art. 106. O artigo 134 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 134. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e regional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal da Cultura.

Art. 107. O artigo 135 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 135. A lei disporá sobre a fixação das datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos municipais.

Art. 108. O artigo 136 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 136. Nos desfiles comemorativos aos dias 7 de setembro e 15 de novembro, será recomendada a divulgação de temas cívicos alusivos à Independência do Brasil e à Proclamação da República.

Parágrafo único. É recomendada a execução do Hino de Jardim Olinda em todos os atos solenes ou comemorativos do poder público municipal e antes da primeira aula do início ou do término da semana em todos os estabelecimentos de ensino do Município.

Art. 109. O artigo 137 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 137. Cabe ao Município promover o desenvolvimento cultural da comunidade local mediante:

I. oferecimento de estímulos concretos à promoção e ao cultivo das ciências, letras e artes;

II. cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico e artístico;

III. incentivo à promoção e à divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais.

Art. 110. O artigo 138 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 138. São isentos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, culturais e paisagísticas.

Art. 111. O artigo 139 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 139. Aplica-se à cultura municipal, no que couber, o disposto na Constituição Federal.

Art. 112. O artigo 140 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 140. ...

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal do Desporto.

Art. 113. O artigo 141 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 141. O Município incentivará a participação da iniciativa privada nos programas e projetos do setor desportivo.

Art. 114. O artigo 143 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 143. O Município incentivará o lazer como forma de promoção social, proporcionando meios de recreação sadia e construtiva à comunidade.

Art. 115. O artigo 144 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 144. O Município promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica visando assegurar:

I. o bem estar social;

II. a elevação dos níveis de vida da população;

III. a constante modernização do sistema produtivo local.

Art. 116. O artigo 145 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 145. Aplica-se à ciência e tecnologia municipal, no que couber, o disposto na Constituição Federal.

Art. 117. O artigo 146 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 146. O Município, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, os quais não sofrerão restrição, observado o disposto na Constituição Federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal da Comunicação Social.

Art. 118. O artigo 147 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 147. Aplica-se à comunicação social municipal, no que couber, o disposto na Constituição Federal.

Art. 119. O artigo 148 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 148. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações de Jardim Olinda.

Art. 120. O artigo 149 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149. O Município tornará obrigatória a destinação de área verde para lazer e bem-estar da população, prioritariamente nas creches, escolas e conjuntos habitacionais.

Art. 121. O artigo 150 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 150. É dever do Município elaborar e implantar, através de lei, o Plano Municipal do Meio Ambiente e Recursos Naturais, que contemplará a necessidade de conhecimento das características e recursos dos meios físicos e biológicos, de diagnóstico de sua utilização e definição de diretrizes para seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico social.

Art. 122. O artigo 151 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 151. O Município criará o Fundo Municipal do Meio Ambiente, provido por recursos orçamentários próprios, de outras esferas de governo, de entidades não governamentais ou de outras fontes, para financiar o plano previsto no artigo anterior.

Art. 123. O artigo 152 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 152. O Município criará o Conselho Municipal do Meio Ambiente, que terá funções consultivas e deliberativas na execução da política municipal do meio ambiente.

Art. 124. O artigo 153 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 153. Aplicam-se ao meio ambiente municipal, no que couberem, as disposições contidas na Constituição Federal.

Art. 125. O artigo 154 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 154. O Município prestará os serviços públicos de saneamento em conformidade com a Constituição Federal e demais legislações a respeito do assunto, priorizando a plena titularidade do exercício de sua competência na área.

Art. 126. O artigo 155 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 155. Os serviços de saneamento não serão objeto de concessão ou de qualquer tipo de ajuste ou exploração privada, devendo ser exercidos por meio da Administração Direta ou Indireta de Jardim Olinda.

Art. 127. O artigo 156 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 156. A política habitacional do Município, integrada à do Estado e à da União, objetivará a solução da carência habitacional, de acordo com os seguintes princípios e critérios:

I. oferta de lotes totalmente urbanizados;

II. estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;

III. atendimento prioritário à família carente que residir no Município há pelos menos dois anos;

IV. formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução;

V. construção de moradias dentro de padrões previamente definidos no tocante à segurança, saúde e higiene;

VI. assessoria técnica gratuita à construção da casa própria;

VII. concessão de incentivos públicos municipais, definidos em lei, a empresas que assegurem moradia a 40% (quarenta por cento), no mínimo, de seus empregados.

§ 1º Na construção de casas populares, observar-se-á, tanto quanto possível, a proporcionalidade da área de construção em relação ao número de pessoas que a habitarão.

§ 2º O Município poderá criar mecanismo de apoio à construção de moradias no meio rural para pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Art. 128. O artigo 158 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 158. Fica assegurado ao cidadão, observados os limites da lei, o acesso a todas as informações sobre o sistema de transporte coletivo.

Art. 129. O artigo 159 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 159. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município.

...

Art. 130. O artigo 164 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 164. A segurança pública, dever do Município, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos elencados na Constituição Federal e, sobretudo:

I. pela Polícia Civil;

II. pela Polícia Militar.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Municipal de Segurança.

Art. 131. O artigo 165 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 165. Aplicam-se à segurança pública municipal, no que couberem, as disposições contidas na Constituição Federal.

Art. 132. O artigo 167 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 167. O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a logradouros e serviços públicos de qualquer natureza.

§ 1º Para os fins deste artigo, somente após 1 (um) ano do falecimento poderão ser homenageadas pessoas, salvo personalidades notórias e marcantes a nível municipal, estadual ou nacional.

§ 2º É vedada a denominação dupla de próprios e logradouros públicos.

Art. 133. O artigo 170 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 170. O Poder Executivo Municipal deverá adotar medidas administrativas necessárias para a identificação e delimitações de seus bens imóveis, inclusive na área rural.

Parágrafo único. Do processo de identificação participará comissão técnica constituída pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 134. O artigo 171 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171. O Município promoverá edição popular desta Lei, que será posta à disposição, em caráter gratuito, na rede escolar, associations de bairro, sindicatos, entidades de classe, bibliotecas, igrejas e outras

instituições representativas da comunidade e, em geral, da população interessada.

Art. 135. O artigo 172 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 172. Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Chefe do Poder Executivo Municipal deverá preparar, para entrega ao seu sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal, que conterá, dentre outras, informações atualizadas sobre:

I. dívidas do Município, inclusive aquelas a longo prazo, mencionando os credores e as datas dos respectivos vencimentos, encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade de Administração em realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II. medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas do estado ou órgão equivalente, se for o caso;

III. prestação de contas de convênios celebrados com organismo da União e do Estado, bem como recebimento de subvenções ou auxílios;

IV. situação de contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V. estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI. transferências a serem recebidas da União e do Estado, por força de ordem constitucional ou de convênios;

VII. projetos de iniciativa do Executivo Municipal em curso na Câmara, para permitir que a nova administração decida quanto a conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los de pauta;

VIII. situação dos servidores do Município, quantidade, seu custo e órgãos que estejam lotados e em exercício.

Art. 136. Esta Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Jardim Olinda – PR, 10 de setembro de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO -
Presidente da Câmara

MARCIA REGINA DA SILVA -
Vice-Presidente

MOISES DA SILVA ALVES -
1º Secretário

PAMELA MELO DA SILVA -
2º Secretário

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:6FBC7001

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Jardim Olinda.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I – Da Natureza e dos Princípios

Art. 1º A Procuradoria da Mulher é órgão de natureza institucional e política, dotado de autonomia funcional e independência de ação, não se subordinando a qualquer outra estrutura da Câmara Municipal.
Parágrafo único. A atuação da Procuradoria da Mulher pautar-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, defesa dos direitos humanos, equidade de gênero e pluralidade democrática.

CAPÍTULO II – Da Competência

Art. 2º Compete à Procuradoria da Mulher zelar pela promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, competindo-lhe especificamente:
I – Receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência, discriminação e violação dos direitos das mulheres;
II – Fiscalizar e acompanhar a execução de programas e políticas públicas municipais voltadas à igualdade de gênero e ao bem-estar da mulher;
III - Promover a realização de pesquisas, debates, seminários, palestras e campanhas educativas sobre violência doméstica, familiar e discriminação de gênero;
IV – Estimular a participação ativa das mulheres nos espaços de poder, decisão e na vida política da cidade;
V – Cooperar com organismos governamentais e não-governamentais, conselhos municipais e redes de proteção à mulher.

CAPÍTULO III – Da Composição e do Mandato

Art. 3º A Procuradoria da Mulher será constituída por Vereadoras em exercício do mandato, designadas pelo(a) Presidente da Câmara Municipal, compreendendo:
I – 01 (uma) Procuradora da Mulher (Titular);
II – 02 (duas) Procuradoras Adjuntas.
§ 1º O mandato da Procuradora da Mulher e das Adjuntas terá duração de 02 (dois) anos, coincidindo com o período da Mesa Diretora, permitida a recondução;
§ 2º Na hipótese de inexistência de vereadoras eleitas ou em número insuficiente para o preenchimento dos cargos, o Regimento poderá admitir a designação de servidoras do quadro da Casa para prestar o apoio funcional direto às atividades.

CAPÍTULO IV – Das Atribuições dos Membros

Art. 4º Compete à Procuradora da Mulher:
I – Representar a Procuradoria em juízo e fora dele, bem como perante os demais órgãos públicos e entidades da sociedade civil;
II – Dirigir, coordenar e supervisionar os trabalhos administrativos e institucionais do órgão;
III – Convocar e presidir as reuniões de planejamento e deliberação da Procuradoria.
Art. 5º Compete às Procuradoras Adjuntas:
I – Substituir a Procuradora Titular em seus impedimentos, licenças e ausências temporárias;
II – Auxiliar no planejamento e na execução dos projetos, diligências e representações institucionais.

CAPÍTULO V – Do Fluxo de Atendimento e Sigilo

Art. 6º O atendimento prestado às cidadãs será humanizado, sigiloso e de acolhimento institucional, servindo como porta de entrada e orientação à rede municipal de proteção.
Art. 7º O nome, a qualificação pessoal e quaisquer dados sensíveis de vítimas, denunciantes e investigados serão mantidos sob estrito sigilo até a conclusão dos procedimentos pelos órgãos oficiais competentes.
Art. 8º A emissão de notas públicas ou manifestações institucionais fica restrita aos casos em que houver apuração conclusiva dos fatos pelas autoridades competentes, resguardando-se a isenção e a imparcialidade do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI – Disposições Gerais

Art. 9º A estrutura administrativa da Câmara Municipal fornecerá o suporte técnico, material, de espaço físico e de pessoal necessários ao pleno funcionamento da Procuradoria da Mulher.
Art. 10. A Procuradoria da Mulher apresentará, ao final de cada ano legislativo, relatório público de suas atividades e dados estatísticos de atendimento disponibilizados no portal oficial da Câmara Municipal.

Art. 11. Os casos omissos ou dúvidas na aplicação deste Regimento serão resolvidos pela Procuradora Titular em conjunto com a Mesa Diretora da Câmara.
Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jardim Olinda, aos 10 dias do mês de setembro de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO -
Presidente CMJO

MARCIA REGINA DA SILVA -
Vice-Presidente

MOISES DA SILVA ALVES -
1º Secretário

PAMELA MELO DA SILVA -
2º Secretario

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:AB79A48E

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
RESOLUÇÃO Nº 004/2026

CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1° Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jardim Olinda.
Parágrafo único. No exercício do mandato, o Vereador deve observar as prescrições constitucionais, regimentais, bem como as disposições da Lei Orgânica Municipal e deste Código, ficando sujeito aos procedimentos disciplinares aqui estabelecidos.
Art. 2° As imunidades e prerrogativas asseguradas ao Vereador constituem instrumentos destinados exclusivamente à garantia do livre exercício do mandato popular e à defesa da independência do Poder Legislativo Municipal, sendo vedados o desvio de finalidade e o abuso de direito.

CAPÍTULO II – DEVERES FUNDAMENTAIS
Art. 3° São deveres fundamentais do Vereador, sem prejuízo de outros legalmente previstos:
I– respeitar e cumprir a Constituição da República, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, as leis e as normas internas da Câmara Municipal;
II– exercer o mandato com dignidade, observando os princípios da moralidade, da probidade, da lealdade e do respeito à coisa pública e à vontade popular;
III– zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Município, pela defesa das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
IV– promover a defesa dos interesses populares e a autonomia municipal;
V– tratar com respeito, urbanidade e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar;
VI– comparecer assiduamente às sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, bem como às reuniões dos órgãos de que seja membro, nos termos regimentais;
VII– examinar com zelo todas as proposições submetidas à sua apreciação, exarando pareceres ou votos sob a ótica do interesse público, observando os prazos regimentais e contribuindo para a celeridade da tramitação;
VIII– prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;
IX– Abster-se do uso indevido das prerrogativas parlamentares para pleitear vantagens em proveito próprio ou alheio;
X– Respeitar as decisões dos órgãos da Câmara Municipal;
XI – propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população.

CAPÍTULO III – PROIBIÇÕES
Art. 4° É vedado aos Vereadores incorrerem em qualquer das proibições estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Regimento Interno e Código de Ética e Decoro Parlamentar, em especial:
I – Desde a expedição do diploma:
a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades, constantes da alínea anterior, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 38 da Constituição Federal;
II – Desde a posse:
a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;
b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;
c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;
d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

CAPÍTULO IV – DAS INFRAÇÕES ÉTICO-DISCIPLINARES E DOS PROCEDIMENTOS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR
Art. 5º As medidas disciplinares são:
I - Advertência verbal;
II - Advertência escrita;
III - Suspensão de prerrogativas regimentais;
IV - Suspensão temporária do exercício do mandato;
V - Perda do mandato.
Parágrafo único. A autoridade ou órgão responsável da Câmara Municipal poderá decidir pela aplicação de medida disciplinar diversa daquela requerida na representação conforme os fatos efetivamente apurados no processo ético-disciplinar parlamentar.
Art. 6º A advertência verbal é medida disciplinar aplicada verbalmente e de forma imediata, independentemente da instauração de processo disciplinar, ao Vereador que cometer as seguintes infrações:
I – Perturbar a ordem das sessões plenárias, audiências públicas ou reuniões da Mesa Diretora ou de Comissão;
II – Falar fora da ordem ou de forma antirregimental;
III – praticar atos contrários às regras de civilidade, respeito e boa conduta nas dependências da Câmara Municipal.
§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de advertência verbal:
I– O Presidente da Câmara Municipal, durante as sessões plenárias;
II– O Presidente de Comissão, durante as respectivas reuniões;
III– O Presidente do órgão ou autoridade responsável pelo evento em que a infração ocorrer.
§ 2º A advertência verbal será registrada em ata da sessão ou reunião.
Art. 7º A advertência escrita é medida disciplinar aplicada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa Diretora, ao Vereador que:
I– Voltar a incidir, na mesma Legislatura, em qualquer das infrações previstas no art. 6º, após ter recebido advertência verbal;
II– Deixar de observar os deveres fundamentais do Vereador ou as normas do Regimento Interno;
III– Usar, em discurso, parecer, proposição ou documento oficial, expressões desrespeitosas, ofensivas ou atentatórias ao decoro parlamentar;
IV– Praticar ofensas verbais ou morais a qualquer pessoa no edifício da Câmara de Vereadores e suas extensões;
V– Desacatar, por atos ou palavras, outro Vereador, a Mesa Diretora, Comissão ou seus respectivos Presidentes;
VI– Produzir, divulgar ou compartilhar em redes sociais ou qualquer outro veículo de mídia, ligados ou não à internet, atos que ofendam a

honra ou a imagem de outros Vereadores, da Mesa Diretora, das Comissões ou da Câmara Municipal;
VII– Expor, afixar ou divulgar, nas dependências da Câmara Municipal, qualquer material, objeto ou mensagem ofensivo à honra ou à imagem de qualquer cidadão.
§ 1º A aplicação da advertência escrita deverá ser comunicada ao Plenário e registrada nos assentamentos funcionais do Vereador;
§ 2º O ato de aplicação da advertência escrita exige a instauração prévia de processo disciplinar e deverá ser publicado no órgão oficial da Câmara Municipal ou em jornal diário de grande circulação no Município, contendo obrigatoriamente o nome e a legenda partidária do infrator, e a breve descrição da conduta infracional.
Art. 8º A suspensão de prerrogativas regimentais é medida disciplinar imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e aplicada pela Mesa Diretora, após aprovação de Projeto de Resolução pelo Plenário, ao Vereador que:
I– Voltar a incidir, na mesma Legislatura, em qualquer das infrações previstas no art. 7º, após ter recebido advertência por escrito;
II– Usar os poderes e as prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;
III– Usar diárias ou verbas inerentes ao exercício do cargo em desacordo com os princípios previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência);
IV– Omitir situação de impedimento em processo ético-disciplinar ou em qualquer matéria de votação no Plenário ou nas Comissões, quando a isso estiver obrigado pelo Regimento Interno;
V– Descumprir os prazos regimentais de forma reiterada, quando previamente advertido pela Mesa Diretora.
§ 1º As prerrogativas regimentais que poderão ser suspensas são:
I – Usar da palavra em Sessão Plenária;
II– Candidatar-se a ou permanecer exercendo:
a) cargo de membro da Mesa, da Procuradoria da Mulher, da Corregedoria, de Comissão Parlamentar de Inquérito, de comissão permanente ou temporária ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;
b) de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão;
III– ser designado relator de proposição em Comissão ou no Plenário.
§ 2º A medida disciplinar aplicada poderá incidir sobre uma, algumas ou todas as prerrogativas previstas no § 1º deste artigo, a juízo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que deverá fixar seu alcance levando em conta a atuação parlamentar pregressa, os motivos e as consequências da infração cometida;
§ 3º A suspensão de prerrogativas será de 30 (trinta) a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação do Projeto de Resolução que impuser a medida disciplinar.
Art. 9º A suspensão temporária do exercício do mandato constitui medida disciplinar, a ser aplicada mediante observância do rito previsto nos arts. 40 e seguintes desta Resolução, ao Vereador que incorrer nas seguintes infrações:
I– Voltar a incidir, na mesma Legislatura, em qualquer das infrações previstas no art. 8º, após ter recebido a penalidade de suspensão das prerrogativas parlamentares;
II– Praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento Interno ou do Código de Ética e Decoro Parlamentar, especialmente quanto à observância dos deveres do Vereador;
III– Relatar proposição de interesse específico de qualquer pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral, sem declarar publicamente o fato;
IV– Praticar, no exercício do mandato, qualquer tipo de assédio ou importunação sexual;
V– Revelar informações ou o conteúdo de documentos sigilosos.
Art. 10. Perderá o mandato o Vereador:
I– Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 4º desta Resolução;
II– Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara Municipal, na forma estabelecida nesta Resolução;
III– Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo se em licença ou missão autorizada pela Câmara;
IV– Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
V– Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
VI– Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
VII– Que fixar residência fora do Município;
VIII– Que deixar de tomar posse, sem motivo justo, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal.
§ 1º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político com representação na Casa, assegurada ampla defesa e contraditório;
§ 2º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político com representação na Casa, assegurada ampla defesa e contraditório;
§ 3º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 1º e 2º.
Art. 11. Constituem atos incompatíveis e atentatórios à ética e ao decoro parlamentar ou incompatíveis com a dignidade da Câmara Municipal, puníveis com a perda do mandato:
I– Voltar a incidir, na mesma Legislatura, em qualquer das infrações previstas no art. 9º, após ter recebido a penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato;
II– Utilizar-se do mandato para a prática dolosa de atos de corrupção ou de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito ou causem prejuízo ao erário;
III– Abusar da imunidade material prevista no art. 29, VIII da Constituição Federal;
IV– Perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas;
V– Celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a à contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais;
VI– Praticar ofensa física a qualquer pessoa nas dependências da Câmara, salvo se em legítima defesa;
VII– usar conhecimentos e informações adquiridos no exercício do mandato para violar ou tornar vulnerável a segurança, os sistemas de informática, os sites ou qualquer outra rotina ou equipamento dos órgãos ou entidades públicas;
VIII– fraudar, dolosamente, por qualquer meio ou forma:
a) o registro de presença às sessões ou às reuniões da Mesa Diretora ou de comissões;
b) o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado da deliberação do Plenário ou das reuniões da Mesa Diretora ou de comissão;
c) as proposições, pareceres, documentos ou sistemas dos órgãos ou entidades públicas do Município.
Parágrafo único. Constitui abuso da imunidade material utilizar esse mecanismo para finalidades estranhas ao exercício legítimo do mandato, desvirtuando sua função constitucional, especialmente quando caracterizada a manipulação de informações, a difusão de inverdades ou o uso de linguagem ofensiva, caluniosa ou difamatória, compreendendo, entre outras condutas:
I– Usar a tribuna, a imprensa, as redes sociais ou quaisquer outros meios de comunicação para ofender, caluniar, difamar ou ridicularizar pessoas, agentes públicos ou instituições, sem relação com o exercício legítimo do mandato, o debate político ou o interesse público;
II– Divulgar ou reproduzir informações falsas, deturpadas ou sabidamente inverídicas, com o propósito de enganar a população, desmoralizar terceiros ou desacreditar o Poder Legislativo;
III– Fabricar, simular ou manipular comunicações, mensagens ou conteúdos digitais para criar falsas narrativas, provocar comoção artificial ou obter vantagem política ou pessoal;
IV– Incitar o ódio, a intolerância, a discriminação ou a violência contra pessoas ou grupos;
V– Utilizar a imunidade material como pretexto para autopromoção indevida, campanha antecipada ou ataques pessoais em nome do mandato.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Art. 12. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno,

atuando pela preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal.
Parágrafo único. A representação somente poderá abordar atos ou omissões praticadas a partir da posse do Vereador, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal que autorizem a perda de mandato por fatos anteriores.
Art. 13. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, para mandato de dois anos, com exercício até a posse dos novos integrantes.
§ 1º Não poderá ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o Vereador que tenha recebido, na Legislatura vigente, medida disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais ou de suspensão do exercício do mandato;
§ 2º Na composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos ou Blocos Parlamentares, apurada no início da Legislatura;
§ 3º Os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar serão eleitos pelo Plenário, na primeira sessão seguinte à eleição da Mesa Diretora, tanto para o primeiro quanto para o segundo biênio de cada legislatura, permitida a recondução;
§ 4º Será automaticamente desligado do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por decisão do seu Presidente, o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas;
§ 5º O representante e o representado que forem membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar serão substituídos pelos respectivos suplentes nos atos e deliberações do processo ético-disciplinar;
§ 6º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos membros titulares.
Art. 14. O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convocará seus membros para se reunirem em dia e hora prefixados, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
§ 1º Em nenhum caso o horário das reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar coincidirá com o horário das Sessões Plenárias;
§ 2º As pautas das reuniões do Conselho deverão ser divulgadas no site eletrônico da Câmara Municipal e por meios locais e digitais disponíveis, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
§ 3º As reuniões serão públicas, salvo quando, por força de lei, se faça necessário resguardar o sigilo de bens constitucionalmente tutelados, especialmente a intimidade da pessoa humana e a proteção da criança e do adolescente;
§ 4º As reuniões, eventualmente, poderão ser realizadas em qualquer outro local fora da sede da Câmara Municipal ou por meio de sistema eletrônico, para audiência de instrução da representação.

CAPÍTULO VI – DO PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

Seção I – Disposições Gerais

Art. 15. Aplicam-se na interpretação deste Código os princípios do formalismo moderado, da lealdade e da boa-fé, sem prejuízo de outros princípios ou regras interpretativas.
§ 1º Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo às partes;
§ 2º Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse;
§ 3º Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa;
§ 4º A falta de defesa técnica por advogado não será causa de nulidade do ato.
Art. 16. As infrações a este Código são apuradas e punidas em processo disciplinar, de natureza pública, em que seja assegurado ao Vereador representado o contraditório e a ampla defesa.
Art. 17. Não é objeto de apuração em processo disciplinar o ato ou fato:
I– Que já tenha sido objeto de julgamento pelo Poder Judiciário em sentença transitada em julgado que reconheceu a inexistência do fato, ou a negativa da autoria, ou a ausência de provas, salvo se existente infração parlamentar residual;
II– Que já tenha sido julgado no mérito pelas instâncias competentes da Câmara Municipal;
III– Praticados antes da posse do representado;
IV– Cuja representação tiver sido protocolada após o Vereador ter deixado o mandato em definitivo.
Art. 18. Não obsta a instauração de processo disciplinar ou o seu prosseguimento, nem a aplicação das sanções cabíveis:
I– A renúncia ao mandato parlamentar;
II– A perda do mandato como efeito de condenação criminal transitada em julgado;
III– O término do exercício do mandato de suplente de Deputado Distrital pelo retorno do titular.
Parágrafo único. Nos casos dos incisos II e II do *caput* deste artigo, pode-se optar pelo arquivamento do processo disciplinar, na fase em que se encontra, se a sanção aplicável for diversa da perda do mandato.
Art. 19. Serão aplicados subsidiariamente ao processo ético-disciplinar:
I– O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal;
II– A Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil;
III– A Lei Estadual nº 20.656, de 3 de agosto de 2021;
IV– O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Seção II – Da Representação

Art. 20. Qualquer Vereador, eleitor ou partido político pode representar na Câmara Municipal, sendo vedada a representação anônima.
§ 1º A representação deverá ser apresentada por escrito e conter:
I– Identificação do representante e do representado;
II– Exposição clara e fundamentada dos fatos;
III– Data e local de ocorrência dos fatos;
IV– Indicação das provas já apresentadas ou requerimento de sua produção;
V– Rol de até dez testemunhas, facultativamente.
§ 2º As representações devem ser direcionadas à Mesa Diretora da Câmara Municipal;
§ 3º Quando a representação tratar de infrações sujeitas às penalidades de advertência ou suspensão de prerrogativas parlamentares, a Mesa a remeterá diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para instauração do processo ético-disciplinar;
§ 4º Quando a representação se referir a condutas que possam sujeitar o Vereador à perda do mandato e estas estiverem enquadradas nos incisos I, II, VI e VII do art. 10, devem ser observadas as seguintes regras de provocação:
I– Se apresentada de ofício pela Mesa Diretora ou por partido político com representação na Casa, será encaminhada diretamente ao Presidente para que consulte o Plenário sobre seu recebimento;
II– Se apresentada por Vereador ou eleitor, a Mesa Diretora deverá fazer uma análise prévia para deliberar se efetiva ou não a provocação, e somente após decisão favorável a remeterá ao Presidente para consulta ao Plenário e continuidade do processo, em conformidade com os arts. 40 e seguintes.
§ 5º Quando a representação disser respeito a condutas passíveis de suspensão temporária do mandato ou de perda do mandato, enquadradas nos incisos III, IV, V e VIII do art. 10 desta Resolução, serão observadas as seguintes regras:
I– Se apresentada de ofício pela Mesa Diretora, por partido político ou por qualquer Vereador, o processo seguirá em conformidade com os arts. 40 e seguintes;
II– Se apresentada por eleitor, a Mesa Diretora deverá fazer uma análise prévia para deliberar se efetiva ou não a provocação, e somente após decisão favorável o processo seguirá em conformidade com os arts. 40 e seguintes.

Seção III – Do Processo Para Aplicação das Penas de Advertência e Suspensão das Prerrogativas e do Exercício do Mandato

Subseção I – Da Instauração, Notificação e Prazos

Art. 21. Encaminhada pela Mesa Diretora a representação não sujeita à penalidade de suspensão ou perda de mandato, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:
I– Registrará e autuará a representação;
II– Convocará reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para declarar instaurado o processo ético-disciplinar e designar o relator;
§ 1º Recebida a representação, no prazo de 3 (três) dias, o relator determinará a notificação do Vereador representado acompanhada da cópia da respectiva representação e dos documentos que a instruíram;

§ 2º O relator não poderá ser o autor da representação e não poderá pertencer ao mesmo partido ou Bloco Parlamentar das partes.
Art. 22. A notificação do Vereador representado será realizada pessoalmente ou por intermédio de seu gabinete na Câmara Municipal, sendo-lhe assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.
§ 1º Após 3 (três) tentativas frustradas de notificar o representado, a notificação será encaminhada por meio digital disponível, sendo considerado notificado a partir do recebimento do processo ou após 3 (três) dias úteis contados de seu encaminhamento;
§ 2º Realizada a notificação, o representado poderá apresentar defesa, com indicação de até 5 (cinco) testemunhas, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da notificação;
§ 3º As intimações do processo ético-disciplinar poderão ser realizadas por meio do respectivo gabinete na Câmara Municipal ou por intermédio de procurador, ao qual será através dos meios locais e digitais disponíveis.
Art. 23. A ata da reunião que declarar instaurado o processo ético-disciplinar será publicada no Diário Oficial da Câmara Municipal e através dos meios locais e digitais disponíveis.
§ 1º O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar terá o prazo de até 60 (sessenta) dias úteis para conclusão dos trabalhos, a contar da data de publicação da ata;
§ 2º O prazo previsto no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias úteis nos casos que envolvam condutas de maior complexidade;
§ 3º A conclusão dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se dará com a votação final do processo ético-disciplinar pelo colegiado.

Subseção II – Da Instrução Probatória e Parecer

Art. 24. Apresentada a defesa ou transcorrido o prazo, o relator definirá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias e o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar designará data e hora da reunião para, se for o caso, a realização da oitiva de testemunhas e depoimento pessoal do representado.
§ 1º A reunião de que trata o *caput* deste artigo será convocada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e terá data e hora publicadas no site eletrônico oficial da Câmara Municipal e por meios locais e digitais disponíveis;
§ 2º As partes e as testemunhas serão intimadas da reunião por meio do contato previamente informado.
Art. 25. Havendo convocação de reunião para oitiva de testemunha e depoimento pessoal, serão observadas as seguintes normas, nesta ordem:
I– A inquirição das testemunhas de acusação e defesa deverá acontecer em horários distintos, quando for realizada na mesma reunião;
II– A testemunha prestará compromisso de falar a verdade e responder somente ao que lhe for perguntado, sendo vedada qualquer explicação ou consideração inicial a título de introdução;
III– Havendo suspeição do depoente, ele será ouvido na condição de informante, ficando dispensado do compromisso de que trata o inciso II deste artigo;
IV– Primeiro serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo representante, em seguida, as convocadas por iniciativa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e, por último, as arroladas pelo representado;
V– A inquirição de cada testemunha ocorrerá na seguinte ordem:
a) pela parte que arrolou a testemunha ou seu procurador;
b) pela outra parte ou seu procurador;
c) pelos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tendo cada um o prazo máximo de 5 (cinco) minutos para a formulação;
d) pelo relator.
Art. 26. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.
§ 1º Caso estritamente necessário, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouvirá testemunhas impedidas ou suspeitas, independentemente de compromisso, atribuindo-lhes o relator o valor de informantes;
§ 2º O representado ou as testemunhas poderão ser ouvidos por meio digital em situações extraordinárias e justificadas.
Art. 27. As partes e o relator poderão requerer a juntada de documentos novos em qualquer fase do processo ético-disciplinar, até o encerramento da instrução, desde que pertinentes à matéria do processo.
Parágrafo único. Será permitido ao representado impugnar os documentos novos nas alegações finais.
Art. 28. Serão admitidos os meios de prova previstos nas legislações aplicadas subsidiariamente a este Código.
Art. 29. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá solicitar diligências de outras autoridades públicas, inclusive quanto à remessa de documentos necessários à instrução probatória, ressalvada a competência privativa da Mesa Diretora.
Art. 30. Produzidas as provas, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar declarará encerrada a instrução e intimará as partes para apresentarem suas alegações finais no prazo comum de 3 (três) dias úteis.
Art. 31. Encerrado o prazo para alegações finais, o relator apresentará seu parecer, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para apreciação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 32. O parecer do relator poderá concluir pela:
I– Improcedência da representação, determinando seu arquivamento;
II– Procedência ou procedência parcial da representação, indicando a medida disciplinar requerida ou a que julgar adequada.

Subseção III – Da Apreciação do Parecer e Recursos

Art. 33. Na reunião de apreciação do parecer do relator, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará a seguinte ordem de procedimentos:
I– Após o anúncio da matéria pelo Presidente, o relator fará a leitura do relatório;
II– Em seguida, será concedida a palavra às partes ou seus procuradores, que terão 10 (dez) minutos para manifestação oral;
III– Na sequência, o relator procederá à leitura do parecer;
IV– Aberta a fase de discussão, cada membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá se manifestar pelo prazo de 5 (cinco) minutos;
V– Encerrada a discussão será imediatamente iniciada a votação.
§ 1° O membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que não se sentir suficientemente esclarecido ou que discorde do parecer do relator poderá solicitar vista logo após a leitura do parecer, pelo prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis;
§ 2° O membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que solicitou vista poderá apresentar voto divergente e este também poderá ser objeto de pedido de vista, pelo prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis;
§ 3° Caso a vista seja solicitada por mais de um membro, o prazo será comum aos solicitantes.
Art. 34. Concluída a fase de discussão, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar dará início à votação, decidindo por maioria simples entre as seguintes opções:
I– Aprovar ou rejeitar o parecer do relator;
II– Aprovar ou rejeitar o voto divergente.
§ 1° Na hipótese de rejeição do parecer do relator, será colocado em votação o voto divergente, se houver;
§ 2° Se aprovado o parecer divergente, este prevalecerá como manifestação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e será adotado como parecer final do processo ético-disciplinar;
§ 3° Rejeitado o parecer do relator, inexistindo voto divergente, ou sendo este igualmente rejeitado, a matéria será decidida de forma conclusiva pelos membros do Conselho, na mesma reunião e independentemente de novo parecer;
§ 4º Na hipótese do § 3° deste artigo, o Presidente designará novo relator para redigir o parecer em conformidade com a deliberação colegiada, no prazo de 2 (dois) dias úteis.
Art. 35. Contra o parecer final do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que aplicar penalidade, o representado poderá recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com efeito suspensivo, caso a decisão tenha contrariado norma constitucional, regimental ou processual deste Código.
Parágrafo único. A CCJ se pronunciará sobre o recurso em até 2 (duas) reuniões ordinárias subsequentes ao seu recebimento.
Art. 36. Concluído o processo ético-disciplinar com parecer pela aplicação de penalidades, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar elaborará Projeto de Resolução, encaminhando o processo à Mesa Diretora, para leitura e inclusão na Ordem do Dia.

§ 1º Não será necessária a apresentação de Projeto de Resolução caso a medida disciplinar seja a advertência, bastando a homologação da Mesa para sua aplicação;
§ 2º O Projeto de Resolução elaborado para aplicação de medidas disciplinares:
I– Independe de tramitação pelas Comissões, podendo ser votado diretamente em Plenário;
II – Sujeita-se a turno único de discussão e votação;
III– Não admite o recebimento de emendas.
Art. 37. A suspensão de prerrogativas regimentais será decidida pelo Plenário, por maioria simples, por meio de Projeto de Resolução que, lido e votado, será publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal.
Art. 38. Em qualquer fase da tramitação, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá, entendendo que o processo pode resultar em suspensão ou perda do mandato do representado, após deliberação, comunicar o fato à Mesa, remetendo-se os documentos ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de que o processo siga o rito especial previsto nos arts. 40 e seguintes.

Seção IV – Do Processo Especial de Suspensão Temporária do Exercício do Mandato e de Cassação do Mandato

Art. 39. Nos casos em que a representação puder implicar em suspensão ou perda do mandato do Vereador, o processo seguirá o rito especial previsto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, o qual será observado integralmente pela Câmara Municipal.
Art. 40. Após os procedimentos previsto no art. 20 deste Código, a representação será encaminhada ao Presidente da Câmara para que determine sua leitura, na primeira sessão subsequente ao recebimento, e consulte o Plenário sobre o recebimento da denúncia.
Art. 41. Em sendo aprovado o recebimento da denúncia, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, com 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, garantindo, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.
Art. 42. Recebida denúncia, a Comissão observará o seguinte procedimento:
I– Eleger na primeira reunião, o Presidente e o Relator;
II– Iniciar os trabalhos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, encaminhando cópia da denúncia ao Vereador acusado, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar sua defesa escrita e indicar provas, podendo arrolar até dez testemunhas;
III– Esgotado o prazo sem apresentação de defesa pelo Vereador acusado, o Presidente nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de defesa, devendo a nomeação recair sobre profissional bacharel em Direito e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;
IV– Após apresentação da defesa, a Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias emitirá parecer, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia;
V– Opinando pelo arquivamento, o parecer será submetido ao Plenário, para sua aprovação, por quórum de maioria absoluta;
VI– Opinando pelo seu prosseguimento, o Presidente designará de imediato o início da instrução, determinando as providências relativas às diligências e à instrução probatória que entender necessárias e requeridas pelo denunciado;
VII– no prazo máximo de 2 (dois) dias deverá designar data para audiência para oitiva do indiciado e inquirição das testemunhas, devendo o denunciado ser intimado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas de todas as diligências e audiências a serem realizadas, nos termos e condições estabelecidos no regulamento, constante do anexo desta Resolução;
VIII– concluída a instrução será aberto prazo de 5 (cinco) dias para o denunciado apresentar suas alegações finais;
IX– Após este prazo a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação;
X– A discussão e a votação de parecer nos termos deste artigo serão abertas;
XI– Concluída a tramitação, o processo será encaminhado ao Plenário para votação, exigindo quórum de 2/3 para procedência da denúncia.
§ 1° Caso não seja aprovado pelo Plenário, o arquivamento da denúncia, nos termos do inciso V, deste artigo, o Presidente da Câmara nomeará de imediato outra Comissão, garantindo a proporcionalidade partidária, não podendo participar desta nova comissão, os membros que compuseram a comissão anterior e nem os vereadores considerados impedidos, nos termos do Decreto-Lei n° 201/67;
§ 2° O processo, a que se refere esta seção deverá estar concluído dentro em 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado, sob pena de não ocorrendo o julgamento neste prazo, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.
Art. 43. Todas as intimações do denunciado, quanto de seu defensor dar-se-ão através de mios locais e digitais disponíveis, incluindo-se e-mail e aplicativo de mensagem eletrônica, iniciando os prazos no primeiro dia útil seguinte ao do encaminhamento eletrônico ou da publicação, prevalecendo sempre o último.
Parágrafo único. É de responsabilidade de todos os Vereadores manter seus endereços físicos e eletrônicos atualizados.
Art. 44. É facultado ao Vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, ou fazê-la pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário.
Parágrafo único. Somente será aceita a defesa pessoal pelo vereador se for ele advogado e ainda desde que se manifeste por escrito.
Art. 45. A adoção do procedimento especial previsto nesta Seção não vincula os julgadores à aplicação das penalidades de suspensão temporária ou de perda do mandato, podendo ser aplicada, conforme a gravidade da conduta e as circunstâncias do caso concreto, penalidade mais branda, dentre aquelas previstas no art. 5º desta Resolução.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46. Salvo disposição em contrário, os prazos são fixados em dias corridos.
§ 1º Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento;
§ 2º O prazo será prorrogado até o próximo dia útil, se vencido em dia que a Câmara Municipal não tenha expediente;
§ 3º Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar.
Art. 47. Em caráter excepcional e transitório, a primeira composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, após a entrada em vigor deste Código, será eleita pelo Plenário na primeira sessão ordinária subsequente à sua vigência, para mandato que se estenderá até a posse dos membros eleitos na forma do § 3º do art. 13, no início do segundo biênio da legislatura.
Art. 48. Em caso de omissão deste Código no que tange às regras procedimentais, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá supri-la por meio de deliberação da maioria absoluta dos seus membros.
Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Câmara Municipal de Jardim Olinda-PR, aos 10 dias do mês de setembro de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO -
Presidente CMJO

MARCIA REGINA DA SILVA-
Vice-Presidente

MOISES DA SILVA ALVES-
1º Secretario

PAMELA MELO DA SILVA -
2º Secretario

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:7028D514

CONTABILIDADE
DECRETO 358/2026

Decreto nº 358/2026 de 11/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 259.000,00 (duzentos e cinquenta e nove mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.107. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
340 - 3.1.90.11.00.00 10493 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 6.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.107. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
342 - 3.1.91.13.00.00 10493 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.500,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.306.0503.2.121. APOIO NUTRICIONAL E SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR (RECURSOS DE IMPOSTOS PRÓPIROS)
805 - 3.3.90.32.00.00 10494 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 20.500,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.452.0600.2.169. SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
439 - 3.3.90.30.00.00 10511 MATERIAL DE CONSUMO 1.000,00
13.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES
13.002.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ESPORTES
13.002.27.812.1300.1.301. REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E ESPORTIVOS
539 - 4.4.90.51.00.00 10000 OBRAS E INSTALAÇÕES 230.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação;
Receita: 1.1.2.1.01.01.00.00000000 Fonte: 10000 1.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.21.00.00000000 Fonte: 10000 230.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.11.04.00000000 Fonte: 10000 7.500,00
Receita: 1.7.1.3.50.11.10.00000000 Fonte: 10000 20.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:6352B849

LICITAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS 06 2026 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

JARDIM OLINDA-PR

RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2026

SUMULA: APROVAR o "Regimento Interno" do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Jardim Olinda/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE JARDIM OLINDA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Lei Municipal nº 674/13, a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 – NOB/SUAS, e a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Jardim Olinda/PR.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim Olinda/PR, 14 de setembro de 2026.

PAULINI MELO SILVA
Presidente do CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social
Jardim Olinda/PR

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:88CBA0A1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 029 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Constitui a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura de Jardim Olinda, aprova o Regimento Interno e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 953, de 5 de novembro de 2024, que criou o Conselho Municipal de Cultura - COMCULT e estabeleceu a eleição dos representantes da sociedade civil durante a Conferência Municipal de Cultura;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 350/2026, que convocou a II Conferência Municipal de Cultura para o dia 15 de setembro de 2026 e atribuiu ao Departamento Municipal de Cultura e Esportes a responsabilidade por sua organização, coordenação e regulamentação;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar organização, publicidade, participação social, impessoalidade e transparência ao processo eleitoral e aos trabalhos da Conferência;
RESOLVE:
Art. 1º Fica constituída a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Cultura de Jardim Olinda, composta pelos seguintes membros:

	Nome	Função
I -	**Jader Gabriel Araujo**	Diretor Municipal de Cultura e Esportes e Coordenador da Comissão
II -	**Poliani Cristina Melo da Silva**	Membro
III -	**Rodrigo Ribeiro de Souza**	Membro
IV -	**Paulini Melo Silva**	Membro

Art. 2º Compete à Comissão Organizadora:
I - Planejar, coordenar e acompanhar a realização da Conferência;
II - Organizar a programação, a divulgação, o credenciamento, a recepção e a infraestrutura;
III - Orientar participantes e candidatos sobre as regras do Regimento Interno;
IV - Organizar o processo eleitoral, preparar cédulas e lista de votantes, realizar a apuração pública e proclamar o resultado;
V - Receber e decidir questões de ordem e recursos apresentados durante a Conferência, assegurados o contraditório, a impessoalidade e o registro em ata;
VI - Elaborar a ata, o relatório final e os demais documentos necessários à homologação e à nomeação dos eleitos;
VII - Adotar providências para acessibilidade, participação democrática e ampla publicidade dos atos; e
VIII - Resolver os casos omissos, observadas a Lei Municipal nº 953/2024, o Decreto Municipal nº 350/2026 e o Regimento Interno.

Art. 3º Fica aprovado o Regimento Interno da II Conferência Municipal de Cultura de Jardim Olinda, constante do Anexo Único desta Portaria.
Art. 4º Os integrantes da Comissão Organizadora não poderão candidatar-se às vagas da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura nem atuar em matéria em que possuam interesse pessoal direto, devendo eventual impedimento ser registrado em ata.
Art. 5º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Jardim Olinda/PR, 11 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 29/2026
REGIMENTO INTERNO
II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE JARDIM OLINDA
15 de setembro de 2026 - Clube de Mães - Rua Dom Pedro II
Tema: Cultura, participação e gestão compartilhada: fortalecendo o CPF da Cultura em Jardim Olinda
CAPÍTULO I DA NATUREZA DO TEMA E DOS OBJETIVOS
Art. 1º A II Conferência Municipal de Cultura de Jardim Olinda, convocada pelo Decreto Municipal nº 350/2026, será realizada em 15 de setembro de 2026, das 08h00 às 12h00, no Clube de Mães, situado na Rua Dom Pedro II, Jardim Olinda/PR.
Art. 2º A Conferência terá como tema "Cultura, participação e gestão compartilhada: fortalecendo o CPF da Cultura em Jardim Olinda".
Art. 3º A Conferência tem como objetivo principal eleger os 3 (três) representantes titulares da sociedade civil e classificar seus suplentes para a primeira composição e instalação do Conselho Municipal de Cultura - COMCULT, nos termos da Lei Municipal nº 953/2024.
Art. 4º São objetivos específicos:
I - promover o diálogo entre o Poder Público, agentes e fazedores de cultura, organizações culturais e comunidade;
II - apresentar as atribuições e a relevância do COMCULT;
III - fortalecer o Conselho, o Plano e o Fundo Municipal de Cultura;
IV - divulgar diretrizes, objetivos, metas e mecanismos de acompanhamento e financiamento da política cultural;
V - colher proposições para o aperfeiçoamento e a democratização das políticas públicas de cultura; e
VI - estimular o cadastramento, a articulação e a formação de redes entre agentes e segmentos culturais locais.
CAPÍTULO II DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
Art. 5º A participação é gratuita e aberta aos cidadãos, agentes culturais, artistas, artesãos, produtores, mestres e detentores de saberes, professores, estudantes, integrantes da Feira do Agricultor e da Economia Familiar, representantes de coletivos, associações, entidades, instituições e demais interessados na política cultural do Município.
Art. 6º O credenciamento será presencial, no local da Conferência, em horário definido na programação, mediante identificação do participante e assinatura da lista de presença.
§ 1º Cada participante credenciado terá direito a voz e a um voto no processo eleitoral, observado o disposto neste Regimento.
§ 2º O credenciamento será pessoal e não será admitida representação por procuração para votar ou candidatar-se.
§ 3º A Comissão poderá receber inscrições antecipadas para fins de organização, sem afastar o direito de credenciamento presencial durante a Conferência, conforme assegurado pela Lei Municipal nº 953/2024.
Art. 7º A Conferência será instalada com o número de participantes credenciados presentes, não sendo exigido quórum mínimo, e suas decisões plenárias serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, ressalvadas as regras específicas da eleição.
CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS
Art. 8º A condução da Conferência caberá à Comissão Organizadora constituída por Portaria, com as competências previstas no Decreto Municipal nº 350/2026 e no ato de sua designação.
Art. 9º Os trabalhos compreenderão:
I - credenciamento e acolhimento dos participantes;
II - abertura institucional e apresentação dos objetivos;
III - apresentação e ratificação do Regimento;
IV - exposição sobre o Conselho, o Plano e o Fundo Municipal de Cultura;
V - registro das candidaturas e apresentação dos candidatos;
VI - votação, apuração pública e proclamação do resultado;
VII - recebimento de proposições e encaminhamentos da plenária; e
VIII - encerramento e elaboração da ata e do relatório final.
Art. 10. A programação poderá sofrer ajustes de horário pela Comissão Organizadora para assegurar a conclusão dos trabalhos, sem prejuízo da igualdade de tratamento entre candidatos, da votação e da apuração pública.
CAPÍTULO IV DAS CANDIDATURAS
Art. 11. Poderá candidatar-se qualquer pessoa da sociedade civil presente e devidamente credenciada na Conferência que manifeste pessoalmente sua candidatura no prazo anunciado pela Comissão Organizadora.
§ 1º A inscrição da candidatura será individual, mediante registro do nome completo e declaração de que o candidato integra a sociedade civil e aceita exercer, se eleito, as atribuições do Conselho Municipal de Cultura.
§ 2º Não poderão candidatar-se os integrantes da Comissão Organizadora nem as pessoas indicadas pelo Poder Executivo para as vagas previstas no inciso II do art. 2º da Lei Municipal nº 953/2024.
§ 3º Não haverá reserva ou distribuição de vagas por linguagem, área, segmento, instituição ou coletivo, pois as três vagas da sociedade civil serão preenchidas pela ordem geral de votação prevista na Lei Municipal nº 953/2024.
Art. 12. Encerrado o prazo de candidaturas, cada candidato poderá apresentar-se à plenária pelo mesmo tempo, definido pela Comissão conforme a quantidade de inscritos, sendo vedados ataques pessoais, discriminação, coação, oferta de vantagem ou uso indevido da estrutura pública.
CAPÍTULO V DA VOTAÇÃO
Art. 13. A eleição será realizada por voto direto, secreto e pessoal das pessoas presentes e credenciadas, mediante cédula oficial rubricada por integrante da Comissão Organizadora.
§ 1º Cada eleitor poderá assinalar até 3 (três) candidatos distintos, vedado mais de um voto para a mesma pessoa.
§ 2º O eleitor depositará a cédula na urna após sua identificação na lista de votantes, sem possibilidade de voto por procuração.
§ 3º A Comissão adotará medidas para assegurar sigilo, acessibilidade e auxílio à pessoa que o solicitar, preservada a livre manifestação de sua vontade.
Art. 14. Será considerada:
I - válida a cédula que permita identificar com segurança a vontade do eleitor e contenha até três candidatos assinalados;
II - em branco a cédula sem qualquer candidato assinalado; e
III - nula a cédula não oficial, com identificação do eleitor, com mais de três candidatos assinalados ou que não permita determinar a vontade do eleitor.
Parágrafo único. A dúvida sobre a validade de cédula será decidida pela maioria dos integrantes não impedidos da Comissão, de forma pública e registrada no mapa de apuração e na ata.
CAPÍTULO VI DA APURAÇÃO DO RESULTADO E DA SUPLÊNCIA
Art. 15. Encerrada a votação, a urna será aberta e as cédulas serão contadas e apuradas publicamente pela Comissão Organizadora, facultado aos candidatos acompanhar os trabalhos.
§ 1º Antes da contagem dos votos, será conferida a compatibilidade entre o número de cédulas depositadas e o número de votantes registrado na lista.
§ 2º Os votos serão lançados em mapa de apuração, assinado pelos integrantes da Comissão, e o resultado será registrado em ata.
Art. 16. Serão considerados eleitos titulares os 3 (três) candidatos que obtiverem a maioria simples dos votos válidos, em ordem decrescente de votação.
§ 1º O candidato titular que obtiver a maior quantidade de votos exercerá a Vice-Presidência do Conselho Municipal de Cultura.
§ 2º Os demais candidatos serão classificados como suplentes, segundo a ordem decrescente dos votos recebidos, nos termos da Lei Municipal nº 953/2024.
§ 3º Os votos em branco e nulos não serão computados como votos válidos atribuídos a candidatos.

Art. 17. Em caso de empate entre candidatos, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I - maior idade, considerada a data completa de nascimento; e
II - persistindo o empate, sorteio público realizado imediatamente pela Comissão Organizadora, com registro em ata.
Art. 18. Se houver menos de 3 (três) candidaturas válidas, a Comissão registrará o fato em ata, proclamará os candidatos votados nas posições possíveis e encaminhará a ocorrência ao Chefe do Poder Executivo para as providências legalmente cabíveis, sem criar forma de preenchimento não prevista na Lei Municipal nº 953/2024.
CAPÍTULO VII DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS RECURSOS
Art. 19. As questões de ordem relativas à condução dos trabalhos deverão ser apresentadas oralmente e decididas pela Comissão Organizadora, com registro em ata quando puderem afetar direitos de participação ou o resultado da eleição.
Art. 20. O candidato poderá apresentar recurso oral e fundamentado imediatamente após a divulgação do mapa de apuração e antes da proclamação definitiva do resultado.
§ 1º O recurso deverá indicar objetivamente o ato questionado e a providência pretendida.
§ 2º A Comissão decidirá o recurso no mesmo ato, por maioria de seus membros não impedidos, garantida manifestação breve dos interessados e registro integral da decisão em ata.
§ 3º Não havendo recurso no momento indicado, ocorrerá a preclusão administrativa das questões visíveis e verificáveis durante a apuração, sem prejuízo da correção de erro material comprovado.
CAPÍTULO VIII DAS PROPOSIÇÕES E DO REGISTRO
Art. 21. As proposições apresentadas pelos participantes poderão ser debatidas e aprovadas pela plenária por maioria simples, devendo integrar o relatório final, sem caráter vinculante quando dependerem de competência legal ou disponibilidade orçamentária do Poder Público.
Art. 22. A ata registrará, no mínimo, o número de participantes credenciados e votantes, as candidaturas, os votos por candidato, os votos brancos e nulos, os critérios de desempate eventualmente aplicados, os recursos e decisões, a classificação final, as proposições aprovadas e as ocorrências relevantes.
Art. 23. O resultado será proclamado ao final da Conferência e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para homologação e nomeação dos representantes eleitos, juntamente com os representantes do Poder Público, conforme o Decreto Municipal nº 350/2026.
CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 24. É dever dos participantes manter tratamento respeitoso, sendo vedadas manifestações discriminatórias, ameaças, tumulto deliberado, coação de eleitores ou condutas que impeçam o exercício regular da participação.
Parágrafo único. A Comissão poderá advertir o participante e, em situação grave ou reiterada, determinar sua retirada, mediante decisão motivada e registro em ata, sem prejuízo das medidas legais cabíveis.
Art. 25. A Comissão Organizadora decidirá os casos omissos com fundamento na Lei Municipal nº 953/2024, no Decreto Municipal nº 350/2026 e nos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência, participação social e igualdade entre candidatos.
Art. 26. Este Regimento entra em vigor na data de publicação da Portaria que o aprova, aplicando-se exclusivamente à II Conferência Municipal de Cultura de Jardim Olinda.

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:F9D2F344

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29930, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 23045, de 14/09/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.03 Departamento de Transporte Escolar	
12.361.0015.2066 Adquirir Materiais e Serviços para Manutenção de Veículos	
451: 3.3.90.30.00.00.104 – Material de consumo	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 100.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 104, conta nº 7.470-5	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 15 de setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keyse Lais Padilha Amarante
Código Identificador:5AB64C60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 050/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de veículos novos (zero quilômetro), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos provenientes de Resoluções SESA.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 30/09/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 30/09/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 6.868.779,50 (seis milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.
Lapa, 15 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3506A279

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 046/2026 – UASG 987657- SRP

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026cujo objeto trata-se deAquisição de materiais médico-hospitalares, para

suprir a necessidade de atendimentos das unidades hospitalares, pré-hospitalares e atenção básica da prefeitura municipal da Lapa
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 29/09/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO: 29/09/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 871.954,72(Oitocentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3606 na data de 31/08/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 15 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B4A70F7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
JULIANE SOCZEK	COZINHEIRA

Lapa, 09 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C530869D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
DARUCHY CARVALHO DIAS	COZINHEIRA

Lapa, 09 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais

Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2C1C42DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

A Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná torna público aabertura de CREDENCIAMENTO, a partir de 21 de setembro de 2026, de Empresas, Instituições e/ou Entidades Especializadas, regularmente constituídas, interessadas em prestar Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades de Casa Lar, Casa de Apoio e/ou Residência Inclusiva, destinado a pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, de ambos os sexos, jovens e adultos, com Grau de Dependência I, II ou III, em situação de risco pessoal e/ou social.
Os interessados deverão protocolar a documentação exigida, na secretaria de administração- Coordenação de licitações, Rua Barão do Rio Branco,1709 (fundos)-centro, segunda a sexta, das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

Lapa, 15 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Agente de Contratação

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:69E74AF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de convênio para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram Ser Educacional S.A. e demais Instituições de Ensino Superior elencadas no anexo I (Instituição de Ensino) e Município da Lapa (Parte Concedente).

O objeto do presente convênio visa o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de estágio supervisionado obrigatório e atividades práticas, não remunerado, de interesse curricular, nos termos da Lei nº 11.788/2008, aos alunos matriculados na Instituição de Ensino Superior - IES, proporcionando situações profissionais reais para aplicação, aprimoramento e complementação dos conhecimentos adquiridos como elemento constitutivo do movimento permanente de ação/reflexão, teoria/prática nos cursos de alunos regularmente matriculados no Instituto ser, indicados pela mesma e aceitos pela concedente do estágio, nas dependências das suas unidades de serviço, sendo eles PEDAGOGIA, SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA, LICENCIATURA E BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA, EDUCAÇÃO ESPECIAL, HISTÓRIA, MATEMÁTICA, GEOGRAFIA, CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS/INGLÊS, LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS/ESPANHOL, ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO, DIREITO, FARMÁCIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA, PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, TERAPIA OCUPACIONAL, ODONTOLOGIA, limitado ao quantitativo dos estágios ofertados pela CONVENIADA, das unidades coligadas e/ou controladas pela CONVENENTE relacionadas no ANEXO I e II deste contrato, tornando – se assim parte integrante e inseparável deste instrumento.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Convênio de
estágio obrigatório.

Data e Assinaturas: 15/09/2026 – Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Rita de Cassia Oliveira Lemos da Silva e Simone Bergamo Silva

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E32B636F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 888, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a**Portaria SEMAD nº 847, de 26 de agosto de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:**
Onde se lê:

82223-2	SERGIO ALEXANDRE PADILHA ANHAIA	11/04/2025 a 10/04/2026	14/09/2026 a 28/09/2026

Leia-se:

82223-2	SERGIO ALEXANDRE PADILHA ANHAIA	11/04/2025 a 10/04/2026	01/03/2027 a 15/03/2027

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:66048DCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 889, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) PAULO LUCAS CAPELINI FRISSO, ocupante do cargo de MEDICO CLINICO GERAL DIARISTA, matriculado(a) sob nº 81958-1, lotado atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ PSF DIB MANE para SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO.
Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7A67151C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 890, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe de concessão de gratificação pelo local de exercício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida GRATIFICAÇÃO PELO LOCAL DE EXERCÍCIO aos servidores abaixo qualificados, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, no importe de 20% (vinte por cento), sobre o valor do vencimento inicial da carreira, de acordo com a classe em que esteja enquadrada:

Matrícula	Nome	Cargo	Local Trabalho	Data da Concessão
9923-4	CRICIELI BATISTA DOS ANJOS	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA	ESCOLA RURAL MUNIC DR ALOISIO LEONI e ESCOLA RURAL MUNICIPAL CONTESTADO	08/09/2026
9709-4	AMANDA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA	01/09/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir das datas especificadas na coluna “DATA DA CONCESSÃO”.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F62C9844

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 891, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) AMANDA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 9709-4, lotado atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER/ ESCOLA RURAL MUNIC DEP JOAO L JACOMEL para SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER/ ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MARTIM AFONSO DE SOUZA.
ART. 2° A presente Portaria decorre indiretamente da solicitação contida no Processo Digital 22039/2026, o qual declara a lotação do servidor.
Art. 3ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AE6B0A84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 892, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão e de licença para tratar de interesses particulares.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica concedida, ao(a) servidor(a) DICLEA DE JESUS ZANDROSKI SCHUSTER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculada sob o n° 81240-1 , LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem vencimentos ou remuneração, conforme artigos 137 e seguintes da Lei Municipal 2280/2008:
Art. 2º- O período da licença concedida compreende entre 8 de setembro de 2026 a 6 de setembro de 2029, devendo retornar ao trabalho em 7 de setembro de 2029.
Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:30176B79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2023 (PD 17489/2023)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADA: SRA. EDUARDA DA SILVA VICENTE, CPF/MF SOB Nº 111.952.499-77.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS COMO FACILITADORES SOCIAIS (OFICINEIROS), PARA ATUAÇÃO JUNTO AOS PROGRAMAS, SERVIÇOS E PROJETOS OFERTADOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CENTRO DA JUVENTUDE, DESENVOLVENDO ATIVIDADES EM GRUPOS POR MEIO DE OFICINAS DIVERSAS, ITEM 08 – EXPRESSÃO CORPORAL.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1307/2026 (PD Nº 20948/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER E PARECER JURÍDICO Nº 814/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/2023 POR 12 (DOZE)

MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 19.09.2026 E 18.09.2027 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 23.654,40 (VINTE E TRÊS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 1041;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER;
UNIDADE: 16 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
AÇÃO: 2428 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDI-DOAÇÕES;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3.339.036.990.100.000.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/09/2026
DATA ASSINATURA: 14/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:87E18B8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2023 (PD 17489/2023)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADA: SRA. LEOCI REISE RAMOS, CPF/MF SOB Nº 033.205.239-70.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS COMO FACILITADORES SOCIAIS (OFICINEIROS), PARA ATUAÇÃO JUNTO AOS PROGRAMAS, SERVIÇOS E PROJETOS OFERTADOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CENTRO DA JUVENTUDE, DESENVOLVENDO ATIVIDADES EM GRUPOS POR MEIO DE OFICINAS DIVERSAS, ITEM 01 – ARTESANATOS DIVERSOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1308/2026 (PD Nº 20960/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER E PARECER JURÍDICO Nº 811/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/2023 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 19.09.2026 E 18.09.2027 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 32.304,00 (TRINTA E DOIS MIL, TREZENTOS E QUATRO REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 1041;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER;
UNIDADE: 16 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
AÇÃO: 2428 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDI-DOAÇÕES;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3.339.036.990.100.000.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/09/2026
DATA ASSINATURA: 14/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3F957339

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 219/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2023 (PD 17489/2023)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADA: SRA. VIVIAN MAIER DE SOUZA, CPF/MF SOB Nº 102.761.649-62.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS COMO FACILITADORES SOCIAIS (OFICINEIROS), PARA ATUAÇÃO JUNTO AOS PROGRAMAS, SERVIÇOS E PROJETOS OFERTADOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CENTRO DA JUVENTUDE, DESENVOLVENDO ATIVIDADES EM GRUPOS POR MEIO DE OFICINAS DIVERSAS, ITEM 06 – CONTAÇÃO DE HISTÓRIA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1311/2026 (PD Nº 21064/2026) DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER E O PARECER Nº 813/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 219/2023 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 19.09.2026 E 18.09.2027 DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 48.460,80 (QUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 1041;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER;
UNIDADE: 16 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
AÇÃO: 2428 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDI-DOAÇÕES ;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3.339.036.990.100.000.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/09/2026
DATA ASSINATURA: 14/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:FEFCED8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026 (PD N.º 10503/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
FORNECEDOR: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ SOB Nº 02.044.526/0007- 94, AQUI REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. MAURILIO FERNANDES JÚNIOR.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM, E DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL ATRAVÉS DO MAIOR DESCONTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I DO EDITAL.
VALOR GLOBAL: R$ 5.127.000,00 (CINCO MILHÕES, CENTO E VINTE E SETE MIL REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS. (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023);
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA PRÓPRIA, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
NA HIPÓTESE DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ HAVER A RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS EM RELAÇÃO A CADA ITEM, ATÉ O LIMITE DO QUANTITATIVO ORIGINAL, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL 28.994 DE 15 DE AGOSTO DE 2025.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
NÃO SERÁ PERMITIDA A ADESÃO (CARONA) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS RESULTANTE DESTA LICITAÇÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES QUE NÃO TENHAM PARTICIPADO DO CERTAME.
DATA: 09/09/2026
DATA ASSINATURA: 15/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8FD3ACEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 96/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 103/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 41/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, neste ato representado pelo prefeito municipal, sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: DM PLANEJE BEM, ENGENHARIA & PLANEJAMENTO AGROPECUARIO LTDA ME, inscrita no CNPJ: 28.116.922/0001-88, com o endereço na Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 409 BAIRRO: Centro CEP:85.270-000 MUNICÍPIO: Palmital PR, neste ato representado pela SRª. DANIEL CUCEREVOI, brasileiro, natural de Palmital PR, casado, engenheiro agrônomo empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 6.446.404-3 SSP/PR e inscrita no CPF: 925.118.729-00, residente e domiciliado no endereço à cima descrito.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR.
1º Termo Aditivo Contratual, Procedimento Licitatório 103/2025 Pregão Eletrônico 38/2025
Data do Aditivo: 03/09/2026
Vigência. 90 dias
VALOR TOTAL: permanece inalterado
FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:12F31DC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 10/2026

EDITAL 10/2026

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

A Comissão Organizadora do **Processo Seletivo Simplificado (PSS)**, instituída pela **Portaria nº 68/2026**, **convoca os candidatos relacionados abaixo** para comparecerem à **Secretaria Municipal de Educação**, no dia **18/09/2026**, às **9h**, para **comprovação de títulos**, para eventuais vagas, conforme as disposições constantes no **Edital nº 01/2026**.
30. **Elizabete Marcheski**: 32,5
31. **Tania Maria Latczuk de Assis**: 29
32. **Jocinéia de Souza Pacnthuk**: 28,5
33. **Juliana da Silva**: 28
34. **Valquiria Dias de Oliveira**: 25
35. **Veroni Felix Moreira**: 25
36. **Maria Luisa de Oliveira Souza**: 25
37. **Adriana de Farias**: 25
38. **Eli Barbosa Machado**: 20
39. **Simone Ferreira Miranda**: 19
40. **Tatiane Aparecida Rodrigues Fuentes**: 18,5
41. **Ana Caroline Líbano Vilela**: 18
42. **João Eduardo Meira Lopes**: 18
43. **Andreia de Oliveira de Miranda**: 17

Laranjal, 15 de setembro de 2026

JOVANE MENDES ARAÚJO
Presidente da Comissão _PSS

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:618C3879

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 397/2026

Portaria – Comissão de Planejamento do Plano de Contratações Anual (PCA)
PORTARIA Nº 397/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Planejamento para a elaboração, consolidação e

acompanhamento do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito da Administração Pública Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, Maycon Lopes Simioni, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública;
CONSIDERANDO a necessidade de promover o adequado planejamento das contratações públicas, visando à racionalização das aquisições, à eficiência administrativa, à transparência e ao alinhamento das contratações com o planejamento e o orçamento municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de elaboração, consolidação e acompanhamento do Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Laranjal para o exercício de 2027;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída e nomeada a Comissão de Planejamento do Plano de Contratações Anual – PCA, responsável pela elaboração, consolidação e acompanhamento do Plano de Contratações Anual do Município de Laranjal para o exercício de 2027.
Art. 2º A Comissão de Planejamento será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:
I – Luiz Guilherme Lopes dos Santos- Presidente, Matrícula nº 286554, representante do Departamento de Compras/Licitações;
II – Helenita Francisca Trabuco Monteiro –, Matrícula nº9991, representante do Departamento de Compras/Licitações;
III – Ineglê Carla Zinke, Matrícula nº11381, representante da Secretaria de Finanças/Orçamento;
IV – Flaviane dos Santos, Matrícula nº11361, representante da Secretaria de Administração.
V – Adriana Collito, Matricula nº 9931, representante do Departamento de Contabilidade.
VI – Solange Kervald Martins, Matricula nº286556, representante do Departamento de Controle Interno.
Art. 3º Compete à Comissão de Planejamento:
I – Coordenar e orientar os órgãos e setores requisitantes quanto ao levantamento e à formalização das demandas de contratação;
II – Estabelecer cronograma e procedimentos para elaboração do Plano de Contratações Anual;
III – orientar os setores requisitantes quanto ao preenchimento dos Documentos de Formalização de Demanda – DFD;
IV – Analisar, organizar e consolidar as demandas apresentadas pelos órgãos e setores da Administração Municipal;
V – Promover a compatibilização das demandas com o planejamento municipal e a disponibilidade orçamentária;
VI – Elaborar e consolidar a versão final do Plano de Contratações Anual – PCA;
VII – acompanhar a execução e, quando cabível, propor atualizações do Plano de Contratações Anual, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 4º Os órgãos e setores da Administração Pública Municipal deverão prestar à Comissão de Planejamento todas as informações necessárias à elaboração e consolidação do Plano de Contratações Anual, observando os prazos e procedimentos estabelecidos.
Art. 5º A participação dos servidores na Comissão de que trata esta Portaria será considerada serviço público relevante, não ensejando, em regra, qualquer remuneração adicional.
Art. 6º A Comissão poderá solicitar o apoio técnico dos demais órgãos, departamentos e servidores da Administração Municipal sempre que necessário ao desempenho de suas atribuições.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em 15 de Setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:F3FF25B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026-PML
PROCESSO Nº. 132/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada em serviços de Buffet, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte e Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Assistência Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 07 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 249.865,00 (duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 15de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C6434FC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026-PML
PROCESSO Nº. 131/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de vasilhames e recargas de gás liquefeito de petróleo (GLP) P45, destinados ao abastecimento do Hospital Municipal e das Unidades de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 08 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 82.551,15 (oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quinze centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 15de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:FD5466D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 614/2026 - REPUBLICADO POR ERRO

PORTARIA Nº. 614/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 6619/2026 de 04/09/2026;

Resolve:

Conceder a servidora DEBORA VASCONCELOS VERISSIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº. 966877, férias pelo período de trabalho prestado entre 16/02/2025 a 15/02/2026, nos termos do artigo 101, c/c com o artigo 105 da Lei nº. 003/92, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 26/10/2026 a 09/11/2026;
15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 19/07/2027 a 02/08/2027.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:F4F94AB1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 620/2026

PORTARIA Nº. 620/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o aviso de férias datado de 15/09/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor DANILO HENRIQUE DA SILVA, matricula 965954, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM RAIO X, 20 (vinte) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 01/04/2026 a 01/10/2026, nos termos do artigo 104 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 01/10/2026 a 20/10/2026, devendo retornar em atividade em 21/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:57D31865

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 621/2026

PORTARIA Nº. 621/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Alterar a data das férias concedidas através da portaria nº 286/2026 de 14/04/2026, da senhora MARIA LUSMIR FERNANDES, matricula nº. 945901, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM DIURNO, nomeada no cargo em comissão de Secretário de Saúde, referente aos 15 (quinze) dias de gozo de 05/11/2026 a 19/11/2026, para a data de 28/12/2026 a 11/01/2027.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:9899BE5D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 622/2026

PORTARIA Nº. 622/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder ao servidor EBER PECINI MEI, ocupante do cargo de provimento efetivo ADVOGADO, matrícula n° 966070, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 10/09/2026 a 09/10/2026, devendo realizar nova perícia em 10/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:DC8DBB81

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 623/2026

PORTARIA Nº. 623/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder ao servidor CHRISTIAN COLA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERÁRIO, matrícula n° 91991, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 09/09/2026 a 24/09/2026, devendo realizar nova pericia em 25/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:CC1F3573

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 624/2026

PORTARIA Nº. 624/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6784/2026 de 11/09/2026;

Resolve:

Exonerar a pedido, a senhora RITA DE CASSIA ANGELO DE SOUZA, CPF/MF n° 10*.***.***-16, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO, CC.5 - SEMA, matrícula n° 967087, constante na Lei Complementar nº. 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, a partir de 01/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:0AAABB19

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 625/2026

PORTARIA Nº. 625/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 15/09/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor MARCOS PAULO FERNANDES GOUVEA, ocupante do cargo de provimento efetivo OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO-B, matrícula nº. 967212, férias pelo período de trabalho prestado entre 03/09/2025 a 02/09/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

05 (cinco) dias de descanso pelo período compreendido entre 05/10/2026 a 09/10/2026;
15 (quinze) dias de descanso pelo período compreendido entre 18/01/2027 a 01/02/2027;
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 10/10/2026 a 19/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:930CB014

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 626/2026

PORTARIA Nº. 626/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 6774/2026 de 10/09/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor MARCOS VINICIUS FANEGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº. 967003, férias pelo período de trabalho prestado entre 03/07/2025 a 02/07/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 d/e novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 13/10/2026 a 01/11/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 02/11/2026 a 11/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D745DCEF

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO CONFORME DETERMINA O ARTIGO 23 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 054/2017

Processo Administrativo: Celebração de Termo de Fomento por Inexigibilidade de Chamamento Público.
Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), Entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.187.770/0001-82, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 001/81.
Base Legal: Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 054/2017, em especial o artigo 22, inciso II e Lei Municipal nº 037/2026.
Objeto: Destinado a prestação de serviço de promoção de autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de todos os seus

assistidos, assegurando dessa forma um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento de acordo com suas particularidades possibilitando o máximo de desenvolvimento e autonomia, visando a melhoria em sua qualidade de vida, contemplando dessa maneira, as ações de atendimento definidas no Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Valor: R$ 268.800,00 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais), Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, o Prefeito Municipal de Loanda –PR, no uso de suas atribuições legais torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do artigo 22, inciso II do Decreto Municipal nº 054/2017, visando firmar Termo de Fomento com a Organização da Sociedade Civil – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto, bem como a parceria decorrer de transferência devidamente autorizada através da Lei Municipal nº 087/2026, a qual identificou expressamente a entidade beneficiária e ainda pela entidade estar a aos desenvolvendo atividades em parceria com o Poder Público de maneira satisfatória, sendo a única no Município que desenvolve a atividade proposta, a qual é de grande relevância para uma melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Loanda –PR, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:D4646478

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 101/2026

LEI N°. 101/2026

Súmula – *Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 3.517.312,34 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e doze reais e trinta e quatro centavos), destinado ao reforço de dotações do projeto construção de galerias de águas pluviais, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

16.000	Secretaria do Meio Ambiente-SEMA	
16.002	Fundo Municipal do Meio Ambiente	
17.000.0000.0.000	Saneamento	
17.512.0000.0.000	Saneamento Básico Urbano	
17.512.0017.0.000	Infra-Estrutura Transporte Urbano e Aéreo	
17.512.0017.1.109	Construção de Galerias de Águas Pluviais	
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	
Fonte 32040	Convênio Nº 934/2026 SECID SIT 87245 - Construção de Rede de Drenagem Urbana	3.517.312,34
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	3.517.312,34

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional especial autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação das Alíneas de Receitas 2422.99.01.53.00.00 e 1321.01.01.01.00.

a)	**RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA**	
2422.99.01.53.00.00	Convênio Nº 934/2026 SECID SIT 87245 - Construção de Rede de Drenagem Urbana	3.341.446,72
1321.01.01.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	175.865,62
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	3.517.312,34

Artigo 3º - Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO DO PROJETO NO PPA	**Construção de Galerias de Águas Pluviais**
OBJETIVOS -	Ampliar a Rede de Galerias de Águas Pluviais.
METAS 2026	Combater a Erosão Urbana.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:4527E937

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 102/2026

LEI N°. 102/2026

Súmula – *Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º -	Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) destinado ao reforço de dotações do Projeto Expansão dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

11.000	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo-SELT	
11.001	Secretaria e Dependências	
27.000.0000.0.000	Desporto e Lazer	
27.812.0000.0.000	Desporto Comunitário	
27.812.0011.0.000	Cultura e Esportes	
27.812.0011.1.075	Expansão dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer	
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	
Fonte 32031	CEE/PR Deliberação 01/2026 - Fundo Municipal de Esporte e Lazer	450.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	450.000,00

Artigo 2º -	A cobertura do crédito adicional ESPECIAL autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante a utilização do Excesso de Arrecadação das Alíneas de Receitas 1321.01.11.01.00.00 e 2429.99.01.09.00.00.

a)	**RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA**	
2429.99.01.09.00.00	Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal - CEE Del.01/2026	400.000,00
1321.01.11.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	50.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	450.000,00

Artigo 3º	Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE NO PPA	**Expansão dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer**
OBJETIVOS -	Manter as Atividades Desportivas do Município com participação e realização de jogos oficiais.
METAS 2026	Reforma e Ampliação dos Próprios Públicos de Esporte e Lazer.

Artigo 4º -	Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:AC04A1DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Súmula: Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Lobato, o acesso à informação previsto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos para garantia da transparência ativa e passiva, institui o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, considerando o disposto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; considerando a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação); considerando a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); considerando a Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009; considerando a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD); resolve promulgar a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Lobato, os procedimentos para garantia do direito fundamental de acesso à informação, previsto na Constituição Federal e disciplinado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º As disposições desta Resolução aplicam-se aos Vereadores, servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão, estagiários, terceirizados, prestadores de serviços e demais agentes que atuem em nome da Câmara Municipal.

Art. 3º O acesso à informação constitui regra geral, sendo o sigilo exceção, observado o disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 12.527, de 2011, na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e nas demais normas aplicáveis.

Art. 4º São objetivos desta Resolução:
I – assegurar o exercício do direito de acesso à informação;
II – promover a transparência da gestão pública;
III – incentivar o controle social da administração pública;
IV – fortalecer os mecanismos de participação cidadã;
V – assegurar a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral;
VI – garantir a observância dos princípios da publicidade, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade;
VII – harmonizar o acesso à informação com a proteção de dados pessoais e das informações legalmente sigilosas.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 5º A aplicação desta Resolução observará os seguintes princípios:
I – publicidade como preceito geral e sigilo como exceção;
II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
III – utilização dos meios de comunicação eletrônica para ampliação da transparência;
IV – fomento ao desenvolvimento da cultura da transparência;
V – incentivo ao controle social da administração pública;
VI – proteção das informações pessoais e das informações classificadas em grau de sigilo.

Art. 6º O acesso à informação será assegurado mediante procedimentos objetivos, ágeis, transparentes, claros e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública.

Art. 7º É dever da Câmara Municipal garantir a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso às informações públicas e sua divulgação, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
Parágrafo único. A negativa de acesso à informação deverá ser expressamente fundamentada, indicando o dispositivo legal que autoriza a restrição.

CAPÍTULO III
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 8º A Câmara Municipal promoverá a transparência ativa mediante a divulgação, independentemente de requerimento, das informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º As informações de transparência ativa serão disponibilizadas, preferencialmente, no Portal da Transparência e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, em formato acessível, aberto, pesquisável e atualizado.

Art. 10. Deverão ser divulgadas, no mínimo:
I – estrutura organizacional da Câmara Municipal;
II – competências das unidades administrativas;
III – endereço, telefones, horários de atendimento e canais de contato;
IV – composição da Mesa Diretora, das Comissões Permanentes e Temporárias;
V – relação dos Vereadores e respectivas informações institucionais;
VI – legislação municipal consolidada;
VII – Regimento Interno;
VIII – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
IX – execução orçamentária e financeira;
X – despesas realizadas, observada a legislação vigente;
XI – receitas recebidas;
XII – processos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e contratos administrativos;
XIII – atas, pautas e resultados das sessões plenárias;
XIV – proposições legislativas em tramitação;
XV – remuneração dos agentes públicos, na forma da legislação;
XVI – relatórios de gestão fiscal e demais demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
XVII – relatórios de auditoria, quando públicos;
XVIII – perguntas frequentes sobre o funcionamento da Câmara Municipal;
XIX – informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Art. 11. As informações deverão ser atualizadas periodicamente, observados os prazos previstos na legislação específica e os critérios de qualidade, autenticidade, integridade, disponibilidade e acessibilidade.

Art. 12. As informações disponibilizadas deverão ser apresentadas em linguagem clara e objetiva, sempre que possível em formato aberto, permitindo consulta, gravação, impressão e reutilização dos dados, ressalvadas as restrições legais.

Art. 13. A divulgação de informações deverá observar simultaneamente:
I – a Lei Federal nº 12.527, de 2011;
II – a Lei Federal nº 13.709, de 2018;
III – a legislação arquivística;
IV – as normas expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização.
Parágrafo único. Antes da divulgação de informações que contenham dados pessoais, a unidade responsável deverá avaliar a necessidade de anonimização, pseudonimização ou restrição de acesso, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV
DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Art. 14. Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Lobato, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, destinado a assegurar o atendimento ao público quanto ao exercício do direito de acesso à informação.
§ 1º O SIC funcionará em meio físico e eletrônico.

§ 2º O atendimento poderá ser realizado presencialmente, por correspondência eletrônica, formulário disponível no sítio eletrônico oficial ou por outro meio disponibilizado pela Câmara Municipal.

Art. 15. Compete ao SIC:

I – atender e orientar o público quanto ao acesso às informações;

II – informar sobre a tramitação de documentos e processos administrativos;

III – receber, registrar, controlar e encaminhar os pedidos de acesso à informação;

IV – acompanhar os prazos de resposta;

V – comunicar ao requerente as decisões proferidas;

VI – manter registro estatístico dos pedidos recebidos, atendidos, indeferidos e em tramitação;

VII – elaborar relatórios periódicos sobre a execução da Lei de Acesso à Informação.

Art. 16. A Presidência da Câmara Municipal designará, por ato próprio, o servidor ou unidade administrativa responsável pelo funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Parágrafo único. O responsável pelo SIC poderá solicitar informações às unidades administrativas da Câmara Municipal, que deverão prestar colaboração no prazo fixado para atendimento do pedido.

CAPÍTULO V

DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 17. Qualquer pessoa natural ou jurídica poderá formular pedido de acesso à informação, independentemente da apresentação de justificativa quanto aos motivos da solicitação.

Art. 18. O pedido deverá conter, no mínimo:

I – nome do requerente;

II – número de documento de identificação, quando necessário para viabilizar a resposta;

III – meio para recebimento da resposta;

IV – especificação clara e objetiva da informação pretendida.

Parágrafo único. Não serão exigidas informações que inviabilizem ou dificultem o exercício do direito de acesso à informação.

Art. 19. Os pedidos poderão ser apresentados:

I – presencialmente;

II – por meio eletrônico;

III – por correspondência;

IV – por outro canal oficial disponibilizado pela Câmara Municipal.

Art. 20. Recebido o pedido, o SIC fornecerá protocolo contendo número de registro e data do recebimento.

Art. 21. Quando a informação estiver disponível imediatamente, será fornecida ao requerente sem demora.

Parágrafo único. Sempre que possível, o atendimento será realizado no ato do protocolo do pedido.

Art. 22. Não sendo possível o atendimento imediato, o órgão competente deverá responder no prazo de até vinte dias, contado da data do protocolo.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado por até dez dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente antes do término do prazo original.

§ 2º A contagem dos prazos observará a legislação federal aplicável.

Art. 23. A resposta ao pedido deverá:

I – disponibilizar a informação solicitada;

II – indicar o local e a forma de consulta, obtenção ou reprodução da informação;

III – informar as razões da negativa, total ou parcial, quando houver;

IV – indicar o recurso cabível, o prazo para sua interposição e a autoridade competente para apreciá-lo.

CAPÍTULO VI

DO FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES

Art. 24. O acesso à informação será gratuito, ressalvados os custos referentes à reprodução de documentos, mídias ou outros materiais utilizados para atendimento ao pedido.

§ 1º Os valores cobrados limitar-se-ão ao custo efetivo da reprodução.

§ 2º Fica dispensado o ressarcimento dos custos quando o requerente declarar, sob as penas da lei, não possuir condições econômicas para efetuá-lo.

Art. 25. Sempre que possível, as informações serão fornecidas em formato digital, observados os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

Art. 26. Quando a informação solicitada estiver disponível em transparência ativa, o requerente será orientado quanto ao endereço eletrônico em que poderá acessá-la, sem prejuízo do fornecimento da informação quando solicitado.

Art. 27. Não existindo a informação ou não sendo a Câmara Municipal competente para fornecê-la, o requerente será comunicado dessa circunstância.

Parágrafo único. Sempre que possível, será indicada a instituição ou órgão que detenha a informação pretendida.

Art. 28. Não será atendido pedido:

I – genérico;

II – desproporcional;

III – que exija trabalhos adicionais de interpretação, consolidação ou produção de informações inexistentes;

IV – que envolva informação protegida por sigilo legal, observado o disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. O indeferimento será motivado e indicará os fundamentos legais da decisão.

Art. 29. A negativa de acesso à informação observará estritamente as hipóteses previstas na Lei Federal nº 12.527, de 2011, sendo vedada a restrição de acesso por motivo não previsto em lei.

Art. 30. Os documentos produzidos pela Câmara Municipal deverão ser organizados, classificados, preservados e geridos de forma a assegurar sua autenticidade, integridade, disponibilidade e recuperação, observadas a legislação arquivística e as normas internas de gestão documental.

CAPÍTULO VII

DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS E DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 31. O acesso à informação será restringido exclusivamente nas hipóteses previstas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nas demais normas aplicáveis.

Art. 32. São consideradas informações pessoais aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, cujo tratamento deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e demais normas pertinentes.

§ 1º O acesso às informações pessoais será restrito à pessoa a que elas se referirem e aos agentes públicos legalmente autorizados, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

§ 2º A restrição de acesso às informações pessoais não poderá ser utilizada para impedir o controle da legalidade dos atos da Administração Pública nem para ocultar irregularidades.

Art. 33. A divulgação de documentos contendo informações pessoais deverá observar, sempre que possível:

I – a anonimização dos dados;

II – a pseudonimização, quando tecnicamente recomendável;

III – a supressão de informações cujo acesso não seja autorizado por lei;

IV – a observância dos princípios da necessidade, finalidade e proporcionalidade.

Art. 34. Não serão consideradas sigilosas as informações relativas:

I – à estrutura organizacional da Câmara Municipal;

II – à execução orçamentária e financeira;

III – aos contratos administrativos, licitações, convênios e instrumentos congêneres, ressalvadas as informações protegidas por lei;

IV – à remuneração dos agentes públicos, observada a legislação vigente;

V – às atividades legislativas, às sessões plenárias, às votações e às proposições em tramitação.

Art. 35. A classificação de informações em grau de sigilo observará os critérios, prazos e autoridades competentes definidos na Lei Federal nº 12.527, de 2011, sendo vedada a classificação para ocultar ilegalidades, erros administrativos ou violação de direitos.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 36. O requerente poderá interpor recurso administrativo contra:

I – a negativa de acesso à informação;

II – o fornecimento parcial da informação;

III – a ausência de resposta no prazo legal;

IV – qualquer decisão que restrinja o exercício do direito de acesso à informação.

Art. 37. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que proferiu a decisão recorrida, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão.

Parágrafo único. A autoridade competente decidirá o recurso no prazo de cinco dias, prorrogável, de forma motivada, por igual período.

Art. 38. Mantida a decisão recorrida, caberá recurso à Presidência da Câmara Municipal, que decidirá em última instância administrativa.

Parágrafo único. A decisão final deverá ser fundamentada e comunicada ao requerente pelos mesmos meios utilizados para a resposta ao pedido, salvo solicitação em sentido diverso.

CAPÍTULO IX

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 39. Constituem deveres dos agentes públicos e colaboradores da Câmara Municipal:

I – assegurar a autenticidade, integridade e disponibilidade das informações sob sua guarda;

II – prestar informações de forma tempestiva e precisa;

III – preservar o sigilo das informações legalmente protegidas;

IV – observar as normas desta Resolução e da legislação aplicável;

V – comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade relacionada ao acesso ou à proteção das informações.

Art. 40. Constitui infração administrativa, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal:

I – recusar o fornecimento de informação pública sem fundamento legal;

II – retardar injustificadamente o atendimento ao pedido de acesso à informação;

III – fornecer informação intencionalmente incorreta, incompleta ou imprecisa;

IV – destruir, inutilizar, ocultar, alterar ou adulterar documento público;

V – divulgar ou permitir acesso indevido a informação protegida por sigilo legal;

VI – utilizar informação obtida em razão do cargo para obtenção de vantagem indevida ou para causar prejuízo a terceiros.

Art. 41. A apuração das infrações observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável ao agente responsável.

Parágrafo único. A aplicação de sanções não afasta a obrigação de reparar os danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros.

Art. 42. Sempre que verificada irregularidade relacionada ao acesso à informação ou ao tratamento de informações pessoais, a autoridade competente adotará as medidas administrativas cabíveis, comunicando os órgãos de controle quando exigido pela legislação.

Art. 43. A Câmara Municipal adotará medidas permanentes de orientação e capacitação dos agentes públicos quanto às normas de transparência, gestão documental, proteção de dados pessoais e acesso à informação, com o objetivo de prevenir irregularidades e promover a cultura da transparência.

CAPÍTULO X

DA GOVERNANÇA DA TRANSPARÊNCIA E DO MONITORAMENTO

Art. 44. Compete à Presidência da Câmara Municipal assegurar a implementação e o cumprimento desta Resolução, promovendo as medidas administrativas necessárias ao pleno exercício do direito de acesso à informação.

Art. 45. Compete às unidades administrativas da Câmara Municipal:

I – produzir, organizar, preservar e disponibilizar as informações de sua competência;

II – atender às solicitações encaminhadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;

III – manter atualizadas as informações sujeitas à transparência ativa;

IV – observar as normas de gestão documental, proteção de dados pessoais e acesso à informação;

V – adotar medidas destinadas à preservação da autenticidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade das informações públicas.

Art. 46. O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC elaborará, anualmente, relatório contendo, no mínimo:

I – quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos;

II – quantidade de pedidos atendidos, parcialmente atendidos e indeferidos;

III – tempo médio de resposta aos requerimentos;

IV – principais assuntos demandados pelos cidadãos;

V – medidas adotadas para aperfeiçoamento da transparência pública.

Parágrafo único. O relatório será disponibilizado no Portal da Transparência da Câmara Municipal.

Art. 47. A Câmara Municipal promoverá a revisão periódica das informações disponibilizadas em transparência ativa, visando garantir sua atualização, completude, autenticidade e acessibilidade.

Art. 48. A Câmara Municipal adotará medidas de incentivo à participação popular e ao controle social, mediante:

I – divulgação permanente dos canais de acesso à informação;

II – realização de ações educativas sobre transparência pública;

III – publicação de orientações aos cidadãos sobre a utilização do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;

IV – incentivo à utilização de dados públicos em formato aberto, quando cabível.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. A aplicação desta Resolução observará, de forma integrada:

I – a Constituição da República;

II – a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

IV – a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

V – a Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009;

VI – a legislação arquivística e demais normas aplicáveis.

Art. 50. Os casos omissos serão decididos pela Presidência da Câmara Municipal, mediante manifestação da unidade administrativa competente e, quando envolver proteção de dados pessoais, ouvido o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, observada a legislação vigente.

Art. 51. A Presidência poderá expedir atos complementares destinados à execução desta Resolução, especialmente para disciplinar:

I – o funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC;

II – os procedimentos para tramitação dos pedidos de acesso à informação;

III – os padrões de divulgação da transparência ativa;

IV – os procedimentos de gestão documental;

V – a integração entre as normas de acesso à informação e de proteção de dados pessoais;

VI – os formulários, modelos e fluxos administrativos necessários ao cumprimento desta Resolução.

Art. 52. A Câmara Municipal promoverá, periodicamente, ações de capacitação destinadas aos Vereadores, servidores e colaboradores sobre:

I – transparência pública;

II – acesso à informação;

III – gestão documental;

IV – proteção de dados pessoais;

V – governo digital e boas práticas de governança pública.

Art. 53. O disposto nesta Resolução não afasta a observância das normas relativas à proteção de informações classificadas, ao sigilo fiscal, bancário, comercial, profissional, judicial e às demais hipóteses de restrição de acesso previstas na legislação.

Art. 54. As informações pessoais constantes de documentos administrativos serão disponibilizadas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, mediante anonimização ou restrição de acesso, quando exigido pela legislação.

Art. 55. A presente Resolução será revisada sempre que houver alteração na legislação federal relativa ao acesso à informação, à proteção de dados pessoais ou quando constatada a necessidade de aperfeiçoamento de seus procedimentos.

Art. 56. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 57. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:7D109ECF

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCICIO DO MUNICIPIO DE LOBATO/PR, **ACOLHO** por **APROVEITAMENTO** o processo seletivo para a escolha da Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC conduzido pelo Município de São José do Rio Preto, do Estado de São Paulo, e autorizo a celebração do **CONVÊNIO DE ADESÃO** para implantação do Regime de Previdência Complementar com a entidade vencedora daquele certame, quer seja, "FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (PREVCOM)" para a administração do plano de benefícios, em consonância com as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019 e demais dispositivos legais.

Lobato/PR, 15 de setembro de 2026

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:982B7AB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 177/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026, PRORROGA A VIGÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO DE RENATA OLIVEIRA DA SILVA, REFERENTE AO TESTE SELETIVO N.º 001/2025 DE 23/04/2025

DECRETO N.º 177/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA – Prorroga a vigência de contrato de trabalho advindo do Teste Seletivo, inaugurado no âmbito desta municipalidade por força do Edital do Teste Seletivo n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, considerando os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 c/c disposições da Lei Municipal n.º 773/2001-E DE 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, ainda, primando pela preservação e proteção do soberano interesse público, e fiel alcance dos princípios norteadores da plena e eficaz condução da coisa pública, delineados no art. 37 e ss. da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, prevê expressamente em seu artigo 3º que o prazo de contratações excepcionais e de interesse público tem prazo de vigência de até um ano, cabendo dilação contratual por única vez e pelo período inicialmente pactuado;

Considerando que a prorrogação da contratação em fomento, visa suprir a falta de servidores públicos na administração pública,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, considerando os efeitos do Decreto n.º 307/2025 de 17/09/2025, por razões de interesse público, a vigência da contratação abaixo indicada, objeto do ato administrativo, pelo prazo de 1(um) ano:

Nome	Cargo/Carga Horária	Vigência da Prorrogação
Renata Oliveira da Silva	Educador Infantil/30 hrs	18/09/2026 a 17/09/2027

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:EA13D9A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 015/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026, CONVOCAR A CANDIDATA SILVIA BARBOZA FERREIRA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ABERTO PELO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025 DE 23/04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 015/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

MILTON KASUYUKI INOUE, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o resultado divulgado através do **Edital de Divulgação do Resultado Final do PSS nº. 001/2025-D**, publicado no Órgão Oficial do Município – Jornal O Diário dos Municípios do Paraná - AMP, no dia **27/05/2025**,

RESOLVE

Art. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025 de 23/04/2025,** para comparecer na Prefeitura Municipal de Lobato – Departamento de Recursos Humanos, nos dias **16, 17, 18, 21 e 22 do mês de setembro do corrente ano,** no horário de atendimento das **08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00**, a fim de submeter ao processo admissional, conforme abaixo especificado:

Nome	CPF	Cargo	C/H Semanal
SILVIA BARBOZA FERREIRA	036.***.***-99	MOTORISTA	40 hrs

Art. 2º - O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata, conforme item 10.5 do Edital de Abertura do PSS nº. 001/2025 de 23/04/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.
.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:41B86498

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
PORTARIA Nº 13/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

ART. 1º - CONCEDER a pedido, **LICENÇA PRÊMIO** a Servidora Público Municipal Michelle Angelini, portadora do RG **6.412.378-5** PR e CPF **005.852.219-01**, lotada na Câmara Municipal de Lupionópolis, referente ao período aquisitivo de 24 de Novembro de 2013 a 23 de novembro de 2018, pelo período de 03 *(três)* meses

fracionados em 03 meses não consecutivos, **tendo seu primeiro mês de início em 16/09/2026 a 15/10/2026,** o segundo mês em **01 a 30 de Dezembro de 2026** e o terceiro mês em **01/07/2027 a 30/07/2027**, conforme Artigos 155 a 157 da Lei Municipal 19/2016 de 21.09.2016 e especificadamente o parágrafo 5º do art 156 .

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 15 de Setembro de 2026.

BRUNO NEVES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:C757D089

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL CONCORRENCIA 06/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026.

O MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS-PR torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 02 de outubro do ano de 2026, na plataforma BLLCOMPRAS, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra: REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO DE LUPIONÓPOLIS, CONTENDO: CALÇADA, BANCOS E FLOREIRAS.

A PASTA TÉCNICA COM O INTEIRO TEOR DO EDITAL, SEUS RESPECTIVOS MODELOS, ADENDOS E ANEXOS, PODERÁ SER OBTIDA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP, SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS-PR HTTPS://LUPIONOPOLIS.PR.GOV.BR/LICITACOES E NA PLATAFORMA HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/HOME/LOGIN. INFORMAÇÕES ADICIONAIS, DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO PODERÃO SER APRESENTADOS AO PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO, POR MEIO DA PLATAFORMA.

Lupionópolis-pr, 15 de Setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:52C98E65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa para locação de brinquedos e prestação de serviços de monitoramento de crianças no dia 20/09/2026 no aniversário de Mallet/PR.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, no dia 21 de setembro de 2026 o Município de Mallet completa 114 anos de emancipação política e para comemorar esta data, a Administração Municipal realizará um evento comemorativo com vários atrativos no Parque dos Imigrantes. Em caso de mal tempo no dia 20 de setembro de 2026, o evento será realocado no Centro de Eventos de Mallet.
Assim, no intuito de comemorar o aniversário da cidade, pretende-se disponibilizar para as crianças brinquedos infláveis e outros a fim de que possam desfrutar de brincadeiras e um dia de comemoração, com a segurança adequada. Diante da especificidade do serviço a ser prestado (locação de brinquedos e monitoramento das crianças que irão utilizar) é indispensável a contratação de empresa especializada para tanto.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A proponente escolhida foi **JOÃO CARLOS LES, CNPJ: 82.012.709/0001-71**, e a escolha do proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 5.710,00 (cinco mil setecentos e dez reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **06 (seis) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

44 02.002.04.695.0003.2.005.3.3.90.39.1000 REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES MUNICIPAIS.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

DECLARAÇÃO, ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL, DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:994F9711

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança privada desarmada destinados às festividades que serão realizadas no Município de Mallet.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, no dia 21 de setembro de 2026, o Município de Mallet completa 114 anos de emancipação política e, para comemorar esta importante data, a Administração Municipal realizará programação festiva destinada à população, envolvendo atividades culturais, recreativas e de entretenimento, bem como no dia 18 de dezembro a administração está preparando um evento em comemoração ao Natal.
Considerando a natureza dos eventos programados e a previsão de concentração de público, torna-se necessária a adoção de medidas destinadas a proporcionar condições adequadas de segurança, organização e proteção aos participantes, trabalhadores, prestadores de serviços, artistas e demais pessoas envolvidas nas festividades.
Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança, com disponibilização de profissionais capacitados e em quantitativo compatível com as características de cada evento.
Os serviços serão realizados nos dias 19 e 20 de setembro de 2026 em comemoração ao aniversário do Município, e no dia 18 de dezembro em festividades de Natal.
A contratação de empresa especializada mostra-se necessária em razão da natureza específica da atividade, devendo a prestadora possuir regularidade perante os órgãos competentes e disponibilizar profissionais devidamente habilitados para o exercício das funções, garantindo que a prestação ocorra em conformidade com as normas aplicáveis.
Assim, a contratação visa contribuir para a realização organizada e segura das festividades municipais, reduzindo riscos e proporcionando maior tranquilidade à população e aos demais envolvidos nos eventos.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A proponente escolhida foi **GUARASEG SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ: 45.230.082/0001-07**, e a escolha da proponente decorre da apresentação do menor preço entre os fornecedores consultados, aliada ao atendimento das especificações estabelecidas para o objeto e à apresentação dos documentos exigidos para sua habilitação, inclusive aqueles relacionados à regularidade para prestação de serviços de segurança.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **06 (seis) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

44 02.002.04.695.0003.2.005.3.3.90.39.1000 REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES MUNICIPAIS.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 15 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:7D9FA4B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2026

DATA DE ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: ANDRE ARVING DE LARA 04531951999 CNPJ 46.091.255/0001-08, domiciliada à Rua Dona Odete, nº 32, Bom Jesus, no município de União Da Vitória, Estado do Paraná, representada pelo Senhor, **ANDRE ARVING DE LARA CPF 045.319.519-99**, residente à Rua Dona Odete, nº 32, Bom Jesus, no município de União Da Vitória, Estado do Paraná.

OBJETO: Contratação de profissional do setor artístico, André Arving de Lara CNPJ 46.091.255/0001-08, visando a apresentação musical no dia 20 de setembro, às 19:00 horas com duração mínima de 03:00 horas (três horas), em comemoração ao 114º aniversário do Município de Mallet.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **06 (seis) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:C4A77594

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 399/2026

DECRETO N.º 399/2026

Dispõe sobre o afastamento de servidora pública para tratamento de saúde.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo Cloud nº 000003237/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedido o afastamento da servidora pública **CLAUDIA BONETE MIERZVA**, Nutricionista, matrícula n° 4027, para tratamento de saúde, período de 30 dias, a partir de 14 de setembro de 2026, nos termos do art. 102, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 632/99.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 15 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:86A6D414

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 010.2026 PSS 001.2025

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 010.2026
PSS 001.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
CNPJ: 75.654.566/0001-36
CONTRATADA: JULIANA MARUCHIN BARSKI MACHADO
CPF: 046.***.***-60;
OBJETO: Rescisão de contrato;
DATA DA RESCISÃO: 14 de setembro de 2026;
Processo Seletivo Simplificado 001/2025
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL 20H
FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.
Mallet, em 15 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:5A8FF17B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 051/2026

Súmula: Concede férias ao servidor Cássio Luis de Souza Soares, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder primeiro período de férias ao servidor Cássio Luis de Souza Soares, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no período de 15/09/2026 à 04/10/2026, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 07/01/2025 à 06/01/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (09.09.2026)

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:864CABA0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 451/2026 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

DECRETO Nº 451/2026

Ementa: Abre crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4.421/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$112.865,97 (cento e doze mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001.15.451.0007.2.077		MANUTENCAO DA INFRAESTRUTURA URBANA E SERVICOS PUBLICOS	
458 - 3.3.90.39.00.00	2002	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	112.865,97
Total Suplementação:			112.865,97

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Superávit financeiro, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso I da Lei Federal 4.320/64:

Superávit Financeiro nas Fontes:		
Desvinculação das Receitas dos Municípios -DRM	2002	112.865,97
Total Superávit Financeiro:		112.865,97

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:E4D659D0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 454/2026 - EXONERA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 454/2026

Súmula: Exonera servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exoneradas as servidoras públicas municipais abaixo relacionadas, pelos respectivos motivos, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
98602	FABIANA CRISTINA DA COSTA	Professor - Temporário	01/09/2026	09/09/2026	a pedido do servidor
98564	THALIA ROBERTA ALVIM CONTI	Auxiliar Educacional Temporário	04/05/2026	14/09/2026	retorno do professor que estava de licença

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:04D804B5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 455/2026 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

DECRETO Nº. 455/2026

Ementa: Abre crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.562/2026 de 15/09/2026

Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4.421/2025) do Município de Mandaguari-PR.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do Município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito suplementar no valor de R$ 157.900,26 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos reais e vinte e seis centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
05		Secretaria De Urbanismo, Obras E Servicos Publicos	
05.001		Unidade De Urbanismo, Obras E Servicos Publicos	
05.001.15.451.0007.1.060		Recuperacao/Recapeamento, Pavimentacao De Vias Urbanas	
436 - 4.4.90.51.00.00	1268	Obras E Instalacoes	157.900,26
Total Suplementação:			157.900,26

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Excesso de arrecadação, no valor de R$ 157.900,26 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos reais e vinte e seis centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.19 Fonte: 1268	157.900,26
Total da Receita:	157.900,26

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:A6B23A8A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 456/2026 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

DECRETO Nº. 456/2026

Ementa: Abre crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.564/2026 de 15/09/2026

Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4.421/2025) do Município de Mandaguari-PR.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito Suplementar no valor de R$ 375.423,74 (trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001.15.451.0007.1.060		RECUPERACAO/RECAPEAMENTO, PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS	
436 - 4.4.90.51.00.00	1259	OBRAS E INSTALACOES	174.423,74
05.001.15.451.0007.1.062		REMODELAR, REFORMAR E REVITALIZAR PRACAS E PARQUES	
438 - 4.4.90.51.00.00	1293	OBRAS E INSTALACOES	201.000,00
Total Suplementação:			375.423,74

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Excesso de arrecadação, no valor de R$ 375.423,74 (trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.18 Fonte: 1259	174.423,74
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.23 Fonte: 1293	201.000,00
Total da Receita:	375.423,74

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:532A0617

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 301/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 301/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munido dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foi aprovado no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
63	LUANA RODRIGUES DE BARROS MENDES	75

Mandaguari, 15 de setembro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:96915053

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 302/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 302/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munido dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovado no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 145/2025.

PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
61	LUANA JUSTO FERREIRA	31

Mandaguari, 15 de setembro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:03ED84B7

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 303/2026 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CLASSIFICADA ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 303/2026

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munida dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovada no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 145/2025.

PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
62	PAULA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS	30

Mandaguari, 15 de setembro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:5844A7E5

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4559/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIAS, MEDIANTE 5 (CINCO) TERMOS DE COLABORAÇÃO,

Lei Ordinária Nº 4559/2026

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar parcerias, mediante 5 (cinco) Termos de Colaboração, objetivando repasse financeiro de recursos provenientes de doação do Imposto de Renda do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, para Organizações da Sociedade Civil (OSC) voltadas a prestação de serviços de assistência social no Município de Mandaguari inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para execução no ano de 2026 e 2027 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar parcerias, mediante termo de colaboração, para fins de repasse de recursos provenientes de doação do Imposto de Renda Direcionado 2025/2026, ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, para as Organizações da Sociedade Civil voltadas a prestação de serviços de assistência social às crianças, adolescentes no Município, aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos termos dos Planos de Trabalho apresentados, conforme seguem:
I – Tomador - no valor total de R$ 27.286,23 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos); à Associação Maria Aparecida Gomes - AMAG para fins de execução do Projeto: "Caminhando para Futuro" visando a prestação do serviço Socioeducacional para adolescentes com faixa etária de 14 a 17 anos de idade, conforme Chamada Pública nº 07/2026;
II – Tomador - no valor total de R$27.286,23 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos); à Comunidade Social Cristã Beneficente, para fins de execução do Projeto "Arte e Cultura para Transformar Vidas III – 2025/2026" visando a prestação de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes com faixas etárias de 06 a 6 anos e de 15 a 17 anos de idade, conforme Chamada Pública nº 07/2026;
III – Tomador - no valor total de R$27.286,24 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos)**;** a Congregação de São João Batista/Instituto Promocional Jesus de Nazaré, para fins de execução do Projeto "Construindo Oportunidades"; visando a prestação de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, com faixas etárias de 06 a 15 e 15 a 17 anos, conforme Chamada Pública nº 07/2026;
IV – Tomador - no valor total de R$27.286,24 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari - APAE, para fins de execução do Projeto "Cultivando Cidadania – Inclusão Produtiva e Educação Ambiental da APAE de Mandaguari"; visando a Prestação Social Especial para Criança e Adolescente com deficiência – Proteção Social de Média Complexidade, conforme Chamada Pública nº 07/2026;
V – Tomador - no valor total de R$27.286,23 (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos) Centro de Atendimento À Criança Adolescente e Família, para fins de execução do Projeto "Nosso Lar 2026"; visando a Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Institucional; conforme Chamada Pública nº 07/2026.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:F5CF4C0D

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4560/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIAS, MEDIANTE 2 (DOIS) TERMOS DE COLABORAÇÃO

Lei Ordinária Nº 4560/2026

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar parcerias, mediante 2 (dois) Termos de Colaboração, objetivando repasse financeiro de recursos provenientes de doação do Imposto de Renda do Fundo Municipal Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDI, para Organizações da Sociedade Civil (OSC) voltadas a prestação de serviços de assistência social ao Idoso no Município para execução no ano de 2026 e 2027 e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica autorizada o Poder Executivo Municipal a celebrar parcerias, mediante Termos de Colaboração, para fins de repasse de recursos provenientes de doação do Imposto de Renda Direcionado 2025/2026, ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sendo Orçamento Idoso – FMDI, para as Organizações da Sociedade Civil voltadas à prestação de serviços de Assistência Social no Município, para o desenvolvimento das ações aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, nos termos dos Planos de Trabalho apresentados, conforme segue:
I. Tomador no valor total de R$70.757,70 (setenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos); ao Asilo São Vicente de Paulo - ASVP para fins de execução do Projeto "Imposto de Renda que Transforma", visando à prestação do serviço de acolhimento institucional – Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI - proteção social de alta complexidade.

II. Tomador no valor total de R$70.757,70 (setenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos); à Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari - AAPIM, para fins de execução do Projeto "Fortalecendo e Revitalizando o Espaço da Melhor Idade V", visando à prestação de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:F696FB93

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4561/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS DE AUXILIAR EDUCACIONAL

Lei Ordinária Nº 4561/2026

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a conceder reajuste salarial aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos e temporários de Auxiliar Educacional e a alterar o Anexo VII da Lei Municipal nº. 1.327/2008, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos e temporários de Auxiliar Educacional reajuste salarial no percentual de 5 % (cinco por cento).

Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo 1º desta Lei, fica alterado o Anexo VII da Lei Municipal nº. 1.327/2008, de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

do Magistério Público Municipal de Mandaguari, que passa a vigorar com o teor constante no anexo da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho do corrente ano.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:AB65D2E3

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4562/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026

Lei Ordinária Nº 4562/2026

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte
LEI:
Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4.421/2025) do Município de Mandaguari-PR.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do Município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito suplementar no valor de R$ 157.900,26 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos reais e vinte e seis centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
05		Secretaria De Urbanismo, Obras E Servicos Publicos	
05.001		Unidade De Urbanismo, Obras E Servicos Publicos	
05.001.15.451.0007.1.060		Recuperacao/Recapeamento, Pavimentacao De Vias Urbanas	
436 - 4.4.90.51.00.00	1268	Obras E Instalacoes	157.900,26
Total Suplementação:			157.900,26

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Excesso de arrecadação, no valor de R$ 157.900,26 (cento e cinquenta e sete mil e novecentos reais e vinte e seis centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.19 Fonte: 1268	157.900,26
Total da Receita:	157.900,26

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:55C436B9

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4563/2026 - AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE 01 (UM) TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Lei Ordinária Nº 4563/2026

Ementa: Autoriza a celebração de 01 (um) Termo de Colaboração entre o Poder Público Municipal e Organização da Sociedade Civil, objetivando o repasse de recursos financeiros para apoio a entidade voltada ao desenvolvimento de ações de promoção, proteção e defesa dos animais, nos exercícios de 2026 e 2027, conforme estabelece.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º **Fica autorizada a celebração de 01 (um) Termo de Colaboração entre o** Poder Público Municipal e a Organização da Sociedade Civil abaixo relacionada, que desenvolve ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos animais no âmbito municipal, visando à transferência voluntária de recursos financeiros destinados ao apoio e desenvolvimento de ações de proteção animal, nos termos do respectivo Plano de Trabalho, conforme segue:
I – **S.O.S. Animais de Mandaguari**, no valor total de **R$ 43.075,00 (quarenta e três mil e setenta e cinco reais)**, destinado à execução de ações e serviços de promoção, proteção e defesa dos animais.

Art. 2º A entidade beneficiária deverá aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto estabelecido no Termo de Colaboração e no respectivo Plano de Trabalho, sujeitando-se à prestação de contas e às demais formas de acompanhamento e fiscalização previstas na legislação aplicável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:68A01F18

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4564/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026

Lei Ordinária Nº 4564/2026

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4.421/2025) do Município de Mandaguari-PR.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito Suplementar no valor de R$ 375.423,74 (trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001.15.451.0007.1.060		RECUPERACAO/RECAPEAMENTO, PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS	
436 - 4.4.90.51.00.00	1259	OBRAS E INSTALACOES	174.423,74
05.001.15.451.0007.1.062		REMODELAR, REFORMAR E REVITALIZAR PRACAS E PARQUES	
438 - 4.4.90.51.00.00	1293	OBRAS E INSTALACOES	201.000,00
Total Suplementação:			375.423,74

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Excesso de arrecadação, no valor de R$ 375.423,74 (trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.18 Fonte: 1259	174.423,74
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.23 Fonte: 1293	201.000,00
Total da Receita:	375.423,74

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8D9C0CF2

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº70/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, TIPO CAMINHONETE, ZERO-QUILÔMETRO, EQUIPADA COM CESTO AÉREO

FICA SUSPENSA A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, para retificação do edital, conforme solicitado pela Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos

Maiores Informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari *(provisoriamente localizada na FAFIMAN)*, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre às 7h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17h. Fone: (44) 3233-8422.

Mandaguari (PR),15 de setembro 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:539FD4A7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SUCOS FLORAI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.829.344/0001-88, com endereço na ESTRADA DA USINA KM I, 209, ZONA RURAL, CEP: 87.185-000, na cidade de Floraí/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **WESLEY FERNANDES BRAZ**, inscrito no CPF sob o nº 049.273.019-90.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE E ITENS DESERTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

VALOR: 87.540,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:A26828AE

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CONCEITO SUL MANTA ASFALTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.995.622/0001-09, com endereço na Rua MARECHAL COSTA E SILVA, 1394, Jardim Pancera, CEP: 85902-215, na cidade de Toledo/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JOSE AUGUSTO CARVALHO**, inscrito no CPF sob o nº 004.678.860-32.

OBJETO: Registro de Preço para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA, em atendimento às demandas das secretarias solicitantes.

VALOR: 1.017.348,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 14 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:6212C9A1

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE ESPORTES ADAPTADOS PARA IDOSOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.947.669/0001-17, com endereço na TIRADENTES, 1808, CENTRO, CEP: 85880-000, na cidade de Itaipulândia/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **LUCIANO DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 009.022.309-80.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE ESPORTES ADAPTADOS PARA IDOSOS (F.P.E.A.I.), VISANDO A PARTICIPAÇÃO DOS ATLETAS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI NO 2º TORNEIO REGIONAL DE VÔLEI NO ESCURO.

VALOR: 500,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Julho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:B5EEBCA7

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 66/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: FAZ CHOVER PRODUÇÕES ARTISTICAS E MUSICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.702.550/0001-98, com endereço na AVENIDA AYRTON SENNA, 2600, BARRA DA TIJUCA, CEP: 22775-003, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **PAULA CRISTINA TERRA SILVA DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 017.761.047-65.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Apresentação de Show Artístico, para compor a programação em comemoração das festividades natalinas do município de Mandaguari em 2026.

VALOR: 280.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 8 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:00111573

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE AUMENTO DE META FÍSICA

CONTRATO Nº 58/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 32/2024
PROCESSO Nº 126/2024

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **LEOGAMEIRO CTBMF LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.037.467/0001-10, com endereço na Rua Osório Ribas de Paula, 722, Sala 604, Edifício Parati, Centro, CEP: 86.800-140, na cidade de Apucarana/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **LEONARDO GAMEIRO DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº 993.423.329-00, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de aumento meta física, nos termos da Inexigibilidade 32/2024, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 8º da Lei Federal nº 14.133 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica ampliado no montante de **R$ 20.779,14 (vinte mil, setecentos e setenta e nove reais e quatorze centavos)** ao Contrato relativo o fornecimento dos itens abaixo relacionados:

Item	Descrição	Unidade	Valor Máx. Total.
01	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (CIRURGIA BUCOMAXILO)	SER	R$ 20.779,14

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo ao contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Mandaguari/PR, 10 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:6FFC20A0

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE AUMENTO DE META FÍSICA

CONTRATO Nº 57/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 31/2024
PROCESSO Nº 125/2024

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **ULTRA RAD CENTRO DE RADIOLOGIA ODONTOLOGICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.021.713/0001-46, com endereço na Rua Manoel Antunes Pereira, 616, Centro, CEP: 86.975-000, na cidade de Mandaguari/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **PAULO HENRIQUE CAPEL GUSMÃO**, inscrito no CPF sob o nº 046.606.979-08, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de aumento de meta física, nos termos da Inexigibilidade 31/2024, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 8º da Lei Federal nº 14.133 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica ampliado no montante de **R$ 13.117,50 (treze mil, cento e dezessete reais e cinquenta centavos)** ao Contrato relativo o fornecimento dos itens abaixo relacionados:

Item	Descrição	Unidade	Valor Máx. Total.
01	PROCEDIMENTOS ODONTOLOGICOS DE RADIOLOGIA	SER	R$ 13.117,50

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo ao contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 10 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:E2CDB4D8

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 95/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2023
PROCESSO Nº 160/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, residente e domiciliado nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **BUYSOFT DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.242.721/0001-61, com endereço na Avenida Duque De Caxias, 251, Zona 1, CEP: 87.013-180, na cidade de MARINGÁ/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **CLEMILSON ROBERTO CORREIA**, inscrito no CPF sob o nº 025.631.439-00, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo contratual, nos termos do Pregão nº 75/2023, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 95/2023, referente ao Pregão Eletrônico 75/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 22/09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação se dará conforme tabela abaixo:

Lote	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Software Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD Annual Subscription (Conforme especificação técnica contida no termo de referência)	10	R$17.874,20	R$178.742,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 31 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9644BFA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
ATO DA MESA Nº 08 2026

ATO DA MESA Nº 08/2026

Regulamenta a utilização da plataforma Contrata+Brasil no âmbito da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52, de 10 de fevereiro de 2025, e suas alterações, que regulamenta o Programa Contrata+Brasil e estabelece procedimentos para utilização da plataforma por órgãos e entidades da Administração Pública;
CONSIDERANDO a disponibilização da plataforma Contrata+Brasil como instrumento destinado à aproximação entre órgãos e entidades públicas e fornecedores, permitindo a realização de oportunidades de contratação de forma simplificada e eletrô-nica;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos internos para a utilização da plataforma no âmbito da Câmara Municipal de Mandirituba, assegurando planejamento, transparência, eficiência, economicidade, isonomia, publicidade e se-gurança jurídica;
CONSIDERANDO a conveniência de simplificar e conferir maior celeridade às contratações compatíveis com os objetos disponibilizados na plataforma, sem afastar a observância das normas gerais de contratação pública;
CONSIDERANDO a possibilidade de ampliar a participação de microempreendedores individuais – MEI, microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e demais fornecedores habilitados pelo programa, contribuindo para o desenvolvimen-to econômico local e regional;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica regulamentada, no âmbito da Câmara Municipal de Mandirituba, a utilização da plataforma **Contrata+Brasil**, disponibilizada pelo Governo Federal, como instrumento auxiliar para a realização de contratações públicas, observadas a legis-lação federal aplicável, as normas do Programa Contrata+Brasil e as disposições deste Ato.
§ 1º A utilização da plataforma dependerá da adesão da Câmara Municipal ao Programa Contrata+Brasil e do cumprimento dos procedimentos e condições estabele-cidos pelo órgão federal responsável pela administração da plataforma.
§ 2º A utilização da plataforma não afasta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, das normas regulamentares aplicáveis e das demais disposições legais pertinentes.
Art. 2º A utilização do Contrata+Brasil terá como objetivos:
I – simplificar e conferir maior celeridade aos procedimentos de contratação pública;
II – ampliar a participação de fornecedores aptos a atender às demandas da Câmara Municipal;
III – promover maior transparência e rastreabilidade das contratações;
IV – buscar condições mais vantajosas para a Administração;
V – fomentar, quando compatível com o objeto e com o interesse público, a participação de fornecedores locais e regionais;
VI – estimular a participação de microempreendedores individuais – MEI, microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e da regulamentação do programa.
Art. 3º Poderão ser realizadas por meio do Contrata+Brasil as contratações compatíveis com os objetos, fornecedores, limites,

condições e procedimentos disponibili-zados e autorizados pela regulamentação federal do programa.
Parágrafo único. A utilização da plataforma deverá observar a compatibilidade entre o objeto pretendido pela Câmara e as categorias e serviços efetivamente dispo-nibilizados no Contrata+Brasil.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO
Art. 4º As contratações realizadas por meio do Contrata+Brasil serão enquadradas juridicamente de acordo com a hipótese legal aplicável ao objeto e ao procedimento utilizado, observando-se, quando cabível, o instituto do credenciamento e a correspondente contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação federal do programa.
§ 1º A utilização do Contrata+Brasil não constitui modalidade de licitação.
§ 2º A contratação realizada por meio da plataforma não será enquadrada como dispensa de licitação exclusivamente em razão de sua operacionalização no Contrata+Brasil, quando estiver caracterizada hipótese de credenciamento e contratação direta por inexigibilidade.
§ 3º O enquadramento jurídico deverá constar expressamente do processo administrativo, com a indicação do fundamento legal correspondente.
Art. 5º A utilização do Contrata+Brasil não dispensa a Câmara Municipal do dever de planejamento, da demonstração da necessidade da contratação, da existência de disponibilidade orçamentária e financeira, da verificação da vantajosidade e dos demais requisitos legalmente exigidos.
Art. 6º A utilização da plataforma não poderá ser empregada para afastar indevidamente procedimento licitatório ou contratação direta que, pelas suas características, deva observar hipótese diversa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo único. A utilização indevida da plataforma poderá ensejar a responsabilização dos agentes públicos responsáveis, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL
Art. 7º A contratação por meio do Contrata+Brasil será precedida de processo administrativo devidamente instruído, observadas as peculiaridades do procedimento e as dispensas admitidas pela regulamentação federal.
Art. 8º O processo administrativo deverá conter, no mínimo, conforme a natureza da contratação:
I – documento de Formalização da Demanda – DFD;
II – justificativa da necessidade da contratação;
III – descrição do objeto, suas especificações e condições de execução ou fornecimento;
IV – indicação do local de execução ou entrega;
V – indicação da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando aplicável;
VI – estimativa do valor da contratação, quando exigível;
VII – demonstração da existência de disponibilidade orçamentária;
VIII – justificativa quanto à utilização do Contrata+Brasil;
IX – comprovação da publicação da oportunidade na plataforma;
X – propostas apresentadas pelos fornecedores;
XI – análise e julgamento das propostas;
XII – justificativa da escolha da proposta mais vantajosa;
XIII – documentação de habilitação e regularidade do fornecedor, conforme exigido pela regulamentação aplicável;
XIV – autorização da autoridade competente;
XV – instrumento de formalização da contratação;
XVI – documentos relativos à execução, fiscalização, liquidação e pagamento;
XVII – demais documentos exigidos pela legislação ou pela regulamentação do Contrata+Brasil.
Art. 9º O Documento de Formalização da Demanda – DFD será elaborado por meio do formulário disponibilizado na própria plataforma, desde que contenha as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação federal aplicável.
§ 1º O DFD deverá indicar, sempre que possível:
I – Descrição detalhada do objeto;
II – A justificativa da necessidade;
III – Especificações necessárias;
III – Quantidade;
IV – A estimativa do valor; quando necessário.
V – Local de execução ou entrega;
VI – Prazo de execução ou entrega;
VII – Condições de execução;
VIII – Prazo para apresentação das propostas;
IX – Forma e prazo de pagamento;
IX – Critérios de seleção;
XI – Demais informações necessárias à formulação das propostas.
§ 2º Poderão ser anexadas fotografias, plantas, documentos técnicos ou outros arquivos necessários à adequada compreensão do objeto.
§ 3º Após a publicação da oportunidade, suas condições não poderão ser alteradas de forma a prejudicar a isonomia entre os fornecedores, devendo eventual alteração relevante ensejar, quando necessário, a republicação da oportunidade.
Art. 10. Poderão ser dispensados, quando expressamente admitido pela regulamentação federal do Contrata+Brasil e devidamente justificado no processo, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a Análise de Riscos, o Termo de Referência – TR e outros documentos preparatórios cuja dispensa seja autorizada pela regulamentação aplicável.
§ 1º A dispensa prevista no caput não impede que a Câmara Municipal elabore os documentos quando entender necessários à adequada caracterização, planejamento ou fiscalização da contratação.
§ 2º A dispensa de determinado documento deverá ser compatível com a regulamentação federal vigente e com a natureza da contratação.
Art. 11. A estimativa de preços poderá ser realizada de forma concomitante à seleção das propostas no âmbito da plataforma, quando admitido pela regulamentação aplicável, desde que sejam preservados os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, vantajosidade e planejamento.
Parágrafo único. Quando a estimativa de preços for realizada concomitantemente à seleção, deverá ser registrada no processo a justificativa para adoção do procedimento.

CAPÍTULO IV
DA PUBLICAÇÃO DA OPORTUNIDADE
Art. 12. A oportunidade de contratação será cadastrada na plataforma Contrata+Brasil pelo servidor ou unidade competente, após a verificação da necessidade de aquisição/serviço.
Art. 13. O prazo para apresentação das propostas observará a regulamentação federal do Contrata+Brasil e as condições estabelecidas para cada tipo de oportunidade.

CAPÍTULO V
DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Art. 14. A seleção do fornecedor observará os critérios objetivos previamente estabelecidos na oportunidade publicada e na regulamentação do Contrata+Brasil.
Art. 15. A proposta mais vantajosa será selecionada de acordo com os critérios previamente definidos para a oportunidade, podendo a escolha recair sobre proposta que não seja a de menor preço quando houver fundamento objetivo que demonstre sua maior vantajosidade para a Administração.
§ 1º Na hipótese prevista no caput, a decisão deverá ser expressamente motivada no processo administrativo.
§ 2º Poderão ser considerados, conforme a natureza do objeto:
I – preço;
II – prazo de execução ou entrega;
III – qualidade e adequação dos materiais ou insumos;
IV – condições de execução;
V – garantia;
VI – capacidade de atendimento;
VII – outros critérios objetivamente relacionados à vantajosidade da contratação.
Art. 16. Na hipótese de apresentação de apenas uma proposta válida, a contratação poderá ser realizada, desde que:
I – a proposta atenda às condições estabelecidas na oportunidade;
II – o fornecedor esteja regularmente habilitado;
III – esteja demonstrada a vantajosidade da contratação;
IV – estejam atendidos os demais requisitos legais e regulamentares.

Art. 17. A Câmara Municipal realizará a verificação da habilitação e da regularidade do fornecedor conforme as exigências da regulamentação do Contrata+Brasil e da legislação aplicável.
§ 1º Poderá ser utilizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e a outros sistemas oficiais disponibilizados para consulta de documentos e certidões.
§ 2º Na impossibilidade de consulta automatizada ou quando determinada documentação não estiver disponível nos sistemas oficiais, poderá ser solicitado ao fornecedor o respectivo documento que terá até 2 (dois) dias úteis para ajustes documentais gerais.
§ 3º Tratando-se de fornecedor enquadrado como MEI, ME ou EPP, serão observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, inclusive quanto ao tratamento favorecido e à regularização de eventual restrição documental (até cinco dias úteis), quando cabível.

CAPÍTULO VI
DA AUTORIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
Art. 18. Concluída a seleção do fornecedor, o processo será encaminhado à autoridade competente para análise e autorização da contratação, observadas as competências estabelecidas na legislação e no Regimento Interno da Câmara Municipal.
Art. 19. A contratação poderá ser formalizada por:
I – nota de empenho;
II – ordem de serviço;
III – ordem de fornecimento;
IV – rito de assinatura eletrônica integrada no sistema do Contrata+Brasil
V – instrumento equivalente;
VI – contrato, quando exigido pela legislação ou considerado necessário pela Administração.
§ 1º A nota de empenho, a ordem de serviço, a ordem de fornecimento ou instrumento equivalente poderá substituir o instrumento contratual nas hipóteses admitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 2º Quando utilizado instrumento equivalente com força de contrato, deverão constar as condições essenciais da contratação.
Art. 20. A contratação deverá ser registrada e divulgada nos sistemas oficiais exigidos pela legislação, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observados os procedimentos de integração da plataforma Contrata+Brasil.

CAPÍTULO VII
DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO
Art. 21. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela autoridade competente.
Art. 22. Compete ao fiscal da contratação:
I – acompanhar a execução do objeto;
II – verificar a conformidade do serviço ou fornecimento com as condições estabelecidas;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução;
IV – comunicar ao responsável pela contratação eventuais irregularidades;
V – atestar a execução ou o recebimento do objeto;
VI – subsidiar a adoção de providências administrativas em caso de inadimplemento;
VII – realizar ou promover o registro da avaliação do fornecedor na plataforma, quando disponibilizada essa funcionalidade.
Art. 23. Após a execução do objeto, o fornecedor deverá emitir a respectiva Nota Fiscal, observadas as exigências fiscais aplicáveis.
Art. 24. O pagamento será realizado após o regular recebimento ou ateste do objeto, liquidação da despesa e verificação dos requisitos necessários ao pagamento, observada a ordem cronológica e os prazos estabelecidos na legislação.
§ 1º O pagamento será realizado preferencialmente por meio de pagamento instantâneo brasileiro (PIX), conforme os dados constantes do processo e da documentação pertinente.
§ 2º O prazo de pagamento deverá constar da oportunidade de contratação ou do instrumento de formalização, observado o prazo máximo estabelecido pela legislação aplicável (30 dias).
Art. 25. Concluída a contratação, deverá ser realizada avaliação do fornecedor na plataforma Contrata+Brasil, observados os critérios e funcionalidades disponibilizados pelo sistema.

CAPÍTULO VIII
DAS SANÇÕES E RESPONSABILIDADES
Art. 26. O fornecedor que descumprir as obrigações assumidas estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento de contratação, na regulamentação do Contrata+Brasil e nas demais normas aplicáveis.
Art. 27. Poderão ser adotadas, conforme a gravidade da conduta e a regulamentação aplicável:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
Parágrafo único. A aplicação das sanções observará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.
Art. 28. Os agentes públicos envolvidos na utilização da plataforma responderão, na forma da legislação, por atos praticados com dolo ou culpa, observadas as atribuições e competências de cada unidade.

CAPÍTULO IX
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 29. A gestão e a operacionalização das contratações realizadas por meio do Contrata+Brasil caberão à unidade responsável pelas funções de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal, sem prejuízo das competências das demais unidades administrativas.
Art. 30. Compete à unidade requisitante:
I – identificar e justificar a necessidade da contratação;
II – elaborar ou fornecer as informações necessárias ao DFD;
III – especificar adequadamente o objeto;
IV – indicar as condições de execução ou fornecimento;
V – auxiliar na análise das propostas;
VI – acompanhar a execução do objeto;
VII – indicar servidor para fiscalização, quando solicitado;
VIII – comunicar eventuais irregularidades verificadas durante a execução.
Art. 31. Compete à unidade de Compras, Licitações e Contratos:
I – orientar a unidade requisitante quanto à utilização da plataforma;
II – analisar a adequação da demanda ao Contrata+Brasil;
III – instruir e organizar o processo administrativo;
IV – cadastrar e publicar as oportunidades na plataforma;
V – acompanhar o recebimento das propostas;
VI – promover a análise documental e procedimental de sua competência;
VII – processar a contratação após a autorização da autoridade competente;
VIII – manter os registros necessários à transparência e ao controle da contratação;
IX – acompanhar a integração das informações com os sistemas oficiais.
Art. 32. Compete ao Agente de Contratação:
I – conduzir os atos de sua competência;
II – analisar e processar as propostas;
III – promover diligências necessárias;
IV – verificar a documentação do fornecedor;
V – realizar os atos de seleção e classificação que lhe forem atribuídos;
VI – encaminhar o processo à autoridade competente para decisão.
Art. 33. Compete à unidade de Contabilidade:
I – verificar a disponibilidade orçamentária;
II – realizar os procedimentos contábeis e orçamentários pertinentes;
III – promover o empenho da despesa;
IV – realizar os demais registros contábeis decorrentes da contratação.
Art. 34. Compete à autoridade competente:
I – autorizar a contratação;
II – aprovar os atos que dependam de sua decisão;
III – designar o fiscal da contratação, quando cabível;
IV – determinar a adoção das providências necessárias à regularidade do procedi-mento;
V – aplicar as sanções de sua competência.
Art. 35. Compete à Controladoria Interna, no âmbito de suas atribuições:
I – acompanhar a utilização da plataforma sob a perspectiva do controle interno;
II – avaliar a conformidade dos procedimentos;

III – orientar as unidades administrativas quanto aos controles necessários;
IV – realizar auditorias, inspeções ou análises quando entender pertinente;
V – recomendar medidas corretivas quando identificadas impropriedades ou riscos.
Parágrafo único. A atuação da Controladoria Interna não substitui as atribuições das unidades responsáveis pela execução, gestão, fiscalização ou decisão dos pro-cessos de contratação.
Art. 36. Compete à Procuradoria Jurídica, quando provocada, prestar assessoramento jurídico nos casos em que houver necessidade de manifestação jurídica, ob-servadas as competências definidas na legislação e na regulamentação interna da Câmara.

CAPÍTULO X
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL
Art. 37. A utilização do Contrata+Brasil deverá, sempre que compatível com a legislação, o objeto e o interesse público:
I – ampliar a participação de fornecedores locais e regionais;
II – fomentar a participação de microempreendedores individuais;
III – estimular a geração de trabalho e renda;
IV – fortalecer pequenos fornecedores;
V – contribuir para o desenvolvimento econômico local e regional.
Parágrafo único. A busca pelo desenvolvimento econômico local não poderá resultar em restrição indevida à competitividade, favorecimento pessoal ou direcionamen-to da contratação a fornecedor determinado; respeitando o que expressa o Art. 18 da IN SEGES/MGI nº 52/2025 (redação dada pela IN nº 460/2025) e Art. 48, § 3ª, da Lei Complementar nº 123/2006.
Art. 38. A Câmara Municipal poderá promover ações de divulgação e orientação aos fornecedores interessados, desde que tais ações não interfiram na seleção das propostas nem comprometam a isonomia entre os participantes.

CAPÍTULO XI
DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
Art. 39. Os atos e documentos relativos às contratações realizadas por meio do Contrata+Brasil deverão ser registrados no respectivo processo administrativo e nos sistemas oficiais aplicáveis.
Art. 40. A Câmara Municipal deverá assegurar a publicidade dos atos de contratação na forma exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela regulamentação federal do Contrata+Brasil e pelas normas de transparência pública.
Art. 41. A utilização da plataforma deverá assegurar a rastreabilidade dos atos praticados, permitindo a identificação dos responsáveis pelas etapas de planejamento, publicação, seleção, autorização, contratação, fiscalização e pagamento.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 42. A Câmara Municipal observará, na utilização do Contrata+Brasil, as atualizações, manuais, orientações, procedimentos, catálogos, editais e demais normas expedidas pelo órgão federal responsável pela administração da plataforma.
Art. 43. Na hipótese de alteração da legislação federal ou da regulamentação do Contrata+Brasil, as disposições deste Ato deverão ser interpretadas de forma compatível com as novas normas, promovendo-se, quando necessário, sua atualização.
Art. 44. O Presidente da Câmara Municipal poderá expedir atos complementares, instruções e modelos padronizados necessários à execução deste Ato, desde que não contrariem a legislação vigente.
Art. 45. Os casos omissos serão solucionados pela autoridade competente, obser-vadas a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar Federal nº 123/2006, a regulamentação do Contrata+Brasil, as orientações dos órgãos de controle e as demais normas aplicáveis.
Art. 46. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba/PR, 09 de setembro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

GIZELLY APARECIDA LEAL DE CAMARGO
1ª Secretária

ALEX MIGUEL DOS SANTOS
Vice-Presidente

TADEU BENEDITO MACHADO
2º Secretário

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:49802463

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RESOLUÇÃO 36/2026 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 36/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da utilização dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA para custeio da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mandirituba – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e pela Lei Municipal nº 860, de 20 de março de 2015,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião ordinária realizada no dia 14 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, enquanto espaço de participação social, discussão, avaliação e proposição de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA devem ser aplicados em ações, programas e atividades que contribuam para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar os recursos necessários para a adequada organização e execução da Conferência Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a utilização de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para o custeio das despesas necessárias à realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada pelo Município de Mandirituba, conforme planejamento e programação definidos pelo CMDCA.

Art. 2º Os recursos do FIA poderão ser utilizados para o custeio de despesas diretamente relacionadas à realização da Conferência Municipal, incluindo, quando necessárias e devidamente justificadas, despesas com:
I – contratação de palestrante, facilitador, oficineiro ou profissional responsável pela condução das atividades;
II – alimentação, coffee break e demais serviços de apoio aos participantes;
III – materiais gráficos, de divulgação e de identificação do evento;
IV – materiais de expediente, pedagógicos e demais materiais necessários à realização das atividades;
V – locação de equipamentos, estrutura e serviços necessários à realização do evento;
VI – serviços de sonorização, audiovisual, registro e apoio técnico;
VII – confecção e aquisição de certificados, crachás e outros materiais destinados aos participantes;

VIII – demais despesas que estejam diretamente vinculadas à organização e execução da Conferência, desde que devidamente justificadas e compatíveis com a finalidade do FIA.

Art. 3º A utilização dos recursos de que trata esta Resolução deverá observar a disponibilidade financeira e orçamentária do Fundo, a legislação vigente, os procedimentos administrativos e de contratação aplicáveis ao Poder Público, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 4º A execução das despesas será realizada pelo órgão responsável pela gestão dos recursos do FIA, mediante os procedimentos administrativos pertinentes, observando-se a finalidade aprovada pelo CMDCA.

Art. 5º As despesas realizadas deverão ser devidamente comprovadas e permanecerão sujeitas à prestação de contas, fiscalização e acompanhamento pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e pelos demais órgãos de controle competentes.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba, 15 de setembro de 2026.

JÉSSICA DO VALE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
João Ricardo Ramos Andrade
Código Identificador:CD4F18C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA MANGUEIRINHA – PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026
10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANGUEIRINHA – PARANÁ

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Mangueirinha, Estado do Paraná, por meio da Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituída pela Resolução nº 02/2026 do CMDCA, e em conformidade com o Art. nº 26 da Lei 2.491/2025 e as orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, especialmente aquelas estabelecidas pela Resolução CONANDA nº 276, de 12 de novembro de 2025, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO e CONVOCA a sociedade mangueirense, crianças e adolescentes, organizações da sociedade civil, entidades e instituições públicas e privadas, trabalhadores das políticas públicas, representantes do Sistema de Garantia de Direitos e demais cidadãos interessados a participarem da:

10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MANGUEIRINHA – PARANÁ

A Conferência será realizada no dia 17 de novembro de 2026, com início às 8 horas, no Centro de Eventos Darci Gubert, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 530, Centro, Mangueirinha – Paraná. A 10ª Conferência Municipal terá como tema:

"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"

1. OBJETIVO GERAL

A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo geral sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade mangueirense para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, visando à promoção, proteção, defesa e ao controle social das políticas públicas, programas, projetos e ações voltados à infância e à adolescência.

Busca-se, ainda, fortalecer a participação social, o respeito às diversidades e pluralidades, a articulação entre os diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos e o aprimoramento da democracia participativa, assegurando a escuta e a participação efetiva de crianças e adolescentes na construção das políticas públicas que lhes dizem respeito.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constituem objetivos específicos da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Promover o diálogo entre o Poder Público, a sociedade civil, crianças e adolescentes e os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

II – Avaliar a situação dos direitos da criança e do adolescente no Município de Mangueirinha, identificando avanços, desafios, lacunas e necessidades;

III – Fortalecer a participação social e o controle social das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência;

IV – Discutir e propor estratégias para o aprimoramento das políticas públicas, programas, projetos e serviços destinados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

V – Fomentar a articulação intersetorial entre as políticas públicas e os órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos;

VI – Garantir a participação ativa e a escuta qualificada de crianças e adolescentes nos processos de discussão e formulação das políticas públicas;

VII–Elaborar e deliberar propostas e diretrizes que contribuam para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII – Fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos;

IX – Estimular o protagonismo de crianças e adolescentes na defesa e promoção de seus direitos;

X – Eleger os representantes/delegados, conforme as orientações estabelecidas para as etapas subsequentes da Conferência.

3. EIXOS TEMÁTICOS

As discussões da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão organizadas em seis eixos temáticos, que orientarão os debates, as discussões em grupos e a formulação das propostas:

Eixo Temático 1 – Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento da Participação Social

Discussão sobre o fortalecimento dos espaços democráticos de participação, do controle social e da atuação da sociedade civil, crianças e adolescentes na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Eixo Temático 2 – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

Debate sobre o fortalecimento da atuação dos Conselhos Tutelares, suas condições de funcionamento, estrutura, capacitação, articulação com a rede de proteção e demais estratégias necessárias para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Eixo Temático 3 – Promoção da Convivência Familiar e Comunitária

Discussão de estratégias para assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, prevenir o afastamento do convívio familiar e fortalecer políticas e serviços de proteção, apoio e acompanhamento às famílias.

Eixo Temático 4 – Prevenção e Enfrentamento às Violências

Debate sobre a prevenção e o enfrentamento das diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes, incluindo estratégias de proteção, atendimento, prevenção, articulação da rede e garantia dos direitos das vítimas.

Eixo Temático 5 – Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção de Adolescentes no Trabalho

Discussão sobre ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, fortalecimento da proteção social e garantia dos direitos dos adolescentes inseridos em atividades laborais, observadas as normas legais de proteção ao trabalho.

Eixo Temático 6 – Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas

Debate sobre o aprimoramento das políticas e ações destinadas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, visando à garantia de direitos, responsabilização, proteção integral, reinserção social e fortalecimento da articulação da rede de atendimento.

4. APRESENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA CONFERÊNCIA

A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se em importante espaço democrático de participação e diálogo entre o Poder Público, a sociedade civil, crianças e adolescentes, entidades, instituições e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.
A Conferência tem como finalidade possibilitar a construção coletiva de propostas destinadas ao aprimoramento das políticas públicas para a infância e adolescência, fortalecendo a democracia participativa, a transparência, a corresponsabilidade e o protagonismo social.
Nesse sentido, a Conferência buscará:
I – Garantir que crianças e adolescentes tenham voz ativa nos debates, fortalecendo seu protagonismo e sua capacidade de participar das decisões que impactam suas vidas;
II – Promover a escuta qualificada da sociedade e, especialmente, de crianças e adolescentes;
III – Avaliar a situação dos direitos da criança e do adolescente no território municipal;
IV – Identificar problemas, lacunas, desafios e avanços das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência;
V – Discutir e propor diretrizes, prioridades e ações para o fortalecimento das políticas públicas;
VI – Fortalecer o controle social e ampliar a participação popular nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas;
VII – Estimular a articulação e integração dos órgãos, entidades e serviços que compõem a rede de proteção;
VIII – Promover o protagonismo de crianças e adolescentes na construção das propostas;
IX – Deliberar sobre propostas a serem encaminhadas às etapas subsequentes, observadas as orientações e normativas vigentes;
X – Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas municipais, estaduais e nacionais voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
A Conferência representa, portanto, um importante instrumento de participação social e de fortalecimento da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, contribuindo para a efetivação dos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).
5. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE REALIZAÇÃO
A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será desenvolvida de forma participativa, democrática e intersetorial, possibilitando a ampla participação dos diferentes segmentos da sociedade.
Como estratégia preparatória, foram realizadas Pré-Conferências, organizadas em seis momentos, com datas distintas, destinadas à discussão dos seis eixos temáticos que compõem a Conferência.
Durante as Pré-Conferências serão promovidos debates, reflexões e levantamento das principais demandas, desafios e propostas relacionadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Município.
As propostas construídas durante as Pré-Conferências serão sistematizadas e apresentadas na etapa municipal da Conferência, contribuindo para o aprofundamento dos debates e para a construção coletiva das deliberações.
A programação da 10ª Conferência Municipal compreenderá, entre outras, as seguintes atividades:
I – credenciamento e acolhimento dos participantes;
II – Abertura oficial da Conferência;
III – apresentação do tema central da 10ª Conferência com leitura e aprovação do Regimento Interno;
IV – Realização de Palestra Magna, abordando o tema “Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa”;
V – Organização dos participantes em grupos de trabalho para discussão dos seis eixos temáticos;
VI – apresentação, análise e apreciação das propostas construídas nas Pré-Conferências;
VII – discussão e deliberação das propostas prioritárias;
VIII – apresentação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IX – Eleição dos representantes/delegados para a etapa estadual, conforme as orientações técnicas e normativas do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR;
X – apresentação e aprovação das deliberações da Conferência;
XI – encerramento da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6. PARTICIPAÇÃO
Poderão participar da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representantes do Poder Público, organizações da sociedade civil, entidades de atendimento, instituições públicas e privadas, profissionais das políticas públicas, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, Conselheiros de Direitos, Conselheiros Tutelares, crianças e adolescentes, famílias e demais cidadãos interessados na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A participação de crianças e adolescentes será valorizada e assegurada de forma a garantir escuta qualificada, participação efetiva e protagonismo, respeitando-se suas condições de desenvolvimento, diversidade e singularidades.
7. DISPOSIÇÕES FINAIS
A 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mangueirinha constitui-se em espaço democrático para avaliação da realidade municipal, construção coletiva de propostas e fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados pela **Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, observadas as orientações do CMDCA, do CEDCA/PR e do CONANDA.
Mangueirinha, 14 de setembro de 2026.

FERNANDA MARTINÉLLO BAUM
Presidente da Comissão Organizadora
10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Sonia de Fátima Miginune
Código Identificador:4537E24A

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PORTARIA N.º 010/2026 - EXONERAÇÃO VANDERLEY

PORTARIA N.º 010/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais (RI, Art. 21),

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 15 de setembro de 2025, o servidor **VANDERLEY DORINI,** brasileiro, portador do RG nº 5.XXX.XXX-1, inscrita no CPF sob o nº 977.XXX.XXX-49**,** do cargo comissionado de Diretor Geral da Câmara Municipal de Mangueirinha – PR.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangueirinha, 14 de setembro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:46949BA8

CONTABILIDADE
EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE 2º QUADRIMESTRE 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Leandro Dorini, no uso de suas atribuições legais,
TORNA PÚBLICO

Que comparecerá, em Audiência Pública, perante a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, Conselhos Municipais, População em geral e segmentos organizados, para prestação de contas sobre o cumprimento da Saúde, relativo ao 2º quadrimestre de 2026.
A referida audiência ocorrerá no dia 30 de Setembro de 2026, as 16:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Mangueirinha.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, 15 de Setembro de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:88746F2F

CONTABILIDADE
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Leandro Dorini, no uso de suas atribuições legais,
TORNA PÚBLICO
Que comparecerá, em Audiência Pública, perante a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, Conselhos Municipais, População em geral e segmentos organizados, para prestação de contas sobre o cumprimento das Metas fiscais da administração, relativo ao 2º quadrimestre de 2026.
A referida audiência ocorrerá no dia 30 de Setembro de 2026, às 16:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Mangueirinha.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, 15 de Setembro de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:17159511

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 38/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **ALEXANDRO DA SILVA ALVES – CPF: xxx.489.819-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **MOTORISTA.**

Cláusula 2ª - Conduzir veículo automotor destinado ao transporte de passageiros ou cargas; Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada diária; Comunicar qualquer defeito por ventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o conserto; Manter o veículo em perfeito condição de funcionamento; Fazer reparos de emergência e Zelar pela Conservação do Veículo; Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou da carga que lhe for confiada. Providenciar carga e descarga no interior de veículo; Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo do veículo; Verificar o funcionamento do sistema elétrico; Providenciar a lubrificação, quando indicada; Verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibragem dos pneus; Checar diariamente o sistema de freios e o nível de óleo do motor; dirigir obedecendo a sinalização e velocidade indicadas; Executar outras tarefas correlatas.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 48/2025 até do dia 10/09/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 11 de Setembro de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

ALEXANDRO DA SILVA ALVES
Motorista

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:FDF558A0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

O MUNICÍPIO DE MARILENA, Estado do Paraná, torna pública a **RETIFICAÇÃO do objeto constante do Aviso de Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026**, passando a vigorar com a seguinte redação:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de brinquedos e equipamentos recreativos, com disponibilização de monitores, para possíveis eventos a serem realizados pelo Município de Marilena, Estado do Paraná.

A presente retificação tem por finalidade adequar a descrição do objeto aos itens previstos no Termo de Referência e no Edital.

A disponibilização do Edital ocorrerá no dia 16/09/2026.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital e seus anexos.

Marilena – PR, 15 de setembro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:50DE45C1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 151/2025

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73,

CONTRATADA: R C DE OLIVEIRA, INSCRITA NO CNPJ Nº21.990.561/0001-55;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, QUE SÃO ACOMPANHADAS PELA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO PARANÁ**.**

FONTE DE RECURSOS:
361 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
449 – 3855 - SEDS/CEAS-PR/DELIB 29-2023/PAS I-EXPANSÃO
457 – 855 - SEDS/CEAS-PR/DELIB 29-2023/PAS I-EXPANSÃO

ALTERAÇÃO DE PRAZO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL POR 15 (QUINZE) DIAS, EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO, PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:8F844356

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 240/2026

De 14 de Setembro de2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Monica Maria Soares Gomes**,** matricula 6160, referente ao período aquisitivo 2021/2026, a partir do dia 14/09/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 14 DE SETEMBRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:A7FFFA6D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 241/2026

De 14 de Setembro 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de 10 (dez) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Debora Cristina Martins de Souza**,** matricula 6237, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a partir do dia 14/09/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:BB962EFD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 242/2026

De 15 de Setembro de2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Pecúnia de Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Rosi Maria Rabelo**,** matricula 5735, referente ao período aquisitivo 2014/2019.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:A05484F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025
Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município tendo em vista o resultado final do **Concurso Público** realizado através do **Edital Nº 001/2025** com resultado homologado pelo **Edital Nº 001.15/2025** de 05 de Agosto de 2025**. Resolve:** Convocar os candidatos abaixo, para comparecerem no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária, constantes na relação publicada a baixo deste edital na Página Oficial da Prefeitura, para a devida nomeação no Cargo para o qual se habilitaram no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação necessária serão considerados desistentes.

INSC.	NOME	CARGO	CLAS.
23786802	WILLIAN CARLOS DA SILVA CORREIA	PROFESSOR (A)	39 Classificação geral
23787286	ALINE DAMASCENO MALGARIN	PROFESSOR (A)	40 Classificação geral

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 15 de Setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:EB6B5015

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026
(Processo n.º 011/2026)

OBJETO**: "AQUISIÇÃO DE COPOS DE ÁGUA MINERAL"**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 00:00h do dia 17/09/2026 até às 18:00h do dia 21/07/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: licitacao@camaramatinhos.pr.gov.br
As propostas ainda poderão ser entregues presencialmente no endereço da Câmara Municipal sito à Rua Albano Muller, nº 47, centro, Matinhos, Paraná.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALORES MÁXIMOS PARA CONTRATAÇÃO:

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO
01	300	CAIXA	Água Mineral natural, sem gás, acondicionada em copos descartáveis de 200ml, contendo 48 (quarenta e oito) unidades por caixa.

Total máximo da contratação R$ 10.390,00(dez mil e trezentos e noventa reais).

Os requisitos para contratação bem como os valores e demais informações poderão ser obtidas no Termo de Referência o qual pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:
https://www.camaramatinhos.pr.gov.br/proposicoes/Termo-de-Referencia--TR-/2026/1/0/10188

Matinhos, 15 de setembro de 2026.

RENATA BEATRIZ MULLER
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:489371FE

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
PORTARIA N.º 110/2026

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com o que dispõe o artigo 23, XXXVI, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido,e a partir desta data, a Sra. **KATHIA MARCELA RICARDO,** portadora do RG. nº 10.301.703-3, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, pertencente à Pasta GABINETE DOS VEREADORES - VER. ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE, com simbologia CCL-1, da Câmara Municipal de Matinhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Matinhos, 14 de setembro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:4373165C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
ATA DA REUNIÃO – 11 DE SETEMBRO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - MATINHOS PREV

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h00 (dez horas), nas dependências da sede do Instituto de Previdência do Município de Matinhos – MATINHOS PREV, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência, sob a presidência do Sr. Ivo Mendes Júnior, com a presença dos seguintes membros: Sra. Karyne Emanuelle Zys da Silva, Sra. Katerine Ondina Herdt, Sra. Camila da Rosa Belarmino, Sra. Márcia Cunha e Sr. Rafael Honorato dos Santos. Aberta a reunião, o Presidente deu início aos trabalhos, passando à apreciação da necessidade de **adequação da legislação previdenciária municipal quanto à realização de revisão periódica das aposentadorias por incapacidade permanente**, especialmente em razão do início dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto visando à obtenção da **Certificação Institucional no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, Nível II**. Foi esclarecido aos membros que, no âmbito das ações necessárias para atendimento aos requisitos do Pró-Gestão RPPS, mostra-se necessária a existência de previsão normativa e de procedimentos que possibilitem a **revisão periódica das aposentadorias por incapacidade permanente, em prazo máximo de 4 (quatro) anos**, com a finalidade de verificar a continuidade das condições que deram origem à concessão do benefício, observadas as disposições da legislação federal aplicável. Após análise da matéria, os membros do Conselho destacaram a importância da adequação da legislação municipal, de forma a proporcionar maior segurança jurídica aos procedimentos adotados pelo MATINHOS PREV, bem como assegurar a conformidade do Regime Próprio de Previdência Social com as exigências aplicáveis ao processo de certificação no **Pró-Gestão RPPS – Nível II**. Diante disso, o Conselho Municipal de Previdência **deliberou pela necessidade de promover a adequação da legislação previdenciária municipal**, a fim de que passe a contemplar expressamente a possibilidade de convocação dos aposentados por incapacidade permanente para realização de avaliação médica periódica, em prazo não superior a **4 (quatro) anos**, destinada à verificação da permanência das condições que ensejaram a concessão do benefício, ressalvadas as hipóteses de dispensa previstas na legislação federal. Deliberou-se, ainda, pelo **encaminhamento da matéria à Diretoria Executiva do MATINHOS PREV**, para que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração de proposta de alteração legislativa, com posterior análise jurídica e encaminhamento ao Poder Executivo Municipal, para as providências de sua competência. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião, e eu, Katerine Ondina Herdt, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

IVO MENDES JÚNIOR
Presidente

RAFAEL HONORATO DOS SANTOS
Conselho Municipal de Previdência Membro

KATERINE ONDINA HERDT
Membro

KARYNE EMANUELLE ZYS DA SILVA
Membro

CAMILA DA ROSA BELARMINO
Membro

MÁRCIA CUNHA
Membro

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:E7797C28

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
EDITAL N.º 006/2026 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO, PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

A Presidente Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do Concurso Público em comento serão realizadas na data de **20/09/2026** (**DOMINGO**), na cidade de Matinhos, Estado do Paraná.

Art.2º A prova será aplicada no período **VESPERTINO**, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INICIO DAS PROVAS
20/09/2026	Vespertino	12h00min	12h40min	13h00min

•
O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília – DF.

•
A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília – DF.

•
A aplicação terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.

Art.3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato deverá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o cartão de convocação do candidato impresso através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos (PR), 15 de setembro de 2026

KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI
Presidente Previdenciária

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:1BD60EC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$3.562.250,54 (três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 02/09/2026 às 09h00min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:CF64C738

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PANIFICADOS EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$401.753,06 (quatrocentos e um mil, setecentos e cinquenta e três reais e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 07/10/2026 às 09h00min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E 75% AMPLA CONCORRÊNCIA.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:97F91C91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AFASTAMENTO SERVIDOR 001/2026 - SECRETARIA EDUCAÇÃO - PROCESSO ADMIONSTRATIVO 2274/2026

ATO DE AFASTAMENTO PREVENTIVO
Processo Administrativo nº 2274/2026
Considerando a instauração de Sindicância Administrativa destinada à apuração de possível irregularidade funcional envolvendo a servidora "C.P".
Considerando que a servidora permanece em exercício na unidade em que se encontram pessoas potencialmente relevantes à apuração;
Considerando que a circunstância acima descrita evidencia risco de interferência na regular coleta dos elementos necessários à apuração.
Considerando o art. 240 da Lei Municipal nº 67/1997;
DETERMINO
o afastamento preventivo da servidora, do exercício de seu cargo/função pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 10/09/2026, sem prejuízo de sua remuneração, exclusivamente para preservação da regularidade da apuração administrativa.
O presente afastamento possui natureza estritamente cautelar e não constitui penalidade, reconhecimento da ocorrência dos fatos ou antecipação de responsabilidade funcional.
A servidora permanecerá à disposição da Comissão Sindicante para os atos e esclarecimentos que se fizerem necessários.
Mato Rico/PR, 10 de setembro de 2026.

LUIZ FERNANDO SEGURO
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Autoridade Competente – Port 296/2026. ART. 240 da Lei Municipal Nº 67/1997

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:09725EB0

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº41-2026

AVISO DE DISPENSA
DISPENSA Nº 41/2026
PROCESSO LICITÓRIO Nº 116/2026
COM BASE NO ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
O **MUNICÍPIO DE MATO RICOL/PR** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Av. Das Araucárias S/Nº, Centro, Mato Rico/PR, CEP – 85.240-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade Rg nº 4.043.712-6 - SESP – Pr, e inscrito no CPF sob nº 464.922.919-72, nos termos do art. 75, inciso I combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, tem interesse em realizar a contratação de empresa para aquisição de bomba para abastecimento de água, para uso da Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos do Município de Mato Rico - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. **Limite para Apresentação da Proposta de Preços até: 21/09/2026 às 17:00h.** A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/n, Centro, Mato Rico-PR – CEP – 85240-100, no horário de 08:00 às 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas e ou por email no endereço eletrônico licitações@matorico.pr.gov.br em 03 dias uteisaté a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Municípiohttps://www.matorico.pr.gov.br informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Avenida das Araucárias, s/n, Centro, Mato Rico-PR – CEP 85240-100.
Mato Rico, 15 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:3148D07B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº23-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº115/2026

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis, torna público que realizará, às09h00 do dia 30 de setembro de 2026, por meio do Portal de Compras daBolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br),PREGÃO ELETRÔNICO nº23/2026, pelo critério demenor preço por item, pararegistro de preços para futura e eventual aquisição de baterias automotivas destinadas à manutenção da frota de veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Mato Rico – PR**.** Observadas as características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone 0800 888 5155, WhatsApp (42) -3633 1160, **42 9 2002 9738** ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, e no portal BNC **https://www.bnc.org.br** de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 15 de setembro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:C403F63B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 302 2026 DESIGNAÇÃO PREGOEIRO - AGENTE DE CONTRATAÇÃO E COMISSAO DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 302/2026

SUMULA - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, DO PREGOEIRO, DA EQUIPE DE APOIO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Mato Rico, no uso das atribuições legais e nos termos da legislação em vigor:

Considerando que o Art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece: "Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei(...)";
Considerando que o inciso I, do Art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece: "Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:
I - dos requisitos estabelecidos noart. 7ºe no**caput**do art. 8º desta Lei;

Considerando o Art. 49 do Decreto Municipal nº 01/2024- GB que estabelece: "Art. 49 A atuação do pregoeiro, em licitações na modalidade pregão, e do agente de contratação e da comissão de contratação, em licitações nas demais modalidades (...)"

Considerando o Art. 51 do Decreto Municipal nº 01/2024- GB que estabelece: "Art. 51 O agente de contratação e o pregoeiro serão auxiliados, no que couber, por uma equipe de apoio, designada pelo Prefeito Municipal, para subsidiar o desempenho de suas atribuições.
Considerando o Art. 1 do Decreto Municipal nº 01/2024 – GB que regulamenta no âmbito do município de Mato Rico, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos, e consolida normas sobre contratações públicas municipais, Resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo especificados para executarem as atribuições descritas no Decreto Municipal nº 01/24 de 19 de janeiro de 2024 – GB.

Art. 2º Fica nomeado para atuar como **"Agente de Contratação e Pregoeiro"**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 o servidor:

Servidor	Matrícula
Marco Adalberto Becher	400894

Art. 3º Ficam nomeados para atuarem como **"Comissão de Contratação/Equipe de Apoio"** os servidores:

Servidores	Matrícula
Marcelo Bednarczuk	200707
Bruno Bini	400700
Rosilaine de Fatima Procopiuk	200790
Tiago Lukacievz de Moura	400871

Parágrafo único: Fica designado como presidente desta comissão e equipe de apoio o servidor Sr. Marcelo Bednarczuk, em caso de substituição, observar-se-á a ordem acima.

Art. 4º As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 001/24 de 19 de janeiro de 2024 - GB.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria 259/2026 de 21/07/2026, e as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 15 de SETEMBRO de 2026

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:3F232D6E

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 303 2026 LIC TRATAMENTO DE SAUDE JOSÉ IVO CARARO

PORTARIA Nº 303/2026

SÚMULA – Licença tratamento de saúde.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Ao servidor municipal o Sr. **JOSÉ IVO CARARO,** portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.114.654-5 SSP-PR e inscrição no CPF/MF nº 764.223.489-91, lotado na Secretaria de Saúde, ocupante do cargo em **"VIGIA"**, admitido em 06/06/2006, sob matricula nº 200648; licença tratamento de saúde, período de 15 dias, a **contar de 14/09/2026** – Dr. JORGE KAWANO –CRM 3175.

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 14/09/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se.

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico, 15 de SETEMBRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:035ADB23

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM
RESOLUÇÃO CMDM Nº 005/2026

Dispõe sobre a substituição de órgão membro do Poder Público na composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

A Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de **Mato rico – PR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº **682/2023** e pelo seu Regimento Interno; e
CONSIDERANDO o pedido de desligamento institucional definitivo apresentado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por meio do Ofício nº **0010/2026**;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de manter a paridade governamental e da sociedade civil, bem como o número total de membros previstos na estrutura deste colegiado;
CONSIDERANDO a deliberação e aprovação por unanimidade da plenária realizada na Reunião **Ordinária / Extraordinária** no dia 03 **de agosto de 2026**, registrada na Ata nº **017/2026**;
RESOLVE:
Art. 1º – **AUTORIZAR** a exclusão da **Secretaria Municipal do Meio Ambiente** da composição das vagas destinadas ao Poder Público deste Conselho.
Art. 2º – **AUTORIZAR e INCLUIR**, em substituição à pasta excluída, a **Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres,** como órgão integrante oficial do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.
Art. 3º – Esta substituição passa a integrar os anexos e a estrutura de representação do Regimento Interno deste Conselho, devendo a presente Resolução ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para a atualização do respectivo Decreto de Nomeação e Posse dos membros.
Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Mato Rico-PR, 15 de setembro de 2026.

JULIANE SCHROEDER
Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:E3C8CDFD

MUNICÍPIO DE MATO RICO
RESOLUÇÃO Nº 009/2026 - CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO RICO/PR

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MATO RICO/PR

LEI MUNICIPAL Nº 299/2009
RESOLUÇÃO Nº 009/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos destinados à construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Mato Rico – PR.
O**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE MATO RICO – PR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, considerando suas competências de acompanhamento, fiscalização e controle da execução da Política Municipal de Assistência Social,
CONSIDERANDOa destinação de recursos financeiros ao Município de Mato Rico – PR para a execução da obra de construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
CONSIDERANDOo instrumento de repasse, conforme a**Deliberação nº 37/2023**, destinado à execução do objeto pactuado;
CONSIDERANDOa apresentação, pelo órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, da documentação referente à prestação de contas dos recursos destinados à construção do CRAS;
CONSIDERANDOa análise da documentação apresentada, incluindo os documentos comprobatórios da execução física e financeira do objeto, bem como dos gastos realizados com os recursos recebidos;
CONSIDERANDOa deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social de Mato Rico – PR, em reunião realizada no dia**15 de setembro de 2026**, conforme**Ata nº 009/2026**;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros destinados à construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Mato Rico – PR, referente ao instrumento de repasse previsto na**Deliberação nº 37/2023**.
Art. 2ºO Conselho Municipal de Assistência Social, após análise da documentação apresentada, manifesta-se favoravelmente à aprovação da prestação de contas, considerando cumprido o objeto pactuado e comprovada a aplicação dos recursos destinados à execução da obra, conforme a documentação apresentada.
Art. 3ºA presente aprovação fica registrada para fins de acompanhamento e controle social da execução dos recursos da Política Municipal de Assistência Social, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos competentes de fiscalização e controle.
Art. 4ºA presente Resolução deverá ser encaminhada aos órgãos competentes para conhecimento e demais providências necessárias, bem como publicada nos meios oficiais do Município, quando couber.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mato Rico – PR, 15 de setembro de 2026.

_____
MARIA VERONICA DA SILVA HUMENIUK

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:74EEADF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL Nº 15/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o protocolo do Projeto de Lei nº 18/2026 – "Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 709/2024, que institui o Plano Municipal de Cultura, e dá outras providências"; oriundo do Poder Executivo Municipal, no dia 14 de setembro de 2026; e

CONSIDERANDO o pedido pela apreciação da referida proposição em regime de urgência, apresentado pelo Prefeito Municipal de Miraselva, sr. João Marcos Ferrer, através do ofício nº 125/2026; pelo presente

Convoca

Os Excelentíssimos Senhores Vereadores para a **12ª Sessão do Período Legislativo Extraordinário** da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, a ser realizada no dia 21 de setembro de 2026, posteriormente ao encerramento da 28ª Sessão do Período Legislativo Ordinário, no Plenário desta Casa de Leis.

Ordem do Dia

1. **Projeto de Lei nº 18/2026**:
a) **Súmula**: "Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 709/2024, que institui o Plano Municipal de Cultura, e dá outras providências".
b) **Autor**: João Marcos Ferrer – Prefeito Municipal de Miraselva.
c) **Apreciação**: 2º Turno de Votação.
i) Apreciação condicionada à aprovação, em 1º Turno de Votação, durante a 28ª Sessão do Período Legislativo Ordinário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
AFIXE-SE

Miraselva, 15 de setembro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente – Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:89FDEC5F

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 21/2026

SÚMULA: Regulamenta os processos de trabalho das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal de Miraselva para o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento de políticas públicas e demais atribuições correlatas.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Resolução disciplina os processos de trabalho aplicáveis à atuação das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal de Miraselva, estabelecendo procedimentos complementares ao Regimento Interno para o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento de políticas públicas, apuração de denúncias, realização de estudos, audiências públicas, análise das propostas orçamentárias, reuniões com Secretários Municipais e demais atribuições previstas neste ato normativo.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Miraselva, nos termos do Art. 49, parágrafo único, do Regimento Interno, são as seguintes:
I - de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas;
II - de Viação, Obras Públicas, Transporte, Política Urbana e Saneamento Básico;
III - de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Mulher;
IV - de Agricultura, Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Segurança Pública.

Art. 2º. Os procedimentos disciplinados nesta Resolução aplicam-se às Comissões Permanentes e, no que forem compatíveis com sua finalidade, às Comissões Temporárias instituídas para o exercício de atribuições relacionadas às matérias nela previstas.

Art. 3º. Os processos de trabalho disciplinados nesta Resolução terão por finalidade:
I – fortalecer o exercício das funções legislativa e fiscalizatória da Câmara Municipal de Miraselva;
II – estabelecer procedimentos destinados ao acompanhamento das políticas públicas municipais;
III – conferir uniformidade às atividades desenvolvidas pelas Comissões;

IV – assegurar maior transparência, eficiência e padronização na execução de suas atribuições.

Parágrafo único. Os procedimentos previstos nesta Resolução serão desenvolvidos de forma compatível com a estrutura administrativa da Câmara Municipal, observados os princípios da razoabilidade, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Art. 4º. Sempre que esta Resolução não estabelecer procedimento específico, aplicar-se-ão, de forma subsidiária, as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miraselva e da legislação pertinente.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES

Art. 5º. As reuniões ordinárias das Comissões Permanentes observarão os seguintes parâmetros:
I – frequência mínima de 1 (uma) reunião ordinária por semestre, totalizando, no mínimo, 2 (duas) reuniões por ano;
II – realização, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal de Miraselva, em horário compatível com o expediente administrativo ou outro previamente definido pela Comissão;
III – observância do quórum de deliberação previsto no Regimento Interno;
IV – divulgação da pauta no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 1º. As Comissões poderão, na reunião de instalação, logo após a eleição de seus membros, ou em momento posterior, aprovar calendário de reuniões ordinárias para determinado período ou exercício, com a definição das respectivas datas, horários e local de realização.

§ 2º. O calendário de reuniões será formalizado por edital, publicado no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público.

§ 3º. A aprovação do calendário dispensa nova convocação para as reuniões nele previstas, sem prejuízo da divulgação da pauta na forma estabelecida nesta Resolução.

§ 4º. Eventual alteração da data, horário ou local de reunião constante do calendário será comunicada previamente aos membros da Comissão e divulgada ao público pelos mesmos meios utilizados para a divulgação da reunião originalmente prevista.

§ 5º. As reuniões ordinárias serão públicas, assegurado o livre acesso de qualquer cidadão, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo ou de restrição de publicidade.

§ 6º. As reuniões somente serão realizadas com a presença mínima de 2 (dois) membros da Comissão, observado o quórum de deliberação previsto no Regimento Interno.

§ 7º. Na ausência ou impedimento do Presidente, a reunião será presidida pelo Vice-Presidente da Comissão.

Art. 6º. Não havendo calendário previamente aprovado, as reuniões ordinárias serão convocadas mediante edital, publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público.

§ 1º. A convocação conterá, no mínimo:
I – identificação da Comissão;
II – data, horário e local da reunião;
III – pauta dos assuntos a serem tratados;
IV – indicação da documentação necessária à instrução das matérias, quando houver.

§ 2º. Sem prejuízo da publicação do edital, os membros da Comissão serão cientificados da convocação por ofício ou outro meio oficial de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Art. 7º. As Comissões Permanentes poderão realizar reuniões extraordinárias sempre que a urgência da matéria, a necessidade do serviço ou o interesse público assim o exigirem.

§ 1º. A reunião extraordinária será convocada mediante edital, publicado no sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, bem como em local de fácil acesso ao público, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º. Sem prejuízo da publicação do edital, os membros da Comissão serão cientificados da convocação por ofício ou outro meio oficial de comunicação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º. Aplicam-se às reuniões extraordinárias, no que couber, as demais disposições desta Resolução relativas ao quórum, à publicidade, à documentação e ao registro em ata.

Art. 8º. As reuniões poderão contar com a participação de servidores públicos, especialistas, representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil ou demais pessoas cuja colaboração seja considerada útil ao esclarecimento das matérias em análise e dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo único. A participação prevista no caput terá caráter exclusivamente colaborativo, sem direito a voto nas deliberações da Comissão.

Art. 9º. Das reuniões será lavrada ata, contendo, no mínimo:
I – a identificação da Comissão;
II – a relação dos membros presentes;
III - a data, o horário e o local de sua realização;
III – o resumo dos assuntos tratados;
IV – a síntese das discussões;
V - as deliberações, os encaminhamentos e demais providências definidas pela Comissão.

Parágrafo único. A ata será assinada pelos membros presentes e poderá ser complementada por documentos, relatórios, pareceres ou outros registros relacionados aos assuntos apreciados.

Art. 10. No exercício de suas atribuições, as Comissões poderão deliberar pela adoção das providências previstas nesta Resolução, tais como diligências, fiscalizações, estudos técnicos, audiências públicas, requisição de informações e documentos, reuniões institucionais e outras medidas compatíveis com suas competências.

CAPÍTULO III
DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 11. As Comissões Permanentes exercerão atividades de fiscalização relacionadas às respectivas áreas de atuação, com a finalidade de acompanhar a execução das políticas públicas, verificar o cumprimento da legislação, avaliar a boa gestão dos recursos públicos, aferir a eficiência dos serviços públicos municipais e subsidiar o exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

§ 1º. As atividades de fiscalização poderão abranger programas, ações governamentais, contratos administrativos, convênios, obras, serviços públicos, bens públicos, aplicação de recursos, execução dos planos municipais e demais matérias relacionadas às competências da respectiva Comissão.

§ 2º. Toda fiscalização deverá possuir objeto definido, observado o planejamento das atividades da Comissão ou a ocorrência de fatos supervenientes que justifiquem sua realização.

Art. 12. As atividades de fiscalização observarão, preferencialmente, o planejamento definido no Plano Anual de Fiscalização, sem prejuízo da realização de fiscalizações extraordinárias quando motivadas por:
I – denúncias regularmente recebidas;

II – requerimentos aprovados pelo Plenário;
III – solicitação da Mesa Diretora;
IV – fatos supervenientes de relevante interesse público;
V – necessidade de acompanhamento de programas, políticas públicas ou aplicação de recursos públicos.

Art. 13. Instaurado processo de fiscalização, a Comissão definirá, sempre que possível:
I – o objeto da fiscalização;
II – os objetivos a serem alcançados;
III – o período estimado para sua realização;
IV – as diligências inicialmente previstas;
V – os documentos e informações necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo único. A Comissão poderá revisar o planejamento da fiscalização sempre que a instrução da matéria assim recomendar.

Art. 14. Para o desempenho de suas atribuições fiscalizatórias, a Comissão poderá, isolada ou conjuntamente:
I – solicitar informações aos órgãos ou entidades competentes;
II – requisitar documentos;
III – promover diligências;
IV – realizar inspeções ou visitas técnicas;
V – reunir-se com agentes públicos, autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil ou demais pessoas que possam contribuir para o esclarecimento da matéria;
VI – obter esclarecimentos, realizar oitivas e reunir informações e documentos necessários à adequada instrução da fiscalização;
VII – solicitar apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara Municipal de Miraselva;
VIII – realizar audiências públicas;
IX – adotar outras providências compatíveis com suas atribuições.

Art. 15. Durante a execução da fiscalização, a Comissão poderá realizar reuniões para avaliação das informações obtidas, definição de diligências complementares e deliberação sobre os encaminhamentos necessários.

Art. 16. Concluída a fiscalização, a Comissão elaborará relatório circunstanciado contendo, sempre que possível:
I – identificação da fiscalização;
II – objeto e objetivos dos trabalhos;
III – metodologia adotada;
IV – diligências realizadas;
V – documentos e informações analisados;
VI – constatações verificadas;
VII – esclarecimentos apresentados pelos órgãos ou agentes públicos envolvidos, quando houver;
VIII – conclusões da Comissão;
IX – recomendações e encaminhamentos considerados pertinentes.

Parágrafo único. A complexidade e a extensão do relatório observarão a natureza da matéria fiscalizada e a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 17. Com base nas conclusões do relatório de fiscalização, a Comissão poderá deliberar pela adoção das seguintes providências:
I – arquivamento da fiscalização;
II – expedição de recomendações aos órgãos ou agentes públicos responsáveis;
III – realização de nova fiscalização ou acompanhamento específico da matéria;
IV – realização de audiência pública ou estudo temático;
V – proposição de medidas legislativas relacionadas à matéria fiscalizada;
VI – encaminhamento de representação, relatório ou comunicação aos órgãos de controle interno ou externo, ao Ministério Público ou a outras autoridades competentes, quando identificados indícios de irregularidades cuja apuração ou adoção de providências ultrapasse a competência da Comissão;
VII – comunicação à Mesa Diretora, quando os fatos apurados evidenciarem situação que, em tese, possa justificar a adoção das providências previstas no Regimento Interno para constituição de Comissão Especial de Inquérito, Comissão Especial Processante ou outra comissão temporária competente.

Art. 18. Os relatórios, pareceres e demais documentos produzidos no âmbito das atividades de fiscalização serão arquivados nos registros da Câmara Municipal de Miraselva e disponibilizados no Portal da Transparência, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

§ 1º. Sempre que possível, antes da conclusão do relatório de fiscalização, a Comissão poderá oportunizar aos órgãos ou agentes públicos fiscalizados a apresentação de esclarecimentos acerca das constatações verificadas.

§ 2º. Os relatórios de fiscalização constituirão instrumento de acompanhamento do cumprimento da legislação, da execução das políticas públicas e da boa gestão dos recursos públicos nas respectivas áreas de atuação das Comissões Permanentes.

§ 3º. As Comissões Permanentes procurarão realizar, sempre que possível, ao menos um procedimento de fiscalização por exercício em suas respectivas áreas de atuação, observado o planejamento definido no Plano Anual de Fiscalização.

CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS

Art. 19. As Comissões Permanentes realizarão o acompanhamento da execução das metas, programas, ações e demais diretrizes estabelecidas nos planos municipais relacionados às suas respectivas áreas de atuação.

§ 1º. O acompanhamento previsto no caput constitui instrumento de apoio ao exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, não substituindo as atribuições administrativas e executivas dos órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas municipais.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se aos planos municipais relacionados às áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e demais áreas de competência das Comissões Permanentes.

Art. 20. Para o acompanhamento dos planos municipais, as Comissões poderão:
I – solicitar informações e documentos aos órgãos municipais responsáveis pela execução das políticas públicas;
II – requisitar relatórios, indicadores, avaliações, dados estatísticos e demais informações relacionadas às metas previstas nos planos;
III – realizar reuniões com gestores públicos, servidores responsáveis pela execução das políticas públicas, representantes de conselhos municipais, especialistas ou entidades da sociedade civil;
IV – promover visitas técnicas, diligências ou outras medidas destinadas à obtenção de informações necessárias;
V – propor a realização de audiências públicas para discussão dos resultados, avanços e desafios relacionados à execução dos planos municipais.

CAPÍTULO V
DA APURAÇÃO DE DENÚNCIAS

Art. 21. As Comissões Permanentes poderão receber e apurar denúncias relacionadas a fatos, atos ou situações inseridas em suas respectivas áreas de atuação, especialmente quando envolverem políticas públicas, serviços municipais, atos administrativos ou possível descumprimento de normas legais.

Art. 22. As denúncias recebidas pelas Comissões serão registradas nos instrumentos administrativos disponíveis da Câmara Municipal de Miraselva, contendo, sempre que possível:
I – identificação do denunciante, exceto nas hipóteses de manifestação anônima ou quando este solicitar a preservação de sua identidade, observadas as disposições legais aplicáveis;
II – descrição dos fatos apresentados;
III – documentos ou informações fornecidas pelo denunciante;
IV – providências adotadas pela Comissão.

Art. 23. Recebida a denúncia, a Comissão realizará análise preliminar para verificar:
I – a pertinência da matéria com sua área de atuação;
II – a existência de elementos mínimos e de informações suficientes para adoção de providências;
III – a necessidade de obtenção de documentos ou esclarecimentos complementares.

Parágrafo único. A Comissão poderá determinar o arquivamento da denúncia quando inexistirem elementos mínimos para análise ou quando a matéria não estiver relacionada às suas atribuições.

Art. 24. Para apuração dos fatos, a Comissão poderá:
I – solicitar informações aos órgãos ou entidades competentes;
II – requisitar documentos;
III – realizar diligências ou visitas técnicas;
IV – promover reuniões e audiências com agentes públicos, autoridades, especialistas ou representantes da sociedade civil;
V - obter esclarecimentos, realizar oitivas e reunir informações e documentos necessários ao esclarecimento dos fatos;
VI – solicitar apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara Municipal de Miraselva;
VII – encaminhar informações aos órgãos competentes quando identificada matéria de atribuição de outras instituições.

Art. 25. Recebida a denúncia, a Comissão observará, preferencialmente, os seguintes prazos:
I – análise preliminar quanto à admissibilidade da denúncia, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do seu recebimento;
II – realização das diligências e demais atos necessários à apuração, em até 60 (sessenta) dias úteis, contados da deliberação pelo prosseguimento da análise;
III – conclusão dos trabalhos e deliberação sobre os encaminhamentos cabíveis, em até 60 (sessenta) dias úteis.

§ 1º. Os prazos previstos nos incisos II e III poderão ser prorrogados, uma única vez, por até 30 (trinta) dias úteis, mediante decisão fundamentada da Comissão, quando a complexidade da matéria, a necessidade de diligências complementares ou a dependência de informações ou documentos de outros órgãos ou entidades assim o justificarem.

§ 2º. A ausência de resposta de órgãos ou entidades aos pedidos de informação formulados pela Comissão não impedirá a adoção das providências que se mostrarem cabíveis, sem prejuízo da solicitação de novas informações ou da reiteração das diligências.

Art. 26. Concluída a apuração, a Comissão elaborará documento conclusivo, no qual constarão, conforme a natureza e a complexidade da matéria, a síntese dos fatos apurados, as diligências realizadas, os elementos analisados, as conclusões alcançadas e as providências propostas.

§ 1º. O documento conclusivo poderá consistir em despacho, manifestação, parecer, relatório ou outro instrumento equivalente, observada a complexidade da matéria e os procedimentos administrativos da Câmara Municipal de Miraselva.

§ 2º. Com base nas conclusões da apuração, a Comissão poderá:
I – determinar o arquivamento da denúncia, quando não forem constatados elementos suficientes para adoção de outras medidas;
II – expedir recomendações aos órgãos ou agentes públicos responsáveis, visando ao aperfeiçoamento dos serviços públicos, programas, políticas públicas ou procedimentos administrativos;
III – encaminhar representação, relatório ou comunicação aos órgãos de controle interno ou externo, ao Ministério Público ou a outras autoridades competentes, quando identificados indícios de irregularidades cuja apuração ou adoção de providências ultrapasse a competência da Comissão;
IV – propor medidas legislativas, administrativas ou fiscalizatórias relacionadas à matéria objeto da denúncia;
V – deliberar pela realização de audiência pública, estudo técnico ou outras medidas previstas nesta Resolução, quando entender que a matéria demanda acompanhamento complementar;
VI – comunicar a Mesa Diretora, quando os fatos apurados evidenciarem situação que, em tese, possa justificar a constituição de Comissão Especial de Inquérito ou Comissão Especial Processante, nos termos dos arts. 50 a 53 do Regimento Interno.

§ 3º. Sempre que possível, o denunciante será comunicado acerca da conclusão da apuração e das providências adotadas pela Comissão, ressalvadas as hipóteses de sigilo, de proteção de dados pessoais e de preservação da identidade do denunciante, bem como as situações em que a divulgação das informações possa comprometer diligências, investigações ou direitos de terceiros.

CAPÍTULO VI
DOS ESTUDOS TEMÁTICOS

Art. 27. As Comissões Permanentes realizarão estudos sobre temas de interesse público relacionados às suas respectivas áreas de atuação, com a finalidade de subsidiar o exercício das funções legislativa, fiscalizatória e de acompanhamento das políticas públicas.

Parágrafo único. Os estudos deverão abranger matérias relacionadas à Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e demais áreas de competência das Comissões Permanentes.

Art. 28. A realização dos estudos poderá ser deliberada pela própria Comissão, por iniciativa de seu Presidente ou mediante provocação de qualquer de seus membros, da Mesa Diretora ou do Plenário, sempre que a relevância da matéria justificar seu aprofundamento.

Art. 29. Para o desenvolvimento dos estudos temáticos, a Comissão poderá adotar, isolada ou conjuntamente, entre outras, as seguintes medidas:
I – solicitar informações e documentos aos órgãos e entidades competentes;
II – realizar levantamento de dados, indicadores, pesquisas, estudos técnicos e demais informações relacionadas ao tema;
III – analisar a legislação municipal, estadual e federal aplicável;
IV – realizar estudos comparativos com a legislação, políticas públicas ou experiências adotadas por outros Municípios;
V – promover reuniões, consultas, oitivas ou entrevistas com agentes públicos, especialistas, instituições de ensino, entidades da sociedade civil ou profissionais com conhecimento sobre a matéria;
VI – realizar diligências ou visitas técnicas;
VII – solicitar apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara Municipal, observado o disposto nesta Resolução.

Art. 30. Concluído o estudo, a Comissão elaborará documento conclusivo contendo, quando cabível:
I – a identificação do tema analisado;
II – a metodologia utilizada para o desenvolvimento dos trabalhos;
III – a síntese das informações levantadas;
IV – a análise da matéria;
V – as conclusões alcançadas;
VI – as recomendações, sugestões ou encaminhamentos considerados pertinentes.

Parágrafo único. A complexidade e a extensão do documento observarão a natureza da matéria, os objetivos do estudo e a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 31. Os resultados dos estudos temáticos poderão subsidiar:
I – a elaboração de proposições legislativas;
II – a realização de atividades de fiscalização;
III – o acompanhamento dos planos municipais;
IV – a realização de audiências públicas;
V – a emissão de recomendações aos órgãos competentes;
VI – o encaminhamento de sugestões ao Poder Executivo;
VII – outras medidas relacionadas às competências das Comissões Permanentes.

Art. 32. O documento conclusivo será arquivado nos registros da Comissão e poderá ser:
I – disponibilizado no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Miraselva, observado o disposto na legislação aplicável;

II – discutido com os gestores competentes;
III – encaminhado aos órgãos ou entidades interessados, quando pertinente;
IV – apresentado ao Plenário, quando a Comissão considerar conveniente em razão da relevância da matéria.

CAPÍTULO VII
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 33. As Comissões Permanentes poderão realizar audiências públicas sobre matérias relacionadas às suas respectivas áreas de atuação, com a finalidade de ampliar a participação popular, subsidiar o processo legislativo, fortalecer a fiscalização e promover o debate de temas de interesse público.

§ 1º. As audiências públicas poderão tratar, entre outros assuntos, de políticas públicas, programas governamentais, projetos de lei, execução dos planos municipais, resultados de fiscalizações, estudos temáticos e demais matérias submetidas à apreciação das Comissões.

§ 2º. As Comissões Permanentes com atribuições nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente realizarão, no mínimo, uma audiência pública por ano em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 34. A audiência pública será convocada por meio de edital, expedido pelo Presidente da Comissão ou pelo Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º. O edital de convocação conterá, no mínimo:
I – a identificação da Comissão responsável;
II – o tema e os objetivos da audiência pública;
III – a data, o horário e o local de realização;
IV – a forma de participação dos interessados, quando aplicável;
V – outras informações consideradas necessárias ao adequado desenvolvimento dos trabalhos.

§ 2º. O edital será divulgado no Portal da Transparência, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Miraselva, em redes sociais institucionais e por outros meios institucionais disponíveis, sem prejuízo da utilização de outros meios de divulgação que ampliem a participação da população.

Art. 35. Durante a audiência pública, a Comissão poderá:
I – ouvir autoridades, agentes públicos, especialistas, representantes de entidades e demais interessados;
II – receber sugestões, manifestações e documentos relacionados ao tema debatido;
III – promover debates e esclarecimentos entre os participantes;
IV – adotar outras providências destinadas ao adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Parágrafo único. A forma de participação dos interessados, os critérios de inscrição e o tempo destinado às manifestações poderão ser disciplinados pelo Presidente da audiência, observados os princípios da isonomia, da ordem dos trabalhos e da ampla participação.

Art. 36. Concluída a audiência pública, a Comissão elaborará documento conclusivo contendo, quando cabível:
I – identificação da audiência;
II – síntese das manifestações apresentadas;
III – documentos e contribuições recebidas;
IV – principais conclusões;
V – recomendações e encaminhamentos considerados pertinentes.

Parágrafo único. A complexidade e a extensão do documento observarão a natureza da matéria e a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 37. As conclusões da audiência pública poderão subsidiar:
I – a elaboração de proposições legislativas;
II – atividades de fiscalização;
III – estudos temáticos;
IV – acompanhamento dos planos municipais;
V – recomendações aos órgãos competentes;
VI – encaminhamento de demandas ao Poder Executivo ou a outros órgãos públicos;
VII – outras providências relacionadas às competências das Comissões Permanentes.

Art. 38. A audiência pública será registrada por meio de ata ou outro documento administrativo equivalente, podendo ser complementada por lista de presença, gravação, documentos apresentados pelos participantes, relatório ou outros registros relacionados aos trabalhos desenvolvidos.

Parágrafo único. Os documentos produzidos no âmbito da audiência pública serão arquivados pela Câmara Municipal de Miraselva e, sempre que cabível, disponibilizados no Portal da Transparência, observadas as disposições legais relativas à publicidade, à proteção de dados pessoais e às hipóteses de sigilo.

CAPÍTULO VIII
DOS PARECERES SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Art. 39. As Comissões Permanentes com atribuições nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente emitirão parecer sobre as propostas do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), no que se refere às matérias compreendidas em suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. As demais Comissões Permanentes poderão emitir parecer sobre matérias orçamentárias quando a proposição envolver assuntos de sua competência ou quando houver previsão regimental.

Art. 40. Na análise das propostas orçamentárias, a Comissão observará, sempre que possível:
I – a compatibilidade entre as dotações orçamentárias previstas e as ações, programas, objetivos e metas estabelecidos para a respectiva área de atuação;
II – a coerência das ações e programas com os planos municipais, os instrumentos de planejamento governamental e a legislação aplicável;
III – a adequação da previsão de recursos para a manutenção, expansão e aprimoramento das políticas públicas e dos serviços públicos municipais;
IV – a evolução dos investimentos e das dotações orçamentárias em relação aos exercícios anteriores, sempre que essa análise contribuir para a avaliação da matéria;
V – os impactos potenciais da proposta orçamentária sobre a execução das políticas públicas, o atendimento da população e o cumprimento das metas governamentais;
VI – outros aspectos relacionados às competências da Comissão que possam subsidiar a emissão do parecer.

Art. 41. Para subsidiar a emissão do parecer, a Comissão poderá:
I – solicitar informações e documentos aos órgãos competentes;
II – realizar reuniões com representantes do Poder Executivo;
III – promover estudos sobre a matéria orçamentária;
IV – realizar audiência pública, quando entender conveniente;
V – solicitar apoio técnico e administrativo dos servidores da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 42. O parecer será elaborado de forma fundamentada, contendo, sempre que possível:
I – identificação da proposição analisada;
II – síntese da matéria;
III – análise dos aspectos relacionados à área de atuação da Comissão;
IV – conclusões;
V – recomendações ou sugestões, quando cabíveis.

Art. 43. Os pareceres emitidos pelas Comissões integrarão o processo legislativo da respectiva proposição orçamentária e permanecerão arquivados nos registros da Câmara Municipal de Miraselva, podendo ser disponibilizados no Portal da Transparência, observado o disposto na legislação aplicável.

CAPÍTULO IX

DAS REUNIÕES COM SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 44. As Comissões Permanentes poderão realizar reuniões com os Secretários Municipais ou dirigentes de órgãos equivalentes relacionados às suas respectivas áreas de atuação, com a finalidade de subsidiar o exercício das funções legislativa e fiscalizatória, promover o acompanhamento das políticas públicas e fortalecer o diálogo institucional entre os Poderes.

§ 1º. As reuniões poderão tratar, entre outros assuntos:
I – programas, ações e projetos em execução;
II – cumprimento das metas e dos planos municipais;
III – execução orçamentária relacionada à área de atuação da Comissão;
IV – resultados das atividades de fiscalização realizadas pela Comissão;
V – dificuldades, necessidades e perspectivas relacionadas às políticas públicas;
VI – outros assuntos de interesse público relacionados às competências da Comissão.

§ 2º. As Comissões Permanentes com atribuições nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente realizarão, no mínimo, uma reunião por exercício com os respectivos Secretários Municipais ou dirigentes de órgãos equivalentes, para acompanhamento das políticas públicas, avaliação da execução de programas, ações e metas governamentais e debate de assuntos relacionados às respectivas áreas de atuação.

Art. 45. As reuniões poderão ser realizadas mediante convocação ou convite formal ao Secretário Municipal ou dirigente do órgão competente.

§ 1º. O documento indicará, sempre que possível:
I – a data, horário e local da reunião;
II – os assuntos que integrarão a pauta;
III – documentos ou informações cuja apresentação seja considerada pertinente.

§ 2º. Sempre que necessário, a Comissão poderá encaminhar previamente questionamentos ou pedidos de esclarecimento relacionados à matéria que será objeto da reunião.

Art. 46. Durante a reunião, a Comissão poderá:
I – solicitar esclarecimentos sobre programas, ações, serviços públicos e demais matérias relacionadas à área de atuação da Secretaria;
II – discutir o cumprimento das metas, programas e planos municipais;
III – receber documentos e informações apresentados pelo órgão convidado;
IV – deliberar sobre providências decorrentes das informações obtidas;
V – adotar outras medidas compatíveis com suas atribuições.

Art. 47. Das reuniões será lavrada ata ou outro documento administrativo equivalente, contendo, sempre que possível:
I – identificação da Comissão e do órgão participante;
II – data, horário e local;
III – relação dos participantes;
IV – síntese dos assuntos tratados;
V – principais esclarecimentos prestados;
VI – deliberações e encaminhamentos definidos pela Comissão.

§ 1º. Quando a reunião com o Secretário Municipal ou dirigente de órgão equivalente ocorrer durante reunião ordinária ou extraordinária da Comissão, os assuntos tratados poderão ser registrados na respectiva ata, dispensada a elaboração de documento específico.

§ 2º. A ata ou documento equivalente será arquivada nos registros da Câmara Municipal e poderá ser disponibilizada no Portal da Transparência, observado o disposto na legislação aplicável.

CAPÍTULO X
DO APOIO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

Art. 48. O apoio administrativo às Comissões Permanentes e Temporárias será prestado pelos servidores da Câmara Municipal de Miraselva, observadas as atribuições dos respectivos cargos e a disponibilidade da estrutura administrativa.

Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá compreender, entre outras atividades:
I – organização das reuniões;
II – elaboração e controle de atas, expedientes e demais documentos administrativos;
III – controle de prazos e acompanhamento dos procedimentos previstos nesta Resolução;
IV – organização e arquivamento da documentação produzida pelas Comissões;
V – publicação dos documentos cuja divulgação seja exigida pela legislação ou por esta Resolução;
VI – outras atividades administrativas necessárias ao funcionamento das Comissões.

Art. 49. A inexistência de servidor com formação técnica específica não impedirá o exercício das competências das Comissões, que poderão fundamentar seus trabalhos em informações oficiais, documentos públicos, estudos técnicos, pareceres, manifestações de especialistas e demais elementos regularmente obtidos.

Art. 50. Os documentos produzidos pelas Comissões deverão permanecer organizados e arquivados nos registros da Câmara Municipal de Miraselva, em meio físico ou eletrônico, observadas as normas relativas à gestão documental, à transparência, à proteção de dados pessoais e às hipóteses legais de sigilo.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Os procedimentos previstos nesta Resolução serão aplicados de forma complementar às disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miraselva.

Art. 52. As disposições desta Resolução deverão ser observadas de forma compatível com a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Miraselva, priorizando-se a eficiência, a economicidade, a simplicidade dos procedimentos e o interesse público.

Art. 53. A aplicação desta Resolução não afasta a observância da Constituição Federal, da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno, da legislação de acesso à informação, de proteção de dados pessoais e das demais normas aplicáveis.

Art. 54. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Art. 55. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:430CE331

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n.º 109/2026
Dispensa n.º 20/2026

O **MUNICÍPIO DE MORRETES**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 76.022.490/0001-99, com sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro Histórico, Morretes/PR, por meio da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente;**

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o parágrafo 3º do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe que as contratações diretas realizadas por meio de dispensa por menor valor, "*serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial*";

CONSIDERANDO a necessidade de registrar a devida publicação do Aviso de Dispensa de Licitação no site oficial do Município de Morretes, no seguinte link; http://transparencia.morretes.pr.gov.br:8091/portaltransparencia/1/licitacoes;

O Município de Morretes **DISPÕE:**

A **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA** deverá ser realizada conforme modelo presente no **anexo I** e deverá ser encaminhada ao e-mail: compras.licitacoes@morretes.pr.gov.br até as 23:59hrs da data limite informada.

A proposta deverá ser acompanhada dos **anexos II e III** desta dispensa, devidamente preenchidos e assinados pelo responsável administrador. Todos os anexos estão disponíveis no link supracitado.

Além dos anexos, os licitantes interessados deverão encaminhar sua documentação de habilitação completa, conforme as exigências presentes nesta dispensa.

A **DATA LIMITE** para manifestação de interesse nesta dispensa será até o dia **21 de setembro de 2026.**

TENDO DITO, o Município de Morretes **TORNA PÚBLICA** está dispensa de licitação, nos seguintes termos:

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO REQUERENTE	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
TELEFONE	(41) 92001-7346
E-MAIL	meioambiente@morretes.pr.gov.br / urbanismo@morretes.pr.gov.br

1. OBJETO
1.1 Elaboração de projeto de recuperação de área degrada ou perturbada - PRAD no Município de Morretes/PR.

1.2 QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO ESTIMADO
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA OU PERTURBADA - PRAD, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 7.000 M², DENTRO DE UMA ÁREA TOTAL COM 24.200,00 M², ONDE ERA OPERADO UM "ATERRO CONTROLADO".	Serviço	1	R$ 28.369,33

1.2.1 O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço técnico especializado, considerando a necessidade de elaboração de estudos, diagnósticos ambientais e projeto técnico por profissional habilitado, observadas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme legislação vigente.

2. JUSTIFICATIVA
2.1 A contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD faz-se necessária para promover a regularização ambiental do aterro controlado inativo do Município de Morretes, em atendimento às exigências dos órgãos ambientais competentes e à legislação ambiental vigente.

2.1.2 A elaboração do PRAD permitirá a realização de diagnóstico técnico e ambiental da área degradada, identificando os passivos ambientais existentes e definindo as medidas necessárias para sua recuperação, monitoramento e estabilização, com vistas à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada de resíduos sólidos ao longo dos anos.

2.1.3 O projeto constituirá instrumento técnico indispensável para subsidiar as ações de recuperação ambiental da área, contribuindo para a proteção dos recursos naturais, a prevenção de riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos, bem como para a promoção da segurança ambiental e da qualidade de vida da população.

2.1.4 Ressalta-se que a elaboração do PRAD é requisito fundamental para o adequado encerramento do aterro controlado inativo e para a regularização ambiental do Município junto ao Instituto Água e Terra – IAT, possibilitando o atendimento das condicionantes e demais exigências legais aplicáveis.

2.1.5 Portanto, a presente contratação constitui medida necessária e de interesse público, visando à recuperação ambiental da área degradada, à mitigação dos impactos ambientais existentes e ao cumprimento das obrigações legais e institucionais do Município na gestão ambiental e de resíduos sólidos.

2.2 DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO
2.2.1 A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o valor estimado da contratação e o atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

2.2.2 A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, destinado à recuperação ambiental da área correspondente ao aterro controlado inativo do Município de Morretes, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e às exigências dos órgãos ambientais competentes.

2.2.3 A presente contratação visa assegurar o cumprimento da legislação ambiental vigente, bem como promover a adequada instrução técnica necessária à regularização ambiental da área degradada, evitando passivos ambientais, sanções administrativas e demais prejuízos decorrentes da ausência de planejamento e recuperação ambiental.

2.2.4 A adoção da dispensa de licitação observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e garantindo maior celeridade na contratação, sem prejuízo da observância das exigências previstas na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
3.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, destinado à recuperação ambiental da área correspondente ao aterro controlado inativo do Município de Morretes, contemplando a realização de levantamentos, vistorias técnicas, diagnósticos ambientais, identificação de passivos ambientais e proposição das medidas necessárias para a recuperação da área.

3.2 A contratação por meio de Dispensa de Licitação mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, considerando a necessidade de promover a regularização ambiental da área e atender às exigências dos órgãos ambientais competentes,

garantindo maior celeridade na contratação e no desenvolvimento das ações necessárias à recuperação ambiental do local.

3.3 A solução proposta compreende a elaboração de todos os estudos, relatórios, levantamentos, memoriais, plantas, mapas, cronogramas e demais documentos técnicos exigidos para composição do PRAD, observando a legislação ambiental vigente, as normas técnicas aplicáveis e as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

3.4 O modelo de contratação adotado é compatível com a natureza do objeto, permitindo a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público. A formalização da contratação estabelecerá as obrigações, responsabilidades, prazos de execução e critérios de fiscalização e recebimento dos serviços prestados.

3.5 O ciclo de vida do objeto contempla a realização de visitas técnicas e levantamentos de campo, a coleta e análise das informações ambientais necessárias, a elaboração do diagnóstico da área degradada, o desenvolvimento do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, sua entrega à Administração Municipal e eventual adequação do documento para atendimento de exigências formuladas pelos órgãos ambientais competentes.

3.6 A solução visa subsidiar tecnicamente as ações de recuperação ambiental da área degradada, promover a regularização ambiental do aterro controlado inativo, reduzir os riscos de impactos ambientais, proteger os recursos naturais e atender às obrigações legais do Município relacionadas à gestão ambiental e à recuperação de passivos ambientais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade, regularidade, qualificação técnica e adequação profissional necessários à elaboração do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da legislação ambiental vigente e das normas técnicas aplicáveis ao objeto.

4.2 A empresa contratada deverá possuir experiência compatível com a execução dos serviços, dispondo de equipe técnica habilitada para a realização de levantamentos, estudos, diagnósticos e elaboração de projetos ambientais, observadas as exigências de qualificação técnica previstas no processo de contratação.

4.3 O PRAD deverá ser elaborado em conformidade com a legislação ambiental vigente, diretrizes dos órgãos ambientais competentes, normas técnicas aplicáveis e demais requisitos necessários à sua análise e aprovação pelos órgãos responsáveis.

4.4 A contratada deverá realizar todas as vistorias, levantamentos de campo, estudos técnicos, análises ambientais e demais procedimentos necessários à adequada caracterização da área degradada, apresentando diagnóstico ambiental completo e proposição de medidas técnicas compatíveis com a recuperação da área objeto da contratação.

4.5 Os serviços deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou documento equivalente exigido pelo conselho profissional competente.

4.6 O projeto deverá contemplar todos os documentos, relatórios, memoriais, plantas, mapas, cronogramas, especificações técnicas e demais elementos necessários para sua adequada avaliação pelos órgãos ambientais competentes, atendendo integralmente às exigências constantes neste Termo de Referência.

4.7 Os produtos entregues serão submetidos à análise e fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, podendo ser solicitadas correções, complementações ou adequações quando identificadas inconsistências técnicas, insuficiência de informações ou desconformidade com as exigências legais e contratuais.

4.8 A empresa contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no processo de contratação, bem como cumprir todas as obrigações legais relacionadas à prestação dos serviços.

4.9 A contratada será responsável pela correção, sem ônus adicional para a Administração, de eventuais falhas, inconsistências ou inadequações técnicas identificadas nos documentos apresentados, inclusive aquelas apontadas pelos órgãos ambientais competentes durante a análise do projeto.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

A elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada - PRAD, é para fins de cumprimento da legislação ambiental de uma área de aproximadamente 7.000 m2 dentro de uma área total aproximada de 24.200,00 m2, localizada no antigo lixão no Município de Morretes -Pr. A execução do objeto consistirá na prestação de serviços técnicos especializados para elaboração do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, referente ao aterro controlado inativo do Município de Morretes, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência e a legislação ambiental aplicável.

O projeto deverá ser entregue dentro do prazo estabelecido no instrumento contratual, contemplando todos os estudos, levantamentos, diagnósticos, relatórios, plantas, memoriais e demais documentos técnicos necessários à adequada recuperação e regularização ambiental da área

5.1 PRAZO DE ENTREGA

5.1.1 O prazo para execução dos serviços e entrega do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Contratante.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega dos produtos técnicos no prazo estabelecido, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões que impossibilitam o cumprimento do prazo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.1.3 Os serviços executados e os documentos apresentados serão submetidos à análise e fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, observando-se os seguintes critérios:

a) Qualidade técnica dos estudos e levantamentos realizados;

b) Conformidade com a legislação ambiental vigente;

c) Atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência;

d) Compatibilidade das soluções propostas com as características da área objeto do PRAD.

5.1.4 O PRAD deverá ser entregue em formato digital editável e em formato PDF, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou documento equivalente, além de todos os estudos, relatórios, memoriais, mapas, plantas e demais documentos técnicos necessários à completa instrução do projeto.

5.1.5 Os documentos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.1.6 Os documentos serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica e emissão do respectivo termo de recebimento.

5.1.7 Na hipótese de a verificação prevista no item anterior não ser realizada dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á efetuado o recebimento definitivo, ressalvadas eventuais inconsistências técnicas posteriormente identificadas.

5.1.8 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade técnica dos serviços prestados, permanecendo a obrigação de corrigir, complementar ou adequar os documentos apresentados sempre que forem identificadas inconsistências, omissões ou exigências formuladas pelos órgãos ambientais competentes durante a vigência contratual.

5.1.9 O PRAD poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando apresentado em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, com a proposta apresentada ou com a legislação ambiental aplicável, devendo a Contratada promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus para a Administração e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.2 LOCAL DE ENTREGA DE PRODUTOS E SERVIÇOS
5.2.1 O Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, em formato digital editável e PDF, por meio eletrônico ou outro meio definido pela Administração, conforme orientações da fiscalização do contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO
6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.1.4 Para gestor e fiscal foram designados os seguintes servidores:

Fiscal Titular: Hamilly Stocco Soares, Matrícula nº 128588834;
Fiscal Substituto: Michelli do Rocio Charello, matrícula funcional nº 271321;
Gestor: Jean Marcel Foss, matrícula nº 255161;

6.2 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATO
6.2.1 Forma de Fiscalização
A fiscalização do contrato será realizada por servidor formalmente designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com a atribuição de acompanhar a execução dos serviços técnicos contratados e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

A atuação ocorrerá de forma contínua e sistemática, mediante acompanhamento das atividades desenvolvidas, análise dos documentos apresentados, verificação da qualidade técnica dos estudos, levantamentos e diagnósticos realizados, bem como da conformidade do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e com a legislação ambiental vigente.

A Contratada deverá executar os serviços dentro dos prazos estabelecidos, observando as exigências técnicas e legais aplicáveis ao objeto, garantindo a adequada elaboração do projeto e a entrega de todos os documentos necessários à sua completa instrução.

O fiscal do contrato deverá registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual, notificando a Contratada para correção de eventuais irregularidades, inconsistências ou inadequações técnicas identificadas, estabelecendo prazo para saneamento quando necessário.

O recebimento definitivo e o ateste para fins de pagamento ficarão condicionados à verificação da conformidade dos serviços prestados e dos documentos entregues com as disposições contratuais e com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2.2 Forma de Gestão do Contrato
A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado, responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Compete ao gestor acompanhar e coordenar as atividades relacionadas à execução dos serviços, avaliar o desempenho da Contratada, garantir o cumprimento das condições estabelecidas na contratação e adotar as providências necessárias para a adequada execução contratual.

Caberá ao gestor analisar as informações consolidadas pela fiscalização, promover o alinhamento entre a Contratada e a Administração Municipal, acompanhar o cumprimento dos prazos estabelecidos e adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

Também será de responsabilidade do gestor acompanhar eventuais necessidades de alterações contratuais, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogações de prazo, quando cabíveis, e demais providências necessárias para assegurar a regular execução dos serviços, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1 Executar os serviços em conformidade com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

7.2 Disponibilizar equipe técnica qualificada e profissional legalmente habilitado para a execução dos serviços, responsabilizando-se pela elaboração do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD e pela emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou documento equivalente exigido pelo conselho profissional competente.

7.3 Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo despesas com deslocamentos, vistorias técnicas, levantamentos de campo, equipamentos, materiais de apoio, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da contratação.

7.4 Realizar todas as visitas técnicas, levantamentos, estudos, análises e demais atividades necessárias à adequada caracterização da área objeto da contratação, observando a legislação ambiental vigente e as normas técnicas aplicáveis.

7.5 Entregar o PRAD contendo todos os relatórios, diagnósticos, memoriais, plantas, mapas, cronogramas, especificações técnicas e demais documentos necessários à sua análise e aprovação pelos órgãos ambientais competentes.

7.6 Corrigir, complementar ou adequar, às suas expensas, quaisquer documentos, estudos ou informações que apresentem inconsistências, erros, omissões ou desconformidades identificadas pela Contratante ou pelos órgãos ambientais competentes.

7.7 Cumprir os prazos estabelecidos para execução dos serviços e entrega dos produtos técnicos, comunicando formalmente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer o cronograma inicialmente previsto.

7.8 Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou responsáveis técnicos durante a execução contratual.

7.9 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, em conformidade com a legislação vigente.

7.10 Prestar os esclarecimentos e informações solicitados pela fiscalização e pela gestão do contrato, atendendo prontamente às solicitações da Administração relacionadas ao objeto contratado.

7.11 Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços executados e pela veracidade das informações apresentadas nos estudos, levantamentos, relatórios e demais documentos que compõem o Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD.

7.12 Atender às exigências eventualmente formuladas pelos órgãos ambientais competentes durante a análise do projeto, promovendo as adequações e complementações necessárias, sem ônus adicional para a Administração, quando decorrentes de falhas, omissões ou insuficiências técnicas atribuíveis à Contratada.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Formalizar a contratação em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, disponibilizando à Contratada os documentos e informações necessários à execução do objeto.

8.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor formalmente designado, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada e a conformidade dos documentos entregues com as exigências deste Termo de Referência.

8.3 Prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que sejam necessários à adequada execução dos serviços.

8.4 Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades, falhas, inconsistências ou descumprimentos verificados durante a execução contratual, estabelecendo prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis.

8.5 Receber, analisar e avaliar os produtos técnicos entregues, verificando sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na legislação ambiental aplicável.

8.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os documentos ou serviços executados em desacordo com as exigências contratuais, solicitando as correções, complementações ou adequações necessárias.

8.7 Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa executar os serviços contratados, inclusive viabilizando o acesso às informações e áreas objeto dos estudos, quando necessário.

8.8 Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos estabelecidos no instrumento contratual, após a devida comprovação da execução dos serviços e o ateste do fiscal do contrato.

8.9 Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no instrumento contratual em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2 EVENTUALIDADES

9.2.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.2.2 Providências e prazos para a liquidação e pagamento

I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
II – 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

9.2.3 O pagamento pela execução dos serviços ocorrerá mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, após a entrega dos produtos técnicos previstos neste Termo de Referência e o devido ateste do fiscal do contrato.

9.2.4 A Nota Fiscal deverá ser apresentada pela Contratada após a conclusão dos serviços e aceitação dos documentos técnicos pela Administração.

9.2.5 O Município efetuará a conferência da documentação apresentada, verificando a conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.6 Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal as informações necessárias para processamento da despesa, conforme orientações da Administração Municipal.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 A contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

10.2 Forma de fornecimento

10.2.1 A execução do objeto ocorrerá de forma **integral**, mediante a elaboração e entrega do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD, conforme as especificações previstas neste Termo de Referência.

10.3 Critérios de aceitabilidade de preços

10.3.1 O critério de aceitabilidade dos preços será o de menor preço, desde que a proposta apresentada seja compatível com os valores praticados no mercado e atenda integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

10.3.2 Os valores unitários máximos aceitáveis serão aqueles constantes na planilha de composição de preços prevista no item 1.2 deste Termo de Referência.

10.3.3 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, devendo estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, inclusive encargos fiscais, tributários, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros, taxas, impostos e demais despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto contratado.

10.4 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.4.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;
10.4.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
10.4.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício;
10.4.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.
10.4.6 Comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (mediante a apresentação de contrato social ou outro documento semelhante), se for o caso.

10.5 REGULARIDADE FISCAL

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
10.5.2 Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

10.5.3 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
10.5.4 Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
10.5.5 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
10.5.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.6 FINANCEIRA
10.6.1 Certidão Negativa de feitos sobre falência ou concordata.

10.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
10.7.1 Apresentar atestado de capacidade técnica, nos termos do inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, relacionados à elaboração de estudos ambientais, projetos ambientais ou serviços técnicos similares, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.7.2 O(s) atestado(s) deverá(ao) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

11. MODO DE DISPUTA
11.1 O modo de disputa que será adotado é **aberto**.

12. JUSTIFICATIVA PARA A DIVULGAÇÃO OU NÃO DO ORÇAMENTO
12.1 A opção pela divulgação do orçamento estimado da contratação visa assegurar maior transparência ao procedimento, permitindo que os interessados tenham conhecimento prévio dos valores de referência adotados pela Administração. Tal medida contribui para a formulação de propostas mais adequadas à realidade do mercado e compatíveis com a complexidade dos serviços técnicos a serem executados.

12.2 A divulgação do orçamento estimado também favorece a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, reduzindo a possibilidade de apresentação de preços inexequíveis ou excessivamente elevados, além de promover maior eficiência, economicidade e transparência na contratação do Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Perturbada – PRAD.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
13.1 O valor médio estimado atinge o montante de **R$ 28.369,33 (vinte e oito mil, trezentos e sessenta nove reais e trinta e três centavos)** e, só reajustáveis na forma da Lei.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14.1 Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas dotações orçamentárias:

REDUZIDO 430 10.001.18.541.2184.2249.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA FONTE 1000

15. PRAZO DA CONTRATAÇÃO
15.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, período suficiente para a execução dos serviços, entrega dos produtos técnicos, análise pela Administração e adoção das providências decorrentes da contratação.

15.2 O prazo de execução dos serviços será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

15.3 Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados, mediante justificativa devidamente fundamentada e desde que observadas as hipóteses previstas nos arts. 107 e 111 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicáveis.

16. GARANTIAS CONTRATUAIS

16.1 Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do objeto, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PCA
17.1 O objeto está previsto no item 11 do PCA da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, consoante Decreto Municipal n.º 2864 de 02 de julho de 2026.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

18.2 Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, atraso injustificado na execução dos serviços, descumprimento das obrigações contratuais, apresentação de documentação com informações incorretas ou qualquer outra conduta que configure infração administrativa, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.3 As sanções aplicáveis poderão consistir em:
I – Advertência;
II – Multa;
III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
18.4 A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

18.5 As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, na forma da legislação vigente.

18.6 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

Município de Morretes, 14 de setembro de 2026.

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:D2C97CCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2964 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2964/2026 de 10/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO	

		BASICA	
235 - 3.3.90.39.00.00	7014	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	70.000,00
07.002.10.302.0160.2.040		MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS	
255 - 3.3.90.30.00.00	7013	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
258 - 3.3.90.39.00.00	7013	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00
		Total Suplementação:	110.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeiro de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 10 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:CBAB8D4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2966 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2966/2026 de 11/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001		GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001.04.122.0013.2.060		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
417 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
		Total Suplementação:	25.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001		GABINETE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	
10.001.15.451.2185.2.250		MOBILIDADE E TRANSPORTE COLETIVO PUBLICO	
421 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00
		Total Redução:	25.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 11 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:04AACEE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 20 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EDITAL Nº 20 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **CONVIDA** toda a população, associações e demais órgãos representativos para participar da Audiência Pública de apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027.

A convocação atende ao que determinam os Arts. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e o Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Detalhes da Audiência:

• Data: 28 de setembro de 2026
• Horário: 10h
• Local Presencial: Prefeitura Municipal de Morretes – SALA DE REUNIÕES GABINETE

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6138F468

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: ERRATA DA PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026, publicada no diário oficial dos Municípios do Paraná, no dia14/09/2026.Edição 3615.

I – ONDE SE LÊ:

ERRATA DA PORTARIA Nº 9323 DE 140 DE SETEMBRO DE 2026

II – LEIA – SÊ:

ERRATA DA PORTARIA Nº 9323 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 14 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E178B2BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9368 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9368 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Diretor de Processos e Relações Legislativas, DAS – 2, Sr.ª. Gabrielle Ferreira Petersen, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, a partir de 15/09/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES – ESTADO DO PARANÁ**, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 15 de setembro de 2026, a Sra. Gabrielle Ferreira Petersen, do cargo de Diretor de Processos e Relações Legislativas, DAS – 2, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, RG n° 15.XXX.XXX-0, CPF nº 131.XXX.XXX-00.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 14 de setembro de 2025.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7152F859

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9370 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9370 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Relotação do servidor público municipal Deli Jorge de Aquino, para Secretaria Municipal de Administração, a partir de 11/09/2025

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "b", ambos da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a relotação e/ou remoção se constitui em instrumento inerente à prerrogativa de auto-organização do Poder, garantindo a eficiência do serviço público;

CONSIDERANDO que a relotação e/ou remoção é um ato discricionário da Administração Pública e, assim sendo atrelado à conveniência e à oportunidade;

CONSIDERANDO que em prol do interesse do serviço público, a Administração Pública poderá movimentar seus servidores de uma unidade para outra, dentro do órgão ou entidade a que pertença, sempre sobrepondo o interesse da coletividade à conveniência do servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR, a partir de 11 de setembro de 2026, o servidor Deli Jorge de Aquino – matrícula funcional nº 213383, cargo Auxiliar de Serviços Gerais, para Secretaria Municipal De Administração.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 14 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:32621F09

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9371 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9371 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Cessa a atribuição de Responsável Técnica da Secretaria Municipal de Saúde à empregada pública Elaine Tavares de Souza Ferreira, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Portaria nº 8133, de 26 de fevereiro de 2026, que nomeou a empregada pública **Elaine Tavares de Souza Ferreira**, Nutricionista, matrícula funcional nº 115629, como Responsável Técnica da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º – Cessar, a partir de 01 de agosto de 2026, a atribuição de Responsável Técnica da Secretaria Municipal de Saúde da empregada pública Elaine Tavares De Souza Ferreira, nutricionista, matrícula funcional nº 115629, anteriormente conferida por meio da Portaria nº 8133, de 26 de fevereiro de 2026.

Art. 2º – Fica revogada, a partir de 01 de agosto de 2026, a atribuição conferida à servidora mencionada no artigo anterior, exclusivamente quanto ao exercício da função de Responsável Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo inalterados seu vínculo funcional, cargo e demais direitos e obrigações decorrentes de sua relação com o Município.

Art. 3º – A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações funcionais decorrentes da presente Portaria.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Dê-se-lhe ciência à interessada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 14 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4E139911

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9372 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9372 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Nomeia e atribui Responsabilidade Técnica da Prefeitura Municipal de Morretes à Sr.ª Gabriela Berlim Pazinatto, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES**, Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e com fulcro no art. 3º da Lei Municipal nº 774, de 15 de junho de 2023, que institui Gratificação por Responsabilidade Técnica aos empregados públicos efetivos e temporários da Prefeitura Municipal de Morretes,

CONSIDERANDO que se faz necessária a indicação dos empregados públicos efetivos e temporários ocupantes de função de nível técnico e superior no Município de Morretes, na condição de Responsáveis Técnicos das Secretarias Municipais, delimitando as atividades a serem exercidas;

RESOLVE:

Art. 1º – A partir de 01 de setembro de 2026, ficam instituídas as seguintes atribuições comuns aos Responsáveis Técnicos atuantes nos setores da Secretaria Municipal de Saúde:
I – Cumprir e fazer cumprir todos os dispositivos legais da profissão;
II – Responder objetiva e subjetivamente pelos atos prestados pelos profissionais da categoria;
III – Realizar a fiscalização técnica e ética da instituição pública pela qual é responsável;
IV – Capacitar os profissionais do setor;
V – Articular atividades intersetoriais;
VI – Realizar as atividades administrativas referentes à categoria, sem exceção.

Art. 2º – Fica nomeada a seguinte Empregada Pública como Responsável Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, em acordo com o setor correspondente:

I – Responsável Técnica da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Gabriela Berlim Pazinatto – Nutricionista, matrícula funcional nº 115660.

Art. 3º – A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações funcionais a respeito.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Dê-se-lhe ciência à beneficiada e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 14 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F3DF9907

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9373 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9373 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

"Institui a Comissão Especial Organizadora do Desfile Cívico, em comemoração aos 293 anos do Município de Morretes, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "*o*", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Institui-se a Comissão Especial Organizadora do Desfile Cívico, em comemoração aos 293 anos do Município de Morretes, que será realizado no dia 31 de outubro de 2026.

Art. 2º. A Comissão Organizadora possui caráter de organização, acompanhamento, fiscalização e supervisão das atividades necessárias à realização do desfile em comemoração aos 293 anos do Município.

Art. 3º. A Comissão Organizadora do Desfile Cívico será composta pelos seguintes empregados públicos:
I – Jéssica Ronchini Montalvão, Matrícula Funcional nº 515.203, que atuará como Presidente;
II - Gilton Dias Junior, registrado na Matrícula Funcional nº 515.113;
III - Larissa Tonetti, registrada na Matrícula Funcional nº 515.180;
IV - Vânia Stopinski, registrada na Matrícula Funcional nº 115.698;
V - Marjori Aparecida Duarte, registrada na Matrícula Funcional nº 115.714;
VI – Adriana Assumpção, registrada na Matrícula Funcional nº 294901;
VII - Sueli do Pilar da Silva, registrada na Matrícula Funcional nº 115.562;
VIII - Gabrielle Ferreira Petersen, registrada na Matrícula Funcional nº 115.561;
IX – Anderson Luis de Amorim Ferreira, registrado na Matrícula Funcional nº 515.085;
X – Daniele do Rocio Meduna, registrada na Matrícula Funcional nº 226.301;
XI – Manoel Medeiros Machado, registrado na Matrícula Funcional nº 115.642;
XII – Maria Cristina Moraes da Costa Pinto, registrada na Matrícula Funcional nº 271.751;
XIII – Mariana Meduna Moscardi Charello, registrada na Matrícula Funcional nº 115.526;
XIV – Vinicius Henrique Oliveira, registrado na Matrícula Funcional nº 515.169;
XV – Karin Cristina Duarte Saif, registrada na Matrícula Funcional nº 115.553;
XVI – Isaac Miranda, registrado na Matrícula Funcional nº 515.082;
XVII – Eudes Gustavo da Silva Skau Kemmer, registrado na Matrícula Funcional nº 115.564;
Parágrafo único. A referida Comissão não terá remuneração extra, sendo os serviços considerados como de extrema relevância ao Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a portaria nº 9367/2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 14 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A86CD928

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9375 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9375 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Designa o servidor para substituição temporária de fiscal de contratos da Secretaria Municipal de Saúde durante período de férias do servidor Augusto Dias Ricardo.

O SUPERINTENDENTE GERAL DE SAÚDE, Sr. Jorge Marcelo Piccinin, no uso de suas atribuições legais e regulamentares nos termos da lei Municipal nº 44/2020, Decreto nº 49 de 03 de março de 2021, Portaria nº 8786 de 09 de junho de 2026**.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Luiz Francisco Folch da Costa para exercer, temporariamente, a função de Fiscal dos Contratos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, em substituição ao servidor Augusto Dias Ricardo, durante o período de férias, compreendido entre os dias 03 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Compete o servidor designado realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de substituição, observadas as atribuições previstas na legislação vigente e nos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 3º Findo o período de substituição, as atribuições de fiscalização contratual retornarão ao servidor Augusto Dias Ricardo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 15 de setembro de 2026.

JORGE MARCELO PICCININ
Superintendente Geral de Saúde

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:DF6A4909

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2025 – ID Nº 195/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2025 – ID Nº 195/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA LAR ROSA CARON LTDA.CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES,

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Centro, Morretes – Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 023.XXX.XXX-27 e RG nº 6.XXX.XXX-0 SSP/PR, residente e domiciliada no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022;

CONTRATADA LAR ROSA CARON LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 37.742.468/0001-61, sediada na Rua Rio Grande do Sul, neste ato representada pela Sra. **PRISCILLA MOREIRA COSER**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 9.XXX.XXX-7 e CPF nº 059.XXX.XXX-21, residente e domiciliada em Curitiba/Paraná.
As partes acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LAR ROSA CARON LTDA.**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, especialmente da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, da Lei Municipal nº 508, de 28 de novembro de 2017, do Decreto do Poder Executivo Municipal nº 2009/2025, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor, assim como da legislação municipal correlata, considerando a **Ata de Registro de Preços nº 143/2025 – ID nº 195/2025**, oriunda da **Dispensa de Licitação nº 20/2025 – Processo Administrativo nº 87/2025**, firmam o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS E REAJUSTE DE VALORES**, mediante as seguintes cláusulas e condições::

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
As partes, de comum acordo, procedem à prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 143/2025 – ID nº 195/2025 pelo período de 01 (um) ano, encerrando-se em 14 de setembro de 2027, nos termos da previsão constante do instrumento originário e do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS
Para o novo período de vigência, ficam renovados os quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 143/2025 – ID nº 195/2025, mantendo-se disponíveis os quantitativos correspondentes aos serviços de acolhimento institucional para idosos classificados nos Graus de Dependência I, II e III, conforme estabelecido no instrumento originário.
A renovação dos quantitativos fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade e a disponibilidade dos serviços de acolhimento institucional durante o novo período de vigência, inclusive para atendimento de demandas decorrentes de determinações judiciais e demais situações que demandem acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DOS VALORES
Em conformidade com a previsão constante da Ata de Registro de Preços nº 143/2025 – ID nº 195/2025, ficam reajustados os valores registrados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no percentual de 4,64%, conforme memória de cálculo e documentação comprobatória constante do Processo Administrativo.
Em decorrência do reajuste, os valores passam a ser os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO RENOVADO	VALOR ORIGINAL	VALOR REAJUSTADO
01	Acolhimento institucional – Grau I	12 meses	R$ 4.600,00	**R$ 4.813,44**
02	Acolhimento institucional – Grau II	12 meses	R$ 5.100,00	**R$ 5.336,64**
03	Acolhimento institucional – Grau III	12 meses	R$ 5.500,00	**R$ 5.755,20**

Os valores reajustados serão aplicáveis durante o período de vigência prorrogado, observadas as condições estabelecidas na Ata e demais documentos integrantes do processo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam **ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 143/2025 – ID nº 195/2025** que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Morretes, 15 de setembro de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO	Lar Rosa Caron LTDA
Secretaria Municipal de Assistência Social	***PRISCILLA MOREIRA COSER***
Gestor	Representante Legal
	Contratada

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:D3BD70DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO N°10/2026 - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Súmula: Reaprecia e aprova a destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA ao Projeto FANCERP, para aquisição de instrumentos musicais, conforme Plano de Aplicação.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MORRETES**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela legislação municipal vigente e pelo seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece a criação de conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO as atribuições conferidas ao CMDCA quanto à formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a competência deste Conselho para estabelecer critérios de utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e aprovar os respectivos planos de aplicação;
CONSIDERANDO a apresentação do **Projeto FANCERP**, destinado à aquisição de instrumentos musicais para o desenvolvimento de atividades voltadas à promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO o Plano de Aplicação apresentado pela entidade, no valor de **R$ 18.347,00 (dezoito mil, trezentos e quarenta e sete reais);**
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade, transparência e imparcialidade da deliberação referente à destinação dos recursos do FIA;
CONSIDERANDO a reapreciação da matéria pelo Plenário do CMDCA, em reunião regularmente convocada, com observância do quórum e das regras de votação previstas no Regimento Interno;
CONSIDERANDO que os representantes do Instituto Shalom não participaram da discussão e da votação da presente reapreciação, em razão de a entidade ser a beneficiária direta dos recursos;
CONSIDERANDO a aprovação da matéria pelo Plenário do Conselho, na forma de seu Regimento Interno;
RESOLVE:
Art. 1º REAPROVAR a destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA ao **Projeto FANCERP**, apresentado pelo **Instituto Shalom de Serviço Social**, no valor de **R$ 18.347,00 (dezoito mil, trezentos e quarenta e sete reais)**, destinados à aquisição de instrumentos musicais, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo CMDCA.
Art. 2º A execução do projeto e a utilização dos recursos deverão observar integralmente o Plano de Aplicação aprovado, bem como a legislação aplicável aos recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.
Art. 3º O repasse dos recursos fica condicionado ao cumprimento de todas as exigências legais e administrativas pertinentes, incluindo a apresentação da documentação exigida e a formalização do instrumento jurídico adequado.
Art. 4º A entidade beneficiária deverá prestar contas da aplicação dos recursos na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação vigente e pelas orientações do CMDCA e do Município.
Art. 5º Fica consignado que a presente deliberação constitui **reapreciação da matéria anteriormente constante da Resolução nº 08/2026**, tendo por finalidade assegurar a regularidade formal da deliberação, especialmente quanto à transparência, ao quórum e à ausência de participação da entidade beneficiária na votação.
Art. 6º A Resolução nº 08/2026 fica **substituída pela presente Resolução**, para fins de formalização da deliberação ora reapreciada.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Morretes, 15 de setembro de 2026.

RAYZA TONETTI DE RAMOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:0B05E69D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2026 — PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina - PR.
OBJETO: Credenciamento de associações e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) protetoras de animais para execução do Programa Municipal de Proteção e Defesa da Vida Animal, nos termos da Lei Municipal nº 622/2026.
BASE LEGAL: Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.
O Agente de Contratação e a Comissão de Credenciamento tornam público o resultado do julgamento da documentação de habilitação protocolada no âmbito da Chamada Pública nº 09/2026:

• **PROPONENTE:** BALIZA - Associação de Proteção e Defesa da Vida Animal de Nova América da Colina.
• **CNPJ:** 20.741.616/0001-20.
• **DECISÃO: HABILITADA**.
• **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Atendimento integral aos requisitos descritos nos artigos 66 (Habilitação Jurídica), 67 (Qualificação Técnico-Operacional), 68 e 69 (Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista) da Lei Federal nº 14.133/2021 e às condições estabelecidas no Edital nº 09/2026.

DOS RECURSOS: Abre-se o prazo recursal de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste extrato no Diário Oficial do Município, com fulcro no Art. 165, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021. Autos com vista franqueada no Setor de Licitações.

Nova América da Colina - PR, 15 de setembro de 2026.

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:7A68FE69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

• **Órgão Licitante:** Prefeitura Municipal de Nova América da Colina / PR
• **CNPJ:** 75.827.204/0001-08
• **Base Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021 (artigos 74, IV e 79, I)
• **Objeto:** Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de instalação, retirada, manutenção e reparos em geral em aparelhos de ar-condicionado e equipamentos de refrigeração para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Nova América da Colina.

EMPRESA HABILITADA

• **Razão Social:** 48.671.295 ALEX SANDRO DA SILVA (REFRINAC)
• **CNPJ:** 48.671.295/0001-54
• **Situação: HABILITADA**

RESUMO DA DECISÃO E RECURSOS
O Agente de Contratação e a Equipe de Apoio tornam público que a empresa supramencionada cumpriu integralmente os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstos no Item 7 do Edital e na Lei nº 14.133/2021.

Abre-se o prazo legal de **3 (três) dias úteis** para eventual interposição de recurso administrativo, a contar da publicação deste extrato, nos termos do Art. 165, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021.

Nova América da Colina/PR, 15 de setembro de 2026.

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:45062A5E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contrato nº: 0027/2023
Espécie: Terceiro Termo Aditivo
Modalidade de origem: Pregão Eletrônico nº 24/2023
Contratante: Município de Nova América da Colina/PR
Contratada: F. I. BOAVENTURA – CNPJ nº 21.322.270/0001-99
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 0027/2023, referente à prestação de serviços de cessão de uso de software.
Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 15/09/2026.
Assinatura: 15 de setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:AA7E205F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE APOSTILAMENTO
ESPÉCIE: Termo de Apostilamento nº 01/2026 ao Contrato nº 0027/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA/PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08).
CONTRATADA: F. I. BOAVENTURA LTDA (CNPJ nº 21.322.270/0001-99).
OBJETO: Prestação de serviços de tecnologia da informação pertinentes à cessão de uso de software para formação de cestas de preços das compras públicas.
FINALIDADE: Reajuste anual do valor contratual em razão da aplicação da variação acumulada do IPCA/IBGE (4,4849%), referente ao período regulamentar.
VALOR MENSAL REAJUSTADO: R$ 2.037,36 (dois mil, trinta e sete reais e trinta e seis centavos).
VALOR GLOBAL ESTIMADO (12 MESES): R$ 24.448,32 (vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 15 de setembro de 2026.
Nova América da Colina/PR, 15 de setembro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:2AB42534

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - Sistema de Registro de Preços.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 Contratação 987995-23/2026 (COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
OBJETO: Registro de Preços, com vigência de 01 (um) ano, admitida a prorrogação por igual período e renovação de quantitativo, para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação, de forma parcelada, de materiais de metalurgia e funilaria, destinados à manutenção, pequenos reparos, à conservação e à recuperação de instalações prediais e obras públicas, visando atender às demandas do Município de Nova Prata do Iguaçu-PR.
DATA DA REALIZAÇÃO: 05/10/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 15 de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:681AF480

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
OBJETO: ***Aquisição de materiais e equipamentos médicos hospitalares e odontológicos destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Prata do Iguaçu – PR***.
O Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, Centro, Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, vem neste ato RETIFICAR o edital acima descrito, conforme segue:
1º - JUSTIFICATIVA: Conforme solicitação de esclarecimento da SR. João Vitor Rodrigues verificou-se que o item 147 do Edital estava com seu descritivo equivocado**,** sendo necessário sua correção, assim **RETIFICA-SE O PRESENTE EDITAL**, da seguinte forma:
Item 147 - KIT ARMADILHA OVITRAMPA COMPLETA
ONDE SE LÊ:
KIT ARMADILHA OVITRAMPA COMPLETA - 01 vaso plástico boca larga, na cor preta, com capacidade para 750 ml, já com furo lateral na altura de 300 ml e com etiqueta adesiva em vinil (à prova d'água), contendo a logo, o código do IBGE e o nome do município, além do número da armadilha e um aviso de advertência para não remoção da armadilha; 01 palheta de Eucatex 13 x 3 cm já lavada, seca e com rótulo para inserção das informações correspondentes a armadilha; 01 clips de metal N8
LEIA-SE
KIT ARMADILHA OVITRAMPA COMPLETA: Composto por: 100 Un Vaso plástico boca larga, na cor preta, c/ capacidade aproximada para 75O ml, já com furo lateral na altura de 300 ml com etiqueta adesiva em vinil (a prova d'água), contendo a logo, o código do IBGE e o nome do município e um aviso de advertência para não remoção da armadilha, 100 Un Palhetas Eucatex 14,4x3cm já lavadas secas e etiquetadas prontas para uso; 500 gramas de levedo de cerveja; 100 Un Clips 8; 5 UN estojos de acrílico com 19 divisórias para acomodação das palhetas com tamanho do produto de 15X5X17,5 cm (LxA.C); 5UN nichos de acrílico com tamanho de 4,5x3.15.
2º - Informo que a data de abertura da licitação será alterada para o dia **01/10/2026, às 08:30 horas.**
3º - Ficam inalterados os demais itens previstos no referido edital.
4º - A rerratificação encontra-se disponível na Plataforma COMPRAS.GOV - https://www.gov.br/compras/pt-br/ e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu: www.npi.pr.gov.br. Esclarecimentos: das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (46) 3545-8000.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 15 de setembro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:41A26386

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2025

A Câmara Municipal de Paiçandu/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto: **Aquisição de 18 (dezoito) cadeiras, modelo presidente, na cor preta, com revestimento em couro ou material equivalente, e 03 (três) longarinas compostas por 03 (três) assentos cada, também na cor preta e com revestimento em couro ou material equivalente, destinadas a atender às necessidades da Câmara Municipal de Paiçandu/PR**, conforme especificações e dimensões estabelecidas no ETP e Termo de referência.

Visando atender o disposto no § 3º, do art. 75 da Lei 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à Câmara.

As propostas deverão ser encaminhadas no endereço eletrônico licitacao@cmpaicandu.pr.gov.br do dia **16 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 18 de setembro de 2026**, ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações **até às 17h do dia 18 de setembro de 2026 (horário de expediente).**

O Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial da Câmara Municipal, sendo http://cmpaicandu.pr.gov.br/ na aba Licitações a partir do dia **16 de setembro de 2026**.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone (44) 3127-1200.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Paiçandu-PR, será contatada para o envio de documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Paiçandu – PR, 15 de setembro de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:985DF2DD

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 005/2026

Nomeia os membros da Equipe Técnica responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Paiçandu, referente ao decênio 2026–2036, e dá outras providências.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº XXX/2026, que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Paiçandu para o decênio 2026–2036;
CONSIDERANDO a necessidade de constituição da Equipe Técnica responsável pelo suporte metodológico e operacional ao processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para comporem a Equipe Técnica responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Paiçandu, referente ao decênio 2026–2036:
I. Coordenador(a) da Equipe Técnica;
Maiza da Silva Oliveira

II. Membros:
Adriana da Silva Teixeira
Ana Karla Bassetto
Ana Paula de Oliveira Ferreira
Andrielly Silva de Oliveira
Angela Hiromi Ohta Pereira Sacchi
Camila Voltoline Guagnini
Claudemir Valerio Maia
Claudimar Jean dos Santos
Fernanda Kawamoto Santos
Gizelly Bulla Gonçalves Maia
Joyce Vendramel Lousada da Silva
Leonor Aparecida da Silva
Marcia Regina Zirondi de Oliveira
Maria Madalena Raimundo
Marluci Ferreira Sebastião Lourenço
Marly Soares
Matheus Henrique Amaral Massarenti Santos
Michela Letícia Braz
Suellen Dias da Silva
Vania Vasselai Lima Gardinal

Art. 2º Compete à Equipe Técnica:
I. levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II. elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III. analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV. apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V. orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI. sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII. garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII. elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX. padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X. assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI. subsidiar decisões com base em evidências;
XII. articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 3º A coordenação da Equipe Técnica será exercida pelo(a) servidor(a) designado(a) no inciso I do art. 1º desta Portaria.

Art. 4º A participação na Equipe Técnica constitui serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 5º A Equipe Técnica exercerá suas atribuições durante todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) 2026–2036, extinguindo-se automaticamente após a conclusão dos trabalhos, salvo disposição em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paiçandu, 15 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora- Presidente
Fundação de Educação
Paiçandu–PR

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EA2B2694

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AUDIENCIA PUBLICA

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Fundação Saúde de Paiçandu comunica e Convida, a população para AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizado presencial e on-line, no dia 30 de setembro de 2026 , para a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026.
A audiência acontecerá ás 19:00, será realizada presencial e on-line através do Facebook da Câmara Municipal e da Prefeitura de Paiçandu. O objetivo da audiência, é garantir a transparência das ações realizadas pela Fundação de Saúde.

DATA: 30 de setembro de 2.026
HORA:19h
LOCAL: Auditório Câmara Municipal de Vereadores
ENDEREÇO: R. Onésio Francisco de Farias 703 – Jd Girotto

Atenciosamente

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

ISMAEL BATISTA PREFEITO
Vice-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:1F228A33

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AVISO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026
AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**, tendo como objetivo a **AQUISIÇÃO ROÇADEIRA E CARRETEL** destinada a atender às necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Serviços Públicos do Município de Paiçandu/PR, no valor total de **R$ 11.922,00 (Onze mil, novecentos e vinte e dois reais)**, a favor da empresa **RETEMA MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 04.956.246/0001-92**, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Paiçandu, 15 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:4AA0852A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 303 2026

DECRETO N.º 303/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 35.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação(ões)
Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade - 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER
Funcional - 27.122.1101.2197000 - MANUTENÇÃO DAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Despesa - 509 - 339031 - 00981 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E **35.000,00TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 35.000,00**
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução(ões)
Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade - 11002 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Funcional - 27.812.1101.2197000 - MANUTENÇÃO DAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Despesa - 504 - 339030 - 00981 - MATERIAL DE CONSUMO **35.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES => 35.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 15 de setembro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Caroline Pereira
Código Identificador:3AFF82EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 292/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **SUELI CRISTINA DE GOSMAO LUPP,** portador(a) do RG sob n° *.41*.3**-2 II/PR, inscrito(a) no CPF ***.055.***-28, ao avanço nº 13 (treze), nível 14 (quatorze), referente ao 1º padrão, conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CDEA13C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 293/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **SUELI CRISTINA DE GOSMAO LUPP,** portador(a) do RG sob n° *.41*.3**-2 II/PR, inscrito(a) no CPF ***.055.***-28, ao avanço nº 10 (dez), nível 11 (onze), referente ao 2º padrão, conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EC9505CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 294/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **DEYSYANNE DE SOUZA FREIRE ORNELAS,** portador(a) do RG sob n° 1*35*0**-9 SSP-PR, inscrito(a) no CPF ***.284.***-78, ao avanço nº 5 (cinco), nível 6 (seis), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:088F5035

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 295/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **IRENE APARECIDA PAIVA CARREIRA,** portador(a) do RG sob n° *56*0**-0 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.202.***-90, ao avanço nº 9 (nove), nível 10 (dez), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipa

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7441FFC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 296/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **VANDERLEIA EUZI DA COSTA LEMES BERTOLAZO,** portador(a) do RG sob n° *65*8**-8 SESP/PR, inscrito(a) no CPF ***.851.***-69, ao avanço nº 6 (seis), nível 7 (sete), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A254C75D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 297/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **MARCIA DE JESUS PEREIRA,** portador(a) do RG sob n° *.17*.0**-7 SESP/PR, inscrito(a) no CPF ***.632.***-53, ao avanço nº 11 (onze), nível 12 (doze), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C30F6050

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 298/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **ANGELITA BEZERRA LIMA,** portador(a) do RG sob n° *16*3**-8 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.164.***-65, ao avanço nº 5 (cinco), nível 6 (seis), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 09 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C6CD3614

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 299/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **LUZIA ESTEVÃO DE NOVAES LIMA,** portador(a) do RG sob n° *.74*.6**-2 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.374.***-30, ao avanço nº 6 (seis), nível 7 (sete), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 09 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CE09BC4A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 271/2026

de 14 de setembro de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 21 de setembro de 2026, às 10h00min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Nome dos candidatos	Classificação
Aline Aparecida de Souza Abreu	55ª
Mateus Campanholi da Silva	56º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão dos Ofícios de nº 185/2026 e o de nº 190/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paiçandu-PR e do não comparecimento das 50ª e 51ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8AEA3F62

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 272/2026

de 14 de setembro de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 21 de setembro de 2026, às 09h30min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Feminino).

Nome da candidata	Classificação
Ivonete Costa da Silva	83ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício nº 185/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento da 81ª classificada.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0C51DCE3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 273/2026

de 14 de setembro de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 21 de setembro de 2026, às 10h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de EDUCADOR SOCIAL.

Nome dos candidatos	Classificação
Carlos Eduardo da Silva	80º
Silvana Souza da Silva	81ª
Maria das Graças Rossi Duarte	82ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios de nº 185/2026 e o de nº 189/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento das 75ª, 77ª e 78ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C6BF54C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 274/2026

de 14 de setembro de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 21 de setembro de 2026, às 16h00min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo

relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de LAVADOR.

Nome da candidata	Classificação
Daniele Rosa dos Santos	13ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão do Ofício nº 42/2026, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e do não comparecimento da 12º classificado.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3928EAEA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 275/2026

de 14 de setembro de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 21 de setembro de 2026, às 11h00min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PSICÓLOGA.

Nome das candidatas	Classificação
Sueli Clementino Delmondes	21ª
Erica Michele da Silva	22ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, do CRP e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão dos Ofícios nº 185/2025 e o de nº 253/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento da 18ª classificada.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EDBB1115

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 276/2026

de 14 de setembro de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 21 de setembro de 2026, às 15h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – "D" ou "E".

Nome dos candidatos	Classificação
Rafael Cafisso	61º
Osmair do Prado Luiz	62º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal, disponível em; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da CNH – Categoria "D" ou "E", da Reservista e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios de nº 89/2026 e o de nº 166/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento dos 57ª e 58º classificados.
Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 14 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5F30DDC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2026 AR FIBER TELECOM LTDA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2026
DISPENSA Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52
CONTRATADO: **AR FIBER TELECOM LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 39.481.277/0001-19.
OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA)**, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Turismo, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO CONTÍNUO DE ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA) Fornecimento de link dedicado de internet, com velocidade mínima de 800 Mbps (download e upload); disponibilização de 1 (um) ponto de acesso (Wi-Fi e/ou cabeado), com equipamentos em regime de comodato; garantia de disponibilidade mínima de 99% do tempo mensal; suporte técnico presencial ou remoto em até 24 horas.	MÊS	12	R$ 110,00	R$ 1.320,00

VALOR: R$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 15 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:C81CDF2C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 524/2026

de 10 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 10 de setembro de 2026, do Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) - PSS, a Servidora Pública Municipal IRENE DA SILVA PASSOS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.411.405-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.368.269-**, admitida em 24 de novembro de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 10 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:668183FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 525/2026

de 11 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 11 de setembro de 2026, do Emprego Público de Educadora Social - PSS, a Servidora Pública Municipal SANDRA FERNANDES ROSA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.253.759-*- SESP/SP, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.467.348-**, admitida em 12 de setembro de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 11 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AA1F3CBD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 526/2026

de 11 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 11 de setembro de 2026, do Emprego Público de Auxiliar Administrativo - PSS, a Servidora Pública Municipal SILVANA CRISTINA CURSINO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.723.286-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.368.349-**, admitida em 12 de setembro de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 11 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0AA8D16E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 11/2026 – CMDM

Dispõe sobre a atualização da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Paiçandu-PR de 2025-2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal n° 2.883/2019, e Lei nº 3426/2025, como instância normativa, consultiva, e deliberativa da Política dos Direitos da Mulheres;

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2026, registrada na ata extraordinária nº 09/2026 que teve como pauta a atualização da composição do CMDM.

RESOLVE:

Art. 1°. Deliberar pela a atualização da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Paiçandu-PR de 2025-2027, com as seguintes membras titulares e suplentes:

ÁREA GOVERNAMENTAL:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Tatiane Alves dos Santos
Suplente: Gláucia Fabiano de Magalhaes Marconi

Representante da Secretaria Municipal de Cultura:
Titular: Maria Aparecida Miranda
Representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:
Suplente: Maria do Socorro Silveira Magalhães

Representantes da Fundação de Saúde:
Titular: Izabela Frediani
Suplente: Bruna Boza Pires

Representantes da Fundação de Educação:
Titular: Elizangela Lopes da Silva Lunardelli
Suplente: Andrielly Silva de Oliveira

Representantes da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres:
Titular: Fernanda Vertuan Cequeti
Suplente: Eliane Figueiredo Ramos Santana

SOCIEDADE CIVIL:

Representantes de Organizações da Sociedade Civil - Associação de Bairro Bela Vista:
Titular: Roseli Chem
Suplente: Elisangela Garcia

Representantes de Organizações da Sociedade Civil - Paróquia Jesus Bom Pastor:
Titular: Cicera Maria Custodio
Suplente: Maria Madalena Bonfante Zacanini

Representantes de Organizações da Sociedade Civil - CODECAB :
Titular: Jaqueline Gomes do Amaral
Suplente: Maria Ivanilda da Silva

Representantes de Organizações da Sociedade Civil - ACIP/MULHER:
Titular: Gabriela Jurazek de Souza
Suplente: Ruth Cristina da Veiga Figueiredo

Representantes de Entidades e/ou Organização de Classe das Trabalhadoras CRP:
Titular: Thaís Guirado de Faria
Suplente: Thayna Leticia Ribeiro

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paiçandu, 11 de setembro de 2026.

TATIANE ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:26A39D74

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 10/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 10/2026
Nº PROC. ADM. 21/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI.

PUBLICAÇÃO: 15/09/2026 10:36
INÍCIO REC. PROPOSTA: 15/09/2026 11:00
FIM REC. PROPOSTA: 05/10/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 05/10/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 147.553,4500

OBJETO DO PROCESSO

1.1 O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, a aquisição de SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO (cartuchos de tinta e toners) para atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Fundação de Educação do Município de PaiçanduO critério de julgamento adotado será o menor preço por ITEM, observados as exigências, quanto às especificações do objeto.

Para demais informações contato via e-mail: compras.eucacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432441049 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DT9G_ZrIXXld4ha708KPmMIZNRIcuKye2JQ_jQeMWVK0RtX2LPpRfKHMQHM5BklyWLkE%2F%2FU3RmJiMfj72eZr5dwChhafy81WQ_%2FNXHVKg6Gg%3D

_____

VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 15/09/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:4FA1C899

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 14/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2026 - PROCESSO N° 32/2026

O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, por intermédio de seu Pregoeiro informa os interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por Item.
Objeto: Pregão Presencial na modalidade Registro de preços, é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo funilaria, lanternagem, pintura, auto vidros e tapeçaria, desmontagem, montagem, retífica e recuperação de motores, mecânica, elétrica e ar condicionado e outros de natureza correlata, com ou sem fornecimento de peças e/ou acessórios em geral, necessários à manutenção preventiva e corretiva dos **VEÍCULOS LEVES E DIESEL,** que estão sob a responsabilidade da Fundação de Saúde de Paiçandu, que já fazem parte da frota oficial ou que venham a ser incorporados ao Patrimônio.
Legislação: Lei 14.133/2021.
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 30 de setembro de 2026, às 09h00min, na sala de licitações, sito à Rua Sete de Setembro, 499, Centro, na cidade de Paiçandu-Pr.
Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados através do link Licitações no site www.paicandu.pr.gov.br, e também, poderá ser obtido pessoalmente, no departamento de compras e licitações.

Paiçandu/PR, 15 de setembro de 2026.

VERONICA SIMÃO
Pregoeira

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:EB51E18F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 48/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 48/2026
Nº PROC. ADM. 110/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA.

PUBLICAÇÃO: 15/09/2026 10:18
INÍCIO REC. PROPOSTA: 15/09/2026 10:40
FIM REC. PROPOSTA: 02/10/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 02/10/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 197.773,2200

OBJETO DO PROCESSO

aquisição de materiais de expediente e materiais pedagógicos, incluindo jogos educativos, livros e demais itens correlatos, com fornecimento de forma parcelada, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e das unidades, programas e serviços sob sua gestão, compreendendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DZNgf8t0UvTs0LzkY7bDC4IWDmvSxsHOZO4n6IfkRg%2Fo91DtPqj6rFWGwpAvE%2FRI_j5CEIkgYKTOGkvC2oMjJqg4Lm8nBKZNt_XKe7s0hRik%3D

_____

VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 15/09/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:4A791475

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RENOVAÇÂO ARP 56

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025
RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 37/2025, homologado em 28/08/2025, integrante do Processo Administrativo nº 83/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa FALDÃO & FALDÃO LTDA, CNPJ nº 11.711.776/0001-36, com endereço AV. IPIRANGA, CEP 87145000, representada por PEDRO FALDÃO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 679.692.759-15, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte com caminhão prancha, com o objetivo de realizar o deslocamento de máquinas e equipamentos pesados da Secretaria Municipal de Agricultura de Paiçandu/PR, sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente

informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 01 de setembro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
FALDÃO & FALDÃO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 543	700,00	**Total: 28.000,00**
Item: 1	Unidade: SERVICO	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: FRETE COM CAMINHÃO - Frete com caminhão prancha (até 2 horas valor mínimo).				
Quantidade: 40	**Valor Unit.: 700,00**			Total Item: 28.000,00
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 434	300,00	**Total: 4.500,00**
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: HORA ADICIONAL DE SERVIÇO COM - Hora adicional de serviço com caminhão prancha (após 2 horas) .				
A UNIDADE DE MEDIDA NO TERMO ESTÁ POR HORA.				
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 300,00**			Total Item: 4.500,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO:				**32.500,00**

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:5596231B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº.82.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 29/092026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Aquisição de Suplementos Alimentares, Fórmulas Infantis e Dietas Especiais e insumos.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de setembro de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:0152A798

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 43/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 257/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 5656/2026

Objeto: Aquisição de instrumentos musicais.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II,* da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dotação Orçamentária:
Reduzido: 273 – 08002082450016604844905200000 **Fonte:** 2953 **EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**
Reduzido: 330 – 08005041220020205933903000000 **Fonte:** 21000 **MATERIAL DE CONSUMO**
Reduzido: 588 – 15003103010045611333903000000 **Fonte:** 1039 **MATERIAL DE CONSUMO**
Reduzido: 588 – 15003103010045611333903000000 **Fonte:** 1001 **MATERIAL DE CONSUMO**
Reduzido: 588 – 15003103010045611333903000000 **Fonte:** 494 **MATERIAL DE CONSUMO**

Contratada:
- RUBENS BASILIO DE FARIA, inscrita no CNPJ nº **28.250.680/0001-10,** com o valor total de **R$2.324,00 (dois mil trezentos e vinte e quatro reais)** - referente ao Lote 01; e

- CARS RODRIGUES REPRESENTACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº **29.170.755/0001-16**, com o valor total de **R$586,60 (quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos)** - referente aos Lotes 03 e 04.

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

15 de Setembro de 2026
ADELITO MORES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:879BBD97

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 07/2026 – HOSPITAL DE CARIDADE DE PALMEIRA.

Referente ao Credenciamento n.º 01/2025 – Processo Administrativo n.º 14893/2025
Termo de Credenciamento n.º 07/2025 – Processo Administrativo n.º 6366/2026

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: HOSPITAL DE CARIDADE DE PALMEIRA.
CNPJ: 79.572.665/0001-20

Objeto: Credenciamento para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços visando a realização de exames diagnóstico por imagem de forma complementar para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de publicação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, encerrando-se, portanto, em **24 de julho de 2027**.

Data da assinatura: 15/09/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:309D5430

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DEFINITIVO- CHAMAMENTO N°.06.2026

O Município de Palmeira torna público que tem-se o resultado definitivo do chamamento público n°06.2026, PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

Cessão de EQUIPAMENTOS DE COZINHA.

Resultado definitivo: APROVADO

LOCAL: Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de setembro de 2026

MARLON CLEITON GROSS
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:4BD8A517

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DEFINITIVO- CHAMAMENTO N°.07.2026

O Município de Palmeira torna público que tem-se o resultado definitivo do chamamento público n°07.2026, PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

Cessão de EQUIPAMENTOS DE COZINHA.

Resultado definitivo: APROVADO

LOCAL: Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de Setembro de 2026
MARLON CLEITON GROSS
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:14228726

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DEFINITIVO- CHAMAMENTO N°.08.2026

O Município de Palmeira torna público que tem-se o resultado definitivo do chamamento público n°08.2026, PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

Cessão de EQUIPAMENTOS DE COZINHA.

Resultado definitivo: APROVADO

LOCAL: Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de setembro de 2026

MARLON CLEITON GROSS
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:6E66F3C1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DEFINITIVO- CHAMAMENTO N°.09.2026

O Município de Palmeira torna público que tem-se o resultado definitivo do chamamento público n°09.2026, PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

Cessão de EQUIPAMENTOS DE COZINHA.

Resultado definitivo: APROVADO

LOCAL: Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de setembro de 2026

MARLON CLEITON GROSS
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:EB10FD2A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DEFINITIVO- CHAMAMENTO N.10.2026

O Município de Palmeira torna público que tem-se o resultado definitivo do chamamento público n°10.2026, PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

Cessão de EQUIPAMENTOS DE COZINHA.

Resultado definitivo: APROVADO

LOCAL: Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

15 de Setembro de 2026
MARLON CLEITON GROSS
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:F55C7835

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESUMO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 71/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 231/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 6198/2026

Objeto: Publicação de extratos de editais, contratos e demais atos oficiais de interesse do Município em jornal diário de grande circulação no estado.

Fundamentação: art. 74, *Inciso I,* da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Gestão Pública.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 117 – 06001041220008202233903900000 **Fonte: 1001** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Contratada: INCO – EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – ME, inscrita no **CNPJ nº 09.570.162/0001-30,** com valor total de **R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).**

Instrumento hábil da contratação: Nota de Empenho nº **11087/2026**.
Data de emissão: 08/09/2026.

Publique-se.

CARLA BEATRIZ TURMINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:28192123

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA 01/2026 - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, estiveram presentes na Secretaria Municipal de Educação, os seguintes Conselheiros da Câmara da Educação Básica pra reunião ordinária: Tahis Meneguel de Paula, Walkiria Ponijalski, Debora Canestraro, Francielle Sovinski, Nátali Antoniette Gonçalves, Marília Hampf Mendes e Nádia Cristina Bach, também estiveram presentes como convidadas: Tamini Cury Eurich e Elisangela Ruppel. A presidente iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e passou a discorrer sobre a pauta do dia. O primeiro assunto tratado foi referente ao menor F.O.D., cuja família busca vaga em turma de Infantil III no CMEI Recanto dos Pequeninos. Daphny realizou a leitura do relato encaminhado pela família, no qual foi informado que a genitora faleceu recentemente e que os dois irmãos passaram a ficar sob os cuidados do pai, o qual trabalha em período diurno, permanecendo as crianças aos cuidados da avó durante o dia. Também foi relatado que a família se encontra em situação de extrema vulnerabilidade financeira. Após debates, foi questionado se havia vaga disponível ou se o menor ficaria excedente na turma. Em resposta, foi informado que a vaga existe regularmente. Diante disso, a matrícula foi aprovada por unanimidade. Passando ao próximo item da pauta, foi realizada a leitura integral do documento encaminhado pelo Conselho Tutelar referente ao menor S.C.C., atualmente matriculado na Escola Municipal Cívico-Militar Professor Gabriel Prestes. A família solicita transferência para a Escola Municipal Integrada Imaculada Conceição Jesuíno Marcondes. Foram esclarecidos os motivos que levaram a demanda à apreciação da Câmara de Educação Básica, sendo relatado que o menor se recusa a frequentar a unidade escolar em que se encontra matriculado, afirmando que somente aceita frequentar a escola pretendida pela família. Após debates, a solicitação de transferência foi recusada por unanimidade. Passando à análise das reclassificações, foi apreciado o processo do aluno G.S., atualmente matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Integrada Imaculada Conceição Jesuíno Marcondes. Foi explicado que o referido aluno é oriundo da APAE e que, assim como os demais estudantes transferidos da instituição, foi matriculado inicialmente no 2º ano com sugestão de reclassificação para o 6º ano do Ensino Fundamental. Walkiria fez uso da palavra para informar que o parecer do Setor de Educação Especial e Inclusiva é favorável à reclassificação do aluno. Segundo relatado, o aluno apresenta potencial e condições de acompanhar uma turma mais avançada, apesar das limitações decorrentes de sua condição, por tratar-se de aluno laudado. Foi comentado que a mãe é participativa e possui conhecimento acerca dos direitos do filho, incluindo a realização de provas adaptadas e a concessão de tempo ampliado para execução das atividades. Também foi relatado que a permanência no 2º ano tem se mostrado frustrante para o aluno, uma vez que realiza as atividades propostas com facilidade e rapidez. Ainda, foi destacado que o estudante encontra-se bem adaptado ao ambiente escolar e que a unidade escolar busca priorizar seu avanço pedagógico. Foi informado também que a mediadora vai acompanhar o aluno nas atividades desenvolvidas junto ao 4º ano do Ensino Fundamental. Após análise e debates entre os presentes, deliberou-se pela reclassificação do aluno G.S. para o 4º ano do Ensino Fundamental. Na sequência, foi analisado o processo de reclassificação do aluno A.S.B, da Escola Municipal do Campo de Queimadas. Durante a apreciação do caso, foram discutidas as notas obtidas pelo estudante, sendo esclarecido que o pedido encaminhado pela unidade escolar refere-se à reclassificação do 5º para o 7º ano do Ensino Fundamental. Durante os debates, foi informado que o aluno é laudado com TDAH e enfrenta diversas questões familiares, tendo em vista que os pais são separados e o estudante reside atualmente com o pai e avó paterna. Foi relatado que o pai é presente e favorável ao processo de reclassificação, bem como que o aluno realiza acompanhamento junto ao CAPS. Durante

os debates, foi sugerida a possibilidade de reclassificação para o 6º ano, em vez do 7º ano. Contudo, em resposta, foi esclarecido que tal medida demandaria a realização de novo processo de reclassificação pela unidade escolar. Também foi sugerido que fossem reaplicadas as avaliações nas disciplinas em que o aluno não alcançou as notas necessárias. Por fim, ficou deliberado encaminhar sugestão à Secretaria Municipal de Educação para que solicite à unidade escolar a readequação e refazimento do processo de reclassificação. Também foi sugerido orientar as unidades escolares quanto à condução dos processos de reclassificação, especialmente para evitar a criação de expectativas antecipadas nos estudantes. Em seguida foi analisado o processo de reclassificação do aluno L.O.B.S, também matriculado na Escola Municipal do Campo de Queimadas, atualmente no 2° ano, informado que a unidade escolar solicita reclassificação para o 3º ano do Ensino Fundamental. Durante os debates, foi informado que o aluno possui laudo TEA, não apresenta indicativos de altas habilidades, foi descrito como uma criança ainda infantilizada. Foi relatado, ainda, que durante a realização das avaliações do processo de reclassificação, a mediadora, a psicopedagoga e a diretora permaneceram em sala incentivando o aluno, inclusive mencionando a possibilidade de receber presente como forma de estímulo. Quanto ao desempenho pedagógico, foi informado que o estudante realiza leitura, embora ainda de forma silabada. Outro ponto destacado, é que a turma do 3° ano dessa unidade escolar, possui outros alunos laudados, foi destacado ainda que apesar do aluno possuir conhecimento, ainda não possui autonomia e maturidade para acompanhar a etapa pretendida. Durante os debates, foi relatado também que a unidade escolar dispõe de uma auxiliar de inclusão por turma, sendo informado que a profissional que atualmente acompanha o referido aluno não poderá ser remanejada para acompanhá-lo em eventual mudança de turma. Após análise criteriosa do caso, ficou deliberado pelo indeferimento da reclassificação do aluno L.O.B.S. Não havendo mais assunto em pauta, Nádia finalizou a reunião agradecendo a participação dos presentes. Sem mais nada a ser tratado, eu, Daphny Veronica de Paula Abramoski, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pela presidente da Câmara da Educação Básica Nádia Cristina Bach, os demais assinaram caderno próprio de presença.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1D473FFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA N°10/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, estiveram presentes na sede da Secretaria Municipal de Educação os seguintes membros do Conselho Municipal de Educação para reunião ordinária: Elaine Aparecida de Andrade, Josiane Aparecida Kauka Gulhinski, Ana Izabel Mayer Bueno, Diéssica dos Santos de Azevedo, Tatielle Adams Rodrigues, Gabriel de Freitas dos Santos e Nádia Cristina Bach. A presidente iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes e passou a discorrer sobre a pauta do dia. Primeiro item da pauta era sobre alteração de membros da representatividade de Professores da Educação Básica da Câmara da Educação Básica, Diessica explicou aos presentes que Danieli Coelho solicitou desligamento, então deu posse à Gabriel de Freitas dos Santos. Na sequencia foi realizada a leitura na íntegra do ofício recebido através do P.A 6557/2026, enviado a este Conselho pelo Centro Municipal de Educação Infantil Rubens Borcoski, após as discussões ficou decidido em encaminhar ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando que veja da possibilidade de agendar reunião com o Procurador Geral do Município para debates sobre vagas de creche, ficou deliberado ainda em convidar a servidora Isabela Mayer Farion de Aguiar para participar da referida reunião. Passando para o próximo item da pauta, a presidente apresentou a deliberação da Câmara da Educação Básica, que se manifestou favoravelmente a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Cristo Rei, colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, Diessica informou aos conselheiros que alguns dos dezoito Regimentos Escolares já se encontram em análise pela Câmara da Educação Básica. Contudo, alguns documentos foram devolvidos ao Setor de Normatização Pedagógica para as devidas correções e adequações. Informou, ainda, que, após a aprovação pela referida Câmara, os Regimentos serão encaminhados para apreciação do Plenário, visando à análise e à emissão dos respectivos pareceres. Dando continuidade à pauta, a Presidente apresentou aos conselheiros os processos referentes à renovação de autorização de funcionamento da Escola Municipal do Campo Pedro Gross Filho e do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson. Informou que, em relação à Escola Municipal do Campo Pedro Gross Filho, a Câmara da Educação Básica manifestou-se favoravelmente à renovação da autorização para a oferta do Ensino Fundamental, pelo período de cinco anos. Quanto ao Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson, informou que a Câmara da Educação Básica deliberou favoravelmente pela renovação da autorização para a oferta da Educação Infantil, também pelo período de cinco anos, sendo aprovado pela plenária. Sobre o item seguinte da pauta, Diessica relatou aos conselheiros acerca das Instruções Normativas nº 03/2026 e nº 04/2026, que dispõem, respectivamente, sobre as orientações para as matrículas do ensino obrigatório e sobre a inscrição em listas de espera e a efetivação de matrículas para o ensino não obrigatório. Informou que as referidas Instruções Normativas já foram apreciadas pela Câmara da Educação Básica, que se manifestou favoravelmente à sua aprovação. Colocado em votação, foram aprovadas por todos. Por fim foi apresentada a Resolução n°01/2026 da Secretaria Municipal de Educação, explicado que a Câmara da Educação Básica também se manifestou favoralmente a aprovação da Resolução. Quando colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Sem mais nada a ser tratado, eu Daphny Veronica de Paula Abramoski, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pela presidente do Conselho Municipal de Educação, os demais presentes assinaram livro próprio de presença.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4BDCC471

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA Nº 03 - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA DE NÃO REALIZAÇÃO DE REUNIÃO POR FALTA DE QUÓRUM

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Palmeira, foi realizada a verificação de quórum para a reunião da Câmara da Educação Básica do Conselho Municipal de Educação – CME, previamente convocada em doze de agosto de dois mil e vinte e seis. Na ocasião, estiveram presentes Nádia Cristina Bach, Presidente da Câmara da Educação Básica e Antonio Ailton Dadona, membros da Câmara da Educação Básica esteve presente também Diessica dos Santos de Azevedo, na condição de visitante e Presidente do Conselho Pleno. No horário previsto para o início da reunião, constatou-se que não havia número suficiente de membros para a instalação dos trabalhos. Os presentes permaneceram aguardando pelo período de trinta minutos, até às quatorze horas, na expectativa de que outros membros comparecessem e fosse atingido o quórum necessário para a realização da reunião. Decorrido o período de espera, não tendo sido atingido o quórum mínimo estabelecido no Regimento Interno deste Conselho, a reunião não foi realizada, ficando impossibilitada a apreciação e deliberação dos assuntos previstos na pauta. Registra-se, para os devidos fins, a ausência de quórum para a instalação da reunião, bem como a presença dos membros e da visitante acima mencionados. Nada mais havendo a tratar, eu, Daphny Veronica de Paula Abramoski, lavrei a presente Ata de Não Realização de Reunião, que será assinada por mim e pela presidente da Câmara da Educação Básica Nádia Cristina Bach, os demais assinaram livro próprio de presença.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:01A57A4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA Nº 04 - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, estiveram presentes na sede da Secretaria Municipal de Educação os seguintes membros da Câmara da Educação Básica para reunião

ordinária: Nádia Cristina Bach, Tatielle Adams Rodrigues, Ana Izabel Mayer Bueno, Walkiria S. Ponjalski, Gabriel de Freitas Santos e Diessica dos Santos de Azevedo, também esteve presente como convidada Isabela Mayer Farion de Aguiar. A presidente iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e passou a discorrer sobre a pauta do dia. Isabela no uso da palavra explicou sobre a Resolução n°01/2026, que orienta sobre o acesso de terceiros nas dependências das unidades educacionais pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Palmeira. Após as explicações a Resolução foi aprovada por unanimidade. Na sequência Isabela apresentou a Instrução Normativa n°03/2026, que orienta sobre os procedimentos para efetivação das matrículas no ensino obrigatório nas instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Educação Básica, para o ano letivo de 2027, sendo aprovada por todos. Dando continuidade Isabela apresentou a Instrução Normativa n°04/2026 que orienta sobre os procedimentos para inscrição na lista de espera e efetivação de matrícula no ensino não obrigatório em turmas em turmas de creche nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), para o ano letivo de 2027. Durante a apresentação foi sugerido alterar os critérios de prioridade para ordem de classificação da lista de espera, sendo explicado os motivos que levavam a tais alterações, após os debates a instrução Normativa n°04/2026 foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo foi apresentado um relatório enviado pelo Conselho Tutelas e Secretaria de Saúde, solicitando vaga de creche para um menor em idade de ensino não obrigatório, em turma de Infantil II, Isabela explicou aos presentes os motivos das solicitações e falou que no momento todas as turmas de Infantil II estão completas, leu na íntegra o documento recebido e abriu a palavra para questionamentos. Após os debates, ficou decidido em encaminhar ofício à APAE solicitando avaliação para o menor. Finalizada as apresentações, Nadia retomou a palavra e passou a discorrer sobre o Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Cristo Rei, aprovado por todos. Passando para os Regimentos Escolares, foi explicado que os Regimento da Escola Municipal do Campo Professora Ida Albach e Escola Municipal do Campo Pedro Gross Filho precisam de algumas correções, ficou definido em devolver os regimentos para a Comissão de Verificação pedagógica passar as informações às referidas Escolas. Por fim foram apresentados os processos de renovação da Educação Infantil da Escola Municipal do Campo Pedro Gross Filho e Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson. Após os debates foi deliberado por unanimidade a renovação de autorização por um prazo de cinco anos. Sem mais nada a ser tratado eu, Daphny Veronica de Paula Abramoski lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pela presidente da Câmara da Educação Básica Nádia Cristina Bach, os demais presentes assinaram livro próprio de presença.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F00D6409

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 230/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **Sra. DIRLENE APARECIDA DELFRATE,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 3.XXX.XXX-8** SSP/PR e inscrita no **CPF/MF sob o n° 541.XXX.XXX-68**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 18.772, de 18 de dezembro de 2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **PALMGAS COMERCIO DE GAS LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 15.140.308/0001-00,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sra. GISELE NEPOMOCENO BACH, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 059.XXX.XXX-19,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do **Processo Administrativo n.º 5793/2026**, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 230/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 16/09/2026 até a data de 16/09/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido que o reajuste contratual será concedido considerando a variação de reajuste de 4,108460% acumulada do INPC. Conforme tabela descritiva a seguir:

Item	Descrição	Valor Licitado	Valor Concedido
Lote 1	GÁS PARA COZINHA, CARGA COM 13 QUILOS	R$104,99	R$109,30

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 230/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:770E0117

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.552 DE 15/09/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$1.244.777,33

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.244.777,33 (um milhão duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, FINANCAS E ORCAMENTO
05.001.04.123.0006.2.017. MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA
79 - 3.2.90.21.00.00 000 JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO R$244.777,33
82 – 4.6.90.71.00.00 000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO R$1.000.000,00

Total Suplementação: R$1.244.777,33

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:1.1.1.4.51.1.1.00.00000000 Fonte: 000 R$1.244.777,33

Total da Receita: R$1.244.777,33

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:9A6E08DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA EDUCADOR SOCIAL II PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026 - ELENICE CAMILO.

Palmeira, 15 de setembro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 17 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Educador Social II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 3723/2026.

Educador Social II:

· ELENICE CAMILO

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:5F239CC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº 19.553 DE 15/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR ODILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e considerando o processo 6828/2026, e

Decreta:

Art. 1º - Exonerar o servidor **ODILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCO**, matrícula 301480, inscrito no CPF sob nº. 835.XXX.XXX-72, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Comunicação, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, último dia trabalhado 15/09/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:80CCB31C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.554 DE 15/09/2026 - NOMEAÇÃO DE ODILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCO, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 6828/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado ***ODILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCO*****,** inscrito no CPF sob nº. 835.XXX.XXX-72, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, matrícula nº 301613, lotado na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, a partir de 16/09/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:F3892A63

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.555 DE 15/09/2026 - NOMEAÇÃO DE RODRIGO DE SOUZA FRANCO, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE COMUNICAÇÃO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 6834/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado ***RODRIGO DE SOUZA FRANCO*****,** inscrito no CPF sob nº. 088.XXX.XXX-17, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE COMUNICAÇÃO, matrícula nº 301614, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação, a partir de 16/09/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:E5633E80

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 46/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – AGENTE EDUCACIONAL - PSS – LUANA CRISTINA VIANTE.

PROCESSO Nº. 3742/2026
PSS Nº. 002/2025
EXTRATO Nº. 46/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: LUANA CRISTINA VIANTE
Matrícula: 601046
Cargo: AGENTE EDUCACIONAL
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$2.206,87 (Dois mil, duzentos e seis reais e oitenta e sete centavos)
Vigência: 16/09/2026 a 18/12/2026

Data: 15/09/2026.

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:2F3CEE80

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 47/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – AGENTE EDUCACIONAL - PSS – MARCIANA FERREIRA DE ARAUJO LANDREZ.

PROCESSO Nº. 3742/2026
PSS Nº. 002/2025
EXTRATO Nº. 47/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: MARCIANA FERREIRA DE ARAUJO LANDREZ
Matrícula: 601047
Cargo: AGENTE EDUCACIONAL
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$2.206,87 (Dois mil, duzentos e seis reais e oitenta e sete centavos)
Vigência: 16/09/2026 a 18/12/2026

Data: 15/09/2026.

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:9106F65D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 44/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 259/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 3945/2026

Objeto: Aquisição de estação meteorológica, com manutenção preventiva inclusa, para atendimento das demandas da Defesa Civil do município.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II,* da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Gabinete de Prefeito.

Dotação Orçamentária:
Reduzido: 33 – 02005061820003200833903900000 **Fonte:** 559 **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**
Reduzido: 34 – 02005061820003200833903900000 **Fonte:** 559 **EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

Contratada: RESSONARE ENGENHARIA DE AUTOMACAO LTDA, inscrita no CNPJ nº **17.363.935/0001-35**, pelo valor total de **R$ 21.544,96 (vinte e um mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos)**, referente ao Lote 01;

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

15 de setembro de 2026

ADELITO MORES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:0F8F74A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.562 DE 15/09/2026 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, MARILDA TELEGINSKI DOS SANTOS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 13140/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 12/08/2026 à 08/11/2026, a servidora pública municipal **MARILDA TELEGINSKI DOS SANTOS,** matrícula 204045, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:833A7540

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.563 DE 15/09/2026 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MATILDE MOSCALESKI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 23574/2025, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 10/08/2026 a 07/11/2026, a servidora pública municipal **MATILDE MOSCALESKI,** matrícula 203204, ocupante do cargo de MERENDEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:5734A02E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.564 DE 15/09/2026 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ELENICE DA CRUZ GONÇALVES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 4700/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 28/08/2026 à 26/09/2026, a servidora pública municipal **ELENICE DA CRUZ GONÇALVES,** matrículas 203018 e 204000, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:54D1A885

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.577 DE 15/09/2026 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ANDRESSA COVALSKI DELFRATE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 1561/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 26/08/2026 à 23/09/2026, a servidora pública municipal **ANDRESSA COVALSKI DELFRATE,** matrícula 203868, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:2F3041D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.578 DE 15/09/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA BRUNA HELLEN MAIDL DE SOUZA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 8887/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 18/08/2026 à 16/09/2026, a servidora pública municipal **BRUNA HELLEN MAIDL DE SOUZA,** matrícula 204008, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, **DE EDUCAÇÃO INFANTIL** lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:383D5A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 14893/2025

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2025 cujo objeto prevê o credenciamento para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços visando a realização de exames diagnóstico por imagem de forma complementar para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Digital	Resultado
RADIOMED – SERVICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM – LTDA	**35.157.531/0001-77**	**5750/2026**	HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:CF253957

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - EDUCADOR SOCIAL II - JOSÉ VICTOR COELHO PEREIRA.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Educador Social II,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ VICTOR COELHO PEREIRA
Desistente

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:1FF0BE0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO PORTARIA Nº 26.579, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO FERNANDO LUIS ROCHA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8030/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Industria e Comércio, ocupante do cargo de Diretor de Inovação, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 12.003.23.691.0030.2.088.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Fernando Luis Rocha	*044.xxx.xxx-09*	*R$ 220,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:950DE765

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.565, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
GRACIELI APARECIDA RIFFERT

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8159/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Gracieli Aparecida Riffert	*037.xxx.xxx-74*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:AC8BB02C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.566, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
BEATRIZ APARECIDA MENDES BELO STELLE

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8162/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Beatriz Aparecida Mendes Belo Stelle	*050.xxx.xxx-74*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:72B79F0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.567, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
JOILDA SCOLIMOSKI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8164/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Joilda Scoimoski	*894.xxx.xxx-15*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:0783D29F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.568, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
GABRIELA CAROLINE ROTH

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8166/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Nutricionista, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Gabriela Caroline Roth	*101.xxx.xxx-99*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D7F134A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.569, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO CASSIELI COELHO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8167/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Psicóloga, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Cassieli Coelho	*052.xxx.xxx-73*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8A996AD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.570, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO KARINA HASS

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8169/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Nutricionista, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Karina Hass	*079.xxx.xxx-52*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:EBAEF90E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.571, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO EDSON LOURENÇO BORNANCIN

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8170/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Psicólogo, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Edson Lourenço Bornancin	*562.xxx.xxx-97*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:5AD78286

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.572, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO KIIRIAKI DE FREITAS RODRIGUES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8171/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Psicólogo, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Kiriaki de Freitas Rodrigues	*018.xxx.xxx-71*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F5B4D0EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.573, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
MARÍLIA ANDRADE HAMPF MENDES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8172/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Pedagogo(a), com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Marilia Andrade Hampf Mendes	*064.xxx.xxx-78*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4DA36404

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.574, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
NATALY VALERIA DE RAMOS BEDIN

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8173/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Nataly Valeria de Ramos Bedin	*118.xxx.xxx-71*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:45E04E63

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.575, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
VANILDA MROGINSKI DE SOUZA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8174/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Farmacêutico(a), com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vanilda Mroginski de Souza	*092.xxx.xxx-52*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DB4908E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.576, DE 15/09/2026 - ADIANTAMENTO
PITER PENA PORTO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 8176/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.002.10.301.0042.6.109.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Piter Penna Porto	*042.xxx.xxx-77*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D5426E4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, seguindo o REGIMENTO INTERNO desta Casa de Leis, de acordo com os artigos 14, inciso XIII, artigo 105 e 106 das Sessões Extraordinárias **CONVOCA,** os parlamentares da Câmara Municipal, para a seguinte Sessão:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Dia 21/09/2026 – Segunda-feira – às 18:30h.

PROJETO DE LEI N° 20/2026
AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL
SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a fazer aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS com recursos de alienação de bens e direitos e dá outras providências.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, em 14 de setembro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital-PR.

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:EC277D38

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2026

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

Dispõe sobre os procedimentos para apresentação, análise, tramitação e acompanhamento das Emendas Individuais Impositivas no âmbito da Câmara Municipal de Palmital e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução disciplina, no âmbito da Câmara Municipal de Palmital, os procedimentos relativos à apresentação, análise, tramitação e acompanhamento das Emendas Individuais Impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA, observadas a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e a legislação aplicável.

Art. 2º A tramitação das Emendas Individuais Impositivas observará os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e rastreabilidade, bem como as normas aplicáveis e as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As disposições desta Resolução limitam-se às atribuições do Poder Legislativo, não interferindo nas competências administrativas e executórias do Poder Executivo.

CAPÍTULO II
DA APRESENTAÇÃO E DO RECEBIMENTO

Art. 3º As Emendas Individuais Impositivas serão apresentadas pelos Vereadores durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, dentro do prazo estabelecido para apresentação de emendas ao respectivo projeto.

Art. 4º A Emenda Individual Impositiva deverá conter, no mínimo:
I – identificação do Vereador autor;
II – valor da emenda;
III – indicação do objeto;
IV – finalidade da aplicação dos recursos;
V – indicação do órgão, unidade ou entidade beneficiária, quando aplicável;
VI – indicação da destinação dos recursos para ações e serviços públicos de saúde, quando for o caso;
VII – demais informações necessárias à sua identificação e análise.

Art. 5º A apresentação da emenda será realizada mediante formulário próprio disponibilizado pela Câmara Municipal.

Art. 6º Recebida a emenda, a Câmara procederá ao seu registro e encaminhamento à **Comissão de Finanças e Orçamento**.

CAPÍTULO III
DA ANÁLISE PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Art. 7º Compete à **Comissão de Finanças e Orçamento** analisar a admissibilidade das Emendas Individuais Impositivas e emitir o respectivo parecer.

Art. 8º Na análise da admissibilidade, a Comissão verificará:
I – a identificação do autor, objeto e valor da emenda;
II – a observância das disposições da Lei Orgânica Municipal;
III – a compatibilidade da programação proposta com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
IV – a compatibilidade da programação proposta com o Projeto de Lei Orçamentária Anual;
V – a observância dos limites e das destinações estabelecidos na legislação aplicável; e
VI – os demais requisitos necessários à admissibilidade da programação.

Art. 9º A Comissão de Finanças e Orçamento emitirá seu parecer no prazo de **10 (dez) dias**, observado o prazo previsto no Regimento Interno para análise da proposta orçamentária e apresentação de emendas.

§ 1º Constatada irregularidade ou ausência de informação que possa ser corrigida, a Comissão poderá solicitar ao Vereador autor a respectiva correção ou complementação, desde que observado o prazo previsto no caput.

§ 2º O parecer concluirá pela:
I – admissibilidade da emenda; ou
II – inadmissibilidade da emenda, mediante justificativa.

Art. 10. Concluída a análise, o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento será encaminhado para o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV
DA TRAMITAÇÃO E DA APRECIAÇÃO PELO PLENÁRIO

Art. 11. As Emendas Individuais Impositivas admitidas seguirão a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, observadas as disposições do Regimento Interno.

Art. 12. As Emendas Individuais Impositivas serão submetidas à apreciação do Plenário juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, observadas as regras regimentais aplicáveis.

Art. 13. Concluída a apreciação e votação pelo Poder Legislativo, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, com as emendas aprovadas, será encaminhado ao Poder Executivo, na forma e nos prazos previstos na legislação e no Regimento Interno, para as providências de sua competência.

Parágrafo único. O encaminhamento previsto no caput não implica participação da Câmara Municipal nos atos administrativos necessários à execução das programações aprovadas.

CAPÍTULO V
DO IMPEDIMENTO DE ORDEM TÉCNICA

Art. 14. Identificado impedimento de ordem técnica à execução de programação decorrente de Emenda Individual Impositiva, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo, apresentando a respectiva justificativa, **até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária**, nos termos do art. 98-B, § 6º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A comunicação deverá identificar a emenda e apresentar a justificativa do impedimento apontado.

§ 2º Recebida a comunicação, a Câmara Municipal procederá ao seu registro e dará ciência ao Vereador
autor da emenda.

Art. 15. No caso de impedimento de ordem técnica considerado insuperável, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação, **até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no artigo anterior**, nos termos do art. 98-B, § 6º, inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 16. Após a indicação do remanejamento pelo Poder Legislativo, serão observados os procedimentos e prazos estabelecidos nos incisos III e IV do § 6º do art. 98-B da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. A deliberação do Poder Legislativo sobre eventual projeto de lei de remanejamento observará o prazo estabelecido no art. 98-B, § 6º, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO VI
DO ACOMPANHAMENTO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 17. A Câmara Municipal manterá registro das Emendas Individuais Impositivas apresentadas e aprovadas, de forma a permitir sua identificação e acompanhamento.

Art. 18. O acompanhamento da execução das emendas será realizado mediante as informações disponibilizadas pelo Poder Executivo e pelos sistemas oficiais, sem prejuízo das competências constitucionais de fiscalização e controle do Poder Legislativo.

Art. 19. As informações relativas às Emendas Individuais Impositivas serão disponibilizadas nos meios oficiais de transparência da Câmara, observadas as normas aplicáveis e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A divulgação deverá permitir, no âmbito das informações de competência da Câmara, a identificação da emenda, do autor, do objeto, do valor e da situação de sua tramitação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Os formulários e instrumentos administrativos necessários à apresentação e ao controle das Emendas Individuais Impositivas poderão ser definidos pela Presidência da Câmara, observadas as disposições desta Resolução.

Art. 21. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e a legislação aplicável, observadas as orientações dos órgãos de controle.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital – PR

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:D4006F78

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2026

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital para disciplinar a tramitação das Emendas Individuais Impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º O § 1º do art. 43 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital passa a vigorar com a seguinte redação:
"§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos os processos que tramitarem pela Câmara, ressalvadas as matérias que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento, especialmente as previstas nos artigos 167, 201, 201-A e 213."

Art. 2º O art. 44 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"VIII – analisar a admissibilidade das Emendas Individuais Impositivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e emitir o respectivo parecer, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal e da legislação aplicável."

Art. 3º O Capítulo II do Título X do Regimento Interno passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

Art. 201-A. As Emendas Individuais Impositivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual observarão, quanto à apresentação, análise e tramitação, as disposições da Lei Orgânica Municipal e deste Regimento.

§ 1º As Emendas Individuais Impositivas serão apresentadas à Comissão de Finanças e Orçamento dentro do prazo estabelecido no § 1º do art. 201 deste Regimento.

§ 2º Compete exclusivamente à Comissão de Finanças e Orçamento analisar a admissibilidade das Emendas Individuais Impositivas e emitir o respectivo parecer.

§ 3º A análise da Comissão observará os limites, requisitos, destinações e demais condições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação aplicável.

§ 4º As Emendas Individuais Impositivas admitidas seguirão a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual e serão submetidas à apreciação do Plenário, nos termos deste Regimento.

Art. 4º O Capítulo II do Título X do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 201-B. Após a apreciação e votação pelo Plenário, o Projeto de Lei Orçamentária Anual, com as Emendas Individuais Impositivas aprovadas, será encaminhado ao Poder Executivo, na forma e nos prazos previstos na legislação e neste Regimento.

Art. 5º O Capítulo II do Título X do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 201-C. Na hipótese de comunicação pelo Poder Executivo de impedimento de ordem técnica à execução de Emenda Individual Impositiva, a Câmara Municipal adotará as providências que lhe competirem, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no art. 98-B, § 6º, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Recebida a comunicação de impedimento técnico, esta será registrada pela Câmara e encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento para conhecimento e adoção das providências de competência do Poder Legislativo.

§ 2º Sendo o impedimento considerado insuperável, o Poder Legislativo observará o procedimento previsto no art. 98-B, § 6º, da Lei Orgânica Municipal quanto à indicação de remanejamento e à deliberação sobre eventual projeto de lei.

Art. 6º A Câmara Municipal manterá registro das Emendas Individuais Impositivas apresentadas e aprovadas, permitindo seu acompanhamento no âmbito das competências do Poder Legislativo.

Art. 7º A tramitação e o acompanhamento das Emendas Individuais Impositivas observarão as normas de transparência e as orientações dos órgãos de controle aplicáveis ao Poder Legislativo.

Art. 8º Permanecem inalteradas as demais disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmital.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital – PR

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:93D65492

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DA ATA Nº 11/2025 – S3165

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 84/2025

1º TERMO ADITIVO DE Prazo DA ATA Nº 11/2025 – S3165

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS DE VEÍCULOS E PARA MANUTENÇÃO EM GERAL DA FROTA MUNICIPAL, PARA SUPRIR AS NESCESSIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa SERGIO GOMES ACESSORIOS, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA XV DE NOVEMBRO, 0 CENTRO - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 06.133.421/0001-77, neste ato representado por SERGIO GOMES, inscrito no CPF/MF sob o nº 7**.***.***-00, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 11/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº11/2025 do Pregão 38/2025, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 07/09/2026 até 06/09/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 04/09/2026.

Município de Palmital/PR
ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Sergio Gomes Acessorios
SERGIO GOMES
7**.***.***-00
Contratada

GESTOR: MIGUEL MATCHULA
FISCAL: VIDAL CAMILO OLIVEIRA

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:566898BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1525/2026**

O Prefeito Municipal do município de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CPF N. º** 031.137.989-30

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS - PR PARA PARTICIPAR DA I OFICINA REGIONAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA: 02/09/2026
DATA DE RETORNO: 03/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO:PRUDENTÓPOLIS **Código do IBGE:**4120606
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE: (** X) SIM ( ) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE:** ( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS**)**
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

PALMITAL, 31 DE AGOSTO DE 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:6AD8415A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1526/2026**

A Secretária Municipal de Saúde de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR:ALINE DE SOUZA PINTO
MATRÍCULA: Nº 286866
CARGO: ENFERMEIRA(COORDENADORA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL)
CPF N. º082.672.889-88
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS - PR PARA PARTICIPAR DA I OFICINA REGIONAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA:02/09/2026
DATA DE RETORNO: 03/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO:PRUDENTÓPOLIS **Código do IBGE:**4120606
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE: (** X) SIM ( ) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE:** ( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS**) .**
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$:750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

PALMITAL,31 DE AGOSTO DE 2026.

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:1B70D7D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N. 1543/2026
A Secretaria Municipal de assistência social do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: MARIA JOCEMARA BORCATE
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE FOMENTO A INDÚSTRIA
CPF N°: 091.166.039-90 MATRÍCULA N.º 54804
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAR ADOLESCENTE ACOLHIDA NA CASA LAR, DURANTE VISITA A FILHA RECÉM- NASCIDA, INTERNADO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 02/09/2026
Data de Retorno: 02/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 02 de Setembro de 2026.

VIVIANE AURELIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:45E5CDE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.ª 1556/2026

A Secretaria Municipal de assistência social do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: NISETE TRENTIN FOSS
CARGO: CHEFE DE SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF N°: 091.166.039-90 **MATRÍCULA N.º** 54810
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAMENTO DE ADOLESCENTE ACOLHIDA EM CASA LAR, DURANTE VISITA A FILHA RECÉM-NASCIDA, INTERNADA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 06/09/2026
Data de Retorno: 06/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 03 de Setembro de 2026.

VIVIANE AURELIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:E2E87178

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1571/2026

O secretário Municipal de Administração do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JOÃO CARLOS MACHADO
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N° 061.539.239-33 **MATRÍCULA Nº** 51282
OBJETIVO DA VIAGEM:
PERÍODO DE AFASTAMENTO: RETIRAR CARTEIRAS DE IDENTIDADE NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PR.
Data de Saída: 08/09/2026
Data de Retorno: 08/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA- PR **CÓDIGO DO IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIA: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 08 de Setembro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário de Administração

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:E199B497

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1572/2026
A Secretária Municipal de Assistência Social do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: MARIA IZABEL POLETO
CPF N°.050.384.119.67 **MATRÍCULA n.º**51291
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAMENTO DE ADOLESCENTE ACOLHIDA EM CASA LAR, DURANTE VISITA A FILHA RECÉM-NASCIDA, INTERNADA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 08/09/2026
Data de Retorno: 08/09/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA - PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 08 de Setembro de 2026.

VIVIANE AURELIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:BF7EB5FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO 34/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 34/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 94/2026

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E DIETAS ESPECIAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizou retificação na minuta do edital conforme segue:

Onde se lê / Disposição original:
9.11. QUALIFICAÇÃO SANITÁRIA:
9.11.1. Apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
9.11.2. Apresentação da Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pelo órgão estadual ou municipal competente da sede da empresa.
Leia-se / Ficam incluídos os seguintes subitens:
9.11. QUALIFICAÇÃO SANITÁRIA:
9.11.1. Apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
9.11.2. Apresentação da Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pelo órgão estadual ou municipal competente da sede da empresa.
9.11.3. Excepcionalmente para os produtos tecnicamente enquadrados como suplementos alimentares, referentes exclusivamente aos Lotes 71, 203, 220, 231, 234, 372, 397, 398, 399, 434 e 436, não será exigida a apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, prevista no item 9.11.1. Para os lotes listados, a comprovação da regularidade sanitária da empresa licitante deverá ocorrer mediante a apresentação de Licença ou Alvará Sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária competente (estadual, distrital ou municipal) e compatível com a atividade econômica desenvolvida na área de alimentos.

Palmital, 15 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:DEEF3D70

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PÚBLICA
SEGUNDO QUADRIMESTRE 2026

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Art. 9, § 4º, da Lei Complementar 101/00, e do Art. 36, § 5º da Lei Complementar 141/2012, o Prefeito Municipal de Palmital e a Secretária Municipal de Saúde tornam público a realização de audiência pública para tratar dos assuntos abaixo relacionados:

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2026.
Prestação de Contas da Saúde do Segundo Quadrimestre de 2026.

Referidas audiências serão realizadas nas dependências da Câmara Municipal, **na data de 30/09/2026**, a **partir das 14:00 Horas**.

Ficam desde já convidados todos os órgãos da administração direta e indireta, conselhos municipais, órgãos representativos de classes, servidores municipais e todos os cidadãos do município.

Palmital, 15 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:1BC973AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2026 – S3410

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico Nº 28/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 79/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2026 – S3410

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.
CONTRATADO: MAURICIO POYER ME, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA MAXIMILIANO VICENTIN, 153, M2 AUTO CENTER - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº13.314.456/0001-78, neste ato por seu representante Legal, Senhor MAURICIO POYER, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-23.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORM TERMO DE REFERENCIA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS

DATA DO CONTRATO: 15/09/2026
VIGÊNCIA: 14/09/2027
VALOR TOTAL: R$ 892.000,00 (Oitocentos e Noventa e Dois Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:D6F08717

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2026 - S3411

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 28/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 79/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2026 - S3411

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: PEREIRA DA SILVA & CAETANO LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA MAXIMILIANO VICENTIN, 1444, CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.520.566/0001-02, neste ato por seu representante Legal, Senhor ALESSANDRO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-16.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORM TERMO DE REFERENCIA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS

DATA DO CONTRATO: 15/09/2026
VIGÊNCIA: 14/09/2027
VALOR TOTAL: R$ 324.000,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Gestor

EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:0D83B258

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2026 – S3412

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 28/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 79/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2026 – S3412

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: SERGIO GOMES ACESSORIOS, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA XV DE NOVEMBRO, 0 CENTRO - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.133.421/0001-77, neste ato por seu representante Legal, Senhor SERGIO GOMES, inscrito no CPF/MF sob o nº 7**.***.**-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORM TERMO DE REFERENCIA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS

DATA DO CONTRATO: 15/09/2026
VIGÊNCIA: 14/09/2027
VALOR TOTAL: R$ 872.000,00 (Oitocentos e Setenta e Dois Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Gestor

EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:8313AD30

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2026 – S5413

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Dispensa Nº 29/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 91/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2026 – S5413

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: H L MANICA LTDA , pessoa jurídica de direito privado com endereço à AV DOS PIONEIROS, 0 - CEP: 85470000 - BAIRRO: CENTRO, Catanduvas/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.633.330/0001-27, neste ato representada por seu representante Legal, Senhor HEITOR LUIZ MANICA, portador do inscrito no CPF/MF sob o nº 2**.***.***-91.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE TROFEUS E MEDALHAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES PELO PERÍODO
DE 12 (DOZE) MESES.

DATA DO CONTRATO: 15/09/2026
VIGÊNCIA: 14/09/2027
VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

ADRIANA NADOLNY FRANCO DE SOUZA
Gestor

JESSICA THAUELI BARBOSA
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:9BFD0EA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RESOLUÇÃO 05/2026 CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE-CMDCA

Dispõe sobre o recebimento e ciência do pedido de exoneração de Conselheira Tutelar e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA quanto ao acompanhamento e à regularidade do funcionamento do Conselho Tutelar;
CONSIDERANDO o Ofício nº 048/2026 RH, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos do Município ao CMDCA, contendo o pedido de exoneração apresentado pela Conselheira Tutelar Keila Mendes de Carvalho;
CONSIDERANDO que a referida Conselheira Tutelar encontrava-se afastada do exercício de suas funções por determinação judicial, tendo sido convocada suplente para exercer temporariamente suas funções durante o período de afastamento;
CONSIDERANDO que o pedido de exoneração apresentado pela Conselheira Tutelar constitui manifestação expressa de sua vontade de não mais permanecer no exercício da função;
CONSIDERANDO a necessidade de formalização e regularização administrativa da situação funcional perante os órgãos municipais competentes;
RESOLVE:
Art. 1º Tomar ciência e registrar o recebimento do pedido de exoneração apresentado pela Conselheira Tutelar Keila Mendes de Carvalho, encaminhado a este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pelo Departamento de Recursos Humanos do Município.
Art. 2º O CMDCA manifesta ciência quanto ao pedido apresentado através da ata registrada sob nº 005/2026 e encaminha a presente Resolução ao Departamento de Recursos Humanos e ao Poder Executivo Municipal, para conhecimento e adoção das providências administrativas cabíveis quanto à efetivação do ato de exoneração, observada a legislação municipal aplicável.
Art. 3º Fica registrado que a Conselheira Tutelar mencionada no art. 1º encontrava-se afastada do exercício de suas funções por determinação judicial, tendo sido convocada suplente para exercer a função durante o período de afastamento.
Art. 4º A presente Resolução não constitui ato de exoneração, competindo ao órgão municipal responsável pela gestão de pessoal a adoção do respectivo ato administrativo, na forma da legislação vigente.
Art. 5º Após a efetivação da exoneração pelo órgão competente, sejam adotadas as providências necessárias à atualização dos registros referentes à composição do Conselho Tutelar, observada a situação da suplente que já se encontra no exercício da função e a legislação municipal aplicável.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmital, 15 de setembro de 2026.

ANA LUCIA GALLO PAWLAK
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Viviane Aurélio Dutra Franco
Código Identificador:A3811B7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 179/2026

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 179, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

"Torna sem efeito a Portaria nº 171, de 10 de setembro de 2026."

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 053/2006, de 06 de outubro de 2006, e suas alterações, o Decreto nº 630, de 06 de março de 2025, e de acordo com a Lei Ordinária nº 3.463, de 01 de junho de 2015, e o Decreto nº 1.426, de 16 de dezembro de 2025, considerando o Processo nº 74871/2026,

RESOLVE:

Art. 1ºTornar sem efeito, para fins legais, a Portaria nº 171, de 10 de setembro de 2026, referente à concessão de diárias para atendimento de despesas com viagem. Código Identificador: A8671F90.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 14 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:E1C0D40E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.150

DECRETO Nº 2.150

"Transpõe o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 349/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o cargo em comissão, sem necessidade de exoneração e nomeação:

I - do cargo de Coordenador, símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, para o cargo de Coordenador, símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Saúde, ocupado por JOICE RIBEIRO PRADO;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 15 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B1C216BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.151

DECRETO Nº 2.151

"Exonera Wagner Hermesdorff Peres do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

EXONERAR,

WAGNER HERMESDORFF PERES, do cargo de provimento em comissão de Superintendente, Símbolo DAS-1, da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E2FEBD8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.152

DECRETO Nº 2.152

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
02		Secretaria Municipal de Governo	
02.001		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0057.2.002		Gabinete do Secretário	
9 - 3.3.90.14.00.00	000	Diárias - civil	9.100,00
13 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	22.500,00
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
54 - 3.3.90.30.00.00	000	Material de consumo	30.000,00
Total Suplementação:			61.600,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
02		Secretaria Municipal de Governo	
02.001		Gabinete do Prefeito	
02.001.04.122.0057.2.002		Gabinete do Secretário	
10 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	10.936,35
16 - 4.4.90.52.00.00	1000	Equipamentos e material permanente	2.563,65
02.002		Superintendência de Comunicação	
02.002.04.131.0046.2.340		Comunicação Social	
18 - 3.3.90.14.00.00	1000	Diárias - civil	5.000,00
20 - 3.3.90.33.00.00	1000	Passagens e despesas com locomoção	2.100,00
23 - 3.3.90.40.00.00	1000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	11.000,00
04		Controladoria Geral do Município	
04.001		Controladoria Geral	
04.001.04.124.0050.2.015		Controladoria	
48 - 3.1.90.13.00.00	1000	Contribuições patronais	22.500,00
50 - 3.1.90.94.00.00	1000	Indenizações e restituições trabalhistas	3.500,00
56 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.000,00
58 - 3.3.90.93.00.00	1000	Indenizações e restituições	1.000,00
Total Redução:			61.600,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:AE70361E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.153

DECRETO Nº 2.153

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
20		Secretaria Municipal de Segurança	
20.002		Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002.06.181.0023.2.201		Manutenção do comando do Guarda Municipal.	
1062 - 3.3.90.39.00.00	045	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	645.000,00
Total Suplementação:			645.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Receita	
Receita: 1.9.9.9.99.2.1.17 Compensação Social pela Desafetação (CSD) - (F-045) - Fonte: 1045	645.000,00
Total da Receita:	645.000,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2D114800

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 25/2026 – CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL AUTOS Nº 0001956-94.2024.8.16.0129

..Processo Seletivo Simplificado 01/2019

Edital de Convocação 25/2026 – CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL Autos nº 0001956-94.2024.8.16.0129

Contratação

O Município de Paranaguá – PR, através da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com os itens 07 e 08 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 e processo nº 16246/2021, RESOLVE:
TORNA PÚBLICA a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, de acordo com o cargo e classificação relacionados no quadro abaixo, para apresentação dos documentos exigidos nos itens 7 e 8 do edital de abertura e no presente ato convocatório, para fins de CONTRATAÇÃO, respeitado o número de vagas disponíveis no quadro de cargos do Município, no local, data e horários indicados:

Cargo	**Classificação**
AMAIRTO RIBEIRO ALVES DAS ALMAS - SUPERVISOR- ESF	1º Cota PCD

Data: 18/9/**2026 a** 28/9/**2026**
Local: **Sede da Secretaria Municipal de Saúde**
Endereço: **Rua João Eugênio, nº 959, Costeira/Centro CEP 83203-260**
Paranaguá – Paraná
Horário: **Das 13:30h às 17:00h**

Os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Cópia do título de eleitor e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identidade;
e) Cópia do Cartão do CPF;
f) **Cópia do Certificado de Conclusão dos Cursos pontuados/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;**
g) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade.
h) 01 (uma) fotografia 3X4 recentes;
i) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
j) Certidão Negativa Criminal e Cível, expedida pela Comarca onde reside;
k) Número do PIS/PASEP;
l)Cópia da carteira de trabalho (frente e verso).
m) Data de Nascimento dos Pais
Observação: As cópias dos documentos solicitados deverão ser autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas do original.

Paranaguá, 15 de setembro de 2026

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:00B2383D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.838

PORTARIA Nº 2.838

"Instaura Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, quanto aos fatos expostos no processo administrativo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 32.246/2026,

RESOLVE:

I - Instaurar Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades quanto aos fatos expostos no processo administrativo, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 32.246/2026, tais como a suposta conduta incompátivel com a administração pública, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV e incidência nas condutas do Art. 152, inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, IV, e V, Art.

162 e Art. 165, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar os servidores: VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 4.442-1, como Presidente; e JOSÉ ROBERTO AFFOLTER, matrícula nº 1.577-1, ANDRIELE MATIAS FREIRE, matrícula nº 11.309-1, MICHELLY ZELA ANTONIO CAETANO, matrícula nº 9.229-1/2, MARIA CRISTINA ROSA DA SILVA ROCHA, matrícula nº 2.253-1, MARINALVA GRACES BARBOSA, matrícula nº 7.208-1, como membros.
III - O prazo de finalização do Processo é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 15 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:E691BEDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.839

PORTARIA Nº 2.839

"Instaura Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, quanto aos fatos expostos no processo administrativo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 9.812/2024,

RESOLVE:

I - Instaurar Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades quanto aos fatos expostos no processo administrativo, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 9.812/2024, tais como a suposta conduta incompátivel com a administração pública, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV e incidência nas condutas do Art. 152, inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, IV, e V, Art. 162 e Art. 165, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar os servidores: VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 4.442-1, como Presidente; e JOSÉ ROBERTO AFFOLTER, matrícula nº 1.577-1, ANDRIELE MATIAS FREIRE, matrícula nº 11.309-1, MICHELLY ZELA ANTONIO CAETANO, matrícula nº 9.229-1/2, MARIA CRISTINA ROSA DA SILVA ROCHA, matrícula nº 2.253-1, MARINALVA GRACES BARBOSA, matrícula nº 7.208-1, como membros.
III - O prazo de finalização do Processo é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 15 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9EF6B0E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.840

PORTARIA Nº 2.840

"Instaura Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, quanto aos fatos expostos no processo administrativo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 9.816/2024,

RESOLVE:

I - Instaurar Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades quanto aos fatos expostos no processo administrativo, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 9.816/2024, tais como a suposta conduta incompátivel com a administração pública, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV e incidência nas condutas do Art. 152, inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, IV, e V, Art. 162 e Art. 165, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar os servidores: VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 4.442-1, como Presidente; e JOSÉ ROBERTO AFFOLTER, matrícula nº 1.577-1, ANDRIELE MATIAS FREIRE, matrícula nº 11.309-1, MICHELLY ZELA ANTONIO CAETANO, matrícula nº 9.229-1/2, MARIA CRISTINA ROSA DA SILVA ROCHA, matrícula nº 2.253-1, MARINALVA GRACES BARBOSA, matrícula nº 7.208-1, como membros.
III - O prazo de finalização do Processo é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 15 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:35976F3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.841

PORTARIA Nº 2.841

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Izabel Cristhine Pereira de Amorim."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 75.711/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora IZABEL CRISTHINE PEREIRA DE AMORIM, matrícula nº 10.844-1, ocupante do cargo de Professor Pedagogo Orientador, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 10 de setembro de 2026 e término em 17 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B34D6A3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.842

PORTARIA Nº 2.842

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Lilian de Oliveira."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 75.744/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora LILIAN DE OLIVEIRA, matrícula nº 4.850-1, ocupante do cargo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 06 de setembro de 2026 e término em 13 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3C59B2DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.843

PORTARIA Nº 2.843

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, ao servidor José Carlos Nogueira de Almeida."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 75.695/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor JOSÉ CARLOS NOGUEIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 2.583-1, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas, com início em 12 de setembro de 2026 e término em 19 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 15 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C94DA564

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE CONCORRENCIA PUBLICA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 007/2026
Processo n° 12.996/2026
A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr torna público que fará realizar, às 09h00min do dia 10 (dez) de Novembro de 2026, na Rua Júlia da Costa, nº 322, na sala de reuniões da C.P.L., 1º andar – Palácio são José, Concorrência Pública, tipo técnica e preço, para Contratação de Agência de Propaganda para Prestação de Serviços de Publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos de comunicação e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais).
O Edital poderá ser retirado no seguinte endereço eletrônico: https://https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes
https://pncp.gov.br/app/editais?q=paranagu%C3%A1&status=todos&pagina=1 ou através do e-mail cpl@paranagua.pr.gov.br
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº 12.232, de 29/04/2010, e conforme as regras gerais da lei de regência, Lei nº 14.133/2021, aplicam-se também a esta Concorrência o Decreto Municipal nº 4319/2023 e as disposições do Edital e Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Comissão Permanente de Contratação, Rua Júlia da Costa, 322, Centro, no horário das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, e pelo telefone nº (41) 3721-1810.
PARANAGUÁ, 15 DE SETEMBRO DE 2026

SHEILA DA ROSA MARIA

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:06B6B4DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026
PROCESSO Nº 46.150/2026
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços Contínuos de Manutenção, Recuperação, Adequação e Ampliação do Sistema de Drenagem Urbana, sob demanda, no Município de Paranaguá/Pr, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços complementares necessários, em atendimento a secretaria Municipal de Obras Públicas.
TIPO: Maior desconto total do lote
DATA DA ABERTURA: 30/09/2026 – **HORÁRIO:** 10:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 10.561.074,66 (dez milhões, quinhentos e sessenta e um mil e setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, www.bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 15 de setembro de 2026.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:9CA1DEF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2026
PROCESSO Nº 19.265/2026 – UASG 987745 – 13/2026
OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene, destinados ao
atendimento das necessidades das unidades da Rede Municipal de Ensino, compreendendo Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEis) e departamentos vinculados a Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias Municipais participantes do processo licitatório.
TIPO: Menor Preço
DATA DA ABERTURA: 28/09/2026 – **HORÁRIO:** 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 2.075.989,19 (dois milhões, setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, www.gov.br/compras/pt-br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e eliane.costa@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 15 de setembro de 2026.

ELIANE GONÇALVES COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:70005D9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
ERRATA ATO 21/2025

ERRATA
ATO 21/2025
O CONSORICO INTERMUNICIPAL CAIUA AMBIENTAL - CICA, por intermédio de seu Presidente, tendo em vista o que consta na publicação no Diário Oficial dos Munícipios do Paraná sob o nº **3615** da edição do dia 15/09/2026, ***retifica*** **o valor das contas por dotação orçamentária, conforme descrito abaixo:**
ONDE SE LÊ
01.001.04.122.0001.0001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (Rec Livre)
3.3.90.30.00.0 – Material de Consumo – R$9.286,30
01.001.04.122.0001.0001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (Rec Livre)
3.3.90.39.00.0 – Outros Serviços PJ – R$9.286,30

LEIA-SE:
01.001.04.122.0001.0001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (Rec Livre)
3.3.90.30.00.0 – Material de Consumo – R$9.825,30
01.001.04.122.0001.0001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (Rec Livre)
3.3.90.39.00.0 – Outros Serviços PJ – R$9.825,30

JOSE GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:571B8DEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 66/2025 (REAJUSTE DE VALOR) PROCESSO DIGITAL: 48396/2026

1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 66/2025
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 48396/2026

REF.: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃONº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, brasileiro, residenteedomiciliado na cidadedeParanavaí-Pr,doravante denominado Locatárioe AUDINEI ANTÔNIOFERNANDES, inscrito sob CPF 807.781.869-20, residente à Rua Amapá, nº 2099, Jd. Antigo Aeroporto,CEP: 87.705-110, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná,doravante denominado Locador resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
Constitui objeto do presente contrato a - Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**4,098046%**referente variação do INPC no período de Fevereiro/2025a Fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 66/2025e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado do Contrato nº 66/2025passa a ser de: **R$ 23.072,40(vinte e três mile sessenta e dois reais e quarenta centavos)**considerando os 48 (quarenta e oito) meses restantes de vigência contratual e a utilização de 06 (seis) salas.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do ContratoOriginal (CONTRATONº 66/2025), datada de 05deagostode 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:0B12AFF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 34/2025 (ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO DIGITAL Nº 50664/2026)

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 34/2025
(Alteração de Dotação Orçamentária - Processo Digital nº 50664/2026)

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, inscrito no CPF 228.462.578-92, doravante denominado **contratante** e a empresa **R. M. RIBAS - OBRAS E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob onº 28.959.353/0001-32, estabelecida à Avenida Martin Luther King, 2885, Letra A, Jardim Farropilha, na cidade de Paranavaí–PR, CEP 87708-272, e-mail reinaldo_rmr@hotmail.com, neste ato representada por **Reinaldo Mendes Ribas**, inscrito no CPF 004.621.749-56.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1. Constitui objeto do presente contrato é a EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA DO BARBALHO E PROLONGAMENTO DA RUA ETTORE GIOVINE, com área total de execução de pavimentação de 27.000,00 m², conforme mapas de localização anexo aos projetos, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, através do Contrato de Repasse nº 4118402 - ITAIPU, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. Em conformidade com o disposto no art. 124º, da Lei nº 14.133/21, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 34/2025, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 778/2026/SEINFRAS.
Nova Dotação Orçamentária:
Referência: 560

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO Nº 34/2025).

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 12 de setembro de 2026.

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:38B495E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, torna público, que na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 08:30 horas do dia 30 de setembro de 2026, PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET, através da Plataforma eLicita, disponível no endereço eletrônico https://elicita.atende.net/, objetivando o **Registro de preço para futuro e eventual fornecimento regular de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis, abrangendo as Secretarias Municipais de Assistência Social Mulher e Família, Educação, Saúde e Segurança e Trânsito**. Valor estimado total: R$ 4.524.365,23

As propostas deverão ser cadastradas na Plataforma eLicita até 08:29 horas do dia 30 de setembro de 2026. A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Plataforma eLicita: https://elicita.atende.net/.

Esclarecimentos quanto ao Edital serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

Esclarecimentos quanto ao acesso no sistema operacional serão fornecidos através do e-mail atende.elicita@ipm.com.br ou telefone (47) 3531-1500.

PARANAVAÍ/PR, EM 15 DE SETEMBRO DE 2026

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Wellington Jose Ferreira de Lima Batista da Silva
Código Identificador:F74FEB0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 182/2026

Dispõe sobre a convocação dos candidatos nomeados no Concurso Público nº 001/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025, nomeados nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1707/2026**, a comparecerem junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE

2º	FERNANDO SHINJI ABE	XXX.077.209-XX	PCD

FARMACÊUTICO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
3º	PABLO RODRIGO DA ROSA	XXX.622.549-XX	AMPLA

MOTORISTA GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
23º	WENDER FRANCISCO DO NASCIMENTO LEANDRO PEREIRA	XXX.097.108-XX	AMPLA
24º	EDUARDO HOBOLD	XXX.357.129-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);

b) Carteira de identidade e CPF – cópia e original ou cópia autenticada;

c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) D ou E – cópia e original ou cópia autenticada;

d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;

e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;

g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;

j) Documentos dos dependentes, conforme item 23.3 do Edital de Abertura – cópia e original ou cópia autenticada:

K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;

l) Ficha de cadastro (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

m) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

n) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.

o) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

p) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

q) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;

r) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

s) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

t) Declaração que não tem sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar ou de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou de entidade de esfera Federal, Estadual ou Municipal.

u) Declaração Negativa de Cargo ou Emprego Público (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos)

v) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

w) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;

x) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;

y) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php

II – Certidão cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.**

III – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/

IV – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

V – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/

***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VI – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:

***Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**

VII – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor

VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N

IX – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);

X – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.

a) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
b) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
c) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
d) Hemograma;
e) Glicose de Jejum;
f) Hemoglobina Glicada;
g) Provas de função hepática (TGO, TGP, Gama GT, Fosfatase Alcalina, Bilirrubina Total e Frações, Eletroforese de Proteínas);
h) Tipagem sanguínea;
i) Creatinina;
j) Sorologia para doença de chagas (detecção por 2 métodos distintos: IgG Quimioluminescência e Imunofluorescência Indireta);
k) VDRL;
l) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
m) PSA (para homens acima de 45 anos);
n) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
o) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
p) Ficha de exame admissional (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.

a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.

b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.

c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):

•
Agente de Combate a Endemias: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico e Dermatológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•
Farmacêutico: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);

•
Motorista Geral: Parecer Psiquiátrico, Oftalmológico (com o carimbo e RQE do especialista);

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A Avaliação Médica Admissional será realizada pela Medicina do Trabalho da Prefeitura, após a entrega de todos os documentos e exames;

II - Os documentos e exames listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga;

III - O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;

IV - O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.
PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8E4AA439

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NOTIFICAÇÃO MUNICIPAL 002/2026

Dispõe sobre o afastamento remunerado de servidor público municipal.

Afastar, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 14/09/2026, o servidor público municipal identificado pela matrícula nº 5576, nos termos da legislação municipal vigente. A presente medida é adotada para apurar eventuais infrações ao Art. 108 da Lei Municipal nº 3.891/2012 - Estatuto dos Servidores do Município de Paranavaí.

O afastamento de que trata esta Notificação será concedido sem prejuízo da remuneração, observadas as disposições legais aplicáveis. Ressaltamos que a referida medida possui natureza exclusivamente

preventiva e cautelar, não constituindo penalidade disciplinar nem implicando em reconhecimento antecipado de responsabilidade pelos fatos objeto da apuração.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:53A3F362

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOTIFICAÇÃO MUNICIPAL 003/2026

Dispõe sobre o afastamento remunerado de servidor público municipal.

Afastar, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 14/09/2026, o servidor público municipal identificado pela matrícula nº 5372, nos termos da legislação municipal vigente. A presente medida é adotada para apurar eventuais infrações ao Art. 108 da Lei Municipal nº 3.891/2012 - Estatuto dos Servidores do Município de Paranavaí.

O afastamento de que trata esta Notificação será concedido sem prejuízo da remuneração, observadas as disposições legais aplicáveis. Ressaltamos que a referida medida possui natureza exclusivamente preventiva e cautelar, não constituindo penalidade disciplinar nem implicando em reconhecimento antecipado de responsabilidade pelos fatos objeto da apuração.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:63DD700F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1707/2026

Dispõe sobre a nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2025.

***Considerando** a Lei Municipal nº 5.585/2026, que dispõe sobre a ampliação de vagas na Administração Pública;*
***Considerando** o Decreto Municipal nº 27.990/2026, que dispõe sobre a aposentadoria de servidor efetivo para o cargo de Psicólogo;*
***Considerando** o Decreto Municipal nº 27.992/2026, que dispõe sobre a aposentadoria de servidor efetivo para o cargo de Farmacêutico;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados em virtude da sua aprovação no **Concurso Público nº 001/2025**, homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
2º	FERNANDO SHINJI ABE	XXX.077.209-XX	PCD

FARMACÊUTICO			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
3º	PABLO RODRIGO DA ROSA	XXX.622.549-XX	AMPLA

MOTORISTA GERAL			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
23º	WENDER FRANCISCO DO NASCIMENTO LEANDRO PEREIRA	XXX.097.108-XX	AMPLA
24º	EDUARDO HOBOLD	XXX.357.129-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 15 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:6CE1B59D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.709/2026

Dispõe sobre a designação para a função gratificada de Regência de Sala Especial, junto à Escola da Rede Pública Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 51678/2026, o qual foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar, para a função gratificada de Regência de Sala Especial, a professora abaixo relacionada, a partir de 14 de setembro de 2026, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei Municipal nº 2.796/2006.

I – DARLENE DOS SANTOS ARGENTON, matrícula nº 10056-2, 20 horas, Escola Municipal Rotary Arenito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:D2D1C291

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.711/2026

Dispõe sobre a nomeação interina de servidor no cargo em comissão de Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação, junto à Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação.

Considerando o processo digital nº 51789/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o senhor **FELIPE CESCA VILASBOA DE VASCONCELOS,** matrícula nº 11270-2, no cargo em comissão, **INTERINAMENTE,** como **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE**

FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO, junto à Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação.

Parágrafo único. A nomeação do servidor citado no *caput* será de 15 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 14 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:DBAEE591

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N° 272/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. EMANUEL GUEDES CARDOSO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CARGO: ELETRICISTA III
CONTRATADO: EMANUEL GUEDES CARDOSO
CPF/MF: XXX.399.109-XX
SALÁRIO BASE: R$ 3.300,28 (três mil, trezentos reais e vinte e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
DATA DE CONTRATAÇÃO: 14 DE SETEMBRO DE 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:CCD7924B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DECRETO Nº 28.003/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28003 de 15 de setembro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 1.645.328,45 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 1.645.328,45 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2026)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	R$ 1.645.328,45
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.645.328,45		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1715520100 - Transferências de recursos de complementação da união ao FUNDEB - vaar - principal da fonte 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 15 de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:1932AEA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DECRETO Nº 28.004/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28004 de 15 de setembro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 2.733.481,85 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 2.733.481,85 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (716)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:** Manutenção do Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00104 - Demais Impostos Vinculados à educaçãobásica	R$ 2.533.481,85
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1653)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 200.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 2.733.481,85		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 15 de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:4B49BA53

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONVÊNIO 02/2026

CONVÊNIO Nº02/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PARA A SAÚDE PARA O MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Paranavaí**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º085.185.87/0001-37,com sede à Rua Pernambuco, nº 858, nesta cidade de Paranavaí- Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Mauricio Gehlen, portador da cédula de identidade RG n.º72683943PR e do CPF n.º326653340-20, residente e domiciliado em Av PresidenteTancredo Neves, 707 – Delta Vile – São Vicente VI,e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar as ações envolvendo produtos para a saúde, através da aquisição e distribuição para o município

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$240.637,25 em uma parcela, sendo que a mesma deverá ser depositadas em conta corrente nº 11.571-1 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 do mêsde novembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar as ações envolvendo a utilização dos produtos para a saúde no município;

c) garantir que a utilização seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de produtos para a saúde e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de produtos para a saúde utilizando-se consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os materiais definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos materiais recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os materiais;

i) organizar a distribuição dos materiais, exclusivamente na rede SUS, garantindo utilização adequada dos mesmos;

j) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde.

II - AO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovado pela Conselho Deliberativo;

b) adquirir os materiais de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de produtos para a saúde dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta das Dotações Orçamentárias n.º 04.001.10.302.0006.2243.33.72.30.00.00.00 e 04.001.10.301.0006.2250.33.72.30.00.00.00.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Paranavaí,10 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 –Andréia Martins de Souza
Secretária Municipal de Saúde
CPF: 042.081.609-77
.....
2 –Dayane Cristine Tino Cordeiro
Enfermeira - Assessora SESAU
CPF: 039.104.609-84
.....

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:E816A1BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARAO FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em alugar imóvel para o funcionamento da**VIGILÂNCIA EM SAÚDE**, em região central de Paranavaí. O presente chamamento visa demonstrar os requisitos do imóvel necessários para o atendimento de tal finalidade, permitindo que proprietários de prédios disponíveis com tais características possam oferecê-los para conhecimento e análise de sua adequação ao fim proposto, visando dar maior publicidade ao ato. Nada obstante a prescindibilidade deste procedimento, haja vista a possibilidade de locação mediante contratação direta, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a ação tem o intuito de cumprir os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência e, ainda, de proporcionar subsídios para decisão da escolha do imóvel.

1.Objeto:

O objeto do presente Chamamento Público é a prospecção, no mercado imobiliário, com vistas à locação de imóvel adequado ao funcionamento da**VIGILÂNCIA EM SAÚDE**, mediante coleta de propostas técnicas que atendam aos requisitos mínimos especificados neste edital e seus anexos.

2.Prazode Locação:

O prazo de locação será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, desde que haja interesse das partes e seja comprovada a vantajosidade para a Administração, regendo-se o prazo de locação e suas prorrogações precipuamente pelas disposições da Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), observada a Orientação Normativa AGU nº 93/2024, não se aplicando, para fins de limitação da vigência contratual, os arts. 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.Valor de Locação:

O valor proposto pelo locador será analisado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí, que verificará sua adequação com preço do mercado imobiliário local.

4.Perímetro de Localizaçãodo Imóvel:

Região central do perímetro urbano de Paranavaí.

5.Justificativa:

O espaço deverá permitir a adequada acomodação das coordenações que compõem a Vigilância em Saúde, quais sejam: Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador, Endemias e Zoonoses, além da equipe do Ponto Estratégico, contemplando local apropriado para armazenamento de veneno, garantindo conforto, acessibilidade e segurança para os servidores que compõem a equipe multiprofissional, bem como para os usuários que buscam atendimento junto ao serviço. Deverá dispor, ainda, de estacionamento para os veículos utilizados pela equipe da Vigilância em Saúde.

Acrescenta-se que o imóvel deve estar localizado em região central do perímetro urbano do município, de modo a facilitar o acesso de todos os usuários de Paranavaí, incluindo aqueles com mobilidade reduzida ou dificuldade de locomoção, como cadeirantes, e pessoas com deficiência. Além disso, o imóvel deve assegurar acessibilidade interna, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º e art. 28), que assegura o direito à acessibilidade, e com as normas da ABNT NBR 9050, que estabelecem critérios de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.
Destaca-se que não há imóvel público disponível no município que atenda aos requisitos necessários, conforme declaração da Diretoria de Patrimônio Público, razão pela qual se faz necessária a prospecção no mercado imobiliário.
O chamamento público permite identificar imóveis que cumpram os critérios de acessibilidade, localização central, capacidade de atendimento e infraestrutura mínima, garantindo transparência, publicidade e igualdade de oportunidade para os interessados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ressalta-se que o chamamento público tem caráter preliminar, permitindo a identificação de imóveis adequados, sem configurar modalidade de licitação, servindo apenas para orientar a decisão administrativa.

6.Fundamentação legal:

Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e demais normas que regem a matéria, notadamente a Lei nº 8.245/1991.

7.Recebimento da proposta:

A proposta deve ser enviada de forma digital através do site da Prefeitura de Paranavaí. Para isso, o proponente deve possuir um cadastro como cidadão e/ou empresa, permitindo o acesso para iniciar um processo digital na opção Abertura de Processo Digital (Protocolo).
No momento de preenchimento e indicação da proposta, o campo "ASSUNTO" deve ser preenchido como SESAU - Secretaria Municipal de Saúde. O campo "SUBASSUNTO" deve ser preenchido com Proposta de Chamamento para Locação de Imóvel.
Além disso, o processo pode ser realizado também pelo aplicativo Atende.net, compatível com Android e iOS. Basta identificar o município de Paranavaí e seguir o mesmo procedimento descrito anteriormente.
Para mais informações, entrarem contato coma Secretaria Municipal de Saúde, pelo Telefone(44) 3421-1300 opção Assessorias.

8.Data Limite para recebimento das propostas:

Trinta (30) dias após a publicação deste edital.

9.Detalhamento do chamamento:

Conforme consta no Anexo I.

10. Das condições para participação:

10.1 Poderão participar do processo de seleção pessoa física ou pessoa jurídica, excetuando- se:
10.1.1 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
10.1.2 Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
10.1.3 Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
10.1.4 Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
10.1.5 Membros da Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis do Município de Paranavaí;
10.1.6 Empresas que estiverem sob falência;

10.2 Caso o imóvel seja selecionado para locação e celebração do contrato, o proprietário deverá possuir a documentação constante no Anexo II, sob pena de impossibilidade da celebração do contrato de aluguel, conforme fundamentado na Nota Técnica constante do Anexo IV.

11.Da proposta de Aluguel

11.1 Os interessados DEVERÃO FORMULAR PROPOSTA DO VALOR DE LOCAÇÃO,assinada na última página e rubricada nas demais pelo proprietário do imóvel ou por seu procurador, devendo conter minimamente:
11.1.1.Nome do proprietário ou razão social, endereço completo, telefones e e-mails de contato, número do CPF ou CNPJ, conforme o caso;
11.1.2.Especificação detalhada do imóvel, com sua localização e benfeitorias;
11.1.3.Indicação da validade da proposta, que deve ser de, no mínimo, 90 dias prorrogáveis, caso a proposta seja vencedora e haja necessidade de maior prazo até a formalização do contrato, devendo haver manifestação do proprietário protocolada;
11.2 É necessário apresentar, anexada à proposta, declaração de que não há nenhum ônus que recaia sobre o imóvel e de que possui todos os documentos de habilitação indicados no Anexo II, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

12. Da análise das propostas

12.1 A análise da documentação apresentada e da compatibilidade dos imóveis ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá definir, fundamentadamente, sobre a adequação, a conveniência e a capacidade para funcionamento do serviço.
12.2 Caso o imóvel aparentemente atenda aos requisitos elencados, será necessária sua vistoria pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de avaliação e verificação da adequação do mesmo às características solicitadas e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí para avaliação do valor proposto e de sua compatibilidade com o valor de mercado, o que fica desde jáautorizado pelo interessado, devendo apenas ser objeto de prévio agendamento.
12.3 Cada visita resultará na emissão de laudo devidamente motivado.
12.4 Não ocorrerá visita de imóvel objeto de proposta no caso em que as características citadas na proposta já demonstrarem não serem condizentes com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.
12.5 A decisão final da Secretaria Municipal de Saúde sobre cada uma das propostas será comunicada aos proponentes, sendo divulgada lista final dos proponentes/imóveis avaliados, bem como daquele eventualmente contratado.

13 Das condições para eventual celebração do contrato de locação

13.1 A proposta de locação do imóvel eventualmente escolhido ficará sujeita à comprovação do valor de mercado, feita através de Laudo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Paranavaí que servirá de parâmetro para demonstrar a compatibilidade do valor apresentado com o valor de mercado.
13.2 O proprietário do imóvel eventualmente selecionado deverá apresentar a documentação mencionada no Anexo II, no prazo de 10 (dez)dias após recebimento da solicitação, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada do interessado, sendo que o descumprimento do prazo implica o não atendimento ao requisito, com a desconsideração da proposta.
13.3 O proponente-locador deverá entregar o imóvel em perfeitas condições de usoe habitabilidade, pintado e liberado para ocupação no prazo máximo de 30(trinta) dias contados da comunicação de aprovação da contratação.
13.3.1 Caso o imóvel não atenda integralmente às exigências previstas no Anexo I, porém contenha a dimensão mínima exigida e condições para ser adaptado, poderá apresentar proposta de locação. Nessa hipótese, o proprietário deverá assumir, de forma expressa, o compromisso de realizar todas as adequações necessárias para atendimento integral das especificações constantes neste edital e seus anexos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da comunicação de possibilidade de contratação, sujeita, além das adequações de estrutura física, os demais requisitos constantes dos anexos deste edital.
13.3.2. Caso as adequações não sejam concluídas no prazo estabelecido, o imóvel será considerado inapto para a locação pretendida.
13.3.3 O prazo previsto no item 13.3 poderá ser prorrogado, a critério exclusivo da Administração, mediante justificativa circunstanciada e desde que o proponente demonstre motivo justo, como situações de força maior, intempéries climáticas ou entraves burocráticos alheios à sua vontade. Tal medida visa assegurar maior previsibilidade e flexibilidade à contratação, sem comprometer a legalidade, a economicidade e o interesse público envolvido.

14 Disposições finais

14.1 O proponente é responsável pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desconsideração da intençãode locação do imóvel.
14.2 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Secretaria Municipal de Saúde.
14.3 Este procedimento não gera direito à contratação, ficando o(a) proponente sujeito(a) a submeter(em)-se às demais condições exigidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo às constantes no Anexo II e, ainda, à discricionaridade da Administração quanto à oportunidade e conveniência da locação e da escolha do imóvel.
14.4 A escolha do imóvel dar-se-á por critérios de adequação do imóvel ao fim a que se destina e aos requisitos dos Anexos I e II, bem como à qualidade, condições do imóvel e preço, estando, ao final, a discricionaridade da Administração, visando resguardar a supremacia do interesse público sobre o privado.
14.5 O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Paranavaí - PR.
14.6 O presente edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com o art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura de Paranavaí e no mural físico da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando ampla publicidade e transparência.

Paranavaí,03 de setembro de 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I– ESPECIFICAÇÃO IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestações de interessados em alugar imóvel para o funcionamento da **VIGILÂNCIA EM SAÚDE**, devendo apresentar as características abaixo elencadas, sendo que todas as exigências foram definidas com base em estudos técnicos preliminares e normas aplicáveis, reforçando a defesa da competitividade do certame.

1.Localização:

O imóvel deve estar situado em região central de Paranavaí**,** a fim de facilitar o acesso e deslocamento de todos os usuários do município. Esse critério garante acessibilidade urbana e facilidade de deslocamento, especialmente para usuários com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º e art. 28).

2.Área construída mínima e características estruturais do imóvel:

O imóvel deve possuir área total de no mínimo 600 m², e área construída deno mínimo 400,00 m2, garantindo que todos as coordenações sejam acomodados de forma adequada, conforme normas técnicas de estrutura física para serviços de saúde (RDC nº 50/2002 e RDC nº 153/2017 da ANVISA). A estrutura deve contar

com pintura clara e nova, além de piso liso, proporcionando um ambiente seguro e adequado para a realização dos atendimentos, com acessibilidade conforme NBR 9050/2020.

3.Ambientes obrigatórios:

O imóvel deverá contar, no mínimo, com os seguintes espaços:
3.1 Recepção e sala de espera com no mínimo 10 m², podendo estar subdividido em espaços que possam ser utilizados para as finalidades, com entrada e saída de água para bebedouro industrial de água em local acessível e ponto de energia especifico de 220V para o correto funcionamento do equipamento;
3.2 Sala de Reunião;
3.3 Salas individualizadas para as coordenações (endemias, zoonoses, vigilância sanitária, vigilância ambiental, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador) em número suficiente para abrigar os profissionais;
3.4 Entrada privativa para a equipe do ponto estratégico, com acesso ao quarto de insumos/maquinários;
3.5 Sala com banheiro equipado com chuveiro para descontaminação dos agentes de combate a endemias que atuam no ponto estratégico;
3.6 Cozinha com capacidade para instalação de pia e geladeira e preparação de alimentos, ou mais espaços que possam ser utilizados para finalidade;
3.7 Lavanderia/DML (Depósito de Material de Limpeza);
3.8 Sala de utilidades/Almoxarifado/Arquivo para guarda de materiais, podendo serutilizado espaço único que atenda as finalidades, ou estar dividido em ambientes diversos;
3.9 Dois (2) banheiros para usuários, sendo: Um (1) masculino e um (1) feminino, sendo ao menos um (1) com acessibilidade conforme a norma NBR 9050/2020 (Pessoa com Deficiência- PCD);
3.10 Dois (2) Banheiros para funcionários, sendo um masculino e um feminino;
3.11 Vaga de estacionamento para pelo menos 06 veículos.

4.Dispor de boas condições de instalações elétricas e outras instalações como:

4.1.Padrão de energia Trifásico de no mínimo 50 amperes, necessáriopara atender o quantitativo de aparelhos de climatização, computadores, impressoras e demais equipamentos elétricos existente no serviço.
4.2.Dispor de boas condições e infraestrutura de instalações para aparelhos ar-condicionado 220V, em todos os ambientes listados acima, exceto banheiros, copa, DMLe depósito.

5.Critérios de seleção/desempate para escolha do imóvel a ser locado:

5.1 -Adequação às exigências do edital, em especial ao tamanho,número de ambientes que melhor atenda a Portaria GM/MS nº 615 de 15/04/2013,acessibilidade, iluminação, ventilação, acabamento e infraestrutura elétrica, com emissão de laudo pela equipe técnica da Secretaria de Saúde;
5.2- Oferta de menor preço de locação, desde que atendidos todos os requisitos técnicos;
5.3- Atendimento a requisitos adicionais previstos em normas da ANVISA e NBR 9050, quando houver.
Observação:A análise será documentada em relatório técnico, visando garantir objetividade e transparência no processo.

ANEXO II- DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO
1.O detentor da proposta aprovada deverá apresentar os documentos a seguir:
1.1.Cópia da matrícula do imóvel;
1.2.Certidão negativa de ônus do imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
1.3.Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros.
1.4.**Sepessoafísica:**
1.4.1.Cópia de documento de identidade e CPF do(s) contratado(s);
1.4.2.Cópia da certidão de casamento se for o caso;
1.4.3.Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67), em nome do(s) proprietário(s) e cônjuge(s);
1.4.4.Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do(s) proprietário(s) e de seu(s) cônjuge(s);
1.4.5.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
1.4.5.1.Pela Prefeitura do Município do domicílio do(s) proprietário(s) e cônjuge(s), e também;
1.4.5.2.Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação.
1.5.**Sepessoajurídica:**
1.5.1.Cópia do Contrato particular de administração de imóveis entre o proprietário do imóvel e a pessoa jurídica ou documento equivalente, se for o caso;
1.5.2.Cópia do contrato social da pessoa jurídica;
1.5.3.Cópia de Procuraçãoseforocaso;
1.5.4.Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67).
1.5.5.Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
1.5.6.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
1.5.7.Pela Prefeitura do Município do domicílio da pessoa jurídica, e também;
1.5.8.Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município. Todavia, se o licitantenão possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação.
1.5.9.Comprovante de regularidade como INSS e FGTS em nome da pessoa jurídica;
1.5.10.Certidão de Falência e Concordata em nome da pessoa jurídica;
1.5.11.Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
2.Os documentos necessários à contratação poderão ser apresentados em cópias com o original para conferência ou publicação em órgão da imprensa oficial.
3.Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.
4.Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.
5.Outros documentos complementares ou esclarecimentos poderão ser solicitados durante o procedimento de contratação de eventual escolhido.
§ 1º A apresentação dos documentos listados neste anexo não isenta o interessado da obrigação de apresentar os demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, sempre que solicitados pela Administração.

ANEXO III- MODELOS SUGERIDOS

1.**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUI-SITOS DO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS.**

DECLARAÇÃO

(NOME)_____,com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____através de seu (sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA para os fins

do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto do Chamamento, que o imóvel objeto de sua proposta não possui ônus e que possui todos os documentos necessários indicados no Anexo II.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do(a) Representante Legal

2.**DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

DECLARAÇÃO

(NOME) _____,com domicílio (ou sede) na cidade de_____,estado_____, endereço _____através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica)_____, DECLARA, sob as penas lei, e para fins do Chamamento Público promovido pela Secretaria Municipal de Saúde, que a não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo secontratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do(a) Representante Legal

ANEXO IV- NOTA TÉCNICA
A exigência de apresentação de certidões negativas em nome do proprietário do imóvel e de seu cônjuge decorre da necessidade de prevenir litígios relativos ao regime de bens e à disposição do imóvel, assegurando segurança jurídica na celebração do contrato de locação e evitando questionamentos futuros quanto à legitimidade da contratação.

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:2FB8DDBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO ANÁLISE DE AMOSTRAS I - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - PROCESSO Nº 133/2026

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de luminárias LED ornamentais, com potência máxima de 150 W, para instalação em topo de poste, destinadas à manutenção, reposição e continuidade operacional do sistema de iluminação pública do Município, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.
AMOSTRAS: Será realizada a análise das amostras apresentadas pela empresa declarada provisoriamente vencedora dos Lotes 01 e 02.
DATA DA ANALISE: 17 de setembro de 2026, às 09h00min.
LOCAL: Departamento de Iluminação Pública, no endereço: Rua Itacolomi, 1703, Bairro Amadori, Pato Branco – PR.
A sessão será realizada com ou sem a presença dos representantes das empresas interessadas. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI -
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:8BA94F3F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 166/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 165/2026 – PROCESSO Nº 169/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 68/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a ***Pato Pescador – Pesca Esportiva*****,** inscrita no CNPJ nº 01.694.799/0001-26 **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, execução de ações esportivas voltadas à organização, gerenciamento e realização de treinamentos e competições de pesca esportiva, destinadas aos associados do Pato Pescador – Pesca Esportiva, no Município de Pato Branco, conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **VALOR TOTAL:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 04 (quatro) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887 - 43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de Setembro de 2026.

JADER ANTÔNIO MARTINELLO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:1B688875

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 174/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 173/2026 – PROCESSO Nº 177/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE INDIVIDUAL Nº 100/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a **Associação Silva Taekwondo,** inscrita no CNPJ nº 22.111.758/0001-30. **OBJETO**: Atendimento na modalidade de taekwondo para crianças, adolescentes e jovens e adultos de ambos os sexos, de idades entre 06 a 15 anos de idades e jovens e adultos entre 17 e 35 anos, distribuídos conforme os horários de aula, atendendo um total estimado de 100 atendidos. As atividade acontecerão Centro Comunitário do Bairro Planalto terças e quintas as 18:30 as 20:30hs no Centro do Largo da Liberdade, terças e quintas-feiras das 8:30hs às 11:30hs e das 14:00h as 17:00h e alto rendimento no espaço da Academia Silva na rua Paraná,69, Baixada Industrial em Pato Branco –Pr. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887 – 43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de Setembro de 2026.

DIONATAN DINORVAN DOS SANTOS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:6B5BE38A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 179/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 177/2026 – PROCESSO Nº 181/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 100/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a **Associação Silva Taekwondo,** inscrita no CNPJ nº 22.111.758/0001-30. **OBJETO**: Atendimento na modalidade

de taekwondo para crianças, adolescentes e jovens e adultos de ambos os sexos, de idades entre 06 a 15 anos de idades e jovens e adultos entre 17 e 35 anos, distribuídos conforme os horários de aula, atendendo um total estimado 50, atendidos. As atividade acontecerão Centro Comunitário do Bairro Planalto terças e quintas as 18:30 as 20:30hs no Centro do Largo da Liberdade, terças e quintas- feiras das 8:30hs às 11:30hs e das 14:00h as 17:00h e alto rendimento no espaço da Academia Silva na rua Paraná,69, Baixada Industrial em Pato Branco – Pr. **VALOR TOTAL:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887 – 43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 15 de Setembro de 2026.

DIONATAN DINORVAN DOS SANTOS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:D89FE68F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 100/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 1772026 – PROCESSO N.º181/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva Bancada 100/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Silva Taekwondo***, inscrita no CNPJ nº 22.111.758/0001-30, com sede na Rua Xingu, nº 345, Complemento: Apartamento nº 403, Bloco B, Bairro: Santa Terezinha, CEP: 85.501-230, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 99125-1522, endereço eletrônico: claudioneitkd@hotmail.com. Para atendimento na modalidade de taekwondo para crianças, adolescentes e jovens e adultos de ambos os sexos, de idades entre 06 a 15 anos de idades e jovens e adultos entre 17 e 35 anos, distribuídos conforme os horários de aula, atendendo um total estimado 50, atendidos. As atividade acontecerão Centro Comunitário do Bairro Planalto terças e quintas as 18:30 as 20:30hs no Centro do Largo da Liberdade, terças e quintas- feiras das 8:30hs às 11:30hs e das 14:00h as 17:00h e alto rendimento no espaço da Academia Silva na rua Paraná,69, Baixada Industrial em Pato Branco –Pr.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 14 de Setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:8DE8ED2A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 100/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 173/2026 – PROCESSO N.º 177/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva Individual 100/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Silva Taekwondo***, inscrita no CNPJ nº 22.111.758/0001-30, com sede na Rua Xingu, nº 345, Complemento: Apartamento nº 403, Bloco B, Bairro: Santa Terezinha, CEP: 85.501-230, em Pato Branco/PR, telefone: (46) 99125-1522, endereço eletrônico: claudioneitkd@hotmail.com. Para o atendimento na modalidade de taekwondo para crianças, adolescentes e jovens e adultos de ambos os sexos, de idades entre 06 a 15 anos de idades e jovens e adultos entre 17 e 35 anos, distribuídos conforme os horários de aula, atendendo um total estimado de 100 atendidos. As atividade acontecerão Centro Comunitário do Bairro Planalto terças e quintas as 18:30 as 20:30hs no Centro do Largo da Liberdade, terças e quintas- feiras das 8:30hs às 11:30hs e das 14:00h as 17:00h e alto rendimento no espaço da Academia Silva na rua Paraná,69, Baixada Industrial em Pato Branco –Pr.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico

secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 11 de Setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:1297CD84

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 165/2026 – PROCESSO N.º 169/2026 -EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 68/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva de Bancada n°68/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Pato Pescador - Pesca Esportiva,*** inscrita no CNPJ nº 01.694.799/0001-26, com sede na Rua Frei Sergio Hillescheim, nº 304, Parque do Som, em Pato Branco/PR, CEP 85.505-446, telefone: (46) 99110-435, endereço eletrônico: patopescadorpb@hotmail.com. Para execução de ações esportivas voltadas à organização, gerenciamento e realização de treinamentos e competições de pesca esportiva, destinadas aos associados do Pato Pescador – Pesca Esportiva, no Município de Pato Branco, conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 08 de Setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:07921425

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 03/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 25/2026/GP. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 03/2026, PROCESSO N.º10/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e Hiperpavi Asfaltos Ltda.

OBJETO: A execução de Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ, totalizando 16.065,62m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual (Trecho: Estrada Vicinal Municipal – Azelino Dalla Costa – Acesso DelvinoLonghi), com recursos provenientes do Termo de Convênio nº1050/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

APOSTILA-SE: Retomada do Prazo de Execução: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021, fica retomado o prazo de execução a partir do dia 08/09/2026.
Das Demais Cláusulas: Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando– se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 09 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:1FD3E54B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 03/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 46/2026/GP. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 06/2026, PROCESSO N.º18/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e Hiperpavi Asfaltos Ltda.

OBJETO: A execução de Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 20.768,27m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual (Trecho: Estrada Rural Linha Pastro), com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 704/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

APOSTILA-SE: Retomada do Prazo de Execução: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021, fica retomado o prazo de execução a partir do dia 08/09/2026.
Das Demais Cláusulas: Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando– se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 15 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:19390E6D

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 04/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 37/2026/GP. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 10/2026, PROCESSO N.º40/2026.**

PARTES: Município de Pato Branco e Hiperpavi Asfaltos Ltda.

OBJETO: A execução de Pavimentação de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 10.495,40m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual (Trecho: Estrada Municipal São Pedro de Alcântara), com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 2245/2025, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado das Cidades (SECID), o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

APOSTILA-SE: Retomada do Prazo de Execução: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021, fica retomado o prazo de execução a partir do dia 08/09/2026.
Das Demais Cláusulas: Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando– se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 09 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:8B5EF9D2

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 04/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 46/2026/GP. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 06/2026, PROCESSO N.º18/2026.**

PARTES: Município de Pato Branco e Hiperpavi Asfaltos Ltda.

OBJETO: A execução de Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 20.768,27m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual (Trecho: Estrada Rural Linha Pastro), com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 704/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

APOSTILA-SE: Suspensão do Prazo de Execução: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo o oficio nº 1658/2026.cja, fica suspenso o prazo de execução a partir do dia 14/09/2026 por tempo indeterminado.
Das Demais Cláusulas: Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando– se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 15 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:9A5985D5

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 07/2026. CONTRATO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE Nº 132/2023/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2023 - PROCESSO N° 138/2023**

PARTES: Município de Pato Branco e Ralsys Tecnologia Ltda.

OBJETO: o fornecimento de licença de uso e locação de software, incluindo implantação, treinamento, assessoria técnica e atualização, para gerenciamento dos serviços prestados pela Central de Óbitos do Município de Pato Branco, bem como a prestação de serviços de computação em nuvem, sob demanda, incluindo desenvolvimento, manutenção e gestão de topologias de aplicações de nuvem e a disponibilização continuada de recursos de Infraestrutura como Serviço (IaaS) e Plataforma como Serviço (PaaS) em nuvem pública, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

APOSTILA-SE: Do Reajuste: Com base na Cláusula Décima sétima, inciso I do contrato original, fica reajustado o valor contratual de acordo com o índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE calculado em 4,223450%, considerando o período de 09/2025 à 08/2026, passando o valor total dos itens 02, 03 e 04 de R$ 35.376,77 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos) para R$ 36.870,68 (trinta e seis mil, oitocentos e setenta reais e sessenta e oito centavos), quanto ao item nº 01 do lote nº01 se trata de implantação, por isso não se aplica reajuste; o valor unitário reajustado dos demais itens fica conforme Anexo I.
Demais Cláusulas: Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando- se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 15 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:52DC8CA8

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

EXTRATO DE ADITAMENTO Nº 01/2026. TERMO DE FOMENTO N° 45/2026. INEXIGIBILIDADE 44/2026.
Retificação da publicação que circulou no dia 10 de setembro de 2026. Edição 3613:
Onde se lê: EXTRATO DE ADITAMENTO Nº 03/2026.
Leia-se: EXTRATO DE ADITAMENTO Nº 01/2026.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:D5A94D35

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 851, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.**

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, “g”, ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a emissão da Portaria Torna sem Efeito nº 846/2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública

contida no Memorando nº 38.359/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Educador Social		
FUNÇÃO	Educador Social		
CANDIDATOS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Marcia Aparecida de Godoi	5º	-	-

Art. 2º A candidata relacionada no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:5119B8B7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 852 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 002-2026, homologado pela Portaria nº 708, de 28 de julho de 2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando a Portaria de Nomeação nº 786/2026; considerando o contido no Memorando nº 24.321/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público, regido pelo Edital nº 002/2026, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeados por meio do Edital de Convocação nº 002/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 786/2026.

EDITAL	002/2026
CARGO	Professor de Educação Infantil 40h
FUNÇÃO	Professor de Educação Infantil 40h
CANDIDATOS	**MOTIVAÇÃO**
Camila de Camargo Turra	Apresentou requerimento opção final de lista
Cleide Palladino	Apresentou requerimento opção final de lista
Lis Andreia Borsa	Apresentou requerimento opção final de lista
Maria Eduarda Cottet	Apresentou requerimento opção final de lista
Pamela Fortes Chaves	Apresentou requerimento opção final de lista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6B0143E4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 853, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a emissão da Portaria Torna sem Efeito nº 845/2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública contida no Memorando nº 20.883 de 06 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATAS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Rozangela Borba	75º	-	-
Sueli Catarina dos Santos	76º	-	-

Art. 2º As candidatas relacionadas no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6F05F796

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 854, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a emissão da Portaria Torna sem Efeito nº 844/2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública contida no Memorando nº 25.744 de 24 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATA	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Vane Dreier Fortes	77º	-	-

EDITAL	003/2024		
CARGO	Assistente em Gestão		
FUNÇÃO	Assistente Administrativo		
CANDIDATO	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Pedro Karlos Machado Oliveira	88º	-	-

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:472A14E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CMDPI)

RESOLUÇÃO Nº 034/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – Unidade 09.05, referente ao segundo quadrimestre de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Pato Branco no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.384 de 02 de outubro de 1995, por meio de Deliberação em reunião extraordinária realizada no dia , 15 de setembro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar a **Prestação de Contas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – Unidade 09.05**, referente ao **segundo quadrimestre do exercício de 2026**, conforme documentação apresentada ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revoga-se todas as disposições em contrário.
.
Pato Branco, 15 de setembro de 2026.

HELOIZA NATALIA GARBIN
Presidente
CMDPI

Publicado por:
Vanessa Laskoski Furtoso
Código Identificador:49E086D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA N° 43 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno desta Casa de Leis e a Lei nº 1.135/2011, em atendimento a solicitação descrita na Requisição de Diária nº 48/2026 **RESOLVE**:

Art. 1º **AUTORIZAR** o pagamento de 0,5 (meia) diária (Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital) ao Vereador Leandro Hermann, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 0,5 = R$ 246, 92
VALOR TOTAL: R$ 246,92 (duzentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos).
DESTINO: CURITIBA-PR
MOTIVO: Visita a Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 15 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba-PR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, PR, 15 de setembro de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:49BF1F1F

PODER LEGISLATIVO
PORTARIA Nº 42, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre concessão de diárias

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno desta Casa de Leis e a Lei nº 1.135/2011, em atendimento as solicitações descritas nas Requisições de Diárias nº 43, 44, 45, 46 e 47/2026 **RESOLVE**:

Art. 1º **AUTORIZAR** o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias (*Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital*) a servidora Manuela Slomuszinski, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 4,5 = R$ 2.222,28
VALOR TOTAL: R$ 2.222,28 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos).
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR
MOTIVO: Participação no "6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se pelo Instituto AGP, nos dias 23 a 25 de setembro de 2026.

Art. 2º **AUTORIZAR** o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias (*Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital*) a servidora Tatiana Elisa Bairro, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 4,5 = R$ 2.222,28
VALOR TOTAL: R$ 2.222,28 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos).
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR
MOTIVO: Participação no "6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se pelo Instituto AGP, nos dias 23 a 25 de setembro de 2026.

Art. 3º **AUTORIZAR** o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias (*Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital*) ao

vereador Edson José de Moura Cordeiro, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 4,5 = R$ 2.222,28
VALOR TOTAL: R$ 2.222,28 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos).
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR
MOTIVO: Participação no "6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se pelo Instituto AGP, nos dias 23 a 25 de setembro de 2026.

Art. 4º **AUTORIZAR** o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias (*Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital*) ao servidor Allyson Ruan Dias de Moura, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 4,5 = R$ 2.222,28
VALOR TOTAL: R$ 2.222,28 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos).
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR
MOTIVO: Participação no "6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se pelo Instituto AGP, nos dias 23 a 25 de setembro de 2026.

Art. 5º **AUTORIZAR** o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias (*Cidades localizadas no Estado do Paraná, inclusive sua Capital*) a servidora Elizete Maria Ronhaki, pelos motivos e termos a seguir especificados:

VALOR DIÁRIA: R$ 493,84 X 4,5 = R$ 2.222,28
VALOR TOTAL: R$ 2.222,28 (dois mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos).
DESTINO: FOZ DO IGUAÇU - PR
MOTIVO: Participação no "6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se pelo Instituto AGP, nos dias 23 a 25 de setembro de 2026.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, PR, 15 de setembro de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:FFF6264F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N. º 3469/2026 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo de provimento em Comissão.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei nº 1.581/2022 de 06/07/2022.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR **RODRIGO BAZZI ARAUJO**, inscrito no CPF nº ***.469.719-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento- Símbolo- CC-4, a partir de 15 de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:42FAC1B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ERRATA

O Senhor SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.687.954/0001-13, torna público a **ERRATA** por motivo de erro de digitação da Portaria nº 240/2026 de 11 de setembro de 2026, pulicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/09/2026-Edição nº 3615, sendo:

ONDE LÊ-SE
Art. 1. º - Fica nomeada **SIMONE ZAVIRACZ**, portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.099-30, aprovada no Processo Seletivo Simplificado-PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 14 de setembro de 2026.

LEIA-SE

Art. 1. º - Fica nomeada **SIMONE ZAVIRACZ**, portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.099-30, aprovada no Processo Seletivo Simplificado-PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 15 de setembro de 2026.

Paula Freitas, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:8E88ADD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ERRATA

O Senhor SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.687.954/0001-13, torna público a **ERRATA** por motivo de erro de digitação do Decreto nº 3467/2026 de 11 de setembro de 2026, pulicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/09/2026-Edição nº 3615, sendo:

ONDE LÊ-SE
Art. 1. º - - NOMEAR **ANDERSON LUIS LOTH,** inscrito no CPF nº ***.975.799-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras e Serviços Urbanos e Operacionais, Símbolo- CC4, a partir de 11 de setembro de 2026.

LEIA-SE

Art. 1. º - NOMEAR **ANDERSON LUIS LOTH,** inscrito no CPF nº ***.975.799-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras e Serviços Urbanos e Operacionais, Símbolo- CC4, a partir de 14 de setembro de 2026.

Paula Freitas, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:EC6853CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ERRATA

O Senhor SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.687.954/0001-13, torna público a **ERRATA** por motivo de erro de

digitação da Portaria nº 239/2026 de 11 de setembro de 2026, pulicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/09/2026-Edição nº 3615, sendo:

ONDE LÊ-SE
Art. 1. º -Fica nomeado **ANDERSON LUIS LOTH,** portador do registro geral-CPF nº ***.***.1381-PR, aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Operador de Maquinas, no trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 11 de setembro de 2026.

LEIA-SE

Art. 1. º - Fica nomeado **ANDERSON LUIS LOTH,** portador do registro geral-CPF nº ***.***.1381-PR, aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Operador de Maquinas, no trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 14 de setembro de 2026.

Paula Freitas, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:13814C1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 242/2026 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **LUIZA JOANA BAHNIUK,** portadora da carteira de identidade RG nº ******790-PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir 16 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:45579013

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 243/2026 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **VIVIANE BRACIAK TEIXEIRA DE PAULA,** portadora da carteira de identidade RG nº *****209-PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 02/2026, para o cargo temporário de Técnico de Enfermagem, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir 16 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:EB937FFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 244/2026 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **DANILO LESKIU,** portador da carteira de identidade RG ****631-SC, aprovado no Concurso Público, Edital nº 01/2026, para o cargo efetivo de Professor de Inglês, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir 16 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:377AD86D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
PORTARIA Nº 09/2026 - AUTORIZA A DESAFETAÇÃO, A DESINCORPORAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA GRATUITA AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DOS BENS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 09/2026

Autoriza a desafetação, a desincorporação e a transferência gratuita ao Poder Executivo Municipal dos bens inservíveis que especifica e dá outras providências.

A Mesa Diretora da CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Comissão de Avaliação e Inventário de Bens da Câmara Municipal de Paulo Frontin, nomeada pela Portaria nº 05/2026, procedeu em reunião, no dia 14/09/2026, a constatação da ociosidade de bem do rol do patrimônio desta Casa;

CONSIDERANDO que os bens possuem estado de conservação e vida útil considerável;

CONSIDERANDO a manifestação do Poder Executivo Municipal na necessidade do bem;

CONSIDERANDO que o valor de registro do bem está conforme o valor de compra; e, finalmente,

CONSIDERANDO o Parecer Técnico Conclusivo, exarado pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens da Câmara Municipal de Paulo Frontin no dia 14/09/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam DESAFETADOS e DESINCORPORADOS do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Paulo Frontin os bens declarados ociosos e inservíveis, a seguir relacionados pelos seus códigos de registro e valores de compra:

3- Lavadora de pressão Electrolux Aqua Home 1500 110v - R$ 449,00
111- Cadeira estofada 3 lugares tipo longarina - R$ 197,00
112- Cadeira estofada 3 lugares tipo longarina - R$ 197,00
113- Cadeira estofada 3 lugares tipo longarina - R$ 197,00
126- Pia em inox 1,20m - R$ 80,00
141- Armário aéreo 1,20x1,20x0,70 com 4 portas e puxadores - R$ 500,00
142- Balcão para pia 1,20x0,55x0,80 com 2 portas, 4 gavetas e puxadores - R$ 250,00
143- Balcão com tampo, 2 portas, 4 gavetas e puxadores - R$ 250,00
155- Cadeira giratória presidente gomada azul com branco - R$ 350,00
156- Cadeira giratória presidente gomada azul com branco - R$ 350,00
161- Notebook Samsung modelo NP-RV420, série HUZL9QFC904323W - R$ 2.069,10
163- Notebook Lenovo modelo B490, label P/N: 0C15477 - R$ 2.194,00
198- Notebook Acer modelo E5-573-54ZV, série NXG5UAL02053371C449501 - R$ 3.399,00
200- Notebook Dell Inspiron modelo P61F, série 9479302418/4CRQCK2 - R$ 4.399,00
223- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
224- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
225- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
226- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
227- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
228- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
229- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
230- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
231- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
232- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
233- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
234- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
235- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
236- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
237- Cadeira, modelo presidente, preta, base giratória, apoio braços - R$ 990,00
238- Fogão 4 bocas, marca Atlas, modelo Monaco Glass, branco - R$ 650,00

Art. 2º. Fica autorizada a TRANSFERÊNCIA gratuita dos bens acima identificados para o Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Perfectibilizada a transferência, fica o Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal, autorizado a proceder o devido registro técnico, baixa e demais anotações necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2026.

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA
Presidente

MELQUISEDEQUE VERÍSSIMO
Vice-Presidente

JAIRO BERTUSSI
Primeiro-Secretário

VINÍCIUS ROSNEY LACHOVSKI ZACHARIAS
Segundo-Secretário

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:882C77B9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 593/2026

DECRETO N. 593/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de recursos de Operação de Crédito – FINISA e contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.553/2026;
Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) assim discriminados:
Órgão: - 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: - 02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL E FAMILIA
Atividade – 2.023 – MANUT.FUNDO MUN. DO IDOSO

Fonte	Dotação	Especificação	Valor
868	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	660.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, por excesso de arrecadação aberto pelo Artigo anterior, serão considerados os recursos financeiros oriundos de Operação de Crédito FINISA – Fonte 868.
Art. 3º- Os créditos adicionais abertos por esta Lei integrarão o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 15 de setembro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C70F77ED

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 – LOTE/GRUPO Nº 02 E LOTE/GRUPO Nº 03
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:FABIANE SABRINA MOHR, Empresário (Individual), com sede Rua Benjamim Constant, nº 322, Bairro Centro, União da Vitória/PR- CEP: 84.600-290, inscrita no CNPJ sob o nº 33.735.013/0001-68, neste ato representada pelo administrador FABIANE SABRINA MOHR.
OBJETO: Registro de preços para o fornecimento contínuo e parcelado dos itens integrantes do LOTE/GRUPO nº 02 - PRODUTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA e LOTE/GRUPO nº 03 -

DESCARTAVEIS, PAPEIS E EMBALAGENS do Pregão Eletrônico nº 27/2026, conforme especificações do Termo de Referência e do Anexo II do Edital, que a esta integram independentemente de transcrição.
VALOR TOTAL: LOTE/GRUPO nº 02 R$ 320.500,50 (trezentos e vinte mil, quinhentos reais e cinquenta centavos) e LOTE/GRUPO nº 03 R$ 450.550,25 (quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:14 de setembro de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.2012.3.3.90.30.00; Fonte: 0000 - Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.2015.3.3.90.30.00 Fonte: 0000 - Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.2015.3.3.90.30.00 Fonte: 104 - Organograma: 02.004; 02.004.12.361.0012.2015.3.3.90.30.00; Máscara: Fonte: 107 - Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.2016.3.3.90.30.0; Fonte: 0000 - Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.2016.3.3.90.30.00; Fonte: 103 - Organograma: 02.004; Máscara: 02.004.12.361.0012.2016.3.3.90.30.00; Fonte: 107 - Organograma: 02.005; Máscara: 02.005.08.243.0010.6022.3.3.90.30.00; Fonte: 0000 - Organograma: 02.005; Máscara: 02.005.08.243.0010.6025.3.3.90.30.00; Fonte: 0000 - Organograma: 02.005; Máscara: 02.005.08.241.0011.2023.3.3.90.30.00; Fonte: 0000 - Organograma: 02.005; Máscara: 02.005.08.244.0011.2021.3.3.90.30.00 Fonte: 0000 - Organograma: 02.005; Máscara: 02.005.08.244.0011.2024.3.3.90.30.00; Fonte: 0000 - Organograma: 02.008; Máscara: 02.008.20.606.0008.2033.3.3.90.30.00; Fonte: 0000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 15 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:1DB8EC01

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.553/2026

LEI N. 1.553/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação de recursos de Operação de Crédito – FINISA e contém outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) assim discriminados:
Órgão: - 02 – PODER EXECUTIVO
Unidade: - 02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL E FAMILIA
Atividade – 2.023 – MANUT.FUNDO MUN. DO IDOSO

Fonte	Dotação	Especificação	Valor
868	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	660.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, por excesso de arrecadação aberto pelo Artigo anterior, serão considerados os recursos financeiros oriundos de Operação de Crédito FINISA – Fonte 868.
Art. 3º- Os créditos adicionais abertos por esta Lei integrarão o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 15 de setembro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:B099C9FD

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO - 30/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 30/2026
Nº PROC. ADM. 89/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, de acordo com a regulamentação Conforme Edital realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por EDER RENATO STELMACH e tendo como autoridade IRENEU INÁCIO ZACHARIAS.

PUBLICAÇÃO: 15/09/2026 10:55
INÍCIO REC. PROPOSTA: 15/09/2026 12:00
FIM REC. PROPOSTA: 30/09/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 30/09/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 358.984,9800

OBJETO DO PROCESSO

Aquisição de gasolina automotiva comum para veículos e equipamentos motorizados da frota municipal e da Fundação Municipal de Saúde, em fornecimento parcelado, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:BAA47317

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de licitações, designada pela Portaria nº 38/2026, expedida pelo Prefeito Municipal, pelo presente Edital de Convocação, TORNA PÚBLICO para ciência dos interessados, que o Município dará prosseguimento ao Processo Licitatório nº 41/2026 – Concorrência nº 08/2026, cujo objeto é Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, 26.962,41 m³, incluindo serviços preliminares, base e sub-base, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, serviços diversos, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual., estará realizando sessão pública de abertura dos envelopes de Proposta de Preço no dia 22/09/2026 as 08:30 horas no setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua Presidente Costa e Silva n º 290. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3556-1223.
Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:D8C64A3D

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2026
DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, torna público a Dispensa de Licitação a seguir:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 962846-5.

Valor total estimado: R$ 6.980,00 (seis mil, novecentos e oitenta reais).
Data da abertura: 21/09/2026.
Forma de pagamento: conforme a entrega.

Dotação Orçamentária:
7000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
7003 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.4.1.9 – Estruturação das Unidades de Educação Infantil – Creches e Pré-Escolas
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente (429)

Fundamento Legal: artigo 75, inciso I, da Lei 14.133 de 01 de abril e 2021 e suas alterações posteriores.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:224F612E

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2024.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2024.

OBJETO: Aditar a quantidade e o valor contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **RODRIGO MENUSSI E CIA LTDA.**
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 19/2024.
VALOR ORIGINAL: R$ 184.007,95 (cento e oitenta e quatro mil e sete reais e noventa e cinco centavos).
VALOR COM ADITIVO: R$ 230.009,91 (duzentos e trinta mil e nove reais e noventa e um centavos).
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 15/09/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:30A9E912

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
EDITAL Nº 002/2026
RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS
PROCESSO SELETIVO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA O PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DAS INSTITUIÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO, ***Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná***, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 001/2026, de 28 de agosto de 2026, e com o Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026,
TORNA PÚBLICA
A relação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo de Avaliação de Mérito e Desempenho para o provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino de Pérola D'Oeste – PR, conforme inscrições protocoladas no período de 31 de agosto a 14 de setembro de 2026.

1. DA RELAÇÃO GERAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS
A Comissão Organizadora torna pública a relação geral dos candidatos que apresentaram inscrição dentro do prazo estabelecido no Edital nº 001/2026:

Nº	Nome do candidato	Matrícula(s)	1ª opção/ unidade	2ª opção/ unidade
01	Cleonice A. Palharini	809/1193	CMEI Olga Fornari	CMEI Pérola Encantada
02	Jocieli Aparecida Crestani	1333	Escola M. São Fco. Assis	**********
03	Sandra de F. G. de Almeida	1246	Esc. M. Rural Tiradentes	E.M.C.Nª Sra.Rosário
04	Flavia Karina Cogo	1499/1748	Escola M. São Fco. Assis	CMEI Pérola Encantada
05	Antonio A. L. Machado	1373/1886	Escola M. São Fco. Assis	E.M.C.Nª Sra.Rosário
06	Adila Aparecida Severo	1519/1750	E.M.C.Nª Sra.Rosário	**********
07	Lucimara Tiarles Parolin	1473/1615	CMEI Pérola Encantada	CMEI Olga Fornari
08	Maiara Corteze Lavarda	1882	Esc. M. Rural Tiradentes	**********
09	Francielli Caroline Milani	1743	Escola M. São Fco. Assis	CMEI Pérola Encantada
10	Patrícia F. Fernandes	1540/1746	CMEI Pérola Encantada	**********
11	Francielli S. Pigoso	1747	E.M.Campo Nª Sra. Lourdes	**********
12	Vivian Petry Kindler	1471/1884	Escola M. São Fco. Assis	CMEI Pérola Encantada

Total de candidatos inscritos: 12.

2. DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS POR UNIDADE PRETENDIDA
Para fins de transparência e organização do processo seletivo, os candidatos inscritos ficam relacionados abaixo conforme as unidades indicadas em seus formulários de inscrição, observando-se a ordem de preferência declarada.

2.1. ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS – EI EF
1ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 JOCIELI APARECIDA CRESTANI 1333
02 FLAVIA KARINA COGO 1499/1748
03 ANTONIO A. L. MACHADO 1373/1886
04 FRANCIELLI CAROLINE MILANI 1743
05 VIVIAN PETRY KINDLER 1471/1884
2ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 _____ _____
02 _____ _____

2.2. ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – EI EF

1ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 ADILA APARECIDA SEVERO 1519/1750
02 _____ _____
2ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 ANTONIO A. L. MACHADO 1373/1886
02 SANDRA DE FÁTIMA GIBOSKI DE ALMEIDA 1246

2.3. ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES – EI EF
1ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 FRANCIELLI SERAFINI PIGOSO 1747
02
2ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 _____ _____

2.4. ESCOLA MUNICIPAL RURAL TIRADENTES – EI EF
1ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 MAIARA CORTEZE LAVARDA 1882
02 SANDRA DE FÁTIMA GIBOSKI DE ALMEIDA 1246
2ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 _____ _____

2.5. CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL OLGA FORNARI
1ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 CLEONICE A. PALHARINI 809/1193
02
2ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 LUCIMARA TIARLES PAROLIN 1473/1615

2.6. CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PÉROLA ENCANTADA
1ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 LUCIMARA TIARLES PAROLIN 1473/1615
02 PATRÍCIA FREIDER FERNANDES 1540/1746

2ª opção:
Nº Nome do candidato Matrícula
01 FRANCIELLI CAROLINE MILANI 1743
02 CLEONICE A. PALHARINI 809/1193
03 FLAVIA KARINA COGO 1499/1748
04 VIVIAN PETRY KNDLER 1471/1884

3. DA CONFERÊNCIA E HOMOLOGAÇÃO
3.1. A presente relação corresponde às inscrições protocoladas dentro do período estabelecido no Edital nº 001/2026.
3.2. A publicação desta relação não implica, por si só, homologação definitiva da inscrição, ficando esta condicionada à conferência da documentação e ao atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital nº 001/2026.
3.3. A homologação das inscrições será publicada em 16 de setembro de 2026, conforme cronograma do Edital nº 001/2026.
3.4. Os candidatos poderão apresentar recurso contra a homologação das inscrições nos dias 17 e 18 de setembro de 2026, na forma estabelecida no Edital nº 001/2026.
3.5. Após a análise dos recursos, será publicada a lista definitiva de inscritos, prevista para 22 de setembro de 2026.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. O candidato poderá concorrer a até 2 (duas) unidades, devendo ser observada a ordem de preferência registrada no formulário de inscrição.
4.2. Nas escolas com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos matriculados, somente poderão participar do processo eleitoral, como candidatos, os profissionais aprovados no processo de avaliação de mérito e desempenho.
4.3. Nas escolas com até 150 (cento e cinquenta) alunos e nos Centros Municipais de Educação Infantil, a designação será realizada por indicação do Chefe do Poder Executivo, dentre os candidatos aprovados no processo seletivo, observadas as disposições do Edital nº 001/2026 e do Decreto Municipal nº 102/2026.
4.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observadas as disposições do Edital nº 001/2026, do Decreto Municipal nº 102/2026 e da legislação aplicável.

Pérola D'Oeste – PR, 16 de setembro de 2026.

ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:7364C3E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 021, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIÊN PARA O PERÍODO 2026/2028".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piên, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 23 da Lei Municipal n. 1.187/2013 e alterada pela Lei Municipal nº 1479/2022 e seu regimento interno ora vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Fica composta a mesa diretiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA na forma estabelecida pelo seu regimento interno, passando a seguinte composição para o período 2026-2028:
PRESIDENTE: Cristiane Rudnick Natsume (representante da sociedade civil)
VICE-PRESIDENTE: Danielli dos Santos (representante do poder público)
SECRETÁRIO: Ketherine Kruczkiewicz (representante da sociedade civil)
Art. 2º Fica nomeada a servidora municipal LARISSA DO CARMO HONÓRIO, como Secretária-Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o período 2026-2028;
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua aprovação.

Piên, 15 de setembro de 2026.

CRISTIANE RUDNICK NATSUME
Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:21891C23

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTABELECE PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DESTINADOS Á OBTENÇÃO DE RECURSOS ADVINDOS DO IMPOSTO DE RENDA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piên, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1.187/2013, alterada pela Lei Municipal nº 1479/2022 e,
CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária realizada em 15 de setembro de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o período de 16 de setembro de 2026 até 30 de outubro de 2026 para que as organizações da sociedade civil, com sede no Município de Piên, apresentem os projetos voltados a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, para obtenção da Carta de Autorização para Captação de Recursos financeiros advindos da retenção do imposto de renda junto às empresas do setor privado, bem como de pessoa física.
Art. 2º O projeto deverá ser entregue aos cuidados do(a) Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, situada na Rua Espírito Santo, 120, Centro, até as 16:30 h do dia 30 de outubro de 2026.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 15 de setembro de 2026.

CRISTIANE RUDNICK NATSUME
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:8D0DD999

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
RESOLUÇÃO N° 09, DE 15 SETEMBRO DE 2026.

ESTABELECE PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DESTINADOS Á OBTENÇÃO DE RECURSOS ADVINDOS DO IMPOSTO DE RENDA, ATRAVÉS DE EMPRESAS DO SETOR PRIVADO E DE PESSOA FÍSICA.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n° 1045, de 07 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 15 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o período de 16 de setembro de 2026 a 30 de outubro de 2026 para que as organizações da sociedade civil, com sede no Município de Piên, apresentem os projetos voltados a promoção e garantia de direitos da pessoa idosa, para obtenção do Certificado de Autorização para Captação de Recursos financeiros advindos da retenção do imposto de renda junto às empresas do setor privado, bem como de pessoa física.

Art. 2º O projeto deverá ser entregue aos cuidados do(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, situada no endereço Rua Espírito Santo, 120, Centro, até as 16:30 h do dia 30 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 15 de outubro de 2026.

DANIELI DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:15B26FF1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
RESOLUÇÃO Nº 010, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 12, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n° 1045, de 07 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 15 de setembro de 2026

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Resolução nº 12, de 11 de novembro de 2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica designada como responsável pela fiscalização, a servidora Larissa do Carmo Honorio."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de abril de 2026.

Piên, 15 de setembro de 2026.

DANIELI DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:8B7E2E27

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
RESOLUÇÃO Nº 011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS PELA entidade não governamental ama ATRAVÉS de doaçÃO/destinação dirigida.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n° 1045, de 07 de dezembro de 2009;

CONSIDERANDO o parecer favorável emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos, e:

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 15 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Autoriza o repasse no valor de R$ 88.160,00 (oitenta e oito mil, cento e sessenta reais) proveniente de doações/destinação dirigida, conforme a aprovação da Comissão de análise, seleção, avaliação e monitoramento de projetos para:
ENTIDADE: Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA
Endereço: Rua Santo André nº 237
Bairro: Trigolândia – Piên/PR
CNPJ: 34.696.848/0001-19
DESTINADO A FINANCIAR O PROJETO INTITULADO: **AMA 60+ fase II.**

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 15 de setembro de 2026.

DANIELI DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:22DA5603

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025

Objeto: AQUISIÇÃO (FRACIONADA) DE 45 (QUARENTA E CINCO) GALOES DE AGUÁ MINERAL NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 LITROS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve:
HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto: **AQUISIÇÃO (FRACIONADA) DE 45 (QUARENTA E CINCO) GALOES DE AGUÁ MINERAL NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 20 LITROS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN**, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos e ADJUDICAR seu objeto às empresas:
RAZÃO SOCIAL: MINIMERCADO JVRT LTDA. Pessoa jurídica de direito privado com Sede na Av. Paraná, 222, Sala 01, Centro, Piên/PR.
CNPJ Nº: 10.445.239/0002-00

ITEN	DESCRIÇÃO	Quantidade	Valor Un	Valor Total	Marca
1	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem de 20 litros	45 unidades	R$ 16,00	R$ 720,00	Font Life

Dotação Orçamentaria:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
3.3.90.30.12.07 – Gêneros Alimentícios

Piên/PR; 11 de setembro de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:FA648E74

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2026

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 015/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18.115.589/0001-39, estabelecida na Av. Nossa Senhora Aparecida, nº 490, Bairro: Santa Terezinha em Fazenda Rio Grande/PR, telefone: (41) 3060-3177, (41) 99802-0323, e-mail: mamterraplanagem@outlook.com; neste ato representado pela, Sra. Micheli de Araujo Martha, inscrita no CPF sob nº. 000.xxx.831-xx, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 012/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3726/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato conforme abaixo:

EXECUÇÃO: 120 dias de 13/08/2026 a 11/12/2026
VIGÊNCIA: 120 dias de 09/02/2027 a 09/06/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 11 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9EC34B3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024

2º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado **O MUNICÍPIO DE PIÊN**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, centro, Piên-PR, neste ato representada por seu titular Exmo. Sr. Prefeito, **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.XXX.589-XX, residente e domiciliado em Piên – PR, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.XXX.049-XX doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 21.748.841/0001-51, estabelecida na Avenida Presidente Castelo Branco 249, A, Bairro Timbó em Abreu e Lima/PE – CEP: 53520-020, Fone (11) 3230-2592 e (11) 9 8110-7477 e-mail: antones@tecnetbr.com; nesse ato representado pelo **Sr. Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo**, inscrito no CPF sob nº. 093.xxx.504-xx doravante denominado simplesmente **CONTRATADO,** resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 098/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: o Prazo de vigência e execução fica prorrogado em mais 12 (doze) meses, contados a partir de 09/10/2026.

Cláusula Segunda: O valor total do contrato fica em R$ 176.242,83 (cento e setenta e seis mil e duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) já considerando o reajuste INPC conforme abaixo:

ITEM	LINHA	QTDE ANUAL	VALOR UN.	INPC (set/25 a agos/26)	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
1	Microsoft 365 F1 Anual	3	R$ 174,38	3,98%	R$ 181,32
2	Microsoft 365 Business	95	R$ 382,48	3,98%	R$ 397,70

	Basic				
3	Microsoft 365 Business Standard	155	R$ 767,28	3,98%	R$ 797,81
4	Microsoft 365 Business PRO	4	R$ 1.069,52	3,98%	R$ 1.112,08
5	Suporte e Consultoria Técnica Avançada para Microsoft 365.	50	R$ 188,67	3,98%	R$ 196,17

Cláusula Terceira: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:CD92A4CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 043/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

TESTE SELETIVO Nº 01/2024
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 043/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2024 - Edital nº 001/2024, homologado pelo Edital 014.1/2024 de 27 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Convocar os (as) candidatos (as) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **16 de setembro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Técnico em Enfermagem – Segunda Chamada

Classificação	Nome do Candidato
07º	Lais Ribeiro Tolfo Ferreira

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:0FEBD473

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTINÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO 016/2017

EXTINÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 016/2017 - referente a Exploração do Serviço de Transporte Individual Remunerado de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.002.666/0001-40, com sede na Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, CEP 83.860-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor **MAICON GROSSKOPF**, brasileiro, casado, portador do RG nº 10xxxxxx-x SESP/PR e inscrito no CPF sob nº 080.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado nesta cidade, pelo presente, **EXTINGUE**, o Termo de Permissão nº 016/2017 referente a Exploração do Serviço de Transporte Individual Remunerado de Passageiros em Veículos Automotores de Aluguel, concedido para Irineu Nunes Massaneiro - 34833285991, inscrito no CPF/CNPJ sob nº 19.497.149/0001-56, com fundamento no paragrafo único do Art. 42 da Lei nº 1.259, de 09 de março de 2016 e no parágrafo sétimo da cláusula nona do Termo de Permissão nº 016/2017.

PIÊN/PR, 10 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:F4661DDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1174, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1174, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 10 de setembro 16 de setembro de 2026, a servidora pública **INGRID RUBIANE DE BASSI FRAGOSO** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9*********/PR e matrícula funcional 101081, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:100FCB43

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1175, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 1175, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 13 de outubro a 22 de outubro de 2026, a servidora **NILCE PRUCHAK DOS SANTOS SAROT,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8*******/PR matrícula funcional nº 4766243, ocupante do cargo Público de **Técnico em Enfermagem.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2952B13D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1176, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1176, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA EMPREGO(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 03 de novembro a 12 de novembro de 2026, a empregada Pública **MILKA RODRIGUES RIBEIRO,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 1.***.***.*/PR matrícula funcional nº 150021, ocupante do emprego Público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6E9D082B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1177, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1177, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 28 de setembro a 07 de outubro de 2026, ao servidor Público **GUSTAVO DE OLIVEIRA BUENO,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 14.***.***.*/PR matrícula funcional nº 4766062, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:1ED25F28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1178, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1178, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Rodolfo Goulart Muller, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 10 de agosto a 24 de agosto de 2026, a servidora pública **VALÉRIA PAULO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 092.***.***-** e matrícula funcional 4766048, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D269B976

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1179, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1179, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Wellington Thiago Zimermann Dias, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 10 de agosto a 24 de agosto de 2026, a servidora pública **AMANDA GONÇALVES** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF 082.***.***-** e matrícula funcional 4766124, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2E116977

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1180, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1180, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 25 de agosto a 08 de setembro de 2026, a servidora pública **AMANDA GONÇALVES** portadora do RG/CPF 082.***.***-** e matrícula funcional 4766124, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:0E88D798

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1181, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1181, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Pericles M. da Costa, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 10 de agosto a 23 de agosto de 2026, a empregada pública **MARCIA DO CARMO BATISTA PALUSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG 3*******/SC e matrícula funcional 102931, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5E647F12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1182, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1182, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Andressa Ribeiro dos Santos, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 10 de agosto a 12 de agosto de 2026, a servidora pública **NADIA RIBEIRO** portador da cédula de identidade civil com RG 9.***.***.* e matrícula funcional 4766093, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:71113EA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1183, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1183, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Cassia de Conto, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 12 de agosto a 26 de agosto de 2026, a servidora pública **LENITA DE LIMA HONÓRIO,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9.*******/PR, e matrícula nº 386951, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:DCEEA8B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1184, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1184, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 27 de agosto a 25 de setembro de 2026, a servidora pública **LENITA DE LIMA HONORIO** portadora do RG nº 9*******/PR e matrícula funcional 386951, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:3FF697C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1185, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1185, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Kassiane Ritzmann Grosskopf, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 16 de agosto a 19 de agosto de 2026, a servidora pública **ELIANE TEREZA GROSSL** portador da cédula de identidade civil com RG 4.***.***.*/PR e matrícula funcional 14902, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:8933F472

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1186, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1186, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Camila Pupo, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 16 de agosto a 19 de agosto de 2026, a servidora pública **MARTA BUENO DA SILVA MALCHOVSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG 9*******/PR e matrícula funcional 105861, ocupante do cargo público de **Professor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C183248F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1187, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1187, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Anderson Carlos Bigolin Stiegemair, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 19 de agosto a 02 de setembro de 2026 de 2026, a servidora pública **EDIMARA DOS SANTOS CRUZ** portadora da cédula de identidade civil com RG 13.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766450, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:D4D8C8CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1188, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1188, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025,

considerando ainda o disposto no Art. 98 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 03 de setembro a 16 de dezembro de 2026, a servidora pública **EDIMARA DOS SANTOS CRUZ** portadora do RG nº 13*******/PR e matrícula funcional 4766450, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E97F5D38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1189, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1189, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Gabriela Elena Dambros, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 12 de agosto a 21 de agosto de 2026, a servidora pública **SIRLENE SLOMINSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 066.***.***-** e matrícula funcional 105671, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2BE7F7CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1190, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1190, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Bruno Landal Cavassin, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 22 de agosto a 05 de setembro de 2026, a empregada pública **ANA CLAUDIA GROSSKOPF** portadora da cédula de identidade civil com RG 4.***.***.*/SC e matrícula funcional 4766395, ocupante do emprego público de **Monitor de Educação Infantil temporário.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6C0A6E1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1191, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1191, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) William Lassalvia Zotto, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 21 de agosto a 04 de setembro de 2026, a servidora pública **CLEITON DAS NEVES** portadora da cédula de identidade civil com RG 9.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766256, ocupante do cargo público de Agente Político de **Secretario de Viação e Serviços Rodoviários.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C33DA7FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1192, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1192, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) João Paulo e Oliveira Silva, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 24 de agosto a 28 de agosto de 2026, a servidora pública **TAYNÁ APARECIDA PIRES DA ROCHA** portadora da cédula de identidade civil com RG 15.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766490, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:7CC0FCFA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1193, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1193, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Fernanda Lazzaris, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 21 de agosto a 30 de agosto de 2026, a servidora pública **BIANCA DAS GRACAS DE SOUZA ABRAMOSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG 12.***.***.*/PR e matrículas funcionais 4766080/4766182, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CE1A8CFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1194, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1194, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Jerry Edson de Souza, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 26 de agosto a 28 de agosto de 2026, a servidora pública **LUCILENE APARECIDA STRACKE DE LIMA** portadora da cédula de identidade civil com RG 9*******/PR e matrícula funcional 103291, ocupante do cargo público de **Professor de Educação Infantil.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:E0C76C4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1195, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1195, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Jerry Edson de Souza, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 12 de agosto a 14 de agosto de 2026, a servidora pública **MARIA DIVAIR GOMES KUROVSKI** portadora da cédula de identidade civil com RG 6.***.***.*/PR e matrícula funcional 16861, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:17C20CC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1196, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1196, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Eduardo Castanhel, e ratificado pelo (a) Dr(a) Lorrayne Vilarinho,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período 24 de agosto a 26 de agosto de 2026, a servidora pública **VITORIA CECILIA BINECK GROSSKOPF** portador da cédula de identidade

civil com RG 4*******/PR e matrícula funcional 20382, ocupante do cargo público de **Professor.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:C79E3CEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1197, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1197, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 13 de outubro a 22 de outubro de 2026, a servidora pública **ADRIANA DA CRUZ RUNSCHKA,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 6.***.***.*/SC e matrícula funcional 105021, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:97488EC3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1198, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1198, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 07 de dezembro a 16 de dezembro de 2026, a servidora pública **JOANA ROSANE LORKIEVICZ,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766153, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:87D65689

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1199, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1199, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **JUCELIA CRISTINA BUENO DA CONCEIÇÃO,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 008.***.***-*** e matrículas funcionais 4765157, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação de encontro de Educação In Concert	16/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9330/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:74681A9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1200, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1200, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CLATIANE OSINSKI,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 008.***.***-*** e matrículas funcionais 106161, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação de encontro de Educação In Concert	16/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9329/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:BA431438

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1201, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1201, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **MARILENE PEREIRA NOGUEIRA,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 040.***.***-*** e matrículas funcionais 105621/ 4766045, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Curso em Gestão Educacional	15/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9328/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:3B8A0885

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1202, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1202, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ARACI MARIA DE SA RIBAS** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 964.***.***-*** e matrícula funcional 4765198, ocupante do cargo público de **Professor,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Seminário Gestão Educacional	15/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9327/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:20AD42E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1203, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1203, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **CLARICE DE FATIMA FRAGOSO** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 563.***.***-** e matrícula funcional 4766261, ocupante do cargo público de Agente Político de **Secretária de Educação,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Seminário Gestão Educacional	15/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9325/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:B59C09CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1204, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1204, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ROSILENE BINECK,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 039.***.***-*** e matrículas funcionais 476601, ocupante do cargo público de **Atendente de Creche r,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Participação de encontro de Educação In Concert	16/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9329/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:85693545

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1205, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1205, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ANA CAROLINA PIRES ROCKENBACH,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 069.***.***-** matrícula funcional 4766271, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Vigilância em Saúde,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Compartilhamento de Vivências e Experiências dos Núcleos	23/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9421/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C21C3675

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1206, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1206, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ANA CAROLINA PIRES ROCKENBACH,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 069.***.***-** matrícula funcional 4766271, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Vigilância em Saúde,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião com treinamento do setor de Vigilância Epidemiológica	21/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9423/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:58F45FE3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1207, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1207, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ZILDA PAULINA CAVALHEIRO DA SILVA MIELKE,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 028.***.***-** matrícula funcional 102211, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Instruções de epidemiologia na 2ª Regional de Saúde	21/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9424/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5BB873AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1208, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1208, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **WAGNER ALBUQUERQUE**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 047.***.***-** matrícula funcional 4766366, ocupante do cargo público de agente político de **Procurador Jurídico,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião com a Dra. Fernanda no Cartório de Registro de Imóveis	16/09/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	9426/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:01CABF72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1210, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1210, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 22 de setembro a 09 de outubro de 2026, ao servidor público **RUBENS JOSÉ TEIXEIRA,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 1********/PR matrícula funcional nº 4765257, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Gestão de Informática.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:AD36D19F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1211, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1211, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ANA CAROLINE FRANCO** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 093.***.***-** matrícula funcional 4766219, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor Jurídico,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião com a Dra. Fernanda no Cartório de Registro de Imóveis	16/09/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	9458/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:89C967E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1212, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1212, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ADRIANA KASUE NATSUME** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 790.***.***-** e matrícula funcional 4766495, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Capacitação Curso Educa Mais COMESP	23/09 a 25/09/2026	Curitiba/PR	3(três)	R$ 602,00	9456/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:147E6AC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais gráficos, personalizados e comunicação visual, conforme necessidades das Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 16/09/2026 no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 05/10/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 15 de setembro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:2F896665

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 14 de setembro de 2026.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **Silvia de Fátima Lima,** convocada pelo Edital nº 042/2026, residente e domiciliada Rua Brasilio Roika, Pinheiro Ocado, Agudos do Sul/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 006.***.***-26, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **Técnico em Enfermagem** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

_____
SILVIA DE FÁTIMA LIMA

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:300FE88D

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 24, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

A Secretaria Municipal de Educação de Piên, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 58 a 60 da Lei Municipal n° 1070, de 09 de setembro de 2010, considerando a necessidade de professores da Rede Municipal de Ensino para suprir os profissionais em licença legalmente previstas,

Resolve:

Art. 1° Abrir as inscrições para formação de cadastro de professores com disponibilidade para atuar em Turno Suplementar na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2026.

Art. 2° As inscrições serão realizadas no dia 16 de setembro de 2026, das 08h00 às 12h00, na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Podem participar desta seleção os professores ocupantes de cargo de provimento efetivo e os professores contratados na forma da Lei Municipal nº 965/2007.

Art. 3º Para inscrever-se o professor interessado deverá comparecer na Secretaria de Educação e preencher o formulário, no prazo estabelecido no art. 2º, para a vaga abaixo relacionada:

Estabelecimento de Ensino	Manhã	Tarde	Horas semanais
Escola Municipal do Campo Prefeito Laércio Bueno dos Santos	-	1	16
Escola Municipal do Campo Etelvina Pacheco	-	1	4
Escola Municipal do Campo Santa Isabel	-	1	10

Art. 4º As inscrições serão analisadas e classificadas pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 59 e 60 da Lei n° 1070/2010.
Art. 5° Os professores classificados comporão uma listagem, sendo que a convocação será conforme a necessidade da Secretaria de Educação, respeitada a ordem de classificação.
Art. 6º Caso o professor convocado não deseje assumir a vaga de Turno Suplementar, poderá requerer final de lista, possibilitando à Secretaria de Educação convocar o próximo candidato por ordem de classificação.
Art. 7º Surgindo novas vagas para turno suplementar, a Secretaria Municipal de Educação poderá convocar o candidato que compõe a lista de classificação, respeitada a ordem decrescente.
Art. 8° Os casos omissos e controversos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 15 de setembro de 2026.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
Secretária de Educação

Publicado por:
Noili Fortescki Gassner
Código Identificador:74FBDBB9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026

COMPRASGOV 985495 - 11/2026
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

OBJETO: "Aquisição de recargas de gás de cozinha (GLP) nos botijões P13 e P45, destinada a suprir as necessidades operacionais das secretarias municipais de Pinhal de São Bento – PR".

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 95.590.832/0001-11, torna público que:

Considerando a constatação de erro material exclusivamente na capa do Edital, onde constou equivocadamente a data de 14/09/2026 para a realização da sessão pública, faz-se a presente retificação.

Ressalta-se que a data correta da sessão pública, qual seja, 15/09/2026, às 09h00min (horário de Brasília), já consta regularmente divulgada no sistema Compras.gov.br, no Aviso de Licitação, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência do Município.

QUANTO AO EDITAL – DA DATA DE ABERTURA

ONDE SE LÊ:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 14/09/2026 às 09h00min (horário de Brasília)
LEIA-SE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 15/09/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital e seus anexos.

Pinhal de São Bento/PR, 10/09/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:4A90704F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 184/2026

DECRETO 184/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 89,54 (Oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 14 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CE5C6C60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 185/2026

DECRETO 185/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 15 de Setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:EE8F9D8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO TEMPORARIO Nº 01/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11, com sede a Avenida São Roque,178 neste ato representado pelo Prefeito Municipal **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, denominado **CONTRATANTE** e de outro, **NEUZA PINHEIRO,** brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 049.***.***.-05, residente e domiciliada na cidade de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, denominada **CONTRATADA**, o qual se regerá pela Municipal nº 1.132/2026, e em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 – Edital de Abertura n0 01/2026 de 15 de maio de 2026 e pela seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 01/2026

OBJETO: A presente contratação tem por finalidade atender as necessidades de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.132/2026 especificamente, na prestação de serviços de **Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais.**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO – PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATADO: **NEUZA PINHEIRO,**
VALOR TOTAL: R$ 1.928,81 (Um novecentos e vinte e oito real e oitenta e um centavos) mensal.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026, Edital de Abertura nº 01/2026, e Homologação do Resultado Final Edital nº 15/2026.

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/09/2027

Pinhal de São Bento, em 15 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:B5B6DC39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº02/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11, com sede a Avenida São Roque,178 neste ato representado pelo Prefeito Municipal **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, denominado **CONTRATANTE** e de outro, **SALETE APARECIDA RODRIGUES DE SIQUEIRA MARTINS,** portadora do CPF nº 024.***.***.--82, residente e domiciliado na cidade de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, denominada **CONTRATADA**, o qual se regerá pela Municipal nº 1.132/2026, e em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 – Edital de Abertura n0 01/2026 de 15 de maio de 2026 e pela seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 02/2026

OBJETO: A presente contratação tem por finalidade atender as necessidades de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.132/2026 especificamente, na prestação de serviços de **Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais.**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO – PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATADO: **SALETE APARECIDA RODRIGUES DE SIQUEIRA MARTINS VALOR TOTAL**: R$ 1.928,81 (Um mil novecentos e vinte e oito real e oitenta e um centavos) mensal.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026, Edital de Abertura nº 01/2026, e Homologação do Resultado Final Edital nº 15/2026.

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/09/2027

Pinhal de São Bento, em 15 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:BD42B2DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 03/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11, com sede a Avenida São

Roque,178 neste ato representado pelo Prefeito Municipal **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, denominado **CONTRATANTE** e de outro, **ANGELA RODRIGUES DA SIQUEIRA MARTINS,** brasileira, maior, portadora do RG nº 7.***.***-0 S.E.S.P/PR e inscrito no CPF sob o nº 036.***.***-04, residente e domiciliada na cidade de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, denominada **CONTRATADA**, o qual se regerá pela Municipal nº 1.132/2026, e em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 – Edital de Abertura n0 01/2026 de 15 de maio de 2026 e pela seguintes cláusulas e condições:

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 03/2026

OBJETO: A presente contratação tem por finalidade atender as necessidades de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.132/2026 especificamente, na prestação de serviços de **Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais.**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO – PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATADO: ANGELA RODRIGUES DA SIQUEIRA MARTINS
VALOR TOTAL: R$ 1.928,81 (Um novecentos e vinte e oito real e oitenta e um centavos) mensal.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026, Edital de Abertura nº 01/2026, e Homologação do Resultado Final Edital nº 15/2026.

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/09/2027

Pinhal de São Bento, em 15 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:4863E45F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3408/2026

PORTARIA N.º 3.408/2026

SÚMULA: Nomeia Neuza Pinheiro para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1.132 de 24 de março de 2026,** e, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 - Edital de Abertura nº 01/2026 de 15 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 15 de setembro de 2026, NEUZA PINHEIRO**,** portadora do CPF sob nº 049.***.***.-05, para o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de **15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:6671994C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3409/2026

PORTARIA N.º 3.409/2026

SÚMULA: Nomeia Salete Aparecida Rodrigues de Siqueira Martins para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1.132 de 24 de março de 2026,** e, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 - Edital de Abertura nº 01/2026 de 15 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 15 de setembro de 2026, SALETE APARECIDA RODRIGUES DE SIQUIERA MARTINS**,** portadora do CPF sob nº 024.***.***-82, para o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de **15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:7483F675

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº3410/2026

PORTARIA N.º 3.410/2026

SÚMULA: Nomeia Angela Rodrigues da Siqueira Martins para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº **1.132 de 24 de março de 2026,** e, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de cargos em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo

Seletivo Simplificado PSS nº 01/2026 - Edital de Abertura nº 01/2026 de 15 de maio de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 15 de setembro de 2026, ANGELA RODRIGUES DA SIQUEIRA MARTINS**,** portadora do sob nº CPF sob nº 036. ***. ***. -04, para o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de **15 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2027.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:6F0F2EB7

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 311/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ademir Rodrigues Machado Matrícula: 6011
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 13/09/2026 (saída as 09:00 horas)
Destino: Guarapuava/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,75= 181,61
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Buscar o paciente Lautair Siebre de alta hospitalar no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	7****-1	091.***.***-08

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 14 de setembro de 2026.

Solicitante da viagem: Ademir Rodrigues Machado
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:0B753117

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 312/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 15/09/2026 (Saída 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Sirlei de Souza Nogueira para exame na UOPECAN e Marcos Graebin dos Santos para consulta na Neuroclínica em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UOPECAN e Neuroclínica em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	1****-6	750.***.***-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 14 de setembro de 2026

Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:5F22974D

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 313/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Sergio de Lima Matrícula: 434-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 15/09/2026 (saída as 02:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83 x 0,5 = 284,91
Transporte utilizado: carro oficial

Finalidade da viagem: Levar os pacientes Pedro de Oliveira com acompanhante, Ivete Trichez Zabot com acompanhante, Helena de Oliveira Pinheiro com acompanhante e Valdecir Jose Vinch com acompanhante para cirurgia no Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Municipal Padre Germano Lauck em Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1****-8	026.***.***-58

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 14 de setembro de 2026.

Solicitante da viagem: Paulo Sergio de Lima
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:165860F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N. 43/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27.951/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gráfica digital e comunicação visual, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Piraquara,** será realizada no dia **01/10/2026 – 09h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: **R$ 2.096.697,88 (dois milhões noventa e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos).** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 15 de setembro de 2026.

WILLIAN BEETZ BECH -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:574D8870

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 11/2024 - PROCESSO: 21.142/2024

Em cumprimento ao disposto no Capítulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, a Comissão Especial de Contratação, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações, quantidades, valores, condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos. Nesse sentido a comissão decidiu **habilitar: Item 2 - Prestação de Serviços Interação com Educando - regime: diária 8h:** Dayane de Camargo Casas dos Santos; Lorena Vitoria Vidal Guttierrez; Paula Tamyres Julião Romanisio; Michelle Abrange de Andrade, por cumprir todos os requisitos exigidos no Edital, portanto suas solicitações para credenciamento foram **aprovadas. Não foi aprovado pela comissão por não cumprir todos os requisitos exigidos no Edital, conforme item de documentação listado em edital:** Raquel Viana Roberto – protocolo 19903/2026 – Item 6.1 A; 6.1 B (não comprova escolaridade mínima exigida em Edital); 6.1 J; 6.1 K; Dayanna Crystynna de Azevedo Fernandes – protocolo 19924/2026 –Item 6.1 i; 6.1 K; 6.1 L; Jessyka Nielly Abud de Souza – protocolo 19937/2026 – Anexos: IV e V; Item 6.1 F; 6.1 G; 6.1 i; 6.1 J; Alana Proença Marques Santos – protocolo 20081/2026 – não anexou documentação; Gabrielle de Oliveira da Cruz – protocolo 20256/2026 – Item 6.1 A; Jessyka Nielly Abud de Souza – protocolo 20406/2026 – Item 6.2.4 documentação incompleta; Davi dos Santos Oliveira – protocolo 20543/2026 – Item 6.1 F;6.1 L; Bruna Yasmin de Mattos Alves – protocolo 20654/2026 – 6.1 A; 6.1 i; Thaina Alves dos Santos Oliveira – protocolo 20700/2026 – Item 6.1 K; Rafael Julio Pereira Rodrigues – protocolo 20707/2026 – Item 6.1 K; Andressa de Brito Candido – protocolo 20761/2026 – Anexo: IV; 6.1 K; 6.1 L; Hellen Vitoria da Costa Siqueira – protocolo 20768/2026 – Item 6.2.4 (documentação incompleta). Os interessados têm o prazo de 8 (oito) dias úteis, prorrogáveis, para protocolar documentação escoimada de vícios. Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 14 de setembro de 2026.

ANA CLAUDIA GAIO DE OLIVEIRA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4FEAA11A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 20/2023 - PROCESSO: 42.778/2023

Em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, a Comissão Especial de Credenciamento, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações, quantidades, valores, condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos. Nesse sentido a comissão decidiu **habilitar**: Item 1 – Serviço de condução de Veículos categoria "D" – Regime 08 horas diárias: **Andreia Maria da Cruz** por cumprir todos os requisitos exigidos no Edital, portanto suas solicitações para credenciamento foram **aprovadas**. Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 14 de setembro de 2026.

ANA CLAUDIA GAIO DE OLIVEIRA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:53474D76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.015/2026 "REPUBLICADO POR INCORREÇÃO"

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente e altera as metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa abaixo especificado(s):

10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 – Divisão do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2016 - Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.32.00.00	233	31111	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	150.000,00
Total				**R$ 150.000,00**

10.003.12.365.0003.2.017 - Manutenção da Educação Infantil

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.32.00.00	246	31111	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	195.000,00
Total				**R$ 195.000,00**

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	317	31521	Equipamento e Material Permanente	300.000,00
Total				**300.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:6E3FE0B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.016/2026 "REPUBLICADO POR INCORREÇÃO"

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 5.536.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e seis mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 5.536.000,00 (cinco milhões quinhentos e trinta e seis mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	299	303	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.500.000,00
3.3.90.40.00.00	313	494	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	50.000,00
Total				**4.550.000,00**

11.001.10.302.0007.2024 - Ações de Média e Alta Complexidade

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	330	303	Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	800.000,00
Total				**800.000,00**

12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
12.005 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
12.005.18.541.0009.2.068 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	398	555	Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física	175.000,00
Total				**175.000,00**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.122.0010.2042 – Administração e Coordenação Geral – SMIN

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.92.00.00	525	1000	Despesas de Exercícios Anteriores	11.000,00
Total				**11.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.102.007.2022 – ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E GESTÃO DO SUS

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	294	303	Obras e Instalações	800.000,00
Total				**800.000,00**

11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00	299	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.500.000,00
.3.90.14.00.00	306	494	Diárias – Civil	20.000,00
3.3.90.39.00.00	312	494	Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
Total				**4.550.000,00**

12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
12.005 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

12.005.18.541.0009.2.068 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	399	555	Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	175.000,00
Total				**175.000,00**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2043 – Manutenção dos Próprios Municipais

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	534	1000	Material de consumo	11.000,00
Total				**11.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634 de 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:3919EEAE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.017/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.122.0010.2044 – Manutenção de Veículos e Equipamentos Rodoviários

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	539	1000	Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
Total				**40.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2043 – Manutenção dos Próprios Municipais

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	534	1000	Material de consumo	40.000,00
Total				**40.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 20 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:DA3DCEC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.018/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 2559/2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica designado no cargo de Corregedor Geral, em caráter Interino, sem efeitos pecuniários, o senhor **Cleiton Guerra,** no período de 14 de setembro de 2026 até 28 de setembro de 2026.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 14/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:DDDA6DDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 26/2026

Homologação oficial das inscrições para o teste de coordenação pedagógica para as escolas da rede municipal de ensino de Piraquara.

Em conformidade com a legislação e obedecendo aos princípios da legalidade e publicidade, divulgamos a lista dos candidatos com inscrições HOMOLOGADAS, conforme o Edital n° 25/2026.

Data da prova: 17/09/2026, às 18h.

CANDIDATOS:
Cintia Helena Sineiro
Cristiane Weigert de Souza
Gabriele Rodrigues da Silva

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 15 de setembro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3D9C22A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 31.637/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 74, inciso V, c/c §5° da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 30/2026 - Processo nº 31.637/2026**, para locação de imóvel de propriedade de LEVI BARBOSA, CPF xxx.933.899-xx, para sediar o CMEI ARI BERALDIN, sob o valor máximo estimado de R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). Piraquara, 10 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:83D593F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 24.315/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **PROCESSO Nº 24.315/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026,** que tem por objeto *a Aquisição de implantes subtérmicos,* **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** a licitação em face das empresas: **GENESIO A MENDES & CIA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.873.068/0007-35, vencedora do **item 01** pelo valor total de **R$ 1.893.975,00** (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, e novecentos e setenta e cinco reais); **Item deserto: Item 02;** Valor total adjudicado e homologado: **R$ 1.893.975,00** (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, e novecentos e setenta e cinco reais). Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, 15 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:09E4C900

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 11.740/2026

Designa servidora para atuar como encarregada pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, com fulcro no Artigo 41 da Lei Federal nº 13.709/2018 e no Artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.635/2025, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar a servidora, abaixo nominada, para atuar como encarregada pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Executivo Municipal:
I – Rafaela Alves de Castro, Matrícula nº 699811.
Parágrafo único. As atribuições da Encarregada são aquelas descritas no Decreto Municipal nº 13.635/2025.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 11.413/2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 15 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:EBC40780

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2026
Portaria nº 505, de 22 de junho de 2026
Origem: Sindicância Administrativa nº 03/2026
Servidor: Dinor Silveira de Almeida

Vistos.

I) RELATÓRIO
O presente Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado pela Portaria nº 505, de 22 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 24 de junho de 2026, para apurar a conduta atribuída ao servidor Dinor Silveira de Almeida, ocupante do cargo de Guarda Patrimonial.
A apuração teve origem na Sindicância Administrativa nº 03/2026, instaurada em razão da informação de que, no dia 27 de abril de 2026, o servidor teria permanecido nas dependências da Rodoviária Municipal apresentando sinais de embriaguez.
Durante a instrução foram examinados os documentos da sindicância, a escala de trabalho e os registros funcionais do servidor, os depoimentos das pessoas indicadas no expediente, o registro audiovisual mencionado nos autos, o interrogatório realizado em 11 de agosto de 2026 e as informações sigilosas encaminhadas pela rede municipal de saúde.
Em relatório final datado de 20 de agosto de 2026, a Comissão concluiu pelo encerramento do processo, considerando, em síntese:
a) que o servidor não estava em horário de trabalho;
b) que não houve prejuízo ao serviço público;
c) que o servidor se encontra em acompanhamento pela rede de saúde;
d) que houve manifestação de interesse na continuidade do tratamento.
A Comissão também recomendou a inclusão do servidor em denominado Programa de Apoio Integral à Saúde Mental do Servidor Público e o monitoramento periódico de sua adesão ao Projeto Terapêutico Singular pelo setor de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, em articulação com a rede municipal de saúde.
Os autos foram encaminhados a esta autoridade para julgamento, nos termos da Lei Municipal nº 784, de 20 de dezembro de 1996.
É o relatório.
II) FUNDAMENTAÇÃO
DOS FATOS EFETIVAMENTE COMPROVADOS
1.1) O conjunto probatório permite reconhecer que o servidor ingeriu bebida alcoólica e, durante sua folga, permaneceu na área de circulação pública da Rodoviária Municipal.
1.2) A ingestão de bebida alcoólica e a permanência no local foram admitidas pelo próprio servidor e encontram respaldo nos demais elementos constantes dos autos.
1.3) Por outro lado, a escala e os registros de frequência demonstram que o servidor não estava em horário de trabalho e não registrou entrada para o exercício de suas funções naquele dia.
1.4) Também não ficou comprovado que o servidor:
a) tenha assumido seu posto de trabalho;
b) tenha praticado qualquer ato funcional;
c) tenha ingressado em sala de trabalho ou área de acesso restrito;
d) tenha atendido usuários ou se apresentado como agente público em serviço;
e) tenha causado dano ao patrimônio municipal;
f) tenha interrompido ou prejudicado o funcionamento da Rodoviária Municipal;
g) tenha praticado violência, ameaça, desacato, desobediência ou insubordinação;
h) tenha provocado tumulto ou situação que exigisse intervenção de agentes públicos.
1.5) O então Secretário Municipal de Gestão Pública declarou ter encontrado o servidor dormindo, sem que tivesse ocorrido diálogo, discussão ou necessidade de intervenção.
1.6) As testemunhas Juliano Sokoloski e Osmar Ferreira de Souza não presenciaram o servidor no local e não relataram a existência de prejuízos habituais ao desempenho de suas funções.
1.7) Portanto, ficou comprovada a presença do servidor em área pública da Rodoviária Municipal, durante sua folga, em condição compatível com a ingestão de bebida alcoólica. Não ficou comprovado, contudo, o exercício de atribuições funcionais sob efeito de álcool ou qualquer consequência concreta para o serviço público.

DO ENQUADRAMENTO DISCIPLINAR
2.1) O artigo 225, inciso XVI, da Lei Municipal nº 784/1996 estabelece que constitui dever do servidor proceder, na vida pública e privada, de forma a dignificar a função pública.

2.2) Esse dispositivo permite que determinada conduta praticada na vida privada adquira relevância disciplinar. Para isso, entretanto, deve estar demonstrada uma relação concreta entre a conduta e a função pública, acompanhada de gravidade, culpabilidade e repercussão objetiva para a Administração.
2.3) A norma não autoriza que toda conduta privada censurável ou toda situação pessoal de vulnerabilidade seja automaticamente convertida em infração disciplinar.
2.4) O artigo 238 do Estatuto estabelece que a responsabilidade administrativa resulta de atos praticados ou de omissões ocorridas no desempenho do cargo.
2.5) Embora a Rodoviária Municipal também fosse o local em que o servidor exercia suas funções, sua presença em área aberta ao público, durante a folga e sem praticar qualquer atribuição funcional, não equivale, por si só, ao desempenho do cargo.
2.6) A circunstância de o fato ter ocorrido no local de trabalho legitimou sua apuração pela Administração. Contudo, isoladamente, não é suficiente para fundamentar uma penalidade.
2.7) O constrangimento institucional mencionado em um dos depoimentos não foi acompanhado de prova de dano, interrupção do serviço, reclamação formal de usuários ou comprometimento concreto da confiança necessária ao exercício da função.
2.8) A conduta também não alcançou a gravidade exigida pelo artigo 246, inciso V, da Lei Municipal nº 784/1996, que prevê a demissão em caso de incontinência pública e conduta escandalosa.
2.9) Tratando-se de hipótese que pode resultar na penalidade máxima de demissão, sua aplicação exige prova robusta da conduta, de sua gravidade, de sua culpabilidade e de sua relação com o exercício da função pública.
2.10) Os autos não demonstram comportamento violento, ofensivo, desordeiro ou escandaloso, mas a permanência do servidor em área pública, durante sua folga, sem exercício de função e sem prejuízo concreto ao serviço.
2.11) Também não se mostra cabível a aplicação da penalidade de repreensão prevista no artigo 243 do Estatuto, pois essa medida pressupõe a demonstração suficiente de descumprimento culpável de dever funcional.
2.12) O artigo 242 do Estatuto determina que, na aplicação de penalidades, sejam consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos ao serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
2.13) No caso concreto:
a) não houve dano ao serviço ou ao patrimônio público;
b) o servidor estava de folga;
c) não houve exercício das atribuições do cargo;
d) não se comprovou a prática concomitante de outra conduta ilícita;
e) não houve violência, ameaça, desacato ou insubordinação;
f) a afirmação genérica de que não seria o primeiro episódio não foi acompanhada de decisão disciplinar definitiva ou de prova individualizada que permita utilizá-la como agravante.
2.14) O poder disciplinar não pode ser exercido com fundamento exclusivo em reprovação moral, percepção subjetiva de constrangimento ou condição pessoal de saúde. A imposição de penalidade exige prova suficiente de conduta funcional ilícita e culpável.
2.15) O Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União, empregado apenas como referência interpretativa subsidiária, orienta que o relatório final deve ser acolhido quando não estiver manifestamente contrário às provas e que, permanecendo dúvida relevante no momento do julgamento, deve prevalecer a solução favorável ao acusado.
2.16) O relatório da Comissão, quanto à conclusão pelo encerramento do processo, não se mostra contrário às provas reunidas.
2.17) Assim, não há base legal e probatória suficiente para responsabilizar disciplinarmente o servidor.

DAS GARANTIAS PROCESSUAIS
3.1) A Comissão não lavrou termo de indiciação nem promoveu a citação do servidor para apresentação de defesa escrita, procedimentos previstos nos artigos 272 e 273 da Lei Municipal nº 784/1996 quando reconhecida a existência de ilícito administrativo.
3.2) A ausência dessas etapas impede que seja aplicada qualquer penalidade no presente julgamento.
3.3) Essa circunstância não impede o arquivamento, uma vez que a Comissão não reconheceu responsabilidade disciplinar e a presente decisão é integralmente favorável ao servidor.
3.4) A devolução dos autos apenas para a formulação de acusação que não encontra suporte suficiente nas provas constituiria formalismo sem finalidade útil e prolongaria desnecessariamente o processo.
3.5) A instrução existente é suficiente para o julgamento favorável, não se verificando necessidade de designação de nova comissão ou de realização de diligências complementares, conforme previsto no artigo 277 do Estatuto.

DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SAÚDE
4.1) A documentação técnica juntada sob sigilo demonstra que o servidor se encontra em acompanhamento especializado relacionado ao uso de álcool.
4.2) Essa condição de saúde não constitui imunidade disciplinar e não permite presumir incapacidade para o exercício do cargo.
4.3) Da mesma forma, a existência de acompanhamento de saúde não pode ser utilizada como fundamento autônomo para punição, agravamento de responsabilidade ou estigmatização funcional.
4.4) O presente arquivamento decorre da ausência de prova suficiente de infração funcional sancionável e não fica condicionado à adesão ou à continuidade de tratamento.
4.5) Eventual cuidado em saúde deverá permanecer sob responsabilidade dos profissionais competentes, com observância da autonomia do paciente, do sigilo profissional, da Lei Federal nº 10.216/2001 e da legislação de proteção de dados pessoais.

DO PROTOCOLO ANEXADO AO RELATÓRIO
5.1) O documento denominado Protocolo de Apoio Integral à Saúde Mental do Servidor Público, anexado ao relatório, constitui proposta elaborada durante o processo.
5.2) Não se trata de programa ou norma municipal vigente. O próprio documento contém campos destinados à posterior inserção de fundamento legal e orientações para eventual transformação de seu conteúdo em decreto ou portaria.
5.3) Nos termos do artigo 274 da Lei Municipal nº 784/1996, compete à Comissão apresentar relatório, concluir pela inocência ou responsabilidade e, quando for o caso, propor a penalidade cabível.
5.4) Não compete à Comissão Processante criar programa administrativo, instituir comitê permanente, estabelecer política pública ou impor obrigações aos órgãos municipais e ao servidor.
5.5) O monitoramento da adesão ao Projeto Terapêutico Singular pelo setor de Recursos Humanos envolveria tratamento de dados pessoais sensíveis de saúde.
5.6) A adoção dessa medida exigiria fundamento legal específico, definição de finalidade, demonstração de necessidade, delimitação das competências dos agentes envolvidos e estabelecimento de salvaguardas para proteção dos dados, nos termos dos artigos 5º, inciso II, 6º, inciso III, 11 e 23 da Lei Federal nº 13.709/2018.
5.7) Portanto, o protocolo não pode ser homologado ou adquirir efeito vinculante por meio da decisão deste Processo Administrativo Disciplinar.
5.8) Isso não impede que seu conteúdo seja futuramente avaliado em expediente próprio, sem dados pessoais identificáveis, pelos setores de Gestão Pública, Saúde e Procuradoria-Geral do Município, observadas as respectivas competências.

III) DECISÃO
Diante do exposto, no exercício da competência conferida pela Lei Orgânica Municipal e pelos artigos 267 e seguintes da Lei Municipal nº 784/1996, **DECIDO**:
ACOLHER o Relatório Final da Comissão exclusivamente quanto à conclusão pelo encerramento do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2026.
RECONHECER que não ficou suficientemente comprovada a prática de infração disciplinar passível de sanção pelo servidor Dinor Silveira de Almeida.
DETERMINAR o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2026, sem aplicação de penalidade.
DETERMINAR que o presente processo não seja registrado como penalidade, reincidência ou antecedente disciplinar desabonador, preservando-se apenas o registro administrativo de sua instauração e arquivamento.

NÃO HOMOLOGAR, no âmbito deste processo, o denominado Protocolo de Apoio Integral à Saúde Mental do Servidor Público.
NÃO ACOLHER a recomendação de monitoramento do Projeto Terapêutico Singular pelo setor de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos.
ESCLARECER que o arquivamento não representa aprovação da situação ocorrida, mas o reconhecimento de que a Administração não pode aplicar penalidade sem prova suficiente dos elementos necessários à configuração de infração disciplinar.
DETERMINAR que a ciência ao servidor seja realizada de forma reservada, facultando-lhe a continuidade do atendimento pela rede de saúde, sem condicionamento do arquivamento à adesão terapêutica e sem autorização de acesso do setor de Recursos Humanos ao prontuário, ao diagnóstico ou ao conteúdo de seu Projeto Terapêutico Singular.
ESTABELECER que eventual avaliação de aptidão laboral, necessidade de afastamento, restrição funcional ou readaptação somente poderá ocorrer mediante avaliação do serviço médico competente e observância do procedimento previsto na legislação municipal.
DAR ciência desta decisão ao servidor, à Comissão Processante e à Secretaria Municipal de Gestão Pública.
DETERMINAR a publicação de extrato anonimizado desta decisão no órgão oficial, no prazo previsto no artigo 282 da Lei Municipal nº 784/1996, sem divulgação de diagnóstico, tratamento ou qualquer outra informação pessoal de saúde.
Cumpridas as providências de ciência e publicação, **ARQUIVEM-SE** os autos, mantendo-se controle de acesso compatível com a existência de dados pessoais sensíveis.
Registre-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Pitanga, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:EBF5B0EA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 05/2026 - DHRF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 05/2026 - DHRF

*O **MUNICÍPIO DE PITANGA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa sito à Centro Administrativo 28 de Janeiro. Nº 171, Centro, CEP: 85.200-073, utiliza do presente para **NOTIFICAR** todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que o núcleo urbano irregular denominado ÁREA VANDÃO está em fase de Regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-S, através da **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**, conforme art. 23 e art. 25 da Lei Federal nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula n° 23.912, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga – PR*

DO NÚCLEO

Art. 1º O núcleo urbano Área Vandão, localizado neste município, é composto pela matrícula nº 23.912, de propriedade de Leonel Lima da Luz, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga – PR.

§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 21.554,01 m², distribuída em 15 lotes, sendo 14 lotes aderentes e 1 lote tabular, com uma população aproximada de 60 pessoas.

§2º O referido núcleo é atendido pelas seguintes vias públicas: Rua Projetada A, Rua Projetada B, as quais passarão ao domínio público municipal, conforme disposto no art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/17.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da transcrição 23.912	45.920,00 m²
Área dos lotes aderentes	21.161,88m²
Área de lotes titular tabular	207,44 m²
Área de ruas a regularizar	387,79 m²
Área total a regularizar	21.757,11m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Art. 2º A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:

Escola de educação básica, onde as crianças do núcleo são atendidas;
Arruamento na maior parte da área da intervenção;
Energia elétrica pública e residencial;
Abastecimento de água potável na grande maioria dos lotes;
Esgotamento sanitário individual;
Sinal de telefonia móvel e fixa;
Transporte escolar cedido pelo município;
Atendimentos de transporte público coletivo.

DAS CONFRONTAÇÕES

Art. 3º Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de NOTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DE DIVISA DE LOTE, salvo os ocupantes que, por motivos desconhecidos, não foram encontrados, os quais serão alvo deste edital. A ausência de manifestação dentro do prazo de 30 (trinta) dias será tida como aceite, conforme art. 13, §1º, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e art. 20, §1º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º São tidos como **titulares de domínio**, nos termos da lei:
Matrícula nº 23.912, de propriedade de Leonel Lima da Luz e sua esposa Tereza Gonçalves da Luz;
§2º São tidos como **confrontantes externos/internos**, nos termos da lei:
Matrícula nº 32.617, de propriedade de Zeno Huida e sua esposa Maria Cheliga Huida;
Matrícula nº 23.912, de propriedade de Leonel Lima da Luz e sua esposa Tereza Gonçalves da Luz;
Matrícula nº 18.224, de propriedade de João Fiuza de Lima e Rosa Pauluk;
Matrícula nº 18.497, de propriedade de João Carlos Ribeiro da Silva;
Matrícula nº 18.501, de propriedade de Pedro dos Santos;
Matrícula nº 18.420, de propriedade de Orivaldo Tomé da Silva e sua esposa Neuza Antunes da Costa da Silva;
Matrícula nº 18.493, de propriedade de João Aurelio Tizot e sua esposa Ana Maria Roque Tizot;
Rua Nicolau Zazula e Rua Alceu Dala Rosa, de domínio do Município de Pitanga/PR;
Rio Pitanguinha.

DOS REQUERENTES

Art. 4º São requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana:

Nº	NOME
	DANUSA ZUCONELLI
	DAVINIA BARBOSA DE SOUZA E CICERO DE SOUZA
	FRANCISCA APARECIDA FERREIRA DA LUZ DE PAULA
	IRACEMA CONCEIÇÃO DA SILVA SANTANA E JOSÉ BATISTA SANTANA
	JOSE CARLOS DA SILVA
	JUARES SOARES MARCONDES
	LUCIA DOS SANTOS DA CRUZ
	MARGARIDA BOMFIM
	MARIA IZABEL SERINO DE JESUS E CLAUDINEI APARECIDO DA FONSECA
	MIRNAULI APARECIDA PEREIRA KLETICOSKI E LUIZ CARLOS KLETICOSK
	ROSANGELA APARECIDA CHAVES FERREIRA
	ROZILDA FERREIRA DE PAULA E LORECI FERREIRA DA LUZ
	SIMONE FERREIRA DA LUZ E YAGO NICOLAU DE OLIVEIRA
	VANDERLEI ANSCELMO DALA ROSA

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 5º As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, seja em jornal da região ou por meio eletrônico no Diário Oficial. As impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pitanga - PR, endereçadas ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis, que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver. Fica a critério da municipalidade acatar ou não as devidas impugnações, de acordo com as suas razões, conforme prevê o art. 20 da Lei Federal nº 13.465/2017.

§1º A visualização das peças processuais e documentos que as acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.

§2º Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de Reurb, conforme prevê a Lei. Transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, §5º e 6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Pitanga/PR, 14 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

ANEXO I - DELIMITAÇÃO POLIGONAL

ANEXO II - MAPA DO NÚCLEO URBANO APÓS LEVANTAMENTO

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D1D45CCC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL N.º 010/2026 DA 2ª ETAPA DA CONVOCAÇÃO DO EDITAL N.º 009/2026 DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

A Comissão de Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado do ano de 2026, no uso das atribuições legais:

TORNA PÚBLICO

O RESULTADO da 2ª Etapa da convocação para a comprovação dos títulos declarados no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado do município de Pitanga, os candidatos classificados:

do 10º ao 16º lugar do Anexo I - Ampla Concorrência do Edital nº 006/2026:

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
MARIA ELEAN BUENO	10º	COMPROVOU
JOELMA APARECIDA CASTELARI	11º	COMPROVOU
GISELLI DE FATIMA LBCZYK BUENO	12 º	COMPROVOU
ADELAINE LOISE ARRUDA	13º	NÃO COMPARECEU
ELIZETE DE LIMA BONIFACIO	14 º	COMPROVOU
ANA LUCIMARA FREITAS MEURER	15 º	NÃO COMPARECEU
EDINÉIA KOLISKI	16 º	NÃO COMPARECEU

o 46 º e 70º lugar do Anexo II- do Edital n º 006/2026; que corresponde ao 3 º e 4 º lugar da classificação da seleção de vagas para Afrodescendente.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
IVONE MOREIRA	46 º	NÃO COMPARECEU
JOSIELI FERREIRA DA LUZ	70º	COMPROVOU

o 80 º lugar do Anexo III- do Edital n º 006/2026; que correspondem respectivamente ao 2 º lugar da classificação da seleção de vagas para Pessoa com deficiência- PcD.

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADOS
ADRIANA DA COSTA	80 º	COMPROVOU

Pitanga, 11 de setembro de 2026.

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Avaliação e Julgamento

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F035E3F9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2026
PORTARIA Nº 505/2026
Objeto: Apuração de conduta funcional de servidor municipal identificado nos autos.
Decisão: Acolhimento do relatório final quanto à conclusão. Reconhecimento da insuficiência de prova de infração disciplinar sancionável. Arquivamento do processo sem aplicação de penalidade.
Fundamentação: Artigos 225, 238, 242, 243, 246, 267 e 274 a 282 da Lei Municipal nº 784/1996 e artigos 5º e 37 da Constituição Federal.

Pitanga, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:5C3DA904

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.618, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a concessão de uso de imóvel público municipal a associações da sociedade civil para fins sociais, comunitários e assistenciais.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar, a título gratuito, concessão de uso de imóvel público de titularidade do Município de Pitanga a associações da sociedade civil, legalmente constituídas, com atuação comprovada em atividades de interesse público voltadas à promoção da cidadania, da ética, da solidariedade, da inclusão social e do fortalecimento de vínculos comunitários, com atenção prioritária a pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais grupos em situação de vulnerabilidade social.
§ 1º Para fins desta Lei, consideram-se atividades de interesse público aquelas que promovam a inclusão social, o voluntariado, a formação ética e cidadã, a valorização da dignidade humana e o desenvolvimento de lideranças comunitárias.
§ 2º O imóvel de que trata o caput corresponde ao bem matriculado sob o nº 6.496 no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.

Art. 2º A concessão de uso será precedida de processo administrativo regularmente instruído e de procedimento de seleção pública, observadas as disposições legais aplicáveis, os princípios da administração pública e as condições estabelecidas nesta Lei.
§ 1º O procedimento de seleção deverá conter critérios objetivos de habilitação, julgamento e comprovação da compatibilidade entre as finalidades estatutárias da associação interessada e os objetivos previstos no art. 1º desta Lei.
§ 2º A associação interessada deverá comprovar constituição legal, regularidade jurídica e fiscal, capacidade de execução das atividades propostas e atuação contínua na promoção de atividades de interesse social, comunitário, educativo ou assistencial.
§ 3º A concessão será formalizada mediante contrato administrativo, precedido da publicação de seu extrato em órgão oficial e no sítio eletrônico do Município.

Art. 3º A concessão será outorgada por prazo determinado e observará, no mínimo, as seguintes condições:
I – uso exclusivo do imóvel para a finalidade prevista nesta Lei;
II – vedação à cessão, transferência ou compartilhamento do imóvel com terceiros, no todo ou em parte, sem autorização expressa do Poder Executivo;
III – obrigação da concessionária de realizar, às suas expensas, a manutenção, conservação, limpeza, segurança, adequações e eventuais melhorias necessárias ao uso do imóvel;
IV – responsabilidade integral da concessionária pela obtenção de licenças, alvarás, autorizações e demais documentos exigidos para o desenvolvimento das atividades no local;
V – responsabilidade da concessionária por danos causados ao bem público, à Administração Pública, aos usuários ou a terceiros;
VI – devolução do imóvel ao término da concessão, sem direito a indenização, compensação, retenção ou ressarcimento por benfeitorias realizadas.

Art. 4º A concessionária deverá promover, por sua conta e risco, os levantamentos técnicos, estudos de viabilidade, inspeções, projetos e avaliações que entender necessários à utilização do imóvel.
Parágrafo único. Eventuais obras, adaptações, correções estruturais, medidas de drenagem, saneamento de problemas, adequações de acessibilidade, intervenções de segurança ou demais providências necessárias ao uso pretendido serão de exclusiva responsabilidade da concessionária, sem ônus para o Município.

Art. 5º A concessão será extinta, de pleno direito, nas seguintes hipóteses:
I – descumprimento das condições legais ou contratuais;
II – desvio de finalidade;
III – cessão, transferência ou utilização irregular do imóvel;
IV – dissolução, inatividade ou extinção da associação;
V – superveniência de interesse público devidamente fundamentado.

Art. 6º Extinta a concessão, o imóvel será reintegrado ao patrimônio público municipal, com todas as benfeitorias nele incorporadas, sem direito de indenização, compensação, retenção ou ressarcimento à concessionária.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:91945260

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 725, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora, Elisé Ferreira dos Santos Tortato, matrícula nº 503151, no cargo de Agente Comunitário de Saúde PSF 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O Atestado Médico.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 **(noventa)** dias de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a servidora **ELISE FERREIRA DOS SANTOS TORTATO,** matrícula nº **503151**, no cargo de Agente Comunitário de Saúde PSF 40 h no Regime CLT, a contar de 09 de setembro de 2026.

Art. 2º Decorrido o prazo descrito no Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de dezembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 11 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D57CCBCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO ATA 213/2025 GUIMARÃES E SOARES LTDA

TERMO ADITIVO Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PITANGA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu Moraes, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, GUIMARAES E SOARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.330.681/0001-59, estabelecida na Rua Osvaldo Aranha, nº 116, Centro, Pitanga – PR, CEP 85.200-000, neste ato representada pela Sra. Marilene de Paula Soares, doravante denominada DETENTORA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 213/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 213/2025 por mais 12 (doze) meses, bem como a renovação dos quantitativos originalmente registrados, até o limite do quantitativo original, conforme previsto na Cláusula Terceira da Ata, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 213/2025, por 1 ano, passando a vigorar de 07/08/2026 a 06/08/2027, mantidas as demais condições originalmente pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS
Ficam renovados os quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 213/2025, conforme quadro constante do ANEXO I deste Termo Aditivo, com manutenção dos valores unitários registrados e valor total renovado de R$ 252.212,66 (duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e doze reais e sessenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 213/2025, que prevê a prorrogação por igual período, com possibilidade de renovação dos quantitativos até o limite do quantitativo original.
CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 213/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pitanga, 06 de agosto de 2026.

Originamente Assinado
DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga

MARILENE DE PAULA SOARES
Guimarães Supermercados LTDA

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:D3EA70FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 59/2026
##OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, de primeiro uso, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos integrantes da frota municipal, com fornecimento parcelado conforme a demanda, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Fazenda, Desenvolvimento Social e Cidadania, Agricultura e Pecuária, Obras, Infraestrutura e Urbanismo, Educação, Cultura e Esporte, Desenvolvimento Econômico Sustentável e Gestão Pública. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 29/09/2026, até as 08h00min. Início de Disputa de Preços em: 29/09/2026, às 09h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço por Lote. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 1.573.340,88 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e trezentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos).
#DAT 15/09/2026

##ASS **Jean Marcel Grande Huber**
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Edina Dos Santos da Luz
Código Identificador:F79AA8A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS - PREGÃO N.°13/2025.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA – CNPJ nº 76.172.907/0001-08.
CONTRATAÇÃO: Pregão Presencial nº 13/2025.
OBJETO: Termos Aditivos aos contratos de prestação de serviços de transporte escolar, tendo por objeto a prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a renovação dos quantitativos para 200 (duzentos) dias letivos e o reajuste dos valores contratuais pelo IGP-M, no percentual de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), conforme condições estabelecidas nos respectivos instrumentos.
VIGÊNCIA: 22 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2027.
CONTRATADOS E VALORES ADITIVADOS:
Contrato nº **125/2026** – **E A V TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **19.984.994/0001-56** – **R$ 104.750,40**;
Contrato nº **216/2025** – **GERSON DE OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **31.418.285/0001-09** – **R$ 165.312,00**;
Contrato nº **217/2025** – **32.696.862 JOEL ADAO FACHIN**, CNPJ nº **32.696.862/0001-97** – **R$ 100.093,20**;
Contrato nº **218/2025** – **51.203.086 DAIANE DE SOUZA DOS SANTOS**, CNPJ nº **51.203.086/0001-90** – **R$ 93.024,00**;
Contrato nº **220/2025** – **J C MAIA**, CNPJ nº **57.960.946/0001-17** – **R$ 110.532,00**;
Contrato nº **221/2025** – **R CASTRO LTDA**, CNPJ nº **58.879.838/0001-87** – **R$ 289.669,20**;
Contrato nº **222/2025** – **S. HEI TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **58.909.272/0001-99** – **R$ 116.600,00**;
Contrato nº **223/2025** – **COSTA TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **32.724.922/0001-38** – **R$ 118.220,00**;
Contrato nº **224/2025** – **ANATALIA CRISTIANE OCALXUK TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **34.742.824/0001-59** – **R$ 142.531,20**;
Contrato nº **225/2025** – **ANTONIO GALDIN 33884226991**, CNPJ nº **29.425.251/0001-08** – **R$ 161.880,00**;
Contrato nº **226/2025** – **ANTONIO GALDINO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, CNPJ nº **53.427.904/0001-64** – **R$ 186.924,00**;
Contrato nº **227/2025** – **BOSCHEN TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **32.708.962/0001-96** – **R$ 122.100,00**;
Contrato nº **228/2025** – **C F DE SOUZA**, CNPJ nº **32.701.421/0001-36** – **R$ 114.840,00**;
Contrato nº **229/2025** – **CHOCY TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **51.849.912/0001-73** – **R$ 126.108,00**;
Contrato nº **230/2025** – **CHOMA TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **41.667.073/0001-19** – **R$ 126.108,00**;
Contrato nº **231/2025** – **LF TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, CNPJ nº **48.767.532/0001-85** – **R$ 124.824,80**;
Contrato nº **232/2025** – **CONSTRUTORA SOSNITZKI LTDA**, CNPJ nº **53.636.596/0001-87** – **R$ 97.160,00**;
Contrato nº **233/2025** – **CRAVELIN TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **48.814.426/0001-05** – **R$ 1.105.993,00**;
Contrato nº **234/2025** – **C R BRAI**, CNPJ nº **33.631.840/0001-01** – **R$ 1.117.139,20**;
Contrato nº **235/2025** – **E A V TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **19.984.994/0001-56** – **R$ 1.950.029,00**;
Contrato nº **236/2025** – **EXPEDITO FERREIRA 23746114934**, CNPJ nº **29.758.754/0001-97** – **R$ 217.144,00**;
Contrato nº **237/2025** – **GGDL TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **44.940.937/0001-12** – **R$ 103.392,00**;
Contrato nº **238/2025** – **GEREI TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **33.860.676/0001-04** – **R$ 128.982,00**;
Contrato nº **240/2025** – **G S G DE SAIBRO**, CNPJ nº **44.406.109/0001-07** – **R$ 253.128,00**;
Contrato nº **241/2025** – **I N DOS SANTOS LAWRYNIUK TRANSPORTE**, CNPJ nº **45.125.955/0001-03** – **R$ 330.000,00**;
Contrato nº **242/2025** – **I R LOPES TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, CNPJ nº **33.631.604/0001-95** – **R$ 131.424,00**;
Contrato nº **243/2025** – **JEAN MARCELL MICHELS KURTEN**, CNPJ nº **29.805.839/0001-89** – **R$ 255.018,60**;
Contrato nº **244/2025** – **J N DA SILVA JUNIOR**, CNPJ nº **49.938.421/0001-94** – **R$ 129.208,00**;
Contrato nº **246/2025** – **JOSIANE VENEROSKI 07228545958**, CNPJ nº **32.734.521/0001-69** – **R$ 294.752,00**;
Contrato nº **247/2025** – **J R G DE SAIBRO TRANSPORTES**, CNPJ nº **44.570.172/0001-76** – **R$ 123.050,00**;
Contrato nº **248/2025** – **JVK TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **46.638.893/0001-04** – **R$ 212.992,00**;
Contrato nº **249/2025** – **K R GELESKI**, CNPJ nº **46.063.297/0001-35** – **R$ 128.200,00**;
Contrato nº **250/2025** – **L B TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**, CNPJ nº **34.413.871/0001-59** – **R$ 545.942,00**;
Contrato nº **251/2025** – **L R DE CASTRO**, CNPJ nº **30.185.317/0001-00** – **R$ 120.684,00**;
Contrato nº **252/2025** – **LUCAS BRUKALLO 09471797985**, CNPJ nº **30.836.263/0001-04** – **R$ 101.001,00**;
Contrato nº **253/2025** – **L CARLOS PENTEADO LTDA**, CNPJ nº **47.764.298/0001-70** – **R$ 162.964,00**;
Contrato nº **254/2025** – **MAIKON ZAT TRANSPORTE**, CNPJ nº **29.754.382/0001-20** – **R$ 115.518,40**;
Contrato nº **256/2025** – **MARCIA REGINA KOLISKI**, CNPJ nº **32.723.064/0001-07** – **R$ 202.270,00**;
Contrato nº **259/2025** – **M J DE P HAMAN TRANSPORTES**, CNPJ nº **30.244.010/0001-33** – **R$ 171.936,00**;
Contrato nº **260/2025** – **ORANTES DOS SANTOS TRANSPORTE**, CNPJ nº **12.183.806/0001-41** – **R$ 122.012,00**;
Contrato nº **261/2025** – **PEDROSO TRANSPORTE LTDA**, CNPJ nº **37.883.272/0001-97** – **R$ 146.462,00**;
Contrato nº **262/2025** – **S A M TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **52.601.669/0001-32** – **R$ 1.955.209,40**;

Contrato nº **263/2025** – **SANTA RITA TRANSPORTE ESCOLA LTDA**, CNPJ nº **52.075.270/0001-65** – **R$ 516.962,80**;
Contrato nº **264/2025** – **SEBASTIÃO DO CARMO TRANSPORTES**, CNPJ nº **32.554.191/0001-20** – **R$ 197.540,16**;
Contrato nº **265/2025** – **SIVALDO RODRIGUES PEREIRA 82561265900**, CNPJ nº **33.566.729/0001-82** – **R$ 117.312,00**;
Contrato nº **266/2025** – **T F DE SOUZA TRANSPORTES**, CNPJ nº **20.718.588/0001-20** – **R$ 499.261,60**;
Contrato nº **267/2025** – **T STOSKI TRANSPORTE**, CNPJ nº **27.061.034/0001-42** – **R$ 109.900,80**;
Contrato nº **268/2025** – **TRANSPORTE FERREIRA LTDA**, CNPJ nº **42.826.291/0001-11** – **R$ 212.244,00**;
Contrato nº **269/2025** – **TRANSTOSKI TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **33.521.821/0001-22** – **R$ 186.240,00**;
Contrato nº **270/2025** – **VALPERES TRANSPORTES LTDA**, CNPJ nº **40.483.184/0001-02** – **R$ 251.070,00**;
Contrato nº **271/2025** – **DOMINGOS NERES DA SILVA - TRANSPORTES**, CNPJ nº **30.441.744/0001-02** – **R$ 116.560,00**.
VALOR TOTAL DOS ADITIVOS: R$ 14.632.218,76.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e cláusulas dos respectivos contratos.

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0F4E76F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
PADRONIZAÇÃO DE MARCAS DE PNEUS DA FROTA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PITANGA – ESTADO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 288/2026
ASSUNTO: Padronização de Marcas de Pneus da Frota Municipal

1. DESPACHO MOTIVADO DA AUTORIDADE SUPERIOR
1.1. Considerando o **Processo de Padronização das Marcas de Pneus** juntado aos autos, elaborado com fundamento no art. 43 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as pesquisas de mercado, avaliações técnicas, análise de modelos disponíveis e laudo técnico complementar que integram o processo;
1.2. Considerando que a frota municipal é utilizada de forma contínua e intensa, inclusive em vias rurais e estradas cascalhadas, circunstâncias que exigem pneus com adequada durabilidade, resistência, segurança e desempenho;
1.3. Considerando os resultados da pesquisa técnica realizada junto ao comércio especializado, na qual foram avaliados critérios de qualidade, durabilidade, segurança, rendimento/desempenho, compatibilidade e custo-benefício;
1.4. Considerando a análise de mercado realizada para verificar a disponibilidade de fabricantes e modelos compatíveis com as diferentes medidas utilizadas pela frota municipal, bem como o Laudo Técnico complementar juntado aos autos;
1.5. Considerando que a padronização busca assegurar maior segurança operacional, economicidade, continuidade dos serviços públicos, redução de custos de manutenção e maior vida útil da frota municipal;
1.6. Considerando, por fim, o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as orientações constantes do Parecer Jurídico emitido no Processo Administrativo nº 288/2026;

2. DECIDO
2.1. APROVO E RATIFICO o Parecer Técnico de Padronização de Marcas de Pneus constante dos autos e **ADOTO como padrão para as futuras aquisições de pneus da frota do Município de Pitanga/PR as marcas Goodyear, Pirelli, Continental, Xbri, Speedmax, Dunlop, Ceat, Michelin, Bridgestone e Firestone**, observadas as medidas, aplicações, índices, especificações técnicas e demais requisitos definidos em cada contratação.
2.2. DETERMINO a publicação, no sítio eletrônico oficial do Município de Pitanga, da síntese da justificativa técnica e da descrição do padrão adotado, para fins de publicidade e eficácia do ato.

Pitanga, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Edina Dos Santos da Luz
Código Identificador:8EE70F43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO II DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 44/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 11/09/2026, Edição 3614, Código Identificador:100C9ABA, como segue:

Onde se lê:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 25/09/2026 às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 25/09/2026, às 09h30min.

Passa-se ler:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 01/10/2026 às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 01/10/2026, às 09h30min

Pitangueiras, 15 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:2035BFC2

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2026

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	74/2026	
b) Nr. Licitação:	39/2026 - PE	
c) Modalidade:	Pregão eletrônico 15/09/2026	
e) Objeto da Licitação:	*Obedecido o disposto na lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurando Processo Administrativo para contratação de empresa para eventual realização de manutenções e instalações em ares condicionados.*	
Participante: ASA CLIMATIZACAO LTDA		
Quantidade de itens:	1	**28.120,30**
Participante: FENIX COMERCIO E DISTRIBUICAO DE SERVICOS LTDA		
Quantidade de itens:	2	**22.110,00**
Participante: V F DE PAIVA REPRODUCAO DE SOM LTDA		
Quantidade de itens:	2	**19.305,00**
Total Geral:		**69.535,30**

Pitangueiras, 15 de setembro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:14C68F92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
LEI Nº 2951 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

LEI Nº 2951 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ACRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E O FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Vereadores de Planalto – PR, aprovou e eu, LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art.1º Fica criado o Conselho Municipal de Esporte do Município de Planalto - CMESP, órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador com a finalidade de propor, acompanhar e fiscalizar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do esporte para a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto municipal.

Art. 2º O Conselho Municipal de Esporte tem às seguintes competências básicas:

I – desenvolver estudos, projetos, pesquisas relativas à situação do esporte no Município;

II – contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos de recreação e esporte;

III – receber propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, competições e eventos culturais da cidade;

IV – propor aos Poderes Públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e concessão de prêmios como estímulos às atividades.

V – propor prioridades para a aplicação de Recursos do Fundo Municipal de Esporte – FMESP, gerido pela Secretaria Municipal de Esportes.

VI – estabelecer regime de mútua colaboração entre órgãos públicos, federações e entidades estaduais, federais, afetos as ações;

VII – estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do Esporte no âmbito do Município.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Esporte opinar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados às políticas públicas de esporte, bem como propor prioridades para o setor, em consonância com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a Lei Orçamentária.

CAPÍTULO II
DA CONSTITUIÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal do Esporte será constituído por 08 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a paridade entre o Poder Público e a sociedade civil, na seguinte composição:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura.

V – 04 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil.

§ 1º Os 04 (quatro) representantes das organizações da sociedade civil serão indicados em audiência pública, assegurada ampla divulgação e participação das entidades interessadas, na forma estabelecida no regimento interno.

§ 2º Para participar do Conselho Municipal do Esporte, as organizações da sociedade civil deverão estar legalmente constituídas há, no mínimo, 02 (dois) anos, com sede no Município de Planalto e possuir expressamente em seu estatuto social o desenvolvimento de atividades desportivas.

Art. 5º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo uma única vez.

Parágrafo único. Os membros titulares e os suplentes do Conselho Municipal de Esporte não recebem qualquer tipo de remuneração, sendo seu exercício considerado relevante serviço público prestado ao Município.

Art.6º Ocorrendo vaga no Conselho por renúncia, morte, ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, será nomeado um novo Conselheiro, de conformidade com o art. 4º desta Lei, que completará o mandato de seu antecessor.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art.7º Caberá ao Conselho Municipal de Esporte eleger uma comissão Executiva composta de 03 (três) membros, assim discriminados:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário.

Art. 8º A Comissão Executiva, escolhida pelo Plenário, dentre seus membros titulares, tem como atribuição, coordenar, e executar as atividades necessárias para o bom andamento dos objetivos do Conselho, bem como as que lhes forem atribuídas e deferidas no regimento interno.

§1º Os membros da mesa Diretora são eleitos em reunião ordinária com mandato de um ano permitido uma recondução ao mesmo cargo devendo se submeter à nova eleição, vedada a prorrogação de mandato ou a recondução automática.

§2º A presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandato presidido por representante da Administração Municipal e o outro por representante das Organizações da Sociedade Civil.

Art. 9º Ao Presidente do Conselho Municipal de Esporte compete:

I – representar o Conselho junto às autoridades, órgãos e entidades;

II – dirigir as atividades do Conselho;

III – convocar e presidir as reuniões do Conselho;

IV – proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 10. O Presidente do Conselho Municipal de Esporte será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente do Conselho, e na ausência simultânea, presidirá o Conselho o Secretário.

Art. 11. Ao Secretário do Conselho Municipal de Esporte compete:

I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as reuniões do Conselho;

II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às reuniões do Conselho para deliberação;

III – manter um sistema de informação sobre processos e assuntos de interesse do Conselho;

IV – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 12. O Conselho Municipal de Esporte reunir-se-á, a cada 60 (sessenta) dias e extraordinariamente quando convocado pela executiva ou maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho Municipal de Esportes são públicas, sendo que os Conselheiros titulares tem direito a voz e voto, e os demais somente à voz.

Art. 13. A Administração Pública através da Secretaria Municipal de Esportes, deve prestar apoio técnico, administrativo, e o institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do CMESP, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária especifica sem utilização de recursos do Fundo Municipal de Esporte.

Parágrafo único. A dotação orçamentária a que se refere o caput deste artigo deve contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo CMESP, inclusive para as despesas com capacitação dos Conselheiros, representantes da Administração Municipal e das Organizações da Sociedade Civil.

Art. 14. A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de noventa dias da data da posse de seus membros.

Art. 15. Ao Conselho Municipal de Esporte é facultado formar comissões provisórias ou permanentes, objetivando apresentar projetos e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Art. 16. Para melhor desempenho de suas funções o CMESP pode recorrer a pessoas e instituições para assessorar em assuntos específicos.
Art. 17. Os membros da Administração Municipal e das Organizações da Sociedade Civil que forem escolhidos na forma do art.4º, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo por meio de decreto.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE

Art. 18. Fica criado o Fundo Municipal de Esporte do Município de Planalto, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, manutenção e desenvolvimento dos programas e projetos de caráter desportivo do Município.
Art. 19. O Fundo Municipal de Esporte - FMESP, ficará vinculado à Secretaria Municipal de Esportes, sendo regido pelas normas gerais de procedimentos relativos à operacionalização dos Fundos.
Art. 20. Os recursos do Fundo Municipal de Esporte, em consonância com as diretrizes da política municipal de esporte, serão aplicados da seguinte forma:
I - no desenvolvimento e implementação de projetos esportivos no Município;
II - na manutenção do esporte do Município, sob o encargo da Secretaria Municipal de Esporte;
III - na aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas esportivos;
IV - na promoção, apoio, participação em torneios, campeonatos, jogos oficiais do Estado do Paraná, olimpíadas e/ou na realização de eventos pela Secretaria Municipal de Esporte;
V - na divulgação das potencialidades esportivas do Município por intermédio dos meios de comunicação e mídia a nível local, estadual, nacional e internacional;
VI - nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento técnico profissional dos esportes;
VII - em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de esporte;
VIII - na contratação de profissionais específicos para o desenvolvimento de técnicas esportivas e administração e organização de eventos do gênero.
IX - custear a construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas;
X - subsídios para transporte e estada de atletas e equipes, quando classificados, em representação do Município ou em competições organizadas por Associações, Federações e Confederações das modalidades esportivas e que tenham caráter classificatório;
XI - programas para reabilitação de deficientes físicos, mentais e sensoriais, através da prática de modalidades desportivas tecnicamente adequadas para este fim;
XII - apoio a projetos de pesquisa, documentação, informação e divulgação;
XIII - premiação em eventos desportivos, recreativos;
XIV - subvencionar entidades sem fins lucrativos e atletas não profissionais, observada a legislação aplicável;
XV - apoio e doação de materiais para atletas carentes;
XVI - custear a produção de eventos esportivos.
Art. 21. A gestão administrativa e financeira do Fundo Municipal de Esporte - FMESP caberá à Secretaria de Esportes, na qualidade de unidade gestora, sob supervisão do Chefe do Poder Executivo e fiscalização do Conselho Municipal de Esporte.
§ 1º O Prefeito Municipal será o ordenador das despesas do Fundo Municipal de Esportes, cabendo a Secretaria Municipal de Esportes a execução e o acompanhamento das ações financiadas pelo Fundo, observado o disposto na Lei Orgânica do Município, na legislação financeira e orçamentária e nas demais normas aplicáveis.
§ 2º A execução orçamentária e financeira do Fundo observará as normas da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e demais legislações aplicáveis.
§ 3º A gestão do Fundo estará sujeita ao acompanhamento do Sistema de Controle Interno do Município, sem prejuízo da fiscalização pelos órgãos de controle externo.
Art. 22. Constituem receitas do FMESP:
I - dotação consignada anualmente na Lei Orçamentária Anual;
II - créditos especiais ou suplementares a ele destinados;
III - retorno e resultados de suas aplicações;
IV - multas, correção monetária e juros, em decorrência de suas operações;
V - doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais, e transferências Fundo a Fundo, provenientes do Estado ou da União, suas autarquias e fundações, nos termos da lei vigente;
VI - doações de pessoas física e jurídica, nos termos da lei vigente;
VII - os patrocínios recolhidos;
VIII - as multas aplicadas por danos causados aos próprios equipamentos da Secretaria de Esporte;
IX - os provenientes de acordos, contratos, consórcios, convênios e outros instrumentos legais;
X - participação na arrecadação de inscrições em eventos esportivos promovidos e/ou chancelados pelo Poder Público;
XI - inscrições para participação nos eventos esportivos e de lazer presentes no calendário municipal;
XII - o produto de arrecadação oriunda de patrocínios em eventos públicos esportivos promovidos pela Prefeitura Municipal de Planalto;
XIII - valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, ressalvados os casos em que haja vedação legal para vinculação de receita para fundo;
XIV - valores provenientes de mecanismos de incentivos fiscais, em nível nacional, estadual e municipal, estabelecidos por leis específicas;
XV - recursos oriundos de repasses de loterias;
XVI - recursos provenientes de transferências decorrentes das Leis Federais nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, observados os critérios, condições e limites estabelecidos na legislação aplicável;
XVII - recursos de Emendas Parlamentares;
XVIII - quaisquer outros recursos destinados especificamente ao Fundo;
XIX - transferências, auxílios e subvenções de entidades, empresas públicas ou privadas, órgãos internacionais, federais, estaduais e municipais, para fins específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo Município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos esportivos no Município;
XX - recursos transferidos pelo Município, orçamentários e decorrentes de créditos especiais, suplementares ou transferências voluntárias pelas entidades privadas que venham a ser destinados ao Fundo;
XXI - outras taxas e preços públicos do setor de esporte que venham a ser criados;
Parágrafo único: As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial.
Art. 23. O orçamento do FMESP integrará o do Município como uma unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Esporte, em obediência ao princípio da unidade e universalidade.
§ 1º O orçamento, a contabilidade e a administração do FMESP observarão, na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.
§ 2º Os procedimentos orçamentários, financeiros e patrimoniais relativos ao FMESP serão registrados pela Contabilidade do Município de forma centralizada, juntamente com as demais execuções orçamentárias do Município, onde se registrará todos os atos e fatos a ele pertinentes, de modo que se possa elaborar o respectivo balanço financeiro ao final de cada exercício financeiro, podendo ser emitido balanço de período intermediário para atender necessidade específica da Secretaria de Esportes.
§ 3º Os recursos do FMESP deverão ser depositados, em conta específica.
§ 4º Os saldos positivos das fontes de recursos vinculadas ao FMESP, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão transferidos para o exercício seguinte, a crédito das mesmas fontes.
Art. 24. A gestão administrativa dos recursos do FMESP caberá à Secretaria Municipal de Esporte, a qual terá como atribuições:
I - administrar o FMESP e estabelecer as diretrizes para aplicação dos recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Esporte, observando o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do Município;

II - submeter à apreciação do Conselho Municipal de Esporte relatório de gestão anual e a prestação de contas do FMESP;
III - manter os controles necessários à execução orçamentaria do FMESP referentes a empenhos, liquidação e pagamento de despesas e ao recebimento de receitas;
IV - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos, contratos e outros instrumentos legais firmados pelo Município e que digam respeito ao FMESP;
V - apresentar, anualmente, ao Conselho Municipal de Esporte a análise e avaliação da situação econômico-financeira do FMESP;
VI - encaminhar, semestralmente, ao Conselho Municipal do Esporte relatório de execução das atividades.
Parágrafo único. A prestação de contas do Fundo será encaminhada anualmente ao Conselho Municipal de Esporte, ao Controle Interno e aos órgãos de controle externo, observadas as normas vigentes.
Art. 25.A gestão operacional e financeira dos recursos do FMESP será de responsabilidade dos servidores designados vinculados à Secretaria de Esportes e sua operação será realizada pela Secretaria de Finanças, revertendo ao próprio Fundo seus rendimentos.
Art. 26. A execução dos projetos fomentados pelo FMESP será orientada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Esporte, que poderá sugerir as alterações pertinentes, bem como indicar outras iniciativas que devam ser fomentadas pelo Fundo.
§ 1º É vedada a aplicação de recursos do Fundo Municipal do Esporte - FMESP, a qualquer título, em programas, projetos ou atividades ligadas, direta ou indiretamente ao desporto profissional com finalidade lucrativa ou que beneficiem diretamente entidades privadas com fins lucrativos.
§ 2º O material permanente obtido com recursos do Fundo Municipal de Esporte - FMESP incorporar-se-á ao patrimônio do Município, sob a administração Secretaria de Esporte, atendidos os requisitos legais pertinentes.
Art. 27. A administração superior do Fundo - FMESP - serão exercidas pelo Prefeito Municipal, sem prejuízo das competências e atribuições delegadas por esta Lei.
Art. 28. É vedado ao FMESP assumir obrigações sem a correspondente disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as normas da legislação vigente.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 29. Para a implantação e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e do Fundo Municipal de Esporte, no primeiro ano de sua vigência, o Poder Executivo Municipal, poderá abrir crédito adicional especial mediante procedimento legal previsto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 30. Fica autorizada a utilização de até 10% (dez por cento) dos recursos do Fundo Municipal de Esporte para custeio de sua manutenção administrativa, desde que devidamente justificada e vinculada à execução de suas finalidades.
Art. 31. O Chefe do Poder Executivo diligenciará a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Esporte nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação do ato de sua criação.
Art. 32. O servidor municipal designado para integrar a CMESP, não fica eximido de suas obrigações funcionais.
Art. 33. As disposições pertinentes ao FMESP, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Esporte.
Art. 34. A gestão do Fundo Municipal de Esporte deverá observar os princípios da transparência e publicidade, assegurando a divulgação, em meio eletrônico oficial, de relatórios de execução financeira, projetos financiados e resultados alcançados.
Art. 35. As ações financiadas pelo Fundo Municipal de Esporte deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como com o Plano Municipal de Esporte, quando instituído.
Art. 36. As deliberações do Conselho Municipal de Esporte deverão ser formalizadas e publicadas em meio oficial e disponibilizadas em portal eletrônico de transparência do Município.
Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Gabinete do Prefeito do Município de Planalto/PR, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:A2351F3E

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE RETIFICAÇÃO PSS 04/2026

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO, ESTADO DO PARANÁ**, LUIZ CARLOS BONI, no uso de suas atribuições legais, e por intermédio da Comissão do Processo Seletivo Simplificado:

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o cronograma constante na tabela do **item 1.8** do Edital de Abertura nº 004/2026 do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de **MOTORISTA II**, alterando a data referente à publicação do **Resultado dos recursos e homologação do resultado final**, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Publicação do edital de abertura	14/08/2026
Prazo para impugnação do edital	18/08/2026
Período inscrições	24/08/2026 a 28/08/2026
Divulgação das inscrições	28/08/2026
Prazo para recurso quanto às inscrições	02/09/2026
Resultado dos recursos e homologação definitiva das inscrições	03/09/2026
Divulgação da classificação preliminar	07/09/2026
Prazo para recurso quanto a classificação preliminar	10/09/2026
Resultado dos recursos e homologação do resultado final	17/09/2026

Art. 2º Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições e itens do Edital de Abertura PSS Nº 004/2026.

Planalto - PR, 14 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal de Planalto - PR

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:56CD9243

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2025, EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES**, resolvem em comum acordo prorrogar do contrato administrativo nº 018/2025, firmado entre as partes em data de 27 de janeiro de 2025, cujo objeto é a contratação visando a aquisição de massa asfáltica usinada para atender as necessidades das secretarias municipais de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarta (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 26/01/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES
FEG Engenharia de Obras LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:1AAB3574

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026 EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ABASTECEDORA 2022 LTDA.

Aos quatorze dia mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20 e **ABASTECEDORA 2022 LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 46.289.959/0006-02, com sede no Município de Planalto, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Administrador**: IVAN CARLOS FAE** portador do CPF nº 939.121.889-04, resolvem em comum acordo aditivar o Contrato Administrativo nº 174/2026, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2026, cujo objeto é a Contratação de empresa localizada na sede do município para fornecimento de Óleo Diesel S10 para abastecimento exclusivo de veículos pertencentes a frota municipal deste município de Planalto-PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme documentos anexos e diante do aumento dos preços praticados no mercado nacional, fica concedido o reequilíbrio econômico-financeiro contratual, com aumento sobre o valor do Óleo Diesel S10.
Considerando que o produto originalmente contratado, possuía custo de R$ 5,83 (cinco reais e oitenta e três centavos) e atualmente é adquirida pelo valor de R$ 5,92 (cinco reais e noventa e dois centavos), fica alterada a Cláusula Primeira – Do Objeto, reajustando-se os valores unitários dos itens contratados.
Dessa forma, o valor unitário do Óleo Diesel S10, correspondente ao Lote 01, Item 01, passa de R$ 6,47 (seis reais e quarenta e sete centavos) para R$ 6,57 (seis reais e cinquenta e sete centavos).
Em razão das alterações, o valor total da contratação passa a ser de R$ 1.269.372,67 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: A Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para o perfeito delineamento da matéria, fixou as balizas necessárias para que se proceda à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com base no art. 124, Capítulo VII. Vejamos:
Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - unilateralmente pela Administração:
a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - por acordo entre as partes:
a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) **para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.**
§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.
§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude da redução dos valores dos itens constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 1.269.372,67 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

IVAN CARLOS FAE
Abastecedora 2022 LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:6A7F51A5

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 236/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 236/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 236/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O

MUNICIPIO DE PLANALTO E HEVERTON CARLOS VEIT.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **HEVERTON CARLOS VEIT,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 20.102.754/0001-60, com sede à Av. Paraná, 724, Sala 01, São Jose Operário, Capanema/PR, neste ato representado pelo Administrador o Sr. HEVERTON CARLOS VEIT, brasileiro, comerciante, portador do CPF sob n.º 05580840950, residente e domiciliado, na Cidade de Capanema/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 236/2023, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 040/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresas visando a prestação de serviço de aulas de Karatê, destinada a crianças, adolescentes e adultos objetivando atender as necessidades da Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte deste Município de Planalto PR,”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 236/2023, com vigência até 10/02/2028, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação de prazo, a vigência do Contrato n° 236/2023 passa a ser até 10/02/2028, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 236/2023, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Segunda (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 236/2023, cujo valor global é de R$ 23.598,00 (vinte e três mil e quinhentos e noventa e oito reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 040/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
01160	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000
01710	08.124.27.812.2701.2069	3.3.90.39.00.00.00000
03340	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 236/2023, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto, PR., 15 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

HEVERTON CARLOS VEIT
Heverton Carlos Veit

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 6.772.151-9 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:FEA7FFE8

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 046/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E TRANSPORTES COLETIVOS PFEIFER LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **TRANSPORTES COLETIVOS PFEIFER LTDA.,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 22.128.914/0001-75, com sede na Rua Paraná, 2039, Bairro Primavera, cidade de

Planalto/PR, neste ato representado por seu representante legal Sr. OLDEMAR LEORI PFEIFER, portador do RG.7.580.919-0, CPF 042.743.119-02, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 046/2024, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 075/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. "Contratação de empresa visando a prestação de serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros para atender a demanda conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Planalto-PR".

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo de Prestação de Serviços nº 046/2024, com vigência até 01 de fevereiro de 2028, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo, a vigência do Contrato n° 046/2024 passa a ser até 01 de fevereiro de 2028, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2025.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 046/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Quarta (valor contratual) do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 046/2024, cujo valor global é de R$ 102.850,00 (cento e dois mil, oitocentos e cinquenta reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 075/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
01120	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.33.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 046/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 15 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

OLDEMAR LEORI PFEIFER
Transportes Coletivos PPFEIFER LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:ACCA7551

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

Inexigibilidade Nº 030/2026
Processo Licitatório nº 045/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ - CNPJ: 01.636.881/0001-02.

CONTRATADA: DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA - CNPJ: 01.031.983/0001-96.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, compreendendo a inscrição e participação de 08 (Oito) Servidores, mediante solicitação expressa dos próprios, no curso presencial intitulado 'SEMINÁRIO licitações Sustentáveis'. O evento possui carga horária total de 13 (Treze) horas técnicas pedagógicas e será realizado entre os dias 16 a18 de agosto de 2026, no município de Curitiba/PR (nas dependências do Hotel Del Rey), sob a coordenação técnica e pedagógica do Instituto de Desenvolvimento Técnico-administrativo (DATALEGIS) / Método Classe.

VALOR: R$ 19.120,00 (dezenove mil, cento e vinte reais).

Dotação; 01001010310001200133900390000 1001 Reduzido: 16 Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Pontal do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcela Mendes
Código Identificador:71A3028D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 442/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 328/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 328/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, pelo período de 12 meses. Empresa Contratada: 51.899.400 ROBERTO CORREA GONCALVES, inscrita no CNPJ n.º 51.899.400/001-11. Data da ratificação e homologação**:** 15 de setembro de 2026: **R$ 40.761,60 (quarenta mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).** Dotação orçamentária: 13001278120032206033909390000- CR 689 - FR 1000.

Pontal do Paraná, 15 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:8B09ACC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.665/2026 DE 14/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13665/2026 de 14/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$4.870,00 (quatro mil e oitocentos e setenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.452.0029.2.050		MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	
494 - 3.3.90.93.00.00	507	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.870,00
		Total Suplementação:	4.870,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.452.0029.2.050		MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	
489 - 3.3.90.30.00.00	507	MATERIAL DE CONSUMO	4.870,00
		Total Redução:	4.870,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CA089140

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.666/2026 DE 14/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13666/2026 de 14/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
41 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
		Total Suplementação:	6.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
34 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
		Total Redução:	6.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D3B6B151

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13.667/2026 DE 15/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13667/2026 de 15/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.733,80 (vinte mil e setecentos e trinta e três reais e oitenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO	
725 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.733,80
		Total Suplementação:	20.733,80

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO	
723 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	490,00
726 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	7.980,00
727 - 3.3.90.35.00.00	1000	SERVICOS DE CONSULTORIA	6.280,00
730 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1.980,00
732 - 3.3.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	890,00
733 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.113,80
		Total Redução:	20.733,80

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C5DF8259

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.668/2026 DE 15/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13668/2026 de 15/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$117.545,45 (cento e dezessete mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.301.0053.2.129		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ATENCAO BASICA	
551 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00
12.001.10.302.0054.2.132		MANUTENCAO DOS SERVICOS ESPECIALIZADOS	
572 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	31.272,72
572 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	6.272,73
		Total Suplementação:	117.545,45

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.304.0057.2.141		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL	
649 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	111.272,72
649 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.272,73
		Total Redução:	117.545,45

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BEC2C97E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.669/2026 DE 15/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13669/2026 de 15/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
268 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.000,00
		Total Suplementação:	75.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
08		SECRETARIA MUN DE SEGURANCA PUBLICA	
08.001		DIRETORIA GERAL	
08.001.06.181.0016.2.030		GERENCIAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	
264 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	75.000,00
		Total Redução:	75.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E4037D05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 007/2026 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

ATA Nº 007/2026 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

ATA DE REUNIÃO – RESULTADO PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

DATA: 15 de setembro de 2026
LOCAL: Reunião virtual (on-line).
OBJETIVO: Apresentar a análise prévia de habilitação dos projetos aprovados e selecionados na Fase 02.

1. DA COMPOSIÇÃO DA MESA
Estiveram presentes os seguintes membros e representantes:

• **REPRESENTANTE APEG:** TAIS MARQUES DE SOUZA
• **GESTOR DA CULTURA MUNICIPAL**: Ana Maria Camargo Costa Vanzella
• **MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO:** Ana Lúcia dos Santos, Lucas Gabriel Azevedo da Silva, Bruna Aparecida do Amaral Costa.

2. DO EXPEDIENTE
A Comissão de Acompanhamento procedeu à análise minuciosa da documentação de habilitação enviada pelos proponentes aprovados na Fase de Mérito. A avaliação foi realizada em estrita observância às exigências previstas no Item 14.2.1 (Pessoa Física) do Edital nº 002/2026.
Abaixo, apresentam-se as deliberações e o respectivo status de cada projeto por categoria:

No que tange à Categoria 01, a Comissão de Acompanhamento procedeu à análise da documentação de habilitação enviada pela proponente **CÉLIA MARIA CARDOSO DE OLIVEIRA**, referente ao projeto **"CAPOEIRA"**. Verificou-se, em relação às exigências previstas no Item 14.2.1 (Pessoa Física) do Edital nº 002/2026, que **todos os documentos exigidos foram apresentados e se encontram regulares**.

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	CÉLIA MARIA CARDOSO DE OLIVEIRA XXX.150.898-XX	CAPOEIRA	HABILITADA

No que tange à **Categoria 02**, a Comissão de Acompanhamento procedeu à análise da documentação de habilitação enviada pela proponente **SINARA ANDREA MARTINS FREIRES**, atinente ao projeto **'DANÇA PARA TODOS'**. Verificou-se o integral cumprimento das exigências obrigatórias contidas no Item 14.2.1 do Edital nº 002/2026 para Pessoa Física. Toda a documentação exigida, foi apresentada regularmente e encontra-se dentro do prazo de validade. Por tais razões, a Comissão delibera pela plena HABILITAÇÃO da proposta e do proponente.

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	SINARA ANDREA MARTINS FREIRES XXX.094.449-XX	DANÇA PARA TODOS	HABILITADA

No que tange à **Categoria 03**, a Comissão de Acompanhamento procedeu à análise da documentação de habilitação enviada pela proponente **BENEDITO MAURÍCIO AGOSTINHO**, referente ao projeto **"MEMÓRIA E MOVIMENTO - O ESPORTE EM PORECATU"**. Verificou-se, em relação às exigências previstas no Item 14.2.1 (Pessoa Física) do Edital nº 002/2026, que **todos os documentos exigidos foram apresentados e se encontram regulares**.

No que tange à **Categoria 03**, a Comissão de Acompanhamento procedeu à análise da documentação de habilitação enviada pela proponente **MARCIO CRISTIANO GERONIMO**, atinente ao projeto **PORECATU EM FOCO**. Verificou-se o integral cumprimento das exigências obrigatórias contidas no Item 14.2.1 do Edital nº 002/2026 para Pessoa Física. Toda a documentação exigida, foi apresentada regularmente e encontra-se dentro do prazo de validade. Por tais razões, a Comissão delibera pela plena HABILITAÇÃO da proposta e do proponente.

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	BENEDITO MAURÍCIO AGOSTINHO XXX.080.599-XX	MEMÓRIA E MOVIMENTO - O ESPORTE EM PORECATU	HABILITADO
2°	MARCIO CRISTIANO GERONIMO XXX.510.311-XX	PORECATU EM FOCO	HABILITADO

No que tange à **Categoria 04**, a Comissão de Acompanhamento procedeu à análise da documentação de habilitação enviada pela proponente **JOSMARI RODRIGUES TAVARES**, atinente ao projeto **'EXPRESSO CULTURAL DE PORECATU'**. Verificou-se o integral cumprimento das exigências obrigatórias contidas no Item 14.2.1 do Edital nº 002/2026 para Pessoa Física. Toda a documentação exigida, foi apresentada regularmente e encontra-se dentro do prazo de validade. Por tais razões, a Comissão delibera pela plena HABILITAÇÃO da proposta e do proponente.

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	JOSMARI RODRIGUES TAVARES XXX.105.219-XX	EXPRESSO CULTURAL DE PORECATU	HABILITADA

No que tange à **Categoria 05**, a Comissão de Acompanhamento procedeu à análise da documentação de habilitação enviada pela proponente **MARIA LUCIA ALONSO GUEDES**, referente ao projeto **"CASA DO ARTESÃO DE PORECATU"**. Verificou-se o integral cumprimento das exigências obrigatórias contidas no Item 14.2.1 do Edital nº 002/2026 para Pessoa Física. Toda a documentação exigida, foi apresentada regularmente e encontra-se dentro do prazo de validade. Por tais razões, a Comissão delibera pela plena HABILITAÇÃO da proposta e do proponente.

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1°	MARIA LUCIA ALONSO GUEDES XXX.476.639-XX	CASA DO ARTESÃO DE PORECATU	HABILITADA

3. DAS DELIBERAÇÕES:

Solicitou-se a publicação da Ata e do resultado PRELIMINAR no Diário Oficial, no site da Prefeitura, e no Transferegov, conforme as normas do edital. Após a devida publicidade, serão emitidos os Termos de Execução para encaminhamento para a Tesouraria da Prefeitura realizar o pagamento dos projetos.

4. ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, TAIS MARQUES DE SOUZA, e assinada pela Sra. Ana Maria Camargo Costa Vanzella, seguindo em Anexo o resultado preliminar de habilitação.

ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA
Secretaria da Cultura e Turismo

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:D82758B7

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2090/2026

LEI Nº 2090/2026

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA APARECIDA DE PORECATU COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE PORECATU, MANIFESTAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE CULTURAL, HISTÓRICO, TURÍSTICO, RELIGIOSO E SOCIAL, INCLUI A FESTA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan, Prefeito do Município de **Porecatu,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R,
QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Porecatu a Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu, tradicional manifestação religiosa, cultural, histórica, turística, social e comunitária realizada no Município.

Parágrafo Único - O reconhecimento de que trata esta Lei abrange a tradição histórica da Festa da Padroeira, sua continuidade geracional, sua relevância comunitária, sua dimensão religiosa e cultural, bem como sua contribuição para a identidade histórica do povo porecatuense.

Art. 2º - O Município de Porecatu reconhece a Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu como manifestação de relevante interesse cultural, histórico, turístico, religioso e social do Município.

Art. 3º - A Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu constitui expressão tradicional da cultura popular e religiosa local, estando ligada à história da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, à devoção mariana da comunidade católica e à própria formação histórica do Município.

Parágrafo Único - Para os fins desta Lei, considera-se a Festa da Padroeira como tradição vinculada às primeiras expressões comunitárias de devoção a Nossa Senhora Aparecida no Município, tendo como marco histórico inicial a construção da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em 1948, e como marco oficial de organização paroquial a criação da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Porecatu, em 1952, sem prejuízo do desenvolvimento e ampliação das festividades ao longo das décadas seguintes.

Art. 4º - A Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu tem como data principal o dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, podendo suas comemorações ocorrerem nos dias antecedentes ou posteriores, conforme planejamento da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Porecatu.

§ 1º - As comemorações de que trata o caput poderão compreender novenas, tríduos, celebrações religiosas, Missas, procissões, quermesses, praça de alimentação, cavalgadas, apresentações culturais, shows, leilões, almoços, atividades sociais, comunitárias, beneficentes e demais manifestações tradicionalmente vinculadas à festa que sejam regularmente permitidas de acordo com a legislação vigente.

§ 2º - As atividades religiosas, culturais, sociais, comunitárias e festivas realizadas em torno da data principal integram a tradição reconhecida por esta Lei, possuindo o mesmo reconhecimento histórico, cultural, turístico, religioso e institucional conferido à Festa da Padroeira.

Art. 5º - A Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu é tradicionalmente organizada pela Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Porecatu, podendo contar com a participação das capelas, pastorais, movimentos, conselhos pastorais, lideranças comunitárias, fiéis, voluntários e demais colaboradores.

Parágrafo Único - A presente Lei preserva integralmente a autonomia da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Porecatu quanto à organização, programação, natureza religiosa e condução pastoral da Festa, limitando-se o Município ao reconhecimento cultural e ao eventual apoio institucional permitido em lei.

Art. 6º - O reconhecimento instituído por esta Lei tem por finalidade:

I - Preservar a memória histórica, cultural e religiosa da Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu;
II - Valorizar as manifestações culturais e religiosas tradicionais da comunidade porecatuense;
III - Reconhecer a importância da devoção a Nossa Senhora Aparecida na formação histórica, espiritual, social e comunitária do Município;
IV - Incentivar a participação da população em atividades religiosas, culturais, comunitárias, sociais, turísticas e beneficentes relacionadas à Festa da Padroeira;
V - Fomentar o turismo religioso, cultural e comunitário no Município;
VI - Estimular ações de divulgação cultural, histórica e turística da Festa da Padroeira;
VII - Estimular ações educativas, culturais e históricas relacionadas à Festa da Padroeira junto às escolas, centros educacionais, instituições públicas, entidades comunitárias e demais espaços de convivência social do Município;
VIII - Promover a integração comunitária e intergeracional por meio da fé, da tradição, da cultura popular, do voluntariado e da convivência social;
IX - Reconhecer a contribuição da Festa da Padroeira para o fortalecimento da identidade religiosa, histórica e cultural de Porecatu.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a apoiar institucionalmente a realização da Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu, observadas a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.

§ 1º - O apoio institucional de que trata o caput poderá compreender, dentre outras medidas legalmente admitidas:

I - Cessão, autorização ou disponibilização de espaços públicos;
II - Apoio logístico, estrutural e operacional;
III - disponibilização de equipamentos públicos;
IV - Apoio com palco, som, iluminação, tendas, mesas, cadeiras, banheiros químicos e demais estruturas necessárias, quando possível;
V - Apoio à organização do trânsito, segurança, limpeza urbana e ordenamento dos espaços públicos;
VI - Auxílio na divulgação institucional, cultural e turística do evento;
VII - Cooperação cultural, turística, social e comunitária;
VIII - Apoio à realização de atividades culturais, apresentações, shows, cavalgadas, almoços, leilões, quermesses, atividades beneficentes e demais manifestações ligadas à Festa da Padroeira, desde que regularmente permitidas, caracterizado o interesse público e observada a legislação vigente;
IX - Celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com a entidade organizadora, associações, organizações da sociedade civil, entidades comunitárias ou demais instituições envolvidas na realização do evento, observada a legislação aplicável.

§ 2º - O disposto nesta Lei não cria obrigação de repasse financeiro obrigatório, nem gera despesa pública continuada ao Município.

§ 3º - O apoio institucional previsto nesta Lei deverá observar o interesse público, a legislação vigente, a disponibilidade administrativa e orçamentária, bem como o respeito à natureza religiosa, cultural e comunitária da Festa da Padroeira.

§ 4º - O apoio institucional previsto nesta Lei não dispensa a observância das licenças, autorizações, normas de segurança, trânsito, vigilância sanitária, uso de espaços públicos e demais exigências legais aplicáveis à realização das atividades.

§ 5º - O apoio institucional previsto nesta Lei deverá limitar-se aos aspectos culturais, turísticos, comunitários, logísticos, estruturais, operacionais e de interesse público relacionados à Festa da Padroeira, vedado o custeio direto de atos litúrgicos, atividades estritamente confessionais ou despesas próprias de culto religioso.

Art. 8º - Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Porecatu a Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida de Porecatu, tendo como data principal o dia 12 de outubro, sem prejuízo das comemorações religiosas, culturais, sociais e comunitárias realizadas nos dias antecedentes ou posteriores, conforme definição da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Porecatu.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (15.09.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:A8322D96

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2091/2026

LEI Nº 2091/2026

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DO TEATRO DA PAIXÃO DE CRISTO DE PORECATU COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE PORECATU, MANIFESTAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE CULTURAL, HISTÓRICO, ARTÍSTICO, TURÍSTICO, RELIGIOSO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Agamemnon Augusto Araujo Paduan, Prefeito do Município de **Porecatu,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

F A Z S A B E R,
QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2026, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Porecatu o "Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu", tradicional manifestação cultural, artística e religiosa realizada no Município.
Parágrafo Único - O reconhecimento de que trata esta Lei abrange a tradição histórica da encenação da Paixão de Cristo em Porecatu, sua continuidade geracional, sua relevância comunitária e sua contribuição para a identidade cultural do povo porecatuense.

Art. 2º - O Município de Porecatu reconhece o Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu como manifestação de relevante interesse cultural, histórico, artístico, turístico, religioso e social do Município.

Art. 3º - O Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu constitui expressão tradicional da cultura popular e religiosa local, integrando a memória coletiva do Município desde o ano de 1976, devendo ser valorizado, preservado e incentivado como patrimônio histórico-cultural da comunidade.

Art. 4º - O Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu é tradicionalmente realizado durante o período da Semana Santa, podendo ocorrer apresentações complementares, educativas, culturais, itinerantes, comemorativas, sociais e reprises em outras datas, conforme definição da organização responsável.

Parágrafo Único - As apresentações de que trata o caput integram a tradição cultural reconhecida por esta Lei, possuindo o mesmo reconhecimento histórico, cultural, artístico e institucional conferido ao evento principal.

Art. 5º - O reconhecimento instituído por esta Lei tem por finalidade:
I – Preservar a memória histórica e cultural da encenação da Paixão de Cristo no Município;
II – Valorizar as manifestações culturais e religiosas tradicionais da comunidade;
III – Incentivar a participação e o envolvimento da população em atividades culturais, artísticas, comunitárias, educativas e sociais relacionadas ao evento;
IV – Fomentar o turismo cultural e religioso no Município;
V – Estimular ações educativas, culturais, artísticas e solidárias vinculadas ao evento;
VI – Promover a integração comunitária e intergeracional por meio da arte, da cultura, da fé e da tradição popular;
VII – Estimular ações de divulgação cultural e valorização histórica do Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu junto às escolas, centros educacionais, instituições públicas, entidades comunitárias e demais espaços de convivência social do Município.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a apoiar institucionalmente a realização do Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu, observadas a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.

§ 1º - O apoio institucional de que trata o caput poderá compreender, dentre outras medidas legalmente admitidas:
I – Cessão ou disponibilização de espaços públicos;
II – Apoio logístico e estrutural;
III – Disponibilização de equipamentos públicos;
IV – Auxílio na organização e divulgação institucional do evento;
V – Cooperação cultural e turística;
VI – Celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com a entidade organizadora, associações culturais, organizações da sociedade civil, entidades comunitárias ou demais instituições responsáveis pela realização do evento, observada a legislação aplicável.

§ 2º - O disposto nesta Lei não cria obrigação de repasse financeiro obrigatório, nem gera despesa pública continuada ao Município.

§ 3º - O apoio institucional previsto nesta Lei deverá observar o interesse público, a legislação vigente, a disponibilidade administrativa e orçamentária, bem como o respeito à natureza cultural, artística, religiosa e comunitária do Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu.

§ 4º - O apoio institucional previsto nesta Lei não dispensa a observância das licenças, autorizações, normas de segurança, trânsito, vigilância sanitária, uso de espaços públicos, direitos autorais, normas técnicas e demais exigências legais aplicáveis à realização das atividades.

§ 5º - O apoio institucional previsto nesta Lei deverá limitar-se aos aspectos culturais, artísticos, turísticos, comunitários, logísticos, estruturais, operacionais e de interesse público relacionados ao Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu, vedado o custeio direto de atos litúrgicos, atividades estritamente confessionais ou despesas próprias de culto religioso.

Art. 7º - A apresentação principal anual do Teatro da Paixão de Cristo de Porecatu integrará o Calendário Oficial do Município, sendo tradicionalmente realizada durante o período da Semana Santa, observada a legislação municipal aplicável.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (15.09.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:93FDDFE8

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 119, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

0600	**SECRETARIA DE FAZENDA**	
0604	Divisão de Tesouraria	
0.005	Amortização e Encargos de Financiamento/Confissões de Dívidas/Precatórios	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.6.90.91	Sentenças Judiciais	720.000,00

Fonte de Recursos – 0 – Recursos Ordinários (Livre) – Exercício Corrente

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Cancelamento Total/Parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0600	**SECRETARIA DE FAZENDA**	
0604	Divisão de Tesouraria	
0.005	Amortização e Encargos de Financiamento/Confissões de Dívidas/Precatórios	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
4.6.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado Sentenças Judiciais	400.000,00

Fonte de Recursos – 0 – Recursos Ordinários (Livre) – Exercício Corrente

1100	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
1101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.042	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	120.000,00

Fonte de Recursos – 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00

1100	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
1101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.042	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	200.000,00

Fonte de Recursos – 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15.09.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:0213B549

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 425/2026

PORTARIA Nº 425/2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, o disposto no *Edital de Concurso Público nº 001/2026*, e tendo em vista o requerimento formalizado pelos candidatos abaixo qualificados,

CONSIDERANDO que **GABRIEL RODRIGUES SUASSUNA,** aprovado em 1º (primeiro) lugar, para o cargo de **MÉDICO PLANTONISTA,** solicitou formalmente a reclassificação para o final da lista de aprovados;

CONSIDERANDO que o último candidato aprovado para o referido cargo se encontra classificado **em 16º (décimo sexto)** lugar até a presente data;

CONSIDERANDO que os candidatos têm o direito de solicitar a reclassificação para o final da lista, conforme previsão editalícia e princípios norteadores da administração pública, notadamente os princípios da eficiência e da razoabilidade;

CONSIDERANDO que os pedidos foram protocolados tempestivamente perante a administração municipal e que não há óbice legal ou administrativo ao seu deferimento;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica deferida a reclassificação para o final da lista de aprovados do Concurso Público para o cargo de Médico Plantonista, do seguinte candidato:

GABRIEL RODRIGUES SUASSUNA – reclassificado da 1ª (primeira) para a 16ª (décima sexta) posição.

Art. 2º - A reclassificação ora deferida produzirá efeitos jurídicos e administrativos a partir da data de publicação desta Portaria, devendo os candidatos serem convocados, quando houver necessidade da administração, estritamente na nova ordem de classificação estabelecida.

Art. 3º - O candidato reclassificado nos termos do Art. 1º somente será convocado para nomeação e posse após o esgotamento dos candidatos que permaneceram à frente na lista de classificação, observada rigorosamente a ordem de classificação e a validade do certame.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (15/09/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:DEB6DC9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PE 027/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 1250/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

MENOR VALOR GLOBAL

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de implantação e manutenção de reflorestamento com espécies florestais nativas, visando ao cumprimento das compensações ambientais estabelecidas pelo Instituto Água e Terra – IAT, compreendendo o plantio e a manutenção de 1.867 (mil oitocentas e sessenta e sete) mudas, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com os Projetos Técnicos de Compensação Ambiental (PRADs) aprovados.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 01 de outubro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 01 de outubro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 30.637,47 (trinta mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 15 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B93FA2EA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°054/2026

EXTRATO CONTRATUAL

Documento: Contrato de Prestação de Serviços n°054/2026
Data: 15/09/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: LEINEKER LANCHONETE E CAFETERIA LTDA
Protocolo: 26.416.880-5/2026
Licitação: Dispensa Eletrônica de Licitação nº017/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, que inclui café da manhã, almoço e café da tarde para a realização do "X Encontro das Secretarias Municipais de Educação", a ser realizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.
Valor: R$ 11.888,80 (onze mil e oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)
Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, Lei Federal n°14.133/2021
Prazo de Vigência: 16/09/2026 à 15/09/2027

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:5C17DAC3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº004/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 26.403.138-9/2026

O Prefeito Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº14.133/2021 e suas alterações, torna público que homologa o pedido de Inexigibilidade de Licitação, solicitado pela Comissão de Contratação:

OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras e cooperativas de crédito interessadas na prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos municipais, impostos, taxas, dívida ativa, contribuição de melhorias e demais receitas arrecadadas pelo Município.

VALOR: Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA o valor constante no ANEXO I – Termo de Referência.

CREDENCIADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS – CNPJ 78.834.975/0022-37

Observando que no decorrer do prazo de 12 meses, outros profissionais também poderão realizar credenciamento para o mesmo objeto, atendidas as especificações do Edital.

Porto Amazonas, 15 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:390874D6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº016/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Documento: Termo de Credenciamento n°016/2026
Data: 15/09/2026
Contratante: Município de Porto Amazonas
Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS
Protocolo: 26.403.138-9/2026
Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº012/2026
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras e cooperativas de crédito interessadas na prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos municipais, impostos, taxas, dívida ativa, contribuição de melhorias e demais receitas arrecadadas pelo Município.
Valor: Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA o valor constante no ANEXO I – Termo de Referência.
Fundamento Legal: Decreto Municipal n°058 de 28 de março de 2023 e no art. 79 da Lei n°14.133/21.
Prazo de Vigência: 16/09/2029 à 28/08/2031.

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:3D81C6AE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO N°002 - CONTRATO N°070/2024

TERMO ADITIVO Nº002 AO CONTRATO Nº070/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE REAJUSTE DE VALOR AO CONTRATO Nº070/2024 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E A EMPRESA KARINA ADRIANA PEREIRA SOSSELLA LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da

C.I.R.G. Nº X.572.335-X, e do CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: KARINA ADRIANA PEREIRA SOSSELLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº44.160.515/0001-24, estabelecida na Avenida Dr. Manoel Pedro, n°2306, Sala 1, Bairro Centro, CEP 83.750-000, na cidade da Lapa, Estado do Paraná, neste ato representada por **KARINA ADRIANA PEREIRA SOSSELLA**, inscrita no CPF sob nºXXX.527.449-XX e no RG sob nºX.194.229-X.

GESTORA: A Sra. Anelise Aparecida Ribas, conforme Portaria Nº 20, De 11 De Março De 2026

FISCAL: A servidora Dirlei de Lima Chimiloski, conforme Portaria Nº 20, De 11 De Março De 2026

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº070/2024, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste de valor conforme índice do INPC do Contrato n°070/2024 firmado entre as partes em 19/09/2024, nos termos previstos nas suas Cláusulas 2ª(segunda) e 4ª(quarta).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

- Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato até 19/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR REAJUSTADO

- O valor da locação do imóvel após reajustado passará a ser de R$ 4.541,60 (quatro mil, quinhentos e quarenta e um e sessenta centavos).

- A importância ora estabelecida corresponde ao reajuste do valor conforme índice de 4,0980% do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

- O valor total para o período de 12 (doze) meses será de R$ 54.499,20 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

- Os efeitos financeiros vigoram a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

- A despesa com o presente termo aditivo, no corrente exercício ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO – 09 – Departamento de Saúde
UNIDADE – 09.001 – Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE–10.301.0029.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
NATUREZA DE DESPESA – 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERV TERC – PESSOA JURÍDICA

Reduzido	Programática	Fonte	Desdobramento	Descrição
02000	09.001.10.301.0029.2029	00303	3.3.90.39.10.00	Locação de Imóveis

- A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal nos artigos 107 e 124 da Lei nº14.133/2021 e no Decreto n° 35, de 17 de março de 2025.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 15 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*KARINA ADRIANA PEREIRA SOSSELLA LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**
RG n.º:	**RG n.º:**

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:75244797

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR

ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS
TERÇA-FEIRA (08/09/2026) ÀS 19 HORAS

VEREADORES
Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne de Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS
Geovani Ribeiro de Oliveira – Presidente
Odair Fernandes de Oliveira – Vice-Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Membro

COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE
Joel Marcos da Silva Machado - Presidente
Odair Fernandes de Oliveira - Vice-Presidente
Deivid Sirqueira Couto - Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leirianne de Caires Sartori – Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Vice-Presidente
Joel Marcos da Silva Machado – Membro

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER
Isau Maria de Souza - Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Membro

EXPEDIENTE

01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e no Youtube da Câmara Municipal;
02. Lida Ata da 27ª Sessão Ordinária de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade do Plenário;
03. Lida manifestação da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, sobre apresentação das emendas impositivas individuais;

MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 02/2026 que, Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento do Poder Executivo Municipal de Prado Ferreira, consolida a legislação vigente, e dá outras providências. O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que se manifestou pela aprovação do projeto. O senhor Presidente submeteu em votação única as Emendas e Subemenda apresentadas pela Comissão de Justiça, o qual foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o senhor Presidente submeteu em discussão e à primeira votação o Projeto de Lei Complementar nº 02/2026 com as emendas inseridas, o qual foi aprovado por maioria absoluta, conforme registrado no SAPL.
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 17/2026 que, Dispõe sobre as normas de segurança, fomento e função social para a realização de eventos esportivos e automobilísticos no Centro de Eventos e Parque de Rodeio Vereador Samuel de Moura Gonzáles, em consonância com a Lei Municipal nº 376/2014, e dá outras providências. O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que se manifestou pela aprovação do projeto. O senhor Presidente submeteu à primeira votação o Projeto de Lei nº 17/2026, o qual foi aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL.
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 18/2026 que, Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências. O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que se manifestou pela aprovação do projeto. O senhor Presidente submeteu em votação única as Emendas apresentadas pela Comissão de Justiça, o qual foi aprovado por maioria absoluta. Ato contínuo, o senhor Presidente submeteu em discussão e à primeira votação o Projeto de Lei nº 18/2026, o qual foi aprovado por maioria absoluta, conforme registrado no SAPL.

MATÉRIAS DO LEGISLATIVO
Indicações: O Vereador Isau Maria de Souza apresentou indicação ao Poder Executivo Municipal, solicitando a instalação de quebra-molas no trecho compreendido entre a Serralheria Zanotto e o Barracão Industrial dos Caires, bem como no trecho entre o Posto de Combustíveis do Neno e a empresa Takei Estofados, visando à redução da velocidade dos veículos e ao aumento da segurança no local; ainda, solicitou o encaminhamento de ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR, para que sejam tomadas as providências necessárias no trecho da PR-170, próximo ao km 51, em razão do acúmulo e elevação do nível de água e acúmulo de terra para a pista em dias de chuva;
Requerimento(s): A Vereadora Leirianne de Caires Sartori apresentou requerimento ao Poder Executivo Municipal, requerendo informações e documentos acerca da concessão, fruição e eventual pagamento de férias em razão de atraso ou não concessão tempestiva aos servidores ocupantes dos cargos de Procurador Geral e Advogado(a) do Município;

As indicações e requerimentos apresentados na sessão foram aprovados pelo Plenário, de acordo com as normas regimentais e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos públicos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pelo Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 20h10min do dia 08 de setembro de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:1929FEB3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2026

DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO
(Dispensa de Licitação)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, higienização e finalização pós-obra nas dependências do escritório e do barracão da nova sede Administrativa do CISPAR, com maquinário específico e produtos de limpeza.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

SETOR DEMANDANTE: Administração.

Considerando a Solicitação da Demanda, a justificativa da necessidade e a estimativa de despesa apurada na pesquisa de preços que instruem os autos, **TOMO CIÊNCIA** da contratação pretendida e **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para análise do enquadramento da contratação e adoção das demais providências administrativas cabíveis.

Determino a publicação do presente despacho, para fins de publicidade e transparência da instauração do processo administrativo.

A presente autorização refere-se exclusivamente ao prosseguimento da instrução processual, não constituindo autorização definitiva da contratação, que permanecerá condicionada ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Maringá – PR, 14 de setembro de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Coordenador-Geral
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:82CF6D1B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026 - DISPENSA Nº 24/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **GILBERTO A. MARCATO & LUIZ LTDA – CNPJ 03.527.252/0001-61**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE (A4) PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA/PR.
VALOR GLOBAL: R$ 20.900,00 (Vinte Mil e Novecentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:B370CCEC

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026 - PREGÃO Nº 14/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **JOAO DE CARVALHO – CNPJ 17.595.566/0001-06**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA, ATENDENDO DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.
VALOR GLOBAL: R$ 34.320,00 (Trinta e Quatro Mil, Trezentos e Vinte Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:DBF68F9F

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026 - DISPENSA Nº 25/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: S. C. COMERCIAL LTDA – CNPJ **20.758.465/0001-13**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÚLPITO EM ACRÍLICO DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, VISANDO PROPORCIONAR MELHOR ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, CERIMÔNIAS, PALESTRAS, APRESENTAÇÕES CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS
VALOR GLOBAL: R$ 1.774,00 (Um Mil, Setecentos e Setenta e Quatro Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:0BF4CCE2

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 - DISPENSA Nº 27/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS – CNPJ **20.198.897/0001-17**
OBJETO: CONTRATO DE RATEIO, PER CAPTA MENSAL, DESPESA DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO ENTRE OS ENTES CONSORCIADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 11.107/05, REFERENTE AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CIRES
VALOR GLOBAL: R$ 7.784,64 (Sete Mil, Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **108 dias (Cento e Oito dias)**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:B2514F45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 10.626/2025, torna público a análise de documentos de habilitação.

Chamamento Público nº 07/2025 – Credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de atendimento terapêutico individualizado baseado no método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou outras Neurodiversidades, residentes no Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

Chamamento Público 01/2026 - Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para o fornecimento, transporte e distribuição de sacolas contendo produtos hortifrutigranjeiros destinados ao projeto ECOheita QB, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 17 de setembro às 09:00h.
LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, situada à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro - Quatro Barras - PR.
Quatro Barras, 15 de setembro de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:94924F4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO
PORTARIA Nº010/2026

SÚMULA: Nomeia Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público/2026, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Querência do Norte – Estado do Paraná, **ALEX SANDRO FERNANDES**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Querência do Norte – PR,

destinado ao provimento de cargos, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

Art. 2º - A Comissão de que trata essa Portaria, fica assim composta:

NOME	CPF	QUALIFICAÇÃO
Edson Ronaldo Tressmann	639.***.***-87	Bacharel em Teologia; Pós-Graduação em Missiologia; Pós-Graduação em Teologia Aplicada e Liderança.
Eduardo Bettin Corradi	031.***.***-44	Bacharel em Contabilidade; Pós Graduação em Contabilidade Pública
Neusa Aparecida Barreto Zago	350.***.***-00	Licenciatura em Educação Artística; Especialização em Artes Plásticas; Especialização em Supervisão Escolar e Metodologia do Ensino Superior.

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referentes ao Concurso Público/2026.

Art. 3º - As decisões da Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público, serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 4º - Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância a Prefeitura Municipal, sem ônus ao erário público.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão, presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete a Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público:
I – Lavrar as Atas dos trabalhos da Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público, assinando-as em conjunto.
II – Condução, fiscalização e acompanhamento de todas as etapas para a realização do Concurso Público.
III – Os membros podem Propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão.
IV – Elaborar relatórios assinando-os em conjunto.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 15 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:6635CDCD

LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 01/2024 - ATA SORTEIO

ATA DE SORTEIO E CLASSIFICAÇÃO DOS MEIs – CREDENCIAMENTO Nº 01/2024
Aos 15 (quinze) dias do mês de Setembro de 2026, às 08h 30 min, na Sala de Licitações do Município de Querência do Norte (PR), foi realizado o sorteio referente ao Credenciamento, conforme publicação constante na Edição nº 3615/2026, para definição da ordem de classificação dos Microempreendedores Individuais- MEIs.
- Informamos que a empresa 55.311.075 VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA, regularizou a pendência após a publicação de convocação, contudo preservando a transparência do processo e como não há até o momento novos interessados a referida empresa será classificada ao final do sorteio.
Após a realização do sorteio, restou definida a seguinte ordem de classificação:
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

ORDEM	PROTOCOLO Nº	NOME	FUNÇÃO	fone
01	1492/2026	68.723.090 JULIANA FERREIRA	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	44- 9 9880-9033

SERVIÇOS DE ASSEIO E LIMPEZA

ORDEM	PROTOCOLO Nº	NOME	FUNÇÃO	fone
01	1534/2026	68.845.039 ANALHA RODRIGUES DE SUZA ARAGÃO	Serviços de Asseio e Limpeza	44- 9 9113-6050
02	1491/2026	26.054.840 CRISTIANA ROCHA CAMPOS	Serviços de Asseio e Limpeza	44-9 9999-3089
03	1343/2026	55.311.075 VANIA FONSECA RAMALHO PEREIRA	Serviços de Asseio e Limpeza	44- 9 9895-6475

Conforme a necessidade da Administração Pública para a execução dos serviços objeto do Credenciamento nº 01/2024, deverá ser observada a ordem de classificação acima descrita para futuras convocações. Havendo novos MEIs credenciados a partir desta data, estes passarão a compor a lista de classificação após realização de novo sorteio, sendo incluídos em sequência à ordem já estabelecida.
Presentes ao sorteio as representantes das empresas: Não compareceram
Realizaram o sorteio:
Leandro Lopes dos Santos
Lucas Celestino Lenz
Yarlly Giotti dos Santos
QUERÊNCIA DO NORTE, 15 de Setembro de 2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:8A0F23C0

LICITAÇÃO
PE 29/2026 HOMOLOGAÇÃO FINAL

PREGÃO ELETRONICO Nº 29/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR E FINAL** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

MARCIA MARIA BORGHI LTDA
CNPJ: 04.158.490/0001-00
LOTES: 14

Querência do Norte PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:5C9C9EF8

LICITAÇÃO
PE 33/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

KTIA ELIANE REGINI 04933220948
CNPJ: 25.061.135/0001-98
62.015.977 ANY KAROLINY TEIXEIRA DA SILVA
CNPJ: 62.015.977/0001-30
ADILSON APARECIDO PIZZETTI
CNPJ: 03.594.830/0001-82

Querência do Norte PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:D868375C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVITE

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convida a população para participar da audiência pública referente ao Segundo Quadrimestre de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2026, às 16:30 horas, na Câmara Municipal de Quitandinha, na Avenida Fernandes de Andrade, nº 330.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B9AAAFC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVITE

CONVITE

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar convida a população para participar da audiência pública referente ao Segundo Quadrimestre de 2026, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2026, às 16:00 horas, na Câmara Municipal de Quitandinha, na Avenida Fernandes de Andrade, nº 330.

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:D13DC0D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 111/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 111/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Mikaele Santos Da Cruz
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:991DB0CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 36/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 36/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Elcio Edneir Kais
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1D6BA451

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 37/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 37/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Norlei Rogerio Lacerda
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F7617429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 38/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 38/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Paulo Ricardo Martins
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 15/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:9ED58315

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 39/2025-PMQ

Extrato de Aditivo ao Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 39/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Andre Galtieri De Oliveira Aal
Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Data da assinatura: 15/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:E028FAEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N°15/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n°15/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Emilay Daynara Ramos Batista
Objeto: Prestação de serviço na função de Assistente de Aluno
Valor mensal: R$ 1.760,12
Duração: 08/09/2026 a 07/09/2027
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:FC609371

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N°16/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n°16/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Lucas Menon Lenartovicz
Objeto: Prestação de serviço na função de Assistente de Aluno
Valor mensal: R$ 1.760,12
Duração: 08/09/2026 a 07/09/2027
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:9289AD58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 23/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 23/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Daniela Oliveira Santos Martins Reikdal

Objeto: Prestação de serviço na função de Auxiliar Administrativo
Valor mensal: R$ 2.229,11
Duração: 01/09/2026 a 31/08/2027
Data da assinatura: 01/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:914530A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 24/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 24/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Patricia De Jesus Calaz Da Cruz
Objeto: Prestação de serviço na função de Auxiliar Administrativo
Valor mensal: R$ 2.229,11
Duração: 01/09/2026 a 31/08/2027
Data da assinatura: 01/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:519CCEEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 29/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 29/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Luana Kais Andrade
Objeto: Prestação de serviço na função de Professor De Ensino Fundamental
Valor mensal: R$ 2.784,01
Duração: 02/09/2026 a 01/09/2027
Data da assinatura: 02/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:07AB2C84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 30/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 30/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Karina Kantele
Objeto: Prestação de serviço na função de Professor De Ensino Fundamental
Valor mensal: R$ 2.784,01
Duração: 02/09/2026 a 01/09/2027
Data da assinatura: 02/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:EC8EE62E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 31/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 31/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Mediterran Rocha Dos Santos
Objeto: Prestação de serviço na função de Motorista II
Valor mensal: R$ 2.737,24
Duração: 02/09/2026 a 01/09/2027
Data da assinatura: 02/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:5BEAEC28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 32/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 32/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Lucia Maria Pirahoski
Objeto: Prestação de serviço na função de Professor De Ensino Fundamental
Valor mensal: R$ 2.784,01
Duração: 03/09/2026 a 02/09/2027
Data da assinatura: 03/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:8F32BCE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 33/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 33/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR Francieli Ryba
Objeto: Prestação de serviço na função de Professor De Ensino Fundamental
Valor mensal: R$ 2.784,01
Duração: 08/09/2026 a 07/09/2027
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F49DDAEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 34/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 34/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR Deise Kiara Rocha Dos Santos
Objeto: Prestação de serviço na função de Professor De Ensino Fundamental
Valor mensal: R$ 2.784,01
Duração: 08/09/2026 a 07/09/2027
Data da assinatura: 08/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:5786DC8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N° 055/2025-PMQ

Extrato de Rescisão de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n° 055/2025-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha e Valeria Lima De Souza
Objeto: Rescisão antecipada do Contrato de Trabalho
Data da assinatura: 11/09/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:88E1825C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 281/2026

PORTARIA N° 281/2026

Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, art. 23, da Lei Municipal nº 419/98, e considerando o artigo 41 caput e § 4º da Constituição Federal,

RESOLVE

Art. 1º Conferir aos servidores abaixo relacionados à estabilidade no cargo em virtude de aprovação em estágio.

Matr	Nome	Cargo	RG.
2314-1	Flavia Cristiane Gavlak	Auxiliar Operacional Geral	9.436.567-8/PR
2373-1	Rubens Da Luz Cordeiro Vieira	Técnico Em Enfermagem A	8.288.412-2/PR

Art. 2º Por força do estabelecido no inciso II do artigo 24, da Lei 563/2003, fica concedido avanço horizontal aos servidores acima relacionados para a classe B.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 24 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:BAA12A51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 282/2026

PORTARIA N° 282/2026

Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 41 caput e § 4º da Constituição Federal, e artigo 24 da 846, de 14 de dezembro de 2010,

RESOLVE

Art. 1º Conferir aos servidores abaixo relacionados a estabilidade no respectivo cargo em virtude de aprovação em estágio probatório.

Matr	Nome	Professor Padrão	RG.
2309-1	Guione De Paula	Professor /II	10.717.523-7/PR
2310-1	Rafaela Moreira Diolindo	Professor /I	10.480.228-1/PR

Art. 2º Por força do estabelecido no inciso III do artigo 46, da Lei 846/2010, fica concedido avanço horizontal aos servidores acima relacionados para a classe B.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:F8B0AA34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 283/2026

PORTARIA N° 283/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no Art. 24 da Lei Municipal nº. 892/2012, e avaliações de desempenho,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder avanço horizontal, aos servidores municipais abaixo relacionados:

Nome	Cargo	De classe	Para classe
Anderson De Jesus	Motorista II	M5F	M5G
Cleusa De Andrade Wosniacki	Auxiliar Operacional Geral	M2C	M2D
Leandro Cesar Da Fonseca	Auxiliar de Manutenção e Conservação	M1E	M1F
Maria Janete Kupka Kimieck	Auxiliar Operacional Geral	M2E	M2F

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1859281C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 284/2026

PORTARIA N° 284/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no Art. 38 da Lei Municipal nº. 846/2010, e avaliações de desempenho,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder avanço horizontal, aos servidores municipais abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Padrão	De classe	Para classe
Cozima Farah Ferreira	Professor	I	N3G	N3H
Inez Bernadete Rodrigues	Professor	II	N3F	N3G
Jucelia Surek Pogseba	Professor	I	N3G	N3H

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:115CEAFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 296/2026

PORTARIA N° 296/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 22, da Lei Municipal 892/2012, Protocolos nº. 3752, 4006, 3867, 3895, 3777, 3866, 3911, 4052, 3751 e 3897/2026,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder progressão vertical, com o correspondente acréscimo no vencimento base, aos servidores municipais:

Nome	Cargo	Para nível	Para classe
Anacelia Neu Hornick	Técnico Em Enfermagem A	IV	M4A
Andressa Rafaela Faot Meister	Técnico Em Enfermagem A	V	M5E
Antonio Carlos Steff Dalke	Auxiliar de Manutenção e Conservação	IV	M4C
Cleusa De Andrade Wosniacki	Auxiliar Operacional Geral	IV	M4C
Gislaine Colaco De Andrade	Auxiliar Administrativo	IV	M4A
Maria Claudia Klisievicz	Auxiliar Operacional Geral	IV	M4B
Maykon Jean Kryca	Pedreiro	IV	M4B
Pedro Ferreira De Lima	Motorista II	V	M5I
Salete Fierdzoski Figura	Auxiliar de Consultório Dentário	IV	M4B
Suely Jolandek De Lima	Agente Comunitário de Saúde	IV	M4B

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B3A38765

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 297/2026

PORTARIA N° 297/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado nos artigos 40 e 41 da Lei Municipal nº. 846/2010, Protocolos nº 3632/2026,

RESOLVE

Art. 1º Conceder avanço vertical, a servidora municipal abaixo relacionada:

Nome	Professor Padrão	Para Nível	Para Classe
Guione De Paula	Professor / II	III	N3B

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:C07F8480

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 298/2026

PORTARIA N° 298/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada nos artigos 40 e 43 da Lei Municipal nº. 846/2010, Protocolos nº. 3633/2026,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder avanço horizontal, a servidora municipal abaixo relacionada:

Nome	Professor /Padrão	De Classe	Para Classe
Guione De Paula	Professor / II	N3B	N3C

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:A1906E4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 299/2026

PORTARIA N° 299/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no artigo 23 e 24 da Lei Municipal nº. 892/2012, Protocolos nº. 3597, 3705, 3578 e 3875, 3776/2026,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder avanço horizontal, com o correspondente acréscimo no vencimento base, aos servidores municipais:

Nome	Cargo	De classe	Para classe
Crislaine Aparecida Cardoso Karas	Auxiliar Operacional Geral	M5B	M5C
Joao Henrique Farinhas Dos Santos	Médico Veterinário	M5B	M5C
Joziane Aparecida Cruz Ludwig	Técnico Em Enfermagem A	M5H	M5I
Lucimar Ferreira Da Silva Rodrigues	Agente Comunitário de Saúde	M3B	M3C
Salete Fierdzoski Figura	Auxiliar de Consultório Dentário	M4B	M4C

Art. 2ºA presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná em 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:91856249

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 300/2026

PORTARIA N° 300/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 4477/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga a licença para tratamento de saúde a partir de 26/08/2026 a 09/09/2026, para MARIA FRANCIANI KRUPA CANTELE, RG nº. 8.018.015-2/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saude, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 26/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:A5FC0202

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 302/2026

PORTARIA N° 302/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998, protocolo nº 4562/2026,
RESOLVE

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a partir de 31/08/2026 a 13/09/2026, para SIRLENE SURECK DRUCIAK, portadora do RG nº. 5.061.420-4/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional Geral, com exercício de suas funções na Escola Municipal Padre Antonio.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 31/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 04 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:34F8ED4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 303/2026

PORTARIA N° 303/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no artigo 36, da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98, Protocolo nº 4550/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada a pedido, ANGELA JACOMEL MELECHENKO, portadora do RG nº. 7.808.259-3/PR, funcionária pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Biólogo, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 08 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:496766BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 304/2026

PORTARIA N° 304/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Art. 35, Inciso I da Lei 419 de 10 de fevereiro de 1998, Protocolo nº. 4550/2026,

RESOLVE

Art. 1º. Declarar vacância de 01 (um) dos cargos de Biólogo, do quadro de servidores públicos deste Município, em razão do pedido de exoneração concedida a servidora ANGELA JACOMEL MELECHENKO, RG nº 7.808.259-3/PR.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 08 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:DBD1F606

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE

PAULO CEZAR CASARIL PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem por meio do presente **CONVIDAR:**
As autoridades, Líderes Comunitários, Representantes de Entidades, bem como o Povo em Geral, para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a realizar-se no dia 29 de setembro de 2026, com início às 15h30min, nas dependências do Auditório da Câmara Municipal de Realeza, com a finalidade de apreciar e definir a elaboração da **Lei Orçamentária Anual - LOA, para o ano de 2027.**

Realeza, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:77D7F6F4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2026

O Executivo Municipal de Realeza, Estado do Paraná, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 3507, inscrito no CNPJ do MF sob n.º 76.205.673/0001-40, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Senhor **PAULO CEZAR CASARIL**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei e atendendo a Instrução Normativa n.º 04/2006 de maio de 2006 do Tribunal de Contas do estado do Paraná,

CONVOCA

Toda a população do Município de Realeza, Estado do Paraná, para participar da Segunda Audiência Pública Quadrimestral de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de Diretrizes Orçamentária – LDO, a ser realizada no dia 29 de setembro de 2026 às 15:00 horas, nas dependências do Auditório da Câmara Municipal de Realeza, com a seguinte Ordem do Dia**:**

Serão tratados assuntos relacionados com o que determina o Parágrafo Primeiro ao Parágrafo Quarto do Art. 16, da Instrução Normativa n.º 04/2006 de 04 de maio de 2006.

Análise dos documentos enumerados no Parágrafo Primeiro ao Parágrafo Quinto, do Art. 9º da Lei 101/2000 – LRF, fazendo remissão ao Parágrafo Primeiro, do Art. 166, da Constituição Federal.

Realeza, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6AEA1814

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.101/2026 15/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **SUELI DE MORAIS HEINZ**, cadastrada sob a matrícula Nº223901, ocupante do cargo efetivo de Professor, a partir da data do dia 16/09/2026 até a data de 18/12/2026 para suprir a vacância da servidora **NEUZA MARIA ROMANO VIECZOREK**, Matricula Nº21011 em cargo efetivo de Professor 1º padrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

- CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **LEONEIDE DOMINGA SIMINHUK DE SOUZA**, cadastrada sob a matrícula Nº10231, ocupante do cargo efetivo de Professor, a partir da data do dia 16/09/2026 até a data de 18/12/2026 para suprir a vacância da servidora **NEUZA MARIA ROMANO VIECZOREK**, Matricula Nº21012 em cargo efetivo de Professor 2º padrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:3A545074

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.102/2026 15/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Revogar a Portaria Nº 8.053/2025 de 07/04/2025 que designou o servidor **GEOVANI ALVES RODRIGUES** matrícula 3106094, em cargo efetivo de Técnico em Radiologia para exercer a função de retirada de materiais contaminados das Unidades Básicas de Saúde do Município de Realeza e encaminhar as mesmas para desinfecção ao Hospital Municipal, a partir de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:EA06261B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.103/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 06 (seis) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 05 a 10 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106723	Fernando Meireles da Silva	Médico Veterinário	01/10/2024 até 30/09/2025

Art. 2º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 01 a 30 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3107039	Salete dos Santos Padilha de Lemos	Auxiliar de Serviços Gerais	01/09/2025 até 31/08/2026

Art. 3º- Conceder 18 (dezoito) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 13 a 30 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
249701	Talita Tremea	Enfermeiro	08/01/2024 até 07/01/2025

Art. 4º- Conceder 11 (onze) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 15 a 25 de setembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aqui1sitivo
3106435	Fabio Luiz Vuicik	Motorista	28/08/2024 até 27/08/2025

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 15 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:30876B19

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.104/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 08 (oito) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 03 a 10 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106739	Daieni Ambrosini Bida	Assessor de Indústria, Serviços e Comércio	19/11/2024 até 18/11/2025

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 15 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6D3D08EA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.105/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 21 a 25 de setembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
284101	Marieli Cristina Dalla Costa de Sousa	Técnico Administrativo	01/10/2025 até 30/09/2026

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 15 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:65FAFFAD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.106/2026 15/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Art. 1º - CONCEDER jornada de Regime Suplementar a servidora **NEUSA MARISETE LUKASEWICZ**, cadastrada sob a matrícula Nº 3107163, ocupante do cargo temporário de Professor de Apoio Educacional (PAEE) com fins retroativos a partir da data de 14/09/2026 até a data de 12/12/2026 para suprir a Licença Prêmio da servidora **JUSSANI SOUZA NETTO**, Matricula Nº 9811 em cargo Efetivo de Professor, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6A41F9AC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.107/2026, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 06 (seis) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 13 a 18 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
228701	Joneli Krug	Técnico em Enfermagem	01/09/2025 até 31/08/2026

Art. 2º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 08 a 17 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
267271	Andre Napiwoski Figueira de Barros	Motorista	21/10/2023 até 20/10/2024

Art. 3º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 23 de setembro a 02 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3107263	Gabriela Maia Nogueira	Coordenador de Oficinas Artísticas	10/06/2026 até 09/10/2026

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 15 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7B319039

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2025

O **MUNICÍPIO DE RENASCENÇA/PR**, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora **FABIELI MANFREDI**, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa **PEDREIRA PALMA SOLA LTDA.**, referente à proposta apresentada na Concorrência Eletrônica nº 006/2025;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 135/2026, que concluiu pela inviabilidade da concessão do reequilíbrio econômico-financeiro na fase pré-contratual, em razão da inexistência de contrato administrativo celebrado;
CONSIDERANDO que o referido parecer foi acolhido pela autoridade competente, mediante decisão proferida em 12 de agosto de 2026, que indeferiu o pedido apresentado pela empresa e determinou a adoção das providências necessárias à revogação do certame, diante da necessidade de atualização dos valores da contratação;
CONSIDERANDO que a empresa foi intimada por e-mail, em 13 de agosto de 2026, para informar, no prazo de 03 (três) dias úteis, se manteria a proposta nas condições e valores originalmente ofertados e homologados;
CONSIDERANDO que a Secretaria demandante também realizou contato telefônico com representante da empresa para cientificá-lo acerca da intimação encaminhada;
CONSIDERANDO que o prazo concedido transcorreu sem a apresentação de manifestação formal pela empresa;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de atualização dos valores e a impossibilidade de prosseguimento da contratação nas condições originalmente estabelecidas;
RESOLVE:
Art. 1º REVOGAR a **Concorrência Eletrônica nº 006/2025**, por razões de interesse público, conveniência e oportunidade administrativas, com fundamento no art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2º Fica assegurado à empresa **PEDREIRA PALMA SOLA LTDA.** e aos demais interessados o prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da publicação deste Termo, para o exercício do contraditório e da ampla defesa quanto à revogação, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 3º Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão encaminhados à autoridade competente para decisão definitiva.
Renascença, 15 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:7AD35206

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 234/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A Prefeita de Renascença, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no item 4, do Edital nº. 205/2026, torna público a homologação das inscrições:

INSCRITOS:

ADMINISTRAÇÃO
Elen Vitoria Todescato dos Santos

CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Enzo Gabriel Corlassoli

ENFERMAGEM
Leonardo Bosco

ENSINO MÉDIO
Carlos Eduardo Sussek
Erick Antony Miranda
Gabriel Gilberto Conte
Isabella Helena Rachwal
Isabelly Maria de Oliveira
João Gabriel Mendes dos Santos
Kayanne Julia Southier
Kaylon Gabriel Vendruscolo Colla
Kenny Carolini Carvalho Arruda
Leticia Oliveira Beltrame
Maria Vitória Dall'Agnol
Mateus Zatta de Oliveira Pilar
Piettro Alexandre Lavall Martini

GESTÃO PUBLICA
Mariana Alicievica Mendes

INFORMATICA

GRADUAÇÃO DIREITO
Francisco Schmidt Beltrame

INSCRIÇÃO INDEFERIDA
Leonice Ferrari

2. A classificação preliminar dos candidatos será publicada no dia **16 de setembro de 2026.**

Renascença, 15 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:E8A08E40

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025 EDITAL Nº 233 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1939, de 09 de abril de 2025, Lei Municipal nº 1947 de 07 de maio de 2025, Lei Municipal nº 1950, de 21 de maio de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Professor 20h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
15º	Bruna da Silva Rauber*	48,00
16º	Eridiane Amaral de Lara*	48,00
20º	Vanderleia Staats*	33,00

* Candidata optante por final de fila
2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:8940D7C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO Nº: 154/2026 SÚMULA: EXONERA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Sr.ª VANESSA CAMARGO ANTUNES, brasileira, portadora do CPF de nº: XXX. 165.079-XX, servidora pública do Município de Reserva do Iguaçu, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR II, lotada junto à Secretária de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 08/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 14 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:8297E213

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 219/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.316.524/0001-14, com sede na RUA GOMERCINDO PAGNUSSAT NÂº 150, 0 EMPRESA - CEP: 99740000 - BAIRRO: CENTRO.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 30/2026

OBJETO: Registro de preço para futuro e eventual fornecimento de recargas de gás medicinal e aquisição de cilindros, objetivando atender a demanda da secretaria de saúde conforme condições, quantidades e exigências
estabelecidas neste Edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 33.530,00(Trinta e Três Mil, Quinhentos e Trinta Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:15 de setembro de 2026

Reserva do Iguaçu, 15 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:01AF25CA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 220/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 220/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.676.642/0001-08, com sede na RUA FRANCISCO PIRES DA ROCHA, 0 SALA 2 - CEP: 85045010 - BAIRRO: BONSUCESSO.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 30/2026
OBJETO: Registro de preço para futuro e eventual fornecimento de recargas de gás medicinal e aquisição de cilindros, objetivando atender a demanda da secretaria de saúde conforme condições, quantidades e exigências
estabelecidas neste Edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 6.611,70(Seis Mil, Seiscentos e Onze Reais e Setenta Centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:15 de setembro de 2026

Reserva do Iguaçu, 15 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:ECF48C32

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 221/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: TECGAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.546.306/0001-35, com sede na AVENIDA MANOEL RIBAS, 3715, 0 - CEP: 85055010 - BAIRRO: BONSUCESSO.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 30/2026
OBJETO: Registro de preço para futuro e eventual fornecimento de recargas de gás medicinal e aquisição de cilindros, objetivando atender a demanda da secretaria de saúde conforme condições, quantidades e exigências
estabelecidas neste Edital e seus anexos.
VALOR TOTAL: R$ 99.846,75(Noventa e Nove Mil, Oitocentos e Quarenta e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:15 de setembro de 2026

Reserva do Iguaçu, 15 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:55B619B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL DA SAÚDE - SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretária Municipal de Saúde e Membros da Comissão de Educação, Saúde, Esportes, Cultura, Turismo e Assistência Social – CESECTAS, da Câmara Municipal de Rio Azul, EXPEDEM o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, convidando todos os Cidadãos e Cidadãs para comparecerem na **AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL DA SAÚDE**, referente ao **SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2026** que será realizada no dia **30 de Setembro de 2026, às quatorze e trinta horas** , no Plenário da Câmara Municipal de Rio Azul, situada à Rua Getúlio Vargas, 250, nesta cidade.

Assim, expede-se o presente Edital para amplo conhecimento público, esperando a participação popular, para que se alcancem os fins desejados pela Legislação vigente.

Secretaria Municipal de Saúde de Rio Azul, em 15 de setembro de 2026.

MARIA ELAINE PACANARO
Secretária Municipal de Saúde

SILVIO PAULO GIRARDI
Presidente

RENATO ANTONIO SEMANN
Secretário

EDSON PAULO KLEMBA
Membro

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:185DB4AF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
03º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
03º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2024
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL

Por disposição do presente instrumento, e em conformidade com inciso LVIII do artigo 6º, inciso I do artigo 136 da lei 14.133/2021, fica reajustado e revisado o valor do referido contrato, aplicando-se a correção pelo índice contratualmente previsto, no valor de 3,77%.
ASSINATURA: 14/08/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) JEFFERSON CHOCHI ZEMBOVICI -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:5DBA1795

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 144/2025

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 144/2025
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL 942002/2023**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
CNPJ.: 20.963.380/0001-77
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 14 de setembro de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 069/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
CNPJ.: 20.963.380/0001-77
VALOR: R$ **13.470,00** (Treze Mil, Quatrocentos e Setenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **14/09/2026** à **23/04/2027.**
ASSINATURA: 14/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ALTAIR FABRO
Representante

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 070/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ALBANI MATTE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRICOLAS
CNPJ.: 34.124.663/0001-30
VALOR: R$ **146.800,00** (Cento e Quarenta e Seis Mil e Oitocentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **14/09/2026** à **23/04/2027.**
ASSINATURA: 14/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LEONARDO STREHER MATTE
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:A0D770FF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERC FINANC DE 2027

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições, EXPEDE o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, convidando todos os Cidadãos e Cidadãs para comparecerem na AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizada no dia 23 de setembro de 2026, ás 14:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Rio Azul, situada à Rua Getulio Vargas, 250, nesta cidade, para apresentação das ações para a elaboração do ***ORÇAMENTO para o exercício financeiro de 2027.***

Expede-se o presente Edital para amplo conhecimento público e participação.

Prefeitura Municipal de Rio Azul, em 15 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:B6DB6D7F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS FISCAIS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal, a Presidente da Câmara Municipal e a Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas – CFOTC, por seus membros, nos termos dispostos no Parágrafo 4.º, do artigo 9.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04-05-2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal -, convidam todos os cidadãos e cidadãs para participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, que será realizada em Sessão da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Rio Azul, no dia 30 de setembro de 2026, às 14:00 horas, no Plenário desta, situada na Rua Getulio Vargas, 250, nesta cidade. Nesta Audiência Pública o Poder Executivo deverá demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2026.

Assim, expede-se o presente Edital para amplo conhecimento público, esperando a participação popular para que se alcancem os fins desejados pela Legislação vigente.

Prefeitura Municipal de Rio Azul, Em 15 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI –
Prefeito Municipal

JUSSARA MARTINS –
Presidente da Câmara Municipal

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:

RENATO ANTONIO SEMANN –
Presidente

ALEIXO PRINCIVAL –
Secretário

***CESAR MARTINS DOS SANTOS* –**
Membro

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:91B2B473

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
PORTARIA Nº 41 /2026

PORTARIA Nº 41 /2026

Dispõe sobre os critérios para a não interposição de recursos, desistência de recursos interpostos e renúncia a prazos recursais pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, fundamentalmente, da **eficiência administrativa**, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o princípio da **indisponibilidade do interesse público** deve ser interpretado em harmonia com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da supremacia do interesse público primário, obstando a movimentação da máquina pública em litígios processuais inócuos ou manifestamente fadados ao insucesso;

CONSIDERANDO as diretrizes de **boa-fé objetiva e cooperação processual** consagradas nos artigos 5º e 6º do Código de Processo Civil, que vedam a prática de atos meramente protelatórios e estimulam a celeridade na prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) que recomendam a racionalização dos atos de gestão e a vedação à geração de despesas com atos processuais desprovidos de utilidade ou vantagem econômica para o Erário;

RESOLVE:

Art. 1º A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul poderá, mediante fundamentação jurídica, deixar de interpor recursos, desistir de recursos já interpostos ou renunciar expressamente a prazos recursais em face de decisões judiciais, nas hipóteses e observados os critérios estabelecidos nesta Portaria.
Art. 2º A não interposição de recurso, a desistência de recurso já interposto ou a renúncia ao prazo recursal poderão ser adotadas quando, mediante análise fundamentada, se concluir pela ausência de vantagem jurídica, econômica ou institucional relevante na adoção da medida recursal, consideradas, especialmente:
I – a inexistência de utilidade prática ou de proveito econômico relevante para o Poder Legislativo decorrente da reforma da decisão;
II – a reduzida probabilidade de êxito do recurso, considerando os fundamentos da decisão recorrida, a legislação aplicável e a jurisprudência pertinente;
III – o risco de aplicação ou majoração de multas diárias cominatórias (*astreintes*) ou de outros encargos decorrentes do prolongamento da demanda;
IV – o risco de elevação de custas processuais, taxas judiciárias, honorários advocatícios e demais despesas processuais, sem perspectiva concreta de reversão do julgado;
V – a existência de obrigação cujo cumprimento imediato seja juridicamente possível e se mostre mais adequado ao interesse público do que o prolongamento da controvérsia judicial.

Parágrafo único. A análise de conveniência processual deverá considerar, de forma conjunta, a perspectiva de êxito da medida recursal, os seus possíveis efeitos jurídicos e econômicos, os riscos decorrentes da manutenção ou reforma da decisão e o interesse público envolvido, não sendo suficiente, isoladamente, a existência de custos relacionados à interposição do recurso.
Art. 3º A Procuradoria Jurídica poderá, ainda, deixar de interpor recurso, desistir de recurso já interposto ou renunciar ao prazo recursal quando a decisão judicial estiver em consonância com entendimento vinculante ou com jurisprudência consolidada dos Tribunais, observadas as seguintes hipóteses:
I – existência de enunciado de Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal aplicável à matéria;
II – existência de precedente qualificado de observância obrigatória, na forma da legislação processual, aplicável à controvérsia;
III – existência de enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho ou do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, quando aplicável à hipótese concreta;
IV – existência de jurisprudência reiterada e consolidada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, especialmente quando demonstrada a ausência de perspectiva razoável de reversão da decisão recorrida;
V – existência de entendimento jurisprudencial consolidado em sentido contrário à pretensão da Câmara Municipal, ainda que não abrangido pelas hipóteses dos incisos anteriores, desde que devidamente demonstrada, no caso concreto, a reduzida utilidade da interposição do recurso.
§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo, a atuação da Procuradoria observará a eficácia e os limites próprios do precedente ou entendimento vinculante aplicável ao caso.
§ 2º A existência de jurisprudência predominante ou reiterada, por si só, não impede a interposição de recurso, devendo a Procuradoria avaliar as particularidades do caso concreto e a existência de elementos jurídicos capazes de justificar a revisão da decisão.
Art. 4º Os atos de não interposição de recurso, desistência de recurso já interposto ou renúncia ao prazo recursal serão formalizados mediante **Parecer Jurídico fundamentado**, exarado pelo Procurador responsável pelo feito, no qual deverão ser demonstrados, conforme o caso:
I – a identificação da decisão judicial e do recurso cabível;
II – a síntese dos fundamentos relevantes da decisão;
III – a análise da possibilidade e da perspectiva de êxito da medida recursal;
IV – a indicação dos fundamentos jurídicos que justificam a não interposição, desistência ou renúncia;
V – a demonstração da subsunção do caso concreto às hipóteses previstas nesta Portaria; e
VI – quando pertinente, a análise dos impactos econômicos, processuais e institucionais decorrentes da adoção ou não da medida recursal.
Parágrafo único. O parecer de que trata o *caput* deste artigo será submetido à ciência do Presidente da Câmara Municipal, para conhecimento da decisão técnica adotada pela Procuradoria Jurídica e, quando a providência recomendada produzir efeitos administrativos, financeiros ou institucionais que dependam de sua atuação, para adoção das medidas de sua competência, sem prejuízo da independência técnica da manifestação jurídica da Procuradoria.
Art. 5º Nas hipóteses em que, nos termos desta Portaria, não seja interposto recurso, haja desistência de recurso ou renúncia ao prazo recursal, a Procuradoria Jurídica poderá promover ou recomendar o cumprimento voluntário da decisão judicial, especialmente das obrigações de fazer, desde que juridicamente possível e observadas as condições e os prazos estabelecidos na própria decisão.
§ 1º O cumprimento voluntário da decisão deverá considerar, entre outros aspectos, a prevenção da incidência ou majoração de multas, encargos e demais consequências decorrentes do seu descumprimento, bem como a efetividade da tutela jurisdicional.
§ 2º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa imposta à Câmara Municipal, o cumprimento da decisão observará integralmente o regime constitucional e legal aplicável às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, inclusive quanto à expedição e ao processamento de precatórios ou requisições de pequeno valor, quando cabíveis.

§ 3º A adoção das providências previstas neste artigo não implica reconhecimento de procedência, transação, renúncia ao direito material ou disposição patrimonial além dos limites estabelecidos na decisão judicial, os quais dependerão de autorização específica da autoridade competente, quando exigida pela legislação.
Art. 6º A não interposição de recurso, a desistência de recurso ou a renúncia ao prazo recursal previstas nesta Portaria não constituem impedimento à adoção de medidas processuais destinadas à preservação de direitos, à correção de inexatidões materiais, ao cumprimento da decisão judicial ou à defesa da Câmara Municipal em relação a questões jurídicas distintas daquela especificamente abrangida pelo ato.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ELEANDRO FONTOURA MACHADO
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:53DAD335

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO –CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da Obra de Construção da Galeria de Águas Pluviais do Bairro Natania, em Rio Branco do Sul/PR.**TIPO DE LICITAÇÃO**: MENOR PREÇO. **VALOR MAXIMO**:R$ R$ 709.481,44.**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 16/09/2026, até às 08:00 horas do dia 02/10/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia 02/10/2026, às 08:30 horas**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:**02/10/2026às 09:00 horas**,** no endereço eletrônico:https://elicita.atende.net/cidadao. **EDITAL**: Estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência no site do E-Licita e no Portal da PNCP do dia 16/09/2026ao dia 02/10/2026. **Parecer Jurídico** nº 904/2026. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h ou pelo e-mail do(a) Agente de Contratação citado no edital. Rio Branco do Sul, 15/09/2026.

CRISLEINE DOS SANTOS LEONART
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2A686984

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 044/2026 EXTRATO DE ATA - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato: Ata de Registro nº 270/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 044/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios tipo Coffe Break. **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** ERALDO GEFFER MATIAS SORVETERIA NELATTO. **Valor Total da Ata:** R$ 400.000,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Administração. **Prazo de Vigência da Ata:** 15/09/2026 a 14/09/2027. **Fiscal de ata:** Adilson Antonio de Faria Junior. **Data de Assinatura:** 15/09/2026.

RAFAELA LUIZE BUENO
Secretaria Municipal Extraordinária de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F650EDCC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 150/2026

Regulamenta a concessão do regime de teletrabalho aos servidores públicos municipais em razão de condição de saúde, mediante recomendação médica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e;
CONSIDERANDO o princípio da eficiência que rege a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que os avanços tecnológicos, especialmente com a implantação dos processos eletrônicos e dos meios digitais de comunicação, possibilitam a execução de determinadas atividades administrativas em regime de teletrabalho, sem prejuízo à continuidade e à eficiência dos serviços públicos;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a concessão do regime de teletrabalho aos servidores públicos que apresentem condição de saúde devidamente comprovada por recomendação médica expressa, estabelecendo critérios, requisitos e procedimentos para sua concessão, manutenção e fiscalização;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de compatibilizar a preservação da saúde e da integridade física do servidor com o interesse público, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com o regime de teletrabalho e haja acompanhamento da chefia imediata quanto ao cumprimento das metas, atividades e demandas institucionais;

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a concessão do regime de teletrabalho aos servidores públicos da Administração Pública Direta do Município de Rio Negro, em caráter excepcional, quando houver recomendação médica expressa indicando a necessidade do exercício das atividades em regime de home office (teletrabalho), por tempo determinado ou indeterminado, visando garantir a continuidade do tratamento médico e a preservação da integridade física e da saúde do servidor.

Art. 2º A concessão do regime de teletrabalho dependerá da observância cumulativa dos seguintes requisitos:
I – apresentação de laudo ou relatório médico circunstanciado, contendo recomendação expressa para o exercício das atividades em regime de teletrabalho, indicando, sempre que possível, o período de sua necessidade;
II – manifestação expressa favorável do Médico do Trabalho do Município, atestando a compatibilidade da condição de saúde do servidor com o exercício das atividades em regime de teletrabalho e ratificando a recomendação médica apresentada;
III – manifestação da Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, quanto ao atendimento dos requisitos previstos neste Decreto;
IV – declaração da chefia imediata de que as atribuições exercidas pelo servidor são compatíveis com o desempenho remoto das atividades, sem prejuízo à continuidade e à eficiência do serviço público;
V – autorização do(a) Gestor(a) da Secretaria a qual o servidor esteja vinculado.

Art. 3º O teletrabalho somente poderá ser autorizado quando a natureza das atribuições do cargo permitir sua execução integral ou predominantemente de forma remota, vedada sua concessão aos servidores cujas atividades exijam atendimento presencial permanente, fiscalização externa, operação de equipamentos ou qualquer outra atividade incompatível com essa modalidade de trabalho.

Art. 4º Compete à chefia imediata:

I – estabelecer as atividades, metas e resultados esperados do servidor em regime de teletrabalho;
II – definir os mecanismos de acompanhamento, supervisão e controle da execução das atividades;
III – acompanhar o cumprimento das metas e dos prazos estabelecidos;
IV – manter registros das atividades desenvolvidas pelo servidor;
V – comunicar à Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal eventual descumprimento das obrigações assumidas pelo servidor.

Art. 5º O servidor autorizado a exercer suas atividades em regime de teletrabalho deverá:
I – cumprir integralmente a jornada de trabalho correspondente ao seu cargo, observadas as determinações da chefia imediata;
II – manter-se disponível durante o horário normal de expediente para atendimento por telefone, e-mail, videoconferência ou outro meio oficial de comunicação utilizado pela Administração;
III – executar as atividades e cumprir as metas estabelecidas pela chefia imediata;
IV – comparecer presencialmente ao local de trabalho sempre que convocado pela Administração, quando sua condição de saúde permitir ou quando indispensável ao interesse público;
V – observar as normas relativas ao sigilo funcional, à proteção de dados e à segurança das informações.

Art. 6º A autorização para o teletrabalho não constitui direito adquirido, podendo ser revista ou revogada a qualquer tempo:
I – por cessação da recomendação médica;
II – por interesse da Administração Pública, devidamente motivado;
III – quando constatado prejuízo à eficiência do serviço;
IV – pelo descumprimento das metas, das obrigações ou das condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 7º Sempre que necessário, a Administração poderá solicitar nova avaliação médica ou atualização do laudo apresentado, a fim de verificar a permanência das condições que justificaram a concessão do teletrabalho.

Art. 8º O regime de teletrabalho não altera os direitos, deveres, remuneração, jornada de trabalho ou demais vantagens inerentes ao cargo efetivo ocupado pelo servidor, permanecendo este sujeito às normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 9º A Administração poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 10. As despesas decorrentes da infraestrutura necessária ao desempenho das atividades em teletrabalho serão de responsabilidade do servidor, salvo disposição expressa em contrário.

Art. 11. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal responsável pela gestão de pessoal, mediante manifestação da Procuradoria Geral do Município, quando necessário.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:07AC11E1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 115/2026

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 01, de 13 de dezembro de 2024, convoca a pessoa, através de sua inscrição abaixo relacionada, para comparecer a partir do dia 16 (dezesseis) de setembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumir a respectiva vaga no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO B - Sede (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 67, de 14/7/2025, Edital nº 74, de 25/7/2025, Edital nº 124, de 24/10/2025, Edital nº 133, de 5/11/2025, Edital nº 150, de 4/12/2025, Edital nº 15, de 4/2/2026, Edital nº 33, de 25/3/2026, Edital nº 37, de 9/4/2026, Edital nº 42, de 22/4/2026, Edital nº 44, de 23/4/2026, Edital nº 51, de 7/5/2026, Edital nº 59, de 18/5/2026, Edital nº 80, de 22/6/2026, Edital nº 98, de 11/8/2026, Edital nº 109, de 2/9/2026 e Edital nº 112, de 10/9/2026. O classificado em 19º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista. Os classificados em 28º e 29º lugares assinaram termos de desistência.	1º à 32º
0013699	Luciane Arins Calino Wamser	33º

O não comparecimento do acima convocado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência da vaga, autorizando o Município a proceder chamada do próximo classificado.

Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BA8B353F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 980/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 15 de setembro de 2026, a servidora pública ***Patrícia de Assis Bastos***, com matrícula nº 1478-8/2, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Assessora Direta do Prefeito", símbolo CC-3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:053A7FDE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 012/2026 COMPRAS.GOV.BR UASG: 987823 CONTRATAÇÃO -17/2026

Processo: 271/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE UM CAMPINHO - MODELO CAMPO SOCIETY - NA RUA LUIS NEPPEL, EM LAGEADO DOS VIEIRAS, RIO NEGRO.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 18/09/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das

Propostas: a partir de 18/09/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **05/10/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:69574A62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 131 – PROCESSO N° 270/2026

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao Laboratório Municipal, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0C67775E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 132 – PROCESSO N° 266/2026

Objeto: Contratação de empresa para realização de plotagem do veículo Marcopolo/Volare V8L da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:9D7A85F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 133 – PROCESSO N° 267/2026

Objeto: Aquisição e instalação de Letreiro Turístico identificável com o nome do Município. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:1FF3BFC2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 134 – PROCESSO N° 265/2026

Objeto: Locação de espaço físico destinado à realização dos eventos "Baile da Terceira Idade" e "Seminário Cidade que cuida: Rio Negro amigo da Pessoa Idosa". PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F629B66C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º 038/2026 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: SHYVER DE SOUZA SILVA LTDA**, com sede na Rua Santo Agostinho, nº 72, Santa Terezinha, na cidade de Fazenda Rio Grande – PR, registrada no CNPJ /MF sob nº 22.720.542/0001-71, neste ato representada por **SHYVER DE SOUZA SILVA**, inscrito no CPF nº 048.283.029-80, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATADA, com a devida anuência da CONTRATANTE, prorroga-se o prazo de execução por mais 02 (dois) meses para a **REFORMA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL: RECONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS, OSSÁRIO E PASSEIOS**, o prazo de execução é estendido de forma retroativa a partir de 06/09/2026. **CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:BA61742C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO III REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 060/2026 CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 010/2026 do processo de Inexigibilidade nº 060/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
5°	GK CONSTRUTORA LTDA	60.184.697/0001-20	02/09/2026

Registre-se que o credenciamento nº 010/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se.

Rio Negro, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6AAB4995

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.412, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA**:** Denomina logradouros públicos (Conjunto Residencial Roma).

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Denomina o Conjunto Residencial localizado no Lote sob nº 148-A, com área de 64.735 m², situado na Gleba Patrimônio Rolândia, como sendo "CONJUNTO RESIDENCIAL ROMA".

Art. 2º Denomina as vias públicas projetadas da seguinte maneira:

a) Rua Projetada 1 - Rua Angelina Scomparin Strassacappa

b) Rua Projetada 2 - Rua Edson Bortolassi

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 14 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 50/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 066/2026
Autoria: Guilherme Spanguemberg

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:6F747426

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 01/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, MELISSA LOVATO GARCIA, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural CULTURA EM MÃOS.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

MELISSA LOVATO GARCIA
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:BCACCCD8

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, BEATRIZ MORAES PEREIRA, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural CULTURA EM MÃOS.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Órgão

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

BEATRIZ MORAES PEREIRA
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C7A787A7

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 04/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 04/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, AYLA LORRAYNE SOARES FREIRE, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO

N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "90 ANOS DE HISTÓRIA: FÉ, CULTURA E TRADIÇÃO".

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

AYLA LORRAYNE SOARES FREIRE
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:1680D6B0

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 05/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 05/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, GABRIEL CHAGAS FRANCISCO, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “ROLÂNDIA - TERRA, TINTA E RIMA”.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

GABRIEL CHAGAS FRANCISCO
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:65A982F0

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 06/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 06/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, GIOVANI BONDEZAN, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “CORES DA QUEBRADA”.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

GIOVANI BONDEZAN
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:D5A6B2BF

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 07/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 07/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, JEAN HENRIQUE SANTOS BASAGLIA, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “THE NEW IMMIGRATION”.
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

JEAN HENRIQUE SANTOS BASAGLIA
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:98B8F0E5

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 08/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 08/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, JEFFERSON CIDADE DE NOVAIS, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “CAPOEIRAPOD”.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.
11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.
12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.
13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.
14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

JEFFERSON CIDADE DE NOVAIS
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:FF5A96C4

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 09/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 09/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, JEFFERSON DA SILVA MARCELINO, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “LEGADO DO INTERIOR – 11 ANOS DE EQUILÍBRIO SONORO”.
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e

Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

JEFFERSON DA SILVA MARCELINO
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:D537BFEA

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 10/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 10/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, LEANDRO RODRIGUES FERREIRA, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “CIRCUITO HIP HOP ROLÂNDIA: CIRCULAÇÃO E VALORIZAÇÃO.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

LEANDRO RODRIGUES FERREIRA
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:93AFA3DD

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 11/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 11/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, PATRICK CAMARGO

RIBEIRO, firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "4POR3.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

PATRICK CAMARGO RIBEIRO
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:A751E746

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 12/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 12/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, THAINÁ ALVES SOARES DOS SANTOS, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “ENTRE LETRAS E MUROS”.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Pelo Prefeito Municipal:
AILTON APARECIDO MAISTRO

Pela Secretaria de Cultura e Turismo:
FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS

Pelo Agente Cultural:
THAINÁ ALVES SOARES DOS SANTOS

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:2F5FF5B9

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 13/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 13/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, WAGNER DE CAMPOS, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “O MÁGICO FELIZ”.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Prefeito Municipal

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

WAGNER DE CAMPOS
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:9E1B196E

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 15/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 15/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, JAMILE CRISTINE RODRIGUES, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “DIREÇÃO AUDIOVISUAL INDÍGENA: JAMILE RODRIGUES DIRIGE VIDEOCLIPE DE GIO BDZ.
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Pelo Prefeito Municipal:
AILTON APARECIDO MAISTRO

Pela Secretaria de Cultura e Turismo:
FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS

Pelo Agente Cultural:
JAMILE CRISTINE RODRIGUES

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:9D713C46

SECRETARIA GERAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 16/2026

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 16/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, e o(a) AGENTE CULTURAL, MICHEL RODRIGUES DA SILVA, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural “TRAÇOS E VERSOS: PATRIMÔNIO DE ROLÂNDIA”.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, por meio da Secretaria Municipal de
Cultura e Turismo e do Departamento de Convênios:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 120 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Cultura e
Turismo a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações será realizado por meio de visitas in loco, por servidor ou pessoa autorizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, e pela solicitação de informações ao agente cultural, por e-mail ou whatsapp.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com
duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 12 meses.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado em Diário Oficial.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

ROLÂNDIA, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Pelo Órgão:

FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Pela Secretaria de Cultura e Turismo

MICHEL RODRIGUES DA SILVA
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:65A0FDA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2026 – PMR. PROCESSO Nº 152/2026.

Objeto: Registro de preços para empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços mecânicos especializados para os veículos e maquinários pertencentes à frota municipal.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 14.524.227,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 13:00 Horas do dia 30/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 Horas do dia 30/09/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 15 de setembro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:2C139CAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2026 – PMR. PROCESSO Nº 153/2026.

Objeto: Registro de preços para eventual contratação para prestação de serviços veterinários de castração em animais domésticos de pequeno porte (cães e gatos, ambos os sexos) em situação de rua ou sob guarda da população de baixa renda, ONG´s, Associações ou Protetores Independentes ligados a causa animal, conforme descrito neste termo.
Tipo: Menor Preço por LOTE

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 1.422.721,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 30/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 30/09/2026.

Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 15 de setembro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:117D1388

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2026 – PMR. PROCESSO Nº 154/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado tipo Split High Wall, ciclo quente e frio, tecnologia Inverter, com capacidade nominal de 18.000 BTU/h, tensão de 220 V, frequência de 60 Hz, eficiência energética classe A, comprovada por classificação do INMETRO/ENCE, equipado com controle remoto sem fio e funções de refrigeração, aquecimento, ventilação, desumidificação e temporizador, sistema de filtragem lavável e fluido refrigerante de baixo impacto ambiental, compatível com a legislação e regulamentação vigente, e perfeito desempenho do equipamento, com garantia mínima de 12 (doze) meses.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 156.058,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 01/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 01/10/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 15 de setembro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:C573D8C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2026 – PMR. PROCESSO Nº 155/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de instrumentos musicais, destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Rolândia, visando atender às necessidades das atividades pedagógicas, terapêuticas, recreativas e de desenvolvimento dos usuários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 9.774,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 15:00 horas do dia 01/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:30 horas do dia 01/10/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 15 de setembro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:38BB01B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
CONTRATO Nº 081/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 081/2026

REFERENTE AO PREGÃO Nº 071/2026

CONTRATANTE: De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**

CONTRATADA: P.F MEOTTI LICITACOES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.133.591/0001-97, estabelecida na Rua Rua Alvaro Tolentino, 30, Box 88, Campinas, na cidade de **SÃO JOSÉ - SC**, CEP 88.101.240 telefone (48) 2132.1294 e-mail: licitação.nautica@gmail.com, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **PEDRO FELIPE MEOTTI,** portador a da Cédula de Identidade/RG n.º 7.696.437 IGP/SC e do CPF/MF n.º 106.217.079-29, residente e domiciliado na cidade de **SÃO JOSÉ – SC**.

OBJETO: aquisição de bonecos de simulação de RCP, intubação orotraqueal, parto e desfibriladores para treinamento das equipes de Urgência e Emergência e SAMU da Secretaria de Saúde do Município de Rolândia/PR.
ITEM 03 SIMULADOR DE PARTO E ASSISTÊNCIA MATERNA E NEONATAL

VALOR: R$ 2.926,00 (dois mil novecentos e vinte seis reais)

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) Dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:9642DF81

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO ERRATA DO CONTRATO Nº 004/2026

ERRATA DO CONTRATO Nº 004/2026

Referente ao **Contrato nº 004/2026**, com a empresa **MARIA IZABEL FRACAROLLI DO CARMO**; conforme publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 19 de janeiro de 2026, edição 3450.

ONDE SE LÊ:
PRAZO DE EXECUÇÃO: a partir de 26 de janeiro de 2026 com a validade dos vouchers até 31 de julho de 2026.

LEIA-SE:
PRAZO DE EXECUÇÃO: Os vouchers emitidos aos beneficiários terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da respectiva data de emissão, tornando-se indisponíveis após o término desse prazo, conforme estabelecido no Decreto Municipal que regulamenta o Programa Bora Estudar.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de setembro de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

MARIA IZABEL FRACAROLLI DO CARMO
Contratada

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:B75BE2B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO ERRATA DO CONTRATO Nº 006/2026

ERRATA DO CONTRATO Nº 006/2026

Referente ao **Contrato nº 006/2026**, com a empresa **MARCELO PERUSSU ZORZETTI ROLÂNDIA**; conforme publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 19 de janeiro de 2026, edição 3450.

ONDE SE LÊ:
PRAZO DE EXECUÇÃO: a partir de 26 de janeiro de 2026 com a validade dos vouchers até 31 de julho de 2026.

LEIA-SE:
PRAZO DE EXECUÇÃO: Os vouchers emitidos aos beneficiários terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da respectiva data de emissão, tornando-se indisponíveis após o término desse prazo, conforme estabelecido no Decreto Municipal que regulamenta o Programa Bora Estudar.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de setembro de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

MARCELO PERUSSU ZORZETTI ROLÂNDIA
Contratada

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:294E737A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO ERRATA DO CONTRATO Nº 012/2026

ERRATA DO CONTRATO Nº 012/2026

Referente ao **Contrato nº 012/2026**, com a empresa **M. GEHA & CIA. LTDA**; conforme publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 23 de janeiro de 2026, edição 3454.

ONDE SE LÊ:
PRAZO DE EXECUÇÃO: a partir de 26 de janeiro de 2026 com a validade dos vouchers até 31 de julho de 2026.

LEIA-SE:
PRAZO DE EXECUÇÃO: Os vouchers emitidos aos beneficiários terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da respectiva data de emissão, tornando-se indisponíveis após o término desse prazo, conforme estabelecido no Decreto Municipal que regulamenta o Programa Bora Estudar.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 11 de setembro de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

M. GEHA & CIA. LTDA
Contratada

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:EC127AC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO PORTARIA N.º 059 /2026

PORTARIA N.º 059 /2026
DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal das Atas nº 190/2026, 191/2026 Pregão nº 063/2026, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 10.208/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – Os servidores: **ROSIMEIRI DE FARIA BAVILONI ADAS, SÉRGIO LUISS MASSON DA SILVA, ADRIANA DA COSTA, JÉSSICA RODRIGUES DE AMORIM, REGINALDO SEVERIANO, MARCELO JORGE CORRÊA, LUIZ CARLOS DELFINO,** como fiscais.

II – Os servidores**: LUCIANO DE ANTONIO DE OLIVEIRA, EUGÊNIA PESSOA FERRAZ DOS SANTOS, ALINE BREND ALVES DE ASSIS, ELOÍSA FERANDA BORASCHI, ANDRESSA FERNANDA BUENO FERRO, LUIZ PEDRO MESSIANO, CARLOS ANTONIO DE ASSIS,** como suplentes.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 03 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:9BFB7EF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 061 /2026

PORTARIA N.º 061 /2026
DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata n.º 192/2026, 193/2026 Pregão nº 079/2026 referente ao Processo Administrativo Licitatório n.º 12.283/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – A servidora **BRUNA SUELLEN SANTOS**, como fiscal.

II – A servidora **ANDRESSA FERNANDA BUENO FERRO**, como suplente.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 08 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:E7EADB7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 062/2026

DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº 219/2025, Pregão Prorrogado nº 114/2025, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 8.708/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **THIAGO MARQUEZ FERNANDES** como fiscal.

II – O servidor **MARCELLO JORDÃO GOMES RIBEIRO** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 15 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:DA7201AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 47/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 47/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de preços para aquisição de medicamentos para atender a dispensação gratuita na farmácia municipal na Unidade de Saúde e plantão 24 horas deste município de Salgado Filho - PR, conforme condições e exigências estabelecidas pautado na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 100/2025.

CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:

Data de início para apresentação das propostas: 18/09/2026 às 08:00 horas no(a) BNC - Bolsa Nacional de Compras

Data limite para a apresentação das propostas: 20/10/2026 às 08:29 horas no (a) BNC - Bolsa Nacional de Compras.

Data de abertura das propostas e início da disputa: 20/10/2026 às 08:30 horas no(a) BNC - Bolsa Nacional de Compras.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site https://salgadofilho.pr.gov.br/licitacao/?idCategoriaArquivo=3 ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D6c6wswMSjA4XsJ5TTBZvrJlLAQxFwPrw_Vrx445OEyArs2j_P63ghKBZmuAg174gSjCHvgbpl1wzfdHpVTzhSuTfL8EVnvA_0%2FTVPNuJBpE%3D

Salgado Filho-PR, 15 de setembro de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:C2D9B0C5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO N°87/2026

Contrato Nº: 87/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR

Contratada.: VJ CLIMATIZACAO LTDA
Valor.....: R$ 70.800,00
Vigência...: Início: 16/09/2026 Término: 16/09/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 45/2026
Recursos...: Dotação: 710 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
715 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de Climatizadores Evaporativos para o Ginasio Municipal de Esportes

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 15/09/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:E45FF51F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 285, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 285, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Servidor Público Municipal junto ao Quadro Único de Pessoal, sob Regime Jurídico Estatutário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 34 de 20 de junho de 2018, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do município de Salgado Filho;
RESOLVE:
Artigo 1º - **NOMEAR,** à partir de 16 de setembro de 2026, sob o Regime Jurídico Único Estatutário, o servidor **DANRLEY SCHENKEL STURM,** portador da Cédula de Identidade sob nº 10.***.679-* S.E.S.P/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.314.***-32, aprovado no Concurso Público Municipal nº 01/2024, realizado nos termos delineados pelo Edital de Abertura nº 01/2024, datado de 09 de setembro de 2024, e suas alterações posteriores, com classificação final dos cargos mediante Edital de Homologação nº 012/2024 de 30 de dezembro de 2024, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de **ENGENHEIRO CIVIL** com carga horária de 20 horas semanais.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:6A7815FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026 PROCESSO 141/2026 EDITAL 987837-28/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 01 de outubro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de radiologia, compreendendo a realização de exames de Raio-X, com e sem emissão de laudo, responsabilidade técnica, incluindo comodato dos equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde. Critério de Julgamento: Menor Preço por LOTE. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 01 de outubro de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 15 de setembro de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos ao agente de contratação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 15 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:A9E2F633

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2025

OBJETO:	Contratação de profissionais especializados para atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas municipais, abrangendo atendimento terapêutico, professor cuidador e suporte pedagógico especializado
CONTRATADO:	IGUAÇU DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ:	17.453.147/0001-30
REEQUILIBRIO FINANCEIRO:	201.154,83
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 15 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:51CF6DE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DISPENSA Nº 04/2026

DADOS DA CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021.

A contratada acima qualificada, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

…….. Assinatura **Representante Legal do Proponente** **CPF do Representante:**	**Carimbo com CNPJ**

Local: Santa Amélia - PR **Data:** ...../...../.....	

Se possível, a declaração deverá ser enviada em papel timbrado da contratada.

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:42645A3B

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 11/2026
DISPENSA Nº 04/2026
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR.
CONTRATADA: _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), nesta cidade de Santa Amélia/PR, as partes de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Romão dos Santos Junior, Nº 70, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 80.926.934/0001-98 neste ato representado pelo Presidente da Câmara Sr. Rafael Abner Severino inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº_____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua _____, número _____, no Município de _____, Estado de(o) _____, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr(a) _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato, em face do resultado da Dispensa de Licitação nº 04/2026, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, bem como o Edital referido, a proposta da CONTRATADA, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro automotivo para o veículo da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, com assistência 24 (vinte e quatro) horas completa, guincho, chaveiro, troca de pneus e cobertura de vidros completa, cobertura total (colisão, incêndio e roubo), cobertura de danos a terceiros, acidentes pessoais por passageiros, franquia obrigatória normal, entre outros, conforme as especificações do termo de referência.
1.2. Os Itens, especificação, quantidade e unidade de medida a serem fornecidos junto com o serviço estão descritos no tópico 5 e 7 do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 04/2026 possui a seguinte dotação:
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.39.69.03 – Seguros de Demais Veículos Públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
3.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Câmara Municipal.
3.1.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão Santos Junior, Nº 70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.
3.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais períodos mediante celebração de termo de aditivo ao contrato, considerar as observações do art. 91 § 4°, art. 106 e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR
4.1. O valor deste Contrato é de R$ _____ (_____). Conforme especificações do Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que aja a regularização das mesmas.
5.2. O pagamento em razão da prestação do serviço será realizado em uma única parcela, sendo realizada logo após assinatura do contrato.
5.3. O pagamento da(s) nota(s) será efetuado pelo(a) contratante em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.
5.4. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.
5.5. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
5.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE
6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data dos ofertados pela licitante vencedora.
6.2. Após decorrido o interregno de 12 (doze) meses da data de assinatura, e mediante solicitação da contratada, os preços inicialmente pactuados poderão ser reajustados pelo contratante, com a aplicação do índice IPCA, registrado no acululado do últimos 12 meses, limitado às obrigações cujo início e conclusão ocorram após o transcurso da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. Os reajustes serão realizados por termos aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. A Câmara Municipal será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.
7.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
7.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
7.4. Prestará todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.
7.5. Facilitará por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da CONTRATADA a fim decumprir as obrigações estabelecidas nocontrato, devendo a CONTRATADA manter sigilo das informações a que tiver acesso em razão da prestação do servço nos termos da lei.
7.6. Receber e atestar a nota fiscal.
7.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.
7.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
7.9. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.10. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO(A)CONTRATADO(A)

8.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência e Edital, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas.

8.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.

8.6. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

8.7. Colocar a disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

8.8. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.

8.9. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos.

8.10. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8.11. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

8.12. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigido no Termo de Referência.

8.13. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações previstas no Termo de Referência, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

8.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência.

8.15. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.

8.16. Não havendo a realização(s) do serviços(s) pela empresa e/ou o não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e em edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.

8.17. Havendo necessidade de esclarecimento após o início dos trabalhos a empresa deverá comunicar por escrito a Câmara Municipal para que seja respondido dúvidas pertinentes a prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c)Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.

A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do Contrato, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:

10.1.1.Reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do Contrato;

10.1.2.Quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato;

10.1.3.Quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO

11.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente,as disposições de direito administrativo e os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DIREITO DAS PARTES

14.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.133, de 1º de abrilde 2021 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código CivilBrasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
15.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro– Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
15.2. A CONTRATANTE, através da sua FISCALIZAÇÃO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
15.2.1. Ordenar a substituição de materiais e equipamentos que, a seu critério, sejam considerados defeituosos, inadequados ou inservíveis para a execução dos serviços.
15.2.2. Aprovar os serviços executados e realizar as respectivas medições.
15.2.3. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.
15.2.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas.
15.2.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.
15.2.6. Verificada alguma irregularidade na execução do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO
16.1.Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirantes/PR, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato;
16.2.E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Amélia/PR, ____ de Setembro de 2026.

Contratante:

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente da CMSA/PR
CPF:_____

TAIS FERNANDA GARBUYO DE CASTRO
Fiscal da Execução do Contrato.
CPF: _____

Contratada:

Responsável Legal da Empresa
CPF: _____

Testemunhas:

1) PATRICK DEODATTI TEIXEIRA
CPF: _____

2) GABRIELE CRISTINA RIBEIRO
CPF: _____

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:A9ADB133

CAMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO: Nº 11/2026
DISPENSA: Nº 04 /2026
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR comunica à todos os interessados que realizará contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 75, inciso II e §3°, da Lei n° 14.133/2021, conforme descrição por item abaixo e definido no Documento de Formalização de Demanda n° 11/2026, e estará recebendo propostas adicionais nos seguintes termos.

Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de Santa Amélia.

ENVIOS DOS ORÇAMENTOS:

O objeto e os prazos para envio das propostas adicionais são:

DATA INÍCIO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS	Dia 16 de Setembro de 2026.
DATA FINAL PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 18 de Setembro de 2026.
DATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS	Dia 21 de Setembro de 2026.
ENDEREÇO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS	Sede desta Câmara Municipal, situada na rua Romão dos Santos Júnior, nº 70 – Centro da Cidade de Santa Amélia/PR.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	camara.santaamelia@hotmail.com

Atenção: Ao encaminhar a proposta pelo endereço eletrônico (e-mail) solicitamos indicar no assunto como: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04 /2026.

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA O VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR, COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS COMPLETA, GUINCHO, CHAVEIRO, TROCA DE PNEUS E COBERTURA DE VIDROS COMPLETA, COBERTURA TOTAL (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), COBERTURA DE DANOS A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, FRANQUIA OBRIGATÓRIA NORMAL, ENTRE OUTROS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
2.1. O prazo da contratação será de 12 meses podendo ser prorrogado comprovando- se a
vantajosidade conforme previsto no art.107 da Lei 14.133/21.
3.JUSTIFICATIVA DA DISPENSA.
3.1. Considerando o baixo valor estimado da contratação, a natureza do serviço e a inexistência de complexidade técnica, resta caracterizada a viabilidade da contratação direta, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratações, cujo valor seja inferior ao limite legal estabelecido.
3.1. Justificativa para a dispensa no formato presencial:
3.1.2. A utilização da forma presencial encontra respaldo ao previsto no artigo 176 da Lei 14.133/2021 que dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso do Município de Santa Amélia-PR, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:
I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;
II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;
III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;
II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO
4.1. A contratação de seguro para o veículo oficial da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, visa resguardar o bem público em

caso de acidentes, roubos ou outros sinistros. Ausência de seguro pode implicar em custos elevados para o órgão diante de tais ocorrências, ocasionando perdas financeiras significativas.
4.2. O seguro também cobre danos pessoais decorrente de acidentes, sendo crucial para garantir a segurança dos servidores e autoridades que utilizam o veículo, proporcionando tranquilidade aos ocupantes em caso de imprevistos, bem como a proteção necessário em caso de reparação civil de danos causados a terceiros.
4.3. Considerando que a disponibilidade do veículo é essencial para a realização das atividades da Câmara, o seguro facilita a reparação ou substituição rápida do veículo em caso de sinistros, garantindo a continuidade dos trabalhos.
4.4. Por fim a contratação de seguro reflete a gestão responsável e prudente dos recursos públicos, pois demonstra o compromisso do órgão em proteger o patrimônio público e mitigar os efeitos na ocorrência de imprevistos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A motivação para realizar contratação por CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO foi utilizado visto que é uma técnica economicamente mais viável aos anseios do órgão da administração, sendo a mais adequada a evitar os transtornos de recebimento dos bens.
5.2. A execução plena do objeto iniciará com o encaminhamento da Nota de Empenho pela Câmara Municipal de Santa Amélia/PR.
5.3. No prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada deverá emitir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro especificando sua vigência, coberturas e demais informações pertinentes ao seguro, em conformidade com este Termo de Referência e a proposta apresentada.
5.4. Caso seja necessária a realização de vistoria, esta deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR.
5.5. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente na ocorrência dos sinistros cobertos
pelo seguro.
5.6. O serviço objeto desta contratação deverá ser executado diretamente por seguradora que esteja regular junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e sem intervenção de corretor ou empresa corretora de seguros.
5.7. O prazo paras indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
5.8. Os pagamentos de franquia, em caso de sinistro, serão realizados diretamente para a seguradora.
5.9. A contratada se obriga a prestar o serviço ora contratado nos moldes desse instrumento e da proposta apresentada, concluindo-se pela contratação, esta será formalizada por meio da Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei 14.133/2021.
5.10. Para fins contratuais considera-se a sede da Câmara Municipal de santa Amélia/PR, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, 70, Santa Amélia Estado do Paraná CEP: 86.370-000, como o local para tratativa do serviço prestado, sem prejuízo do uso dos recursos eletrônicos de comunicação sempre que possível.
5.11. Durante a vigência da contratação, a empresa fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o valor proposto e nos prazos e condições estipulados, bem como as especificações constantes deste Termo de Referência.
5.12. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser ajustados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
5.13. Permitir-se-á a participação neste certame, apenas de pessoas jurídicas, que comprovem por meio de documentos de registros ou autorizações legais a exploração do ramo de atividade compatível com o objeto, que atendam às exigências do edital e seus anexos.

6. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES:

6.1. O objeto da contratação compreende a contratação de empresa especializada na prestação de seguro para o veículo oficial Volkswagen Novo Voyage 1.6 – Ano/Modelo: 2013/20213, Chassi: 9BWDB45UXDT292233, da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR.
6.2. A contratação deverá observar as seguintes especificações:

6.2.1 Dados do veículo:

Marca/Modelo: Volkswagen Novo Voyage 1.6
Ano Fabricação/Modelo: 2013/2013
Chassi: 9BWDB45UXDT292233

6.2.2. Coberturas mínimas e valores de indenização:

Cobertura	Valor de Indenização
Casco (compreensivo) - Colisão/incêndio/roubo/furto	100% FIPE
Responsabilidade civil danos materiais	R$ 200.000,00
Responsabilidade civil danos corporais	R$ 200.000,00
Responsabilidade civil danos morais/estéticos	R$ 50.000,00
Acidentes pessoais de passageiros – morte	R$ 50.000,00
Acidentes pessoais de passageiros – invalidez	R$ 50.000,00
Acidentes pessoais de passageiros – despesas médico hospitalares	R$ 10.000,00
Vidros, faróis, retrovisores	Completo
Reboque/guincho	Quilometragem ilimitada
Carro reserva	30 dias ou mais
Franquia de casco	Normal

6.2.3. Demais informações:

6.2.3.1. Período de cobertura do seguro para 1 (um) ano.
6.2.3.2. Cobertura de seguro sem perfil de condutor, considerando como condutor qualquer vereador ou servidor efetivo ou comissionado, desde que sempre esteja legalmente habilitado.
6.2.3.3. Cobertura com assistência 24 horas, durante os 7 (sete) dias da semana.
6.2.3.4. A franquia deverá ser do tipo normal e não deverá exceder o limite máximo de R$ 1.263,64 (Um mil duzentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos), correspondente à mediana das propostas obtidas e da apólice vigente.
6.2.3.5. A franquia não será o objeto de seleção das propostas para fins de aplicação
do menor preço, mas o limite máximo deverá ser respeitado como especificação técnica da contratação.
6.2.3.6. O limite máximo da franquia visa garantir a observância do princípio da isonomia, de modo que caso se deixasse a critério de cada licitante, quanto maior Rua Romão dos Santos Junior, 70 – CEP: 86.370-000 – Santa Amélia – Paraná, CNPJ: 80.926.934/0001-98 - camara.santaamelia@hotmail.com/ - https://camarasantaamelia.pr.gov.br/ - Fone: (43) 3544-1534 fosse o valor maior a probabilidade de sagrar-se vencedora da licitação, com potencial prejuízo à Administração e aos outros licitantes que cotarem com valores inferiores de franquia.
6.2.3.7. Na cotação do seguro deverá ser considerada a classe de bônus, quando couber.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato onerarão as seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2026.
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa Empenho: 3.3.90.39.69.03 – Seguros de Demais Veículos Públicos.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:
8.2. Cobertura para danos materiais, incêndio, roubo, furto e danos a terceiros, observando as especificações deste Termo de Referência.
8.3. Cobertura para acidentes pessoais de passageiros em caso de morte, invalidez e despesas
médicas e hospitalares, observando as especificações deste Termo de Referência.
8.4. Cobertura com assistência 24 horas incluindo vidros, faróis, retrovisores e carro reserva,
observando as especificações deste Termo de Referência
8.5. Da abrangência geográfica do seguro veicular compreendo os sinistros que venham ocorrer em qualquer ponto do território nacional.
8.6. O serviço executado por empresa regular junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e em observância a todas as normas emitidas pela respectiva autarquia federal e às demais normas pertinentes ao ramo do objeto.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução plena do objeto iniciará com o encaminhamento da Nota de Empenho pela Câmara Municipal de santa Amélia - PR.
9.2. No prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada deverá emitir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro especificando sua vigência, coberturas e demais informações

pertinentes ao seguro, em conformidade com este Termo de Referência e a proposta apresentada.
9.3. Caso seja necessária a realização de vistoria, esta deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR.
9.4. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente na ocorrência dos sinistros cobertos pelo seguro.
9.5. O serviço objeto desta contratação deverá ser executado diretamente por seguradora que esteja regular junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e sem intervenção de corretor ou empresa corretora de seguros.
9.6. O prazo paras indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
9.7. Os pagamentos de franquia, em caso de sinistro, serão realizados diretamente para a seguradora.
9.8. A contratada se obriga a prestar o serviço ora contratado nos moldes desse instrumento e da proposta apresentada, concluindo-se pela contratação, esta será formalizada por meio da Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei 14.133/2021.
9.9. Para fins contratuais considera-se a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia – PR, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, 70 – CEP: 86.370-000 – Santa Amélia – Paraná, como o local para tratativa do serviço prestado, sem prejuízo do uso dos recursos eletrônicos de comunicação sempre que possível.
9.10. Durante a vigência da contratação, a empresa fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o valor proposto e nos prazos e condições estipulados, bem como as especificações constantes deste Termo de Referência.
9.11. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser ajustados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10. PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1 As propostas poderão ser enviadas dentro do prazo e nas formas apresentadas abaixo, fazendo referência ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR PREÇO Nº 04/2026.
10.1.1. De forma presencial na Sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR situada a Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, Santa Amélia/PR, CEP: 86.370-252, o prazo para entrega da proposta é até 18/09/2026 às 17:00h.
10.1.2. De forma eletrônica através do e-mail: camara.santaamelia@hotmail.com, o prazo para envio da proposta é até 18/09/2026 às 17:00h.
10.1.3. A proposta de preço poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II do Edital.
10.1.4. Também será aceito modelo de proposta enviado em papel timbrado da empresa, desde que contenha as seguintes informações:
• Valor total a ser cobrado pela realização do serviço;
• Número Nacional de Pessoa Física – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ do proponente e Razão Social da empresa;
• Endereço, telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;
• Nome e assinatura do representante legal da empresa;
• Validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias.
10.1.5. Propostas de preço que não cumprirem o Termo de Referência serão desclassificadas.

11. PRAZO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais períodos mediante celebração de termo de aditivo ao contrato, até atingir o limite de 5 anos e/ou atingir o limite financeiro da licitação por modalidade por dispensa.
11.2. O valor máximo estimado para a aquisição será de R$ 1.263,64 (Um mil duzentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Esse valor se enquadra nos limites estabelecidos no art.75, inciso II da Lei 14.133/2021.
11.3. Item, especificação, quantidade, unidade de medida, preço unitário e total (ANEXO I).

12. DA HABILITAÇÃO

Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2021, os documentos de habilitação serão exigidos
apenas do licitante VENCEDOR.

12.1. Habilitação Jurídica

12.1.1. Prova de registro comercial, no órgão competente, no caso de empresário individual.
12.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
12.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
12.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) administrador da empresa;

12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.
12.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
12.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
12.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
12.2.4.1 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.
12.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.
12.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.
12.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação do contrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
12.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).
12.2.9. Consulta ao cadastro de empresas impedidas de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR, disponível no endereço: https://crcap.tce.pr.gov.br/Consultar Impedidos.aspx/
12.2.10. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

12.3. Habilitação técnica

12.3.1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
12.3.2. Certidão de regularidade emitida pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), que comprove que a seguradora está autorizada a operar no mercado de seguros.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em parcela única, (correspondendo o valor total da apólice com validade de 12 meses), pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação de nota fiscal contendo o detalhamento dos produtos fornecidos, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta indicada pelo contratado e após conferência e recebimento do fiscal do contrato.
13.2. O pagamento da nota será efetuado pelo(a) contratante em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.
13.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.
13.4. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
13.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO

14.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.
14.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
14.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções

expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:

"CONSTITUIÇÃODAREPÚBLICAFEDERATIVADOBRASIL-CRFB/1988:Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Dentre as exceções previstas em lei federal para dispensa de licitação, destaca-se o art. 75, inciso II, combinado com os §1º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

15. DO CONTRATO

15.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.
15.2. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão dos Santos Junior, nº70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-252.
15.3.O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais períodos mediante celebração de termo de aditivo ao contrato, até atingir o limite de 5 anos e/ou atingir o limite financeiro da licitação por modalidade por dispensa.
15.3.1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
15.4. A prorrogação do contrato deve considerar as observações do art. 91 § 4°, art. 106 e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.
15.5. Os reajustes de preço da apólice de seguro serão feitos por meio de termos contratuais que só podem ser realizados de forma periódica (aditivo), com duração de 12 meses cada poderá ser aplicado reajuste com base na alteração do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro- – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização administrativa do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
16.2. A CONTRATANTE, através da sua FISCALIZAÇÃO, vistoriará permanentemente a execução do fornecimento do objeto e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
16.2.1. A fiscalização da CONTRATANTE não implica corresponsabilidade por eventuais falhas, omissões ou irregularidades advindas dos serviços prestados pela CONTRATADA, a qual permanece integralmente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.
16.2.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou do emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Nessas hipóteses, a atuação fiscalizatória da CONTRATANTE não implica em corresponsabilidade, direta ou indireta, de seus agentes e prepostos, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelo fiel cumprimento de suas obrigações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
16.2.3. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução de todos seus termos e condições presente no contrato..
16.2.4. Verificada alguma irregularidade na execução do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da CONTRADA, sem prejuízo de outras a serem previstas no contrato são as seguintes:
17.1.1. Prestar os serviços objeto deste Edital e no Termo de Referência nos prazos e condições especificados.
17.1.2. Indicar representante para relacionar-se com a Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, como responsável pela execução do objeto.
17.1.3. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, e, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
17.1.4. Implementar, de forma adequada, o plano de execução dos serviços e realizar a supervisão permanente, de forma a obter uma operação correta e eficaz, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pela Contratante.
17.1.5. Atender, prontamente, às solicitações e observações feitas pela fiscalização do Contrato, que poderá recusar ou determinar que o serviço seja feito de outra maneira, a fim de atender aos padrões de qualidade.
17.1.6. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado, treinado e capacitado em todos os níveis de trabalho.
17.1.7. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados.
17.1.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular do serviço.
17.1.9 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seu funcionário à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
17.2. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e prestação de garantia.
17.3. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, art. 120 da lei nº 14.133/21.
17.4. As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
17.5. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que houver a renovação o contrato, mudança de exercício financeiro e em qualquer caso em que a Câmara exigir, a fim de averiguar a regularidade da empresa.
17.6. A CONTRATADA deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, a qualquer momento a partir da assinatura do contrato.
17.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.
18.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
18.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
18.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.

18.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato.
18.6. Receber e atestar a nota fiscal.
18.7. Indicar formalmente o representante (FISCAL ADMINISTRATIVA DO CONTRATO) da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.
18.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1.O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devi- damente justificado.
20.2. A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
20.3. A anulação do procedimento licitatório não gera direito à indenização, aplicando-se o parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
20.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.
20.5 .São partes integrantes deste Edital todos os anexos a seguir:
20.5.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
20.5.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
20.5.3 – ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERA;
20.5.4 – ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

Santa Amélia, 09 de Setembro de 2026.

EDUARDO CARLOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:D309C366

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida a população para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2026.

Data: **30/09/2026**

Horário: **17:30 horas**

Local: **Plenário da Câmara Municipal de Santa Amélia, localizada à Rua: Romão dos Santos Junior, 70**

Na ocasião, serão apresentados e discutidos os resultados fiscais do período de maio a agosto de 2026, conforme os relatórios exigidos pela legislação vigente. Sua participação é fundamental para o fortalecimento da transparência e da gestão pública municipal de Santa Amélia.

Revoga-se o Convite anteriormente publicado, com data de circulação 15/09/2026.

Contamos com sua presença!

Atenciosamente,

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:23A347FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 613/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Carlos Alberto dos Santos	Motorista de veículos pesados	05,06,07,10,11,12,13,14 de Agosto de 2026	R$ 360,00
B	Nathan Campos Neves	Tecnico desportivo	12/09/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:A6CB4010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 615/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Claudecir Vanzela	Motorista de veículos pesados	08/09/2026	R$ 140,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:DA18F01D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 616/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Ofício nº 170/2026, de 15 de setembro de 2026, solicitando jornada suplementar para professor.

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora pública municipal **REBECA BUENO DE CAMARGO,** matrícula 3644-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de**PROFESSOR REGENTE,** JORNADA SUPLEMENTAR de 20h00 semanais, na ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO FRANCISCO DA SILVA LEAL, no período de 16 de setembro de 2026 a 14 de novembro de 2026, em substituição à professora SONIA GUERGOLET MACIEL, em virtude de licença do auxílio-doença.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Publique-se.
Registre-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia, 15 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:03CF658F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 617/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Concede a servidora pública municipal **MATILDE APARECIDA DA COSTA**, matrícula 2061-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL, a partir do dia 21 de setembro de 2026, 3 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO, de acordo com o artigo 85, § 1º da Lei nº 1108/2004, referente ao período aquisitivo de 2013/2018.

Art. 2º. A servidora deverá retornar as atividades normais no dia 21 de dezembro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:A624A450

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 618/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Ofício nº 164/2026, de 14 de setembro de 2026, solicitando jornada suplementar para professor.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal **JOYCE CAGALE PASTROLIM,** matrícula 3614-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de**PROFESSOR REGENTE,** JORNADA SUPLEMENTAR de 20h00 semanais, na ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO FRANCISCO DA SILVA LEAL, no período de 21 de setembro de 2026 a 20 de dezembro de 2026, em substituição à professora MATILDE APARECIDA DA COSTA, em virtude de licença-prêmio.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Publique-se.
Registre-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia, 15 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:84A43153

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO DE PREÇOS Nº 23/2020
PREGÃO INEXIBILIDADE 04/2020.

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO DE PREÇOS Nº 23/2020
PREGÃO INEXIBILIDADE 04/2020.
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº **76.290.691/0001-77**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 848.208.539-53, residente e domiciliado nesta cidade, **CONTRATADA:** LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A., CNPJ: 65.649.511/0001-84

OBJETO: Contrato o fornecimento de Serviços IP Direto em acordo com as definições dos serviços e demais disposições deste Contrato e seus Anexos

Fica Alterado PRAZO tabela de aditivo
DATA: 15/09/2026

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:0C0BA71E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 20/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N. 20/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO/PR**, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados, que a Administração Municipal, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA** para a contratação de empresa ou pessoa física para **AQUISIÇÃO DE BOLSAS TÉRMICAS PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO,** podendo eventuais interessados apresentar Propostas de Preços a contar desta publicação até a data limite, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.
O valor estimado é de R$ 10.631,52 (dez mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos).
Limite para Apresentação de Propostas de Preço: 21/09/2026, às 08h.
Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 21/09/2026, às 09h.
A proposta de preços deverá ser enviada através da plataforma BNC - Bolsa Nacional de Compras, no sítio eletrônico: https://bnc.org.br/.
Edital: documentos integrantes do Edital estarão disponíveis na Plataforma da BNC Compras.

MARCOS VINICIUS DUARTE
Agente de Contratação.

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:194F0F69

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 087/2026

PORTARIA N.º 087/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, **FÉRIAS**, ao Servidor Municipal **DOUGLAS SATO SAMPAIO,** matricula 100307, Cargo em Comissão **SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER**, período aquisitivo de 02/01/2025 a 02/01/2026 o qual faz jus, no período de 01/10/2026 a 31/10/2026, bem como o pagamento do 1/3 de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 15 de setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:D509EB1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CANCELAMENTO DATA DE ABERTURA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 129/2026

CANCELAMENTO DATA DE ABERTURA

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 129/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DE CALÇAMENTO, CONSTRUÇÃO DE MURETA DE CONTENÇÃO E EXECUÇÃO DE LIGAÇÃO, COM ÁREA DE 90,00 M², NA RUA RG-25, DISTRITO DE IVAÍNA, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO.

A Agente de Contratação, juntamente com a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 2.786/2026, comunica aos interessados em participar da Dispensa Eletrônica em epígrafe que fica **CANCELADA** a abertura anteriormente designada para o dia **22 de setembro de 2026, às 08h30min.**

O cancelamento se faz necessário em razão da necessidade de inclusão de novos serviços no objeto da contratação, sendo necessária a consequente adequação dos documentos que integram o processo.

Após as devidas adequações, será divulgada nova data para a abertura da Dispensa Eletrônica, observados os prazos e procedimentos legais aplicáveis.

A republicação se dará o mais breve possível e será divulgada no diário oficial do Município.

Ficaremos à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, através do telefone (44) 3900-3707, e-mail: licitacao@scmc.pr.gov.br.

Santa Cruz de Monte Castelo, 15 de setembro de 2026.

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6DE23F27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 2/2026

ADITIVO DE VIGÊNCIA E VALOR AO CONVÊNIO Nº. 1/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ - PR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 76.291.418/0001-67, com sede na Praça Militão Bento França, Av. Presidente Kennedy, nº. 717, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **EDSON PALOTTA NETTO**, portador do RG nº. 1.396.059-3 (SSP/PR) e do CPF nº. 239.833.109-15, residente e domiciliado na Rua Apucarana, nº. 631, Centro, CEP:

86.770-000, Santa Fé, Paraná, e a Organização da Sociedade Civil, **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ – PR** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 80.890.825/0001-68, com sede na chácara Novo Amanhecer – Rodovia PR 458, km 18, CEP: 86.700-000, Santa Fé, Paraná, neste ato, representada por seu Presidente, o Senhor **SÉRGIO BIATO**, portador do Registro Geral / CPF nº. 062.281.279-34, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº. 477, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO,** que será regido pelas cláusulas e condições seguintes.

CLAÚSULA PRIMEIRA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A Cláusula Quinta passa a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
Para a execução das atividades previstas neste Termo de Convênio, no presente exercício, a concedente transferirá à convenente, de acordo com o cronograma de execução estabelecido no Plano de Trabalho, o valor de **R$ 296.856,00 (duzentos e noventa e seis mil e oitocentos e cinquenta e seis reais).**
As parcelas dos recursos transferidos no âmbito do Convênio serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, porém, se houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, desvio de finalidade na aplicação de recursos, inadimplência da Entidade em relação às obrigações estabelecidas no Termo de Convênio, ou quando a Entidade deixar de adotar sem justificativa convincente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública, às parcelas ficarão retidas até o saneamento das improbidades.
As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLAÚSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

A Cláusula Décima passa a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA
Este Instrumento tem vigência a partir de sua publicação até o dia 30 de novembro de 2028, podendo as partes signatárias a qualquer tempo o denunciar ou rescindi-lo, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
Quanto à execução das metas e etapas, o início do prazo ocorrerá com a publicação desta parceria, fixando-se o prazo final para o dia 31 de outubro de 2028.
CLÁUSULA TERCEIRA
Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que não conflitantes com as alterações efetivas por este Aditivo ao Convênio nº. 1 /2025.
E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Santa Fé, 15 de setembro de 2026.

Concedente:
Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR.
Prefeito Municipal:
EDSON PALOTTA NETTO.
Assinatura:

Convenente:
Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Santa Fé – PR.
Presidente:
SÉRGIO BIATO.
Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Geovani Minanti
Secretário da Fazenda
RG nº. 6.953.091-5 (SSP/PR)
CPF nº. 024.313.659-56

Maria José Pelegrini de Andrade
Recursos Humanos
RG nº. 3.235.534-0 (SSP/PR)
CPF nº. 455.593.509-82

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:7B8A7075

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde
2º Quadrimestre de 2026

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 36, parágrafo 5º, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, **CONVOCA** os membros do Conselho Municipal de Saúde e toda a comunidade santafeense para participarem da **Audiência Pública de Prestação de Contas** da Secretaria Municipal de Saúde.

Na ocasião, serão apresentados os dados referentes ao **segundo quadrimestre de 2026** (maio, junho, julho e agosto) referente ao **ano de 2026**

Data: 29 de setembro de 2026
Local: Câmara Municipal de Santa Fé
Horário: 16h

A participação de todos é fundamental para garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e fortalecer o controle social sobre a gestão da saúde no município.

Contamos com a sua presença!

Santa Fé, 11 de setembro de 2026.

MARCELO CANDIDO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:029D14B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE, FUNÇÃO GRATIFICADA DE TURNO EXTRAORDINÁRIO, NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE – PR.

PORTARIA Nº 16.044
Data: 16.09.2026

Concede, função gratificada de TURNO EXTRAORDINÁRIO, nos Estabelecimentos de Ensino do Município de Santa Izabel do Oeste – PR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de possuir uma equipe de servidores para organizar os trabalhos nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Santa Izabel do Oeste – PR,

CONSIDERANDO o ofício nº 077/2026 encaminhado pela Secretaria da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos dos artigos 51 inciso II e 55, da Lei nº 2.786 de 16 de junho de 2025, **Turno Extraordinário** à professora **JULIANA WOJCIK**, inscrita no CPF sob nº 094.***.***-64, a partir de **14 de setembro de 2026, até 18 de dezembro de 2026**.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 16 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:F419E0AD

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO AO SERVIDOR VITOR MATEUS SERAFINI DE LIMA.

PORTARIA Nº. 16.045
Data: 16.09.2026

Concede LICENÇA PARA CASAMENTO ao servidor VITOR MATEUS SERAFINI DE LIMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo servidor, sob o nº 0351/2026;
CONSIDERANDO a Certidão de Casamento emitida, que comprova a celebração do matrimônio;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 172 da Lei Complementar Municipal nº 24, de 19 de dezembro de 2022, que assegura ao servidor licença em razão de casamento;

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER, na forma do inciso II, art. 172 da Lei Complementar nº. 24 de 19.12.2022, **licença para casamento,** ao servidor público **VITOR MATEUS SERAFINI DE LIMA**, inscrito no CPF nº 096.***.***.-14, no período de 12 de setembro de 2026 a 19 de setembro de 2026.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 12 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 16 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:BA8D87FC

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDER, À ADRIANA DREHER PILZ, A FUNÇÃO GRATIFICADA DE ASSESSOR DE PROCESSO DE TRABALHO E AUDITORIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.

PORTARIA Nº 16.043
Data: 16.09.2026

Conceder, à ADRIANA DREHER PILZ, a Função Gratificada de Assessor de Processo de Trabalho e Auditoria da Atenção Primária em Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no Anexo II, Capítulo V, Art. 21, § 2º, da Lei nº 2.807, de 19.08.2025, que criou a Função Gratificada de Assessor de Processo de Trabalho e Auditoria da Atenção Primária em Saúde;

CONSIDERANDO que a referida função gratificada exige, no mínimo, ensino superior em Enfermagem e registro no COREN, competindo ao ocupante o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização, planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços da Atenção Primária em Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor público municipal para o exercício das atribuições inerentes à referida função, visando assegurar a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços prestados na Atenção Primária em Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público na adequada organização dos processos de trabalho e na articulação dos serviços da Atenção Primária com os demais níveis de atenção à saúde, garantindo a continuidade e a qualidade do cuidado aos usuários do SUS;

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER à Servidora Pública Municipal, **ADRIANA DREHER PILZ**, CPF nº **026.***.***-92,** nos termos do **Anexo II, Capítulo V, Art. 21, § 2º, da Lei nº 2.807, de 19.08.2025,** a Função Gratificada de **ASSESSOR DE PROCESSO DE TRABALHO E AUDITORIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE**, com percentual de **45% (quarenta e cinco por cento)** sobre o salário base, a partir de **01 de setembro de 2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 16 de setembro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:19C18D34

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – APRENDIZ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – APRENDIZ

O **SISTEMA FIEP**, considerando o processo de seleção para a função de **Assistente Administrativo – Aprendiz**, e em conformidade com os critérios estabelecidos no **Edital nº 001/2026**, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, classificados no referido processo seletivo, para apresentação da documentação necessária à admissão:

Ordem	Candidato(a)
1º	GIOVANA ROSA FONTANA
2º	GUSTAVO ZANCANARO
3º	HENRIQUE FAGUNDES ALVES
4º	MURILO GABRIEL FORTES GEBING
5º	GABRIEL ABRÃO BILIBIO

6º	CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
7º	MURILO ROSA FONTANA
8º	MIGUEL LO GAMLA
9º	STHER MARIA MARCHESAN MORAWSKI
10º	SARHA SOPHIE BRANDELERO BIELAK
11º	ISADORA LUKASIEVIEZ DA FONSECA
12º	LAVINIA CICHOKI SPADOTTO BARROS
13º	KAMILY VITORIA DA LUZ GONÇALVES
14º	JOAO LEONARDO NIESVINSKI MARCOTTO
15º	CATHARINA GIORDANI DE SANT'ANNA
16º	PEDRO HENRIQUE CORREA COUTO
17º	EDUARDO GABRIEL DUARTE FORLIN
18º	PEDRO HENRIQUE DE FARIAS BALDO
19º	HERON DELLABETA FARDO
20º	ANDRIELLY DA COSTA DOS SANTOS

1 – Os candidatos deverão comparecer à **Divisão de Recursos Humanos – DRH, da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste**, situada à **Rua Canela, esquina com a Rua Angico, nº 731 – Santa Izabel do Oeste – PR**, no prazo de **08 (oito) dias úteis**, contados a partir da publicação deste Edital.

2 – Os candidatos convocados iniciarão suas atividades laborativas no dia **05 de outubro de 2026**.

3 – Para fins de admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos **ORIGINAIS**:
• 01 (uma) foto 3 x 4;
• Carteira de Identidade;
• CPF;
• Título de Eleitor e Comprovante de Regularidade Eleitoral;
• Comprovante de Regularidade Militar, para os candidatos do sexo masculino;
• Carteira de Trabalho;
• PIS/PASEP;
• Carteira de Motorista;
• Cartão de Vacinação e declaração de regularidade vacinal, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do município onde reside;
• Certidão de Nascimento ou Casamento;
• CPF do cônjuge, caso seja casado;
• Certidão de Nascimento e CPF dos filhos ou dependentes de até 24 anos;
• Certidão ou Diploma de Conclusão de Escolaridade, correspondente à função;
• Comprovante de Residência atualizado dos últimos 90 (noventa) dias;
• Exame Médico Admissional;
• Declaração de que não ocupa cargo público estadual ou municipal;
• Declaração de Bens;
• Certidão do Cartório Criminal da Comarca onde reside, referente aos últimos 05 (cinco) anos.

4 – O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido neste Edital, bem como a não apresentação da documentação exigida, observará as disposições e os critérios estabelecidos no **Edital nº 001/2026**.

Santa Izabel do Oeste – PR, 16 de setembro de 2026.

SISTEMA FIEP

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:5E1C51F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2026 REF. LICITAÇÃO PREGÃO Nº2/2026 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES E TÊNIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA. E X T R A T O

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2026
Ref. Licitação Pregão Nº2/2026
Aquisição de Uniformes Escolares e Tênis para distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Santa Lúcia.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 5.604,00 (Cinco mil seiscentos e quatro Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula décima quinta do contrato em epígrafe e termos do Art. 125 da Lei 14.133/21 , permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 17/05/2027.
Prazo de Vigência: 17/05/2027.
Data da Assinatura: 15/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C1F29B14

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 130/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº33/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 130/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº33/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** BH DENTAL COMERCIAL LTDA;
Objeto:
Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 19.980,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Oitenta Reais).

Prazo de Execução: 13/03/2027.
Prazo de Vigência: 13/03/2027.
Data da Assinatura: 15/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:5D84F619

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 131/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº33/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 131/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº33/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** D BERLATO & CIA LTDA;
Objeto:
Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais).

Prazo de Execução: 13/03/2027.

Prazo de Vigência: 13/03/2027.
Data da Assinatura: 15/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:D1E59866

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 132/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº33/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 132/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº33/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ;
Objeto:
Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 35.424,00 (Trinta e Cinco Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais).

Prazo de Execução: 13/03/2027.
Prazo de Vigência: 13/03/2027.
Data da Assinatura: 15/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:7300CDFB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 133/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº33/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 133/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº33/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** SC MEDICAL INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
Objeto:
Aquisição de equipamentos médico hospitalares e odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 132.900,00 (Cento e Trinta e Dois Mil e Novecentos Reais).

Prazo de Execução: 13/03/2027.
Prazo de Vigência: 13/03/2027.
Data da Assinatura: 15/09/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:1DE224B7

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1299/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

SUMULA: Dispõe sobre a prorrogação do prazo do Processo Seletivo Simplificado (PSS), edital nº 003/2025, para contratação do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei, apresenta o seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 01 (um) ano, a contar de 18 de setembro de 2026, os contratos oriundos do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025, para a contratação do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º. A prorrogação do contrato será mediante celebração de termo aditivo.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:3B8C3341

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 40, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores Rediciara Salete Branca Mantovani De Azevedo e Ricardo Affonso Marca a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: **“ SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA”,** da empresa **RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA** nos dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano, na cidade Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 03 (Três) diárias integrais aos servidores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 15 de setembro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice - Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:B5C542DC

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 41, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os vereadores Odinei Luiz Parolin, Salésio de Souza e Zélia Fiorese Cupini a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: **"SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA",** da empresa **RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA** nos dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano, na cidade Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 03 (Três) diárias integrais aos vereadores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 15 de setembro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice- Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:6254D89E

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 42, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os vereadores Dilson Antônio Lopes Pereira e João Elto Rangel a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: **"SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA",** da empresa **RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA** nos dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano, na cidade Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 02 (Duas) diárias integrais aos vereadores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 15 de setembro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice- Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:92F96617

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 43, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o vereador Dalci Vieira Berti a viajar em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: **"SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA",** da empresa **RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA** nos dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano, na cidade Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 01 (uma) diária integral ao vereador autorizado no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 15 de setembro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice- Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:6BCE831A

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Nº 29/2026	Referente à Inexigibilidade de Licitação Nº 18/2026/CMSL
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** CNPJ nº 01.491.938/0001-14	
Contratado:	**RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA** CNPJ nº 22.094.483/0001-73	
Objeto:	Contratação de empresa especializada para capacitação de vereadores/servidores por meio do curso SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA: RESPONSABILIDADES DOS VEREADORES, ASSESSORES, SERVIDORES E DO CONTROLE INTERNO NA DEFESA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E DA INTEGRIDADE INSTITUCIONAL POR MEIO DO PROLEGIS	

Valor global:	**R$ 22.320,00** (vinte e dois mil, trezentos e vinte reais).
Prazo de vigência:	90 (noventa) dias.
Data assinatura:	15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:7FCBDFA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
5º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 238/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **SERGIO DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob n.º 08.631.666/0001-50, localizada na Rua Generoso Karpinski, 839, Centro, Santa Maria do Oeste - PR. Neste ato representado pelo Sr. **SERGIO DE OLIVEIRA SILVA** portador do RG nº 6.144.370-3 SSP-PR e inscrito no CPF nº 835.819.449-87 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 124, Inciso I, alínea "b", Art. 125 e o Art. 126 da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com o disposto na Lei Federal n° 14.133/2021 em seu Art. 124, Inciso I, alínea "b", Art. 125 e o Art. 126, fica aditivado o quantitativo do Contrato Administrativo n.º 238/2025 em 25%, no seguinte **Item 203– LEITE ZERO LACTOSE**, que perfaz quantitativo de **72 CX**, totalizando o valor de **R$ 313,20 (trezentos e treze centavos).** Alterando as quantidades dos itens contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: Em conformidade com o disposto no Art. 124, Inciso I, alínea "b", Art. 125 e o Art. 126, da Lei 14.133/2021, e tendo em vista a necessidade de acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicialmente contratado, o que corresponde a um aumento de **R$ 313,20 (trezentos e treze centavos)**.

I- O valor original do contrato era de R$ 1.783.416,09 (um milhão setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e nove centavos).

II- Por meio do 1º Termo Aditivo, houve acréscimo no valor de R$ 1.197,55 (um mil cento e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

III- No 2º Termo Aditivo, houve acréscimo no valor de R$ 1.667,40 (um mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

IV- No 3º Termo Aditivo, houve acréscimo no valor de R$ R$ 963,33 (novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos)

V- No 4º Termo Aditivo, houve acréscimo no valor de **R$ 19.868,35 (dezenove mil oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos)**.

VI- No presente, promove-se novo acréscimo no valor de **R$ 313,20 (trezentos e treze centavos).**

VI- O valor total acrescido ao contrato, considerando os aditivos mencionados, corresponde R$ 24.009,83 (vinte e quatro mil nove reais e oitenta e três centavos), passando o valor global do contrato a ser de **R$ 1.807.425,92 (Um Milhão Oitocentos E Sete Mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e dois Centavos)**.

CLAUSULA TERCEIRA: No exercício financeiro de 2026, as despesas oriundas deste aditivo, correrão por conta das dotações informadas no ano 2026.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 10 de outubro de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 15 de setembro de 2026.

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***SERGIO DE OLIVEIRA SILVA & CIA LTDA***

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Eliane De Faria Rodrigues
RG: 13.498.652-2	RG: 11.046.544-0
CPF: 101.862.579-88	CPF:101.496.509-81

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:0E38814B

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 094/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MOTOCULTIVADOR A GASOLINA, COM POTENCIA MÍNIMA DE 7 HP E CARRETA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE SANTA MARIA DO OESTE – PR, CONFORME CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 993489/2026".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 29 de Setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 29 de Setembro de 2026.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 29 de Setembro de 2026.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"

VALOR MAXIMO: R$ 194.127,84 (Cento e Noventa e Quatro Mil Cento e Vinte e Sete Reais e Oitenta e Quatro Reais).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item

- Aquisição do Edital
O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 ás 12:00 e das 13:00 ás 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495

Santa Maria do Oeste/PR, 15 de Setembro de 2026.

FERNANDO LOPES
Pregoeiro - Portaria n° 144/2025

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:84075BAC

LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº27/2026

Ref.: **PROCESSO N.º 093/2026**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 27/2026

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para a contratação da Empresa **SOUZA RADIOLOGIA LTDA** , inscrita no CNPJ nº 61.572.885/0001-98, localizada na Rua José Schreiner, nº 1905, Centro – Santa Maria do Oeste, Paraná, representada pela Sra. Geane Cordeiro de Souza , inscrita no CPF nº 098.309.509-48, para a **"CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO." (CREDENCIAMENTO Nº02/2026).**
Assim, com base no Art. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 15 de Setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

REFERENTE: Processo Licitatório n.º 093/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 27/2026

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO." (CREDENCIAMENTO Nº02/2026).**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr, inscrita no CNPJ sob nº. 95.684.544/0001-26, com sede administrativa na Rua Jose de França Pereira, 10- na cidade de Santa Maria do Oeste – Pr.

CONTRATADO: SOUZA RADIOLOGIA LTDA , inscrita no CNPJ nº 61.572.885/0001-98, localizada na Rua José Schreiner, nº 1905, Centro – Santa Maria do Oeste, Paraná, representada pela Sra. Geane Cordeiro de Souza , inscrita no CPF nº 098.309.509-48.

Valor Mensal R$ 12.316,90 (Doze mil trezentos e dezesseis reais e noventa centavos)
Valor total estimado 12 meses: R$147.802,80 (Cento e quarenta e sete mil oitocentos e dois reais e oitenta centavos).

Produto / Serviço					
Nome	Quantidade	Preço máximo	Valor Total	Decrição Complementar	Unidade de medida
TECNICO DE ENFERMAGEM PARA ATUAR NO UAPSF CENTRO	12,00	3.817,90	45.814,80	1 PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - TECNICO EM ENFERMAGEM - 40 HORAS SEMANAIS NO PERÍODO DE 12 MESES.	UND
TECNICO EM RADIOLOGIA 1	12,00	2.833,00	33.996,00	1 PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA 24 HORAS SEMANAIS NO PERÍODO DE 12 MESES.	UND
TECNICO EM RADIOLOGIA 2	12,00	2.833,00	33.996,00	1 PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA 24 HORAS SEMANAIS NO PERÍODO DE 12 MESES.	UND
TECNICO EM RADIOLOGIA 3	12,00	2.833,00	33.996,00	1 PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA 24 HORAS SEMANAIS NO PERÍODO DE 12 MESES.	UND

Item Edital	Cargo / Função	Nome do Profissional	CPF / Registro	Situação no Credenciamento
Item 11	Técnico de Enfermagem (UAPSF Centro)	Carla Eloiza Brandet Mariano Fogaça	083.358.109-07 / 1842018-TE	**Credenciado (Contratação Imediata)**
Item 18	Técnico em Radiologia 1	Geane Cordeiro de Souza	098.309.509-48 / 06521T	**Credenciado (Contratação Imediata)**
Item 19	Técnico em Radiologia 2	Mariele Gilnyk	005.905.319-48 / 05245-T	**Credenciado (Contratação Imediata)**
Item 20	Técnico em Radiologia 3	Rogger Vinicius Maier Leal	101.104.189-80 / 10034T	**Credenciado (Contratação Imediata)**

De acordo com o disposto no artigo 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARO RATIFICADO o Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 27/2026.

Santa Maria do Oeste/PR, 15 de Setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:4B6F3EE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
PROCESSO Nº 821/2026
NÚMERO DO PROCESSO COMPRAS GOV E PNCP: 987857 - 16/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor JOSE DORIVAL BANDEIRA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 053/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 07/10/2026, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos, recreativos e de estímulo sensorial, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Sudoeste – PR, para utilização nas unidades da Rede Municipal de Ensino, incluindo Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 17/09/2026, as 08:00 horas até 07/10/2026, as 08:00 horas.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br .**
Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 15/09/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:462EBBF9

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026
Inexigibilidade Nº 24/2026

OBJETO: locação temporária de imóvel urbano, com área construída compatível e infraestrutura adequada às necessidades operacionais de uma Unidade Básica de Saúde, para fins de instalação provisória da Unidade Básica de Saúde (UBS) – Parque das Imbaúvas, no município de Santo Antônio do Sudoeste. O período de locação estimado para esta finalidade é de 03 (três) meses, ou pelo tempo estritamente necessário até a conclusão das obras da sede definitiva da UBS, assegurando a continuidade dos serviços de atenção primária à saúde à população.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ANGELA REGINA TOMAZONI.
VIGÊNCIA: 03/12/2026.
VALOR RENOVADO: R$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 03/09/2026.
PELA CONTRATANTE: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício.
e pela contratada: ANGELA REGINA TOMAZONI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0F10B8AA

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0272/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 089/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0272/2026
Inexigibilidade nº 089/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA
CNPJ Nº 32.095.693/0001-30
Representante: MARCELO ZAMINHAN
CPF nº 075.092.239-70
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de manutenção geral,
incluindo: Materiais elétricos; Materiais hidráulicos; Materiais de pintura; Materiais estruturais e
de alvenaria; Materiais de cobertura; Materiais de acabamento interno e externo; Artefatos de
cimento; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Ferramentas; Vidros; Esquadrias; Materiais
básicos; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs)..
VALOR TOTAL: R$ 1.480.000,00 (Um Milhão, Quatrocentos e Oitenta Mil Reais)
VIGÊNCIA: 13/09/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 14/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4FCEE630

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0273/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 090/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0273/2026
Inexigibilidade nº 090/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: COMERCIO DE PNEUS SCOPEL LTDA ME
CNPJ Nº 82.425.356/0001-31
Representante: EVANDRO LUIZ SCOPEL
CPF nº 717.643.309-78
OBJETO: A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a operacionalidade e segurança da frota de veículos pesados da Secretaria de Saúde de Santo Antônio do Sudoeste PR, compostapor ambulâncias e caminhões essenciais ao transporte de pacientes e insumos. A manutenção especializada não pode ser suprida diretamente pela estrutura municipal, seja pela complexidade técnica, seja pela inviabilidade de equipe própria. O credenciamento é a modalidade mais adequada por se tratar de serviço continuado com demanda variável, permitindo múltiplos prestadores e ampliando a capacidade de atendimento.
VALOR TOTAL: R$ 1.646.625,00 (Um Milhão, Seiscentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Vinte e Cinco Reais)
VIGÊNCIA: 14/09/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 15/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E5F0A652

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 089/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 089/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de manutenção geral, incluindo: Materiais elétricos; Materiais hidráulicos; Materiais de pintura; Materiais estruturais e de alvenaria; Materiais de cobertura; Materiais de acabamento interno e externo; Artefatos de cimento; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Ferramentas; Vidros; Esquadrias; Materiais básicos; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	1	Materiais para Manutenção Geral (Hidráulico)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	2	Materiais para Manutenção Geral (Elétrico)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	3	Materiais para Manutenção Geral (Pintura)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	4	Materiais para Manutenção Geral (Material Estrutural e Alvenaria)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	5	Materiais para Manutenção Geral (Cobertura)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	6	Materiais para Manutenção Geral (Acabamento Interno e Externo)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	7	Materiais para Manutenção Geral (Artefatos de Cimento)	1,00	150.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	8	Materiais para Manutenção Geral (Ferramentas)	1,00	30.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	9	Materiais para Manutenção Geral (Vidros)	1,00	100.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	10	Materiais para Manutenção Geral (Esquadrias)	1,00	200.000,00
NEXUS MULTINEGOCIOS LTDA	1	11	Materiais para Manutenção Geral (Material Básico)	1,00	100.000,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 14/09/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2120931F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Viviane Aparecida Subtil Barbosa
Cargo/Função	Professora
Data	11/09/2026

Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Paula Sirlene Candido Corrêa
Cargo/Função	Secretária
Data	11/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Karlla Patrícia Baruta Sutil
Cargo/Função	Professora
Data	11/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Carolaine Machado Padilha
Cargo/Função	Professora
Data	11/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Neuci de Oliveira
Cargo/Função	Professora
Data	11/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Valéria Lino Nogueira
Cargo/Função	Professora
Data	11/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Dianara Christina Martins
Cargo/Função	Pedagoga
Data	11/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cornélio Procópio – Pr.
Motivação	Seminário de Praticas com foco na Gestão e alfabetização dos municípios pertencentes ao NR de Cornélio Procópio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Eduardo Fernandes da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	17/09/2026 a 03/10/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 dias (Lei Municipal nº 251/2023)
Valor	R$ 675,00
Destino	Ibiporã - PR
Motivação	Viagem para o transporte de pessoas para prestarem serviços no Frigorífico Rainha da Paz.

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:C4A9FD88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL

CONTRATANTE/COMODATÁRIO: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR
COMODANTE: FUJIAGRO AGROPECUARIA FUJIAGRO AGRICOLA LTDA – CNPJ nº 07.055.113/0001-33.

OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato de Comodato de Bem Imóvel, referente à área de terras rurais de **125,37 hectares**, matrícula nº 417 do Cartório de Registro de Imóveis de São Jerônimo da Serra, destinada à retirada de cascalho para utilização na pavimentação e recuperação das estradas rurais municipais, sem custos para o Município.

VIGÊNCIA: 12/09/2026 a 12/09/2027.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

DATA: 12/09/2027.

ASSINATURAS: VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal; AUGUSTO HIROSHI FUJIMURA – Representante da Fujiagro Agropecuária Fujiagro Agrícola Ltda.

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:F97140B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 113/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

A Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, nos termos da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei nº 745/2011, a Lei 1130/2024 e a Portaria nº 226/2026, torna público o presente Edital, que estabelece instruções destinadas à seleção de profissionais e formação de cadastro de reserva para **CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA** de pessoal visando suprimento imediato, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital:

1 Das Disposições Preliminares
1.1 O presente processo seletivo simplificado é destinado a seleção, contratação e formação de cadastro de reserva de profissionais para atuar na Secretaria Municipal de saúde, exclusivamente para atender à necessidade emergencial e temporária de excepcional interesse público.
1.2 Antes de requerer a inscrição no presente processo seletivo simplificado, o candidato deve observar, atentamente, as prescrições deste Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.
1.3 Cronograma da seleção:

1.3.1 Pedidos de inscrição com envio de documentação comprobatória do tempo de experiência e formação e documentos pessoais	**de 18/09/2026 até as 23:59h de 12/10/2026** via e-mail: **rh@saojosedaboavista.pr.gov.br** ou pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura
1.3.2 Divulgação do resultado provisório dos pedidos de inscrição e classificação provisória	**16/10/2026** **www.saojosedaboavista.pr.gov.br**
1.3.3 Recursos	**16/10/2026 a 20/10/2026** **via e-mail: rh@saojosedaboavista.pr.gov.br** **ou pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos**
1.3.4 Classificação definitiva e Homologação	**23/10/2026** **www.saojosedaboavista.pr.gov.br**

1.4. Não haverá taxa de inscrição.

2 Das funções:
2.1. Função: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
2.1.1. Vagas: Cadastro de Reserva
2.1.2. Requisitos obrigatórios: ensino médio completo, residir no Município desde a data da publicação do edital e curso de formação inicial com carga horária mínima de 40 horas (Art. 6º, I, II e III da Lei 11350/2006).

2.1.3. Remuneração: R$ 3.249,22 por mês.
2.1.4. Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
2.1.5. Local de trabalho: a critério da Secretaria Municipal de Saúde.
2.1.6. Atribuições específicas da função: executar todas as atividades e tarefas inerentes à sua função de Agente Comunitário de Saúde em conformidade com o previsto na Lei nº 570/2003 – plano de cargos e salário.
2.1.7. Prazo de contratação: até 02 (dois) anos, rescindível a qualquer tempo no interesse da Administração.

2.2. Função: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS
2.2.1. Cadastro de reserva
2.2.2. Requisitos obrigatórios: ensino médio completo, curso de formação inicial com carga horária mínima de 40 horas (Art. 7º, I e II da Lei 11350/2006).
2.2.3. Remuneração: R$ 3.249,22 por mês.
2.2.4. Jornada de trabalho: até 40 (quarenta) horas semanais.
2.2.5. Local de trabalho: a critério da Secretaria Municipal de Educação e Saúde.
2.2.6. Atribuições específicas da função: executar todas as atividades e tarefas inerentes à sua função de Agente de Combate as Endemias em conformidade com o previsto na Lei nº 570/2003 – plano de cargos e salário.
2.2.7. Prazo de contratação: até 02 (dois) anos, rescindível a qualquer tempo no interesse da Administração.

3 Do pedido de inscrição:
3.1.Os interessados em se inscrever no presente processo seletivo simplificado devem solicitar sua participação exclusivamente através do e-mail da Divisão de Recursos Humanos: rh@saojosedaboavista.pr.gov.br ou diretamente na Divisão de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no período de **inscrição**. E-mails recebidos fora deste período serão desconsiderados. Para as inscrições pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos o candidato deve observar o horário do expediente da Prefeitura: segunda a sexta-feira das 09:00 até as 11:30 hr e das 13:00 até as 17:00 hr.
3.2. Os interessados devem enviar no e-mail a ficha de inscrição devidamente preenchida com os dados completos necessários para identificação, acompanhada dos documentos conforme item 3.3 “a” e 3.3 “b”. A ficha estará disponível para download no site da prefeitura na internet.
3.3. No e-mail juntamente com a ficha de inscrição deverão ser enviados:
a) cópia do documento de identificação com foto e cópia do Cadastro Pessoa Física - CPF;
b) comprovante de residência conforme dados preenchidos na ficha de inscrição para os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde (Art. 6º, I da Lei 11350/2006); demonstrados através de uma conta de energia elétrica (Copel), ou conta de água (Sanepar) ou uma cópia do título eleitoral, confirmando domicílio eleitoral em São José da Boa Vista, não sendo aceitos documentos em nome de terceiros.
c) cópia dos documentos de comprovação de experiência profissional e escolaridade para fins de cômputo da pontuação e classificação dos candidatos.

3.4. O candidato no e-mail deverá, sendo o caso, se autodeclarar negro ou pardo.
3.5. Cabe ao candidato certificar-se junto à Divisão de RH, por meio de telefone, que o e-mail foi recebido.
3.6. No caso duas ou mais inscrições de um mesmo candidato neste Processo de Seleção, será considerada válida somente a última inscrição realizada

4 Dos requisitos para contratação
4.1. Ser brasileiro nato, ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advindos da legislação específica;
4.2. Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino);
4.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
4.4. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data de contratação;
4.5. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, constatado por Atestado Médico;
4.6. Não ter sido aposentado por invalidez ou que esteja recebendo auxílio-doença;
4.7. Não ter sofrido, no exercício da função ou do cargo público, penalidade incompatível com a contratação;
4.8. Apresentar os documentos necessários e compatíveis com o exercício da função, por ocasião da contratação;
4.9. Cumprir as determinações deste edital;
4.10. Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
4.11. Atender os requisitos específicos existentes na legislação municipal;
4.12. Não ser servidor público de qualquer esfera de governo, efetivo, temporário ou comissionado, ressalvados os acúmulos permitidos nos Termos da Constituição Federal;

5 Da Reserva de Vagas Especiais
5.1 .De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 37, VIII e Lei Municipal nº 571/2003, Art. 15 e Lei Municipal 1130/2024, as pessoas com deficiência, assim compreendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Decreto nº 3.298/1999, Art. 4º, têm assegurado direito de inscrição neste certame, sendo-lhes reservado um percentual de **5%** (cinco por cento) do total das vagas existentes e das futuras.
5.2. A 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga existente ou que vier a surgir, a 2ª vaga será a 21ª, a 3ª vaga será a 41ª e, assim, sucessivamente, perfazendo a equivalência mínima de 5% assegurados no presente processo seletivo.
5.3. O percentual previsto, nos termos acima, será observado ao longo da execução, bem como durante todo o período de validade do certame.
5.4. Para fins de nomeação a deficiência deverá, obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições da função, uma vez que, em hipótese alguma essas atribuições serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PNE, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das respectivas atribuições a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.
5.5.Cumpre enfatizar que a deficiência não poderá ser arguida para justificar a necessidade de intermediários permanentes, concessão de aposentadoria, requerimento de avaliação laborativa e incompatibilidade com as atribuições da função.
5.6. Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples não serão considerados como deficiência.
5.7.Para concorrer pela reserva de vagas para PNE o candidato interessado deverá, quando realizar a inscrição **anexar ao Requerimento de Inscrição um laudo médico emitido há menos de um ano,** atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).
5.8. A pessoa com deficiência que deixar de proceder integralmente conforme estabelecido no item 5.7 deste edital, por ocasião da inscrição, concorrerá única e exclusivamente à(s) vaga(s) da ampla concorrência e não poderá invocar esta condição futuramente em seu favor, mesmo que o candidato haja marcado reserva de vaga no formulário de inscrição.
5.9. Os candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas para PNE, desde que classificados no certame, além de figurar na lista de ampla concorrência, terão seus nomes publicados em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação. Os candidatos cuja inscrição for indeferida, mesmo após o período de recursos, não terão direito a concorrer pela reserva de vagas, passando a constar somente na lista de ampla concorrência.
5.10. O deferimento da inscrição para concorrer pela reserva de vagas para PNE não isenta o candidato de submeter-se, quando convocado para nomeação, à avaliação estabelecida no item 11.1.3 deste edital, a qual se destina a avaliar a aptidão física e mental, bem como confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, na forma regrada por este edital e pela legislação em vigor.

6 Afrodescendente
6.1 Ao candidato afrodescendente, amparado pelas Leis municipais nº 1.030/2022 e 1130/2024, fica reservado 10% (dez por cento) das vagas temporárias.

6.2 A 1ª vaga a ser destinada a pessoa afrodescendente será a 10ª vaga existente ou que vier a surgir, a 2ª vaga será a 20ª, a 3ª vaga será a 30ª, a 4ª será a 40ª a assim sucessivamente perfazendo a equivalência aos 10% (dez por cento) assegurados pela lei.
6.3 Para efeitos do previsto neste Edital, considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar expressamente, no ato da inscrição, identificando-se como de cor preta ou parda, a raça etnia negra, conforme o disposto no art. 6º da Lei municipal nº 1.030/2022, mediante informação contida na ficha de inscrição.

7 Dos Critérios de Classificação
Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação. A pontuação será composta pela nota decorrente da experiência profissional e escolaridade, conforme tabela abaixo:

TIPO	PONTOS
Experiência profissional no exercício de atividade da função a que se inscreveu (Agente Comunitário de Saúde ou Agende Combate as Endemias)	**1,0** (Por semestre completo) Limitado ao máximo de 04 pontos
Curso superior completo na área da saúde	**6,0** (Por diploma)
Curso de pós-graduação lato sensu na área da saúde	**3,0** (Por certificado - Limitado até 2 certificados)
Curso superior completo em área diversa	**3,0** (Por certificado - Limitado até 1 certificado)
Curso de capacitação profissional específica na área da função a que se inscreveu com carga horária mínima de 20 horas	**1,0** (Por certificado - Limitado até 2 certificados)
Curso de capacitação profissional na área da saúde com carga horária mínima de 30 horas	**0,5** (Por certificado - Limitado até 1 certificado)
Curso de formação inicial para Agente Comunitário de Saúde ou Agente de Combate as Endemias com carga horária mínima de 40 horas	**1,5** Limitado a 1 certificado por função

7.1. Serão considerados documentos para comprovação de experiência profissional e escolaridade para fins de pontuação:
I – Declaração do Órgão Público competente contratante que comprove a função e o respectivo período de atividades efetivamente desempenhadas;
II – Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo registro do respectivo contrato de trabalho com a empresa ou entidade contratante que comprove experiência em atividades iguais à da função pretendida;
III – Diplomas e certificados expedidos por instituições de ensino oficiais ou reconhecidas pelo MEC.
7.2. Todo documento apresentado para fins de comprovação de experiência profissional deverá conter a data de início e de término do contrato de trabalho realizado.
7.3. Caso o candidato apresente mais de um comprovante de experiência profissional relativa ao mesmo período de tempo, só um deles será computado.
7.4 Os cursos serão computados de modo cumulativo.
7.5. Competirá à comissão organizadora avaliar os títulos e atribuir a nota respectiva.

8 Da classificação provisória
8.1.A classificação provisória dos candidatos será divulgada na data constante do cronograma através de edital específico publicado no site oficial do Município e no Diário Oficial Eletrônico.

9 Do Desempate
9.1. O desempate entre os candidatos será feito pela maior idade, conforme Artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso - Lei n.º 10.741, de 01/10/2003.
9.2. Havendo empate ainda, será aplicado como critério de desempate a verificação daquele candidato que apresentou maior tempo de experiência profissional.
9.3. Caso ainda persista o empate após aplicação dos critérios antes mencionados, será promovido sorteio em reunião pública previamente designada e divulgada aos candidatos, bem como gravada em vídeo para consulta pública.

10 Dos Recursos à Classificação Provisória
10.1 Serão aceitos Recursos com questionamentos sobre a Classificação no período constante do cronograma e encaminhados por e-mail à Divisão de Recursos Humanos no endereço rh@saojosedaboavista.pr.gov.br ou pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura, no horário de expediente.
10.2 Os recursos deverão ser objetivos e vinculados estritamente à questionamentos que possam influir na classificação final e decorrentes de erros na contagem de pontos e da somatória destes.
10.3 Todos os recursos dirigidos à Comissão Organizadora serão julgados e os julgamentos serão divulgados na página oficial da Prefeitura na internet e comunicados ao candidato recorrente.

11. Do Regime Especial de Contratação
11.1 Da Contratação
Os requisitos para contratação estão relacionados abaixo:
11.1.1 Ter solicitado inscrição no presente processo seletivo.
11.1.2 Apresentar a documentação legal comprovando os requisitos para a função.
11.1.3 Apresentar os documentos pessoais exigidos para contratação:
a) Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o número do PIS;
d) comprovante de abertura de conta-salário, contendo o número da agência e conta;
e) comprovante de endereço atual;
f) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
h) Atestado de Saúde atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para o qual se inscreveu, emitido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Declaração de Acúmulo de Cargo;
j) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do Serviço Público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 2 (dois) anos, contados de forma retroativa a partir da data da Contratação, e de que não perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
k) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Instituto de Identificação do Paraná emitidas nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
l) comprovação de regularidade perante o Conselho Regional.

11.1.4. O Contrato de trabalho decorrente do presente processo seletivo poderá ser rescindido a qualquer momento.
11.1.5. Os contratos serão regidos pelas normas de direito administrativo, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 570/2003 e 571/2003, estando os contratados vinculados ao Regime Geral de Previdência, e não há recolhimento de FGTS por se tratar de vínculo de direito administrativo e não CLT.
11.1.6. O contrato de trabalho terá vigência de até 2 anos improrrogáveis.

12. Da Rescisão Contratual
12.1. O Contrato será rescindido nas seguintes situações:
a) Ausência de interesse na manutenção do contrato por parte da Administração ou do contratado;
b) Quando da finalização dos projetos a serem desenvolvidos pela Administração;
c) Encerramento do período de contratação;
d) Qualquer causa superveniente impeditiva da continuidade do contrato de trabalho.

12.2. Em qualquer hipótese não haverá direito à indenizações ou estabilidades decorrentes de auxílio doença ou outras porventura invocadas.

13 Das Disposições Finais
13.1. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Processo Seletivo Simplificado, divulgados no endereço eletrônico www.saojosedaboavista.pr.gov.br e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o Processo.
13.2. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato será excluído

do processo ou, se contratado, terá seu contrato rescindido e a ocorrência será comunicada ao Ministério Público.
13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada, para esse fim, pela Portaria nº 226/2026.
13.4 O presente processo seletivo terá vigência por 2(dois) anos prorrogáveis por igual período.
13.5 O candidato, ao se inscrever no presente processo seletivo simplificado, declara que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do processo seletivo, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709/2018.

São José da Boa Vista-PR; 15 de setembro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

KELLY DA SILVA SCARTON
Presidente da Comissão de Seleção

JAKELINE APARECIDA DE OLIVEIRA GRAVENA
Membro da Comissão de Seleção

LUCIANO DIAS
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:E8B6CC57

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 226/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o Ofício nº 208/2026 da Secretaria Municipal de Saúde solicitando a formação de cadastro de reserva de profissional Agente Comunitário da Saúde e Agente de Combate as Endemias para atuação junto à referida Secretaria, sendo necessário garantir a continuidade e regularidade dos serviços prestados a comunidade usuária do sistema municipal de saúde, considerando ocorrencia de afastamentos temporários de servidores efetivos por motivos de férias, licenças para tratamentos de saúde, licenças- premio por assiduidade, licença maternidade, entre outros afastamentos legalmente previstos.
Considerando que a ausencia desses profissionais impacta diretamente as ações de atenção primária a saúde e vigilância em saúde, em ações de promoção e prevenção da saúde, controle de endemias e cumprimento de metas e indicadores pactuados junto ao Ministério da Saúde;
Considerando que Município não dispõe de concurso público vigente para os Cargos acima citados.
R E S O L V E:

Art. 1º – AUTORIZAR a contratação temporária emergencial de pessoal, de excepcional interesse público, mediante Processo Seletivo Simplificado conforme autorização contida na Lei nº 745/2011 com redação dada pela Lei nº 969/2020 para exercício das seguintes funções, e consoante os seguintes critérios:

FUNÇÃO	VAGAS	Remuneração	Carga Horária	Requisitos
Agente Comunitário de Saúde	CR – Cadastro de Reserva	R$ 3.249,22	40 horas semanais	Ensino médio completo, residir no Município desde a data da publicação do edital e curso de formação inicial com carga horária mínima de 40 horas
Agente de Combate as Endemias	CR – Cadastro de Reserva	R$ 3.249,22	40 horas semanais	Ensino médio completo, curso de formação inicial com carga horária mínima de 40 horas

*CR = Cadastro de reserva
Art. 2º – As contratações serão rescindidas a qualquer tempo no interesse da Administração, quando não subsistir razões para manutenção dos contratos de trabalho.

Art. 3º – O Edital de Processo Seletivo para as contratações temporárias que trata a presente portaria especificará, dentre outros aspectos:
I - os requisitos mínimos para habilitação;
II - número de vagas e período de inscrição;
III - os critérios de classificação;
IV - as atividades a serem desempenhadas;
V - as hipóteses de rescisão de contrato de trabalho;

Art. 4º – Ficam designados para compor a Comissão Organizadora e Examinadora os servidores:

Matr.	Servidor	Cargo	Formação
1706/3	Kelly da Silva Scarton	Auxiliar Administrativo	Graduação em Administração, Pós Graduação em Serviço Social Organizacional
2057/1	Jakeline Aparecida de Oliveira Gravena	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
220/1	Luciano Dias	Oficial Administrativo I	Técnico em Contabilidade, Licenciado em História, Pós Graduação em História e Geografia

§ 1º – As nomeações que tratam o *caput* do presente artigo serão sem ônus ao Município.
§ 2º – Exercerá a presidência da Comissão a servidora Kelly da Silva Scarton.

Art. 5º – O processo será autuado conforme IN 142/2018.

Art. 6º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:BE609CC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DE DISPENSA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José das Palmeiras.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais, de natureza predominantemente intelectual, destinados à revisão, atualização, harmonização e modernização da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, assim como elaboração do Código de Ética da Câmara Municipal de São José das Palmeiras/PR, com adequação constitucional e legal, alinhamento às diretrizes e aos critérios de avaliação do PROLEGIS – TCE/PR, elaboração de minutas normativas, suporte técnico durante a tramitação legislativa e capacitação institucional de vereadores e servidores.

EXTRATO CONTRATO
CONTRATADA
Empresa: LG – ASSESSORIA, TREINAMENTO E PESQUISA LTDA
CNPJ: 18.036.852/0001-02
VALOR TOTAL
R$ 35.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso I ou II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA: 15/09/2026

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:6AEA25A4

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
PORTARIA

PORTARIA Nº59/2026
DATA: 15/09/2026

SÚMULA: Exonera Servidor em Cargo de Comissão

O Presidente da Câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da
Câmara Municipal e pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE
ART. 1º Exonerar o Senhor Germerson Gregório da Silva, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Assessor Legislativo.
ART. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de São José das Palmeiras, 15 de Setembro de 2026.

JONES SILAS GONÇALVES LOUENÇO
Presidente

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:2A87A759

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, **CONVOCA** o pessoal abaixo relacionado, classificado no credenciamento nº 07/2026, para comparecer junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, entre os dias **16/09/2026 à 18/09/2026**, das 08:00 às 11:30 horas, para tratarem de assuntos relacionados à contratação dos serviços.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS:

ENFERMEIRO PLANTÃO:

ORD	PROTOCOLO	NOME	CNPJ/CPF
3	6890	Angela da Silva Alcantra	006.913.199-60
4	6923	Thainara Albuquerque Guermandi	101.908.859-12

São Pedro do Paraná-PR, 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:76238B5F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, **CONVOCA** o pessoal abaixo relacionado, classificado no chamamento público nº 01/2026, para comparecer junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, entre os dias **16/09/2026 à 21/09/2026**, das 08:00 às 11:30 horas, para tratarem de assuntos relacionados à contratação dos serviços.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS:

CARGO: AGRICULTOR FAMILIAR

ORDEM	PROTOCOLO	NOME DO AGRICULTOR			DOCUMENTO CNPJ/CAF
06	6940	COOPERATIVA DE COMERCIO E REFORMA AGRARIA AVANTE LTDA			01.106.849/0001-07 PR01206CAF
PRODUTO		UNID	QUANT	VL UNIT	VL TOTAL
ARROZ POLIDO TIPO 1		Kg	1500	R$ 6,10	R$ 9.150,00
VALOR TOTAL					**R$ 9.150,00**

São Pedro do Paraná-PR, 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:BB9849E0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 27/2026-PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 68/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 27/2026, do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 30 DE SETEMBRO DE 2026, às 09:00 horas. O recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia 30 DE SETEMBRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 15 de setembro de 2026.

RODRIGO DE SOUZA DANTAS SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:D6087D39

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 366/2026

DECRETO Nº 366/2026

Súmula: Declara FRACASSADA a Licitação na Modalidade Concorrência Eletrônica sob o nº 12/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

CONSIDERANDO o conteúdo do Processo de Licitação modalidade Concorrência Eletrônica sob o nº 12/2026-PMSPPR, que teve por objeto contratação de empresa prestadora de serviços para a execução de obra de reforma da Quadra de Esporte da sede do Município de São Pedro do Paraná;

CONSIDERANDO que embora tenham se apresentado empresas interessadas ao chamado da Administração, todas foram inabilitadas por não atender integralmente ao edital;

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico, que conclui tratar-se de licitação fracassada, e necessária sua declaração, com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial, em respeito ao princípio da publicidade;

D E C R E T A

Art. 1º Fica declarada fracassada a Licitação Concorrência Eletrônica sob o nº 12/2026-PMSPPR.

Art. 2º Compete à Divisão de Licitações a adoção das providências necessárias ao encerramento do Processo, bem como a abertura de um novo visando atingir o objetivo delineado.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná, 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:3F051197

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - CONTRATO 46/2026 - PSS 1/2025

CONTRATO 46/2026 POR PRAZO DETERMINADO REGIME ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS 1/2025

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de São Pedro do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede em São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, na Avenida Paraná, 307, Centro, inscrita no CNPJ sob n° 76.975.259/0001-10, aqui denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor **VANDERLEI CAETANO DE CASTRO** Prefeito Municipal, devidamente instituídos para fins de assinatura deste documento, e, o Senhor (a) **SUSANA MARA DE QUADROS ARAUJO, CPF 125.737.129-07,** residente e domiciliado na Rua Portural, nº 175, Bairro Centro, cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aqui denominado **CONTRATADO,** nos termos da Lei Municipal nº 50/2015, Edital de PSS nº 1/2025, Edital de Resultado Final de PSS Nº 2/2026 e Decreto de homologação de Resultado Final de PSS nº 17/2026, celebram o presente CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS, mediante as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço por parte do contratado na função de PROFESSOR, para prestação de serviços no Setor indicado pela chefia da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com regime de trabalho de 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
A vigência do presente contrato terá início em 15/09/2026 e término em 14/09/2027, podendo ser prorrogado por necessidade fundamentada do contratante por uma única vez, desde que não ultrapasse o limite máximo de 12 meses, fixado pelo artigo 3º, § 1º. da Lei nº **50/2015.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Classificação Institucional Orçamentária nº 05.001.12.361.0018.2.045.3.1.90.04.00.00 – Ensino Fundamental 1ª a 5ª – Recursos Próprios - Contratação por tempo determinado**.**

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO
A remuneração obedecerá às disposições contidas na Lei Nº 50/2015 e Edital de PSS nº 1/2025, com seus devidos reajustes no valor de R$ 3.069,25 (Três mil, sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS
Será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS- Regime geral da previdência social), bem como o valor correspondente a título de imposto de renda, de acordo com a legislação especifica sobre cada uma das deduções.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS
Ao contratado em regime especial aplicam – se os seguintes direitos:
I- décimo terceiro salário; II- férias; III – licença gestante; IV- licença paternidade de 05 (cinco) dias; V – afastamento decorrente de casamento: até 03 (três) dias; luto de falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe e irmão: até 02 (cinco) dias; VI- licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho, na forma na legislação previdenciária aplicável ao regime geral;

CLAUSULA SETIMA – DOS DEVERES
São deveres do contratado em regime especial:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, bem como elaborar e cumprir plano de trabalho segundo esta proposta; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas, cumprindo os dias letivos previstos no calendário escolar; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; Preencher Livro de Registro de Classe de acordo co as orientações da escola; Obedecer aos preceitos vigentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Legislação Estadual; Desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao êxito dos fins educacionais da escola e do processo ensino aprendizagem.

CLAUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES
O contratado não poderá:
I- referir–se de modo depreciativo em informação, parecer o despacho, as autoridades e atos da administração pública, federal ou municipal; podendo , porém , em trabalho assinado, criticá-lo do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviços;II- retirar, modificar ou substituir, sem previa autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão municipal com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos;III- valer–se da função para lograr aproveito pessoal em detrimento da dignidade da mesma; IV -promover manifestação de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos do recinto de serviço; V- enquanto na atividade, participar de diretoria, gerencia, administração, conselho técnico ou administrativo de empresa ou sociedade comercial ou indústria contratante ou concessionária de serviço público municipal ; b) fornecedora de equipamento ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão municipal; VI- praticar usura em qualquer de suas formas; VII- receber propinas comissões presente e vantagens de qualquer espécie, em razão da função; VIII- revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão da função salvo quando se tratar em depoimento em processo judicial, policial ou administrativo; IX- cometer a pessoa estranha ao serviço do município, salvo nos casos previsto em lei, o desempenho de encargo que lhe competir; X- censurar pela imprensa ou por qualquer outro órgão de divulgação pública as autoridades constituídas, podendo, porém, fazê-lo em trabalho assinado, apreciando atos dessas autoridades sob o ponto de vista doutrinário, com animo construtivo; XI- entreter–se nos locais e horas de trabalho, em palestra , leituras ou outras atividades estranhas ao serviço; XII-

atender pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho, para o trato de assunto particulares; XIII- empregar matérias e bens do municípios em serviço particular, ou, sem autorização superior, retirar objetos de órgão municipais; XIV- iniciar greves; XV- exercer comercio entre os colegas de trabalho; XVI- vale se da função para melhor desempenhar atividade estranha as suas funções ou para lograr qualquer aproveito, direto ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa.

CLAUSULA NONA – DA RECISÃO
O contratado em regime especial rescinde-se por:
I-descumprimento dos deveres previstos na clausula sétima do presente contrato; II- transgressão das proibições da clausula oitava do presente contrato; III- descumprimento das atribuições do cargo descritas no edital de abertura do processo seletivo que gerou esse contrato; IV- incidência em qualquer das hipóteses previstas no artigo 4º da lei nº 50/2015 inciso 3º, artigo 482 da consolidação das leis de trabalho – CLT; V- a pedido do contratado; V – o pagamento da rescisão será depositado em conta corrente até o ultimo dia útil do mês.
Parágrafo único- As infrações disciplinares serão apuradas pelo órgão contratante mediante averiguação sumaria no prazo máximo de 30 (trinta) dias assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme previsão do artigo nº 15 da lei complementar 108/05.

CLAUSULA DECIMA – DO FORO
Para dirigir quaisquer questões oriundas desse contrato é competente, por força da lei, o foro de Loanda.
E por estar assim justos e contratados, firma o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

São Pedro do Paraná – Paraná, 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

SUSANA MARA DE QUADROS ARAUJO

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:C95065EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 367/2026

DECRETO Nº 367/2026

Altera a representação da Secretaria Municipal de Educação no Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 014/2007, de 18 de abril de 2007;
CONSIDERANDO a composição do Conselho Municipal de Educação estabelecida pelo Decreto nº 322/2025;
CONSIDERANDO a substituição registrada na Ata nº 01/2026 do Conselho Municipal de Educação,
DECRETA:
Art. 1º Fica substituído o senhor Mauro Ferreira pelo senhor Ezídio Biasi Rede na representação da Secretaria Municipal de Educação junto ao Conselho Municipal de Educação de São Pedro do Paraná, constante do art. 1º do Decreto nº 322/2025.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 322/2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2026.
São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:9DC1AC8D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - EDITAL 67 - PSS 1/2026

EDITAL Nº 67/2026

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Artigo 1º - Convocar o pessoal abaixo relacionado, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 1/2025, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, no **dia 21 de setembro de 2026 (segunda), das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas**, para tratarem de assuntos relacionados à admissão no serviço público, munido dos seguintes documentos:

Carteira de Identidade;
CPF;
Titulo de Eleitor com as obrigações eleitorais
Carteira de Trabalho e Previdência Social;
Cartão do PIS/PASEP/NIS/NIT;
Uma foto 3 x 4 Colorida e Atual;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão(oês) de Nascimentos do(s) Filho(s) menor(es) de 14 anos e CPF;
Declaração de Vacinação dos filhos menores de 14 nos, se for o caso;
Certificado de Reservista ou de dispensa, para os candidatos do sexo masculino.
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
Certidão Negativa do Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;
ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (física e mental) pelo Médico do Trabalho;
Comprovante e ou Certificado de Escolaridade conforme exigência do Cargo demonstrado no Edital nº 1/2025 do PSS 1-2025;
Comprovante de Endereço atual;
Declaração de Bens na data de Admissão ou Cópia da Declaração do IRRF;
Declaração de Dependentes para IRRF contendo o CPF dos mesmos;
Declaração que não ocupa outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas do governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebe outro Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social ou Regime Geral de Previdência Social Relativo a Emprego Público;

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS E CARGOS:

I – PROFESSOR

- RAFAEL DE PAULA OLIVEIRA 60º Classificado
- AQUELIS REGILAINE GRASSI 3º Classificado – (Final de Fila)
- CAMILA DA COSTA GUIRAO 4º Classificado – (Final de Fila)
- PAULA DANIELA PIETRO DE SOUZA 5º Classificado – (Final de Fila)
- FLÁVIA CRISTINE CEZAR VENTURINI 6º Classificado – (Final de Fila)
- FRANCIELLE BARBOSA DA SILVA 7º Classificado – (Final de Fila)

Artigo 2º - Será remetido para o Final da Lista de Classificação, o candidato que não comparecer à convocação para a Vaga, conforme Item 14.1.4 do Edital do PSS 1/2025, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a convocar o candidato seguinte obedecendo a ordem de classificação disposta no Edital de Resultado Final nº 2/2026 de 12 de janeiro de 2026.

São Pedro do Paraná - Pr, em 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:C1FE4760

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 255 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Dispõe sobre a nomeação da Comissão Especial Permanente de Avaliação do Programa Municipal de Áreas Industriais e Comerciais, nos termos da Lei Municipal nº 855/2006, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial os artigos 66, item VII, e 100, § 3º da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos Arts. 8º e 9º da Lei Municipal nº 855, de 28 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de estruturação e operacionalização do Programa Municipal de Áreas Industriais e Comerciais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atração de investimentos e geração de emprego e renda no Município;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de manter uma instância técnica permanente para análise, julgamento e acompanhamento dos procedimentos de concessão de incentivos e uso de bens públicos destinados a empresas;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada a **Comissão Especial Permanente de Avaliação**, encarregada de analisar, julgar e emitir parecer fundamentado sobre os requerimentos, projetos técnicos, planos de investimento e documentos de habilitação apresentados por empresas interessadas na concessão de incentivos e cessão de imóveis públicos industriais no Município.

Art. 2º A Comissão Especial Permanente será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro designado:
I – Presidente: Eduardo Henrique Baltrusch de Gois, matrícula funcional nº 1282, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo;
II – Membro (Secretário): Maurício Pereira Cândido, matrícula funcional nº 911, ocupante do cargo de Administrador;
III – Membro Técnico: Ivan Satihiro Tagami, matrícula funcional nº 1272, ocupante do cargo de Engenheiro Civil;
IV – Suplente: Walton Honório da Silva, matrícula funcional nº 825, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 3º Compete à Comissão Especial Permanente de Avaliação:
Receber, autuar, examinar e julgar a documentação de habilitação e as propostas apresentadas nos Editais de Chamamento Público;
Aplicar os critérios pontuáveis definidos na legislação e no instrumento convocatório;
Solicitar esclarecimentos, diligências ou documentações complementares, quando necessário;
Emitir parecer final circunstanciado à Prefeita Municipal para deliberação final;
Acompanhar a execução dos compromissos assumidos pelas empresas contempladas.

Art. 4º Os trabalhos prestados pelos membros da Comissão são considerados de relevante interesse público e não serão remunerados a qualquer título.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de São Sebastião da Amoreira, 15 de setembro de 2026

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Ana Beatriz Gabriel Franco
Código Identificador:B4336DBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.304, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Infantil que especifica, revoga a Lei nº 2.301, de 25 de agosto de 2026, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, localizado na Rua José Marcelino da Silva, nº 587, Centro, no Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, o qual passa a denominar-se **Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Professora Sebastiana Campos Gaspar**.

Art. 2º O estabelecimento de ensino ora criado destina-se ao atendimento da educação infantil, integrada ao sistema municipal de ensino, observadas as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar as providências administrativas necessárias para a implantação, regularização, funcionamento e inclusão da unidade escolar nos cadastros oficiais dos órgãos de educação.

Art. 4º Fica expressamente revogada a **Lei nº 2.301, de 25 de agosto de 2026**, bem como quaisquer outras disposições em contrário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal, 15 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:CB3E63AC

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 94/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situado na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira/PR, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade nº 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
Amauri Carlos dos Santos, residente e domiciliado na Rua Jun Arakawa, nº 1265, CEP 86.240-000, São Sebastião da Amoreira/PR, inscrito no CPF nº 805.760.799-87, portador do RG nº 4.300.014-4 SSP/PR.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do Contrato nº 94/2025, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 20/2025, com nova data de vigência até 18 de agosto de 2027, nos termos da Cláusula Sexta do contrato original e da Lei nº 14.133/2021, mantidas as condições contratuais aplicáveis.
- Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, o valor total do Contrato nº 94/2025, a partir do presente termo aditivo, passa a ser de R$ 39.893,50 (trinta e nove mil oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos), correspondente ao período prorrogado, mantidas as demais condições de pagamento previstas no contrato original.
- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato original, desde que não colidam com os efeitos deste termo aditivo.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:481994C4

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 97/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situado na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira/PR, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade nº 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
José Paulo dos Santos, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 1531, CEP 86.240-000, São Sebastião da Amoreira/PR, inscrito no CPF nº 733.424.759-00.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do Contrato nº 97/2025, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 20/2025, com nova data de vigência até 18 de agosto de 2027, nos termos da Cláusula Sexta do contrato original e da Lei nº 14.133/2021, mantidas as condições contratuais aplicáveis.
- Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, o valor total do Contrato nº 97/2025, a partir do presente termo aditivo, passa a ser de R$ 39.950,50 (trinta e nove mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), correspondente ao período prorrogado, mantidas as demais condições de pagamento previstas no contrato original.
- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato original, desde que não colidam com os efeitos deste termo aditivo.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:D7D15A2F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 99/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

CONTRATANTE

Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situado na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira/PR, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade nº 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
Ricardo Takashi Sato, residente e domiciliado no Sítio Suzuki - Seção Amoreira, CEP 86.240-000, São Sebastião da Amoreira/PR, inscrito no CPF nº 979.676.889-53.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do Contrato nº 99/2025, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 20/2025, com nova data de vigência até 19 de agosto de 2027, nos termos da Cláusula Sexta do contrato original e da Lei nº 14.133/2021, mantidas as condições contratuais aplicáveis.
- Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, o valor total do Contrato nº 99/2025, a partir do presente termo aditivo, passa a ser de R$ 33.642,31 (trinta e três mil seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), correspondente ao período prorrogado, mantidas as demais condições de pagamento previstas no contrato original.
- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato original, desde que não colidam com os efeitos deste termo aditivo.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:CD7E4695

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - ARP 57-2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 57/2025 - PREGÃO N°41/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
CHAGAS & CARDOSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 40, Centro, na cidade de Santo Antônio da Platina, cadastrada no CNPJ n° 09.021.537/0001-02, representada pelo Sr. Fabrício Vilas Bôas Cardoso, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 5.955.854-4 e do CPF/MF sob o nº 020.768.309-36.

OBJETO DO ADITIVO
- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da ata registro de preço 57/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 41/2025, com nova data de vigência até 27 de agosto de 2027, nos termos da Cláusula Quinta da ata de registro de preço original e do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.
- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, o valor total da ata de registro de preço nº 57/2025, passa a ser de R$ 29.201,28 (vinte e nove mil duzentos e um reais e vinte e oito centavos). O pagamento será efetuado de forma parcelada, segundo as solicitações da Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada das certidões negativas exigidas (FGTS, INSS, Municipal e Trabalhista), observada a ordem cronológica de exigibilidade prevista na Lei nº 14.133/2021, e em até 10 (dez) dias úteis após o atesto pela Secretaria requisitante.
- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas explicitadas na ata de registro de preço original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:2B456143

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 239/2026

DECRETO Nº 239/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

Considerando, a aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, homologado pelo Decreto nº 181/2026,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Sr.ª Ana Claudia Maciel Mainardes, CPF nº xxx.182.849-xx para o exercício da função temporária de Auxiliar de Dentista

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos financeiros a partir de 16/09/2026.

Sapopema, 15 de setembro 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6C7A7953

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 80/2026

EXTRATO DE CONTRATO *DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO* Nº 80/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal em exercício **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. x.985.239-x e CPF sob o nº. xxx.681.549-xx, residente e domiciliado nesta cidade, sito à Rua Santana, neste ato denominado simplesmente contratante.
CONTRATADA: ANA CLAUDIA MACIEL MAINARDES
CPF sob nº xxx.182.849-xx
Objeto: Prestação de Serviços de Auxiliar de Dentista, carga horária de 40hrs semanais
Contrato: até dia 09/07/2027, podendo ser prorrogado por mais 01 ano
Sapopema, 16/09/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA MACIEL MAINARDES
Contratada

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:3E94C219

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 012/2026

PORTARIA Nº 012/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema-PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal n° 336/1993,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar o Sr. Luiz Carlos Maciel, nascido em 06/09/1951, Matrícula nº 546-1, nomeado pela Portaria nº 025/2002 para o cargo de Motorista do quadro de cargos de provimentos efetivos, por Aposentadoria Compulsória por Idade aos 75 anos, conforme a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 152/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir do dia 07/09/2026.

Sapopema, 15 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:21B82051

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
COMUNICADO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0007/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS SERVIDORES DA AUTARQUIA ÁGUAS DE SARANDI

Sarandi, 15 de setembro de 2026.

A Autarquia Águas de Sarandi, por intermédio de seu Pregoeiro, comunica às licitantes participantes do Pregão Eletrônico nº 9-0007/2026 que, em razão da solicitação de amostras às licitantes, ocorrerá nova reunião da Comissão Especial de Avaliação de Amostras.
A reunião ocorrerá no dia **17/09/2026 (quinta-feira), às 13h30**, na **Sala de Reuniões da sede da Autarquia Águas de Sarandi**, situada na Avenida Londrina, nº 1764, Jardim Independência, Sarandi/PR.
As licitantes poderão acompanhar os trabalhos da Comissão, caso tenham interesse.

LEANDRO URBANO JACQUES
Pregoeiro
Portaria nº 103/2026

Publicado por:
Leandro Urbano Jacques
Código Identificador:45802084

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2025/SMSA

ORIGEM	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2025/SMSA
CONTRATANTE	ÁGUAS DE SARANDI – SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
CONTRATADA	STP COMERCIAL LTDA
CNPJ	53.710.803/0001-04
OBJETO	**A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2025/SMSA, QUE TEM POR OBJETO A **FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**, POR 12 MESES, A PARTIR DE 22/09/2026 A 22/09/2027; **A ATUALIZAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA,** QUE DEIXA DE SER SANITOP COMERCIAL LTDA., E PASSA A SER STP COMERCIAL LTDA.; **A COMPLEMENTAÇÃO DA SEDE DA EMPRESA**, PARA FAZER CONSTAR O NÚMERO PREDIAL "55", ONDE ANTES CONSTAVA "S/N"; **A ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL**, QUE DEIXA DE SER O SR. LUIS FERNANDO STRESSER, PORTADOR(A) DA CÉDULA DE IDENTIDADE – RG SOB O Nº 1.XXX.495-X, E DO CADASTRO DE

	PESSOAS FÍSICAS – CPF SOB O Nº XXX.990.XXX-20, ORIGINALMENTE INDICADO, E PASSA A SER O SR. DANIEL JAROSZ STRESSER, PORTADOR(A) DA CÉDULA DE IDENTIDADE – RG SOB O Nº 13.XXX.423-X, E DO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF SOB O Nº XXX.312.XXX-30.
VIGÊNCIA	DE 22/09/2026 a 22/09/2027
ASSINATURA	14 DE SETEMBRO DE 2026

SARANDI/PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026

NATANAEL ANTONIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor Geral - Decreto Nº 1263/2026
Águas De Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:E6424067

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2025/SMSA

ORIGEM	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2025/SMSA
CONTRATANTE	ÁGUAS DE SARANDI – SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
CONTRATADA	MAGNUS COMERCIAL LTDA
CNPJ	04.528.024/0001-79
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025/SMSA, QUE TEM POR OBJETO A **FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**, POR 12 MESES, A PARTIR DE 22/09/2026 A 22/09/2027
VIGÊNCIA	DE 22/09/2026 a 22/09/2027
ASSINATURA	14 DE SETEMBRO DE 2026

SARANDI/PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026

NATANAEL ANTONIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor Geral - Decreto Nº 1263/2026
Águas De Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:6461903D

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 007/2025/SMSA

ORIGEM	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2025/SMSA
CONTRATANTE	ÁGUAS DE SARANDI – SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
CONTRATADA	A.G.S. COMERCIAL LTDA
CNPJ	24.435.379/0001-20
OBJETO	O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025/SMSA, QUE TEM POR OBJETO A **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS DE REDE E SOFTWARE DE CONTROLE DE IMPRESSÃO, INCLUINDO A ADOÇÃO DE EQUIPAMENTOS JÁ EXISTENTES NA AUTARQUIA ÁGUAS DE SARANDI**, POR 12 MESES, A PARTIR DE 15/09/2026 A 15/09/2027
VIGÊNCIA	DE 15/09/2026 a 15/09/2027
ASSINATURA	15 DE SETEMBRO DE 2026

SARANDI/PR, 15 DE SETEMBRO DE 2026

NATANAEL ANTONIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor Geral - Decreto Nº 1263/2026
Águas De Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:C708B5EA

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 233/2026/SMSA

Nomeia servidor público para a Função Gratificada de Encargo Especial da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os Arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64 e 65 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

Considerando os Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 2785/2022, de 12 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor **ROBSON ALESSANDRO NUNES SIMAS**, matrícula nº 2897, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotado no Departamento da Diretoria Geral, para exercer a Função gratificada de Comunicação Institucional da Autarquia Águas de Sarandi, símbolo GFE-05.

Art. 2º Compete ao servidor as atribuições previstas no artigo 13 da Lei nº 2785/2022.

Art. 3º Pelo exercício da Função gratificada o servidor passará a receber conforme previsto no artigo 7º da Lei n° 2785/2022.

Art. 4º Revogar em todo seu teor a portaria nº 30/2025/SMSA de 07 de janeiro de 2025.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:76B53141

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 234/2026/SMSA

Nomeia servidora pública para a Função Gratificada de Encargo Especial da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os Arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64 e 65 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO os Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 2785/2022, de 12 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **JAQUELINE HARUMI HASHIMOTO**, Matrícula nº **2966**, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada no Departamento Administrativo, para exercer a Função Gratificada Gestor do SIAP da Autarquia Águas de Sarandi, símbolo GFE-14.

Art. 2º Compete à servidora as atribuições previstas no artigo 22 da Lei nº 2785/2022.

Art. 3º Pelo exercício da Função gratificada a servidora passará a receber conforme previsto no artigo 7º da Lei n° 2785/2022.

Art. 4º Revogar em todo seu teor a portaria nº 130/2025/SMSA de 23 de janeiro de 2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:AE836A17

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 235/2026/SMSA

Nomeia servidor público para ocupar a Função de Confiança da autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o § 2° do artigo 1° da Lei n° 2786/2022, de 12 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor **RODRIGO CARVALHO DE SOUZA,** CPF n° 046.XXX.XXX-63, matrícula nº 1521, ocupante do cargo de Leiturista, lotado no Departamento de Controle, Medição e Arrecadação, para ocupar a Função de Confiança de Chefe da Divisão de Leitura, Medição e Geoprocessamento da Autarquia Águas de Sarandi, símbolo FC-1-XVII.

Art. 2º Compete ao servidor as atribuições previstas no artigo 27 da Lei nº 2786/2022.

Art. 3º Pelo exercício da Função de Confiança o servidor fará jus a receber conforme o anexo II da Lei nº 2786/2022.

Art. 4º Revogar em todo seu teor a portaria nº 12/2025/SMSA de 07 de janeiro de 2025.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:D8E02CF8

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 236/2026/SMSA

Nomeia servidor público para realizar atividades que caracterizam Gratificação por Produtividade e Desempenho (GPD) da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 2787/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor **LEONARDO GOMES DE CARVALHO,** CPF n° 041.XXX.XXX-90, matrícula nº 1171, ocupante do cargo de **LEITURISTA**, lotado no Departamento de Controle, Medição e Arrecadação, para realizar atividades tipificadas na **GPD-01**.

Art. 2º O servidor ora nomeado deverá observar o disposto na Lei n° 2787/2022, e Portaria n° 79/2024/SMSA, que tratam do estabelecimento e regulamentação das atividades e do sistema de aferimento e mensuração da Gratificação por Produtividade e Desempenho (GPD).

Art. 3º Pelo exercício da Gratificação por produtividade e desempenho o servidor passará a receber conforme o Anexo II da Lei nº 2787/2022, de 12 de janeiro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:AD0DC6D3

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 237/2026/SMSA

Nomeia servidor público para ocupar a Função de Confiança da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o § 2° do artigo 1° da Lei n° 2786/2022, de 12 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor **SONISLEI MARCIO ZOBOLI,** CPF n° 021.XXX.XXX-66, matrícula nº **1911**, ocupante do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS**, lotado no Departamento Operacional, para ocupar a Função de Confiança de Chefe da Divisão de Controle e Combate de Perdas de Água da Autarquia Águas de Sarandi, símbolo FC-1-III.

Art. 2º Compete ao servidor as atribuições previstas no artigo 13 da Lei nº 2786/2022.

Art. 3º Pelo exercício da Função de Confiança o servidor fará jus a receber conforme o anexo II da Lei nº 2786/2022.

Art. 4º Revogar em seu inteiro teor a Portaria nº 137/2025, de 31 de janeiro de 2025.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:36859132

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 238/2026/SMSA

Nomeia servidor público para ocupar Função de Confiança da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o § 2° do artigo 1° da Lei n° 2786/2022, de 12 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor **TIAGO CAETANO BENTO**, CPF n° 067.XXX.XXX-06, matrícula nº **2881**, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado no Departamento Operacional de Água, para ocupar a Função de Confiança de Chefe da Divisão de Sistema de Redes e Ramais de Água da Autarquia Águas de Sarandi, símbolo FC-1-I.

Art. 2º Compete ao servidor as atribuições previstas no artigo 11 da Lei nº 2786/2022.

Art. 3º Pelo exercício da Função de Confiança o servidor fará jus a receber conforme o anexo II da Lei nº 2786/2022.

Art. 4º Revogar em seu inteiro teor a Portaria nº 166/2025, de 20 de fevereiro de 2025.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:202C415C

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 239/2026/SMSA

Nomeia servidor público para a Função Gratificada de Atendimento Emergencial da Autarquia Águas de Sarandi, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os Arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64 e 65 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

Considerando os Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 2785/2022, de 12 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor **MANOEL SALVADOR PEREIRA JUNIOR**, CPF n° 202.xxx.xxx-97, matrícula nº 1941, ocupante do cargo de MOTORISTA C, lotado no Departamento Operacional de Água, para exercer a Função Gratificada de Secretário e Membros da Comissão Permanente de Licitação da Autarquia Águas de Sarandi, símbolo GFE-04.

Art. 2º Compete ao servidor as atribuições previstas no artigo 12 da Lei nº 2785/2022.

Art. 3º Pelo exercício da Função Gratificada o servidor passará a receber conforme previsto no artigo 7º da Lei n° 2785/2022.

Art. 4º Revogar em todo seu teor a portaria nº 117/2025/SMSA de 20 de janeiro de 2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 15 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor- Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:C66D064E

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA 085/2026

Súmula: Concede Pensão por Morte em virtude do falecimento do Servidora inativa *Isolda Regina Pereira Rodrigues* e dá outras providências.

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames do **Art. 47, inciso I, da Lei Complementar Municipal n° 264/2011,** alterada pela **Lei Complementar Municipal n° 320/2015 c/c Art. 40, §7º, da CF. c/c Art. 7° da EC. 41/03 (Redação anterior à EC 103/2019).**
I – Considerando o requerimento protocolado junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER PENSÃO POR MORTE ao **Sr. RENE RODRIGUES BERGAMINI,** brasileiro, maior, inscrito no CPF sob nº 142.xxx.xxx-49, em virtude do falecimento da servidora inativa **ISOLDA REGINA PEREIRA RODRIGUES,** inscrita no CPF sob nº 763.xxx.xxx-15, sob a matrícula n° 9740.

Art. 2º - A presente Pensão por Morte é concedida pela regra prevista no Art. 47, inciso I da Lei Complementar nº 264/2011 alterada pela Lei Complementar n° 320/2015 c/c Art. 40, §7º, da CF. c/c Art. 7° da EC. 41/03 (Redação anterior à EC 103/2019).

Art. 3º - O valor do provento de pensão por morte será de R$ 4.856,18 (quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos) e seu reajuste será com paridade.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data do óbito, ocorrido em 18/08/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE
SARANDI, em 15 de setembro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do PRESERV

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:823F3DB6

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA N° 084/2026

Súmula: Aposenta a servidora *Maria Cristina Salvador Galani* e dá outras providências.

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames do **art. 6° da EC 41/03 c/c Art. 36 da LC Municipal n° 264/2011,** cuja eficácia deu-se aos 18/12/2011.
I – Considerando o requerimento protocolado junto a esta Autarquia Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a servidora **MARIA CRISTINA SALVADOR GALANI,** inscrita no CPF sob. n° 896.xxx.xxx-91, lotado do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo sob a matrícula nº 2591, com o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2° - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6° da EC 41/03 c/c Art. 36 da LC Municipal n° 264/2011.

Art. 3° - O valor do provento de aposentadoria será no total de R$ 3.390,82 (três mil trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos), composto pelas seguintes verbas: Salário Base no valor de R$ 1.897,97 (um mil oitocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), Elevação de Merecimento L.C. 159/07 no valor de R$ 455,51 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), Elevação Graduação L.C. 159/07 no valor de R$ 163,24 (cento e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos), Elevação Graduação L.C. 159/07 no valor de R$ 195,93 (cento e noventa e cinco reais e noventa e três centavos), Anuênio P.A.A. no valor de R$ 27,13 (vinte e sete reais e treze centavos),e Anuênio no valor de R$ 651,04 (seiscentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), sendo que seu reajuste será com paridade.

Art. 4° - A vacância do cargo supracitado dar-se-à quando da eficácia do registro inerente a legalidade do presente ato.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE
SARANDI, em 15 de setembro de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do Preserv

Publicado por:
Jeane Gomes Barbosa de Lima
Código Identificador:C34C9FFE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026 CONTRATO Nº 167/2026 – ID 10799

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**LUIS FILIPE KANESHIMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**58.238.160/0001-53**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 167/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.*" **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 20 de setembro de 2026 a 19 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:7EA64522

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026 CONTRATO Nº 168/2026 – ID: 10800

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**L V CERCI SERVIÇOS MEDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**44.638.611/0001-35**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 168/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.* **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 20 de setembro de 2026 a 19 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:FD12425B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026 CONTRATO Nº 174/2026 – ID 10806

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**BE WICKERT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**61.348.081/0001-00**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 174/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.*" **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:E0185690

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026 CONTRATO Nº 178/2026 – ID 10810

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**RENAN HELIO S LEAL LTDA**
CNPJ/CPF:	**47.206.502/0001-37**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 178/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.* **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 28 de setembro de 2026 a 27 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:90BD479B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026 CONTRATO Nº 178/2026 – ID 10810

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**RENAN HELIO S LEAL LTDA**
CNPJ/CPF:	**47.206.502/0001-37**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 178/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.* **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 28 de setembro de 2026 a 27 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:E553B9E8

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026 CONTRATO Nº 177/2026 – ID: 10809

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**MEDIAMOND MEDICINA LTDA**
CNPJ/CPF:	**45.826.378/0001-87**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 177/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.* **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:000DB388

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 18/2026 CONTRATO Nº 175/2026 – ID: 10807

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 18/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**C.A. TOSO SERVIÇOS MEDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**58.358.655/0001-16**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 175/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.* **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 20 de setembro de 2026 a 19 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:07F29EE4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026 CONTRATO Nº 189/2026 – ID: 10821

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SSF MEDICAL HEALTH LTDA**
CNPJ/CPF:	**47.024.144/0001-41**
OBJETO:	Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.
ADITIVO:	CLÁUSULA I - DO OBJETO 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 189/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr." CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula II do contrato originário.
DATA DO ADITIVO:	**11 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:FC7EE0F1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026 CONTRATO Nº 188/2026 – ID: 10820

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**GABRIELA LOPES RAMOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

CNPJ/CPF:	**59.580.144/0001-07**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.**
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 188/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.* **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:C5B9666D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026 CONTRATO Nº172/2026 – ID 10804

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**OHANA SOLUÇÕES INTEGRADA EM SAUDE LTDA- 961168074**
CNPJ/CPF:	**58.224.927/0001-95**
OBJETO:	Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR.
ADITIVO	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 172/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR. **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 20 de setembro de 2026 a 19 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula II do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:321FDF10

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026 – PMS UASG 988461 (CONTRATAÇÃO: 988461-34/2026)

OBJETO: Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, destinada à exploração de atividades comerciais de expositores e da praça de alimentação, durante a realização da EXPORANDI/2026..
Data e horário de abertura da Sessão: **05 de outubro de 2026 às 09:00 horas**.
Local: http://www.compras.gov.br/ (Contratação: 988461-34/2026)
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: pregoeiro2@sarandi.pr.gov.br e licitacao@sarandi.pr.gov.br.
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/ e http://www.sarandi.pr.gov.br.

Sarandi, 14 de setembro de 2026.

RENATO MACEDO FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:E6B219B5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0052/2026 - UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 – PMS
UASG 988461 (Contratação: 988461-35/2026)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **02 de outubro de 2026 às 09:00 horas**.
Local: http://www.compras.gov.br/(Contratação: 988461-35/2026)
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br,

Sarandi, 15 de setembro de 2026.

RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:7E91742A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0043/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	43/ 2026
Processo Administrativo nº	147/2026
Objeto	Registro de preços para futura e eventual aquisição de chuveiros elétricos e duchas higiênicas elétricas, nas tensões de 127 V e 220 V, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi/PR. - Anexo 1582

Em favor da(o):
Fornecedor: CJC COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA- CNPJ: 40.044.357/0001-96 Valor Total Homologado: R$ 4.554,00
Fornecedor: LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA- CNPJ: 63.755.916/0001-71 Valor Total Homologado: R$ 46.998,00
Fornecedor: RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA- CNPJ: 20.784.313/0001-95 Valor Total Homologado: R$ 4.410,00

Sarandi, 14 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:73E8196F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 - PMS-UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	48/ 2026
Processo Administrativo nº	173/2026
Objeto	Aquisição de camisetas personalizadas para o Desfile Cívico em comemoração ao aniversário do Município de Sarandi/PR.

Em favor da(o):
Fornecedor: ESSENCIAL CAMISETARIA LTDA- CNPJ: 49.368.341/0001-03 Valor Total Homologado: R$ 44.700,00

Sarandi, 15 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:AD4D415E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2607/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços relacionados a eventos, compreendendo a locação de equipamentos, fornecimento de estruturas, ambientação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem da infraestrutura necessária à realização da EXPORANDI, no período de 21 a 25 de outubro de 2026, no Município de Sarandi/PR"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
ROBERTA DE MENDONÇA RAMIRES CASSIN / EDIMILSON JOSÉ DE MOURA / CRISTOVÃO DE FARIA	FISCAL	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:B312B95B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2608/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Locação Sala Comercial para atendimento de demanda Administrativa da Secretaria Municipal de Educação"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS	FISCAL	EDUCAÇÃO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:688F10E7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1336/2026

SÚMULA: EXONERA ISABELA MARIA FITTIPALDI DA SILVA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **ISABELA MARIA FITTIPALDI DA SILVA,** portadora do C.P.F. n.º XXX.845.XXX-70, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TESOURARIA, Símbolo CC-3, subordinada a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 93/2025 de 21 de janeiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 02 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:4C421266

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1337/2026

SÚMULA: Nomeia ISABELA MARIA FITTIPALDI DA SILVA para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO PUBLICO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada **ISABELA MARIA FITTIPALDI DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.º X.445.XXXX-6 e

inscrita no C.P.F. n.º XXX.845.XXX-70, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO PUBLICO, Símbolo CC-3, subordinada a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo 03 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:9555BD3B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1338/2026

SÚMULA: EXONERA SIDNEI DOS SANTOS, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **SIDNEI DOS SANTOS,** portador do C.P.F. n.º XXX.944.XXX-72, do cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO PUBLICO, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 929/2026 de 10 de fevereiro de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 02 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:0CF46CFC

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1339/2026

SÚMULA: Nomeia SIDNEI DOS SANTOS para o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TESOURARIA, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **SIDNEI DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.137.XXXX-0 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.944.XXX-72, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE TESOURARIA, Símbolo CC-3, subordinado a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 14 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:42FB3462

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1340/2026

SÚMULA: Nomeia EDEMILSON DOS SANTOS OLIVEIRA para exercer interinamente as funções de SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado interinamente **EDEMILSON DOS SANTOS OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º X.711.XXXX-0 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.611.XXX-11, para exercer o Cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SESP, enquanto perdurar o afastamento devido as férias do atual titular.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 08 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:7E7AAB10

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 169/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;

- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AUXILIAR DE EDUCADOR/CUIDADOR

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-20121	15	JÉSSICA SILVA TEIXEIRA	60

PAÇO MUNICIPAL, 25 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:9D6F3C3E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 170/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-21849	19	DANIEL DE FREITAS BARBOSA	65
442-17992	20	ERICK GUSTAVO DOS SANTOS PRESTES	64

PAÇO MUNICIPAL, 25 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:B9CB9E73

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 173/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-20384	21	LUCAS NUNES	64

PAÇO MUNICIPAL, 26 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:66FCA639

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 175/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2026, aberto pelo Edital n.º 106/2026, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 3 (três) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: MOTORISTA D

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
01880416977	6	ELIO VANDERLEI MAGALHÃES	55.00
01880416757	7	CHARLES RODHER DE OLIVEIRA SILVA	55.00
01880416717	8	CLOVIS VARLY TEIXEIRA	50.00

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:F5847733

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 176/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2026, aberto pelo Edital n.º 106/2026, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 3 (três) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
01880416787	19	RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA	25.00
01880417112	20	ROSEMEIRE COUTINHO DE SOUZA	25.00
01880416544	21	JAQUELINE MOURA DE OLIVEIRA DE JESUS	25.00
*01880417163	22	*ELIANE DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA	20.00
01880416898	23	LAYS ANGELICA MENDES DE OLIVEIRA	20.00
*01880417281	24	*ANISE LAVEUS	20.00
01880417400	25	ROSELI CAMPOIS DOS SANTOS DE LIMA	20.00
01880416970	26	SUELLEN FERREIRA ROSA	20.00
01880417328	27	ROSANGELA ALVES CORREIA SOARES	20.00
01880416539	28	DAIANE FERREIRA DOS SANTOS	20.00
01880417291	29	VILMA KADLUBICSKI GONCALVES DA SILVA	20.00
01880417040	30	JOSIANE GOMCALVES FERRARI GOMES	20.00
01880416952	31	ALINE DE SOUZA DE OLIVEIRA	20.00
01880416628	32	ALINE APARECIDA FAVA DA VEIGA CUSTÓDIO MAGANHA	20.00
01880416703	33	ALINE TAMISE DOS SANTOS DA SILVA COSTA	20.00
01880416610	34	AYLA GEANE DE CAMPOS PINHEIRO	20.00
01880416645	35	FLAVIA CAROLINA BATISTA DE SOUZA	20.00

* Candidatas já convocadas pelo Edital nº 167/2026 para vaga de cota racial (negros)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO - COTA RACIAL (NEGROS)

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
01880416610	5	AYLA GEANE DE CAMPOS PINHEIRO	20.00
01880417403	6	FABRICIA CARLA DE ANDRADE	15.00

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:F4AA1E1D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 177/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- Registro no órgão de classe (ex.: CRC, CRQ, OAB, etc.) e comprovante de pagamento da última anuidade (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: ADVOGADO 40 HORAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
199	9	JULIO JOAQUIM SCZIBOR MALEK LOPES DA SILVA	88,5

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:F202714A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 178/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-15124	86	SARAH REGINA VINHOLI DOS SANTOS	56
442-10917	87	JÉSSICA DE SOUZA FONSECA	55
442-13379	88	ANDRE LUIS FARIA	55
442-15387	89	KARINA DEMEIS DOS SANTOS	55

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:60588EAE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 179/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2025, aberto pelo Edital n.º 56/2025, para

comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que
tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado (Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa);
- 1 (uma) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (conforme exigido para o cargo);
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade e/ou inidoneidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: PROFESSOR 40 HORAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.884-53	64	REGIANE DA SILVA ALMEIDA BELTRAN	67,00
*017.603.880-17	65	*MALVA DÉBORAH OLIVEIRA SANTOS	67,00
017.603.853-91	66	MARCIELE SILVA DOS SANTOS	67,00
017.603.811-63	67	ELIANA CRISTINA DA SILVA PASSOS	67,00

*Candidata já convocada pelo Edital nº 102/2026 para a vaga de Cota Racial (Negros)

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:286E68E2

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2613/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2859/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **ROSILANE MARIA PIPINO,** matrícula 4057, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO), lotada na Secretaria Municipal de Administração, para o desempenho da função de **GESTOR DE SISTEMAS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA,** símbolo GEE-12.

Art. 2º Fica concedido a servidora, conforme disposto no Art. 20 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de setembro de 2026.

Sarandi, 15 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:4318836D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2506/2026

SÚMULA: Concede redução de carga horária sem prejuízo da remuneração de servidor municipal, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2962/2023

R E S O L V E:

1º- Reduzir a carga horária da servidora Municipal **ANA CAROLINA MORTEAN ZANCHIM**, **matrícula 7084,** portadora do CPF nº 047.***.***-92, ocupante do cargo de ORIENTADORA SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

2º - A redução da carga horária será concedida na proporção de 20% (vinte por cento), sem prejuízo de sua remuneração fixa, ficando o horário a ser cumprido a critério da secretaria de lotação, desde que respeitada a nova carga horária semanal de 32h e redução da jornada.

3º - A redução de carga horária será concedida pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado sucessivamente por igual período, obedecendo aos mesmos procedimentos da primeira solicitação, caso haja necessidade.

4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Andrade Florindo
Código Identificador:AA4DA5E1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2513/2026

PORTARIA N.º 2513/2026
REPUBLICAÇÃO

SÚMULA: Desclassifica candidata convocada para o cargo de Coordenador Pedagógico.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar a candidata abaixo relacionada, convocada pelo edital nº 134/2026 de 09 de junho de 2026 e nomeada pela Portaria nº 2251/20216, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não compareceu no prazo previsto para tomar posse no cargo e exercer a função de Coordenador Pedagógico:

I - NATHALLYA GONÇALVES LOPES

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 24 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:E5F667A7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2516/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos convocados para o cargo de Motorista D do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 001/2025.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar os candidatos abaixo relacionados, convocados pelo edital nº 161/2026 de 06 de agosto de 2026, por não cumprirem as exigências do Edital de abertura nº 106/2026 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, ou seja, não compareceram no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários para exercer a função de Motorista D:

I - ANGELO DE OLIVEIRA GOMES
II - JOSE FAGNER LIMA DE SOUSA

Motorista D - Cota Racial (Negros)
I - VICENTE PEREIRA DUARTE

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado.

Sarandi, 24 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:8990ECBB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2524/2026

SÚMULA: Desclassifica candidato(a) convocado(a) para o cargo de Auxiliar de Educador/Cuidador.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), convocado(a) pelo edital nº 154/2026 de 03 de agosto de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários, para exercer a função de Auxiliar de Educador/Cuidador.

I - SABRINA KRUMMENAUER GONÇALVES STEINLE DE ARAÚJO

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:DE6262DA

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2525/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos(as) convocados(as) para o cargo de Agente de Combate à Endemias.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), convocados(as) pelo edital nº 153/2026 de 03 de agosto de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários, para exercer a função de Agente de Combate à Endemias.

I - ANDRÉ LUIZ BENEVENUTO MAGIOLI
II - BRUNO DA SILVA LOPES

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:FBF2D4ED

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2526/2026

SÚMULA: Desclassifica candidato(a) convocado(a) para o cargo de Motorista Socorrista - SAMU.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), convocado(a) pelo edital nº 163/2026 de 10 de agosto de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários, para exercer a função de Motorista Socorrista - SAMU.

I - DENNIS SEIJI KUMANO

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:47C1C97D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2536/2026

PORTARIA N.º 2536/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 153/2026 de 03 de agosto de 2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSCRICAO	NOME
442-19218	PAMELA FERNANDA LIGABON BILMAIA

CARGO: ENFERMEIRO PSF

INSCRICAO	NOME
442-6723	RACHEL DALQUANO

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 26 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:EACF87EF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2537/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 160/2026 de 06 de agosto de 2026.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: ENFERMEIRO PSF

INSCRICAO	NOME
442-3041	AMANDA VERBANEK KUBIAK

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 26 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:9879790B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2586/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos convocados para o cargo de Motorista D do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 001/2025.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar os candidatos abaixo relacionados, convocados pelo edital nº 166/2026 de 24 de agosto de 2026, por não cumprirem as exigências do Edital de abertura nº 106/2026 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, ou seja, não compareceram no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários para exercer a função de Motorista D:

I - CICERO RODRIGUES DA SILVA

Motorista D - Cota Racial (Negros)

I - ENEIAS MACHADO DE SOUZA

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado.

Sarandi, 10 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:90F364CD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2587/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos convocados para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 001/2025.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar os candidatos abaixo relacionados, convocados pelo edital nº 167/2026 de 24 de agosto de 2026, por não cumprirem as exigências do Edital de abertura nº 106/2026 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, ou seja, não compareceram no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino:

I - MILLENA AUGUSTA E SILVA
II - INES DA SILVA
III - CLARICE BORGES DE LIMA
IV - GRAZIELE VIANA BARBOSA
V - ALESSANDRA AUGUSTA DE PAULA
VI - VANESSA ARAUJO DA SILVA
VII - FLÁVIA DA ROCHA ALVES
VIII - BIANCA GABRIELY GOMES SILVESTRE
IX - EVELYN CUSTÓDIO BARBOSA
X - LAUDICE GONÇALVES DIAS
XI - CLEONICE TELES REZENDE

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino - Cota Racial (Negros):

I - CLARICE BORGES DE LIMA
II - ANISE LAVEUS

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado.

Sarandi, 10 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:43619C0A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2588/2026

SÚMULA: Concede Gratificação para integrantes da Junta Medica Oficial.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Complementar 296/2014 e Decreto de Regulamentação 1049/2022,
RESOLVE:
Art. 1º -Designar os servidores para compor a Junta Médica Oficial, subordinados ao Departamento de Medicina e Saúde Ocupacional, de acordo com o disposto na Lei Complementar 296/2014 e Decreto de regulamentação 1049/2022.

ITEM	NOME	MATRICULA	CARGO
1	HUGO SIQUEIRA ROBERT PINTO	7859	MEDICO PSF
2	CAROLINE FERNANDES DE SOUZA SPINELLI	8850	MEDICO PSF
3	ALINE CARLA DE OLIVEIRA	8960	MEDICO PSF

Art. 2º - Fica concedido aos referidos servidores uma gratificação mensal de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento básico, a título de Função Gratificada.
Art. 3º- Revogadas disposições em contrário, especialmente a portaria nº 2566/2026, esta portaria entra em vigor a partir da data de 06 de setembro de 2026.
Sarandi, 10 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Andrade Florindo
Código Identificador:83B07ACD

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2595/2026

SÚMULA: Desclassifica candidato(a) convocado(a) para o cargo de Advogado 40 Horas.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), convocado(a) pelo edital nº 172/2026 de 26 de agosto de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não comparecer no prazo previsto em Edital para apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários, para exercer a função de Advogado 40 Horas:

I - VICTORIA MARIA CAMARGO SANTOS

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 10 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:9541B2D5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2596/2026

SÚMULA: Desclassifica candidatos(as) convocados(as) para o cargo de Auxiliar Administrativo.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), convocados(as) pelo edital nº 168/2026 de 25 de agosto de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, ou seja, não apresentar a documentação para a comprovação dos pré requisitos necessários, para exercer a função de Auxiliar Administrativo.

I - DANIELA MARTINS DA SILVA
II - SANDY MOREIRA LUVIZETO
III - MARIA NATÁLIA GIROTTO NAZARI
IV - ADRIANO ALENCAR CARVALHO

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 10 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:24428696

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2597/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 168/2026 de 25 de agosto de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRICAO	NOME
442-19123	STHEFANY CAROLINE ALVES
442-23225	LUAN RAYKARD SILVA DO CARMO
442-19186	CARINA APARECIDA RODRIGUES DA CRUZ

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:278A33C5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2598/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 174/2026 de 24 de agosto de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS MONTE REY

INSCRICAO	NOME
442-9390	FRANCIELE APARECIDA PELOSI DA SILVA

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:744A1B11

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2600/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 171/2026 de 25 de agosto de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

INSCRICAO	NOME
442-13997	EDSON JOSÉ BRIS

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:4D353204

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2601/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 164/2026 de 24 de agosto de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 01/2023 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO

INSCRICAO	NOME
442-13812	CLAUDIA CRISTIANE TEIXEIRA DOS SANTOS GUSSO

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:B8C2DF79

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2602/2026

PORTARIA N.º 2602/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, de conformidade com resultado do Concurso Público Municipal para provimento de cargos públicos e na forma do Edital de Convocação n.º 165/2026 de 24 de agosto de 2026.

R E S O L VE

Art. 1º - Nomear o(s) servidor(es) abaixo, devidamente aprovado(s) em Concurso Público de provas e títulos, aberto pelo Edital n.º 001/2025 e regido(s) pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e legislação complementar, para exercer cargo de provimento efetivo, conforme a seguir especificado:

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

INSCRICAO	NOME
017.603.813-42	AMANDA SEGANTIN DE FARIA SELENGRIM

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 10 DE SETEMBRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:1C786F51

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2611/2026

SÚMULA: Designa servidores para gestão de contratos, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais, abaixo, com a finalidade de responderem pela gestão dos contratos firmados pelo Município, na área de atuação da Secretaria de **Meio Ambiente**:

Matricula	Nome	CPF
8118	**Mauricio Egidio Adamo**	134.XXX.228-XX
6564	Elizena Maria Garbelini Rodrigues	029.XXX.899-XX
7926	**Claudio Gil Monteiro**	508.XXX.719-XX

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Nº 2311/2026, esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 15 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:E3CDE938

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2612/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 10/92 e 2859/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor **CLAUDIO GIL MONTEIRO,** matrícula 7926, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO), lotado e subordinado à Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente, para o desempenho da função de **GESTOR DE CONTRATOS**, símbolo GEE-05.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar 2859/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função Gratificada.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções gratificadas que não os especificados em Lei.

Art. 4º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 15 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:18EED37E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5187/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 13.300,00 (Treze Mil e Trezentos Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 13.300,00 (Treze Mil e Trezentos Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.005	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
04.122.0004.2010	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500,00
04.006	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
06.181.0004.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.500,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5580	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	7.800,00
	SUBTOTAL	7.800,00
	TOTAL	13.300,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
10.301.0015.2059	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SAUDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5250	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	7.800,00
	SUBTOTAL	7.800,00
90	RESERVA DE CONTINGENCIA	
90.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	
99.999.0099.9004	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
8420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
	SUBTOTAL	5.500,00
	TOTAL	13.300,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 14/09/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:B5DFC740

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5189/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 71.478,90 (Setenta e Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Noventa Centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N. 779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 71.478,90 (Setenta e Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Noventa Centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
09	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
09.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0012.2055	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5046	02036-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais CV SETU FECONGES FR 2036	71.478,90
	SUBTOTAL	71.478,90
	TOTAL	71.478,90

Art. 2º. - Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior, utilizar-se-á as formas constantes do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, excesso de arrecadação da fonte 2036 CV 487/2026 - FECONGES.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 15/09/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:CBF3DAC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS com fulcro nas atribuições e competências que lhe foram delegadas pelas Leis e demais atos normativos aplicáveis
RESOLVE:
Art. 1º Certificar ao SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrito no CNPJ: 81.442.428/0001-96, que a atividade de "REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE REDES DE SANEAMENTO BÁSICO INSTALADAS NAS FAIXAS DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS PR-323 e PR-090", nos trechos que se localizam dentro do perímetro urbano do Município de Sertanópolis, é declarada como INEXIGÍVEL quanto ao procedimento de licenciamento ambiental, dada a especificidade da atividade.
Art. 2º A inexigência de licenciamento ambiental aqui declarada não isenta o interessado do cumprimento de normas e padrões ambientais, da fiscalização exercida pelos órgãos competentes, nem de obter a Anuência e/ou Autorização das outras instâncias no Âmbito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber, ressalvando que a referida inexigibilidade pode ser revogada nos casos de alteração da legislação vigente.
Art. 3º Essa declaração só terá validade após a sua publicação.

Sertanópolis, 15 de setembro de 2026.

NIVALDO RIBEIRO DE AMORIM
Diretor do Dep. de Agropecuária e Meio Ambiente
CPF-48101265953
Matricula: 201929

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:8233B98D

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 204, DE 15/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.388, de 18/12/2025

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 120.000,00(cento e vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.302.0006.2.226		Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade	
54 - 3.3.90.37.00.00	494	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	120.000,00

Total da Suplementação: 120.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de dotações Orçamentárias, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação abaixo.

Redução

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÙDE	

20.010.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde - FMS	
20.010.10.302.0006.2.226.		Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade	
55 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PESSOA JURIDICA	120.000,00

Total da Redução: 120.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani, em 15 de setembro 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde-SERMUSA

SUELY ROQUE DE SOUZA SANTOS
Diretora do Departamento de Fazenda-SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:1CC7ED58

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 205, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$16.000,00 (dezesseis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		ADMINISTRACAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
02.030		ASSESSORIA DE GOVERNO, COMUNICACAO E CERIMONIAL	
02.030.04.122.0002.2.013		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ASSESSORIA DE GOVERNO, COMUNICACAO E CERIMONIAL	
18 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
12		DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER	
12.030		DIVISAO DE RECREACAO E LAZER	
12.030.27.813.0019.2.094		MANUTENCAO DOS SERVICOS RECREATIVOS E LAZER	
466 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.000,00
Total Suplementação:			16.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
12		DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER	
12.020		DIVISAO DE ESPORTES	
12.020.27.812.0019.2.093		MANUTENCAO DO DESPORTO COMUNITARIO	
460 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	16.000,00
Total Redução:			16.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 15 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:1523E514

ASSESSORIA GERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 003/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Sertanópolis, NOTIFICA, por este Edital, nos termos do artigo 153 e da Lei Municipal n.º 1.508/2007 e artigo 15, inciso I, da Lei Municipal n.º 1.687/2009, **os seguintes proprietários de lotes sujos e com vegetação alta no Município de Sertanópolis, que se encontram em local incerto ou não foram, por diversas vezes, localizados:**

CADASTRO: 6254 - Quadra: 16 / Lote: 18.B – JARDIM AMANCIO SECCO, Proprietário(a): PEDRO ORTIZ BORGES. Processo N° 227/2026 – NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N° 327/2026.
CADASTRO: 10608 - Quadra: 9 / Lote: 2 – JARDIM ALTO DA BOA VISTA, Proprietário(a): ALINE GRANADO DO NASCIMENTO. Processo N° 224/2026 – NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N° 319/2026.

Ficam, os notificados, cientes de que possuem como último prazo a data de 30/09/2026, para a efetiva limpeza do lote, cientificada. Ainda, que o proprietário mantenha o lote sujo, cobertos de mato e com plantas de espécie alta constitui infração ao disposto nos artigos 11 e 88 da Lei Municipal n.º 1.508/2007 (Código de Posturas) e artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.687/2009 (Lei de Controle e Prevenção Permanente à Dengue e Febre Amarela).
Após esta data, se os proprietários não procedam à limpeza de seu lote, serão multados no valor de 03 UFM – Unidade Fiscal do Município (R$ 367,89 – trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), à 10 UFM (R$ 1226,30 – mil duzentos e vinte e dois reais e trinta centavos) sendo que a cada vez que for verificada a reincidência, haverá aplicação de multa em dobro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
Divisão de Fiscalização

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:DF0E1667

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 236/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 236/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: OLIVEIRA & MACOLLA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARADORES EM MADEIRA PARA USO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO.
VALOR: R$2.380,00(DOIS MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:FC591657

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 237/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 237/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: GASPAROTO & GUILLEN COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFRIGERADOR PARA USO DO 30º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.
VALOR: R$2.339,90(DOIS MIL, TREZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:ED4540DF

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 238/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 238/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: JR PASSARINHO SERRALHERIA LTDA.
OBJETO: FABRICAÇÃO DE BASES METÁLICAS PARA MESAS, QUE SERÃO UTILIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO.
VALOR: R$7.000,00 (SETE MIL REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E705C644

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 164-2026

EXTRATO DA ATA Nº 164/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 164/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: PAVSOL TECNOLOGIA EM PAVIMENTAÇÃO E ENERGIA SOLAR LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE) FAIXA D, MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO E EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR-1C
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 264/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026, ID. 85181.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 21.900,00 (VINTE E UM MIL E NOVECENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:498B98D1

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 165-2026

EXTRATO DA ATA Nº 165/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 165/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: RAJ INDUSTRIA E PAVIMENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE) FAIXA D, MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO E EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR-1C
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 264/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026, ID. 85182.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 212.343,00 (DUZENTOS E DOZE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E TRES REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:7BDBE611

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 166-2026

EXTRATO DA ATA Nº 166/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 166/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: USIPAV USINAGEM DE ASFALTO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE) FAIXA D, MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO E EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR-1C
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 11 DE SETEMBRO DE 2027.

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 264/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026, ID. 85183.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 444.500,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:D15489E5

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 167-2026

EXTRATO DA ATA Nº 167/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 167/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: LFZ SEGURANÇA LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER DO MUNICÍPIO.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 15 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 265/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, ID. 85184.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 22.043,00 (VINTE E DOIS MIL E QUARENTA E TRES REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:DE9AAAB0

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 60/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: BRADO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR THIAGO BRADO PARA AS FESTIVIDADES DO REVEILLON 2026/2027.
VIGÊNCIA: 04 (QUATRO) MESES.
INÍCIO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 31 DE JANEIRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 300/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026 - ID Nº 85130.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 185.000,00 (CENTO E OITNTA E CINCO MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:732D6F71

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 61/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: MARCINHO COSTA EVENTOS MUSICAIS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA GIAN E GIOVANI PARA AS FESTIVIDADES DO REVEILLON 2026/2027.
VIGÊNCIA: 04 (QUATRO) MESES.
INÍCIO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 31 DE JANEIRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 301/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026 - ID Nº 85131.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 340.000,00 (TREZENTOS E QUARENTA MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:6FF66C89

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 62/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: TWELVES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR LATINO PARA AS FESTIVIDADES DO REVEILLON 2026/2027.
VIGÊNCIA: 04 (QUATRO) MESES.
INÍCIO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 31 DE JANEIRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 302/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026 - ID Nº 85132.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:DEA35C20

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 63/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: CRIATIVE MUSIC LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO PRETO NO BRANCO PARA AS FESTIVIDADES DO REVEILLON 2026/2027.
VIGÊNCIA: 04 (QUATRO) MESES.
INÍCIO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 31 DE JANEIRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 309/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026 - ID Nº 85133.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:1F3209D2

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 64/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: TRIBUTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA AO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS – SINTER.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
TÉRMINO: 15 DE SETEMBRO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 286/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 215/2026 - ID Nº 85134.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 DE SETEMBRO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 65.000,00(SESSENTA E CINCO MIL REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:023CA044

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 58/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR.

CONTRATADA: M BARACO SOUZA LTDA CNPJ:01.375.612/0001-21

OBJETO: REALIZAR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSERTO DE AMBULÂNCIA DE PLACA SEN3103, PERTENCENTE A FROTA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, O QUAL SE ENVOLVEU EM UM ACIDENTE AO TRANSPORTAR PACIENTE EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.

VALOR: R$ 8.907,88 (OITO MIL NOVECENTOS E SETE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 15 de Setembro de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:369489A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2026

CONTRATADA	F. FRANCESCHI LTDA
CNPJ	22.731.037/0001-22
OBJETO	CREDENCIAMENTO DE EMPRESA DEVIDAMENTE REGISTRADA NO CREA E CAU, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA (ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL, HIDROSSANITÁRIO, PREVENÇÃO DE INCÊNDIO E PAVIMENTAÇÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SULINA, EM CARÁTER EVENTUAL, PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES
LICITAÇÃO	Chamamento Público/Credenciamento N.25/2026
VALOR	4.497,00 (quatro mil quatrocentos e noventa e sete reais)
VIGÊNCIA	15 de setembro de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:70608619

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2022

Referente ao Pregão Presencial nº 53/2022. Contratada: **CONSULFARMA - INFORMATICA E ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA**. CNPJ n 03.191.328/0001-20**. Objeto do aditivo: DE PRAZO:** Fica prorrogado ao prazo do contrato mais 12 (doze) meses, prorrogando a vigência do contrato até a data de 20 de setembro de 2027. **DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** Fica aditado R$ 45.532,00 (Quarenta e Cinco Mil Quatrocentos e Trinta e Dois Reais), passando o valor da manutenção mensal de R$ 3.705,96 (Três Mil Setecentos e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos) para R$ 3.786,00 (Três Mil Setecentos e Oitenta e Seis Reais). O valor global do contrato original passa a ser R$ 235.517,04 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil Quinhentos e Dezessete Reais e Quatro Centavos), conforme índice IGP-M de 2,16% acumulado no período de Setembro de 2025 a Agosto de 2026. **Fundamento:** Artigo 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Sulina, 15 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:6F96C908

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026

referente à Concorrência Eletrônica nº 10/2025. Contratada: **MARCIO GALLINA CONSTRUCAO CIVIL E MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI**. CNPJ n 16.700.335/0001-52**. Objeto do aditivo: DE PRAZO DE EXECUÇÃO:** Fica acrescido ao contrato original mais 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 18 de agosto de 2026, passando o novo prazo de execução a ser até a data de 16 de dezembro de 2026, conforme parecer técnico emitido pelo Departamento de Engenharia. **Fundamento:** O presente instrumento é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021.

Sulina/PR, 14 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:B7C5D780

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

referente à Concorrência Presencial nº 03/2026. Contratada: **PEDREIRA SANTIAGO LTDA**. CNPJ n 77.744.134/0001-41**. Objeto do aditivo: DE PRAZO DE EXECUÇÃO:** Fica acrescido ao contrato original mais 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 15 de setembro de 2026, passando o novo prazo de execução a ser até a data de 14 de março de 2027, conforme parecer técnico emitido pelo Departamento de Engenharia. **Fundamento:** O presente instrumento é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021.Sulina/PR, 14 de setembro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:A8F59B4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DECRETO LEGISLATIVO N.º 01, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova as CONTAS do senhor LUCINEI CARLOS THOMAZ, ex-prefeito do MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, relativas ao exercício de 2024.

A Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Presidente, no uso das atribuições que me são conferidas por lei,

D E C R E T O:

Art. 1.º Examinada, com base no PARECER PRÉVIO N.º 150/2026 proferido pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas, fica Julgada Aprovada por esta Câmara Municipal, as CONTAS do senhor LUCINEI CARLOS THOMAZ, ex-prefeito do MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, relativas ao exercício de 2024.
Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:77E29290

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, torna público o aviso de **Aquisição de 01 (um) veículo tipo micro-ônibus modelo van, com capacidade para 20 passageiros mais 1 motorista (20+1), destinado ao fortalecimento das ações de Transporte Sanitário da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares/PR.**

CONTRATADA: **BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 49.422.071/0001-71, sediada AVENIDA GENERAL ATALIBA LEONEL, 1205 – CONJ 94, SANTANA, SÃO PAULO- SP, CEP: 02033-000.

Valor Total: R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 74 da Lei nº14.133/2021. Decreto Federal Nº 11.462/2023.

Teixeira Soares, 15 de setembro 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:7E6F5853

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2026
PREGÃO ELETRONICO 90037/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Fórmulas Alimentares (Dietas enterais e Fórmulas Infantis), destinados a secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 54.388.779/0001-93, com sede na Rua Pioneiro Arlindo Pedralli, nº 1009, salas 04 e 05, Jardim Santa Helena, CEP: 87.083.327, Maringa/PR.

Valor total: R$ 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:64E83FEA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2026
PREGÃO ELETRONICO 90037/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Fórmulas Alimentares (Dietas enterais e Fórmulas Infantis), destinados a secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: Mais Saúde Maringá Produtos Médicos e Nutricionais Ltda, inscrita no CNPJ Nº 29.715.704/0001-22, com sede na Av. Cidade de Leiria, 493 Sala 2 Zona 1 – Maringá/PR CEP. 87013-280.

Valor total: R$ 137.483,00 (cento e trinta e sete mil e quatrocentos e oitenta e três reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:FFB10B6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 198/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 198/2026
PREGÃO ELETRONICO 90037/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Fórmulas Alimentares (Dietas enterais e Fórmulas Infantis), destinados a secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: MN NUTRIÇÃO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ Nº 29.496.518/0001-40, com sede na Rua General Osorio, 3012 - Fundos, Centro, CEP 85802-070 – Cascavel/PR.

Valor total: R$ 121.276,00 (cento e vinte e um mil e duzentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:EBE0543D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 199/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 199/2026
PREGÃO ELETRONICO 90037/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Fórmulas Alimentares (Dietas enterais e Fórmulas Infantis), destinados a secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 51.879.256/0001-51, com sede na José Reinaldo, n° 319; Bairro José Bonifácio, Erechim-RS, CEP: 99.701-664.

Valor total: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:14798C31

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2026
PREGÃO ELETRONICO 90037/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Fórmulas Alimentares (Dietas enterais e Fórmulas Infantis), destinados a secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: SUPRA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 53.741.290/0001-90, com sede na AV. 01, SN, QUADRA 6 LOTE 14 GALPAO PARTE A, PARQUE DAS LARANJEIRAS, FORMOSA-GO CEP: 73805-640.

Valor total: R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:EDB39FEF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 201/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 201/2026
PREGÃO ELETRONICO 90038/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e instalação de persianas, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais.

CONTRATADA: GUEPPER PERSIANAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.303.028/0001-00, com sede na Rua Pioneiro Olinto Mariani, 334, sala 05, Maringá, Estado do Paraná, CEP 87024-010.

Valor total: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:9037517A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 202/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 202/2026
PREGÃO ELETRONICO 90038/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e instalação de persianas, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais.

CONTRATADA: INDUSTRIAS OXFORD LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.414.096/0001-38, com sede na Avenida VEREADOR SILVIO ALVES, Nº 140, PARQUE OURO VERDE - Paiçandu/PR - CEP 87140-000.

Valor total: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:23E1FC63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2026
PREGÃO ELETRONICO 90040/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, mediante a disponibilização de micro-ônibus com capacidade mínima de 28 (vinte e oito) lugares, incluindo motorista habilitado e monitor escolar, para atendimento da Linha Escolar Rio da Areia de Cima, destinada ao transporte diário de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: OLMIRA NILCI MINKS CORREIA DE MELO TRANSPORTES, inscrita no CNPJ Nº 58.647.406/0001-40, LOCALIDADE DO FAXINAL DOS MINEIROS, SN - ZONA RURAL, CEP: 84.530-000, TEIXEIRA SOARES – PARANÁ.

Valor total: R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:7E120B9B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 204/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 204/2026
INEXIGIBILIDADE 42/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo tipo micro-ônibus modelo van, com capacidade para 20 passageiros mais 1 motorista (20+1), destinado ao fortalecimento das ações de Transporte Sanitário da Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 49.422.071/0001-71, sediada AVENIDA GENERAL ATALIBA LEONEL, 1205 – CONJ 94, SANTANA, SÃO PAULO- SP, CEP: 02033-000.

Valor Total: R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:28181BAA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, EM MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO.

CREDENCIADA: CENTERPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF/CPF sob o nº 07.099.009/0001-07, localizada/residente na Rua Professor Vitor Ferreira do Amaral, nº 1205, Bairro Fósforo, na cidade de Irati, estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Nilton Silvério Borcath Santos, inscrito no CPF sob o nº 523.774.829-07.

Valor Total do Credenciamento: R$ 8.324.848,00 (Oito milhões, trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 08/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:86BBA56E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E

ACESSÓRIOS, EM MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO.

CREDENCIADA: EVERTON MAXIMOVITZ PECAS E MECANICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 37.309.102/0001-01, com sede na Rodovia BR 277, Nº SN, SERRA DOS NOGUEIRAS, CEP 84508-899, na Cidade de Irati, Estado do Paraná.

Valor Total do Credenciamento: R$ 8.324.848,00 (Oito milhões, trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos e quarenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 15/09/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:437E36BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 216/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 216/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 14/2025
OBJETO DO CONTRATO: Construção de Creche com execução de serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes no projeto
CONTRATADA: JORGE ANTOSZCZYSZEN LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.370.831/0001-22, com sede na Rua PEDRO PAULO WEBER, Nº 219, SALA, PARQUE CIDADE NOVA - Teixeira Soares/PR - CEP 84530-000
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo ADITIVO, de acordo com o Artigo Nº 111, da Lei Federal Nº 14.133/2021, tem por objeto, **PRORROGAR** o Contrato Inicial de Construção de Creche com execução de serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisórias, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás-glp, incêndio e aparelhos; revestimentos de paredes e pisos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes no projeto, conforme Edital de Concorrência Eletrônica nº. 14/2025 e anexos, até o dia **28 de fevereiro de 2027**, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares-PR, 14 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:B338B9B9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 220/2021.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 220/2021.

PRORROGAÇÃO PRAZO E VALOR
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/10/2021.
Pregão Eletrônico nº 048/2021
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento de Licença de Uso de Sistema de Gestão Pública em Ambiente Web por prazo determinado (locação), com cessão de direito de uso, atualizações que garantam as alterações legais, corretivas, evolutivas e customização dos módulos, incluindo serviços de migração e conversão de dados, implantação do sistema, treinamento, manutenção e suporte técnico para uso da Administração Direta, do Poder Executivo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná
CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: J. I. INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 07.273.689/0001-77com sede à Rua Senador Pinheiro Machado, 701, Alto da XV, CEP: 85.065-040, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.
CLÁUSULA EDITADA:O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo Nº 65, da Lei Nº 8.666/93, tem por objeto, **PRORROGAR O PRAZO E REAJUSTAR O VALOR** ao Contrato Inicial que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de Licença de Uso de Sistema de Gestão Pública em Ambiente Web por prazo determinado (locação), com cessão de direito de uso, atualizações que garantam as alterações legais, corretivas, evolutivas e customização dos módulos, incluindo serviços de migração e conversão de dados, implantação do sistema, treinamento, manutenção e suporte técnico para uso da Administração Direta, do Poder Executivo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital de Pregão nº 48/2021 e anexos, para estabelecer que seu vencimento fica prorrogado até 30 de março de 2027. O valor a ser pago para a empresa fica reajustado conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo assim, o valor dos serviços terão um reajuste de aproximadamente 4,10% (quatro vírgula dez por cento), assim o valor mensal passa de R$9.000,93(nove mil e noventa e três centavos) para R$9.370,76(nove mil trezentos e setenta reais e setenta e seis centavos) ficando acrescido ao valor original do contrato R$56.224,56(cinquenta e seis mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), onde a contratada se compromete a fornecer os serviços relacionados ao contrato nº 220/2021 condicionado a requisição de compra e nota de empenho conforme edital de licitação Pregão nº.48/2021.

Teixeira Soares, 14 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:4A142EAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 06 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 06 CONTRATO Nº 148/2026 DE 27/07/2023 ENTRE O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES E A EMPRESA SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA S.A, SEXTO TERMO ADITIVO AO PREGÃO 90030/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ/MF sob N° 75.963.850/0001-94 pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84.530-000 Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Prefeita Municipal em Exercício, Senhor **IVANOR LUIZ MÜLLER**, residente e domiciliado na Localidade do Rio D'Areia de Cima, Centro, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, CPF –

84530-000, portador do RG n°101.221.047-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CPF/MF n° 281.427.480-53, a seguir denominado **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente Contrato **nº148/2026**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 1482026 de 27/07/2023, por parte da Administração, visando **REAJUSTE DOS ITENS CONTRATADOS,** O OBJETO é a ***Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de óleo diesel S-10 e, óleo diesel S-500, destinados ao abastecimento da frota municipal, incluindo a disponibilização, instalação e manutenção de sistema de abastecimento em regime de comodato*****,** o acréscimo do valor do item 01 diesel S10 é de 0,314 (trezentos e catorze milésimos) passando de R$5,644(cinco reais seiscentos e quarenta e quatro milésimos de real) para o valor de R$5,958(cinco reais novecentos e cinquenta e oito milésimos de real), e o acréscimo do item 02 diesel S500 é de R$0,328(trezentos e vinte oito milésimos) passando de R$5,121(cinco reais cento e vinte e um milésimos de real), para o valor de R$5,449(Cinco reais quatrocentos e quarenta e nove milésimos de real), impactando em um acréscimo de R$300.106,00 (trezentos mil cento e seis reais) para o saldo restante do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 148/2026 de 27/07/2026, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FATOS
O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES efetuou os reajustes, os quais foram calculados pelo percentual de descontos obtidos na licitação, sobre o valor da média dos valores praticados na região de Ponta Grossa, pesquisa da ANP.

CLÁUSULA QUARTA – DA PREVISÃO CONTRATUAL
Os reajustes estão previstos na Cláusula Sétima do contrato.

Teixeira Soares, 15 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:A87DCA38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 294 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 294 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) 02/2026 VISANDO SELEÇÃO DE PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município e tendo por base o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal n° 1.747, de 26 de janeiro de 2017**.**

CONSIDERANDO a necessidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o preenchimento dos cargos: Assistente Social 30h, Psicólogo 30 h;

DECRETA

Art. 1º. O Processo de Seleção será realizado por comissão especial, com prerrogativas de elaborar o edital de chamamento, recepção das inscrições, avaliação, proclamação dos resultados e deliberar sobre recursos administrativos em primeiro grau, além de demais assuntos.

Parágrafo único. Os membros da comissão não serão remunerados, mas a sua atuação será considerada serviço público relevante em favor do Município, para todos os efeitos.

Art. 2º. A comissão a que se refere o "caput" do artigo anterior fica assim constituída e desde já investida nas suas funções e de prerrogativas:

I – Mariane Lukavy (Assistente Social II), matrícula 1384-1, CPF: 075.921.XXX-11– PRESIDENTE
II – Janieli Dayane Rodrigues Evangelista (Técnico Administrativo), matrícula 1475-1, CPF: 077.737.XXX-27– SECRETÁRIA
III – Edson Luis Mendes (Técnico Administrativo), matrícula 2304-1, CPF: 114.237.XXX-56 – MEMBRO

Art. 3º. Todo o processo de chamamento e seleção a que se refere este Decreto se obriga a obediência das normas contidas na lei municipal nº 1.747, de 26 de janeiro de 2017.

Art. 4ª. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:86349AF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 58/2026

PORTARIA Nº 58/2026

Designa Comissão de Avaliação Técnica para atuar no procedimento licitatório destinado à contratação de solução integrada de sistemas de gestão pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
CONSIDERANDO a necessidade de avaliação técnica das propostas apresentadas no procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada de sistemas de gestão pública;
CONSIDERANDO que o procedimento licitatório adotará o critério de julgamento de Técnica e Preço, sendo necessária a avaliação dos quesitos técnicos estabelecidos no instrumento convocatório;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar avaliação técnica imparcial, objetiva, fundamentada e em conformidade com os critérios previamente estabelecidos no edital e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação Técnica, responsável pela análise e avaliação dos aspectos técnicos das propostas apresentadas no procedimento licitatório destinado à contratação de solução integrada de sistemas de gestão pública para o Município de Teixeira Soares – PR.

Art. 2º A Comissão de Avaliação Técnica será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente/Coordenador da Comissão:
Nome: Lidiane Aparecida dos Santos da Rocha
Cargo: Técnico Administrativo, designada para responder INTERINAMENTE
pelo cargo de Tesoureiro.
Matrícula: 1641-1

II – Membro:
Nome: Douglas Eloi Ruppel
Cargo: Escriturário Lançador
Matrícula: 1046-1

III – Membro:
Nome: Jaciel Viegandt
Cargo: Professor, designado para prestar serviços junto ao Departamento de Licitação
Matrícula: 574-1

IV – Membro:
Nome: Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Cargo: Técnico Administrativo, designada para responder pela função de Controlador Geral
Matrícula: 1445-1

V – Membro:
Nome: Dieroni Cesar Voitechen
Cargo: Auxiliar Técnico Contabilidade
Matrícula: 212-1

VI – Membro:
Nome: Lulian Cristina de Oliveira
Cargo: Diretora Departamento de Recursos Humanos
Matrícula: 2346-1

VII – Membro:
Nome: LUCIMARA FARAGO
Cargo: Técnico Administrativo
Matrícula: 719-1

VIII – Membro:
Nome: Juliano Sluçarz
Cargo: Auxiliar De Serviços de Secretaria
Matrícula: 56

Parágrafo único. Os suplentes atuarão em substituição aos respectivos titulares nas hipóteses de ausência, impedimento, afastamento ou outra situação que impossibilite a participação do membro titular, mediante registro nos autos do procedimento.

Art. 3º Compete à Comissão de Avaliação Técnica:
I – Analisar as propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, observando rigorosamente os critérios, quesitos, pesos e parâmetros estabelecidos no edital e seus anexos;
II – Atribuir as respectivas notas aos quesitos de natureza técnica e qualitativa, conforme metodologia previamente estabelecida no instrumento convocatório;
III – avaliar a documentação e os elementos técnicos apresentados pelos licitantes, dentro dos limites de sua competência;
IV – Participar da avaliação da Prova de Conceito, quando prevista no edital, verificando o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos;
V – Registrar e fundamentar as notas e conclusões decorrentes da avaliação técnica;
VI – Elaborar relatório ou documento técnico contendo o resultado da avaliação, para encaminhamento à Comissão de Contratação;
VII – prestar esclarecimentos de natureza técnica quando formalmente solicitada pela Comissão de Contratação ou pela autoridade competente;
VIII – observar, em todas as suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e transparência.

Art. 4º A Comissão de Avaliação Técnica deverá observar exclusivamente os critérios e requisitos previamente estabelecidos no edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório, sendo vedada a utilização de critérios, exigências ou parâmetros não previstos anteriormente.

Art. 5º Os membros da Comissão deverão declarar eventual situação de impedimento, suspeição ou conflito de interesses que possa comprometer a imparcialidade da avaliação, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer circunstância dessa natureza.

Art. 6º As avaliações realizadas pela Comissão deverão ser devidamente fundamentadas e registradas nos autos do processo licitatório, de modo a possibilitar a verificação dos critérios utilizados para atribuição das notas.

Art. 7º A Comissão de Avaliação Técnica poderá solicitar, por intermédio da Comissão de Contratação, esclarecimentos ou informações complementares aos licitantes, somente quando admitidos pela legislação e pelo instrumento convocatório, vedada a alteração ou complementação indevida das propostas.

Art. 8º A atuação da Comissão de Avaliação Técnica ficará restrita à avaliação dos aspectos técnicos previstos no edital, não lhe competindo a condução das demais fases do procedimento licitatório, atribuição que permanecerá sob responsabilidade da Comissão de Contratação já constituída.

Art. 9º A designação prevista nesta Portaria permanecerá vigente durante o período necessário à realização das avaliações técnicas do procedimento licitatório, incluindo a análise das propostas, eventual Prova de Conceito e demais atos diretamente relacionados à avaliação técnica.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 11 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:F4178691

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO N.º 15/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – CMDCA
TEIXEIRA SOARES – PARANÁ

RESOLUÇÃO N.º 15/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da minuta do Decreto que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Teixeira Soares

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária realizada em 09 de setembro de 2026. Conforme Ata n° 16/2026 da reunião ordinária.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a minuta do Decreto que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Teixeira Soares

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 09 de setembro de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:B9227A46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO N.º 16/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
TEIXEIRA SOARES – PARANÁ

RESOLUÇÃO N.º 16/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação de projetos do AMAS e APAE

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária realizada em 09 de setembro de 2026. Conforme Ata n° 16/2026 da reunião ordinária.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Projeto de Aquisição de Camisetas da Associação de Menores Assistidos (AMAS), contemplando a aquisição de 391 (trezentas e noventa e uma) camisetas, no valor total de R$ 8.507,90 (oito mil, quinhentos e sete reais e noventa centavos).
Art. 2º Aprovar o Projeto de Aquisição de Camisetas da APAE, contemplando a aquisição de 71 (setenta e uma) camisetas, no valor total de R$ 2.288,40 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 09 de setembro de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:BD2053EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 835/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 40, § 1º, Inciso III, "a" , combinado com § 3º e 17º da da Constituição Federal e Artigo 40 da Lei Municipal nº 868/2006, de 22/11/2006.

R E S O L V E

ART. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, a partir desta data, a servidora efetiva desta Prefeitura, senhora **MARCIA APARECIDA CORDEIRO,** ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO, com proventos correspondentes a 100,00% (Cem por cento) da média das 80% maiores remunerações, a contar a partir de julho/94, com valor mensal de R$ - 1.650,53 (Hum mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e treis centavos) nos termos do Processo FPSMTB nº 017/2026.

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 15 dias do mês de Setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

EDUARDO MAGON
Superintendente do FPSMTB

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5374F8A3

GABINETE
LEI Nº 1.880/2026

Altera a Lei Municipal nº 1.389/2016 para regulamentar os cargos de provimento em comissão de Diretor Jurídico e Diretor do Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Terra Boa, redefinir suas atribuições, requisitos, quantitativos e remunerações, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei altera parcialmente a Lei Municipal nº 1.389/2016, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Terra Boa, para regulamentar os cargos de provimento em comissão de Diretor Jurídico e Diretor do Departamento Administrativo, estabelecendo sua natureza, atribuições, vedações, requisitos de investidura, quantitativos e remunerações.

§ 1º Os cargos regulamentados por esta Lei destinam-se exclusivamente ao exercício de funções de direção ou assessoramento superior, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

§ 2º Os cargos são de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara Municipal e pressupõem especial relação de confiança entre a autoridade nomeante e seus ocupantes.

§ 3º É vedada a utilização dos cargos regulamentados por esta Lei para substituição permanente de servidores efetivos ou para o desempenho predominante de atividades técnicas, burocráticas ou operacionais.

CAPÍTULO II
DO DIRETOR JURÍDICO

Art. 2º O cargo de provimento em comissão denominado, na Lei Municipal nº 1.389/2016, Diretor do Departamento de Assessoria Jurídica passa a denominar-se **Diretor Jurídico**, mantendo-se sua vinculação institucional à Presidência e à Mesa Diretora.

§ 1º O cargo de Diretor Jurídico possui natureza de assessoramento superior, estratégico e institucional, fundado em especial relação de confiança com a Presidência e a Mesa Diretora.

§ 2º O cargo não compreende o desempenho ordinário e permanente das atribuições jurídicas técnicas conferidas pela legislação municipal ao cargo efetivo de Advogado.

§ 3º O exercício do cargo não confere ao Diretor Jurídico poder de revisão, aprovação, determinação ou interferência sobre o conteúdo

das manifestações técnicas produzidas pelo servidor efetivo competente.

Seção I
Das Atribuições do Diretor Jurídico

Art. 3º Compete ao Diretor Jurídico:
I – prestar assessoramento direto à Presidência e à Mesa Diretora em assuntos estratégicos e institucionais relacionados ao exercício de suas competências e ao funcionamento do Poder Legislativo;
II – fornecer subsídios de natureza institucional à Presidência e à Mesa Diretora para o planejamento, a organização e o desenvolvimento das atividades institucionais da Câmara Municipal, sem emissão de manifestação jurídica técnica;
III – participar de reuniões da Presidência e da Mesa Diretora, quando solicitado, auxiliando na organização e no encaminhamento institucional das providências decorrentes das decisões adotadas pelas autoridades competentes;
IV – acompanhar a Presidência e a Mesa Diretora em reuniões, sessões, audiências e demais compromissos institucionais quando necessária assistência direta e fiduciária relacionada às atribuições do cargo;
V – auxiliar a Presidência e a Mesa Diretora na identificação das matérias que devam ser encaminhadas aos órgãos, setores ou servidores tecnicamente competentes;
VI – promover a interlocução institucional entre a Presidência, a Mesa Diretora e os setores da Câmara Municipal nas matérias relacionadas à atuação institucional da área jurídica, sem interferir nas competências técnicas dos servidores efetivos;
VII – acompanhar, exclusivamente para fins institucionais e informativos, o encaminhamento das demandas formuladas pela Presidência e pela Mesa Diretora aos setores competentes, sem determinar seu conteúdo, conclusão ou orientação técnica;
VIII – manter a Presidência e a Mesa Diretora informadas acerca do estágio das demandas institucionais encaminhadas aos setores competentes;
IX – sugerir à Presidência e à Mesa Diretora medidas destinadas ao aperfeiçoamento da comunicação e dos fluxos institucionais entre os órgãos e setores da Câmara Municipal;
X – auxiliar a Presidência e a Mesa Diretora na articulação institucional necessária ao cumprimento de suas atribuições quando a matéria demandar interlocução com a área jurídica;
XI – elaborar informações e relatórios de natureza exclusivamente institucional destinados à Presidência e à Mesa Diretora, desde que não constituam parecer, estudo jurídico, análise de legalidade ou manifestação técnica;
XII – exercer outras atribuições de assessoramento superior diretamente relacionadas às autoridades assessoradas, desde que compatíveis com a natureza fiduciária do cargo e que não correspondam às atribuições técnicas, burocráticas ou operacionais dos cargos efetivos.

Seção II
Das Vedações e da Separação das Atribuições Técnicas

Art. 4º É vedado ao Diretor Jurídico exercer, de forma ordinária ou permanente, ou em substituição ao ocupante de cargo efetivo:
I – representar judicial ou extrajudicialmente a Câmara Municipal;
II – emitir, elaborar, revisar ou subscrever parecer jurídico ou manifestação jurídica institucional;
III – realizar estudos ou pesquisas jurídicas destinados à formação de orientação técnica institucional;
IV – realizar análise jurídica de constitucionalidade ou legalidade de proposições legislativas;
V – prestar assessoramento jurídico técnico na elaboração ou revisão de proposições legislativas;
VI – realizar análise técnico-jurídica de processos administrativos, licitações, contratações, convênios, atos de pessoal ou outros procedimentos;
VII – elaborar ou revisar, em caráter técnico-jurídico, contratos, convênios, termos, petições, contestações, recursos ou outras peças jurídicas;
VIII – emitir manifestação técnica conclusiva em processos administrativos ou legislativos;
IX – substituir o ocupante do cargo efetivo de Advogado no desempenho das atribuições previstas na legislação municipal;
X – determinar, modificar, revisar, aprovar ou rejeitar o conteúdo de pareceres, manifestações, estudos ou orientações técnicas produzidas pelo servidor efetivo competente;
XI – exercer atividades técnicas, burocráticas ou operacionais incompatíveis com a natureza comissionada do cargo.

§ 1º Permanecem reservadas ao cargo efetivo de Advogado as atribuições jurídicas técnicas, ordinárias e permanentes previstas na Lei Municipal nº 1.388/2016 e em suas alterações.

§ 2º O acompanhamento institucional ou informativo de matéria submetida à área técnica não autoriza o Diretor Jurídico a orientar, determinar ou interferir na conclusão jurídica adotada pelo servidor competente.

§ 3º A existência e o provimento do cargo de Diretor Jurídico não substituem nem afastam a necessidade de provimento do cargo efetivo de Advogado.

Art. 5º As disposições dos arts. 2º a 4º desta Lei substituem, relativamente ao Diretor Jurídico, as atribuições anteriormente previstas no art. 9º da Lei Municipal nº 1.389/2016 que sejam incompatíveis com a natureza de assessoramento estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO III
DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 6º O Departamento Administrativo, previsto no art. 10 da Lei Municipal nº 1.389/2016, permanece hierarquicamente vinculado à Presidência da Câmara Municipal e constitui unidade destinada ao planejamento, coordenação, integração e supervisão administrativa dos serviços e setores a ele vinculados.

§ 1º O Departamento será dirigido pelo ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento Administrativo.

§ 2º O cargo possui natureza de direção superior e pressupõe especial relação de confiança com a Presidência.

§ 3º Integram a esfera de direção administrativa do cargo os servidores e serviços vinculados ao Departamento Administrativo, observadas as competências legais específicas de cada cargo e setor.
§ 4º A subordinação administrativa prevista neste artigo compreende a organização dos serviços, distribuição de tarefas compatíveis com o cargo efetivo, elaboração de escalas, acompanhamento do cumprimento das atividades e orientação administrativa, sem interferência em competências técnicas legalmente reservadas ao servidor.

Seção I
Das Atribuições do Diretor do Departamento Administrativo

Art. 7º Compete ao Diretor do Departamento Administrativo:
I – dirigir e coordenar as atividades administrativas do Departamento, observadas as competências próprias dos respectivos setores, servidores e agentes públicos;
II – exercer supervisão administrativa sobre os servidores e serviços vinculados ao Departamento;
III – organizar, quando necessário, escalas de trabalho dos servidores vinculados ao Departamento, observada a legislação aplicável;
IV – distribuir tarefas administrativas compatíveis com as atribuições legais dos servidores subordinados;
V – acompanhar o cumprimento das atividades e das determinações administrativas expedidas pela Presidência;
VI – orientar administrativamente os servidores subordinados quanto à organização e execução dos serviços, respeitadas as atribuições próprias de cada cargo;
VII – assessorar a Presidência no planejamento, organização e funcionamento dos serviços administrativos da Câmara Municipal;
VIII – propor à Presidência diretrizes, prioridades e fluxos de trabalho destinados ao funcionamento integrado dos serviços administrativos;

IX – acompanhar e avaliar, em nível gerencial, o funcionamento dos serviços vinculados ao Departamento, propondo medidas destinadas ao seu aperfeiçoamento e racionalização;
X – promover a integração administrativa entre os setores e serviços vinculados ao Departamento e sua articulação com a Presidência e os demais órgãos da Câmara Municipal;
XI – assessorar a Presidência na definição de prioridades administrativas relacionadas à gestão de pessoas, patrimônio, almoxarifado, protocolo, transparência, infraestrutura e serviços gerais;
XII – acompanhar, em nível gerencial, as necessidades relacionadas a materiais, bens, serviços, patrimônio e infraestrutura, propondo à Presidência as providências necessárias;
XIII – propor medidas destinadas à racionalização dos procedimentos internos, à melhoria da comunicação entre os setores e à eficiência administrativa;
XIV – acompanhar, em caráter gerencial, as atividades relacionadas à gestão de pessoas, preservadas as atribuições técnicas e operacionais dos agentes competentes;
XV – acompanhar o planejamento administrativo das compras e contratações necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal, sem substituir as competências dos agentes responsáveis pela instrução, condução, gestão ou fiscalização dos procedimentos;
XVI – elaborar e apresentar à Presidência informações e relatórios gerenciais acerca do funcionamento administrativo da Câmara;
XVII – participar e, quando necessário, coordenar reuniões administrativas destinadas à integração, planejamento e acompanhamento dos serviços;
XVIII – exercer outras atribuições de direção, coordenação e supervisão administrativa compatíveis com a natureza do cargo, desde que não correspondam ao exercício predominante de atividades técnicas, burocráticas ou operacionais próprias de cargos efetivos ou agentes especificamente designados.

Seção II
Das Vedações e da Delimitação das Atividades

Art. 8º O Diretor do Departamento Administrativo exercerá predominantemente atribuições de direção, planejamento, coordenação e supervisão, sendo vedada sua utilização como substituto permanente de servidores efetivos ou de agentes responsáveis por atividades técnicas, burocráticas ou operacionais.

§ 1º Não constituem atribuições predominantes e permanentes do cargo:
I – a execução rotineira de protocolo, autuação, registro, arquivamento, digitação e expedição de documentos;
II – a execução operacional de registros de patrimônio e almoxarifado;
III – a realização de cálculos, registros e procedimentos técnicos próprios da folha de pagamento;
IV – a escrituração e as demais atividades técnicas próprias da área contábil;
V – a emissão de parecer jurídico, contábil, de controle interno ou de outra natureza técnica atribuída por lei a profissional ou servidor competente;
VI – o desempenho permanente de atribuições próprias de servidores efetivos ou agentes públicos especificamente designados;
VII – a execução material rotineira das atividades próprias dos setores vinculados ao Departamento.

§ 2º O disposto no § 1º não impede a prática eventual de atos materiais ou administrativos acessórios diretamente relacionados às funções de direção, coordenação e supervisão, desde que não haja substituição habitual dos servidores ou agentes responsáveis pelas respectivas atividades.

§ 3º Nas contratações públicas, o Diretor poderá exercer atividades de planejamento, acompanhamento gerencial e assessoramento da Presidência, sem prejuízo das atribuições dos agentes formalmente designados nos termos da legislação aplicável.

§ 4º A direção e a supervisão administrativas não autorizam interferência no conteúdo técnico das manifestações produzidas pelos servidores ou agentes competentes.

§ 5º A solicitação de informações, a orientação administrativa e o acompanhamento de providências integram as funções gerenciais do cargo e não importam substituição dos responsáveis pela execução técnica ou operacional.

Art. 9º O § 1º do art. 10 da Lei Municipal nº 1.389/2016 passa a ser integralmente substituído pelas disposições dos arts. 7º e 8º desta Lei.

CAPÍTULO IV
DOS REQUISITOS, QUANTITATIVOS E REMUNERAÇÕES

Art. 10. Os cargos regulamentados por esta Lei observarão os seguintes requisitos, quantitativos e referências remuneratórias:
I – **Diretor Jurídico**:
a) quantitativo: **01 (uma) vaga**;
b) requisito de investidura: **curso superior em Direito e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB**;
c) referência remuneratória: **CC-01**;
d) remuneração mensal: **R$ 6.330,11 (seis mil, trezentos e trinta reais e onze centavos)**;
II – **Diretor do Departamento Administrativo**:
a) quantitativo: **01 (uma) vaga**;
b) requisito de investidura: **curso de nível superior completo, reconhecido pelo órgão competente**;
c) referência remuneratória: **CC-01**;
d) remuneração mensal: **R$ 6.330,11 (seis mil, trezentos e trinta reais e onze centavos).**
§ 1º A nomeação deverá observar a compatibilidade entre a formação, qualificação ou experiência profissional do nomeado e as atribuições do respectivo cargo.

§ 2º Os valores previstos neste artigo somente poderão ser alterados mediante lei específica, observadas as disposições constitucionais, orçamentárias e fiscais aplicáveis.

CAPÍTULO V
DA ADEQUAÇÃO DOS ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.389/2016

Art. 11. O Anexo II da Lei Municipal nº 1.389/2016 passa a individualizar os cargos regulamentados por esta Lei na seguinte forma:

ANEXO II
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO — CARGOS REGULAMENTADOS POR ESTA LEI

Denominação	Vagas	Referência
Diretor Jurídico	01	CC-01
Diretor do Departamento Administrativo	01	CC-01

§ 1º Relativamente aos cargos previstos neste artigo, deixa de ser aplicável a indicação global de vagas constante da redação anterior do Anexo II da Lei Municipal nº 1.389/2016.

§ 2º Os demais cargos e funções constantes do Anexo II da Lei Municipal nº 1.389/2016 não são objeto de regulamentação por esta Lei e permanecem sujeitos à legislação específica aplicável, sem que esta disposição importe reconhecimento de sua regularidade constitucional ou legal.

Art. 12. O Anexo III da Lei Municipal nº 1.389/2016 passa a estabelecer, relativamente aos cargos regulamentados por esta Lei:
ANEXO III
TABELA DE REMUNERAÇÃO

Referência	Valor mensal
CC-01	**R$ 6.330,11 (seis mil, trezentos e trinta reais e onze centavos)**

Parágrafo único. A referência estabelecida neste artigo aplica-se exclusivamente aos cargos regulamentados por esta Lei, não produzindo alteração automática da remuneração de outros cargos anteriormente classificados sob a mesma referência.

CAPÍTULO VI

DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 13. A redefinição das atribuições do Diretor Jurídico promovida por esta Lei destina-se também ao cumprimento da determinação constante do Acórdão nº 161/26 do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativamente à necessidade de distinção entre as funções do cargo comissionado e as atribuições técnicas permanentes previstas para os cargos efetivos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não substitui nem prejudica o cumprimento das demais determinações constantes da decisão do Tribunal de Contas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. É vedada a ampliação, por resolução, portaria, regulamento, ordem de serviço ou outro ato infralegal, das atribuições dos cargos regulamentados por esta Lei para incluir atividades incompatíveis com sua natureza de direção ou assessoramento.

Art. 15. A existência dos cargos regulamentados por esta Lei não afasta a necessidade de manutenção e provimento, mediante concurso público, dos cargos efetivos necessários ao desempenho das atividades técnicas, burocráticas e operacionais permanentes da Câmara Municipal.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, os limites de despesa com pessoal e as demais exigências constitucionais, orçamentárias e fiscais aplicáveis.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:DDEB71E7

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 86-2026 - RETIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 86/2026 - RETIFICADO

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: Registro de Preço para uma eventual aquisição de lubrificantes, fluídos, ARLA, estopa, graxa e afins referente à manutenção dos veículos e máquinas do município.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 15.09.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 29.09.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 15 de setembro 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:09F63303

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 90-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual Aquisição de larvicida biológico à base de Bacillus thuringiensis var. israelensis (BTI), cepa AM65-52, destinado ao controle integrado de larvas de simulídeos (borrachudos) e demais dípteros vetores nos cursos d'água situados no território do Município de Terra Boa/PR.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.

As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 15.09.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 30.09.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 15 de setembro 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:BC4C935F

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 322/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: 57156070 MAIRLAN OLIVEIRA DO NASCIMENTO, CNPJ nº 57.156.070/0001-50, com sede Araci, Bahia, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MAIRLAN OLIVEIRA DO NASCIMENTO, CPF: 049.475.035-99, carteira de Identidade nº 1454145404.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **3.995,30 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser

prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:E70AC1B2

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 323/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: AM CIANORTE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 43.603.551/0001-52, com sede Cianorte, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MARTINS, CPF: 046.894.099-51, carteira de Identidade nº 100380161.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **82.845,55 (oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:DDA39E2B

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 325/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ nº 35.626.812/0001-21, com sede Balneário Camboriú, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA, CPF: 559.554.600-04, carteira de Identidade nº 9029160811.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **2.709,80 (dois mil, setecentos e nove reais e oitenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:989753F8

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 326/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CIRURGICA IBIPORÃ LTDA, CNPJ nº 23.178.900/0001-29, com sede Ibiporã, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). RAFAEL RUIZ NOGARI, CPF: 067.121.559-08, carteira de Identidade nº 91717336.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B9F97193

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 328/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da

Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CIRURGICA PRIME LTDA, CNPJ nº 46.116.717/0001-02, com sede Maringá, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR, CPF: 048.260.599-57, carteira de Identidade nº 97253757.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **26.832,10 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais e dez centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:C838CFCC

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 330/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 60.599.605/0001-72, com sede Ivaiporã, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). CAMILE BORGES SOCOLOSKI CHERPINSKI, CPF: 051.447.269-33, carteira de Identidade nº 97396051.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **8.975,00 (oito mil, novecentos e setenta e cinco reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:5D33FED0

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 332/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ECO FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI, CNPJ nº 85.477.586/0001-32, com sede Cascavel, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). EUCLIDES LUIZ TOMAZELLI, CPF: 060.116.839-91, carteira de Identidade nº 31457033.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.522,50 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:675D6FF9

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 336/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 40.892.801/0001-23, com sede Cascavel, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ANSELMO FERREIRA MENDES, CPF: 032.824.939-40, carteira de Identidade nº 80365543.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:2372E2FB

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 337/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 10.675.016/0001-58, com sede Paranavaí, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ROSA FERREIRA BRAGA, CPF: 016.892.629-66, carteira de Identidade nº 38887092.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **111.960,14 (cento e onze mil, novecentos e sessenta reais e quatorze centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:C4AAC8BF

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 340/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 36.757.380/0001-50, com sede Santa Maria, Rio Grande do Sul, tendo como representante legal o(a) Sr(a). RAFAEL VIANA, CPF: 008.813.380-01, carteira de Identidade nº 2075002804.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **17.736,10 (dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais e dez centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:AA5E309F

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 341/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 28.199.997/0001-70, com sede Mogi Mirim, São Paulo, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LUIZ GUILHERME DE GUSMÃO RIBEIRO, CPF: 066.287.058-11, carteira de Identidade nº 10860810.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **207,44 (duzentos e sete reais e quarenta e quatro centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:E164BAE8

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 342/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: SULPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ nº 01.942.594/0001-12, com sede Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JEAN CARLOS MENEGHEL, CPF: 008.436.290-10, carteira de Identidade nº 1079150114.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **74.880,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:7511D873

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 343/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: SUPERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 47.181.976/0001-71, com sede Ivaiporã, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JOSE VICTOR VALESI PEREIRA, CPF: 064.856.619-64, carteira de Identidade nº 109602116.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **9.927,10 (nove mil, novecentos e vinte e sete reais e dez centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6C8A3E50

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 344/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: VITIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ nº 51.578.226/0001-05, com sede Umuarama, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). TIAGO TRECCOSSI IZAIAS, CPF: 069.968.009-35, carteira de Identidade nº 78221461.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **31.642,00 (trinta e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:4F8310D5

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 345/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: W MEDICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 46.952.637/0001-89, com sede São Caetano do Sul, São Paulo, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MARIA CLAUDIA TORCHETTI PRADO, CPF: 291.148.918-75, carteira de Identidade nº 340779780.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **10.272,60 (dez mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:88A7A54E

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 346/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 51.740.794/0001-60, com sede Arapongas, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). IRENE LOPES SALVI, CPF: 515.443.269-04, carteira de Identidade nº 40539174.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **7.543,00 (sete mil, quinhentos e quarenta e três reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 14 de setembro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 14 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:E5829396

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 347/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: A.D. DAMINELLI EIRELI - ME, CNPJ nº 10.749.758/0001-80, com sede Paranavaí, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ALINE DIAS DAMINELLI, CPF: 062.284.489-00, carteira de Identidade nº 93085647.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **15.906,80 (quinze mil, novecentos e seis reais e oitenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0F41C96C

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 349/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ nº 35.626.812/0001-21, com sede Balneário Camboriú, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA, CPF: 559.554.600-04, carteira de Identidade nº 9029160811.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.890,08 (um mil, oitocentos e noventa reais e oito centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:844651CD

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 351/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da

Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: BHDENTAL COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 29.312.896/0001-26, com sede Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LEONARDO ANTONIO CALTALDO CURY, CPF: 113.276.106-98, carteira de Identidade nº 22163370.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **14.048,00 (quatorze mil e quarenta e oito reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:756908E5

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 354/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: DENTAL MED PLUS LTDA, CNPJ nº 55.675.690/0001-70, com sede Francisco Beltrão, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JULIANA PAULA GUIMARAES, CPF: 030.364.169-00, carteira de Identidade nº 81203458.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **3.388,64 (três mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:557E67D6

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 358/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 10.633.441/0001-84, com sede Cascavel, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). PEDRO ARANA, CPF: 614.799.429-87, carteira de Identidade nº 43583204.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **18.683,29 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:36DCF47F

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 359/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ITAMARATY CARE LTDA, CNPJ nº 58.489.781/0001-00, com sede Campo Mourão, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ELISMAR DE SOUZA VIEIRA, CPF: 775.452.309-49, carteira de Identidade nº 39490420.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **11.728,00 (onze mil, setecentos e vinte e oito reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:13388AB2

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 362/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: ODONTOSUL LTDA, CNPJ nº 04.971.211/0001-22, com sede Toledo, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ESTELA BEATRIZ FIORAVANTI SCHACHT, CPF: 553.454.179-20, carteira de Identidade nº .

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **13.029,19 (treze mil e vinte e nove reais e dezenove centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:8CCB9CD0

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 363/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: SUTCARE LTDA, CNPJ nº 61.771.120/0001-87, com sede , , tendo como representante legal o(a) Sr(a). GUSTAVO DE MIRANDA RIBEIRO, CPF: 126.282.146-01, carteira de Identidade nº 600974698.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.152,00 (um mil, cento e cinquenta e dois reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:C294517E

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 364/2026
REF: PREGÃO N° 71/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 51.740.794/0001-60, com sede Arapongas, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). IRENE LOPES SALVI, CPF: 515.443.269-04, carteira de Identidade nº 40539174.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de materiais e medicamentos odontológicos em atendimento das Unidades Básicas de Saúde..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **2.132,56 (dois mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CE5D265B

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 368/2026
REF: PREGÃO N° 78/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CM ART UNIFORMES E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 25.215.711/0001-04, com sede Terra Boa, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MARCELO VALERIANO ANDRADE, CPF: 051.236.149-58, carteira de Identidade nº 96315988.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de brinquedos pedagógicos em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **36.550,40 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 15 de setembro de 2026, com vencimento até 15 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D0D051A9

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 67/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 67/2026**

Registro de Preço para uma eventual Contratação de empresa pessoa jurídica para aquisição de peças e Serviços e Mão de Obra em equipamentos odontológicos, para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) V R M FROIS inscrito no CNPJ/CPF Nº 50.979.979/0001-60 no valor total dos itens vencidos de R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais).

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:CCE33016

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 78/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 78/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de brinquedos pedagógicos em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Boa.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) 59.031.654 MARIA MARTE SCHITICOSKI inscrito no CNPJ/CPF Nº 59.031.654/0001-25 no valor total dos itens vencidos de R$ 77.881,00 (setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais).

2) CM ART UNIFORMES E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 25.215.711/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 36.550,40 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

3) 58512546 MARCELY GEREZ PEREIRA MARTINS inscrito no CNPJ/CPF Nº 58.512.546/0001-01 no valor total dos itens vencidos de R$ 30.988,00 (trinta mil, novecentos e oitenta e oito reais).

4) PATRIUS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 54.082.007/0001-29 no valor total dos itens vencidos de R$ 22.297,30 (vinte e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta centavos).

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6CC5B4C7

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 82/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 82/2026**

Contratação de empresa para prestação de serviços de fretamento de veículo recreativo estilo trenzinho com reboque para passageiros para atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) 67.702.854 MARINEZ ORDONIA DA SILVA DE OLIVEIRA inscrito no CNPJ/CPF Nº 67.702.854/0001-90 no valor total dos itens vencidos de R$ 27.360,00 (vinte e sete mil, trezentos e sessenta reais).

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:A60EE43D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 836/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 16/09/2026 o Senhor **GABRIEL SALMAZO DE SOUZA** portador do CPF 107.548.449-94 para exercer o cargo efetivo de Psicopedagogo, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E3A26BAC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 837/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 16/09/2026 o Senhor **FERNANDO GONÇALVES VALENTE** portador do CPF 550.427.839-20 para exercer o cargo efetivo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8E9E5EC5

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 838/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 16/09/2026 o Senhor **SILVANO OLIVEIRA FONTES** portador do CPF 028.461.209-00 para exercer o cargo efetivo de Agente de Máquinas e Veículos - Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2C935ED9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 839/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º REVOGAR, a partir de 18/09/2026, a Portaria N° 706/2026 que concedeu ampliação de jornada à servidora **JOICE CAMILA ROLA**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:4A032CD7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 840/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 dias de férias a(o) senhor(a) **CARLOS CEZAR MEDEIROS BEZERRA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de SECRETARIO DE MEIO AMBIENTE referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **16/09/2026** a **05/10/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:FF757D70

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 009/2026 – CMDPI

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas FINAL da Deliberação Nº 033/2024 – FIFAR / Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento".

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Terra Boa, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal N° 1.037/2010 de 31/05/2010, alterada pela Lei Nº 1.829/2025 de 15/07/2025 e,

Considerando a Deliberação Nº 033/2024 - CEDIPI-PR FIFAR / Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento".
Considerando a Deliberação da **Reunião Plenária Ordinária** do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Terra Boa, realizada em 15 de Setembro de 2026, conforme Ata nº 008/2026;

Resolve:

Art. 1º Aprovar **Prestação de Contas FINAL, referente à** da Deliberação Nº 033/2024 do CEDIPI/PR (Conselho Estadual dos

Direitos da Pessoa Idosa do Paraná) / recursos recebidos através FIFAR (Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa) / Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento". Aprimoramento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas - ABRIGO INSTITUCIONAL.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.
Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

SUELI BOVO
Presidente do CMDI

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:4B040064

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 010/2026 – CMDPI

RESOLUÇÃO 010/2026 – CMDPI

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas FINAL da Deliberação Nº 034/2024 – FIFAR / Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Terra Boa, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal N° 1.037/2010 de 31/05/2010, alterada pela Lei Nº 1.829/2025 de 15/07/2025 e,

Considerando a Deliberação Nº 034/2024 - CEDIPI-PR FIFAR / "Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II".
Considerando a Deliberação da **Reunião Plenária Ordinária** do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Terra Boa, realizada em 15 de Setembro de 2026, conforme Ata nº 008/2026;

Resolve:

Art. 1º Aprovar **Prestação de Contas FINAL, referente à** da Deliberação Nº 034/2024 do CEDIPI/PR (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná) / recursos recebidos através FIFAR (Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa) - **"Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II".**

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Boa, 15 de setembro de 2026.

SUELI BOVO
Presidente do CMDI

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:B994A945

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 06/2026

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA-PR
PROCEDIMENTO/MODALIDADE: DISPENSA Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026
TIPO: Menor Preço ***por Lote***.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e higienização de vidros, fachadas e calçadas do prédio da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução periódica, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, produtos, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, periodicidade, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência
VALOR ESTIMADO/MENOR VALOR: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/09/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/09/2026 às 17h00min
LANCES: 21/09/2026 DAS 09h30min às 10h30min.
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS).
SESSÃO DE JULGAMENTO: 21/09/2026 às 14h30min
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: *licitacao@camaraterrarica.pr.gov.br*
LINK DO EDITAL: *https://camaraterrarica.pr.gov.br/?pag=T0RZPU9EYz1PR009T1RrPU9EWT1PVEE9T1dFPQ==&view=LISTLICIT&modalidade=&sit=&tipo_licita=&situacao=&ano=2026&notid=&notIn=&tc=&tcNot=&sit=*
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
MARGEM DE PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: ☒ Sim ☐ Não
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, no endereço *https://camaraterrarica.pr.gov.br/?pag=T0RZPU9EYz1PR009T1RrPU9EWT1PVEE9T1dFPQ==&view=LISTLICIT&modalidade=&sit=&tipo_licita=&situacao=&ano=2026&notid=&notIn=&tc=&tcNot=&sit=* no link "licitações".

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, sito a Av. São Paulo, nº 1178 – 1º Andar, Centro, no município de Terra Rica/PR, CEP: 87.890-000, através do e-mail *licitacao@camaraterrarica.pr.gov.br* ou pelo telefone (44) 3441-1231, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Terra Rica/PR, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:D832D52F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 342/2024

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **TARLEI QUINTELA DA SILVA GERENCIAL, CNPJ 28.509.903/0001-11** com endereço na RUA JOSÉ DE SOUZA RAMALHO, 202 ESCRITORIO - CEP: 86670000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por TARLEI QUINTELA DA SILVA ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 037.920.409-64, com domicilio na RUA JOSE DE SOUZA RAMALHO, 202 CASA - CEP: 86670000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 102/2024, objetivando a **Contratação de empresa para implementação e fornecimento de software de Sistema de Gestão Referente a Fiscalização e controle processual do Imposto Territorial Rural - ITR e levantamento do VTN (valor da terra nua).**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 22/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica reajustado o valor unitário do contrato, conforme índice IPCA de 4,22%, para **R$ 6.519,23** (Seis mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Através do presente termo aditivo, fica aditivado ao contrato o valor total de R$ 78.230,76 (Setenta e oito mil, duzentos e trinta reais e setenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 342/2024 de 25/09/2024.

Terra Rica-Pr, 11/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	*TARLEI QUINTELA DA SILVA*
Prefeito Municipal	Tarlei Quintela Da Silva Gerencial

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:8789BC70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REUNIÃO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTOS E CREDENCIAMENTO

INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026
Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, realizou-se reunião para análise da documentação apresentada pela empresa 2P SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.370.088/0001-55, no âmbito do Edital de Credenciamento referente à Inexigibilidade nº 19/2026, Processo Licitatório nº 114/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a realização de exames de ultrassonografia, com laudagem, utilizando aparelho e espaço disponibilizados pelo Município.
Iniciados os trabalhos, procedeu-se à análise dos documentos apresentados, em conformidade com as exigências do edital retificado e de seus anexos, verificando-se o atendimento aos requisitos de habilitação exigidos para o credenciamento.
Diante da análise realizada, a empresa 2P SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 34.370.088/0001-55, **foi considerada HABILITADA e declarada CREDENCIADA** para a prestação dos serviços objeto do referido procedimento, observadas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos.
Não foi realizado sorteio, tendo em vista que a empresa 2P SERVIÇOS MÉDICOS LTDA foi a única participante do procedimento.
O resultado será divulgado pelos meios previstos no edital, observando-se o prazo recursal nele estabelecido.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que segue para assinatura dos responsáveis.
Terra Rica/PR, 14 de setembro de 2026.

JULIO CESAR GERMANO JÚNIOR
Agente de Contratação

_____
Equipe de Apoio

_____
Equipe de Apoio

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:FF9C1785

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RELAÇÃO DE CREDENCIADOS

INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de exames de ultrassonografia, com laudagem, utilizando aparelho e espaço disponibilizados pelo Município.
O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, torna pública a relação de credenciados referente ao procedimento acima identificado, conforme análise da documentação realizada em 14 de setembro de 2026, às 14h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal:

Ordem de prioridade	Empresa credenciada	CNPJ	Situação
1ª	2P SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	34.370.088/0001-55	Habilitada e credenciada

Não foi realizado sorteio, tendo em vista que a empresa 2P SERVIÇOS MÉDICOS LTDA foi a única participante do procedimento, ocupando a primeira posição na ordem de prioridade.
A prestação dos serviços observará as condições e os critérios de distribuição da demanda previstos no edital e em seus anexos.
Terra Rica/PR, 14 de setembro de 2026.

JULIO CESAR GERMANO JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:687ED07B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
CONVITE

A Secretaria Municipal de Saúde de Terra Rica – PR, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, tem a honra de convidar a Câmara de Vereadores e toda a população terra-riquense para participar da Audiência Pública de Prestação de Contas do2º Quadrimestre de 2026.
O evento ocorrerá no dia 24deSETEMBROde 2026, às 14h, na Câmara de Vereadores de Terra Rica, situada à Avenida São Paulo, nº 1178.
A presença de todos é essencial para a transparência da gestão pública e o fortalecimento das políticas de saúde em nosso município.
Antecipadamente, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.
Atenciosamente,

LAURA OLIVEIRA DE JESUS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

VANESSA PÉRICO TEIXEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joao Vitor Pinto Rando
Código Identificador:6173B007

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 407/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ADRIANA KANABUSHI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ADRIANA KANABUSHI,** matrícula Nº 1099, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de

15/09/2024 a 14/09/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **16/09/2026 a 25/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D373192C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 408/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA JOICE SANTOS SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **JOICE SANTOS SILVA,** matrícula Nº 12268, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 01/03/2024 a 28/02/2025, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **16/09/2026 a 30/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:9FF677A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 409/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA THAYZE GIZELLI CORDEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **THAYZE GIZELLI CORDEIRO,** matrícula Nº 11320, ocupante do cargo efetivo de **BIOQUÍMICO/FARMACEUTICO,** referente ao período aquisitivo de 02/07/2024 a 01/07/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **16/09/2026 a 25/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (15/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:E07A86BC

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
ATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE INTERESSADOS NA INEXIGIBILIDADE 03/2026

Aos 11 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09:00 horas, na sede do Samae de Terra Rica, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designados pela portaria nº 38/2023, para proceder à **abertura dos envelopes de interessados** no credenciamento de instituição financeira referente à **Inexigibilidade nº 03/2026**, cujo objeto é Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil para prestar serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita pública de competência da Autarquia no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Foi recebido um email até a data e horário estabelecidos no edital de credenciamento de Instituições Financeiras. Em seguida, procedeu-se à abertura do mesmo, verificando-se a presença do seguinte interessado:

•
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A

Durante a sessão, foram conferidos todos os documentos constantes nos autos, constatando-se que a documentação apresentada pelo participante atende integralmente às exigências estabelecidas no edital e às disposições legais aplicáveis. Verificou-se a regularidade das informações e a conformidade dos requisitos de habilitação, não havendo apontamentos que obstassem o prosseguimento do certame.
Assim, restou plenamente possibilitado o credenciamento do participante, permitindo a continuidade regular do procedimento licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata da Abertura dos Envelopes de Interessados na Inexigibilidade nº 03/2026, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Terra Rica, 11 de setembro de 2026.

Comissão de Licitação:

CIBELE APARECIDA DA SILVA
Presidente

EDUARDO BASSIL DA SILVA
Membro

JOÃO MARCELO DE OLIVEIRA
Membro

BEATRIZ MARTINS ROS
Membro

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:96D4C436

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO - SAMAE DE TERRA RICA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17 /2026
TIPO REGISTRO DE PREÇO

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Pregão - Eletrônico 17/2026 O objeto dessa licitação consiste em Aquisição de materiais elétricos destinados à execução de ligações elétricas em instalações do SAMAE de Terra Rica/PR. conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço Por item

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos destinados à execução de ligações elétricas em instalações do SAMAE de Terra Rica/PR

ABERTURA:A abertura do certame será às 09:00 (nove horas) do dia 28/09/2026 (vinte e oito dias de setembro de 2026).

O edital completo está disponível no site:https://www.samaetr.com.br ou https:/bllcompras.com/ via e-mail licitacao@samaetr.com.br ou poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, nº 233, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441-2441, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 15/09/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:BCEAEB3D

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2025

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, inscrito no CNPJ sob nº 73.897.589/0001-46, sediado na Av. James Patrick Clark, 233, Parque das Jaboticabeiras, Terra Rica/PR, representado pelo Diretor Presidente Marcos Paulo Perigo.
CONTRATADA: AUTO POSTO VIAIS LTDA , inscrita no CNPJ sob nº 21.012.728/0001-03 ,inscrita no CNPJ sob nº 40.601.330/0001-57, com sede na Av. São Paulo, 1747, Centro, Terra Rica – PR

OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL: Registro de preços para aquisição de combustíveis, filtros e lubrificantes.
As partes, de comum acordo e com fundamento no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na **Cláusula Segunda do contrato original**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 15/2025 por mais **12 (doze) meses**, com início em 25/09/2026 e término em 24/09/2027, visando a continuidade de aquisição de combustíveis, filtros e lubrificantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E REAJUSTE
2.1. O valor global estimado para o período da prorrogação de 12 (doze) meses é de R$ 67.600,00 (sessenta e sete mil e seiscentos reais), conforme detalhamento abaixo:

Item	Produto	Qde	und	Preço Vigente	Valor Total
01	Gasolina Comum	5000	L	R$ 6,40	R$ 32.000,00
02	Etanol Hidratado	8000	L	R$ 4,45	R$ 35.600,00

2.2. O valor acima fixado permanece conforme o 1º termo de aditivo contratual de reajuste de valor datado em 26/03/2026
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. As despesas decorrentes desta prorrogação onerarão as dotações orçamentárias do SAMAE para o exercício vigente e subsequente, conforme a disponibilidade financeira.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 17/2025 que não colidirem com este Termo Aditivo.

Terra Rica – PR, 15 de setembro de 2026

SAMAE De Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES
Contratante

JOÃO PAULO DOS SANTOS VIAIS
Auto Posto Viais LTDA
Contratado

Testemunhas:

__
Nome:
CPF.:

_____
Nome:
CPF.:

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:BDE880F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17583/2026

PORTARIA Nº 17583/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a Sra. Juliana da Silva, matrícula 157430-01, ocupante do cargo de Secretária Municipal do Meio Ambiente, a partir de 15 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:09316939

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CITAÇÃO - PAAR

EDITAL DE CITAÇÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O Município de Terra Roxa-PR **CITA**, via do presente edital não sendo possível citá-lo pessoalmente, **FOX INDUSTRIA METALURGICA LTDA**, CNPJ nº 29.178.797/0001-01, com último endereço sabido como Rua Olivio Campaner n. 161, Jardim Costa do Sol, CEP: 86.600-570, para tomar ciência do Processo Administrativo movido em desfavor de sua empresa, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, 14.133 de abril de 2021 e Lei Municipal nº 1.776, de 22 de outubro de 2019, por possível "Descumprimento a obrigações contratuais – PREGÃO ELETRONICO N° 14/2025, devendo comparecer na sede do Paço Municipal – Setor de Processo Administrativo, sito à Av. Presidente Costa e Silva nº 95, nesta cidade de Terra Roxa-PR, a fim de promover sua defesa, ***impreterivelmente no prazo de 5 (cinco) dias a***

partir da última publicação deste edital, conforme os ditames da lei supracitada, sob pena de revelia.

JESSICA BISPO DOS SANTOS CAETANO
Presidente da Comissão PAAR

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:C9EC3E2D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CITAÇÃO - PAAR

EDITAL DE CITAÇÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

O Município de Terra Roxa-PR **CITA**, via do presente edital não sendo possível citá-lo pessoalmente, **M C E LOPES DE SOUZA IMPORTAÇÃO**, CNPJ nº 18.844.053/0001-43, com último endereço sabido como Rua Antonio Burgos n. 480 – Bairro Nova Santa Cruz, CEP: 55.190-000, para tomar ciência do Processo Administrativo movido em desfavor de sua empresa, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, 14.133 de abril de 2021 e Lei Municipal nº 1.776, de 22 de outubro de 2019, por possível "Descumprimento a obrigações contratuais – PREGÃO ELETRONICO N° 35/2024, devendo comparecer na sede do Paço Municipal – Setor de Processo Administrativo, sito à Av. Presidente Costa e Silva nº 95, nesta cidade de Terra Roxa-PR, a fim de promover sua defesa, ***impreterivelmente no prazo de 5 (cinco) dias a partir da última publicação deste edital***, conforme os ditames da lei supracitada, sob pena de revelia.

JESSICA BISPO DOS SANTOS CAETANO
Presidente da Comissão PAAR

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:CC6F39BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-20/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, torna Público e comunica aos interessados que o **Pregão Eletrônico nº 080/2026**, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE GRANITO, MÃOS FRANCESAS E CUBAS, INCLUINDO INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÕES, REFORMAS, MANUTENÇÕES E ELHORIAS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TERRA ROXA/PR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INSTALAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE BANCADAS, PIAS, LAVATÓRIOS, COZINHAS, LACTÁRIOS, FRALDÁRIOS, SANITÁRIOS E DEMAIS AMBIENTES ESCOLARES**, foi declarada **FRACASSADA,** em face de ausência total de interessados no valor estimado.
Maiores informações poderão ser solicitadas no telefone (44) 3645-8300, em dias úteis das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas.

Terra Roxa-PR, 15 de Setembro de 2026.

ANELISE LANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:95654457

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 21

Resolução 21 /2026

A Comissão Eleitoral, nomeada pela Resolução nº 19, de 10 setembro de 2026, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 549/2022, sem prejuízo às demais legislações vigentes;
Resolve:
Art.1º-Tornar público a Relação de Candidatos com as inscrições homologadas para participar da prova objetiva no processo de escolha suplementar indireta para membros SUPLENTES do Conselho Tutelar do Município de Tomazina/PR Gestão 2024/2028:

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDITATO
001	Juliana Acosta do Prado Oliveira
002	Marcia Regina de Assis Calazans
003	Beatriz Toledo Rosa
004	Silvana Aurélia do Vale
005	Renata Messias de Souza
006	João Oliveira de Azevedo

Art.2º-Tornar público a designação de dia, local e convocação para a realização das provas objetivas junto ao Processo de Escolha Suplementar Indireta dos Conselheiros Tutelares do município de Tomazina/PR, conforme segue:

DATA DA PROVA OBJETIVA	**20/09/2026**
Período Da Realização Da Prova Objetiva	MANHÃ
Horário	8:30 HORAS
Duração Da Prova	3 HORAS 30 MINUTOS
Local Da Realização Da Prova	Escola Ademar Haruo Ishii – Rua Felipe Miguel de Carvalho, 314 Centro

Art.º3- Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, documento oficial de identificação.

Tomazina, 15 de setembro de 2026.

FABIA CRISTINA PASQUALOTTO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:C5B95176

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 364/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os membros representantes abaixo, indicados pelos seguimentos governamentais e não governamentais, para comporem o Conselho Municipal de Saúde – CMS, do município de Tomazina.

MEMBROS GOVERNAMENTAIS	**MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS**
Secretaria Municipal de Saúde Titular: Cinthia Alferes Chueire Suplente: Waleria Vieira Sanchez dos Santos	Representante da Associação Mulheres do Café: Titular: Silvana Aparecida de Souza Gonçalves Suplente: Claudionira Inocência de Souza
Hospital São Vicente de Paulo Titular: Luana Inocência Ribeiro Suplente: Jessaly Lopes da Cruz de Moraes	Representante da Associação Comercial e Empresarial de Tomazina: Titular: Elaine Daniel Rodrigues Suplente: Edilson Rodrigues dos Santos
Conselho Regional do Paraná – Coren Titular: Carla Betina Marroni Couto Suplente: Silvana Alves dos Santos Baltazar	Sindicato dos Servidores Titular: Suziane Zacarias Suplente: Marcela Cristina Margonar
Conselho Regional de Odontologia - CRO Titular: Iara Regina Elias Chueire Suplente: Paulo Rodrigues Pires	Representantes das Entidades Religiosas Titular: Aparecida Martins Lopes Suplente: Andrea Ribeiro de França

Art. 2º. Ficam nomeados para a composição da diretoria os seguintes membros:

Presidente: Elaine Daniel Rodrigues
Vice-presidente: Iara Regina Elias Chueire
1º Secretaria: Silvana Alves dos Santos Baltazar
2º Secretaria: Suziane Zacarias

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
15 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:4DFF2DA1

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 365/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 101 da Lei Municipal n.º 012/1997, Parágrafo Único

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio para o(a) servidor(a), Sr(a) CRISTIANE DE FATIMA CORREA MACHADO SILVA, matrícula de nº 695, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE", de 15/09/2026 até 13/12/2026, período aquisitivo 2019/2024.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
15 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:FCC058EB

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 366/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 15 de setembro de 2026, o(a) servidor(a) estatutário(a), Sr(a). **SILVANA FERREIRA BENTO**, portador(a) da matrícula Nº 700, do Cargo de "**ODONTÓLOGO(A)**", nomeado(a) pela Portaria de nº 047/2014.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em15 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:E050EB79

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2026

Licitação para Ampla Participação

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro para atender a frota de veículos do Município de Tomazina/PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e no Edital.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n° 29/2026, no portal: (www.bll.org.br).
Valor Total de Referência: R$130.937,55 (cento e trinta mil e novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).
Abertura da Licitação: 09 horas do dia **05/10/2026**.
Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 – Tomazina – PR. O Edital completo está disponível no site http://tomazina.pr.gov.br, no PNCP no site https://pncp.gov.br/ e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão à disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo whatsapp (43) 99615-7043 e pelo e-mail: licitacaotmz@outlook.com.

Tomazina,15 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:9AD80103

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 14/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 14/2023
ORDEM CRONOLÓGICA: Dispensa Eletrônica Nº 04/2023 – Processo Nº 26/2023
OBJETO: Prestação de serviços por meio de locação de uma máquina fotocopiadora multifuncional.
PARTES: Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e J. E. Marques – Print Quality.
FUNDAMENTO: Lei 14.133/2021, IN 67, de 8 de julho de 2021 e Dispensa Eletrônica Nº 04/2023 da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.
PREÇO POR CÓPIA TIRADA: R$ 0,80.
PREÇO TOTAL: Até R$ 23.529,60 ao ano.
PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de 12 meses.

Três Barras do Paraná, 15 de setembro de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:EE2A27A9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 084/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **28 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) PLACAR ELETRÔNICO POLIESPORTIVO COM JORNAL ELETRÔNICO, INCLUINDO INSTALAÇÃO E TESTES DE**

FUNCIONAMENTO, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:19DD8143

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7286/2026

Data: 15/09/2026

Designa Agente Político, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para responder interinamente pelo cargo de Secretário de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
DECRETA:
Art. 1º Fica designada o servidor **Cristian Ludwig,** matricula nº 1661-6/1, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para responder **interinamente** pelo cargo de Secretário de Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.
Parágrafo único. A remuneração será de 01(um) cargo de Agente Político (EC 20/98 – Lei Municipal 2693/2024 de 25/06/2024).
Art. 2º O designado acima pode assinar todos os documentos inerentes as atribuições da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.
Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 02 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:88E2216D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7289/2026

Data: 15/09/2026

Concede gozo de férias suspensa pelo Decreto nº 6901 de 20/01/2026 de servidora municipal, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Considerando o contido no Of. Nº 254/2026 SEMED datado de 09 de setembro de 2026.
D E C R E T A

Art. 1º. Fica concedido o gozo de férias suspensa pelo Decreto nº 6901 de 20/01/2026 a servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria de Educação a partir de 21 de setembro de 2026.

Nome	Matriculas
Crislaine Aparecida de Lima de Oliveira	867-2/1 e 364-6/1

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 21 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:FBBDF9EE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7290/2026

Data 15/09/2026

Abre crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3177/2026 de 15/09/2026.
Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 103.700,00 (cento e três mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08	Secretaria Munic. de Esportes	
08.01	Departamento de Esportes	
278120014.2.040000	Manutenção do Desporto Amador	
3.3.90.30 (6189) (3705)	Material de consumo	11.407,00
3.3.90.32 (6190) (3705)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	64.709,00
3.3.90.39 (6191) (3705)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	27.584,00

Total.....R$ 103.700,00
Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
3705	Programa PROESPORTE/COPEL	103.700,00

Total.....R$ 103.700,00
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025, e Lei Orçamentária Anual (LOA) Lei nº 3023/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:3B625863

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7291/2026

Data 15/09/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3180/2026 de 15/09/2026

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.01	Departamento Adm. de Cultura	
133920013.2.119000	Aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	
3.3.90.39 (6197) (1063)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	5.000,00

Total.....R$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.01	Departamento Adm. de Cultura	
133920013.2.119000	Aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	
3.3.90.48 (5645) (1063)	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	5.000,00

Total.....R$ 5.000,00

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:3BA597E4

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2025

Processo: Processo Administrativo nº 79/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 46/2025.
Contratante: Município de Três Barras do Paraná/PR, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
Contratada: BOLA BRINDES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.745.700/0001-08.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 230/2025 por mais 12 (doze) meses, destinada à futura e eventual aquisição de kits de auxílio-natalidade para atendimento dos programas socioassistenciais do Município.
Valor registrado: R$ 52.136,35, mantidos os preços e demais condições originalmente pactuadas.
Fundamento legal: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços.
Vigência: 12 de setembro de 2026 a 11 de setembro de 2027.
Data da assinatura: 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:A789D4B5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2025

Processo: Processo Administrativo nº 79/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 46/2025.
Contratante: Município de Três Barras do Paraná/PR, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
Contratada: ECO – FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.477.586/0001-32.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 231/2025 por mais 12 (doze) meses, destinada à futura e eventual aquisição de kits de auxílio-natalidade para atendimento dos programas socioassistenciais do Município.
Valor registrado: R$ 15.225,00, mantidos os preços e demais condições originalmente pactuadas.
Fundamento legal: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços.
Vigência: 12 de setembro de 2026 a 11 de setembro de 2027.
Data da assinatura: 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:3C9E4B21

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 223/2022

Contratante: Município De Três Barras Do Paraná/Pr, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
Contratada: Carlen Brena De Oliveira Antunes - ME, inscrita no CNPJ nº 47.501.003/0001-72.
Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses e reajuste de 4,64% no valor unitário do plantão, com base no IPCA acumulado de julho de 2025 a junho de 2026, conforme o item 11.1 do Edital de Chamamento Público nº 02/2022. O contrato tem por objeto a prestação de serviços de radiologia em regime de plantão de sobreaviso nos períodos noturno, finais de semana e feriados, para complementação da carga horária do Hospital Municipal, conforme Decreto Municipal nº 4.970/2022.
Valor unitário reajustado: R$ 166,97 (cento e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos) por plantão de 12 horas.
Valor total: R$ 80.145,60 (oitenta mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).
Fundamento legal: artigos 57, inciso II e § 2º, e 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993.
Período de vigência: 22 de setembro e 2026 a 21 de setembro de 2027.
Data: 15 de setembro de 2026

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:90AC1C67

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 227/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 227/2026
OBJETO:
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ENGEPEÇAS PARA REVISÃO DE 2000 HORAS DA ESCAVADEIRA JS SERIE 3368289
PARTES:
Município de Três Barras do Paraná e ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDAFUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Inexigibilidade a nº 23/2026
VALOR:
R$ 13.943,00 (treze mil e novecentos e quarenta e três reais).
VIGÊNCIA:
O prazo de vigência do contrato é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, de 16/09/2026 à 15/03/2027.
DATA DE ASSINATURA:
16 de setembro de 2026.

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:74D8A19C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 23/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 093/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ENGEPEÇAS PARA REVISÃO DE 2000 HORAS DA ESCAVADEIRA JS SERIE 3368289.

FUNDAMENTO LEGAL
ARTIGO 74, INCISO I, DA LEI N° 14133/21

CONTRATADA
ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ N° 05.063.653/0002-14

PREÇO
R$ 13.943,00 (TREZE MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 06 (SEIS) MESES.

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:9E7D89FA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3177/2026

Data 15/09/2026

Abre crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 103.700,00 (cento e três mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08	Secretaria Munic. de Esportes	
08.01	Departamento de Esportes	
278120014.2.040000	Manutenção do Desporto Amador	
3.3.90.30 (6189) (3705)	Material de consumo	11.407,00
3.3.90.32 (6190) (3705)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	64.709,00
3.3.90.39 (6191) (3705)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	27.584,00

Total.....R$ 103.700,00
Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
3705	Programa PROESPORTE/COPEL	103.700,00

Total.....R$ 103.700,00
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025, e Lei Orçamentária Anual (LOA) Lei nº 3023/2025.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:E5D7CD22

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3178/2026

Data 15/09/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar atletas e dirigentes do Centro de Treinamento Daido Figth Team Ltda, para participar do Campeonato Internacional Kyokushin Ikomatsushima 2026, na cidade de Naviraí/MS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transportar atletas e dirigentes do Centro de Treinamento DFT, inscrito no CNPJ sob o nº 21.596.298/0001-14, localizado na Av. São Paulo, nº 367, Centro, Três Barras do Paraná, para participar do Campeonato Internacional Kyokushin Ikomatsushima 2026, na cidade de Naviraí/MS.
§ 1º A saída está prevista para as 03:00h do dia 19 de setembro de 2026, com retorno no mesmo dia.
§ 2º A coordenação e seleção das pessoas ficará a cargo Centro de Treinamento DFT.
Art. 2º O transporte será feito por veículos da frota própria, ou terceirizados.
Art. 3º As despesas da viagem, combustíveis, manutenção dos veículos, as despesas dos motoristas, ou o pagamento de fretes, correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, assim especificada:
08.01.2781200142.040 Manutenção do Esporte Amador
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas P. Civil.
3.390.14 Diárias Pessoal Civil
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:61E1FAFE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3179/2026

Data 15/09/2026

Altera o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 3086, de 07/04/2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas para a realização da Semana Farroupilha.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3086, de 07/04/2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas para a realização da Semana Farroupilha, passa a ter a seguinte redação:
Art. 1º .....
"**.....Parágrafo único.** O valor máximo a ser gasto pelo Município não poderá ultrapassar a R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)."
Art. 2º O art. 2º da Lei nº 3086, de 07/04/2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas para a realização da Semana Farroupilha, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, assim especificada:
13.392.0013.2.116 Emenda Impositiva para Atividades culturais
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica."
Art. 3º Ratificam-se as demais disposições da Lei nº 3086, de 07/04/2026.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F92A910B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3180/2026

Data 15/09/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.01	Departamento Adm. de Cultura	
133920013.2.119000	Aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	
3.3.90.39 (6197) (1063)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	5.000,00

Total.....R$ 5.000,00
Art. 2º Para a cobertura do presente Crédito Especial será a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.01	Departamento Adm. de Cultura	
133920013.2.119000	Aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	
3.3.90.48 (5645) (1063)	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	5.000,00

Total.....R$ 5.000,00
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:47F7C352

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3181/2026

Data 15/09/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a parcelar débitos previdenciários junto à Receita Federal do Brasil.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar débitos previdenciários conforme processos abaixo relacionados, observando a legislação vigente:
LEV G4 Glosa Compensação horas extras

Mês Lançamento	Valor R$
07/2012	33.001,20
08/2012	40.863,70
09/2012	35.958,98
10/2026	34.914,70
11/2021	37.201,96
13/2012	121,53
TOTAL	182.062,07

Art. 2º O parcelamento será em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.
Art. 3º Fica autorizado a ceder para a Receita Federal como garantia do parcelamento de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "*pro solvendo*", as receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos de encargos anuais relativos ao parcelamento.
Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos das obrigações decorrentes deste parcelamento.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:280E1354

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 265 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Concede Licença Prêmio a Servidor(a) Publico(a) de Provimento Efetivo e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no artigo 127 de Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a licença prêmio, com período aquisitivo de 06 de junho de 2018 a 05 de junho de 2023, pelo período de 3 (três) meses, iniciando-se em 30 de agosto de 2026 e findando em 27 de novembro de 2026, ao servidor **VILMAR TEIXEIRA DE CAMPOS**, matrícula n°. 82, ocupante do cargo efetivo de ***MESTRE DE OBRAS.***

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 14 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:DC6FA9F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 151-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 151/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 04/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Servente de Limpeza – Sede- 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Gisele Miranda dos Santos	65º

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9C20695A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 152-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 152/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista B– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Adilson Jose Gresile	5°

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista D– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Joelson Carriel	16°
Almir Siqueira de Andrade	17°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:58EBF21B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 153-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 153/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 01/2025, homologado pelo Edital n. 07/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 01/2025, homologado pelo Edital n. 07/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 01/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Enfermeiro– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Danieli Aparecida Dos Santos	8°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:49AC06A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 154-2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N. 1/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 154/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2024, conforme edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 18/2024.
2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Turvo, PR, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 20 do EDITAL nº 001/2024.
3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme item 20.8 do Edital nº 001/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Professor – Passa Quatro- 20h/semanal

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
13958	Mayara Padilha de Mattos	3º

4° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EF64E2F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 68/2025

Segundo Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 146/2025 – Pregão Eletronico Nº68/2025– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:SAUDAX MEDICINA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.741.163/0001-37, com sede localizada na Rua Coronel Lustosa, N°1297 no Município de Guarapuava/PR, CEP 85.010-060, neste ato representada por Anahia Andrade Bianco, portador da cédula de identidade Nº 7.131.820-6 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 032.555.419-64–**Valor do Aditivo:**Fica aditivado o valor de R$ 10.574,20 (dez mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), sendo um acréscimo de aproximadamente 5,61% do Contrato original – **Prazo de Vigência:** Fica prorrogado por 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2025, de forma que a data final passa a ser **24 de março de 2027** – **Gestora:**Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto – **Fiscal:** Paulo Henrique Zander **-Foro:** Guarapuava (PR) **-Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:5CE02948

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 656-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 12, inciso II, e 38 a 43 da Lei Complementar Municipal nº 03/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 02/2023, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público Municipal de Turvo, especialmente quanto à classificação dos cargos, suas atribuições, requisitos e respectivas responsabilidades;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 7.007/2026, que trata do procedimento de readaptação funcional da servidora LUCÉLIA VENNEK, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza;

CONSIDERANDO a avaliação da capacidade laboral da servidora e as limitações funcionais identificadas no curso do processo administrativo;

CONSIDERANDO o parecer e as conclusões da Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional, instituída pela Portaria nº 650/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida READAPTAÇÃO FUNCIONAL TEMPORÁRIA à servidora **LUCÉLIA VENNEK**, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, integrante do quadro de servidores efetivos do Município de Turvo/PR, nos termos dos artigos 38 a 43 da Lei Complementar Municipal nº 03/2023, observadas as conclusões da Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional.

Art. 2º Durante o período de readaptação funcional temporária, a servidora exercerá, na Secretaria Municipal de Saúde, atividades compatíveis com sua capacidade laboral e com as limitações funcionais identificadas no Processo Administrativo nº 7.007/2026, tomando-se como referência atividades de natureza administrativa e de recepção, compatíveis com as atribuições previstas para o cargo de Recepcionista.

Art. 3º A readaptação funcional de que trata esta Portaria terá caráter temporário, pelo período inicial de 90 (noventa) dias, contado a partir do efetivo início das atividades de readaptação, sem prejuízo de eventual alteração do período, caso assim seja recomendado pela Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional, nos termos do art. 40, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar Municipal nº 03/2023.

Art. 4º A servidora deverá apresentar-se, no dia 16 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Saúde, para início das atividades decorrentes da presente readaptação funcional temporária, após o término de sua licença para tratamento de saúde.

Art. 5º Compete ao Departamento de Recursos Humanos e à Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional acompanhar, monitorar e operacionalizar o processo de readaptação funcional, nos termos do art. 39 da Lei Complementar Municipal nº 03/2023.

Art. 6º Durante o período de readaptação, será realizado o monitoramento da servidora no ambiente de trabalho, compreendendo, especialmente:

I – A adaptação da servidora às atividades que lhe forem atribuídas;

II – A compatibilidade das atividades desempenhadas com sua capacidade laboral;
III – O cumprimento das limitações e recomendações estabelecidas pela Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional;
IV – Eventuais dificuldades ou limitações apresentadas no exercício das atividades;
V – As condições do ambiente de trabalho;
VI – As informações prestadas pela chefia imediata e pela própria servidora; e
VII – Demais aspectos necessários à avaliação da efetividade da readaptação.

Art. 7º A servidora poderá ser convocada, sempre que necessário, para nova avaliação pela Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional, nos termos do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 03/2023.

Art. 8º Ao término do período de monitoramento, ou antes dele, quando recomendado pela Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional, será realizada nova avaliação da servidora, com emissão de parecer quanto à continuidade, alteração ou encerramento da readaptação, observadas as disposições da Lei Complementar Municipal nº 03/2023.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao início das atividades de readaptação a partir de 16 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, 14 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:32C8E26F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 657-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 05 (cinco) dias de férias para a servidora, **Jocelene Botini**, ocupante do cargo efetivo de Professora e atualmente Diretora da Escola Municipal Professor Elias Abrahão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 19 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1023/2025.

Art. 2º - Converter em abono pecuniário o remanescente de 05 (cinco) dias de férias da servidora mencionada no art. 1º desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 14 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:3A54B045

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 658-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva, **Elaine Cristina Roesler de Oliveira**, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento, no período de 04 de novembro de 2026 a 13 de novembro de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 49/2026.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 14 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:AC855487

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 659-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar em 16 de setembro de 2026, a servidora **Eliane Aparecida Camargo**, inscrita no CPF nº 037.982.419-10, do cargo efetivo de enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em atenção à solicitação da mesma através do protocolo nº 3.464/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 16 de setembro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2E21FA3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 660-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 05 (cinco) dias de férias à servidora **Vanessa Pires Atanazildo**, ocupante de 02 (dois) vínculos efetivos no cargo de Professora, ambos com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sob as matrículas nº 100987 e 1008473, atualmente exercendo a função de Diretora da Escola Municipal do Campo Infância Feliz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 21 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026, conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1023/2025.

Art. 2º - Converter em abono pecuniário o remanescente de 05 (cinco) dias de férias da servidora mencionada no art. 1º desta portaria.

Parágrafo único. O período de férias de que trata o caput deste artigo refere-se exclusivamente ao vínculo funcional correspondente à matrícula nº 100987, razão pela qual a servidora estará afastada de suas atividades no período da manhã, devendo permanecer em exercício no período da tarde, desempenhando normalmente suas atribuições de Diretora da Escola Municipal do Campo Infância Feliz, vinculadas à matrícula nº 1008473.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:526CC929

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 661-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 03/2023 – Estatuto dos Servidores do Município;
CONSIDERANDO o Decreto nº 054/2024 – Regulamenta a Avaliação de Desempenho;
CONSIDERANDO o Memorando nº 2.491/2026, da Comissão de Avaliação de Desempenho, nomeada por meio do Decreto nº 045/2026, que, após a análise do processo de avaliação de desempenho, concluiu pelo cumprimento dos requisitos necessários à concessão da progressão horizontal por merecimento, referente ao exercício de 2026;
RESOLVE:

Art. 1˚ - Fica concedida a Progressão Horizontal por Merecimento ao servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo efetivo de Procurador Jurídico do Poder Legislativo Municipal, observada a respectiva classe e nível:

Matricula	Servidor	Classe e Nível - 2026
191	ELISEU ANTONIO KLOSTER	C09

Art. 2˚ - Em decorrência da progressão concedida, o servidor fará jus aos vencimentos correspondentes à nova classe e nível, conforme a tabela salarial aplicável.

Art. 3˚ - A presente progressão terá efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2026, nos termos do art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 02/2023.

Art. 4˚ - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5˚ - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:350236F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 33/2026

Através do presente termo, RATIFICO o procedimento de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 33/2026, para contratação da empresa 61.059.205 MELQUISEDEQUE JUNIOR TAVARES (CNPJ N° 61.059.205/0001-37), pelo valor de R$ 33.999,00 (trinta e três mil novecentos e noventa e nove reais), para execução de obra destinadas à readequação e ampliação da base existente e à execução de nova base para instalação de reservatório de água em comunidades, integrantes dos sistemas de abastecimento de água do programa água é saúde, considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
O procedimento da dispensa de licitação eletrônica;

•
A razoabilidade do preço apresentado na fase de lances, conforme Art. 72, IV, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e;

•
Os documentos relativos à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em face das exigências previstas no aviso da dispensa de licitação eletrônica;

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração de contrato ou instrumento equivalente.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo (PR), 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:CBDC8C84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

Através do presente termo, RATIFICO o procedimento de Dispensa de Licitação nº 34/2026, cujo objeto visa a Contratação direta da empresa COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA (CNPJ nº 09.315.996/0001-07) mediante Dispensa de Licitação, para o fornecimento emergencial dos medicamentos Alendronato de Sódio 70 mg, Losartana Potássica 50 mg e Metoclopramida (Cloridrato) 10 mg, no valor total de R$ 13.563,17 (treze mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da empresa;

•
A razoabilidade do preço exigido como contrapartida para a contratação, demonstrada mediante orçamentos, e;

•
Os documentos relativos à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em face das exigências previstas pelo Artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração de contrato ou instrumento equivalente.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo (PR), 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:0F534FDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 74/2026, cujo objeto visa a Contratação direta da empresa**CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE TURVO (CONSEG), inscrito no CNPJ nº 08.032.196/0001-08)** para a formalização do termo de cooperação para disponibilização dos equipamentos necessários ao fortalecimento das ações de policiamento e monitoramento, pleiteia-se a aquisição e instalação de 4 (quatro) câmeras, modelo ids-2cd7a46g2-izhsy (2.8–12 mm) hik, bem como a contratação de sistema starlink, destinado a assegurar a conectividade necessária ao adequado funcionamento das ações de monitoramento, pelo valor de R$ 26.258,92 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da contratada;

•
Os documentos relativos à habilitação da contratada em face das exigências previstas pelos arts. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:174EB8DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS RESULTADO DO JULGAMENTO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 33/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua Presidente (designado pela Decreto Nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou procedimento de Dispensa de Licitação Eletrônica Nº 33/2026, a qual ocorreu em 09 de setembro de 2026, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, através do processo administrativo n° 6.161/2026-1Doc.

•
A empresa FRA ENGENHARIA LTDA foi inabilitada no Lote 01, pois não apresentou todos os documentos de habilitação exigidos no edital.

Cujos termos obedecem ao que segue:

LOTE 01 - VALOR DE REFERÊNCIA: R$ 34.498,91		
FRA ENGENHARIA LTDA (CNPJ Nº 57.575.861/0001-15)	R$ 32.500,00	INABILITADA
61.059.205 MELQUISEDEQUE JUNIOR TAVARES (CNPJ N° 61.059.205/0001-37)	R$ 33.999,00	VENCEDOR

As informações administrativas relativas à Dispensa Eletrônica Nº 33/2026 poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos via Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br.

Turvo/PR, 15 de setembro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n° 79/2026)

61.059.205 Melquisedeque Junior Tavares

MELQUISEDEQUE JUNIOR TAVARES
Responsável

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:69E53E4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua Presidente (designado pelo Decreto Nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou procedimento de Dispensa de Licitação Nº 34/2026, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Processo Administrativo n° 6.902/2026 – 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 15/09/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA (CNPJ nº 09.315.996/0001-07)

Objeto: Fornecimento emergencial dos medicamentos Alendronato de Sódio 70 mg, Losartana Potássica 50 mg e Metoclopramida (Cloridrato) 10 mg.

Valor: R$ 13.563,17 (treze mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezessete centavos)

Fundamento legal: Artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa: A presente justificativa fundamenta-se na necessidade urgente de aquisição dos medicamentos Alendronato de Sódio 70 mg, Losartana Potássica 50 mg e Metoclopramida (Cloridrato) 10 mg, destinados à recomposição do estoque da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Turvo/PR, visando garantir a continuidade do atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).
Os referidos medicamentos são regularmente adquiridos por meio do Consórcio Paraná Saúde. Entretanto, em 01 de setembro de 2026, o Consórcio encaminhou o Ofício nº 607/2026, comunicando oficialmente a indisponibilidade de fornecimento dos medicamentos na programação vigente, em razão de sucessivos pregões fracassados, cancelamento de Ata de Registro de Preços e expressivo aumento dos preços praticados no mercado, circunstâncias que inviabilizaram o abastecimento dos municípios consorciados dentro do prazo inicialmente previsto.
Dentre os medicamentos afetados, destaca-se a Losartana Potássica 50 mg, um dos itens de maior demanda da Farmácia Municipal, cujo estoque encontrava-se zerado no momento da comunicação do Consórcio. Como medida emergencial, foi possível obter apenas 930 comprimidos emprestados da Farmácia da Unidade Básica de Saúde de Faxinal da Boa Vista, quantitativo insuficiente para atender a demanda habitual do Município até a normalização do fornecimento.
O Alendronato de Sódio 70 mg, destinado ao tratamento da osteoporose, e a Metoclopramida (Cloridrato) 10 mg, amplamente utilizada no manejo de náuseas e vômitos na rede municipal de saúde, também possuem caráter essencial para a continuidade dos tratamentos dos pacientes, tornando imprescindível a recomposição imediata dos estoques.
Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de adoção de medida célere para evitar o desabastecimento desses medicamentos, sendo cabível a contratação direta mediante dispensa de licitação, em razão da urgência da demanda e da inviabilidade de aguardar os prazos inerentes a um procedimento licitatório ordinário sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos de saúde.
Para assegurar a observância ao princípio da economicidade, foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores do ramo. As empresas Cirúrgica Nossa Senhora Ltda. e Santo Remédio Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. apresentaram cotação para apenas dois dos medicamentos solicitados, não contemplando o fornecimento integral do objeto. A empresa Essência Saúde Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares apresentou

proposta para todos os medicamentos, porém com valor superior ao da empresa selecionada.
As informações administrativas relativas à Dispensa de Licitação Nº 34/2026 poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos via Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br.

Turvo/PR, 15 de setembro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:64EEA8E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pelo Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 74/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, Processo Administrativo n° 6.597/2026 - 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 15/09/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE TURVO (CONSEG), inscrito no CNPJ nº 08.032.196/0001-08

Objeto: TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE POLICIAMENTO E MONITORAMENTO, PLEITEIA-SE A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 4 (QUATRO) CÂMERAS, MODELO IDS-2CD7A46G2-IZHSY (2.8–12 MM) HIK, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE SISTEMA STARLINK, DESTINADO A ASSEGURAR A CONECTIVIDADE NECESSÁRIA AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO

Valor total: R$ 26.258,92 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos);

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa: A presente parceria tem por finalidade fortalecer e aprimorar as ações de segurança pública no Município de Turvo, mediante a ampliação da estrutura de monitoramento e a disponibilização de recursos tecnológicos que proporcionem melhores condições para o trabalho das forças de segurança. A instalação das novas câmeras permitirá ampliar a cobertura do sistema de monitoramento em pontos estratégicos do município, contribuindo para a prevenção de ocorrências, identificação de situações suspeitas, proteção do patrimônio público e apoio às atividades de policiamento e investigação.
A ampliação do monitoramento também possibilitará maior capacidade de acompanhamento e resposta diante de ocorrências, auxiliando as equipes policiais na identificação de veículos, pessoas e demais elementos relevantes para a apuração de fatos. Dessa forma, a medida contribuirá para o fortalecimento da segurança da população, para a prevenção de atos ilícitos e para o aumento da sensação de segurança da comunidade.
De forma complementar, a disponibilização do sistema Starlink para instalação em viatura da Polícia Militar busca garantir conectividade à equipe durante as atividades de patrulhamento, inclusive em deslocamentos e atendimentos realizados em áreas rurais ou locais com cobertura convencional de internet insuficiente ou inexistente. A disponibilidade de conexão durante o serviço permitirá às equipes policiais acessar sistemas, realizar consultas, transmitir informações e manter comunicação e apoio operacional de forma mais eficiente, proporcionando melhores condições para atuação em campo.
Assim, a iniciativa representa um investimento na modernização da estrutura de segurança do Município de Turvo, utilizando recursos tecnológicos para ampliar a capacidade de monitoramento, fortalecer o patrulhamento e proporcionar melhores condições de trabalho às equipes policiais. Espera-se, com isso, contribuir para a prevenção e o enfrentamento da criminalidade, a proteção da população e do patrimônio público e a melhoria da segurança e da qualidade de vida da comunidade.
Por fim, destaca-se que os recursos destinados à execução da presente parceria são provenientes de Emendas Impositivas, conforme documentação constante do anexo. Especificamente, foram destinados ao Conselho Comunitário de Segurança de Turvo – CONSEG recursos no valor total de R$ 26.258,92, provenientes das Emendas Impositivas nº 06/2025, de autoria de Cesar Musika, no valor de R$ 5.000,00; nº 07/2025, de autoria de Josnei Neves, no valor de R$ 10.000,00; nº 08/2025, de autoria de Marina Vennek Borges, no valor de R$ 5.000,00; e nº 09/2025, de autoria de Fernando Batista, no valor de R$ 6.258,92, conforme demonstrado no documento anexo.
As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 74/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-016 – Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br .

Turvo (PR), 15 de setembro de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:8D8EAC90

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 99/2026 COMPRAS.GOV N° 32/2026 NOTA DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TURVO(PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo (PR), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei, decide REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO DESENVOLVIDO NA MODALIDADE “PREGÃO ELETRÔNICO” SOB O Nº 99/2026”, DO TIPO “MENOR PREÇO”, cujo objeto contempla o "Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos destinados à distribuição aos alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças”, em que pese: (a) a Administração possa revogar seus próprios atos por motivos de mérito administrativo, e por julgamento de conveniência e/ou oportunidade (cf. Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal); (b) Ainda, considerando que, após análise técnica da Secretaria, verificou-se que os itens não atendem integralmente às necessidades, desta forma torna-se necessária a reavaliação das especificações técnicas e dos critérios de aceitabilidade dos produtos, a fim de que as características sejam definidas com maior precisão e correspondam adequadamente à necessidade da Secretaria. Determina-se a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo a que ele se refere.

Turvo/PR, 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:F4B56F7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 85/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 4.743/2026 (1Doc), **AJUDICA E HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 85/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de consumo, insumos e equipamentos permanentes de enfermagem, destinados ao atendimento das demandas da atenção primária à saúde da secretaria municipal de saúde de Turvo - PR, de acordo com as seguintes indicações:
Lotes n° 01, 02, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 15, 16, 20, 25 e 28 em favor da empresa **HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA (CNPJ N° 17.676.642/0001-08)** pelo valor global R$ 100.779,77 (cem mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos);
Lote n° 03 em favor da empresa **CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA (CNPJ N° 24.586.988/0001-80)** pelo valor global de R$ 24.145,78 (vinte e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos);
Lote n° 05 em favor da empresa **SURGIDENT PRODUTOS ODONTO MEDICOS (CNPJ N° 56.183.058/0001-72)** pelo valor global de R$ 9.299,22 (nove mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos);
Lotes n° 10, 18, 19 e 22 em favor da empresa **GUIMARAES, GUIMARAES E SOARES LTDA (CNPJ N° 17.330.681/0001-59)** pelo valor global de R$ 42.319,34 (quarenta e dois mil, trezentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos);
Lote n° 21 em favor da empresa **K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ N° 21.971.041/0001-03)** pelo valor global de R$ 13.277,66 (treze mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos).
Ademais, torno público que os **LOTES 04, 13 E 17 RESTARAM FRACASSADOS**, uma vez que as empresas participantes foram desclassificadas e inabilitadas e os **LOTES 14, 23, 24, 26 E 27, RESTARAM DESERTOS**, uma vez que não acudiram interessados na contratação do seu objeto.
Na oportunidade, então, considerando a manutenção das razões que ensejaram o procedimento infrutífero, determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo, com relação aos **Lotes 04, 13, 14, 17, 23, 24, 26 E 27.** Caso seja necessária a realização de um novo procedimento licitatório, poderão ser aproveitados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 15 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:328124A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2026

Concede Título de Cidadão Honorário de Umuarama ao Senhor Antônio Franson Neto.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário de Umuarama ao Senhor Antônio Franson Neto**,** em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à coletividade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRISTIANE GIMENES DA SILVA
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:4A77D37D

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2026

Concede Título de Cidadão Honorário de Umuarama ao Senhor Renato Antônio Fontana.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário de Umuarama ao Senhor Renato Antônio Fontana, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à coletividade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRISTIANE GIMENES DA SILVA
1ª Secretária

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:86520185

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PAUTA DA ORDEM DO DIA - 21 E 24 DE SETEMBRO/2026 – ÀS 15H - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PROJETO DE LEI N° 086/2026 – Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 4.699, de 20 de setembro de 2023, que dispõe sobre as normas gerais do sistema de transporte público coletivo no Município de Umuarama, para disciplinar a prorrogação da concessão, e dá outras providências.
Do Poder Executivo Municipal, **com 03 artigos**.
EM 1ª e 2ª DISCUSSÃO e VOTAÇÃO, e REDAÇÃO FINAL.

Edifício Vereador Antônio Milton Siqueira, em 15 de setembro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:DFFDE018

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 292/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: UNIÃO OESTE PARANAENSE DE ESTUDOS E COMBATE AO CÂNCER – UOPECCAN
Profissional Credenciado:
ALBERTO SANTIAGO MENDES TOME
TATIANA DE CAMPOS
PAULO HENRIQUE KINOSHITA CANDIDO
ALECIO RAMPAZZO NETO
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços especializados de ESPECTROSCOPIA POR RESSONÂNCIA, FLUXO LIQUÓRICO (COMPLEMENTO RESSONÂNCIA), HIDRO RESSONÂNCIA, PERFUSÃO CEREBRAL POR RESSONÂNCIA, RESSONÂNCIA CARDÍACA, RESSONÂNCIA DE HIPÓFISE, RESSONÂNCIA DE ÓRBITA, RESSONÂNCIA FLUXO LIQUÓRICO, RESSONÂNCIA MULTIPARAMÉTRICA DA PRÓSTATA, RESSONÂNCIA SACRO-ILÍACA, URO RESSONÂNCIA, POLIPECTOMIA, RETOSSIGMOIDOSCOPIA, COLONOSCOPIA E ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA COM PESQUISA DE H.PYLORI E FOTO, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 1.539.600,00 (um milhão e quinhentos mil e trinta e nove mil e seiscentos reais)
Vigência: 02/09/2026 a 02/09/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/06/533, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 165/2026, autorizado em 24 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 28 de julho de 2026, edição nº 3.582, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 299/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: A B DA CRUZ JUVENCIO
Profissional Credenciado: ANA BEATRIZ DA CRUZ JUVENCIO
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Acompanhante Terapêutico para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 007/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 42.332,52 (quarenta e dois mil e trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência: 10/09/2026 a 10/09/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/796, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 198/2026, autorizado em 09 de setembro de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 10 de setembro de 2026, edição nº 3.613, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 293/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: AUDIVIDA EXAMES AUDIOLOGICOS LTDA
Profissional Credenciado:
CRISTIANE KELY FERREIRA DO COUTO
BRUNA SQUINCALHA PORTILHO
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de IMPEDANCIOMETRIA / IMITANCIOMETRIA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)
Vigência: 08/09/2026 a 08/09/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/07/724, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 186/2026, autorizado em 25 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 26 de agosto de 2026, edição nº 3.603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:23360993

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

ADITIVO 002 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2025 Contratante: Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: PONTAL METALURGICA LTDA
Cláusula Primeira: Fica anulado o Termo Aditivo 001 à Ata de Registro de Preços nº 001/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 104/2025, publicado em 31 de julho de 2026, em razão de erro material verificado em sua elaboração, tornando-se sem efeito todas as disposições nele constantes. Passando a prevalecer integralmente as cláusulas e condições estabelecidas neste termo aditivo, para todos os fins de direito.
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 001/2025 que não conflitarem com o disposto neste Termo Aditivo.
Cláusula Segunda: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 8 de dezembro de 2027.
Cláusula Terceira: Fica renovado o quantitativo até o limite do seu quantitativo original, perfazendo o valor deste termo em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme descrição abaixo.
Cláusula Quarta: Fica adicionada as seguintes dotações orçamentárias:
08.002.15.451.0005.2026.3.3.90.30.00.00 – D:249 – F:1000
08.002.15.451.0005.2026.3.3.90.30.00.00 – D:248 – F:85
08.002.15.451.0005.2026.3.3.90.39.00.00 – D:251 – F:100
08.002.12.361.0015.1095.3.3.90.30.00.00 – D:213 – F:104
08.002.12.361.0015.1095.3.3.90.39.00.00 – D:215 – F:104
08.002.12.365.0015.1096.3.3.90.30.00.00 – D:217 – F:104
08.002.12.365.0015.1096.3.3.90.39.00.00 – D:219 – F:104
08.002.13.392.0022.1022.3.3.90.30.00.00 – D:222 – F:1000
08.002.13.392.0022.1022.3.3.90.39.00.00 – D:224 – F:1000
08.002.18.543.0005.1134.3.3.90.30.00.00 – D:282 – F:1000

08.002.18.543.0005.1134.3.3.90.39.00.00 – D:284 – F:1000
08.002.27.812.0019.1097.3.3.90.30.00.00 – D:335 – F:1000
08.002.27.812.0019.1097.3.3.90.39.00.00 – D:337 – F:1000
08.002.27.813.0005.1085.3.3.90.30.00.00 – D:341 – F:1000
08.002.27.813.0005.1085.3.3.90.39.00.00 – D:343 – F:1000
08.002.27.813.0019.1339.3.3.90.30.00.00 – D:347 – F:1000
08.002.27.813.0019.1339.3.3.90.39.00.00 – D:349 – F:1000

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 31 de julho de 2026.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:4A452CFD

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2026, EDITAL DE LICITAÇÃO 15/2026

Contratante: Empresa Pública de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Umuarama - EPISU.
Contratada: CONCREFA COMERCIO VAREJISTA DE CONCRETOS E LAJES LTDA.

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento futuro e eventual para aquisição de concreto usinado, destinado ao atendimento das necessidades da EPISU, em diversos pontos da sede e dos distritos do Município de Umuarama/PR, pelo período de 12 (doze) meses.
Vigência: **02/09/2026 a 01/09/2027.**

Valor Total: **R$ 3.089.670,00 (TRÊS MILHÕES OITENTA E NOVE MIL E SEISCENTOS E SETENTA REAIS).**

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 19/2026, no Processo Licitatório n° 15/2026, homologado em 02 de setembro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 02 de setembro de 2026, edição nº 3608 que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 14 de setembro de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Direto Presidente EPISU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:396800A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1115/2026

Aplicar penalidade à empresa CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA., em decorrência da inexecução do Contrato de Compra nº 211/2025, apurada no Processo Administrativo nº 2026/02/2447.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 2026/02/2447, instaurado por meio da Portaria nº 01, de 12 de fevereiro de 2026, destinado à apuração de irregularidades na execução do Contrato de Compra nº 211/2025, celebrado entre o Município de Umuarama e a empresa **CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 49.704.499/0002-98;

CONSIDERANDO que, após regular instrução processual, com observância do contraditório e da ampla defesa, restou caracterizada a inexecução total do objeto contratado, diante da não entrega de qualquer dos 10 (dez) tablets objeto do Contrato de Compra nº 211/2025;

CONSIDERANDO a decisão administrativa proferida no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, que determinou a aplicação das sanções decorrentes da inexecução contratual;

CONSIDERANDO o Recurso Administrativo interposto pela empresa e a manifestação conclusiva da Comissão Especial, que, após reexame das razões recursais e das circunstâncias do caso concreto, opinou pelo seu não provimento e pela manutenção das sanções aplicadas;

CONSIDERANDO que a Secretária Municipal de Assistência Social, no exercício do juízo de reconsideração, manteve a decisão recorrida e encaminhou o recurso à autoridade superior;
CONSIDERANDO a Decisão Definitiva proferida pelo Prefeito Municipal, na qualidade de autoridade superior, que conheceu do Recurso Administrativo e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão administrativa recorrida;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 278/2024 e nas disposições do Contrato de Compra nº 211/2025

R E S O L V E :

Art. 1º Aplicar à empresa **CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 49.704.499/0002-98, em razão da inexecução total do Contrato de Compra nº 211/2025, as seguintes sanções administrativas:

multa compensatória correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato de Compra nº 211/2025, no montante de R$ 6.899,70 (seis mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta centavos);

impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Umuarama pelo prazo de 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Fica mantida a rescisão unilateral do Contrato de Compra nº 211/2025, em razão da inexecução total do objeto contratado, nos termos da decisão administrativa definitiva proferida no Processo Administrativo nº 2026/02/2447.

Art. 3º Determinar aos órgãos municipais competentes a adoção das providências necessárias ao cumprimento da decisão administrativa definitiva, especialmente

publicação desta Portaria;

o registro da sanção de impedimento de licitar e contratar nos sistemas e cadastros competentes, na forma da legislação aplicável;

a notificação da empresa acerca da decisão administrativa definitiva e da publicação desta Portaria;

a adoção das providências necessárias para cobrança da multa aplicada, no valor de R$ 6.899,70 (seis mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta centavos);

a adoção das demais medidas administrativas decorrentes da decisão definitiva proferida no Processo Administrativo nº 2026/02/2447.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 10 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1EA1B273

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/11663

Referência: Parceria entre o município de Umuarama e Organização da Sociedade Civil – OSC.
Inexigibilidade de Chamamento Público – repasse ao Terceiro Setor.
Base Legal: Artigo 31 inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 36, inciso II do Decreto Municipal nº 108/2017.
Organização da Sociedade Civil Proponente: Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM / Guarda Mirim de Umuarama, inscrita sob o CNPJ nº 77.217.347/0001-15, com sede do projeto na Rua São Nicolau, nº 3340, Jardim São Cristóvão, CEP: 87.507-210, na cidade de Umuarama – PR.
Objeto Proposto: O objeto da presente parceria consiste na execução do Projeto de Extensão Guarda Mirim, voltado à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 50 crianças de 06 a 11 anos em situação de vulnerabilidade social, residentes no Bairro São Cristóvão e demais bairros do entorno do Município de Umuarama, por meio de atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer desenvolvidas no contraturno escolar, mediante o custeio de gênero alimentício destinado ao fornecimento de refeições às crianças atendidas, assegurando a continuidade e a qualidade do atendimento prestado pela entidade.

Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público
Considerando a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;
Considerando o art. 204, inciso I da Constituição Federal que dispõe sobre a participação das entidades beneficentes de assistência social na execução de serviços, programas, projetos e benefícios Socioassistenciais;
Considerando o Decreto Municipal nº 108 de 08 de julho de 2017 que dispõe a aplicação, no âmbito da Administração Pública Municipal, da Lei Federal n°13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com Organizações da Sociedade Civil;
Considerando que foi sancionada a Lei Municipal nº 4.995, de 21 de agosto de 2026, que autoriza expressamente o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro à Associação Regional de Assistência ao Menor – ARAM, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais);
Considerando que a referida Lei Municipal identifica nominalmente a entidade beneficiária e autoriza a utilização dos recursos no custeio das atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado pelo Município;
Com o recurso disponibilizado, a Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM tem como objetivo assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento ofertado às crianças participantes do Projeto de Extensão Guarda Mirim, garantindo o fornecimento de refeições e proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das ações socioeducativas, culturais e de convivência realizadas pela entidade.
Os recursos públicos serão destinados à aquisição de gênero alimentício destinado ao fornecimento de refeições às 50 (cinquenta) crianças atendidas pelo Projeto de Extensão Guarda Mirim, no contraturno escolar, assegurando a adequada nutrição dos beneficiários e o aproveitamento pleno das atividades socioeducativas desenvolvidas pela entidade.
O fornecimento das refeições é considerado indispensável para o bem-estar das crianças atendidas e para o adequado aproveitamento das ações socioeducativas, especialmente diante das situações de vulnerabilidade socioeconômica vivenciadas pelas famílias, contribuindo para a permanência das crianças nas atividades e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
A Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM, entidade sem fins lucrativos em atuação desde 1974, atua na promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, contribuindo para a inclusão social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção da evasão escolar. A entidade desenvolve o Projeto de Extensão Guarda Mirim, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com atividades lúdicas, educativas, culturais e esportivas ofertadas no contraturno escolar.
A Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM demonstrou, por meio da documentação apresentada e do histórico de atuação de mais de cinco décadas junto à comunidade, que seus objetivos e finalidades institucionais são plenamente compatíveis com o objeto proposto na presente parceria.
A execução da presente parceria mostra-se plenamente viável, considerando-se os elementos técnicos, operacionais e institucionais apresentados pela organização da sociedade civil, bem como a relevância e a aderência da proposta às demandas sociais do Município de Umuarama.
Com base nessa avaliação, conclui-se que a OSC reúne as condições necessárias para a execução adequada do objeto pactuado, demonstrando aptidão para contribuir de forma efetiva com os objetivos sociais da presente parceria.
Diante do exposto, a Secretaria de Assistência Social manifesta interesse em formalizar a Parceria com o Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM, mediante a celebração de Termo de Colaboração por inexigibilidade de chamamento público fundamentada na autorização do Prefeito Municipal para a formalização da parceria.
Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município, nos termos da legislação vigente, para fins de transparência e conhecimento público.
Fica admitida eventual impugnação à presente justificativa, a ser apresentada por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data de sua publicação, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Umuarama – Paraná.
A impugnação será analisada pelo Secretário Municipal responsável no prazo de até 05 (cinco) dias, contado da data do respectivo protocolo, nos termos do Decreto Municipal nº 108/2017.
Umuarama, 15 de setembro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9E2B5899

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/12180

Referência: Parceria entre o município de Umuarama e Organização da Sociedade Civil – OSC.
Inexigibilidade de Chamamento Público – repasse ao Terceiro Setor.
Base Legal: Artigo 31 inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 36, inciso II do Decreto Municipal nº 108/2017.

Organização da Sociedade Civil Proponente: Projeto Obras de Misericordia - Lar Santa Faustina, inscrita sob o CNPJ nº 76.283.589/0001-44, com sede na Rodovia PR 323, s/n, Parque Industrial, CEP: 87.507-013, na cidade de Umuarama – PR.
Objeto Proposto: O objeto da presente parceria consiste na manutenção e qualificação do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas ofertado pelo Lar Santa Faustina, Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), por meio da execução do projeto "Vida Limpa, Alimento Seguro: Apoio ao Atendimento de 72 Idosos Institucionalizados", mediante a aquisição de gêneros

alimentícios, materiais de higiene e limpeza e equipamentos necessários ao funcionamento da instituição, assegurando atendimento integral, contínuo e humanizado, bem como a higiene e a segurança alimentar dos 72 idosos acolhidos, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público

Considerando a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Fomento;

Considerando o art. 204, inciso I da Constituição Federal que dispõe sobre a participação das entidades beneficentes de assistência social na execução de serviços, programas, projetos e benefícios Socioassistenciais;

Considerando o Decreto Municipal nº 108 de 08 de julho de 2017 que dispõe a aplicação, no âmbito da Administração Pública Municipal, da Lei Federal n°13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com Organizações da Sociedade Civil;

Considerando o Plano de Reprogramação dos Saldos de Recursos Financeiros do exercício de 2025, provenientes do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (FIPAR/PR), para aplicação no exercício de 2026, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) do Município de Umuarama/PR por meio da Resolução nº 09, de 17 de abril de 2026, que informa que o recurso será investido em custeio e capital para execução direta do Termo de Fomento com o Lar Santa Faustina.

Com o recurso disponibilizado, o Lar Santa Faustina tem como objetivo assegurar a continuidade e a qualificação do serviço de acolhimento institucional ofertado às pessoas idosas, garantindo condições adequadas de funcionamento da instituição e proporcionando melhores condições de higiene, alimentação e cuidado aos 72 idosos acolhidos, fortalecendo as ações de proteção social realizadas pela entidade.

Os recursos públicos serão destinados à aquisição de gêneros alimentícios, tais como café, chá-mate e margarina, assegurando a oferta de alimentação de qualidade aos idosos acolhidos, bem como à aquisição de materiais de higiene e limpeza, como detergente para lavagem de louças, garantindo a manutenção de um ambiente limpo, seguro e adequado ao atendimento das pessoas idosas.

Ainda, o recurso possibilitará a aquisição de equipamentos e utensílios necessários ao funcionamento da instituição, tais como lixeira contentor de 1.000 litros, liquidificador, cafeteira elétrica e sanduicheira, contribuindo para a organização do descarte de resíduos, a manutenção da higiene do ambiente e o preparo adequado da alimentação. Serão adquiridos, ainda, conjuntos de mesa plástica com cadeiras e tinta de tecido para pintura em tela, destinados à realização de oficina de artes, de modo a estimular a expressão criativa, a memória e a coordenação motora fina dos idosos, ampliando a qualidade dos serviços prestados aos idosos institucionalizados.

O Lar Santa Faustina, entidade sem fins lucrativos que atua na proteção social especial de alta complexidade, oferece atendimento integral a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, abandono ou rompimento de vínculos familiares, contribuindo para a garantia de direitos, a promoção do envelhecimento com dignidade e a melhoria da qualidade de vida dos acolhidos. A entidade, na condição de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), garante moradia, alimentação, cuidados pessoais, acompanhamento psicossocial e atividades de convivência aos 72 idosos atendidos.

O Lar Santa Faustina demonstrou, por meio da documentação apresentada e do histórico de atuação, que seus objetivos e finalidades institucionais são plenamente compatíveis com o objeto proposto na presente parceria.

A execução da presente parceria mostra-se plenamente viável, considerando-se os elementos técnicos, operacionais e institucionais apresentados pela organização da sociedade civil, bem como a relevância e a aderência da proposta às demandas sociais do Município de Umuarama.

Com base nessa avaliação, conclui-se que a OSC reúne as condições necessárias para a execução adequada do objeto pactuado, demonstrando aptidão para contribuir de forma efetiva com os objetivos sociais da presente parceria.

Diante do exposto, a Secretaria de Assistência Social manifesta interesse em formalizar a Parceria com o Lar Santa Faustina, mediante a celebração de Termo de Fomento por inexigibilidade de chamamento público, com recursos provenientes do Plano de Reprogramação dos Saldos de Recursos Financeiros do exercício de 2025 do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (FIPAR/PR), aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) por meio da Resolução nº 09, de 17 de abril de 2026.

Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município, nos termos da legislação vigente, para fins de transparência e conhecimento público.

Fica admitida eventual impugnação à presente justificativa, a ser apresentada por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data de sua publicação, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Umuarama – Paraná.

A impugnação será analisada pelo Secretário Municipal responsável no prazo de até 05 (cinco) dias, contado da data do respectivo protocolo, nos termos do Decreto Municipal nº 108/2017.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A0FF48C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DA JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/12932

Referência: Parceria entre o município de Umuarama e Organização da Sociedade Civil – OSC.
Inexigibilidade de Chamamento Público – repasse ao Terceiro Setor.
Base Legal: Artigo 31 inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 36, inciso II do Decreto Municipal nº 108/2017.

Organização da Sociedade Civil Proponente: Projeto Obras de Misericórdia - Lar Santa Faustina, inscrita sob o CNPJ nº 76.283.589/0001-44, com sede na Rodovia PR 323, s/n, KM 297, Parque Industrial, CEP: 87.507-013, na cidade de Umuarama – PR.
Objeto Proposto: O objeto da presente parceria consiste no fortalecimento da infraestrutura e na qualificação dos serviços de acolhimento institucional prestados pelo Lar Santa Faustina, Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), por meio da execução do "Projeto Estrutura e Cuidado: Fortalecendo o Lar Santa Faustina de Idosos", mediante a aquisição de equipamentos permanentes e materiais de consumo — contêiner para armazenamento de materiais e resíduos, tenda para eventos e atividades externas, mesas plásticas, dois bebedouros de água industriais, batedeira planetária, espremedor industrial, aquecedor elétrico, carrinho para copa e carro hamper em inox, cadeira para a sala da pedagoga, além de materiais de consumo como copos descartáveis, papel-toalha, papel interfolhado, sabonete líquido e filme de PVC —, visando fortalecer a estrutura física e operacional, melhorar as condições de higiene, organização e segurança e proporcionar maior conforto e bem-estar aos 72 idosos acolhidos, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público

Considerando a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;

Considerando o art. 204, inciso I da Constituição Federal que dispõe sobre a participação das entidades beneficentes de assistência social na execução de serviços, programas, projetos e benefícios Socioassistenciais;
Considerando o Decreto Municipal nº 108 de 08 de julho de 2017 que dispõe a aplicação, no âmbito da Administração Pública Municipal, da Lei Federal n°13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com Organizações da Sociedade Civil;
Considerando os recursos municipais aprovados através da Lei Municipal nº 4.891 de 17 de setembro de 2025, que indica expressamente o Lar Santa Faustina como entidade beneficiária, cujos recursos serão investidos em capital e custeio para a execução direta do Termo de Colaboração com o Lar Santa Faustina.
Com o recurso disponibilizado, o Lar Santa Faustina tem como objetivo o fortalecimento da infraestrutura institucional e a qualificação dos serviços de acolhimento prestados no âmbito do serviço de acolhimento institucional às pessoas idosas.
Os recursos serão destinados à aquisição de equipamentos permanentes e materiais de consumo — contêiner para armazenamento de materiais e resíduos, tenda para eventos e atividades externas, mesas plásticas, dois bebedouros de água industriais, batedeira planetária, espremedor industrial, aquecedor elétrico, carrinho para copa e carro hamper em inox, cadeira para a sala da pedagoga, além de materiais de consumo como copos descartáveis, papel-toalha, papel interfolhado, sabonete líquido e filme de PVC —, conforme especificado no Plano de Trabalho e no Plano de Aplicação, destinados à melhoria da infraestrutura física e operacional da instituição e ao aprimoramento do atendimento aos 72 idosos acolhidos.
O Lar Santa Faustina, entidade sem fins lucrativos, na condição de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), atua na proteção social especial de alta complexidade, ofertando atendimento integral, contínuo e humanizado a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, abandono ou rompimento de vínculos familiares, garantindo moradia, alimentação, cuidados pessoais, acompanhamento psicossocial e atividades de convivência aos 72 idosos acolhidos.
O Lar Santa Faustina, demonstrou, por meio da documentação apresentada e do histórico de atuação, que seus objetivos e finalidades institucionais são plenamente compatíveis com o objeto proposto na presente parceria.
A execução da presente parceria mostra-se plenamente viável, considerando-se os elementos técnicos, operacionais e institucionais apresentados pela organização da sociedade civil, bem como a relevância e a aderência da proposta às demandas sociais do Município de Umuarama.
Com base nessa avaliação, conclui-se que a OSC reúne as condições necessárias para a execução adequada do objeto pactuado, demonstrando aptidão para contribuir de forma efetiva com os objetivos sociais da presente parceria.
Diante do exposto, a Secretaria de Assistência Social manifesta interesse em formalizar a parceria com o Lar Santa Faustina, mediante a celebração de Termo de Colaboração por inexigibilidade de chamamento público fundamentada nos recursos municipais aprovados através da Lei Municipal nº 4.891 de 17 de setembro de 2025.
Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município, nos termos da legislação vigente, para fins de transparência e conhecimento público.
Fica admitida eventual impugnação à presente justificativa, a ser apresentada por escrito no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data de sua publicação, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Umuarama – Paraná.
A impugnação será analisada pelo Secretário Municipal responsável no prazo de até 05 (cinco) dias, contado da data do respectivo protocolo, nos termos do Decreto Municipal nº 108/2017.
Umuarama, 15 de setembro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B2E37AEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Recursos provenientes de recursos municipais aprovados através da Lei Municipal nº 4.891 de 17 de setembro de 2025

Termo de Colaboração nº 045/2026 - SMAS, firmado entre o Município de Umuarama, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, nº 3717, Paço Municipal, por meio da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Centro, e o **Projeto Obras de Misericordia - Lar Santa Faustina** doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 76.283.589/0001-44 sede na Rodovia PR 323, s/n, KM 297, Parque Industrial, CEP: 87.507-013, na cidade de Umuarama – PR.

Objeto: O objeto da presente parceria consiste no fortalecimento da infraestrutura e na qualificação dos serviços de acolhimento institucional prestados pelo Lar Santa Faustina, Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), por meio da execução do "Projeto Estrutura e Cuidado: Fortalecendo o Lar Santa Faustina de Idosos", mediante a aquisição de equipamentos permanentes e materiais de consumo — contêiner para armazenamento de materiais e resíduos, tenda para eventos e atividades externas, mesas plásticas, dois bebedouros de água industriais, batedeira planetária, espremedor industrial, aquecedor elétrico, carrinho para copa e carro hamper em inox, cadeira para a sala da pedagoga, além de materiais de consumo como copos descartáveis, papel-toalha, papel interfolhado, sabonete líquido e filme de PVC —, visando fortalecer a estrutura física e operacional, melhorar as condições de higiene, organização e segurança e proporcionar maior conforto e bem-estar aos 72 idosos acolhidos, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Da contrapartida: A título de contrapartida, a Organização da Sociedade Civil disponibilizará, durante toda a vigência da parceria, toda a estrutura técnica, administrativa, física e operacional necessária à adequada execução do objeto, assegurando a continuidade do atendimento integral, contínuo e humanizado a 72 (setenta e dois) idosos acolhidos. Para tanto, disponibilizará recursos humanos próprios, compreendendo a coordenação, a equipe técnica multiprofissional das áreas de assistência social e de enfermagem/saúde, os cuidadores de idosos e demais profissionais responsáveis pelos cuidados diários, a equipe de alimentação e nutrição, a equipe administrativa e os profissionais de apoio, além de sua sede, dos espaços destinados ao acolhimento e à convivência, dos equipamentos e materiais permanentes já existentes — inclusive dos equipamentos permanentes adquiridos por meio da presente parceria, que serão incorporados ao patrimônio da entidade e mantidos e operados por sua própria estrutura, bem como dos materiais de consumo adquiridos, que serão empregados no atendimento diário e nas atividades da instituição —, dos mobiliários e demais recursos indispensáveis à execução da parceria, garantindo a oferta de moradia, alimentação, cuidados de higiene pessoal, acompanhamento psicossocial, atenção à saúde e atividades de convivência, integração e datas comemorativas voltadas à proteção integral, à dignidade e ao envelhecimento com dignidade dos idosos acolhidos.
14 - Fundo Municipal da Assistência Social
14.001.08.244.0012.1.487- Repasse Financeiro para o Projeto Obras de Misericórdia - Lar Santa Faustina
Fonte de Recurso: 1000
3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais / dotação 1981
Valor: R$ 14.203,51
4.4.50.42.00.00 - Auxílios / dotação 1980

Valor: R$ 85.796,49
Valor total em parcela única: R$ 100.000,00 (cem mil reais)

Vigência: 15 de Setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:31B09039

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Recurso autorizado pela Lei Municipal nº 4.995, de 21 de agosto de 2026.

Termo de Colaboração nº 049/2026 - SMAS, firmado entre o Município de Umuarama, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, nº 3717, Paço Municipal, por meio da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Centro, e a **Associação Regional de Assistência ao Menor - ARAM,** doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 77.217.347/0001-15 com sede na Avenida Portugal, n°5550, Zona I-A, CEP: 87.504-530, na cidade de Umuarama – PR, sendo o endereço de execução do projeto localizado na Rua São Nicolau, nº 3340, Jardim São Cristóvão, CEP: 87.507-210, na cidade de Umuarama – PR.
Objeto: O objeto da presente parceria consiste na execução do Projeto de Extensão Guarda Mirim, voltado à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 50 crianças de 06 a 11 anos em situação de vulnerabilidade social, residentes no Bairro São Cristóvão e demais bairros do entorno do Município de Umuarama, por meio de atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer desenvolvidas no contraturno escolar, mediante o custeio de gênero alimentício destinado ao fornecimento de refeições às crianças atendidas, assegurando a continuidade e a qualidade do atendimento prestado pela entidade.
Da contrapartida: A título de contrapartida, a Organização da Sociedade Civil disponibilizará toda a estrutura técnica, administrativa e operacional necessária à adequada execução do objeto da parceria, incluindo a disponibilização de recursos humanos próprios, tais como educadores e orientadores socioeducativos responsáveis pelas oficinas e atividades lúdicas, culturais, esportivas e de lazer, profissionais responsáveis pelo preparo e fornecimento das refeições, equipe administrativa e profissionais de apoio, bem como a utilização de sua sede, dos espaços físicos destinados à realização das atividades e das refeições, dos equipamentos já existentes e demais recursos materiais necessários ao atendimento das crianças beneficiárias do Projeto de Extensão Guarda Mirim.
Para a cobertura das despesas oriundas do presente Termo, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:
14 - Fundo Municipal da Assistência Social
14.001.08.244.0012.1.581 - EI- Repasse Financeiro para ARAM
Fonte de Recurso: 1000
3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais / dotação 1993
Valor total em parcela única: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)
Vigência: 15 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.
Umuarama, 15 de setembro 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:380FE1B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UMUARAMA POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Recursos disponibilizados em razão da aprovação do Plano de Reprogramação dos Saldos de Recursos Financeiros do exercício de 2025, provenientes do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (FIPAR/PR), para aplicação no exercício de 2026. A referida reprogramação foi aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) do Município de Umuarama/PR, por meio da Resolução nº 09, de 17 de abril de 2026.

Termo de Fomento nº 012/2026 - SMAS, firmado entre o Município de Umuarama, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, nº 3717, Paço Municipal, por meio da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com sede na Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3633, Centro, e o **Projeto Obras de Misericordia - Lar Santa Faustina,** doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 76.283.589/0001-44 com sede na Rodovia PR-323, s/n, Parque Industrial, CEP: 87.507-013, na cidade de Umuarama – PR.

Objeto:O objeto da presente parceria consiste na manutenção e qualificação do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas ofertado pelo Lar Santa Faustina, Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), por meio da execução do projeto "Vida Limpa, Alimento Seguro: Apoio ao Atendimento de 72 Idosos Institucionalizados", mediante a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e equipamentos necessários ao funcionamento da instituição, assegurando atendimento integral, contínuo e humanizado, bem como a higiene e a segurança alimentar dos 72 idosos acolhidos, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Da contrapartida:A título de contrapartida, a Organização da Sociedade Civil disponibilizará toda a estrutura técnica, administrativa e operacional necessária à adequada execução do objeto da parceria, incluindo a disponibilização de recursos humanos próprios, tais como coordenação, assistente social, equipe de recursos humanos, cuidadores, monitores das atividades socioeducativas e demais profissionais de apoio responsáveis pelos cuidados diários, pelo preparo e distribuição das seis refeições diárias, pela higiene e limpeza dos ambientes e pela condução das oficinas de artes e das atividades de pintura em tela, bem como a utilização de sua sede, dos espaços físicos destinados ao acolhimento, à convivência e à realização das oficinas de artes, dos equipamentos e mobiliário já existentes e demais recursos materiais necessários ao atendimento integral e contínuo dos 72 idosos beneficiários do projeto.

18 - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
18.001.08.241.0012.2.193- EI- Repasse Financeiro para Lar Santa Faustina Resolução 09/2026:
Fonte de Recurso: 370102
4.4.50.42.00.00 - Auxílios / dotação 1883
Valor: R$ 3.500,00
3.3.50.41.00.00 - Subvenções Sociais / dotação 1965
Valor: R$ 5.500,00
Valor total em parcela única: R$ 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência: 15 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Umuarama, 15 de setembro de 2026.

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CA5363CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 50/26

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

Art. 1º Nomeia a partir de 15 de setembro de 2026 o Senhor REGINALDO MARQUES, para o cargo em comissão de Assessor Geral do Presidente, constante da Lei nº 4845/2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 15 de setembro de 2026.

PROFESSOR CORDOVAN NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:B5D1356A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 476/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe o Art. 40, § 7º e 8º da C.F.

DECRETA:

Art. 1º Concede **PENSÃO VITÁLICIA**, ao (a) Senhor (a):

Nome Pensionista (Cota Vitalícia 100%)	**MARIA TERESA BUSATO WILL CPF 170.836.809-49**
Servidor Falecido	**IVAHY DETLEV WILL**
CPF	**243.775.629-91**
Cargo	**AUXILIAR DE BIBLIOTECA**
Provento	**INTEGRAL**
Paridade	**SEM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
Valor Mensal	**R$ 2.179,47 (dois mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos).**

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D42165DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 477/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. 40º, § 1º, III, "b" da CF;

DECRETA:

Art. 1º Concede **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE,** ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**MARI DALVA DREY**
CPF:	**371.954.179-72**
RG:	**6.147.094-8 PR**
CARGO:	**SERVENTE**
NÍVEL:	**01 C**
MATRÍCULA:	**1512/650**
INVESTIDURA:	**27/07/2015**
PROVENTOS	**PROPORCIONAL**
PARIDADE:	**SEM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR PROVENTO MENSAL:	**R$ 736,71 (setecentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos)**
VALOR COMPLEMENTO PISO MENSAL:	**R$ 884,29 (oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos)**
VALOR RECEBER MENSAL:	**R$ 1.621,00 (hum mil, seiscentos e vinte e um reais)**

Art. 2º Para efeito de recebimento, por força do § 3° do artigo 3º c/c artigo 7°, inciso VII da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo.
Art. 3º Ressalva-se eventual retificação do presente ato em razão do controle externo e registro do mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado.
Parágrafo único. Ocorrendo este fato de retificação fica garantido ao (a) Servidor (a) o retorno ao Setor em que estava lotado (a) na data de publicação deste.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7ABFA135

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 478/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. 6º da EC 41/03;

DECRETA:

Art. 1º Concede **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**MARIA EMÍLIA DE SIQUEIRA LUCZKA**
CPF:	**580.604.139-53**
RG:	**4.267.848-1 PR**
CARGO:	**AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA SAÚDE DA FAMÍLIA**
NÍVEL:	**07 D**
MATRÍCULA:	**196**
INVESTIDURA:	**16/09/2002**
PROVENTOS	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**COM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR DO PROVENTO MENSAL:	**R$ 5.629,50 (cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)**

Art. 2º Ressalva-se eventual retificação do presente ato em razão do controle externo e registro do mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Ocorrendo este fato de retificação fica garantido ao (a) Servidor (a) o retorno ao Setor em que estava lotado (a) na data de publicação deste.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4BC1ED6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 03/2026 REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE UNIÃO DA VITÓRIA JUSTIFICATIVA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

FUNDAMENTO LEGAL:
A fundamentação legal para essa dispensa de chamamento foi embasada nos seguintes trechos legais:
Artigo30, incisoVIda Lei nº13.019/2014;
"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política."
Artigo 21, inciso IV do decreto municipal nº186/2017;
"Art. 21 A Administração Pública Municipal poderá dispensar a realização do chamamento público:
IV no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política."

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA CHAMAMENTO PÚBLICO

A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE UNIÃO DA VITÓRIA inscrita sob o CNPJ de nº 04.426.710/0001-39, foi reconhecida de interesse público, através da Lei Municipal nº. 2827/2001, e durante os últimos anos prestou atendimento as demandas da Administração Pública Municipal mediante convênios.
A entidade apresentou toda a documentação exigida para o firmamento de parceria exigido pela Lei nº13.019/2014 e Decreto Municipal nº186/2017;
A entidade encontra-se cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social de União da Vitória- PR de acordo com Artigo30, incisoVIda Lei nº13.019/2014;
O projeto passou por consulta ao Conselho Municipal de Saúde de União da Vitória, e foi aprovado na resolução 16/2026 de 30 de junho de 2026.
Em análise no dia 30 de julho de 2026, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do município o projeto apresentado foi considerado apto a realizar parceria, sendo importante, pois "visa o atendimento continuado a pacientes em situação de vulnerabilidade social acometidos pelo câncer".

3. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O termo de colaboração tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de conjugação de esforços entre a Administração Pública Municipal e a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE UNIÃO DA VITÓRIA para fornecer suplementos alimentares, órteses, próteses e materiais especiais destinados ao atendimento de pacientes portadores de câncer, visando garantir suporte nutricional, reabilitação física, melhoria da qualidade de vida, recuperação funcional e promoção da dignidade humana durante o tratamento oncológico.

4. DOS VALORES
O valor total previsto para execução do objeto proposto será de R$ 129.540,00 (cento e vinte e nove mil quinhentos e quarenta reais) distribuídos conforme abaixo:
- Para o exercício de 2026: O valor previsto para execução do objeto proposto será de R$ 129.540,00 (cento e vinte e nove mil quinhentos e quarenta reais), em parcela única durante o exercício.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 08 – Secretária Municipal de Saúde 01 – Secretária Municipal de Saúde; Projeto/Atividade: 2.072 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.

6. DA VIGÊNCIA
6.1 O presente termo terá vigência da data de sua publicação até 31 de dezembro de 2026.

7. DA FISCALIZAÇÃO
7.1 A tomadora concorda em submeter-se à supervisão, orientação técnica e fiscalização promovida pela concedente, que será exercida pela representante designada desta Prefeitura Municipal Sra. SUELEN DE CASSIA FARIA, portadora do CPF de nº 312.917.958-55, e ocorrerá por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificados ou relatórios, devendo a entidade fornecer as informações necessárias a sua execução.

8. DA IMPUGNAÇÃO
Nos termos do artigo 32, § 1º da Lei 13.019/2014, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, o extrato da justificativa da dispensa deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.
Nos termos do artigo 32, § 2º da Lei 13.019/2014, admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável.

União da Vitória, 11 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal de União da Vitória

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5299FD74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 671/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Pregão Eletrônico n.º 31/2024 – Processo Administrativo n.º 83/2024.
Objeto:	Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de Dieta enteral e/ou oral para pacientes com necessidades de controle glicêmico (diabetes), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de União da Vitória.
Contratada:	**BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** CNPJ nº 54.388.280/0001-86
Termo de Contrato:	Ata de Registro de Preços n.º 146/2024.
Gestor:	Sonia Regina Guzzoni Drozda - Secretária Municipal de Saúde
Fiscal:	Larissa Companhoni Sarti Coas – Matrícula n.º 991506943
Fiscal Substituto:	Wagner de Moura Santos – Matrícula n.º 365

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 697/2024.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:89DC578A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 672/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA** criada através da Portaria nº 778/2025, para averiguação dos fatos e parecer final, o **Processo protocolado sob nº 14745/2026**, em atendimento ao DESPACHO Nº 41/2026 - CGM, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 235. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o PRAZO DE 30 (trinta) DIAS para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D893D289

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 2/2026 DO CONTRATO Nº 67/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2024 – PROCESSO Nº 95/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Quantitativo e do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
CONTRATADO: GOVPLAN SISTEMAS INTELIGENTES LTDA – CNPJ nº 50.768.912/0001-86.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para auxílio na elaboração, desenvolvimento, implementação e monitoramento do Plano Anual de Contratações (PAC), pelo período de 12 (doze), com liberação de 06 (seis) usuários, incluindo treinamento ilimitado e suporte técnico ilimitado durante a vigência do contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.*
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento; o prazo de vigência do Contrato n.º 67/2024 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 18/09/2026 e a terminar em 17/09/2027.
DO REAJUSTE: Conforme cláusula 2ª do Termo de Contrato nº 67/2024, o valor contratual fica reajustado em 2,160880% de acordo com a variação acumulada de setembro/2025 a agosto/2026 do IGP-M (FGV), resultando no novo valor total de R$ 36.736,74 (Trinta e seis mil setecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos).
DO QUANTITATIVO: Fica aditado ao Contrato n.º 67/2024, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de (R$ 36.736,74 (Trinta e seis mil setecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 107º e Artigo 136º da Lei Federal n.º 14.133/21 e Cláusula 2ª do Contrato nº 67/2024.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:67CD01AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 3/2026 DO CONTRATO Nº 67/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2024 – PROCESSO Nº 95/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Acréscimo do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
CONTRATADO: GOVPLAN SISTEMAS INTELIGENTES LTDA – CNPJ nº 50.768.912/0001-86.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para auxílio na elaboração, desenvolvimento, implementação e monitoramento do Plano Anual de Contratações (PAC), pelo período de 12 (doze), com liberação de 06 (seis) usuários, incluindo treinamento ilimitado e suporte técnico ilimitado durante a vigência do contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.*
DO CRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato principal, conforme Solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Parecer Jurídico nº 633/2026, o valor de R$ 9.184,18 (Nove mil cento e oitenta e quatro reais e dezoito centavos), correspondente ao percentual de 25% do total contratado, referente à inclusão do módulo para Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124º, Inciso I, alínea "b" e Artigo 125º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:8FCFDAC9

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 37/2026

PORTARIA N.º 37/2026

Nomeia Servidor.

O REITOR da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12/2023, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31 do Estatuto desta Fundação,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Servidora Pública Municipal Danieli Silva da Costa Novaczek, matrícula n.º 434, para exercer a função de Coordenadora de Recursos Humanos desta Fundação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 25/2024 de 26 de março de 2024.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:E7626DB7

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 38/2026

PORTARIA N.º 38/2026

Designa Servidor.

O REITOR da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12/2023, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31 do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal nº 220/2006,

RESOLVE:

Art.1.º Designar a Servidora Pública Municipal Rayssa Cristiane Zamboni, sob matrícula n.º 466, para exercer a função de responsável pela Tesouraria desta Fundação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 17/2025 de 21 de fevereiro de 2025.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:1FA2A5E0

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 39/2026

PORTARIA N.º 39/2026

Designa Servidor.

O REITOR da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12/2023, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 31 do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal nº 220/2006,

RESOLVE:

Art.1.º Designar a Servidora Pública Municipal Alessandra Krenski, sob matrícula n.º 433, para exercer a função Coordenadora de Compras e Licitações desta Fundação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 14 de setembro de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Danieli Silva da Costa Novaczek
Código Identificador:E0E1D369

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DL 31/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2026 –PROCESSO DE COMPRA 100/2026

O MUNICIPÍO VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a **AQUISIÇÃO DE BOLSAS INSTITUCIONAIS E MOCHILAS DESTINADAS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL.**

Especificação do objeto					
Abreviações: Und: Unidade de medida do bem ou serviço Qtd: Quantidade bem ou serviço, segundo a Und PTL: Preço Total do Lote, com números expressos em reais PUMáx: Preço Unitário Máximo, com números expressos em reais PTMáx: Preço Total Máximo, com números expressos em reais					
	BOLSAS		**PTL:**	R$ **24.211,70**	
Item	**Especificação**	**Und.**	**Quant.**	**PUMáx**	**PTMáx**
1	BOLSA INSTITUCIONAL: (conforme especificações do termo de referencia)	UN	140,00	129,97	18.195,80
2	MOCHILA INSTITUCIONAL: (conforme especificações do termo de referencia)	UN	22,00	273,45	6.015,90

JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica pela necessidade de suprir a demanda da Secretaria municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme protocolo 6867/2026.

DESCRIÇÃO:
"AQUISIÇÃO DE BOLSAS INSTITUCIONAIS E MOCHILAS DESTINADAS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL"
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis, iniciando-se às 10:00h do dia 15/09/2026 e encerrando-se às 10:00 h do dia 023/09/2026, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE;

Os interessados em apresentarem propostas, entrar em contato com o Agente de Contratação do município, ou através dos e-mails:licita@vitorino.pr.gov.br , compras2@vitorino.pr.gov.br ;

Após celebração do contrato ou instrumento equivalente, o mesmo será divulgado no Diário Oficial , bem como no sítio eletrônico oficial do Município.

O valor estimado para a contratação é de R$ **24.211,70 (vinte e quatro mil, duzentos e onze reais, setenta centavos)**

FERNANDO SINHORINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CFD3055F

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO PE 42/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização às 09:00 horas do dia 29/09/2026, realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS, tipo de Licitação MENOR PREÇO POR LOTE sob o n.º 42/2026, objetivando **REGISTRO DE PREÇO** para **futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios, itens para coffee break, bebidas e refeições prontas (marmitex), destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais**.
O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 15/09/2026 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras2@vitorino.pr.gov.br , site do município, WWW.vitorino.pr.gov.br

Vitorino, 15/09/2026

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:064EC737

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.287, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.287, de 15 de setembro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;
Considerando as justificativas apresentadas pelas Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e de Desenvolvimento Social, Mulher e Pessoa Idosa;

DECRETA

Art. 1º- Fica concedida a Gratificação Por Tempo Integral, no percentual de 60% (sessenta por cento), conforme previsto no Art. 83-B, I, da Lei 478/94 e suas alterações, aos seguintes servidores:
Diones Kleinibing Bugalho, portador do CPF nº. 077.552.xxx-xx, servidor efetivo investido no cargo de Contador;
Jefferson Willian Evangelista, portador do CPF nº. 086.196.xxx-xx, servidor efetivo investido no cargo de Motorista;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:91727657

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.288, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.288, de 15 de setembro de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;

DECRETA

Art. 1º Fica investida na Função Gratificada FG/SS-14, o servidor Emanuel Santos Bueno, portador do CPF/MF nº. 042.659.xxx-xx, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 2.141/2025;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:D4B1C69B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.289, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.289, de 16 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Leticia de Campos Prestes, portadora do CPF/MF n.° 115.309.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:17845503

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.290, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.290, de 16 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Daiane Aparecida de Souza, portadora do CPF/MF n.° 079.387.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, junto à Secretaria Municipal de Educação, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:A25FF796

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 017/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 017/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2026;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2026, já homologado;

AGENTE DE ZELADORIA

IN	Candidato	Classificação
606	Sanieli Aparecida de Lima	4º
968	Edenilce Rodrigues da Fonseca Celestino	5º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **16/09/2026** até **22/09/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 16 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:0AE74A9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 436, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 436, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 305/2026, protocolo n. º 7635/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 11 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:E63DDC1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 437, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 437, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 306/2026, protocolo n.º 7636/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 11 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:FA0CE6C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 438, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 438, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 306/2026, protocolo 7636/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até do Cascavel/PR, no dia 11 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:986BB91D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 439, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 439, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Cleomar Vasconcellos dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	2024/2025	19/10/2026 até 28/10/2026
Cleomar Vasconcellos dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	2024/2025	29/10/2026 até 30/10/2026
Eloisa Sotilli Scarioti	Médico Ginecologista e Obstetra	2024/2025	08/10/2026 até 17/10/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:FA318703

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 440, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 440, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para a servidora Luane Carla Vieira – Professora, conforme requerimento de diária n. º 280/2026, protocolo 7560/2026, para participação no Summit de Educação, em Curitiba/PR, nos dias 23 e 24 de setembro de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra e vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:21AEEBC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 441, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 441, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 03 (três) diárias as servidoras Elenice Nether – Técnica Administrativa e Fernanda Tomassoni – Secretária de Desenvolvimento Social, conforme requerimentos de diárias nº. 89/2026, protocolo 7548/2026, para participação no Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial, em Curitiba/PR, nos dias 28 a 30 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAV-9E04.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:70D9FBCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 442, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 442, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 309/2026, protocolo n. º 7661/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel e Foz do Iguaçu/PR, no dia 14 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:F26031B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 443, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 443, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Helio Moraes Rodrigues – Motorista e Simone Moresco – Técnica em Enfermagem I, conforme requerimento de diárias nº. 310 e 311/2026, protocolo 7662/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até do Loanda/PR, no dia 15 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa RHJ-8F74;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:0BF11A01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 444, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 444, de 15 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 312/2026, protocolo n. º 7663/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Nova Aurora/PR, no dia 15 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 15 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:55021194

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90063/2025

CONTRATO Nº 120/2025

Pelo presente TERMO ADITIVO, de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á AV. 13 DE MAIO 906, inscrito no MF/CNPJ nº 95.589.230/0001-44 devidamente representado pelo Jean Carlos Cardoso, Prefeito brasileiro, portador do RG: 78895187 CPF: 034.526.049-00. e do outro lado a CONTRATADA, M MARTINS, estabelecida na RUA RIO BRANCO, Nº 1095, Sagrada Familia, em DOIS VIZINHOS PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 50.722.337/0001-80, neste ato representada por MAIANE MARTINS, responsável legal, RG nº 7.518.174-4, CPF nº 059.830.339-13, residente e domiciliada na RUA JOSE DE ALENCAR, Nº 769, APTO 202, CENTRO SUL, DOIS VIZINHOS PARANÁ, processo licitatório Pregão Eletrônico nº 90063/2025.

CLÁUSULAS
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atendimento na área de fonoaudiologia, diagnóstico de processamento auditivo Central e visitas pedagógicas nas escolas, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica estabelecida entre as partes o aditivo, no valor de até R$: 23.824,83 (vinte e três mil oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos).

ITEM	Descrição	Quant. Inicial	Unid. De Medida	Quant. aditivo 25%	Valor Atual	Valor do Aditivo
01	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de atendimentos na área de fonoaudiologia, por meio de profissional com especialização em fonoaudiologia educacional, para atendimento clínico especializado de alunos matriculados na rede municipal de ensino. Os serviços deverão ser prestados por número de atendimento. Sendo a empresa responsável pela disponibilização de local adequado, materiais, e demais subsídios necessário para o atendimento de acordo com a necessidade de cada criança. Deverá será responsável por emitir relatórios de acompanhamento dos atendimentos e laudos, quando necessário.	400	UN	100	R$ 203,32	R$ 20.332,00
02	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames PAC – Processamento Auditivo Central, que deverá ser realizado em cabine acústica especifica com emissão de laudo, para atender alunos matriculados na rede municipal de ensino. Num raio de até 30km do munícipio Cruzeiro do Iguaçu	20	UN	5	R$ 448,39	R$ 2.241,95
03	Visita nas escolas de origem dos alunos atendidos, com feedback e orientações para professores e equipes pedagógicas, contemplando 3 escolas e 1 CMEI nos períodos matutino e vespertino, 01 visita por semestre.	16	UN	4	R$ 312,72	R$ 1.250,88

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência da ata até 29/09/2027.

CLÁUSULA QUARTA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original, não atingido pelos Termos Aditivos.

E assim por estarem justos e contratados, assinam o Termo Aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.
.

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:36F81BFF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2309/2026

DECRETO Nº 2309/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	110	05.001.0012.0361.0086.2017 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00129	30.000,00
2	Suplementar	215	04.001.0010.0242.0148.2009 - ATENDIMENTOS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS - PCD.3335041000000000000 - Contribuições	00303	15.500,00
			Total		**45.500,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4171452010000000000 Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	00129	30.000,00
Anulação Dotação	32	04.001.0010.0242.0043.2005 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - SUBFUNÇÃO 302.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00303	15.500,00

	Total		**45.500,00**

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
129	0,00	0,00	30.000,00
303	15.500,00	0,00	0,00
Total	**15.500,00**	**0,00**	**30.000,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:3827070E

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LC 118

LEI COMPLEMENTAR N.º 118/2026

Altera os Anexos A, B e C da Lei Complementar Municipal n.º 106/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º Os Anexos A, B e C da Lei Complementar Municipal n.º 106/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Enéas Marques, passam a vigorar na forma dos Anexos A, B e C desta Lei Complementar.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar Municipal n.º 106/2023.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

ANEXO A

FORMULÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Período da Avaliação: _____/____/_____ A _____ /____/_____

NOME:
CARGO/EMPREGO:

ETAPA DE AVALIAÇÃO		
( ) ESTÁGIO PROBATÓRIO		
( ) AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO		
FATORES DE AVALIAÇÃO		**NOTA (1 a 5) ****
I - Assiduidade, pontualidade e participação		
1	Frequência ao trabalho, assiduidade (faltas justificadas e injustificadas)	
2	Participação em reuniões e eventos quando solicitado	
3	Pontualidade e permanência no serviço (saídas antecipadas)	
II - Dedicação ao serviço, qualidade, eficiência, organização e planejamento de tarefas		
4	Empenho na execução das tarefas inerentes ao cargo	
5	Age com esmero na execução do serviço (qualidade e cuidado)	
6	Apresenta sugestões, aponta erros com atitude construtiva	
7	Eficiência (utilização adequada de métodos) na realização do serviço	
8	Eficácia (resultado) do trabalho	
9	Realização das tarefas com disciplina, organização e planejamento	
10	Organização e limpeza da mesa/ local de trabalho	
11	Capacidade de evitar erros	
12	Capacidade de utilização de novas tecnologias (máquinas, equipamentos, instrumentos, etc)	
III - Disciplina, criatividade, bom senso e iniciativa		
13	Visão quanto à efetiva realização dos serviços nos prazos determinados	
14	Capacidade de encontrar soluções para situações inesperadas	
15	Capacidade de iniciativa e bom senso na tomada de decisões	
16	Desempenho adequado das atribuições do cargo	
IV - Conhecimento do trabalho, produtividade, responsabilidade, administração do tempo		
17	Conhecimento aprofundado das atribuições do cargo	
18	Cuidado com os equipamentos postos à disposição para o trabalho	
19	Utilização adequada e economia de material de expediente	
20	Volume de trabalho produzido (aproveitamento do tempo)	

21	Responsabiliza-se pelas suas atribuições e cumpre as tarefas que lhe são determinadas	
22	Busca de aperfeiçoamento e atualização (cursos, palestras, etc)	
23	Cumprimento de prazos estabelecidos	
24	Obediência à ordem hierárquica	
25	Obediência às leis e regulamentos da Administração	
V - Idoneidade moral, ética, cooperação e urbanidade com os colegas, apresentação pessoal, aptidão física e mental		
26	Higiene do empregado no ambiente de trabalho	
27	Utilização de vestuário adequado (EPI quando necessário)	
28	Atendimento ao público (cortesia, delicadeza, presteza)	
29	Espírito de equipe	
30	Bom relacionamento e cooperação com colegas e chefias	
31	Disposição para o desempenho de novas atividades (flexibilidade e aceitação de mudanças)	
32	Compostura e honestidade	
33	Boas atitudes perante os colegas e perante os usuários dos serviços públicos	
34	Ética profissional	
35	Aptidão física e mentalmente	
TOTAL DE PONTOS		

**** AVALIAÇÃO:**

1 – Insatisfatório:O desempenho é consistentemente abaixo das expectativas. O colaborador não atinge metas críticas e é extremamente necessária uma intervenção para correção do desempenho.

2 – Abaixo das expectativas:O desempenho não atendeu às expectativas em relação às atividades esperadas. O colaborador deixou de atingir uma ou mais das metas importantes. É recomendado um plano de desenvolvimento para melhorar o desempenho.

3 – Atende às expectativas: Apresenta desempenho que atende às expectativas. A qualidade no geral é boa e os objetivos críticos são atingidos.

4 – Excede as expectativas:O desempenho supera consistentemente as expectativas na sua área de atuação e a qualidade geral do trabalho é excelente.

5 – Excepcional:O desempenho excede muito as expectativas devido à alta qualidade do trabalho. Consegue alcançar seus objetivos principais e contribui significativamente para os objetivos da unidade e da organização.

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Declaro, para fins de avaliação de desempenho, que em relação aos cursos exigidos para o período avaliativo:

( ) <u>Entreguei</u> os certificados/comprovantes dos cursos exigidos.

( ) <u>Não entreguei</u> os certificados/comprovantes dos cursos exigidos.

Estou ciente de que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade.

_____/_____/_____

_____

Responsável pelos registros

ANEXO B

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PELA CHEFIA IMEDIATA

IDENTIFICAÇAO DO SERVIDOR AVALIADO			
Nome:			
Cargo:			
Matrícula:			
PERÍODO:	**ETAPA DE AVALIAÇÃO**		
/ / a / /	**( ) ESTÁGIO PROBATÓRIO** **( ) AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO**		
CHEFIA IMEDIATA			
Nome:			
Cargo:			
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO			
Fator	**Descrição do Desempenho ou Comportamento**	**Pesos Atribuídos**	**Total de Pontos (Nota de 0 a 5 Para cada item)**
I – Assiduidade, pontualidade e participação.	Frequência ao trabalho, assiduidade (faltas justificadas e injustificadas)	5	
	Participação em reuniões e eventos quando solicitado	5	
	Pontualidade e permanência no serviço (saídas antecipadas)	5	
II - Dedicação ao serviço, qualidade, eficiência, organização e planejamento de tarefas.	Empenho na execução das tarefas inerentes ao cargo	5	
	Age com esmero na execução do serviço (qualidade e cuidado)	5	
	Apresenta sugestões, aponta erros com atitude construtiva	5	
	Eficiência (utilização adequada de métodos) na realização do serviço	5	
	Eficácia (resultado) do trabalho	5	
	Realização das tarefas com disciplina, organização e planejamento	5	
	Organização e limpeza da mesa/local de trabalho	5	
	Capacidade de evitar erros	5	
	Capacidade de utilização de novas tecnologias (máquinas, equipamentos, instrumentos, etc.)	5	
III - Disciplina, criatividade, bom senso e iniciativa.	Visão quanto à efetiva realização dos serviços nos prazos determinados	5	
	Capacidade de encontrar soluções para situações inesperadas	5	
	Capacidade de iniciativa e bom senso na tomada de decisões	5	
	Desempenho adequado das atribuições do cargo	5	
IV - Conhecimento do trabalho, produtividade, responsabilidade e administração do tempo.	Conhecimento aprofundado das atribuições do cargo	5	
	Cuidado com os equipamentos postos à disposição para o trabalho	5	
	Utilização adequada e economia de material de expediente	5	
	Volume de trabalho produzido (aproveitamento do tempo)	5	
	Responsabiliza-se pelas suas atribuições e cumpre as tarefas que lhe são determinadas	5	
	Busca de aperfeiçoamento e atualização (cursos, palestras, etc)	5	
	Cumprimento de prazos estabelecidos	5	
	Obediência à ordem hierárquica	5	
	Obediência às leis e regulamentos da Administração	5	
V - Idoneidade moral, ética, cooperação e	Higiene do empregado no ambiente de trabalho	5	

urbanidade com os colegas, apresentação pessoal, aptidão física e mental.	Utilização de vestuário adequado (EPI quando necessário)	5	
	Atendimento ao público (cortesia, delicadeza, presteza)	5	
	Espírito de equipe	5	
	Bom relacionamento e cooperação com colegas e chefias	5	
	Disposição para o desempenho de novas atividades (flexibilidade e aceitação de mudanças)	5	
	Compostura e honestidade	5	
	Boas atitudes perante os colegas e perante os usuários dos serviços públicos	5	
	Ética profissional	5	
	Aptidão física e mental	5	
TOTAL DE PONTOS DA AVALIAÇÃO			
5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO			
	Fator		**Pontos ALCANÇADOS**
	I – Assiduidade, pontualidade e Participação.		
	II – Dedicação ao serviço, qualidade, eficiência, organização e planejamento de tarefas.		
	III – Disciplina, criatividade, bom senso e iniciativa.		
	IV – Conhecimento do trabalho, produtividade, responsabilidade, administração do tempo.		
	V – Idoneidade moral, ética, cooperação e urbanidade com os colegas, apresentação pessoal, aptidão física e mental.		
	Total de Pontos		
	6. ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA		
_____ Chefia Imediata			

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Declaro, para fins de avaliação de desempenho, que o(a) servidor(a) acima identificado(a):

( ) **Entregou** à chefia imediata os comprovantes/certificados dos cursos exigidos para o período avaliativo.

( ) **Não entregou** à chefia imediata os comprovantes/certificados dos cursos exigidos para o período avaliativo.

Estou ciente de que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade.

_____/_____/_____

_____
Chefia Imediata

ANEXO C

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PELA COMISSÃO E PARECER CONCLUSIVO

IDENTIFICAÇAO DO SERVIDOR AVALIADO			
Nome:			
Cargo:			
Matrícula:			
PERÍODO:	**ETAPA DE AVALIAÇÃO**		
/ / a / /	**( ) ESTÁGIO PROBATÓRIO** **( ) AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO**		
MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO			
Presidente			
Nome:			
Cargo:			
Membro 1			
Nome:			
Cargo:			
Membro 2			
Nome:			
Cargo:			
Membro 3			
Nome:			
Cargo:			
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO			
Fator	**Descrição do Desempenho ou Comportamento**	**Pesos Atribuídos**	**Total de Pontos (Nota de 0 a 5 Para cada item)**
I – Assiduidade, pontualidade e participação.	Frequência ao trabalho, assiduidade (faltas justificadas e injustificadas)	5	
	Participação em reuniões e eventos quando solicitado	5	
	Pontualidade e permanência no serviço (saídas antecipadas)	5	
II - Dedicação ao serviço, qualidade, eficiência, organização e planejamento de tarefas.	Empenho na execução das tarefas inerentes ao cargo	5	
	Age com esmero na execução do serviço (qualidade e cuidado)	5	
	Apresenta sugestões, aponta erros com atitude construtiva	5	
	Eficiência (utilização adequada de métodos) na realização do serviço	5	
	Eficácia (resultado) do trabalho	5	
	Realização das tarefas com disciplina, organização e planejamento	5	
	Organização e limpeza da mesa/local de trabalho	5	
	Capacidade de evitar erros	5	
	Capacidade de utilização de novas tecnologias (máquinas, equipamentos, instrumentos, etc.)	5	
III - Disciplina, criatividade, bom senso e iniciativa.	Visão quanto à efetiva realização dos serviços nos prazos determinados	5	
	Capacidade de encontrar soluções para situações inesperadas	5	
	Capacidade de iniciativa e bom senso na tomada de decisões	5	
	Desempenho adequado das atribuições do cargo	5	
IV - Conhecimento do trabalho, produtividade, responsabilidade e administração do tempo.	Conhecimento aprofundado das atribuições do cargo	5	
	Cuidado com os equipamentos postos à disposição para o trabalho	5	
	Utilização adequada e economia de material de expediente	5	
	Volume de trabalho produzido (aproveitamento do tempo)	5	
	Responsabiliza-se pelas suas atribuições e cumpre as tarefas que lhe são determinadas	5	
	Busca de aperfeiçoamento e atualização (cursos, palestras, etc)	5	
	Cumprimento de prazos estabelecidos	5	

	Obediência à ordem hierárquica	5	
	Obediência às leis e regulamentos da Administração	5	
V - Idoneidade moral, ética, cooperação e urbanidade com os colegas, apresentação pessoal, aptidão física e mental.	Higiene do empregado no ambiente de trabalho	5	
	Utilização de vestuário adequado (EPI quando necessário)	5	
	Atendimento ao público (cortesia, delicadeza, presteza)	5	
	Espírito de equipe	5	
	Bom relacionamento e cooperação com colegas e chefias	5	
	Disposição para o desempenho de novas atividades (flexibilidade e aceitação de mudanças)	5	
	Compostura e honestidade	5	
	Boas atitudes perante os colegas e perante os usuários dos serviços públicos	5	
	Ética profissional	5	
	Aptidão física e mental	5	
TOTAL DE PONTOS DA AVALIAÇÃO			

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		
	Fator	**Pontos ALCANÇADOS**
	I – Assiduidade, pontualidade e Participação.	
	II – Dedicação ao serviço, qualidade, eficiência, organização e planejamento de tarefas.	
	III – Disciplina, criatividade, bom senso e iniciativa.	
	IV – Conhecimento do trabalho, produtividade, responsabilidade, administração do tempo.	
	V – Idoneidade moral, ética, cooperação e urbanidade com os colegas, apresentação pessoal, aptidão física e mental.	
	Total de Pontos	
	Nota Final após o cálculo da Média Ponderada	
	CONCLUSÃO	
	Tendo em vista os resultados obtidos em cada etapa constantes no campo 3 deste formulário, concluímos que o servidor avaliado foi considerado: **APTO** **INAPTO** Observação:_____	
	7. ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	

_____
Presidente

_____
Membro

_____
Membro

_____
Membro

8. ASSINATURA DO EMPREGADO E DATA DA NOTIFICAÇÃO
Declaro que estou ciente do resultado da minha Avaliação de Desempenho. _____ ____/____/____ Assinatura do Servidor Data da Notificação
9. ASSINATURA DAS TESTEMUNHAS
_____ Testemunha 1 _____ Testemunha 2
10.HOMOLOGAÇÃO
_____ Gestor do Órgão/Entidade (Assinatura e Carimbo)
11. COMPROVANTE DE NOTIFICAÇÃO DO SERVIDOR
A Comissão de Avaliação de Desempenho notifica o(a) servidor (a) _____ do resultado da _____ etapa da sua Avaliação de Desempenho, correspondente ao período compreendido entre ____/____/____ e ___/____/____

RESULTADOS OBTIDOS NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
Fator	**Pontos Alcançados**
I – Assiduidade, pontualidade e Participação.	
II – Dedicação ao serviço, qualidade, eficiência, organização e planejamento de tarefas.	
III – Disciplina, criatividade, bom senso e iniciativa.	
IV – Conhecimento do trabalho, produtividade, responsabilidade, administração do tempo.	
V – Idoneidade moral, ética, cooperação e urbanidade com os colegas, apresentação pessoal, aptidão física e mental.	
Total de Pontos	
Nota Final APÓS O CÁLCULO DA MÉDIA PONDERADA	

CONCLUSÃO
Tendo em vista o resultado obtido na Avaliação de Desempenho, concluímos que o servidor avaliado foi considerado: **APTO** **INAPTO**

Data da Notificação / /	
---------- Assinatura do Responsável pela Notificação e Matrícula	

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:E7CE076F

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1610

LEI ORDINÁRIA N.º 1610/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 1.579.499,83 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	342	07.001.0015.0452.0150.1007 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS	07119	1.468.000,00

			PÚBLICOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		
1	Suplementar	343	07.001.0015.0452.0150.1007 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00501	111.499,83
			Total		**1.579.499,83**

Origem de Recursos

Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
Excesso		4221301010100000000 Alienação de Bens Móveis RECURSOS LIVRES	00501	111.499,83
Excesso		4242999012700000000 CONVÊNIO 148/2026 - FEAP - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - VÍNCULO 7119	07119	1.468.000,00
		Total	**1.579.499,83**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superavit	Excesso
501	0,00	0,00	111.499,83
7119	0,00	0,00	1.468.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**1.579.499,83**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 15 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:214F50E8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO RECEITAS E DESPESAS COM MDE 4 BIM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)		Em Reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.867.916,00	3.132.537,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	354.314,00	353.996,72
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	182.045,00	220.464,22
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.246.485,00	778.245,17
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.085.072,00	1.779.831,46
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	52.729.215,00	30.911.259,05
2.1- Cota-Parte FPM	23.429.215,00	14.748.764,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.390.000,00	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.039.215,00	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	27.648.000,00	15.213.839,71
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	424.000,00	241.414,18
2.4- Cota-Parte ITR	23.000,00	832,25
2.5- Cota-Parte IPVA	1.205.000,00	706.408,16
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**57.597.131,00**	**34.043.796,62**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**10.138.000,00**	**6.006.401,56**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**4.261.282,75**	**2.504.547,01**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	8.031.332,00	5.288.918,23
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.423.529,00	4.850.646,65
6.1.1- Principal	7.371.279,00	4.797.462,04
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	52.250,00	53.184,61
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-
6.2.1- Principal	-	-
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	607.803,00	438.271,58
6.4.1- Principal	587.803,00	423.256,96
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	20.000,00	15.014,62
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**(2.766.721,00)**	**(1.208.939,52)**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	267.154,26
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	267.154,26
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**5.556.072,49**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.298.486,26	4.718.202,73	4.604.170,40	4.521.797,15	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.087.611,07	4.058.625,99	4.058.625,99	3.976.252,74	-
10.1.1 - Educação Infantil	3.230.000,00	1.828.565,78	1.828.565,78	1.790.239,60	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.857.611,07	2.230.060,21	2.230.060,21	2.186.013,14	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.210.875,19	659.576,74	545.544,41	545.544,41	-
10.2.1 - Educação Infantil	327.951,00	203.360,47	170.318,99	170.318,99	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	700.674,19	273.967,43	256.718,54	256.718,54	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	182.250,00	182.248,84	118.506,88	118.506,88	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	4.451.048,47	4.337.016,14	4.254.642,89	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.188.010,76	4.124.268,80	4.041.895,55	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	263.037,71	212.747,34	212.747,34	-	-	-
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	-	-	-	-	-	-
12.1- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.794.861,92	3.794.861,92	3.712.488,67	-	-	-
12.2- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	140.181,23	140.181,23	135.663,97	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Indicadores do FUNDEB (70% e 4%)	-	-	-	-
15.1- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.395.452,66	3.794.861,92	3.794.861,92	78,23
15.2- Mínimo de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI[11]	211.556,73	140.181,23	140.181,23	2,65
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	528.891,82	951.902,09	951.902,09	423.010,27	18,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	725.548,80	267.154,26	267.154,26	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	10.189.432,80	4.604.167,39	3.965.209,71	3.917.177,18	-
20.1- Educação Infantil	4.114.113,50	1.665.951,74	1.637.546,85	1.620.179,62	-
20.2- Ensino Fundamental	5.716.319,30	2.764.554,54	2.156.623,05	2.128.935,38	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	5.000,00	-	-	-	-
20.5- Administração Geral	354.000,00	173.661,11	171.039,81	168.062,18	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	18.487.919,06	9.322.370,12	8.569.380,11	8.438.974,33	-
21.1- Educação Infantil	7.672.064,50	3.697.877,99	3.636.431,62	3.580.738,21	-
21.1.1- Creche	3.306.879,23	1.751.039,49	1.731.201,13	1.705.573,40	-
21.1.2- Pré-escola	4.365.185,27	1.946.838,50	1.905.230,49	1.875.164,81	-
21.2- Ensino Fundamental	10.815.854,56	5.624.492,13	4.932.948,49	4.858.236,12	-

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.965.209,71
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.006.401,56
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	423.010,27
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	60.020,29
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**9.488.580,71**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.510.949,16	9.488.580,71	27,87

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	683.280,33	208.921,28	594.647,40	60.020,29	28.470,09
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	678.271,47	208.921,28	589.638,54	60.020,29	28.470,09
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	5.008,86	-	5.008,86	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.091.625,00	773.039,96
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	804.699,00	583.948,06
31.1.1- Salário-Educação	480.084,00	363.869,52
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	174.581,00	140.178,50
31.1.4- PNATE	88.083,00	79.900,04
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	61.951,00	-
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	286.926,00	189.091,90

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.500.779,76	1.220.662,49	1.086.384,69	1.086.374,69	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	979.050,98	460.726,41	401.440,27	401.440,27	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.521.728,78	759.936,08	684.944,42	684.934,42	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	20.988.698,82	10.543.032,61	9.655.764,80	9.525.349,02	-
33.1- Despesas Correntes	20.617.503,84	10.470.390,13	9.584.842,32	9.454.426,54	-
33.1.1- Pessoal Ativo	12.876.753,30	6.729.649,68	6.729.649,68	6.600.170,40	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	188.250,00	182.248,84	118.506,88	118.506,88	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	7.552.500,54	3.558.491,61	2.736.685,76	2.735.749,26	-
33.2- Despesas de Capital	371.194,98	72.642,48	70.922,48	70.922,48	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias,	-	-	-	-	-

confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	371.194,98	72.642,48	70.922,48	70.922,48	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	272.163,12	175.373,39
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.288.918,23	363.869,52
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	4.526.806,01	284.534,52
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.034.275,34	254.708,39
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.034.275,34	254.708,39
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***	
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal	

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:3846BD9C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 22/2026 - PMSI

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 3.486/2026
PROCESSO Nº 87/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 22/2026-PMSI
REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO
DIVULGAÇÃO: SIM

OBJETO:
1.1 Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa de opinião pública, visando avaliar a satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados pelo Município de Saudade do Iguaçu/PR.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA:
2.1 A contratação justifica-se pela necessidade de realizar pesquisa de opinião pública para avaliar a satisfação dos usuários quanto aos serviços públicos prestados pelo Município, subsidiando ações de melhoria na gestão municipal. Dessa forma, a escolha da contratada ocorreu mediante pesquisa de preços, sendo selecionada a empresa, por apresentar o menor preço, atendendo às especificações e condições estabelecidas pela Administração.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:
Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:
FORNECEDOR
EXATA PESQUISAS LTDA, CNPJ nº 48.642.553/0001-74.

LOTE	ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	1	Contratação de empresa especializada em pesquisas de opinião pública para prestação de serviço de pesquisa de opinião pública para avaliar a satisfação dos usuários de serviços públicos prestados pelo município de Saudade do Iguaçu/PR. A pesquisa deve ser realizada por meio de entrevistas residenciais presenciais. O questionário deverá abordar perguntas sobre as principais áreas de atuação da gestão pública municipal conforme solicitado pelo município.	UN	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00

4.3 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

HABILITAÇÃO
5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Ação: 04.122.0003.2.007 – Atividades da Administração Geral
Despesa: 3.3.90.39.05.00 – Serviços Técnicos Profissionais
Principal: 5042 Despesa: 5433
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres) – Superávit

PRAZO DE EXECUÇÃO
7.1 Em até 30 (trinta) dias após a solicitação dos serviços.

Saudade do Iguaçu/PR, 15 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:F90C0202

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato das Atas de Registro de Preços Nº 94/2026, 95/2026 e 96/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 38/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses
1.DO OBJETO
Registro de Preços para a execução futura e eventual de serviços, compreendendo: borracharia em geral, lavagens, consertos, montagens, tip top e balanceamento, na frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal
2.O registro de preços formalizado nas presente Atas terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador das atas de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.
4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.Os preços, as empresas, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados nas presente Atas encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2026 – PMSI BORRACHARIA CAMPOS LTDA;
CNPJ/MF sob Nº 04.683.290/0001-76

Lt	Item	Qdte	Descrição	Und.	V. Unit.	V. Total
1	1	40	LAVAGEM ONIBUS GRANDE.	UN	171,00	6.840,00
2	1	40	LAVAGEM ONIBUS MEDIO.	UN	162,00	6.480,00
6	1	20	lavagem caminhão toco (caçamba e tanque).	UN	169,00	3.380,00
7	1	12	Lavagem caminhão reboque.	UN	195,00	2.340,00
8	1	30	lavagem caminhão truck (caçambas).	UN	184,00	5.520,00
10	1	12	Lavagem carreta Basculante.	UN	269,00	3.228,00
11	1	15	LAVAGEM DE PRANCHA COM CAVALINHO.	UN	334,00	5.010,00
12	1	55	Lavagem de minicarregadeira.	UN	87,00	4.785,00
18	1	30	conserto pneu 10/16,5 (minicarregadeira).	UN	65,00	1.950,00
19	1	80	conserto pneu 275/80/22,5, 295/80/22,5 (caminhoes e onibus sem friso).	UN	75,00	6.000,00
21	1	20	Conserto pneu 12,5/80/18 dianteiros (retroescavadeira jcb/new holland lb 95).	UN	83,00	1.660,00
22	1	10	Conserto pneu 12-16,5 (retroescavadeira Randon dianteiro).	UN	83,00	830,00
23	1	40	conserto pneu 1400/24, 19,5/24, 1300/24 (motoniveladora/retro New Holland/retro Randon).	UN	142,00	5.680,00
24	1	30	conserto pneu 23,1/26, 17,5/25 (rolo/carregadeira/retro jcb).	UN	164,00	4.920,00
25	1	5	Conserto pneu 285-70/19,5 (microônibus secretaria de Saúde).	UN	60,50	302,50
26	1	40	Conserto de pneu caminhão caçamba, ônibus, com friso, 1000/20.	UN	65,00	2.600,00
30	1	30	montagem pneu 10/16,5 (minicarregadeira).	UN	69,00	2.070,00
31	1	20	montagem pneu 23,1/26, 17,5/25 (rolo/carregadeira/retro jcb).	UN	158,00	3.160,00
33	1	20	montagem pneu 1000/20, (caminhão caçamba, onibus, com friso).	UN	77,00	1.551,80
34	1	36	Montagem pneu 12,5/80/18 dianteiros (retroescavadeira jcb/new holland lb 95).	UN	78,00	2.842,92
35	1	15	montagem pneu 12-16,5 (retroescavadeira rondon dianteiro).	UN	85,00	1.288,95
36	1	35	Montagem pneu 1400/24, 19,5/24, 1300/24 (motoniveladora/retro New Holland/retro Randon).	UN	144,00	5.061,35
37	1	150	montagem pneu 275/80/22,5, 295/80/22,5 (caminhões e ônibus sem friso).	UN	77,50	11.700,00
38	1	10	Montagem pneu 285-70/19,5 (micro-ônibus da secretaria de Saúde).	UN	69,00	695,00
41	1	80	Rodízio de pneu 1000/20.	UN	62,00	4.987,20
43	1	70	Rodízio de pneu 275/80/22,5, 295/80/22,5.	UN	61,00	4.290,30
44	1	10	Rodízio de pneu 285-70/19,5 (micro-ônibus da secretaria de Saúde).	UN	56,00	561,80
48	1	40	TIP TOP Nº 04 ÔNIBUS.	UN	83,33	3.333,20
49	1	15	TIP TOP Nº 05 – VEÍCULOS MÉDIOS (TOYOTA/RANGER/CAMIONETE E OUTROS).	UN	85,00	1.275,00
50	1	25	TIP TOP Nº 06 – VEÍCULOS GRANDE (CAMINHÕES).	UN	129,00	3.233,25
51	1	25	TIP TOP Nº 07 – RETROESCAVADEIRA DIANTEIRO.	UN	61,50	1.548,25
52	1	22	TIP TOP Nº 08 – RETROESCAVADEIRA TRASEIRO.	UN	148,00	3.257,54
53	1	30	TIP TOP Nº 09 MOTONIVELADORA.	UN	154,00	4.633,20

54	1	8	TIP TOP Nº 10 – ROLO COMPACTADOR.	UN	178,00	1.429,52
VALOR TOTAL R$ 118.194,20						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2026 – PMSI PAULO CESAR BOM;
CNPJ/MF sob Nº 69.027.052/0001-58

Lt	Item	Qdte	Descrição	Und.	V. Unit.	V. Total
3	1	100	Lavagem de micro-ônibus.	UN	156,90	15.690,00
4	1	120	Lavagem de vans (Ducato, kombi, ambulâncias, sprinter, master, jumper).	UN	73,75	8.850,00
13	1	70	Balanceamento veículos médios (kombi/Toyota/camionete ranger e outros).	UN	37,85	2.649,50
14	1	150	Balanceamento veiculos pequenos (uno/saveiro/strada/ siena/gol/sandeiro/mobi/onix e outros).	UN	25,90	3.885,00
15	1	10	Conserto de pneu de carrinho de mão.	UN	23,15	231,50
16	1	10	Conserto pneu sem câmera, 215/75/17,5 (micro-ônibus).	UN	53,35	533,50
17	1	15	Conserto de pneus (vans, kombi, caminhonetes, ambulâncias).	UN	40,40	606,00
20	1	10	Conserto pneu 90/90/19, 110/90/17 (moto).	UN	28,30	283,00
27	1	80	Conserto pneu veiculos pequenos (uno/saveiro/strada/ Siena/gol/sandeiro/mobi/ônix e outros).	UN	24,85	1.988,00
28	1	50	Montagem de pneu (Ducato, kombi, ambulâncias, sprinter, master, jumper, caminhonetes e utilitários).	UN	39,00	1.950,00
29	1	100	Montagem 215/75/17,5 pneu sem camera(micro onibus).	UN	47,35	4.735,00
32	1	150	Montagem pneu (uno/saveiro/strada/ siena/gol/sandeiro/mobi/onix e outros).	UN	23,65	3.547,50
39	1	18	Montagem pneu 90/90/19, 110/90/17 (motocicleta).	UN	28,50	513,00
40	1	15	Rodízio pneu (ducato, kombi, ambulancias, sprinter, master, jumper, caminhonetes e utilitários).	UN	29,45	441,75
42	1	50	Rodízio pneu 215/75/17,5 (micro onibus).	UN	56,95	2.847,50
45	1	20	Rodízio de pneu veículo pequenos (uno/saveiro/strada/siena/gol/sandeiro/mobi/onix e outros).	UN	20,90	418,00
46	1	15	Tip top nº 01 veículos pequenos (uno/saveiro/strada/ siena/gol/sandeiro/mobi/onix e outros).	UN	73,95	1.109,25
47	1	12	TIP TOP Nº 02 KOMBI.	UN	81,65	979,80
VALOR TOTAL R$ 51.258,30						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2026 – PMSI ADRIANO MARANGON;
CNPJ/MF sob Nº 41.946.990/0001-32

Lt	Item	Qdte	Descrição	Und.	V. Unit.	V. Total
5	1	100	Lavagem veículos pequenos (uno/saveiro/strada/siena/gol/sandeiro/mobi/onix e outros).	UN	64,60	6.460,00
9	1	40	LAVAGEM CAMIONETE, RANGER, TOYOTA SW5.	UN	79,30	3.172,00
VALOR TOTAL R$ 9.632,00						

Saudade do Iguaçu – PR 11 de maio de 2026.

Prefeitura Municipal De Saudade Do Iguaçu – PR.
ROGÉRIO GALLINA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:7B70B854

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PLANO MUNICIPAL DE EXPANSÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 2026 – 2029

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EXPANSÃO DE VAGAS
NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2026 – 2029

SAUDADE DO IGUAÇU – PR
2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.. 3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.. 3
3. DIAGNÓSTICO DA OFERTA ATUAL.. 4
4. CMEI Sonho Encantado. 4
5. CMEI Pequeno Anjo. 4
6. DEMANDA POR VAGAS. 5
7. CAPACIDADE INSTALADA E NECESSIDADE DE EXPANSÃO.. 5
8. EXPANSÃO PREVISTA PARA 2027. 5
9. OBJETIVO GERAL.. 6
10. OBJETIVOS ESPECÍFICOS. 6
11. METAS DE EXPANSÃO 2026–2029. 7
12. ESTRATÉGIAS. 7
13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.. 8
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS. 8
15. referências. 9
ANEXO – QUADRO SÍNTESE DE AÇÕES. 10

APRESENTAÇÃO
O presente Plano Municipal de Expansão de Vagas na Educação Infantil de Saudade do Iguaçu, período de 2026 a 2029, constitui instrumento de planejamento da Secretaria Municipal de Educação destinado a organizar, acompanhar e orientar a ampliação progressiva e sustentável da oferta de

vagas na etapa da Educação Infantil, especialmente no nível de Creche, considerando a demanda manifesta, a capacidade instalada da rede municipal, as projeções de atendimento, as metas do Plano Municipal de Educação e as necessidades futuras do município.

A elaboração deste Plano está fundamentada no direito à educação e na responsabilidade do poder público municipal de assegurar o acesso à Educação Infantil, considerando as especificidades locais, a organização territorial da oferta, a equidade no atendimento, o direito a formação integral, a disponibilidade orçamentária e a necessidade de planejamento permanente da expansão da rede.

A Lei Federal nº 14.851/2024 estabelece que os municípios devem realizar anualmente o levantamento da demanda por vagas para crianças de 0 a 3 anos, organizar lista de espera e, uma vez identificada a demanda não atendida, realizar o planejamento da expansão da oferta de vagas.

O Plano também considera as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIF) nº 23/2026, que regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Saudade do Iguaçu, localizado na mesorregião sudoeste Estado do Paraná, organiza sua oferta educacional por meio da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela manutenção e gestão da rede municipal de ensino.

Na etapa da Educação Infantil, o município possui 2 (duas) unidades destinadas ao atendimento das crianças matriculadas na Creche e na Pré-escola, destacando-se o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Sonho Encantado e o CMEI Pequeno Anjo.

A organização da oferta considera as diferentes faixas etárias da Educação Infantil, buscando assegurar atendimento adequado às necessidades das crianças e das famílias.

A Secretaria Municipal de Educação realiza acompanhamento periódico da demanda por vagas, mantendo informações atualizadas sobre vagas existentes, vagas preenchidas e crianças que aguardam atendimento. Esse procedimento permite identificar a demanda manifesta e orientar as ações de expansão da rede.

DIAGNÓSTICO DA OFERTA ATUAL

O diagnóstico da rede municipal demonstra que Saudade do Iguaçu possui capacidade instalada para atendimento das crianças da Educação Infantil, porém ainda apresenta demanda não atendida, especialmente na faixa correspondente à Creche.

Conforme o Relatório de Demanda de Vagas – agosto de 2026, publicado pela Secretaria Municipal de Educação, a situação encontra-se organizada da seguinte forma:

Para subsidiar o planejamento da expansão futura, também foi considerada a evolução histórica das matrículas da rede municipal. Os dados do Censo da Educação, apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, demonstram a seguinte trajetória entre 2021 e 2024:

Ano	Creche	Pré-escola	EF – Anos Iniciais	Total Educação Infantil
2021	155	193	422	348
2022	144	224	448	368
2023	125	216	465	341
2024	126	189	491	315

Fonte: INEP – Censo da Educação; dados apresentados pelo TCE-PR no Parecer Prévio nº 120/2026. Observa-se que as matrículas em creche passaram de 155, em 2021, para 126, em 2024, enquanto a pré-escola passou de 193 para 189 no mesmo período. Esses dados devem ser analisados conjuntamente com a demanda manifesta e com as projeções demográficas locais.

CMEI Sonho Encantado

Turma	Vagas existentes	Vagas preenchidas	Lista de espera
Maternal III	15	14	0
Pré I	90	84	0
Pré II	100	77	0
Total	**205**	**175**	**0**

CMEI Pequeno Anjo

Turma	Vagas existentes	Vagas preenchidas	Lista de espera
Berçário	10	10	3
Maternal I	24	24	0
Maternal II	48	44	0
Maternal III	30	28	0
Total	**112**	**106**	**3**

Considerando o levantamento oficial de agosto de 2026, o município possui 317 vagas existentes nas unidades relacionadas, sendo 281 vagas preenchidas, restando 3 crianças na lista de espera, todas no Berçário do CMEI Pequeno Anjo.

DEMANDA POR VAGAS

A Secretaria Municipal de Educação mantém acompanhamento contínuo da demanda por vagas na Educação Infantil.

Esse acompanhamento é realizado por meio da divulgação periódica dos relatórios de demanda, possibilitando identificar: número de vagas disponíveis; número de vagas ocupadas; crianças aguardando atendimento; faixa etária da demanda; unidade de preferência; e evolução mensal da demanda.

A existência de lista de espera concentrada no atendimento de Berçário demonstra que a principal necessidade de expansão da oferta municipal está relacionada às crianças de menor faixa etária.

A Lei nº 14.851/2024 determina que os municípios realizem levantamento anual da demanda de 0 a 3 anos, organizem listas de espera e planejem a expansão da oferta quando houver demanda não atendida.

CAPACIDADE INSTALADA E NECESSIDADE DE EXPANSÃO

A rede municipal apresenta capacidade instalada relevante para atendimento da Educação Infantil. Entretanto, o planejamento da expansão deve considerar não apenas a demanda registrada no momento, mas também o crescimento ou redução da população infantil, novos loteamentos e empreendimentos habitacionais, movimentação das famílias, nascimentos, demanda por atendimento em período integral, mudanças na organização das famílias e capacidade física das unidades existentes.

Nesse sentido, o município realizará atualização periódica dos dados, evitando que a expansão ocorra somente após o surgimento de grandes filas de espera.

EXPANSÃO PREVISTA PARA 2027

Uma das principais ações previstas pelo município é a ampliação da capacidade de atendimento por meio da nova unidade vinculada ao Programa Infância Feliz Paraná.

A previsão levantada pela Secretaria Municipal de Educação indica a disponibilização de aproximadamente 34 novas vagas. Com essa ampliação, a capacidade projetada para atendimento das crianças de 0 a 3 anos deverá passar de aproximadamente 112 para 146 vagas em 2027.

Essa expansão representa importante medida para reduzir a demanda reprimida, ampliar o acesso às crianças de 0 a 3 anos, atender famílias que atualmente aguardam vaga, melhorar a distribuição territorial da oferta e preparar a rede para demandas futuras.

OBJETIVO GERAL

Ampliar de forma qualificada e progressiva a oferta de vagas na Educação Infantil do município de Saudade do Iguaçu, assegurando o acesso das crianças à Creche e à Pré-escola, mediante planejamento territorial, acompanhamento permanente da demanda, expansão da infraestrutura, qualificação dos profissionais e garantia de condições adequadas de atendimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

acompanhar anualmente a demanda manifesta por vagas na Educação Infantil;
manter atualizada a lista de espera e os critérios de atendimento;
assegurar o direito a educação integral em tempo integral
ampliar a oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos;
reduzir progressivamente a demanda não atendida;
ampliar a capacidade física da rede municipal quando identificada necessidade;
garantir atendimento com qualidade e equidade;
acompanhar a evolução da população infantil do município;
planejar a abertura de novas turmas de acordo com a demanda;
adequar os espaços físicos das unidades existentes;
garantir profissionais em número suficiente para a expansão;
promover articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais políticas públicas relacionadas à primeira infância;
monitorar anualmente o cumprimento das metas estabelecidas neste Plano.

METAS DE EXPANSÃO 2026–2029

Ano	Ação prevista	Resultado esperado
2026	Monitoramento da demanda e organização da lista de espera	Identificação permanente da demanda
2027	Implantação/ampliação da nova unidade	Até 34 novas vagas
2028	Avaliação da demanda e adequação da oferta	Ajuste de turmas conforme necessidade
2029	Revisão da capacidade da rede e planejamento de novo ciclo	Oferta compatível com a demanda projetada

Meta principal: ampliar a oferta de Educação Infantil, prioritariamente para crianças de 0 a 3 anos, utilizando a expansão prevista para 2027 como principal estratégia inicial e realizando novas ampliações sempre que o levantamento da demanda demonstrar necessidade.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 1 – Monitoramento da demanda

Realizar levantamento periódico da demanda por vagas, mantendo atualizados os dados de crianças atendidas e não atendidas.

Estratégia 2 – Lista de espera

Manter lista de espera organizada, transparente e atualizada, observando os critérios legais e as características socioeconômicas e territoriais das famílias.

Estratégia 3 – Expansão da infraestrutura

Utilizar a nova unidade prevista para 2027 como mecanismo de ampliação da oferta, com previsão inicial de aproximadamente 34 novas vagas.

Estratégia 4 – Reorganização da rede

Avaliar anualmente a distribuição das crianças entre as unidades, verificando a possibilidade de criação de novas turmas e reorganização dos espaços existentes.

Estratégia 5 – Profissionais

Planejar a contratação, distribuição, e qualificação dos profissionais necessários para garantir a expansão com qualidade.

Estratégia 6 – Busca ativa

Articular ações intersetoriais com a Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e demais órgãos de proteção para identificação de crianças que não estejam matriculadas e que tenham direito à Educação Infantil.

Estratégia 7 – Qualidade e equidade

Garantir que a expansão quantitativa seja acompanhada da melhoria das condições de infraestrutura, acessibilidade, materiais pedagógicos, alimentação, segurança, qualificação profissional e práticas pedagógicas.

Estratégia 8 – Educação Integral em Tempo Integral

Priorizar a expansão matrículas em tempo integral, garantindo o direito da criança à formação plena e articulada aos princípios éticos, políticos e estéticos.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do Plano Municipal de Expansão de Vagas será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, com participação e acompanhamento do Conselho Municipal de Educação, enquanto instância de participação e controle social do sistema municipal de ensino, com atualização periódica dos indicadores de vagas existentes, vagas ocupadas, demanda manifesta, lista de espera, número de novas vagas criadas, capacidade das unidades, crianças atendidas por faixa etária, necessidade de ampliação da infraestrutura e evolução da demanda ao longo do período.

O acompanhamento também deverá considerar a articulação com o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (PETI).

Os resultados deverão ser analisados anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, com apresentação e apreciação pelo Conselho Municipal de Educação, permitindo a revisão das metas e estratégias sempre que houver alteração significativa na demanda, na capacidade de atendimento ou nas projeções demográficas e educacionais do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Expansão de Vagas na Educação Infantil de Saudade do Iguaçu, para o período de 2026 a 2029, representa um instrumento de planejamento destinado a garantir que a expansão da oferta ocorra de forma organizada, responsável, sustentável, territorializada, intersetorial e articulada às necessidades reais da população.

A partir do acompanhamento permanente da demanda, da manutenção da lista de espera e da ampliação prevista para 2027, o município busca assegurar a progressiva ampliação do acesso à Educação Infantil, especialmente para as crianças de 0 a 3 anos.

A elaboração e execução deste Plano também fortalecem a capacidade de planejamento da Secretaria Municipal de Educação e possibilitam que futuras necessidades de expansão sejam identificadas com antecedência.

referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024. Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2024.
BRASIL. Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade. Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026. Regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica. Brasília, DF, 2026.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Saudade do Iguaçu – PR. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/saudade-do-iguacu.html. Acesso em: 28 ago. 2026.
IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Municípios do Paraná registram crescimento médio de 15% no PIB per capita. Curitiba: IPARDES, 2026. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Municipios-do-Parana-registram-crescimento-medio-de-15-no-PIB-capita. Acesso em: 28 ago. 2026.
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Educação. Relatório de Demanda de Vagas – agosto de 2026. Saudade do Iguaçu, 2026.
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Educação. Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (PETI). Saudade do Iguaçu, [s.d.].
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. Parecer Prévio nº 120/2026. Município de Saudade do Iguaçu: contextualização da educação e evolução das matrículas da rede municipal – 2021 a 2024. Curitiba: TCE-PR, 2026.
REFERENCIAR A CONSTITUIÇÃO
REFERENCIAR A LDB
REFERENCIAR O ECA
REFERENCIAR A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 2024
REFERENCIAR A RESOLUÇÃO DA COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE (CIF) Nº 23/2026
REFERENCIAR O RELATÓRIO DE DEMANDA DE VAGAS MUNICIPAL

ANEXO – QUADRO SÍNTESE DE AÇÕES

Ação	Período	Responsável	Indicador
Atualizar levantamento da demanda	Anual	Secretaria Municipal de Educação	Relatório atualizado
Atualizar lista de espera	Contínuo	Secretaria Municipal de Educação	Lista atualizada
Implantar/ampliar unidade com novas vagas	2027	Município/Secretaria Municipal de Educação	Até 34 novas vagas
Avaliar capacidade e reorganizar turmas	Anual	Secretaria Municipal de Educação/Unidades	Relatório de capacidade
Articular busca ativa e primeira infância	Contínuo	Educação, Saúde e Assistência Social	Ações intersetoriais
Avaliar execução do Plano	Anual	Secretaria Municipal de Educação	Relatório de monitoramento

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:8633D0F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 129 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional suplementar por anulação no Orçamento Geral do Município.

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal 4.320/64, no Art. 5º da Lei Municipal 1314/2025 de 26 de novembro de 2025.

D E C R E T A

Art. 1º Fica Aberto no Orçamento Geral, o Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 377.000,00 (trezentos e setenta e sete mil reais)**, de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

	ÓRGÃO	**02.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
	UNIDADE	02.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
	FUNÇÃO	4	ADMINISTRAÇÃO	
	SUBFUNÇÃO	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
	PROGRAMA	2	Gestão Administrativa Transparente	
	PROJ/ ATIV.	**2.002**	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.100000.01.07.00.00 - Recursos Ordinários (Livres)	
8	3.3.90.30.00	0000	MATERIAL DE CONSUMO	260.000,00
	ÓRGÃO	**03.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL**	
	UNIDADE	3.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
	FUNÇÃO	8	Assistência Social	
	SUBFUNÇÃO	243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
	PROGRAMA	6	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
	PROJ/ATIV.	**2.006**	**MANTER O FUNDO MUN. CR. E DO ADOLESCENTE –ATENÇÃO BÁSICA**	
	Fonte de Recursos	735	00735.00934.09.06.06.00.1.660.0000 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS	
33	3.3.90.39.00	00735	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	ÓRGÃO	**04.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
	UNIDADE	04.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	FUNÇÃO	10	SAÚDE	
	SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica	
	PROGRAMA	9	Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar para a População	
	PROJ/ATIV.	2.011	Manter e Incrementar o Atendimento nas Unid. de Saúde de Atenção Básica	
	Fonte de Recursos	497	00495.00495.09.02.05.20.1.621.1002 - ATENÇÃO BÁSICA: TRANSFERENCIAS DO SUS	
111	3.3.90.14.00	497	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
	ÓRGÃO	**06.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
	UNIDADE	06.001	Departamento Agropecuário	
	FUNÇÃO	20	Agricultura	
	SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural	

	PROGRAMA	17	FOMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
	PROJ/ATIV.	**2.027**	**MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
179	3.3.90.30.00	0000	MATERIAL DE CONSUMO	51.000,00
	ÓRGÃO	**09.00**	**SECRETARIA DE ESPORTES**	
	UNIDADE	9.001	Departamento de Esportes	
	FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer	
	SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário	
	PROGRAMA	16	Promover a Prática Desportiva	
	PROJ/ATIV.	**2.026**	**Manter e promover a prática Desportiva**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
223	3.3.90.39.00	0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRTOS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
			SOMA TOTAL	**377.000,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior será utilizado conforme artigo 5º da Lei Municipal 1314/2025, a redução da seguinte dotação do Orçamento do presente exercício, a saber:

	ÓRGÃO	**02.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
	UNIDADE	02.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
	FUNÇÃO	4	ADMINISTRAÇÃO	
	SUBFUNÇÃO	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
	PROGRAMA	2	Gestão Administrativa Transparente	
	PROJ/ ATIV.	**2.002**	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.100000.01.07.00.00 - Recursos Ordinários (Livres)	
16	4.4.90.52.00	0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	260.000,00
	ÓRGÃO	**03.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL**	
	UNIDADE	**3.001**	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**	
	FUNÇÃO	8	Assistência Social	
	SUBFUNÇÃO	243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
	PROGRAMA	6	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
	PROJ/ATIV.	**2.006**	**MANTER O FUNDO MUN. CR. E DO ADOLESCENTE –ATENÇÃO BÁSICA**	
	Fonte de Recursos	735	00735.00934.09.06.06.00.1.660.0000 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS	
31	3.3.90.30.00	00735	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
	ÓRGÃO	**04.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
	UNIDADE	04.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	FUNÇÃO	10	SAÚDE	
	SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica	
	PROGRAMA	9	Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar para a População	
	PROJ/ATIV.	**2.011**	**Manter e Incrementar o Atendimento nas Unid. de Saúde de Atenção Básica**	
	Fonte de Recursos	497	00495.00495.09.02.05.20.1.621.1002 - ATENÇÃO BÁSICA: TRANSFERENCIAS DO SUS	
113	3.3.90.39.00	497	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRTOS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00
	ÓRGÃO	**06.00**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	
	UNIDADE	06.001	Departamento Agropecuário	
	FUNÇÃO	20	Agricultura	
	SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural	
	PROGRAMA	17	FOMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
	PROJ/ATIV.	**2.027**	**MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
177	3.3.40.41.00	0000	CONTRIBUIÇÕES	51.000,00
	ÓRGÃO	**09.00**	**SECRETARIA DE ESPORTES**	
	UNIDADE	**9.001**	**Departamento de Esportes**	
	FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer	
	SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário	
	PROGRAMA	16	Promover a Prática Desportiva	
	PROJ/ATIV.	**2.026**	**Manter e promover a prática Desportiva**	
	Fonte de Recursos	0000	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres)	
224	4.4.90.52.00	0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
			SOMA TOTAL	377.000,00

Art. 3º Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1290/2025 de 10 de junho de 2025 - (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1°.
Art. 5º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1294/2025 de 27 de junho de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026, incluindo-se os valores do artigo 1° em seus respectivos programas
Art. 6º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Agudos do Sul, 31 de agosto de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:A5642C31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 090/2026 – PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 090/2026 – PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 002/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS 20 HORAS** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 011/2026– PSS/SMRH.

2.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 011/2026 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

3.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 01/2026 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO II**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

4.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 011/2026 – PSS/SMRH.

5.Os candidatos relacionados no **Anexo IV** que não compareceram para o cumprimento do Edital nº 088/2026 - PSS/SMRH, denominado como **AUSENTES**, estão eliminados do certame.

Almirante Tamandaré, 15 de setembro de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS 20 HORAS – PSS/SMRH 2026

CLASS	NOME	R.G	NOTA – TITULOS	NASCIMENTO
150	IZOLETE GARCIA DE LARA	7. ***.***-5	45	15/06/1979
151	VANESSA ESPIRITO SANTOS	9. ***.***-3	45	25/09/1982
152	DINALVA MARIA MACHADO DOS SANTOS	9.571.597-0	45	08/06/1985

AFRODESCENDENTE

CLASS	NOME	R.G	NOTA – TITULOS	NASCIMENTO
18	RAIANY DOS SANTOS DA SILVA	13.657.507-4	39,48	14/12/2002

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 011/2026 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do **sexo masculino**;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP **(ATUALIZADO)**;
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público;.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
o) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III

CARGO:_____ _____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____ CPF:_____ PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____
_____nº:_____Bairro: _____

CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____)_____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

ANEXO IV
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – INICIAL- 20 HORAS –PSS/SMRH 2026 – EDITAL 088/2026

CLASS	NOME	R.G	NOTA -TITULO	CHAMAMENTO
143	SUZANA DO ROCIO DA COSTA	8.***.***-0	45,48	DESISTENTE
148	ROSANGELA LEITE NOGUEIRA	5. ***.***-2	45	AUSENTE
149	VANDERLEIA PRESTES DA SILVA INONE	6. ***.***-2	45	AUSENTE

AFRODESCENDENTE

CLASS	NOME	R.G	NOTA – TITULOS	NASCIMENTO
17	FERNANDA CARDOSO MALCHER BANDEIRA	14.***.***-5	40	DESISTENTE

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:4E954667

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 091/2026 – PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 091/2026 – PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 006/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **ATENDENTE INFATIL- PSS** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 049/2025– PSS/SMRH.

2.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 049/2025 – PSS/SMRH **“Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função”.

3.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 049/2025 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO III**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório

4.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 049/2025 – PSS/SMRH**.**

5.Os candidatos relacionados no **Anexo IV** que não compareceram para o cumprimento do Edital nº 089/2026 - PSS/SMRH, denominado como **AUSENTES**, estão eliminados do certame.

Almirante Tamandaré, 15 de setembro de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: ATENDENTE INFANTIL I – PSS/SMRH 2025

CLASS	NOME	R.G	NOTA	NASCIMENTO
238	POLYANNA RODRIGUES RIBEIRO	14. ***.***-8	15	17/06/1999
239	CLARICE FERNANDA GODOI DIONIZIO	13. ***.***-6	15	22/07/1999
240	AMANDA APARECIDA FARIAS DE SOUZA	15. ***.***-4	15	25/10/1999
241	THAIS CRISTINA DOS SANTOS DA SILVA	14. ***.***-2	15	18/01/2000

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 049/2025 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP(**ATUALIZADO**);
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público, contida no **Anexo V** preenchida pelo candidato.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III
CARGO:_____

DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____ CPF:_____ PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____Titulo Eleitoral:_____ Zona:_____ Seção:_____
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____ _____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

ANEXO IV
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CARGO: ATENDENTE INFANTIL –PSS/SMRH 2026 – EDITAL 089/2026

CLASS	NOME	R.G	NOTA	CHAMAMENTO
232	ISABELLI LUIZA MICHEL	13. ***.***-8	15	AUSENTE
234	CARLOS EDUARDO LEANDRO DE SIQUEIRA	13. ***.***-2	15	AUSENTE
235	GEOVANA MARIANE DA SILVA NERIS	12. ***.***-0	15	AUSENTE
236	ISABELLE IZOLINA DE OLIVEIRA SANTOS	12. ***.***-0	15	AUSENTE

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:C59BC442

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY, CNPJ: 95.594.800/0001-94, torna pública a Retificação ao Edital do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (Diário Eletrônico) no dia 01 de setembro de 2026 – Edição nº. 3607– Pág. 40; no jornal "O Paraná" no dia 01 de setembro de 2026 – Edição nº. 14.931 – Pág. Editais 15 e no Diário Oficial Paraná no dia 01 de setembro de 2026 – Edição nº. 12208– Pág. 75.

I – APÊNDICE D DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ONDE LE-SE:

03	Responsabilização subsidiária do Município por descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada.	Média	Médio	Exigência de comprovação mensal de pagamento de salários, FGTS e INSS dos instrutores alocados no contrato.	Retenção cautelar do pagamento da nota fiscal mensal até a regularização das pendências trabalhistas pela contratada.	Fiscal Geral / Gestor

LEIA-SE:

03	Responsabilização subsidiária do Município por descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada.	Média	Médio	Exigência de manutenção da regularidade fiscal e trabalhista ordinária da contratada (CNDT, CRF e certidões ngativas fazendárias).	Retenção cautelar do pagamento da nota fiscal mensal até a regularização das pendências trabalhistas pela contratada.	Fiscal Geral / Gestor

DATA E HORA PARA INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/09/2026 às 09h.
DATA E HORA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 30/09/2026 às 08h.
DATA DA DISPUTA: 30/09/2026 09h.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: às 09h.

VI – Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Edital. Para mais informações, entrar em contato pelo telefone: (45) 3249-1149

Anahy/PR, 15 de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSE BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:711A3C36

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 7.557/2026

Designa servidores em observância ao princípio da segregação de funções com base na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, do Município de Anahy-Pr.

O Prefeito do Município de Anahy, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Anahy,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, se encontra em vigor e que sua aplicabilidade está em plena utilização no município de Anahy,

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa no 001/2023 da Secretaria de Coordenação Geral do Município de Anahy, que Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública de Anahy-PR.

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento quanto a responsabilidade atribuída ao agente de contratação, bem como a comissão de contratação e ainda a imprescindibilidade de detalhamento quanto às atribuições dos mesmos;

CONSIDERANDO a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado como Gestor Municipal de Contratos, o seguinte Servidore:

Nome	Cargo	Matrícula	Responsável pelos Contratos:
Marlon Raffael Pinto	Diretor do Departamento de Administração	12085/1	Contratos Gerais / Vários Departamentos
Jaqueline Ribeiro do Amaral	Assistente Administrativo	11886/2	Contratos Gerais / Vários Departamentos

Parágrafo único. Os Gestores de Contratos deverão realizar as atividades conforme dispõe o Art. 8 da Instrução Normativa no 001/2023 da Secretaria de Coordenação Geral do Município de Anahy.

Art. 2º. Ficam designados como Fiscais Municipais de Contratos, os seguintes Servidores:

Nome	Cargo	Matrícula	Responsável pelos Contratos:
Claudinei da Silva Correia	Diretor do Departamento de Planejamento	10723-5	Departamento Mun. de Administração
Silvia Adriana Possa	Assistente Administrativo	8567/3	Departamento Mun. de Administração
Vanessa de Freitas Jacomel	Auxiliar Administrativo	8699/3	Departamento Mun. de Administração
Luciano Theodoro Ribeiro	Diretor do Departamento Obras e Urbanismo	11878/4	Departamento Obras e Urbanismo
Sabrina Skoteki Sarzi	Diretora do Departamento de Esportes, Recreação e Lazer	10944/3	Departamento Mun. de Esporte
Edevaldo dos Santos	Diretor do Departamento de Cultura	11991-8	Departamento Mun. de Cultura
Elias dos Santos	motorista	6262-2	Departamento Mun. de Educação
Franciele Gattini Colis	Professora/Diretora	10219-1	Departamento Mun. de Educação
Gislaine Batista De Souza Buhler	Professor/Diretora	9768-1	Departamento Mun. de Educação
Joyce Caroline Bertolino Rotta	Nutricionista	9849/1	Departamento Mun. de Educação
Roseli Aparecida Simões Miranda	Professora/Diretora de Departamento de Educação	5096/2	Departamento Mun. de Educação
Sidineia Lopes Camargo	Professora	8850-1	Departamento Mun. de Educação
Simone Schinato de Souza	Professor/Diretora	8052-1	Departamento Mun. de Educação
Adeusa Nazareth de Lima Ferreira	Agente Educacional	5070-1	Departamento Mun. de Ação Social
Gleiciani Pedroso de Amorin Orlando	Diretora do Departamento de Ação Social	12087/1	Departamento Mun. de Ação Social
Jeniffer Karoline dos Santos Vidal Bueno	Auxiliar Administrativo	12010/1	Departamento Mun. de Ação Social
Márcia Bueno de Assis Oliveira	Conselheira Tutelar	11452/2	Departamento Mun. de Ação Social
Silvia Leodato da Silva Carvalho	Assistente Administrativo	11924-4	Departamento Mun. de Ação Social
Ana Rita Wagner	Odontólogo	5169-1	Departamento Mun. de Saúde
Andreia Meurer	Nutricionista	9857/1	Departamento Mun. de Saúde
Deise Tambara Minosso da Silva	Psicóloga	9342-1	Departamento Mun. de Saúde
Francieli de Almeida Hansen	Recepcionista	4685-1	Departamento Mun. de Saúde
Marcos dos Santos Nascimento	Motorista	10189-3	Departamento Mun. de Saúde
Rosimar Bregonde Mendonça	Enfermeira	8176-1	Departamento Mun. de Saúde
Vilma Mittman Leão	Assessora Especial de Programas de Saúde	5207/6	Departamento Mun. de Saúde
Walisson Henrique Finetti	Farmacêutico	1166-2	Departamento Mun. de Saúde
Ronaldo Aparecido de Freitas	Dir. Dep. Agricultura; Abast., Meio Amb. e Rec. Hídricos.	10383/3	Departamento Mun. de Agricultura
Angélica Pedroso Bloinski Visnieski	Engenheira Civil	12021-1	Departamento Mun. de Obras e Urbanismo
Cássia Camila dos Santos Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	8117-1	Departamento Mun. de Obras e Urbanismo e Rodoviário
Willian Junior de Lima	motorista	12039-1	Departamento Mun. de Obras e Urbanismo

Parágrafo único. Os Fiscais de Contratos deverão realizar as atividades conforme dispõe o Art. 8 da Instrução Normativa no 001/2023 da Secretaria de Coordenação Geral do Município de Anahy.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 7.441/2026, de 25 de junho de 2026.

Vigência

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANAHY/PR, 15 de setembro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:5BB38FBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
EDITAL Nº. 01/2026

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA (MANDATO 2026-2028).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024, e

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 105 de 15 de junho de 2005 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 11 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o Processo de escolha dos representantes de Organizações da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (mandato 2026-2028).

Art. 2º - Formar Comissão Eleitoral para coordenar o processo de escolha dos representantes de Organizações da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (mandato 2026-2028).

Art. 3º - A Comissão será composta pelos seguintes conselheiros representantes da Sociedade Civil:

- Valdete Aparecida Bento Cavalheiro Bonacin (APAE)
- Lídia Maria Garcia (Rotary Clube)
- Talita Dayane da Cruz (APMF Centro Municipal de Educação Infantil Profª Elza Christiane Cervi

Parágrafo Único. Esta Comissão tem a função de coordenar o processo de escolha dos representantes de Organizações da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – CMDCA (mandato 2026-2028).

Art. 4º - A Comissão Eleitoral fará a divulgação do período da inscrição, para que as organizações da Sociedade Civil tenham conhecimento e as informações necessárias para participação deste processo.

Art. 5º - Poderão habilitar-se a esse processo: cinco representantes de organizações da Sociedade Civil no âmbito municipal, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, eleitas na forma da Lei Municipal nº 3.851 de 27 de agosto de 2024 e Regimento Interno do CMDCA.

Art. 6º - O processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente – CMDCA (mandato 2026-2028), acontecerá conforme cronograma:

Data	Denominação da Atividade
15/09/2026 a 25/09/2026	Período de inscrição (habilitação) das organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do CMDCA (mandato 2026-2028) perante a Comissão Eleitoral na Secretaria Executiva do CMDCA na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190 – Jardim Vésper (Prefeitura) no horário das 08h às 11h30m e das 13h30m às 16h30, em dias úteis, através do preenchimento/protocolo da ficha de inscrição (anexo I); Declaração (anexo II); entrega dos documentos, conforme art. 7º deste Edital.
28/09/2026 a 30/09/2026	Análise da Comissão Eleitoral dos documentos protocolados
Até 02/10/2026	Divulgação do resultado provisório da Habilitação das organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do CMDCA (mandato 2026-2028), através de Edital do CMDCA.
05/10/2026 e 06/10/2026	Prazo para recurso, o qual deverá ser protocolado por escrito à Comissão Eleitoral na Secretaria Executiva do CMDCA na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, nº 190 – Jardim Vésper (Prefeitura), no horário das 08h às 11h30m e das 13h30m às 16h30
07/10/2026 e 08/10/2026	Análise pela Comissão Eleitoral do recurso, se houver.
09/10/2026	Assembleia própria Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante (Prefeitura) – Rua Mauro Cardoso de Oliveira nº 190 – Jardim Vésper. Horário: 14h30
13/10/2026	Divulgação/Homologação do resultado final das entidades eleitas enquanto representantes da sociedade civil para compor o mandato 2026-2028 CMDCA, através de Edital do CMDCA.
23/10/2026	Reunião do CMDCA/Posse dos Conselheiros e Eleição do Presidente e Vice-presidente. Local: Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante (Prefeitura) – Rua Mauro Cardoso de Oliveira nº 190 – Jardim Vésper. Horário: 14h30

Art. 7º - No ato da inscrição as entidades da sociedade civil deverão apresentar:

a) Formulário de inscrição preenchido (anexo I deste Edital);
b) Cópia do CNPJ;
c) Estatuto da entidade onde constam as finalidades da mesma;
d) Cópia da ata de fundação da entidade registrada em cartório;
e) Ata da última reunião;
f) Declaração comprovando suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, conforme anexo II deste Edital.

Art. 8º - Todas as entidades habilitadas deverão participar da Assembleia própria que ocorrerá no dia 09/10/2026.

Art. 9º -. Deverão votar e ser votadas as Organizações da Sociedade Civil habilitadas neste processo para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mandato 2026-2028.

Art. 10 - Serão eleitas as entidades que terão maior número de votos, através de cédula, a partir das considerações da Comissão Eleitoral, no qual será lavrado ata das entidades eleitas.

Parágrafo único. As cédulas serão rubricadas pelos membros da Comissão eleitoral.

Art. 11 - Caso haja empate na votação, será considerado como critério de desempate, a entidade da sociedade civil com mais tempo de atuação, conforme data estabelecida na ata de fundação registrada em cartório e ou outro documento apresentado que consta a informação solicitada.

Art. 12 - Poderá participar da Assembleia própria qualquer pessoa da comunidade interessada na condição de ouvinte.

Art. 13 - Será publicado o resultado final das Organizações da sociedade civil eleitas para compor o mandato 2026-2028 CMDCA, através de Edital do CMDCA, no Diário Oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal de Andirá, conforme cronograma estabelecido neste Edital.

Art. 14 - Caso as vagas estabelecidas para as Organizações da sociedade civil não sejam contempladas dentro do prazo estabelecido neste Edital, poderá a Comissão Eleitoral abrir novos prazos, procedendo via Edital.

Art. 15 - Os representantes das Organizações da sociedade civil indicados pelas entidades eleitas na Assembleia de escolha, terão sua Posse em reunião ordinária do CMDCA no dia 23/10/2026, bem como, Eleição para Presidente e Vice-presidente.

Art. 16 - O mandato dos membros (titulares e suplentes) do CMDCA será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução, no caso dos conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada.

Art. 17 - A eventual substituição dos representantes das entidades que compõe o CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do Órgão.

Art. 18 - A competência da Comissão Organizadora do processo eleitoral cessará a partir da Posse.

Art. 19 - Os Conselheiros indicados como representantes das Organizações da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (mandato 2026-2028), terão as responsabilidades estabelecidas na Lei Municipal nº 3. 851 de 27 de agosto de 2024, bem como, no Regimento Interno do referido Conselho.

Art. 20 - Casos não previstos neste Edital, serão definidos pelo Comissão Eleitoral.

Art. 21 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá, 15 de setembro de 2026.

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Número da Inscrição (será preenchido no ato da entrega da documentação)	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
E-mail	
Contato telefônico	
Nome do responsável pela entidade	
Nome do Conselheiro Titular, CPF, RG, e-mail, contato telefônico	
Nome do Conselheiro Suplente, CPF, RG, e-mail, contato telefônico	
Representantes de organizações da Sociedade Civil no âmbito municipal, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano	**Descreva brevemente as atividades desenvolvidas:**

Andirá, ___/___/___

_____
Nome e assinatura do responsável pela entidade
CPF

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Declaro, que a entidade _____
está em regular funcionamento no município e exerce as atividades_____
há _____ anos.

Andirá, _____de _____ de 2026.

_____
Nome/assinatura do responsável

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:770C287A

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SÉTIMO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 223/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 066/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 216 – SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES
Conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação**, LINE BRASIL IND. COM. E DIST. PARA PRODUTOS DE SAÚDE LTDA**, já devidamente classificada em **SÉTIMO lugar** no **LOTE 216**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 18/09/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.
A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
216	SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.	MEDIX	CAIXA	290	32,13	9.317,70

Caso não aceite será convocado(a) o(a) oitavo(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Andirá/PR, 15 de setembro de 2026

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos
Ana Gabriely/Vanessa

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:4806B6F4

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEXTO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 223/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 066/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 216 – SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.

Conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação**, MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI-ME**, já devidamente classificada em **SEXTO lugar** no **LOTE 216**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 18/09/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.
A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
216	SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.	MEDIX	CAIXA	290	31,44	9.117,60

Caso não aceite será convocado(a) o(a) sétimo(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Andirá/PR, 15 de setembro de 2026

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos
Ana Gabriely/Vanessa

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:24D1968B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 312/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE R$ 997.074,79

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Estado do Paraná

Exercício: 2026
Decreto nº 312/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 79/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 997.074,79 (novecentos e noventa e sete mil e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de saude	
07.001.10.301.0030.2.015.		Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária	
293 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
296 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
300 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	647.074,79
Total Suplementação:			**997.074,79**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
05.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Planejamento	
05.002.04.122.0003.1.011.		Ampliação e/ou reforma da sede da prefeitura	
100 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	27.090,00
05.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
05.003.15.451.0007.2.035.		Planejamento e Execução de Obras Públicas	
142 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	203.937,79
05.004.00.000.0000.0.000.		Divisão de Transportes	
05.004.15.451.0037.1.010.		Pavimentação de Ruas	
173 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
06.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do secretario de Educação	
06.001.12.122.0003.2.017.		Manut. gab. secret. educação	
177 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	100.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
06.003.27.811.0034.2.021.		Desenvolvimento das atividades esportivas	
279 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00
280 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
281 - 3.3.90.31.00.00	01000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	70.000,00
282 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
284 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TRABALHO	
09.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Industria e Co	
09.001.04.122.0003.2.004.		Manut. gab. sec. ind. e comercio	
351 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
352 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001.00.000.0000.0.000.		Divisão de Assistencia Social	
10.001.04.122.0005.2.311.		Manutenção da Casa de Pasagem	
363 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
10.001.08.122.0005.2.050.		Gab. da sec. assist. social	
367 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	18.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Comunicação	
11.001.04.131.0003.2.065.		Manutenção do gab. Secretario de Comunicação	
410 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	24.000,00
411 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
414 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMONIO HISTORICO	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Cultura	
12.002.13.122.0003.2.022.		Preservação trad. e desenv. da cultura	
425 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
432 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
13.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Governo e Planejamento	
13.001.00.000.0000.0.000.		COORDENADORIA DE CONVENIOS, PROJETOS, PLANEJAMENTO E GESTAO	
13.001.04.122.0002.2.316.		Supervisão, Elaboração,Planejamento e controle da Execução Orçamentária	
438 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	9.000,00
439 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
441 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
442 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Agricultura	
14.001.00.000.0000.0.000.		Execução geral da Secretaria de Agricultura	
14.001.18.541.0052.2.181.		Manutenção do gabinete do Secretario de Agricultura	
457 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	64.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria da Pesca	
15.001.00.000.0000.0.000.		Diretoria de Pesca	
15.001.18.541.0052.2.318.		Manutenção do Gabinete do Secretario da Pesca e do Desenvolvimento pesqueiro Municipal	
468 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	9.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		Secretaia de segurança e Cidadania	
16.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE SEGURANÇA	
16.001.06.182.0037.2.320.		Manutenção do gabinete do secretario da Segurança Publica	

478 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.030,00
17.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assuntos Fundiarios e Habitação	
17.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
17.001.14.482.0240.2.321.		Manutenção do gabinete do Secretario de Assuntos Fundiários	
485 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.060,00
18.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria Especial da Mulher	
18.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO	
18.001.14.422.0003.2.319.		Manutenção do Gabinete do Secretario da Secretaria da Mulher	
492 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
21.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria municipal de Assuntos portuarios	
21.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Assuntos Portuaários	
21.001.23.784.0003.2.324.		Manutenção do Gabinete do Secretario de Assuntos Portuários	
516 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	9.957,00
Total Redução:			**997.074,79**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Antonina , Estado do Par em 01 de setembro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

RAFAEL NEVES ALVES
Secretário de Finanças

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:099899B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, (09/09/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 034/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **59.031.654 MARIA MARTE SCHITICOSKI**, inscrita no CNPJ sob nº. **59.031.654/0001-25**, com endereço na Rua Colméia, nº 237, bairro Jardim Alvorada, CEP: 87.308-310, na cidade de Campo Mourão/PR, Telefone (44) 99988-5761, endereço eletrônico e-mail martebrinquedos@outlook.com, neste ato representado pela Sra. MARIA MARTE SCHITICOSKI, inscrito no CPF sob nº 026.219.269-16 e portadora do RG nº 4934480-5, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **aquisição de materiais pedagógicos destinados às Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 34/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 034/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.

Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

59.031.654 MARIA MARTE SCHITICOSKI
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 135/2026

Signatário da Ata: Empresa **59.031.654 MARIA MARTE SCHITICOSKI**, inscrita no CNPJ sob nº. **59.031.654/0001-25.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
20	1	BRINQUEDO EDUCATIVO MEMÓRIA – SÍLABAS INICIAIS E FIGURAS - Jogo educativo confeccionado em MDF, composto por 20 pares (40 peças) medindo aproximadamente 5 cm x 5 cm cada. Acondicionado em caixa de madeira com dimensões aproximadas de 12,5 cm x 12,5 cm x 5 cm, lacrada com película de PVC encolhível. Indicado para uso pedagógico e recreativo.	ZM	UN.	50	20,33	1.016,50
31	1	BRINQUEDO CAIXA TÁTIL - Caixa tátil confeccionada em madeira/MDF, na cor vermelha, medindo aproximadamente 24 cm x 24 cm x 12 cm, contendo 12 formas geométricas. Possui duas aberturas laterais para acesso às peças, destinada ao desenvolvimento da percepção e coordenação tátil em atividades pedagógicas.	ZM	UN.	5	46,66	233,30
42	1	MAPA MUNDI - Impresso em papel com acabamento cetim, medindo aproximadamente 120 x 90 cm, com impressão colorida (multicor) de alta qualidade. Apresenta a divisão política dos países e suas capitais, principais portos e aeroportos, ilhas, golfos, mares e oceanos, fusos horários, índice dos países com suas respectivas bandeiras e a moeda corrente de cada país.	BIA	UN.	20	22,22	444,40
43	1	MAPA DO BRASIL - Contendo informações políticas, rodoviárias e estatísticas, com tamanho aproximado de 120 cm x 90 cm (aberto), edição atualizada, apresentando estados, capitais, principais cidades, rodovias e limites territoriais. Alta qualidade de impressão, escala aprox:. 1:50.000.000	BIA	UN.	20	24,33	486,60
44	1	MAPA DO PARANÁ - Mapa impresso em papel 120 g, com superfície frontal levemente plastificada, proporcionando maior durabilidade e fácil manuseio. Produto totalmente legível, indicado para uso educacional, consultas geográficas e estudos, medida aproximada de 120cmx90cm aberto.	BIA	UN.	28	22,12	619,36
VALOR TOTAL: R$ 2.800,16 (dois mil, oitocentos reais e dezesseis centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:7B479355

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, (09/09/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 034/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Assistência Social**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. **01.763.210/0001-02**, com endereço na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 703, bairro Vila Jardim América, CEP: 94.920-190, na cidade de

Cachoeirinha/RS, Telefone (51) 3438-1352 / 3470-1109, endereço eletrônico e-mail financeiro@rejanerep.com.br, neste ato representado pela Sra. MARIA REJANE DE FRAGA GOMES, inscrito no CPF sob nº 415.871.030-87 e portadora do RG nº 4025964571, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **aquisição de materiais pedagógicos destinados às Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 34/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria

quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 034/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 034/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS EIRELI
Signatário da Ata de Registro de Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 137/2026

Signatário da Ata: Empresa **REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. **01.763.210/0001-02.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	
7	1	DOMINÓ GIGANTE - Dominó gigante em madeira, composto por 28 peças medindo aproximadamente 16 cm x 8 cm x 2 cm cada, acondicionado em caixa de cerca de 27 cm x 27 cm x 16 cm, com peso aproximado de 3 kg, indicado para uso pedagógico e recreativo.	SC	UN.	22	84,49	1.858,78	
13	1	TORRE INTELIGENTE - Jogo educativo confeccionado em madeira e MDF, composto por 18 placas em MDF medindo aproximadamente 7,5 cm x 7,5 cm e 45 cilindros de madeira com cerca de 3,5 cm de altura, totalizando 63 peças, acondicionado em caixa de madeira medindo aproximadamente 20 cm x 20 cm x 8 cm, lacrada com película de PVC encolhível, indicado para atividades pedagógicas e recreativas.	SC	UN.	26	44,99	1.169,74	
28	1	FANTOCHES – ANIMAIS DOMÉSTICOS - Conjunto de fantoches de animais domésticos, composto por 7 personagens (cachorro, pato, ovelha, coelho, cavalo, galo e vaca), medindo aproximadamente 25 cm de altura cada. Acondicionado em mochila plástica. Indicado para atividades pedagógicas de dramatização e desenvolvimento da linguagem oral.	IMAGINE	UN.	57	99,99	5.699,43	
29	1	FANTOCHES – FAMÍLIA NEGRA - Conjunto de fantoches de família, composto por 7 personagens (avô, avó, pai, mãe, filho, filha e bebê), com aproximadamente 25 cm de altura e boca móvel. Acondicionado em mochila plástica. Indicado para crianças a partir de 5 anos, destinado ao desenvolvimento pedagógico, linguagem e socialização.	IMAGINE	UN.	57	89,99	5.129,43	
VALOR TOTAL: R$ 13.857,38 (treze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos)								

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:359A56C3

GABINETE
DECRETO N° 182/2026

DECRETO N° 182/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificada:

Órgão:	09.000	-	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária:	09.002	-	Gabinete do Secretário		
09.002.04.122.0002.2093		-	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMAMA		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.30.00.00		-	Material de Consumo	R$	45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**45.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**45.000,00**

Órgão:	13.000	-	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Unidade Orçamentária:	13.005	-	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		
13.005.08 422 0015.2144		-	Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**10.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**10.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	09.000	-	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária:	09.002	-	Gabinete do Secretário		
09.002.20.605.0014.2106		-	Horto Municipal		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	45.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**45.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**45.000,00**

Órgão:	13.000	-	Secretaria Municipal de Assistência Social		
Unidade Orçamentária:	13.002	-	Fundo Municipal de Assistência Social		
13.002. 08 244 0015.2136		-	Manutenção de Serviços Socioassistenciais do Fundo da Assistência Social		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (Livres) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	10.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**10.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**10.000,00**

Art. 4º.A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2093, 2106, 2136 e 2144, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras			
2093	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMAMA		2.397.655,00	2.312.734,00	2.461.323,00	2.627.374,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
20	FUNÇÃO: Agricultura	Horto Mantido/ Unidade	Metas Físicas			
605	SUBFUNÇÃO: Abastecimento		1	1	1	1
0014	PROGRAMA: - Programa de Apoio à Agricultura		Metas Financeiras			
2106	ATIVIDADE: Horto Municipal		411.507,28	360.000,00	300.000,00	360.000,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Suporte Administrativo - Gerencial / Meses	Metas Físicas			
244	SUBFUNÇÃO: Assistência Comunitária		12	12	12	12
0015	PROGRAMA: - Programa de Ação Social		Metas Financeiras			
2136	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços		483.494,17	372.649,00	389.475,00	407.148,00

	Socioassistenciais do Fundo da Assistência Social					

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Serviços Socioassistenciais/ Meses	Metas Físicas			
422	SUBFUNÇÃO: Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		12	12	12	12
0015	PROGRAMA: Programa de Ação Social		Metas Financeiras			
2144	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		121.500,00	1.575,00	1.653,00	1.735,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 2093, 2106, 2136 e 2144, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
04	FUNÇÃO: Administração	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras
2093	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMAMA		2.397.655,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
20	FUNÇÃO: Agricultura	Horto Mantido/ Unidade	Metas Físicas
605	SUBFUNÇÃO: Abastecimento		1
0014	PROGRAMA: - Programa de Apoio à Agricultura		Metas Financeiras
2106	ATIVIDADE: Horto Municipal		411.507,28

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Suporte Administrativo - Gerencial / Meses	Metas Físicas
244	SUBFUNÇÃO: Assistência Comunitária		12
0015	PROGRAMA: - Programa de Ação Social		Metas Financeiras
2136	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços Socioassistenciais do Fundo Da Assistência Social		483.494,17

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
08	FUNÇÃO: Assistência Social	Serviços Socioassistenciais/ Meses	Metas Físicas
422	SUBFUNÇÃO: Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		12
0015	PROGRAMA: Programa de Ação Social		Metas Financeiras
2144	ATIVIDADE: Manutenção de Serviços e Projetos Socioassistenciais Voltados aos Direitos da Mulher		121.500,00

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 15 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:85501AA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo administrativo Nrº:	136/ 2026
b) Objeto Homologado:	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042/2025, ORIUNDA DO PREGÃO SRP N° 004/2025, GERENCIADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - CIMBAJE, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO MINIVAN (11 LUGARES), 0 KM, COM RECURSOS PROVENIENTES DA RESOLUÇÃO SESA Nº 516/2024

FORNECEDOR	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
ULTRA VEICULOS ESPECIAIS LTDA	**33.441.004/0001-64**	**R$ 221.000,00**

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	VEÍCULO MINIVAN (11 LUGARES) – CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERENCIA	CITROËN JUMPY	UNID	1	221.000,00	221.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 221.000,00 (DUZENTOS E VINTE E UM MIL REAIS)

Barbosa Ferraz, 15 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:FD886BAB

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Concorrência 2/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL CONFORME ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 972407, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
EDSON PAULO MANUTENÇÃO ELETRICA	**36.832.682/0001-46**	**R$ 386.000,00**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL CONFORME ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 972407	Obra	UNID	1	386.000,00	386.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 386.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

Barbosa Ferraz, 15 de Setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:29C2D650

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 027/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 027/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PICOLÉS E SORVETES, BEM COMO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO PREPARO E À DISTRIBUIÇÃO DE PIPOCA E ALGODÃO-DOCE, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITORES, MANUTENÇÃO, DESMONTAGEM E RETIRADA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS CLASSIFICADAS	CNPJ	MARCA	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Picolé de frutas, elaborado à base de polpa de frutas naturais ou suco concentrado, disponível em sabores variados, tais como morango, abacaxi, manga, uva, maracujá, limão, entre outros. Produto com textura refrescante, sabor característico da fruta, podendo conter polpa integral, com coloração natural ou levemente adicionada conforme padrão do fabricante. Apresentado em unidade individual, com palito de madeira, pesando aproximadamente 55 g a 60 g por unidade, acondicionado em embalagem individual, confeccionada em material ecológico, biodegradável ou reciclável, devidamente resistente à umidade e ao congelamento, garantindo a integridade do produto. A embalagem deve conter identificação do fabricante, data de fabricação e validade, informações nutricionais e número de lote. Deve ser armazenado e transportado sob congelamento adequado, conforme normas sanitárias vigentes.	GMR DISTRIBUIDORA LTDA	63.286.962/0001-79	Cia Do Sorvete	15000	R$ 1,09	R$ 16.350,00
2	Picolé cremoso, elaborado à base de leite e/ou derivados lácteos, com textura homogênea, macia e consistente, disponível em sabores variados, tais como creme (baunilha), chocolate, morango, coco, leite condensado, entre outros. Produto com sabor característico, equilíbrio entre doçura e cremosidade, podendo conter aromatização conforme padrão do	GMR DISTRIBUIDORA LTDA	63.286.962/0001-79	Cia Do Sorvete	10000	R$ 1,09	R$ 10.900,00

	fabricante. Apresentado em unidade individual, com palito de madeira, pesando aproximadamente 50 g a 60g por unidade, podendo variar conforme fabricante. Acondicionado em embalagem adequada, resistente ao congelamento, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, data de fabricação e validade, informações nutricionais e número de lote. Deve ser armazenado e transportado sob congelamento apropriado, conforme normas sanitárias vigentes.						
3	Sorvete tipo “Moreninha”, apresentado em casquinha (cone), composto por massa cremosa em sabores variados, tais como coco, morango, creme, abacaxi, maracujá, entre outros, com cobertura externa de chocolate ao leite ou meio amargo, formando uma casquinha crocante. Produto elaborado com ingredientes selecionados, garantindo textura macia no interior e contraste com a crocância da cobertura. Peso líquido unitário de 65 gramas. Unidade individual, acondicionada em embalagem adequada, devidamente lacrada, protegendo a casquinha contra umidade e quebras, contendo identificação do fabricante, data de fabricação e validade, informações nutricionais e número de lote. Deve ser armazenado e transportado sob congelamento adequado, conforme normas sanitárias vigentes.	KISCHNER SORVETES LTDA	58.534.271/0001-07	FRUTALIA	5000	R$ 4,30	R$ 21.500,00
4	Fornecimento de sorvetinho, pronto para consumo, sabores como morango, iogurte, uva, abacaxi, coco, entre outros, produzido à base leite, apresentando coloração característica de cada sabor, textura adequada e sabor agradável. Produto acondicionado individualmente em embalagem plástica atóxica, resistente e devidamente lacrada, contendo identificação de lote, data de fabricação e prazo de validade. Deve ser armazenado e transportado sob condições adequadas de congelamento, garantindo a conservação e qualidade do produto. Peso unitário entre 55 g a 60 g. Produto em conformidade com as normas sanitárias vigentes, livre de impurezas e com padrão uniforme de qualidade.	KISCHNER SORVETES LTDA	58.534.271/0001-07	FRUTALIA	5000	R$ 1,25	R$ 6.250,00
5	Locação de Cama elástica de uso profissional, com estrutura tubular em aço galvanizado de alta resistência à corrosão e excelente durabilidade, projetada para uso contínuo em ambientes recreativos. Sistema de salto composto por lona em material sintético emborrachado de alta performance, com elevada resistência à tração, ao desgaste e às intempéries, garantindo maior vida útil e segurança durante a utilização. Capacidade mínima de carga de 100 kg, com sistema de amortecimento por molas de aço temperado, distribuídas uniformemente e totalmente protegidas por lona de cobertura acolchoada, evitando o contato direto do usuário com as molas. Possui rede de proteção lateral em malha de alta resistência, com abertura máxima de malha igual ou inferior a 7 cm, fixada em hastes verticais reforçadas, dotadas de revestimento em espuma de alta densidade, proporcionando proteção contra impactos. Sistema de fechamento com zíper e/ou travas de segurança. Diâmetro mínimo de 3,00 metros, com altura compatível para uso seguro. Acompanha escada de acesso metálica, com degraus antiderrapantes, de fácil instalação e adequada ao equipamento. Produto com certificação do INMETRO, atendendo integralmente às normas brasileiras de segurança aplicáveis. Acabamento de qualidade, com componentes resistentes, garantindo estabilidade, segurança e desempenho. Indicado para uso recreativo profissional, podendo ser de marca reconhecida no mercado ou equivalente/superior. Instalação, e retirada do equipamento serão de inteira responsabilidade da contratada, bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	15	R$ 210,00	R$ 3.150,00
6	Locação de Castelo pula-pula inflável de uso profissional, confeccionado em lona vinílica KP1000 ou material equivalente/superior, reconhecido por sua elevada resistência mecânica, durabilidade e excelente desempenho em uso contínuo. Estrutura com acabamento 100% costurado e reforçado, garantindo maior vedação, resistência ao rasgo e segurança operacional. Equipamento com design multicolorido, atrativo ao público infantil, proporcionando ambiente lúdico, confortável e seguro. Superfície interna macia, com paredes laterais elevadas e reforçadas, contribuindo para a contenção e proteção dos usuários durante a utilização. Capacidade máxima de carga de até 70 kg, suportando simultaneamente até 03 (três) crianças, com faixa etária recomendada de até 05 anos. Produto desenvolvido com foco em estabilidade e segurança, com pontos de ancoragem para fixação ao solo e distribuição uniforme da pressão de ar. Fabricado com material 100% nacional, devendo atender às normas técnicas e de segurança vigentes. Indicado para uso recreativo em ambientes internos e externos, podendo ser de marca reconhecida no mercado ou equivalente/superior. Instalação, e retirada do equipamento serão de inteira responsabilidade da contratada.bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	3	R$ 200,00	R$ 600,00
7	Locação de Pula-pula inflável modelo “Aventura”, de uso recreativo infantil, com dimensões aproximadas de 3,40 m (comprimento) x 4,00 m (largura) x 2,50 m (altura) e peso médio de 50 kg, proporcionando amplo espaço interno para atividades lúdicas com segurança. Equipamento confeccionado em lona de PVC flexível ou material equivalente/superior, de alta resistência,	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	5	R$ 240,00	R$ 1.200,00

	com costuras reforçadas, garantindo durabilidade e desempenho adequado para uso contínuo. Estrutura inflável com design atrativo, cores variadas e superfícies internas macias, com laterais elevadas para maior proteção dos usuários. Capacidade para até 03 (três) usuários simultâneos, com faixa etária recomendada de até 05 anos, respeitando o limite de peso e segurança do equipamento. A locação deverá incluir montagem, instalação, desmontagem e retirada, bem como todos os acessórios necessários ao funcionamento, incluindo motor soprador compatível, em perfeitas condições de uso. O equipamento deverá possuir pontos de ancoragem para fixação segura ao solo e ser instalado em local adequado. Deverá atender às normas de segurança vigentes, garantindo condições de higiene, conservação e pleno funcionamento. Serviço indicado para eventos recreativos, podendo ser prestado por empresa especializada ou equivalente, assegurando qualidade e segurança, bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.						
8	Locação de Tobogã inflável de uso profissional com piscina de bolinhas, confeccionado em lona vinílica KP1000, material de alta resistência e durabilidade, indicado para uso contínuo em ambientes recreativos. Produto com acabamento 100% costurado, garantindo maior resistência estrutural e segurança durante a utilização. Equipamento inflável por meio de motor/soprador de ar de alta potência, mantendo a estrutura sempre firme e estável durante o uso. Possui área de deslizamento integrada à piscina de bolinhas, proporcionando diversão com segurança. Dimensões mínimas: 5,00 m (comprimento) x 2,50 m (largura) x 3,00 m (altura). Estrutura reforçada, com pontos de ancoragem para fixação ao solo, laterais elevadas de proteção e acesso facilitado. Indicado para uso recreativo profissional. A montagem, instalação, desmontagem e retirada do equipamento são de inteira responsabilidade da contratada.bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	5	R$ 400,00	R$ 2.000,00
9	Locação de Touro mecânico de uso profissional, indicado para eventos e atividades recreativas, com duas opções de mecanismo e acionamento por sistema trifásico (220V ou 380V). Equipamento com controle de operação por chave manual, permitindo ajuste de alta e baixa rotação, bem como controle do sentido de giro, proporcionando diferentes níveis de dificuldade e segurança ao usuário. Acompanha colchão inflável de proteção, com dimensões mínimas de 4,20 m (comprimento) x 4,20 m (largura) x 0,90 m (altura), confeccionado em lona vinílica KP1000, material de alta resistência e durabilidade, indicado para absorção de impactos. Incluso 01 motores de 1 CV destinado ao enchimento e manutenção do colchão inflável, garantindo estabilidade durante o uso. Equipamento robusto, com estrutura reforçada, projetado para uso contínuo em ambiente profissional, oferecendo segurança e desempenho. A montagem, instalação, operação, desmontagem e retirada do equipamento são de inteira responsabilidade da contratada.bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	3	R$ 700,00	R$ 2.100,00
10	Locação de Tobogã inflável de uso profissional, indicado para atividades recreativas, com estrutura reforçada e inflado por motor/soprador de ar de alta potência, garantindo funcionamento contínuo e estabilidade durante o uso, confeccionado com materiais de alta resistência e durabilidade, apropriado para uso frequente; com dimensões mínimas de 5,00 metros de comprimento x 4,00 metros de altura, proporcionando ampla área de deslizamento; com capacidade mínima suportada de 300 kg, permitindo utilização segura dentro dos limites recomendados; indicado para crianças de até 12 anos, possuindo laterais elevadas de proteção, acesso seguro e área de descida adequada; produto com certificação do INMETRO, atendendo às normas brasileiras de segurança; com possibilidade de personalização em tema infantil, conforme necessidade do contratante, sem prejuízo das características técnicas e de segurança; a montagem, instalação, desmontagem e retirada do equipamento são de inteira responsabilidade da contratada.bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	5	R$ 310,00	R$ 1.550,00
11	Locação de Tobogã inflável modelo celeiro de uso profissional, indicado para atividades recreativas, com estrutura reforçada e inflado por motor/soprador de ar de alta potência, garantindo funcionamento contínuo e estabilidade durante o uso, confeccionado com materiais de alta resistência e durabilidade, apropriado para uso frequente; com dimensões mínimas de 5,00 metros de comprimento x 5,00 metros de altura, proporcionando ampla área de deslizamento e impacto visual atrativo; com capacidade mínima suportada de 300 kg, permitindo utilização segura dentro dos limites recomendados; indicado para crianças de até 12 anos, possuindo laterais elevadas de proteção, acesso seguro e área de descida adequada; produto com certificação do INMETRO, atendendo às normas brasileiras de segurança; com possibilidade de personalização em tema infantil, especialmente no estilo fazendinha/celeiro, conforme necessidade do contratante, sem prejuízo das características técnicas e	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	5	R$ 460,00	R$ 2.300,00

	de segurança; a montagem, instalação, desmontagem e retirada do equipamento são de inteira responsabilidade da contrata.bem como disponibilização de 01 (um) monitor para acompanhamento, organização e segurança dos usuários durante todo o período de utilização.						
12	Locação de Tobogã inflável com escalada, destinado ao uso recreativo em eventos, escolas, parques e atividades infantis, confeccionado em lona vinílica KP1000 de alta resistência, durabilidade e fácil higienização, apropriado para uso contínuo. Equipamento composto por área de escalada integrada e pista de deslizamento, proporcionando diversão com segurança. Estrutura reforçada com costuras duplas ou superiores, pontos de ancoragem para fixação ao solo, laterais elevadas de proteção, base estável e acesso facilitado. Dimensões mínimas de 6,00 metros de comprimento, 3,00 metros de largura e 4,00 metros de altura. Deve acompanhar motor soprador compatível, kit de reparo e atender às normas básicas de segurança para utilização do público. Incluso 01 monitor responsável pela organização, orientação e acompanhamento dos usuários durante todo o período de funcionamento. Instalação, montagem, desmontagem e desinstalação por conta da contratada.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	5	R$ 310,00	R$ 1.550,00
13	Locação de Pipoqueira Profissional: Máquina de estourar pipoca de uso profissional, equipada com sistema misturador automático, garantindo preparo uniforme e evitando que os grãos queimem, indicada para uso em eventos e atividades recreativas, com estrutura resistente e adequada para operação contínua, proporcionando alto rendimento e qualidade na produção; a pipoca deverá ser fornecida pronta para consumo, podendo ser doce colorida e/ou salgada, conforme solicitação do contratante, acondicionada em embalagens individuais de papel com capacidade de 150 g, garantindo higiene e praticidade na distribuição; o equipamento acompanha carrinho expositor/armazenamento, próprio para acondicionamento da pipoca pronta, facilitando o atendimento e a organização durante o evento; o serviço deverá contar com 02 (dois) monitores/atendentes, responsáveis pelo preparo, acondicionamento e distribuição da pipoca ao público; produto destinado ao atendimento de eventos, com padrão profissional de preparo e distribuição; a montagem, instalação, operação, mão de obra, distribuição, desmontagem e retirada do equipamento são de inteira responsabilidade da contratada.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	6	R$ 330,00	R$ 1.980,00
14	Locação de Máquina de algodão doce de uso profissional, fornecimento de serviço com máquina de algodão doce de uso profissional, indicada para eventos e atividades recreativas, com estrutura resistente e apropriada para operação contínua, garantindo alto rendimento e qualidade na produção, com capacidade média de 3 (três) unidades por minuto, assegurando agilidade no atendimento; o produto deverá ser preparado no local, observando rigorosamente as condições de higiene e segurança alimentar durante todo o processo; distribuição em palitos apropriados, prontos para consumo imediato; o serviço deverá contar com 01 (um) monitor/atendente por máquina, devidamente identificado, responsável pela preparação e distribuição ao público, garantindo organização e eficiência no atendimento; indicado para eventos com grande fluxo de pessoas; todos os custos com montagem, instalação, operação, mão de obra, distribuição, desmontagem e retirada do equipamento são de inteira responsabilidade da contratada.	TESKE E JOHNER LTDA	18.782.405/0001-94	JOHNER	10	R$ 180,00	R$ 1.800,00
VALOR TOTAL							**R$ 73.230,00**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 73.230,00 (setenta e três mil e duzentos e trinta reais).

Boa Vista da Aparecida, em 15/09/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:5F4850A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2025 – PREGÃO ELETRONICO Nº 081/2025.

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2025 – PREGÃO ELETRONICO Nº 081/2025.

Contratante: O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Junior Motter. nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções**.**

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICA GENESIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.163.714/0001-60, com sede na Rua Senador Nereu Ramos, 315, Bairro: Centro, no município de Cafelândia/PR**,** neste ato representado, pelo seu socio administrador ou representante legal Sr.(a)Andrea Grigio Bortolato**.**

OBJETO: Fica alterada a Clausula segunda, prorrogando o prazo de execução da Ata de Registro de Preços nº 311/2025 por **mais 90 (noventa) dias**, passando sua **vigência de 16 de setembro de 2026 a 15 dezembro de 2026**, nos termos do artigo 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme Ofício da Secretaria Municipal, Anuência do Contratado, Relatório do Fiscal e Parecer Jurídico.

Ficam renovados, para o período de vigência prorrogado, os quantitativos constantes do Anexo I deste Termo Aditivo, calculados proporcionalmente ao período de 03 (três) meses, correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos originalmente registrados, incidirá exclusivamente sobre o saldo contratual remanescente da obra, conforme aditivo como segue abaixo:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quant	Preço unitário	Preço total
1	1	45287	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	UND	125,00	26,05	3.256,25
1	2	45288	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR (HANSENÍASE)	UND	5,00	22,92	114,60
1	3	45289	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR TUBERCULOSE (CONTROLE)	UND	5,00	22,92	114,60
1	4	45290	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	UND	5,00	22,92	114,60
1	5	45291	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	UND	25,00	10,42	260,50
1	6	45292	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	UND	12,00	12,50	150,00
1	7	45293	CONTAGEM ESPECÍFICA DE CÉLULAS NO LÍQUOR	UND	8,00	37,51	300,08
1	8	45294	CONTAGEM GLOBAL DE CÉLULAS NO LÍQUOR	UND	7,00	37,51	262,57
1	9	45295	CULTURA DE BACTÉRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO	UND	25,00	33,34	833,50
1	10	45296	CULTURA PARA BAAR	UND	2,00	21,26	42,52
1	11	45297	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	UND	2,00	29,18	58,36
1	12	45298	D-DÍMERO	UND	125,00	83,36	10.420,00
1	13	45299	DENGUE NS1	UND	125,00	103,16	12.895,00
1	14	45300	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	UND	3,00	46,89	140,67
1	15	45301	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	UND	12,00	10,42	125,04
1	16	45302	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	UND	13,00	10,42	135,46
1	17	45303	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO-DUKE	UND	12,00	10,42	125,04
1	18	45304	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	UND	5,00	14,59	72,95
1	19	45305	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	UND	250,00	12,50	3.125,00
1	20	45306	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	UND	250,00	10,42	2.605,00
1	21	45307	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	UND	25,00	18,76	469,00
1	22	45308	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	UND	550,00	16,67	9.168,50
1	23	45309	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	UND	7,00	37,51	262,57
1	24	45310	DOSAGEM DE ÁCIDO LACTATO LÁCTICO	UND	75,00	15,63	1.172,25
1	25	45311	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	UND	12,00	10,42	125,04
1	26	45312	DOSAGEM DE ALDOLASE	UND	3,00	12,50	37,50
1	27	45313	DOSAGEM DE AMILASE	UND	75,00	10,42	781,50
1	28	45314	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA)	UND	3,00	35,43	106,29
1	29	45315	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	UND	75,00	10,42	781,50
1	30	45316	DOSAGEM DE CÁLCIO	UND	12,00	10,42	125,04
1	31	45317	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	UND	13,00	10,42	135,46
1	32	45318	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	UND	8,00	10,42	83,36
1	33	45319	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	UND	12,00	12,50	150,00
1	34	45320	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	UND	12,00	10,42	125,04
1	35	45321	DOSAGEM DE CREATININA	UND	300,00	10,42	3.126,00
1	36	45322	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	UND	100,00	10,42	1.042,00
1	37	45323	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO M	UND	100,00	15,63	1.563,00
1	38	45324	DOSAGEM DE FERRITINA	UND	50,00	28,05	1.402,50
1	39	45325	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	UND	25,00	12,50	312,50
1	40	45326	DOSAGEM DE FOLATO (ÁCIDO FÓLICO)	UND	3,00	28,13	84,39
1	41	45327	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	UND	75,00	10,42	781,50
1	42	45328	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	UND	75,00	10,42	781,50
1	43	45329	DOSAGEM DE GLICOSE	UND	75,00	10,42	781,50
1	44	45330	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	UND	50,00	18,76	938,00
1	45	45331	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA HBA1C	UND	100,00	18,76	1.876,00
1	46	45332	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	UND	12,00	20,84	250,08
1	47	45333	DOSAGEM DE LIPASE	UND	75,00	12,50	937,50
1	48	45334	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	UND	3,00	17,71	53,13
1	49	45335	DOSAGEM DE NT-PRÓ BNP	UND	12,00	304,62	3.655,44
1	50	45336	DOSAGEM DE POTÁSSIO	UND	250,00	10,42	2.605,00
1	51	45337	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	UND	3,00	12,50	37,50
1	52	45338	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	UND	75,00	12,50	937,50
1	53	45339	DOSAGEM DE SÓDIO	UND	250,00	10,42	2.605,00
1	54	45340	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	UND	7,00	20,84	145,88
1	55	45341	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	UND	8,00	25,01	200,08
1	56	45342	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	UND	250,00	14,59	3.647,50
1	57	45343	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	UND	250,00	14,59	3.647,50
1	58	45344	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	UND	8,00	15,63	125,04
1	59	45345	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	UND	12,00	10,42	125,04
1	60	45346	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	UND	8,00	18,76	150,08
1	61	45347	DOSAGEM DE TROPONINA	UND	250,00	33,34	8.335,00
1	62	45348	DOSAGEM DE UREIA	UND	300,00	10,42	3.126,00
1	63	45349	DOSAGEM DE VITAMINA B12	UND	12,00	52,10	625,20
1	64	45350	HEMOGRAMA COMPLETO	UND	550,00	22,82	12.551,00
1	65	45351	PEPTÍDEO NATRIURÉTICO CEREBRAL BNP	UND	12,00	182,35	2.188,20
1	66	45352	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV 1 + HIV 2 (ELISA)	UND	5,00	36,47	182,35
1	67	45353	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	UND	5,00	29,18	145,90
1	68	45354	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	UND	5,00	39,60	198,00
1	69	45355	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS	UND	5,00	35,43	177,15

			PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)				
1	70	45356	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVÍRUS	UND	3,00	22,92	68,76
1	71	45357	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	UND	5,00	34,39	171,95
1	72	45358	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	UND	5,00	33,34	166,70
1	73	45359	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC TOTAL)	UND	5,00	31,26	156,30
1	74	45360	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVÍRUS	UND	5,00	25,01	125,05
1	75	45361	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	UND	5,00	29,18	145,90
1	76	45362	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	UND	5,00	34,39	171,95
1	77	45363	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM)	UND	5,00	31,26	156,30
1	78	45364	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	UND	5,00	36,47	182,35
1	79	45365	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	UND	5,00	36,47	182,35
1	80	45366	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES	UND	3,00	10,42	31,26
1	81	45367	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	UND	2,00	10,42	20,84
1	82	45368	PESQUISA DE ROTAVÍRUS NAS FEZES	UND	5,00	31,26	156,30
1	83	45369	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	UND	2,00	22,92	45,84
1	84	45370	PESQUISA DE TROFOZOÍTAS NAS FEZES	UND	2,00	10,42	20,84
1	85	45371	ROTINA LÍQUOR	UND	7,00	72,94	510,58
1	86	45372	ANTIBIOGRAMA	UND	375,00	31,26	11.722,50
1	87	45373	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	UND	5,00	22,92	114,60
1	88	45374	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	UND	5,00	22,92	114,60
1	89	45375	VDRL	UND	12,00	33,34	400,08
1	90	45376	ALBUMINA	UND	50,00	26,05	1.302,50
1	91	45377	DRISOGENASE LACTICA - LDH	UND	75,00	22,33	1.674,75
1	92	45378	FENOTIPAGEM GRUPO SANGUINIO E FATOR RH	UND	75,00	30,00	2.250,00
1	93	45379	LIQUIDO PLEURAL	UND	25,00	58,33	1.458,25
1	94	45380	COOMBS DIRETO	UND	25,00	23,67	591,75
1	95	45381	COOMBS INDIRETO	UND	25,00	24,67	616,75
1	96	45382	CULTURA E ANTIBIOGRAMA - LIQUOR	UND	25,00	40,97	1.024,25
1	97	45383	BACTEROSCOPICO - LIQUOR	UND	25,00	33,33	833,25
1	98	45384	HEMOCULTURA (HEMAN E HEMA) + ANTIBIOGRAMA (MATERIAL SANGUE)	UND	50,00	67,00	3.350,00
1	99	45385	CULTURA + ANTIBIOGRAMA SECREÇÃO DE LESÕES OU PUSTULAS E VESICULAS	UND	37,00	35,00	1.295,00
1	100	45386	CULTURA DE VIGILANCIA + ANTIBIOGRAMA (MATERIAL SECREÇÃO NASAL)	UND	50,00	36,00	1.800,00
1	101	45387	CULTURA DE VIGILANCIA + ANTIBIOGRAMA (MATERIAL SECREÇÃO RETAL)	UND	50,00	44,75	2.237,50
TOTAL							141.113,80

Valor total do aditivo: R$ (Dezessete Mil, Setecentos e Noventa e Seis Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
07.001	10.301.00062-018	339039	0	2180- Manutenção Da Atenção Básica
07.001	10.301.00062-018	339039	303	2190- Manutenção Da Atenção Básica
07.001	10.301.00062-018	339039	4946	2220- Manutenção Da Atenção Básica
07.001	10.302.00062-022	339039	0	2880- Assist. Hospitalar e Ambulatorial
07.001	10.302.00062-022	339039	303	2890- Assist. Hospitalar e Ambulatorial

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços **nº 311/2025** e em seus aditivos anteriores, que não conflitarem com as disposições deste instrumento.

Assinaturas: Junior Motter e Andrea Grigio Bortolato
Data da Assinatura: 15/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2E885F6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 456/2026-DRH

PORTARIA N. º 456/2026-DRH

SÚMULA: Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º REENQUADRAR servidor ocupante de cargo efetivo em conformidade com a Lei Municipal Lei Nº 1.143/2011 Plano de Cargos, Carreira e Salários de Cafelândia – PCCS Art. 15,§ 2º, V e Lei Municipal Nº 1.200/2012, por conclusão de estudos de graduação.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	GRUPO	TABELA SALARIAL	NÍVEL	REF.
JONATHAN TRICHEZ MOTTER	AGENTE DE ENDEMIAS	767321828	GEM	B	C-I	A07

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 15 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:17F6DEDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21 / 2026

Processo licitatório: 301 / 2026
Fundamento: Artigo nº 28, inciso I da Lei Federal 14.133/2021
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente, destinados às SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CAMPO DO TENENTE – PR.
Data de Homologação: 27/08/2026
Valor Total Homologado: R$ 612.473,33

N° ATA	DETENTOR	CNPJ	VALOR TOTAL	DATA DA ASSINATURA
139/2026	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP	07.634.816/0001-16	39.338,78	03/09/2026
140/2026	A. L. BRUM PAPELARIA E INFORMATICA ME	14.572.000/0001-70	16.197,10	03/09/2026
141/2026	OTIMA MATERIAIS DE EXPEDIENTE LTDA	23.152.417/0001-75	24.841,55	08/09/2026
142/2026	PAPER SUL DO BRASIL COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	53.089.965/0001-69	157.307,79	03/09/2026
143/2026	PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA	57.707.826/0001-02	81.523,70	10/09/2026
144/2026	ROCI DO CARMO CARDOSO	50.124.605/0001-62	19.817,90	10/09/2026
145/2026	CRISTIANE MAIRA DE SOUZA ARAUJO	63.883.063/0001-53	24.323,20	11/09/2026
146/2026	+ SAUDE ESPORTES LTDA	55.528.308/0001-04	12.539,60	03/09/2026
147/2026	KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI	09.245.708/0001-87	40.829,46	03/09/2026
148/2026	RM SUPRIMENTOS ESCOLARES E ESCRITÓRIO LTDA	61.237.085/0001-10	5.817,65	04/09/2026
149/2026	M3. BUSINESS GROUP LTDA	54.494.740/0001-50	3.568,60	03/09/2026
150/2026	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	82.803.230/0001-53	186.368,00	04/09/2026

Vigência: 12 Meses.

Publicado por:
Thiago José Barbosa
Código Identificador:5287C36A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 385/2026

PORTARIA Nº 385/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Regina Cristina Antunes	Secretaria de Saúde	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	17 de setembro de 2026.	Participação em 1° Seminário Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
Regina Cristina Antunes	Secretaria de Saúde	01 (uma)	Cascavel - PR	15 de setembro de 2026.	Reunião CISOP.
Valdemar Savela	Diretor de Dep. Adm. Da Sec. De Saúde'	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	17 de setembro de 2026.	Participação em 1° Seminário Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
Delurdes Biazin	Diretor do Departamento de Saúde e Agendamento	01 (uma)	Cascavel – PR	15 de setembro de 2026.	Reunião no CISOP.
Salatier Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	11 de setembro de 2026.	HUOP.
Valdomiro Correia de Melo	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	02 (duas)	Curitiba – PR	09,10 de setembro de 2026.	Hospital Mackienze.
Valdemar Domingos de Quadros	Motorista	06 (seis)	Cascavel e Corbélia 10 – PR	08,09,10,11,12,13 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC.
Valdecir Dickel	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	05 (cinco)	Cascavel e Corbélia 12 – PR	08,10,11,12,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	02 (duas)	Cascavel e Corbélia 11 – PR	08,11 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Mazinho W. da Silva	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,15 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN.
Albino Junior Rheinheimer	Motorista	04 (quatro)	Cascavel – PR	08,09,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Israel Reis Bento	Motorista	04 (quatro)	Cascavel e Toledo 09 – PR	08,09,10,11 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	03 (três)	Medianeira 08, Corbélia 09 e Cascavel 11 – PR	08,09,11 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM.
Fabian de Oliveira Martins	Motorista	04 (quatro)	Cascavel – PR	08,09,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC.
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista	01 (uma)	Chopinzinho – PR	10,11 de setembro de 2026.	Instituto São Rafael.
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	09,11,12,13,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN
Elisangela Fátima Cemin Pereira	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN, SÃO LUCAS.

Elenoir Lucas Fontana	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,12 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP/DOS OLHOS, PRIME E CIT.
Agnaldo Hartkopf	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM.
Roberto Dallanora	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	08,09,10,11,14 de setembro de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:AF1E4553

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 309/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 309/2026 de 08/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2293/2025 de 09/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$233.858,40 (duzentos e trinta e três mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
34 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.001		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.011		DIVISAO DE TESOURARIA	
85 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.500,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.003		FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
05.003.18.541.0009.2.020		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE MEIO AMBIENTE	
203 - 3.3.90.30.00.00	3555	MATERIAL DE CONSUMO	11.170,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO	
06.001.12.122.0011.2.022		MANUTENCAO DA DIRETORIA EDUCACIONAL	
233 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	5.520,00
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
276 - 4.4.90.52.00.00	1044	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	956,72
276 - 4.4.90.52.00.00	31044	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.170,82
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
286 - 3.3.90.33.00.00	1043	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.000,00
286 - 3.3.90.33.00.00	128	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	44.900,00
06.002.12.361.0016.2.028		COOP FINANCEIRA SALARIO EDUCACAO	
297 - 3.3.90.33.00.00	107	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	35.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE SAUDE	
07.001.10.122.0019.2.041		MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO DA SAUDE	
472 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
476 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
504 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.240,00
506 - 3.3.90.30.00.00	4941	MATERIAL DE CONSUMO	57.534,75
507 - 3.3.90.32.00.00	3303	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA 1.380,00	
512 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.080,00
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
556 - 3.3.90.39.00.00	3887	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.572,00
07.003.10.302.0019.2.047		MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
Suplementação			
566 - 3.3.50.41.00.00	1064	CONTRIBUICOES	21.234,11
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
670 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.600,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E	

		CONSERVACAO	
09.002.15.451.0023.2.061		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
804 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.000,00
		Total Suplementação:	233.858,40

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3555	SANEPAR - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO	11.170,00
3887	CUSTEIO CAPS	5.572,00
31044	TRANSFERENCIA FNDE LEI Nº 14.640/2023 - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	9.170,82
3303	SAÚDE- RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/00 - 15%)	1.380,00
3000	RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	5.520,00
	Total	32.812,82

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
29 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.001		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.011		DIVISAO DE TESOURARIA	
78 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	7.100,00
80 - 3.3.90.31.00.00	000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	400,00
81 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
285 - 3.3.90.30.00.00	1043	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
289 - 3.3.90.39.00.00	128	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	44.900,00
06.002.12.361.0016.2.028		COOP FINANCEIRA SALARIO EDUCACAO	
Redução			
296 - 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	35.000,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DE SAUDE	
07.001.10.122.0019.2.041		MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO DA SAUDE	
474 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.000,00
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
506 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	340,00
510 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.900,00
511 - 3.3.90.37.00.00	000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.080,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
669 - 3.3.90.37.00.00	000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.600,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E CONSERVACAO	
09.002.15.451.0023.2.061		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
801 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
		Total Redução:	121.320,00

Art 4º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL - Fonte: 1044	956,72
Receita: 1.7.1.3.50.9.1.01 TRANSFERENCIA FMS PISO DE ENFERMAGEM - Fonte: 1064	21.234,11
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.31 TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO RES 1572/2025 - Fonte: 4941	37.800,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.32 TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO - INCENTIVO CUSTEIO PROAPS PARANA FIXO - Fonte: 4941	19.734,75
Total da Receita:	79.725,58

Art 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 8 de Setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:4AEF4CDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
BALANÇO DESPESA

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JULHO A AGOSTO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.186.000,00	1.186.000,00	419.005,54	486.131,46	699.868,54	419.005,54	486.131,46	699.868,54	86.091,46
DESPESAS CORRENTES	1.098.000,00	1.098.000,00	419.005,54	486.131,46	611.868,54	419.005,54	486.131,46	611.868,54	86.091,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	345.000,00	345.000,00	0,00	0,00	345.000,00	0,00	0,00	345.000,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	753.000,00	753.000,00	419.005,54	486.131,46	266.868,54	419.005,54	486.131,46	266.868,54	86.091,46
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.186.000,00	1.186.000,00	419.005,54	486.131,46	699.868,54	419.005,54	486.131,46	699.868,54	86.091,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	1.186.000,00	1.186.000,00	419.005,54	486.131,46	699.868,54	419.005,54	486.131,46	699.868,54	86.091,46
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.165,96
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	1.186.000,00	1.186.000,00	419.005,54	486.131,46	699.868,54	419.005,54	486.131,46	699.868,54	214.257,42
Entidades:									
Consorcio Publico dos Municipios do Procaxias									

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:41E6ABE9

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
BALANÇO RECEITA

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JULHO A AGOSTO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.186.000,00	1.186.000,00	163.326,88	13,77	214.257,42	18,07	971.742,58
RECEITAS CORRENTES	1.116.000,00	1.116.000,00	163.326,88	14,64	214.257,42	19,20	901.742,58
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	82,23	0,00	499,61	0,00	(499,61)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	82,23	0,00	499,61	0,00	(499,61)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.116.000,00	1.116.000,00	163.244,65	14,63	213.757,81	19,15	902.242,19
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	1.116.000,00	1.116.000,00	163.244,65	14,63	213.757,81	19,15	902.242,19
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	1.186.000,00	1.186.000,00	163.326,88	13,77	214.257,42	18,07	971.742,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	1.186.000,00	1.186.000,00	163.326,88	13,77	214.257,42	18,07	971.742,58
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	271.874,04	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	1.186.000,00	1.186.000,00	163.326,88	13,77	214.257,42	18,07	971.742,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:							
Consorcio Publico dos Municipios do Procaxias							

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:AC17E042

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
DESPESA PESSOAL

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026			
RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)			
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**		
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	**TOTAL (c = a + b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	0,00	0,00	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art . 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art . 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	**VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO**	**VALOR EXECUTADO**
MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS	12.553,70	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	42.633,50	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA	8.583,73	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	13.547,36	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRuZEIRO DO IGUAÇU	13.673,96	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU	123.519,23	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA	13.219,07	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JORGE DO OESTE	15.088,75	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS DO PARANA	7.131,60	0,00

TOTAL	249.950,90	0,00

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:EBF449B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 126/2025

O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, com sede na Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê /Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, em observância ás disposições da Lei nº 14.133/21, resolve celebrar o presente Termo de Apostilamento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto:
1.2. A redistribuição do quantitativo de serviços constantes do Contrato nº 126/2025, em decorrência da não prorrogação dos credenciamentos ao Chamamento Público nº 003/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Termo de Credenciamento passará a ter o seu quantitativo conforme o 2º Termo de Apostilamento estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)
01	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	26	486,16
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	16	488,12
03	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	20	579,96
04	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	16	651,54
05	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação 2do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	10	930,72
06	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR – Incluso todos os materiais necessários para a instalação do aparelho	SERV	3	157,64
07	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço	HRS	133	90,38
08	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 12000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	100	116,60
09	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 18000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	133	124,10
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 24000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	100	129,10
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 36000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço	HRS	40	150,00
13	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços	SERV	26	108,71
14	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	125,00
15	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	16	143,75
16	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	16	198,75
17	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	247,31
18	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	93,75
19	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO.	SERV	100	122,99
20	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO/CARGA DE GÁS REFRIGERANTE DO TIPO R 410 PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO. Cada serviço corresponde a unidade de medida por quilograma (kg) do gás reposto.	SERV	50	230,84
21	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO/CARGA DE GÁS REFRIGERANTE DO TIPO R 22 PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO. Cada serviço corresponde a unidade de medida por quilograma (kg) do gás reposto.	SERV	40	231,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
3.1. Este termo de Apostilamento fundamenta-se no art. 79, da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento originário, naquilo que não contrariem o presente termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:36034D4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 68/2025

O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, com sede na Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê /Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, em observância ás disposições da Lei nº 14.133/21, resolve celebrar o presente Termo de Apostilamento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto:
1.2. A redistribuição do quantitativo de serviços constantes do Contrato nº 068/2025, em decorrência da não prorrogação dos credenciamentos ao Chamamento Público nº 003/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Termo de Credenciamento passará a ter o seu quantitativo conforme o 2º Termo de Apostilamento estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)
01	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	27	507,65
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	17	509,69
03	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	30	605,59
04	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	17	680,34
05	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação 2do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	10	971,89
06	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR – Incluso todos os materiais necessários para a instalação do aparelho	SERV	4	164,61
07	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço	HRS	133	94,37
08	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 12000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	100	121,75
09	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 18000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	133	129,59
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 24000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	100	134,81
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 36000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço	HRS	40	156,63
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CORTINA DE AR – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	SERV	50	130,53
13	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços	SERV	27	113,50
14	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	130,53
15	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS – Deve incluir	SERV	17	150,10

	todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.			
16	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	17	207,54
17	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	258,24
18	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	97,89
19	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO.	SERV	100	128,43

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
3.1. Este termo de Apostilamento fundamenta-se no art. 79, da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento originário, naquilo que não contrariem o presente termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:4917FD48

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 67/2025

O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, com sede na Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê /Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, em observância ás disposições da Lei nº 14.133/21, resolve celebrar o presente Termo de Apostilamento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto:
1.2. A redistribuição do quantitativo de serviços constantes do Contrato nº 067/2025, em decorrência da não prorrogação dos credenciamentos ao Chamamento Público nº 003/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Termo de Credenciamento passará a ter o seu quantitativo conforme o 3º Termo de Apostilamento estendido e reajustado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)
01	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	27	507,65
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	17	509,69
03	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	30	605,59
04	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	17	680,34
05	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTUS. Incluso todos os materiais necessários para instalação 2do aparelho tais como: tubulação de cobre, tubulação de PVC, isolamento, cabos de interligação, canaletas, parafusos, buchas, fita vinil complemento de fluído e etc, distância máxima de instalação entre condensadora e evaporadora de até 03 metros.	SERV	10	971,89
06	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR – Incluso todos os materiais necessários para a instalação do aparelho	SERV	4	164,61
07	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço	HRS	134	94,37
08	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 12000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	100	121,75
09	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 18000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	134	129,59
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 24000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	HRS	100	134,81
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO 36000 BTUS – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de	HRS	40	156,63

	peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço			
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CORTINA DE AR – Serviços a serem realizados: verificação, conserto, substituição de peças e manutenção elétrica do aparelho. Deve incluir o fornecimento das peças e insumos necessários para a realização do serviço.	SERV	50	130,53
13	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO ATÉ 9000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços	SERV	27	113,50
14	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	130,53
15	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	17	150,10
16	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	17	207,54
17	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 36000 BTUS – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	258,24
18	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR – Deve incluir todos os materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços.	SERV	10	97,89
19	SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO.	SERV	100	128,43
20	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO/CARGA DE GÁS REFRIGERANTE DO TIPO R 410 PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO. Cada serviço corresponde a unidade de medida por quilograma (kg) do gás reposto.	SERV	50	241,04
21	SERVIÇO DE REPOSIÇÃO/CARGA DE GÁS REFRIGERANTE DO TIPO R 22 PARA APARELHO DE AR CONDICIONADO. Cada serviço corresponde a unidade de medida por quilograma (kg) do gás reposto.	SERV	40	241,21

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
3.1. Este termo de Apostilamento fundamenta-se no art. 79, da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Credenciamento originário, naquilo que não contrariem o presente termo de apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 15 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:96AE1BDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 – DISPENSA Nº 12/2026.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: HIDROQUIMICA LABORATORIO E CONSULTORIA LTDA
OBJETO: Contratação de serviço de empresa especializada para realizar a coleta de amostras de água, destinadas às análises físico-químicas e microbiológicas, com a respectiva emissão de laudos técnicos, nas dependências do Hospital Municipal Prefeito Quinto Abrão Delazeri, localizado no Município de Palotina/PR, visando atender às necessidades dos 10 (dez) leitos da Unidade de Terapia Intensiva – UTI, pelo período de 6 (seis) meses, em regime de empreitada por preço global.

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	PONTOS DE COLETAS	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	1	6645	24	3	SERV.	COLETA MENSAL (COLIFORMES TOTAIS, TERMOTOLERANTES E BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS) DA ÁGUA POTÁVEL QUE ABASTECE A UNIDADE INTRA-HOSPITALAR QUE REALIZA O TRATAMENTO DIALÍTICO À BEIRA DO LEITO, SENDO NECESSÁRIO 3 PONTOS DE COLETA – TOTAL DE 24 AMOSTRAS NO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES	R$ 150,00	R$ 10.800,00
	2	5541	12	1	SERV.	SERVIÇO DE UMA COLETA MENSAL DO PONTO DE ENXÁGUE EM ÁREA DE LIMPEZA DA CENTRAL DE MATERIAIS ESTERILIZADOS (CME), PARA ANÁLISE DE PARÂMETROS (COLIFORMES TOTAIS, ÍONS CLORETOS, DUREZA TOTAL, MANGANÊS TOTAL, COBRE, FERRO, PHE TEMPERATURA). – UMA COLETA MENSAL – TOTAL DE 12 AMOSTRAS NO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES	R$ 250,00	R$ 3.000,00
	3	10800	42	2	SERV.	DEVERÁ SER REALIZADO CONTROLE MICROBIOLÓGICO MENSAL (COLIFORMES TOTAIS, TERMOTOLERANTES E BACTÉRIAS HETEROTRÓFICAS) E DE ENDOTOXINAS DA ÁGUA TRATADA PÓS-SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA E PÓS-PASSAGEM PELA MÁQUINA HEMODIÁLISE DE - DOIS PONTOS DE COLETA MENSAL PARA 03 LEITOS – TOTAL DE 42 AMOSTRAS NO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES	R$ 300,00	R$ 25.200,00
	4	10801	12	3	SERV.	DEVERÁ SER REALIZADO SEMESTRALMENTE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DA ÁGUA TRATADA, PÓSSISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA, PARA OS SEGUINTES ELEMENTOS: CLORAMINA, CLORO, NITRATO, ALUMÍNIO,	R$ 300,00	R$ 10.800,00

						COBRE, FLUORETO, SÓDIO, CÁLCIO, MAGNÉSIO, POTÁSSIO, BÁRIO, ZINCO, SULFATO, ARSÊNICO, CHUMBO, PRATA, CÁDMIO, CROMO, SELÊNIO, MERCÚRIO, BERÍLIO, TÁLIO E ANTIMÔNIO - TOTAL DE 12 AMOSTRAS NO PERÍODO DE 6 (SEIS) MESES		

PROC. ADM.: 679/2026.
VALOR TOTAL: R$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
DATA: 11 de setembro de 2026.

ASSINATURAS	Thiago Daross Stefanello
	João Gabriel Avanci
	Jaci angelica do nascimento

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:72E1F807

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA
OBJETO: Contratação de serviços de Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a prestação de serviço de disponibilização, implantação e gestão de sistema informatizado e integrado de controle de consumo de combustível, através da utilização de tecnologia de cartões magnéticos (com microchip), Sistema Pós-Pago, com fornecimento indireto de combustíveis, para atender as necessidades do Consamu, pelo período de 12 (doze) meses, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	01	7685	GASOLINA COMUM	LITROS	35.000	6,71	234.850,00
	02	727	ETANOL	LITROS	20.000	4,74	94.800,00
	03	728	DIESEL – S10	LITROS	480.000	7,62	3.657.600,00
	04	7686	ARLA32	LITROS	9.000	5,29	47.610,00
	05	9450	TAXA ADMINISTRATIVA	PORCENTAGEM	-7,01%	-282.843,69	-282.843,69
TOTAL R$							**3.752.016,31**

VALOR TOTAL: R$ 3.752.016,31 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, dezesseis reais e trinta e um centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 14 de setembro de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Larissa Maria Magalhães Vagula

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:7C31E5B4

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU EDITAL Nº 163/2026

CONSIDERANDO o não preenchimento das vagas nos Concursos Públicos n° 001/2023, nº 002/2023, nº 001/2024 e nº 001/2025; CONSIDERANDO a portaria nº 003/2026, ad referendum, publicada em 13 de janeiro de 2026; CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços essenciais do CONSAMU; CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 014/2024, o Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, através do seu Presidente, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de empregados públicos, regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, por prazo determinado, atendendo assim a necessidade temporária de excepcional interesse público.

- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ESPECIFICAÇÕES DO EMPREGO PÚBLICO

O Processo Seletivo Simplificado será regulamentado por este Edital.
O processo será realizado única e exclusivamente de forma online, conforme as disposições deste edital.
O critério utilizado pelo presente processo seletivo para a escolha dos contratados é a **análise de currículo,** conforme artigo 5º - Portaria nº 014/2024. A avaliação e o somatório de pontos dos currículos serão realizadas pela Comissão Organizadora, Examinadora/Julgadora do processo de seleção para a contratação temporária de empregados do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná– CONSAMU, designada pelo Presidente do Consórcio, conforme Portaria nº 189/2026.
O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação temporária para o preenchimento de vagas em emprego público, além da formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital e seus ANEXOS I e II.
As atribuições dos empregos públicos constam no Anexo I que integra este Edital.
O contrato de trabalho será firmado por prazo determinado.
O prazo de vigência do contrato de trabalho será de seis meses, admitida a prorrogação por igual período, ou até que seja realizado novo concurso público para preenchimento das vagas, e os aprovados entrem em exercício, o que ocorrer primeiro, a critério do CONSAMU.
Os empregados públicos serão contratados para execução de Contrato de Programa e Contrato de Rateio (conforme legislação federal: LEI Nº 11.107/2005 e DECRETO Nº 6.017/2017) e poderão ter seus contratos rescindidos em prazo inferior aqueles contidos no item anterior, quando houver encerramento ou redução de atividades estabelecidas nos Contratos de Programa/Rateio mencionados, hipótese em que motivam a dispensa nos termos da Lei.
A lotação inicial CONSAMU contempla qualquer unidade de gestão do consórcio dentro da municipalidade de inscrição, conforme necessidade da gestão.

1.10. O CONSAMU tem como finalidade executar ações e serviços na área de regulação das urgências, transporte de pacientes graves e atendimento pré-hospitalar/hospitalar que estejam ligados à Política Nacional de Atenção às Urgências do SUS, entre outras ações atinentes à saúde, na forma pactuada com os gestores do SUS, nos termos da legislação pertinente, sendo que os empregados contratados poderão atuar em unidades de saúde, conforme pactuado nos Contratos de Programa/Rateio, respeitando-se as atribuições dos empregos públicos previstos neste Edital e legislação complementar.
1.11. Para os(as) candidatos(as) aprovados(as) e convocados(as), poderá haver cursos de capacitação, sendo obrigatória a conclusão do curso, sob pena de desclassificação do processo seletivo.
1.12. É vedada a manutenção de duplo vínculo de emprego no âmbito do CONSAMU quando a acumulação resultar em jornadas incompatíveis ou impedir o cumprimento dos períodos mínimos de descanso previstos na legislação trabalhista, especialmente nos casos de jornada 12x36, nos termos da Portaria nº 348/2025. O candidato deverá declarar, no ato da contratação, a existência de eventual vínculo empregatício, ficando a manutenção do vínculo condicionada à análise e à comprovação da compatibilidade de horários pelo Setor de Recursos Humanos, quando cabível.

- DAS INSCRIÇÕES
O Processo Seletivo Simplificado para os empregos públicos será realizado pelo CONSAMU. As inscrições serão realizadas EXCLUSIVAMENTE VIA INTERNET, através do link: https://consamu.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&service=01M2JMPDQE4MNSAZY8X1M0PA1W no **período entre 08h00min do dia 16 de setembro de 2026 e às 23h59min do dia 01 de outubro de 2026,** observado o horário oficial de Brasília/DF.
No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá anexar (cópias legiveis, frente e verso) dos seguintes documentos (não precisam ser autenticados):
Cópia de documento oficial válido e com foto.
Documentação para comprovação de escolaridade e habilitação profissional, conforme segue por emprego público:
NÍVEL MÉDIO deverá ser apresentado **certificado de conclusão**;
NÍVEL TÉCNICO (COM REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE) deverá apresentar Registro no Conselho de Classe correspondente do Estado do Paraná (dentro do prazo de validade);
NÍVEL TÉCNICO (SEM REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE) deverá apresentar certificado de conclusão do curso;
NÍVEL SUPERIOR deverá apresentar Registro no Conselho de Classe correspondente do Estado do Paraná (dentro do prazo de validade);
MOTORISTA SOCORRISTA (condutor de ambulância) deverá apresentar habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso CETVE (condutores de veículo de transporte de emergência), de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
2.3. As informações prestadas no formulário de inscrição do Processo Seletivo Simplificado são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).
2.3.1. Uma vez efetivada a inscrição os dados constantes no formulário de inscrição não poderão sofrer alterações.
2.4. No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá informar a vaga para a qual pretende se inscrever.
2.4.1. No momento da inscrição, o(a) candidato(a) deverá indicar a lotação desejada, estando ciente de que será alocado(a) de acordo com as necessidades do CONSAMU. A lotação pretendida será atendida conforme as possibilidades disponíveis.
2.5. NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS APÓS O ATO DA INSCRIÇÃO;
2.6. Caso seja realizada mais de uma inscrição para o mesmo emprego público na mesma lotação, será considerada a última inscrição.
2.7. Será aceita apenas uma inscrição por emprego público e lotação, não poderá o(a) candidato(a) inscrever-se duas vezes para a mesma vaga.
2.8. A Comissão Organizadora, Examinadora / Julgadora do processo de seleção não se responsabilizará pelo não recebimento de documentação comprobatória de inscrição por motivos de ordem técnica, problemas em computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados via internet.
2.9. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
2.10. A não observação de qualquer dos itens solicitados no item 2.2. implica no INDEFERIMENTO do pedido de inscrição.
2.11. Não há taxa de inscrição para o presente processo seletivo.

2.12. DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS(AS) PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
2.12.1. Em obediência ao Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 9.508/2018, e o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão destinadas às pessoas com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas por empregos público e cidade previstos neste Edital, observada a exigência da compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do Emprego Público, a ser aferida em perícia médica oficial quando dos exames pré-admissionais.
2.12.1.1. Na inexistência de candidatos(as) habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos(s) demais candidatos(as) habilitados, com estrita observância da ordem de classificação.
2.12.1.2. Caso o(a) candidato(a) inscrito(a) como Pessoa com Deficiência não se enquadre nas categorias definidas no art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/1999, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para Pessoas com Deficiência.
2.12.2. No ato da inscrição, o candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá manifestar expressamente seu interesse, conforme formulário de inscrição.
2.12.2.1. Ao realizar a inscrição nessa condição, o candidato declara estar ciente de que sua deficiência não impede o exercício pleno e adequado das atribuições inerentes ao emprego público pretendido, comprometendo-se a apresentar laudo médico comprobatório nos termos estabelecidos neste edital.
2.12.2.2. O candidato que concorrer às vagas destinadas a pessoas com deficiência, caso aprovado e convocado para admissão, deverá preencher e assinar uma autodeclaração atestando que sua deficiência não impede o pleno exercício das atribuições inerentes ao emprego público para o qual foi aprovado.
2.12.3. A perícia médica pré-admissional ficará sob a responsabilidade de uma comissão multiprofissional, a ser designada pelo CONSAMU após a convocação do(a) candidato(a) para etapa de exames pré-admissionais.
2.12.4. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.12.1. resulte em número fracionado, esse deverá ser elevado até o primeiro inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas por Emprego Público/Lotação.
2.12.5. O direito a vaga reservada a Pessoa com Deficiência será definido pelo laudo apresentado, conforme item 2.12.6. deste edital, o qual será avaliado e homologado por médico do CONSAMU.
2.12.6. Para concorrer às vagas destinadas à Pessoa com Deficiência, o(a) candidato(a) deverá indicar, no ato da inscrição, ser Pessoa com Deficiência, no devido campo, a apresentar no ato da admissão laudo médico que comprove sua condição.
2.12.6.1. O(A) candidato(a) com deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
2.12.6.2. Não será permitida a realização de inscrição condicional. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de cancelamento da mesma, bem como alteração.

2.12.7. O laudo médico atestando a deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos do CONSAMU, quando da convocação para admissão no Emprego Público.
2.12.8. A data de emissão do laudo não poderá ser superior a 06 (seis) meses que antecede a data de convocação para admissão no Emprego Público. O laudo superior a 06 (seis) meses deverá ser validado pela perícia médica nomeada pelo CONSAMU, quando dos exames pré-admissionais.
2.12.9. As pessoas com deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as).
2.12.10. A publicação do resultado final será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os(as) candidatos(as), inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação dos portadores de deficiência.
2.12.11. Não serão aceitas inscrições feitas por fax, correio eletrônico ou forma diferentes dos especificados neste Edital.
2.12.12. Qualquer falsidade ou inexatidão nos dados determinará o cancelamento da inscrição do(a) candidato(a) e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das demais implicações legais.
2.12.13. A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento e a plena aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em suas eventuais retificações, das quais não poderá alegar desconhecimento. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar as publicações dos atos relativos a este Processo Seletivo Simplificado, bem como de eventuais retificações do Edital e chamamento para a contratação, que serão divulgadas através de extratos de Edital, no Diário Oficial do CONSAMU (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/), e a integra do Edital no site www.consamu.com.br.

DO SISTEMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO
O Processo Seletivo de que trata este edital compreenderá **unicamente a avaliação curricular de experiência profissional e títulos,** conforme artigo 5º - Portaria nº 014/2024**.**
A classificação do processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência profissional comprovada;
A análise das documentações constantes no item 2 (Das inscrições) é de caráter eliminatório.
Será eliminado do certame o(a) candidato(a) que não apresentar todas as documentações exigidas, conforme as especificações deste edital.
Somente será realizada a avaliação de experiência profissional e títulos o(a) candidato(a) que tiver apresentado corretamente a documentação do item 2, observando obrigatoriamente o disposto no item 4.2 deste Edital, ou seja, com o envio de todos os documentos no ato da inscrição, por meio do sistema eletrônico indicado.
A avaliação curricular de experiência profissional e títulos será de caráter classificatório.
Os referidos critérios não configuram condições para a contratação, devendo os(as) candidatos(as) atenderem os demais critérios estabelecidos neste Edital, e servirá apenas como critério de classificação dos inscritos.
Caso haja dúvidas quanto à veracidade ou sejam insuficientes as informações sobre o título apresentado, a Banca Examinadora o desconsiderará.
O atendimento às exigências dispostas no edital e neste documento é de responsabilidade do(a) candidato(a), bem como a qualidade de arquivo inserido no sistema, que será desconsiderado no caso de não visibilidade, manchas ou não fidedignidade ao documento original.
3.10. Serão classificados(as) os(as) candidatos(as) por ordem de pontuação.

4. AVALIAÇÃO CURRICULAR DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E TÍTULOS
4.1. A Comissão Organizadora, Examinadora/Julgadora do processo de seleção, designada pela Portaria nº 189/2026, avaliará os currículos e atribuirá a pontuação, nos termos do anexo II deste Edital.
4.2. O(A) candidato(a) deverá anexar seus títulos e documentos no sistema eletrônico, informado neste edital, no ato de sua inscrição.
4.3. Os documentos que não forem apresentados pelo(a) candidato(a) para conferência não serão validados e serão desconsiderados para fins de avaliação.
4.4. O atendimento às exigências dispostas no edital e neste documento é de responsabilidade do(a) candidato(a), bem como a qualidade do arquivo inserido no sistema, que será desconsiderado no caso de não visibilidade, manchas ou não fidedignidade ao documento original.
4.5. Caso haja dúvidas quanto à veracidade ou sejam insuficientes as informações sobre o título apresentado, a Comissão Organizadora, Examinadora/Julgadora do processo de seleção o desconsiderará.
4.6. Não serão aceitas documentações após a finalização da inscrição.

4.7. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS:
4.7.1. Na avaliação de títulos, somente serão considerados os títulos obtidos até a data da inscrição do(a) candidato(a). Os títulos representativos de cursos com término após a data da inscrição não serão computados para fins de pontuação.
4.7.2. Para fins de avaliação de títulos, NÃO será considerado diploma, certidão de conclusão de curso ou declaração que seja requisito para ingresso no cargo pleiteado.
4.7.3. Caso o(a) candidato(a) tenha concluído o curso, mas ainda não detenha posse de seu diploma de conclusão de curso, poderá entregar certidão ou declaração da conclusão do curso.
4.7.3.1. As certidões ou declarações de conclusão dos cursos mencionados neste Edital referem-se a cursos comprovadamente concluídos.
4.7.3.2. Somente serão aceitos diplomas, certificados, certidões ou declarações de cursos e históricos escolares expedidos por instituição de ensino legalmente reconhecida.
4.7.4. A entrega e a comprovação dos títulos são de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).
4.7.5. Participação em cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios e congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), serão validados e computados apenas com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos.
4.7.6.1. Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o emprego público.
4.7.6.2. A carga horária dos certificados e de cada emprego público deve ser verificada conforme anexo II.
4.7.7. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos e experiência profissional apresentados, a respectiva pontuação do(a) candidato(a) será anulada.

4.8. **DA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:**
4.8.1. Será considerado para pontuação de experiência profissional somente o documento que especificar cargo e função exigidos no edital, conforme anexo II.
4.8.2. Para fins de pontuação por experiência será considerado todo o período de experiência apresentado na função exigida para o cargo, respeitando o estipulado no anexo II, sendo os períodos trabalhados de forma concomitantes contabilizados uma única vez.
4.8.3. Para efeito de experiência profissional, considerar-se-á 01 (um) mês, o período igual ou superior a 25 dias.
4.8.4. A experiência profissional poderá ser comprovada por:
4.8.4.1. CONTRATO DE TRABALHO - Será aceita, para fins de comprovação de experiência profissional, a apresentação de Contrato de Trabalho que atenda aos seguintes critérios:

4.8.4.1.1. Esteja devidamente assinado pelo empregador, contendo carimbo da empresa e/ou assinatura digital válida;
4.8.4.1.2. Informe claramente a função desempenhada, a data de início e a data de término do vínculo empregatício, bem como local de execução do trabalho;
4.8.4.1.3. Não será contabilizado qualquer período com data futura em relação à data de publicação deste edital;
4.8.4.1.4. Caso não seja possível identificar com clareza e precisão as datas de início e término do vínculo, a Comissão Organizadora, Examinadora/Julgadora desconsiderará o respectivo período para fins de pontuação.
4.8.4.2. **CTPS** (Carteira de Trabalho e Previdência Social), física ou digital, folha onde constam os contratos de trabalho e folhas de alterações que constem mudança de função, quando for necessário para indicação do cargo correspondente ao que está concorrendo no presente Processo Seletivo.
4.8.4.2.1. CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) digital, quando não houver registro de baixa do vínculo empregatício, será considerada, para fins de cotabilização de encerramento da experiência, a data de emissão do documento apresentado.
4.8.4.2.2. CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) física, quando não houver registro de baixa do vínculo empregatício, o(a) candidato(a) deverá apresentar documento complementar que comprove o período de permanência no cargo/função, contendo data de início e fim do vínculo.
4.8.4.2.3. Caso não seja possível identificar as datas de início e término do vínculo empregatício, a Comissão Organizadora, Examinadora/Julgadora do processo de seleção desconsiderará o respectivo período para fins de pontuação.
4.8.4.3. ATESTADO/DECLARAÇÃO de tempo de serviço com assinatura e carimbo e/ou assinatura digital do empregador, atestando a função desempenhada com data de início e fim da atividade, bem como local de execução do trabalho.
4.8.5. Não serão consideradas, para fins de pontuação, as atividades de estágio ou atividades extracurriculares.
4.8.6. Serão desconsiderados os documentos apresentados que não contenham todas as informações relacionadas e/ou não permitam uma análise precisa e clara da experiência profissional do(a) candidato(a).
4.8.7. Não serão aceitas documentações após a finalização da inscrição.

CRITÉRIOS PARA DESEMPATE
Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos(as), terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o(a) candidato(a) que:
5.1.1. Idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição deste processo seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso).
5.1.2. Candidato(a) mais idoso.
5.1.3. Sorteio em ato público.
O sorteio ocorrerá em local, dia e horário previamente definido pela Comissão Organizadora, Examinadora/Julgadora do processo de seleção, em ato público, sendo que tal ato será divulgado no Diário Oficial do CONSAMU (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no site www.consamu.com.br.

6. DO RESULTADO E DOS RECURSOS
6.1. O resultado será divulgado através de extrato publicado no Diário Oficial do CONSAMU (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e a íntegra do Edital no site www.consamu.com.br.
6.2. O prazo para recurso é de dois dias a contar da data de publicação do ato a ser impugnado, que será divulgado através de extrato de Edital, no Diário Oficial do CONSAMU (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/), e a íntegra do Edital no site www.consamu.com.br.
6.3. Os recursos e demais documentos devem ser informados via Protocolo on-line, nos prazos e horários definidos neste edital.
6.3.1. O pedido de recurso implicará na reanálise completa da documentação apresentada pelo(a) candidato(a) requerente. Após a reanálise, sua nota/classificação poderá ser eventualmente alterada, seja para mais ou para menos, podendo até mesmo levar à desclassificação do(a) candidato(a), caso não atinja a nota mínima exigida para aprovação.
6.3.1.1. Os recursos interpostos serão respondidos de forma individualizada aos candidatos. Caso o resultado da análise de algum recurso ocasione alteração na classificação geral dos(as) candidatos(as), será publicado no edital de homologação final.
6.3.1.2. Do julgamento do recurso interposto pelo(a) candidato(a) não caberá nenhum recurso à comissão organizadora.
6.3.1.3. Serão indeferidos os recursos interpostos fora do prazo e condições estabelecidas neste Edital.
6.4. Os extratos de homologação, inclusive a homologação das inscrições, resultado final e chamamento serão publicados no Diário Oficial do CONSAMU (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e a íntegra dos Editais no site www.consamu.com.br.
6.5. Homologado o resultado final, passará a fluir o prazo de validade do processo seletivo. Os(As) candidatos(as) aprovados dentro das vagas serão convocados dentro do prazo de validade do processo seletivo, sendo que este terá validade de 06 (seis) meses da data de homologação.
6.6. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento dos editais que serão publicados.

. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
7.1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
7.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da convocação;
7.3. Estar quite com as obrigações eleitorais mediante comprovação;
7.4. Estar quite e liberado do serviço militar, para os(as) candidatos(as) do sexo masculino através de comprovação;
7.5. Possuir documento oficial de identidade e CPF;
7.6. Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestada por certidão negativa de antecedentes criminais, sem ressalvas, expedida pelo cartório criminal;
7.7. Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, atestado por declaração assinada pelo(a) candidato(a);
7.8. Não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou Emprego Público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais n º 19 e 20;
7.9. Não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
7.10. Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso;
7.11. Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do Emprego Público pretendido;
7.12. Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
7.13. Apresentar os demais documentos solicitados no Edital de Convocação para admissão no Emprego Público.
7.14. Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo(a) candidato(a), se aprovado e convocado para admissão no Emprego Público.

. DA CONTRATAÇÃO
A convocação para contratação dos(as) candidatos(as) classificados neste processo seletivo será feita respeitando sempre a ordem de classificação final. O início das atividades no cargo ocorrerá em data a ser definida pelo CONSAMU.

A convocação dos(as) candidatos(as) será feita por extrato de Edital publicado no Diário Oficial do CONSAMU (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e a íntegra do Edital no site www.consamu.com.br.
O(A) candidato(a), quando convocado para contratação, além de atender aos pré-requisitos exigidos para o cargo deverá apresentar, obrigatoriamente, fotocópia autenticada ou simples (se acompanhado do original) dos seguintes documentos:

Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
Comprovante de votação referente à última eleição;
Certidão de nascimento e CPF de filhos menores de 21 (vinte um) anos (quando couber);
Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
Certidão Negativa de Débitos do Conselho Profissional (quando couber);
Declaração firmada pelo(a) candidato(a) da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
Declaração de bens;
Comprovante de Residência;
Carteira de Vacinação atualizada;
Cartão SUS;
01 Foto 3 x 4 recente;
Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da admissão, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da admissão.
- Impressão da consulta de situação regular do CPF.
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos, declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal, e formulário de declaração de bens.
A contratação para o cargo dependerá de exame médico admissional.
O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são partes integrantes do processo seletivo de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do processo seletivo o(a) candidato(a) que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
Será considerado inapto nessa etapa o(a) candidato(a) que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
Uma vez convocados, os aprovados devem entrar em exercício no prazo indicado pelo CONSAMU.

- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Todas as informações referentes a este processo seletivo serão prestadas pelo CONSAMU, Rua Uruguai, nº 283 – Bairro Alto Alegre, Cascavel – Paraná ou através do telefone (45) 3036-7101.
Não haverá justificativa para o não cumprimento pelo(a) candidato(a) dos prazos determinados neste Edital.
A aprovação em lista de cadastro de reserva neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao(à) candidato(a) o direito à contratação, que poderá ocorrer, a exclusivo critério do CONSAMU, dentro do prazo de validade do certame (06 meses), conforme a legislação vigente, e respeitada rigorosamente a ordem de classificação final e a existência de vagas.
São de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) às declarações incompletas, erradas ou desatualizadas e que venham a dificultar quaisquer comunicações necessárias (inclusive convocação) sobre o processo seletivo.
O(A) candidato(a) classificado no processo seletivo deverá, durante o prazo de validade do mesmo, manter atualizado o seu número do telefone e endereço eletrônico, junto ao CONSAMU.
Incorporar-se-ão a este Edital, Editais Complementares, Retificações do Edital e a Resolução do CONSAMU nº 003/2020 e alterações (disponível no Setor de Recursos Humanos do CONSAMU).
A inscrição implicará, por parte do(a) candidato(a), o conhecimento e plena aceitação das normas deste edital.
Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Examinadora / Julgadora do processo de seleção designada pela Portaria nº 189/2026.
Caberá ao Presidente do CONSAMU a homologação do resultado deste processo seletivo.

Cascavel, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

KAROLINE RODRIGUES PASQUALOTTO Presidente da Comissão Organizadora, Examinadora /Julgadora	***THIAGO DAROSS STEFANELLO*** Presidente do CONSAMU

ANEXO I - Atribuições do Emprego Público

ASSISTENTE SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elaborar, executar e avaliar projetos de natureza social, envolvendo grupos, comunidades, associações e organizações populares; Desenvolver ações integradas quanto ao atendimento da realidade social, para subsidiar ações profissionais, comunitárias e governamentais. Planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais na área da saúde.
ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
1. Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais;

2. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
3. Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
4. Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
5. Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
6. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
7. Assessorar e prestar consultoria;
8. Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais mantidas pela administração pública no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
9. Planejar, organizar e administrar o serviço social dos setores onde este se fizer necessário;
10. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais;
11. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
12. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social;
13. Desenvolver ações integradas com outros órgãos, quando se fizer necessário;
14. Desenvolver ações no sentido de alocar recursos financeiros para a execução de projetos sociais;
15. Levantar dados e indicadores de apoio aos programas sociais junto à comunidade, para implantação e execução dos mesmos;
16. Realizar pesquisas na área de saúde ocupacional;
17. Assessorar os superiores em assuntos de sua competência;
18. Promover a organização de grupos de famílias na comunidade para discussão de problemas relativos à prevenção de excepcionalidade, identificação, atendimento, encaminhamento e integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais;
19. Assistir o CONSAMU em assuntos atinentes à sua área de atuação;
20. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:
1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
2. Ser responsável e disciplinado;
3. Comunicar-se de forma clara e concisa;
4. Ter habilidade para trabalhar em equipe;
5. Ser dinâmico e criativo;
6. Ser flexível;
7. Possuir sensibilidade e saber ouvir;
8. Demonstrar habilidades para resolver conflitos e contornar situações adversas;
9. Demonstrar discrição;
10. Demonstrar respeito às diversidades étnicas, culturais, de gênero, de credo, de opção sexual, e outras;
11. Observar os preceitos éticos da atividade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) O atendimento a público externo é inerente à atividade;
b) Manipula documentos sigilosos.

PRÉ-REQUISITOS:
a) Ensino Superior completo em Serviço Social;
b) Registro no Conselho de Classe correspondente.

ENFERMEIRO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Supervisionar e avaliar as ações de enfermagem da equipe no atendimento; executar prescrições médicas por telemedicina; prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de vida, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; prestar a assistência de enfermagem à gestante, a parturiente e ao recém nato; realizar partos sem distócia; participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão; subsidiar os responsáveis pelo desenvolvimento de recursos humanos para as necessidades de educação continuada da equipe; obedecer a Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem; conhecer equipamentos e realizar manobras de extração manual de vítimas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
1. Planejar, organizar, coordenar e avaliar os serviços de enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades de saúde;
2. Padronizar normas e procedimentos de enfermagem com programas de educação continuada;
3. Promover a prevenção e controle de danos que possam ser causados ao paciente durante a assistência de enfermagem;
4. Participar do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
5. Realizar consulta de enfermagem visando identificar problemas no processo saúde-doença, prescrevendo e implantando medidas que contribuam para a promoção, proteção, recuperação ou reabilitação do indivíduo, família ou comunidade;
6. Prescrever assistência e cuidados diretos a pacientes com patologias graves e/ou com risco de morte; executar as ações de assistência de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;
7. Atender pacientes em casos de emergência, ministrando-lhes os primeiros socorros até a chegada do médico;
8. Participar de equipe multidisciplinar na discriminação de ações de saúde a serem prestadas ao indivíduo, família e comunidade, na elaboração de projetos e programas, na supervisão e avaliação de serviços, na capacitação e treinamento dos recursos humanos;
9. Atuar na prevenção e controle sistemático da infecção e de doenças infectocontagiosas;
10. Assistir a gestante, parturiente e puérpera; acompanhar o trabalho de parto, ou efetuar este, na ausência do médico-obstetra, quando não apresentar distócia;
11. Participar dos processos de padronização, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais utilizados pela enfermagem;
12. Participar e/ou elaborar atividades educativas aos trabalhadores para prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais através de campanhas e programas permanentes;
13. Realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos das unidades de saúde e almoxarifado, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo os recursos matérias em perfeito estado de conservação e assepsia;
14. Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
15. Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio;

16. Atuar junto à equipe do serviço de saúde ocupacional no registro de dados de acidente de trabalho, doenças ocupacionais e agentes insalubres que representem riscos à saúde do trabalhador;
17. Dar apoio técnico ao médico do trabalho nas atividades gerais de enfermagem;
18. Prever, prover e controlar o material e equipamentos das unidades de saúde, conforme rotinas pré-estabelecidas;
19. Realizar e/ou colaborar em pesquisa científica na área da saúde;
20. Responder tecnicamente pela supervisão do Serviço de Enfermagem, seja pessoalmente ou por meio de comunicação, orientando quando for o caso os procedimentos a serem realizados nas prescrições de enfermagem e/ou nas condutas estabelecidas pelo médico regulador;
21. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos;
22. Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos mediante aplicação de técnicas apropriadas, bem como seu armazenamento e distribuição;
23. Verificar e comunicar à coordenação equipamentos avariados ou desgastados, solicitando sua substituição, se necessário;
24. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:
1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
2. Ser responsável e disciplinado;
3. Demonstrar flexibilidade e capacidade de adaptar-se às situações;
4. Possuir senso de organização;
5. Possuir autocontrole;
6. Possuir capacidade de atenção e de concentração;
7. Demonstrar sensibilidade e humanização no desenvolver de suas atividades;
8. Demonstrar afetividade;
9. Demonstrar destreza manual;
10. Ser capaz de trabalhar em equipe e possuir habilidades de negociação;
11. Estar apto a interpretar linguagem verbal e não verbal;
12. Possuir capacidade de comunicação;
13. Saber ouvir;
14. Demonstrar capacidade de liderança;
15. Observar os preceitos éticos da atividade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) A exposição a agentes biológicos, físicos e químicos é inerente ao cargo;
b) Manipula documentos sigilosos.

PRÉ-REQUISITOS:
a) Ensino Superior completo em Enfermagem;
b) Registro no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição;
c) Disponibilidade para a capacitação, bem como para a recertificação periódica.

FARMACÊUTICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar tarefas referentes ao desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos, domissanitários e insumos correlatos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, fisioquímicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas de interesse humano; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; realizar fiscalização sobre estabelecimentos, produtos e serviços.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
1. Fazer manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura;
2. Subministrar produtos médicos e cirúrgicos conforme prescrição médica;
3. Selecionar produtos farmacêuticos e criar ou aprimorar critérios e sistemas de dispensação;
4. Avaliar prescrição e indicar medicamento conforme diagnóstico profissional;
5. Dispensar fármacos instruindo o usuário quanto ao período de tratamento e posologia adequada;
6. Instruir sobre medicamentos genéricos, conforme necessário;
7. Pesquisar e avaliar eficácia de tratamento;
8. Produzir medicamentos, alimentos, cosméticos, insumos, imunobiológicos, domissanitários e correlatos;
9. Definir especificações técnicas de matéria- prima, embalagem, materiais, equipamentos e instalações;
10. Selecionar e/ou qualificar fornecedores;
11. Opinar na aquisição de fármacos;
12. Estabelecer e programar procedimentos de produção e manipulação;
13. Controlar dispensação de psicotrópicos e demais fármacos de uso controlado;
14. Analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos verificando qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento;
15. Realizar estudos, análises e testes com plantas medicinais;
16. Efetuar análise bromatológica de alimentos, controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade;
17. Fazer manipulação, análises, estudos de reações e balanceamento de fórmulas de cosméticos;
18. Administrar estoque de medicamentos observando condições de armazenagem e prazo de validade;
19. Coordenar política de medicamento e de serviços farmacológicos;
20. Participar na elaboração de políticas de fármacos propondo protocolos de tratamento e normatização para o uso de medicamentos;
21. Planejar, implementar e coordenar ações de assistência farmacêutica;
22. Elaborar e coordenar ações de fármaco-vigilância;
23. Participar de ações de vigilância epidemiológica;
24. Fiscalizar unidades, produtos e serviços;
25. Instituir normas de fiscalização e orientar quanto ao cumprimento da legislação atinente à matéria;
26. Inspecionar unidades, produtos e serviços, emitindo pareceres;
27. Assistir Diretoria do CONSAMU em assuntos atinentes à sua especialidade;
28. Responder tecnicamente pelo serviço prestados nas unidades, nos termos da legislação aplicável;
29. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:
1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;

2. Ser responsável e disciplinado;
3. Demonstrar flexibilidade e capacidade de adaptar-se às situações;
4. Possuir senso de organização;
5. Possuir capacidade de concentração
6. Demonstrar acuidade visual e olfativa;
7. Ser capaz de trabalhar em equipe e possuir habilidades de negociação;
8. Demonstrar capacidade de comunicação;
9. Demonstrar raciocínio lógico e abstrato;
10. Demonstrar capacidade de liderança;
11. Observar os preceitos éticos da atividade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) Poderá ocorrer exposição a agentes biológicos, físicos e químicos;
b) Manipula documentos sigilosos;
c) Obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual fornecido pelo CONSAMU.

PRÉ-REQUISITOS:
a) Ensino Superior completo em Farmácia;
b) Registro no Conselho de Classe correspondente.

FONOAUDIÓLOGO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realiza avaliação e diagnóstico fonoaudiológico a fim de identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral; emprega técnicas de fonoaudiologia no treinamento fonético, auditivo, de dicção, impostação da voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação de fala. Orienta pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis quanto aos cuidados e treinamentos necessários à prevenção, habilitação e reabilitação de problemas ligados ao aparelho fonador. Demais atividades correlatas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
1. Avaliar as deficiências do paciente, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico;
2. Encaminhar o paciente ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações para solicitar parecer quanto ao melhoramento ou possibilidade de reabilitação;
3. Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica;
4. Programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala e linguagem, expressão do pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, impostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o paciente;
5. Avaliar os resultados do tratamento e dar alta;
6. Aplicar procedimentos de adaptação pré e pós-cirúrgico e de reabilitação em UTI;
7. Aplicar os procedimentos fonoaudiológicos e desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;
8. Opinar quanto às possibilidades fonatórias e auditivas do indivíduo, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação especificas;
9. Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento;
10. Elaborar relatórios, laudos técnicos e registrar dados em sua área de especialidade;
12. Controlar informações, instrumentos e equipamentos necessários à execução eficiente de sua atividade;
13. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:
1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
2. Ser responsável e disciplinado;
3. Demonstrar flexibilidade e capacidade de adaptar-se às situações;
4. Possuir senso de organização;
5. Possuir capacidade de concentração;
6. Prestar atendimento humanizado;
7. Saber ouvir;
8. Demonstrar empatia;
9. Ser capaz de trabalhar em equipe e possuir habilidades de negociação;
10. Demonstrar capacidade de comunicação;
11. Saber lidar com angústias e frustrações;
12. Demonstrar capacidade de liderança;
13. Observar os preceitos éticos da atividade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) Poderá ocorrer exposição a agentes biológicos, físicos e químicos.

PRÉ-REQUISITOS:
a) Ensino Superior completo em Fonoaudiologia;
b) Registro no Conselho de Classe correspondente.

MÉDICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a atividade médica e a regulação médica, nos termos pactuado pelo SUS e legislação aplicável a espécie; conhecer a rede de serviços da região; manter uma visão global e permanentemente atualizada dos meios disponíveis para o atendimento pré-hospitalar e das portas de urgência, checando periodicamente sua capacidade operacional; recepção dos chamados de auxílio, análise da demanda, classificação em prioridades de atendimento, seleção de meios para atendimento (melhor resposta), acompanhamento do atendimento local, determinação do local de destino do paciente, orientação telefônica; manter contato diário com os serviços médicos de emergência integrados ao sistema; prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, quando indicado, realizando os atos médicos possíveis e necessários ao nível pré-hospitalar; exercer o controle operacional da equipe assistencial; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão; avaliar o desempenho da equipe e subsidiar os responsáveis pelo programa de educação continuada do serviço; obedecer às normas técnicas vigentes no serviço; preencher os documentos inerentes à atividade do médico regulador e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, de acordo com a área de atuação, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos ou outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem

como propor medidas preventivas de saúde; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico e, se necessário, solicitar exames complementares ou encaminhá-lo a especialista. Solicitar exames, quando necessário, efetuando o acompanhamento do tratamento. Realizar, de acordo com a área de atuação, intervenções cirúrgicas, utilizando recursos técnicos e materiais apropriados para extrair órgãos ou tecidos patológicos ou traumatizados, corrigir sequelas ou lesões ou estabelecer diagnóstico cirúrgico. Atender tratamentos clínicos ambulatoriais e hospitalares, avaliando e acompanhando o desenvolvimento do quadro clínico do paciente. Emitir pareceres sobre assuntos de sua especialidade. Dar plantão nas unidades, assistindo pacientes com o intuito de assegurar seu bem-estar. Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico. Coordenar e dar encaminhamento a problemas sanitários, adotando medidas corretivas, quando de surtos. Responsabilizar-se pelos materiais (drogas, reagentes, etc), equipamentos e instrumentos da área de atuação. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços. Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como local de trabalho. Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento. Executar outras tarefas correlatas conforme necessidade ou a critério de seu superior. Apresentar e discutir questões referentes a planejamento e políticas de saúde e algumas metodologias envolvendo análise ambiental, assim como analisando o dimensionamento e alocação de recursos e programação em saúde.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

1. Elaborar e executar ações de assistência médica em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
2. Realizar as atividades clínicas correspondentes ás áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde;
3. Realizar consultas médicas, executando anamnese e exames físicos que possibilitem hipóteses diagnósticas;
4. Realizar o atendimento de urgência e emergência de acordo com as normas instituídas pelos órgãos competentes, atendendo a legislação aplicável a espécie;
5. Solicitar e/ou realizar exames complementares e interpretá-los;
6. Planejar e prescrever o tratamento dos pacientes, indicando a terapêutica mais adequada ao caso;
7. Determinar por escrito a administração de medicamentos e/ou cuidados especiais;
8. Implementar ações para promoção da saúde;
9. Coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas;
10. Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
11. Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;
12. Efetuar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências, inclusive realizando partos, quando necessário;
13. Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde da Família, por meio de um sistema de acompanhamento de referência e contrarreferência;
14. Indicar internação hospitalar ou encaminhamento a unidade apropriada;
15. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica;
16. Participar de equipe multidisciplinar na elaboração de diagnóstico de saúde, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, a fim de estabelecer as prioridades de trabalho;
17. Participar na elaboração e/ou adequação de programas, normas e rotinas visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde;
18. Participar ativamente de equipe multiprofissional com vistas à inclusão do portador de necessidades especiais – PNE, bem como acompanhamento deste no desenvolvimento de suas atividades;
19. Dar orientação e acompanhamento aos acadêmicos dos cursos da área de saúde.
20. Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhoria da assistência global.
21. Cumprir normas e regulamentos da Unidade de lotação;
22. Solicitar e/ou realizar exames complementares e interpretá-los;
23. Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico, quando designado;
24. Verificar, constatar e/ou atestar o óbito conforme instrução normativa específica do CONSAMU;
25. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:

1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
2. Ser responsável e disciplinado;
3. Demonstrar comprometimento;
4. Prestar atendimento humanizado à população.
5. Apresentar capacidade de atenção seletiva;
6. Possuir capacidade de raciocínio lógico e abstrato;
7. Ser tolerante e altruísta;
8. Ser empático aos pacientes;
9. Demonstrar rapidez de percepção;
10. Possuir habilidade de lidar com situações adversas;
11. Ter habilidade de trabalhar em equipe;
12. Comunicar-se de forma clara e eficiente;
13. Possuir capacidade de interpretar linguagem verbal e não-verbal;
14. Ser capaz de adequar linguagem ao público onde estiver inserido;
15. Saber ouvir;
16. Possuir capacidade de liderança;
17. Ser resolutivo e imparcial;
18. Atuar segundo os preceitos éticos da profissão;
19. Destreza manual e física para trabalhar em unidades móveis;
20. Disposição para cumprir ações orientadas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) A exposição a agentes biológicos, físicos e químicos é inerente ao cargo;
b) Manipula documentos sigilosos.

PRÉ-REQUISITOS:

a) Ensino Superior completo em Medicina;
b) Especialização na área, quando couber;
c) Registro no Conselho de Classe correspondente;

d) Disponibilidade para a capacitação, bem como para a recertificação periódica.

MOTORISTA SOCORRISTA (Condutor de Ambulância)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; conhecer a malha viária local; conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local, auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; realizar medidas reanimação cardiorrespiratória básica; identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde.
ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:
1. Dirigir veículos e caminhões de pequeno, médio e grande porte, quando solicitado, conduzindo-os no trajeto indicado respeitando as normas de trânsito e circulação para cada veículo;
2. Conduzir veículo terrestre de urgência padronizado pelo código sanitário e pela regulamentação aplicável a espécie, obedecendo aos padrões de capacitação e atuação;
3. Efetuar o transporte de materiais de trabalho, encomendas, volumes, mercadorias e documentos, conduzindo-os ao local de entrega;
4. Vistoriar o veículo rotineiramente, verificando o estado dos pneus, nível de combustível, água, óleo e motor, ou seja, vistoriar as condições gerais do veículo;
5. Efetuar testes no sistema de frenagem e parte elétrica dos veículos sob sua responsabilidade, para certificar-se das condições de funcionamento dos mesmos;
6. Zelar pelo bom andamento da viagem ou trajeto, adotando as medidas necessárias para prevenir incidentes, garantindo a segurança dos transportados, pedestres e outros veículos, bem como a integridade dos materiais transportados;
7. Zelar pela manutenção e proceder à limpeza dos veículos, comunicando a quem couber qualquer irregularidade/alteração observada, para que possam ser providenciados os reparos necessários ao bom funcionamento dos veículos;
8. Prestar contas, via relatório e/ou verbal quando solicitado, dos serviços realizados e o itinerário percorrido, bem como das condições do veículo;
9. Acomodar ocupantes no veículo;
10. Liberar embarque e desembarque em local seguro e permitido;
11. Acondicionar a carga no veículo;
12. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
13. Controlar o consumo de combustível e lubrificante, efetuando abastecimento e lubrificação do veículo;
14. Observar prazos ou quilometragem para revisões;
15. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
16. Utilizar equipamentos e dispositivos especiais, como tacógrafo ou software de navegação, rádio comunicador, celular, observando o funcionamento correto dos mesmos;
17. Aferir equipamentos de comunicação;
18. Operar sistema de comunicação disponibilizado pelo CONSAMU para comunicar-se com a central de regulação médica e com outros setores;
19. Atuar como parte da equipe no atendimento a vítima, sob orientação e fiscalização da equipe de enfermagem ou médica;
20. Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio;
21. Desenvolver ações orientadas no atendimento de pacientes, auxiliando a equipe médica e de enfermagem;
22. Efetuar o transporte de funcionários quando e em razão de trabalhos da empresa;
23. Verificar e comunicar à coordenação equipamentos avariados ou desgastados, solicitando sua substituição, se necessário;
24. Executar outras atividades correlatas ao cargo.
COMPETÊNCIAS PESSOAIS:
1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
2. Possuir disciplina e responsabilidade;
3. Desenvolver dirigibilidade para carga viva;
4. Dirigir defensivamente;
5. Conhecer e respeitar as leis de trânsito;
6. Demonstrar zelo pelo material transportado e pela segurança dos ocupantes do veículo;
7. Demonstrar capacidade de resistência física e respeitar os limites desta;
8. Manter postura profissional no vestir, falar e portar-se;
9. Demonstrar iniciativa e interesse no trabalho;
10. Respeitar horários e escalas de trabalho;
11. Possuir capacidade visual espacial;
12. Trabalhar sob pressão;
13. Demonstrar noções básicas de mecânica de veículos e direção econômica;
14. Possuir habilidades para efetuar leituras cartográficas a fim de elaborar itinerários;
15. Disposição para cumprir ações orientadas.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) Poderá ocorrer exposição a agentes biológicos, físicos e químicos;
b) Obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual fornecido pelo CONSAMU.
PRÉ-REQUISITOS:
a) Ensino Médio completo;
b) Maior de vinte e um anos;
c) Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, Categoria mínima D, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie);
d) Disponibilidade para a capacitação, bem como para a recertificação periódica.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exerce atividades auxiliares, de nível técnico, sendo habilitado para o atendimento de saúde, integrando sua equipe. Além da intervenção conservadora no atendimento do paciente, é habilitado a realizar procedimentos a ele delegados, sob supervisão direta ou à distância do profissional Enfermeiro, dentro do âmbito de sua qualificação profissional. Organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem estar, administrar medicamentos e atuar em pequenas cirurgias, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

1. Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos pacientes, segundo prescrição médica e de enfermagem;
2. Preparar e administrar medicações segundo prescrição médica, e sob supervisão direta ou indireta do Enfermeiro, quando necessitar desta;
3. Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;
4. Realizar a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura e eficaz;
5. Auxiliar nos atendimentos e procedimentos de promoção à saúde;
6. Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;
7. Auxiliar o Enfermeiro na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;
8. Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos mediante aplicação de técnicas apropriadas, bem como seu armazenamento e distribuição;
9. Verificar e comunicar à coordenação equipamentos avariados ou desgastados, solicitando sua substituição, se necessário;
10. Colaborar no desenvolvimento de programas educativos, atuando no treinamento e capacitação de pessoal auxiliar de atividades de enfermagem;
11. Realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos das unidades e almoxarifado, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo os recursos matérias em perfeito estado de conservação e assepsia;
12. Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
13. Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
14. Comunicar-se com as equipes das ambulâncias e unidades externas e internas para realizar o controle operacional da frota de veículos de emergência, através aparelhos de rádio e telefônicos;
15. Receber e realizar chamadas telefônicas internas e externas;
16. Estabelecer contato com hospitais e serviços de saúde de referência a fim de colher dados e trocar informações;
17. Atender às determinações do médico regulador;
18. Operar terminal de computador, preencher campos com códigos próprios em programa específico, imprimir solicitação e encaminhando na forma estabelecida;
19. Executar tarefas de apoio administrativo, rotineiras e padronizadas, referente à sua área de trabalho;
20. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:

1. Disposição para cumprir ações orientadas;
2. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
3. Ser responsável e disciplinado;
4. Demonstrar iniciativa e criatividade;
5. Ser flexível e dinâmico;
6. Possuir habilidades de comunicação falada e escrita;
7. Estar apto a contornar situações adversas;
8. Possuir empatia no relacionamento interpessoal;
9. Ter habilidade para trabalhar em equipe;
10. Possuir capacidade de observação e atenção;
11. Ser compreensivo;
12. Prestar atendimento humanizado;
13. Saber ouvir e demonstrar empatia;
14. Possuir coordenação motora fina;
15. Ter capacidade de persuasão;
16. Observar os preceitos éticos da atividade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) A exposição a agentes biológicos, físicos e químicos é inerente ao cargo;
b) Manipula documentos sigilosos.

PRÉ-REQUISITOS:

a) Ensino Médio completo;
b) Curso Técnico em Enfermagem legalmente reconhecido;
c) Registro no Conselho de Classe correspondente;
d) Disponibilidade para a capacitação, bem como para a recertificação periódica.

TÉCNICO EM FARMÁCIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Receber, conferir, classificar, armazenar e distribuir medicamentos e insumos farmacêuticos. Controlar o estoque de medicamentos e insumos farmacêuticos, sob a supervisão direta do farmacêutico. Executar tarefas administrativas referentes à área de atuação. Desempenhar outras atividades correlatas.

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

1. Receber os medicamentos e insumos farmacêuticos no local de trabalho, conferindo conforme solicitado;
2. Classificar e armazenar os produtos de forma adequada e organizada;
3. Registrar a saída de medicamentos e insumos farmacêuticos, conforme distribuição realizada aos usuários;
4. Controlar condições de armazenamento e prazos de validade de medicamentos e insumos, sob supervisão do farmacêutico
5. Manter o local de trabalho higienizado e organizado, conforme a legislação vigente;
6. Encaminhar para descarte os produtos vencidos e materiais contaminados;
7. Fracionar medicamentos e substâncias correlatas, quando for necessária a distribuição em doses individuais, sob supervisão direta do farmacêutico;
8. Executar tarefas administrativas referentes à área de atuação;
9. Desempenhar outras atividades correlatas.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS:

1. Possuir autocontrole e equilíbrio emocional;
2. Ser responsável e disciplinado;
3. Comunicar-se de forma clara e concisa;
4. Ter habilidade para trabalhar em equipe;
5. Possuir raciocínio lógico e efetuar cálculos;
6. Relacionar-se de maneira urbana e gentil;
7. Ser dinâmico e criativo;
8. Ser resolutivo;
9. Observar os preceitos éticos da atividade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) Poderá ocorrer exposição a agentes biológicos, físicos e químicos;
b) Manipula documentos sigilosos;
c) Obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual fornecido pelo CONSAMU.
PRÉ-REQUISITOS:
a) Ensino Médio completo;
b) Curso Técnico em Farmácia legalmente reconhecido.

ANEXO II
QUADRO DE VAGAS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

ASSISTENTE SOCIAL

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Assistente Social Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 3.367,17 + Benefícios	30h	Marechal Cândido Rondon - PR
Assistente Social Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 3.367,17 + Benefícios	30h	Cascavel - PR

CR= CADASTRO RESERVA

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Pós Graduação/Especialização	1,25 pontos/curso	2,5
Tempo de serviço como Assistente Social em UPA e/ou HOSPITAL. **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	4,0
Tempo de serviço como Assistente Social em outros estabelecimentos de saúde (diferente de UPA e/ou HOSPITAL) **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	2,0
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. **Carga horária mínima de 04h para cada certificado.* **Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo*	0,5 pontos/curso	1,5
	TOTAL	10,0

PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

ENFERMEIRO

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Enfermeiro Lotação Inicial: HOSPITAL	02 + CR	R$ 4.520,91 + Benefícios	40h	Cafelândia – PR
Enfermeiro Lotação Inicial: UPA	02 + CR	R$ 4.520,91 + Benefícios	40h	Toledo - PR
Enfermeiro Lotação Inicial: CONSAMU	02 + CR	R$ 4.520,91 + Benefícios	40h	Guaíra – PR
Enfermeiro Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 4.520,91 + Benefícios	40h	Palotina – PR
Enfermeiro Lotação Inicial: SAMU	01 + CR	R$ 4.520,91 + Benefícios	40h	Santa Helena – PR

CR= CADASTRO RESERVA

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Pós Graduação/Especialização	1,25 pontos/curso	2,5
Tempo de serviço como Enfermeiro em SAMU, UPA e/ou HOSPITAL. **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	4,0
Tempo de serviço como Enfermeiro em outros estabelecimentos de saúde (diferente de SAMU, UPA e/ou HOSPITAL) **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	2,0
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. **Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.* **Carga horária mínima de 4h para cada certificado.*	0,5 pontos/curso	1,5
	TOTAL	10,0

PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

FARMACÊUTICO

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Farmacêutico Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 4.570,43 + Benefícios	40h	Marechal Cândido Rondon - PR

CR= CADASTRO RESERVA

b) CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Pós Graduação/Especialização	1,25 pontos	2,5
Tempo de serviço como Farmacêutico em UPA e/ou HOSPITAL. **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	4,0
Tempo de serviço como Farmacêutico em outros estabelecimentos de saúde (diferente de UPA e/ou HOSPITAL) **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	2,0
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. **Carga horária mínima de 04h para cada certificado.* **Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo*	0,5 pontos/curso	1,5
	TOTAL	10,0

PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

FONOAUDIÓLOGO

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Fonaudiólogo Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 3.910,96 + benefícios	40h	Cascavel - PR

CR= CADASTRO RESERVA

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Pós Graduação/Especialização	1,25 pontos/curso	2,5
Tempo de serviço como Fonoaudiólogo em HOSPITAL. **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	4,0
Tempo de serviço como Fonoaudiólogo em outros estabelecimentos de saúde (diferente de HOSPITAL) **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	2,0
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. **Carga horária mínima de 04h para cada certificado.* **Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo*	0,5 pontos/curso	1,5
	TOTAL	10,0

c) PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

MÉDICO

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
MÉDICO 24 horas Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 14.011,78 + Benefícios	24h	Cascavel – PR
MÉDICO 12 horas Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 7.005,89 + Benefícios	12h	Cascavel – PR
MÉDICO 12 horas Lotação Inicial: UPA	01 + CR	R$ 7.005,89 + Benefícios	12h	Guaíra – PR
MÉDICO 12 horas Lotação Inicial: UPA	01 + CR	R$ 7.005,89 + Benefícios	12h	Toledo - PR

CR= CADASTRO RESERVA

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Pós Graduação/Especialização	1,25 pontos/curso	2,5
Mestrado	1,4 pontos/curso	1,4
Experiência profissional, como Médico, na área de Medicina Intensiva, clinica, Urgência/Emergência e/ou atendimento médico pré-hospitalar/hospitalar. **Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular.*	0,2 pontos/mês	3,6
Certificado de curso de Suporte Avançado à Vida no Trauma (ATLS), Suporte Avançado à Vida em Cardiologia (ACLS), Suporte Avançado à Vida em Pediatria (PALS), Suporte à Vida no Trauma Pré-Hospitalar (PHTLS) e/ou Fundamentos de Suporte em Medicina Crítica (FCCS)	1,25 ponto/curso	2,5
	TOTAL	10,0

c) PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

MOTORISTA SOCORRISTA (condutor de ambulância)

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Motorista Socorrista (condutor de ambulância) Lotação Inicial: SAMU	01 + CR	R$ 2.299,33 + Benefícios	40h	Marechal Cândido Rondon – PR
Motorista Socorrista (condutor de ambulância) Lotação Inicial: SAMU	01 + CR	R$ 2.299,33 + Benefícios	40h	São José das Palmeiras – PR

CR= CADASTRO RESERVA

b) CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Graduação e/ou Curso Técnico em qualquer área.	1,5 pontos	1,5
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. *Carga horária mínima de 04h para cada certificado. *Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.	0,5 pontos/curso	1,5
Tempo de serviço como motorista no SAMU.	0,2 pontos/mês	4,0
Tempo de serviço como motorista em outros estabelecimentos de Saúde (diferente de SAMU)	0,2 pontos/mês	2,0
Tempo de serviço como motorista profissional (local diferente de estabelecimento de saúde)	0,2 pontos/mês	1,0
	TOTAL	10,0

c) PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: CONSAMU	02 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	Marechal Cândido Rondon - PR
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: CONSAMU	01 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	Guaíra - PR
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: CONSAMU	03 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	Palotina - PR
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: SAMU	01 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	Terra Roxa - PR
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: SAMU	01 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	Tupãssi - PR
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: SAMU	01 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	São José das Palmeiras - PR
Técnico em Enfermagem Lotação Inicial: HOSPITAL	03 + CR	R$ 2.299,33 + benefícios	40h	Cafelandia - PR

CR= CADASTRO RESERVA

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Graduação em qualquer área	2,0 pontos	2,0
Tempo de serviço como Técnico em Enfermagem em SAMU, UPA e/ou HOSPITAL (Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular).	0,2 pontos/mês	4,0
Tempo de serviço como Técnico em Enfermagem em outros estabelecimentos diferentes de SAMU, UPA e/ou HOSPITAL (Não será pontuado como experiência profissional estágio curricular ou extracurricular).	0,2 pontos/mês	3,0
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. *Carga horária mínima de 04h para cada certificado. *Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo	0,5 pontos/mês	1,0
	TOTAL	10,0

c) PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

TÉCNICO EM FARMÁCIA

QUADRO DE VAGAS

Emprego Público	Vagas	Salário	Carga horária semanal	Cidade
Técnico em Farmácia Lotação inicial: CONSAMU	03 + CR	R$ 2.208,56 + Benefícios	40h	Cascavel – PR
Técnico em Farmácia Lotação inicial: CONSAMU	03 + CR	R$ 2.208,56 + Benefícios	40h	Cafelândia – PR

CR= CADASTRO RESERVA

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO CURRÍCULO

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
Graduação em qualquer área	2,0 pontos	2,0
Tempo de serviço como Técnico em Farmácia	0,5 pontos/mês	5,0
Participação em Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios e Congressos, desde que relacionados com o cargo de inscrição (como participante e/ou ouvinte), com a data de início do evento dentro dos últimos cinco anos, contados da data de encerramento do período para entrega dos títulos. *Carga horária mínima de 04h para cada certificado. *Certificados sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo	0,5 pontos/mês	3,0
	TOTAL	10,0

c) PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA CLASSIFICAÇÃO: 0,5 PONTOS

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:A4DF0170

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA - 4º BIMESTRE

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
IN 36/2009- TCE-PR				R$ 1,00
Receitas	**Previsão Inicial**	**Previsão Atualizada (a)**	**Receitas Realizadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
RECEITAS CORRENTES	47.993.126,00	51.909.649,25	33.371.122,04	64,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.522.872,00	1.522.872,00	1.830.964,17	120,23
Contribuições	267.800,00	267.800,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.497.776,00	2.592.809,33	810.929,71	31,28
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.238,00	9.238,00	694,65	7,52
Transferências Correntes	43.077.440,00	46.898.929,92	30.404.618,30	64,83
Outras Receitas Correntes	618.000,00	618.000,00	323.915,21	52,41
RECEITAS DE CAPITAL	6.874,00	27.294.805,84	3.760.950,32	13,78
Operações de Crédito	6.874,00	6.874,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	27.287.931,84	3.760.950,32	13,78
TOTAL	48.000.000,00	79.204.455,09	37.132.072,36	46,88
Despesas com Assistência (Grupo de Natureza de Despesa)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (a)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (b)	**% (b/a)**
DESPESAS CORRENTES	3.890.731,66	2.469.804,11	718.940,69	29,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.879.731,66	2.458.804,11	718.940,69	29,24
DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	60.000,00	45.508,83	75,85
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	45.508,83	91,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.950.731,66	2.529.804,11	764.449,52	30,22
Despesas com Assistência (243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (c)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (d)	**% (d/c)**
DESPESAS CORRENTES	297.949,00	569.641,73	225.819,93	39,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	88.500,00	361.375,37	82.106,73	22,72
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	209.449,00	208.266,36	143.713,20	69,00
DESPESAS DE CAPITAL	27.039,00	19.539,00	1.260,00	6,45
INVESTIMENTOS	27.039,00	19.539,00	1.260,00	6,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	324.988,00	589.180,73	227.079,93	38,54
Despesas com Assistência (SubFunção)	**Dotação Inicial**	**Dotação Atualizada (e)**	**Despesas Empenhadas**	
			Até Período (f)	**% (f/e)**
(243 - Assistência à Criança e ao Adolescente)	324.988,00	589.180,73	227.079,93	38,54
TOTAL	324.988,00	589.180,73	227.079,93	38,54
Percentual (Relação à Receita)	**% (e/a)**	**% (f/b)**		
	0,74	0,61		

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:0BAC53C6

SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - 4° BIMESTRE

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
		Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.308.591,00	1.598.430,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	181.362,00	77.518,04
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	137.121,00	81.974,81

1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	659.082,00	848.186,07
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	331.026,00	590.751,87
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.435.362,30	25.672.998,12
2.1- Cota-Parte FPM	20.177.567,30	14.748.764,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.000.000,00	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.177.567,30	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	14.851.970,00	10.564.232,18
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	190.383,00	168.204,00
2.4- Cota-Parte ITR	75.568,00	13.013,86
2.5- Cota-Parte IPVA	139.874,00	178.783,33
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**36.743.953,30**	**27.271.428,91**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**6.451.559,00**	**4.958.749,96**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**2.734.429,33**	**1.859.107,27**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	8.280.498,00	4.618.576,54
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.280.498,00	4.614.391,40
6.1.1- Principal	8.227.782,00	4.555.575,89
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	52.716,00	58.815,51
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	4.185,14
6.3.1- Principal	0,00	4.185,14
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**1.776.223,00**	**-403.174,07**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.130.401,58	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.130.401,58	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.748.978,12**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.280.498,00	5.143.836,89	4.971.432,07	4.944.456,80	172.404,82
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.922.843,00	3.258.769,28	3.258.769,28	3.258.769,28	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	5.922.843,00	3.258.769,28	3.258.769,28	3.258.769,28	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.357.655,00	1.885.067,61	1.712.662,79	1.685.687,52	172.404,82
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	2.357.655,00	1.885.067,61	1.712.662,79	1.685.687,52	172.404,82
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.143.836,89	4.971.432,07	4.944.456,80	172.404,82	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.143.836,89	4.971.432,07	4.944.456,80	172.404,82	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.258.769,28	3.258.769,28	3.258.769,28	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.233.003,58	3.258.769,28	3.258.769,28	70,56
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.092,57	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	627,77	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	461.857,65	-352.855,53	-352.855,53	0,00	-7,64

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	699.488,80	1.130.401,58	101.525,87	0,00	1.028.875,71	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	694.812,91	1.036.672,94	0,00	0,00	1.036.672,94	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	4.675,89	93.728,64	101.525,87	0,00	-7.797,23	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.578.807,70	2.158.156,62	1.671.130,33	1.393.491,45	487.026,29
20.1- Educação Infantil	285.000,00	780,00	0,00	0,00	780,00
20.2- Ensino Fundamental	4.288.807,70	2.157.376,62	1.671.130,33	1.393.491,45	486.246,29
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	12.856.305,03	7.341.523,49	6.642.562,40	6.337.948,25	698.961,09
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	285.000,00	40.309,98	0,00	0,00	40.309,98
21.1.1- Creche	285.000,00	40.309,98	0,00	0,00	40.309,98
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	12.571.305,03	7.301.213,51	6.642.562,40	6.337.948,25	658.651,11

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.671.130,33
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.958.749,96
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	55.324,97
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	66.606,08
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**6.507.949,24**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.817.857,23	6.507.949,24	23,86

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.042.294,08	-35.471,76	241.307,30	66.606,08	734.380,70
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	339.471,56	0,00	0,00	8.099,72	331.371,84
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	666.262,99	-35.471,76	212.059,68	58.506,36	395.696,95
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	36.559,53	0,00	29.247,62	0,00	7.311,91

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			14.200.588,21		410.523,67
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			529.321,00		391.594,90
31.1.1- Salário-Educação			529.321,00		391.594,90
31.1.2- PDDE			0,00		0,00
31.1.3- PNAE			0,00		0,00
31.1.4 - PNATE			0,00		0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE			0,00		0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			13.654.551,21		0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			0,00		0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00		0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			16.716,00		18.928,77
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	16.778.095,77	1.874.900,81	1.818.779,22	1.453.749,52	56.121,59
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.164.917,18	145.479,29	143.480,59	143.480,59	1.998,70
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	12.613.178,59	1.729.421,52	1.675.298,63	1.310.268,93	54.122,89
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	29.641.400,80	9.179.893,65	8.464.340,95	7.794.697,10	715.552,70
33.1- Despesas Correntes	15.128.418,64	8.817.610,80	8.282.188,05	7.693.926,68	535.422,75
33.1.1- Pessoal Ativo	9.323.199,05	5.544.503,44	5.544.503,44	5.422.315,69	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	5.805.219,59	3.273.107,36	2.737.684,61	2.271.610,99	535.422,75
33.2- Despesas de Capital	14.512.982,16	362.282,85	182.152,90	100.770,42	180.129,95
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	14.512.982,16	362.282,85	182.152,90	100.770,42	180.129,95

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	119.756,51	285.959,82
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.618.576,54	391.594,90
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.188.763,43	429.730,77
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-450.430,38	247.823,95
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	261.731,59	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-188.698,79	247.823,95
Notas Explicativas		

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:3604B461

SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA - 4° BIMESTRE

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	48.000.000,00
Previsão Atualizada	79.204.455,09
Receitas Realizadas	37.132.072,36
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	6.856.337,82
DESPESAS	
Dotação Inicial	44.640.000,00
Dotação Atualizada	82.700.792,91
Despesas Empenhadas	39.050.516,32
Despesas Liquidadas	36.337.384,87
Despesas Pagas	33.567.932,35
Superávit Orçamentário	794.687,49
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	39.050.516,32
Despesas Liquidadas	36.337.384,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	53.249.597,16
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.550.155,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	51.550.155,53
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)

Resultado Primário - Acima da Linha	4.751.000,00	-261.258,47	-5,50
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	3.739.284,87	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.915.627,88	8.099,72	1.548.931,50	1.358.596,66
Poder Executivo	2.915.627,88	8.099,72	1.548.931,50	1.358.596,66
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.594.693,81	2.557.372,00	1.564.946,81	472.375,00
Poder Executivo	4.594.693,81	2.557.372,00	1.564.946,81	472.375,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.510.321,69	2.565.471,72	3.113.878,31	1.830.971,66

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.507.949,24	25,00	23,86
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.258.769,28	70,00	70,56
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	0,00		6.874,00	
Despesa de Capital Líquida	5.939.782,46		27.764.796,69	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	40.025.188,33	40.139.755,95	24.575.970,02	11.878,78
Despesas Previdenciárias	23.565.542,24	43.114.732,49	60.399.595,63	43.708.503,58
Resultado Previdenciário	16.459.646,09	-2.974.976,54	-35.823.625,61	-43.696.624,80
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	69,79		-69,79	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.178.944,52		15,00	15,83
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:795DBAB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
EDITAL N. 07/2026 - CMDCA

EDITAL N. 07/2026 - CMDCA
EDITAL FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR E SUPLENTES – GESTÃO 2024/2027- ETAPAS 01 E 02 - POSSE IMEDIATA, APÓS O TÉRMINO DO PROCESSO
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARAQUEÇA/PR, através da Comissão Especial Responsável pelas eleições do Conselho tutelar, no uso da atribuição que lhe é conferida pela LEI 686/2018, torna público o presente **EDITAL DE APROVADOS NA PROVA OBJETIVA EM ÓRDEM ALFABÉTICA COM OS CRITÉRIOS DISPOSOTOS NO EDITAL 001/2026.**
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O município de GUARAQUEÇABA, formalizou o contrato nº 71/2026, com a empresa ESPAÇO DA FAMÍLIA E SAÚDE INTEGRAL ACREDITAR E COMPARTILHAR LTDA, para Prestação de Serviço Técnico Especializado de Planejamento e Execução de Processo Seletivo Suplementar para os Membros do Conselho Tutelar de Guaraqueçaba – Gestão 2024/2027.
Coube à empresa:
Constituir Banca Examinadora para elaboração do caderno de exame e do cartão resposta para o processo seletivo, com 20 questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas, sendo apenas uma alternativa correta, sendo: 10 (dez) de conhecimentos específicos; 05 (cinco) de conhecimentos de Língua Portuguesa e 05 (cinco) de conhecimentos informática básica;
Expedir edital sobre o regramento para realização do exame de conhecimentos e ensalamento. O referido edital, foi validado pela Comissão Eleitoral, publicado por meio do Edital 0001/2026, expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo que o mesmo teve sua publicação por canal oficial do município;
A realização do exame se deu no dia 30/08/2026, nas dependências da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, Rua Maria Carolina de Lisboa n.º 350, Guaraqueçaba – PR, com início às 13h00, conforme edital;
Foi disponibilizado o Gabarito preliminar no dia 30/08/2026, e o resultado da prova escrita em 01/09/2026, ao representante do CMDCA;
Conforme edital foi aberto prazo para interposição de recurso, o qual ocorreu entre os dias 00h01min do dia 03/09/2026 até as 23h59min do dia 04/09/2026;
Foi realizado leitura correção dos cartões resposta;
Não foram interpostos recursos, assim dispensada a análise da banca.
No presente Edital consta: o Gabarito Definitivo do caderno de exame e a listagem dos (as)
candidatos (as) que realizaram o exame, bem como sua classificação - ANEXO ÚNICO.

I - GABARITO DEFINITIVO
GABARITO DEFINITIVO DO CADERNO DE EXAME para o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	B	B	C	A	C	D	A	B	D	B	B	A	A	B	C	A	C

*** NENHUMA QUESTÃO FOI ANULADA ou ALTERADA**
** NENHUM RECURSO INTERPOSTO*
II – SEGUNDA FASE - REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
A Avaliação Psicológica foi realizada no dia 13/09/2026 nas dependências da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, Rua Maria Carolina de Lisboa n.º 350, Guaraqueçaba – PR, com início às 13h00, conforme edital;
Compareceram os (as) candidatos (as) aprovados na primeira fase, com resultado de Aptos para exercerem a função. Assim, não houve desclassificação e ou impedimentos para o exercício da atividade de Conselheiro (a) Tutelar.
A avaliação transcorreu sem intercorrências.
III - RELAÇÃO DOS (AS) CANDIDATOS (AS) E SITUAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO NO EXAME - ANEXO ÚNICO
Observações:
1) Consideram-se classificados (as) os (as) candidatos (as) que atingiram porcentagem igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de acerto de questões e foram considerados aptos para exercerem a função conforme avaliação psicológica.
2) Ressalta-se que todas as etapas do processo seletivo cumpriram os prazos estabelecidos no cronograma publicado pelo Edital nº 01/2026 e suas retificações.
Segue anexo único com a relação dos (as) candidatos (as) e situação de classificação no exame.
Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS (AS) CANDIDATOS (AS) POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Colocação	NOME	CPF	FASE 1	FASE 2
1	Fabiana Rodrigues Ferreira	064.XXX.869-XX	100	Apta para exercer a função
2	Erich Niceto Grobe	103.XXX.139-XX	95*	Apto para exercer a função
3	Tatiane Pinto Fernandes Barreto	057.XXX.079-XX	95**	Apta para exercer a função

*** erro em uma questão de Língua Portuguesa;**
**** erro em uma questão de conhecimentos específicos.**

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público

GUARAQUEÇABA, 15 de setembro de 2026

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:7FE814E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 174 SUPLEMENTAR

DECRETO 174

"Abre crédito adicional de remanejamento no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais)."

O PREFEITO DE HONóRIO SERPA, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III e 167 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 e IN 11/2007 e 233/08-DCM TCE-PR, e na Lei Municipal nº 1081 de 11 de Dezembro de 2025:
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional de remanejamento, com base em anulação parcial da dotação, no valor de R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguintes dotações orçamentárias:

CRÉDITO ADICIONAL DE REMANEJAMENTO		
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 06.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Funcional Programática: 06.001.0004.0122.0017.2012	**Atividade:** O Departamento de Administração em um município é responsável pela gestão organizacional e pelo suporte às demais secretarias e setores públicos. Suas atividades incluem o controle de recursos humanos, patrimônio, almoxarifado, contratos, licitações e serviços gerais. Também atua na manutenção da estrutura física dos prédios públicos e na organização de processos administrativos. O departamento assegura o funcionamento eficiente da máquina pública, promovendo transparência, legalidade e eficiência na utilização dos recursos. Seu trabalho é essencial para garantir a qualidade dos serviços oferecidos à população e o bom andamento da gestão municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 100.000,00

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS		
Unidade Orçamentária: 21.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	
Funcional Programática: 21.001.0015.0452.0035.2091	**Atividade:** A ação de Manutenção do Departamento Municipal de Serviços Urbanos visa garantir o funcionamento eficiente dos equipamentos, veículos e instalações utilizados na limpeza, conservação e manutenção da cidade. Inclui reparos, revisões periódicas, aquisição de materiais de reposição e melhorias nas instalações do departamento. Essa iniciativa assegura a continuidade dos serviços essenciais de urbanização, contribuindo para uma cidade mais limpa, organizada e segura para todos os cidadãos, além de otimizar recursos e ampliar a eficiência da gestão pública urbana.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 100.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS		
Unidade Orçamentária: 21.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	
Funcional Programática: 21.001.0015.0452.0035.2091	**Atividade:** A ação de Manutenção do Departamento Municipal de Serviços Urbanos visa garantir o funcionamento eficiente dos equipamentos, veículos e instalações utilizados na limpeza, conservação e manutenção da cidade. Inclui reparos, revisões periódicas, aquisição de materiais de reposição e melhorias nas instalações do departamento. Essa iniciativa assegura a continuidade dos serviços essenciais de urbanização, contribuindo para uma cidade mais limpa, organizada e segura para todos os cidadãos, além de otimizar recursos e ampliar a eficiência da gestão pública urbana.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 12.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS		
Unidade Orçamentária: 21.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	
Funcional Programática: 21.001.0015.0452.0035.2091	**Atividade:** A ação de Manutenção do Departamento Municipal de Serviços Urbanos visa garantir o funcionamento eficiente dos equipamentos, veículos e instalações utilizados na limpeza, conservação e manutenção da cidade. Inclui reparos, revisões periódicas, aquisição de materiais de reposição e melhorias nas instalações do departamento. Essa iniciativa assegura a continuidade dos serviços essenciais de urbanização, contribuindo para uma cidade mais limpa, organizada e segura para todos os cidadãos, além de otimizar recursos e ampliar a eficiência da gestão pública urbana.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 50.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$262.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito, indicado no artigo anterior, serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS		
Unidade Orçamentária: 21.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	
Funcional Programática: 21.001.0015.0452.0035.2093	**Atividade:** A ação de Limpeza e Conservação de Espaços Públicos visa manter a higiene, segurança e estética das áreas urbanas, como praças, parques, ruas e calçadas. Inclui varrição, poda de árvores, manutenção de mobiliário urbano, pintura de sinalização e reparos em equipamentos. Essa iniciativa garante ambientes mais agradáveis e seguros para a população, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar social e a preservação do patrimônio público.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 12.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 15.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO	
Funcional Programática: 15.001.0026.0782.0004.2053	**Atividade:** O Departamento de Viação é responsável pela manutenção, conservação e melhoria das vias urbanas e rurais do município. Suas atividades incluem a abertura e recuperação de estradas, patrolamento, cascalhamento, recape e pavimentação da malha viária, drenagem e construção de pontes e bueiros. Também atua na sinalização viária, garantindo segurança e acessibilidade ao tráfego de veículos e pedestres. Em áreas rurais, facilita o escoamento da produção agrícola e o acesso a comunidades. O departamento opera com máquinas e equipes próprias, respondendo a demandas emergenciais e planejadas, contribuindo para o desenvolvimento e a mobilidade urbana e rural do município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 250.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$262.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 15 de setembro de 2026.

JOAO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:5E7A144F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2026

Resolução n.º 004/2026

Súmula: "Estabelece procedimentos para avaliação das leis a fim de apuração dos benefícios esperados para o Município e a população de Inácio Martins".

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná**, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e o seu Presidente **promulga** a seguinte

Resolução

Art. 1.º - Fica estabelecido procedimento formal para avaliação das leis aprovadas pela Câmara Municipal de Inácio Martins, com objetivo de apurar os benefícios esperados e alcançados para o Município e a população.

Art. 2.º - A avaliação das leis observará os seguintes critérios:

I - Efetividade: verificação se a norma está regulamentada e sendo aplicada adequadamente
II - Impacto Social: análise dos efeitos práticos sobre a população beneficiária;
III - Impacto Administrativo: adequação dos órgãos executores e fiscalizadores, capacitação dos servidores e análises operacionais
IV – Custo-Benefício e Impacto Financeiro: avaliação da relação entre os custos de implementação e benefícios obtidos, bem como custos gerados ao cidadão;
V - Clareza Normativa e Acessibilidade: verificação da redação, coerência e aplicabilidade da lei;
VI - Conformidade Jurídica: verificação de consonância com legislação superior e princípios constitucionais, observando se há parecer jurídico emitido nos autos e se o mesmo foi seguido
VII - Taxa de aplicação da lei: população ou indicação dos setores alcançados;
VIII - Grau de conformidade dos órgãos executores: verificação da conformidade dos órgãos executores com a legislação;
IX - Nível de satisfação dos benificiários: indicando a satisfação da população ou beneficiários, se for o caso, e
X - Identificação de necessidade de adequações: indicando-a especificamente

Art. 3.º - A avaliação será conduzida através da seguinte metodologia:

I - Seleção de amostra de leis aprovadas no período avaliado;
II - Coleta de dados junto aos órgãos/secretarias responsáveis pela execução;
III - Análise de indicadores de desempenho;
IV - Realização de consulta pública, quando apropriado, para avaliar satisfação da população;
§ 1.º - A avaliação das leis selecionadas por amostragem se dará mediante preenchimento da Tabela de Avaliação de Impacto Legislativo do Anexo I
§ 2.º - Após, de posse das Tabelas de Avaliação, será emitido Relatório de Avaliação de Leis, conforme Anexo II, que compilará as conclusões e recomendações.

Art. 4.º - A avaliação será operacionalizada por Comissão de Vereadores, composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) vereadores, e contará com o apoio da equipe técnica do Poder Legislativo.

Parágrafo único – Será designado 01 (um) servidor técnico do Poder Legislativo que terá a função de registro e organização das informações relativas às matérias legislativas avaliadas.

Art. 5.º - As avaliações serão realizadas anualmente, devendo ser consideradas as leis de exercícios anteriores e devem estar concluídas até o mês de dezembro de cada ano, iniciando-se as avaliações no ano de 2027, tomada a legislação municipal.

§ 1.º - Excetua-se do previsto no caput deste artigo as leis referentes a matéria orçamentária como PPA, LDO e LOA, leis de denominação de logradouros públicos, títulos de cidadania, honrarias, e outras que como estas tenham prazo de vigência definido, como também toda legislação que tenha vigência específica.

§ 2.º - Na seleção de amostra de leis aprovadas no período avaliado, conforme o Inciso I, do Art. 3.º, a legislação descrita no parágrafo anterior deverá ser desconsiderada dando-se prioridade para as leis que apresentem um impacto direto para a população e posteriormente a legislação de menor relevância.

Art. 6.º - Os resultados das avaliações serão documentados em Relatório de Avaliação de Leis, nos termos do Anexo II, que conterá:

I - Identificação das leis avaliadas;
II - Dados coletados e análise;
III - Conclusões quanto ao cumprimento dos objetivos;
iV - Recomendações para adequações ou revogação, se necessário;
VI - Assinatura dos responsáveis pela avaliação.

Art. 7.º - O Relatório de Avaliação de Leis, após apresentado em sessão legislativa, será publicado no site do Poder Legislativo Municipal em local especifico, e deverá ser utilizado como subsídio para decisões legislativas futuras.

Art. 8.º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, PR, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ VILMAR DE ANDRADE
Presidente

Resolução n.º 004/2026
ANEXO I
TABELA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO LEGISLATIVO

NÚMERO DA LEI: _____ INICIATIVA: ( ) Poder Executivo ( ) Poder Legislativo ( ) Outro **DATA DA aprovação: ____/_____/_____ Data da PUBLICAÇÃO ____/_____/_____**					
Critério de Avaliação	**Itens de Verificação**	**SIM**	**NÃO**	**Status / Dados Coletados**	**Avaliação sob tal aspecto**
I - Efetividade	A norma está totalmente regulamentada?			*Inserir histórico de aplicação e decisões judiciais, se houver*	**( ) Manter sem alterações** **( ) Manter com ajustes** **( ) Necessita regulamentação** **( ) Recomenda-se revogação** **( )Recomenda-se capacitação** _____ _____ _____ _____ _____
	Existem atos normativos complementares necessários?				
	O índice de judicialização relacionado à lei é elevado?				
	A interpretação da norma pelos órgãos aplicadores é uniforme?				
	Os objetivos originalmente previstos foram alcançados?				
II - Impacto Social	O problema que motivou a criação da lei foi			*Inserir dados de pesquisas e consultas públicas*	**( ) Manter sem alterações**

	solucionado ou reduzido?				( ) **Manter com ajustes** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação** _____ _____ _____ _____ _____
	A população beneficiária aprova a medida?				
	Houve resistência social ao cumprimento da norma?				
	A lei ampliou a proteção de direitos?				
	A medida trouxe maior segurança jurídica aos cidadãos?				
	Foram identificados efeitos sociais positivos ou negativos não previstos?				
III - Impacto Administrativo	Os órgãos responsáveis possuem estrutura adequada para execução e fiscalização?			*Inserir análise da rotina dos órgãos públicos*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação** ( ) **Recomenda-se capacitação**
	A implementação da lei criou burocracia excessiva?				
	Os prazos estabelecidos são realistas?				
	Houve necessidade de criação de novos procedimentos administrativos?				
	Os servidores foram capacitados para aplicar a norma?				
	Existem dificuldades operacionais para cumprimento da lei?				
IV - Custo-Benefício e Impacto Financeiro	O custo de implementação e fiscalização é compatível com os benefícios gerados?			*Inserir balanço de gastos e arrecadação*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação** ( ) **Isentar taxas** ( ) **Subsidiar custos**
	Houve aumento de despesas públicas decorrentes da lei?				
	A lei gerou renúncia fiscal ou criação de tributos/taxas?				
	O cidadão teve aumento de custos para usufruir do direito?				
	O cidadão precisa contratar advogado, despachante ou intermediário para acessar o benefício?				
	Os benefícios gerados justificam os custos envolvidos?				
V - Clareza Normativa e Acessibilidade	O cidadão comum consegue compreender o conteúdo da lei?			*Inserir histórico de reclamações de linguagem técnica, buscas na internet*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Simplificar texto** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação** ( ) **Campanha de Divulgação** ( ) **Facilitar acesso à informação**
	A redação é clara e objetiva?				
	Existem termos técnicos que dificultam sua aplicação?				
	Existem canais acessíveis para exercício dos direitos previstos?				
	A população conhece a existência da norma?				
	As informações sobre procedimentos estão disponíveis ao público?				
VI - Conformidade Jurídica	A lei está de acordo com a Constituição e normas superiores?			*Inserir dados de aplicação Conforme, Parcialmente conforme ou Não conforme*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação**
	Há conflito ou sobreposição com outras leis vigentes?				
	Existe parecer jurídico nos autos?				
	O parecer jurídico foi considerado na aplicação da norma?				
	Existem decisões judiciais questionando a validade da lei?				
VII - Taxa de Aplicação da Lei	Os dispositivos previstos na lei estão sendo efetivamente aplicados?			*Inserir o percentual estimado da população ou dos setores alcançados*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação** ( ) **Necessário adaptação de órgãos executores** ( ) **Necessária maior fiscalização** **( ) Necessário criar registros de descumprimento**
	Os órgãos responsáveis cumprem as obrigações previstas?				
	Os benefícios ou serviços previstos são efetivamente entregues?				
	Existem dispositivos legais sem aplicação prática?				
	Há diferença entre o previsto na lei e sua execução real?				
	A fiscalização verifica regularmente o cumprimento da norma?				
	Existem registros de aplicação de penalidades por descumprimento?				
VIII - Grau de Conformidade dos Órgãos Executores	Os órgãos responsáveis possuem procedimentos internos definidos?			*Inserir dados de aplicação Conforme, Parcialmente conforme ou Não conforme*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação** ( ) **Recomenda-se adaptação de órgãos executores** ( ) **Recomenda-se capacitação** ( ) **Recomenda-se cumprimento de prazos**
	Os agentes públicos conhecem a legislação aplicável?				
	Existem manuais, orientações ou fluxos de trabalho?				
	Os órgãos cumprem os prazos estabelecidos?				
	Existem mecanismos de controle e monitoramento?				
	São adotadas medidas corretivas quando há falhas?				
IX - Nível de Satisfação dos Beneficiários	A população beneficiária considera a lei eficaz?			*Inserir o percentual estimado da população satisfeitos*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Simplificar texto** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação**
	O acesso ao direito previsto é simples e efetivo?				
	Existem reclamações frequentes sobre a aplicação da lei?				
	Os usuários percebem melhorias após a criação da norma?				
	Existem pesquisas de satisfação ou registros de atendimento?				
	O resultado percebido corresponde ao objetivo da lei?				
X - Identificação de Necessidade de Adequações	A lei necessita de atualização?			*Inserir dados*	( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Simplificar texto** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Recomenda-se revogação**
	Existem dispositivos desatualizados ou sem aplicação?				
	Há necessidade de regulamentação complementar?				
	É necessário alterar procedimentos administrativos?				
	Existem lacunas jurídicas ou operacionais?				

ESCALA DE NÍVEL DE EFICÁCIA ( )	**JUSTIFICATIVA**
1 - Ineficaz: Não alcança os objetivos previstos e apresenta graves problemas de aplicação. **2 - Baixa eficácia:** Possui aplicação limitada e resultados insuficientes. **3 - Eficácia moderada:** Alcança parcialmente os objetivos, necessitando melhorias. **4 - Boa eficácia:** Apresenta resultados positivos, com ajustes pontuais necessários. **5 - Alta eficácia:** Está plenamente aplicada, com resultados comprovados e baixo nível de problemas.	
RECOMENDAÇÃO FINAL	**JUSTIFICATIVA**
( ) **Manter sem alterações** ( ) **Manter com ajustes** ( ) **Simplificar texto** ( ) **Necessita regulamentação** ( ) **Campanhas de divulgação** ( ) **Recomenda-se revogação**	

RESOLUÇÃO n.º 004/2026
ANEXO II

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE LEIS

Período da avaliação: _____ a _____
Leis avaliadas:

1. APRESENTAÇÃO
O presente relatório tem por finalidade consolidar os resultados da avaliação de Efetividade; Impacto Social; Impacto Administrativo; Custo-Benefício e Impacto Financeiro; Clareza Normativa e Acessibilidade; Conformidade Jurídica; Taxa de aplicação da lei; Grau de conformidade dos órgãos executores; Nível de satisfação dos benificiários, e Identificação de necessidade de adequações das Leis supra citadas, considerando critérios técnicos previamente estabelecidos nesta resolução.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO
[Inserir]

3. RESUMO DOS RESULTADOS

Indicador	Resultado
Número total de leis avaliadas	
Leis plenamente eficazes	
Leis com necessidade de ajustes	
Leis sem regulamentação adequada	
Leis com necessidade de revisão legislativa	
Leis com recomendação de revogação	
Média geral de eficácia das normas avaliadas (1 a 5)	

5. CONSOLIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS LEIS

Lei Avaliada	Nota de Eficácia (1 a 5)	Principais Pontos Positivos	Principais Problemas Identificados	Classificação Final

6. PRINCIPAIS ACHADOS DA AVALIAÇÃO
6.1 Pontos positivos identificados

•

6.2 Principais fragilidades identificadas

•

6.3 Riscos identificados

• Jurídicos: _____
• Administrativos: _____
• Financeiros: _____
• Sociais: _____

7. RECOMENDAÇÕES GERAIS
Com base nos resultados obtidos, recomenda-se:

Leis Envolvidas	Medida Recomendada	Responsável	Prazo Sugerido

8. CONCLUSÃO
[inserir]

Responsável pela elaboração: _____
Cargo: _____
Data: ____/_____/_____

Manter sem alterações; Manter com ajustes; Simplificar texto; Necessita regulamentação; Campanhas de divulgação; Recomenda-se revogação.

Publicado por:
Tatiane Otto
Código Identificador:0D777113

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2026

RESOLUÇÃO n.º 005/2026

Súmula: "Estabelece procedimentos para realização de parcerias com outras instituições visando aprimorar a qualidade da atuação legislativa da Câmara Municipal de Inácio Martins".

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná**, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e o seu Presidente **promulga** a seguinte

Resolução
Art. 1.º - Fica regulamentado o processo de realização de parcerias da Câmara Municipal de Inácio Martins com outras instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, para fins de aprimoramento da qualidade da atuação legislativa.

Parágrafo único - Realizada a parceria deverá ser disponibilizado no site da Câmara Municipal, planilha das parcerias vigentes com dados do contrato.

Art. 2.º -São modalidades de parcerias admitidas:
I - Parcerias com universidades ou instituições de ensino superior para:
a) Realização de pesquisas técnicas;
b) Capacitação de servidores e vereadores, e
c) Análise de questões legislativas complexas.

II - Parcerias com órgãos de controle para:
a) Assessoria técnica especializada;
b) Treinamentos em gestão e conformidade, e
c) Auditorias legislativas.

III - Parcerias com outros Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo para:
a) Intercâmbio de experiências;
b) Compartilhamento de estudos técnicos, e
c) Padronização de procedimentos.

IV - Parcerias com institutos de pesquisa ou ONG's para:
a) Estudos sobre questões de interesse público, e
b) Assessoria técnica em áreas específicas (saúde, educação, meio ambiente, etc.).

Art. 3.º - As parcerias deverão observar os seguintes critérios mínimos:
I - Comprovação de experiência e reputação da instituição parceira;
II - Alinhamento dos objetivos com as finalidades da Câmara Municipal;
III - Clareza quanto aos resultados esperados e prazos;
IV - Definição de responsabilidades de cada parte;
V - Conformidade com legislação aplicável (Lei n.º 13.019/2014, se aplicável), e
VI - Aprovação prévia pela Mesa Diretora ou Plenário, conforme caso.

Art. 4.º Na execução das parcerias, deverá ser elaborado Plano de Trabalho contendo, no mínimo:
I - O objetivo geral da parceria;
II - As metas a serem alcançadas, acompanhadas do respectivo cronograma de execução, e
III - A previsão das reuniões de acompanhamento e alinhamento com os parceiros, indicando, sempre que possível, sua periodicidade.
Parágrafo único - Ao final dos trabalhos deverá ser elaborado Relatório de Atividades e de Resultados, conforme modelo constante do Anexo II.

Art. 5.º -As parcerias serão formalizadas através de:
I - Termo de Cooperação Técnica ou Acordo de Cooperação, conforme ANEXO I;
II - Ofício de solicitação de assessoria (para parcerias pontuais).
Parágrafo único. O documento de formalização deverá estabelecer, ainda que resumidamente, as partes, o objeto, as obrigações, as despesas e extinção.

Art. 6.º -Para o processo de aprovação serão seguidas as seguintes etapas:
I - Proposição a ser apresentada pela Mesa Diretora ou por Comissão temática competente;
II - Análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
III - Aprovação pelo Plenário para as parcerias, salvo as pontuais, que poderão ser aprovadas pela Mesa Diretora;
IV - Formalização do Instrumento de Cooperação, e
V - Publicação da parceria no site institucional.

Art. 7.º - Será designado servidor responsável pelo acompanhamento de cada parceria o qual dentre outras atribuições, deverá:
I - Registrar o Termo de Cooperação em pasta específica;
II - Acompanhar o cumprimento de obrigações mútuas;
III - Manter registro fotográfico/atas de atividades executadas, e
IV - Avaliar os resultados ao término da parceria.

Parágrafo único - Será mantido, no site institucional, Relatório Semestral de Parcerias Vigentes, indicando objetivo, duração e Instituição parceira, nos moldes do Anexo III.

Art. 8.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, PR, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ VILMAR DE ANDRADE
Presidente

RESOLUÇÃO n.º 005/2026
ANEXO I
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA OU acordo de cooperação
N.º _____/20____

CONTRATANTES:

• **CONCEDENTE/ACORDANTE 1:CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS, PR,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.778.827/0001-55, com sede na RUA Sete de Setembro, n.º 368, CEP 85.155-000, neste ato representada por seu Presidente, o(a) Vereador(a) [Nome Completo].
• **COOPERANTE/ ACORDANTE 2:[NOME DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA]**, pessoa jurídica de direito [público/privado], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede na [Endereço Completo], neste ato representada por seu [Cargo do Representante], o(a) Sr.(a) [Nome Completo].

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto formalizar a cooperação técnica entre a CÂMARA e a PARCEIRA para: [*Inserir*]

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
I - Compete à Câmara Municipal:
[*Inserir*]
II - Compete à Instituição Cooperante:
[*Inserir*]

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
As despesas decorrentes desta cooperação serão assim distribuídas:
I - CÂMARA: [*Inserir*]
Ii - PARCEIRA: [*Inserir*]

CLÁUSULA quarta - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSPARÊNCIA
Todos os relatórios, estudos e produtos gerados em decorrência deste Termo serão de uso público e deverão ser publicados no Portal da Transparência da Câmara Municipal para consulta dos cidadãos.
CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA
O presente Termo terá vigência de _____(meses/anos), a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por acordo entre as partes.

CLÁUSULA sexta - DA extinção
Este Termo se extinguirá por:
I - Término do prazo;
II - Conclusão do objeto;
III - Manifesta vontade de uma das partes, e
IV - Descumprimento grave das obrigações.

CLÁUSULA sétima - DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Irati - PR, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste instrumento.

Inacio Martins, ___ de _____ de 20___.

CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS
Presidente

Nome da Instituição Parceira
Representante Legal

RESOLUÇÃO n.º 005/2026
Anexo II
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES E RESULTADOS DE PARCERIA

Período de Referência: _____ a _____

1. Identificação do Instrumento e dos Partícipes

• **Tipo de Instrumento:**
• **Número do Processo/Termo:**
• **Instituição Parceira:**
• **Servidor** responsável pelo acompanhamento de cada parceria:

2. Objeto e Objetivos Pactuados

• **Objeto Resumido:**
• **Metas Previstas no Plano de Trabalho:**

3. Atividades Executadas no Período
4. Resultados Alcançados
_____
5. Evidências de Melhoria Coletadas:

Aspecto Avaliado	Opção
Melhoria dos processos internos	
Capacitação ou qualificação técnica	
Produção de estudos ou informações técnicas	
Aperfeiçoamento legislativo	
Outros benefícios identificados	

[Descrever]
6. Avaliação do Gestor e Conclusão
[ ] Execução Plena: As metas previstas para o período foram cumpridas integralmente a.
[ ] Execução Parcial: As metas foram cumpridas parcialmente
[ ] Inexecução / Irregular: O cronograma não foi cumprido.
[Descrever]
7. Recomendação para o próximo período:
Responsável pela elaboração: _____
Cargo: _____
Data: ____/_____/_____

RESOLUÇÃO n.º 005/2026
ANEXO III
RELATÓRIO SEMESTRAL DE PARCERIAS VIGENTES

Período de Referência: _____ a _____

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARCERIAS ATIVAS

Nº	Instituição Parceira	Objetivo Geral da Parceria	Instrumento de Formalização	Data de Início	Vigência	Situação
		( ) Pesquisa técnica ( ) Capacitação de servidor/vereador ( ) Análise legislativa ( ) Assessoria técnica ( ) Auditoria legislativa ( ) Intercâmbio de experiências Compartilhamento de estudos ( ) Padronização de procedimentos ( ) Estudos de interesse público ( ) Outros	( ) Termo de Cooperação Técnica ( ) Acordo de Cooperação ( ) Ofício de Solicitação de Assessoria			( ) Ativa ( ) Encerrada ( ) Suspensa

Responsável pela elaboração: _____
Cargo: _____
Data: ____/_____/_____

Publicado por:
Tatiane Otto
Código Identificador:95209304

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2026

RESOLUÇÃO n.º 006/2026

Súmula: "Estabelece procedimentos para elaboração e publicação do Relatório Anual de Atividades da Câmara Municipal de Inácio Martins".

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná**, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e o seu Presidente **promulga** a seguinte

Resolução

Art. 1.º - Fica estabelecida a obrigatoriedade de elaboração de Relatório Anual de Atividades da Câmara Municipal, contendo informações sobre suas ações legislativas, administrativas e institucional.

Art. 2.º - O Relatório Anual de Atividades conterá, conforme **ANEXO I**, no mínimo, os seguintes elementos:

I - SEÇÃO LEGISLATIVA:
a) Número total de proposições apresentadas;
b) Discriminação por tipo (Projetos de Leis, Decretos Legislativos, Resoluções, Requerimentos, Moções);
c) Taxa de aprovação/rejeição;
d) Leis mais relevantes aprovadas no exercício;
e) Assuntos predominantes da legislação aprovada.

II - SEÇÃO DE COMISSÕES:
a) Relação de Comissões Permanentes e composição;
b) Quantidade de reuniões por comissão;
c) Principais matérias analisadas;
d) Relatórios e pareceres emitidos;
e) Audiências públicas realizadas.

III - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO:
a) Quantidade de fiscalizações realizadas;
b) Áreas/secretarias fiscalizadas;
c) Resultado das fiscalizações;
d) Pontos de destaque e recomendações.

IV - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO:
a) Estrutura organizacional da Câmara;

b) Quantitativo e qualificação de servidores;
c) Investimentos em capacitação;
d) Tecnologia e sistemas utilizados;
e) Obras/reformas realizadas.

V - SEÇÃO DE TRANSPARÊNCIA:
a) Dados sobre acesso à informação;
b) Publicações realizadas;
c) Atividades de comunicação com a população;
d) Indicadores de participação cidadã.

VI - SEÇÃO DE METAS:
a) Desafios identificados;
b) Prioridades para o próximo exercício;
c) Metas institucionais.

Art. 3.º - O Relatório Anual de Atividades será elaborado por servidor designado para tanto, com participação da:
I - Secretaria Administrativa, que deverá fornecer os dados sobre proposições e outros que detenha;
II - Assessoria das Comissões Permanentes, que deverá fornecer dados sobre as atividades realizadas pelas Comissões e outros que detenha;
III - Departamento Jurídico e Contábil, que deverão fornecer dados que sejam relevantes e estejam sob seu controle;
Parágrafo único - A Mesa Diretora, será responsável pela análise prévia do Relatório Anual de Atividades, o qual aprovado será enviado para apreciação em Plenário.

Art. 4.º - O processo de elaboração do Relatório Anual de Atividades seguirá o seguinte cronograma:
I - Coleta de dados, com designação do período específico;
II - Consolidação e redação;
III - Revisão pela Mesa Diretora, e
IV - Aprovação em Plenário até a última sessão ordinária do ano;

Art. 5.º - O Relatório Anual será apresentado em Sessão Plenária pela Mesa Diretora para aprovação ou rejeição, submetido ao quórum de maioria simples.
Parágrafo único – Será na mesma apreciação decidido especificamente sobre o envio do mesmo a órgãos de controle, devendo a decisão ser devidamente justificada.

Art. 6.º - O Relatório será publicado no site institucional da Câmara Municipal.

Art. 7.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, PR, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ VILMAR DE ANDRADE
Presidente

RESOLUÇÃO n.º 006/2026
ANEXO ÚNICO - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

SEÇÃO I - LEGISLATIVA

Indicador Legislativo	**Quantidade / Detalhes**
Projetos de Lei Ordinária	Apresentados: Aprovados: Rejeitados:
Projetos de Lei Complementar	Apresentados: Aprovados: Rejeitados:
Decretos Legislativos e Resoluções	Apresentados: Aprovados: Rejeitados:
Requerimentos	Protocolados: Enviados ao Executivo: Atendidos:
Moções (Pesar, Congratulação, etc.)	Apresentadas: Aprovadas:
Taxa Geral de Aprovação	Inserir percentual
Leis mais relevantes do ano	
Assuntos mais votados no ano	

SEÇÃO II e III – COMISSÕES E FISCALIZAÇÃO

Inserir Comissão	**Composição;**	
	Quantidade de reuniões/período	
	Principais matérias analisadas;	
	Relatórios e pareceres emitidos	
	Audiências públicas realizadas	
Audiências Públicas	**Total realizadas**	
	Temas debatidos	
Ações de Fiscalização	**Total de vistorias**	
	Secretarias fiscalizadas	
	Principais resultados e recomendações	

SEÇÃO Iv – ADMINISTRAÇÃO, TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E METAS

Setor Administrativo	**Dados e Indicadores Coletados**		
Recursos Humanos (RH)	Quantitativo de servidores: Efetivos: Comissionados:	Qualificação: Ensino Fundamental: Ensino Médio: Ensino Superior: Pós-graduação:	O nível de escolaridade do quadro aponta _____% de servidores com nível superior ou pós-graduação.

	Investimento em Cursos/ Número de servidores atingidos	
	Horas de Treinamento	
Tecnologia e Estrutura	Sistemas já utilizados Sistemas a serem implementados	
	Obras/reformas no prédio realizadas Obras/reformas no prédio a serem realizadas	
Transparência (e-SIC / LAI)	O Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) processou pedidos de acesso à informação. Pedidos Recebidos: Pedidos Respondidos: Tempo Médio: [ ] dias	O índice de resposta foi de _____%, com tempo médio de atendimento de ____ dias úteis.
	Publicações realizadas (Indicar índice em percentual de publicação dos atos administrativos, portarias, editais de licitação e relatórios de gestão fiscal no Diário Oficial Eletrônico / Portal da Transparência	.
Comunicação e Público	Transmissões ao vivo: _____ Média de Público estimado presencial: _____ Interações digitais/Acessos no site:_____	
Planejamento Futuro	Maior desafio do ano: Prioridade para o próximo ano: Meta institucional prática:	
Fiscalização	Quantidade de fiscalizações realizadas	
	Fiscalização direta	
	Fiscalização meio de suas comissões	
	Ações formais de fiscalização in loco e vistorias técnicas	
	Áreas/secretarias fiscalizadas:	
	Resultado das fiscalizações	( ) na emissão de relatórios de regularidade ( ) pedidos formais de providências junto ao Prefeito Municipal para correção de rumos administrativos. (...) outros
	Pontos de destaque e recomendações	
Metas	Desafios identificados: Descrever o(s) principal (is) obstáculo (s) operacional (is) verificado (s):	Prioridades para o próximo exercício: Metas institucionais:

Data _____ /_____/_____
Servidor Responsável:
Ass: _____

Publicado por:
Tatiane Otto
Código Identificador:38EC4B91

LEGISLATIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2026

RESOLUÇÃO n.º 007/2026

Súmula**:** "Estabelece procedimentos para justificação de ausências de Vereadores nas Sessões Plenárias, reuniões e demais atividades legislativas das quais participe da Câmara Municipal de Inácio Martins".

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná**, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e o seu Presidente **promulga** a seguinte

Resolução

Art. 1.º - É obrigatória a apresentação pelo vereador, de justificativa formal e fundamentada para ausências em Sessões Plenárias, Reuniões de Comissões, e demais atividades legislativas das quais participe, conforme sua designação.

Art. 2.º -A justificativa deverá ser apresentada por escrito, em formulário próprio conforme ANEXO I, e protocolada pessoalmente com Presidente ou junto à Secretaria da Câmara, via protocolo físico ou eletrônico fixado o tempo máximo até 05 (cinco) dias úteis após a falta, sob pena de desconto.
§ 1.º - Não apresentada ou não aceita a justificativa o vereador sofrerá desconto em seu subsídio diretamente em folha de pagamento, de forma proporcional aos dias de sua ausência, tomada na apuração a contabilização de reuniões e sessões realizadas no mês frente ao subsídio devido.
§ 2.º - Não será admito o abono de ausência sem a apresentação do formulário próprio e no prazo fixado neste artigo.

Art. 3.º -A justificativa deverá conter:
I - Identificação completa do vereador;
II - Data e hora da sessão/reunião da qual se ausentou;
III - Motivo específico da ausência (doença, compromisso oficial, luto familiar, etc.);
IV - Documentação comprobatória, sempre que exigível, e
V - Assinatura do vereador.

Art. 4.º - São consideradas justificativas válidas:
I - Doença, desde que comprovada por atestado médico;
II - Licença médica ou internação hospitalar comprovada por documento;
III - Falecimento de cônjuge ou familiar direto (cônjuge, filho, pais, irmãos) ou por afinidade (sogro, sogra, cunhados), não se tratando o presente de rol taxativo;
IV - Comparecimento em atividade legislativa (viagem à congresso, seminário, reunião com órgão externo), mediante comprovação documental;
V - Missão ou atividade designada pela Mesa Diretora ou Plenário, mediante comprovação documental, conforme previsto no Regimento Interno;
VI - Calamidade/força maior que impeça o comparecimento, e
VII - Outro motivo devidamente fundamentado e aceito pelo Presidente.

Art. 5.º -Não serão aceitas como justificativas válidas:
I - Ausência de apresentação de motivo;

II - Motivos pessoais não documentados (exceto no caso de previsão em lei ou no Regimento Interno);
III - Compromissos privados ou profissionais (exceto no caso de previsão em lei ou no Regimento Interno);
IV - Alegação de esquecimento ou confusão quanto ao calendário legislativo.

Art. 6.º -O Presidente da Câmara será responsável por:
I - Receber e analisar as justificativas;
II - Decidir sobre sua aceitação ou rejeição, nos moldes do ANEXO II**;**
III - Registrar a decisão, e
IV - Comunicar ao vereador a decisão.
§ 1.º - A análise do mérito da justificativa apresentada será do Presidente, o qual pode se valer do apoio da Mesa Diretora, quando necessário.
§ 2.º - A omissão no cumprimento das obrigações poderá gerar as devidas responsabilidades das autoridades.

Art. 7.º - Da decisão do Presidente, cabe recurso ao Plenário da Câmara, nos moldes do ANEXO III.
Parágrafo único - Será realizado o juízo de admissibilidade recursal pelo Presidente e registrada a decisão do Plenário nos termos do ANEXO IV;

Art. 8.º - Até o último dia útil de cada mês, o Gabinete da Presidência encaminhará ao Setor de Recursos Humanos a relação das faltas não justificadas ou cujas justificativas não tenham sido aceitas, para fins de apuração dos descontos devidos, conforme Anexo V.
§ 1.º - Os descontos serão efetivados na folha de pagamento do mês subsequente ao da ocorrência das ausências.
§ 2.º - O percentual do desconto será apurado com base na proporção entre o número de faltas não justificadas e o total de reuniões e sessões realizadas no respectivo mês de referência, incidindo exclusivamente sobre esse período para fins de cálculo.
§ 3.º - Inexistindo faltas a serem descontadas a informação da mesma forma será prestada pelo Gabinete da Presidência.

Art. 9.º - As faltas não justificadas e seus efeitos serão registradas em histórico do vereador, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 10 - Sobre as faltas não justificadas serão aplicadas penalidades conforme previsão em Regimento Interno e no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Inácio Martins.

Art. 11 -Serão mantidos registros consolidados de:
I - Todas as justificativas apresentadas;
II - Decisões sobre aceitação/rejeição;
III - Histórico de faltas por vereador;
IV - Publicação em Relatório de Frequência semestral, nos moldes do anexo VI, que respeite os sigilos de dados sensíveis, indicando as ausências justificadas e não justificadas de cada vereador;

Art. 12 -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inácio Martins, PR, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ VILMAR DE ANDRADE
Presidente

RESOLUÇÃO n.º 007/2026
ANEXO I
FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA
Vereador(a):
Partido:
Período do mandato:
1. <u>ATIVIDADE DA QUAL HOUVE AUSÊNCIA</u>
☐ Sessão Ordinária ☐ Sessão Extraordinária
☐ Reunião de Comissão Permanente ☐ Audiência Pública
☐ Reunião Externa ☐ Evento/Atividade Institucional
☐ Outra atividade realizada mediante designação da Câmara Municipal
Especificar: _____
Data da Ausência: _____/_____/_____ **Horário:**_____h_____

2. <u>MOTIVO DA AUSÊNCIA</u>
☐ Problema de saúde ☐ Consulta, exame ou procedimento médico
☐ Falecimento de familiar ☐ Licença legalmente concedida
☐ Compromisso institucional oficial
☐ Participação em curso, congresso, seminário ou evento de interesse público
☐ Caso fortuito ou força maior ☐ Outro motivo

3. <u>Descrição detalhada da justificativa:</u>_____

4. <u>DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS ANEXADOS</u>
☐ Atestado médico ☐ Declaração de comparecimento
☐ Convocação/convite oficial ☐ Certificado de participação
☐ Relatório de atividade institucional ☐ Boletim de ocorrência
☐ Outro documento
Especificar: _____

5. <u>DECLARAÇÃO</u>

Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e que os documentos anexados comprovam o motivo da ausência acima informada, requerendo o reconhecimento e o registro da presente justificativa, na forma prevista no Regimento Interno e demais normas aplicáveis.
Local: _____
Data: _____/_____/_____

_____
Assinatura do Vereador

USO EXCLUSIVO DO PRESIDENTE OU SECRETARIA LEGISLATIVA
Data do protocolo: _____ /_____/_____
Número do protocolo: _____
Documentação conferida: ☐ Sim ☐ Não
Ass: _____

RESOLUÇÃO n.º 007/2026
Anexo ii
DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
☐ Deferido
☐ Indeferido
Observações:_____

Data: _____/_____/_____

_____
Presidente da Câmara Municipal

RESOLUÇÃO n.º 007/2026
Anexo iii
FORMULÁRIO DE RECURSO AO PLENÁRIO

Data: _____/_____/_____

1. IDENTIFICAÇÃO DO RECORRENTE
Vereador(a): _____Partido: _____
Mandato: _____

2. ATO OU DECISÃO RECORRIDA
Autoridade responsável pela decisão:
☐ Presidente da Câmara ☐ Outro
Especificar: _____
Data da decisão: _____/_____/_____
Número do ato, despacho ou documento (se houver): _____

3. Descrição resumida da decisão recorrida:_____

4. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO
Com fundamento no Regimento Interno da Câmara Municipal e demais normas aplicáveis, apresento recurso ao Plenário pelos seguintes motivos:
_____

5. PEDIDO
Diante do exposto, requer-se ao Plenário:
☐ Reforma integral da decisão recorrida
☐ Reforma parcial da decisão recorrida
☐ Anulação da decisão recorrida.
☐ Outro.
Especificar:_____

6. DOCUMENTOS ANEXADOS
☐ Cópia da decisão recorrida. ☐ Parecer(es).
☐ Documento(s) comprobatório(s). ☐ Outros.
Especificar: _____

7. DECLARAÇÃO
Declaro que as informações constantes neste recurso são verdadeiras e que o presente pedido observa os requisitos regimentais aplicáveis.
Local: _____ Data: _____/_____/_____
Assinatura do(a) Vereador(a) Recorrente: _____

USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Data do protocolo: _____ /_____/_____
Número de registro do protocolo: _____
Documentação conferida: ☐ Sim ☐ Não

Ass: _____

RESOLUÇÃO n.º 007/2026
Anexo iv
DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
☐ Recebo o recurso.
☐ Não recebo o recurso.
Fundamentação:

_____

Data: _____/_____/_____

_____
Presidente da Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO
Sessão realizada em: _____/_____/_____
☐ Recurso provido. ☐ Recurso parcialmente provido.
☐ Recurso improvido. ☐ Recurso prejudicado.
Resultado da votação:

• Favoráveis: _____ Contrários: _____
• Abstenções: _____

Observações: _____

RESOLUÇÃO n.º 007/2026
ANEXO V
INFORMAÇÕES DE FALTAS NÃO JUSTIFICADAS

Vereador	Partido	Quantidade de Faltas a Descontar	Situação da Justificativa	Observações
			( ) Não apresentada ( ) Não recebida	
			( ) Não apresentada ( ) Não recebida	
			( ) Não apresentada ( ) Não recebida	

Data: _____/_____/_____

_____
Presidente da Câmara Municipal

RESOLUÇÃO n.º 007/2026
ANEXO VI

RELATÓRIO SEMESTRAL DE FREQUÊNCIA DOS VEREADORES

Período: ____/____/____ A ____/____/____

Vereador	Sessões Plenárias no período	Presenças	Ausências Justificadas	Ausências não justificadas	Frequência (%)

Vereador	Reuniões de Comissões no período	Presenças	Ausências Justificadas	Ausências não justificadas	Frequência (%)

Data: _____/_____/_____

_____
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tatiane Otto
Código Identificador:B3730D91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 058/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026**, Processo Administrativo nº **138/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no

Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação futura e parcelada de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de palco e sistema de sonorização e iluminação profissional de grande porte, destinados à realização de eventos promovidos pelo Município de Iporã/PR.

FORNECEDOR: M.K. IBRAHIM EIRELI, CNPJ: 20.955.278/0001-20, RUA ANDORINHAS, Nº 217, BAIRRO PORTAL, CEP: 85.859-480 NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR, MEKAEL KENJO IBRAHIM, BRASILEIRO, SOLTEIRO, RG: 10.677.354-8, CPF: 093.378.629-80 RESIDENTE E DOMICILIADONA RUA BIGUAÇU JARDIM LANCASTER, Nº 895, BAIRRO IPÊ, CEP: 85.858-350, CIDADE FOZ DO IGUAÇU-PR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA MODELO
1	Locação, instalação, montagem, operação e desmontagem de sistema de sonorização e iluminação profissional de grande porte, capaz de atender integralmente eventos públicos com público estimado mínimo de 15.000 (quinze mil) pessoas, observando integralmente o Rider Técnico e as exigências específicas de cada artista, banda ou atração contratada pelo Município. Considerando que, na data da contratação, ainda não há definição dos artistas e shows que comporão a programação oficial do evento, não serão especificadas as características técnicas detalhadas dos equipamentos, cabendo à empresa contratada fornecer todos os equipamentos, acessórios, estruturas complementares e mão de obra especializada necessários para o perfeito atendimento das exigências técnicas apresentadas posteriormente pelos artistas e suas equipes. O sistema de sonorização deverá contemplar obrigatoriamente sistema Line Array, Delay, Side Fill e torres laterais de Out Fill sonoro, quando tecnicamente necessárias, garantindo cobertura uniforme e inteligibilidade do som em toda a área destinada ao público. A empresa contratada deverá disponibilizar sistema de iluminação profissional compatível com o porte do evento e com as exigências técnicas dos artistas, incluindo consoles, refletores, moving heads, canhões seguidores, máquinas de efeitos e demais equipamentos necessários. Todo o sistema deverá estar devidamente instalado, estabilizado, aterrado e em conformidade com as normas técnicas vigentes de segurança elétrica, garantindo pleno funcionamento dos equipamentos e evitando ruídos, interferências ou riscos ao público, artistas e equipe técnica. A empresa contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de equipamentos, transporte, montagem, operação técnica durante os eventos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, desmontagem e demais serviços necessários à perfeita execução do objeto.	DIÁRIA	03	R$ 19.700,00	R$ 59.100,00	CONFORME RÍDER
Total					**R$ 59.100,00**	

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 59.100,00 (CINQUENTA E NOVE MIL E CEM REAIS).

VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

DATA DA ASSINATURA: 15 de Setembro de 2026.

Iporã – PR, 15 de Setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:37ECB5CB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 058/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/2026

MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026**, Processo Administrativo nº **138/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação futura e parcelada de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de palco e sistema de sonorização e iluminação profissional de grande porte, destinados à realização de eventos promovidos pelo Município de Iporã/PR.

FORNECEDOR:, J PEREIRA DE OLIVEIRA SOBRINHO- LOCAÇÕES, CNPJ: 13.911.596/0001-23, RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 1290, CENTRO, CEP: 85.440-000 NA CIDADE DE UBIRATÃ-PR, JOAQUIM PEEIRA DE OLIVEIRA SOBRINHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, RG:3.396.872-8, CPF: 407.604.569-68 RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, Nº 1290, CENTRO, CEP: 85.440-000, CIDADE UBIRATÃ-PR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA MODELO
1	Locação, montagem e desmontagem, com fornecimento de mão de obra especializada, de palco medindo 18,00 metros de frente por 21,00 metros de profundidade, composto por estrutura metálica tubular industrial em alumínio e piso em chapas de compensado naval de, no	DIÁRIA	03	R$ 10.000,00	R$ 30.000,00	PRORIA

	mínimo, 20 mm de espessura, na cor preta. O palco deverá possuir altura mínima de 2,30 metros, com piso totalmente acarpetado, escada de acesso e rampa de acessibilidade, além de escadas laterais de serviço.A estrutura deverá possuir fechamento inferior em lona tipo mosaico, fechamento frontal em lona, fechamento de fundo e laterais em lona antichama e cobertura em formato duas águas, confeccionada em lona tipo Night & Day. Deverá ser fornecida House Mix para acomodação das mesas de PA e Monitor, tipo tenda, medindo, no mínimo, 4,40 m x 2,20 m. O palco deverá contemplar ainda: 02 (duas) torres para Fly PA e painéis de LED (tipo caixote), modelo tipo caixote, confeccionadas em alumínio Q30, com 9,00 metros de altura, compostas por 12 torres, acrescidas de 06 (seis) metros de estrutura lateral para instalação de painéis de LED, no mínimo, totalizando: 12 peças q50 4 mt, 12 peças q50 2 mt, 68 peças 4mt q30, 48 peças de 5 m q30, 24 peças 2mt q30, 24 peças de 3 mt q30, 8 peças 1,50mt, 16 peças 1mt q30, 48 cubos 05 faces. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de toda a estrutura, materiais, equipamentos, acessórios, transporte, montagem, manutenção, operação técnica e desmontagem, devendo atender integralmente às normas de segurança vigentes e apresentar ART/RRT e laudos técnicos exigidos pelos órgãos competentes. PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA.						
Total					**R$ 30.000,00**	

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
DATA DA ASSINATURA: 15 de Setembro de 2026.

Iporã – PR, 15 de Setembro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5BB36D1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) de Fomento à Cultura, no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA E POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA
A Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, institui a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, institui a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que tem como um de seus principais instrumentos o reconhecimento e a valorização de Pontos e Pontões de Cultura - entidades e coletivos de base comunitária que já desenvolvem atividades culturais em suas comunidades.
O presente Edital destina-se ao desenvolvimento da Rede Municipal de Pontos e Pontões de Cultura de Irati - PR, em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos (PAR) Ciclo 02/2025 do município, código nº #6IMLPZGDJ3PP4, habilitado junto ao Ministério da Cultura (MinC).
Deste modo, a Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR torna público o presente Edital, elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), com as alterações dos Decretos nº 12.257/2024 e nº 12.409/2025, na Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MinC nº 12, de 28 de maio de 2024 (ou ato normativo correspondente em vigor, que regulamenta a PNCV), na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura) e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2. INFORMAÇÕES GERAIS
2.1. Objeto do Edital
Este Edital tem por objeto a premiação de iniciativas, atividades ou ações já realizadas por Pontos e Pontões de Cultura do município de Irati - PR, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.
De acordo com a Lei Cultura Viva e com os regramentos deste Edital, consideram-se como:
Pontos de Cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades.
Pontões de Cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas.

O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico e sem prestação de contas por parte do contemplado, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.
Este Edital prioriza o apoio à cultura de base comunitária, de acordo com as categorias, as cotas e os critérios de seleção expressos neste processo seletivo, atendendo às ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva (art. 5º da Lei nº 13.018/2014) e às demais políticas, ações e programas da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

2.2. Quantidade de Pontos e Pontões a serem premiados
Serão premiadas 12 (doze) entidades e/ou coletivos culturais, sendo 6 (seis) vagas de ampla concorrência, 3 (três) para pessoas negras (pretas ou pardas), 2 (duas) para pessoas indígenas e 1 (uma) para pessoas com deficiência, conforme a distribuição de vagas e cotas prevista no Anexo I deste Edital.
Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este Edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou de rendimentos, ou disponibilidade orçamentária de outras fontes, as vagas poderão ser ampliadas.
2.3. Valor da premiação
Cada Ponto ou Pontão de Cultura selecionado receberá a premiação de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor total deste Edital é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo III).
O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo da entidade, caso esta não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
Programática: 18.001.13.392.1301.2.132.3.390.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras;
Fonte do Recurso: 1000; Código Reduzido: 385;
Conforme Decreto Municipal nº 426/2026, publicado em 15/06/2026 (Edição 3551), e Decreto Municipal nº 606/2026, publicado em 10/09/2026 (Edição 3612), que abriram o respectivo Crédito Adicional Suplementar.

2.4. Prazo de inscrição
Das 00h do dia 16/09/2026 até as 23h59 do dia 04/10/2026, conforme o cronograma deste Edital.

2.5.Quem pode participar
Poderão participar deste edital:
I - Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ (aqui tratados, também, como entidades culturais);
II - Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura sem constituição jurídica, ou seja, sem CNPJ (aqui tratados, também, como coletivos culturais);
III- Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (com CNPJ - aqui tratadas, também, como entidades culturais) que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital;
IV- Coletivos informais (sem constituição jurídica), representados por pessoa física, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificados como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.
Em todos os casos, é necessário que as entidades e coletivos comprovem, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios.

2.6. Quem não pode participar
Não podem participar do presente Edital:
I - Coletivos informais representados por pessoas menores de 18 (dezoito) anos;
II - Pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
III- Instituições privadas com fins lucrativos;
IV- Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
V- Entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);
VI- Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
VII- Instituições integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);
VIII- Instituições privadas sem fins lucrativos e coletivos informais que não possuam comprovada experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local;
IX- Instituições privadas sem fins lucrativos e coletivos informais que possuam, dentre os seus dirigentes ou representantes: agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental (Presidente da República, Governadores, Prefeitos e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas), membro do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
X- candidaturas que possuam, dentre seus dirigentes ou representantes, agente público com vínculo ativo na administração direta e indireta do município de Irati - PR, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e unidades subordinadas, na Secretaria Municipal de Turismo e unidades subordinadas, na Secretaria Municipal da Fazenda e unidades subordinadas, na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e unidades subordinadas, ou nos Órgãos Estratégicos da Administração Pública Municipal (Gabinete, Ouvidoria Pública Municipal, Procuradoria Geral) e unidades subordinadas, bem como cônjuges e familiares até 2º grau de parentesco na linha reta ou colateral, ainda que por afinidade, destes agentes públicos;
XI- Partidos políticos e suas instituições;
XII- Candidaturas que estejam em situação de pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas em contratos e/ou convênios celebrados com a Prefeitura Municipal de Irati - PR, com o Estado do Paraná ou com a União;
XIII- Candidaturas cujo representante, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
XIV- Candidaturas cujo representante se encontre, durante a vigência deste edital, impossibilitado de participar de licitações em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

XV- Entidades ou coletivos não residentes, sediados ou domiciliados no município de Irati - PR;
XVI- Entidades ou coletivos não inscritos no Cadastro de Integrantes e Grupos da Comunidade Cultural de Irati (Lei Municipal nº 2909/2009, Artigo 6º) até a data final de entrega dos Termos de Premiação Cultural, estabelecida no cronograma deste Edital;
XVII- Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta;
XVII- Membro da Comissão de Seleção e Análise ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau.
XIX- Agentes culturais diretamente envolvidos na etapa de proposição técnica da minuta deste Edital, na etapa de análise das candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos.
Atenção! Membros de entidades e coletivos que integrarem o Conselho Municipal de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas neste item.
Atenção! A participação de membros de entidades e coletivos em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital, não inviabilizando sua participação neste Edital.

2.7.Em quantas candidaturas cada entidade ou coletivo pode se inscrever
Cada entidade ou coletivo cultural poderá se candidatar apenas 1 (uma) vez no presente edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, será considerada apenas a última inscrição enviada para análise.

3.CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA
O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura. Compõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).
Podem participar deste edital entidades e coletivos ainda não certificados como Ponto ou Pontão de Cultura. Para participarem e serem certificados por meio deste Edital, tais entidades e coletivos deverão:
I- Obter pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos (50% do total) dos Critérios de Avaliação (Anexo II), relacionado ao histórico de atuação da entidade ou coletivo, sendo avaliada pela Comissão de Seleção e Análise a partir do portfólio, da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados, o que lhe caracterizará como "pré-certificada";
II- Atender aos requisitos documentais solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracterizará como "certificada".
Caso a entidade ou coletivo não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação, a candidatura será desclassificada.
Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificado como Ponto ou Pontão de Cultura, no Formulário de Inscrição, a certificação será verificada pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades e coletivos não certificados, podendo, ou não, ser certificado como Ponto de Cultura por meio deste Edital (sendo possível a apresentação de recurso, na Fase de Seleção).
As entidades e coletivos já certificados como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, uma vez confirmada essa certificação pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR, farão jus ao indutor de pontuação (bônus) de que trata o Anexo II deste Edital.
Atenção! Este edital não certificará novos coletivos e entidades como Pontões de Cultura. Caso o coletivo ou entidade participante não seja, anteriormente, certificado como Ponto ou Pontão de Cultura, apenas poderá ser certificado como Ponto de Cultura por meio deste edital.
A Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, por meio do Espaço do Gestor no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, após a fase de Habilitação, a relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital.
A emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital, não compromete o possível recebimento da premiação.

4.ETAPA DE INSCRIÇÃO
As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas no período indicado no cronograma deste Edital (item 13.5), por meio de formulário eletrônico (Google Forms), disponibilizado no endereço eletrônico https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScBsJIEFmtKgIEotkD-mQvIoMHa0RBSFrY2 Q27G1yS7UqnZYA/viewform.
Atenção! Entidades e coletivos culturais que necessitarem de apoio para preencher o Formulário de Inscrição, ou que não tenham acesso adequado à internet, poderão optar pela Inscrição Assistida, realizada presencialmente na sede administrativa da Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR (Rua Quinze de Julho, nº 333, Centro, Irati - PR, CEP 84500-076), de segunda a sexta, das 08h às 12h e das 13h às 17h, dentro do período de inscrições. A Inscrição Assistida será registrada por servidor público designado para esta função, que auxiliará o preenchimento do Formulário de Inscrição (Anexo III) e o envio dos documentos exigidos.

A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica da candidatura:

4.1. Coletivos culturais sem personalidade jurídica (sem CNPJ)
a) Formulário de Inscrição (Anexo III);
b)Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pelo coletivo cultural há pelo menos 2 (dois) anos no município de Irati - PR (fotos, cartazes, folhetos, material audiovisual, publicações, depoimentos, convites, cartas de reconhecimento, entre outros), sendo importante que ao menos 1 (uma) comprovação indique data anterior a 2 (dois) anos em relação à data de publicação deste edital, e que sejam apresentados também materiais recentes (últimos dois anos);
c) Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural (Anexo IV), devidamente preenchida e assinada por todos os membros do coletivo;
d) Cópia de documento oficial de identidade com foto e do CPF do representante do coletivo;
e) Autodeclaração Étnico-Racial (Anexo V), quando o coletivo optar por concorrer às cotas de pessoas negras (pretas ou pardas) ou indígenas;
f) Autodeclaração de Pessoa com Deficiência (Anexo VI), quando o coletivo optar por concorrer à cota de pessoas com deficiência;
g) Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação da inscrição.
Atenção! Para comprovar o cumprimento cumulativo das condições do item 5 deste Edital, as autodeclarações referidas nas alíneas "e" e "f" deverão ser apresentadas: I - obrigatoriamente, pela pessoa indicada como representante do coletivo no Anexo IV; e II - por número suficiente de demais membros do coletivo que comprove, em conjunto com a autodeclaração do representante, a composição majoritária (cinquenta por cento mais um) do coletivo pelo grupo da cota pleiteada.

4.2.Entidades culturais (com CNPJ)
a) Formulário de Inscrição (Anexo III);
b) Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade há pelo menos 2 (dois) anos no município de Irati - PR, nos mesmos termos do item 4.1, "b";

c) Comprovante de registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ);
d) Cópia de documento oficial de identidade com foto e do CPF do representante legal da entidade;
e)Autodeclaração Étnico-Racial (Anexo V), quando a entidade optar por concorrer às cotas de pessoas negras (pretas ou pardas) ou indígenas;
f) Autodeclaração de Pessoa com Deficiência (Anexo VI), quando a entidade optar por concorrer à cota de pessoas com deficiência;
g) Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação da inscrição.
Atenção! Para comprovar o quadro de dirigentes majoritariamente composto pelo grupo da cota, as autodeclarações referidas nas alíneas "e" e "f" deverão ser apresentadas por número suficiente de dirigentes que comprove, em conjunto, a composição majoritária (cinquenta por cento mais um) do quadro de dirigentes pelo grupo da cota pleiteada, acompanhadas da ata da última eleição.

4.3.Disposições gerais da inscrição
As limitações quanto aos tamanhos e formatos de arquivos a serem submetidos estarão descritas no próprio formulário eletrônico de inscrição.
Caso opte por concorrer às cotas, a entidade ou coletivo cultural deverá escolher apenas uma delas, conforme o Anexo I. No caso de envio de mais de uma inscrição, será considerada apenas a última inscrição enviada para análise.
As entidades ou coletivos que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório, prejudicando a análise de itens obrigatórios, poderão ser desclassificadas na Etapa de Seleção, a critério da Comissão de Seleção e Análise.
A Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, de energia elétrica, problemas nos servidores, na transmissão de dados ou em provedores de acesso dos usuários.
Atenção! Na etapa de inscrição não são exigidos os documentos de habilitação (certidões negativas e demais documentos listados no item 9 deste Edital), que serão exigidos posteriormente, apenas das candidaturas selecionadas.

5.COTAS
Cada proponente poderá concorrer a apenas uma das cotas previstas neste Edital.
Ficam garantidas, conforme descrito no Anexo I, cotas em todas as categorias deste edital. Do total de 12 (doze) vagas deste Edital, **6 (seis) são destinadas à ampla concorrência** e 6 (seis) às cotas, assim distribuídas:
a) pessoas negras (pretas ou pardas): 3 (três) vagas;
b) pessoas indígenas: 2 (duas) vagas;
c) pessoas com deficiência: 1 (uma) vaga.
Os quantitativos seguem as disposições da Instrução Normativa MinC nº 10/2023.
As cotas serão destinadas a entidades (com CNPJ) que possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas ou com deficiência, conforme o caso; e a coletivos informais (sem CNPJ) que atendam, cumulativamente, às seguintes condições:
a) sejam compostos majoritariamente (cinquenta por cento mais um) por pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas ou com deficiência, conforme a cota pleiteada; e
b) tenham, como pessoa física indicada representante no Anexo IV, alguém que seja, ela própria, pessoa negra (preta ou parda), pessoa indígena ou pessoa com deficiência, conforme a cota pleiteada.
Atenção! No caso de coletivo sem CNPJ representado por pessoa física, não basta que a maioria dos integrantes do coletivo pertença ao grupo da cota pretendida — o representante formalmente indicado no Anexo IV precisa também pertencer a esse mesmo grupo, já que é ele quem assina a autodeclaração, responde legalmente pela candidatura e é o titular da conta bancária na qual o recurso da premiação será depositado. Isso evita que a vaga de uma cota seja ocupada, na prática, por pessoa que não pertence ao grupo que a cota busca beneficiar.
As entidades e coletivos que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo ser selecionados de acordo com sua nota ou classificação no processo de seleção.
As entidades e coletivos optantes pelas cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionados no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas ao preenchimento das cotas, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
Em caso de desistência de entidade ou coletivo selecionado nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por candidatura que concorreu à mesma cota, de acordo com a ordem de classificação.
No caso de não existirem candidaturas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das cotas, o número de premiações restantes deverá ser destinado inicialmente para as outras categorias de cotas. Caso não haja candidaturas inscritas em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas serão direcionadas para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.
Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146/2015.

Deverão ser premiadas, no mínimo, 30% (trinta por cento) das vagas - 4 (quatro) vagas - por entidades e coletivos com trajetória declarada e comprovadamente ligada às culturas tradicionais e populares, conforme o art. 6º da Portaria MinC nº 206, de 13 de maio de 2025. Este percentual poderá ser cumprido em conjunto com as vagas destinadas às cotas e/ou à ampla concorrência, conforme indicação da própria candidatura no Formulário de Inscrição (Anexo III).
A meta citada no parágrafo anterior trata-se de meta transversal, e não de vagas exclusivas e reservadas: o cumprimento do percentual mínimo de 30% será verificado ao final da Etapa de Seleção, sobre o conjunto das candidaturas selecionadas, e não por meio de vagas específicas apartadas da ampla concorrência e das demais cotas. Caso, ao final do processo, não haja candidaturas habilitadas em número suficiente para o cumprimento deste percentual mínimo, tal fato será registrado em ata pela Comissão de Seleção e Análise, sem prejuízo de que a Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR possa eventualmente vir a adotar medidas de busca ativa, para ampliar a participação de entidades e coletivos com essa trajetória.

6. ETAPAS DE ANÁLISE
As inscrições apresentadas serão analisadas em duas etapas:
a) Etapa de Seleção - as candidaturas serão avaliadas, pontuadas e ranqueadas, sendo definidas quais entidades e coletivos serão ou não selecionados e/ou pré-certificados, conforme critérios definidos neste edital;
b) Etapa de Habilitação - realizada pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR e pela Comissão de Seleção e Análise, na qual será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital.

7. ETAPA DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS
Na etapa de seleção, serão definidas as entidades selecionadas e/ou pré-certificadas:
a) Entendem-se por SELECIONADOS aqueles inscritos que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada cota e da ampla concorrência, definidas no Anexo I, considerando os critérios de seleção do Anexo II;

b) Entendem-se por SUPLENTES aqueles inscritos que obtiverem 50 (cinquenta) pontos ou mais nos critérios obrigatórios de avaliação, sem considerar o bônus de pontuação, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas;
c) Entendem-se por PRÉ-CERTIFICADOS aqueles que, antes da inscrição neste Edital, ainda não eram certificados pelo Ministério da Cultura (MinC) e que, independentemente de serem ou não selecionados, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, conforme o item 3 deste Edital.

A seleção das candidaturas inscritas neste edital será realizada pela Comissão de Seleção e Análise constituída pelo município de Irati - PR, de composição paritária, com reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e notório saber, contando com, no mínimo, 1 (uma) pessoa da sociedade civil com trajetória ligada às culturas tradicionais e populares.
A Comissão será constituída conforme definições do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC) para a execução do Ciclo 02 da PNAB, bem como da Resolução Nº 003/2025 e da Resolução nº 005/2026 do Conselho Municipal de Cultura.
Ficarão proibidos de participar da avaliação de determinada candidatura os membros da Comissão que tenham interesse pessoal na premiação, que tenham participado ou colaborado com a iniciativa cultural avaliada, que tenham participado de entidade ou coletivo inscrito neste Edital nos últimos 2 (dois) anos, ou que estejam litigando judicial ou administrativamente com a candidatura, nos termos da Resolução nº 003/2025-CMC.
Atenção! O Agente Cultural proponente, bem como seu(s) representante(s), fica(m) vedado(s) - sob pena de desclassificação imediata - de realizar qualquer contato com a Comissão de Seleção e Análise e seus membros antes da divulgação do Resultado Final, exceto pelo contato oficial de e-mail **pnabiraticiclo02@gmail.com**.
Caso a entidade ou o coletivo cultural não seja certificado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, ainda assim a inscrição será avaliada, com publicação da sua pontuação.
A pontuação máxima de cada candidatura é de até 100 (cem) pontos pelos Critérios de Avaliação, acrescida de até 5 (cinco) pontos de indutor de pontuação (bônus) para candidaturas já certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura, conforme descrito no Anexo II deste Edital, totalizando o máximo de 105 (cento e cinco) pontos.
Cada candidatura será analisada por, no mínimo, 2 (dois) membros da Comissão de Seleção e Análise (no mínimo, um da sociedade civil), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.
Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e para a ampla concorrência, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade: a) maior pontuação nos critérios previstos no Anexo II, na ordem em que aparecem; b) maior tempo de atividades culturais comprovadas na inscrição; c) mediante sorteio.
Será desclassificada a candidatura que: a) não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme o item 4 deste edital; b) apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito; c) não obtiver pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos nos critérios obrigatórios de avaliação, sem considerar o bônus de pontuação.
O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no Diário Oficial do município de Irati
- PR e no site da Prefeitura de Irati - PR (www.irati.pr.gov.br).

8. RECURSOS NA ETAPA DE SELEÇÃO
Contra a decisão da Etapa de Seleção, e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR, que o levará ao conhecimento e apreciação da Comissão de Seleção e Análise.
O recurso deve ser apresentado conforme modelo constante no Anexo VIII deste Edital, por meio do endereço de e-mail **pnabiraticiclo02@gmail.com**, no período de 28/10/2026 a 30/10/2026, conforme o cronograma deste Edital.
O e-mail enviado para **pnabiraticiclo02@gmail.com** deverá conter, em anexo, os documentos solicitados para esta etapa e, no assunto, a etapa, o número do edital e a razão social da entidade com CNPJ ou o nome do coletivo e de sua pessoa representante.
Exemplo de assunto — entidade com CNPJ:
"Recurso da Seleção: Edital 002/2026 — Associação Cultural Exemplo"
Exemplo de assunto — coletivo:
"Recurso da Seleção: Edital 002/2026 — Coletivo Exemplo (representado por Maria da Silva)"
Atenção! Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Caso um recurso apresentado por terceiro possa afetar sua nota ou classificação na Etapa de Seleção, o proponente será notificado em 03/11/2026, pelo endereço de e-mail utilizado na inscrição no formulário eletrônico previsto no item 4 deste Edital. A notificação dará acesso ao conteúdo do recurso necessário à apresentação de contrarrazões, resguardados os dados pessoais não pertinentes à manifestação.
As contrarrazões permitem ao proponente se manifestar sobre recurso de terceiro que possa afetar sua nota ou classificação na seleção. Essa manifestação ocorre antes de a Comissão decidir sobre os recursos apresentados. **Não se trata, portanto, de uma nova oportunidade de recorrer da própria nota, nem de contestar a decisão da Comissão sobre o próprio recurso anteriormente apresentado.**
Os candidatos que possam ser afetados por recurso de outro candidato poderão, facultativamente, apresentar contrarrazões das 00h de 04/11/2026 até as 23h59 de 05/11/2026, por e-mail para **pnabiraticiclo02@gmail.com**, identificando o recurso a que se referem e expondo os fundamentos da manifestação. O assunto do e-mail deverá indicar a etapa, o número do edital e a razão social da entidade com CNPJ ou o nome do coletivo e de sua pessoa representante.
Exemplo de assunto — entidade com CNPJ:
"Contrarrazões da Seleção: Edital 002/2026 — Associação Cultural Exemplo"
Exemplo de assunto — coletivo:
"Contrarrazões da Seleção: Edital 002/2026 — Coletivo Exemplo (representado por Maria da Silva)"

A ausência de contrarrazões não impede o julgamento do recurso. A Comissão poderá iniciar a análise dos recursos durante esse período, mas concluirá o julgamento após o encerramento do prazo de contrarrazões, considerando as manifestações recebidas.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da Etapa de Seleção, a lista de recursos aceitos e não aceitos e a composição da Comissão de Seleção e Análise serão divulgados no Diário Oficial do município de Irati - PR e no site da Prefeitura de Irati - PR.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
A Etapa de Habilitação é eliminatória, inicia-se com a publicação do resultado final da Etapa de Seleção e será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR e pela Comissão de Seleção e Análise, que conferirão se a documentação complementar obedece às exigências deste Edital.
9.1. Prazo para apresentação de documentos de habilitação
O e-mail enviado para **pnabiraticiclo02@gmail.com** deverá conter, em anexo, os documentos solicitados para esta etapa e, no assunto, a etapa, o número do edital e a razão social da entidade com CNPJ ou o nome do coletivo e de sua pessoa representante.
Exemplo de assunto — entidade com CNPJ:
"Habilitação: Edital 002/2026 — Associação Cultural Exemplo"

Exemplo de assunto — coletivo:
"Habilitação: Edital 002/2026 — Coletivo Exemplo (representado por Maria da Silva)"
A entidade ou o coletivo selecionado e/ou pré-certificado deverá encaminhar, no período de 09/11/2026 a 16/11/2026, estabelecido no cronograma deste Edital, por meio do endereço de e-mail **pnabiraticiclo02@gmail.com**, os seguintes documentos:

9.2.Documentos comuns a todas as candidaturas selecionadas

Certificado de Ponto ou Pontão de Cultura do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, para as candidaturas já certificadas. Caso o certificado não seja localizado, a organização cultural poderá comprovar sua certificação por meio de instrumentos formais de parceria ou publicação em diário oficial do resultado de editais certificadores da PNCV;
Comprovante de solicitação de ingresso no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura (e-mail recebido ao enviar o cadastro), para as candidaturas pré-certificadas, sem o qual não é possível emitir a certificação;
Comprovante de residência/sede em Irati - PR, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência à data de publicação do Edital, ou Declaração de Residência/Endereço (Anexo VII).

9.3. Documentos específicos para coletivos culturais sem CNPJ

a) Cópia do documento de identidade e do CPF de todos os membros maiores de 18 (dezoito) anos que assinaram a Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural (Anexo IV) na Etapa de Seleção;
b) Certidão Negativa de Débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União, em nome do representante do coletivo indicado no Anexo IV;
c) Certidão Negativa de Débitos municipais, emitida junto à Prefeitura Municipal de Irati - PR, em nome do representante do coletivo indicado no Anexo IV;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em nome do representante do coletivo indicado no Anexo IV;
e) Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, em nome do representante do coletivo indicado no Anexo IV;
f) Nova Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural (Anexo IV) **(exclusivamente na hipótese de substituição de representante, na forma do item 9.6, não sendo necessário este documento, caso não haja substituição de representante do Coletivo)**.

9.4. Documentos específicos para entidades culturais (com CNPJ)

a) Cópia da ata de posse dos dirigentes atualizada;
b) Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada;
c) Cópia do Estatuto Social atualizado, verificando-se se tem natureza ou finalidade cultural e se a entidade não se enquadra nas vedações previstas neste Edital;
d) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União;
e) Certidão Negativa de Débitos municipais, emitida junto à Prefeitura Municipal de Irati - PR;
f)Certificado de Regularidade do FGTS (CRF/FGTS);
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
h) Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.
Atenção! As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja, nestas certidões, referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso a candidatura esteja em débito com o município de Irati - PR, com o Estado do Paraná ou com a União, não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

95.Consultas complementares

A Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR e/ou a Comissão de Seleção e Análise consultarão, ainda, a ficha do CNPJ das entidades culturais, visando verificar se estas se encontram ativas, e poderão solicitar documentação adicional, caso necessário. O proponente deverá consultar sua regularidade jurídica, fiscal e tributária, de modo a resolver eventuais pendências.

9.6.Substituição de representante

Será permitida a substituição de representante, desde que conte com a decisão de, no mínimo, a maioria (cinquenta por cento mais um) de integrantes do coletivo, sendo a decisão devidamente registrada em nova Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural (Anexo IV), na fase de habilitação, no prazo do item 9.1. No caso de coletivo concorrente a uma cota, a nova pessoa representante deverá pertencer ao grupo da cota pleiteada e apresentar a autodeclaração correspondente, conforme o item 5 deste Edital.

9.7.Inabilitação

Serão inabilitadas as candidaturas que: a) entregarem os documentos fora do período de habilitação; b) não apresentarem os documentos exigidos neste item; c) se enquadrarem nas vedações previstas neste Edital.
Na hipótese de inabilitação de algum contemplado, serão convocadas outras candidaturas para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo à ordem de classificação.
O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial do município de Irati - PR e no site da Prefeitura de Irati - PR.

10.RECURSOS NA ETAPA DE HABILITAÇÃO

Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado à Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR, que o levará ao conhecimento e apreciação da Comissão de Seleção e Análise.
O recurso deve ser apresentado conforme modelo constante no Anexo IX deste Edital, por meio do endereço de e-mail **pnabiraticiclo02@gmail.com**, no período de 19/11/2026 a 24/11/2026, conforme o cronograma deste Edital.
O e-mail enviado para **pnabiraticiclo02@gmail.com** deverá conter, em anexo, os documentos solicitados para esta etapa e, no assunto, a etapa, o número do edital e a razão social da entidade com CNPJ ou o nome do coletivo e de sua pessoa representante.
Exemplo de assunto — entidade com CNPJ:
"Recurso da Habilitação: Edital 002/2026 — Associação Cultural Exemplo"
Exemplo de assunto — coletivo:
"Recurso da Habilitação: Edital 002/2026 — Coletivo Exemplo (representado por Maria da Silva)"

Atenção! Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. **Após essa etapa, não caberá mais recurso.**
O resultado final da Etapa de Habilitação será publicado no Diário Oficial do município de Irati - PR e no site da Prefeitura de Irati - PR.

11. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

Após a conclusão das etapas de análise, não havendo candidaturas classificadas para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas e para a ampla concorrência, obedecendo à pontuação das candidaturas e atendendo às cotas previstas no Anexo I.

12. ETAPA DE PREMIAÇÃO

O pagamento do prêmio está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

Finalizada a fase de habilitação, a candidatura contemplada será convocada a assinar o Termo de Premiação Cultura Viva (Anexo X) e receberá o recurso na conta bancária indicada no Formulário de Inscrição, observadas as disposições deste item.

A candidatura deve assinar o Termo de Premiação Cultura Viva no período de 26/11/2026 a 30/11/2026, estabelecido no cronograma deste Edital, sob pena de perda da premiação e eventual convocação da suplente.

Para evitar a concentração dos recursos públicos, a entidade ou coletivo premiado não poderá receber dois ou mais Prêmios Cultura Viva em um período de 12 (doze) meses, mesmo que selecionado em editais diferentes ou de entes federados distintos, salvo quando, em um mesmo edital de premiação da PNCV, após selecionadas todas as candidaturas não premiadas nos últimos 12 meses, ainda houver vagas disponíveis.

Adicionalmente, uma mesma entidade cultural (pessoa jurídica) não poderá celebrar Termo de Compromisso Cultural (TCC) e, em seguida, receber prêmios no âmbito da PNCV em um período de 12 meses, mesmo que selecionada em editais diferentes ou de entes federados distintos, ressalvadas as exceções previstas no art. 21, § 3º, inciso II, da Instrução Normativa MinC nº 1/2015, com as alterações da Instrução Normativa MinC nº 12/2024.

Em caso de desistência, impossibilidade de recebimento do prêmio ou não cumprimento das exigências do Edital pela candidatura selecionada, o prêmio será destinado a outra candidatura classificada, observando-se a quantidade, as cotas, a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência deste Edital.

A ordem de pagamento das candidaturas ocorrerá de forma independente da ordem de classificação do resultado final da Etapa de Seleção. Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.

Em caso de candidatura como "coletivo cultural", o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de qualquer banco, tendo a pessoa representante como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas de convênio, contas-fácil ou contas-benefício.

Em caso de candidatura como "entidade", o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular, não podendo ser indicada conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

O município de Irati - PR não poderá efetuar pagamentos para a modalidade de "Conta Salário".

A Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR não se responsabilizará por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas premiadas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Prazos do Edital

Os prazos de cada etapa são os estabelecidos no cronograma deste Edital.

13.2.Responsabilidades do proponente

Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade ou coletivo cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital. A entidade ou coletivo cultural será o único responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

13.3.Validade do resultado deste Edital

O prazo de vigência deste Edital será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.

13.4. Concordância com os termos e condições do presente Edital

O ato de inscrição implica o total conhecimento e a plena concordância da entidade ou coletivo cultural com as normas e condições estabelecidas neste Edital, na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB) e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a inabilitação da inscrição. As candidaturas inscritas, selecionadas ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira. Os materiais encaminhados não serão devolvidos.

Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção e Análise. Os casos não previstos e constatados durante outras etapas serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR.

13.5.**Cronograma do Edital**

ETAPA	DATA
Inscrições	Das 00h de 16/09/2026 até as 23h59 de 04/10/2026
Análise das candidaturas pela Comissão de Seleção e Análise	De 05/10/2026 até 25/10/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Seleção	27/10/2026
Recursos da Seleção	De 28/10/2026 até 30/10/2026
Contrarrazões da Etapa de Seleção	De 04/11/2026 até 05/11/2026
Publicação da análise dos recursos e do Resultado Final da Seleção	09/11/2026
Habilitação: apresentação da documentação	De 09/11/2026 até 16/11/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	18/11/2026
Recursos da Habilitação	De 19/11/2026 até 24/11/2026
Publicação do Resultado Final da Habilitação e da relação de contemplados	26/11/2026
Assinatura dos Termos de Premiação	De 26/11/2026 até 30/11/2026
Empenho e pagamento dos prêmios	De 01/12/2026 até 11/12/2026

13.6.Informações e contato

Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas junto à Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR, por meio dos seguintes canais:

I- endereço eletrônico de e-mail **cultura@irati.pr.gov.br**;

II- telefone (42) 3132-6197, com atendimento por telefonia fixa e WhatsApp Business;

III- atendimento presencial, de segunda a sexta, das 08h às 12h e das 13h às 17h, na Rua Quinze de Julho, nº 333, Centro, Irati - PR, CEP 84500-076.

13.7 - Anexos do Edital

Este Edital é composto pelos seguintes anexos:

Anexo I - Categorias e Cotas;
Anexo II - Critérios de Avaliação da Etapa de Seleção; Anexo III - Formulário de Inscrição;
Anexo IV - Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural; Anexo V - Autodeclaração Étnico-Racial;
Anexo VI - Autodeclaração para Pessoa com Deficiência; Anexo VII - Declaração de Residência/Endereço;
Anexo VIII - Formulário para Pedido de Recurso da Etapa de Seleção; Anexo IX - Formulário para Pedido de Recurso da Etapa de Habilitação; Anexo X - Termo de Premiação Cultura Viva.

ANTONIO CESAR PIRES
Secretário Municipal de Cultura Prefeitura de Irati - PR

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR

ANEXO I - CATEGORIAS E COTAS

1. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Serão disponibilizadas 12 (doze) vagas para premiação.
Cada Ponto/Pontão de Cultura selecionado receberá a premiação de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
O valor total deste edital é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Do total de 12 (doze) vagas, 6 (seis) são destinadas à ampla concorrência e 6 (seis) às cotas (3 para pessoas negras - pretas ou pardas -, 2 para pessoas indígenas e 1 para pessoas com deficiência), conforme detalhado na tabela abaixo.

Ampla concorrênci a	Cotas pessoas negras (pretas/pardas)	Cotas pessoas indígenas	Cotas PcD	Total de vagas	Valor individual de cada premiação	Valor total das premiações somadas
6	3	2	1	12	R$ 10.000,00	R$ 120.000,00

Não há categorias temáticas neste Edital: as vagas concorrem entre si em ampla concorrência e nas cotas descritas acima.

2. CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES

Deverão ser premiadas, no mínimo, 4 (quatro) vagas (30%) por entidades e coletivos com trajetória declarada e comprovadamente ligada às culturas tradicionais e populares, conforme o art. 6º da Portaria MinC nº 206, de 13 de maio de 2025. Este percentual poderá ser cumprido em conjunto com as vagas de ampla concorrência e/ou de cotas, conforme indicação da candidatura no Formulário de Inscrição (Anexo III).

3. COTAS

Cada proponente poderá concorrer a apenas uma das cotas previstas neste Edital.
As cotas para pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas e pessoas com deficiência seguem o previsto no Capítulo II da Instrução Normativa MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade de que trata o Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura).

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR

ANEXO II - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA ETAPA DE SELEÇÃO

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

A partir do portfólio, do formulário de inscrição e demais materiais enviados, e considerando os objetivos de Pontos de Cultura definidos na Lei nº 13.018/2014 (art. 6º, I), a Comissão de Seleção e Análise avaliará se a entidade ou coletivo cultural atende aos critérios abaixo:

Item	Critério	Não Atende	Atende Parc.	Atende Plen.
a	Representa iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.	0	5	10
b	Promove, amplia e garante a criação e a produção artística e cultural.	0	2	3
c	Incentiva a preservação da cultura brasileira.	0	2	3
d	Estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural.	0	1	2
e	Aumenta a visibilidade das diversas iniciativas culturais.	0	2	3
f	Promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais.	0	2	3
g	Garante acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.	0	2	3
h	Assegura a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais.	0	2	4

Item	Critério	Não Atende	Atende Parc.	Atende Plen.
i	Contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades.	0	5	10
j	Promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade.	0	3	5
k	Estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação.	0	3	5
l	Adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado.	0	3	5
m	Fomenta as economias solidária e criativa.	0	2	4
n	Protege o patrimônio cultural material, imaterial e promove as memórias comunitárias.	0	3	5
o	Apoia e incentiva manifestações culturais populares e tradicionais.	0	3	5
p	Realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade.	0	5	10
q	As ações da entidade/coletivo estão relacionadas aos eixos estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva, por meio de ações de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada.	0	5	10
r	A entidade possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas à PNCV.	0	5	10

PONTUAÇÃO GERAL TOTAL DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS: 100 (cem) pontos, podendo alcançar o máximo de 105 (cento e cinco) pontos com o indutor de pontuação (bônus) descrito abaixo. Para ser certificada e/ou selecionada, a entidade ou coletivo precisará alcançar a pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos dentro dos critérios acima descritos.

INDUTOR DE PONTUAÇÃO (BÔNUS): entidades e coletivos culturais já certificados como Ponto de Cultura ou como Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura (MinC) recebem 5 (cinco) pontos extras, somados à pontuação obtida nos critérios da tabela acima, até o total máximo de 105 (cento e cinco) pontos, em cumprimento à deliberação do Conselho Municipal de Cultura de Irati – PR (Resolução nº 005/2026).

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR

ANEXO III - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1.**CATEGORIA E CONCORRÊNCIA EM COTA**
Marque a cota à qual a entidade ou coletivo cultural entende se enquadrar (observar as exigências de comprovação no Anexo I e no Edital):
Cada proponente poderá concorrer a apenas uma das cotas previstas neste Edital. ( ) Pessoa negra - preta ou parda - (3 vagas)
( ) Pessoa indígena (2 vagas)
( ) Pessoa com deficiência (1 vaga) ( ) Ampla concorrência (6 vagas)
A entidade ou coletivo possui trajetória declarada e comprovadamente ligada às culturas tradicionais e populares, conforme a meta transversal prevista no item 5 deste Edital?
( ) Sim ( ) Não

Atenção! A Comissão de Seleção e Análise analisará as comprovações enviadas na inscrição para avaliar se a entidade ou coletivo conta efetivamente com trajetória comprovadamente ligada às culturas populares e tradicionais.

2.INFORMAÇÕES BÁSICAS DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL
2.1.Nome da entidade ou coletivo cultural:
2.2.CNPJ (se entidade):
2.3.Endereço:
2.3.1Cidade: 2.3.2. UF: 2.3.3. Bairro:
2.3.4. Número: 2.3.5. Complemento: 2.3.6. CEP:
2.4. Telefone: ( )
2.5. E-mail da entidade ou coletivo cultural:
2.6.Página da internet e redes sociais (Facebook, Instagram, site, canal no YouTube etc.):
2.7. A entidade ou coletivo já é certificado pelo Ministério da Cultura, estando inscrito no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura? (consultar em www.gov.br/culturaviva)
( ) Sim, como Ponto de Cultura ( ) Sim, como Pontão de Cultura
( ) Não, a entidade ou coletivo pretende ser certificado como Ponto de Cultura por meio do presente Edital

Atenção! Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificado, a certificação será verificada pela Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos das não certificadas, podendo, ou não, ser certificado por meio deste Edital.
2.8. Caso já certificado, informe o link para o certificado ou anexe o comprovante (não obrigatório):

3. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA PESSOA REPRESENTANTE
3.1.Nome completo:
3.2.Apelido/Nome Artístico, se houver:
3.3.Cargo/função na entidade ou coletivo:
3.4.CPF: 3.5. RG:
3.6. Telefone/WhatsApp: ( )
3.7. E-mail:

4.DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO DA PREMIAÇÃO
4.1.Banco: 4.2. Agência:
4.3. Conta: ( ) Corrente ( ) Poupança Número da conta:
Atenção! Em caso de candidatura como "coletivo cultural", a conta deve ter a pessoa representante indicada no item 3 como única titular. Em caso de candidatura como "entidade", a conta deve ter a própria instituição como titular. Para entidades, será aceita exclusivamente conta corrente. A conta poupança é admitida somente para coletivos sem CNPJ.

5.**DECLARAÇÃO**
Declaro estar ciente das regras deste Edital, das vedações previstas e da veracidade das informações prestadas neste Formulário de Inscrição, sob pena das sanções cabíveis.
Irati - Paraná, de de 2026.

Assinatura da pessoa representante

Nome completo da pessoa representante

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO/COLETIVO CULTURAL

Nós, membros do Grupo/Coletivo Cultural (nome do Grupo/Coletivo Cultural), declaramos que, em reunião realizada em de de (dia/mês/ano), fica decidido apresentar a inscrição no Edital de Chamamento Público nº 002/2026 - Premiação de Pontos e Pontões de Cultura, para reconhecimento, valorização e fortalecimento da cultura brasileira.
Nesta reunião, nomeia-se (Representante do Grupo/Coletivo Cultural), portador(a) da Carteira de Identidade nº (RG) e CPF nº (CPF), como representante e responsável por este Grupo/Coletivo Cultural e pela inscrição da candidatura mencionada.

Assim AUTORIZAMOS:
1. O recebimento do prêmio, no valor integral bruto de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com as informações indicadas no Formulário de Inscrição (Anexo III).
Além disso, DECLARAMOS estar cientes de que:
2.O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo III).
3. A Secretaria Municipal de Cultura de Irati - PR, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura (MinC) não se responsabilizarão por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.
4. É de total responsabilidade do Grupo/Coletivo Cultural acompanhar a atualização das informações do Edital.
5. O Grupo/Coletivo Cultural cumprirá as regras do Edital, estando de acordo com seus termos e vedações.
Caso a candidatura seja selecionada, será necessário o envio das cópias do RG e do CPF de todos os membros maiores de 18 (dezoito) anos integrantes do Grupo/Coletivo Cultural na Fase de Habilitação:

Nome:
RG: Órgão emissor: CPF:

Data de Nascimento: / /
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):

Nome:
RG: Órgão emissor: CPF:
Data de Nascimento: / /
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):

Nome:
RG: Órgão emissor: CPF:
Data de Nascimento: / /
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):

(Acrescentar ou retirar blocos referentes aos membros integrantes, conforme composição do Coletivo Cultural)
Irati - Paraná, dia do mês de de 2026.

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR

ANEXO V - MODELO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(A ser assinada por cada integrante da entidade ou coletivo cultural que compuser a comprovação da cota étnico-racial de que trata o item 5 do Edital, inclusive pela pessoa representante indicada no Anexo IV)
Eu, , CPF nº , RG nº
, DECLARO, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 002/2026, na condição de membro da entidade/coletivo
, que sou:
( ) Pessoa Negra (Preta ou Parda) ( ) Pessoa Indígena
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.
Irati – PR, dia do mês de do ano de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR
ANEXO VI - MODELO DE AUTODECLARAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(a ser assinada por cada integrante da entidade ou coletivo cultural que compuser a comprovação da cota de pessoas com deficiência de que trata o item 5 do Edital, inclusive pela pessoa representante indicada no Anexo IV)
Eu, , CPF nº , RG nº
, DECLARO, para fins de participação no Edital de Chamamento Público nº 002/2026, na condição de membro da entidade/coletivo, que sou pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.
Irati – PR, dia do mês de do ano de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA/ENDEREÇO

Eu, , de nacionalidade , nascido(a) na cidade de , inscrito(a) no CPF nº , RG nº
, telefone ( ) , na condição de representante legal/representante indicado(a) da entidade ou coletivo cultural
, DECLARO, para fins de comprovação de residência/endereço, sob as penas da Lei nº 7.115/1983, art. 2º, que a referida entidade ou coletivo tem sede e/ou atuação no município de Irati - Paraná, estando atualmente domiciliada(o) no endereço ou local de residência abaixo descrito:

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."
Irati – PR, dia do mês de do ano de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR
ANEXO VIII - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO (ETAPA DE SELEÇÃO)

O e-mail enviado para **pnabiraticiclo02@gmail.com** deverá conter, em anexo, os documentos solicitados para esta etapa e, no assunto, a etapa, o número do edital e a razão social da entidade com CNPJ ou o nome do coletivo e de sua pessoa representante.
Exemplo de assunto — entidade com CNPJ:
"Recurso da Seleção: Edital 002/2026 — Associação Cultural Exemplo"
Exemplo de assunto — coletivo:
"Recurso da Seleção: Edital 002/2026 — Coletivo Exemplo (representado por Maria da Silva)"
Nome da Entidade ou Coletivo Cultural:

À Comissão de Seleção e Análise,

Venho solicitar revisão do resultado da Etapa de Seleção, pelos motivos abaixo:

Termos em que peço deferimento.
Irati – PR, dia do mês de do ano de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA DE IRATI
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026
REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE IRATI – PR
ANEXO IX - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO (ETAPA DE HABILITAÇÃO)

O e-mail enviado para **pnabiraticiclo02@gmail.com** deverá conter, em anexo, os documentos solicitados para esta etapa e, no assunto, a etapa, o número do edital e a razão social da entidade com CNPJ ou o nome do coletivo e de sua pessoa representante.
Exemplo de assunto — entidade com CNPJ:
"Recurso da Habilitação: Edital 002/2026 — Associação Cultural Exemplo"
Exemplo de assunto — coletivo:
"Recurso da Habilitação: Edital 002/2026 — Coletivo Exemplo (representado por Maria da Silva)"
Nome da Entidade ou Coletivo Cultural:

À Comissão de Seleção e Análise,

Venho solicitar revisão do resultado da Etapa de Habilitação, pelos motivos abaixo:

Termos em que peço deferimento.
Irati – PR, dia do mês de do ano de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

ANEXO X - TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURA VIVA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

1. Dados do Premiado
Nome da entidade cultural ou coletivo cultural:
CPF da pessoa representante (no caso de coletivo sem Personalidade Jurídica), ou CNPJ (no caso de entidade):

2.Dados Bancários (para pagamento da premiação)
Banco:
Código Bancário:
Agência:
Número da Conta:
Tipo de conta:
Nome completo ou Razão Social do titular da conta:
Em caso de candidatura como "coletivo cultural", o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de qualquer banco, tendo a pessoa representante como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas de convênio, contas-fácil ou contas-benefício (tais como Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras). Em caso de candidatura como "entidade", o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular, não podendo ser indicada conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

3.Valor da Premiação
O valor da premiação concedida é de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Este valor foi repassado pela Prefeitura de Irati - PR em parcela única diretamente para a conta bancária informada. A presente premiação possui natureza jurídica de doação sem encargo. Desta forma, não há estabelecimento de obrigações futuras, exigência de contrapartida, nem a necessidade de assinatura de instrumento jurídico com obrigações de execução ou prestação de contas por parte do(a) premiado(a). O presente termo, em conjunto com o comprovante de depósito, produz o efeito de recibo do pagamento direto realizado pela administração pública, em atendimento ao disposto nos arts. 22 e 23 da Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024.
Irati – PR, dia do mês de do ano de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Nome completo do(a) Declarante

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:5F15062A

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO, PENALIDADE E ADVERTÊNCIA DE 01 A 15 DE SETEMBRO DE 2026.

276070 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ALJ7156	116100T002529868	22/08/2026	55250
MIK2C01	116100T003980303	22/08/2026	55250

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BDT7B91	276070NIC0004450	11/08/2026	50020
EBH1I82	276070NIC0004451	11/08/2026	50020
JBQ1B55	276070NIC0004454	11/08/2026	50020
KKX7J70	276070NIC0004458	11/08/2026	50020
MJI6E46	276070NIC0004456	11/08/2026	50020
RFC6A43	276070NIC0004457	11/08/2026	50020
RVX1A24	276070NIC0004455	11/08/2026	50020
SFJ4B02	276070NIC0004449	11/08/2026	50020
TAK3E84	276070NIC0004448	11/08/2026	50020
TBV9F10	276070NIC0004452	11/08/2026	50020
TCP3B42	276070NIC0004453	11/08/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 26/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAB0A02	276070T000019137	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AAC5C22	276070T000019355	26/06/2026	76331	R$ 293.47
ABM2691	276070T000018983	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AGR7I93	276070T000018978	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AIU8300	276070T000018830	25/06/2026	51930	R$ 293.47
AIZ6D83	276070T000018986	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AKF3D12	276070T000019363	26/06/2026	51851	R$ 195.23

ANW7H01	276070T000019256	25/06/2026	76331	R$ 293.47
AOC2J70	276070T000018999	25/06/2026	58194	R$ 880.41
APB9I85	276070T000019252	25/06/2026	51930	R$ 293.47
APL5G25	276070T000019364	26/06/2026	51852	R$ 195.23
AQH3I00	276070NIC0004377	09/06/2026	50020	R$ 390.46
ARG6E53	276070T000019146	25/06/2026	51851	R$ 195.23
ARK7I78	276070T000018688	24/06/2026	76251	R$ 293.47
ARM4245	276070T000019255	25/06/2026	51851	R$ 195.23
ARS9236	276070T000019360	26/06/2026	51851	R$ 195.23
ASJ8120	276070NIC0004381	09/06/2026	50020	R$ 260.32
ASK3F97	276070T000019358	26/06/2026	60175	R$ 293.47
ASL8B89	276070T000019144	25/06/2026	51851	R$ 195.23
ASP1H63	276070T000018982	23/06/2026	51851	R$ 195.23
ASP1H63	276070T000018991	23/06/2026	73232	R$ 130.16
ASU6983	276070NIC0004379	09/06/2026	50020	R$ 586.94
ASX6J13	276070T000019357	26/06/2026	51851	R$ 195.23
ATB2I29	276070NIC0004372	09/06/2026	50020	R$ 390.46
ATI2433	276070T000019140	24/06/2026	51852	R$ 195.23
AVL2I73	276070T000019138	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AWE7D09	276070T000018829	24/06/2026	51851	R$ 195.23
AWS1H14	276070T000018689	22/06/2026	54870	R$ 195.23
AXE0897	276070T000019145	25/06/2026	51851	R$ 195.23
AXI5E78	276070T000018992	23/06/2026	76331	R$ 293.47
AXP3H49	276070T000019361	26/06/2026	51851	R$ 195.23
AXQ8G65	276070T000018687	24/06/2026	76252	R$ 293.47
AYF7F86	276070NIC0004380	09/06/2026	50020	R$ 586.94
AYJ3692	276070T000018985	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AYN7H41	276070T000018979	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AZI1D75	116100T003713825	20/06/2026	55250	R$ 130.16
AZK7019	276070T000018981	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AZX9C83	276070T000019141	24/06/2026	76331	R$ 293.47
BAJ0G67	276070T000019353	25/06/2026	51851	R$ 195.23
BAT7135	276070T000019254	25/06/2026	51851	R$ 195.23
BBI5J32	276070T000018996	25/06/2026	60412	R$ 195.23
BBT5G66	276070T000019150	25/06/2026	76331	R$ 293.47
BBW1J32	276070NIC0004376	09/06/2026	50020	R$ 586.94
BBZ4511	276070T000019359	26/06/2026	51851	R$ 195.23
BCM4H48	276070T000019365	26/06/2026	51851	R$ 195.23
BCR2J47	276070T000019139	24/06/2026	76331	R$ 293.47
BDC7D54	116100T002361615	22/06/2026	56731	R$ 130.16
BDD4H58	276070T000018989	23/06/2026	76252	R$ 293.47
BDT7H32	276070T000018998	25/06/2026	58194	R$ 880.41
BEH4D56	276070T000019149	25/06/2026	51851	R$ 195.23
BEJ8I34	276070T000019142	24/06/2026	76331	R$ 293.47
BUK7A71	276070T000019366	26/06/2026	51851	R$ 195.23
BXM8C13	276070T000018690	22/06/2026	54521	R$ 195.23
CZG1I33	276070T000019351	25/06/2026	51851	R$ 195.23
EFU3D30	276070T000018987	23/06/2026	51851	R$ 195.23
EUH2I77	276070T000019362	26/06/2026	51852	R$ 195.23
HHD1G80	276070T000018997	25/06/2026	58194	R$ 880.41
IRL7851	276070T000019147	25/06/2026	51851	R$ 195.23
JBK9D54	276070T000018993	25/06/2026	58194	R$ 880.41
LQI6055	276070NIC0004374	09/06/2026	50020	R$ 390.46
LQI6055	276070NIC0004375	09/06/2026	50020	R$ 586.94
MBA5H12	276070T000018828	24/06/2026	51851	R$ 195.23
MFO3A67	276070T000018980	23/06/2026	51851	R$ 195.23
MGV9600	276070T000019356	26/06/2026	51851	R$ 195.23
MHQ1G54	116100T003713826	20/06/2026	56141	R$ 195.23
MHW7F74	276070T000018984	23/06/2026	51851	R$ 195.23
NZS9H44	276070T000019253	25/06/2026	51851	R$ 195.23
QCM9F54	276070T000018995	25/06/2026	60412	R$ 195.23
QIR9G82	116100T002113933	22/06/2026	56222	R$ 88.38
QQJ9H82	276070T000018990	23/06/2026	55500	R$ 130.16
RHG3A02	276070T000019148	25/06/2026	76331	R$ 293.47
RHP3C63	276070T000018686	24/06/2026	56222	R$ 88.38
TBT8H55	276070NIC0004378	09/06/2026	50020	R$ 390.46
TBY1E12	276070T000019143	25/06/2026	76331	R$ 293.47
TRC0J71	276070NIC0004373	09/06/2026	50020	R$ 390.46
TYJ2H76	276070T000019354	25/06/2026	66020	R$ 293.47
UBJ8E71	276070T000019352	25/06/2026	51851	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 26/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
MMH9685	276070T000018988	23/06/2026	56731	
QFG1E90	116100T003723381	23/06/2026	54600	
TAZ1J69	276070T000018685	20/06/2026	55920	41828927 21

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 26/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AA1I A30	276070T000019542	28/08/2026	51851

AEF6435	276070T000019695	27/08/2026	76332
AFN5985	276070T000019754	31/08/2026	55090
AHA1D15	276070T000019805	01/09/2026	51851
AIG0455	276070T000019751	28/08/2026	76252
AJQ2F81	276070T000019221	29/08/2026	76332
AJZ0E53	276070T000019807	01/09/2026	51851
AKE7262	276070T000019777	02/09/2026	60501
AKN6771	276070T000019539	26/08/2026	51851
AKQ1J61	276070T000019699	27/08/2026	76331
AKR4G40	276070T000019591	26/08/2026	76331
ALM7H55	276070T000019806	01/09/2026	51851
ALP8E61	276070T000019589	26/08/2026	51851
AMD3F16	276070T000019759	31/08/2026	76251
ANF5B93	276070T000019755	31/08/2026	55090
AOC3D11	276070T000019545	01/09/2026	51851
AOF4F78	276070T000013855	27/08/2026	54521
AOY6873	276070T000019756	31/08/2026	76252
APE0A21	276070T000019587	26/08/2026	51851
APN9H98	276070T000019815	01/09/2026	51930
APX4H87	276070T000014311	27/08/2026	54521
AQL5C59	276070T000019694	27/08/2026	66371
AQT8C13	276070T000019802	27/08/2026	60412
AQT8C13	276070T000019583	24/08/2026	60412
AQV9167	276070T000016882	24/08/2026	76332
ARD5B80	276070T000014309	27/08/2026	54521
ARS7687	276070T000019588	26/08/2026	51851
ASB0I90	276070T000019582	24/08/2026	51852
ATC9E37	276070T000019774	02/09/2026	57463
ATO2J61	276070T000013853	27/08/2026	54521
AUD5J80	276070T000014308	27/08/2026	54521
AUJ4G79	276070T000019532	26/08/2026	51851
AUY0I27	276070T000017036	28/08/2026	51930
AVC3E90	276070T000019757	31/08/2026	76251
AVJ7D67	276070T000019595	27/08/2026	51851
AWR7627	276070T000019773	02/09/2026	57463
AXB0H94	276070T000019534	26/08/2026	51851
AXG4G42	276070T000019586	25/08/2026	76331
AXS0703	276070T000019585	25/08/2026	51851
AXT0D36	276070T000019533	26/08/2026	51851
AXU9C38	276070T000019808	01/09/2026	51851
AYM1970	276070T000019810	01/09/2026	51851
AZB9E05	276070T000019809	01/09/2026	51851
AZC7J60	276070T000019593	26/08/2026	54522
AZF2190	276070T000019768	31/08/2026	55414
AZO1F57	276070T000019765	31/08/2026	51851
AZO1F57	276070T000019764	31/08/2026	76332
AZT2E29	276070T000019753	28/08/2026	57463
BAT0B72	276070T000019758	31/08/2026	55090
BBB7G22	276070T000019540	28/08/2026	51851
BCG2D78	276070T000019223	31/08/2026	76252
BCJ1B22	276070T000019596	27/08/2026	51851
BDB4C22	276070T000019546	01/09/2026	51851
BDC8E38	276070T000016879	24/08/2026	76332
BDO8I77	276070T000019598	27/08/2026	76331
BEG6D94	276070T000019690	25/08/2026	56222
BEL7180	276070T000019219	25/08/2026	76331
BEU5F05	276070T000019541	28/08/2026	51851
BEW2G78	276070T000019538	26/08/2026	76332
BEW2G78	276070T000019579	24/08/2026	76331
BEY2E27	276070T000019590	26/08/2026	51851
BVM3931	276070T000019770	01/09/2026	54522
CNW8350	276070T000019600	27/08/2026	76331
CPW4117	276070T000014466	25/08/2026	51851
CPW6634	276070T000019816	02/09/2026	55090
CSY8321	276070T000019544	01/09/2026	51851
CVJ9E60	276070T000019543	01/09/2026	51851
CYI1J65	276070T000019812	01/09/2026	76331
DGN3A51	276070T000019772	02/09/2026	51851
EKY4H25	276070T000019580	24/08/2026	76331
ELJ6I42	276070T000013854	27/08/2026	54521
ETQ8D87	276070T000019535	26/08/2026	51851
FFF8850	276070T000019581	24/08/2026	51851
FNN7G57	276070T000019813	01/09/2026	76332
FWX3F72	276070T000019692	27/08/2026	76332
ISM6G27	276070T000019761	31/08/2026	76251
ITZ7G38	276070T000019760	31/08/2026	76251
JRM4H99	276070T000019804	01/09/2026	51851
JUN9D42	276070T000019696	27/08/2026	51851
KPN2632	276070T000002446	28/08/2026	50100
KPN2632	276070T000002447	28/08/2026	50610
MDM5D00	276070T000019778	02/09/2026	57463
MDW8758	276070T000019584	25/08/2026	51851
MIZ0F85	276070T000019766	31/08/2026	76251
MLE4A99	276070T000019597	27/08/2026	51851
MMD6A54	276070T000019801	27/08/2026	60501
MMF7I70	276070T000019780	02/09/2026	57463
MML1H07	276070T000019767	31/08/2026	55414
MTY9C71	276070T000013856	27/08/2026	54521
NOW6A53	276070T000019814	01/09/2026	76331

OKG9J85	276070T000019224	01/09/2026	76331
PYH4H35	276070T000019547	01/09/2026	51851
QID6928	276070T000019700	28/08/2026	66371
QIE9A03	276070T000019537	26/08/2026	55411
RHC0E31	276070T000016880	24/08/2026	76332
RHC2J09	276070T000019811	01/09/2026	76331
RHJ3B74	276070T000019578	24/08/2026	55412
RHK6G14	276070T000019803	27/08/2026	60412
RHW6F93	276070T000019693	27/08/2026	57463
RKT1I12	276070T000019697	27/08/2026	60501
SDV5C83	276070T000019691	25/08/2026	57463
SEB4B80	276070T000019775	02/09/2026	76332
SEC1B11	276070T000019698	27/08/2026	76331
SEU0F90	276070T000019762	31/08/2026	54600
SEU9B35	276070T000019594	26/08/2026	76331
SFI8H07	276070T000016883	24/08/2026	76332
SFO9E33	276070T000019599	27/08/2026	76331
SIA7G13	276070T000019769	31/08/2026	76252
SJG6D59	276070T000014310	27/08/2026	54521
TAI3C64	276070T000019771	02/09/2026	76252
TAI7C62	276070T000019592	26/08/2026	76331
TAX8C95	276070T000019220	26/08/2026	76331
TBA5G89	276070T000019752	28/08/2026	55250
TBD7B75	276070T000019222	29/08/2026	55417
TBF4A59	276070T000019536	26/08/2026	55411
TSG1A88	276070T000016881	24/08/2026	76332
TXR5I69	276070T000019779	02/09/2026	76332
UCB4J21	276070T000019776	02/09/2026	57463

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 26/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
GCE6A16	116100T003249601	28/08/2026	53800

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 29/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
BBG2491	276070NIC0004383	12/06/2026	50020	R$ 390.46
RHL8F59	276070NIC0004384	12/06/2026	50020	R$ 390.46
SDQ9I59	276070NIC0004385	12/06/2026	50020	R$ 586.94
SEU6D44	276070NIC0004382	12/06/2026	50020	R$ 586.94

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 26/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFR2H20	116100T002554794	31/08/2026	55680
ORY1J78	116100T003819184	30/08/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 26/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ASX6J13	276070NIC0004461	18/08/2026	50020
AWE7D09	276070NIC0004462	18/08/2026	50020
AWS1H14	276070NIC0004464	18/08/2026	50020
RHG3A02	276070NIC0004463	18/08/2026	50020
RHP3C63	276070NIC0004459	18/08/2026	50020
UBJ8E71	276070NIC0004460	18/08/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 29/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AQZ3958	116100T001605228	28/06/2026	54521	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 30/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
SFF8D74	116100T002113934	26/06/2026	56222	R$ 88.38

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 30/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ACH8131	276070T000017037	05/09/2026	55250
AFO4380	276070T000019836	09/09/2026	59910
AFR3H49	276070T000019227	04/09/2026	55920
AIC0C40	276070T000019795	09/09/2026	55090
AKY1F77	276070T000019823	03/09/2026	51851
ALT2432	276070T000019826	03/09/2026	51930
AMJ4400	276070T000019796	09/09/2026	55090
AOU9J00	276070T000019820	03/09/2026	51851
APA3819	276070T000019797	09/09/2026	55920
APO2I84	276070T000019784	03/09/2026	55412
APO2I84	276070T000019785	03/09/2026	66371
AQR8A92	276070T000019799	09/09/2026	65300
ARS7687	276070T000019818	03/09/2026	51851
ASV0I75	276070T000019822	03/09/2026	51851
ATX1H43	276070T000019790	09/09/2026	55920
AUJ8733	276070T000019548	04/09/2026	55920
AVS1531	276070T000019828	09/09/2026	51851
AWD3746	276070T000019819	03/09/2026	51851
AWJ8D19	276070T000019824	03/09/2026	55920
AXS5B59	276070T000014236	09/09/2026	73662
AYY2920	276070T000019829	09/09/2026	51851
AZF2D54	276070T000019794	09/09/2026	76251
BAQ8382	276070T000019792	09/09/2026	76251
BBK2G10	116100T003642353	01/09/2026	55250
BCV9H29	276070T000019787	04/09/2026	55414
BDE2H54	276070T000019833	09/09/2026	76251
BDX5D56	276070T000019549	04/09/2026	60330
BEC0772	276070T000019821	03/09/2026	51851
BXI3G08	276070T000019781	03/09/2026	57463
DGO6G59	276070T000019832	09/09/2026	51851
EHF7E97	276070T000019835	09/09/2026	55412
FJM6A43	276070T000019783	03/09/2026	76331
FXD6F14	276070T000019786	03/09/2026	57463
GDF0F95	276070T000019225	03/09/2026	55920
HCV1298	276070T000019788	04/09/2026	55090
IAA0D48	276070T000019827	09/09/2026	51851
MBD8F52	276070T000019782	03/09/2026	51851
MHB6F70	276070T000019789	09/09/2026	55920
MMC5I25	276070T000019831	09/09/2026	51851
MMI0F06	276070T000019791	09/09/2026	55920
MWA5251	276070T000019817	03/09/2026	51851
PUE6870	276070T000014810	07/09/2026	73662
PYA2G71	276070T000012737	06/09/2026	73662
QCJ8G21	276070T000019834	09/09/2026	76252
QIE9A03	276070T000019798	09/09/2026	55412
RHA1C99	276070T000019830	09/09/2026	51851
RLG0B58	276070T000019793	09/09/2026	55920
SXA9I30	276070T000019226	03/09/2026	55920
TZQ3E76	276070T000019825	03/09/2026	76331

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 03/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
MJQ3F28	116100T002073259	05/09/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 03/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
APW8251	276070T000018355	07/05/2026	55920	R$ 130.16

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 03/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
BBP6D32	116100T002225141	02/07/2026	55250	2855435417
PUA1I47	116100T002225142	02/07/2026	55250	

Publicado por:
Andrelli Cristina de Andrade
Código Identificador:6459381B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DIÁRIAS CONCEDIDAS EM JUNHO 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL
Estado do Paraná
Av. Brasil, 883 - Fone: (Oxx) 44-3436-1087 -Cx. P, 01
CEP. 87.980-000
E-mail: itaunadosul@brturbo.com.br
Atos de Concessão de Diárias referente à junho de 2026 Segundo a LEI Nº 1.133/2016 e suas alterações LEI Nº 1.444/2022 E LEI N° 1.569/2024

DATA	MATRICULA	BENEFICIARIO	R$ CONCESSÃO	DESTINO	OBJETIVO	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO
01/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 95,00	PARANAVAÍ-PR	A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
05/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
06/05/2026	728	MARCOS AURELIO FIORAMONTE DA SILVA	R$ 110,00	LONDRINA-PR	EMATER/IAPAR	ONIX PLUS ASP SEDAN, PLACA SDY-3A39
07/05/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
08/05/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
11/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
12/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
13/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, Placa ITN-8D14
14/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	FIAT MOBI LIKE 2018/2018, Placa BCH-6591
15/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	FIAT MOBI LIKE 2018/2018, Placa BCH-6591
16/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
17/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
18/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
18/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
19/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89
19/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
20/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3920
20/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
20/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
21/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3920
21/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
22/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
22/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
23/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR ALUNOS	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
25/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3920
25/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, Placa ITN-8D14
25/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
26/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3920
26/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
26/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
27/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	FIAT MOBI LIKE 2018/2018, Placa BCH-6591
27/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3920
28/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
28/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 80,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, Placa ITN-8D14
28/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	CIANORTE-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3920
29/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89
29/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
29/05/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
29/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
29/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
30/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64

30/05/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
30/05/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
30/05/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 190,00	SANTA IZABEL-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
30/05/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
01/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
01/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
01/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
01/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3 BRANCA PLACA UBK-7D55
01/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
01/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
01/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
01/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	MARCOPOLO VOLARE V8L EO 2018/2018, Placa BCC-0953
02/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
02/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
02/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	COLORADO-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
02/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
02/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ 2018/2019, Placa BCN-9114
02/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
02/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
02/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
02/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
02/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
03/06/2026	818	LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	PARTICIPAÇÃO MACRORREGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAL DA SAÚDE	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
03/06/2026	253	ANA PAULA DE OLIVEIRA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	PARTICIPAÇÃO DA OFICINA MICRORREGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
03/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
03/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 110,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
03/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	ROLÂNDIA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
03/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
03/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 95,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
03/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89
03/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	MARCOPOLO VOLARE V8L EO 2018/2018, Placa BCC-0953
04/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	TERRA BOA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
04/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
05/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 559,60	CIANORTE-PR	LEVAR ALUNOS PARA JOGOS ESCOLARES	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
05/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
05/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
05/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
06/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	TERRA BOA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
06/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
07-08/06/2026	760	GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA SANTOS NARCISO	R$ 416,44	CURITIBA-PR	TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
08/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
08/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
08/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
08/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
08/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
08/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
08/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 95,00	COLORADO-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89

08/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	WOLKSWAGEM UP TAKE MCV 2017/2018, Placa BBW-1I37
08/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
09/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
09/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
09/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
09/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
09/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
09/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89
09/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
09/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
09/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	WOLKSWAGEM UP TAKE MCV 2017/2018, Placa BBW-1I37
09/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
10/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	ÂMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
10/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 40,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
10/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
10/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
10/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
10/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
10/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
10/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
11/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
11/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
11/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
11/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
11/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	ÂMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
11/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
11/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
11/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	WOLKSWAGEM UP TAKE MCV 2017/2018, Placa BBW-1I37
11/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 110,00	LOANDA-PR	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	ONIX PLUS ASP SEDAN, PLACA SDY-3A39
11/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
12/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89
12/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
12/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
12/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	ÂMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
12/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, Placa RHC-5I85
12/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
12/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
12/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
12/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
12/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 40,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ 2018/2019, Placa BCN-9114
12/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
13/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
14/06/2026	759	GILSON JOSE DE GOIS	R$ 1.144,84	CURITIBA-PR	TRATAR DE ASSUNTOS DO MUNICÍPIO	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
14/06/2026	727	FILIPE AUGUSTO DE OLIVEIRA	R$ 772,88	CURITIBA-PR	REUNIÃO E DEMAIS COMPROMISSOS	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
14/06/2026	762	ELIZABETH DE SOUZA N. DE GOIS	R$ 772,88	CURITIBA-PR	REUNIÕES NO PARANÁ CIDADE	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
15/06/2026	959	VIVIANE LORENCONI	R$ 826,84	PORTO RICO-PR	CURSO SOBRE LARVAS DOS VETORES DE ARBOVIROSES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, Placa TBO-1G46
15/06/2026	778	ABNER CRISTHIAN SOARES PEREIRA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
15/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, Placa RHC-5I85
15/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
15/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa

						SDW-8I15
15/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	CAMBÉ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
15/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	ÂMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
15/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
15/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
15/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
15/06/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 70,00	CAMBÉ-PR	LEVAR PACIENTE	ONIX PLUS ASP SEDAN, PLACA SDY-3A39
15/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
16-18/06/2026	910	PRISCILLA MARTINS RIL	R$ 536,44	CURITIBA-PR	CURSO DE CAPACITAÇÃO	ÔNIBUS DE LINHA INTERMUNICIPAL
16/06/2026	423	LUCIÊ FERREIRA DA SILVA SANTOS	R$ 40,00	LOANDA-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
16/06/2026	423	LUCIÊ FERREIRA DA SILVA SANTOS	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
16/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
16/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
16/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 95,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
16/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
16/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
16/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
16/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	MARCOPOLO VOLARE V8L EO 2018/2018, Placa BCC-0953
16/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, Placa RHC-5I85
16/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	ÂMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
17/06/2026	818	LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	CAPACITAÇÃO TEÓRICA EM CONSULTORIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO CEAF	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, Placa TBO-1G46
17/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
17/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 95,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
17/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
17/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
17/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
17/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
18-19/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 416,44	CURITIBA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, Placa SFL-9F64
18/06/2026	762	ELIZABETH DE SOUZA N. DE GOIS	R$ 70,00	CIANORTE-PR	EVENTO "CARAVANA PARANÁ UNIDO PELAS MULHERES:AS PROTAGONISTAS"	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
18/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
18/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
18/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
18/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
18/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	MARCOPOLO VOLARE V8L EO 2018/2018, Placa BCC-0953
18/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
18/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
19/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
19/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E83
19/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
19/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
19/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	VW/GOL 1.0L MC4, Placa RHB-3H48
19/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, Placa RHC-5I85
20/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
20/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
20/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	RESIDENTE CASTELO BRANCO-P	LEVAR VEÍCULO PARA AFERIR TACÓGRAFO	AMBULÂNCIA TIPO MICRO ÔNIBUS RENAULT 2023/2024, Placa SEM-9D89
21/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P,

						PLACA SFL-9F64
22/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
22/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
22/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, Placa ITN-8D14
22/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
22/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
22/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
22/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
23-24/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 356,44	CARLÓPOLIS-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO, Placa UBS-7E88
23/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
23/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
23/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
23/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
23/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
23/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, Placa RHC-5I85
23/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
23/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
23/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
23/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
24/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E83
24/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
24/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
24/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
24/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
24/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
25/06/2026	910	PRISCILLA MARTINS RIL	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO TÉCNICA SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTO DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
25/06/2026	253	ANA PAULA DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO TÉCNICA	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, Placa SFI-3H65
25-26/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 416,44	CURITIBA-PR	LEVAR PACIENTE	VAN – UBZ-3I17
25/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
25/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
25/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
25/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, Placa TBB-1H98
25/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
25/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
25/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
25/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
25/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/FIAT DUCATO ENGESIGEXE 2017/2018, Placa BCI-3165
26/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
26/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
26/06/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, Placa ITN-8D14
26/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
26/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
26/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
26/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA/STRADA PCIA ENDCS A, Placa SEA-8H74
26/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
26/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
27/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
27/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	RESIDENTE CASTELO BRANCO-	OFICINA (MANUTENÇÃO DE VEÍCULO)	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17

				P		
28/06/2026	423	LUCIÊ FERREIRA DA SILVA SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
28/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
29/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
29/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
29/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO MARCOPOLO VOLARE V8L 2019/2020, Placa BDE-6B03
29/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULANCIA FIAT/DUCATO GREENC 2019, Placa BDR - 9J21
30/06/2026	234	EVA GONCALVES DE OLIVEIRA	R$ 40,00	LOANDA-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
30/06/2026	423	LUCIÊ FERREIRA DA SILVA SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
30/06/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	I/BYD DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
30/06/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
30/06/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
30/06/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 95,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTE	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
30/06/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ 2018/2019, Placa BCN-9114
30/06/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
30/06/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
30/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
30/06/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, Placa SDW-8I15
30/06/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTE	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
		TOTAL	R$ 18.879,24			

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:4EC2B578

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2°. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 037/2023 DISPENSA N° 006/2023-PMI ADITIVO DE VALOR

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **CIRÚRGICA ITAMBÉ – EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n°. 26.847.096/0001-11.**
OBJETO: **O presente termo tem por objeto o aditivo de valor do Contrato de Fornecimento nº. 037/2023, resultado do Dispensa nº 006/2023 que tem por objeto o Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de Suplemento Alimentar Nutren 1.0 ou, subsidiariamente, os suplementos Pediasure ou Fortini.**

Itens Aditivados:

Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	R$ Unitário	R$ Total
1.1	44	Latas	Suplemento alimentar Nutren 1.0 (sabor baunilha), ou, subsidiariamente, os suplementos Pediasure ou Fortini.	62,10	2.732,40
TOTAL					2.732,40

VALOR ADITIVADO: **R$ 2.732,40 (dois mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).**
VIGÊNCIA: **Inalterada.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **14 de março de 2027.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 15 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7589B9DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 182/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretária Municipal de Obras e Serviços públicos, conforme Programação de Férias constante do Protocolo nº 2081/2026 - PMI de 10/09/2026.

Matricula	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde de Dias	Período de Gozo
211	Angelo de Matia	Tratorista	01/06/2025 à 31/05/2026	15	16/09/2026 à 30/09/2026
621	Danilo do Carmo Silva	Eletricista	02/12/2024 à 01/12/2025	15	16/09/2026 à 30/09/2026

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:3B5DA13C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 098/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR (CNPJ N.º 75.457.341/0001-90)
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JAGUAPITÃ-PR.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 56.393.363/0001-99
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	7	APARELHO DE BARBEAR - TIPO LÂMINA DESCARTÁVEL, MATERIAL LÂMINA AÇO, COM 02 LÂMINAS, MATERIAL CABO DE PLÁSTICO, ANATÔMICO, COM ESTRIAS DE BORRACHA, COM FITA LUBRIFICANTE	300,00	R$ 4,29	R$ 1.287,00
1	107	TOUCA DESCARTÁVEL PARA COZINHA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	164,00	R$ 6,80	R$ 1.115,20

Valor total do fornecedor: R$ 2.402,20.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 29.530.767/0001-04
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	52	LIMPADOR MULTIUSO. INSTANTÂNEO. COMPOSIÇÃO: GL LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSO ATIVO NÃO IÔNICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, SOLUBILIZANTE, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL, PERFUME E ÁGUA. EMBALAGENS: GALÃO CONTENDO 5.000 ML. EMBALAGEM FINAL DEVERÁ CONTER Nº DE LOTE, DATA DE VALIDADE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, INSTRUÇÕES DE USO, TELEFONE DO SAC, Nº DE REGISTRO	2.165,00	R$ 9,85	R$ 21.325,25
1	60	LUSTRA MOVEIS, EMBALAGEM DE 500 ML	350,00	R$ 4,83	R$ 1.690,50

Valor total do fornecedor: R$ 23.015,75.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: CABANA MAGAZINE LTDA
CNPJ: 51.621.518/0001-83
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	21	BOTA DE SEGURANCA, BORRACHA, BRANCA, UNISSEX, CANO LONGO - BOTA DE SEGURANCA; COM CABEDAL EM BORRACHA; NUMERAÇÃO DIVERÇA; COR BRANCA; MODELO UNISSEX, FRENTE LARGA; SEM FECHAMENTO; CANO MEDIO; SOLADO EM BORRACHA; SOLADO INJETADO DIRETO NO CABEDAL; COM PALMILHA HIGIENICA; ATENDENDO EXIGENCIA DE SEGURANCA CONFORME NBR20345	60,00	R$ 43,91	R$ 2.634,60

Valor total do fornecedor: R$ 2.634,60.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA
CNPJ: 40.138.949/0001-77
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16	BATERIA - TIPO ALCALINA, TAMANHO 9V, VOLTAGEM 9V. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS	330,00	R$ 5,89	R$ 1.943,70
1	26	COADOR DE CAFÉ, FILTRO PERMANENTE	100,00	R$ 3,92	R$ 392,00
1	37	ESCOVA DE NAYLON PARA VASO SANITÁRIO	280,00	R$ 2,38	R$ 666,40

1	39	ESPONJA DE AÇO C/08 UNIDADES	1.100,00	R$ 1,80	R$ 1.980,00
1	40	ESPONJA DE ESPUMA PARA BANHO, TAMANHO MÍNIMO DE 11X7X2CM	780,00	R$ 1,98	R$ 1.544,40
1	42	FILTRO COADOR DE PAPEL PARA CAFÉ: VÁRIOS TAMANHOS (102/103/104), DUPLA COSTURA 100% FIBRAS CELULÓSICAS, COM 30 UNIDADES.	180,00	R$ 3,89	R$ 700,20
1	43	FLANELA PARA LIMPEZA, TAMANHO MÍNIMO 28 X 38 CM	950,00	R$ 1,50	R$ 1.425,00
1	45	GUARDANAPO DESCARTÁVEL DE PAPEL, TAMANHO MÍNIMO 20 X 20 CM, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	1.000,00	R$ 0,85	R$ 850,00
1	55	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, CAPACIDADE DE 60 LITROSLixeira Plástica com Tampa, Capacidade de 60 litros	80,00	R$ 38,97	R$ 3.117,60
1	58	LIXEIRA PLÁSTICA TELADA, CAPACIDADE 10 LITROS.	60,00	R$ 4,49	R$ 269,40
1	63	PÁ COLETORA DE LIXO - MATERIAL COLETOR: ZINCO. MATERIAL CABO: MADEIRA. COMPRIMENTO DO CABO 80CM, APLICAÇÃO LIMPEZA	200,00	R$ 4,74	R$ 948,00
1	67	PANO DE LIMPEZA CONFECCIONADO EM MICROFIBRA - TOALHA/ PANO DE LIMPEZA CONFECCIONADO EM MICROFIBRA (COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 75% POLIÉSTER E 25% POLIAMIDA) GRAMATURA MÍNIMA DE 280 (GRAMAS POR METRO QUADRADO). COSTURA REFORÇADA OU CORTE A LASER. PROPRIEDADE HIDROFÓBICA. MEDIDA 40CMX40CM. CORES DIVERSAS.	850,00	R$ 2,49	R$ 2.116,50
1	83	RODO DE ESPUMA COM ESPONJA ABRASIVA PARA LIMPEZA DE PISOS DIMENSÕES DO RODO DE ESPUMA COM ESPONJA ABRASIVAPARA LIMPEZA DE PISOS DIMENSÕES DO PRODUTO:(A): 10 CM, (L): 9 CM(C): 30 CM.DIMENSÕES DO CABO:(A): 120 CM, (L): 2,5 CM, (C): 2,5 CM.	320,00	R$ 7,19	R$ 2.300,80
1	84	RODO DE ESPUMA PARA CERA 30 CM COM CABO	160,00	R$ 6,49	R$ 1.038,40
1	85	RODO PARA ÁGUA EM MADEIRA, TAMANHO MÉDIO 30 CM COM CABO	182,00	R$ 6,03	R$ 1.097,46
1	86	RODO PARA PISO, CORPO DE MADEIRA COM 1,50 CM DE ALTURA, COM DUAS LÂMINAS DE BORRACHA REFORÇADA, MEDINDO 40 CM, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	296,00	R$ 6,68	R$ 1.977,28
1	106	TAPETE PARA PORTA DE ENTRADA, EMBORRACHADO, ANTIDERRAPANTE, MEDINDO 40 CM X 60 CM.	206,00	R$ 18,05	R$ 3.718,30
1	108	VASSOURA DE NYLON: PRODUTO COM BASE PLÁSTICA, DIMENSÃO MÍNIMA DE 27CM X 5CM, COM CERDAS DE NYLON MEDINDO 9CM, COM QUANTIDADE MÍNIMA DE 100 TUFOS. O CABO DEVERÁ SER REVESTIDO DE PLÁSTICO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,20 CM.	700,00	R$ 6,29	R$ 4.403,00
1	111	VASSOURÃO, COM CERDAS EM NYLON REFORÇADO, TIPO GARI, BASE DE PLÁSTICO MEDINDO 60 CM, CABO DE MADEIRA ESTENDIDO REVESTIDA DE POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, ROSCA EM POLIETILENO.	30,00	R$ 30,99	R$ 929,70

Valor total do fornecedor: R$ 31.418,14.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA
CNPJ: 30.547.487/0001-98
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	33	DETERGENTE AUTOMOTIVO DESENGORDURANTE UN ALCALINO LÍQUIDO DO TIPO INTERCAP, DESTINADO PARA LAVAGEM E LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E SUPERFÍCIES RESISTENTES A SOLUÇÃO ÁCIDA. GALÃO DE 50 LITROS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO. (DILUIÇÃO: 1 LITRO DO PRODUTO PURO PARA ATÉ 40 LITROS DE ÁGUA (2,5%). O PRODUTO DEVE ESTAR NOTIFICADO OU REGISTRADO NA ANVISA, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.	75,00	R$ 100,00	R$ 7.500,00
1	48	INSETICIDA AEROSOL CONTRA MOSCAS, BARATAS E UN MOSQUITOS COM TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA. COMPOSIÇÃO: INGREDIENTES ATIVOS - D-ALETRIA 1,135%, DTETRAMETRINA 0,10%, PERMETRINA 0,10%, VEÍCULO, PROPELENTES, ADITIVOS E ANTIOXIDANTE. EMBALAGEM DE 300 ML.	830,00	R$ 6,51	R$ 5.403,30
1	51	LIMPA VIDRO. LIMPADOR DE VIDROS LÍQUIDO, INDICADO PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DE SUJEIRAS, MARCAS E GORDURAS EM SUPERFÍCIES DE VIDRO E ESPELHOS, PROPORCIONANDO BRILHO SEM DEIXAR RESÍDUOS. COMPOSIÇÃO MÍNIMA — CONTENDO TENSOATIVO, SOLVENTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL.	100,00	R$ 3,22	R$ 322,00
1	61	LUVA NITRÍLICA. LUVA NITRÍLICA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS LEVES E AGENTES DE LIMPEZA, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, SEM PÓ, DESCARTÁVEL, NOS TAMANHOS P, M E G CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 100 UNIDADES. PRODUTO COM CA VÁLIDO QUANDO APLICÁVEL. 245,0000 98.0 %	250,00	R$ 14,42	R$ 3.605,00
1	80	REFIL SABONETE LÍQUIDO 800 ML, PARA DISPENSER.	320,00	R$ 8,00	R$ 2.560,00
1	103	SHAMPOO CONCENTRADO, 5 LTS. DILUIÇÃO 1 LITRO PARA 40 LITROS DE ÁGUA	100,00	R$ 25,20	R$ 2.520,00

Valor total do fornecedor: R$ 21.910,30.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: G A M COMERCIAL LTDA
CNPJ: 78.933.322/0001-80
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	96	SACO PARA LIXO, CAPACIDADE 50 LITROS, MICRA 7, MEDIDA DE 63X80 CM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. OBEDECENDO AOS PADRÕES ABNT PESANDO 3,520 KG	670,00	R$ 15,25	R$ 10.217,50
1	97	SACO PARA LIXO, MICRA 12, PRETO, MEDIDA DE 90X113 CM, CAPACIDADE DE 200 LITROS EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES. OBEDECENDO AOS PADRÕES ABNT PESANDO 12,420 KG	2.330,00	R$ 59,90	R$ 139.567,00
1	98	SACO PARA LIXO, MICRA 8, MEDIDA DE 75X95 CM, CAPACIDADE 100 LITROS, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. OBEDECENDO AOS PADRÕES ABNT PESANDO 5,700 KG SACO PARA LIXO, MICRA 8, MEDIDA DE 75X95 CM, CAPACIDADE 100 LITROS, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. OBEDECENDO AOS PADRÕES ABNT PESANDO 5,700 KG	490,00	R$ 34,99	R$ 17.145,10

Valor total do fornecedor: R$ 166.929,60.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: G. FERREIRA DE SOUZA LTDA
CNPJ: 42.615.457/0001-50
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	BOTA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM P.V.C, COR BRANCA, SOLADO ANTIDERRAPANTE NA COR BRANCO, ACABAMENTO INTERNO (FORRO) DE POLIÉSTER NA COR BRANCA CANO CURTO. TAMANHO PODERÁ VARIAR DE 36 A 43, CONFORME NECESSIDADE.	80,00	R$ 36,47	R$ 2.917,60
1	29	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 50 ML - COPO, DESCARTÁVEL, CAFÉ, MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 0,75 G, CAPACIDADE: SOML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E O ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2002. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, PACOTE PLÁSTICO COM 100 UNIDADES .	1.220,00	R$ 3,25	R$ 3.965,00
1	30	CORDA PARA VARAL, DUPLA CAMADA PLÁSTICA, SENDO A PRIMEIRA CAMADA EM POLIÉSTER E A CAMADA EXTERNA EM PVC., EMBALAGEM COM 10 METROS. 100,0000 100.0 %	100,00	R$ 6,02	R$ 602,00

1	76	PORTA DETERGENTE, SABÃO E ESPONJA, DIMENSÕES MÉDIAS: 5 X 24,5CM X 12CM, EM PLÁSTICO RESISTENTE.	25,00	R$ 10,65	R$ 266,25
1	110	VASSOURA PARA LAVADOR, CERDAS MACIAS E CABO LONGO 2,0 MTS	50,00	R$ 29,08	R$ 1.454,00

Valor total do fornecedor: R$ 9.204,85.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: GALERA DA CESTA BASICA LTDA
CNPJ: 45.693.344/0001-61
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE METAL PARA LIMPEZA, CAPACIDADE DE 10 LITROS.	214,00	R$ 6,50	R$ 1.391,00
1	38	ESCOVA ROUPA, CERDAS EM NYLON RESISTENTE, SUPORTE EM PLÁSTICO COM FORMATO ANATÔMICO E TEXTURA ANTIDERRAPANTE, TAMANHO MÍNIMO 11 X 4 X 6,6 CM (COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA)	300,00	R$ 3,00	R$ 900,00
1	41	ESPONJA DUPLA FACE, PARA LOUÇA, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES, TAMANHO MÍNIMO 11 X 7 X2 CM	1.600,00	R$ 2,00	R$ 3.200,00
1	44	FÓSFORO, PACOTE COM 10 CAIXAS COM 40 PALITOS CADA, MEDINDO CADA PALITO NO MÍNIMO 9 CM	430,00	R$ 2,80	R$ 1.204,00
1	56	LIXEIRA PLÁSTICA P/ BANHEIRO, FECHADA, COM TAMPA, CAPACIDADE 20 LITROS.	105,00	R$ 14,00	R$ 1.470,00
1	57	LIXEIRA PLÁSTICA P/ PIA, COM TAMPA, CAPACIDADE 05 LITROS.	90,00	R$ 12,00	R$ 1.080,00
1	77	PRENDEDOR DE ROUPAS EM MADEIRA, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	770,00	R$ 1,25	R$ 962,50
1	82	RODO DE ALUMINIO DE 60 CM. RESISTENTE, BORRACHA DUPLA COM CABO DE ALUMINIO DE 140 CM. ROSCAVEL. - Rodo de alumínio de 60 cm. resistente, borracha dupla com cabo de alumínio de 140 cm. roscável.	300,00	R$ 30,80	R$ 9.240,00
1	109	VASSOURA DE PALHA - CABO MADEIRA 150 CM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAIPIRA, COM CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 1,50 M DE COMPRIMENTO, BEM REFORÇADA, COM 3 FIOS OU AMARRILHO COMPRIMENTO MÍNIMO DAS CERDAS 48CM.	840,00	R$ 14,20	R$ 11.928,00

Valor total do fornecedor: R$ 31.375,50.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: JDC COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ: 57.087.387/0001-82
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	17	BATERIA - TIPO LÍTIO, REFERÊNCIA CR2025, VOLTAGEM 3V. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES (CARTELA). DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS	300,00	R$ 8,09	R$ 2.427,00
1	18	BATERIA - TIPO LÍTIO, REFERÊNCIA CR2032, VOLTAGEM 3V. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES (CARTELA). DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS	140,00	R$ 5,38	R$ 753,20

Valor total do fornecedor: R$ 3.180,20.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 10.675.016/0001-58
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	ÁLCOOL GEL 70º, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500ML	760,00	R$ 4,30	R$ 3.268,00
1	8	AROMATIZANTE, ODORIZADOR SPRAY, EMBALAGEM DE 360ML, QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIORTIPO BOM AR. ÁGUA, SOLVENTE, ALCALINIZANTE, ANTIOXIDANTES, FRAGRÂNCIA, PRESERVANTE, EMULSIFICANTE, COADJUVANTE E PROPELENTES.	1.500,00	R$ 5,85	R$ 8.775,00
1	27	CONDICIONADOR INFANTIL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, QUE NÃO IRRITE OS OLHOS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 480ML	430,00	R$ 10,70	R$ 4.601,00

Valor total do fornecedor: R$ 16.644,00.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 29.755.673/0001-33
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	19	BORRIFADOR DE PLÁSTICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500ML E BICO COM OPÇÃO DE CONTROLE DO ESGUICHO.	400,00	R$ 4,50	R$ 1.800,00
1	25	CERA LÍQUIDA INCOLOR DE AUTOBRILHO. COMPOSIÇÃO: DISPERSÃO ACRÍLICA, EMULSÃO DE POLIETILENO, SOLVENTE, PLASTIFICANTE, PRESERVANTE, ANTIESPUMANTE, RESINA FUMÁRICA, NIVELADOR, ESSÊNCIA E ÁGUA. EMBALAGEM: FRASCO PLÁSTICO DE 750 ML. COM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE E ANVISAJMS E LAUDO ANALÍTICO DO PRODUTO.	150,00	R$ 6,01	R$ 901,50
1	47	IMPERMEABILIZANTE — POLÍMERO PARA PISOS, EMBALAGEM 5 LITROS, COMPOSIÇÃO: SURFACTANTE, AGENTES PLASTIFICANTES, RESINA, PRESERVANTES, AGENTE ANTIDERRAPANTE, AGENTE ANTI ESPUMANTE E ÁGUA, EMUSÃO A BASE DE SOPOLÍMERO ESTIRENOACRILICO, METAL RETICULAVEL, PH(100%) = 8,00 Á 9,00, LIQUIDO OPACO BRANCO, DENSIDADE = 0,95 Á 1,050 G/CM CÚBICOS, VISCOSIDADE N.D, SOLUBILIDADE EM ÁGUA 100%, TEOR DE NÃO VOLÁTEIS 18,02, GALÃO COM LITROS.	35,00	R$ 150,00	R$ 5.250,00
1	66	PANO DE CHÃO MICROFIBRA 60X80 CM - 260 GSM EM CORES AZUL, VERDE E AMARELO. AMOSTRA DO PRODUTO.	850,00	R$ 7,60	R$ 6.460,00

Valor total do fornecedor: R$ 14.411,50.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: LICERI COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA
CNPJ: 26.950.671/0001-07
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	9	AVENTAL DE SEGURANÇA, IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS NÃO CORROSIVOS, EM PVC BRANCO. TAMANHO 120 X 60 CM.	140,00	R$ 10,36	R$ 1.450,40
1	22	BOTA DE SEGURANCA, BORRACHA, BRANCA, UNISSEX, CANO MEDIO - BOTA DE SEGURANCA; COM CABEDAL EM BORRACHA; NUMERAÇÃO DIVERÇA; COR BRANCA; MODELO UNISSEX, FRENTE LARGA; SEM FECHAMENTO; CANO MEDIO; SOLADO EM BORRACHA; SOLADO INJETADO DIRETO NO CABEDAL; COM PALMILHA HIGIENICA; ATENDENDO EXIGENCIA DE SEGURANCA CONFORME NBR20345	95,00	R$ 41,14	R$ 3.908,30
1	23	CAPA DE CHUVA. COR: AMARELA. CARACTERÍSTICAS: TECIDO EM PVC QUE O TORNA TOTALMENTE IMPERMEÁVEL. TAMANHOS: P, M, G, GG E XG.	75,00	R$ 17,29	R$ 1.296,75

Valor total do fornecedor: R$ 6.655,45.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: MEDINGA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 57.742.953/0001-42
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	78	QUEROSENE COM FRAGRÂNCIA EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 ML (DIVERSAS FRAGRÂNCIAS)	200,00	R$ 12,86	R$ 2.572,00
1	89	SABONETE COM HIDRATANTE, UNIDADE COM NO MÍNIMO 85 GRAMAS.	550,00	R$ 1,42	R$ 781,00
1	90	SABONETE INFANTIL: BARRAS DE 80G. HIPOALERGÊNICO. TESTADO — DERMATOLOGICAMENTE. — COMPOSIÇÃO: GORDURA ANIMAL E VEGETAL SAPONIFICADA, SACAROSE, GLICERINA, ÁGUA, ÁCIDO ESTEÁRICO, FRAGRÂNCIA, TRIETANOLAMINA, EXTRATO DE MEL, ACETATO DE TOCOFEROL, ÁCIDO ETIDRÔNICO, EDTA TETRASSÓDICO E CORANTE CI14700. - TEOR DE VOLÁTEIS 16%. CONTENDO VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. SABONETE INFANTIL: BARRAS DE 80G. HIPOALERGÊNICO. TESTADO — DERMATOLOGICAMENTE. — COMPOSIÇÃO: GORDURA ANIMAL E VEGETAL SAPONIFICADA, SACAROSE, GLICERINA, ÁGUA, ÁCIDO ESTEÁRICO, FRAGRÂNCIA, TRIETANOLAMINA, EXTRATO DE MEL, ACETATO DE TOCOFEROL, ÁCIDO ETIDRÔNICO, EDTA TETRASSÓDICO E CORANTE CI14700. - TEOR DE VOLÁTEIS 16%. CONTENDO VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	340,00	R$ 2,77	R$ 941,80
1	104	SHAMPOO INFANTIL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, QUE NÃO IRRITE OS OLHOS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 480ML SHAMPOO INFANTIL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, QUE NÃO IRRITE OS OLHOS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 480ML	520,00	R$ 10,21	R$ 5.309,20

Valor total do fornecedor: R$ 9.604,00.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 34.090.540/0001-25
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ÁGUA SANITÁRIA. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO.TEOR DE CLORO ATIVO: 2,5% A 3,5% DE CLORO ATIVO, ESTABILIZADO, ODOR CARACTERÍSTICO, COR LEVEMENTE AMARELADO, SOLÚVEL EM ÁGUA, CLASSE CORROSIVO: 8, NUMERO RISCO À SAÚDE: 3; CORROSIVISIDADE: 1, COR: INCOLOR. EMBALAGEM COM 5 LITROS, RÓTULO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE, REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE DE 3 MESES, COM DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE MESES A PARTIR DA ENTREGA.	1.720,00	R$ 7,79	R$ 13.398,80
1	3	ÁLCOOL LÍQUIDO 70º 1000 ML. CAIXA C/ 12 UNIDADES. APRESENTAR NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA	550,00	R$ 62,95	R$ 34.622,50
1	4	ÁLCOOL LIQUIDO 96º, EMBALAGEM DE 1 LITRO (96 GI)	500,00	R$ 7,20	R$ 3.600,00
1	6	AMACIANTE DE ROUPAS: PARA ROUPAS, TENDO COMO PRINCÍPIO ATIVO CLORETO DE DIESTEARIL DIETIL AMÔNIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CORENTE E UTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, TEOR DE NÃO VOLÁTEIS BÁSICO, MÍNIMO DE 2%, TEOR DE ATIVOS CATIÔNICO BÁSICO, MÍNIMO DE 1,8%, ASPECTO LÍQUIDO VISCOSO, COR AZUL, TENSO ATIVO CATIÔNICO, CERÂMICAS CONSERVANTES PH (PURO): 3,0 A 3,6, COM COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO, ACIDULANTE, COADJUVANTE,PRESERVANTE, PERFUME, CORANTE E ÁGUA. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, COM 5.000 ML, CONTENDO NA EMBALAGEM OS DADOS DO FABRICANTE, DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE NA ANVISA.	500,00	R$ 9,99	R$ 4.995,00
1	28	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 180 ML - COPO, DESCARTÁVEL, ÁGUA, REFRIGENTE, SUCO. MATERIAL: POLIPROPILENO - PP, MASSA MÍNIMA: 1,98 G, CAPACIDADE: 180 ML, APRESENTAÇÃO: CONTER GRAVAÇÃO EM RELEVO, COM CARACTERÍSTICAS VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, O SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM E O ATENDIMENTO ÀS NORMAS ABNT N.NBR-14865:2002, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS OU REBARBAS, PACOTE PLÁSTICO COM 100 UNIDADES .	7.500,00	R$ 4,15	R$ 31.125,00
1	31	D E S E N G O R D U R A N T E P A R A C O Z I N H A . DESENGORDURANTE LÍQUIDO PARA LIMPEZA PESADA DE COZINHAS, FOGÕES, COIFAS, AZULEJOS E SUPERFÍCIES ENGORDURADAS, COM ALTO PODER DE REMOÇÃO DE GORDURAS E SUJEIRAS. PRODUTO BIODEGRADÁVEL , ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE , V ALIDADE E REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA.	200,00	R$ 2,75	R$ 550,00
1	32	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL - COMPOSIÇÃO: AMINA ÓXIDA, ÁLCOOL ETOXILADO, ALCALINIZANTE, COADJUVANTE, ESPESSANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA, CONSERVANTE E ÁGUA. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA — ANVISA. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DA FISPQ (FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO). O PRODUTO NÃO PODERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR, NO MOMENTO DA ENTREGA, NO MÍNIMO 75% DO PRAZO DE VALIDADE TOTAL. E DEVERÁ TER VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 12 MESES. AROMAS VARIADOS. -— EMBALAGEM EM GALÃO PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 2 LITROS.	3.500,00	R$ 3,99	R$ 13.965,00
1	35	DETERGENTE LÍQUIDO - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, SEQUESTRANTE, CONSERVANTES, ESPESSANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, AROMA CLEAR. EMBALAGEM COM 5 LITROS. NECESSÁRIA APRESENTAÇÃO DA FISPQ (FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUÍMICO). O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE FLUIDEZ, VISCOSIDADE E CONCENTRAÇÃO QUE GARANTA UM BOM RENDIMENTO E SER DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. NECESSÁRIO REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA — ANVISA. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR, NO MOMENTO DA ENTREGA, NO MÍNIMO 75% DO PRAZO DE VALIDADE TOTAL. E DEVERÁ TER VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 36 MESES.	1.520,00	R$ 10,19	R$ 15.488,80
1	49	LIMPA ALUMÍNIO. LIMPADOR LÍQUIDO PARA SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO, INDICADO PARA REMOÇÃO DE MANCHAS, GORDURAS E SUJEIRAS INCRUSTADAS, PROPORCIONANDO BRILHO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML. PRODUTO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, ALÉM DE REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL.	50,00	R$ 1,79	R$ 89,50
1	50	LIMPA VIDRO. LIMPADOR DE VIDROS LÍQUIDO, INDICADO PARA LIMPEZA E REMOÇÃO DE SUJEIRAS, MARCAS E GORDURAS EM SUPERFÍCIES DE VIDRO E ESPELHOS, PROPORCIONANDO BRILHO SEM DEIXAR RESÍDUOS. COMPOSIÇÃO MÍNIMA CONTENDO TENSOATIVO, SOLVENTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE E REGISTRO/NOTIFICAÇÃO NA ANVISA QUANDO APLICÁVEL.	170,00	R$ 5,20	R$ 884,00
1	53	LIMPADOR PERFUMADO: COMPOSIÇÃO ÁLCOOL LAURILICO, ETOXILADO, LAURIL ÉTER LIMPADOR PERFUMADO:COMPOSIÇÃO ÁLCOOL LAURILICO, ETOXILADO, LAURIL ÉTER SULFATO DESÓDIO, ESPESSANTE, SOLVENTE, CONSERVANTE, ALCALINIZANTE,FRAGRÂNCIA, CORANTE E ÁGUA.EMBALAGEM 500 ML. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES.	1.190,00	R$ 2,25	R$ 2.677,50
1	62	LUVA PVC, PARA LIMPEZA, NOS TAMANHOS P/M/G	930,00	R$ 1,77	R$ 1.646,10
1	68	PANO DE PRATO EM TECIDO DE ALGODÃO, TAMANHO MÍNIMO 60 X 40 CM	610,00	R$ 3,40	R$ 2.074,00
1	69	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, COR BRANCA, 100% FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, NÃO RECICLADO, PICOTADO, GOFRADO, MACIO, ALTA ABSORÇÃO, ISENTO DE IMPUREZAS, EMBALAGEM COM 12 ROLOS DE 30 METROS CADA, LARGURA MÍNIMA DE 10 CM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DO FABRICANTE.	3.000,00	R$ 10,20	R$ 30.600,00
1	81	REMOVEDOR DE CERA, EMBALAGEM COM 5 LITROS	50,00	R$ 75,00	R$ 3.750,00
1	87	SABÃO EM PEDRA NEUTRO GLICERINADO. DERMATOLOGICAMENTE TESTATO. COMPOSIÇÃO: SABÃO BASE DE ÁCIDO GRAXOS, GLICERINA, CONSERVANTE, SAL INORGÂNICO E ÁGUA. PRODUTO BIODEGRADÁVEL, CONTENDO REGISTRO NA ANVISA /MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: NO MÍNIMO 900G, CONTENDO 5 UNIDADES.	710,00	R$ 8,30	R$ 5.893,00

1	88	SABÃO EM PÓ 1,6 KG EMBALAGEM CAIXA COM 1,6KG. SABÃO EM PÓ 1,6 KG SABÃO EM PÓ ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES COADJUVANTES E CORANTES CARACTERISTICAS ADICIONAS, SINERGISTAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, ALVEJANTE E CARGA. ENZIMAS, CORANTE, FRAGRÂNCIA, PRODUTO ECOLÓGICO, NÃO CONTÉM TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO: DODECIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. EMBALAGEM CAIXA COM 1,6KG.	1.500,00	R$ 12,99	R$ 19.485,00
1	91	SABONETE LÍQUIDO PRONTO PARA USO, NEUTRO (PH ENTRE 7,0 A 8,0), PEROLIZADO, COMUM PARA HIGIENE DAS MÃOS, FRAGRÂNCIA, ERVA DOCE COMUM, EMBALAGEM COM 5 LITROS. CONTENDO INFORMAÇÕES TÉCNICAS NO RÓTULO TAIS COMO: COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS FÍSICA QUÍMICAS (DENSIDADE, PH E VISCOSIDADE). COM REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FOLHETO TÉCNICO INDICANDO COMPOSIÇÃO, MÉTODO DE UTILIZAÇÃO, PRINCÍPIO ATIVO, APRESENTAÇÃO DO PRODUTO E PRECAUÇÕES DE USO. ROTULO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E NOTIFICAÇÃO OU REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE IMPRESSA NA EMBALAGEM.	546,00	R$ 17,00	R$ 9.282,00
1	102	SAPONÁCEO CREMOSO: EMBALAGEM DE 500 ML, RESISTENTE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR: RÓTULO INDICANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, MARCA, PRINCIPIO ATIVO, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E CONTEÚDO LÍQUIDO. COM REGISTRO NA ANVISA.	750,00	R$ 11,96	R$ 8.970,00

Valor total do fornecedor: R$ 203.096,20.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 57.707.826/0001-02
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	15	BATERIA - TIPO ALCALINA, REFERÊNCIA LR44, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES (CARTELA). DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS 330,0000 100.0 %	330,00	R$ 6,64	R$ 2.191,20
1	36	EMBALAGEM PARA TALHERES, PODENDO SER EM PLÁSTICO OU PAPEL, CONTENDO 1000 UNIDADES	520,00	R$ 14,13	R$ 7.347,60
1	46	HASTES FLEXÍVEIS, DE POLIPROPILENO, ALGODÃO, HIDROXIETILCELULOSE E TRICLOSAN, EMBALAGEM COM 75 UNIDADES. (COTONETES)	525,00	R$ 1,60	R$ 840,00
1	72	PILHA - TIPO ALCALINA, TAMANHO AA, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS	612,00	R$ 6,15	R$ 3.763,80
1	73	PILHA - TIPO ALCALINA, TAMANHO AAA, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM 4 UNIDADES. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PILHA - TIPO ALCALINA, TAMANHO AAA, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM 4 UNIDADES. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS	580,00	R$ 5,10	R$ 2.958,00
1	74	PILHA - TIPO ALCALINA, TAMANHO C, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS	250,00	R$ 11,30	R$ 2.825,00

Valor total do fornecedor: R$ 19.925,60.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA
CNPJ: 18.449.927/0001-79
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	54	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA CAPACIDADE DE 100 LITROS	90,00	R$ 65,00	R$ 5.850,00
1	59	LIXEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE MEDIA DE 20 LITROS, COM PEDAL	112,00	R$ 32,00	R$ 3.584,00

Valor total do fornecedor: R$ 9.434,00.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 49.059.156/0001-37
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10	AVENTAL EM COURVIN PARA COZINHA, TAMANHO 120 X 60 CM.	120,00	R$ 21,50	R$ 2.580,00
1	13	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE METAL PARA LIMPEZA, CAPACIDADE DE 20 LITROS.	190,00	R$ 13,15	R$ 2.498,50
1	65	PANO DE CHÃO ATOALHADO. DIMENSÕES APROXIMADAS 50 X 90CM. COMPOSIÇÃO: 100 % ALGODÃO, PARA LIMPEZA DE TODOS OS TIPOS DE PISOS. POSSUIR BOA ABSORÇÃO; FÁCIL DE LAVAR; RESISTENTE. APRESENTAR ETIQUETA COM DADOS DE FABRICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO.	700,00	R$ 4,95	R$ 3.465,00
1	92	SABONETEIRA EM ACRÍLICO/PLÁSTICO, COM VALVULA PUMP, CAPACIDADE 500 ML, PARA SABONETE LIQUIDO.	175,00	R$ 8,12	R$ 1.421,00
1	93	SACO ALVEJADO PARA LIMPEZA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, COM COSTURA REFORÇADA, MEDIDAS MÍNIMAS DE 48 CM X 78 CM, ISENTO DE RASGOS, FUROS OU IMPUREZAS, INDICADO PARA USO EM LIMPEZA GERAL.	450,00	R$ 3,81	R$ 1.714,50
1	100	SACO PLÁSTICO PARA FREEZER CAPACIDADE DE 5 LITROS/QUILOS. 50 UNIDADES POR PACOTE.	374,00	R$ 5,66	R$ 2.116,84
1	101	SACOLA PLÁSTICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO RESISTENTE, COM CAPACIDADE APROXIMADA PARA 3 KG, MEDIDAS MÍNIMAS DE 30 CM X 40 CM, ESPESSURA MÍNIMA COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE INDICADA, ACONDICIONADA EM ROLO/PACOTE COM 1.000 UNIDADES.	240,00	R$ 63,53	R$ 15.247,20

Valor total do fornecedor: R$ 29.043,04.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: SALVI, LOPES & CIA. LTDA
CNPJ: 82.478.140/0001-34
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	79	REFIL ÁLCOOL GEL 70%, 800 ML, PARA DISPENSER.	310,00	R$ 12,05	R$ 3.735,50

Valor total do fornecedor: R$ 3.735,50.

FORNECEDOR
RAZÃO SOCIAL: SERVETECH SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ: 31.332.990/0001-99
ITENS REGISTRADOS:

ORDEM	LOTE	DESCRITIVO COMPLETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	75	PORTA COPOS DESCARTÁVEIS PARA COPOS DE ÁGUA 180 A 200ML EM ACRÍLICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,43X12X11CM E 6CM DE DIÂMETRO, COM BOTÃO DE PRESSÃO, LIBERAÇÃO DE UM COPO POR VEZ, COM ABAS PARA FIXAÇÃO NA PAREDE	49,00	R$ 42,85	R$ 2.099,65

Valor total do fornecedor: R$ 2.099,65.

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 606.720,08.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 15/09/2026 a 15/09/2027.

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2026.

Jaguapitã – PR, 15 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:960B6159

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 13.01/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

8645 - CONTADOR - JAGUAPITÃ						
INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
41991	ALLAN ELIAS DA SILVA	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42016	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	0	0	3	3	Afrodescendente
42079	ANDERSON BERTOLLA	0	0	1,5	1,5	Ampla Concorrência
41886	EDUARDO CHIAVELLI PUGA	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42410	ELIANE DE BARROS ZANOLI	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42223	EMERSON DE ANDRADE JANUSKEVICIUS	0	0	3	3	Ampla Concorrência
41876	ERICK DOUGLAS YAMAKAWA	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42037	JANAINA CANDIDA PEREIRA	0	3	1,5	4,5	Ampla Concorrência
41892	LEONARDO RODRIGUES COSTA	0	0	1,5	1,5	Ampla Concorrência
41870	LUCIMAR ANGELO DE LIMA	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42154	MAIKON RIBEIRO CELESTINO CAMPONES	0	0	1,5	1,5	Ampla Concorrência
41949	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42517	PEDRO HENRIQUE MORO EUGENIO	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42650	RENAN MANTOVANI PERON	0	0	1,5	1,5	Ampla Concorrência
42121	SIDNEI PEREIRA GOULART JUNIOR	0	0	3	3	Ampla Concorrência
8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA - JAGUAPITÃ						
INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
42564	ALEF HENRIQUE BARROS	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42630	BRUNA CAROLINE ALTOMANI	0	0	1,5	1,5	Ampla Concorrência
41997	JOHVANNY LOURENÇO MENDONÇA	0	0	3	3	Ampla Concorrência
42559	NAYARA DE OLIVEIRA BATISTA PAVAN	0	3	3	6	Ampla Concorrência
42489	STEPHANIE LUANA URATA	0	3	0	3	Ampla Concorrência
42687	VITÓRIA NARITA DANTAS	0	0	3	3	Afrodescendente
42130	YASMIN SANTOS ALVES	0	0	3	3	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:3DD0F963

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 71/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 802 de 22 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 366.127,00 (Trezentos e Sessenta e Seis Mil, Cento e Vinte e Sete Reais), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Departamento de Administração Geral	
05.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
	SUBTOTAL	14.000,00
07	Departamento de Finanças	
07.003	TESOURARIA	
28.843.0010.2015	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA MUNICIPAL	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
1160	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
	SUBTOTAL	70.000,00
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	

08.001	AGRICULTURA	
20.606.0018.2016	PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
09	Departamento de Educação	
09.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0020.2031	PROGRAMA EDUCAÇÃO 25% DAS TRANSFERENCIAS CONTITUCIONAIS E IMPOSTOS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1830	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
12.782.0020.2030	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2100	00123-Transferências Voluntárias Públicas Federais	15.000,00
12.306.0020.2023	PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1455	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	125.000,00
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0025.2049	PROGRAMA MUNICIPAL DE CUSTEIO COM RECURSOS ESTADUAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2990	00495-Atenção Básica	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3000	00495-Atenção Básica	30.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
13	Departamento de Saneamento	
13.001	SANEAMENTO	
17.512.0031.2056	REPASSE RECURSO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATERRO SANITARIO - CIAS	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
3430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00
	SUBTOTAL	31.000,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.003	OBRAS	
15.451.0018.2080	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OBRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4660	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
16	Departamento de Transportes Rodoviário	
16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4803	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	28.127,00
	SUBTOTAL	28.127,00
	TOTAL	366.127,00

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00495	Atenção Básica	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação na fonte 504 no valor de R$ 50.000,00.

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Gabinete, Procuradoria, Controladoria	
02.002	MANUTENÇÃO DA JUNTA MILITAR	
04.122.0010.2003	MANUTENÇÃO DA JUNTA DE SERVIÇOS MILITAR E IDENTIFICAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	1.000,00
05	Departamento de Administração Geral	
05.002	COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0010.2008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
06	Departamento de Planejamento e Orçamento	
06.001	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.121.0010.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
07	Departamento de Finanças	
07.002	TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.129.0010.2013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
07.003	TESOURARIA	
04.123.0010.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TESOURARIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
28.843.0010.2015	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA MUNICIPAL	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	

1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	39.000,00
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.001	AGRICULTURA	
20.606.0018.2016	PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.631.0010.2018	MANUTENÇÃO SALA MUNICIPAL DA CIDADANIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
09	Departamento de Educação	
09.001	EDUCAÇÃO	
12.306.0020.2023	PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1440	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
12.361.0020.2026	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - RECURSOS LIVRES	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
12.782.0020.2030	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2140	00123-Transferências Voluntárias Públicas Federais	15.000,00
	SUBTOTAL	125.000,00
13	Departamento de Saneamento	
13.001	SANEAMENTO	
17.512.0018.2055	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
16	Departamento de Transportes Rodoviário	
16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4832	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	28.127,00
	SUBTOTAL	28.127,00
	TOTAL	271.127,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 03 de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:0CF8A190

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 380

DADOS DO SERVIDOR					
Nome: GISLAINE ESTOQUEIRO GONÇALVES					Matrícula:
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			CPF: 079.704.509-03		RG: 12.329.335-5
Setor/Órgão: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			Conta Corrente: 81398556-8		Banco/ Nº Agência: 0001 (NUBANK)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa					
Destino (Dist. Aprox.)300 km (ida e volta)			Período **20/08/2026**		
Hora de Saída: 06:30			Hora de Retorno: 18:30		
Transporte Veículo Oficial		Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária(s)(R$) 40,66			Total a Receber(R$) 40,66		
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 40,66 referente ao almoço de Gislaine Estoqueiro Gonçalves, em viagem a Pontal do Paraná no dia 20/08/2026 para Capacitação. A nota fiscal apresentada foi de R$ 52,00, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.					

/ / Data Secretário Municipal
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL
...../...../..... ..... Data ***DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS*** Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:454B7DF9

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 381

DADOS DO SERVIDOR						
Nome: GISLAINE ESTOQUEIRO GONÇALVES						Matrícula:
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			CPF: 079.704.509-03			RG: 12.329.335-5
Setor/Órgão: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			Conta Corrente: 81398556-8			Banco/ Nº Agência: 0001 (NUBANK)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM						
Justificativa						
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)			Período **25/08/2026**			
Hora de Saída: 06:30			Hora de Retorno: 18:30			
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------	
Valor Diária(s)(R$) 40,56			Total a Receber(R$) 40,56			
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 40,56 referente ao almoço de Gislaine Estoqueiro Gonçalves, em viagem a Curitiba no dia 25/08/2026 para Capacitação no Teatro Guaíra. A nota fiscal apresentada foi de R$ 51,90, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.						
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO						
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário Municipal						
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL						
...../...../..... ..... Data						

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0AD82517

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 382

DADOS DO SERVIDOR						
Nome: GISLAINE ESTOQUEIRO GONÇALVES						Matrícula:
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			CPF: 079.704.509-03			RG: 12.329.335-5
Setor/Órgão: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			Conta Corrente: 81398556-8			Banco/ Nº Agência: 0001 (NUBANK)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM						
Justificativa						
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)			Período **26/08/2026**			
Hora de Saída: 06:30			Hora de Retorno: 18:30			
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		----------	
Valor Diária(s)(R$) 36,66			Total a Receber(R$) 36,66			
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 36,66 referente ao almoço de Gislaine Estoqueiro Gonçalves, em viagem a Curitiba no dia 26/08/2026 para Capacitação no Teatro Guaíra. A nota fiscal apresentada foi de R$ 48,00, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.						
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO						
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário Municipal						
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL						
...../...../..... ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal						

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:320726AC

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 383

DADOS DO SERVIDOR						
Nome:GUSTAVO DUARTE RIBEIRO						**Matrícula:**
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO				**CPF:**077.406.179-03		**RG:**13.733.706-1
Setor/Órgão:SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**Conta Corrente:** 36543-2		**Banco/ Nº Agência:** 0630-0 (Banco do Brasil)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM						
Justificativa						
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)				Período **25/08/2026**		
Hora de Saída: 06:30				Hora de Retorno: 18:30		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros			
Valor Diária(s)(R$) 23,56				Total a Receber(R$) 23,56		

Justificativa:
Solicitamos o reembolso de R$ 23,56 referente ao almoço de Gustavo Duarte Ribeiro, em viagem a Curitiba no dia 25/08/2026 para Capacitação em Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho. A nota fiscal apresentada foi de R$ 34,90, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

/ /
Data Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

/ /
Data Secretário Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

/ /
Data **Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1524D9F9

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 384

DADOS DO SERVIDOR						
Nome:GUSTAVO DUARTE RIBEIRO						**Matrícula:**
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO				**CPF:**077.406.179-03		**RG:**13.733.706-1
Setor/Órgão:SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**Conta Corrente:** 36543-2		**Banco/ Nº Agência:** 0630-0 (Banco do Brasil)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM						
Justificativa						
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)				Período **26/08/2026**		
Hora de Saída: 06:30				Hora de Retorno: 18:30		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros			
Valor Diária(s)(R$) 31,55				Total a Receber(R$) 31,55		

Justificativa:
Solicitamos o reembolso de R$ 31,55 referente ao almoço de Gustavo Duarte Ribeiro, em viagem a Curitiba no dia 26/08/2026 para Capacitação em Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho. A nota fiscal apresentada foi de R$ 42,89, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.

SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO

Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal.

/ /
Data Assinatura Servidor

Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição.

/ /
Data Secretário Municipal

AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

/ /
Data **Diego Timbirussu Ribas**

Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B2B1E4B5

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 385

DADOS DO SERVIDOR					
Nome:DANIELLI ALVES DA SILVA					**Matrícula:**
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			**CPF:**036.060.039-51		**RG:** 7.902.685-9
Setor/Órgão:SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			**Conta Corrente:** 20532-6		**Banco/ Nº Agência:** 0393 (Banco Caixa)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa					
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)			Período **25/08/2026**		
Hora de Saída: 06:30			Hora de Retorno: 18:30		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		
Valor Diária(s)(R$) 23,56			Total a Receber(R$) 23,56		
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 23,56 referente ao almoço de Danielli Alves da Silva, em viagem a Curitiba no dia 25/08/2026 para Capacitação em Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho. A nota fiscal apresentada foi de R$ 34,90, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
/ / Data					

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1FDE5924

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 386

DADOS DO SERVIDOR					
Nome:DANIELLI ALVES DA SILVA					**Matrícula:**
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			**CPF:**036.060.039-51		**RG:** 7.902.685-9
Setor/Órgão:SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			**Conta Corrente:** 20532-6		**Banco/ Nº Agência:** 0393 (Banco Caixa)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa					
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)			Período **26/08/2026**		
Hora de Saída: 06:30			Hora de Retorno: 18:30		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros		
Valor Diária(s)(R$) 24,65			Total a Receber(R$) 24,65		
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 24,65 referente ao almoço de Danielli Alves da Silva, em viagem a Curitiba no dia 26/08/2026 para Capacitação em Seguro Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho. A nota fiscal apresentada foi de R$ 35,99, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO					
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
/ / Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:797A2132

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 387

DADOS DO SERVIDOR					
Nome:ANTONIA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO					**Matrícula:** 124
Cargo: COORDENADORA DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR			**CPF:** 616.494.229-20		**RG:**3.545.883-2
Setor/Órgão:SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			**Conta Corrente:** 64947-3 OP 01		**Banco/ Nº Agência:** 0725 (Banco Sicredi)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM					
Justificativa					
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)			Período **27/08/2026**		

Hora de Saída: 06:30				Hora de Retorno: 18:30		
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros			
Valor Diária(s)(R$) 28,66			Total a Receber(R$) 28,66			
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 28,66 referente ao almoço de Antônia Maria de Almeida Carneiro, em viagem a Curitiba no dia 27/08/2026 para Reunião no Palácio das Araucárias. A nota fiscal apresentada foi de R$ 40,00, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.						
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO						
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário Municipal						
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL						
/ / Data ***DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS*** Prefeito Municipal						

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D0C682B9

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS Nº 388

DADOS DO SERVIDOR						
Nome:HELOIZE MARTINS MANHÃES						**Matrícula:**
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			**CPF:**068.854.919-50			**RG:**13.385.903-9
Setor/Órgão:SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			**Conta Corrente:** 91533-2			**Banco/ Nº Agência:** 0725 (Banco Sicredi)
INFORMAÇÕES DA VIAGEM						
Justificativa						
Destino (Dist. Aprox.)140 km (ida e volta)			Período **27/08/2026**			
Hora de Saída: 06:30			Hora de Retorno: 18:30			
Transporte Veículo Oficial	x	Ônibus	Aéreo Outros			
Valor Diária(s)(R$) 32,66			Total a Receber(R$) 32,66			
Justificativa: Solicitamos o reembolso de R$ 32,66 referente ao almoço de Heloize Martins Manhães, em viagem a Curitiba no dia 27/08/2026 para Reunião no Palácio das Araucárias. A nota fiscal apresentada foi de R$ 44,00, com desconto de R$ 11,34 referente ao vale-alimentação.						
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO/AUTORIZAÇÃO						
Solicito autorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. / / Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. / / Data Secretário Municipal						
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL						
/ / Data						

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A3677897

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 178.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 178/2026 de 08/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.593.755,00 (um milhão quinhentos e noventa e três mil setecentos e cinqüenta e cinco reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	

03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
1951 - 3.3.90.93.00.00	41601	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.208.305,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.006.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
03.006.04.122.0002.2.081.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
214 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
08.001.04.122.0020.2.038.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
794 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1076 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	108.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1088 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.147.		MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - IOF	
1297 - 4.4.90.52.00.00	01497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.147.		MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - IOF	
1298 - 4.4.90.52.00.00	1498	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.950,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1338 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
18.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	
18.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
18.001.23.695.0030.1.123.		REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	
1851 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Suplementação:	**1.593.755,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.28.843.0005.0.003.		AMORTIZAçãO E ENCARGOS DA DíVIDA PúBLICA	
117 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	240.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
170 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CULTURA	
06.003.13.392.0011.1.074.		REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA	
480 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.1.069.		RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
702 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	80.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
706 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
710 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	30.805,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.781.0017.1.085.		REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL	
730 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0017.2.034.		MANUTENçãO DO TERMINAL RODOVIáRIO	
742 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	
07.003.15.451.0017.1.017.		PAVIMENTAçãO DE VIAS URBANAS	
777 - 4.4.90.51.00.00	41601	OBRAS E INSTALAÇÕES	400.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.137.		GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	
813 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.139.		BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	
837 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.122.0024.2.139.		BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	

841 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.141.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	
893 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.1.035.		AQUSIÇÃO DE UM VEÍCULO PASSAGEIROS	
1036 - 4.4.90.52.00.00	01497	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.093.		MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER	
1183 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.500,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.147.		MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - IOF	
1288 - 3.3.90.30.00.00	1498	MATERIAL DE CONSUMO	19.950,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.17.512.0017.1.109.		CONSTRUçãO DE GALERIAS DE áGUAS PLUVIAIS	
1730 - 4.4.90.51.00.00	41601	OBRAS E INSTALAÇÕES	387.500,00
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
17.001.04.122.0016.1.116.		REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB	
1761 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Redução:	**1.593.755,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 08 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:82F82972

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: COMERCIAL HERZOG LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
17	ESPUMADEIRA DE AÇO INOX, 29 A 31CM DE COMPRIMENTO.	ORIGINAL COOK	UNID	48	6,00	288,00
24	RALADOR, EM AÇO INOX RESISTENTE, COM ALÇA SUPERIOR E TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 23CM.	CLASS HOME 757	UNID	60	11,00	660,00
29	CANECA INFANTIL PARA MERENDA ESCOLAR, FEITA DE PLASTICO RESISTENTE ATOXICO, 300 ML	ERCA	UN	5000	1,30	6.500,00
34	FACA DE CARNE, COM LÂMINA EM AÇO INOX, 8 POLEGADAS, 29 A 32 CM DE COMPRIMENTO.	HOME MORE 463	UNID	48	9,00	432,00
35	FACA DE PÃO EM AÇO INOX SERRILHADO, 8 POLEGADAS, 36 A 39 CM DE COMPRIMENTO.	ORIGINAL SL 445	UNID	48	7,00	336,00
36	GARRAFA TERMICA DE AÇO INOX, 1 LITRO COM BOMBA DE PRESSÃO.	UNITERMI	UNID	36	66,00	2.376,00
41	CONCHA GRANDE EM AÇO INOX, 28 A 30 CM DE COMPRIMENTO.	ORIGINAL SL COOK	UNID	48	9,00	432,00
42	ESPUMADEIRA GRANDE EM AÇO INOX, 30 CM DE COMPRIMENTO.	COOK	UNID	48	9,00	432,00
46	TERMOMETRO CULINARIO, PARA USO CULINARIO, MEDIDOR DE TEMPERATURA COM PRECISÃO, BATERIA 1,5V.	FU DT 25690	UNID	23	13,65	313,95
48	ESPÁTULA, PARA COZINHA, EM AÇO INOX, COM APROXIMADAMENTE 35 CM.	COOK ORIGINAL	UNID	48	9,00	432,00
49	ABRIDOR DE LATAS MANUAL, REFORÇADO, EM AÇO INOX.	ORIGINAL SL 0273	UNID	48	1,90	91,20
52	FACA EM AÇO INOX DE MESA, FACA DE MESA EM INOX, PARA USO DIARIO EM REFEIÇÕES, MEDINDO 19 CM: FEITA TOTALMENTE EM AÇO INOXIDAVEL, LÂMINA E CABO EM UMA ÚNICA PEÇA, LÂMINA COM PONTA E SERRILHA.	CLASS HOME 2059	UNID	200	1,50	300,00
56	ORGANIZADOR DE TALHERES, FEITO EM PLASTICO RESISTENTE E ATOXICO, COM TAMPA.	ERCA 1353	UNID	48	14,00	672,00
69	PANELA TIPO CAÇAROLA, LINHA HOTEL EM ALUMÍNIO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 40 LITROS.	MAZETTO 03005-5	UNID	20	200,00	4.000,00
VALOR TOTAL.....R$ 17.265,15						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ANTONIO CARLOS HERZOG
Comercial Herzog LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6CE0AB03

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: REINVENTAR DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	PRATO DE VIDRO FUNDO, EM VIDRO TEMPERADO, MODELO TRADICIONAL DE MESA (KIT C/12).	NADIR	KIT	180	52,00	9.360,00
2	PRATO DE VIDRO RASO, EM VIDRO TEMPERADO, MODELO TRADICIONAL DE MESA (KIT C/6).	NADIR	KIT	180	28,00	5.040,00
3	PRATO DE VIDRO RASO, PARA SOBREMESA, MODELO TRADICIONAL DE MESA (KIT C/12).	NADIR	KIT	150	46,00	6.900,00
8	POTE PLASTICO HERMETICO EM PLASTICO ATÓXICO, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 5,5 LITROS.	ERCA PLAST	UNID	50	17,00	850,00
19	ASSADEIRAS, FORMA RETANGULAR PARA BOLO, FUDA EM ALUMINIO COM APROXIMADAMENTE 34,5 CM DE COMPRIMENTO.	ALUMINIO NACIONAL	UNID	48	25,00	1.200,00
30	TABUA DE CORTE, MATERIAL RESISTENTE E ATOXICO, TAMANHO GRANDE APROXIMADAMENTE 50 CM, COM ALÇA.	SOLRAC	UNID	30	39,00	1.170,00
57	SALEIRO, FEITO DE PLASTICO RESISTENTE ATÓXICO, COM TAMPA E CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 1 KG.	ERCA PLAST	UNID	48	4,00	192,00
59	POTE PLASTICO HERMETICO EM PLASTICO ATOXICO COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 2 LITROS.	ERCA PLAST	UNID	72	8,00	576,00
60	BACIA PLASTICA EM MATERIAL RESISTENTE ATOXICO, MODELO CANELADO NO FORMATO REDONDO COM CAPACIDADE DE 2,5 LITROS.	ERCA PLAST	UNID	50	5,90	295,00
61	BACIA PLASTICA EM MATERIAL RESISTENTE, ATOXICO, MODELO CANELADO NO FORMATO REDONDO COM CAPACIDADE DE 4,6 LITROS.	ERCA PLAST	UNID	50	5,60	280,00
71	PANELA TIPO CAÇAROLA, LINHA HOTEL EM ALUMÍNIO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 60 LITROS.	ALUMINIO NACIONAL	UNID	20	405,00	8.100,00
72	COLHER INFANTIL PARA MERENDA ESCOLAR, FEITA DE PLASTICO RESISTENTE ATOXICO, 15 CM (KIT C/50).	ERCA PLAST	KIT	100	22,00	2.200,00
VALOR TOTAL.....R$ 36.163,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

GUSTAVO PORTO
Reinventar Distribuidora de Suprimentos e Equipamentos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:43228048

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: NOROESTE LICITAÇÕES LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
9	CAIXA ORGANIZADORA TRANSLUCIDA COM TRAVA PLASTICA, 30 LITROS.	UNINJET	UNID	200	30,00	6.000,00
10	CAIXA ORGANIZADORA TRANSLUCIDA COM TRAVA PLASTICA, 15 LITROS.	UNINJET	UNID	200	25,00	5.000,00
11	CAIXA ORGANIZADORA TRANSLUCIDA COM TRAVA PLASTICA, 5 LITROS.	UNINJET	UNID	55	10,00	550,00
25	ESCOVA LAVA GARRAFAS, SQUEEZES E MAMADEIRAS COM APROXIMADAMENTE 45 CM.	DIELU	UNID	48	21,28	1.021,44
33	JARRA FEITA DE PLASTICO RESISTENTE ATOXICO, COM TAMPA, 4 LITROS.	TRITEC	UNID	48	15,00	720,00
39	CONCHA EM ALUMINIO FUNDIDO, 35 CM DE COMPRIMENTO.	PR	UNID	48	19,46	934,08
50	FUNIL 150ML, PARA COZINHA, FEITO EM PLASTICO, RESISTENTE E ATOXICO.	ALVES	UNID	48	2,00	96,00
58	DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO, FEITO DE PLASTICO, CAPACIDADE DE 500ML.	PR	UNID	48	20,00	960,00
63	SUPORTE PARA BOTIJÃO DE GAS, EM PLASTICO DE MATERIAL RESISTENTE, NA COR BRANCA.	PR	UNID	36	24,09	867,24
65	BORRACHA PARA TAMPA DE PANELA DE PRESSÃO DE CAPACIDADE DE 10 LITROS, MODELO UNIVERSAL, COMPATIVEL COM PANELAS DE PRESSÃO DE VARIAS MARCAS.	ORIGINAL	UNID	240	3,00	720,00
VALOR TOTAL.....R$ 16.868,76						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ANA PAULA MACHADO PASTORI
Noroeste Licitações LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CDB96609

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: DEGIS LOPES ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
21	PANELA TIPO CALDEIRÃO, LINHA HOTEL EM ALUMINIO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 40 LITROS.	MAX	UNID	48	218,00	10.464,00
23	PANELA TIPO CALDEIRÃO, LINHA HOTEL EM ALUMINIO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 25 LITROS.	MAX	UNID	48	139,00	6.672,00
31	COPO DE VIDRO RESISTENTE, DE 300ML (KIT C/6).	NADIR	KIT	200	17,00	3.400,00
44	ASSADEIRAS, FORMA RETANGULAR PARA BOLO, FUNDA EM ALUMINIO, COM APROXIMADAMENTE 33 CM DE COMPRIMENTO.	VISSOTEX	UNID	48	20,00	960,00
47	ASSADEIRAS, FORMA RETANGULAR PARA BOLO, FUNDA, EM ALUMINIO, COM APOXIMADAMENTE 43 CM DE COMPRIMENTO.	VISSOTEX	UNID	48	24,00	1.152,00
53	PANELA DE PRESSÃO, 10 LITROS. PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO COM CABO, FECHAMENTO EXTERNO, LINHA INDUSTRIAL, CAPACIDADE DE 10 LITROS.	NACIONAL	UNID	36	205,00	7.380,00
54	PANELA DE PRESSÃO, 18 LITROS. PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO COM CABO, FECHAMENTO EXTERNO, LINHA INDUSTRIAL, CAPACIDADE DE 18 LITROS.	NACIONAL	UNID	36	415,00	14.940,00
55	PANELA DE PRESSÃO, 15 LITROS. PANELA DE PRESSÃO EM ALUMINIO POLIDO COM CABO, FECHAMENTO EXTERNO, LINHA INDUSTRIAL, CAPACIDADE DE 15 LITROS.	NACIONAL	UNID	36	375,00	13.500,00
70	PANELA TIPO CAÇAROLA, LINHA HOTEL EM ALUMÍNIO, COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 50 LITROS.	MAX	UNID	20	315,00	6.300,00
VALOR TOTAL.....R$ 64.768,00						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

DEGIS LOPES MISTURA
Degis Lopes ME

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:7168B38B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: NOVA MESA COMÉRCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
4	XICARA DE CHÁ COM PIRES EM VIDRO (JOGO C/6).	INGA	JOGO	180	45,49	8.188,20
16	PENEIRA FEITA EM PLASTICO RESISTENTE ATOXICO, COM CABO, 20CM DE DIAMETRO (BOCA).	CLINK	UNID	36	16,19	582,84
18	PEGADOR DE SALADA, EM AÇO INOX COM APROXIMADAMENTE 32CM.	ORIGINAL LINE	UNID	48	8,69	417,12
43	PEGADOR DE MACARRÃO, EM AÇO INOX, EM FORMATO DE PINÇA.	CLINK	UNID	48	6,04	289,92
VALOR TOTAL.....R$ 9.478,08						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

MARIANE FONSECA DE OLIVEIRA TERRA
Nova Mesa Comércio de Utilidades e Alimentos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:869726D6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 216/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
20	COADOR DE PANO PARA CAFÉ, TAMANHO GRANDE COM PRODUNDIDADE DE APNHO GRANDE COM PRODUNDIDADE DE APROXIMADAMENTE 20CM, CONFECCIONADO EM FLANELA 100% ALGOSÃO, COM CABO EM MADEIRA E ARAME GALANIZADO.	LOCATELLI	UNID	190	5,09	967,10
26	LIXEIRA DE 20 LITROS, COM PEDAL, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, UVA E UVB, QUE NÃO RESSECA E TEM MAIOR DURABILIDADE COM CAMADA PROTETORA.	ARQPLAST	UNID	36	37,59	1.353,24
27	LIXEIRA DE 100 LITROS, COM PEDAL, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, UVA E UVB, QUE NÃO RESSECA E TEM MAIOR DURABILIDADE COM CAMADA PROTETORA.	ARQPLAST	UNID	48	250,99	12.047,52
62	BACIA PLASTICA EM MATERIAL RESISTENTE, ATOXICO, MODELO CANELADO NO FORMATO REDONDO COM CAPACIDADE DE 8 LITROS.	ARQPLAST	UNID	50	7,79	389,50
VALOR TOTAL.....R$ 14.757,36						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

VALDENIR ROSA
Comercial Beira Rio LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C5BD27AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
12	JARRA FEITA DE PLASTICO RESISTENTE ATOXICO, COM TAMPA E CAPACIDADE DE 2 LITROS.	RISCHIOTO	UNID	48	9,85	472,80
14	CANECO EM ALUMINIO RESISTENTE, COM ALÇA COM REVESTIMENTO PLASTICO, COM CAPACIDADE DE 2 LITROS.	MAX ALUMÍNIOS N14	UNID	36	27,62	994,32
32	XICARA DE CAFÉ, COM PIRES EM VIDRO (KIT C/12).	EM CASA TEM	KIT	144	42,60	6.134,40
VALOR TOTAL.....R$ 7.601,52						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.
Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ANDREIA CARACATO ROCCO ZANETTI
Rocco Distribuidora Ltda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:08193560

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 218/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: ATLANTICO ARMARINHOS LTDA
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
5	TRAVESSA REFRATARIA RETANGULAR EM VIDRO, TRANSPARENTE, 3 LITROS.	DIPORT	UNID	50	40,00	2.000,00
6	TRAVESSA REFRATARIA RETANGULAR EM VIDRO, TRANSPARENTE 4 LITROS.	DIPORT	UNID	50	40,00	2.000,00
7	TRAVESSA REFRATARIA RETANGULAR EM VIDRO, TRANSPARENTE, 5 LITROS, COM TAMPA.	DIPORT	UNID	36	51,92	1.869,12
VALOR TOTAL.....R$ 5.869,12						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.
Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

TATIANA PAVANELI SILVA OLIVEIRA
Atlântico Armarinhos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:10FA2A9F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 219/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: FABIANA RODRIGUES PEREIRA ME
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
37	BANDEJA GRANDE EM INOX COM APROXIMADAMENTE 40X30 CM.	KEHOME	UNID	48	22,99	1.103,52
38	BANDEJA MÉDIA EM INOX COM APROXIMADAMENTE 37X23 CM.	KEHOME	UNID	48	18,89	906,72
68	ESCORREDOR DE MASSAS, TIPO MACARRÃO, EM AÇO INOXIDAVEL, COM 29 CM DE DIAMETRO, COM ALÇAS.	KEHOME	UNID	50	25,17	1.258,50
VALOR TOTAL.....R$ 3.268,74						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.
Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

FABIANA RODRIGUES PEREIRA
Fabiana Rodrigues Pereira ME

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:7CAFA289

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 220/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: BZX ROLAMENTOS LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
64	BORRACHA PARA TAMPA DE PANELA DE PRESSÃO DE CAPACIDADE DE 15 LITROS, MODELO UNIVERSAL, COMPATIVEL COM PANELAS DE PRESSÃO DE VARIAS MARCAS.	A ORIGINAL	UNID	240	18,99	4.557,60
66	BORRACHA PARA TAMPA DE PANELA DE PRESSÃO DE CAPACIDADE DE 20 LITROS, MODELO UNIVERSAL, COMPATIVEL COM PANELAS DE PRESSÃO DE VARIAS MARCAS.	A ORIGINAL	UNID	240	23,99	5.575,60
67	BORRACHA PARA TAMPA DE PANELA DE PRESSÃO DE CAPACIDADE DE 18 LITROS, MODELO UNIVERSAL, COMPATIVEL COM PANELAS DE PRESSÃO DE VARIAS MARCAS.	A ORIGINAL	UNID	240	25,79	6.189,60
VALOR TOTAL.....R$ 16.504,60						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

EDUARDO ANTONIO BEZERRA SILVA JUNIOR
BZX Rolamentos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A7875617

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: MARCOS E BERTA LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
13	CANECO EM ALUMINIO RESISTENTE, COM ALÇA COM REVESTIMENTO PLASTICO, COM CAPACIDADE DE 5 LITROS.	CONTINENTAL	UNID	48	45,14	2.166,72
22	CANECA EM ALUMINIO, 7,5 LITROS, FABRICADA EM ALUMINIO POLIDO INDUSTRIAL, LINHA HOTEL. CABO RESISTENTE AO CALOR. ESPESSURA DE 2MM, CAPACIDADE DE 15 LITROS.	CONTINENTAL	UNID	48	62,99	3.023,52
VALOR TOTAL.....R$ 5.190,24						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

BERTOLINA SOARES DA SILVA MIGUEL
Marcos e Berta LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:78FF8BBD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 222/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
15	FAQUEIRO, CONTENDO 36 PEÇAS EM INOX.	GOLDEN INOX	UNID	36	34,85	1.254,60
28	PRATO INFANTIL PARA MERENDA ESCOLAR, FEITO DE PLASTICO RESISTENTE ATOXICO, 700ML.	GOLDEN INOX	UNID	5000	1,95	9.750,00
VALOR TOTAL.....R$ 11.004,60						

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

WALITON LAGES NOGUEIRA
WL Nogueira Distribuidora LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A5D3E4F4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 223/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: YS DIAS COMÉRCIO DE PAPELARIA ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
40	RELOGIO DE PAREDE REDONDO, BRANCO, COM NUMEROS INTEIROS, PARA PILHA AA.	SIEG	UNID	20	22,96	459,20

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

YAN SIMÃO DIAS
YS Dias Comércio de Papelaria ME

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:DBA266F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 224/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
45	ESPATULA DE SILICONE PARA PANELAS, ESPATULA COM CABO INOX E PONTA DE SILICONE LISA, CABO 20 CM.	CLASS	UNID	45	20,54	924,30

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação.Local determinado pela Secretaria solicitante.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.
Loanda, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

RITA DE CASSIA MESQUITA LASMAR
B2G Medical Comércio de Produtos Médicos e Cirúrgicos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:84433390

GABINETE DO PREFEITO
LEI 99-2026 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LDO 2026 - LEI E ANEXOS

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.972.074/0001-51
LEI N° 99/2026

SÚMULA: Dispõe sobre alteração na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Loanda, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1º Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Loanda, para o exercício financeiro de 2026, objeto da Lei nº 081/2025 de 14/10/2025, representado nas Ações que compõe o demonstrativo LDO – Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo, em decorrência da criação e instituição da Secretaria de Cultura e Turismo – SECTUR.
Artigo 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Loanda-PR, em 15 (quinze) dia do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO
Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO-GPRE
Unidade : 001 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS
Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	150,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1058	Unidade	P	1	180.000,00

Descrição: AQUISIçãO DE UM VEíCULO PARA GABINETE DO PREFEITO
Produto : Veículos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2002	Outras Unidades e Medidas	A	600	844.262,19

Descrição: MANUTENçãO DE ASSESSORAMENTO AO PREFEITO MUNICIPAL
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2003	Outras Unidades e Medidas	A	700	278.824,33

Descrição: COORDENAçãO E SUPERVISãO DA ADMINISTRAçãO
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2101	Outras Unidades e Medidas	A	200	52.312,00

Descrição: COORDENAÇÃO E RECEPÇÃO DE AUTORIDADES
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO-GPRE
Unidade : 002 DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO
Função: 04 Administração
Sub-Função: 124 Controle Externo
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2083	Outras Unidades e Medidas	A	60	366.214,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1002	Outras Unidades e Medidas	P	35	109.564,00

Descrição: REEQUIPAMENTO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1064	Outras Unidades e Medidas	P	1	95.273,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2004	Outras Unidades e Medidas	A	150	9.743.644,74

Descrição: MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2006	Outras Unidades e Medidas	A	5	79.541,00

Descrição: MANUTENçãO DE CONVêNIOS COM OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 05 Defesa Nacional
Sub-Função: 153 Defesa Terrestre
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2005	Outras Unidades e Medidas	A	1	115.762,00

Descrição: CONVêNIO DE MANUTENçãO DO TIRO DE GUERRA

Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 06 Segurança Pública
Sub-Função: 182 Defesa Civil
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto			
Contínuo					
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**		**2026**	
Habitante Atendido por	mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**		**Meta**	**2026**
2064	Pessoas	A		1	38.110,00

Descrição: TRANSFERêNCIAS ENTIDADES - CONSELHO COM.SEG.DE LOANDA
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 09 Previdência Social
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário
Programa : 0004 DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES
Objetivo : Contribuir para os diversos fundos ligados aos direitos sociais dos servidores públicos municipais.
Gerente :
Público Alvo : Servidor
Justificativa : Garantir os direitos sociais dos servidores públicos municipais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1	Pessoas	O	10	492.715,00

Descrição: ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS
Produto : Aposentados Atendidos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna
Programa : 0005 SERVIçO DA DíVIDA PúBLICA
Objetivo : Administrar os serviços da Dívida Pública, nos termos da legislação em vigor.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Acompanhamento dos serviços da Dívida Pública.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
3	Outras Unidades e Medidas	O	2	5.564.256,00

Descrição: AMORTIZAçãO E ENCARGOS DA DíVIDA PúBLICA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais
Programa : 0004 DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES
Objetivo : Contribuir para os diversos fundos ligados aos direitos sociais dos servidores públicos municipais.
Gerente :
Público Alvo : Servidor
Justificativa : Garantir os direitos sociais dos servidores públicos municipais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2	Outras Unidades e Medidas	O	1	1.504.977,00

Descrição: CONTRIBUIçõES PARA FORMAçãO DO PASEP
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais
Programa : 0027 PASSIVOS JUDICIAIS
Objetivo : Administrar os Passivos Judiciais do Município através do melhor controle de suas atividades junto ao Poder Judiciário.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção dos Passivos Judiciais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
4	Outras Unidades e Medidas	O	10	950.000,00

Descrição: PRECATóRIOS JUDICIAIS
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 99 Reserva de Contingência

Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral
Programa : 0999 RESERVA DE CONTINGêNCIA
Objetivo : Manter a Reserva de Contigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção da Reserva de Contigência

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2999	Outras Unidades e Medidas	A	1	851.501,00

Descrição: RESERVA DE CONTINGêNCIA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 002 DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Função: 04 Administração
Sub-Função: 129 Administração de Receitas
Programa : 0003 COORDENAçãO E ADMINISTRAçãO FINANCEIRA
Objetivo : Manter a Coordenação, Supervisão e melhorar as condições de funcionamento dos serviços administrativos, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados a população em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2008	Pessoas	A	100	1.196.488,95

Descrição: MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 003 DIVISÃO DE CONTABILIDADE
Função: 04 Administração
Sub-Função: 124 Controle Externo
Programa : 0003 COORDENAçãO E ADMINISTRAçãO FINANCEIRA
Objetivo : Manter a Coordenação, Supervisão e melhorar as condições de funcionamento dos serviços administrativos, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados a população em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2009	Outras Unidades e Medidas	A	100	1.168.672,00

Descrição: MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 004 DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Servidores do Município	Pessoas	528	545,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2007	Outras Unidades e Medidas	A	100	571.254,00

Descrição: MANUT. E ADMINISTRAçãO DO DPTO DE PESSOAL
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 005 DIVISÃO DE TESOURARIA
Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0003 COORDENAçãO E ADMINISTRAçãO FINANCEIRA
Objetivo : Manter a Coordenação, Supervisão e melhorar as condições de funcionamento dos serviços administrativos, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados a população em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2010	Outras Unidades e Medidas	A	100	418.914,00

Descrição: CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 006 DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2081	Outras Unidades e Medidas	A	100	475.988,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 04 PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR

Unidade : 001 PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS

Função: 02 Judiciária

Sub-Função: 062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário

Programa : 0007 DEFESA DO INTERESSE PúBLICO

Objetivo : Manter em pleno funcionamento os serviços de Assessoria e Procuradoria Jurídica, agilizar processos de cobrança de impostos registrados em dívida ativa e outros de interesse do Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Agilizar os processos na área Jurídica de interesse do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2011	Outras Unidades e Medidas	A	35	710.019,00

Descrição: MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 05 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA

Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2123	Outras Unidades e Medidas		60	1.147.160,00

Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEIC

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 05 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC

Unidade : 002 DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Função: 22 Indústria

Sub-Função: 661 Promoção Industrial

Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA

Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Instalação Industrial	Unidade	10	3,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1003	Pessoas	P	3	256.047,00

Descrição: INCENTIVO A INSTALAçãO INDUSTRIAL

Produto : Contribuintes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2102	Pessoas	A	3	348.150,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 05 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC

Unidade : 002 DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Função: 23 Comércio e Serviços

Sub-Função: 691 Promoção Comercial

Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA

Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2103	Pessoas	A	190	90.513,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1005	Outras Unidades e Medidas	P	40	166.728,00

Descrição: REEQUIP. DA SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAçãO E OUTRAS UNIDADES

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2016	Pessoas	A	1.600	6.222.318,64

Descrição: MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2094	Outras Unidades e Medidas	A	1.600	277.333,00

Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Educação Infantil

Programa : 0010 EDUCAçãO INFANTIL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais da Educação Infantil.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização da Educação Infantil.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos da Educação Infantil	Pessoas	549	600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1032	Metros Quadrados	P	100	283.372,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE CRECHES

Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1006	Metros Quadrados	P	185	709.193,00

Descrição: EXPANSãO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ANEXOS

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1007	Unidade	P	1	178.637,00

Descrição: AQUISIçãO DE VEíCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

Produto : Ônibus/Microônibus

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1059	Metros Quadrados	P	450	131.002,00

Descrição: AQUISIçãO DE TERRENO PARA CONSTRUçãO DE ESCOLA

Produto : Terrenos/Lotes Adquiridos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2018	Pessoas	A	130	1.774.218,98

Descrição: MANUTENçãO DO SISTEMA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2074	Pessoas	A	1.600	1.172.145,00

Descrição: ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS ORDINáRIOS

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 363 Ensino Profissional

Programa : 0033 ENSINO MÉDIO

Objetivo : Oferecer Oportunidade aos Alunos da Rede Pública de Baixa Renda.

Gerente :

Público Alvo : Jovem

Justificativa : Oferecer Cursos Profissionalizantes aos Alunos da Rede Pública de Baixa Renda.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Jovens e Adultos fora da Educação Formal	Pessoas	100	35,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1082	Metros Quadrados		100	59.547,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉNICA PROFISSIONALIZANTE

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 364 Ensino Superior

Programa : 0029 ENSINO SUPERIOR

Objetivo : Oferecer Oportunidade a Alunos da Rede Pública de Baixa Renda.

Gerente :

Público Alvo : Jovem

Justificativa : Concessão de Bolsas de Estudos.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos do Ensino Superior	Pessoas	0	5,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2088	Pessoas	A	5	92.630,00

Descrição: ENSINO SUPERIOR - RECURSOS ORDINÁRIOS - FADENPAR

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Educação Infantil

Programa : 0010 EDUCAçãO INFANTIL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais da Educação Infantil.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização da Educação Infantil.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos da Educação Infantil	Pessoas	549	600,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1010	Metros Quadrados	P	200	354.731,00

Descrição: REEQUIPAMENTO E AMPLIAçãO DE UNIDADES PRé-ESCOLARES E CRECHES

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2023	Pessoas	A	650	5.159.156,23

Descrição: MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 367 Educação Especial

Programa : 0022 ATENDIMENTO AOS PORTAD. DE DEFICIêNCIAS

Objetivo : Dar atendimento aos Portadores de Deficiências atavés de recursos próprios e ou recebidos em transferências dos Governos Estadual e Federal.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Portadores de Deficiências.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos da Educação Especial	Pessoas	28	30,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2082	Pessoas	A	30	72.648,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO

Função: 19 Ciência e Tecnologia

Sub-Função: 573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2092	Pessoas	A	1.600	19.056,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROJETO FAROL DO SABER

Produto : Adolescentes Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 003 DIVISÃO DE CULTURA

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Cultural

Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES

Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Frequência de Pessoas em Eventos Culturais	Outras Uni	180	200,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1074	Metros Quadrados	P	130	47.638,00

Descrição: REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2024	Pessoas	A	30	259.031,00

Descrição: MANUTENçãO E REALIZAçõES CULTURAIS NO CINE TEATRO GUANABARA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2025	Pessoas	A	130	159.588,00

Descrição: MANUTENçãO DA BIBLIOTECA PúBLICA MUNICIPAL

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2100	Pessoas	A	30	92.301,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1087	Metros Quadrados		100	59.547,00

Descrição: REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CINE TEATRO GUANABARA

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 006 CONVÊNIOS-EDUCAÇÃO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos Alimentados	Pessoas	1.498	1.600,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2017	Pessoas	A	1.498	1.423.814,52

Descrição: PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 006 CONVÊNIOS-EDUCAÇÃO

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2022	Pessoas	A	1.500	905.659,88

Descrição: ENCARGOS COM RECURSOS SALáRIO EDUCAçãO

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2122	Pessoas		1.500	50.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO - CIEDEPAR

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1052	Unidade	P	40	9.528,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE EQUIP.P/ESCOLAS MUNICIPAIS-FUNDEB 40%

Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1053	Metros Quadrados	P	100	8.337,00

Descrição: REALIZAÇÃO DE OBRAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS-FUNDEB 40%

Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2072	Pessoas	A	1.600	538.794,40

Descrição: ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2073	Pessoas	A	1.600	7.999.172,04

Descrição: ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1091	Metros Quadrados		100	71.456,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO

Produto : Edificação Construída

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Educação Infantil

Programa : 0010 EDUCAçãO INFANTIL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais da Educação Infantil.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização da Educação Infantil.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos da Educação Infantil	Pessoas	566	650,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1071	Metros Quadrados	P	100	8.933,00

Descrição: REALIZAÇÃO DE OBRAS EM CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40%

Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2070	Pessoas	A	650	4.035.435,81

Descrição: EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% PRÉ-ESCOLA

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2071	Pessoas	A	650	229.193,00

Descrição: EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2116	Pessoas		800	8.836.485,75

Descrição: EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% CRECHE

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1100	Unidade		15	36.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE EQUIP.P/CMEI-FUNDEB 30%

Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA

Função: 12 Educação

Sub-Função: 366 Educação de Jovens e Adultos

Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.

Gerente :

Público Alvo : Criança

Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Jovens e Adultos fora da Educação Formal	Pessoas	35	45,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2086	Pessoas	A	70	201.862,00

Descrição: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 60%

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2087	Pessoas	A	45	22.418,00

Descrição: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 40%

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC

Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA

Função: 12 Educação

Sub-Função: 367 Educação Especial

Programa : 0022 ATENDIMENTO AOS PORTAD. DE DEFICIêNCIAS

Objetivo : Dar atendimento aos Portadores de Deficiências atavés de recursos próprios e ou recebidos em transferências dos Governos Estadual e Federal.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Portadores de Deficiências.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Alunos da Educação Especial	Pessoas	72	85,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2084	Pessoas	A	100	379.307,00

Descrição: EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 60%

Produto : Alunos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2085	Pessoas	A	85	704.442,00

Descrição: EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 40%

Produto : Alunos Atendidos

Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB

Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1013	Unidade	P	1	83.364,00

Descrição: AQUISIçãO DE VEíCULOS PARA SERVIçOS URBANOS

Produto : Veículos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1014	Unidade	P	40	35.728,00

Descrição: AQUISIçãO DE EQUIPAMENTOS PARA GARAGEM MUNICIPAL

Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2027	Outras Unidades e Medidas	A	100	2.790.497,00
Descrição: ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 06 Segurança Pública				
Sub-Função: 182 Defesa Civil				
Programa : 0031 SEGURANÇA PÚBLICA				
Objetivo : Reduzir os ìndices de Criminalidade no Município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Promover a Segurança da População em Geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ocorrências Atendidas	Outras Uni	400	500,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1077	Pessoas		500	56.573,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1078	Unidade		50	71.456,00
Descrição: INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária				
Programa : 0015 SERVIçOS FUNERáRIOS				
Objetivo : Manter os Serviços Funerários ofertados a população em geral.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Mantenção do Cemitério Municipal e da Capela Mortuária.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Sepultamentos Realizados/Ano	Pessoas	180	185,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2031	Outras Unidades e Medidas	A	30	425.787,00
Descrição: MANUTENçãO DO CEMITéRIO MUNICIPAL				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2032	Outras Unidades e Medidas	A	30	11.910,00
Descrição: MANUTENçãO DA CAPELA MORTUáRIA				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1097	Metro Quadrado		100	200.000,00
Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1018	Unidade	P	1	59.546,00
Descrição: REEQUIPAR USINA DE ASFALTO				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1076	Unidade		50	226.275,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO DA NOVA SINALIZAÇÃO URBANA				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1069	Metro Quadrado	P	1.000	189.091,00
Descrição: RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				
Produto : Pavimentação de Vias				

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2028	Metros Quadrados	A	1.000	3.798.163,10

Descrição: MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS
Produto : Pavimentação de Vias
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO
Função: 26 Transporte
Sub-Função: 781 Transporte Aéreo
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Inexistente	Outras Uni	0	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2033	Outras Unidades e Medidas	A	10	39.303,00

Descrição: MANUTENçãO DO AEROPORTO MUNICIPAL
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1085	Metros Quadrados		100	71.456,00

Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL
Produto : Obra Contruída/Ampliada
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO
Função: 26 Transporte
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Passageiros/Ano	Pessoas	16.500	16.600,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1016	Unidade	P	5	262.846,00

Descrição: REEQUIPAR PARQUE DE MáQUINAS
Produto : Caminhões

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1066	Metros Quadrados	P	100	59.547,00

Descrição: REFORMA E READEQUAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO
Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2034	Pessoas	A	30	165.994,00

Descrição: MANUTENçãO DO TERMINAL RODOVIáRIO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO
Função: 26 Transporte
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário
Programa : 0019 ESTRADAS VICINAIS
Objetivo : Manter as Estradas Vicinais do Município para melhoria do atendimento a população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção das Estradas Vicinais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Estradas Conservadas	Quilômetro	240	250,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1067	Metro Quadrado	P	1.000	59.546,00

Descrição: RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Produto : Restauração de Estradas Vicinais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1068	Metros Quadrados	P	250	95.276,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES
Produto : Restauração de Estradas Vicinais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2037	Metros Quadrados	A	1.000	932.878,00

Descrição: MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS
Produto : Restauração de Estradas Vicinais
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU
Unidade : 003 DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026

1017	Metros Quadrados	P	3.500	1.948.183,00
Descrição: PAVIMENTAçãO DE VIAS URBANAS				
Produto : Pavimentação de Vias				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1070	Metros Quadrados	P	2.800	1.221.990,00
Descrição: RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS				
Produto : Pavimentação de Vias				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2115	Metro Quadrado		2.000	300.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO - CINDEPAR				
Produto : Pavimentação de Vias				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 004 DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE				
Função: 17 Saneamento				
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1080	Pessoas		10.000	95.273,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Órgão : 08 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0020 ADMINISTRAçãO DA SECRET.DE PLANEJAMENTO				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Planejamento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Secretaria de Planejamento.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2038	Outras Unidades e Medidas	A	60	1.381.681,00
Descrição: MANUTENçãO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 08 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 16 Habitação				
Sub-Função: 482 Habitação Urbana				
Programa : 0020 ADMINISTRAçãO DA SECRET.DE PLANEJAMENTO				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Planejamento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Secretaria de Planejamento.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	1.000		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1093	Pessoas		1.100	301.410,00
Descrição: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 08 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 24 Comunicações				
Sub-Função: 126 Tecnologia da Informação				
Programa : 0032 CIDADES DIGITAIS				
Objetivo : Promover o Acesso dos Usuários aos Órgãos Públicos através da Internet.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Ofercer Serviços de Internet nos Órgãos Pùblicos.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	500	800,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1079	Outras Unidades e Medidas		15	71.457,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADES DIGITAIS				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS				
Unidade : 005 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL				
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social		Pessoas	170	150,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2137	Outras Unidades e Medidas			100	1.185.911,00
Descrição: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2138	Pessoas			100	22.748,00
Descrição: BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD-SUAS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2139	Pessoas			100	161.496,00
Descrição: BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO					
Produto : Pensionistas Atendidos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2144	Pessoas			100	22.074,00
Descrição: FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)					
Produto : Pensionistas Atendidos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2146	Pessoas			100	12.000,00
Descrição: PRODCADSUAS - PROG. DE FORT. EMERG. DO ATEND. DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS					
Unidade : 005 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Função: 08 Assistência Social					
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária					
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL					
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social		Pessoas	170	150,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2140	Pessoas			100	1.012.547,63
Descrição: BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2141	Pessoas			100	633.136,04
Descrição: BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2142	Pessoas			100	317.800,00
Descrição: GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2143	Outras Unidades e Medidas			100	8.000,00
Descrição: EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2145	Pessoas			100	16.000,00
Descrição: PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ					
Produto : Adolescentes Atendidos					
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS					
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S					
Função: 08 Assistência Social					
Sub-Função: 242 Assistência ao Portador de Deficiência					
Programa : 0022 ATENDIMENTO AOS PORTAD. DE DEFICIêNCIAS					
Objetivo : Dar atendimento aos Portadores de Deficiências atavés de recursos próprios e ou recebidos em transferências dos Governos Estadual e Federal.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Portadores de Deficiências.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pessoas Portadoras de Deficiências		Pessoas	28	155,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2044	Pessoas		A	155	29.773,00
Descrição: TRANSFERêNCIA A ENTIDADES-PORTADOR DE DEFICIêNCIA					
Produto : Alunos Atendidos					
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS					
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S					
Função: 08 Assistência Social					
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente					
Programa : 0021 ATENDIMENTO A CRIANçA E AO ADOLESCENTE					
Objetivo : Dar atendimento prioritário as Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social.					
Gerente :					
Público Alvo : Criança					
Justificativa : Manter e Melhorar o atendimento a Criança e ao Adolescente.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Criança em Situação de Vulnerabilidade Social		Pessoas	600	550,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
5001	Pessoas		P	55	61.931,00
Descrição: EXECUÇÃO DO PROJETO CONVÊNIO FIA					

Produto : Adolescentes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
6001	Pessoas	A	45	354.109,25
Descrição: MANUTENÇÃO DO PROJETO CASA LAR				
Produto : Crianças Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
6003	Pessoas	A	45	45.255,00
Descrição: TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES - CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
Produto : Adolescentes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
6004	Pessoas	A	45	280.278,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR				
Produto : Adolescentes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
6009	Pessoas	A	45	23.820,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
Produto : Crianças Atendidas				
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS				
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária				
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL				
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social	Pessoas	170	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1073	Metros Quadrados	P	60	244.139,00
Descrição: ADAPTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2049	Pessoas	A	10	47.638,00
Descrição: TRANSFERêNCIAS A ENTIDADES - COMUNITáRIAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS				
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S				
Função: 11 Trabalho				
Sub-Função: 333 Empregabilidade				
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL				
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2051	Pessoas	A	30	136.007,00
Descrição: MANUTENçãO DO SINE				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pacientes do SUS	Pessoas	15.500	17.000,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2052	Outras Unidades e Medidas	A	100	1.362.751,00
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAúDE				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1096	Pessoas		200	59.547,00
Descrição: ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19				
Produto : Pacientes Atendidos				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 301 Atenção Básica				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pacientes do SUS	Pessoas	1.500	17.000,00	

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1026	Metros Quadrados	P	110	219.091,00
Descrição: CONSTRUçãO E OU AMPLIAçãO DE POSTOS DE SAúDE				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1027	Unidade	P	40	777.663,93
Descrição: REEQUIPAR POSTOS DE SAúDE				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1035	Unidade	P	1	1.089.661,32
Descrição: AQUSIÇÃO DE UM VEÍCULO PASSAGEIROS				
Produto : Veículos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1039	Unidade	P	35	297.728,00
Descrição: EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1065	Pessoas	P	4.000	895.019,00
Descrição: ESTRUTURAÇÃO DA REDE SE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2053	Pessoas	A	4.300	17.321.726,12
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2054	Pessoas	A	2.300	383.624,00
Descrição: MANUTENçãO DE ATENDIMENTO ODONTOLóGICO				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2058	Pessoas	A	3.200	4.646.290,00
Descrição: MANUTENçãO DE CONVêNIO DO CONSóRCIO INTERMUNICIPAL DE SAúDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2059	Pessoas	A	4.000	3.107.049,00
Descrição: PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2093	Pessoas	A	4.300	671.901,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2096	Pessoas	A	4.000	1.711.660,00
Descrição: PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2097	Pessoas	A	4.300	86.941,00
Descrição: PROGRAMA GESTÃO DO SUS				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2105	Pessoas	A	4.300	472.799,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃE PARANAENSE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2114	Pessoas		4.500	400.000,00
Descrição: MANUTENçãO DE CONVêNIO DO CONSóRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2147	Pessoas		4.300	196.640,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - IOF				
Produto : Pacientes Atendidos				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Pacientes do SUS		Pessoas	15.500	17.000,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1028	Unidade	P	30	280.945,89
Descrição: REEQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2057	Pessoas	A	15.000	10.064.198,59
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2099	Pessoas	A	1.500	3.724.266,00
Descrição: CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA MANUTENÇÃO DO CIUNEP - SAMU				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1088	Metros Quadrados		115	119.091,00
Descrição: AMPLIAR E MODERNIZAR O HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				

Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Pontos de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Unidade	180	200,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2056	Pessoas	A	300	743.532,93

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA SANITáRIA
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 Saúde
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Pontos de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Unidade	20	250,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2055	Pessoas	A	300	2.178.146,39

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA
Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2117	Pessoas		300	75.669,00

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGIASUS
Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2118	Pessoas		300	65.436,97

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - APSUS
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2095	Outras Unidades e Medidas	A	195	249.974,00

Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ESPORTES
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS
Função: 23 Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 Turismo
Programa : 0030 TURISMO
Objetivo : Desenvolver Atividades voltadas para o Crescimento e Fortalecimento do Turismo no Município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Fomentar o Turismo Local.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Frequência de Pessoas em Eventos Culturais	Outras Uni	180	200,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2107	Pessoas		100	44.065,00

Descrição: CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2119	Pessoas		200	47.639,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS
Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Participantes em Atividades Desportivas		Outras Uni	650	850,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1075	Metros Quadrados		P	220	363.337,00
Descrição: EXPANSÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER					
Produto : Edificação Construída					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2026	Pessoas		A	850	1.057.188,00
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS					
Produto : Adolescentes Atendidos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1089	Metros Quadrados			120	71.456,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESPORTIVA COBERTA					
Produto : Edificação Construída					
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL					
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS					
Função: 27 Desporto e Lazer					
Sub-Função: 813 Lazer					
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES					
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Participantes em Atividades Desportivas		Outras Uni	650	850,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2065	Pessoas		A	100	35.729,00
Descrição: TRANSFERêNCIAS A ENTIDADES DESPORTIVAS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2077	Pessoas		A	100	17.865,00
Descrição: TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2104	Pessoas		A	150	108.625,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 13 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORP					
Unidade : 001 FUNREBOM-ADMINISTRAÇÃO					
Função: 15 Urbanismo					
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos					
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO					
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Ocorrências Atendidas		Outras Uni	400	500,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2063	Pessoas		A	500	393.246,00
Descrição: IMPLANTAçãO, EQUIPAMENTO E MANUTENçãO DO FUNREBOM					
Produto : Contribuintes Atendidos					
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER					
Função: 08 Assistência Social					
Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso					
Programa : 0023 ATENDIMENTO AO IDOSO					
Objetivo : Dar atendimento prioritário aos Idosos através de recursos próprios e ou transferências dos Governos Estadual e Federal.					
Gerente :					
Público Alvo : Idoso					
Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Idosos.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**
Idosos Assistidos		Pessoas	30	0,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1023	Metros Quadrados		P	150	60.000,00
Descrição: CONSTRUçãO PRéDIO AO IDOSO					
Produto : Obra Contruída/Ampliada					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2045	Pessoas		A	100	111.000,00
Descrição: TRANSFERêNCIAS A ENTIDADES - IDOSO					
Produto : Idosos Atendidos					
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER					
Função: 08 Assistência Social					
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária					
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL					
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês		Pessoas	150	0,00	
Ação Unid. Medida			**Tipo**	**Meta**	**2026**
2121	Outras Unidades e Medidas			150	1.180.902,00
Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA MULHER - SEMU					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1098	Outras Unidades e Medidas			150	50.000,00
Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DA MULHER					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES					
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALD					
Função: 14 Direitos da Cidadania					
Sub-Função: 422 Direitos Individuais, Coletivos Difusos					
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL					
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês		Pessoas	150	160,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2149	Outras Unidades e Medidas			160	110.000,00
Descrição: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI					
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA					
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês		Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2124	Outras Unidades e Medidas			150	494.307,00
Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI					
Produto : Apoio Administrativo					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1114	Outras Unidades e Medidas			150	31.500,00
Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI					
Unidade : 002 DIVISÃO DE SERVIÇOS					
Função: 20 Agricultura					
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária					
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA					
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Produtores Rurais Atendidos		Pessoas	135	170,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1101	Metros Quadrados			100	75.962,00
Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR					
Produto : Obra Contruída/Ampliada					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2125	Outras Unidades e Medidas			30	341.241,00
Descrição: MANUTENçãO DO PARQUE DE EXPOSIçõES					
Produto : Outros Produtos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2126	Outras Unidades e Medidas			60	405.120,00
Descrição: PROGRAMA DE INCENTIVO AO SETOR AGROPECUáRIO					
Produto : Outros Produtos					
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI					
Unidade : 002 DIVISÃO DE SERVIÇOS					
Função: 23 Comércio e Serviços					
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária					
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA					
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Contínuo					
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Feiras Agropecuárias		Unidade	1	1,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1102	Metros Quadrados			100	120.750,00

Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES PREFEITO DR. ASSIS PINHEIRO
Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2127	Pessoas		150	682.500,00

Descrição: REALIZAçãO DE EXPOSIçõES E FEIRAS AGROPECUáRIAS
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI
Unidade : 003 DIVISÃO DA AGRICULTURA
Função: 20 Agricultura
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Produtores Rurais Atendidos	Pessoas	135	170,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2128	Pessoas		150	528.122,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM O COMAFEN
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1103	Unidade		5	419.107,00

Descrição: INCENTIVO AO PEQUENO E MéDIO PRODUTOR RURAL
Produto : Tratores
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2129	Outras Unidades e Medidas		30	1.000.672,00

Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1115	Outras Unidades e Medidas		30	31.500,00

Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SUMA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0013 ILUMINAçãO PúBLICA
Objetivo : Manter, Modernizar e Expandir a Rede de Iluminação Pública para melhoria do atendimento a população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção da Rede de Iluminação Pública.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1104	Pessoas		400	2.370.776,50

Descrição: EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2131	Pessoas		400	2.294.134,04

Descrição: MANUTENçãO E EXPANSãO DA REDE DE ILUMINAçãO PúBLICA
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0014 URBANIZAçãO
Objetivo : Manter os Serviços de Urbanização visando a melhoria do atendimento a população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter os Serviços de Urbanização.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Pontos de Conservação	Unidade	50	80,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1105	Metros Quadrados		300	245.416,00

Descrição: CONSTRUçãO DE PRAçAS, PARQUES E CALçADAS
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2132	Outras Unidades e Medidas		100	1.716.770,56

Descrição: MANUTENçãO DE PRAçAS, JARDINS E CANTEIROS

Produto : Outros Produtos
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0018 LIMPEZA URBANA
Objetivo : Manter e Expandir os Serviços de Limpeza Urbana.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Lixo Coletado/ano	Metros Cúb	11.500	12.800,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1106	Unidade		1	178.500,00

Descrição: AQUISIçãO EQUIPAMENTO COLETOR DE LIXO
Produto : Caminhões

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1107	Pessoas		12.800	93.502,00

Descrição: IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO COLETA SELETIVA
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1108	Unidade		1	67.460,00

Descrição: MELHORIA DA LIMPEZA PÚBLICA URBANA
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2133	Pessoas		12.800	4.644.887,41

Descrição: MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Função: 17 Saneamento
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1109	Metros Lineares		8.395	1.442.603,00

Descrição: CONSTRUçãO DE GALERIAS DE áGUAS PLUVIAIS
Produto : Galerias de Águas Pluviais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1110	Metros Quadrados		220	519.415,00

Descrição: CONSTRUIR ATERRO SANITáRIO
Produto : Aterro Sanitário

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1111	Metros Quadrados		120	116.865,00

Descrição: CONSTRUçãO USINA DE RECICLAGEM DE LIXO
Produto : Aterro Sanitário

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1112	Pessoas		10.000	93.492,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Produto : Contribuintes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2134	Metros Lineares		150	1.438.735,87

Descrição: REPAROS E CONSERVAçãO DE GALERIAS PLUVIAIS
Produto : Galerias de Aguas Pluviais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2135	Pessoas		1.200	424.964,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Inexistente	Outras Uni	1	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2130	Outras Unidades e Medidas		30	24.675,00

Descrição: PROGRAMA FLORESTAS MUNICIPAIS
Produto : Outros Produtos
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB

Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Inexistente	Outras Uni	1	0,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1113	Pessoas		120	93.492,00

Descrição: EXECUçãO CONVêNIO ICMS ECOLóGICO

Produto : Contribuintes Atendidos

Órgão : 17 SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0016 PROGRAMAS DE MORADIAS POPULARES

Objetivo : Reduzir o Déficit Habitacional no Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa :

Construção de Unidades Habitacionais através da realização de Convênios.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1116	Outras Unidades e Medidas		120	47.250,00

Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2136	Outras Unidades e Medidas		120	707.910,00

Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 17 SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB

Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Função: 16 Habitação

Sub-Função: 482 Habitação Urbana

Programa : 0016 PROGRAMAS DE MORADIAS POPULARES

Objetivo : Reduzir o Déficit Habitacional no Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa :

Construção de Unidades Habitacionais através da realização de Convênios.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Déficit Habitacional	Unidade	200	40,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1117	Metros Quadrados		3.950	113.526,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CASAS POPULARES

Produto : Terrenos/Lotes Adquiridos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1118	Pessoas		120	237.191,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE CASAS HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Produto : Contribuintes Atendidos

Órgão : 18 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECTUR

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 23 Comércio e Serviços

Sub-Função: 695 Turismo

Programa : 0030 TURISMO

Objetivo : Desenvolver Atividades voltadas para o Crescimento e Fortalecimento do Turismo no Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Fomentar o Turismo Local.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	160,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2148	Outras Unidades e Medidas		160	609.460,00

Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TURISMO-SETUR

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1123	Outras Unidades e Medidas		160	31.540,00

Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO-SETUR

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 18 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECTUR

Unidade : 002 DIVISÃO DE CULTURA

Função: 13 Cultura

Sub-Função: 392 Difusão Cultural

Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES

Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026

Frequência de Pessoas em Eventos Culturais		Outras Uni	180	185,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1124	Metros Quadrados			130	47.638,00
Descrição: REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA					
Produto : Edificação Construída					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
1125	Metros Quadrados			100	59.547,00
Descrição: REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CINE TEATRO GUANABARA					
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2152	Pessoas			30	259.031,00
Descrição: MANUTENçãO E REALIZAçõES CULTURAIS NO CINE TEATRO GUANABARA					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2153	Pessoas			130	159.588,00
Descrição: MANUTENçãO DA BIBLIOTECA PúBLICA MUNICIPAL					
Produto : Alunos Atendidos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2026**
2154	Pessoas			30	92.301,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS					
Produto : Alunos Atendidos					
			Total Geral :		**167.085.570,00**
Comentários					
-					
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES			***RENAN JANUARIO SCANACAPRA***		
Prefeito			Secretario de Fazenda		

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:8A418CED

GABINETE DO PREFEITO
LEI 99-2026 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LDO 2026 - LEI E ANEXOS

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.972.074/0001-51
LEI N° 99/2026

SÚMULA: Dispõe sobre alteração na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Loanda, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1º Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Loanda, para o exercício financeiro de 2026, objeto da Lei nº 081/2025 de 14/10/2025, representado nas Ações que compõe o demonstrativo LDO – Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo, em decorrência da criação e instituição da Secretaria de Cultura e Turismo – SECTUR.
Artigo 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Loanda-PR, em 15 (quinze) dia do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA				
Estado do Paraná				
Exercício: 2026				
LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO				
Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO-GPRE				
Unidade : 001 GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO				
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	150,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1058	Unidade	P	1	180.000,00
Descrição: AQUISIçãO DE UM VEíCULO PARA GABINETE DO PREFEITO				
Produto : Veículos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2002	Outras Unidades e Medidas	A	600	844.262,19
Descrição: MANUTENçãO DE ASSESSORAMENTO AO PREFEITO MUNICIPAL				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2003	Outras Unidades e Medidas	A	700	278.824,33
Descrição: COORDENAçãO E SUPERVISãO DA ADMINISTRAçãO				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2101	Outras Unidades e Medidas	A	200	52.312,00

Descrição: COORDENAÇÃO E RECEPÇÃO DE AUTORIDADES
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 02 GABINETE DO PREFEITO-GPRE
Unidade : 002 DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO
Função: 04 Administração
Sub-Função: 124 Controle Externo
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2083	Outras Unidades e Medidas	A	60	366.214,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO E PATRIMÔNIO
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1002	Outras Unidades e Medidas	P	35	109.564,00

Descrição: REEQUIPAMENTO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1064	Outras Unidades e Medidas	P	1	95.273,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2004	Outras Unidades e Medidas	A	150	9.743.644,74

Descrição: MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2006	Outras Unidades e Medidas	A	5	79.541,00

Descrição: MANUTENçãO DE CONVêNIOS COM OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 05 Defesa Nacional
Sub-Função: 153 Defesa Terrestre
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2005	Outras Unidades e Medidas	A	1	115.762,00

Descrição: CONVêNIO DE MANUTENçãO DO TIRO DE GUERRA
Produto : Outros Produtos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 06 Segurança Pública
Sub-Função: 182 Defesa Civil
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2064	Pessoas	A	1	38.110,00

Descrição: TRANSFERêNCIAS ENTIDADES - CONSELHO COM.SEG.DE LOANDA
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS
Função: 09 Previdência Social
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário
Programa : 0004 DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES
Objetivo : Contribuir para os diversos fundos ligados aos direitos sociais dos servidores públicos municipais.
Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Garantir os direitos sociais dos servidores públicos municipais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1	Pessoas	O	10	492.715,00

Descrição: ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

Produto : Aposentados Atendidos

Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna

Programa : 0005 SERVIçO DA DíVIDA PúBLICA

Objetivo : Administrar os serviços da Dívida Pública, nos termos da legislação em vigor.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Acompanhamento dos serviços da Dívida Pública.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
3	Outras Unidades e Medidas	O	2	5.564.256,00

Descrição: AMORTIZAçãO E ENCARGOS DA DíVIDA PúBLICA

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais

Programa : 0004 DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES

Objetivo : Contribuir para os diversos fundos ligados aos direitos sociais dos servidores públicos municipais.

Gerente :

Público Alvo : Servidor

Justificativa : Garantir os direitos sociais dos servidores públicos municipais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2	Outras Unidades e Medidas	O	1	1.504.977,00

Descrição: CONTRIBUIçõES PARA FORMAçãO DO PASEP

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais

Programa : 0027 PASSIVOS JUDICIAIS

Objetivo : Administrar os Passivos Judiciais do Município através do melhor controle de suas atividades junto ao Poder Judiciário.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manutenção dos Passivos Judiciais.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
4	Outras Unidades e Medidas	O	10	950.000,00

Descrição: PRECATóRIOS JUDICIAIS

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA

Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS

Função: 99 Reserva de Contingência

Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral

Programa : 0999 RESERVA DE CONTINGêNCIA

Objetivo : Manter a Reserva de Contigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Manutenção da Reserva de Contigência

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2999	Outras Unidades e Medidas	A	1	851.501,00

Descrição: RESERVA DE CONTINGêNCIA

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA

Unidade : 002 DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Função: 04 Administração

Sub-Função: 129 Administração de Receitas

Programa : 0003 COORDENAçãO E ADMINISTRAçãO FINANCEIRA

Objetivo : Manter a Coordenação, Supervisão e melhorar as condições de funcionamento dos serviços administrativos, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades do Poder Executivo.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados a população em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto
Contínuo		

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2008	Pessoas	A	100	1.196.488,95

Descrição: MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 003 DIVISÃO DE CONTABILIDADE
Função: 04 Administração
Sub-Função: 124 Controle Externo
Programa : 0003 COORDENAçãO E ADMINISTRAçãO FINANCEIRA
Objetivo : Manter a Coordenação, Supervisão e melhorar as condições de funcionamento dos serviços administrativos, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados a população em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2009	Outras Unidades e Medidas	A	100	1.168.672,00

Descrição: MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 004 DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Servidores do Município	Pessoas	528	545,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2007	Outras Unidades e Medidas	A	100	571.254,00

Descrição: MANUT. E ADMINISTRAçãO DO DPTO DE PESSOAL
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 005 DIVISÃO DE TESOURARIA
Função: 04 Administração
Sub-Função: 123 Administração Financeira
Programa : 0003 COORDENAçãO E ADMINISTRAçãO FINANCEIRA
Objetivo : Manter a Coordenação, Supervisão e melhorar as condições de funcionamento dos serviços administrativos, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhorar a qualidade dos serviços públicos ofertados a população em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2010	Outras Unidades e Medidas	A	100	418.914,00

Descrição: CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 03 SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA
Unidade : 006 DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração
do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2081	Outras Unidades e Medidas	A	100	475.988,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 04 PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR
Unidade : 001 PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS
Função: 02 Judiciária
Sub-Função: 062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
Programa : 0007 DEFESA DO INTERESSE PúBLICO
Objetivo : Manter em pleno funcionamento os serviços de Assessoria e Procuradoria Jurídica, agilizar processos de cobrança de impostos registrados em dívida ativa e outros de interesse do Município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Agilizar os processos na área Jurídica de interesse do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**

2011	Outras Unidades e Medidas	A	35	710.019,00
Descrição: MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 05 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2123	Outras Unidades e Medidas		60	1.147.160,00
Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEIC				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 05 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
Função: 22 Indústria				
Sub-Função: 661 Promoção Industrial				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Instalação Industrial	Unidade	10	3,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1003	Pessoas	P	3	256.047,00
Descrição: INCENTIVO A INSTALAçãO INDUSTRIAL				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2102	Pessoas	A	3	348.150,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 05 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
Função: 23 Comércio e Serviços				
Sub-Função: 691 Promoção Comercial				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2103	Pessoas	A	190	90.513,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO COMÉRCIO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1005	Outras Unidades e Medidas	P	40	166.728,00
Descrição: REEQUIP. DA SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAçãO E OUTRAS UNIDADES				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2016	Pessoas	A	1.600	6.222.318,64
Descrição: MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2094	Outras Unidades e Medidas	A	1.600	277.333,00
Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 365 Educação Infantil				
Programa : 0010 EDUCAçãO INFANTIL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais da Educação Infantil.				

Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização da Educação Infantil.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos da Educação Infantil	Pessoas	549	600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1032	Metros Quadrados	P	100	283.372,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE CRECHES				
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1006	Metros Quadrados	P	185	709.193,00
Descrição: EXPANSãO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ANEXOS				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1007	Unidade	P	1	178.637,00
Descrição: AQUISIçãO DE VEíCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR				
Produto : Ônibus/Microônibus				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1059	Metros Quadrados	P	450	131.002,00
Descrição: AQUISIçãO DE TERRENO PARA CONSTRUçãO DE ESCOLA				
Produto : Terrenos/Lotes Adquiridos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2018	Pessoas	A	130	1.774.218,98
Descrição: MANUTENçãO DO SISTEMA DO TRANSPORTE ESCOLAR				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2074	Pessoas	A	1.600	1.172.145,00
Descrição: ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS ORDINáRIOS				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 363 Ensino Profissional				
Programa : 0033 ENSINO MÉDIO				
Objetivo : Oferecer Oportunidade aos Alunos da Rede Pública de Baixa Renda.				
Gerente :				
Público Alvo : Jovem				
Justificativa : Oferecer Cursos Profissionalizantes aos Alunos da Rede Pública de Baixa Renda.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Jovens e Adultos fora da Educação Formal	Pessoas	100	35,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1082	Metros Quadrados		100	59.547,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉNICA PROFISSIONALIZANTE				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 364 Ensino Superior				
Programa : 0029 ENSINO SUPERIOR				
Objetivo : Oferecer Oportunidade a Alunos da Rede Pública de Baixa Renda.				
Gerente :				
Público Alvo : Jovem				
Justificativa : Concessão de Bolsas de Estudos.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Superior	Pessoas	0	5,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2088	Pessoas	A	5	92.630,00
Descrição: ENSINO SUPERIOR - RECURSOS ORDINÁRIOS - FADENPAR				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 365 Educação Infantil				
Programa : 0010 EDUCAçãO INFANTIL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais da Educação Infantil.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização da Educação Infantil.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	
Alunos da Educação Infantil	Pessoas	549	600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1010	Metros Quadrados	P	200	354.731,00
Descrição: REEQUIPAMENTO E AMPLIAçãO DE UNIDADES PRé-ESCOLARES E CRECHES				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2023	Pessoas	A	650	5.159.156,23
Descrição: MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 367 Educação Especial				
Programa : 0022 ATENDIMENTO AOS PORTAD. DE DEFICIêNCIAS				
Objetivo : Dar atendimento aos Portadores de Deficiências atavés de recursos próprios e ou recebidos em transferências dos Governos Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Portadores de Deficiências.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos da Educação Especial	Pessoas	28	30,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2082	Pessoas	A	30	72.648,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 002 DIVISÃO DE ENSINO				
Função: 19 Ciência e Tecnologia				
Sub-Função: 573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2092	Pessoas	A	1.600	19.056,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PROJETO FAROL DO SABER				
Produto : Adolescentes Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 003 DIVISÃO DE CULTURA				
Função: 13 Cultura				
Sub-Função: 392 Difusão Cultural				
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES				
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Frequência de Pessoas em Eventos Culturais	Outras Uni	180	200,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1074	Metros Quadrados	P	130	47.638,00
Descrição: REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2024	Pessoas	A	30	259.031,00
Descrição: MANUTENçãO E REALIZAçõES CULTURAIS NO CINE TEATRO GUANABARA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2025	Pessoas	A	130	159.588,00
Descrição: MANUTENçãO DA BIBLIOTECA PúBLICA MUNICIPAL				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2100	Pessoas	A	30	92.301,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1087	Metros Quadrados		100	59.547,00
Descrição: REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CINE TEATRO GUANABARA				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 006 CONVÊNIOS-EDUCAÇÃO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	

Alunos Alimentados	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2017	Pessoas	A	1.498	1.423.814,52
Descrição: PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 006 CONVÊNIOS-EDUCAÇÃO				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2022	Pessoas	A	1.500	905.659,88
Descrição: ENCARGOS COM RECURSOS SALáRIO EDUCAçãO				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2122	Pessoas		1.500	50.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO - CIEDEPAR				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos do Ensino Fundamental	Pessoas	1.498	1.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1052	Unidade	P	40	9.528,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE EQUIP.P/ESCOLAS MUNICIPAIS-FUNDEB 40%				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1053	Metros Quadrados	P	100	8.337,00
Descrição: REALIZAÇÃO DE OBRAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS-FUNDEB 40%				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2072	Pessoas	A	1.600	538.794,40
Descrição: ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2073	Pessoas	A	1.600	7.999.172,04
Descrição: ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1091	Metros Quadrados		100	71.456,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO				
Produto : Edificação Construída				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 365 Educação Infantil				
Programa : 0010 EDUCAçãO INFANTIL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais da Educação Infantil.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização da Educação Infantil.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos da Educação Infantil	Pessoas	566	650,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1071	Metros Quadrados	P	100	8.933,00
Descrição: REALIZAÇÃO DE OBRAS EM CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40%				
Produto : Creche Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2070	Pessoas	A	650	4.035.435,81
Descrição: EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% PRÉ-ESCOLA				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2071	Pessoas	A	650	229.193,00
Descrição: EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2116	Pessoas		800	8.836.485,75
Descrição: EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% CRECHE				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**

1100	Unidade		15	36.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE EQUIP.P/CMEI-FUNDEB 30%				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 366 Educação de Jovens e Adultos				
Programa : 0009 ENSINO FUNDAMENTAL				
Objetivo : Manter em regular funcionamento os Programas Educacionais do Ensino Fundamental.				
Gerente :				
Público Alvo : Criança				
Justificativa : Valorização do Ensino Fundamental.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Jovens e Adultos fora da Educação Formal	Pessoas	35	45,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2086	Pessoas	A	70	201.862,00
Descrição: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 60%				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2087	Pessoas	A	45	22.418,00
Descrição: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 40%				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃ-SEDUC				
Unidade : 007 FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 367 Educação Especial				
Programa : 0022 ATENDIMENTO AOS PORTAD. DE DEFICIêNCIAS				
Objetivo : Dar atendimento aos Portadores de Deficiências atavés de recursos próprios e ou recebidos em transferências dos Governos Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Portadores de Deficiências.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Alunos da Educação Especial	Pessoas	72	85,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2084	Pessoas	A	100	379.307,00
Descrição: EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 60%				
Produto : Alunos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2085	Pessoas	A	85	704.442,00
Descrição: EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 40%				
Produto : Alunos Atendidos				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1013	Unidade	P	1	83.364,00
Descrição: AQUISIçãO DE VEíCULOS PARA SERVIçOS URBANOS				
Produto : Veículos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1014	Unidade	P	40	35.728,00
Descrição: AQUISIçãO DE EQUIPAMENTOS PARA GARAGEM MUNICIPAL				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2027	Outras Unidades e Medidas	A	100	2.790.497,00
Descrição: ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 06 Segurança Pública				
Sub-Função: 182 Defesa Civil				
Programa : 0031 SEGURANÇA PÚBLICA				
Objetivo : Reduzir os índices de Criminalidade no Município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Promover a Segurança da População em Geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ocorrências Atendidas	Outras Uni	400	500,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1077	Pessoas		500	56.573,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**

1078	Unidade		50	71.456,00
Descrição: INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária				
Programa : 0015 SERVIçOS FUNERáRIOS				
Objetivo : Manter os Serviços Funerários ofertados a população em geral.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Mantenção do Cemitério Municipal e da Capela Mortuária.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Sepultamentos Realizados/Ano	Pessoas	180	185,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2031	Outras Unidades e Medidas	A	30	425.787,00
Descrição: MANUTENçãO DO CEMITéRIO MUNICIPAL				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2032	Outras Unidades e Medidas	A	30	11.910,00
Descrição: MANUTENçãO DA CAPELA MORTUáRIA				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1097	Metro Quadrado		100	200.000,00
Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1018	Unidade	P	1	59.546,00
Descrição: REEQUIPAR USINA DE ASFALTO				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1076	Unidade		50	226.275,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO DA NOVA SINALIZAÇÃO URBANA				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1069	Metro Quadrado	P	1.000	189.091,00
Descrição: RECUPERAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				
Produto : Pavimentação de Vias				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2028	Metros Quadrados	A	1.000	3.798.163,10
Descrição: MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS				
Produto : Pavimentação de Vias				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				

Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 781 Transporte Aéreo				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	0	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2033	Outras Unidades e Medidas	A	10	39.303,00
Descrição: MANUTENçãO DO AEROPORTO MUNICIPAL				
Produto : Outros Produtos				

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1085	Metros Quadrados		100	71.456,00
Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				
Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Passageiros/Ano	Pessoas	16.500	16.600,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1016	Unidade	P	5	262.846,00
Descrição: REEQUIPAR PARQUE DE MáQUINAS				
Produto : Caminhões				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1066	Metros Quadrados	P	100	59.547,00
Descrição: REFORMA E READEQUAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2034	Pessoas	A	30	165.994,00
Descrição: MANUTENçãO DO TERMINAL RODOVIáRIO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 002 DIVISÃO DE VIAÇÃO				
Função: 26 Transporte				
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário				
Programa : 0019 ESTRADAS VICINAIS				
Objetivo : Manter as Estradas Vicinais do Município para melhoria do atendimento a população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção das Estradas Vicinais.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Estradas Conservadas	Quilômetro	240	250,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1067	Metro Quadrado	P	1.000	59.546,00
Descrição: RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				
Produto : Restauração de Estradas Vicinais				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1068	Metros Quadrados	P	250	95.276,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES				
Produto : Restauração de Estradas Vicinais				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2037	Metros Quadrados	A	1.000	932.878,00
Descrição: MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS				
Produto : Restauração de Estradas Vicinais				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 003 DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1017	Metros Quadrados	P	3.500	1.948.183,00
Descrição: PAVIMENTAçãO DE VIAS URBANAS				
Produto : Pavimentação de Vias				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1070	Metros Quadrados	P	2.800	1.221.990,00
Descrição: RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS				
Produto : Pavimentação de Vias				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2115	Metro Quadrado		2.000	300.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO - CINDEPAR				
Produto : Pavimentação de Vias				
Órgão : 07 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU				
Unidade : 004 DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE				
Função: 17 Saneamento				
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1080	Pessoas		10.000	95.273,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Órgão : 08 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0020 ADMINISTRAçãO DA SECRET.DE PLANEJAMENTO				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Planejamento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Secretaria de Planejamento.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2038	Outras Unidades e Medidas	A	60	1.381.681,00
Descrição: MANUTENçãO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 08 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 16 Habitação				
Sub-Função: 482 Habitação Urbana				
Programa : 0020 ADMINISTRAçãO DA SECRET.DE PLANEJAMENTO				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Planejamento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Secretaria de Planejamento.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	1.000		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1093	Pessoas		1.100	301.410,00
Descrição: ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 08 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 24 Comunicações				
Sub-Função: 126 Tecnologia da Informação				
Programa : 0032 CIDADES DIGITAIS				
Objetivo : Promover o Acesso dos Usuários aos Órgãos Públicos através da Internet.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Ofercer Serviços de Internet nos Órgãos Pùblicos.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	500	800,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1079	Outras Unidades e Medidas		15	71.457,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADES DIGITAIS				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS				
Unidade : 005 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL				
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social	Pessoas	170	150,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2137	Outras Unidades e Medidas		100	1.185.911,00
Descrição: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2138	Pessoas		100	22.748,00
Descrição: BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD-SUAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2139	Pessoas		100	161.496,00
Descrição: BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO				
Produto : Pensionistas Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2144	Pessoas		100	22.074,00
Descrição: FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)				
Produto : Pensionistas Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2146	Pessoas		100	12.000,00

Descrição: PRODCADSUAS - PROG. DE FORT. EMERG. DO ATEND. DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS
Unidade : 005 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social	Pessoas	170	150,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2140	Pessoas		100	1.012.547,63

Descrição: BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2141	Pessoas		100	633.136,04

Descrição: BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2142	Pessoas		100	317.800,00

Descrição: GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2143	Outras Unidades e Medidas		100	8.000,00

Descrição: EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2145	Pessoas		100	16.000,00

Descrição: PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
Produto : Adolescentes Atendidos
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 242 Assistência ao Portador de Deficiência
Programa : 0022 ATENDIMENTO AOS PORTAD. DE DEFICIêNCIAS
Objetivo : Dar atendimento aos Portadores de Deficiências atavés de recursos próprios e ou recebidos em transferências dos Governos Estadual e Federal.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Portadores de Deficiências.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pessoas Portadoras de Deficiências	Pessoas	28	155,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2044	Pessoas	A	155	29.773,00

Descrição: TRANSFERêNCIA A ENTIDADES-PORTADOR DE DEFICIêNCIA
Produto : Alunos Atendidos
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente
Programa : 0021 ATENDIMENTO A CRIANçA E AO ADOLESCENTE
Objetivo : Dar atendimento prioritário as Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social.
Gerente :
Público Alvo : Criança
Justificativa : Manter e Melhorar o atendimento a Criança e ao Adolescente.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Criança em Situação de Vulnerabilidade Social	Pessoas	600	550,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
5001	Pessoas	P	55	61.931,00

Descrição: EXECUÇÃO DO PROJETO CONVÊNIO FIA
Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6001	Pessoas	A	45	354.109,25

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROJETO CASA LAR
Produto : Crianças Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6003	Pessoas	A	45	45.255,00

Descrição: TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES - CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6004	Pessoas	A	45	280.278,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
6009	Pessoas	A	45	23.820,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Produto : Crianças Atendidas
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL				
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social	Pessoas	170	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1073	Metros Quadrados	P	60	244.139,00
Descrição: ADAPTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2049	Pessoas	A	10	47.638,00
Descrição: TRANSFERêNCIAS A ENTIDADES - COMUNITáRIAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 09 SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS				
Unidade : 006 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E S				
Função: 11 Trabalho				
Sub-Função: 333 Empregabilidade				
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL				
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2051	Pessoas	A	30	136.007,00
Descrição: MANUTENçãO DO SINE				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pacientes do SUS	Pessoas	15.500	17.000,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2052	Outras Unidades e Medidas	A	100	1.362.751,00
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAúDE				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1096	Pessoas		200	59.547,00
Descrição: ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19				
Produto : Pacientes Atendidos				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 301 Atenção Básica				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pacientes do SUS	Pessoas	1.500	17.000,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1026	Metros Quadrados	P	110	219.091,00
Descrição: CONSTRUçãO E OU AMPLIAçãO DE POSTOS DE SAúDE				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1027	Unidade	P	40	777.663,93
Descrição: REEQUIPAR POSTOS DE SAúDE				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1035	Unidade	P	1	1.089.661,32
Descrição: AQUSIÇÃO DE UM VEÍCULO PASSAGEIROS				
Produto : Veículos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1039	Unidade	P	35	297.728,00
Descrição: EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1065	Pessoas	P	4.000	895.019,00
Descrição: ESTRUTURAÇÃO DA REDE SE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**

2053	Pessoas	A	4.300	17.321.726,12
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2054	Pessoas	A	2.300	383.624,00
Descrição: MANUTENçãO DE ATENDIMENTO ODONTOLóGICO				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2058	Pessoas	A	3.200	4.646.290,00
Descrição: MANUTENçãO DE CONVêNIO DO CONSóRCIO INTERMUNICIPAL DE SAúDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2059	Pessoas	A	4.000	3.107.049,00
Descrição: PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2093	Pessoas	A	4.300	671.901,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2096	Pessoas	A	4.000	1.711.660,00
Descrição: PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2097	Pessoas	A	4.300	86.941,00
Descrição: PROGRAMA GESTÃO DO SUS				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2105	Pessoas	A	4.300	472.799,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃE PARANAENSE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2114	Pessoas		4.500	400.000,00
Descrição: MANUTENçãO DE CONVêNIO DO CONSóRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2147	Pessoas		4.300	196.640,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - IOF				
Produto : Pacientes Atendidos				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências				
Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pacientes do SUS	Pessoas	15.500	17.000,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1028	Unidade	P	30	280.945,89
Descrição: REEQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2057	Pessoas	A	15.000	10.064.198,59
Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2099	Pessoas	A	1.500	3.724.266,00
Descrição: CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA MANUTENÇÃO DO CIUNEP - SAMU				
Produto : Pacientes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1088	Metros Quadrados		115	119.091,00
Descrição: AMPLIAR E MODERNIZAR O HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária				
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE				
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências				
Estadual e Federal.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pontos de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Unidade	180	200,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2056	Pessoas	A	300	743.532,93
Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA SANITáRIA				
Produto : Pacientes Atendidos				
Órgão : 10 SECRETARIA DE SAÚDE-SESA				
Unidade : 007 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				

Função: 10 Saúde
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica
Programa : 0025 SISTEMA úNICO DE SAúDE
Objetivo : Operacionar e Executar a Atenção Básica no Município, envolvendo os recursos próprios e as transferências Estadual e Federal.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção do Sistema Único de Saúde.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pontos de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Unidade	20	250,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2055	Pessoas	A	300	2.178.146,39

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA
Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2117	Pessoas		300	75.669,00

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGIASUS
Produto : Pacientes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2118	Pessoas		300	65.436,97

Descrição: MANUTENçãO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - APSUS
Produto : Pacientes Atendidos
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2095	Outras Unidades e Medidas	A	195	249.974,00

Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ESPORTES
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS
Função: 23 Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 Turismo
Programa : 0030 TURISMO
Objetivo : Desenvolver Atividades voltadas para o Crescimento e Fortalecimento do Turismo no Município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Fomentar o Turismo Local.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Frequência de Pessoas em Eventos Culturais	Outras Uni	180	200,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2107	Pessoas		100	44.065,00

Descrição: CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2119	Pessoas		200	47.639,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS
Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Participantes em Atividades Desportivas	Outras Uni	650	850,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1075	Metros Quadrados	P	220	363.337,00

Descrição: EXPANSÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER
Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2026	Pessoas	A	850	1.057.188,00

Descrição: MANUTENçãO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS
Produto : Adolescentes Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1089	Metros Quadrados		120	71.456,00

Descrição: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESPORTIVA COBERTA
Produto : Edificação Construída
Órgão : 11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-SEEL
Unidade : 001 SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS

Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 813 Lazer
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Participantes em Atividades Desportivas	Outras Uni	650	850,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2065	Pessoas	A	100	35.729,00

Descrição: TRANSFERêNCIAS A ENTIDADES DESPORTIVAS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2077	Pessoas	A	100	17.865,00

Descrição: TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2104	Pessoas	A	150	108.625,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 13 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORP
Unidade : 001 FUNREBOM-ADMINISTRAÇÃO
Função: 15 Urbanismo
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
Programa : 0002 ADMINISTRAçãO GERAL DO MUNICíPIO
Objetivo : Manter o pleno funcionamento dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal, objetivando o atendimento da população e a realização das atividades principais do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manter com regular funcionamento a coordenação e a supervisão geral da administração do Município.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Ocorrências Atendidas	Outras Uni	400	500,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2063	Pessoas	A	500	393.246,00

Descrição: IMPLANTAçãO, EQUIPAMENTO E MANUTENçãO DO FUNREBOM
Produto : Contribuintes Atendidos
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso
Programa : 0023 ATENDIMENTO AO IDOSO
Objetivo : Dar atendimento prioritário aos Idosos através de recursos próprios e ou transferências dos Governos Estadual e Federal.
Gerente :
Público Alvo : Idoso
Justificativa : Melhoria dos Serviços Públicos ofertados aos Idosos.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Idosos Assistidos	Pessoas	30	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1023	Metros Quadrados	P	150	60.000,00

Descrição: CONSTRUçãO PRéDIO AO IDOSO
Produto : Obra Contruída/Ampliada

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2045	Pessoas	A	100	111.000,00

Descrição: TRANSFERêNCIAS A ENTIDADES - IDOSO
Produto : Idosos Atendidos
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
Unidade : 001 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Função: 08 Assistência Social
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2121	Outras Unidades e Medidas		150	1.180.902,00

Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA MULHER - SEMU
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1098	Outras Unidades e Medidas		150	50.000,00

Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DA MULHER
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALD
Função: 14 Direitos da Cidadania
Sub-Função: 422 Direitos Individuais, Coletivos Difusos
Programa : 0024 ASSISTêNCIA SOCIAL EM GERAL
Objetivo : Dar atendimento aos preceitos e objetivos discorridos no Plano Municipal de Assistência Social.
Gerente :

Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Assistência Social em geral.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	160,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2149	Outras Unidades e Medidas		160	110.000,00
Descrição: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2124	Outras Unidades e Medidas		150	494.307,00
Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1114	Outras Unidades e Medidas		150	31.500,00
Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI				
Unidade : 002 DIVISÃO DE SERVIÇOS				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Produtores Rurais Atendidos	Pessoas	135	170,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1101	Metros Quadrados		100	75.962,00
Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2125	Outras Unidades e Medidas		30	341.241,00
Descrição: MANUTENçãO DO PARQUE DE EXPOSIçõES				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2126	Outras Unidades e Medidas		60	405.120,00
Descrição: PROGRAMA DE INCENTIVO AO SETOR AGROPECUáRIO				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI				
Unidade : 002 DIVISÃO DE SERVIÇOS				
Função: 23 Comércio e Serviços				
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Feiras Agropecuárias	Unidade	1	1,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1102	Metros Quadrados		100	120.750,00
Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES PREFEITO DR. ASSIS PINHEIRO				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2127	Pessoas		150	682.500,00
Descrição: REALIZAçãO DE EXPOSIçõES E FEIRAS AGROPECUáRIAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 15 SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI				
Unidade : 003 DIVISÃO DA AGRICULTURA				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 608 Promoção da Produção Agropecuária				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	

Produtores Rurais Atendidos	Pessoas	135	170,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2128	Pessoas		150	528.122,00
Descrição: MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM O COMAFEN				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1103	Unidade		5	419.107,00
Descrição: INCENTIVO AO PEQUENO E MéDIO PRODUTOR RURAL				
Produto : Tratores				
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2129	Outras Unidades e Medidas		30	1.000.672,00
Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1115	Outras Unidades e Medidas		30	31.500,00
Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SUMA				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0013 ILUMINAçãO PúBLICA				
Objetivo : Manter, Modernizar e Expandir a Rede de Iluminação Pública para melhoria do atendimento a população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Rede de Iluminação Pública.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1104	Pessoas		400	2.370.776,50
Descrição: EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2131	Pessoas		400	2.294.134,04
Descrição: MANUTENçãO E EXPANSãO DA REDE DE ILUMINAçãO PúBLICA				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0014 URBANIZAçãO				
Objetivo : Manter os Serviços de Urbanização visando a melhoria do atendimento a população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter os Serviços de Urbanização.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Pontos de Conservação	Unidade	50	80,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1105	Metros Quadrados		300	245.416,00
Descrição: CONSTRUçãO DE PRAçAS, PARQUES E CALçADAS				
Produto : Obra Contruída/Ampliada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2132	Outras Unidades e Medidas		100	1.716.770,56
Descrição: MANUTENçãO DE PRAçAS, JARDINS E CANTEIROS				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0018 LIMPEZA URBANA				
Objetivo : Manter e Expandir os Serviços de Limpeza Urbana.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Lixo Coletado/ano	Metros Cúb	11.500	12.800,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1106	Unidade		1	178.500,00
Descrição: AQUISIçãO EQUIPAMENTO COLETOR DE LIXO				
Produto : Caminhões				

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
1107	Pessoas		12.800	93.502,00
Descrição: IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO COLETA SELETIVA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1108	Unidade		1	67.460,00
Descrição: MELHORIA DA LIMPEZA PÚBLICA URBANA				
Produto : Unidades Produzidas/Adquiridas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2133	Pessoas		12.800	4.644.887,41
Descrição: MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO				
Produto : Contribuintes Atendidos				

Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
Função: 17 Saneamento				
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano				
Programa : 0017 INFRAESTRUTURA, TRANSP. URBANOS E AéREO				
Objetivo : Executar e Organizar a Infraestrutura e os Transportes Urbanos e Aéreo.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manutenção da Infraestrutura e dos Transportes Urbanos e Aéreo.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Obras Atendidas e Referenciadas	Unidade	12	19,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1109	Metros Lineares		8.395	1.442.603,00
Descrição: CONSTRUçãO DE GALERIAS DE áGUAS PLUVIAIS				
Produto : Galerias de Águas Pluviais				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1110	Metros Quadrados		220	519.415,00
Descrição: CONSTRUIR ATERRO SANITáRIO				
Produto : Aterro Sanitário				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1111	Metros Quadrados		120	116.865,00
Descrição: CONSTRUçãO USINA DE RECICLAGEM DE LIXO				
Produto : Aterro Sanitário				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1112	Pessoas		10.000	93.492,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2134	Metros Lineares		150	1.438.735,87
Descrição: REPAROS E CONSERVAçãO DE GALERIAS PLUVIAIS				
Produto : Galerias de Águas Pluviais				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2135	Pessoas		1.200	424.964,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
Função: 18 Gestão Ambiental				
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental				
Programa : 0008 INCENTIVO A INDúSTRIA, COM.E AGRICULTURA				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno Funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	1	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2130	Outras Unidades e Medidas		30	24.675,00
Descrição: PROGRAMA FLORESTAS MUNICIPAIS				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 16 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				
Função: 18 Gestão Ambiental				
Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental				
Programa : 0012 ADM.DA SECR. DE SERV. URBANOS E MEIO AMB				
Objetivo : Manter as Atividades Gerais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Manter em pleno funcionamento as Atividades da Secretaria.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Inexistente	Outras Uni	1	0,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1113	Pessoas		120	93.492,00
Descrição: EXECUçãO CONVêNIO ICMS ECOLóGICO				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Órgão : 17 SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				

Programa : 0016 PROGRAMAS DE MORADIAS POPULARES				
Objetivo : Reduzir o Déficit Habitacional no Município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa :				
Construção de Unidades Habitacionais através da realização de Convênios.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	190,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1116	Outras Unidades e Medidas		120	47.250,00
Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2136	Outras Unidades e Medidas		120	707.910,00
Descrição: ADM. GERAL DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 17 SECRETARIA DE HABITAÇÃO-SEHAB				
Unidade : 002 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
Função: 16 Habitação				
Sub-Função: 482 Habitação Urbana				
Programa : 0016 PROGRAMAS DE MORADIAS POPULARES				
Objetivo : Reduzir o Déficit Habitacional no Município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa :				
Construção de Unidades Habitacionais através da realização de Convênios.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Déficit Habitacional	Unidade	200	40,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1117	Metros Quadrados		3.950	113.526,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CASAS POPULARES				
Produto : Terrenos/Lotes Adquiridos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1118	Pessoas		120	237.191,00
Descrição: CONSTRUÇÃO DE CASAS HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
Produto : Contribuintes Atendidos				
Órgão : 18 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECTUR				
Unidade : 001 SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS				
Função: 23 Comércio e Serviços				
Sub-Função: 695 Turismo				
Programa : 0030 TURISMO				
Objetivo : Desenvolver Atividades voltadas para o Crescimento e Fortalecimento do Turismo no Município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Fomentar o Turismo Local.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Habitante Atendido por mês	Pessoas	150	160,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2148	Outras Unidades e Medidas		160	609.460,00
Descrição: ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TURISMO-SETUR				
Produto : Apoio Administrativo				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1123	Outras Unidades e Medidas		160	31.540,00
Descrição: REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO-SETUR				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 18 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECTUR				
Unidade : 002 DIVISÃO DE CULTURA				
Função: 13 Cultura				
Sub-Função: 392 Difusão Cultural				
Programa : 0011 CULTURA E ESPORTES				
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Contínuo **Indicador**	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	
Frequência de Pessoas em Eventos Culturais	Outras Uni	180	185,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1124	Metros Quadrados		130	47.638,00
Descrição: REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
1125	Metros Quadrados		100	59.547,00
Descrição: REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CINE TEATRO GUANABARA				
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2152	Pessoas		30	259.031,00
Descrição: MANUTENçãO E REALIZAçõES CULTURAIS NO CINE TEATRO GUANABARA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**
2153	Pessoas		130	159.588,00
Descrição: MANUTENçãO DA BIBLIOTECA PúBLICA MUNICIPAL				
Produto : Alunos Atendidos				

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026
2154	Pessoas		30	92.301,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				
Produto : Alunos Atendidos				
		Total Geral :		**167.085.570,00**

Comentários
-

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

RENAN JANUARIO SCANACAPRA
Secretario de Fazenda

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:82F3FEDC

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°. 100/2026

LEI N°. 100/2026

Súmula – *Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º -
Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R$ 618.105,00 (seiscentos e dezoito mil, cento e cinco reais), destinado a inclusão de dotações orçamentárias para Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo - SECTUR, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

18.000	Secretaria de Cultura e Turismo-SECTUR	
18.002	Divisão de Cultura	
13.000.0000.0.000	Cultura	
13.392.0000.0.000	Divisão Cultural	
13.392.0011.0.000	Cultura e Esportes	
13.392.0011.2.152	Manutenção e Realizações Culturais no Cine Teatro Guanabara	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.00	Contrato por Tempo Determinado	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	89.319,00
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	4.764,00
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.91.13.00.00	Obrigações Patronais	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	12.506,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	4.764,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	29.773,00
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	7.146,00
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	5.955,00
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	11.910,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	59.546,00
3.3.90.40.00.00	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.5.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	11.910,00
13.392.0011.2.153	Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	

3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.00	Contrato por Tempo Determinado	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	65.501,00
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	1.191,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.91.13.00.00	Obrigações Patronais	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	8.337,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	4.764,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	17.864,00
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	7.146,00
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	1.191,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	23.819,00
3.3.90.40.00.00	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.5.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	9.528,00
13.392.0011.2.154	Manutenção das Atividades Culturais	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.04.00.00	Contrato por Tempo Determinado	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	11.910,00
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	1.191,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	1.191,00
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.1.91.13.00.00	Obrigações Patronais	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	1.787,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	1.191,00
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	4.764,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	17.864,00
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	7.146,00
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	3.573,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	23.819,00
3.3.90.40.00.00	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	2.382,00
13.392.0011.1.124	Reforma da Biblioteca Pública José de Anchieta	
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.5.90.51.00.00	Obras e Instalações	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	35.728,00
4.5.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	11.910,00
13.392.0011.1.125	Reforma, Ampliação e Readequação do Cine Teatro Guanabara	
4.0.00.00.00.00	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
4.5.90.51.00.00	Obras e Instalações	

Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	47.637,00
4.5.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	11.910,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	618.105,00

Artigo 2º -
A cobertura do crédito adicional ESPECIAL autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante o cancelamento de dotações do orçamento vigente.

a)	**RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA**	
03.000	Secretaria de Finanças e Administração -SEFA	
03.001	Secretaria e Dependências	
04.000.0000.0.000	Administração	
04.122.0000.0.000	Administração Geral	
04.122.0002.0.000	Administração Geral do Município	
04.122.0002.2.004	Manutenção e Modernização das Atividades de Assessoramento Administrativo e Finanças	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes do Orçamento	
3.3.91.97.00.00	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	
Fonte 01000	Recursos Ordinários Livres - Exercício Corrente	618.105,00
	TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO	618.105,00

Artigo 3º - Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2026 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO DA SECRETARIA NO PPA	**Secretaria de Cultura e Turismo - SECTUR**
OBJETIVOS -	Manter as Atividades da Secretaria de Cultura e Turismo.
METAS 2026	Melhorar a Qualidade dos Serviços Ofertados a População.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:1FE0F181

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 98-2026 - ALTERAÇÃO PPA 2026 A 2029 - LEI E ANEXOS

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
CNPJ/MF Nº 76.972.074/0001-51
LEI N° 98/2026

SÚMULA: Dispõe sobre alteração no PPA - Plano Plurianual do Município de Loanda, para o quadriênio 2026 a 2029 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1º Fica alterado o Plano Plurianual do Município de Loanda, para o quadriênio 2026 a 2029, objeto da Lei nº 080/2025 de 07/10/2025, representado nas Ações que compõe o demonstrativo PPA – Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo, em decorrência da criação e instituição da Secretaria de Cultura e Turismo – SECTUR.
Artigo 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Loanda-PR, em 15 (quinze) dia do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA								
Estado do Paraná								
Exercício: 2026 a 2029								
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO								
Órgão : 18 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECTUR								
Unidade : 002 DIVISÃO DE CULTURA								
Programa : 13.392.0011 CULTURA E ESPORTES								
Objetivo : Manter as Atividades Culturais e Desportivas no Município dirigidas a comunidade em geral com a participação e realização de jogos oficiais.								
Gerente :								
Público Alvo : População em Geral								
Justificativa : Desenvolvimento das Atividades Culturais e Desportivas.								
Problema :								
Causa :								
Externalidade :								
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**				
Contínuo				Finalístico				
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
Frequência de Pessoas em Eventos Culturais		Outras Uni	180	185	190	195	200	200

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1124	Metros Quadrados	P	130	47.638,00	140	51.449,04	145	56.079,45	150	61.686,70	565	216.853,19
Descrição: REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA JOSÉ DE ANCHIETA												
Produto : Edificação Construída												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
4.4.90.51.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	35.728,00	38.586,24	42.059,00	46.264,20	162.637,44
4.4.90.52.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	11.910,00	12.862,80	14.020,45	15.422,50	54.215,75
		Total:	**47.638,00**	**51.449,04**	**56.079,45**	**61.686,70**	**216.853,19**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1125	Metros Quadrados	P	100	59.547,00	110	64.310,76	120	70.098,73	150	77.108,61	480	271.065,10
Descrição: REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CINE TEATRO GUANABARA												
Produto : Escola Construída/Ampliada ou Reformada												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
4.4.90.51.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	47.637,00	51.447,96	56.078,28	61.686,11	216.849,35
4.4.90.52.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	11.910,00	12.862,80	14.020,45	15.422,50	54.215,75
		Total:	**59.547,00**	**64.310,76**	**70.098,73**	**77.108,61**	**271.065,10**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2152	Pessoas	A	30	259.031,00	40	279.753,48	50	304.931,31	60	335.424,45	180	1.179.140,24
Descrição: MANUTENçãO E REALIZAçõES CULTURAIS NO CINE TEATRO GUANABARA												
Produto : Pessoas Atendidas												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.04.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.1.90.11.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	89.319,00	96.464,52	105.146,33	115.660,96	406.590,81
3.1.90.13.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,50	10.843,15
3.1.90.16.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	4.764,00	5.145,12	5.608,18	6.169,00	21.686,30
3.1.90.94.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.1.91.13.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	12.506,00	13.506,48	14.722,06	16.194,27	56.928,81
3.3.90.08.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.3.90.14.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	4.764,00	5.145,12	5.608,18	6.169,00	21.686,30
3.3.90.30.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	29.773,00	32.154,84	35.048,78	38.553,66	135.530,28
3.3.90.31.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	7.146,00	7.717,68	8.412,27	9.253,50	32.529,45
3.3.90.32.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	5.955,00	6.431,40	7.010,23	7.711,25	27.107,88
3.3.90.33.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.3.90.36.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	11.910,00	12.862,80	14.020,45	15.422,50	54.215,75
3.3.90.39.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	59.546,00	64.309,68	70.097,55	77.107,31	271.060,54
3.3.90.40.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,50	10.843,15
3.3.90.93.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,50	10.843,15
4.4.90.52.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	11.910,00	12.862,80	14.020,45	15.422,50	54.215,75
		Total:	**259.031,00**	**279.753,48**	**304.931,31**	**335.424,45**	**1.179.140,24**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2153	Pessoas	A	130	159.588,00	140	172.355,04	150	187.866,94	160	206.653,55	580	726.463,53
Descrição: MANUTENçãO DA BIBLIOTECA PúBLICA MUNICIPAL												

Produto : Alunos Atendidos							
Nat. Despesa	**Fonte Recurso**	**Descrição**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
3.1.90.04.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,13	4.626,74	16.264,71
3.1.90.11.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	65.501,00	70.741,08	77.107,77	84.818,54	298.168,39
3.1.90.13.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	1.191,00	1.286,28	1.402,04	1.542,24	5.421,56
3.1.90.16.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,13	4.626,74	16.264,71
3.1.90.94.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,13	4.626,74	16.264,71
3.1.91.13.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	8.337,00	9.003,96	9.814,31	10.795,74	37.951,01
3.3.90.08.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,49	10.843,14
3.3.90.14.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	4.764,00	5.145,12	5.608,18	6.168,99	21.686,29
3.3.90.30.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	17.864,00	19.293,12	21.029,50	23.132,45	81.319,07
3.3.90.32.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	7.146,00	7.717,68	8.412,27	9.253,49	32.529,44
3.3.90.33.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	1.191,00	1.286,28	1.402,04	1.542,24	5.421,56
3.3.90.36.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,49	10.843,14
3.3.90.39.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	23.819,00	25.724,52	28.039,72	30.843,69	108.426,93
3.3.90.40.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,49	10.843,14
3.3.90.93.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,49	10.843,14
4.4.90.52.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	9.528,00	10.290,24	11.216,36	12.337,99	43.372,59
		Total:	**159.588,00**	**172.355,04**	**187.866,94**	**206.653,55**	**726.463,53**

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2154	Pessoas	A	30	92.301,00	40	99.682,08	50	108.656,77	60	119.522,46	180	420.162,31
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS												
Produto : Alunos Atendidos												

Nat. Despesa	Fonte Recurso	Descrição	2026	2027	2028	2029	TOTAL
3.1.90.04.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.1.90.11.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	11.910,00	12.862,80	14.020,45	15.422,50	54.215,75
3.1.90.13.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	1.191,00	1.286,28	1.402,05	1.542,26	5.421,59
3.1.90.16.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	1.191,00	1.286,28	1.402,05	1.542,26	5.421,59
3.1.90.94.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.1.91.13.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	1.787,00	1.929,96	2.103,66	2.314,03	8.134,65
3.3.90.08.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	1.191,00	1.286,28	1.402,05	1.542,26	5.421,59
3.3.90.14.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	4.764,00	5.145,12	5.608,18	6.169,00	21.686,30
3.3.90.30.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	17.864,00	19.293,12	21.029,50	23.132,45	81.319,07
3.3.90.31.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	7.146,00	7.717,68	8.412,27	9.253,50	32.529,45

3.3.90.32.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.3.90.33.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,50	10.843,15
3.3.90.36.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	3.573,00	3.858,84	4.206,14	4.626,75	16.264,73
3.3.90.39.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	23.819,00	25.721,52	28.039,73	30.843,70	108.423,95
3.3.90.40.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,50	10.843,15
3.3.90.93.00.00	1000	RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EX	2.382,00	2.572,56	2.804,09	3.084,50	10.843,15
		Total:	**92.301,00**	**99.682,08**	**108.656,77**	**119.522,46**	**420.162,31**
Total do Programa	**por Fonte de**	**Recurso (Dados Financeiros em R$)** - 6466	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
1000 RECURSOS ORDINáRIOS (LIVRES) - EXERCíCIO CORRENTE			618.105,00	667.550,40	727.633,20	800.395,77	2.813.684,37
Total:			**618.105,00**	**667.550,40**	**727.633,20**	**800.395,77**	**2.813.684,37**
Total Geral :			**618.105,00**	**667.550,40**	**727.633,20**	**800.395,77**	**2.813.684,37**

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

RENAN JANUARIO SCANACAPRA
Secretario de Fazenda

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:07113D06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 186/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 186/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidora pública municipal abaixo elencada, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
94503 LUIZA FLAVIA FERREIRA	01/02/2013	AUXILAIR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	16/09/2026	À	05/10/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:A0C77D4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 186/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 186/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidora pública municipal abaixo elencada, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
94503 LUIZA FLAVIA FERREIRA	01/02/2013	AUXILAIR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	16/09/2026	À	05/10/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (15/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:F6637D17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DL 23-2026 - VACINA ANTIRRÁBICA

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**DISPENSA DE LICITAÇÃO** **Nr.:** 23/2026 **Processo:** 91/2026 **Data do Processo:** 26/08/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 91/2026
b) Licitação Nr.: 23/2026 - DE
c) Modalidade: Dispensa de eletrônica
d) Data Homologação: 15/09/2026
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA O PROGRAMA DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS – 5º CICLO CASTRAPET PARANÁ CONVÊNIO N.º 019/2025-IAT

Participante: FAROVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - CNPJ: 37.054.879/0001-64 - Enquadrado como MPE/EPP

Item	Cota	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	VACINA ANTIRRÁBICA INATIVADA PARA IMUNIZAÇÃO ATIVA DE CÃES E GATOS CONTRA RAIVA DOSE ÚNICA CONTENDO 1 ML, DEVE SER REGULAMENTADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Marca: DECHRA	500,000	FRA	9,80	4.900,00
Total do Participante: 4.900,00						

Total do Geral: 4.900,00

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	08.002.10.304.0007.2016.3.3.90.30.00	R$ 4.950,00

Mandirituba, 15 de Setembro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:98552E8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILENA
RGF - ANEXO I

CAMARA MUNICIPAL DE MARILENA		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2.026		
LRF, Art. 48 - Anexo VI	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	42.845.967,07	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.134.404,71	2,65
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <6,00%>	2.570.758,02	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	2.442.220,12	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	2.313.682,22	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	51.415.160,48	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.426.112,76	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	6.855.354,73	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	2.999.217,69	7,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE MARILENA, emitido em 15/set/2026 as 10h e 19m.		
NATALI APARECIDA DE ABREU GOMES	***WILLIAN FILOMENO RUMACHELA***	
CRC PR-066215/O	Presidente	

Publicado por:
Natali Aparecida de Abreu Gomes
Código Identificador:FA1972F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
EDITAL N.º 005/2026 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Presidente Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação das Inscrições** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após análise dos recursos administrativos interpostos em face do Deferimento das Inscrições, ficam **ALTERADOS** os **ANEXOS** integrantes do Edital n.º 004/2026, divulgado na data de 09 de setembro de 2026, passando a vigorar as disposições constantes dos **ANEXOS** deste edital.

• Os candidatos que interpuseram deferimento das inscrições poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que deverá ser realizada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Matinhos (PR), 15 de setembro de 2026

KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI
Presidente Previdenciária

ANEXO I DO EDITAL N.º 005/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (PcD)

	8781 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042836	ANGELA VITORIA SILVA DA LUZ	PcD - Pessoa com Deficiência
0042268	CRISTIANE TELES DE LUCA	PcD - Pessoa com Deficiência
0043025	DAVID SILVA ALVES LIMA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042455	ELIZANGELA CAVALCANTE DA LUZ	PcD - Pessoa com Deficiência
0042451	GABRIELA ALMEIDA SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042401	JENIFER NECKEL DE NOVAIS	PcD - Pessoa com Deficiência
0042663	JENUARIO ALVES MESQUITA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042969	LAURA CLAVIJO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
0043194	LEO MACHADO ALVES	PcD - Pessoa com Deficiência
0042367	LEONILTON JOSE DE MATOS JUNIOR	PcD - Pessoa com Deficiência
0042386	LUARA AKEMY TONON DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042356	LUCAS DA SILVA FERREIRA VIEIRA	PcD - Pessoa com Deficiência, Afrodescendente
0042184	LUIS FILIPE EIGLMEIER MARTINS	PcD - Pessoa com Deficiência
0042390	MANUELA LOPES MATIOLE ANTONIO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042791	MARCELO CESAR GOUVEA SILVANO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042742	MARIA FERNANDA FERREIRA MATSUBARA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042981	MARIS STELLA SILVA DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0043231	PIETRO MACHADO ALVES	PcD - Pessoa com Deficiência
0042545	RAQUEL KOHNLEIN RIBEIRO	PcD - Pessoa com Deficiência
0043244	RAUL FERNANDO CHAVES MONTIEL	PcD - Pessoa com Deficiência
0042161	SHEILA DOS SANTOS EIGLMEIER	PcD - Pessoa com Deficiência
0042520	VANESSA TOLEDO BITTENCOURT	PcD - Pessoa com Deficiência
0042449	VINICIUS DUCATTI FERRAZ	PcD - Pessoa com Deficiência
0042402	WELLITON CORDEIRO PIRES	PcD - Pessoa com Deficiência

	8782 - CONTADOR - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042735	GISELE DE SOUZA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042060	JOÃO VITOR BOLDO DO NASCIMENTO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042051	JOSE ANTONIO CIRILO DE ABREU JUNIOR	PcD - Pessoa com Deficiência, Afrodescendente
0042723	MARIA LUIZA LUPION ORTEGA	PcD - Pessoa com Deficiência

ANEXO II DO EDITAL N.º 005/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (AFRO)

	8781 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042698	ALYSSON MATOZO ALVES	Afrodescendente
0042156	AMANDA CRISTINA MELO DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0042670	ANA GABRIELLA OLIVEIRA DOS REIS	Afrodescendente
0042700	ANTONY VINICIOS NOGUEIRA	Afrodescendente
0042186	BIANCA DE SOUZA DANTAS	Afrodescendente
0042128	GIOVAN ANTONIO ANDRADE DE LIMA	Afrodescendente
0043169	GUILHERME PINHEIRO SALGADO	Afrodescendente
0043041	GUSTAVO HENRIQUE MACHADO COSTA	Afrodescendente
0042354	JOELISA CUNHA PINTO	Afrodescendente
0042410	JUCEMARA DE ASSUMPÇÃO OLIVEIRA	Afrodescendente
0042512	LAZARO PIRES DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0042550	LORENA PORTELLA	Afrodescendente
0042356	LUCAS DA SILVA FERREIRA VIEIRA	PcD - Pessoa com Deficiência, Afrodescendente
0042227	MARIA LAURA ALVES CARVALHO FONTOURA	Afrodescendente
0042514	ROSELI ROZENO DE SOUZA	Afrodescendente
0042065	VITORIA ROMAO DA SILVA	Afrodescendente
0043220	WAGNER ROBERTO KONCZYCKI	Afrodescendente
0042181	WESLEY MENDES DA SILVA	Afrodescendente

	8782 - CONTADOR - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042821	ARIANE CRISTINA DE ALMEIDA NOVAES THOMAZ	Afrodescendente
0042074	JEAN FELIPE DA SILVA TEIXEIRA	Afrodescendente
0042051	JOSE ANTONIO CIRILO DE ABREU JUNIOR	PcD - Pessoa com Deficiência, Afrodescendente
0042467	MARCIA JANAINA DE OLIVEIRA MORAIS	Afrodescendente
0042150	MARIA DAS GRACAS PINHEIRO DE SOUZA	Afrodescendente
0042217	NAYANE VIEIRA NUNES	Afrodescendente
0042308	ROSANA ARGOLO DE SOUZA	Afrodescendente
0042256	SELENE VANESSA CUNHA LOPES	Afrodescendente
0042458	SILMAX CORREIA BORGES	Afrodescendente

Afrodescendente

ANEXO III DO EDITAL N.º 005/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (CE)

	8781 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CONDIÇÃO**
0042459	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	LACTANTE
0043242	GUILHERME WASILEWSKI PEREIRA	TEMPO ADICIONAL PARA A PROVA
0043231	PIETRO MACHADO ALVES	SALA DE FÁCIL ACESSO
0042520	VANESSA TOLEDO BITTENCOURT	ACESSO A CADEIRA DE RODAS

		8782 - CONTADOR - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**		**CONDIÇÃO**
0042723	MARIA LUIZA LUPION ORTEGA		USO APARELHO AUDITIVO
0042723	MARIA LUIZA LUPION ORTEGA		SALA COM CAPACIDADE REDUZIDA
0042723	MARIA LUIZA LUPION ORTEGA		MESA PARA CANHOTO
0042256	SELENE VANESSA CUNHA LOPES		MESA PARA CANHOTO

ANEXO IV DO EDITAL N.º 005/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (AC)

8781 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - MATINHOS		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042265	ADELITA APARECIDA COSTA	Ampla Concorrência
0042066	ADIEIZI RODRIGUES VIEIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042607	ADONIRÃO MACAN	Ampla Concorrência
0043114	ADRIANA BARLATTI	Ampla Concorrência
0042032	ADRIANA SANTOS CARMO	Ampla Concorrência
0043196	ADRIANO PEREIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042317	AGATHA BEATRICE TEIXEIRA COSTA SILVA	Ampla Concorrência
0042337	AILTON AKIRA ALVES CORDEIRO	Ampla Concorrência
0042533	ALCIDES PERIN FILHO	Ampla Concorrência
0042252	ALESSANDRA MIRANDA PONTES	Ampla Concorrência
0042450	ALESSON WILLIAN RIBEIRO VIANA	Ampla Concorrência
0042647	ALEX NICO BITENCOURT MARAVIESKI	Ampla Concorrência
0042832	ALEXANDRE CARDOSO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043189	ALEXANDRE FERREIRA	Ampla Concorrência
0042628	ALÉXIA ALMINDO DA VEIGA	Ampla Concorrência
0042613	ALINE CARLA ANTUNES	Ampla Concorrência
0042967	ALINE GUSMÃO AMANCIO	Ampla Concorrência
0042313	ALINE JORDANA ALVES CYULYK	Ampla Concorrência
0042844	ALINE NARDES VENDMULLER	Ampla Concorrência
0042886	ALINE PONTES ANSBACH	Ampla Concorrência
0042194	ALIRES DOMENIQUE MOREIRA ROSA	Ampla Concorrência
0042869	ALLINE KRISTINA DA SILVA PETRECHEN	Ampla Concorrência
0042698	ALYSSON MATOZO ALVES	Afrodescendente
0042254	ALZIRA KELI CURUPANA	Ampla Concorrência
0042462	AMANDA COLOMBO DE FIGUEIREDO	Ampla Concorrência
0043079	AMANDA CRISTINA ISHIOKA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042156	AMANDA CRISTINA MELO DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0043024	AMANDA FERNANDES DE LIMA	Ampla Concorrência
0042593	AMANDA RAFAELLA MARTINS DE CASTRO	Ampla Concorrência
0042197	ANA CAROLINA MUCKE BARON	Ampla Concorrência
0043129	ANA CAROLINE SANTOS DE CASTRO	Ampla Concorrência

0042387	ANA CLAUDIA ALVES	Ampla Concorrência
0042289	ANA CLAUDIA LUIZ BARROS	Ampla Concorrência
0042670	ANA GABRIELLA OLIVEIRA DOS REIS	Afrodescendente
0042221	ANA LARISSA CAVALHEIRO DA SILVA CORREIA	Ampla Concorrência
0042284	ANA PAULA ALBINO FERREIRA	Ampla Concorrência
0042734	ANA PAULA GRIGORINI DA SILVA	Ampla Concorrência
0042230	ANA PAULA ZELLA LAGUNA	Ampla Concorrência
0042285	ANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042067	ANDERSON LUIZ CRUZ NOGUEIRA	Ampla Concorrência
0042590	ANDRE GARCIA	Ampla Concorrência
0042944	ANDRE LUIS FERREIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042776	ANDREA BARBOSA BARÃO	Ampla Concorrência
0043203	ANDRÉA DE FÁTIMA FELIX DA SILVA PAILO	Ampla Concorrência
0043149	ANDREI GABRIEL LUIZ DA COSTA	Ampla Concorrência
0042340	ANDREIA FERNANDA DE SOUZA MARTINS	Ampla Concorrência
0042510	ANDRÉIA LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042176	ANDREIA VALDANA	Ampla Concorrência
0042314	ANDRESSA ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência

0043081	ANDRESSA DE LIZ SCANDOLO	Ampla Concorrência
0042357	ANDRESSA DIAS BADALOTTI	Ampla Concorrência
0043077	ANDREY RENAN MAGRO	Ampla Concorrência
0042376	ANDREZA RIBEIRO PINTO	Ampla Concorrência
0042287	ANDRIELY KELLY MIYURI TAVARES DA SILVA MIKODA	Ampla Concorrência
0042319	ANGELA AVI	Ampla Concorrência
0042488	ANGELA DA SILVA DE LARA	Ampla Concorrência
0042445	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA CUNHA	Ampla Concorrência
0042160	ANGELA NONATO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042836	ANGELA VITORIA SILVA DA LUZ	PcD - Pessoa com Deficiência
0042206	ANITA MARIA STEFANES ESPIRITO SANTO	Ampla Concorrência
0042086	ANNI ELLEN RAMOS DE ANDRADE	Ampla Concorrência
0043068	ANTONIA JAIANE QUEIROZ DA SILVA	Ampla Concorrência
0042178	ANTONIO MARCOS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042292	ANTONIO ZIGOSKI NETO	Ampla Concorrência
0042541	ANTONNY GABRIEL LOPES GUIMARAES	Ampla Concorrência
0042700	ANTONY VINICIOS NOGUEIRA	Afrodescendente
0042500	ARIANE CAROLINA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042619	ARTHUR MARQUES PEREIRA	Ampla Concorrência
0042726	ARTHUR MARTINS BUENO	Ampla Concorrência
0043116	BEATRIS REGINA LASKOSKI	Ampla Concorrência
0042580	BEATRIZ SILVA MUNHOZ	Ampla Concorrência
0042246	BERENICE LOPES NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042478	BIANCA APARECIDA BONKA	Ampla Concorrência
0042186	BIANCA DE SOUZA DANTAS	Afrodescendente
0043148	BIANCA PACHECO TARDIVO	Ampla Concorrência
0043123	BIANCA SANTOS SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0042644	BRENDA SPRADA MOTA	Ampla Concorrência
0042713	BRENNO DONADELLI NABARRO FELIPE	Ampla Concorrência
0042358	BRENO HENRIQUE MORGES	Ampla Concorrência
0043180	BRUNA CAROLINY BIDA	Ampla Concorrência
0042964	BRUNA CORREA DO ESPIRITO SANTO	Ampla Concorrência
0043121	BRUNA GRENSOSKI	Ampla Concorrência
0042931	BRUNA ROSA	Ampla Concorrência
0042731	BRUNO CEZAR SOARES	Ampla Concorrência
0042460	BRUNO DE PAULA BATISTA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042856	BRUNO RICARDO VICTORIA POSSOBON	Ampla Concorrência
0042614	CAMILA DA ROSA BELARMINO	Ampla Concorrência
0042737	CAMILA FERREIRA DE ALCANTARA FIDELES	Ampla Concorrência
0042132	CAMILA SCHWONKA HERARTH	Ampla Concorrência
0042377	CAMILA THUR	Ampla Concorrência
0042078	CAMILE BEATRIS DE OLIVEIRA SANTOS	Ampla Concorrência
0042133	CAMILLA CARVALHO LUMERTZ	Ampla Concorrência
0042039	CAMILLA PEREIRA SALES	Ampla Concorrência
0042975	CARIN CRISTINA MACULAN BRANDINO DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0042489	CARINA TOME TABOR	Ampla Concorrência
0042798	CARLA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042211	CARLOS EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0042902	CARLOS EDUARDO RODRIGUES CALIXTON	Ampla Concorrência
0042882	CARLOS ROBERTO ALONSO	Ampla Concorrência
0042736	CARLOS ROBERTO CARLOTTO	Ampla Concorrência

0042780	CAROLINA ANTUNES DE OLIVEIRA SALON PINA	Ampla Concorrência
0042353	CAROLINA SILVA COLLEONE	Ampla Concorrência
0042637	CAROLINE EMANUELLE MARIE LACERDA BORGES DE MACEDO PINHEIRO	Ampla Concorrência
0042045	CAROLINE FRANCA SANTOS	Ampla Concorrência
0042873	CASSIANO AMAN DE ARAUJO	Ampla Concorrência
0042061	CAUÃ DE OLIVEIRA NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042188	CECILIA CAROLINE BUENO DA COSTA KNUTZ	Ampla Concorrência
0043040	CELINA TOLOTO ANTUNES DE SOUSA	Ampla Concorrência
0042754	CLAUDIANE PEREIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042908	CLAUDINEI PEREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042225	CLÁUDIO SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0043218	CRISLAINE REGINA MENDES PITANGUI	Ampla Concorrência
0042141	CRISTIANE NIEDERHEITMANN	Ampla Concorrência
0042268	CRISTIANE TELES DE LUCA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042517	CRISTIANE VERNIZE GODKE	Ampla Concorrência
0042835	CRISTIANO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042247	CRISTIANO STOEBERL STRUMINSKI	Ampla Concorrência

0042743	CRISTIELI ALVES PIOLI VEIGA	Ampla Concorrência
0043248	CRISTINA RAFFAELA LEMES	Ampla Concorrência
0043246	DAIANE ALVES DAMACENO	Ampla Concorrência
0042373	DAIANE CAROLINE LOPES SANTANA	Ampla Concorrência
0042038	DAIANE MIRANDA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042329	DAIANNE DAVANSO	Ampla Concorrência
0042372	DALGIRO ROQUE NONEMACHER JUNIOR	Ampla Concorrência
0043137	DANIEL ROLIM DE MOURA	Ampla Concorrência
0042085	DANIELE ANTONIA DE LIMA OLIVEIRA PEREIRA	Ampla Concorrência
0043067	DANIELE VAIS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042622	DANIELLE FUGITA CHERCHIGLIA	Ampla Concorrência
0042474	DANILO DA LUZ	Ampla Concorrência
0042345	DANILO SALLES VIEIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042172	DANYELLE APARECIDA BUCHINSKI	Ampla Concorrência
0043025	DAVID SILVA ALVES LIMA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042124	DAYANE RODRIGUES NAVARRO	Ampla Concorrência
0042891	DAYANE SILVA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0043032	DAYANE VITORIA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042270	DAYSE LANE BRANDÃO PEREIRA	Ampla Concorrência
0042123	DEBORA CORDEIRO BAUMANN	Ampla Concorrência
0042117	DÉBORA CRISTINA CZAPLINSKI	Ampla Concorrência
0042092	DEIVISON JOSE OLIVEIRA PEREIRA	Ampla Concorrência
0042674	DENISE CRISTIANE LIMA VARGAS	Ampla Concorrência
0042653	DERYC MORENO RODRIGUES VILAMEA	Ampla Concorrência
0043184	DHOMINIC INÁCIO JUSTEN	Ampla Concorrência
0042238	DIEGO GABRIEL PRADOS	Ampla Concorrência
0042848	DIEGO MARTINS DA SILVA	Ampla Concorrência
0042887	DIOVANA DOS SANTOS NOVAES	Ampla Concorrência
0042111	DISBY SCHUMACHER	Ampla Concorrência
0043250	DOUGLAS MENDES BOGUTE	Ampla Concorrência
0042838	DULCIANE BARBOSA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042052	DYOVANA THAINA BARBOSA ARSÃO	Ampla Concorrência
0042691	EDILENE DE FÁTIMA SANTOS STARKE	Ampla Concorrência
0042253	EDSON SCHWENDTNER PRACI	Ampla Concorrência

0042984	EDUARDO GABRIEL PIRES	Ampla Concorrência
0042183	EDUARDO GAVELETA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0042366	EDUARDO HENRIQUE SILVA SERAFIM	Ampla Concorrência
0042463	ELAINE CRISTINA BARBOSA	Ampla Concorrência
0042709	ELAINE CRISTINA CAMARGO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043107	ELAINE MARGARETI DE AMORIM	Ampla Concorrência
0043131	ELENAMAR PLATZ	Ampla Concorrência
0043179	ELENITA JAQUES CORREA	Ampla Concorrência
0043236	ELENIZE BAIL HONÓRIO	Ampla Concorrência
0043170	ELIAS SARRAFF JUNIOR	Ampla Concorrência
0042054	ELIDIANE CASTRO DE SOUSA	Ampla Concorrência
0042915	ELISA CABRAL MARTINS	Ampla Concorrência
0042854	ELISANE DA SILVA BENASSI	Ampla Concorrência
0042455	ELIZANGELA CAVALCANTE DA LUZ	PcD - Pessoa com Deficiência
0043099	ELIZE VARELA DE OLIVEIRA FIGUEIRA	Ampla Concorrência
0042369	ELIZEU GUILHERME FERREIRA	Ampla Concorrência
0042325	EMERSON RODRIGO FERREIRA	Ampla Concorrência
0043185	EVELISE GORETH CORREA OELKE	Ampla Concorrência
0042753	EVELLYN BAPTISTA DE GOES	Ampla Concorrência
0042485	FABIANO DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência
0042405	FABIELE VAZ PADILHA FERREIRA	Ampla Concorrência
0043204	FABIO AUGUSTO SANTANGELO DE SOUSA	Ampla Concorrência
0042047	FABIO NUNES	Ampla Concorrência
0043182	FABRICIO PERTEL	Ampla Concorrência
0043157	FAGNER MARQUES DOS SANTOS CORREA	Ampla Concorrência
0043241	FELIPE GABRIEL TROVO CUNHA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042997	FERNANDA CHARELLO ALVES	Ampla Concorrência
0043150	FERNANDO HENRIQUE KINDINGER	Ampla Concorrência
0042511	FLÁVIA EDUARDA AMORIM FREIRE	Ampla Concorrência
0042890	FLÁVIO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043001	FRANCIANE PAIVA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042672	FRANCIELE ARIANE DE ALMEIDA LEIRIA	Ampla Concorrência
0042991	FRANCIELI DE FÁTIMA FURMAN	Ampla Concorrência
0042459	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	Ampla Concorrência
0042811	FRANCISCO JOSÉ CABRINI	Ampla Concorrência
0043039	FRANKLIN CÂNDIDO RANGEL NETO	Ampla Concorrência
0042239	GABRIEL BRUKMULLER SANTOS	Ampla Concorrência
0042082	GABRIEL FILIPE CURVELLO CORDEIRO	Ampla Concorrência
0042860	GABRIEL HENRIQUE ALVES DUARTE	Ampla Concorrência
0042959	GABRIEL LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042566	GABRIEL SORNAT	Ampla Concorrência
0042451	GABRIELA ALMEIDA SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0043234	GABRIELA DA SILVA COSTA	Ampla Concorrência
0042479	GABRIELA FANINI DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042978	GABRIELLE DA SILVA VELLOSO	Ampla Concorrência
0042516	GABRIELLY CAMILE SILVA	Ampla Concorrência
0042263	GEANE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042620	GILMARA DO AMARAL PINHEIRO	Ampla Concorrência
0042920	GIÓRGIA HASSAN SAIF	Ampla Concorrência
0042128	GIOVAN ANTONIO ANDRADE DE LIMA	Afrodescendente
0042104	GIOVANA CAROLINA PEREIRA DA COSTA	Ampla Concorrência

0043145	GIOVANA HALUCH DE BASTOS	Ampla Concorrência

0042389	GIOVANA RODRIGUES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042383	GRACIELE BONITO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042950	GUILHERME ANDREOLI DO VALE	Ampla Concorrência
0042087	GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA SANTANA	Ampla Concorrência
0042876	GUILHERME LEIRIA VICENTE MACHADO	Ampla Concorrência
0043169	GUILHERME PINHEIRO SALGADO	Afrodescendente
0042378	GUILHERME SANTANA DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0043242	GUILHERME WASILEWSKI PEREIRA	Ampla Concorrência
0043041	GUSTAVO HENRIQUE MACHADO COSTA	Afrodescendente
0042404	GUSTAVO PAIVA MARTINS	Ampla Concorrência
0043186	GUSTAVO PERRONI TRAVAIN	Ampla Concorrência
0042712	GUSTAVO TEIXEIRA GLADE	Ampla Concorrência
0042979	HELENA DO CARMO ANGELO	Ampla Concorrência
0042084	HELENA ROSA DA SILVA DOELLE	Ampla Concorrência
0043018	HELLEN DAIANE DE LIMA PEREIRA	Ampla Concorrência
0042849	HELOÍSA CATHERINE RAMOS LINHARES	Ampla Concorrência
0043128	HELOISE CRISTINA LIMA MAGNO DA COSTA	Ampla Concorrência
0043132	HELOISE SOPHIA TELES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042472	HENRIQUE ALBERTO MENON	Ampla Concorrência
0043097	HENRIQUE PANASSOLLO STICA	Ampla Concorrência
0042461	IGOR DE OLIVEIRA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0043069	INES ALVES DIAS	Ampla Concorrência
0042331	INGRID FABÍOLA GUIMARÃES	Ampla Concorrência
0043214	INGRID LARISSA PERUSSI	Ampla Concorrência
0042492	INGRID MENDES GONÇALVES DE RAMOS	Ampla Concorrência
0043173	ISABELA FONSECA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042420	ISABELA POLOSCHI DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042606	ISABELE BASSO MEGUER	Ampla Concorrência
0043007	ISABELLE DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042346	ISABELLY ORLOVSKI GOUVEA	Ampla Concorrência
0042782	IZABELLY ANGELO DE FREITAS	Ampla Concorrência
0042539	JACQUES JEAN PHILIPPE LACERDA BORGES DE MACEDO PINHEIRO	Ampla Concorrência
0042264	JAINE BRAGA SOARES	Ampla Concorrência
0042633	JANAINA ARTIGAS LISBOA GENERO KINAL	Ampla Concorrência
0042797	JANAINA CARDOSO DA COSTA	Ampla Concorrência
0042281	JANAINA CRISTIANE RAMOS CAMATI	Ampla Concorrência
0042250	JAQUELINE CARNEIRO POLICARPO	Ampla Concorrência
0042401	JENIFER NECKEL DE NOVAIS	PcD - Pessoa com Deficiência
0042114	JENNIFER FERRAZ DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042875	JENNIFER NADYEGGE DA SILVA	Ampla Concorrência
0042149	JENNIFFER DA SILVA NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042883	JENNIFFER PRISCILA BONASSOLI LEAL	Ampla Concorrência
0042663	JENUARIO ALVES MESQUITA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042151	JESSICA APARECIDA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042878	JESSICA BOENO	Ampla Concorrência
0042131	JESSICA BUKAREWICZ VEIGA FREIXO	Ampla Concorrência
0042435	JÉSSICA DA SILVA PEREIRA	Ampla Concorrência
0042833	JESSICA DE MELO SEIBERT	Ampla Concorrência
0042175	JÉSSICA FRITZ DA SILVA	Ampla Concorrência
0043015	JESSICA PINHEIRO TEIXEIRA	Ampla Concorrência

0042437	JHONATA CONRAD DE CASTRO	Ampla Concorrência
0043047	JHONATTAN FABIO BORBA AGUIAR	Ampla Concorrência
0042195	JOÃO CESAR SOUZA	Ampla Concorrência
0042106	JOAO PAULO BAPTISTA	Ampla Concorrência
0043124	JOAO PAULO VIDAL	Ampla Concorrência
0042831	JOÃO PAULO VIEIRA	Ampla Concorrência
0042866	JOAO PEDRO ALVES FERREIRA	Ampla Concorrência
0043188	JOÃO VITOR DE ANDREA SILVA	Ampla Concorrência
0042396	JOCINEIA RIBEIRO MARTINS	Ampla Concorrência
0042354	JOELISA CUNHA PINTO	Afrodescendente
0042993	JOHNI MARQUES JUNIOR	Ampla Concorrência
0042801	JOICE RIBEIRO PRADO	Ampla Concorrência
0043073	JOSE AILTON DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0043226	JOSÉ GUSTAVO HARTMANN SANTO PINHEIRO	Ampla Concorrência
0043023	JOSÉ VICTOR DOS REIS KARPINSKI	Ampla Concorrência
0042077	JOSEANE ZUCCO	Ampla Concorrência
0042202	JOSELINA OLIVEIRA SANTANA	Ampla Concorrência
0042339	JOSIMARA DE OLIVEIRA PINTO	Ampla Concorrência
0043133	JOYCE ARAUJO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042410	JUCEMARA DE ASSUMPÇÃO OLIVEIRA	Afrodescendente
0042609	JÚLIA DO CARMO PEREIRA	Ampla Concorrência
0042592	JULIA GABRIELLA MARTINS DE CASTRO	Ampla Concorrência
0042604	JULIA GRAZIELE TODERO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042697	JÚLIA KRAMER DE LIMA	Ampla Concorrência
0043190	JÚLIA TONON	Ampla Concorrência
0042223	JULIANA FURTADO GONCALVES	Ampla Concorrência
0042864	JULIANA MARCANTE OZORIO	Ampla Concorrência
0042136	JULIANA MARIA FERNANDES NOGUEIRA	Ampla Concorrência
0042109	JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA CEZAR	Ampla Concorrência
0042446	JULIANA PRISCILA MATHOSO	Ampla Concorrência
0042484	JUSSIARA CAROLINE BARBOSA	Ampla Concorrência
0042947	KALYTA LARISSA DOS ANJOS DE ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência
0042058	KAMILE ANACLETO MESQUITA	Ampla Concorrência
0042347	KAMILLY VITÓRYA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042165	KAREN SUZANE DA SILVA	Ampla Concorrência
0043102	KARIN FABIANI MESQUITA NOVAKOSKI	Ampla Concorrência
0042573	KARINE ALBOIT DA VEIGA	Ampla Concorrência

0042220	KARINE CRISTINE DE ASSUNÇÃO PEREIRA	Ampla Concorrência
0043222	KARINE MILLENE MENDES DE LIMA	Ampla Concorrência
0042233	KAROLINE NATASHA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0042862	KAUÃ MIGUEL CORREIA DO CARMO	Ampla Concorrência
0042559	KAUAN LUCAS CHAMI	Ampla Concorrência
0042820	KAUANE ALVES DOS SANTOS FERNANDES	Ampla Concorrência
0042627	KAUANY ALMINDO DA VEIGA	Ampla Concorrência
0042827	KAUANY RAYSSA MONTANHOLI CARNEIRO	Ampla Concorrência
0042333	KELI ROBERTA LICHS	Ampla Concorrência
0042793	KELLI LIZANDRA LOURES DAS CHAGAS	Ampla Concorrência
0042091	KEMILY MARIA ALMEIDA	Ampla Concorrência
0043051	KETLIN TELEGINSKI DE JESUS	Ampla Concorrência
0042125	KIMBERLY NAVARRO FIGUEIREDO	Ampla Concorrência
0042336	KLAUS ANDREW JAKOBSEN PEDROSO	Ampla Concorrência

0042600	LANAYZA ELIAS RAMOS	Ampla Concorrência
0042142	LARA HELENA LUIZA ZAMBÃO	Ampla Concorrência
0042102	LARISSA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042802	LARISSA DOS SANTOS RIBEIRO	Ampla Concorrência
0042721	LARISSA EVELYN DE SOUZA COELHO	Ampla Concorrência
0043071	LARISSA LORRAINE COSTA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042969	LAURA CLAVIJO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042200	LAYLA CHAENNY DA SILVEIRA POLICARPO SILVA	Ampla Concorrência
0042512	LAZARO PIRES DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0042170	LEANDRO DE FREITAS LOPES	Ampla Concorrência
0042696	LEANDRO HENRIQUE KOTOVEI	Ampla Concorrência
0042245	LEANDRO JULIÃO ALVES	Ampla Concorrência
0042042	LEANDRO LUIZ MINAS	Ampla Concorrência
0042548	LEILAROSANEDA SILVEIRA	Ampla Concorrência
0043194	LEO MACHADO ALVES	PcD - Pessoa com Deficiência
0042966	LEONARDO DA SILVA MACHADO	Ampla Concorrência
0042841	LEONARDO GARRETT DO AMARAL	Ampla Concorrência
0043154	LEONARDO IANKOSKI SOUZA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042367	LEONILTON JOSE DE MATOS JUNIOR	PcD - Pessoa com Deficiência
0042799	LEONORA MARTINS PFEIFFER	Ampla Concorrência
0043013	LETÍCIA APARECIDA DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência
0042269	LETICIA BIANCHESSI DE ASSIS	Ampla Concorrência
0043176	LETICIA CORREA MIRANDA	Ampla Concorrência
0042272	LETICIA RAMONA RAMOS	Ampla Concorrência
0043022	LETICIA SORNAT	Ampla Concorrência
0042115	LETICIA TRINDADE PINHEIRO	Ampla Concorrência
0042428	LIDIA MARIA SANTANA	Ampla Concorrência
0042145	LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042926	LILIAN MAYER	Ampla Concorrência
0042851	LILIAN PAZ DUTRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042434	LISEMARY GODAR	Ampla Concorrência
0042465	LISIANNE DO ROSARIO CABRAL	Ampla Concorrência
0042531	LITICIA MARIA DE MORAIS ABRAHÃO DE LIMA	Ampla Concorrência
0043002	LOIDE ANTUNES DE LIMA	Ampla Concorrência
0042853	LORENA AUMANN	Ampla Concorrência
0043005	LORENA DE ALMEIDA ALVES	Ampla Concorrência
0042550	LORENA PORTELLA	Afrodescendente
0042758	LORRAINE SUAVE PEREIRA	Ampla Concorrência
0042872	LOUIS SÉRGEE KAPP DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042235	LOUISE CAMILA TEIXEIRA MORAES	Ampla Concorrência
0042807	LUANA ANTUNES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043027	LUANA APARECIDA BORGES BARROS	Ampla Concorrência
0042576	LUANA PEREIRA NASER	Ampla Concorrência
0042386	LUARA AKEMY TONON DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042196	LUCAS BIO MARTIN PRIETO	Ampla Concorrência
0042660	LUCAS CORDEIRO LEMOS	Ampla Concorrência
0042942	LUCAS DA COSTA SANTOS	Ampla Concorrência
0042356	LUCAS DA SILVA FERREIRA VIEIRA	PcD - Pessoa com Deficiência, Afrodescendente
0042790	LUCAS DOS SANTOS DAMA	Ampla Concorrência
0042641	LUCAS EDUARDO RAMOS TAVARES	Ampla Concorrência
0042412	LUCAS FERREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência

0043043	LUCAS GABRIEL FERNANDES ALVES	Ampla Concorrência
0043120	LUCAS ROBERTO DOS SANTOS RAMOS	Ampla Concorrência
0042248	LUCI EUGENIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042652	LUCIANA GUERRA PEREIRA	Ampla Concorrência
0043089	LUCIANA MONTEIRO DA SILVA NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042105	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	Ampla Concorrência
0042355	LUCIANO JOSÉ DE ANDRADE RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042659	LUCIANO PRESTES JUNIOR	Ampla Concorrência
0042307	LUDMILLA SANTANA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0042103	LUENI VANESSA VACELKOSKI	Ampla Concorrência
0042618	LUI LIMA CALMON	Ampla Concorrência
0042184	LUIS FILIPE EIGLMEIER MARTINS	PcD - Pessoa com Deficiência
0042974	LUIZ GUSTAVO FERRAZ	Ampla Concorrência
0042936	LUIZ GUSTAVO NUNES GONÇALVES	Ampla Concorrência
0042535	LUIZ MARCELO CARVALHO DO ROSARIO	Ampla Concorrência
0042259	LUIZ RICARDO CARDOSO	Ampla Concorrência
0042055	LUZIANNE MARQUES SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0042224	MAIARA DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência
0043232	MANOELA TAVARES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042390	MANUELA LOPES MATIOLE ANTONIO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042791	MARCELO CESAR GOUVEA SILVANO	PcD - Pessoa com Deficiência

0042948	MARCELO PEREIRA	Ampla Concorrência
0042053	MARCELO VITOR SILVA SIMPLICIO	Ampla Concorrência
0042741	MARCO ANTONIO AMARAL SILVEIRA	Ampla Concorrência
0042775	MARCOS ALEXANDRE ALVES SILVA	Ampla Concorrência
0042072	MARCOS ALVES SOARES	Ampla Concorrência
0043139	MARCOS CEZAR ALEXANDRE PIRES NETO	Ampla Concorrência
0042543	MARCOS DA ROSA GONDRAN	Ampla Concorrência
0043035	MARCUS VINÍCIUS ROCHA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043171	MARESSA BETÂNIA KUS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042760	MARIA EDUARDA BICHELS DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042586	MARIA EDUARDA DOS SANTOS MACHADO	Ampla Concorrência
0042756	MARIA ELIDA TRENTIN SANTOS	Ampla Concorrência
0042480	MARIA ELVIRA FERREIRA PINTO	Ampla Concorrência
0042930	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042742	MARIA FERNANDA FERREIRA MATSUBARA	PcD - Pessoa com Deficiência
0043247	MARIA LACHOVICZ	Ampla Concorrência
0042227	MARIA LAURA ALVES CARVALHO FONTOURA	Afrodescendente
0043147	MARIA LUIZA MASCHIO	Ampla Concorrência
0042433	MARIANA GUEDES SFALSIN SIRTOLI	Ampla Concorrência
0042469	MARILIZ DE ALCANTARA NEVES	Ampla Concorrência
0042795	MARINA DA SILVA CHAGAS	Ampla Concorrência
0042040	MARINA DAS GRACAS DE OLIVEIRA DE CAMPOS	Ampla Concorrência
0042155	MARINA DE FÁTIMA CHEMIN PETRY	Ampla Concorrência
0042493	MARINA STERNHEIM ZANELLO	Ampla Concorrência
0042278	MARIO JORGE LOPES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042069	MÁRIO ROBERTO LUPPI JUNIOR	Ampla Concorrência
0042981	MARIS STELLA SILVA DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0043162	MARLON HENRIQUE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042582	MATEUS DE SOUZA FERREIRA	Ampla Concorrência
0042063	MATHEUS AUGUSTO NASCIMENTO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042615	MATHEUS BENTO DA LUZ	Ampla Concorrência
0043042	MATHEUS CALDEIRA GROSSI BRETAS	Ampla Concorrência
0042792	MATHEUS HENRIQUE DE PAULA	Ampla Concorrência
0042929	MATHEUS MARCHESINI BÉGA	Ampla Concorrência
0043209	MATHEUS NUNES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042986	MATHEUS WAGNITZ DA SILVA	Ampla Concorrência
0043161	MAXWEL HENRIQUE PETERS DA SILVA	Ampla Concorrência
0042187	MAYARA CAROLINE DA LUZ FERREIRA	Ampla Concorrência
0042569	MAYARA DE SOUZA CHIQUETTO DE LIMA	Ampla Concorrência
0043078	MAYCON LIMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0043087	MERY DE FÁTIMA FARINHUKA	Ampla Concorrência
0042922	MICHEL MERIGE PORTO DA SILVA FILHO	Ampla Concorrência
0042395	MICHELE CRISTINA DE LIMA	Ampla Concorrência
0042439	MICHELE KARINE LIVI COELHO	Ampla Concorrência
0042277	MICHELE SUSANA LIMA DE ALMEIDA MIRANDA	Ampla Concorrência
0042939	MIGUEL ANGELO GONSALVES	Ampla Concorrência
0042584	MIGUEL ARCANJO PEREIRA CHAGAS JUNIOR	Ampla Concorrência
0043197	MIGUEL PEREIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042198	MILENA ANTUNES MARÇAL	Ampla Concorrência
0043239	MILENA POPENDA BORTOLETO	Ampla Concorrência
0043063	MOABI RODRIGUES DE FIGUEIREDO	Ampla Concorrência
0042581	MOISES CORRA NETO	Ampla Concorrência
0042491	MÔNICA BARBOSA SANTOS	Ampla Concorrência
0043136	MYLLENE CARLETTI DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043017	NADIA PAULA SOZO	Ampla Concorrência
0042030	NAIARA DO ROCIO LEITE	Ampla Concorrência
0042381	NALVA MONICA SUGUIEDA	Ampla Concorrência
0042205	NATALI SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência
0042169	NATÁLIA GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO	Ampla Concorrência
0043086	NATALIA KAUANE FERREIRA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042999	NATÁLIA MIRANDA BORBA	Ampla Concorrência
0042391	NATHALIA MORBACH	Ampla Concorrência
0042089	NATHALY BARROZO NEVES	Ampla Concorrência
0042080	NATHALY DANIELLY DO NASCIMENTO CORREA	Ampla Concorrência
0042973	NATHAN AMORIM DA SILVA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0042444	NATHAN MARTINELI NEVES	Ampla Concorrência
0042327	NATIELLY CRISTINA PADILHA	Ampla Concorrência
0042035	NAYARA DA SILVA MONTEIRO	Ampla Concorrência
0043056	NEIVA DOS REIS	Ampla Concorrência
0043080	NEUZA KOMACHEUSKI STASZKO	Ampla Concorrência
0042431	NICOLAS PIETRO DOS SANTOS POSSAMAI	Ampla Concorrência
0042050	NICOLE GODAR	Ampla Concorrência
0042988	NICOLE SOUZA DA SILVA	Ampla Concorrência
0043230	NICOLLE MENDES AZEVEDO	Ampla Concorrência
0042276	NICOLY AMORIM PURKOT	Ampla Concorrência
0042676	NICOLY SOUZA MIRANDA	Ampla Concorrência
0042215	NÍKOLLAS ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043054	NOEL CALIXTO JÚNIOR	Ampla Concorrência
0042994	OTAVIO AUGUSTO COSTA MARTINS ESTEVES	Ampla Concorrência
0042711	OZEAS LOPES MENDES	Ampla Concorrência
0042868	PABLO HENRIQUE BATISTA FERREIRA	Ampla Concorrência
0043045	PÂMELLA FERNANDA TEDESKI CRESPILHO	Ampla Concorrência
0042503	PAMELLA PRISCILA DO AMARAL ANTUNES	Ampla Concorrência
0042360	PATRÍCIA KELY CARRANO JONSON NUNES	Ampla Concorrência
0042772	PATRICIA KOKOGINSKI BARBOSA	Ampla Concorrência
0042992	PAULA HEVERLI TEIXEIRA PIRES MANTOVANI	Ampla Concorrência

0042850	PAULA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0043238	PAULO GABRIEL DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042906	PAULO ROBERTO ANASTACIO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042299	PEDRO ANTONIO SLABCOUSKI GARCIA	Ampla Concorrência
0042952	PEDRO HENRIQUE CANDIDO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042648	PEDRO KARVAT	Ampla Concorrência
0043231	PIETRO MACHADO ALVES	PcD - Pessoa com Deficiência
0042328	PRISCILLA DALLAZUANNA TRACZ	Ampla Concorrência
0042928	PYETRA MAYNARA HENEQUIM SANTOS	Ampla Concorrência
0042261	QUELY HENRIETTE MAKUFKA	Ampla Concorrência
0042823	RAFAEL DA SILVEIRA GOMES	Ampla Concorrência
0042174	RAFAEL FERNANDES DAL PRA	Ampla Concorrência
0042324	RAFAEL RICARDO	Ampla Concorrência
0042400	RAFAELA DA CRUZ NECKEL	Ampla Concorrência
0043036	RAFAELA DE OLIVEIRA SANTOS	Ampla Concorrência
0042429	RAFAELA DE PAULA MACIEL PINHEIRO	Ampla Concorrência
0042323	RAFAELA PEREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência
0042192	RAMILE ALVES NOGUEIRA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0042135	RAQUEL FIDELIS SILVERIO	Ampla Concorrência
0042545	RAQUEL KOHNLEIN RIBEIRO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042579	RAQUEL SILVA DA CUNHA	Ampla Concorrência
0042351	RAQUEL SIMONI SARTORI	Ampla Concorrência
0043244	RAUL FERNANDO CHAVES MONTIEL	PcD - Pessoa com Deficiência
0042237	RAYRA GABRIELLY RODRIGUES CARDOSO SERAFIM	Ampla Concorrência
0042108	REGINALDO RICARDO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043202	REINALDO OLIVEIRA HENING	Ampla Concorrência
0043240	REINALDO PEREIRA FERNANDES	Ampla Concorrência
0042363	RENATA VENANCIO BRANCO GONÇALVES	Ampla Concorrência
0042675	RENYERI JOYENE HESS	Ampla Concorrência
0042814	RHAUANY SILVA PEREIRA	Ampla Concorrência
0042858	RICARDO ARIEL MESQUITA DUARTE	Ampla Concorrência
0042845	RICARDO KRAVETZ MARTINS FERREIRA	Ampla Concorrência
0042168	ROBERTA CRISTINA SANTANA	Ampla Concorrência
0042911	ROBERTA DE OLIVEIRA D AMATO	Ampla Concorrência
0043048	ROBERTO SIMONI NETO	Ampla Concorrência
0042137	RODRIGO DA LUZ CORDEIRO	Ampla Concorrência
0043225	RONALDO PEREIRA CARMO	Ampla Concorrência
0042300	ROSANA ROCHA DA SILVA TOLEDO	Ampla Concorrência
0042310	ROSANE PENIDO	Ampla Concorrência
0042113	ROSANGELA CARDOSO RIBEIRO	Ampla Concorrência
0042514	ROSELI ROZENO DE SOUZA	Afrodescendente
0042094	ROSELI SAKAGUTI	Ampla Concorrência
0042144	ROSILAINE VINHARSKI	Ampla Concorrência
0042730	ROZAURA MARIA PINHEIRO LIMA	Ampla Concorrência
0043057	RUBIA COSTA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042349	RUBIA PINHEIRO REGO	Ampla Concorrência

0042275	SABRINA DE BONA FERREIRA	Ampla Concorrência
0042291	SABRINA DOS SANTOS FERNANDES	Ampla Concorrência
0042806	SABRINA SCZCEPANIAK	Ampla Concorrência
0042977	SALOMÃO JUSTEN VEIGA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043111	SAMUEL AUGUSTO MIRANDA PASSERO	Ampla Concorrência
0042595	SANDRA ROBERTA KERSTIKE ALVES	Ampla Concorrência
0042129	SELMA APARECIDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042088	SERGIO MACHADO FILHO	Ampla Concorrência
0042134	SERGIO RICARDO ARAUJO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042161	SHEILA DOS SANTOS EIGLMEIER	PcD - Pessoa com Deficiência
0042073	SHEILA DOS SANTOS LIRA	Ampla Concorrência
0042335	SHELLEY FRANCINI BREHMER	Ampla Concorrência
0043144	SHIMAHANENDRE RAFAEL LANOS JACOB MAESTRI	Ampla Concorrência
0043159	SILVIA ALVES SIMÕES	Ampla Concorrência
0042918	SILVIA MARIA CAVALCANTE DE LIMA	Ampla Concorrência
0042504	SILVIA MARIA PASCOA	Ampla Concorrência
0043010	SIMONE FERNANDES MIRANDA	Ampla Concorrência
0042260	SIMONE NUNES DO AMARAL	Ampla Concorrência
0042309	SIMONE RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042427	SOPHIA RICHTER	Ampla Concorrência
0042380	SORAYA GASONI DA SILVA	Ampla Concorrência
0042166	STEPHANY DE SOUZA SZYMANSKI RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042388	STEVEN ROBSON DE SOUZA	Ampla Concorrência
0043030	STHEFANY IZIDORO RODRIGUES	Ampla Concorrência
0043019	SUELI PAIM DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0043061	SUELLEN CRISTINE PEREIRA TRANCOSO	Ampla Concorrência
0043235	SUELLEN LUZ SANTOS CARVALHO	Ampla Concorrência
0042783	SUWELLY GONÇALVES SUASSUI PICH	Ampla Concorrência
0042426	SUZAMARA DREHER CORDEIRO	Ampla Concorrência
0043177	TAIS HELENA DE ASSIS	Ampla Concorrência
0042214	TALISSA DINIZ MOLINARI	Ampla Concorrência
0043228	TARCILA APARECIDA CAETANO	Ampla Concorrência
0042547	TATIANE MENDES LIMEIRA	Ampla Concorrência
0042397	THAÍS CORRÊA MARQUÊS	Ampla Concorrência
0042987	THAÍS EMANUELLE DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência
0042146	THAIS EVELIN VAGNER DE SOUZA	Ampla Concorrência
0043195	THAIS FERNANDA HOSSEL DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0043206	THAÍS NISHIMORI VALENTIM	Ampla Concorrência
0042990	THALITA DEGUES MULLER	Ampla Concorrência
0042097	THALYSSA DE LIMA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0043174	THAVINY VITÓRIA LEAL MARTINS	Ampla Concorrência

0042943	THAYNNA CRISTINE XAVIER	Ampla Concorrência
0043237	THIAGO COSTA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0042163	THIAGO TIBILLETTI	Ampla Concorrência
0042359	ULISSES ÁTILA ARRAIS E MOURA	Ampla Concorrência
0042322	VALDECIR DOS SANTOS DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0042411	VALERIA MOREIRA KRIEGER	Ampla Concorrência
0043004	VANESSA DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência
0042662	VANESSA FATIMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042989	VANESSA FÁVERO	Ampla Concorrência
0042520	VANESSA TOLEDO BITTENCOURT	PcD - Pessoa com Deficiência

0042147	VÂNIA GLACI MARQUES BARBOSA	Ampla Concorrência
0042267	VANUZA DE OLIVEIRA JOÃO	Ampla Concorrência
0042290	VERIDIANA ISABEL FONTANA KOENTOPP	Ampla Concorrência
0042972	VICENTE MARCELINO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0043233	VICTOR FRANCISCO DORPMULLER VIANA	Ampla Concorrência
0042096	VICTOR STOER BITTENCOURT	Ampla Concorrência
0043085	VICTÓRIA DEL GROSSI	Ampla Concorrência
0042449	VINICIUS DUCATTI FERRAZ	PcD - Pessoa com Deficiência
0042173	VITHORIA VIDAL DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0043008	VITOR HUGO ZILLI	Ampla Concorrência
0042398	VITÓRIA ALVES DA ROSA	Ampla Concorrência
0042945	VITORIA DE FREITAS MACHADO DA SILVA	Ampla Concorrência
0042065	VITORIA ROMAO DA SILVA	Afrodescendente
0043220	WAGNER ROBERTO KONCZYCKI	Afrodescendente
0042549	WALQUIRIA CRISTINA CORDEIRO MACEDO BRAVO	Ampla Concorrência
0042298	WANELLY LUANA DE MELO GOUVEIA	Ampla Concorrência
0042157	WELLINGTON ALVES DE CASTRO	Ampla Concorrência
0043187	WELLINGTON BORBA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042402	WELLITON CORDEIRO PIRES	PcD - Pessoa com Deficiência
0042181	WESLEY MENDES DA SILVA	Afrodescendente
0042406	WILSON CUNHA GONÇALVES	Ampla Concorrência
0042262	YARA CRISTINA HAMMES	Ampla Concorrência
0042468	YASMIN RODRIGUES MISSAGLIA SANTOS	Ampla Concorrência
0042162	YURI EIGLMEIER KAI	Ampla Concorrência
0042394	ZENO FLORO KUS	Ampla Concorrência

8782 - CONTADOR - MATINHOS		
INSCRIÇÃO	**NOME**	**MODALIDADE**
0042139	ADINAMAR SALEM BARBOSA LIMA	Ampla Concorrência
0042320	ADRIELI DA SILVA DIAS	Ampla Concorrência
0042112	ALANA DOS SANTOS MOURA	Ampla Concorrência
0042577	ALEX ROBERTO WOLF MIGUEL	Ampla Concorrência
0042271	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	Ampla Concorrência
0042127	ALEXARI LEAL	Ampla Concorrência
0042046	ALINE CAMARGO SOARES	Ampla Concorrência
0042634	AMANDA RIBEIRO BIANCO	Ampla Concorrência
0042120	ANA CRISTINA FERREIRA	Ampla Concorrência
0042110	ANDERSON JONAS PINHEIRO	Ampla Concorrência
0042294	ANDERSON NUNES DELFINO	Ampla Concorrência
0042490	ANDRE PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0042121	ANDRÉ RENOVATO TOBO	Ampla Concorrência
0043251	ANTONIO SERGIO MUNHOZ	Ampla Concorrência
0042417	AQUICELITON DO PRADO	Ampla Concorrência
0042821	ARIANE CRISTINA DE ALMEIDA NOVAES THOMAZ	Afrodescendente
0042960	BARBARA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043055	BEATRIZ RODRIGUES GONÇALVES CALIXTO	Ampla Concorrência
0042033	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	Ampla Concorrência
0042057	BRUNO HENRIQUE PEDRÃO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043143	BRUNO OTTE NETO	Ampla Concorrência
0042483	CAMILA LACHOVICZ RAMOS	Ampla Concorrência
0042208	CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA DE ANDRADE	Ampla Concorrência
0042508	CAROLINE BARBOSA DA SILVA	Ampla Concorrência
0043090	CAROLINE BRITTO GOES	Ampla Concorrência
0042216	CAROLINE CAZON	Ampla Concorrência
0042302	CELENIRA DE OLIVEIRA CABRAL	Ampla Concorrência
0042199	CLAUDIA OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0042416	CLEBER WILSON CERONATO	Ampla Concorrência
0042273	DANIELA BUBOLZ RETZLAFF	Ampla Concorrência
0042708	DEINELEE DOS SANTOS AOKE	Ampla Concorrência
0042048	DIERVAN HENRY MILANI	Ampla Concorrência
0042442	DIRLENE DUNAISKI	Ampla Concorrência
0043229	EDMAR B M DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042056	EDUARDO OLIVEIRA PINTO	Ampla Concorrência
0042099	EVANDRO FERREIRA VEIGA DA SILVA	Ampla Concorrência
0043146	EZEQUIEL DE CAMPOS JUNIOR	Ampla Concorrência
0042761	FABIANO ALVES RAMOS	Ampla Concorrência
0043249	FELIPE DA CONCEIÇÃO POMPEU	Ampla Concorrência
0042189	FELIPE MOREIRA FRANCISCO	Ampla Concorrência
0042318	FELIPE ROCHA DA CRUZ	Ampla Concorrência
0042666	FERNANDO VITOR VALIM	Ampla Concorrência
0042037	FLÁVIA ALESSANDRA LEODORO FERREIRA	Ampla Concorrência
0042755	GABRIEL VITOR CARVALHO	Ampla Concorrência
0042877	GABRIELLE KAROLINE SCHRODER	Ampla Concorrência
0042556	GESIEL ANDERSON RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042916	GILSON ALMIR CIDRAL	Ampla Concorrência
0043205	GISELE DE JESUS SANTOS FURMAN	Ampla Concorrência
0042735	GISELE DE SOUZA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência

0043191	GUILHERME DA SILVA VELLOSO	Ampla Concorrência
0042415	GUILHERME LEONARDO DA SILVA	Ampla Concorrência
0043026	GUILHERME VINICIUS FURLAN DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0042140	GUSTAVO BOCCHI MAIA WERSDOEFER	Ampla Concorrência
0042732	GUSTAVO MICHAEL PIRES SCHMIDT	Ampla Concorrência
0042064	GUSTAVO VANHONI SANTOS	Ampla Concorrência
0043115	HORRANY VICENTE LEITE	Ampla Concorrência
0042759	INELVES ELIAS KUS	Ampla Concorrência
0042296	ISABELA DO SOCORRO RAMALHO DEMÉTRIO	Ampla Concorrência
0042041	ISABELA TRIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042034	IZAIULA LECHECHEM	Ampla Concorrência
0043212	JANETE MARIA KULKA	Ampla Concorrência
0042074	JEAN FELIPE DA SILVA TEIXEIRA	Afrodescendente
0043108	JÉSSICA APARECIDA RAMOS	Ampla Concorrência
0042422	JÉSSICA CRISTINA DA SILVA GONÇALVES	Ampla Concorrência
0042778	JHONATAN SILVA DE ALBUQUERQUE	Ampla Concorrência
0042963	JOÃO FELIPE CAMPOS CUSTÓDIO	Ampla Concorrência
0042060	JOÃO VITOR BOLDO DO NASCIMENTO	PcD - Pessoa com Deficiência
0042229	JOHN CARLOS EMANOEL LESQUIEVICZ	Ampla Concorrência
0042330	JÔNATAS JUNIOR COELHO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042179	JOSE ALEX DA ROCHA	Ampla Concorrência
0042051	JOSE ANTONIO CIRILO DE ABREU JUNIOR	PcD - Pessoa com Deficiência, Afrodescendente
0042222	JOSE LEONARDO GROSSL	Ampla Concorrência
0042857	KARINE PATRICIA BINOTTO DE CASTRO	Ampla Concorrência
0042164	KAROLINE DE OLIVEIRA PEREIRA	Ampla Concorrência
0042107	KELEN CRISTINA LEITE RAMOS	Ampla Concorrência
0042825	KETLEN CAROLINE RAMOS DE MORAIS	Ampla Concorrência
0042076	LADY DAIANE DE MATTOS DE SOUZA	Ampla Concorrência
0043223	LAÍS CRISTINE FERREIRA PENNER	Ampla Concorrência
0042095	LAIS SILVA ROSSETI	Ampla Concorrência
0042167	LARICE DE OLIVEIRA DALAGO	Ampla Concorrência
0042365	LARISSA KOZAK	Ampla Concorrência
0043213	LEILA JULIANA MIKOS	Ampla Concorrência
0042629	LETICIA DE OLIVEIRA LEMES	Ampla Concorrência
0043167	LIDIANE ALBUQUERQUE FRAGOSO BARBOSA	Ampla Concorrência
0042036	LUIZ FELIPE FERNANDES DA SILVA	Ampla Concorrência
0042093	MARCEL JOSE MIRANDA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042621	MARCELLA LUIZA DALLA STELLA	Ampla Concorrência
0042379	MARCELO PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0043164	MARCIA DE ARRUDA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0042467	MARCIA JANAINA DE OLIVEIRA MORAIS	Afrodescendente
0042257	MARCOS ANTONIO MEDEIROS	Ampla Concorrência
0043152	MARIA CRISTINA IZIDRO SPAGNOLLO	Ampla Concorrência
0042150	MARIA DAS GRACAS PINHEIRO DE SOUZA	Afrodescendente
0042723	MARIA LUIZA LUPION ORTEGA	PcD - Pessoa com Deficiência
0042326	MARILENE CONCEIÇÃO D SILVA	Ampla Concorrência
0042185	MARILTON LUIZ RIGONI	Ampla Concorrência
0042209	MÁRIO RIBEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042062	MARLLON OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042457	MICHAEL BUSSOLA	Ampla Concorrência
0042101	MICHELLY ANDRESSA VERGENNES	Ampla Concorrência

0042043	MORGANA PEDROSO PEREIRA	Ampla Concorrência
0042544	NATALIA VIANA BANCZYNSKI	Ampla Concorrência
0042217	NAYANE VIEIRA NUNES	Afrodescendente
0042482	ODENIR GESSER	Ampla Concorrência
0043037	RAFAEL GONÇALVES VASSÃO	Ampla Concorrência
0042884	RAFAEL HONORATO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0042201	RAFAELA CRISTINA DA COSTA	Ampla Concorrência
0042689	RAFAELA SCREMIN ZACARIAS	Ampla Concorrência
0042870	RAPHAEL ALVES DE JESUS	Ampla Concorrência
0042956	ROBERVAL RIBEIRO HOMEM	Ampla Concorrência
0042316	ROBSON PIRES DA SILVA	Ampla Concorrência
0043165	ROGÉRIO PAOLINI	Ampla Concorrência
0042308	ROSANA ARGOLO DE SOUZA	Afrodescendente
0042452	ROZANA ALVES FERREIRA FRANÇA	Ampla Concorrência
0042090	SÁVIO LUCIANO DE OLIVEIRA MACHADO	Ampla Concorrência
0042256	SELENE VANESSA CUNHA LOPES	Afrodescendente
0042458	SILMAX CORREIA BORGES	Afrodescendente
0043201	TAMARA GONÇALVES FALCONI	Ampla Concorrência
0042148	TIAGO LIMA GERMANO	Ampla Concorrência
0042143	VALDIR LUCIANO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0042552	VALQUIRIA CABRAL RIBAS	Ampla Concorrência
0042079	VANDERSON PINHEIRO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0042538	VICTOR EMANUEL DE FREITAS PAIVA	Ampla Concorrência
0043172	VICTOR TOFANELLI DEMARQUI	Ampla Concorrência
0042153	WILLIAM DOS SANTOS QUINTO	Ampla Concorrência
0042098	ZÓZIMO HAMMERSCHMIDT	Ampla Concorrência

Ampla Concorrência

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:68776E08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - CONTRATO N° 050/2026

EXTRATO DE CONTRATO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATO N° 050/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: GOP ENGENHARIA LTDA-EPP

CNPJ Nº: 12.613.869/0001-90

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL OITO DE MAIO NO BAIRRO SERTÃOZINHO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DA PREFEITURA DE MATINHOS/PR.

ITEM	QTD	CÓDIGO IPM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	36648	serviços	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL OITO DE MAIO NO BAIRRO SERTÃOZINHO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DA PREFEITURA DE MATINHOS/PR.	R$13.994.500,00	R$13.994.500,00
TOTAL						R$13.994.500,00

VALOR TOTAL: R$13.994.500,00 (treze milhões e novecentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 09/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:0ECAE713

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº20/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Mato Rico/Pr, Edelir de Jesus Ribeiro da Silva no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº	20/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico
Data pregão	11/09/2026
Objeto	Aquisição de utensílios domésticos para as secretarias do Município de Mato Rico – PR.

Dotações Orçamentárias:
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
05.001.26.782.2601.2011 – Manutenção do Departamento de Transportes
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2017– Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO
10.001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.001.20.608.2001.2038 – Manutenção das Atividades Agropecuárias
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041 – Manutenção das Atividades de Proteção ao Meio Ambiente
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
08 - SECRETARIA DE SAÚDE

08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.08.245.0801.2031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2028 – Manutenção das Atividades de Esportes e Lazer
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2005 – Manutenção dos Serviços Administrativos
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
13 - SECRETARIA DA MULHER
13.001 – DEPARTAMENTO DE POLITICAS PARA AS MULHERES
13.001.14.422.1401.2050 – Manutenção das Políticas Públicas para as Mulheres
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

FORNECEDOR: GUIMARAES E SOARES LTDA ME – CNPJ: 17.330.681/0001-59

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
1	Chaleira Alumínio 7l, industrial	5 estrelas	UND	4	R$ 157,00	R$ 628,00
2	Cafeteira Elétrica Automática 5.5l Industrial, Inox 127v	progas	UND	2	R$ 997,65	R$ 1.995,30
3	Bandeja Retangular Inox, Com Alça	metalica	UND	3	R$ 89,75	R$ 269,25
4	Botijão Galão Térmico 5 Litros Com Torneira. Peso: 0,827 Kg. Dimensões: 254 X 290 X 285 Mm. Material: Isolamento Em Pu (Poliuretano) E Demais Peças Em Plástico Injetado.	unitermi	UND	10	R$ 97,45	R$ 974,50
6	Faca Para Pão Tradicional Com Lâmina Em Aço Inox E Cabo Em Madeira Natural 7".	dieo kitchen	UND	4	R$ 24,50	R$ 98,00
7	Tigela Em Plástico Polipropileno, Capacidade 750 Ml, Livre De Bpa, Formato Redondo E Fundo.	ameritextil	UND	4	R$ 14,50	R$ 58,00
8	Coador De Pano Grande; Tecido 100% Algodão (Alta Filtragem).	Atalaia	UND	10	R$ 11,95	R$ 119,50
9	Leiteira Grande 5 A 5,5 Litros. Material Principal: Alumínio Fundido Ou Polido De Alta Espessura (3 Mm A 4 Mm) Ou Plástico Resistente (Polietileno) Nos Modelos Tipo Galão/Bombona. Diâmetro Aproximado De 17 Cm A 20 Cm E Altura De 20 Cm A 29 Cm. Acompanha Tampa, Alça Lateral Ou Cabo Reforçado Em Baquelite Antitérmico.	5 estrelas	UND	3	R$ 107,45	R$ 322,35
10	Suporte Coador Para Filtro De Papel Em Plástico Polipropileno (Atóxico E Livre De Bpa), Compatível Com Filtros De Papel Tamanho 103.	Atalaia	UND	5	R$ 7,97	R$ 39,85
15	Pote Plástico 2 L. Material: Polipropileno. Formato: Redondo. Dimensões: 19 X 19,5 X 10 Cm.	mb	UND	2	R$ 19,95	R$ 39,90
16	Pote Plástico De 3,5 Litros E Tampa Com Travas.	rischioto	UND	5	R$ 22,78	R$ 113,90
17	Jogo De Potes Em Plástico, 5 Peças. Plástico Resistente (Polipropileno), Livre De Bpa E Atóxico, Empilháveis E Fáceis De Lavar; Podem Ir Ao Freezer, Micro-Ondas E Lava-Louças. Pote 1: Aprox. 800 Ml A 900 Ml; Pote 2: Aprox. 1,4 L A 1,9 L; Pote 3: Aprox. 2,3 L A 3,5 L; Pote 4: Aprox. 4 L A 5,6 L; Pote 5: Aprox. 7 L A 8 L.	Jaguar	UND	10	R$ 81,50	R$ 815,00
19	Fruteira Organizador De Cozinha 2 Andares Multiuso. Material: Metal Durável Com Acabamento Em Ferro. Dimensões: 39 X 28 X 18 Cm. Design Dupla Camada Para Maior Armazenamento. Suporte Removível, Ventilação Natural, Multiuso.	pratic	UND	2	R$ 104,74	R$ 209,48
20	Garrafa térmica: capacidade 1 l. Exterior de aço inoxidável e interior de vidro.	C&H	UND	5	R$ 80,00	R$ 400,00
21	Copo americano 190 ml	Nadir	UND	40	R$ 2,19	R$ 87,60
22	Escumadeira inox 34 cm.	Estrelas	UND	10	R$ 18,95	R$ 189,50
24	Jogo de lençol tamanho casal padrão. Tecido: 100% algodão percal 180 fios. 4 peças: 01 lençol com elástico 1,88 x 1,38 m (para colchões de até 30 cm); 01 lençol de cima 2,45 x 2,30 m; 02 fronhas 0,70 x 0,50 m.	Colori	UND	4	R$ 124,75	R$ 499,00
25	Bacia 20 litros em polipropileno, 44,9 c x 47,4 l x 18,8 a cm.	arqplast	UND	5	R$ 34,75	R$ 173,75
26	Assadeira em alumínio nº 24 redonda com furo ao meio.	5 estrelas	UND	5	R$ 39,86	R$ 199,30
27	Assadeira em alumínio resistente nº 24, aproximadamente 24 cm de diâmetro; capacidade de 2,1 l a 2,6 l nos modelos rasos/baixos, ou até mais em modelos com tubo/cone para pudim.	5 estrelas	UND	5	R$ 37,85	R$ 189,25
28	Assadeira alta 44 x 29 em alumínio quadrada nº 5.	5 estrelas	UND	5	R$ 72,45	R$ 362,25
29	Assadeira 33 x 22 x 5,5 cm em alumínio nº 3.	5 estrelas	UND	5	R$ 64,75	R$ 323,75
30	Jogo de prato fundo 6 peças, vidro temperado, transparente. Altura: 3,1 cm; diâmetro: 22,4 cm.	Nadir	UND	4	R$ 51,20	R$ 204,80
31	Jogo de xícaras de vidro com pires 90 ml – 12 v peças para café.	Nadir	UND	4	R$ 79,85	R$ 319,40
33	Chaleira inóx 3 litros. Medidas: 18,3 x 14,5 cm	Unitermi	UND	3	R$ 119,50	R$ 358,50
34	Bule 7 litros, confeccionado em alumínio reforçado de alta espessura e resistência, com cabo e puxador da tampa em material isolante térmico, como baquelite ou madeira. Compatível com uso direto em fogão. Altura aproximada de 28 a 35 cm e peso entre 900 g e 1,1 kg.	5 estrelas	UND	3	R$ 142,50	R$ 427,50
37	Tapete capacho antiderrapante para porta, em pvc (vinil) de alta resistência e qualidade, dimensões aproximadas 38 x 58 cm, superfície antiderrapante, fácil de limpar, resistente à umidade e ao desgaste, para áreas internas e externas.	cortelux	UND	5	R$ 71,50	R$ 357,50
39	Panela de pressão industrial fechamento externo 15 litros, alumínio. Capacidade 15 l; fechamento externo com 8 travas de segurança na tampa; válvulas de segurança para liberação da pressão; alguns modelos certificados pelo inmetro.	nigro	UND	4	R$ 598,50	R$ 2.394,00
40	Panela de pressão 7 litros, polida, fechamento externo, nacional, segura e resistente. Dimensões 37 x 34 x 21 cm; 2,74.	Amora	UND	4	R$ 219,45	R$ 877,80
41	Panela com tampa industrial 30 litros, tipo caçarola. Diâmetro 45 cm; altura 26 cm; volume 30 l; alumínio; espessura 1,5 mm; acompanha tampa; peso 3.112 g.	5 estrelas	UND	4	R$ 439,00	R$ 1.756,00
43	Chaleira grande de alumínio, capacidade 6 l, com tampa, cabo de madeira, não enferruja, durável e resistente. Chaleira nº 22; altura com tampa 19 cm; diâmetro boca 13,50 cm; diâmetro fundo 22 cm; espessura 1,40 mm.	5 estrelas	UND	3	R$ 164,20	R$ 492,60
44	Caixa organizadora com tampa 56 litros.material plástico. Dimensões: 33 x 40 x 50 cm. Peso aprox. 1 kg. Cor transparente	mb	UND	10	R$ 89,85	R$ 898,50
46	Tábua em polipropileno verde, para cortar legumes, formato retangular, 50 x 30 cm, uma extremidade em forma de alça, espessura mínima 1,5 cm.	Neron	UND	4	R$ 74,00	R$ 296,00
47	Tábua em polipropileno vermelha, para cortar carnes, formato retangular, 50 x 30 cm, uma extremidade em forma de alça, espessura mínima 1,5 cm.	Neron	UND	5	R$ 82,50	R$ 412,50
48	Tábua em polipropileno branca 50 x 30, com canaleta. Dimensões 50 x 30 x 1 cm; material polietileno; formato retangular.	Neron	UND	5	R$ 72,50	R$ 362,50
50	Caçarola panela grande industrial restaurante linha hotel profissional, alumínio, 7 l. Peso 1,93 kg; altura 13,5 cm; diâmetro 28 cm; base 28 cm; largura com alças 37 cm.	5 estrelas	UND	6	R$ 134,90	R$ 809,40
51	Caçarola panela grande industrial restaurante linha hotel profissional, alumínio nº 30 – 10 l.	5 estrelas	UND	6	R$ 199,50	R$ 1.197,00

	Capacidade 10 l; altura 14 cm; diâmetro da boca 30 cm; espessura 3,0 mm.					
52	Copo medidor 500 ml transparente, plástico. Altura 15,5 cm; largura 8,5 cm; profundidade 8,5 cm; peso bruto 0,036 kg.	mb	UND	6	R$ 15,50	R$ 93,00
53	Bule pequeno 05 litros, produto em 2 peças (bule e tampa), cabo em baquelite resistente à temperatura. Volume 5 l; medidas 31,8 cm (altura) x 13,2 cm (diâmetro).	5 estrelas	UND	5	R$ 118,60	R$ 593,00
54	Bule grande 08 litros, produto em 2 peças (bule e tampa), cabo em baquelite resistente à temperatura. Volume 8 l; medidas 29 cm (altura) x 21 cm (fundo).	Oriental	UND	5	R$ 197,50	R$ 987,50
55	Frigideira para cozinha industrial restaurante grande nº 26. Diâmetro 26 cm; altura 5 cm; espessura 1,7 mm; capacidade 2.200 ml.	dk	UND	4	R$ 94,20	R$ 376,80
56	Frigideira industrial extra grande 38 cm, linha gourmet, antiaderente. Material alumínio; diâmetro 38 cm; revestimento antiaderente; cabo em baquelite.	5 estrelas	UND	4	R$ 156,20	R$ 624,80
57	Cortador picador cabrita cavalete tripé industrial gourmet. Corpo e cabo em alumínio fundido; dentes em polietileno; pintura eletrostática; colunas tubo de aço 5/8; facas/corte aço inox 10 mm; fixação/pés em tubo de aço 5/8. Largura 36 cm; altura 109 cm; profundidade 44 cm; peso 3,2 kg.	Chiquim	UND	4	R$ 249,50	R$ 998,00
58	Canecão fervedor. Diâmetro aprox. 20 cm; capacidade 5,5 l; cabo em baquelite resistente ao calor.	5 estrelas	UND	5	R$ 82,30	R$ 411,50
60	Canecão fervedor 3,2 litros, fabricado em alumínio resistente de 2 mm para melhor distribuição de calor; cabo em baquelite resistente ao calor.	5 estrelas	UND	5	R$ 78,20	R$ 391,00
61	Garrafa térmica 05 litros. Capacidade 5 l; material aço inoxidável; sistema de abertura da tampa: válvula.	termolar	UND	6	R$ 120,00	R$ 720,00
63	Ralador de alimentos em aço inox, 04 faces, quatro opções de corte, lâmina e cabo em aço inox. Altura 21 cm.	KH	UND	5	R$ 29,00	R$ 145,00
64	Descascador e boleador de legumes. Material poliestireno de alta qualidade e aço inox. Dimensões 18 x 5 x 2 cm; peso 100 g.	sm+	UND	5	R$ 22,60	R$ 113,00
67	Concha grande inox profissional. Altura 50 cm; comprimento 50 cm; largura 10,5 cm; material metal cromado; peso 169 g.	6 estrelas	UND	5	R$ 39,85	R$ 199,25
68	Faca de carne nº 8, cabo de plástico. Lâmina em aço inoxidável; cabo em polipropileno; borda da lâmina fio de linhaça; dimensões 32,7 x 5 x 2,2 cm; peso 139,3 g.	simonaggio	UND	10	R$ 27,50	R$ 275,00
69	Colher inox grande profissional, 50 cm, colher de arroz. Dimensões 50 x 8 x 4 cm; peso 0, 16 kg.	5 estrelas	UND	20	R$ 37,50	R$ 750,00
70	Pá tipo remo em polietileno para caldeirão. Material polietileno; largura 15 cm; peso 200 g.	mix formas	UND	10	R$ 67,50	R$ 675,00
73	Faca de serra inox. Cor prata; tipo faca de mesa; lâmina de aço inoxidável; cabo de polipropileno; dimensões aprox. 20 x 2 x 0,9 cm; peso 220 g.	Original	UND	250	R$ 17,50	R$ 4.375,00
76	Jarra de vidro 3 litros. Material vidro; capacidade 3 l; altura 25 cm; diâmetro 15 cm.	wollf	UND	5	R$ 53,00	R$ 265,00
77	Jarra para cozinha 02 litros em plástico. Altura 22, 8 cm; material plástico; capacidade 2 l; acompanha tampa.	mb	UND	10	R$ 18,30	R$ 183,00
80	Bacia pequena em plástico 7 litros. Capacidade 7 l; material plástico; diâmetro 27 cm; altura 17 cm; acompanha tampa.	arqplast	UND	6	R$ 19,85	R$ 119,10
81	Bacia média em plástico canelada 10 litros. Dimensões aproximadas: 38, 5 cm de largura, 40, 2 cm de comprimento e 12, 6 cm de altura.	arqplast	UND	6	R$ 34,75	R$ 208,50
83	Garrafa térmica 2 litros. Material externo e interno inox; sistema de servir por pressão; sistema antigotejos; alça; dimensões 33,5 x 13 x 16,5 cm.	ponente	UND	10	R$ 143,75	R$ 1.437,50
84	Colher em polipropileno maciça grande 50 cm	here	UND	10	R$ 46,50	R$ 465,00
85	Varão para cortina, ferro revestido em pvc, simples, uma barra, ponteiras arredondadas, 2 m de comprimento, espessura 28 mm; suportes e parafusos para fixação.	cadiz	UND	10	R$ 56,00	R$ 560,00
87	Varão para cortina, ferro revestido em pvc, simples, uma barra, ponteiras arredondadas, 4 m de comprimento, espessura 28 mm; suportes e parafusos para fixação.	cadiz	UND	10	R$ 88,00	R$ 880,00
88	Tecido para cortina, corta luz, 100% poliéster.	ella decor cks	ML	50	R$ 95,00	R$ 4.750,00
89	Mangueira multiuso 3/8 gás transparente, parede cozinha universal grossa reforçada, para botijão.	nybc	UND	20	R$ 34,00	R$ 680,00
99	Banheira de bebê com suporte e trocador, com trocador almofadado, assento redutor, porta-objetos com divisórias, pés dobráveis; largura 82 cm; altura 96 cm; profundidade 54,5 cm; suporta no mínimo 20 kg.	hercules	UND	4	R$ 524,00	R$ 2.096,00
102	Rodo pequeno p/ pia, em polipropileno e borracha, 16 cm, com proteção antimicrobiana.	mb	UND	5	R$ 8,20	R$ 41,00

Fornecedor: GUIMARAES E SOARES LTDA ME – CNPJ: 17.330.681/0001-59
Valor total R$40.874,38 **(quarenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos).**

FORNECEDOR: CLEDINEIA PRINCIVAL CORDEIRO & CIA CNPJ: 48.243.184/0001-47

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
61	Garrafa térmica 05 litros. Capacidade 5 l; material aço inoxidável; sistema de abertura da tampa: válvula.	termolar	UND	6	R$ 120,00	R$ 720,00
62	Saleiro com tampa resistente 1 l. Material aço inox e poliestireno. Dimensões 9,1 x 10 x 18,4 cm; peso 195 g; capacidade 1.000 g.	Mm	UND	5	R$ 48,00	R$ 240,00
76	Jarra de vidro 3 litros. Material vidro; capacidade 3 l; altura 25 cm; diâmetro 15 cm.	wollf	UND	5	R$ 53,00	R$ 265,00
79	Bacia média em plástico canelada 15 litros. Material plástico; capacidade 15 l; tipo tacho canelado.	line	UND	30	R$ 35,00	R$ 1.050,00
82	Bacia grande em plástico canelada 30 litros. Modelo bacia gigante branca extra reforçada; capacidade 30 l; plástico reforçado; cor branca; dimensões 55 cm de diâmetro x 22,5 cm de altura; peso 800 g.	plast	UND	6	R$ 58,00	R$ 348,00
86	Varão para cortina, ferro revestido em pvc, simples, uma barra, ponteiras arredondadas, 3 m de comprimento, espessura 28 mm; suportes e parafusos para fixação.	nybc	UND	10	R$ 63,00	R$ 630,00
89	Mangueira multiuso 3/8 gás transparente, parede cozinha universal grossa reforçada, para botijão.	nybc	UND	20	R$ 34,00	R$ 680,00
90	Registro regulador de gás 506/01 glp, saída 3/8 bm.	nybc	UND	5	R$ 81,00	R$ 405,00
91	Saco para cesta básica reforçado 50 x 80 cm, 100 unidades.	nybc	UND	24	R$ 99,00	R$ 2.376,00
94	Caixa térmica 34 litros, em polipropileno. Dimensões 43 x 51 x 32 cm; peso 2, 93 kg.	plast	UND	5	R$ 129,00	R$ 645,00
97	Abridor manual de latas e garrafas, em aço inoxidável resistente, com lâmina de corte afiada e perfuração para fixação em suporte de parede. Dimensões aprox. 14, 5 x 4, 5 cm; peso aprox. 70 g.	plast	UND	5	R$ 15,00	R$ 75,00

Fornecedor: Cledineia Princival Cordeiro & Cia CNPJ: 48.243.184/0001-47
Valor total: R$ 7.434,00 (sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).

FORNECEDOR: PAPEL.COM LTDA ME – CNPJ: 06.991.915/0001-92

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
5	Jogo de talheres 36 peças aço inox: 12 facas, 12 garfos e 12 colheres de mesa. Tamanho: garfos 19 cm; facas 21,5 cm; colheres 19 cm.	Original	UND	4	R$ 132,00	R$ 528,00
11	Cortina blackout/blecaute quarto/sala em tecido 3,00 m x 2,50 m, com ilhós.	l enxovais	UND	4	R$ 289,00	R$ 1.156,00
12	Cortina cozinha 1,20 x 2,00 m, com forro microfibra voil, tecido duplo e ilhós para varão.	bela casa	UND	3	R$ 190,00	R$ 570,00
13	Toalha de mesa 2,00 x 1,40 m (06 lugares),composição: poliéster e algodão.	vik	UND	3	R$ 59,90	R$ 179,70
14	Toalha de mesa 1,40 x 1,40 m. Poliester e algodão	vik	UND	3	R$ 39,00	R$ 117,00
18	Jogo xícaras 230 ml de vidro, chá, com pires, 12 unidades.	nf	UND	10	R$ 89,00	R$ 890,00
23	Jogo de lençol solteiro 3 peças, algodão 200 fios: 01 lençol com elástico 1,88 m x 0,88 m x 30 cm; 01 lençol de cima para cama de até 1,88 m x 0,88 m x 30 cm; 01 fronha 70 x 50 cm.	ravi	UND	4	R$ 86,66	R$ 346,64

	Tecido: 100% algodão 200 fios.					
32	Caneca 300 ml em vidro cristalino ou transparente, frequentemente grosso para maior durabilidade; indicada para café, chá, leite, chopp, cerveja ou drinks; alça lateral reforçada.	imp	UND	50	R$ 12,66	R$ 633,00
35	Jarra medidora 1 litro (1.000 ml), em plástico resistente, preferencialmente polipropileno (pp), atóxico e livre de bpa, corpo transparente/translúcido, graduação em ml, bico dosador e alça ergonômica e resistente	erca	UND	10	R$ 30,90	R$ 309,00
36	Jarra plástica com tampa, capacidade 1 litro (1.000 ml), plástico resistente, atóxico e livre de bpa, alça anatômica, bico vertedor e tampa protetora.	erca	UND	10	R$ 26,99	R$ 269,90
38	Caneca escolar 300 ml em pp; pigmentação homogênea em toda a peça; modelo liso nas partes internas e externas (sem frisos).	erca	UND	200	R$ 4,89	R$ 978,00
42	Escorredor de macarrão grande industrial nº 50, em alumínio polido. Alças em alumínio reforçado. Largura 50 cm; profundidade 25 cm; capacidade 21 l.	oriental	UND	3	R$ 239,00	R$ 717,00
45	Prato com divisória, 03 compartimentos; 22 x 22 x 2 cm; material polipropileno; adequado para micro-ondas.	ols	UND	40	R$ 29,90	R$ 1.196,00
49	Descascador ralador de legumes/frutas multifuncional inox 17 cm. Dimensões 18 x 9 x 3 cm. Corpo em aço carbono inoxidável; lâmina em aço inox 304.	original	UND	5	R$ 22,80	R$ 114,00
58	Canecão fervedor. Diâmetro aprox. 20 cm;capacidade 5,5 l; cabo em baquelite resistente ao calor.	5 estrelas	UND	5	R$ 82,30	R$ 411,50
59	Colher de sopa de inox. Peso 0,21 g; comprimento 18,7 cm; largura 4 cm; espessura 1 mm; material aço inox.	original	UND	200	R$ 5,20	R$ 1.040,00
63	Ralador de alimentos em aço inox, 04 faces, quatro opções de corte, lâmina e cabo em aço inox. Altura 21 cm.	KH	UND	5	R$ 29,00	R$ 145,00
65	Processador de alimentos mini, 3 lâminas de aço inoxidável, 500 ml, manual. Material plástico e aço inox; sistema de corda; vasilha transparente; dimensões 13,5 x 12,5 x 10 cm.	KH	UND	4	R$ 28,00	R$ 112,00
66	Concha média inox. Material aço inox; tamanho 21,5 x 7,5 cm.	ORIGINAL	UND	5	R$ 23,66	R$ 118,30
67	Concha grande inox profissional. Altura 50 cm; comprimento 50 cm; largura 10,5 cm; material metal cromado; peso 169 g.	6 estrelas	UND	5	R$ 39,85	R$ 199,25
71	Combuca em plástico para sopa 350 ml. Material plástico; capacidade 350 ml.	erca	UND	150	R$ 9,66	R$ 1.449,00
72	Copo plástico em polipropileno 250 a 275 ml. Capacidade 250 ml; polipropileno virgem; altura 11 cm; diâmetro da boca 7 cm.	KP	UND	250	R$ 13,80	R$ 3.450,00
74	Garfo de mesa inox. Cor prata; tipo garfo de mesa; material aço inoxidável; dimensões aprox. 1 x 2, 5 x 20, 5 cm; peso 0,040 kg.	GP6	UND	200	R$ 4,90	R$ 980,00
75	Xícara em vidro 260 ml. Material vidro; capacidade 260 ml; altura 6,5 cm.	iing IMP	UND	200	R$ 6,90	R$ 1.380,00
78	Jarra de plástico com bico e tampa, capacidade 2 l; altura 22, 8 cm; material plástico.	ERCA	UND	20	R$ 33,90	R$ 678,00
92	Espátula de aço inox 26 cm.	K HOME	UND	6	R$ 23,99	R$ 143,94
93	Triturador de alho manual em plástico. Dimensões 8 cm (comp.) X 8 cm (larg.) X 5 cm (alt.).	K H	UND	5	R$ 21,00	R$ 105,00
95	Bandeja multiuso em plástico 7,5 l. Dimensões 42 x 36 x 14 cm	KH	UND	5	R$ 30,99	R$ 154,95
96	Bandeja em plástico para servir 35 x 27 cm.	KH	UND	5	R$ 30,99	R$ 154,95
98	Jogo de berço, composto de 1 lençol de cima, 1 lençol com elástico e 1 fronha; 100% algodão; lençol 120 x 150 cm; lençol com elástico 70 x 130 + 12 cm altura; fronha 50 x 70 cm; cor branca; sem logo; etiqueta conforme resolução conmetro nº 02, de 06/05/2008.	INCOMFRAL	UND	3	R$ 59,00	R$ 177,00
100	Pegador para massa de inox – dimensões aproximadas: 20,5 cm.	ORIGINAL	UND	5	R$ 19,66	R$ 98,30
101	Prato plástico, polipropileno natural (atóxico); espessura mínima 2, 5 mm; diâmetro mínimo 22 cm; altura mínima 3 cm; tipo fundo; cor azul.	LEOA	UND	100	R$ 4,66	R$ 466,00

Fornecedor: PAPEL.COM LTDA ME – CNPJ: 06.991.915/0001-92
Valor total R$ 18.656,68 (dezoito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Dessa forma, o valor total homologado é de 66.965,06 (sessenta e seis mil novecentos e sessenta e cinco reais e seis centavos).

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03-**CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 05- (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Mato Rico, na Avenida das Araucárias, s/n, a fim de assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Mato Rico/PR, 15 de setembro 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:74A0558C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 52/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 19/2026

OBJETO: Aquisição de uniforme e camisas para atendimento de crianças e adolescentes participantes das oficinas de dança e música realizadas pela Secretaria de Assistência Social de Morretes - PR.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Considerando a solicitação e justificativa para contratação do objeto proposto, procedendo a análise de documentos quanto ao objeto a ser contratado e com base na classificação das propostas onde o critério aplicado foi o de **MENOR VALOR.**

Considerando a informação da Secretaria da Fazenda, Divisão de Contabilidade e o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder, que, dentre outras ponderações, opina sobre a legalidade desta dispensa de licitação para o referente objeto**.**

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 52/2026, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022.

DECIDE-SE:
Tendo como princípio a economicidade, e com fundamento nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, **HOMOLOGO** a dispensa de licitação cujo objeto é a aquisição de uniforme e camisas para atendimento de crianças e adolescentes participantes das oficinas de dança e música, em atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dito isso, **RATIFICO** a contratação das seguintes propostas:

EMPRESA:
BRUTEXTIL LTDA
CNPJ 47.062.374/0001-52. **(Lotes 1 e 2)**

EMPRESA:
PAIXÃO PELA DANCA CONFECCOES LTDA
CNPJ 21.938.468/0001-00. **(Lotes 3 e 4)**

OBJETO:

Lote 1					
Item	**Produto/ Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Collant de Ballet: Modelo Meia Manga. Tecido Helanca, 100% Poliamida. Com Elástico nas alças e pernas. Ideal para dança. Cor: rosa médio ou rosa intenso Tamanho infantil: 06, 08, 10 e 12. Juvenil: 14, 16. A quantidade de cada tamanho será definida pela Secretaria. Personalização: Serigrafia ou técnica similar compatível com o tecido. Local da aplicação: Manga Direita: logomarca da Secretaria Municipal de Assistência Social. Manga Esquerda: logomarca da Prefeitura Municipal de Morretes.	UN	50	R$ 37,50	R$ 1.875,00
02	Saia tipo tutu para ballet: confeccionada em tule, com múltiplas camadas sobrepostas, proporcionando volume e leveza. Possui cós largo e confortável, com costuras reforçadas, garantindo ajuste seguro à cintura e liberdade de movimentos. Indicada para aulas, ensaios e apresentações de ballet. Cor: rosa médio ou rosa intenso. Tamanho infantil: 06, 08, 10 e 12. Juvenil: 14, 16. A quantidade de cada tamanho será definida pela Secretaria.	UN	50	R$ 47,04	R$ 2.352,00
03	Meia-calça: em tecido lycra na composição entre: 85% poliamida e 15% elastano no fio 60. Cor: rosa médio ou rosa intenso Tamanho infantil: 06, 08, 10 e 12. Juvenil: 14, 16. A quantidade de cada tamanho será definida pela Secretaria.	UN	50	R$ 22,98	R$ 1.149,00
04	Redinha para cabelo, indicada para uso em coque de ballet, confeccionada em material resistente, com malha fina e elástica, proporcionando boa fixação do cabelo durante aulas, ensaios e apresentações. Cor: rosa médio ou rosa intenso.	UN	50	R$ 5,70	R$ 285,00

OBJETO:

Lote 2					
Item	**Produto/ Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Par de Sapatilha meia ponta em corino; com elástico preso no colo do pé, forro em tecido e do tipo tubular (dividida) ou equivalente, compatível com a finalidade do uso. Tamanho: 24 – 38. Cor: rosa A quantidade para cada tamanho será definida pela Secretaria.	UN	50	R$ 23,00	R$ 1.150,00

OBJETO:

Lote 3					
Item	**Produto/ Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Camiseta Manga Curta, em malha fria PV (POLIVISCOSE), com acabamento Anti-Pilling; gola redonda com acabamento em viés, composição: 67% poliéster e 33% viscose. Tamanho infantil: 06, 08, 10 e 12. Juvenil: 14, 16 A quantidade para cada tamanho será definida pela Secretaria. Cores: a definir. Personalização: Serigrafia ou técnica similar compatível com o tecido. Local da aplicação: Frente: logomarca da Secretaria Municipal de Assistência Social. Costas: nome do Projeto Social, em tamanho médio, centralizado. Manga Esquerda: logomarca da Prefeitura Municipal de Morretes. Manga Direita: logomarca Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.	UN	70	R$ 24,70	R$ 1.729,00

OBJETO:

Lote 4					
Item	**Produto/ Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Camiseta manga curta, modelo unissex, confeccionada em tecido Dry Fit com Proteção UV 30%. Tamanho infantil: 06, 08, 10 e 12. Juvenil: 14, 16 A quantidade para cada tamanho será definida pela Secretaria. Cores: a definir. Personalização: Serigrafia ou técnica similar compatível com o tecido. Local da aplicação: Frente: logomarca da Secretaria Municipal de Assistência Social	UN	50	R$ 23,70	R$ 1.185,00

VALOR TOTAL:R$ 9.725.00 (nove mil, setecentos e vinte e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Red. 367 Programática: 08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00. FONTE 11005.

Morretes, 14 de setembro de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gibran Luiz de Araujo
Código Identificador:79CC6DAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2026 - 2027

MUNICÍPIO DE MORRETES – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

PLANO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2026 - 2027

Morretes, 2026

PLANO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1. OBJETIVO
O Plano de Trabalho foi elaborado com o objetivo de orientar e organizar as etapas de construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Morretes, estabelecendo as principais ações, atividades e encaminhamentos que serão desenvolvidos ao longo do processo.
2. PLANO DE TRABALHO

Ações/Atividades	Descrição da Ação	Responsável	Prazo inicial	Prazo final
Elaboração do diagnóstico da situação educacional do município	Levantamento de Problemas: De que problema estamos falando?	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	26 de agosto	09 de setembro
Elaboração do diagnóstico da situação educacional do município	Análise e Sistematização: Formulação e descrição dos problemas: Como o problema se manifesta na nossa realidade?	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	09 de setembro	23 de setembro
Elaboração do diagnóstico da situação educacional do município	Levantamento de Causas: Possíveis causas: O que pode estar causando o problema?	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	23 de setembro	07 de outubro
Elaboração do diagnóstico da situação educacional do município	Análise e Sistematização: Formulação e descrição dos problemas: Como o problema se manifesta na nossa realidade?	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	07 de outubro	21 de outubro
Elaboração do diagnóstico da situação educacional do município	Levantamento de Causas: Possíveis causas: O que pode estar causando o problema?	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	21 de outubro	04 de novembro
Elaboração de objetivos, metas e estratégias para o Plano Municipal	Objetivos, Metas e Estratégias	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	04 de novembro	18 de novembro
Elaboração de objetivos, metas e estratégias para o Plano Municipal	Objetivos, Metas e Estratégias	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	18 de novembro	02 de dezembro
Elaboração de objetivos, metas e estratégias para o Plano Municipal	Objetivos, Metas e Estratégias	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	13 de janeiro	27 de janeiro
Elaboração de objetivos, metas e estratégias para o Plano Municipal	Objetivos, Metas e Estratégias	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	27 de janeiro	11 de fevereiro
Elaboração de objetivos, metas e estratégias para o Plano Municipal	Objetivos, Metas e Estratégias	Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	11 de fevereiro	24 de fevereiro
Fórum Municipal de Educação	3 de março			
Elaboração da Minuta		Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	10 de março	24 de março
Elaboração da Minuta		Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	24 de março	07 de abril
Elaboração da Minuta		Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	07 de abril	20 de abril
Elaboração da Minuta		Equipe técnica e Comissão de Avaliação Permanente	20 de abril	28 de abril
Encaminhar Plano Municipal de Educação para a Câmara	Maio			

3. CONCLUSÃO
O Plano de Trabalho representa um importante instrumento de organização e direcionamento das etapas de construção do novo Plano Municipal de Educação de Morretes. Por meio do diagnóstico da realidade educacional, da definição de objetivos, metas e estratégias e da participação dos diferentes atores envolvidos, busca-se assegurar que o planejamento esteja fundamentado nas necessidades do município e comprometido com a melhoria da qualidade da educação.
Assim, o documento reforça o compromisso com um processo participativo, responsável e articulado, que conduzirá a educação municipal pelos próximos dez anos, a partir da aprovação do novo Plano Municipal de Educação, contribuindo para a garantia do direito à educação e para o desenvolvimento de Morretes.

4. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO, REVISÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Marjori Aparecida Duarte
Coordenadora Geral da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação

5. APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO
Aprovado pela Secretária Municipal de Educação em 09 de setembro de 2026.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:D857A16D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 90/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 31/2026** teve por objeto a **AQUISIÇÃO DE CARVÃO ATIVADO GRANULADO TIPO 8X30 MESH, DESTINADO À MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE CHORUME DO ATERRO MUNICIPAL DE PALMITAL/PR,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO**

MENOR PREÇO", conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

RESINAP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CARVÃO ATIVADO GRANULADO TIPO 8X30 PARA USO EM SISTEMA DE FILTRAÇÃO DE CHORUME DO ATERRO MUNICIPAL	Carbon BT	8x30	KG	1.000,00	16,30	16.300,00
TOTAL								16.300,00

A empresa acima descrita apresentou a proposta condizente e válida ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.
Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 15 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:951E2705

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AVISO DISPENSA 22/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº22/2026			
PROC. ADM Nº51/2026			
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 22/2026		**DATA DA SESSÃO 22/09/2026**	
Objeto			
AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE			
Valor Estimado			
R$12.995,00 (doze mil, novecentos e noventa e cinco reais).			
HORÁRIO DA FASE DE LANCES	**Instrumento Contratual**	**Julgamento**	***Regime de Execução***
Horário das 08:01 h às 10:00h	CONTRATO	Menor Preço	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos básicos		**Requisitos Específicos**	
- Certidão Simplificada da Junta Comercial ou			
repartição competente;		- Atestado de Capacidade Técnica	
- Ato constitutivo ou documento semelhante;		- Termo de Declarações - Modelo Anexo III	
- CNPJ;		- Declaração ME/EPP - Modelo Anexo IV	
- Certidão Negativa Municipal da sede da licitante;			
- Certidão Negativa Estadual;			
- Certidão Negativa Conjunta Federal;			
- Certidão Trabalhista;			
- FGTS;			
Exclusiva ME/EPP/MEI	**COTA ME/EPP/MEI**	**EXIGE AMOSTRA**	
SIM	NÃO	SIM	
Acompanhamento do processo PORTAL CIDADÃO			
Para realizar o acompanhamento do processo pelo portal cidadão, bem como utilizar os serviços disponibilizados a interessada deverá solicitar acesso ao Portal Cidadão, por meio do endereço: https://cisamunpar.atende.net/cidadao link: SOLICITAÇÃO DE ACESSO. Todas as informações e requisitos para liberação de acesso encontram-se disponíveis no tutorial para download .			
Pedidos de Esclarecimentos		**Impugnações**	
Até 23h59min do dia 18/09/2026 na plataforma BLL: www.bllcompras.com ou para os endereços: E-mail: licitacoes@consorciodesaude.com.br Sede do Consórcio-CIS: Rua São Paulo, nº150, CEP: 87701-030, cidade de Paranavaí/PR, até às 16h30min do dia 18/09/2026.		Até 23h59min do dia 18/09/2026 na plataforma BLL: www.bllcompras.com ou para os endereços: E-mail: licitacoes@consorciodesaude.com.br Portal Cidadão: www.cisamunpar.atende.net; link: Impugnações Sede do Consórcio-CIS: Rua São Paulo, nº150, CEP: 87701-030, cidade de Paranavaí/PR, até às 16h30min do dia 18/09/2026.	
Telefone para contato: (44) 3421-5180 e WhatsApp (44) 92004-8034.			
EDIVAN GUERREIRO BARÃO			
Diretor Geral			
CIS/AMUNPAR			

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:378AA5C6

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 30/10/2026.

Placa Veículo	**Auto de Infração**	**Data da Infração**	**Código da Infração**
ABK3D78	**277490T000001536**	**09/09/2026**	**55680**
ABM7G52	**277490T000008518**	**09/09/2026**	**76252**
APR4905	**277490T000001474**	**09/09/2026**	**55680**
ARC8G56	**277490T000009097**	**09/09/2026**	**76331**
ARW2I15	**277490T000008770**	**09/09/2026**	**76331**
AVT0H68	**277490T000009153**	**09/09/2026**	**76331**
AXY5F59	**277490T000001537**	**09/09/2026**	**54521**
AYQ7537	**277490T000007510**	**09/09/2026**	**70301**
AZO2J86	**277490T000007515**	**09/09/2026**	**58350**

AZO2J86	**277490T000007511**	**09/09/2026**	**50610**
AZO2J86	**277490T000007512**	**09/09/2026**	**50100**
AZO2J86	**277490T000007514**	**09/09/2026**	**76842**
AZO2J86	**277490T000007513**	**09/09/2026**	**65992**
AZO2J86	**277490T000007516**	**09/09/2026**	**67261**
BBJ4F38	**277490T000001470**	**09/09/2026**	**55680**
BCX4G86	**277490T000008516**	**09/09/2026**	**56650**
BEI4B93	**277490T000008515**	**09/09/2026**	**55417**
BEU4B99	**277490T000009100**	**09/09/2026**	**76331**
BEY5E38	**116100T000646494**	**03/09/2026**	**54521**
CKP9J38	**277490T000008772**	**09/09/2026**	**76251**
DDN3174	**277490T000008776**	**09/09/2026**	**76331**
DUJ9H97	**277490T000001473**	**09/09/2026**	**55680**
OOO4F42	**277490T000009154**	**09/09/2026**	**60501**
PMH5888	**277490T000008514**	**09/09/2026**	**55411**
REY8D68	**277490NIC0045406**	**22/08/2026**	**50020**
RHE4I48	**277490T000008771**	**09/09/2026**	**76331**
RHY1G67	**116100T000306066**	**03/09/2026**	**54600**
SEA3A07	**277490T000008773**	**09/09/2026**	**76331**
TAI1G26	**277490T000008517**	**09/09/2026**	**55414**
TAP7E24	**277490T000001472**	**09/09/2026**	**55680**
TBI6B56	**277490T000007509**	**09/09/2026**	**57380**
TBL0F56	**277490T000009095**	**09/09/2026**	**76331**
UCD3C07	**277490T000009151**	**09/09/2026**	**76331**
UCK5J23	**116100T002857866**	**01/09/2026**	**54870**
UCL7F86	**116100T003119573**	**01/09/2026**	**55500**

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:5D0682D3

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até03/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABW0219	277490W000045952	27/08/2026	55412
ACS6E59	277490W000045974	27/08/2026	55412
ADC3B15	277490W000045815	26/08/2026	55412
ADF5015	277490W000045954	27/08/2026	55412
ADG3671	277490W000045895	26/08/2026	55412
AED3G91	277490W000045913	27/08/2026	55412
AEL7E34	277490W000045871	26/08/2026	55412
AFH3F89	277490W000045880	26/08/2026	55412
AFX9G89	277490W000045833	26/08/2026	55412
AGP5857	277490W000045870	26/08/2026	55412
AHQ5762	277490W000045844	26/08/2026	55412
AHQ5762	277490W000045805	26/08/2026	55412
AIH2458	277490W000045931	27/08/2026	55412
AJU7520	277490W000045936	27/08/2026	55412
AKM3C23	277490W000045827	26/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045806	26/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045961	27/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045869	26/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045910	27/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045892	26/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045987	27/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045943	27/08/2026	55412
AKY9486	277490W000045841	26/08/2026	55412
ALS9804	277490W000045932	27/08/2026	55412
ALZ6318	277490W000045970	27/08/2026	55412
AMT8824	277490W000045957	27/08/2026	55412
ANB8A65	277490W000045831	26/08/2026	55412
ANB8A65	277490W000045842	26/08/2026	55412
ANB8A65	277490W000045878	26/08/2026	55412
ANI3503	277490W000045861	26/08/2026	55412
ANT4662	277490W000045904	27/08/2026	55412
AOE6854	277490W000045868	26/08/2026	55412
AOK6925	277490W000045900	27/08/2026	55412
AOS3G39	277490W000045967	27/08/2026	55412
APG9676	277490W000045929	27/08/2026	55412
APJ9980	277490W000045865	26/08/2026	55412
APJ9980	277490W000045946	27/08/2026	55412
APV8072	277490W000045923	27/08/2026	55412
APY2D10	277490W000045883	26/08/2026	55412
APZ4670	277490W000045843	26/08/2026	55412
APZ4670	277490W000045877	26/08/2026	55412
APZ4870	277490W000045820	26/08/2026	55412
AQB2208	277490W000045979	27/08/2026	55412
AQD0C01	277490W000045814	26/08/2026	55412
AQQ9141	277490W000045908	27/08/2026	55412
AQU0173	277490W000045876	26/08/2026	55412
ARE5331	277490W000045854	26/08/2026	55412

ASA7694	277490W000045875	26/08/2026	55412
ASJ8490	277490W000045959	27/08/2026	55412
ASJ8490	277490W000045942	27/08/2026	55412
ASQ7G04	277490W000045948	27/08/2026	55412
ATK8E57	277490W000045933	27/08/2026	55412
ATR5945	277490W000045983	27/08/2026	55412
ATR5945	277490W000045953	27/08/2026	55412
ATR5945	277490W000045811	26/08/2026	55412
ATY7A79	277490W000045958	27/08/2026	55412
ATZ7F12	277490W000045813	26/08/2026	55412
AUB0392	277490W000045832	26/08/2026	55412
AUK9F73	277490W000045972	27/08/2026	55412
AUY9A31	277490W000045836	26/08/2026	55412
AVT4E86	277490W000045941	27/08/2026	55412
AVW3I16	277490W000045886	26/08/2026	55412
AWA1189	277490W000045821	26/08/2026	55412
AWQ1A40	277490W000045976	27/08/2026	55412
AWQ1A40	277490W000045860	26/08/2026	55412
AWQ1A40	277490W000045890	26/08/2026	55412
AWQ5C30	277490W000045822	26/08/2026	55412
AXI6702	277490W000045975	27/08/2026	55412
AXU4359	277490W000045926	27/08/2026	55412
AZT9704	277490W000045980	27/08/2026	55412
AZW0790	277490W000045839	26/08/2026	55412
AZZ2H15	277490W000045945	27/08/2026	55412
BAB0I33	277490W000045887	26/08/2026	55412
BBH6845	277490W000045982	27/08/2026	55412
BBH6845	277490W000045951	27/08/2026	55412
BBT4716	277490W000045862	26/08/2026	55412
BBX9063	277490W000045930	27/08/2026	55412
BBY8A07	277490W000045872	26/08/2026	55412
BCG1192	277490W000045947	27/08/2026	55412
BCL8F70	277490W000045950	27/08/2026	55412
BDG3F81	277490W000045824	26/08/2026	55412
BDH6A17	277490W000045927	27/08/2026	55412
BEJ4D83	277490W000045898	27/08/2026	55412
BIP4G02	277490W000045911	27/08/2026	55412
BLD9865	277490W000045906	27/08/2026	55412
BNS6166	277490W000045912	27/08/2026	55412
BTC9608	277490W000045893	26/08/2026	55412
CBJ6202	277490W000045819	26/08/2026	55412
CBZ8G86	277490W000045845	26/08/2026	55412
CEJ5725	277490W000045873	26/08/2026	55412
CHW5931	277490W000045965	27/08/2026	55412
CHW5931	277490W000045856	26/08/2026	55412
CHW5931	277490W000045922	27/08/2026	55412
CHW5931	277490W000045944	27/08/2026	55412
CHW5931	277490W000045816	26/08/2026	55412
CIN2902	277490W000045981	27/08/2026	55412
CIN2902	277490W000045864	26/08/2026	55412
CMQ1J87	277490W000045969	27/08/2026	55412
CRN8181	277490W000045808	26/08/2026	55412
DDX5179	277490W000045909	27/08/2026	55412
DQN9607	277490W000045921	27/08/2026	55412
DXG3481	277490W000045903	27/08/2026	55412
DXG3481	277490W000045851	26/08/2026	55412
DXG3481	277490W000045955	27/08/2026	55412
DXG3481	277490W000045809	26/08/2026	55412
EDN1G36	277490W000045828	26/08/2026	55412
FHY8G34	277490W000045879	26/08/2026	55412
FLW6D98	277490W000045884	26/08/2026	55412
FLW6D98	277490W000045918	27/08/2026	55412
GVU6220	277490W000045925	27/08/2026	55412
HYB7F07	277490W000045849	26/08/2026	55412
ILK6G88	277490W000045807	26/08/2026	55412
IVN3A30	277490W000045896	26/08/2026	55412
IVU2J70	277490W000045846	26/08/2026	55412
JQJ3C11	277490W000045817	26/08/2026	55412
MCS3046	277490W000045802	26/08/2026	55412
MGA6I28	277490W000045897	26/08/2026	55412
MPZ5J12	277490W000045866	26/08/2026	55412
MPZ5J12	277490W000045919	27/08/2026	55412
NED7626	277490W000045804	26/08/2026	55412
OGU7435	277490W000045801	26/08/2026	55412
OOI2A77	277490W000045960	27/08/2026	55412
PEP1I38	277490W000045917	27/08/2026	55412
RCG1F50	277490W000045985	27/08/2026	55412
RFA8D11	277490W000045964	27/08/2026	55412
RHE3F33	277490W000045905	27/08/2026	55412
RHE3F33	277490W000045962	27/08/2026	55412
RHE3F33	277490W000045939	27/08/2026	55412
RHK3A54	277490W000045914	27/08/2026	55412
RND0F86	277490W000045848	26/08/2026	55412
ROE2I14	277490W000045847	26/08/2026	55412
ROE2I14	277490W000045874	26/08/2026	55412
SEZ0I48	277490W000045984	27/08/2026	55412
SFL3J79	277490W000045968	27/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000045853	26/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000045834	26/08/2026	55412

SFO4J12	277490W000045899	27/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000045800	26/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000045937	27/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000045891	26/08/2026	55412
TAI0G90	277490W000045852	26/08/2026	55412
TBG7I26	277490W000045928	27/08/2026	55412
TBT1E28	277490W000045823	26/08/2026	55412
TBT3D59	277490W000045966	27/08/2026	55412
TBV1H21	277490W000045956	27/08/2026	55412
TBV1H21	277490W000045858	26/08/2026	55412
UBA0I91	277490W000045826	26/08/2026	55412
UCI8D82	277490W000045901	27/08/2026	55412

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:0CA21718

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 107/2022

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 107/2022
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2022

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela **Secretária Municipal WANESSA DURANTE,** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 Credenciamento de Instituições Educacionais particulares, constituídas e localizadas no município de Paranavaí para prestação de serviços de Educação Infantil, compreendido na faixa etária de 06(seis) meses a 03(Três) anos, 11(onze) meses e 29 (vinte e no) dias.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **3,983297 %** referente à variação do INPC no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 107/2022 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 406.172,16 (quatrocentos e seis mil, cento e setenta e dois reais e dezesseis centavos).**

Fornecedor: **CENTRO EDUCACIONAL SAPIENZA LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Qtde. vagas	Qtde. Meses	Preço Únit.	Preço Total
1	Credenciamento de Instituições Educacionais particulares, constituídas e localizadas no município de Paranavaí para prestação de serviços de Educação Infantil, compreendido na faixa etária de 06(seis) meses a 03(Três) anos, 11(onze) meses e 29(vinte e no) dias.	Vagas	32	12	R$ 1.057,74	**R$ 406.172,16**
Total Fornecedor: R$ 406.172,16 (quatrocentos e seis mil, cento e setenta e dois reais e dezesseis centavos).						

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO N° 107/2022, datado de 21 de setembro de 2022.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Centro De Educação Infantil Sapienza LTDA.
CNPJ: 20.515.911/0001-69
Endereço: Rua Antonio Vendramin, 2301, Jardim Ouro Branco, Paranavaí -PR, CEP. 87.740-180
Representante:
VALDENICE APARECIDA RAVAGNANI THOMÉ
CPF: 590.580.569-53.

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:EC942534

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 108/2022

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 108/2022
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15/2022

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela **Secretária Municipal WANESSA DURANTE,** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 Credenciamento de Instituições Educacionais particulares, constituídas e localizadas no município de Paranavaí para prestação de serviços de Educação Infantil, compreendido na faixa etária de 06(seis) meses a 03(Três) anos, 11(onze) meses e 29 (vinte e no) dias.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **3,983297 %** referente à variação do INPC no período de setembro/2025 a setembro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 108/2022 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de **R$ 837.730,08 (oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta reais e oito centavos).**

Fornecedor: **- ESCOLA FATECIE-MAX LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Qtde. vagas	Qtde. Meses	Preço Únit.	Preço Total
1	Credenciamento de Instituições Educacionais particulares, constituídas e localizadas no município de Paranavaí para prestação de serviços de Educação Infantil, compreendido na faixa etária de 06(seis) meses a 03(Três) anos, 11(onze) meses e 29(vinte e no) dias.	Vagas	66	12	R$ 1.057,74	**R$ 837.730,08**
Total Fornecedor: R$ 837.730,08 (oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta reais e oito centavos).						

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO N° 108/2022, datado de 21 de setembro de 2022.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Escola Fatecie Max LTDA.
CNPJ: 04.627.069.0001-09
Endereço: Rua Pernambuco, nº 1169, Centro, Paranavaí - PR, CEP. 87740-180
Representante:
EDUARDO LUIZ CAMPANO SANTINI
CPF: 019.331.749-43

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:C76BD1EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 76/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 76/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 76/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **AUDINEI ANTONIO FERNANDES**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total

2	1	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Compras - Parte ideal de 10,58% de Audinei Antonio Fernandes.	MÊS	240	R$ 66,30	R$ 15.912,00
Total Fornecedor: R$ 15.912,00 (quinze mil e novecentos e doze reais).						

Parágrafo único – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

AUDINEI ANTONIO FERNANDES
CPF 807.781.869-20
Rua Amapá, nº 2099, Jd. Antigo Aeroporto, CEP: 87.705-110, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:8AFC1352

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 77/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 77/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 77/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **CELSO FERNANDES**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
1	2	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Contabilidade / Tesouraria/Receita - Parte ideal 10% Celso Fernandes.	MÊS	360	R$ 62,66	R$ 22.557,60
Total Fornecedor: R$ 22.557,60 (vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).						

Parágrafo único – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

CELSO FERNANDES
CPF 274.392.169-20
Av. Presidente Tancredo Neves, nº 3399, JChac. Dona Ilga, CEP: 87.000-00 na cidade de Paranavaí

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:C877161E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 78/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 78/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 78/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **CELSO FERNANDES**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
2	2	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Compras - Parte ideal de 10% Celso Fernandes	MÊS	240	R$ 62,66	R$ 15.038,40
Total Fornecedor: R$ 15.038,40 (quinze mil e trinta e oito reais e quarenta centavos).						

Parágrafo único – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

CELSO FERNANDES
CPF 274.392.169-20
Av. Presidente Tancredo Neves, nº 3399, JChac. Dona Ilga, CEP: 87.000-00 na cidade de Paranavaí

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:D0356032

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 79/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 79/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 79/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **CHARLES MORGAN FERNANDES CARDOSO**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
1	4	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Contabilidade / Tesouraria/Receita - Parte ideal 6,67% de	MÊS	360	R$ 41,80	R$ 15.048,00

		Charles Morgan Fernandes Cardoso				
Total Fornecedor: R$ 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais).						

Parágrafo único– O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

CHARLES MORGAN FERNANDES CARDOSO
CPF 004.698.249-30
RUA Treze de Maio, nº 309, Ap. 201, CEP: 95.720-000 na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:5CB14BC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 80/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 80/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 80/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **CHARLES MORGAN FERNANDES CARDOSO**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
2	4	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Compras - Parte ideal de 6,67% de Charles Morgan Fernandes Cardoso	MÊS	240	R$ 41,80	R$ 10.032,00
Total Fornecedor: R$ 10.032,00 (dez mil e trinte e dois reais).						

Parágrafo único – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

CHARLES MORGAN FERNANDES CARDOSO
CPF 004.698.249-30
RUA Treze de Maio, nº 309, Ap. 201, CEP: 95.720-000 na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:2501DDB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 81/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 81/2025

(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 81/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **JADER ALBERTO FERNANDES CARDOSO**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
1	5	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Contabilidade / Tesouraria/Receita - Parte ideal 6,66% de Jader Alberto Fernandes Cardoso	MÊS	360	R$ 41,73	R$ 15.022,80
Total Fornecedor: R$ 15.022,80 (quinze mil e vinte e dois reais e oitenta centavos).						

Parágrafo único– O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

JADER ALBERTO FERNANDES CARDOSO
CPF 008.813.719-80
Rua Butia, nº 315, CEP: 88.215-000 na cidade de Bombinhas, Estado do Santa Catarina

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:1B38BB95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 82/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 82/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 82/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **JADER ALBERTO FERNANDES CARDOSO**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
2	5	Locação de sala, no imóvel localizado na Rua Manoel Ribas, nº 894, Q 85, L 7, Centro, Paranavaí-PR, com aproximadamente 40 (quarenta) metros quadrados de área construída em cada sala, para instalação do arquivo morto do Setor de Compras - Parte ideal de 6,66% de Jader Alberto Fernandes Cardoso	MÊS	240	R$ 41,73	R$ 10.015,20

Total Fornecedor: R$ 10.015,20 (dez mil e quinze reais e vinte centavos).

Parágrafo único – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

JADER ALBERTO FERNANDES CARDOSO
CPF 008.813.719-80
Rua Butia, nº 315, CEP: 88.215-000 na cidade de Bombinhas, Estado do Santa Catarina

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:6831F74C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 83/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 83/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo **Secretário Municipal RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é Locação de imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de Compras, Contabilidade / Tesouraria e Receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,441351%** referente à variação do IPCA no período de fevereiro/2025 a fevereiro/2026, com fundamento na Cláusula Oitava do Contrato nº 83/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Fornecedor: **MARCIA FERNANDES**						
Lote	Item	Especificação	Unid.	Quant. Total contratada	Preço Únit. REAJUSTADO	Preço Total
1	8	(LOCAÇÃO) Imóvel para instalação do arquivo morto dos setores de compras, contabilidade / tesouraria e receita, lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.	MÊS	360	R$ 281,93	R$ 101.494,80
Total Fornecedor: R$ 101.494,80 (cento e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).						

Parágrafo único – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DA RATIFICAÇÃO

3.1 As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

MARCIA FERNANDES
CPF 883.784.899-49
Av. Rio Grande do Norte, nº 1800, AP 0601, centro, CEP 87.705-010 – PARANAVAÍ - PR

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:C5CD413B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165 / 2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165 / 2026
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) LUCAS DE

OLIVEIRA RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO, RAFAEL LUCAS TORRENTE, AMAURI DE CARVALHO MARTINELI, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CELI APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA, ADILSON FRANCISCO, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registram os preços dos itens relacionados, na seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: ELETROMEGA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
CNPJ: 45.006.762/0001-33
Endereço: AVENIDA DEPUTADO HEITOR ALENCAR FURTADO, 6640 - JARDIM SANTOS DUMONT, Paranavaí - PR,
E-mail: sauro_gehring@hotmail.com, cesareletromega@gmail.com, eletromegapvai@gmail.com, licitacao.eletromega@gmail.com
Telefone: (44) 99974-8407, (44) 3900-1001, (44) 3423-2567
Nome do Representante: FERNANDA DUARTE GASPAR RIBEIRO
CPF: 066.505.769-56

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 53/2026, Pregão Eletrônico nº 24 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal n 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de materiais para a realização da manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública, e da infraestrutura elétrica predial dos órgãos públicos do município, bem como instalação de postes.** .

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - CONJUNTO DE POSTE ORNAMENTAL E LUMINÁRIA EM LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM POTÊNCIA DE ATÉ 200 WATTS E ALTURA DE ATÉ 5000MM E CHUMBADORES	CONJUNTO	PROJELUX	511	R$ 5.374,0000	R$ 2.746.114,00
2 - Luminária para ponta de braço em Led, até 120W, 5000K de temperatura de cor. Luminária, tipo: pública, formato: retangular, tipo lâmpada: led, cor: luz branca frio, aplicação: iluminação externa, grau proteção: IP66, potência nominal lâmpada até 120 W, fluxo luminoso total mínimo: 14.400 lúmens, temperatura de cor: 5.000 K. Faixa mínima de tensão de alimentação entre 100 e 250 volts. Vida útil mínima de 50.000h L70. Deve atender às exigências compulsórias aplicáveis previstas na regulamentação vigente do INMETRO para luminárias públicas com tecnologia LED. Será admitido refrator em vidro temperado ou polímero de alta resistência, desde que atendidos os demais requisitos técnicos do edital.	UNIDADE	FELP LUX	1.600	R$ 546,0000	R$ 873.600,00
3 - Luminária Publica LED Ornamental, até 100w, IP66, Sem Base, Fluxo luminoso total mínimo: 12.000 Lúmens, luz branca. Faixa mínima de tensão de alimentação entre 100 e 250 volts. Vida útil mínima de 50.000h L70. Deve atender às exigências compulsórias aplicáveis previstas na regulamentação vigente do INMETRO para luminárias públicas com tecnologia LED. Será admitido refrator em vidro temperado ou polímero de alta resistência, desde que atendidos os demais requisitos técnicos do edital	UNIDADE	FELP LUX	200	R$ 801,4300	R$ 160.286,00
Total do Lote:					R$ 3.780.000,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.
5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:
SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
GABINETE DO PREFEITO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ
PROCURADORIA GERAL

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexisti contratação.
6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	aImpedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 14 de setembro de 2026

_____

FERNANDA DUARTE GASPAR RIBEIRO

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação Interino

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:00F42866

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ	
Rua Getúlio Vargas, 900 - Centro - Paranavaí - PR - CEP: 87.702-000	
CNPJ:76.977.768/0001-81 Telefone: (44) 3421-2323	
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	**Pregão Eletrônico Para Compras e serviços**
	48/2026
	Processo Administrativo: 117/2026

Eu, **THAIS SOARES DA SILVA**, Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferida por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Le 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeiro.

Adjudico e Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 48/2026, o(s participante(s):

Vencedores dos Itens

882345 - BIRCK PRODUÇÕES LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO (áudio e vídeo) pela internet e/ou pelos telões no próprio evento, com 03 Câmeras em sinal HD - Central de Mixagem Digital, com sistema de conexão sem fio e entrega de material em HD na resolução mínima de 1.080 P. Com operador técnico responsável.	DIÁRIA	PRÓPRIA	37	R$1.430,00	R$52.910,00
10	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO (áudio e vídeo) pela internet e/ou pelos telões no próprio evento, com 03 Câmeras em sinal HD - Central de Mixagem Digital, com sistema de conexão sem fio e entrega de material em HD na resolução mínima de 1.080 P. Com operador técnico responsável.	DIÁRIA	PRÓPRIA	12	R$1.430,00	R$17.160,00
				Total do Fornecedor: R$70.070,00		
2469677 - 15.527.422 RONALDO FRUTUOZO						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOGRAFIA PROFISSIONAL, com captação em sistema digital durante todo o evento. As imagens devem ser entregues à Secretaria Requisitante em pen drive e/ou link de acesso, com fotos em JPG de alta resolução, tratadas, com no mínimo 300 DPIs, no prazo máximo de 10 dias após a sua realização.	HORA	PRÓPRIA	485	R$248,00	R$120.280,00
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOGRAFIA PROFISSIONAL, com captação em sistema digital durante todo o evento. As imagens devem ser entregues à Secretaria Requisitante em pen drive e/ou link de acesso, com fotos em JPG de alta resolução, tratadas, com no mínimo 300 DPIs, no prazo máximo de 10 dias após a sua realização.	HORA	PRÓPRIA	161	R$248,00	R$39.928,00
				Total do Fornecedor: R$160.208,00		
2835045 - MAXSOM DIGITAL LASER LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
	LOCAÇÃO DE PALCO PROFISSIONAL em treliça de alumínio p50 para eventos, incluindo montagem e desmontagem, com piso em estrutura metálica, com tamanho de no mínimo de 14 metros de frente e 12 metros de profundidade, pé direito de 6 metros e 2 metros de altura do chão até a base do palco, cobertura (teto), fundos e laterais em lona antichamas na cor branca ou preta, inclusive nas laterais, fundo e frente do palco (do chão até a base do palco), treliça na frente e no fundo do palco, proteção de grades metálicas nas laterais e no fundo do palco com amarração entre si, piso de compensado naval (20 mm) revestido em carpete preto, com cantoneira nas laterais (o piso deverá estar em perfeita condição de uso, sem buracos ou desníveis), uma escada de acesso com corrimão, 2 áreas de serviço de 5x5 metros cada, 1 house mix de 4x3 metros com cobertura transparente, luzes de emergência, extintor de incêndio e o que mais for necessário, conforme exigências do Corpo de Bombeiros. A montagem da estrutura deverá ter a liberação de um engenheiro ou técnico eletricista, mediante o recolhimento e pagamento da via de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). A montagem será realizada por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	UND	PRÓPRIA	11	R$23.670,00	R$260.370,00
4	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE BANHEIRO CONTÊINER MASCULINO climatizado (ar condicionado), com piso antiderrapante e iluminação interna em LED. Capacidade para atender 6 (seis) pessoas simultaneamente contendo, no mínimo, 3 (três) cabines com vasos sanitários (o restante da capacidade - 3 unidades - pode ser suprida por vasos sanitários ou mictórios), 2 (duas) pias lavatórios, espelho, lixos, dispenser de sabonete, porta papel toalha, cabines individuais com tranca interna.	Diária	PRÓPRIA	21	R$5.890,00	R$123.690,00
5	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE BANHEIRO CONTÊINER FEMININO climatizado (ar condicionado), com piso antiderrapante e iluminação interna em LED, 6 (seis) cabines com vasos sanitários, 2 (duas) pias lavatórios, espelho, lixos, dispenser de sabonete, porta papel toalha, cabines individuais com tranca interna.	Diária	PRÓPRIA	21	R$5.890,00	R$123.690,00
9	LOCAÇÃO DE PALCO PROFISSIONAL em treliça de alumínio p50 para eventos, incluindo montagem e desmontagem, com piso em estrutura	UND	PRÓPRIA	3	R$23.670,00	R$71.010,00

	metálica, com tamanho de no mínimo de 14 metros de frente e 12 metros de profundidade, pé direito de 6 metros e 2 metros de altura do chão até a base do palco, cobertura (teto), fundos e laterais em lona antichamas na cor branca ou preta, inclusive nas laterais, fundo e frente do palco (do chão até a base do palco), treliça na frente e no fundo do palco, proteção de grades metálicas nas laterais e no fundo do palco com amarração entre si, piso de compensado naval (20 mm) revestido em carpete preto, com cantoneira nas laterais (o piso deverá estar em perfeita condição de uso, sem buracos ou desníveis), uma escada de acesso com corrimão, 2 áreas de serviço de 5x5 metros cada, 1 house mix de 4x3 metros com cobertura transparente, luzes de emergência, extintor de incêndio e o que mais for necessário, conforme exigências do Corpo de Bombeiros. A montagem da estrutura deverá ter a liberação de um engenheiro ou técnico eletricista, mediante o recolhimento e pagamento da via de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). A montagem será realizada por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.					
11	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE BANHEIRO CONTÊINER MASCULINO climatizado (ar condicionado), com piso antiderrapante e iluminação interna em LED. Capacidade para atender 6 (seis) pessoas simultaneamente contendo, no mínimo, 3 (três) cabines com vasos sanitários (o restante da capacidade - 3 unidades - pode ser suprida por vasos sanitários ou mictórios), 2 (duas) pias lavatórios, espelho, lixos, dispenser de sabonete, porta papel toalha, cabines individuais com tranca interna.	Diária	PRÓPRIA	6	R$5.890,00	R$35.340,00
12	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE BANHEIRO CONTÊINER FEMININO climatizado (ar condicionado), com piso antiderrapante e iluminação interna em LED, 6 (seis) cabines com vasos sanitários, 2 (duas) pias lavatórios, espelho, lixos, dispenser de sabonete, porta papel toalha, cabines individuais com tranca interna.	Diária	PRÓPRIA	6	R$5.890,00	R$35.340,00
				Total do Fornecedor: R$649.440,00		

2868571 - LAURINDO EVENTOS E LOCAÇOES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE CAMARIM EM OCTANORM com medidas de 4 metros de largura por 4 metros de comprimento contendo: piso em madeira (compensado ou maderite naval) nivelado e revestido com carpete; 1 porta com fechamento com chave; cobertura com tenda em lona de vinil anti-chama; sistema de iluminação em led ou calhas; no mínimo 2 pontos de tomada (110v/220v) devidamente sinalizados; 1 aparelho de ar-condicionado de no mínimo 12.000 BTUs dimensionado para manter o conforto térmico do espaço; 1 sofá de 2 lugares; 4 cadeiras; 1 mesa; 1 lixeira com pedal; 1 espelho de corpo inteiro; 1 arara para figurinos; 1 frigobar (mínimo de 45 litros); acesso para banheiro químico. Incluso transporte, montagem, manutenção diária (limpeza geral do espaço) e desmontagem. O camarim deve estar de acordo com as normas vigentes do Corpo de Bombeiros. A locação será realizada por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	UNID	PRÓPRIA	9	R$10.600,00	R$95.400,00
13	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE CAMARIM EM OCTANORM com medidas de 4 metros de largura por 4 metros de comprimento contendo: piso em madeira (compensado ou maderite naval) nivelado e revestido com carpete; 1 porta com fechamento com chave; cobertura com tenda em lona de vinil anti-chama; sistema de iluminação em led ou calhas; no mínimo 2 pontos de tomada (110v/220v) devidamente sinalizados; 1 aparelho de ar-condicionado de no mínimo 12.000 BTUs dimensionado para manter o conforto térmico do espaço; 1 sofá de 2 lugares; 4 cadeiras; 1 mesa; 1 lixeira com pedal; 1 espelho de corpo inteiro; 1 arara para figurinos; 1 frigobar (mínimo de 45 litros); acesso para banheiro químico. Incluso transporte, montagem, manutenção diária (limpeza geral do espaço) e desmontagem. O camarim deve estar de acordo com as normas vigentes do Corpo de Bombeiros. A locação será realizada por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	UNID	PRÓPRIA	3	R$10.600,00	R$31.800,00
				Total do Fornecedor: R$127.200,00		

3189066 - VIA SOM BRASIL LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA SHOW NACIONAL CONTENDO: SISTEMA DE SONORIZAÇÃO (P.A. E MONITOR) Sistema de Caixas (P.A. / Side / Front / Delays): Sistema Line Array de primeira linha (marcas de referência: L-Acoustics, d&b audiotechnik, Meyer Sound, JBL VTX, LS Audio ou de porte equivalente). O sistema deve ser dimensionado para o local, garantindo pressão sonora mínima de 110dB(A) na House Mix sem distorção, respeitando as seguintes quantidades mínimas: Sistema Principal (P.A.): 24 (vinte e quatro) unidades de Line Array e 24 (vinte e quatro) unidades de Subwoofer (configurados em 12 unidades de cada por lado); Sistema de Delay: 16 (dezesseis) unidades de Line Array e 16 (dezesseis) unidades de Subwoofer (configurados em 8 unidades de cada por lado). Complementos: Unidades necessárias de Side Fill e Front Fill conforme as dimensões do palco. Consoles (F.O.H. e Monitor): 02 (duas) mesas digitais de grande porte, padrão rider show nacional (Séries: DiGiCo SD ou Quantum; Yamaha Rivage, DM7 ou CL5; Avid S6L, Digidesign Profile). Não serão aceitas consoles de gerações descontinuadas (ex: Yamaha PM5D, LS9). Comunicação (Intercom): 01 Sistema de intercomunicação profissional completo para comunicação entre House Mix (FOH), Monitor e Iluminação, incluindo headsets com isolamento de ruído. Monitoração e RF: Mínimo de 12 sistemas de monitor In-Ear (UHF) PSM1000 ou Sennheiser 6000/G4), com combiner e antenas. 10 canais de microfone sem fio digital de alta estabilidade (Padrão Shure Axient Digital). 12 monitores de chão (wedges) de alta performance bi-amplificados, referência: L-Acoustics, d&b audiotechnik, Meyer Sound, JBL VTX, LS Audio, DBR, Turbo Sound. Microfonação: Kit completo para bateria, percussão, amplificadores e vozes (Marcas: Shure, Sennheiser, AKG, Neumann, Rode). Obs: Todas as caixas deverão ser da mesma marca: P.A, Front Fill, Out Fill, Side Fill e Delay. BACKLINE E PRATICÁVEIS Backline (Instrumentos): Fornecimento de amplificadores e instrumentos conforme o rider específico do artista (Ex: amplificador para contra baixo Aguilar AG 700 e 01 caixa SL 212, Ampeg SVT, amplificador de guitarra Marshall JCM900, Fender Twin Reverb, Bateria completa Gretsch/DW/Pearl de linha profissional). Todos os acessórios necessários como: pedestais, direct Box, cabeamentos e outros. Praticáveis: 20 unidades de praticáveis pantográficos ou telescópicos (2,00m x 1,00m) com pés reguláveis para alturas de 0,20m a 1,00m e acabamento em carpete preto. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA TECNOLÓGICA 46 Moving Heads: distribuídas entre tecnologias Beam (mínimo 15R), RDM, Spot (com gobos/desenhos) e Wash/Aura (lavagem de cor com zoom). 24 Moving Heads semi Y 24 SGM Ribalta P-5 outdoor 34 Refletores Par LED RGBWA outdoor (mínimo 3W por led), 12 Elipsoidais, 08 Mini-Bruts, 24 Strobo LED com blinder 24 Mac Aura 24 COB 300 outdoor 02 máquinas de fumaça profissionais (Hazer). Controle: 01 Console GrandMA3 (Original) ou GrandMA2 Full Size/Light, com sistema de backup e conectividade Art-Net. Estrutura Interna: Treliças de alumínio (Q30 e Q50) e talhas elétricas (mínimo 10 unidades de 1ton) necessárias para a suspensão dos equipamentos de luz e som, independentemente da estrutura de palco externa. Incluso todos os	Diária	PRÓPRIA	11	R$23.300,00	R$256.300,00

	cabeamentos e demais equipamentos necessários para execução do serviço. EQUIPE TÉCNICA E LOGÍSTICA Disponibilização de equipe qualificada composta por: Engenheiro de Som (FOH), Técnico de Monitor, Lighting Designer/Técnico de Luz, Roadies e equipe de montagem/carga. CONDIÇÕES DE MONTAGEM E SEGURANÇA. Toda a estrutura deverá ser montada em solo nivelado e firme, com sistemas de trava, contraventamento e fixação de cargas conforme as normas técnicas vigentes. É obrigatório o aterramento elétrico completo de toda a estrutura metálica e do sistema de iluminação e sonorização, garantindo proteção contra descargas elétricas e preservando a segurança de todos os envolvidos (técnicos, artistas e público). Todos os equipamentos devem ser fornecidos com: Cabeamento de energia (PowerCON ou equivalente); Cabeamento de sinal DMX XLR 3; Suportes, garras e acessórios para montagem. Todos os equipamentos deverão ter padrão profissional, com performance compatível com eventos de grande porte. A empresa deve fornecer todos os equipamentos necessários para atendimento dos riders de som e luz que estão como referencia em anexo.					
8	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA SHOW NACIONAL CONTENDO: SISTEMA DE SONORIZAÇÃO (P.A. E MONITOR) Sistema de Caixas (P.A. / Side / Front / Delays): Sistema Line Array de primeira linha (marcas de referência: L-Acoustics, d&b audiotechnik, Meyer Sound, JBL VTX, LS Audio ou de porte equivalente). O sistema deve ser dimensionado para o local, garantindo pressão sonora mínima de 110dB(A) na House Mix sem distorção, respeitando as seguintes quantidades mínimas: Sistema Principal (P.A.): 24 (vinte e quatro) unidades de Line Array e 24 (vinte e quatro) unidades de Subwoofer (configurados em 12 unidades de cada por lado); Sistema de Delay: 16 (dezesseis) unidades de Line Array e 16 (dezesseis) unidades de Subwoofer (configurados em 8 unidades de cada por lado). Complementos: Unidades necessárias de Side Fill e Front Fill conforme as dimensões do palco. Consoles (F.O.H. e Monitor): 02 (duas) mesas digitais de grande porte, padrão rider show nacional (Séries: DiGiCo SD ou Quantum; Yamaha Rivage, DM7 ou CL5; Avid S6L, Digidesign Profile). Não serão aceitas consoles de gerações descontinuadas (ex: Yamaha PM5D, LS9). Comunicação (Intercom): 01 Sistema de intercomunicação profissional completo para comunicação entre House Mix (FOH), Monitor e Iluminação, incluindo headsets com isolamento de ruído. Monitoração e RF: Mínimo de 12 sistemas de monitor In-Ear (UHF) PSM1000 ou Sennheiser 6000/G4), com combiner e antenas. 10 canais de microfone sem fio digital de alta estabilidade (Padrão Shure Axient Digital). 12 monitores de chão (wedges) de alta performance bi-amplificados, referência: L-Acoustics, d&b audiotechnik, Meyer Sound, JBL VTX, LS Audio, DBR, Turbo Sound. Microfonação: Kit completo para bateria, percussão, amplificadores e vozes (Marcas: Shure, Sennheiser, AKG, Neumann, Rode). Obs: Todas as caixas deverão ser da mesma marca: P.A, Front Fill, Out Fill, Side Fill e Delay. BACKLINE E PRATICÁVEIS Backline (Instrumentos): Fornecimento de amplificadores e instrumentos conforme o rider específico do artista (Ex: amplificador para contra baixo Aguilar AG 700 e 01 caixa SL 212, Ampeg SVT, amplificador de guitarra Marshall JCM900, Fender Twin Reverb, Bateria completa Gretsch/DW/Pearl de linha profissional). Todos os acessórios necessários como: pedestais, direct Box, cabeamentos e outros. Praticáveis: 20 unidades de praticáveis pantográficos ou telescópicos (2,00m x 1,00m) com pés reguláveis para alturas de 0,20m a 1,00m e acabamento em carpete preto. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA TECNOLÓGICA 46 Moving Heads: distribuídas entre tecnologias Beam (mínimo 15R), RDM, Spot (com gobos/desenhos) e Wash/Aura (lavagem de cor com zoom). 24 Moving Heads semi Y 24 SGM Ribalta P-5 outdoor 34 Refletores Par LED RGBWA outdoor (mínimo 3W por led), 12 Elipsoidais, 08 Mini-Bruts, 24 Strobo LED com blinder 24 Mac Aura 24 COB 300 outdoor 02 máquinas de fumaça profissionais (Hazer). Controle: 01 Console GrandMA3 (Original) ou GrandMA2 Full Size/Light, com sistema de backup e conectividade Art-Net. Estrutura Interna: Treliças de alumínio (Q30 e Q50) e talhas elétricas (mínimo 10 unidades de 1ton) necessárias para a suspensão dos equipamentos de luz e som, independentemente da estrutura de palco externa. Incluso todos os cabeamentos e demais equipamentos necessários para execução do serviço. EQUIPE TÉCNICA E LOGÍSTICA Disponibilização de equipe qualificada composta por: Engenheiro de Som (FOH), Técnico de Monitor, Lighting Designer/Técnico de Luz, Roadies e equipe de montagem/carga. CONDIÇÕES DE MONTAGEM E SEGURANÇA. Toda a estrutura deverá ser montada em solo nivelado e firme, com sistemas de trava, contraventamento e fixação de cargas conforme as normas técnicas vigentes. É obrigatório o aterramento elétrico completo de toda a estrutura metálica e do sistema de iluminação e sonorização, garantindo proteção contra descargas elétricas e preservando a segurança de todos os envolvidos (técnicos, artistas e público). Todos os equipamentos devem ser fornecidos com: Cabeamento de energia (PowerCON ou equivalente); Cabeamento de sinal DMX XLR 3; Suportes, garras e acessórios para montagem. Todos os equipamentos deverão ter padrão profissional, com performance compatível com eventos de grande porte. A empresa deve fornecer todos os equipamentos necessários para atendimento dos riders de som e luz que estão como referencia em anexo.	Diária	PRÓPRIA	3	R$23.300,00	R$69.900,00
				Total do Fornecedor: R$326.200,00		

Paranavaí, 15 de setembro de 2026

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:9C8CAB46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 2º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 009/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAI - APAE

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAI – APAE / Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação**

Especial, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **76.136.589/0001-11,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **Rua Guanabara, 371 – Jardim Morumbi**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **Thiago Alberto Aparecido,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 2º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 009/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 2º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o remanejamento do Plano de aplicação e o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração nº 009/2025 passa a vigorar com o valor de **R$ 3.590.708,89 (três milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e oito reais e oitenta e nove centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranavaí - Apae, apresentou por meio de oficio nº 25/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:
Valor concedente em janeiro/2025: **R$1.708.866,65 (um milhão, setecentos e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).**

1º aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 50.288,19 (cinquenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos).**

Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **R$ 23.734,30 (vinte e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**

Valor atualizado – **R$ 1.782.889,14 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos),** referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de **R$ 1.759.154,84 (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)**, passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 3.542.043,98 (três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quarenta e três reais e noventa e oito centavos).**

2º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026: **R$ 48.664,91 (quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 3.590.708,89 (três milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e oito reais e oitenta e nove centavos).

ITEM 01	**MATERIAL DE CONSUMO**	**VALOR (R$)**
1.1	Gás e Materiais engarrafados	R$ 34.010,00
1.2	Material de Expediente	R$ 109.945,42
1.3	Material processamento de dados	R$ 59.998,85
1.4	Material cama, mesa e banho	R$ 15.000,00
1.5	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	R$ 174.984,95
1.6	Material para manutenção de veículos	R$ 85.245,54
1.7	Material copa e cozinha	R$ 80.872,41
1.8	Material para manutenção de bens imóveis	R$ 70.897,56
1.9	Material elétrico e eletrônico	R$ 90.000,00
1.10	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$ 10.000,00
1.11	Uniformes, tecidos e aviamentos	R$ 49.487,94
1.12	Material Educativo e Esportivo	R$ 20.912,91
1.13	Ferramentas	R$ 40.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 841.355,58**
ITEM 02	**SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	
2.1	Serviços de energia elétrica	R$ 75.000,00
2.2	Serviços de água e esgoto	R$ 90.000,00
2.3	Manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 120.573,70
2.4	Manutenção e conservação de veículos	R$ 15.000,00
2.5	Serviços de telecomunicação	R$ 24.752,00
2.6	Manutenção e cons. de maquinas e equipamentos	R$ 15.000,00
2.7	Indenização Auxílio Alimentação	R$ 186.532,39
	SUBTOTAL	**R$ 526.858,09**
ITEM 03	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
3.1	Vencimentos e Salários	R$ 345.000,00
3.2	INSS	R$ 20.000,00
3.3	13º Salário	R$ 40.000,00
3.4	Férias	R$ 50.278,96
3.5	FGTS	R$ 38.000,00
3.6	Auxílio Alimentação	R$ 299.067,61
	SUBTOTAL	**R$ 792.346,57**
ITEM 04	**MATERIAL PERMANENTE**	
4.1	Equipamentos e processamentos de dados	R$ 110.000,00
4.2	Mobiliário em geral	R$ 119.373,65
4.3	Aparelhos e utensílios domésticos	R$ 60.000,00
4.4	Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	R$ 60.000,00
4.5	Equipamentos de áudio, vídeo e foto	R$ 50.000,00
4.6	Outros Materiais Permanente	R$ 10.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 409.373,65**
ITEM 05	**BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS**	
	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	R$ 1.020.775,00

	SUBTOTAL	**R$ 1.020.775,00**
	TOTAL DOS ITENS (01+02+03+04+05)	**R$ 3.590.708,89**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 009/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 14 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

THIAGO ALBERTO APARECIDO
Membro Interventor da OSC Parceira

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:8C14E66B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO - TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO

Assim sendo, infringiu o disposto no artigo 26° - ***Ficam os proprietários obrigados a manter roçados e limpos os terrenos vazios, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do município –*** conforme Código de Posturas do Município de Paranavaí (Lei Complementar n° 095/2025). Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a proceder à limpeza e/ou roça do (a) **TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO,** no prazo de **10 (Dez) DIAS** a partir do recebimento desta ao qual decorrido o prazo legal, sem que os infratores dêem o cumprimento à notificação, ficarão sujeitos à aplicação de multa no valor de **R$923,03 (Novecentos e vinte e três reais e três centavos)** e ao ressarcimento dos custos da execução dos serviços de limpeza conforme Lei Complementar nº 095/2025. Ressaltando-se que a multa será elevada ao dobro para cada reincidência.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.

NOT.	PROPRIETÁRIO	QD	LT	BAIRRO
2974	TOSHIE ISERI UMEOKA	31	8A	CENTRO
2975	MARIA TERESINHA AMORIM	03	18	JD. MARINGA III
2976	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	10	18	RESIDENCIAL CAMPESTRE
2977	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	10	23	RESIDENCIAL CAMPESTRE
2978	VIVIANE MARIA DE OLIVEIRA	03	16	JARDIM MAROCHI
2979	EPYO CONSTRUTORA LTDA	66R1	66R1 (QD 66/REM/01)	PARQUE MORUMBI
2980	LUCIO DISCHSEN	51	23	PARQUE MORUMBI
2981	LUCIO DISCHSEN	51	22	PARQUE MORUMBI
2982	MDL COMERCIO DE GAS LTDA	51	20/21	PARQUE MORUMBI
2983	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	ANTONIO VIEIRA CINTRA NETO	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	APARECIDA VIEIRA CINTRA SAGRADO	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	(ESPÓLIO) MARIA VIEIRA CINTRA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	(ESPÓLIO) JOSE VIEIRA CINTRA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	LIFONSINA VIEIRA CINTRA LUZIA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	MARIO VIEIRA CINTRA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	MARIO VIEIRA CINTRA	51	02	PARQUE MORUMBI
2983	OTILIA VIEIRA CINTRA LUGLI	51	02	PARQUE MORUMBI
2984	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	ANTONIO VIEIRA CINTRA NETO	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	APARECIDA VIEIRA CINTRA SAGRADO	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	(ESPÓLIO) MARIA VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	(ESPÓLIO) JOSE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	LIFONSINA VIEIRA CINTRA LUZIA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	MARIO VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	MARIO VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
2984	OTILIA VIEIRA CINTRA LUGLI	51	03	PARQUE MORUMBI
2985	W.R.B EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	13	11	JARDIM MORUMBI
2986	W.R.B EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	11	11	JARDIM DAS AMERICAS
2987	ERICA KURUMIYA	02	12	JARDIM MARAVILHA III
2987	ERICA KURUMIYA	02	12	JARDIM MARAVILHA III
2988	MARIA APARECIDA LISBOA	02	01-B	JARDIM MARAVILHA
2989	MARIA APARECIDA DA FONSECA AGUIDO	02	01-A	JARDIM MARAVILHA
2990	(ESPÓLIO) ODAIL AUGUSTA RIBEIRO VALBUENA	CHAC.	28AR (1. SECCAO)	CHACARA DIVERSAS
2991	CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA	07	03	JD. IVAI
2992	LUCIO DE VITOR MELLO	71	12	JD. SANTOS DUMONT
2992	LUCIANE TERESA VITOR DE MELLO LAZARINI	71	12	JD. SANTOS DUMONT
2993	JOELMA PAULA NOURES PIRES	03	07	JD. DAS OLIVEIRAS
2994	IRENE YOSHIE TOKUSUMI	16	19	JD. SANTOS DUMONT
2994	IRENE YOSHIE TOKUSUMI	16	19	JD. SANTOS DUMONT
2995	ADRIANO ANDRIONI LAZARETTI	19	15/16	JD. SANTOS DUMONT

2996	FATIMA DE CASSIA BIAZIO	177	06/09-D	JD. OURO BRANCO
2997	HUGO YUHUDI NAGASSAWA	202	+02S	JD. OURO BRANCO
2998	F. T. GONCALVES & GONCALVES LTDA	202	+01S	JD. OURO BRANCO
2999	CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA	104	03	JD. OURO BRANCO
3000	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	01	JD. OURO BRANCO
3001	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	02	JD. OURO BRANCO
3002	BENEDITO BORIN NETO (ESPÓLIO)	A	21	JARDIM ALVORADA SUL I
3002	BENEDITO BORIN NETO (ESPÓLIO)	A	21	JARDIM ALVORADA SUL I
3003	(ESPÓLIO) QUITERIA DE LIMA	55	15	JARDIM IPE
3003	(ESPÓLIO) QUITERIA DE LIMA	55	15	JARDIM IPE
3004	GLADSTON SILVA	22	12	JARDIM FAZENDA SIMONE II
3004	GLADSTON SILVA	22	12	JARDIM FAZENDA SIMONE II
3005	(ESPÓLIO) ELCIO MISTRINER	08	04	JARDIM SANTOS DUMONT
3006	CARLOS HENRIQUE GRIPP NOVAES FERNANDES	112	06	JARDIM OURO BRANCO
3007	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	04	JARDIM OURO BRANCO
3007	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	04	JARDIM OURO BRANCO
3008	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	05	JARDIM OURO BRANCO
3008	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	05	JARDIM OURO BRANCO
3009	JOAO DOS SANTOS 1	24	06	JD. IPE
3009	JOAO DOS SANTOS 1	24	06	JD. IPE
3010	FATIMA EVANGELISTA DE ALMEIDA	07	014	JD. FAZENDA SIMONE II
3011	EDILENE DE OLIVEIRA CARNEIRO	05	19	DOM ELISEU DE MORAES PIMENTEL
3011	EDILENE DE OLIVEIRA CARNEIRO	05	19	DOM ELISEU DE MORAES PIMENTEL
3012	JOAO JOSE VIEIRA	11	09	VILA ALTA
3013	JOAO CANDIDO TRINDADE	000C	02	JD. SÃO JORGE
3014	SILVIO CESAR RIBEIRO DO NASCIMENTO	61	08	JD. SÃO JORGE
3015	BURITI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA	08	14	JD. BURITI
3015	PAMELA BORGES DOS SANTOS	08	14	JD. BURITI
3016	BURITI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA	08	16	JD. BURITI
3017	ESPOLIO DE SYLVIA MARA RODRIGUES (ESPÓLIO)	57	03	JD. SÃO JORGE
3018	NEUZA AFONSO DOS REIS	161	02	JD. SÃO JORGE
3019	CRISTIANO ZANETONI	161	003A	JD. SÃO JORGE
3020	PEDRO PEDREIRO DA SILVA	14	13	JD. SÃO JORGE
3021	ESPÓLIO DE MARIO FERNANDES DE FREITAS (ESPÓLIO)	CHAC	+067	CHACARA DIVERSAS
3021	ELIANA ANDREA DIAS DE AMORIM COELHO	CHAC	+067	CHACARA DIVERSAS
3022	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	81	01	JD. DAS NACOES I
3023	PERICLES MORENO	38	20	PARQUE MORUMBI
3023	SILVANA APARECIDA JANUARIO (ESPÓLIO)	38	20	PARQUE MORUMBI
3024	WALDEMAR COLOMBO	19	01	RESIDENCIAL CAMPESTRE
3025	ANTONIO MENDONCA DOS SANTOS	03	09R	JD. AZA BRANCA
3026	EDUARDO RIBEIRO DE PAULA CERVEIRA	03	05	JD. AZA BRANCA
3027	SONIA DE FATIMA SILVA	50	1C	CENTRO
3028	ESTER DE SOUZA CABRAL	43	20	JD. SANTOS DUMONT
3028	ESTER DE SOUZA CABRAL	43	20	JD. SANTOS DUMONT

Paranavaí, 14 de setembro de 2026.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Fiscais de Obras

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:3016141B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 28.002/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28002 de 15 de setembro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 2.322.379,77 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 2.322.379,77 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1235)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0122.0002.2092	**Atividade:** Encargos com Pessoal - Sedur	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2322)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0306.0006.2360	**Atividade:** Assistência Alimentar e Nutricional na Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 19.879,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1448)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0123.0002.2060	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Finanças	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (579)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	R$ 238.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (2026)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	R$ 1.355.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.001 (1409)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.001.0004.0122.0002.2142	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1502)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1225)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 2.322.379,77 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (122)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.1045	**Projeto:** Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Primárias em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 114.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1448)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0123.0002.2060	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Finanças	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1718)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0010.1047	**Projeto:** Instalação e Manutenção de Unidades Esportivas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (966)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2644	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Básica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	R$ 9.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (1006)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2645	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	00941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	R$ 7.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (2099)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2645	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01123 - Piso Único de Assistência Social-PAS Deliberação CEAS 59/2023	R$ 3.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2325)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2242	**Atividade:** MAC - Média e Alta Complexidade	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (1047)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0122.0007.2648	**Atividade:** Fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1723)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0002.2870	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 63.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1724)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0002.2870	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 31.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 2.322.379,77 (dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1728)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0002.2870	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1740)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0002.2870	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$	**2.322.379,77**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1229)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (331)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 19.879,77
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1452)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0123.0002.2060	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Finanças	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (593)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	R$ 1.239.020,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (595)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	R$ 353.980,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1303)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0018.0541.0012.1155	**Projeto:** Obras de Revitalização, Preservação e Controle Ambiental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1548)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2034	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Compras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1504)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1501)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	

Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1498)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.004 (1292)	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAVAÍ	
Funcional Programática: 08.004.0022.0662.0008.2210	**Atividade:** Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.004 (1293)	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAVAÍ	
Funcional Programática: 08.004.0022.0662.0008.2210	**Atividade:** Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.004 (1294)	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAVAÍ	
Funcional Programática: 08.004.0022.0662.0008.2210	**Atividade:** Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.004 (1295)	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAVAÍ	
Funcional Programática: 08.004.0022.0662.0008.2210	**Atividade:** Atividades do Fundo Municipal de Desenvolvimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1224)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1219)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (441)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 114.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1468)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0129.0002.2070	**Atividade:** Atividades Diretoria de Receitas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 15.002 (1770)	FUNDO MUN DE APOIO AO ESPORTE AMADOR E DE LAZER	
Funcional Programática: 15.002.0027.0812.0021.2875	**Atividade:** Atividades do Fundo Municipal de Apoio Esporte Amador	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390480000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (980)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2644	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Básica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	R$ 9.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (1017)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2645	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (MAC)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	R$ 7.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (970)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2644	**Atividade:** Bloco da Proteção Social Básica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01123 - Piso Único de Assistência Social-PAS Deliberação CEAS 59/2023	R$ 3.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (298)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.002 (1770)	FUNDO MUN DE APOIO AO ESPORTE AMADOR E DE LAZER	
Funcional Programática: 15.002.0027.0812.0021.2875	**Atividade:** Atividades do Fundo Municipal de Apoio Esporte Amador	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390480000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 110.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1725)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0002.2870	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
	VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:	**R$ 2.322.379,77**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 15 de setembro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:04AE87A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.468/2026 – DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.709/2025 de 17 de dezembro de 2025, Artigos 7 e 9, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1. ° Incisos I e II, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2026. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 993.323,27 (Novecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e três reais com vinte e sete centavos), com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**07.00**	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**	
UNIDADE	**07.01**	**GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUC, CULT. E DESP**	
ATIVIDADE	12.361.0006.2.010	*Manutenção das Unidades Escolares*	
DOTAÇÃO	3.1.90.04.00.1104	Contratação por tempo determinado	50.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00.1104	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	150.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.1103	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00
ATIVIDADE	12.361.0006.2.011	*Manutenção do Transporte Escolar*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.1103	Material de consumo	50.000,00
ATIVIDADE	12.365.0006.2.012	*Manutenção dos Centros de Educação Infantil*	
DOTAÇÃO	3.1.90.04.00.1103	Contratação por tempo determinado	50.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00.1103	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	150.000,00
ÓRGÃO	**08.00**	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
UNIDADE	**08.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
ATIVIDADE	10.301.0009.2.023	*Manutenção do programa de agentes comunitários de saúde*	
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00.3051	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	61.323,27
ATIVIDADE	10.301.0009.2.025	*Manutenção das Ações de Saúde Pública*	
DOTAÇÃO	3.3.90.14.00.3303	Diárias – Civil	20.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.46.00.1303	Auxílio – alimentação	50.000,00
ATIVIDADE	10.302.0009.2.024	*Transferências ao Consórcio Intermunicipal de Saúde*	
DOTAÇÃO	3.3.71.70.00.1303	Rateio pela participação em consórcio público	200.000,00
ATIVIDADE	10.302.0009.2.024	*Transferências ao Consórcio Intermunicipal de Saúde*	
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00.3303	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	20.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.13.00.3303	Contribuições Patronais	10.000,00
ÓRGÃO	**09.00**	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
UNIDADE	**09.01**	**GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
ATIVIDADE	08.122.0010.2.028	*Manutenção da Secretaria de Assistência Social*	
DOTAÇÃO	3.1.90.04.00.3000	Contratação por tempo determinado	30.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.14.00.3000	Diárias – Civil	2.000,00
ÓRGÃO	**10.00**	**SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE**	
UNIDADE	**10.01**	**GABINETE DO SECRETARIO DE URBANISMO E MEIO AMB**	
ATIVIDADE	17.512.0012.2.056	*Politica Municipal de Resíduos Sólidos*	
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.3000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	50.000,00
ÓRGÃO	**11.00**	**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS**	
UNIDADE	**11.01**	**GABINETE DO SECRETARIO DE VIAÇÃO E OBRAS**	
ATIVIDADE	26.782.0014.2.039	*Manutenção e conservação de estradas vicinais*	
DOTAÇÃO	3.3.90.30.00.3000	Material de consumo	50.000,00
TOTAL			**R$993.323,27**

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o superavit financeira do exercício de 2025 das seguintes fontes: fonte 1000 no valor de R$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais), fonte 1051 no valor de R$ 61.323,27 (sessenta e um mil, trezentos e vinte e três reais com vinte e sete centavos) e fonte 1303 no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Como também o provável excesso de arrecadação nas seguintes fontes: fonte 1303 no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), fonte 1103 no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e fonte 1104 no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 15 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:125E73ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2025

REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 106/2025
VINCULADO AO CREDENCIAMENTO 005/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA – ISCMC.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado em Piên – PR, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ sob o nº 10.430.481/0001-29, situado na Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, CEP 83.860-000, fone: (41) 3632-1291, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **MAYARA APARECIDA DE ALMEIDA GROSSKOPF**, portadora do CPF n° 096.xxx.569-xx, de outro a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA – ISCMC,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 76.613.835/0012-31, com sede na Rua Natal, n° 334, Centro, Piên – Paraná, CEP: 83860-000, neste ato representada pelo seu Provedor Frei Diamantino Prata de Carvalho, portador da Cédula de Identidade RG sob n° 10.642.280/MG, inscrito no CPF sob n° 333.xxx.137-xx, por intermédio de sua **Unidade Hospitalar** localizada no Município de Piên/PR, com endereço na Rua Natal, n° 334, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 074/2025, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência e execução ficam prorrogados por 12 (doze) meses de 10/09/2026 a 10/09/2027.

Cláusula Segunda: Valor: R$ 101.786,48 (cento e um mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) – o valor mencionado é referente a renovação do saldo inicial dos itens listados em anexo.
Os demais itens possuem saldo suficiente sendo renovados somente o prazo.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 10 de setembro de 2026

ITEM	CODIGO SUS	PROCEDIMENTO	VALOR	ESTIMADO 12 MESES	VALOR ESTIMADO PARA 12 MESES
2	**PROCEDIMENTOS DE DIAGNOSE E CIRÚRGICOS EM GASTROENTEROLOGIA**				
2.1	02.09.01.003-7	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA COM SEDAÇÃO (ENDOSCOPIA DIGESTIVA) ACIMA 16 ANOS	R$ 232,07	186	R$ 43.165,02
2.2	02.09.01.002-9	COLONOSCOPIA (INCLUSO A RETIRADA DE CORPO ESTRANHO /POLIPOS DO RETO/COLO SIGMÓIDE)	R$ 400,66	76	R$ 30.450,16
3	**EXAMES RADIODIAGNÓSTICO SEM CONTRASTE**				R$ 0,00
3.2	02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL+HIETZ)	R$ 17,84	19	R$ 338,96
3.7	02.04.010.08-0	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	R$ 17,65	3	R$ 52,95
3.11	02.04.010.12-8	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	R$ 17,34	2	R$ 34,68
3.13	02.04.010.14-4	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	R$ 17,71	8	R$ 141,68
3.20	02.04.020.04-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	R$ 17,39	1	R$ 17,39
3.22	02.04.020.06-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	R$ 16,45	10	R$ 164,50
3.26	02.04.020.10-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO LOMBAR	R$ 16,87	2	R$ 33,74
3.31	02.04.030.07-2	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	R$ 17,34	4	R$ 69,36
3.32	02.04.030.09-9	RADIOGRAFIA DE ESTERNO	R$ 17,45	1	R$ 17,45
3.38	02.04.030.15-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	R$ 16,94	31	R$ 525,14
3.42	02.04.040.02-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO CLAVICULAR	R$ 17,68	2	R$ 35,36
3.43	02.04.040.03-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO UMERAL	R$ 17,68	5	R$ 88,40
3.46	02.04.040.06-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R$ 17,68	1	R$ 17,68
3.47	02.04.040.07-8	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R$ 18,19	1	R$ 18,19
3.48	02.04.040.08-6	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	R$ 18,34	2	R$ 36,68
3.49	02.04.040.09-4	RADIOGRAFIA DE MAO	R$ 18,07	7	R$ 126,49
3.50	02.04.040.10-8	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	R$ 18,16	7	R$ 127,12
3.52	02.04.040.12-4	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	R$ 17,83	2	R$ 35,66
3.55	02.04.050.13-8	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	R$ 17,75	2	R$ 35,50
3.59	02.04.060.06-0	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO FEMORAL	R$ 17,58	4	R$ 70,32
3.60	02.04.060.07-9	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO ILIACA	R$ 17,58	1	R$ 17,58
3.62	02.04.060.09-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	R$ 17,58	7	R$ 123,06
3.63	02.04.060.10-9	RADIOGRAFIA DE CALCANEO	R$ 18,02	2	R$ 36,04
3.64	02.04.060.11-7	RADIOGRAFIA DE COXA	R$ 17,17	3	R$ 51,51
3.65	02.04.060.12-5	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	R$ 17,87	5	R$ 89,35
3.66	02.04.060.13-3	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	R$ 17,76	5	R$ 88,80
3.67	02.04.060.14-1	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3 AXIAIS)	R$ 17,00	5	R$ 85,00
3.68	02.04.060.15-0	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	R$ 17,87	9	R$ 160,83

3.69	02.04.060.16-8	RADIOGRAFIA DE PERNA	R$ 17,17	2	R$ 34,34
5	**EXAMES ULTRA-SONOGRAFICOS**				R$ 0,00
5.3	02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	R$ 66,06	2	R$ 132,12
5.4	02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R$ 66,06	36	R$ 2.378,16
5.7	02.05.02.009-7	ECOGRAFIA DE MAMAS BILATERAL	R$ 66,06	40	R$ 2.642,40
5.8	02.05.02.010-0	ECOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL)	R$ 66,06	65	R$ 4.293,90
5.10	02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DO APARELHO URINÁRIO (RINS,BEXIGA)	R$ 66,06	7	R$ 462,42
5.11	02.05.02.004-6	ECOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL (ABDÔMEN SUP. RETROPERITÔNIO, RINS E BEXIGA)	R$ 79,81	126	R$ 10.056,06
5.12	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	R$ 66,06	6	R$ 396,36
5.13	02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEM SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES, PÂNCREAS)	R$ 66,06	3	R$ 198,18
5.17	11.14.018.01-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS (PARTES MOLES)	R$ 66,06	19	R$ 1.255,14
5.30	90.01.03.020-0	ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL	R$ 128,60	5	R$ 643,00
6	**ULTRASSONOGRAFIA VASCULAR DOPPLER COLORIDO**				R$ 0,00
6.2	11.11.05.012-4	DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	R$ 151,99	20	R$ 3.039,80
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 101.786,48**

MAYARA APARECIDA DE ALMEIDA GROSSKOPF
Secretária Municipal de Saúde

CAROLINE ANDRESSA MASSANEIRO
Assessora de Área III
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B2618E1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 090/2023

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023

3º TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E A EMPRESA DIRECT TELECOM LTDA.
Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. Maicon Grosskopf**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.xxx.049-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **DIRECT TELECOM LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 13.447.789/0001-75, com endereço à Rua Rosa Sedoski Valenga, nº 515, Sede em Campo Magro/PR, Cep: 83535-000, Fone (41) 3012-0002, e-mail financeiro01@directwifi.com.br; neste ato representado por Leandro Dias de Almeida, inscrito no CPF sob nº. 056.xxx.559-xx doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 090/2023, nos termos da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado em 12 (doze) meses o contrato a partir de 19/09/2026.
Cláusula Segunda: O valor fica acrescido em R$ 16.367,40 (dezesseis mil e trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) já aplicado o índice INPC conforme abaixo:

LOTE	ITEM	LINHA	QTDE ANUAL	VALOR UN.	INPC (agosto/25 a julho/26)	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
1	1	Serviços de interconexão via fibra óptica com ponto concentrador (10mb) para câmeras IP full hd	168	R$ 72,85	4,09%	R$ 75,82
	2	Serviços de interconexão via fibra óptica com ponto concentrador (20mb) para câmeras IP 4k	24	R$ 99,07	4,09%	R$ 103,12
	3	Link de fibra para internet com velocidade de 200MB. Local: Centro de Eventos Coordenadas: -26.105953, -49.421795 Disponibilização de acesso direto aos serviços de internet banda larga via fibra óptica com tecnologia FTTH, com 01(um) IP/32 fixo valido na internet, o circuito deve entregar a MTU mínima de 150 Bytes, taxa de upload de 50% em relação a taxa de download e com garantia de 50% de banda (download e upload)	12	R$ 92,45	4,09%	R$ 96,23

Cláusula Terceira: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Piên/PR, 09 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:6E0BB56C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°289 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N.º 289 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 68.039,65.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 68.039,65, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar

Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
4.121.4.2.7	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO OBRAS E URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1000	0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.19	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1911	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	13.000,00
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2170	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	27.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.001	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.12.2.28	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3211	0823 Repasse Estadual - Fundo dos Direitos da Mulher	39,65
3214	0869 Repasse Estadual - Est Gest Rede de Proteção e Defesa - FMDM	1.000,00
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.245.12.2.44	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3711	0870 ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS E FORTALECIMENTO DA GESTAO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS) - DESPESAS DIVERSAS	15.000,00
10.004	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
8.243.13.6.32	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3872	0880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1.000,00
	SUBTOTAL	17.039,65
	TOTAL	68.039,65

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....68.039,65

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação

Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
4.121.4.2.7	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO OBRAS E URBANISMO	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
980	0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
	TOTAL	11.000,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:
Conta da receita

Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	FONTE 104 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	40.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	FONTE 823 - REMUNERAÇÃO DEPOSITO BANCARIO GERAL - PRINCIPAL	39,65
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	FONTE 870 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL	15.000,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00.00.00	FONTE 869 - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	1.000,00
	TOTAL	56.039,65

3. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:
Fonte de Recurso

Fonte	Descrição	Valor
880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....68.039,65

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên , 15 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:E38B8DD3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1209, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1209, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente político(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **MAICON GROSSKOPF**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-** matrícula funcional 4765237, ocupante do cargo público de agente político de **Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Reunião com a Dra. Fernanda no Cartório de Registro de Imóveis	16/09/2026	Rio Negro/PR	1(uma)	R$ 61,00	9425/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:0E813159

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1213, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1213, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Concessão de diária para agente honorifico.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **ROSANGELA DAVID DOS SANTOS** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 027.***.***-** e matrícula funcional 4765967, ocupante do cargo público de agente honorifico de **Conselheiro Tutelar,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Capacitação- Sistema SIPIA	15/09/2026	Curitiba/PR	1(uma)	R$ 61,00	9457/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F35E87AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 184/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5942 - Decreto n° 184/2026 de	**14/09/2026 Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação		89,54
Despesa			
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	89,54
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.1437	EMENDA (28490003) ZECA DIRCEU - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS APS -R$ 97.516,00		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1437 437	EMENDA (28490003) ZECA DIRCEU - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	89,54

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1E4C57FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 185/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5946 - Decreto n° 185/2026 de 15/09/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**			**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações			50.000,00
Despesa				
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação		50.000,00
03.001	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura		
04.122.0402.2008	Manutenção da Secretaria de Administração			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
450 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo		50.000,00
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura		
08.245.0801.2110	Manutenção dos Benefícios Eventuais			
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
5020 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo		50.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação		50.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E0E46EF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DE TEMÁTICA LIVRE POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial de Piraquara, por meio da Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento, designada pela Portaria nº 16/2026, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 03/2026, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO – AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MÉRITO CULTURAL**, referente à seleção de projetos culturais de temática livre para celebração de Termo de Execução Cultural, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.
A avaliação técnica de mérito cultural foi realizada por avaliadores/pareceristas externos, considerando os critérios estabelecidos no Anexo III do Edital nº 03/2026. Cada projeto foi avaliado por dois pareceristas, sendo a nota final correspondente à média aritmética simples das notas atribuídas.

1. RESULTADO PRELIMINAR

Classif.	Proponente	Par. 1	Par. 2	Média aritmética	Concorrência
1º	Yara Vieira Barros Francisco	91	95	93	Cota pessoa negra

2º	Maike Pereira Ramos	86	91	88,5	Cota pessoa negra
3º	Lucineia Lara da Luz	85	86	85,5	Ampla concorrência
4º	Silvane Cristina Pailo	85	85	85	Ampla concorrência
5º	Yoná Kuita Jacintho	82	86	84	Cota pessoa indígena
6º	Willian Silva dos Santos	77	85	81	Cota pessoa com deficiência
7º	Fabiana Regina Machado	74	87	80,5	Ampla concorrência
8º	Marise Lecheta Venske	80	80	80	Ampla concorrência
9º	Victor Lucas Lima de Oliveira	80	75	77,5	Cota pessoa negra
10º	Nitai Nunes Soares de Lima	76	77	76,5	Cota pessoa negra
11º	Lia Dias Marchi	76	76	76	Ampla concorrência
12º	Adriana Cristina Zielinski do Nascimento	73	77	75	Ampla concorrência
13º	João Victor Godinho	85	64	74,5	Cota pessoa negra
14º	Eliana Borges	76	73	74,5	Ampla concorrência
15º	Juliane dos Santos Rosa	77	72	74,5	Ampla concorrência
16º	José Vitor dos Santos	72	76	74	Cota pessoa negra
17º	Adrian Nunes da Silva	71	74	72,5	Cota pessoa com deficiência
18º	Inaue Lourenço Jacintho	71	74	72,5	Cota pessoa indígena
19º	Diana Monteiro Sitonio	72	73	72,5	Ampla concorrência
20º	Leandro Chamrek de Oliveira	68	76	72	Ampla concorrência
21º	Ester Vitória Mucke Soares	68	74	71	Ampla concorrência
22º	Vivaldo Vieira Neto	70	70	70	Ampla concorrência
23º	Mauro Antonio Dacol	70	70	70	Ampla concorrência
24º	Maicon Clenk Martins	62	75	68,5	Ampla concorrência
25º	Gleiciane Pauluk Rosário	60	72	66	Ampla concorrência
26º	Henrique Faria	70	62	66	Ampla concorrência
27º	Leonardo Moreira dos Santos	71	61	66	Cota pessoa negra
28º	Stephany Kauana Madruga dos Santos	67	64	65,5	Ampla concorrência
29º	Maicon José Gonçalves de Moraes	63	68	65,5	Cota pessoa negra
30º	Dharma Jhaz	58	70	64	Cota pessoa Negra
31º	Salete Cercal	56	68	62	Ampla concorrência
32º	Vanessa Karoline Rodrigues Canozi	61	61	61	Ampla concorrência
33º	Juliano Cezar Wolfart	50	62	56	Cota pessoa negra
34º	Lucas Fernandes Dias	60	50	55	Cota pessoa negra
35º	Michael Guido Vedodelli da Silva	58	47	52,5	Ampla concorrência
36º	Bruno Oliveira da Silva	42	50	46	Ampla concorrência
37º	Rosangela Lopes Cavalheiro	40	49	44,5	Ampla concorrência
38º	Rodrigo Amaral Canozi	42	43	42,5	Ampla concorrência
39º	Jhiuli Aparecida Cicossi Grespan	0	84	42	Cota pessoa negra
40º	Marcela Lopes Lago	0	71	35,5	Cota pessoa negra
41º	Marcos Felipe Micos Biss	31	38	34,5	Ampla concorrência
42º	Fabrício de Lima	36	24	30	Ampla concorrência
43º	Cintia Perez Ishizaka	0	55	27,5	Ampla concorrência

2. DOS PROJETOS PRELIMINARMENTE SELECIONADOS

Considerando o limite de **10 (dez) projetos** previstos no Edital nº 03/2026, a classificação preliminar observa a ordem decrescente da pontuação final, os critérios de desempate, as disposições relativas às ações afirmativas e cotas e as demais regras estabelecidas no edital.

Assim, ficam **preliminarmente selecionados**, nesta etapa, os projetos classificados até a 10ª colocação, observada a modalidade de concorrência indicada no quadro acima:

• Yara Vieira Barros Francisco – 93,0 pontos;
• Maike Pereira Ramos – 88,5 pontos;
• Lucineia Lara da Luz – 85,5 pontos;
• Silvane Cristina Pailo – 85,0 pontos;
• Yoná Kuita Jacintho – 84,0 pontos;
• Willian Silva dos Santos – 81,0 pontos;
• Fabiana Regina Machado – 80,5 pontos;
• Marise Lecheta Venske – 80,0 pontos;
• Victor Lucas Lima de Oliveira – 77,5 pontos;
• Nitai Nunes Soares de Lima – 76,5 pontos.

3. DOS RECURSOS

O presente resultado possui caráter **PRELIMINAR**, ficando assegurado aos proponentes o direito de interposição de recurso, nos termos, condições e prazos estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 03/2026.

Os recursos deverão ser apresentados na forma estabelecida no edital, observando-se o prazo e os procedimentos nele previstos.

Após o encerramento do prazo recursal e a análise dos eventuais recursos apresentados, será publicado o **Resultado Final da Etapa de Seleção**, observadas as disposições do Edital nº 03/2026 e a legislação aplicável. O próprio relatório da Comissão prevê a abertura do prazo recursal e, posteriormente, a elaboração e publicação do resultado definitivo.

Piraquara, 16 de setembro de 2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:33E16A5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 181, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Abre no Orçamento do Município de Pitanga de crédito especial no exercício de 2026, para os fins que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.617, de 15 de setembro de 2026:

Art. 1º Fica o Prefeito autorizado a abrir no orçamento do Município de Pitanga (Lei nº 2.585, de 23 de dezembro de 2025), crédito especial no valor total de R$ 546.095,56 (quinhentos e quarenta e seis mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), para atender às programações constantes do Anexo I.

ANEXO I			
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.361.0602.2.028		Seção de Ensino Fundamental	
759 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	200.000,00
759 - 3.1.90.94.00.00	101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	250.000,00
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
19		SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA	
19.001		GABINETE DO SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA	
19.001.04.122.0301.2.132		Manutenção do Gabinete da Secretaria de Gestão Pública	
766 - 3.3.90.92.00.00	9000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	96.095,56

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:
I - anulação de dotações orçamentárias no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II;
II - superávit financeiro de exercício anterior no valor de R$ 96.095,56 (noventa e seis mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) conforme indicado no Anexo II.

ANEXO II			
RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER À DESPESA			
Anulação	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.361.0602.2.028		Seção de Ensino Fundamental	
104 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	250.000,00
88		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.01.28.843.0001.0.001		Outros Encargos Especiais	
741 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	200.000,00
Superávit	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
	9000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício anterior	96.095,56

Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 2.568, de 17 de outubro de 2025 (Plano Plurianual-2026/2029), o Anexo de Metas e prioridades da Lei nº 2.569, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2026), a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026, no que couber.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Pitanga/PR, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:71B6B1EB

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 182, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Anexo III do Decreto nº 153, de 27 de julho de 2026, que abre no orçamento do Município de Pitanga crédito suplementar e especial no exercício de 2026, para correção de fonte de recursos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.619, de 15 de setembro de 2026,

Art. 1º O Anexo III do Decreto nº 153, de 27 de julho de 2026, passa a vigorar de acordo com o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ANEXO III			
Superávit financeiro			
	Fonte	**Descrição**	**Valor**
	9000	Recursos ordinários livres	308.000,00
Total da Suplementação:			308.000,00
Anulação			
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor**
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE	

		EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.365.0602.2.029		Seção de Educação Infantil - Creche	
119 – 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.270.000,00
06.003		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
06.003.12.306.0602.2.034		Alimentação Escolar	
164 – 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	200.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.0801.2.046		Estratégia Saúde da Família - ESF	
227 – 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
228 – 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	173.000,00
234 – 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	224.000,00
17		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
17.007		DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	
17.007.26.782.1701.2.162		Manutenção das atividades do Departamento de Obras e Viação	
578 – 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.365.0602.2.029		Seção de Educação Infantil - Creche	
119 – 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.0801.2.046		Estratégia Saúde da Família - ESF	
227 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.000,00
08.002.10.301.0801.2.047		Programa Saúde Bucal	
242 - 3.3.90.32.00.00	494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	40.000,00
08.003		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
08.003.10.305.0801.2.054		Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Trabalhador	
311 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
88		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001.28.843.0001.0.002		Amortização e Encargos da Dívida Interna	
743 - 3.2.90.21.00.00	1000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	450.000,00
Total da anulação:			2.742.000,00

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:39F73EF2

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.617, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a abertura no Orçamento do Município de Pitanga de crédito especial no exercício de 2026, para os fins que especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Prefeito autorizado a abrir no orçamento do Município de Pitanga (Lei nº 2.585, de 23 de dezembro de 2025), crédito especial no valor total de R$ 546.095,56 (quinhentos e quarenta e seis mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:
I - anulação de dotações orçamentárias no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II;
II - superávit financeiro de exercício anterior no valor de R$ 96.095,56 (noventa e seis mil, noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 2.568, de 17 de outubro de 2025 (Plano Plurianual-2026/2029), o Anexo de Metas e prioridades da Lei nº 2.569, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2026), a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Pitanga/PR, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ANEXO I			
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.361.0602.2.028		Seção de Ensino Fundamental	
759 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	200.000,00
759 - 3.1.90.94.00.00	101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	250.000,00
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**

19		SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA	
19.001		GABINETE DO SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA	
19.001.04.122.0301.2.132		Manutenção do Gabinete da Secretaria de Gestão Pública	
766 - 3.3.90.92.00.00	9000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	96.095,56

ANEXO II			
RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER À DESPESA			
Anulação	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.361.0602.2.028		Seção de Ensino Fundamental	
104 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	250.000,00
88		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.01.28.843.0001.0.001		Outros Encargos Especiais	
741 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	200.000,00
Superávit	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
	9000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício anterior	96.095,56

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:51F9BAED

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.619, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Anexo III da Lei nº 2.615, de 27 de julho de 2026, que autoriza a abertura no orçamento do Município de Pitanga de crédito suplementar e especial no exercício de 2026, para correção de fonte de recursos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Anexo III da Lei nº 2.615, de 27 de julho de 2026, passa a vigorar de acordo com o anexo único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 15 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ANEXO ÚNICO

ANEXO III			
Superávit financeiro			
	Fonte	**Descrição**	**Valor**
	9000	Recursos ordinários livres	308.000,00
Total da Suplementação:			308.000,00
Anulação			
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor**
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.365.0602.2.029		Seção de Educação Infantil - Creche	
119 – 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.270.000,00
06.003		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
06.003.12.306.0602.2.034		Alimentação Escolar	
164 – 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	200.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.0801.2.046		Estratégia Saúde da Família - ESF	
227 – 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
228 – 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	173.000,00
234 – 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	224.000,00
17		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
17.007		DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	
17.007.26.782.1701.2.162		Manutenção das atividades do Departamento de Obras e Viação	
578 – 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
06.002		DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	
06.002.12.365.0602.2.029		Seção de Educação Infantil - Creche	
119 – 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.0801.2.046		Estratégia Saúde da Família - ESF	
227 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.000,00
08.002.10.301.0801.2.047		Programa Saúde Bucal	
242 - 3.3.90.32.00.00	494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	40.000,00
08.003		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
08.003.10.305.0801.2.054		Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Trabalhador	
311 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00

88		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
88.001.28.843.0001.0.002		Amortização e Encargos da Dívida Interna	
743 - 3.2.90.21.00.00	1000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	450.000,00
Total da anulação:			2.742.000,00

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9A40AD07

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO PRORROGAÇÃO ATA 212-2025 ELIAS BELARMINIO

TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Dirceu Moraes**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, **57.935.866 ELIAS BELARMINIO DA SILVA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.935.866/0001-01, estabelecida na Avenida Brasil, nº 481, Centro, Pitanga – PR, CEP 85.200-149, neste ato representada pelo Sr. **Elias Belarminio da Silva**, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 212/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 212/2025 por mais 12 (doze) meses**, bem como a **renovação dos quantitativos originalmente registrados**, até o limite do quantitativo original, conforme previsto na Cláusula Terceira da Ata. Nos termos do Artigo 84 da Lei Federal 14133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 212/2025 por mais **12 (doze) meses**, de 07/08/2026 A 06/08/2027, mantidas as demais condições originalmente pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Ficam renovados os quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 212/2025, até o limite dos quantitativos inicialmente registrados, com o valor correspondente com a renovação de **R$ 188.597,58 (cento e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos). Conforme itens listados no Anexo 1.**

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 212/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pitanga, 06 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

57.935.866 Elias Belarminio Da Silva
ELIAS BELARMINIO DA SILVA
Detentora da Ata

ANEXO I – QUADRO DOS ITENS E QUANTITATIVOS RENOVADOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2025 – VIGÊNCIA ORIGINAL: 06/08/2025 A 06/08/2026 – PRORROGAÇÃO: 07/08/2026 A 06/08/2027

Lote	Item	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Renovada	Valor Unitário	Valor Total
3	1	24773	ALCOOL EM GEL 70%, Anti-séptico e Bactericida para limpeza e assepsia das mãos. EMBALAGEM DE 500 ML	ARAUCARIA	UN	74	R$ 8,39	R$ 620,86
5	1	59909	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% EMB. 1L.	ARAUCARIA	UN	409	R$ 6,15	R$ 2.515,35
6	1	4615	AMACIANTE DE ROUPA. Tensoativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo Cloreto de dialquil dimetil amônio.EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 2 LITROS.	LIMPINHA	GALAO	100	R$ 6,53	R$ 653,00
8	1	73984	APARELHO DESCARTÁVEL PARA BARBEAR, CABEÇA FIXA, COM 2 UNIDADES.	OLS	UNID	50	R$ 4,66	R$ 233,00
9	1	6642	BALDE PLÁSTICO 10 LITROS, COM ALÇA DE ALUMÍNIO	ARQPLAST	UN	75	R$ 12,13	R$ 909,75
10	1	4618	BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE DE 15 LITROS, 1º LINHA, COM ALÇA DE ALUMÍNIO	ARQPLAST	UN	22	R$ 15,21	R$ 334,62
13	1	2397	BOTA CANO CURTO DE BORRACHA Nº 40	KALA	UN	6	R$ 37,15	R$ 222,90
15	1	25621	CAIXA PLASTICA MULTIUSO ESTILO SUPERMERCADO, DIMENSÕES EXTERNAS: 36,5 cm (LARGURA) x 55 cm (COMPRIMENTO) x 31 cm (ALTURA); CORES DIVERSAS CORES	ARQPLAST	UN	22	R$ 35,56	R$ 782,32
16	1	43206	CERA ANTIDERRAPANTE INCOLOR CERA LIQUIDA AUTO BRILHO, COMPOSIÇÃO CERAS NATURAIS E SINTETICAS, RESIMAX, PLASTIFICANTES, NIVELADORES, PRESERVANTES, FRAGANCIA E AGUA. TEOR DE NÃOVOLTAVEIS: 8,0 A 11,0%; PH (25°C) 8,4 A 9,4 ; DENSIDADE APROX: 1,0g/ml; ASPECTO FISICO LIQUIDO FRAGANCIA FLORA; CORES INCOLOR; RENDIMENTO 40 A 60M²/ L; EMBALAGEM DE 750ml.	GUANABARA	UN	106	R$ 11,39	R$ 1.207,34
17	1	73987	CHUPETA 100% EM SILICONE, MACIO E FLEXÍVEL; LIVRE DE BPA; COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO; BICO EM SILICONE TRANSPARENTE; CORES NEUTRAS;	PLAST	UNID	30	R$ 13,93	R$ 417,90
18	1	73971	CONDICIONADOR, CONDICIONADOR NEUTRO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS, EMBALAGEM RECICLÁVEL DE 350ML, FÓRMULA LIVRE DE PARABENOS E SEM	LUC	UNID	100	R$ 17,32	R$ 1.732,00

19	1	73973	CONDICIONADOR INFANTIL CONDICIONADOR PARA BEBÊ; TIPO CREME; FÓRMULA QUE NÃO ARDE OS OLHOS; HIPOALERGÊNICO; DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO; COM FRAGRÂNCIA DE CAMOMILA NATURAL; EMBALAGEM COM 200ML	INFANTIL	UNID	100	R$ 11,71	R$ 1.171,00
20	1	73979	CORTADOR DE UNHA, CLÁSSICO; CORTA UNHAS DAS MÃOS E PÉS; EM AÇO CARBONO NIQUELADO; COM LIXA EMBUTIDA; DIMENSÕES DO PRODUTO: 15,5 CM X 6,5 CM X 2 CM; FORMATO ANATÔMICO.	STYLO	UNID	10	R$ 5,81	R$ 58,10
21	1	36409	CREME DENTAL EMBALAGEM CONTENDO 90G. POSSUIR FLÚOR E CALCIO, FORMULA COM MICRO PARTICULAS POLIDORAS. SABORES TRADICIONAL/ MENTA, TESTADO ODONTOLOGICAMENTE.	FREE DENTE	UN	150	R$ 3,39	R$ 508,50
22	1	73976	CREME PARA PENTEAR, HIDRATAÇÃO E CONTROLE DO FRIZZ; FÓRMULA COM VITAMINA B5, ÓLEO DE COCO E ELASTINA; EMBALAGEM RECICLÁVEL COM 300ML; FORMA DO PRODUTO: CREME; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO;	CREME	UNID	100	R$ 10,29	R$ 1.029,00
23	1	73700	DESENGORDURANTE PARA LIMPEZA COZINHA 500 ML. DISSOLVE 100% DA GORDURA LIMPA ATÉ 20X MAIS QUE O DETERGENTE RESTAURA O BRILHO PODE SER USADO EM LOUÇAS E PANELAS LAURAMINA ÓXIDA, TENSOATIVO CATIÔNICO, SEQUESTRANTE, ALCALINIZANTE, SOLVENTE, FRAGRÂNCIA DIVERSAS	AU	UNID	50	R$ 11,99	R$ 599,50
24	1	43211	DESENTUPIDOR DE BORRACHA PARA PIA, COM DIÂMETRO DE 8 A 12 cm.	FR	UN	4	R$ 14,49	R$ 57,96
26	1	60878	DESINFETANTE LÍQUIDO, MULTIUSO, AÇÃO BACTERICIDA, COMPOSTO DE ESSÊNCIA DE EUCALIPTO, CLORETO DE ALQUIDIMETIL, BENZIL AMÔNIO, FORMALDEÍDO, NONIL, FENOL, ETOXILADO, CORANTE E ÁGUA, EMBALAGEM DE 2 LITROS	LIMPINHA	GALAO	724	R$ 5,90	R$ 4.271,60
27	1	69185	Desodorante; Antitranspirante; Em Aerosol; Feminino, Sem Alcool; Composto de Butano; Cloridrato de Aluminio; Essencia Suave; Embalado Em Frasco 150 Ml; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	ABOVE	UN	30	R$ 10,69	R$ 320,70
28	1	43218	DESODORIZADOR DE AR LÍQUIDO, AEROSOL, COM NO MÍNIMO 350 ML.	FLASH	UN	306	R$ 11,99	R$ 3.668,94
29	1	72361	DETERGENTE ENZIMÁTICO, A BASE DE AMILASE, PROTEASE E CARBOIDRASE, FRASCO DE 1000, 00 ML.	ENZIMATICO	UN	100	R$ 21,99	R$ 2.199,00
30	1	36559	DETERGENTE LÍQUIDO CONCENTRADO BIODEGRADÁVEL- 5 LITROS	VIDA	GALAO	160	R$ 16,19	R$ 2.590,40
31	1	43222	DETERGENTE LÍQUIDO, PARA COZINHA, 500 ML, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	VIDA	UN	1.344	R$ 1,79	R$ 2.405,76
33	1	22834	ESCADA DE ALUMÍNIO 7 DEGRAUS	MR	UN	2	R$ 324,95	R$ 649,90
35	1	73977	ESCOVA DE DENTES, ESCOVA DE DENTES INFANTIL; CERDAS EXTRA MACIAS; CABEÇA PEQUENA IDEAL PARA CRINÇAS; ANATÔMICA E ERGONÔMICA;	DENTIL	UNID	10	R$ 4,74	R$ 47,40
36	1	4636	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, DE MÃO, CABO DE NYLON	PLAST	UN	77	R$ 5,44	R$ 418,88
38	1	43230	ESCOVA PLÁSTICA REDONDA COM SUPORTE PARA LIMPAR VASO SANITÁRIO - RESISTENTE - POSSUI SUPORTE PARA FACILITAR ARMAZENAMENTO. - MATERIAL DO CABO E SUPORTE: PLÁSTICO POLIPROPILENO. - MATERIAL DAS CERDAS: PLÁSTICO POLIETILENO TEREFTALATO (PET). - MATERIAIS LIVRES DE BPA - DIÂMETRO DA ESCOVA 9 CM - DIÂMETRO DO SUPORTE 11,5 CM - ALTURA DA ESCOVA + CABO 34,5 CM - ALTURA DO SUPORTE 9 CM	PLAST	UN	15	R$ 9,95	R$ 149,25
39	1	65234	Escova redonda para vaso sanitario que permite limpeza da borda do vaso.	PLAST	UND	109	R$ 9,88	R$ 1.076,92
40	1	73975	ESMALTE, PARA UNHAS; LONGA DURAÇÃO; EMBALAGEM COM 7,5 ML; FORMA DO PRODUTO: GEL; COBERTURA CREMOSO; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO; CORES VARIADAS;	LORRAC	UNID	10	R$ 5,58	R$ 55,80
41	1	73699	ESPANADOR PÓ SINTETICO, CABO PLASTICO, TAMANHO DE REFERENCIA N°30 PARA LIMPEZA DIÁRIA DE MANEIRA RÁPIDA E PRATICA	PLAST	UNID	10	R$ 14,30	R$ 143,00
44	1	36135	ESTOPA COLORIDA FARDOS COM 20 KG	ESTOPA	UN	10	R$ 213,55	R$ 2.135,50
46	1	43236	FLANELA PARA LIMPEZA, MEDINDO 38 CM X 58 CM (TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 2 %)	PANOSUL	UN	364	R$ 4,97	R$ 1.809,08
54	1	33635	HASTE FLEXIVEL DE POLIPROPILENO COM PONTAS DE ALGODÃO	USE	CAIXA	20	R$ 3,87	R$ 77,40
56	1	73697	INSETICIDA AEROSSOL 450ML SEM CHEIRO MULTI-INSETICIDA À BASE DE ÁGUA EFICIENTE PARA MATAR MOSQUITOS (INCLUSIVE O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA VÍRUS E CHIKUNGUNYA), PERNILONGOS, MURIÇOCAS, MOSCAS FÓRMULA INSETICIDA À BASE DE ÁGUA SEM CHEIRO.	INSET	UNID	250	R$ 15,03	R$ 3.757,50
57	1	36755	JOGO DE MANGUEIRA DE JARDIM COM ESGUICHO 30 M	JC	UN	67	R$ 81,48	R$ 5.459,16
58	1	73980	LENÇO UMEDECIDO, TOALHAS UMEDECIDAS DOBRADAS INDIVIDUALMENTE; TECIDO ABSORVENTE E MACIO; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; HIPOALERGÊNICO; EMBALAGEM COM 100 UNIDADES; TAMPA ABRE FÁCIL;	USE	UNID	80	R$ 14,03	R$ 1.122,40
60	1	73696	Limpa Vidro 500ml, contendo Álcool, alto poder de limpeza rápida e eficiente sobre as sujeiras difíceis em : vidros, acrílicos, espelhos e superfícies vitrais em geral.	KM	UNID	50	R$ 6,44	R$ 322,00
62	1	67279	LIXEIRA CESTO TELADO REDONDO 8 LITROS, ESCRITÓRIO/COZINHA.	ARQPLAST	UN	57	R$ 9,58	R$ 546,06
64	1	69593	LIXEIRA EM PLASTICO, COM TAMPA, COM PEDAL, FABRICADA EM POLITILENO, CAPACIDADE 100 LITROS.	ARQPLAST	UNID	60	R$ 114,70	R$ 6.882,00
66	1	74128	LOÇÃO HIDRATANTE BABY embalagem contendo 200 ml desenvolvida para oferecer o cuidado suave e hidratação profunda que a pele do bebê precisa. Com uma fórmula rica e de rápida absorção, mantendo a pele macia, nutrida e protegida ao longo do dia, sem deixar sensação oleosa. Testada dermatologicamente e hipoalergênica, ideal para as peles mais sensíveis, proporcionando um toque de carinho e proteção. (hidratação intensa e duradoura, (rápida absorção: a loção é de fácil aplicação e rapidamente absorvida pela pele, garantindo que seu bebê fique confortável o dia todo. (cuidado suave: com ingredientes delicados, foi formulada para não irritar a pele sensível do bebê, sendo perfeita para o uso diário.) (hipoalergênica e dermatologicamente testada: sem fragrâncias artificiais e com ph balanceado, ideal para a pele mais delicada e propensa a alergias.) (proteção e conforto: ajuda a restaurar a barreira protetora natural da pele, prevenindo ressecamento e mantendo a maciez.) (igual, similar ou superior a Johnson, Dove, Pampers)	BABY	UNID	10	R$ 43,99	R$ 439,90
68	1	62220	Luva de látex cano longo com punho em virola para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos tais como classe b - detergentes, sabões, amoníaco e similares e classe c - tipo 3: álcoois, tipo 5: cetonas, tipo 6: ácidos orgânicos. Confeccionada em borracha natural (látex), sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos. Formato anatômico, punho sanfonado (virola). Tamanho G.	LUVA	PAR	2	R$ 25,77	R$ 51,54
70	1	73003	Luva de látex cano longo com punho em virola para proteção das mãos do usuário contra agentes químicos tais como classe b - detergentes, sabões, amoníaco e similares e classe c - tipo 3: álcoois, tipo 5: cetonas, tipo 6: ácidos orgânicos. confeccionada em borracha natural (látex), sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos. formato anatômico, punho sanfonado (virola). tamanho p.	LUVA	UNID	50	R$ 25,74	R$ 1.287,00
72	1	33716	LUVA DE LATEX - TAM. G	LUVA	PAR	121	R$ 6,72	R$ 813,12
74	1	73631	LUVA NITRÍLICA FLOCADA, COM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, PALMA ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO, TAMANHO M	LUVA	UNID	80	R$ 21,87	R$ 1.749,60
76	1	73703	MANGUEIRA FLEXÍVEL PARA JARDIM COM ESGUICHO 50 METROS DE COMPRIMENTO, USO COM PRESSÃO DA ÁGUA DE ATÉ 12 BAR [174 PSI] E TEMPERATURA DE 50 °C, PARA MAIOR RESISTÊNCIA POSSUI 3 CAMADAS DISTINTAS: INTERNA EM PVC, INTERMEDIÁRIA EM FIO DE POLIÉSTER TRANÇADO E EXTERNA EM PVC. - ACOMPANHA 01 ESGUICHO COM JATO REGULÁVEL E 01 ADAPTADOR COM ENGATE ROSQUEADO, O ESGUICHO POSSUI PRÁTICO SISTEMA DE REGULAGEM DO FLUXO D'ÁGUA ATRAVÉS DO REGULADOR FRONTAL,O ESGUICHO É CONECTADO EM MANGUEIRAS ATRAVÉS DE SISTEMA DE FIXAÇÃO ROSQUEADO.	MANGUEIRA	UNID	5	R$ 147,00	R$ 735,00
77	1	43251	PÁ COLETORA PARA LIXO ARTICULADA COM BASE E TAMPA GRAFITE, CABO EM ALUMÍNIO 70 CM E FIXADOR DE VASSOURA, DIMENSÕES: 27CM LARGURA	PLAS	UN	83	R$ 50,06	R$ 4.154,98

			X 30CM COMPRIMENTO X 87 ALTURA.					
79	1	73630	PANO DE LIMPEZA DE MICROFIBRA, MEDINDO NO MÍNIMO 30X30, CORES DIVERSAS	PANO S	01	24	R$ 22,15	R$ 531,60
81	1	38997	Pano de prato colorido 100% algodão, kit c/10	PANO S	UN	3	R$ 43,80	R$ 131,40
84	1	55170	PAPEL HIGIÊNICO PICOTADO ROLO DE 60 METROS X 10 CM, FARDO COM 64 ROLOS, PAPEL BRANCO, MACIO E ABSORVENTE, FOLHA SIMPLES, COMPOSTO DE 100% (CEM POR CENTO) DE FIBRAS CELULÓSICAS OU NATURAIS, PODENDO APRESENTAR FRAGRÂNCIA.	TROPICOS	FARDO	540	R$ 83,43	R$ 45.052,20
85	1	74537	PAPEL TOALHA BRANCO DUAS DOBRAS, 20CM x 20CM, 100% CELULOSE VIRGEM, COM FIBRAS NATURAIS, EMBALADOS EM SACO PLÁSTICO TOTALMENTE VEDADO, COM 1000 FOLHAS CADA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA OU PAPEL COM TOTAL DE 5000 FOLHAS.	REMA	PCT	740	R$ 73,49	R$ 54.382,60
91	1	60498	Pulverizador doméstico 500 ml, Bico Regulável de Jato, confeccionado de polipropileno resistente, Capacho tamanho mínimo 90x60, Material: Trama Vinílica, Espessura: 13mm, Antiderrapante, Antichamas, Antifúngico, base emborrachada, Resistente para alto tráfego de pessoas, Proteção UV contra desbotamento, cor azul petróleo ou preto. Personalizado.	PLAST	UN	50	R$ 14,74	R$ 737,00
94	1	66059	Rastelo Tipo Vassoura Em Aco,palhc/22 Dentes,cabo.med.aprox.152cm Especificação Técnica:Rastelo; Em Aco, Tipo Vassoura, Palheta Regulavel ,para Grama; Com Tamanho 22 Dentes,em Aco; Com Cabo de Madeira Medindo Aproximadamente 152 Cm de Comprimento Total;	PLAS	UN	25	R$ 23,40	R$ 585,00
95	1	43344	Refil álcool em gel, 70%, EMBALAGEM 800 ML (compatível clean velox premisse)	GENERICO	UN	20	R$ 12,10	R$ 242,00
97	1	16827	REGADOR PLÁSTICO CAP. 10 LITROS. REf vonder	MS	UN	5	R$ 21,82	R$ 109,10
99	1	43273	REPELENTE DE INSETOS - TÓPICO. LOÇÃO - FRASCO COM 200 ML	INSET	UN	10	R$ 17,71	R$ 177,10
101	1	4661	RODO DE BORRACHA GIGANTE COM CABO, BASE E CABO DE MADEIRA, 80 CM	LOCATELLI	UN	20	R$ 33,15	R$ 663,00
103	1	60923	RODO DE ESPUMA, FACE COM ABRASIVO 40CM.	LOCATELLI	UN	12	R$ 13,82	R$ 165,84
107	1	67278	RODO LIMPA VIDROS EXTENSOR 3,10 MTS	GENERICO	UN	4	R$ 72,27	R$ 289,08
109	1	43290	SABÃO EM PEDRA, GLICERINADO, COM NO MÍNIMO 200G, PACOTE COM 05 BARRAS.	BARRA	PCT	290	R$ 9,42	R$ 2.731,80
112	1	73702	SABONETE EM BARRA - SODIUM OLEATE / SODIUM PALMITATE / SODIUM LAURATE (JABÓN DE SODIO), AQUA, GLYCERIN, PARFUM, SODIUM CHLORIDE, LINUM USITATISSIMUM (LINSEED) SEED OIL, TITANIUM DIOXIDE, HYDROGENATED JOJOBA OIL, TETRASODIUM EDTA, ETIDRONIC ACID, CI 77007, CI 77492, FUCUS VESICULOSUS EXTRACT, HEXYL CINNAMAL, LIMONENE, BUTYLPHENYL METHYLPROPIONAL, CITRONELLOL, EUGENOL. SABONETE EM BARRA ANTIBACTERIANO LIMPEZA PROFUNDA, REMOVE GORDURA E IMPUREZAS DOS POROS PARA UMA PELE SAUDÁVEL. OFERECE PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA NATURAL COM ÓLEO DE LINHAÇA. ELIMINA 99,9% DAS BACTÉRIAS* MANTENDO VOCÊ PROTEGIDO AO LONGO DO DIA**.	VIDA	UNID	30	R$ 3,16	R$ 94,80
116	1	73012	Saco plástico lixo, capacidade 100 l, cor branco leitoso, largura 92 cm, altura 102 cm, espessura 0,12 mm, aplicação coleta de resíduos infectantes sólidos, normas técnicas nbr 9195, nbr 9191, nbr 7500, material polietileno, embalagem com 100 unidades	PLAS	UNID	90	R$ 54,02	R$ 4.861,80
119	1	55346	SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO HOSPITALAR, CAPACIDADE PARA 50 LITROS OU 15 KG, NAS DIMENSÕES DE 63CM DE LARGURA E NO MÍNIMO 80CM DE ALTURA, COM SOLDA CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME. DEVERÁ CONSTAR EM CADA SACO INDIVIDUALMENTE A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE POR SEU CNPJ, A CAPACIDADE NOMINAL EM LITROS E QUILOGRAMAS E O SÍMBOLO DE SUBSTANCIA INFECTANTE CONFORME NBR 7500, COM A INSCRIÇÃO: RESÍDUO INFECTANTE - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PLAS	PCT	90	R$ 29,56	R$ 2.660,40
125	1	43318	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO, FRASCO COM 300 ML.	250 ml	UN	240	R$ 8,63	R$ 2.071,20
127	1	73970	SHAMPOO, SHAMPOO NEUTRO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS, EMBALAGEM RECICLÁVEL DE 350ML, FÓRMULA LIVRE DE PAREBENOS E SEM SAL; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO;	LUC	UNID	24	R$ 12,13	R$ 291,12
129	1	73983	TALCO, PARA BEBÊ; FRAGRÂNCIA SUAVE; TOQUE SECO; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO; HIPOALERGENICO; EMBALAGEM COM 200GR;	160 GR	UNID	10	R$ 20,49	R$ 204,90
131	1	6679	TOALHA DE ROSTO COR ESCURA 0,70 X 0,45 CM	PANO S	UN	210	R$ 13,99	R$ 2.937,90
133	1	43322	VASSOURA TIPO CAIPIRA COM CABO DE MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 1,50M. DE COMPRIMENTO, COM 4 AMARRAS	LOCATELLI	UN	265	R$ 27,49	R$ 7.284,85
TOTAL								**R$ 188.597,58**

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:F58B68E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°234/2026 DO PREGÃO N.°56/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°234/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.°56/2026	**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°281/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:14/09/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor **DIRCEU MORAES**, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 56/2026, para o **registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, para futura e eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ,** conforme o Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda da Secretaria Participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, para futura e eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.
1.2. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.3. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.4. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, os seguintes:

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificado – adjudicado para **LS USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 61.705.242/0001-75, estabelecida na Loteamento 1-B E 1-C, Zona Rural Gleba Guareta, n.° 01, Zona Rural, Lidianópolis – PR, CEP 86865-000, neste ato representada pelo **Sr. Lilian Aparecida Da Silveira Simões**, portador do CPF nº. 034.203.819-21, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTE;

Lote	Cód.	Especificação	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)
1	71190	Concreto Betuminoso Usinado a Quente. Faixa Granulométrica = Faixa "C", Densidade Aparente, método DNER-ME 043/95, de 2,537 g/cm³. Teor ótimo de CAP adotado é 5,3%	TON	2.000	R$ 748,22	R$ 1.496.440,00

2.3. Preço Total Registrado: R$ 1.496.440,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1. VIGÊNCIA:
3.2. Da vigência da ata de registro de preços.
3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato.
3.4. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação dos quantitativos registrados (renovação de saldo), desde que preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos condicionantes:
I – Anuência prévia e expressa do fornecedor registrado;
II – Comprovação de vantajosidade, mediante nova pesquisa de preços atestando que os valores permanecem compatíveis com o mercado;
III – A prorrogação com renovação de quantitativos esteja alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA); e
IV – O respectivo Termo Aditivo seja celebrado tempestivamente, dentro do prazo de vigência original da ata, ou seja, antes de expirado seu prazo ou esgotado seu objeto, o que ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração.
4.2. O fornecedor obriga-se a realizar o fornecimento dos bens em estrita conformidade com as condições, especificações, prazos e demais requisitos constantes do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, os quais integram esta Ata para todos os fins legais.
4.3. O fornecedor sujeita-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas obrigações

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL
5.1.1. Os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que fundamentou a contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
5.1.2. O reajustamento será realizado mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
5.1.3. A aplicação do reajuste dependerá de solicitação formal da contratada, acompanhada da demonstração do decurso do período mínimo legal e da manutenção das condições necessárias à execução contratual.
5.1.4. Para fins de cálculo do reajuste, será considerada como data-base aquela correspondente ao orçamento estimado utilizado pela Administração Municipal para formação dos preços da presente contratação, nos termos da legislação vigente.
5.1.5. O reajustamento dos preços registrados ficará condicionado à análise e aprovação da Administração Municipal, mediante manifestação do setor técnico competente.
5.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
5.2.1. Fica assegurado à contratada o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, sempre que fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração, alterarem substancialmente os encargos originalmente assumidos.

5.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado quando ocorrerem situações extraordinárias que impactem diretamente os custos de fornecimento dos itens objeto da contratação, desde que devidamente demonstrado o nexo de causalidade entre o fato superveniente e a alteração dos encargos originalmente assumidos pela contratada.
5.2.3. Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá demonstrar, de forma objetiva e documentalmente comprovada, a ocorrência do fato superveniente, o impacto extraordinário sobre os custos dos produtos objeto da contratação e a efetiva repercussão sobre os preços registrados.
5.2.4. Todo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizado pela contratada durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do instrumento dela decorrente e instruído, no mínimo, com:
I – demonstração do fato superveniente causador do alegado desequilíbrio;
II – memória de cálculo detalhada do valor pretendido;
III – documentos fiscais, notas fiscais de aquisição, tabelas de preços, cotações ou outros elementos idôneos que permitam comparar os custos existentes à época da formulação da proposta com os custos atuais;
IV – indicação dos itens atingidos e dos respectivos valores de recomposição solicitados;
V – demonstração do impacto econômico e do nexo de causalidade entre o fato alegado e a alteração dos custos da contratação.
5.2.5. A Administração poderá solicitar documentos, informações ou esclarecimentos complementares que considerar necessários à adequada análise do pedido.
5.2.6. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro será analisada pela Administração Municipal, podendo ser objeto de diligências complementares, análise técnica e manifestação jurídica, quando cabíveis, previamente à decisão da autoridade competente.
5.2.7. Reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro, a recomposição poderá ocorrer mediante revisão dos preços registrados ou por outra forma legalmente admitida, desde que devidamente justificada e formalizada.
5.2.8. Não serão admitidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro fundamentados exclusivamente em oscilações ordinárias, previsíveis ou inerentes ao risco normal da atividade econômica da contratada, sem demonstração de fato extraordinário apto a alterar a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida.

5.2.9. O pedido de reajuste ou de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as demais condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. For liberado;
6.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3. Cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1. Pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

•
A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

•
Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos materiais, corporais ou morais causados a terceiros ou ao patrimônio público ou privado decorrentes do fornecimento e transporte do material, quando imputáveis à Contratada, obrigando-se à imediata reparação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021

•
Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.

•
Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

•
Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

•
A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.

•
Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.

•
Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais.

•

Substituir os materiais deste Termo de Referência, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

•
Entregar os materiais contratados de forma parcelada (Sistema Registro de Preço), conforme Nota de Empenho da Contratante via e-mail, nas quantidades e especificações que trat a este termo.

•
Comprometer-se a fornecer o objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, e no caso de não ser o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor;

•
Apresentar, antes da emissão da primeira Ordem de Fornecimento, o **Projeto de Mistura (Traço do CBUQ)** correspondente ao material a ser fornecido, acompanhado dos respectivos ensaios ou laudo técnico e devidamente assinado pelo responsável técnico pela elaboração da composição, para análise e aprovação da fiscalização da Secretaria Municipal de Obras.

•
Manter, durante o fornecimento, as características e os parâmetros estabelecidos no Projeto de Mistura aprovado, devendo comunicar previamente à Administração qualquer alteração na composição ou nos materiais utilizados na produção do CBUQ.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

•
Fiscalizar, por meio da Comissão de Recebimento da municipalidade conforme as especificações deste Termo;

•
Atestar as Faturas, após comprovação do recebimento dos materiais, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

•
Acompanhar e fiscalizar, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando ao fornecedor as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

•
Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

•
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.

•
Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

•
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

•
Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo;

•
A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

•
Comunicar em tem hábil, via e-mail, à Contratada, a quantidade dos objetos a serem fornecidos, em Notas de Empenho assinadas pela autoridade competente.

Indicar formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidores formalmente designados pela Portaria n° 599/2026 da Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
13.2. A atuação do fiscal contratual compreenderá, dentre outras atribuições: técnicas previstas neste Termo de Referência;
II – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
III – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
IV – comunicar formalmente a autoridades competentes eventuais irregularidades, atrasos, descumprimentos ou vícios constatados;
V – solicitar a aplicação de penalidades, quando cabível;

VI – acompanhar a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes;
VII – certificar a regular execução para fins de pagamento.
13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, integridade e regular funcionamento do objeto fornecido, permanecendo esta responsável por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, nos termos da legislação vigente
13.4. A designação dos fiscais observará a estrutura organizacional do Município, sendo atribuída aos servidores indicados por Secretaria demandante, conforme relação nominal constante neste Termo de Referência ou em ato administrativo específico.
13.5. Os fiscais atuarão dentro dos limites de suas atribuições funcionais, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação que exija decisão superior.
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO.
Fiscal de contratos: Anderson Luiz Pauluk Matrícula:50301

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

•
O material deverá ser entregue no endereço solicitado pela secretaria de obras. No horário das 08h30min até as 11h30min e das 13h30min até as 17h00min.

•
A contratada deverá realizar a entrega dos objetos na quantidade solicitada em conformidade com a Nota de Empenho, a Ata de Registro de Preço e o Edital;

•
O material entregue devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

•
Não serão recebidos metade ou parte dos materiais solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos / objetos / serviços solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

•
A descarga do material deverá ser em local designado em pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, e deverá ser feita por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários para o fornecimento do material;

•
Os materiais serão conferidos no ato da entrega por um responsável da secretaria solicitante que também fara a fiscalização da Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

•
Na hipótese de a verificação a que se refere o sub-item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

•
O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade do material, resguardando-se a Secretaria de Obras do Município de Pitanga o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e ou inferior. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão de Recebimento, a Secretaria de Obras Infraestrutura e Urbanismo, poderá aplicar a penalidade de suspensão prevista em lei e no Edital de licitação.

•
Para fins de controle de qualidade e mitigação de riscos, será obrigatória a apresentação, pelo fornecedor, de laudos técnicos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO ou por entidade de reconhecida competência técnica, atestando a conformidade dos materiais às normas da ABNT NBR 12949/1993 e demais parâmetros estabelecidos no Termo de Referência. Os laudos deverão acompanhar cada lote fornecido e conter, de forma inequívoca, os resultados dos ensaios e testes realizados, sob pena de rejeição do material e aplicação das sanções cabíveis.

•
Além do seu preço de venda, a Empresa deverá cumprir as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

•
O material deve estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

•
A contratada terá o prazo de 7 dias úteis para entrega do objeto, a contar da data do recebimento da solicitação de empenho.

•
O material deverá ser transportado, pela empresa vencedora, desde o seu local de mistura até o local de colocação com a maior rapidez possível, através de equipamentos transportadores especiais que evitem vazamento ou desperdício do material.

•
Todo equipamento transportador deverá ter dispositivo de identificação e características de funcionamento que permitam à Fiscalização determinar as suas condições de operação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações por meio da Ata de Registro de Preços correrão à conta das Secretarias requisitantes, conforme disponibilidade orçamentária vigente à época da contratação.
15.2. Os empenhos serão realizados utilizando a seguinte dotação orçamentária

RED.	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
504	13002154511301108233900000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
512	13002154521301208333900000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
512	13002154521301208333900000	1065	MATERIAL DE CONSUMO
512	13002154521301208333900000	15	MATERIAL DE CONSUMO
512	13002154521301208333900000	16	MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela fiscalização, após comprovado o adimplemento integral das obrigações contratuais pela contratada.
16.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta às certidões pertinentes, incluindo regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme legislação vigente.
16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajuste ou atualização monetária.
16.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais, o prazo para pagamento ficará suspenso até a devida regularização.
16.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pitanga, CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com indicação do número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, lote/item correspondente e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.
16.6. O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.
16.7. O Município procederá às retenções tributárias previstas na legislação vigente, inclusive quanto ao Imposto de Renda na fonte e demais tributos aplicáveis, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.
16.8. Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será devida compensação financeira calculada com base na seguinte fórmula:
EM = I × N × VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira, correspondente a 0,00016438, obtido da aplicação da taxa anual de 6% (seis por cento), dividida por 365 dias.
16.9. Exceção à ordem cronológica de pagamento
16.9.1 Observado o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser admitida, mediante prévia e expressa justificativa da autoridade competente, a alteração da ordem cronológica de pagamentos nas hipóteses legalmente previstas, inclusive quando necessária ao atendimento de situação de emergência ou calamidade pública declarada, desde que a medida seja indispensável para assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento destinado ao atendimento da população afetada.
16.9.2. A eventual alteração da ordem cronológica de pagamentos dependerá de decisão específica e devidamente motivada no respectivo processo administrativo, observadas as exigências de transparência e publicidade previstas na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.
17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.
17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.
17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
18.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
18.1.2. Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
a) Impedimento de licitar e contratar;
b) Declaração inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Art. 155, IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art.155, V	Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, VI	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Conforme Edital	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155,VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	3 a 6 anos
Art. 155, IX	Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Conforme Edital	Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art.155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

18.1.3. Pelas infrações Administrativas de:
a) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
b) Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
18.2. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
18.6. Infrações e penalidades do Contrato:
18.6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Art.155,I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	__
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 20%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo, ou ainda, quando não configurar inexecução total do contrato/empenho	1% /dia
Art. 155, VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	6 meses
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	15%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do contrato/empenho	Multa sobre o valor total do contrato/nota de empenho	20%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR.	18 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	3 a 6 anos
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

18.7. Pelas infrações administrativas de:
a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou
c) dar causa à inexecução total do contrato/empenho;
18.8. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pitanga/PR, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
18.9. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
18.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
19.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
I. ‘’pratica corrupta’’: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Ata de Registro de Preços;
II. ‘’pratica fraudulenta’’: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Ata de Registro de Preços;
III. ‘’pratica colusiva’’: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
IV. ‘’pratica coercitiva’’: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em praticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
19.3. Considerando os propósitos da cláusula acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, devera concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ANÁLISE DE RISCOS

•
Considerando a natureza da presente contratação, que trata do fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), julgo pertinente a elaboração de uma matriz de alocação de riscos, conforme previsto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

•
A matriz de riscos é um instrumento fundamental para identificar possíveis eventos que possam comprometer a regularidade da contratação e estabelecer medidas de controle. Entre os principais riscos observáveis estão:

•
A entrega de produtos fora das especificações técnicas, com qualidade inferior ou que possam causar reações adversas;

•
O descumprimento de prazos de entrega, especialmente considerando a previsão de fornecimento em até 7 dias úteis após a emissão da nota de empenho;

•
A possibilidade de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro que não estejam devidamente fundamentados;

•
Diante disso, considero os principais eventos que possam comprometer o fornecimento e permitir a definição de ações preventivas e corretivas. A identificação clara dos riscos, as responsabilidades envolvidas, os impactos potenciais e, principalmente, medidas práticas de prevenção, como exigência de laudos técnicos do produto, comprovação de registro sanitário, critérios objetivos para avaliação de reequilíbrio financeiro e mecanismos de controle de prazos e qualidade na entrega. Essa iniciativa contribui para o fortalecimento do planejamento, a redução de improvisações durante a execução contratual e a preservação da continuidade dos serviços essenciais prestados pela Administração, com segurança jurídica e eficiência.

•
Mapa de Gerenciamento de Riscos

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
01	Fornecimento de CBUQ fora das especificações técnicas	Falha no controle de qualidade da usina	Média	Alto	Alto	Exigir laudos técnicos, controle de qualidade e atendimento às normas ABNT/DNIT	Recusa do material e substituição imediata pela contratada	Contratada / Fiscal
02	Atraso na entrega do material	Problemas logísticos ou operacionais da contratada	Média	Alto	Alto	Estabelecer prazos claros e penalidades contratuais	Aplicação de sanções e reprogramação do cronograma	Contratada / Gestão
03	Perda de qualidade do material durante transporte	Transporte inadequado ou demora na entrega	Média	Alto	Alto	Exigir transporte adequado e controle de temperatura	Recusa do material e nova entrega	Contratada
04	Solicitação indevida de reequilíbrio econômico-financeiro	Oscilação de mercado ou má gestão contratual	Baixa	Médio	Médio	Definir critérios objetivos no contrato	Análise técnica e indeferimento quando não comprovado	Administração
05	Interrupção no fornecimento	Problemas na produção ou fornecimento de insumos	Baixa	Alto	Médio	Seleção de fornecedor com capacidade comprovada	Busca de novo fornecedor via procedimento legal	Administração
06	Desperdício de material	Planejamento inadequado de	Média	Médio	Médio	Planejamento de consumo e	Ajuste no cronograma de	Secretaria

		aplicação				entregas fracionadas	entrega	
07	Impactos ambientais (derramamentos, emissões)	Falha no transporte ou manuseio	Baixa	Médio	Baixo	Exigir licenciamento ambiental e boas práticas	Acionamento de órgãos ambientais e mitigação imediata	Contratada
08	Falha na fiscalização do contrato	Insuficiência acompanha mento técnico	Baixa	Alto	Médio	Designação de fiscal qualificado e rotinas de inspeção	Reforço na Fiscalização e correção de falhas	Administração

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO
21.1. Será permitida a subcontratação, total ou parcial, de parcelas do objeto, desde que previamente comunicada e autorizada pela Administração, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021.
21.2. A eventual subcontratação não poderá resultar na transferência integral da responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável perante a Administração pelo cumprimento das obrigações contratuais, pelos prazos de entrega, pela qualidade e conformidade do CBUQ fornecido e pelo cumprimento das demais condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.
21.3. A CONTRATADA deverá comunicar previamente à Administração a intenção de subcontratar, informando a parcela do objeto que será subcontratada e os dados da empresa subcontratada, ficando a autorização condicionada à comprovação de que a subcontratação não prejudicará a execução do objeto nem comprometerá sua qualidade.
21.4. A empresa subcontratada deverá atender, no que couber, às condições de habilitação e qualificação exigidas para a execução da parcela que lhe for atribuída, não sendo admitida a subcontratação de empresa que esteja impedida ou suspensa de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.
21.5. A subcontratação realizada sem a prévia autorização da Administração, quando esta for exigida, poderá caracterizar descumprimento contratual e ensejar a aplicação das sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE
22.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
22.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO
23.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS
24.1. Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 14 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES	***LILIAN APARECIDA DA SILVEIRA SIMÕES***
Prefeito	LS Usinagem E Pavimentação Asfaltica LTDA
Município De Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:584E05B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°56/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão n.°56/2026, nestes termos:
Data Pregão**:** 11/09/2026.
Objeto: Registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos regist56/2026.rados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, para futura e eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
LS USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA	61.705.242/0001-75	R$ 1.496.440,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 1.496.440,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta reais)

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Concreto Betuminoso Usinado a Quente. Faixa Granulométrica = Faixa "C". Densidade Aparente, método DNER-ME 043/95, de 2,537 g/cm³. Teor ótimo de CAP adotado é 5,3%	TON	2.000	R$ 748,22	R$ 1.496.440,00	LS USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, a Ata de registro de preços assinada ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 14 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:5190F5FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - PORTARIA N.º 625 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Secretaria Municipal de Administração, Inovação e Tecnologia
PORTARIA N.º 625 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ- RUDISNEY GIMENES FILHO, no uso das atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e conforme solicitado no **Memorando nº 23.916/2026 .**

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados (as) os(as) servidores(as) Público Municipal os (as) senhor (a) **CAMILA BRATTI SEBASTIÃO DE ABREU E CARINE DIAS FERNANDES ROSA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** , firmados pelo Poder Executivo com base na lei acima especificada:

LICITAÇÃO	N°	OBJETO
Pregão	60/2024	Registro de Preços para aquisição de combustíveis (Gasolina e Diesel S-10), com entrega parcelada, para uso exclusivo dos veículos da Frota do Município de Pontal do Paraná.
Pregão	15/2026	Registro de preço para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de peças, componentes e acessórios originais e ou de 2ª linha/paralelas, insumos de reposição/manutenção em veículos e mão de obra qualificada que serão utilizados na manutenção e conservação dos veículos leves e semipesados atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Pregão	34/2025	Registro de preço para eventual aquisição parcelada de baterias automotivas, para atender as necessidades da frota da prefeitura municipal de Pontal do Paraná.
Pregão	45/2026	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para os veículos oficiais pertencentes a da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Família e Secretaria de Meio Ambiente.
Pregão	36/2025	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para os veículos oficiais pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.
Pregão	47/2024	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para os veículos oficiais pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.
Dispensa	32/2025	Registro de preço para futura Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de veículos novo, zero km, com características de identificação a serem determinadas pela Secretária Municipal de Saúde de Pontal do Paraná, as informações estão contidas em termo de referência.
Pregão	42/2025	O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para Aquisição de Pneus de fabricação Nacional e Câmaras de ar para atender a demanda da frota de veículos do Município de Pontal do Paraná.
Pregão	38/2025	Registro de Preços para Aquisição de óleos lubrificantes para manutenção dos veículos, máquinas e tratores da frota municipal nos termos deste termo de Referência e seus anexos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo Único – Os(as) servidores(as) designados(as) observarão no desempenho das atribuições cometidas nesta Portaria as disposições contidas nas leis acima especificadas, bem como nas instruções pertinentes constantes de atos normativos baixados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data **,** revogando as disposições contrárias.
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,08 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:80F6AAF3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR FASE DE HABILITAÇÃO EDITAL Nº 002/2026

RESULTADO PRELIMINAR FASE DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026

PORECATU/PR

O Município de PORECATU/PR, através da Secretaria da Cultura e Turismo, neste ato representado(a) por Ana Maria Camargo Costa Vanzella, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), torna público o Resultado PRELIMINAR da Fase de HABILITAÇÃO.

• DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	OBSERVAÇÃO
1	1°	CÉLIA MARIA CARDOSO DE OLIVEIRA XXX.150.898-XX	CAPOEIRA	HABILITADA
2	1°	SINARA ANDREA MARTINS FREIRES XXX.094.449-XX	DANÇA PARA TODOS	HABILITADA
3	1°	BENEDITO MAURÍCIO AGOSTINHO XXX.080.599-XX	MEMÓRIA E MOVIMENTO – O ESPORTE EM PORECATU	HABILITADO
	2°	MARCIO CRISTIANO GERONIMO XXX.510.311-XX	PORECATU EM FOCO	HABILITADO
4	1°	JOSMARI RODRIGUES TAVARES XXX.105.219-XX	EXPRESSO CULTURAL DE PORECATU	HABILITADA
5	1°	MARIA LUCIA ALONSO GUEDES XXX.476.639-XX	CASA DO ARTESÃO DE PORECATU	HABILITADA

DA PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:

Deverá ser publicado no site oficial da prefeitura de PORECATU/PR e no Diário Oficial do Município este resultado.

DO PRAZO DE RECURSOS:
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso devidamente fundamentado destinado à Comissão de Acompanhamento. O recurso deverá ser encaminhado para o e-mail oficial (secretariadeculturaporecatu@gmail.com) no prazo de **3 (três) dias úteis** a contar da publicação deste resultado. Conforme o cronograma do Edital, o período para envio dos recursos será de **16/09/2026 a 18/09/2026**

PORECATU, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:BD57A704

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP N°042/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº042/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº X572335-X SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **MERCADO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PONTES LTDA**, CNPJ n° 42.433.719/0001-66, estabelecida à Rua João Trota Teles, SN, Colônia Marquês de Abrantes, CEP 83480-000, Tunas do Paraná, Estado do Paraná, representada por **MONIQUE PADILHA MARIA PONTES**, inscrita no CPF XXX.761.779-XX, portadora da cédula de identidade Civil RG X226254X, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº021/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de kits de higiene/limpeza e alimentação, destinados ao atendimento emergencial de famílias atingidas ou em situação de vulnerabilidade em decorrência de eventos climáticos extremos associados ao fenômeno El Niño que possam vir a ocorrer, tais como enchentes, alagamentos e outros desastres naturais, no âmbito do Município, visando assegurar assistência imediata às populações afetadas e minimizar os impactos decorrentes dessas ocorrências. Conforme exposto abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
01	**Kit limpeza/higiene contendo:** 5 litros de detergente líquido para louça, pronto para uso, biodegradável, com alto poder desengordurante; 5 litros de água sanitária, à base de hipoclorito de sódio; 5 litros de hipoclorito de sódio para desinfecção e higienização; 5 litros de desinfetante de uso geral, com ação bactericida, fragrância suave; 2 kg de sabão em pó para lavagem de roupas; 4 esponjas multiuso para limpeza, dupla face (fibra abrasiva e espuma); 3 unid. pano de chão algodão tipo saco medindo 60 x 80 3 pares de luvas de borracha para limpeza, tamanho M, resistentes a produtos químicos de uso doméstico; 10 unid. saco de lixo de ultra resistente 100L 1 unid. rodo plástico para água 40cm; 1 unid. Vassoura nylon cabo de madeira 1 balde plástico para limpeza, com capacidade de 15 litros e alça resistente; 2 rolos de papel higiênico folha simples, com no mínimo 30 metros por rolo.	Kit	40	R$ 213,99	R$ 8.559,60

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº021/2026.

2. Os produtos (kits), deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade do Departamento de Assistência Social, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da solicitação de entrega.

3. A entrega deverá ser realizada no endereço informado no envio do empenho.

4. OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES EMBALADOS EM FORMA DE KITS, em sacos plásticos transparentes e resistentes.

5. Os produtos deverão ter suas validades impressas, as quais não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses, a contar da entrega no almoxarifado deste Departamento, exceto para aqueles que possuam prazo de validade mais curto por razões técnicas comprovadas.

6. No momento da entrega o responsável pelo recebimento poderá recusar os objetos se estes não atenderem as especificações do ETP, Termo de Referência e Edital, devendo o fornecedor substituí-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:
7.1 Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham os objetos a contaminação e/ou deterioração;
7.2 Os objetos não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;
7.3 Houver na entrega, objetos deteriorados ou impróprios para o consumo;
7.4 O objeto não apresentar condições adequadas quanto ao odor, cor e aspecto dentro do prazo.

8. Os materiais de higiene e limpeza deverão atender às normas aplicáveis, possuir registro nos órgãos competentes, quando exigido, e ser acondicionados em embalagens originais, íntegras e devidamente identificadas.

9. A nota Fiscal deverá ser encaminhadajuntamente com a mercadoria no ato da entrega, eno e-mail institucional:assistenciasocial@portoamazonas.pr.gov.brpara fins de confirmação do recebimento da mercadoria;

10. A Gestora de Contrato é a Sra. THAYSE DE PAULA PADILHA, PORTARIA Nº011, DE 30 DE JANEIRO DE 2026 e os Fiscais do Contrato/ Ata de Registro de Preços é o Servidor MOISÉS SCHEREIBER e a Sra. SHEILA MOLKENTHIN, PORTARIA Nº 30, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

11. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 8.559,60 (oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 16/09/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 15/09/2027.

12. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13. É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico nº021/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

15. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 15/09/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*MERCADO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PONTES LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:BFCC74AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
UASG 930051 - CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR

Álvaro Gonçalves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, após constatada a regularidade dos atos procedimentais,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR a adjudicação referente ao Processo de Licitação nº **8/2026,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, que foi devidamente apreciada pela Comissão de Licitação, designada pela Presidência desta Casa, conforme consta do termo de ata, devidamente lavrada em que fica(ram) classificada(s) a(s) empresa(s) abaixo mencionada(s), nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais alterações, visando a **Registro de preços para aquisições de materiais de expediente, higiene e limpeza, copa e cozinha, e gêneros alimentícios para suprir as necessidades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Prado Ferreira.**, sendo:

65943307 Vanessa Tais Pereira								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	4	Odorizante de Ambiente Aromatizante De Ambientes Em Geral, Com Aroma, Aerosol, Biodegradável. Embalagem com 360ml	ULTRA FRESH		UNID	24,00	8,00	192,00
TOTAL								192,00

66.714.368 THAIS MAIA NADER

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	42	Mouse Óptico USB com fio Mouse com fio, óptico, USB, 800dpi, 3 botões, c/ scroll, para uso de canhotos ou destros, cabo de no mínimo 1 metro, peso aproximado 96g. Sensor: laser. Cor: preto ou grafite	HOOPSON		UND	15,00	8,99	134,85
1	43	Mouse sem fio Conectar/Energia: Botão de ligar/desligar. Tecnologia do sensor: Led. Bateria: 1 x AA. Duração das pilhas (não recarregável): 12 meses. Alcance sem fio: 10 metros (33 pés). Cor: preto ou grafite.	VINIK		UNID	15,00	19,90	298,50
1	47	Teclado com fio ABNT 2. Dimensões: Altura - 155mm, Largura - 450mm, Profundidade 23,5mm, Peso (com baterias) 57 g; Requisito de sistema; Windows 11 ou superior. Teclado: Design resistente a derramamentos, testado em condições limitadas (Máximo derramamento de 60ml líquido), Teclado numérico de 10 teclas, Luz indicativa de Caps Lock e Num Lock; Compatíveis com o sistema: Windows 11 ou superior. Tipo de Tecla: Profundo; Similar ou Superior. Cor: preto ou grafite.	MAXPRINT		UNI	10,00	23,43	234,30
TOTAL								667,65

BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Papel Higiênico Branco Papel Higiênico Branco Folha Dupla - Papel Higiênico, Folha Dupla De Alta Qualidade, Medida: 10cmx30m (Tolerância 2%), Fragrância: Neutra, Cor: Branca, Composição: 100% Fibras De Celulose Virgem - Não Reciclado, Apresentação: Gofrado, com Picote, Alta Absorção, Características Adicionais: Ausência De Furos, Rasgos, Manchas, Cheiro Ou Quaisquer Substâncias Nocivas a Saúde, Rolo 30 Metros. Embalagem com 12 rolos de 30 metros	ALVEFLOR		UNID	30,00	12,76	382,80
1	22	Guardanapo de Papel Pct c/ 50 Unid, Cor Branca GUARDANAPO DE PAPEL , branco, com folhas simples - COMPOSIÇÃO: Papel de fibra 100% celulósica, DIMENSÃO: 24x22cm (variação +/- 20%), TIPO: Folhas Simples, COR: Branca, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Biodegradável e reciclável, EMBALAGEM: Pacote plástico com no mínimo 50 unidades.	FIORI		UNID	80,00	1,69	135,20
1	53	Sabão em Barra Neutro Sabão em Barra Glicerinado Neutro, embalagem com 05 unidades de 180 gramas cada; Peso total 900 gramas	BARRA NOVA		UNID	5,00	12,13	60,65
TOTAL								578,65

BETEL CAFES DO BRASIL LTDA - ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	29	Café expresso torrado em grãos Café próprio para máquina de café expresso. Grãos 100% arábica. Acidez: Média; Torração: média. Embalagem de 1 kg, com o selo de pureza da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ (ABIC) ou na ausência deste, Laudo de Análise do produto ofertado emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA comprovando a qualidade do produto.??Poderão ser aceitas as Certificações nas Categorias: Superior ou Gourmet. Validade: não inferior a 12 (doze) meses, devendo, no momento da entrega, ter sido fabricado em até 02 (dois) meses. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade.??	BETEL		UNID	30,00	50,00	1.500,00
1	30	Café torrado e moído Café torrado e moído, padrão de qualidade mínimo Superior, com as seguintes características: Espécie:100% café arábica Bebida (sabor) do tipo intenso, bebida dura para melhor Blend;Torração media; com o selo de pureza da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ (ABIC) ou na ausência deste, Laudo de	BETEL		UND	24,00	17,00	408,00

		Análise do produto ofertado emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA comprovando a qualidade do produto. Poderão ser aceitas as Certificações nas Categorias Superior ou Gourmet.??Validade: não inferior a 12 (doze) meses, devendo, no momento da entrega, ter sido fabricado em até 02 (dois) meses. Embalagem: tipo Alto Vácuo ou Vácuo Puro em pacotes de 500 gramas. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade.??						
TOTAL								1.908,00
BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRONICA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	37	Pilha Alcalina AAA Pilha Alcalina Palito AAA - Pilha, TIPO: Alcalina, TAMANHO: Palito AAA, VOLTAGEM: 1,5v, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo fisicoquímico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO. Embalagem com 04 unidades	ALFACELL		UNID	20,00	5,20	104,00
TOTAL								104,00
CARISA INFORMACOES E VENDAS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	50	Cartucho de Toner TL-410X Cartucho de Toner TL-410X, compatível para impressora PANTUM M6700DW??	NINESTAR		UNID	10,00	59,00	590,00
TOTAL								590,00
FEPRESS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	Agua Sanitaria 5 Litros Água Sanitária, Composição Química Hipoclorito De Sódio, Hidróxido de Sódio, Cloreto, Cor Incolor, - Embalagem de 5 Litros	ARCHOTE		UND	10,00	8,89	88,90
1	3	Desinfetante Sanitário 5L DESINFETANTE BACTERICIDA PERFUMADO EMBALAGEM DE 5L	GIOCA		UND	12,00	10,00	120,00
TOTAL								208,90
GALERA DA CESTA BASICA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	5	Sabão em pó Contendo no mínimo os seguintes princípios ativos: linear alquil benzeno e sulfato de sódio, tensoativos aniônicos, enzimas, corante, perfume e ser biodegradável. Caixa de 1kg.	MR CLEAN		UNID	10,00	16,06	160,60
1	6	Limpador Multiuso Limpador recomendado para superfícies laváveis de cozinhas, banheiros, principalmente pisos e azulejos. Embalagem com 500ml.	BIO KRIS		UNID	12,00	5,34	64,08
1	8	Pedra sanitária Pedra Sanitária Perfumada com Suporte Regulável; Aplicação: Ação Pactericida, Desinfetante Sanitário. Aroma: Marine, Lavanda ou Pinho. Emabalagem com pedra de no minímo 20g.	SANY		UND	60,00	2,13	127,80
1	9	Vassoura Palha Vassoura Caipira Cepa Palha, com Cabo de Madeira Revestido, Medida Aproximada do Cabo: 120 cm.	DI PALHA		UNI	5,00	25,81	129,05
1	10	Vassoura Nylon Vassoura Nylon Vassoura com cabo para Limpeza de Pisos Diversos, Corredores e Pátios em Geral. Cerdas em Leque, Macias De Nylon, Base em Polipropileno, Fixação Do Cabo com Sistema de Rosca. Medida Aproximada do Cabo: 120 Cm. Medida Aproximada da Vassoura: 31x19x6cm	ALKLIN		UNID	5,00	9,69	48,45
1	11	Esponja dupla Face para Limpeza Esponja dupla Face para Limpeza Pesada e Leve, Embalagem Contendo 03 Unidades, Sendo uma Face em Espuma e outra face Sintética com Mineral Abrasivo, Medindo 09x6cm.	ALKLIN		UNID	12,00	5,72	68,64
1	12	Luva de Latex Amarela Luva de Latex Amarela - Tamanho M, Embalagem com 1 par, com Certificado de Aprovação pelo Ministério de Trabalho	MEDIX		UND	24,00	4,66	111,84

1	17	Detergente Neutro Detergente Neutro - Composição Sulfato Sódio, Aplicação Limpeza Em Geral, Aroma Inodoro, Características Adicionais Incoloar/ Neutro, Aspecto Físico Líquido - Frasco 500 ML	BIO KRIS		UND	36,00	2,50	90,00
1	18	Alcool Etílico Hidratado Líquido 70º INPM (FRASCO 1000 ML)	BARBAREX		UNID	15,00	5,77	86,55
1	19	Alcool Etílico 70% em Gel (FRASCO 500 g)	SUPER VALE		UNID	12,00	5,58	66,96
1	20	Papel Toalha Interfolhas PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, duas dobras, com as seguintes características: Composição do papel e matéria prima: 100% celulose virgem, sem perfume; Cor Branca, alvo gofrado; Dimensões aproximadas: 23x21cm, espessura do papel: 0,10mm; Embalagem: pacote/fardo com 1000 folhas.	ALVEFLOR		UND	50,00	13,64	682,00
1	25	Chá Mate Tostado ou Queimado Chá Mate Tostado ou Queimado - Cx. c/ 250 Gramas - Especificação técnica: Chá mate tostado ou queimado - embalagem: caixa com 250 gramas; Validade mínima: 12 meses.	UNIÃO		UND	24,00	7,22	173,28
1	26	Chá em Sachês Sabor Erva Doce	CAPIMAR		CX	24,00	5,08	121,92
1	27	Chá em Sachês Sabor Hortelã	CAPIMAR		CX	24,00	4,83	115,92
1	28	Chá em Sachês Sabor Camomila	CAPIMAR		CX	24,00	5,07	121,68
1	31	Leite em pó Leite em pó integral - instantâneo - Embalagem peso líquido mínimo 360 g	SÃO GABRIEL		UNI	36,00	14,20	511,20
1	32	Açucar Cristal 5KG Açúcar Cristal a) Branco; b) Acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor; c) Prazo de validade mínimo: 12 meses; d) Apresentação: pacote de 5 kg;	DOURO		UND	12,00	14,80	177,60
1	34	Agua Mineral sem Gás - 500 ML CARACTERÍSTICA(S): água mineral sem gás, envasada em garrafa plástica contendo tampa com lacre de segurança de rompimento irrecuperável e detectável. FORMA DE APRESENTAÇÃO: garrafa plástica de 500 ml. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE: 6 (seis) meses, contados da data do recebimento definitivo.	SANTA INES		UND	900,00	0,93	837,00
1	35	Biscoito Água e sal TIPO: Água e sal, CLASSIFICAÇÃO: Salgada, FORMATO: Quadrado, ASPECTO: Massa torrada, INGREDIENTES: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9), gordura vegetal, açúcar, sal, açúcar invertido, amido, extrato de malte, fermento químico bicarbonato de sódio e estabilizante lecitina de soja, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Sem recheio, ausência de biscoitos queimados e quebradiços, Isento de sujidades e substâncias estranhas a sua natureza, EMBALAGEM: Pacote plástico, PESO MÍNIMO DE 350g	PICCININI		UNID	50,00	5,11	255,50
1	36	Biscoito Tipo Rosquinha INGREDIENTES: Farinha de Trigo, Gordura ou Óleo Vegetal (Livre de Gordura Trans), Açúcar Invertido, Sal e Outros Ingredientes Alimentícios Permitidos na Legislação, Embalagem peso líquido mínimo 300 g	PICCININI		UNID	100,00	6,03	603,00
1	38	Coador de papel, número 103 Coador de papel, número 103, caixa com 30 unid.	TRES CORAÇÕES		UNID	12,00	4,39	52,68
1	52	Esponja de Limpeza - Lã de Aço Esponja Limpeza, Material Lã de Aço Carbono, Formato Retangular, Aplicação Utensílios E Limpeza em Geral, Características Adicionais Textura Macia e Isenta De Sinais De Oxidação, Comprimento Mínimo 90 Mm, Largura Mínima 40 Mm, Peso Líquido Mínimo 42g/ 8 unidades.	ASSOLAN		UNID	6,00	2,09	12,54
1	54	Prendedor para roupas Prendedor para roupas, confeccionado em madeira de reflorestamento e metal galvanizado, resistente. Tamanho médio, embalagem com 12 unidades.	PARANA		UNID	5,00	2,02	10,10
1	55	Flanela amarela para limpeza. 100% Algodão Flanela amarela para limpeza. 100% Algodão; tamanho mínimo de 30 CM X 40 CM	DAL TEXTIL		UNID	6,00	3,12	18,72

TOTAL								4.647,11
GILBERTO A. MARCATO & LUIZ LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	48	Papel Sulfite A4	GLOBO PAPER		UNID	3,00	224,90	674,70
TOTAL								674,70
MAX QUALITY COMERCIO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	44	Mousepad Cor: Preto. Material: EVA, tecido e gel. Apoio macio para o pulso;	OEM		UNI	20,00	24,00	480,00
TOTAL								480,00
NEW PRINT TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS E IMPORTACAO LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	49	Cartucho de Toner - 283A CARTUCHO DE TONER - 283A, compatível com impressoa HP Laser Jet Pro MFP M125a	HP/283A PREMIUM		UNID	10,00	23,28	232,80
TOTAL								232,80
S&S SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	21	Copo descartável transparente 180 ml			UNID	50,00	4,89	244,50
TOTAL								244,50

Os produtos deverão ser entregues em **até 15 (quinze) dias**, contados da requisição, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias APÓS o recebimento definitivo dos itens e a apresentação da Nota Fiscal, na forma de crédito em conta corrente da CONTRATADA ou boleto bancário.

Em face do despacho acima, autorizo o Departamento competente deste Poder Legislativo a efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedora(s), obedecidas às normas de formalização legal, prevista em lei.

Prado Ferreira-PR, 15 de setembro de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:42655FE8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
1º TERMO DE APOSTILAMENTO PROCESSO Nº 187/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2025 - CISPAR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
PROCESSO Nº 187/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2025 - CISPAR

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR E A EMPRESA STP-UP EXCELENCIA GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR** e a empresa **STP-UP EXCELENCIA GESTAO EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **39.483.815/0001-04**, pactuam este Termo de Apostilamento, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente Termo de Apostilamento consiste no reajuste do valor contratual relativo à *contratação de empresa especializada no fornecimento de 70 (setenta) licenças de software por assinatura, para fiscalizações técnicas operacionais e a emissão de Relatórios Técnicos de Fiscalização (RTF) e Termos de Não Conformidade (TNC), na supervisão dos prestadores de serviço regulados na área de abrangência do ORCISPAR*.
O reajuste é calculado de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE)** referente ao período acumulado de **setembro de 2025 a agosto de 2026**, correspondente ao percentual de **3,983300%** (fator de correção 1,03983300), nos termos da Cláusula Sexta do Contrato Principal nº 35/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR A partir de agosto de 2026, os valores mensais e globais do contrato passam a vigorar conforme demonstrado abaixo:
· **Valor Mensal Reajustado:** De R$ 3.875,00 (*três mil oitocentos e setenta e cinco reais*) para **R$ 4.029,35** (*quatro mil e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos*).

· **Valor Global Reajustado:** De R$ 232.500,00 (*duzentos e trinta e dois mil e quinhentos reais*) para **R$ 241.761,17** (*duzentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e sessenta e um reais e dezessete centavos*).

Descrição do Item	Valor Mensal Atual (R$)	Valor Global Atual (R$)	Índ. INPC	Fator	Novo Valor Mensal (R$)	Novo Valor Global (R$)
70 Licenças de Software p/ ORCISPAR	R$ 3.875,00	R$ 232.500,00	3,983300%	1,03983300	**R$ 4.029,35**	**R$ 241.761,17**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CISPAR para o exercício de 2026/2027, na classificação abaixo:

· **Gestão/Unidade:** CISPAR
· **Fonte:** Recursos Livres
· **Programa de Trabalho:** 17.122.0003.2003
· **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO Permanecem vigentes e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Principal nº 35/2025 não alcançadas por este instrumento

Maringá-Pr, 14 de setembro de 2026.

Pela Contratante	Pela Contratada
VALTER LUIZ BOSSA	Representante Legal
Diretor Executivo - CISPAR	***STP-UP EXCELENCIA GESTAO EMPRESARIAL LTDA***
Consórcio Intermunicipal De Saneamento Do Paraná - CISPAR - IFPR	CNPJ nº 39.483.815/0001-04

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:104791D6

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 29/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 29/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO, Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR a Licitação nº **75/2026,** referente a Dispensa Eletrônico nº **29/2026**, que foi devidamente apreciada pela Comissão de Licitação, designada pelo Senhor Prefeito Municipal, através da Portaria nº 12/2026, conforme consta do termo de ata, devidamente lavrada em que fica classificada a empresa abaixo mencionada, nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais alterações, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ACOMPANHAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, DESTINADOS ÀS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E ÀS ATIVIDADES DA SEMANA DA CRIANÇA**, sendo:

RJ BRINQUEDOS LTDA					
Item	Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEIS MODELO TIPO "TOBOGÃ INFLÁVEL" ACOMPANHADO DE 1 MONITOR, CAPACITADO E UNIFORMIZADO PARA ACOMPANHAR E COORDENAR AS ATIVIDADES PELO PERÍODO DE 5 HORAS, DIMENSÕES MÍNIMAS: 05 METROS DE COMPRIMENTO,3M DE LARGURA POR 4M DE ALTURA, RECOMENDADO PARA IDADE MINIMA 02 ANOS. P/ DIAS DOS EVENTOS: 25, 26, 27 DE SETEMBRO E 5,6,7,8,9 DE OUTUBRO.	UNID	10,00	470,83	4.708,30
2	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS MODELO CORRIDA DE OBSTÁCULOS CONTENDO NO MÍNIMO 4 OBSTÁCULOS, ACOMPANHADO DE 1 MONITOR, CAPACITADO E UNIFORMIZADO PARA ACOMPANHAR E COORDENAR AS ATIVIDADES PELO PERÍODO DE 5 HORAS, DIMENSÕES MÍNIMAS: 8,00M COMPRIMENTO METROS, 4,50M DE LARGURA E 2,5M DE ALTURA, RECOMENDADO PARA IDADE MINIMA 02 ANOS. P/ DIAS DOS EVENTOS: 25, 26, 27 DE SETEMBRO E 5,6,7,8,9 DE OUTUBRO.	UNID	10,00	619,49	6.194,90
3	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS MODELO GUERRA DE COTONETES ACOMPANHADO DE 1 MONITOR, COM MEDIDAS: COMPRIMENTO DE 5,50; LARGURA 4,50; ALTURA 1,50 QUADRA COM BORDAS E PISOS INFLÁVEIS, DUAS BASES. ACOMPANHADO COM 2 HASTES DE COTONETES SENDO: COMPRIMENTO 2,00 METROS; 0,20 CENTÍMETROS DE LARGURA; REVESTIDO DE ESPUMA, ENTRADA FRONTAL. P/ DIAS DOS EVENTOS: 25, 26, 27 DE SETEMBRO E 5,6,7,8,9 DE OUTUBRO.	UNID	10,00	538,49	5.384,90
4	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEL MODELO MULTI PARK CONTENDO NO MÍNIMO 4 OBSTÁCULOS, ACOMPANHADO DE 1 MONITOR, CAPACITADO E UNIFORMIZADO PARA ACOMPANHAR E COORDENAR AS ATIVIDADES DURANTE O PERIODO CONTRATADO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 5M DE COMPRIMENTO 2M DE ALTURA E 4M LARGURA. P/ DIAS DOS EVENTOS: 25, 26, 27 DE SETEMBRO E 5,6,7,8,9 DE OUTUBRO.	UNID	10,00	478,39	4.783,90
5	LOCAÇÃO DE TOURO MECÂNICO ACOMPANHADO DE 1 MONITOR, CAPACITADO E UNIFORMIZADO PARA ACOMPANHAR E COORDENAR AS ATIVIDADES PELO PERÍODO DE 5 HORAS, COM DIMENSÕES MÍNIMAS: DE 5,00X5,00X2,00MTS (LXCXA), E COLCHÃO CONFECCIONADO EM LONA, POSSUIR FAIXA CONTINUA DE PROTEÇÃO NA LATERAL, VOLTAGEM 110/220, RECOMENDADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 5 ANOS, PESO MÁXIMO SURPORTADO 100 KG. (PERÍODO DE LOCAÇÃO APÓS A MONTAGEM, INCLUSO SUPORTE	UNID	10,00	944,99	9.449,90

	TÉCNICO, MANUTENÇÃO E APOIO DURANTE O EVENTO). P/ DIAS DOS EVENTOS: 25, 26, 27 DE SETEMBRO E 5,6,7,8,9 DE OUTUBRO.				
TOTAL					30.521,90

A contratada deverá providenciar a instalação completa dos equipamentos, de modo que estejam devidamente montados, testados e aptos para utilização com antecedência mínima de 2 (duas) horas do horário previsto para o início das atividades. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a proposta vencedora, obedecidas às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Prado Ferreira, 15/09/2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:AB215EFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO EMPRESA BRINQBEL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 436/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: BRINQBEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME.
OBJETO: objeto a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição e instalação de playground infantis e peças de reposição para manutenção, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação e Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Realeza – PR.
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para **30 de Outubro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes; aplicar o reajuste econômico decorrente do último intervalo de vigência, conforme faculta o disposto no artigo 124, da Lei Federal nº. 14133/21, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	QTDE.	Preço unitário	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	1	80755	ASSENTO DE BALANÇO. BALANÇO AÇO P-60 ESTRUTURA PRINCIPAL TUBULAR 42,40 mm galvanizado a fogo e pintado a pó sem metais pesado. Assentos de balanço em rotomoldado. Fixado em correntes 6mm elos curtos calibrados para evitar aprisionamento dos dedos das crianças. (Com 2 Opções de assentos, convencional ou baby) Escorregador duplo com dimensão de 2600mm de comprimento x 900mm de largura com cada seção de deslizamento de 390mm e de largura em polietileno rotomoldado cor colorido; Barra transversal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido.	KRENKE	UNID	8,00	394,00	399,68
LOTE: 001 - Lote 001	3	80756	BALANÇO NINHO P-60-C. ESTRUTURA PRODUZIDA EM ALUMÍNIO. SEU ASSENTO É em formato de cesto, como se fosse um ninho! Divertido, colorido e seguro, contém perfurações para o não acúmulo de resíduos em seu interior, podendo ficar em área não coberta. - Medidas: Do produto: 2,00 x 2,00m Área recomendada: 3,00 x 3,00m. AMPLA CONCORRÊNCIA.	KRENKE	UNID	12,00	4.490,00	4.554,70
LOTE: 001 - Lote 001	4	80765	BALANÇO NINHO P-60-C. ESTRUTURA PRODUZIDA EM ALUMÍNIO. SEU ASSENTO É em formato de cesto, como se fosse um ninho! Divertido, colorido e seguro, contém perfurações para o não acúmulo de resíduos em seu interior, podendo ficar em área não coberta. - Medidas: Do produto: 2,00 x 2,00m Área recomendada: 3,00 x 3,00m. COTA ME/EPP.	KRENKE	UNID	3,00	5.290,00	5.366,22
LOTE: 001 - Lote 001	5	80757	CARROSSEL. UM GIRA-GIRA DIVERTIDO QUE CABE ATÉ 8 CRIANÇAS BRINCANDO simultaneamente. Estrutura central com 1,90m de diâmetro, produzida em ferro galvanizado. Tábuas dos assentos produzidas em madeira de lei itaúba, medindo: 72cm de comprimento, 19cm de largura e 2cm de espessura. - Medidas: Medida do produto: 2,00m de diâmetro Área recomendada: 3,00m de diâmetro.	KRENKE	UNID	15,00	2.480,00	2.515,73
LOTE: 001 - Lote 001	6	80753	CIRCUITO DE DISCOS, COM ESTRUTURA EM TUBO COM DIÂMETRO DE 42,4 MM EM metal galvanizado com dimensão 960mm de largura x 2000 mm de comprimento, com 4 tubos como haste verticais, e 4 discos de 35cm de diâmetro em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido, na parte inferior para fixação ao solo, com correntes galvanizadas a quente.	KRENKE	UNID	4,00	1.790,00	1.815,79
LOTE: 001 - Lote 001	7	80760	ESCORREGADOR DUPLO H1,20M. ESCORREGADOR DUPLO COM DIMENSÃO DE 2600MM de comprimento x 900mm de largura com cada seção de deslizamento de 390mm e de largura em polietileno rotomoldado cor colorido; Barra transversal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido.	KRENKE	UNID	4,00	2.477,00	2.512,69
LOTE: 001 - Lote 001	8	80751	GUARDA CORPO DIMENSÃO 870MM X 770MM EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PAREDE dupla. Cor: colorido.	KRENKE	UNID	4,00	530,00	537,64
LOTE: 001 - Lote 001	11	80750	PASSARELA DE CORDAS COM DIMENSÃO DE 2000MM DE COMPRIMENTO X LARGURA DE 800mm, com estrutura de sustentação horizontal com 2 tubos metal galvanizado diâmetro de 1.1/4 de polegada 2mm de espessura com pintura eletrostática cor colorido; Corda de PET de diâmetro 16,00mm com fixador em polietileno injetado.	KRENKE	UNID	4,00	2.700,00	2.738,90
LOTE: 001 - Lote 001	13	80758	PIRÂMIDE DE CORDAS. UMA DIVERTIDA ESCALADA EM FORMATO DE PIRÂMIDE EM cordas trançadas no formato teia de aranha. Estrutura produzida em aço, revestida em zinco e pintura epóxi	KRENKE	UNID	12,00	13.992,00	14.193,61

			eletrostática. Cordas 100% poliéster. Acabamento em plástico rotomoldado. - Medidas: Medida do produto: 3m de diâmetro Altura total: 4m. AMPLA CONCORRÊNCIA.					
LOTE: 001 - Lote 001	14	80752	PLATAFORMA 11 X 11. PLATAFORMA, TIPO MP, COM 4 COM COLUNAS EM ALUMÍNIO em formato de "L" com 11x11cm 3.000mm; 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em plástico reciclado, medindo aproximado de 1050 mm x 1050 mm.	KRENKE	UNID	3,00	1.100,00	1.115,85
LOTE: 001 - Lote 001	18	80763	PLAYGROUND INFANTIL. ÁREA NECESSÁRIA 11 X 9 MT. Conjunto de brinquedo temático fabricado em madeira plástica e chapas em PEAD e brinquedos em plástico rotomoldados contendo: Casco principal do barco estruturado com madeira plástica e colunas de ferro galvanizado e pintado com tinta epóxi total revestimento na altura de 1,100mm chapas de PEAD de 15mm com diversos bichinhos decorativos como cavalo marinho, povo, peixe, ancora, estrela do mar entre outros. 1 Mastro central com coluna de alumínio 100 x 100 altura de 4 metros.com bandeirolas em PEAD de 15mm 1 Mastro central com coluna de alumínio 100 x 100 altura de 3 metros com bandeirolas em PEAD de 15mm 1 Coluna de 110 x 110 mm x 3 metros de altura com acabamento de uma flor decorativa em formato de girassol 1 Coluna de 110 x 110 mm x 3 metros de altura com acabamento de um Coqueiro decorativo com 8(oito) folhas diâmetro de 1300mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 2 Acabamento de colunas em polietileno rotomoldado cor colorido 2º pavimento do barco estruturado com colunas de madeira plástica 110 x 110mm. 1 Plataforma em formato de triangulo 2 x 2,40 metros estruturado com perfil tubo metálico 30 x 60mm espessura da parede de 3mm, cantoneiras metálicas de 3mm abas 30x50mm, galvanizado revestido com assoalho de madeira plástica 130 x 130 mm. 1 Plataforma de madeira plástica 1050 x 1050mm estruturado com cantoneiras metálicas 30x50mm espessura 2mm e tubo metálico. 30x30mm x 1,5mm galvanizado fixado na estrutura principal do barco com colunas de madeiras plásticas. Altura de 1,400mm lateralmente com fechamento e um patamar auxiliar. 1 Escorregador espiral (Caracol) com seção de deslizamento de 3700mm de comprimento e largura de 490mm, vista superior com diâmetro externo de 1340mm x 1700mm altura em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido. Tubo de sustentação em aço galvanizado com diâmetro de 4 polegadas parede de 2mm comprimento de 1900mm. 01 Patamar (deck auxiliar) em madeira de plástica com medidas de 810mmx730mm cor itaúba; 2 Guarda corpo com dimensão 800mmx900mm em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido, Barra de acesso tubo metálico galvanizado com diâmetro de 1.1/4 polegada x 1.5mm de parede x 765 de comprimento 1 Fechamento com almofadas transparente de policarbonato, do outro lado com fechamento com chapa PEAD de 15mm. 1 Plataforma triangular fixado na altura de 1,500mm, com estrutura de madeira plastica 110 x 110mm fechamento superior com chapas de PEAD de 15mm com recorte de de desenhos. Altura acima do patamar de 900mm parte superior fixado com um tubo metalico 40 x 25mm e parede de 3mm galvanizado e pintado com tinta epoxi. 1 Plataforma de 1050 x 1050 estruturado com cantoneira metálica 50 x 50mm com espessura de 2mm lateralmente e estrutura de tubo 30 x 30mm, parede revestida com assoalho de madeira plástica 30 x 130mm fixado na altura de 1200mm. 1 Escada com 5 degraus, dimensão aproximada de 1650 mm de comprimento x 600mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido; Corrimão (Guarda corpo) em aço tubular galvanizado e com pintura eletrostática com diâmetro de 25,40mm e espessura de 1,95mm; 1 Patamar auxiliar 1050 x 1050 fixado na altura de 0,800mm. 1 Kit jogo da velha com 9 cilindros em polietileno rotomoldado coloridos com desenhos internos de X e O com diâmetro 165mm x 210mm de altura; Haste superior e inferior em aço galvanizado pintura eletrostática com dimensão de 820mm de comprimento 1 Escorregador reto com dimensão de 1600mm x 500mm de largura, seção de deslizamento com largura de 410mm com parede dupla em polietileno rotomoldado, cor colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido. 1 Rampa de escalada dimensão 1000mm x 690mm com 4 degraus em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido; portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	KRENKE	UNID	1,00	63.000,00	63.907,78

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 47/2025
DATA DA ASSINATURA: 15/09/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:2248413D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO MY TRAVELS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO N°384/2025
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MY TRAVELS SERVIÇOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MY TRAVELS SERVIÇOS DE VIAGENS E TURISMO LTDA
OBJETO: objeto PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR TAXA ADMINISTRATIVA POR ITEM, para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo, cotações, reservas, emissões, alterações (remarcações), cancelamentos e eventuais reembolsos de passagens aéreas nacionais, para atender às necessidades das Secretarias Municipais e beneficiários que atendam os requisitos das leis municipais, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos. (LEI MUNICIPAL Nº 2.208, DE 25 DE MARÇO DE 2025).
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para **01 Outubro de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 107, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subseqüentes.

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	80770	FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS PARA TRECHOS NACIONAIS, INCLUINDO reserva, emissão, entrega transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes.	UNID	1,00	85.000,00	85.000,00
TOTAL							85.000,00

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 48/2025
DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:F6AAFFD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 10 - DEMONSTR DA PROJECAO ATUARIAL DO RPPS

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2025	0,00	0,00	0,00	43.546.573,01
2026	6.201.400,38	577.542,39	5.623.857,99	49.170.431,00
2027	6.535.823,75	629.886,55	5.905.937,20	55.076.368,20
2028	6.822.615,08	903.024,18	5.919.590,90	60.995.959,10
2029	7.120.236,49	1.079.807,62	6.040.428,87	67.036.387,97
2030	7.388.184,62	1.307.919,20	6.080.265,42	73.116.653,39
2031	7.698.413,85	1.469.192,78	6.229.221,07	79.345.874,46
2032	7.942.373,11	1.816.748,67	6.125.624,44	85.471.498,90
2033	8.220.455,95	2.141.789,50	6.078.666,45	91.550.165,35
2034	8.511.886,26	2.396.757,92	6.115.128,34	97.665.293,69
2035	8.732.265,24	2.865.896,98	5.866.368,26	103.531.661,95
2036	8.843.618,02	3.500.707,12	5.342.910,90	108.874.572,85
2037	9.114.972,96	3.635.267,37	5.479.705,59	114.354.278,44
2038	9.331.771,01	3.942.836,05	5.388.934,96	119.743.213,40
2039	9.515.064,66	4.294.798,72	5.220.265,94	124.963.479,34
2040	9.750.218,88	4.514.357,98	5.235.860,90	130.199.340,24
2041	9.873.721,49	5.074.511,36	4.799.210,13	134.998.550,37
2042	10.041.993,17	5.360.721,69	4.681.271,48	139.679.821,85
2043	10.220.192,98	5.629.546,05	4.590.646,93	144.270.468,78
2044	10.384.474,66	5.904.290,34	4.480.184,32	148.750.653,10
2045	10.577.947,35	6.048.138,50	4.529.808,85	153.280.461,95
2046	10.624.885,74	6.677.730,63	3.947.155,11	157.227.617,06
2047	10.791.172,34	6.793.031,19	3.998.141,15	161.225.758,21
2048	10.817.178,61	7.340.082,92	3.477.095,69	164.702.853,90
2049	10.865.540,93	7.679.892,04	3.185.648,89	167.888.502,79
2050	10.925.234,18	7.913.691,86	3.011.542,32	170.900.045,11
2051	11.004.131,20	8.074.517,40	2.929.613,80	173.829.658,91
2052	11.031.835,32	8.317.662,37	2.714.172,95	176.543.831,86
2053	11.124.968,44	8.336.535,48	2.788.432,96	179.332.264,82
2054	11.248.057,96	8.267.777,72	2.980.280,24	182.312.545,06
2055	11.397.064,65	8.139.962,46	3.257.102,19	185.569.647,25
2056	11.489.966,40	8.219.734,96	3.270.231,44	188.839.878,69
2057	11.618.215,68	8.167.555,37	3.450.660,31	192.290.539,00
2058	11.780.417,84	8.027.658,95	3.752.758,89	196.043.297,89
2059	11.929.923,19	7.965.438,50	3.964.484,69	200.007.782,58
2060	12.116.581,72	7.808.846,08	4.307.735,64	204.315.518,22
2061	12.199.809,75	8.007.911,72	4.191.898,03	208.507.416,25
2062	12.425.671,88	7.738.247,88	4.687.424,00	213.194.840,25
2063	12.679.294,33	7.456.268,73	5.223.025,60	218.417.865,85
2064	12.963.019,41	7.162.729,85	5.800.289,56	224.218.155,41
2065	13.279.297,88	6.858.724,78	6.420.573,10	230.638.728,51
2066	13.630.666,77	6.545.523,66	7.085.143,11	237.723.871,62
2067	14.019.739,87	6.224.456,31	7.795.283,56	245.519.155,18
2068	14.449.214,89	5.896.967,01	8.552.247,88	254.071.403,06
2069	14.921.869,20	5.564.503,38	9.357.365,82	263.428.768,88
2070	15.440.579,43	5.228.774,38	10.211.805,05	273.640.573,93
2071	16.008.314,81	4.891.778,77	11.116.536,04	284.757.109,97
2072	16.628.112,47	4.555.615,31	12.072.497,16	296.829.607,13
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2073	17.303.069,99	4.222.569,19	13.080.500,80	309.910.107,93
2074	18.036.340,14	3.895.081,44	14.141.258,70	324.051.366,63

2075	18.831.106,26	3.575.491,68	15.255.614,58	339.306.981,21
2076	19.690.568,67	3.265.667,13	16.424.901,54	355.731.882,75
2077	20.617.961,20	2.966.954,31	17.651.006,89	373.382.889,64
2078	21.616.617,18	2.680.561,58	18.936.055,60	392.318.945,24
2079	22.689.989,78	2.407.686,77	20.282.303,01	412.601.248,25
2080	23.841.658,01	2.149.464,59	21.692.193,42	434.293.441,67
2081	25.075.326,06	1.906.799,84	23.168.526,22	457.461.967,89
2082	26.394.848,21	1.680.386,89	24.714.461,32	482.176.429,21
2083	27.804.253,77	1.470.779,62	26.333.474,15	508.509.903,36
2084	29.307.751,86	1.278.152,68	28.029.599,18	536.539.502,54
2085	30.909.772,50	1.102.470,76	29.807.301,74	566.346.804,28
2086	32.614.988,92	943.533,87	31.671.455,05	598.018.259,33
2087	34.428.346,72	801.053,06	33.627.293,66	631.645.552,99
2088	36.355.077,46	674.545,24	35.680.532,22	667.326.085,21
2089	38.400.727,25	563.225,41	37.837.501,84	705.163.587,05
2090	40.571.199,41	466.151,50	40.105.047,91	745.268.634,96
2091	42.872.786,74	382.237,11	42.490.549,63	787.759.184,59
2092	45.312.203,58	310.346,55	45.001.857,03	832.761.041,62
2093	47.896.607,51	249.230,45	47.647.377,06	880.408.418,68
2094	50.633.639,79	197.658,41	50.435.981,38	930.844.400,06
2095	53.531.473,75	154.704,01	53.376.769,74	984.221.169,80
2096	56.598.812,49	119.494,45	56.479.318,04	1.040.700.487,84
2097	59.844.903,72	91.029,81	59.753.873,91	1.100.454.361,75
2098	63.279.585,96	68.358,44	63.211.227,52	1.163.665.589,27
2099	66.913.320,54	50.556,87	66.862.763,67	1.230.528.352,94
2100	70.757.227,04	36.758,95	70.720.468,09	1.301.248.821,03

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2025	0,00	0,00	0,00	5.955,89
2026	353.800,77	4.350.939,62	-3.997.138,85	359.756,66
2027	321.503,73	4.390.614,86	-4.069.111,13	681.260,39
2028	284.161,59	4.441.061,36	-4.156.899,77	965.421,98
2029	274.435,81	4.381.467,99	-4.107.032,18	1.239.857,79
2030	264.265,44	4.313.046,41	-4.048.780,97	1.504.123,23
2031	253.699,64	4.234.909,19	-3.981.209,55	1.757.822,87
2032	242.803,31	4.146.584,25	-3.903.780,94	2.000.626,18
2033	231.647,52	4.047.954,00	-3.816.306,48	2.232.273,70
2034	220.315,59	3.939.229,73	-3.718.914,14	2.452.589,29
2035	208.848,08	3.820.671,56	-3.611.823,48	2.661.437,37
2036	197.276,18	3.692.681,38	-3.495.405,20	2.858.713,55
2037	185.611,31	3.555.758,26	-3.370.146,95	3.044.324,86
2038	173.875,42	3.410.521,33	-3.236.645,91	3.218.200,28
2039	162.113,62	3.257.711,04	-3.095.597,42	3.380.313,90
2040	150.390,50	3.098.143,62	-2.947.753,12	3.530.704,40
2041	138.794,79	2.932.842,25	-2.794.047,46	3.669.499,19
2042	127.426,72	2.763.076,91	-2.635.650,19	3.796.925,91
2043	116.373,09	2.590.183,44	-2.473.810,35	3.913.299,00
2044	105.706,28	2.415.586,30	-2.309.880,02	4.019.005,28
2045	95.475,61	2.240.739,76	-2.145.264,15	4.114.480,89
2046	85.722,61	2.066.986,36	-1.981.263,75	4.200.203,50
2047	76.471,02	1.895.646,87	-1.819.175,85	4.276.674,52
2048	67.736,11	1.727.888,79	-1.660.152,68	4.344.410,63
2049	59.535,84	1.564.821,85	-1.505.286,01	4.403.946,47
2050	51.893,05	1.407.431,21	-1.355.538,16	4.455.839,52
2051	44.825,86	1.256.639,56	-1.211.813,70	4.500.665,38
2052	38.348,50	1.113.316,27	-1.074.967,77	4.539.013,88
2053	32.462,68	978.155,91	-945.693,23	4.571.476,56
2054	27.181,89	851.922,37	-824.740,48	4.598.658,45
2055	22.505,12	735.262,20	-712.757,08	4.621.163,57
2056	18.420,15	628.625,79	-610.205,64	4.639.583,72
2057	14.898,17	532.224,76	-517.326,59	4.654.481,89
2058	11.898,73	446.074,83	-434.176,10	4.666.380,62
2059	9.371,06	370.008,16	-360.637,10	4.675.751,68
2060	7.259,82	303.561,35	-296.301,53	4.683.011,50
2061	5.510,74	246.113,18	-240.602,44	4.688.522,24
2062	4.078,76	196.958,36	-192.879,60	4.692.601,00
2063	2.926,37	155.341,51	-152.415,14	4.695.527,37
2064	2.017,57	120.564,26	-118.546,69	4.697.544,94
2065	1.320,07	91.977,20	-90.657,13	4.698.865,01
2066	802,98	68.838,52	-68.035,54	4.699.667,99
2067	441,29	50.482,30	-50.041,01	4.700.109,28
2068	210,95	36.235,57	-36.024,62	4.700.320,23
2069	82,86	25.428,58	-25.345,72	4.700.403,09
2070	23,84	17.372,68	-17.348,84	4.700.426,93
2071	3,80	11.464,73	-11.460,93	4.700.430,73
2072	0,20	7.221,38	-7.221,18	4.700.430,93

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2073	0,00	4.250,41	-4.250,41	4.700.430,93
2074	0,00	2.276,02	-2.276,02	4.700.430,93
2075	0,00	1.094,37	-1.094,37	4.700.430,93
2076	0,00	465,23	-465,23	4.700.430,93
2077	0,00	163,49	-163,49	4.700.430,93
2078	0,00	38,08	-38,08	4.700.430,93
2079	0,00	3,52	-3,52	4.700.430,93

2080	0,00	0,04	-0,04	4.700.430,93
2081	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2082	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2083	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2084	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2085	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2086	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2087	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2088	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2089	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2090	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2091	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2092	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2093	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2094	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2095	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2096	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2097	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93
2098	0,00	0,00	0,00	4.700.430,93

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:F4297FAA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 11 - DEMONSTR DA RECEITA DE ALIENACAO DE ATIVOS E APLIC DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**					**SALDO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	462.536,00	0,00					462.536,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	294.098,00	0,00					294.098,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	155.438,00	0,00					155.438,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00					0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.000,00	0,00					13.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	485.536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485.536,00
Despesas de Capital	485.536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485.536,00
Investimentos	485.536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485.536,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**	**2026 (j) = (Ib –(IIf+ IIg))**					**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	188.842,67	0,00					188.842,67
Notas Explicativas							

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:3D3C2728

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 14 - DEMONSTR SIMPLIFICADO DO RREO

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	89.444.700,00
Previsão Atualizada	142.617.291,85
Receitas Realizadas	56.597.165,65
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	9.469.195,42
DESPESAS	
Dotação Inicial	89.441.700,00
Dotação Atualizada	152.083.487,27
Despesas Empenhadas	76.414.236,19

Despesas Liquidadas	42.813.748,85
Despesas Pagas	42.591.682,46
Superávit Orçamentário	13.783.416,80
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	76.414.236,19
Despesas Liquidadas	42.813.748,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	55.765.913,54
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	55.015.913,54
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	54.113.045,54
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**13.742.654,92**
Receitas Previdenciárias Realizadas	6.731.120,29
Despesas Previdenciárias Empenhadas	280.414,34
Despesas Previdenciárias Liquidadas	280.414,34
Resultado Previdenciário	6.450.705,95
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**3.532.939,93**
Receitas Previdenciárias Realizadas	241.340,05
Despesas Previdenciárias Empenhadas	3.050.259,83
Despesas Previdenciárias Liquidadas	3.050.259,83
Resultado Previdenciário	-2.808.919,78

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**		**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário - Acima da Linha	4.751.000,00		-261.258,47	-5,50
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00		3.739.284,87	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	37.967,06	0,00	26.773,81	11.193,25
Poder Executivo	37.967,06	0,00	26.773,81	11.193,25
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	14.505.799,90	215.041,68	4.451.049,47	9.839.708,75
Poder Executivo	14.505.799,90	215.041,68	4.451.049,47	9.839.708,75
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.543.766,96	215.041,68	4.477.823,28	9.850.902,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limites Constitucionais Anuais**	
			% Mínimo a Aplicar no	**% Aplicado Até o Bimestre Exercício**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.244.323,44		25,00	26,03
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.533.573,30		70,00	83,70
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00		50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00		15,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		70.000,00	
Despesa de Capital Líquida	40.995.984,72		24.856.114,07	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	40.025.188,33	40.139.755,95	24.575.970,02	11.878,78
Despesas Previdenciárias	23.565.542,24	43.114.732,49	60.399.595,63	43.708.503,58
Resultado Previdenciário	16.459.646,09	-2.974.976,54	-35.823.625,61	-43.696.624,80
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	353.800,77	197.276,18	85.722,61	5.510,74
Despesas Previdenciárias	4.350.939,62	3.692.681,38	2.066.986,36	246.113,18
Resultado Previdenciário	-3.997.138,85	-3.495.405,20	-1.981.263,75	-240.602,44
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		462.536,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		485.536,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**		**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no	**% Aplicado Até o Bimestre Exercício**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.396.313,16		15,00	24,02
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:A223C59A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 4 - DEMONSTR DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	5.812.512,00	6.731.120,29

Receita de Contribuições dos Segurados	1.530.000,00	1.090.966,03
Ativo	1.475.000,00	1.090.966,03
Inativo	55.000,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.375.000,00	1.434.008,67
Ativo	2.375.000,00	1.434.008,67
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.907.512,00	4.206.145,59
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.907.512,00	4.206.145,59
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**5.812.512,00**	**6.731.120,29**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	600.000,00	280.414,34	280.414,34	280.414,34	0,00
Aposentadorias	450.000,00	280.414,34	280.414,34	280.414,34	0,00
Pensões por Morte	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	189.512,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	189.512,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**789.512,00**	**280.414,34**	**280.414,34**	**280.414,34**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**5.023.000,00**	**6.450.705,95**	**6.450.705,95**	**6.450.705,95**	**6.731.120,29**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	80.000,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-2.818.726,62
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	67,15
Investimentos e Aplicações	52.072.646,75
Outros Bens e Direitos	73.211,98

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	942.000,00	241.340,05
Receita de Contribuições dos Segurados	190.000,00	56.885,43
Ativo	190.000,00	56.885,43
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	150.000,00	42.294,11
Ativo	150.000,00	42.294,11
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	20.000,00	1.229,05
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	20.000,00	1.229,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	582.000,00	140.931,46
Compensação Financeira entre os regimes	582.000,00	140.931,46
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**942.000,00**	**241.340,05**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	5.800.000,00	3.049.789,13	3.049.789,13	3.049.789,13	0,00
Aposentadorias	4.740.000,00	2.563.785,08	2.563.785,08	2.563.785,08	0,00
Pensões por Morte	1.060.000,00	486.004,05	486.004,05	486.004,05	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	165.000,00	470,70	470,70	470,70	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	165.000,00	470,70	470,70	470,70	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**5.965.000,00**	**3.050.259,83**	**3.050.259,83**	**3.050.259,83**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	**-5.023.000,00**	**-2.808.919,78**	**-2.808.919,78**	**-2.808.919,78**	**241.340,05**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
OutrosBensDireitos	750.773,75

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
RECEITAS CORRENTES	509.488,00	447.529,61			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**509.488,00**	**447.529,61**			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	485.488,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	365.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	120.488,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**509.488,00**	**1.300,00**	**1.300,00**	**1.300,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**0,00**	**446.229,61**	**446.229,61**	**446.229,61**	**447.529,61**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00			
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES - FAPEN RENASCENCA					11/09/2026 - 16:48:22

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:41F1D242

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 6 - DEMONSTR DOS RESULTADOS PRIMARIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	80.871.894,08	37.290.315,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.330.110,80	4.858.352,71
IPTU	1.009.940,00	474.288,88
ISS	2.219.258,00	2.275.786,43
ITBI	1.705.970,00	380.925,91
IRRF	2.432.560,00	1.456.111,71
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	962.382,80	271.239,78
Contribuições	465.000,00	349.892,61
Receita Patrimonial	6.056.091,43	1.103.238,17
Aplicações Financeiras (II)	5.027.091,43	1.094.237,29
Outras Receitas Patrimoniais	1.029.000,00	9.000,88
Transferências Correntes	57.194.316,65	30.541.818,03
Cota-Parte do FPM	19.000.000,00	11.974.861,78
Cota-Parte do ICMS	16.000.000,00	8.650.430,83
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	1.067.491,69
Cota-Parte do ITR	240.000,00	15.377,64
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	280.000,00	137.352,14
Transferências do FUNDEB	8.432.509,85	4.190.837,68
Outras Transferências Correntes	11.241.806,80	4.505.466,27
Demais Receitas Correntes	8.826.375,20	437.014,28
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00

Receitas Correntes Restantes	8.826.375,20	437.014,28
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	75.844.802,65	36.196.078,51
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	4.347.000,00	2.813.129,68
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1.995.000,00	4.366.749,27
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	51.481.397,77	11.886.859,90
Operações de Crédito (VI)	70.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	449.536,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	449.536,00	0,00
Transferências de Capital	50.961.861,77	11.886.859,90
Convênios	28.459.424,42	11.419.351,07
Outras Transferências de Capital	22.502.437,35	467.508,83
Outras Receitas de Capital	3.000.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	3.000.000,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	51.411.397,77	11.886.859,90
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	131.603.200,42	50.896.068,09
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	127.256.200,42	48.082.938,41

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	78.844.051,31	32.086.277,30	30.383.115,03	30.161.048,64	26.773,81	301.228,15	301.336,80
Pessoal e Encargos Sociais	36.907.391,93	16.714.888,47	16.668.337,48	16.668.337,48	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	801.000,00	437.014,10	437.014,10	437.014,10	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	41.135.659,38	14.934.374,73	13.277.763,45	13.055.697,06	26.773,81	301.228,15	301.336,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	78.043.051,31	31.649.263,20	29.946.100,93	29.724.034,54	26.773,81	301.228,15	301.336,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	7.126.000,00	3.331.974,17	3.331.974,17	3.331.974,17	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	65.794.098,79	40.995.984,72	9.098.659,65	9.098.659,65	0,00	4.260.872,34	4.149.712,67
Investimentos	64.843.098,79	40.481.816,18	8.584.491,11	8.584.491,11	0,00	4.260.872,34	4.149.712,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	951.000,00	514.168,54	514.168,54	514.168,54	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	64.843.098,79	40.481.816,18	8.584.491,11	8.584.491,11	0,00	4.260.872,34	4.149.712,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	262.337,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	150.332.487,27	75.463.053,55	41.862.566,21	41.640.499,82	26.773,81	4.562.100,49	4.451.049,47
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	143.148.487,27	72.131.079,38	38.530.592,04	38.308.525,65	26.773,81	4.562.100,49	4.451.049,47

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	4.777.744,99
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	5.296.589,48
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	4.751.000,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	812.701,62
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	437.014,10
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**5.672.277,00**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Até o bimestre/ 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.417.853,04	3.903.684,50
DEDUÇÕES (XL)	13.271.567,28	15.596.690,13
Disponibilidade de Caixa	13.271.567,28	15.596.690,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.310.233,53	15.986.172,54
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	37.967,06	344.310,66
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	699,19	45.171,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-8.853.714,24	-11.693.005,63
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		2.839.291,39

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/ 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	306.343,60
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00

VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV- XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	3.145.634,99
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**2.769.947,47**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.469.195,42
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	9.469.195,42
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:FD6128D6

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 8 - DEMONSTR DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

MUNICIPIO DE RENASCENCA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	7.367.728,00	4.587.112,93
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.009.940,00	474.288,88
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.705.970,00	380.925,91
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.219.258,00	2.275.786,43
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.432.560,00	1.456.111,71
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	46.551.000,00	27.087.079,99
2.1- Cota-Parte FPM	23.200.000,00	14.748.764,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.000.000,00	13.869.516,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.200.000,00	879.248,31
2.2- Cota-Parte ICMS	20.000.000,00	10.813.038,41
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	350.000,00	171.690,21
2.4- Cota-Parte ITR	300.000,00	19.221,98
2.5- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	1.334.364,64
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	201.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**53.918.728,00**	**31.674.192,92**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**8.870.200,00**	**5.241.566,34**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**4.609.482,00**	**2.676.981,89**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	8.532.509,85	4.221.687,99
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.430.377,80	4.206.252,14
6.1.1- Principal	8.330.377,80	4.175.401,83
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	100.000,00	30.850,31
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	56.565,05	15.435,85
6.2.1- Principal	56.565,05	15.435,85
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	39.691,40	0,00
6.3.1- Principal	39.691,40	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	5.875,60	0,00
6.4.1- Principal	5.875,60	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-539.822,20**	**-1.066.164,51**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	1.130.401,58	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.130.401,58	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.352.089,57**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.856.292,92	4.117.359,62	3.985.434,02	3.985.434,02	131.925,60
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.138.195,68	3.669.888,58	3.669.888,58	3.669.888,58	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	3.170.880,40	1.393.010,97	1.393.010,97	1.393.010,97	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	3.967.315,28	2.276.877,61	2.276.877,61	2.276.877,61	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2- OUTRAS DESPESAS	1.718.097,24	447.471,04	315.545,44	315.545,44	131.925,60
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.204.834,04	102.905,64	102.905,64	102.905,64	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	513.263,20	344.565,40	212.639,80	212.639,80	131.925,60
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.893.574,55	3.761.648,95	3.761.648,95	131.925,60	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.878.138,70	3.746.213,10	3.746.213,10	131.925,60	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	15.435,85	15.435,85	15.435,85	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.533.573,30	3.533.573,30	3.533.573,30	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.955.181,59	3.533.573,30	3.533.573,30	83,70
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	422.168,80	460.039,04	460.039,04	37.870,24	10,90

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	542.994,32	1.130.401,58	237.841,15	0,00	892.560,43	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	542.994,32	1.036.672,94	136.315,28	0,00	900.357,66	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	93.728,64	101.525,87	0,00	-7.797,23	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.860.233,23	3.377.128,02	3.095.952,31	3.095.852,24	281.175,71
20.1- Educação Infantil	1.037.524,20	159.504,41	141.819,37	141.719,30	17.685,04
20.2- Ensino Fundamental	7.321.141,83	3.217.623,61	2.954.132,94	2.954.132,94	263.490,67
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	501.567,20	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	16.701.695,75	6.926.137,17	6.644.961,46	6.644.861,39	281.175,71
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.208.404,60	1.552.515,38	1.534.830,34	1.534.730,27	17.685,04
21.1.1- Creche	4.208.404,60	1.552.515,38	1.534.830,34	1.534.730,27	17.685,04
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	12.493.291,15	5.373.621,79	5.110.131,12	5.110.131,12	263.490,67

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.095.952,31
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.241.566,34
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	37.870,24
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARA O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	55.324,97

27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**8.244.323,44**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.918.548,23	8.244.323,44	26,03

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	17.908,24	0,00	0,00	0,00	17.908,24
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	17.908,24	0,00	0,00	0,00	17.908,24
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.867.246,00	745.790,22
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.463.776,00	509.708,34
31.1.1- Salário-Educação	1.000.776,00	317.218,23
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	160.000,00	118.250,57
31.1.4 - PNATE	138.000,00	73.662,39
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	577,15
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	56.000,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	347.470,00	236.081,88

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.323.602,79	1.212.982,36	1.092.855,80	1.080.925,56	120.126,56
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	170.000,00	825,95	0,00	0,00	825,95
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.735.932,79	903.389,28	807.860,91	803.806,93	95.528,37
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	215.670,00	59.314,42	59.314,42	59.314,42	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	202.000,00	249.452,71	225.680,47	217.804,21	23.772,24

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	20.068.884,94	8.707.829,52	8.174.601,65	8.162.571,34	533.227,87
33.1- Despesas Correntes	18.574.782,00	8.307.082,81	7.805.354,94	7.793.324,63	501.727,87
33.1.1- Pessoal Ativo	10.718.217,18	4.794.909,94	4.794.909,94	4.794.909,94	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	385.945,00	344.565,40	212.639,80	212.639,80	131.925,60
33.1.4- Outras Despesas Correntes	7.470.619,82	3.167.607,47	2.797.805,20	2.785.774,89	369.802,27
33.2- Despesas de Capital	1.494.102,94	400.746,71	369.246,71	369.246,71	31.500,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.494.102,94	400.746,71	369.246,71	369.246,71	31.500,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	223.785,07	40.820,01
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	4.221.687,99	317.218,23
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.985.434,02	199.240,58
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	460.039,04	158.797,66
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	460.039,04	158.797,66
Notas Explicativas		

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:E5F783AD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 9 - DEMONSTR DAS RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO E DESP DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º,			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	70.000,00	0,00	70.000,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS**	**DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A**	**SALDO NÃO EXECUTADO**

	(d)	(e)	LIQUIDADAS	PAGAR NÃO PROCESSADOS	(f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	65.852.098,79	40.995.984,72	9.098.659,65	0,00	24.856.114,07
Investimentos	64.901.098,79	40.481.816,18	8.584.491,11	0,00	24.419.282,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	951.000,00	514.168,54	514.168,54	0,00	436.831,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	65.852.098,79	40.995.984,72	9.098.659,65	0,00	24.856.114,07
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**65.782.098,79**	**40.995.984,72**	**0,00**	**0,00**	**24.786.114,07**

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:5EEDCF4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO CELETISTA Nº 02/2026

EDITAL Nº 07/2026
EDITAL NOTA REDAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA REDAÇÃO**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA REDAÇÃO**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Art.2º - Conforme estipulado no Edital de Abertura item 10.40 O candidato poderá solicitar o espelho da prova de redação das 08h00 às 17h00 do dia **17/09/2026**, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br/areadocandidato na aba RECURSO. As solicitações recebidas após data e horário definidos em edital não serão atendidas.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 17/09/2026 até às 23h59min do dia 18/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 16 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL NOTA REDAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

INSC	CARGO	NOME	CONTEÚDO	ESTRUTURA	EXPRESSÃO	NOTA FINAL
23818261	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ADRIANA THAIS HRYNIEVICZ	24.00	39.50	9.50	73.00
23817582	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ALINE DOS ANJOS MACEDO BURKO	20.00	38.80	8.90	67.70
23819607	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ALTAMIRO DOMINGOS DE MORAIS FILHO	0.00	0.00	0.00	0.00
23819024	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	AMANDA CIPRIANO KOZLOWSKI	32.00	38.70	8.70	79.40
23818311	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	AMANDA SIMON FRANÇA	0.00	0.00	0.00	0.00
23816408	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ANA PAULA COLODA	19.00	35.50	6.90	61.40
23816542	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	26.00	39.00	9.00	74.00
23819584	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	CAIO CÉSAR DE SOUZA	20.00	37.00	8.00	65.00
23819834	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	CELINE MORAIS CABRAL	32.00	40.00	10.00	82.00
23817212	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	DARLEY MOLINARI JUNIOR	0.00	0.00	0.00	0.00
23819801	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	DEYSE DE ANDRADE	0.00	0.00	0.00	0.00
23820068	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GABRIELA CABRAL SOLDA	25.00	39.40	9.40	73.80
23819531	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GABRIELA FERNANDA SCHIOCHET	32.00	40.00	9.50	81.50
23820201	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GUSTAVO ROSAS	27.00	40.00	10.00	77.00
23816349	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	IOHAN FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES	16.00	39.00	8.20	63.20
23816449	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ISABELLA TEIXEIRA MARQUES	39.00	39.50	9.40	87.90
23819776	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	JACKELINE DUDA	28.00	39.60	9.40	77.00
23819551	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	KATIANE VIER	44.00	37.60	7.80	89.40
23817145	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	KEMILY LUÍSA BECKER	30.00	39.50	9.70	79.20
23816839	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	KEVELIN NATANI DE LIMA RAMOS	35.00	36.50	7.10	78.60
23820266	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MANUELLA FROST	0.00	0.00	0.00	0.00
23816416	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARCELA BOSCHIN POPENDA	22.00	39.80	9.30	71.10
23819268	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA EDUARDA GNATKOWSKI	35.00	38.00	8.60	81.60
23818543	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA EDUARDA PALOSCHI	36.00	38.50	8.80	83.30
23816373	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA HELENA PACHECO FERREIRA	29.00	38.50	9.10	76.60
23820259	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA VITÓRIA JENSEN	0.00	0.00	0.00	0.00

23819905	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MAYARA DE FATIMA ANICHESKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23819603	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MAYARA MELNEK ALGUDO	24.00	36.80	8.60	69.40
23817814	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MILENA MAYARA TYSKI DE OLIVEIRA	33.00	40.00	9.80	82.80
23817724	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NICOLE GONTARZ SUIDNICKI	15.00	36.20	7.20	58.40
23818807	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	RAFAEL AUGUSTO CARDOSO	28.00	39.50	10.00	77.50
23817879	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	SUELLEN ANTONELLI	24.00	39.40	9.40	72.80
23817749	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	THALYS BRASIL DOS SANTOS	32.00	39.50	9.80	81.30
23818539	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	VICTOR ALEXANDRE DE OLIVEIRA SLUZALA	35.00	40.00	10.00	85.00
23818538	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	VINÍCIUS VIEIRA DE LIMA	47.00	40.00	10.00	97.00
23818044	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	WILLIAN GUSTAVO BITTENCOURT	25.00	39.00	9.30	73.30
23818420	ENFERMEIRO	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	30.00	37.00	9.20	76.20
23816563	ENFERMEIRO	ADRIANE ZAKOVICZ	10.00	34.50	6.80	51.30
23816338	ENFERMEIRO	ADRIELLY DUNICE	20.00	36.50	8.60	65.10
23819229	ENFERMEIRO	AIURY RIBEIRO DE SOUZA	20.00	40.00	9.50	69.50
23816845	ENFERMEIRO	ALINE LAU RODRIGUES	35.00	39.00	8.20	82.20
23817894	ENFERMEIRO	ANA LUCIA GONÇALVES FERREIRA	30.00	39.50	8.40	77.90
23819370	ENFERMEIRO	ANA MARIA MARCINEK STANSKI	35.00	37.50	7.80	80.30
23818651	ENFERMEIRO	ANA MARIA ROBASZKIEWICZ	0.00	0.00	0.00	0.00
23817957	ENFERMEIRO	ANA RITA DE OLIVEIRA FLORSZ	0.00	0.00	0.00	0.00
23816537	ENFERMEIRO	ANAIARA DE FATIMA ADAMANTE CIPRIANO	30.00	36.50	8.10	74.60
23818721	ENFERMEIRO	ANTONIO CLAIR CARDOSO FILHO	25.00	36.00	7.50	68.50
23817689	ENFERMEIRO	BIANCA VALERIA ALBACH	0.00	0.00	0.00	0.00
23818686	ENFERMEIRO	BRUNO RAFAEL PACHECO FARIAS	0.00	0.00	0.00	0.00
23816538	ENFERMEIRO	CAMILA SILVIANE SPECKT	10.00	35.00	7.80	52.80
23818881	ENFERMEIRO	CARINA ANAHIR FERRAZ DE LIMA	40.00	36.50	7.50	84.00
23818383	ENFERMEIRO	CRISTIAN GEAN DE SOUSA MIRANDA	50.00	40.00	9.60	99.60
23818412	ENFERMEIRO	DANIEL LIPINSKI	10.00	35.50	7.20	52.70
23816581	ENFERMEIRO	DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO	15.00	34.50	7.30	56.80
23817636	ENFERMEIRO	DANIELI IGNACHESKI LOUREIRO	35.00	37.00	6.90	78.90
23818205	ENFERMEIRO	EDICLÉIA DE FATIMA KNOPIK	40.00	36.50	6.80	83.30
23818832	ENFERMEIRO	EDUARDA LETÍCIA SEDOSKI	20.00	39.00	9.10	68.10
23817913	ENFERMEIRO	ELIEVERSON CARLOS VIEIRA FORTES	48.00	32.50	6.70	87.20
23818600	ENFERMEIRO	EVELLIN KAUANE DE OLIVEIRA	30.00	38.50	8.80	77.30
23816912	ENFERMEIRO	FRANCINE DE LIMA	40.00	38.00	8.20	86.20
23816772	ENFERMEIRO	GILDEANE SILVA DUDA	25.00	33.50	7.40	65.90
23818323	ENFERMEIRO	GISELE MARIA MACHADO DE AZEVEDO	50.00	37.50	8.00	95.50
23819923	ENFERMEIRO	GISELE WROBLEWSKI SACHINSKI	30.00	35.50	9.20	74.70
23817070	ENFERMEIRO	I2022338995	0.00	0.00	0.00	0.00
23817979	ENFERMEIRO	ISIS DANIELA MAZUR	35.00	39.50	9.20	83.70
23818013	ENFERMEIRO	JACIELI NELCI KOZAR	30.00	38.50	9.10	77.60
23820077	ENFERMEIRO	JANAINI BRUNOSKI	30.00	34.50	7.60	72.10
23819937	ENFERMEIRO	JEANI RAFAELE CHASKO	38.00	36.50	8.20	82.70
23816998	ENFERMEIRO	JÉSSICA CECATO BRONISLAWSKI	10.00	37.50	8.80	56.30
23820105	ENFERMEIRO	JOELMA DE FREITAS	25.00	36.00	7.30	68.30
23816978	ENFERMEIRO	JOSIELY MARTINS DOS SANTOS	30.00	38.50	9.00	77.50
23817242	ENFERMEIRO	JULIANA KOWALSKI DE OLIVEIRA	25.00	34.50	8.60	68.10
23819055	ENFERMEIRO	KAROLINA VITÓRIA SAWCZUKI	36.00	37.00	8.90	81.90
23817628	ENFERMEIRO	LARISSA ELISA FILIPAK	45.00	38.00	9.20	92.20
23820131	ENFERMEIRO	LETICIA CROVADOR	30.00	36.50	7.60	74.10
23820112	ENFERMEIRO	LUCIANE CHEREDA	28.00	36.50	9.20	73.70
23820135	ENFERMEIRO	LUCIANE MARIA HORNY MURAN	0.00	0.00	0.00	0.00
23819461	ENFERMEIRO	LUIZA MARIA GASPAR	30.00	37.00	8.30	75.30
23820001	ENFERMEIRO	MARCELO VERONEZ	32.00	40.00	10.00	82.00
23818173	ENFERMEIRO	MARCOS JÚNIOR DE LIMA	30.00	35.50	8.80	74.30
23817495	ENFERMEIRO	MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELO	32.00	36.50	8.60	77.10
23817014	ENFERMEIRO	MAYARA CRISTINI NOWACKI	28.00	36.00	7.80	71.80
23816904	ENFERMEIRO	MÉRILYN GALVÃO	20.00	37.00	9.20	66.20
23816679	ENFERMEIRO	MILENA DE OLIVEIRA SANTOS	35.00	38.00	9.00	82.00
23817387	ENFERMEIRO	MILENA KOSINSKI KLEMS	50.00	35.00	7.70	92.70
23818317	ENFERMEIRO	MYLENE ROCHA GOMES	30.00	39.00	7.60	76.60
23817728	ENFERMEIRO	PAULO SERGIO GUIMARÃES VIANA	0.00	0.00	0.00	0.00
23819361	ENFERMEIRO	PERICLYS BORGO	50.00	40.00	9.90	99.90
23816879	ENFERMEIRO	RAFAELA PIOLI CAETANO OKONOSKI	25.00	35.50	7.30	67.80
23819900	ENFERMEIRO	REGIANE MATOZO	50.00	37.50	7.20	94.70
23818376	ENFERMEIRO	REGINALDO RODRIGUES	28.00	34.50	7.40	69.90
23819576	ENFERMEIRO	RENATA ALBERTI	32.00	37.50	8.20	77.70
23818676	ENFERMEIRO	ROSANE POPOVICZ SCHIRLO	30.00	37.50	8.90	76.40
23818146	ENFERMEIRO	SILVANA NAVROSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23818379	ENFERMEIRO	SILVANA ROSSA GURESKI	20.00	32.50	6.80	59.30
23819732	ENFERMEIRO	SIMONE ZAGANSKI	15.00	36.50	7.60	59.10
23819789	ENFERMEIRO	TEREZINHA DE FATIMA IVASCHO	35.00	38.00	8.40	81.40
23817951	ENFERMEIRO	THIAGO TEODOZIO SOUZA LEFKUM	10.00	33.50	6.80	50.30
23819364	ENFERMEIRO	VALDERICE VASQUES PEREIRA	0.00	0.00	0.00	0.00
23818759	ENFERMEIRO	VILMARA DOS SANTOS DE PAIVA	10.00	34.50	6.90	51.40
23817503	MÉDICO - ESF	ADRIANE MELO	35.00	36.00	6.80	77.80
23818444	MÉDICO - ESF	ALAN BUENO	44.00	38.50	8.80	91.30
23817421	MÉDICO - ESF	ALAN CRISAN ZOCCHE	31.00	39.00	7.60	77.60
23819245	MÉDICO - ESF	ALANA ROGULSKI	39.00	39.00	9.30	87.30
23820064	MÉDICO - ESF	ALEX HOLM KLOSSOWSKI	37.50	37.00	7.80	82.30
23818133	MÉDICO - ESF	ALLINE APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	32.00	40.00	10.00	82.00
23818451	MÉDICO - ESF	ANA CLAUDIA ILIVINSKI FRANCESCHINI	40.50	40.00	9.70	90.20
23820150	MÉDICO - ESF	ANA PAULA BUDZIAK FRONCZAK	38.00	40.00	9.40	87.40
23819793	MÉDICO - ESF	BARBARA BREDOOW	32.50	40.00	9.50	82.00
23818994	MÉDICO - ESF	BARBARA PIRES SANTOS	31.50	39.00	9.60	80.10
23819759	MÉDICO - ESF	BEATRIZ RAMOS DE GODOY	37.00	37.50	8.80	83.30
23818764	MÉDICO - ESF	BENJAMIN SAUER	37.50	39.50	8.70	85.70
23818690	MÉDICO - ESF	BIANCA VIZINONI SOLDA	42.50	39.00	8.60	90.10
23818119	MÉDICO - ESF	BRUNA TAILINI TYSKI DE OLIVEIRA	32.50	40.00	10.00	82.50
23818853	MÉDICO - ESF	CARINE DE FÁTIMA JENCZMIONKI	39.50	39.50	9.70	88.70

23817909	MÉDICO - ESF	CAROLINE MARY MATSUMOTO	44.50	40.00	10.00	94.50
23816764	MÉDICO - ESF	CLAUDINEIA SOARES DIAS	32.00	40.00	10.00	82.00
23818780	MÉDICO - ESF	DAIANE BUENO MARTINS	37.50	39.00	9.30	85.80
23818089	MÉDICO - ESF	DAIANE GUIMARÃES	40.00	39.00	9.60	88.60
23819774	MÉDICO - ESF	DANIELE REGINA DA LUZ	26.00	38.00	8.20	72.20
23818617	MÉDICO - ESF	DANILO TANAJURA DE MELO	38.00	38.00	8.70	84.70
23818843	MÉDICO - ESF	DEBORA WICHUK	37.00	38.00	7.60	82.60
23819502	MÉDICO - ESF	EDUARDA GRDEN HENICH	32.00	36.50	8.80	77.30
23818495	MÉDICO - ESF	EDUARDO FRANCESCHINI	43.00	38.00	9.20	90.20
23817741	MÉDICO - ESF	ELENIZE GONÇALVES CAVALHEIRO	39.50	38.50	8.80	86.80
23819482	MÉDICO - ESF	EMÍLIO AUGUSTO ANDRADE BORGES	39.00	38.50	9.20	86.70
23818944	MÉDICO - ESF	ERIKAH MANASHA DA CONCEICAO SALETI	39.00	37.00	7.80	83.80
23818892	MÉDICO - ESF	GABRIEL LAZZARI	38.50	40.00	9.60	88.10
23820236	MÉDICO - ESF	GABRIELA MARIANA MASSOQUETO DE ANDRADE ZANIN	44.50	39.00	9.10	92.60
23816907	MÉDICO - ESF	GIOVANA FILUS	41.00	40.00	9.50	90.50
23819579	MÉDICO - ESF	GREGORY MICHEL BECH	0.00	0.00	0.00	0.00
23817446	MÉDICO - ESF	GUILHERME MORAVIESKI ULIANA	42.00	39.50	8.70	90.20
23818049	MÉDICO - ESF	GUSTAVO HENRIQUE MATZENBACHER TREVISOL	25.50	36.50	7.70	69.70
23819805	MÉDICO - ESF	GUSTAVO STEFFEN ALBANSKI	36.50	38.00	9.00	83.50
23819427	MÉDICO - ESF	IGOR MIGUEL PINKOSKI	40.00	40.00	10.00	90.00
23819509	MÉDICO - ESF	IZABELLY CONSTANTINOV LEMOS	33.50	37.50	9.40	80.40
23818910	MÉDICO - ESF	JANAIZE APARECIDA OGLIARI	38.00	37.50	8.40	83.90
23819847	MÉDICO - ESF	JOANA DA ROCHA FAVORETO KLASS	45.50	39.00	10.00	94.50
23820268	MÉDICO - ESF	JOÃO FREDERICO MUSIAL	38.00	37.00	6.60	81.60
23818823	MÉDICO - ESF	JONATHAN JOSÉ BORGES	42.00	38.00	8.60	88.60
23817925	MÉDICO - ESF	JUNIOR CÉSAR BERGAMASCHI	46.00	40.00	9.30	95.30
23819539	MÉDICO - ESF	KAROLINE RODRIGUES SIKORA	30.50	36.50	7.30	74.30
23817772	MÉDICO - ESF	LUANA BALEM	33.00	40.00	9.50	82.50
23816361	MÉDICO - ESF	LUCAS KAZMIERCZAK	0.00	0.00	0.00	0.00
23819385	MÉDICO - ESF	LUIZ ALBERTO BUDZIAK	25.00	35.00	7.10	67.10
23819848	MÉDICO - ESF	LUIZ FELIPE DACIUK JUNIOR	39.00	37.50	7.90	84.40
23816672	MÉDICO - ESF	MARCO ANTONIO FERREIRA VIANA	38.50	37.50	7.60	83.60
23820054	MÉDICO - ESF	MARCOS OTÁVIO BUENO	41.50	40.00	10.00	91.50
23818991	MÉDICO - ESF	MARIA GABRIELA CARARO CABRAL	35.50	39.00	9.60	84.10
23819527	MÉDICO - ESF	MARINA AUSTINE AUGUSTO DE OLIVEIRA	40.00	36.50	8.20	84.70
23817939	MÉDICO - ESF	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	39.00	36.50	8.60	84.10
23819680	MÉDICO - ESF	NATALIA CRISTINA BURDINI	40.50	40.00	8.80	89.30
23817946	MÉDICO - ESF	NATHALIA CAVALCANTE REFFATTI	34.00	38.50	9.60	82.10
23817396	MÉDICO - ESF	NILMA MONTALVÃO DE SOUSA	32.50	35.50	8.90	76.90
23817677	MÉDICO - ESF	OMAR GONZALEZ LAGO	36.00	38.50	8.80	83.30
23816364	MÉDICO - ESF	POLIANA MATHIAS KAZMIERCZAK	25.00	37.00	7.80	69.80
23817625	MÉDICO - ESF	PRISCILA DOS SANTOS ANDRADE	25.00	35.00	7.20	67.20
23819965	MÉDICO - ESF	RAFAEL MAFRA DA SILVA	41.00	37.50	8.90	87.40
23816381	MÉDICO - ESF	RAFAELA IANISKY	32.50	39.00	9.20	80.70
23816650	MÉDICO - ESF	REBECA KREBS PACHECO	38.00	37.50	8.80	84.30
23819371	MÉDICO - ESF	RHULIANE PEREIRA DE ANDRADE	38.00	38.00	9.60	85.60
23819196	MÉDICO - ESF	ROBERTO MISAHEL DO AMARAL	31.00	32.50	7.40	70.90
23818566	MÉDICO - ESF	RODRIGO CESAR MATRAS	32.50	35.50	7.20	75.20
23819272	MÉDICO - ESF	SAMUEL SÁ CAPUCHO	30.00	38.00	8.80	76.80
23819943	MÉDICO - ESF	VINICIUS HARUO KITA	35.00	37.50	8.30	80.80
23816690	MÉDICO - ESF	VIVIANE MAMCASZ VIGINHESKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23820251	MÉDICO - ESF	WILLIAM FERNANDES	39.50	38.00	8.80	86.30
23818723	MÉDICO - ESF	YURI MATUICHUCK MONGELOS	36.50	37.00	9.40	82.90

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:E39C3366

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO CELETISTA Nº 02/2026

EDITAL Nº 08/2026
EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA TÍTULOS**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA PROVA DE TÍTULOS**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 17/09/2026 até às 23h59min do dia 18/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 16 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

INSC	CARGO	NOME	TÍTULO
23818261	ADRIANA THAIS HRYNIEVICZ	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	5.00
23817582	ALINE DOS ANJOS MACEDO BURKO	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819607	ALTAMIRO DOMINGOS DE MORAIS FILHO	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819024	AMANDA CIPRIANO KOZLOWSKI	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23818311	AMANDA SIMON FRANÇA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23816408	ANA PAULA COLODA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23816542	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	5.00
23819584	CAIO CÉSAR DE SOUZA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	2.50
23819834	CELINE MORAIS CABRAL	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23817212	DARLEY MOLINARI JUNIOR	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819801	DEYSE DE ANDRADE	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23820068	GABRIELA CABRAL SOLDA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819531	GABRIELA FERNANDA SCHIOCHET	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	7.50
23820201	GUSTAVO ROSAS	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23816349	IOHAN FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	2.50
23816449	ISABELLA TEIXEIRA MARQUES	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819776	JACKELINE DUDA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819551	KATIANE VIER	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23817145	KEMILY LUÍSA BECKER	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23816839	KEVELIN NATANI DE LIMA RAMOS	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23820266	MANUELLA FROST	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23816416	MARCELA BOSCHIN POPENDA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	5.00
23819268	MARIA EDUARDA GNATKOWSKI	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	5.00
23818543	MARIA EDUARDA PALOSCHI	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23816373	MARIA HELENA PACHECO FERREIRA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23820259	MARIA VITÓRIA JENSEN	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819905	MAYARA DE FATIMA ANICHESKI	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23819603	MAYARA MELNEK ALGUDO	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23817814	MILENA MAYARA TYSKI DE OLIVEIRA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23817724	NICOLE GONTARZ SUIDNICKI	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23818807	RAFAEL AUGUSTO CARDOSO	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23817879	SUELLEN ANTONELLI	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23817749	THALYS BRASIL DOS SANTOS	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	2.50
23818539	VICTOR ALEXANDRE DE OLIVEIRA SLUZALA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23818538	VINÍCIUS VIEIRA DE LIMA	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NAP
23818044	WILLIAN GUSTAVO BITTENCOURT	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	0.00
23818420	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	ENFERMEIRO	2.50
23816563	ADRIANE ZAKOVICZ	ENFERMEIRO	2.50
23816338	ADRIELLY DUNICE	ENFERMEIRO	NAP
23819229	AIURY RIBEIRO DE SOUZA	ENFERMEIRO	NAP
23816845	ALINE LAU RODRIGUES	ENFERMEIRO	NAP
23817894	ANA LUCIA GONÇALVES FERREIRA	ENFERMEIRO	2.50
23819370	ANA MARIA MARCINEK STANSKI	ENFERMEIRO	NAP
23818651	ANA MARIA ROBASZKIEWICZ	ENFERMEIRO	NAP
23817957	ANA RITA DE OLIVEIRA FLORSZ	ENFERMEIRO	NAP
23816537	ANAIARA DE FATIMA ADAMANTE CIPRIANO	ENFERMEIRO	7.50
23818721	ANTONIO CLAIR CARDOSO FILHO	ENFERMEIRO	2.50
23817689	BIANCA VALERIA ALBACH	ENFERMEIRO	NAP
23818686	BRUNO RAFAEL PACHECO FARIAS	ENFERMEIRO	NAP
23816538	CAMILA SILVIANE SPECKT	ENFERMEIRO	NAP
23818881	CARINA ANAHIR FERRAZ DE LIMA	ENFERMEIRO	NAP
23818383	CRISTIAN GEAN DE SOUSA MIRANDA	ENFERMEIRO	NAP
23818412	DANIEL LIPINSKI	ENFERMEIRO	NAP
23816581	DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO	ENFERMEIRO	NAP
23817636	DANIELI IGNACHESKI LOUREIRO	ENFERMEIRO	NAP
23818205	EDICLÉIA DE FATIMA KNOPIK	ENFERMEIRO	NAP
23818832	EDUARDA LETÍCIA SEDOSKI	ENFERMEIRO	NAP
23817913	ELIEVERSON CARLOS VIEIRA FORTES	ENFERMEIRO	5.00
23818600	EVELLIN KAUANE DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	NAP
23816912	FRANCINE DE LIMA	ENFERMEIRO	NAP
23816772	GILDEANE SILVA DUDA	ENFERMEIRO	NAP
23818323	GISELE MARIA MACHADO DE AZEVEDO	ENFERMEIRO	5.00
23819923	GISELE WROBLEWSKI SACHINSKI	ENFERMEIRO	NAP
23817070	IVANDRA PAGESKI DOS SANTOS MERUZ	ENFERMEIRO	2.50
23817979	ISIS DANIELA MAZUR	ENFERMEIRO	NAP
23818013	JACIELI NELCI KOZAR	ENFERMEIRO	NAP
23820077	JANAINI BRUNOSKI	ENFERMEIRO	2.50
23819937	JEANI RAFAELE CHASKO	ENFERMEIRO	NAP
23816998	JÉSSICA CECATO BRONISLAWSKI	ENFERMEIRO	NAP
23820105	JOELMA DE FREITAS	ENFERMEIRO	NAP
23816978	JOSIELY MARTINS DOS SANTOS	ENFERMEIRO	NAP
23817242	JULIANA KOWALSKI DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	NAP
23819055	KAROLINA VITÓRIA SAWCZUKI	ENFERMEIRO	NAP
23817628	LARISSA ELISA FILIPAK	ENFERMEIRO	NAP
23820131	LETICIA CROVADOR	ENFERMEIRO	NAP
23820112	LUCIANE CHEREDA	ENFERMEIRO	NAP
23820135	LUCIANE MARIA HORNY MURAN	ENFERMEIRO	NAP
23819461	LUIZA MARIA GASPAR CARRARO	ENFERMEIRO	2.50
23820001	MARCELO VERONEZ	ENFERMEIRO	NAP

23818173	MARCOS JÚNIOR DE LIMA	ENFERMEIRO	NAP
23817495	MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELO	ENFERMEIRO	NAP
23817014	MAYARA CRISTINI NOWACKI	ENFERMEIRO	NAP
23816904	MÉRILYN GALVÃO	ENFERMEIRO	NAP
23816679	MILENA DE OLIVEIRA SANTOS	ENFERMEIRO	NAP
23817387	MILENA KOSINSKI KLEMS	ENFERMEIRO	NAP
23818317	MYLENE ROCHA GOMES	ENFERMEIRO	2.50
23817728	PAULO SERGIO GUIMARÃES VIANA	ENFERMEIRO	NAP
23819361	PERICLYS BORGO	ENFERMEIRO	NAP
23816879	RAFAELA PIOLI CAETANO OKONOSKI	ENFERMEIRO	5.00
23819900	REGIANE MATOZO	ENFERMEIRO	NAP
23818376	REGINALDO RODRIGUES	ENFERMEIRO	5.00
23819576	RENATA ALBERTI	ENFERMEIRO	NAP
23818676	ROSANE POPOVICZ SCHIRLO	ENFERMEIRO	5.00
23818146	SILVANA NAVROSKI	ENFERMEIRO	0.00
23818379	SILVANA ROSSA GURESKI	ENFERMEIRO	NAP
23819732	SIMONE ZAGANSKI	ENFERMEIRO	NAP
23819789	TEREZINHA DE FATIMA IVASCHO	ENFERMEIRO	5.00
23817951	THIAGO TEODOZIO SOUZA LEFKUM	ENFERMEIRO	NAP
23819364	VALDERICE VASQUES PEREIRA	ENFERMEIRO	2.50
23818759	VILMARA DOS SANTOS DE PAIVA	ENFERMEIRO	NAP
23817503	ADRIANE MELO	MÉDICO - ESF	NAP
23818444	ALAN BUENO	MÉDICO - ESF	NAP
23817421	ALAN CRISAN ZOCCHE	MÉDICO - ESF	NAP
23819245	ALANA ROGULSKI	MÉDICO - ESF	NAP
23820064	ALEX HOLM KLOSSOWSKI	MÉDICO - ESF	NAP
23818133	ALLINE APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	MÉDICO - ESF	NAP
23818451	ANA CLAUDIA ILIVINSKI FRANCESCHINI	MÉDICO - ESF	NAP
23820150	ANA PAULA BUDZIAK FRONCZAK	MÉDICO - ESF	NAP
23819793	BARBARA BREDOOW	MÉDICO - ESF	NAP
23818994	BARBARA PIRES SANTOS	MÉDICO - ESF	NAP
23819759	BEATRIZ RAMOS DE GODOY	MÉDICO - ESF	NAP
23818764	BENJAMIN SAUER	MÉDICO - ESF	NAP
23818690	BIANCA VIZINONI SOLDA	MÉDICO - ESF	NAP
23818119	BRUNA TAILINI TYSKI DE OLIVEIRA	MÉDICO - ESF	NAP
23818853	CARINE DE FÁTIMA JENCZMIONKI	MÉDICO - ESF	NAP
23817909	CAROLINE MARY MATSUMOTO	MÉDICO - ESF	NAP
23816764	CLAUDINEIA SOARES DIAS	MÉDICO - ESF	NAP
23818780	DAIANE BUENO MARTINS	MÉDICO - ESF	NAP
23818089	DAIANE GUIMARÃES	MÉDICO - ESF	NAP
23819774	DANIELE REGINA DA LUZ	MÉDICO - ESF	NAP
23818617	DANILO TANAJURA DE MELO	MÉDICO - ESF	5.00
23818843	DEBORA WICHUK	MÉDICO - ESF	NAP
23819502	EDUARDA GRDEN HENICH	MÉDICO - ESF	NAP
23818495	EDUARDO FRANCESCHINI	MÉDICO - ESF	NAP
23817741	ELENIZE GONÇALVES CAVALHEIRO	MÉDICO - ESF	NAP
23819482	EMÍLIO AUGUSTO ANDRADE BORGES	MÉDICO - ESF	NAP
23818944	ERIKAH MANASHA DA CONCEICAO SALETI	MÉDICO - ESF	NAP
23818892	GABRIEL LAZZARI	MÉDICO - ESF	NAP
23820236	GABRIELA MARIANA MASSOQUETO DE ANDRADE ZANIN	MÉDICO - ESF	NAP
23816907	GIOVANA FILUS	MÉDICO - ESF	NAP
23819579	GREGORY MICHEL BECH	MÉDICO - ESF	NAP
23817446	GUILHERME MORAVIESKI ULIANA	MÉDICO - ESF	NAP
23818049	GUSTAVO HENRIQUE MATZENBACHER TREVISOL	MÉDICO - ESF	NAP
23819805	GUSTAVO STEFFEN ALBANSKI	MÉDICO - ESF	NAP
23819427	IGOR MIGUEL PINKOSKI	MÉDICO - ESF	5.00
23819509	IZABELLY CONSTANTINOV LEMOS	MÉDICO - ESF	NAP
23818910	JANAIZE APARECIDA OGLIARI	MÉDICO - ESF	NAP
23819847	JOANA DA ROCHA FAVORETO KLASS	MÉDICO - ESF	NAP
23820268	JOÃO FREDERICO MUSIAL	MÉDICO - ESF	NAP
23818823	JONATHAN JOSÉ BORGES	MÉDICO - ESF	NAP
23817925	JUNIOR CÉSAR BERGAMASCHI	MÉDICO - ESF	5.00
23819539	KAROLINE RODRIGUES SIKORA	MÉDICO - ESF	NAP
23817772	LUANA BALEM	MÉDICO - ESF	NAP
23816361	LUCAS KAZMIERCZAK	MÉDICO - ESF	NAP
23819385	LUIZ ALBERTO BUDZIAK	MÉDICO - ESF	NAP
23819848	LUIZ FELIPE DACIUK JUNIOR	MÉDICO - ESF	NAP
23816672	MARCO ANTONIO FERREIRA VIANA	MÉDICO - ESF	NAP
23820054	MARCOS OTÁVIO BUENO	MÉDICO - ESF	NAP
23818991	MARIA GABRIELA CARARO CABRAL	MÉDICO - ESF	NAP
23819527	MARINA AUSTINE AUGUSTO DE OLIVEIRA	MÉDICO - ESF	NAP
23817939	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	MÉDICO - ESF	0.00
23819680	NATALIA CRISTINA BURDINI	MÉDICO - ESF	NAP
23817946	NATHALIA CAVALCANTE REFFATTI	MÉDICO - ESF	2.50
23817396	NILMA MONTALVÃO DE SOUSA	MÉDICO - ESF	NAP
23817677	OMAR GONZALEZ LAGO	MÉDICO - ESF	5.00
23816364	POLIANA MATHIAS KAZMIERCZAK	MÉDICO - ESF	NAP
23817625	PRISCILA DOS SANTOS ANDRADE	MÉDICO - ESF	NAP
23819965	RAFAEL MAFRA DA SILVA	MÉDICO - ESF	NAP
23816381	RAFAELA IANISKY	MÉDICO - ESF	NAP
23816650	REBECA KREBS PACHECO	MÉDICO - ESF	NAP
23819371	RHULIANE PEREIRA DE ANDRADE	MÉDICO - ESF	NAP
23819196	ROBERTO MISAHEL DO AMARAL	MÉDICO - ESF	NAP
23818566	RODRIGO CESAR MATRAS	MÉDICO - ESF	5.00
23819272	SAMUEL SÁ CAPUCHO	MÉDICO - ESF	NAP
23819943	VINICIUS HARUO KITA	MÉDICO - ESF	NAP
23816690	VIVIANE MAMCASZ VIGINHESKI	MÉDICO - ESF	NAP
23820251	WILLIAM FERNANDES	MÉDICO - ESF	NAP
23818723	YURI MATUICHUCK MONGELOS	MÉDICO - ESF	NAP

***NAP = NÃO APRESENTOU**

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:EB1D9CB1

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 07/2026

EDITAL NOTA REDAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA REDAÇÃO**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA REDAÇÃO**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Art.2º - Conforme estipulado no Edital de Abertura item 10.40 O candidato poderá solicitar o espelho da prova de redação das 08h00 às 17h00 do dia **17/09/2026**, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br/areadocandidato na aba RECURSO. As solicitações recebidas após data e horário definidos em edital não serão atendidas.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 17/09/2026 até às 23h59min do dia 18/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 16 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL NOTA REDAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	CARGO	NOME	CONTEÚDO	ESTRUTURA	EXPRESSÃO	NOTA FINAL
23818012	AGENTE FISCAL	ALCEU MENDES DO NASCIMENTO	15.00	33.00	7.00	55.00
23820142	AGENTE FISCAL	ANTÔNIO LAERCIO DOS SANTOS	0.00	29.00	7.00	36.00
23820237	AGENTE FISCAL	FERNANDO LUCAS STEPKA	10.00	30.00	7.50	47.50
23820215	AGENTE FISCAL	RAFAEL CARNEIRO RODRIGUES	15.00	34.00	7.50	56.50
23817598	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADRIANE APARECIDA SOARES	10.00	33.00	7.00	50.00
23817513	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADRIANE DO ROCIO KAMINSKI	30.00	37.00	8.50	75.50
23817081	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALEXANDRA PADILHA	1.00	33.00	8.00	42.00
23819339	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AMANDA CARARO KEMPINSKI	10.00	35.00	8.00	53.00
23818113	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AMANDA DE OLIVEIRA LINHARES	0.00	0.00	0.00	0.00
23819485	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA CAROLINE ZEM	40.00	37.00	8.50	85.50
23816692	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA JULIA DE OLIVEIRA	15.00	36.00	8.00	59.00
23816685	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA MARIA ZOREK	0.00	34.00	7.00	41.00
23819108	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDRÉ DE LARA CARLOS	40.00	37.00	8.00	85.00
23818152	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDREIA BEATRIZ DE MELO	0.00	33.00	6.00	39.00
23819178	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDRESSA PEREIRA CHALUS	10.00	36.00	8.00	54.00
23817934	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANNA JULIA MAIDL DE OLIVEIRA	10.00	36.00	8.00	54.00
23820043	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANTONIO MARCOS ALVES CAMILIO	15.00	37.00	8.00	60.00
23819612	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANTONIO ROBERTO HOHMANN	10.00	38.50	9.50	58.00
23818858	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ARTHUR MAZUR	10.00	37.00	8.50	55.50
23819600	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AUHANNY CRISTINA ULBRICH	0.00	0.00	0.00	0.00
23817219	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BIANCA LOZINSKI SCHIMANKO	15.00	36.00	8.00	59.00
23819554	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BIANCA ZOREK	0.00	0.00	0.00	0.00
23819842	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CARLOS EDUARDO MACEDO SANTOS	15.00	37.00	8.50	60.50
23817835	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CARMEN LUCIA PINTO	0.00	0.00	0.00	0.00
23816681	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CHRISTIAN SAMUELSON GRUBA FRANCO	5.00	35.00	7.00	47.00
23819270	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CHRISTINE SOLAREVISKI	20.00	38.50	9.00	67.50
23817629	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CLEITON JOSÉ TOLEDO	0.00	34.00	7.50	41.50
23818664	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAIANA FERREIRA DE LIMA	15.00	37.00	8.50	60.50
23819813	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DANIEL FELIPE SOARES DA SILVA	30.00	31.00	6.50	67.50
23817591	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DARTAGNAN ROGALSKI CABRAL	15.00	34.00	7.00	56.00
23819874	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAYANE DA SILVA PEREIRA BUSSOLA	0.00	0.00	0.00	0.00
23819711	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DEMERSON GABRIEL SILVEIRA	5.00	35.50	8.00	48.50
23819608	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DIOGO HENRIQUE BORA FOLLMANN	0.00	0.00	0.00	0.00
23819630	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EDILAINE DE SOUZA	15.00	37.00	8.00	60.00
23816719	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EDIVANIA CASSIA DE BARROS WROBLEWSKI	40.00	36.50	8.00	84.50
23816445	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ELAINE RUVIENSKI	20.00	33.00	5.50	58.50
23819345	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EMERSON SOARES OLICHESKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23820073	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ERIKA ARIANE NOGUEIRA DO NASCIMENTO E SOUZA	30.00	37.50	8.50	76.00
23817832	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EVERTON ARNOLDO ANDRADE RAVANELLO	0.00	0.00	0.00	0.00
23819808	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANA ADRIELI DE CAMPOS	10.00	38.50	9.00	57.50

23819538	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANA JOCH GAUTTO	0.00	0.00	0.00	0.00
23816359	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANA PRESTUPA	0.00	36.50	8.00	44.50
23819574	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANE ALINE DA SILVEIRA	0.00	38.00	8.50	46.50
23816644	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FELIPE MACEDO VIEIRA	15.00	35.00	8.00	58.00
23819656	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FERNANDA PRESTUPA	30.00	38.00	9.00	77.00
23817158	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FERNANDA ROCHA	0.00	33.00	6.50	39.50
23819916	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FRANCIELE MIERZEJEWSKI	10.00	34.00	7.00	51.00
23817554	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GABRIELI PAGESKI	5.00	38.00	9.00	52.00
23819177	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GÉSSICA LAÍS CAVALHEIRO DA ROSA	10.00	39.00	9.00	58.00
23816398	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GILMARIS DE OLIVEIRA SINHORI	0.00	0.00	0.00	0.00
23819470	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GIOVANA RYMSZA	25.00	36.00	8.00	69.00
23816427	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GUILHERME FERREIRA	0.00	38.00	9.00	47.00
23816929	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GUSTAVO HENRIQUE GAZZIERO	0.00	34.00	7.50	41.50
23817142	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HELOISA GABRIELLY SURMACZ	5.00	35.00	7.50	47.50
23817508	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	INGRIDY NUNES BUDZIAK	0.00	38.00	9.00	47.00
23816727	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ISABELLY BIANCA DOS SANTOS PEPE	0.00	34.00	7.00	41.00
23818061	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JANAÍNA FABÍOLA CAMPOS DE OLIVEIRA	0.00	31.00	6.50	37.50
23819633	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JAQUELINE TRESSI	0.00	33.00	6.50	39.50
23818646	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOÃO VITOR GAIOSKI	5.00	36.50	9.00	50.50
23818010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOCELI BURNAT DO NASCIMENTO	35.00	39.00	9.50	83.50
23819550	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOHAN PETTERSON HAHNE	5.00	36.00	9.00	50.00
23819534	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOSIELE SARUVA	0.00	40.00	10.00	50.00
23819228	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAREN ANDRESSA KARVOSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23816768	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAREN CELINE STANICHESKI	10.00	30.00	5.00	45.00
23820050	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAUÃ VALENTIM DUDA	5.00	34.00	7.00	46.00
23817954	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KELLY CRISTINE MACHADO	30.00	38.00	9.00	77.00
23816773	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KEVIN RYAN DA SILVA BUHRER	10.00	36.00	7.50	53.50
23819892	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LAYANA DOMINGUES DE AMORIM BUFF	0.00	32.00	7.00	39.00
23816862	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LEILA GRAZIELE DOS SANTOS MIRANDA	0.00	0.00	0.00	0.00
23819976	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUANA VITORIA PACHECO FARAIS	10.00	35.00	8.00	53.00
23819637	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCAS DE RAMOS CARDOSO	20.00	36.50	8.00	64.50
23819067	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCAS LOPES NEPOMOCENO	30.00	35.00	7.50	72.50
23819369	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCI MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE	5.00	36.50	8.50	50.00
23817285	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCIA BUCO PIETROSKI	5.00	35.00	7.00	47.00
23819624	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIS FERNANDO SCHNAIDER	0.00	33.50	7.00	40.50
23817940	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIZ FERNANDO ANTONIO	0.00	36.50	8.00	44.50
23819728	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIZ HENRIQUE SCARATTI	2.00	36.00	7.50	45.50
23819415	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MAIRON FOLWARNY GNATKOWSKI	5.00	35.00	9.00	49.00
23818804	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARCELA DOS SANTOS DE ANDRADE	2.00	36.00	9.00	47.00
23819675	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARCIA JANETE CIESLAK KOCINSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23820025	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARIA EDUARDA DO PRADO	10.00	37.00	8.50	55.50
23816454	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARIA HELENA PRZYBYSZ	5.00	36.50	7.50	49.00
23819257	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARISA SOBIESKI SOARES	5.00	33.00	6.50	44.50
23818441	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARLON DE LIMA MACHADO	0.00	30.00	5.50	35.50
23819812	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATEUS PRINCIVAL	0.00	29.00	7.50	36.50
23817034	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATEUS VALENGA	2.00	36.00	8.50	46.50
23820107	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATHEUS GRUBA	0.00	40.00	10.00	50.00
23816816	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATHEUS KSIOZEK TASCA	30.00	35.00	8.00	73.00
23818486	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MAYARA KRUK	20.00	35.00	8.00	63.00
23816836	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MICAELI FERREIRA	5.00	38.50	10.00	53.50
23819569	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MICHELLI IVANCHESKI IANKOSKI	0.00	38.00	8.50	46.50
23818287	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MIGUEL ANGELO BASSO	2.00	36.00	8.00	46.00
23819428	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PAULO EDUARDO GADENS RIGONI	2.00	32.00	8.00	42.00
23817192	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RAFAEL OBZUT DE SOUZA	0.00	0.00	0.00	0.00
23817866	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RAMON KOSINSKI	2.00	37.00	9.00	48.00
23819971	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RAQUEL DOROCINSKI	1.00	34.50	9.00	44.50
23818269	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RENATO AUGUSTO JAVORSKI CIOLA	3.00	38.50	9.00	50.50
23818801	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROBERTA DOS SANTOS DE ANDRADE	3.00	37.00	9.00	49.00
23819642	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROSILENE PLODOWSKI GNATKOSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23820257	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SABRINA SURMACZ VALENTIM	2.00	40.00	9.70	51.70
23819359	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SAMANTHA LOZINSKI SCHIMANKO	2.00	25.00	7.00	34.00
23818688	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SARA MARIA SIUTA	2.00	34.00	9.00	45.00
23818381	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SILVANA ROSSA GURESKI	2.00	34.50	9.00	45.50
23818457	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SILVIA NARA DO ROCIL SPECKT	2.00	0.00	0.00	2.00
23817011	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	STEPHANY TAUANI RODRIGUES	0.00	33.00	6.00	39.00
23819724	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TAIS CARRARO	0.00	0.00	0.00	0.00
23818106	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TALITA MONCZAK	0.00	0.00	0.00	0.00
23820045	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THASLINE PEDROZO RIBEIRO	0.00	0.00	0.00	0.00
23817443	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THEOANA EDUARDA CARDOSO ZIELINSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23820106	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THIAGO ZIPIELA CAMILIO	0.00	34.50	7.50	42.00
23819771	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VALDIRENE BOSCARDIN LIMA FRANCO	35.00	34.50	7.50	77.00
23816785	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VINICIUS MATEUS DOS SANTOS DE BRITO	10.00	34.00	7.10	51.10
23819547	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	0.00	37.50	9.00	46.50
23820144	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	WANTIEL BATISTA GALVÃO	0.00	0.00	0.00	0.00
23819192	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	YASMIN CHICORA	10.00	35.00	7.00	52.00
23817110	ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	16.00	35.50	7.40	58.90
23817117	ASSISTENTE SOCIAL	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	28.00	38.60	9.00	75.60
23817646	ASSISTENTE SOCIAL	ANA MARCIA FERREIRA DOS SANTOS	12.00	37.60	7.30	56.90
23816325	ASSISTENTE SOCIAL	BIANCA BURLINSKI	31.00	39.80	9.60	80.40
23816723	ASSISTENTE SOCIAL	CÂNDIDA MIRELA AIRES DE OLIVEIRA	28.00	38.20	9.00	75.20
23816497	ASSISTENTE SOCIAL	DAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	10.00	36.80	7.80	54.60
23816529	ASSISTENTE SOCIAL	FIAMA TAINARA TAQUES DORTELMANN	12.00	40.00	9.70	61.70
23818423	ASSISTENTE SOCIAL	FRANCIELI MARIA MARTINS PRINCIVAL	0.00	0.00	0.00	0.00
23818580	ASSISTENTE SOCIAL	GABRIELLI KRUCHELSKI BARBOSA	18.00	39.00	9.80	66.80
23819700	ASSISTENTE SOCIAL	GISELI SOELI FELDE	25.00	36.20	9.00	70.20
23819255	ASSISTENTE SOCIAL	GLACIELE DEMBESKI MARTINS	25.00	36.80	9.10	70.90
23819752	ASSISTENTE SOCIAL	IVANA CAMILIO TEIXEIRA	20.00	37.00	8.40	65.40
23820074	ASSISTENTE SOCIAL	JANETE JASIAK	20.00	37.00	8.40	65.40
23817856	ASSISTENTE SOCIAL	JAQUELINE MILENA RODRIGUES	19.00	40.00	9.60	68.60

23819476	ASSISTENTE SOCIAL	KELLY CRISTINE MIKALDO	14.00	39.50	9.40	62.90
23819954	ASSISTENTE SOCIAL	KELLY MARQUES DA SILVA WASILEWSKI	18.00	35.50	7.60	61.10
23817132	ASSISTENTE SOCIAL	LILIAN ROMAINE FRANCO	23.00	36.50	7.30	66.80
23818920	ASSISTENTE SOCIAL	LILIANE ZVIR	25.00	38.50	9.20	72.70
23817255	ASSISTENTE SOCIAL	LUCIANE APARECIDA BARCHAKI GIELINSKI	14.00	35.60	7.60	57.20
23819499	ASSISTENTE SOCIAL	LUCIELE DE LIMA DA SILVA	24.00	38.50	8.20	70.70
23817651	ASSISTENTE SOCIAL	LUSIA CHITKO	26.00	35.60	7.80	69.40
23816651	ASSISTENTE SOCIAL	MARCELO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	32.00	39.00	9.10	80.10
23817994	ASSISTENTE SOCIAL	MÁRCIA ADRIANA MARTINS	20.00	40.00	9.20	69.20
23816792	ASSISTENTE SOCIAL	REBECA DA LUZ DE FRANÇA	30.00	37.00	8.10	75.10
23819000	ASSISTENTE SOCIAL	SIMONE DE OLIVEIRA	22.00	37.50	9.30	68.80
23819737	ASSISTENTE SOCIAL	VALDINÉIA LINHARES	21.00	38.00	8.80	67.80
23819802	CONTADOR	ALESSANDRO PRINCIVAL	32.00	40.00	9.90	81.90
23819144	CONTADOR	ALLAN LEANDRO DE ANDRADE FERREIRA	34.00	36.50	7.90	78.40
23816602	CONTADOR	ANA PAULA DE PAULA	0.00	0.00	0.00	0.00
23817282	CONTADOR	ARIELLY THASLINY DE SOUZA	34.00	38.50	8.80	81.30
23818462	CONTADOR	CARLOS EDUARDO STODOLNY	30.00	31.50	7.00	68.50
23816962	CONTADOR	DAIANE LIMA DA SILVA OPOLINSKI	32.00	35.50	8.40	75.90
23818350	CONTADOR	DANIEL INOCENCIO MENDES	42.00	38.50	9.50	90.00
23816956	CONTADOR	ELIANE MARIA TRAVINSKI FOGAÇA	30.00	35.00	8.00	73.00
23818672	CONTADOR	FLAVIANO BILYK	42.00	39.00	9.40	90.40
23818701	CONTADOR	GABRIEL WOINAROVICZ	34.00	35.00	9.40	78.40
23816910	CONTADOR	GILSIMARI MARCINIUK GASPARELLO	38.00	35.50	7.90	81.40
23819012	CONTADOR	GUILHERME TOMAL	32.00	33.50	7.50	73.00
23817921	CONTADOR	HAROLDO JOSE ANDRADE MATHIAS	32.00	37.00	9.70	78.70
23816566	CONTADOR	HAYDIANE CRISTINA BORA	32.00	35.00	7.70	74.70
23816379	CONTADOR	IZAIULA LECHECHEM	42.00	38.50	8.40	88.90
23817157	CONTADOR	ROSINÉIA APARECIDA CALGARO	32.00	35.00	8.80	75.80
23817244	CONTADOR	THAISA APARECIDA KLEMBA ANTOCHESKI	38.00	40.00	8.50	86.50
23819545	CONTADOR	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	32.00	35.50	9.20	76.70
23819988	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ADREA ALGAUER	45.00	39.00	8.90	92.90
23820262	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	AIRTON ALEX JAREMKO	45.00	39.00	7.80	91.80
23820069	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ALEXANDRE DEZANOSKI	35.00	40.00	8.40	83.40
23816406	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ANA FLÁVIA STRONA	0.00	0.00	0.00	0.00
23817969	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ANGELITA CLÉIA DOS SANTOS	35.00	0.00	0.00	35.00
23819795	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	BRUNO ALEX MAZO	30.00	37.50	6.80	74.30
23816641	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	BRUNO MAZUR	25.00	38.50	7.80	71.30
23817933	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DANIELE EUKO	25.00	39.50	8.30	72.80
23820196	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DIEGO MENON	30.00	38.50	8.90	77.40
23816720	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	FERNANDO KOZEL	0.00	0.00	0.00	0.00
23816354	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GABRIEL DIAS MARTINS	35.00	38.50	8.20	81.70
23819546	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GIOVANE FRANCISCO SOARES	35.00	37.00	6.70	78.70
23818046	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GISLAINE GABARDO	40.00	37.50	8.00	85.50
23820218	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JAIR ADRIANCZYK JUNIOR	30.00	35.00	8.00	73.00
23820033	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JONATÃ MELQUIADES FERREIRA FRANCO	30.00	36.50	7.20	73.70
23820030	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JOSÉLIA CARNEIRO	25.00	36.50	8.80	70.30
23820171	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JULY BORON	40.00	37.00	7.80	84.80
23819658	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LARISSA ALVES DE SOUZA	0.00	0.00	0.00	0.00
23818111	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LEONARDO LOPES MARZCZAOKOSKI	35.00	36.50	6.80	78.30
23819197	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LILIANE APARECIDA CANTERI	40.00	38.00	7.60	85.60
23819299	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LUCAS ALESSANDRO MISCHTAL	50.00	37.50	7.90	95.40
23819609	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	MARGARETH MAKSEMOVICZ	45.00	39.00	9.20	93.20
23818552	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	MARIA GABRIELA MARTINS DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00
23817777	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	REGIANE KAZMIERCZAK BECKER	35.00	39.50	9.80	84.30
23817589	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	RODRIGO LUIS JORGE ADAMANTE	35.00	38.50	8.90	82.40
23818153	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	THAIS SZCZEPANIK WALKOFF	45.00	40.00	9.50	94.50
23820136	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	TIAGO DOMBROVSKI	25.00	36.00	6.80	67.80
23816619	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	TIAGO MONCZAK	30.00	35.50	7.40	72.90
23819252	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	VANESSA RACHWAL	35.00	35.50	6.80	77.30
23817447	ENGENHEIRO AMBIENTAL	ALINE TROG FERREIRA	50.00	35.50	9.20	94.70
23817218	ENGENHEIRO AMBIENTAL	LUIZ GUSTAVO SCACALOSSI RAMOS PINTO	50.00	38.00	8.70	96.70
23819069	ENGENHEIRO CIVIL	ALAN DOUGLAS MORETTO BUHRER	0.00	0.00	0.00	0.00
23819681	ENGENHEIRO CIVIL	ALEXANDRE JOSÉ SNICER FELIX DOS SANTOS	0.00	36.00	7.20	43.20
23819276	ENGENHEIRO CIVIL	ALEXANDRE MIGUEL SCHEMBERGER ANDREIS	47.50	40.00	9.00	96.50
23819758	ENGENHEIRO CIVIL	ALISON FELIPE GROSSL	42.50	38.00	6.90	87.40
23820213	ENGENHEIRO CIVIL	ALISSON CESAR ROCHOLSKI	23.50	36.50	8.80	68.80
23817868	ENGENHEIRO CIVIL	ANGÉLICA HRYCYK	42.50	38.50	9.20	90.20
23819628	ENGENHEIRO CIVIL	BARBARA LUISA MELLO	33.00	38.50	9.20	80.70
23817576	ENGENHEIRO CIVIL	BRENO MARTINS ZAK FANFONO	43.00	40.00	9.70	92.70
23819232	ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS HENRIQUE PASSOS ROCHA	38.00	38.50	8.80	85.30
23817094	ENGENHEIRO CIVIL	CAUÃ COSTA DA SILVA	0.00	35.50	7.20	42.70
23817220	ENGENHEIRO CIVIL	CHRISTIAN JORGE ROGAL DE ANDRADE	34.00	38.00	8.60	80.60
23816572	ENGENHEIRO CIVIL	CLEVERSON IVONEL FIATKOSKI	36.50	35.00	7.10	78.60
23818583	ENGENHEIRO CIVIL	CLEVERSON RIBEIRO DALCORTIVO	0.00	37.50	8.00	45.50
23819984	ENGENHEIRO CIVIL	DIMAS RYMSZA	29.00	34.00	7.10	70.10
23819498	ENGENHEIRO CIVIL	DIOGENES L. CORRÊA	43.50	39.00	9.10	91.60
23817294	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO FERREIRA SANTOS	38.00	40.00	10.00	88.00
23819331	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO GABRIEL TYSKI	19.00	35.50	6.50	61.00
23819578	ENGENHEIRO CIVIL	ELIONAI GOMES DE ARAÚJO	29.00	37.50	8.80	75.30
23818430	ENGENHEIRO CIVIL	ERICK KAYKE LOPES DA LUZ	36.50	38.00	7.60	82.10
23819548	ENGENHEIRO CIVIL	EVELINE MANOSSO JANIK BRIK	30.00	38.50	8.60	77.10
23817457	ENGENHEIRO CIVIL	EVELYN SHELY SOLAREVISKI SOARES	44.50	38.50	9.40	92.40
23819636	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIEL BEHRENS ANDRADE	35.00	39.00	7.80	81.80
23819866	ENGENHEIRO CIVIL	GHIULIA DE FÁTIMA KUZNIK NUNES	42.00	38.00	7.60	87.60
23819731	ENGENHEIRO CIVIL	GIANCARLO BONACCORSO	26.00	39.50	9.50	75.00
23819660	ENGENHEIRO CIVIL	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	49.00	40.00	10.00	99.00
23818564	ENGENHEIRO CIVIL	GUILHERME ONESKO NOVAKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23817318	ENGENHEIRO CIVIL	HENRIQUE FILLUS DE SOUZA	25.00	0.00	0.00	25.00
23817291	ENGENHEIRO CIVIL	HENRIQUE HIDEYUKI MENDES HOSHINO	46.00	39.50	9.20	94.70

23817254	ENGENHEIRO CIVIL	HUGO GABRIEL FERNANDES VIOTTO	39.50	38.50	9.20	87.20
23817577	ENGENHEIRO CIVIL	IGOR JOSÉ SILVA REIS	43.50	38.50	9.40	91.40
23817740	ENGENHEIRO CIVIL	ISABELA MORES FURMAM	46.00	38.50	7.80	92.30
23819875	ENGENHEIRO CIVIL	JAIR JUBANSKI	34.00	38.00	8.10	80.10
23820147	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO GABRIEL VERES	30.00	0.00	0.00	30.00
23819723	ENGENHEIRO CIVIL	JOSCLEY RODRIGO WASELKIU	29.00	36.50	7.50	73.00
23819925	ENGENHEIRO CIVIL	LEONARDO STROPARO PEPE	39.00	38.50	8.80	86.30
23818191	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS RAFAEL CAMARA	43.00	38.50	7.60	89.10
23817148	ENGENHEIRO CIVIL	LUÍS FELIPE CARRARO	40.50	38.50	8.50	87.50
23816826	ENGENHEIRO CIVIL	LUIZ FELIPE DE LIMA RAMOS	41.00	38.00	7.20	86.20
23819317	ENGENHEIRO CIVIL	MAKSUEL DE OLIVEIRA	42.00	38.00	7.80	87.80
23818603	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELLO DANIEL JACOPETTI	33.50	37.00	7.80	78.30
23816580	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELO DE MELO	37.00	39.00	7.20	83.20
23818660	ENGENHEIRO CIVIL	MARCIO MEIRA E SILVA DOBROVOLSKI	28.50	37.00	9.20	74.70
23819286	ENGENHEIRO CIVIL	MAURICIO NOVAK	42.50	39.50	7.80	89.80
23819139	ENGENHEIRO CIVIL	NATANA PAOLA ZANLORENSI	45.50	40.00	9.90	95.40
23818729	ENGENHEIRO CIVIL	PATRÍCIA LOBODA CORDEIRO	31.50	37.00	8.30	76.80
23819553	ENGENHEIRO CIVIL	PEDRO HENRIQUE IEDE TRAMONTIN	23.50	36.50	7.60	67.60
23816559	ENGENHEIRO CIVIL	RAFAEL JULINHAQUE BERALDO	47.50	38.50	9.40	95.40
23820038	ENGENHEIRO CIVIL	RAFAELA FRANQUETO	41.00	37.50	8.20	86.70
23816584	ENGENHEIRO CIVIL	ROBSON CAVASSIM RAFFO	27.50	35.50	7.20	70.20
23818174	ENGENHEIRO CIVIL	RODRIGO CARLOS DOROCINSKI	44.00	38.50	8.30	90.80
23817623	ENGENHEIRO CIVIL	THIAGO MELO DOS SANTOS	28.00	36.50	7.60	72.10
23819595	ENGENHEIRO CIVIL	THIAGO STEFAN APPIO	42.50	38.50	8.80	89.80
23820174	ENGENHEIRO CIVIL	TIAGO JOSÉ RODRIGUES	43.00	39.00	8.90	90.90
23817241	ENGENHEIRO CIVIL	VALMIR MICHALSKI	35.00	38.50	7.40	80.90
23819631	ENGENHEIRO CIVIL	VINICIUS AUGUSTO BUSSOLA	38.50	39.00	9.40	86.90
23818771	ENGENHEIRO CIVIL	VINÍCIUS GABRIEL PAROLIN DE SOUZA	43.50	40.00	9.60	93.10
23820114	ENGENHEIRO CIVIL	VINICIUS MATEUS PALTANIN SILVA	37.50	37.50	7.60	82.60
23818746	ENGENHEIRO CIVIL	VINÍCIUS VASCOSKI	41.00	38.80	8.60	88.40
23819855	ENGENHEIRO CIVIL	WILLIAN BERTI DE RESENA	36.50	38.00	7.90	82.40
23819109	ENGENHEIRO CIVIL	YAN FERREIRA LIMA PERIUS	34.00	38.50	8.40	80.90
23818026	FARMACÊUTICO	ADRIELE BORBA FRANCO	41.00	39.00	9.60	89.60
23818987	FARMACÊUTICO	AMANDA CORNELO SURMACZ	42.00	39.00	8.80	89.80
23817774	FARMACÊUTICO	ANA CLARA DE ANDRADE JORGE	46.00	40.00	10.00	96.00
23819565	FARMACÊUTICO	BRENO SOKALSKI DE PAULA	47.00	37.50	6.90	91.40
23819928	FARMACÊUTICO	BRUNA EDUARDA MIKOVSKI LECHESKI DA SILVA	27.00	0.00	0.00	27.00
23819387	FARMACÊUTICO	CARLOS EDUARDO KOLLARITSCH	30.00	0.00	0.00	30.00
23817373	FARMACÊUTICO	CAUÊ EDUARDO MICHALICHEN	39.00	37.00	7.20	83.20
23817527	FARMACÊUTICO	CRISTIANE DOROCINSKI	43.00	38.00	8.90	89.90
23816363	FARMACÊUTICO	DAYANE SECO CARRARI BUDIE	36.00	38.00	9.20	83.20
23819806	FARMACÊUTICO	EDILSON MOLETA	39.00	37.50	8.60	85.10
23818041	FARMACÊUTICO	EDUARDA BEATRIZ SINHORI	45.00	35.50	6.90	87.40
23817340	FARMACÊUTICO	ELISMARI KATIALINE DOMANOVSKI	38.00	38.00	7.80	83.80
23820177	FARMACÊUTICO	FLAVIA EMANOELY TRENTIN	43.00	38.00	8.90	89.90
23818712	FARMACÊUTICO	FRANCIANE BOROCZ	44.00	36.50	7.80	88.30
23817583	FARMACÊUTICO	GABRIEL IVAN MELEK	45.00	38.00	7.80	90.80
23816767	FARMACÊUTICO	JESICA LUANA VASCO	31.00	34.00	6.80	71.80
23817878	FARMACÊUTICO	JÉSSICA ROGAL CALDAS	46.00	38.00	9.40	93.40
23818268	FARMACÊUTICO	KARINNA SIQUEIRA MACHADO JAVORSKI	46.00	37.50	9.40	92.90
23820022	FARMACÊUTICO	KAROLINE GIRARDI PEDROSO	44.00	38.00	9.40	91.40
23817163	FARMACÊUTICO	LAIS TAINARA HAAGSMA WESSELOVICZ	47.00	38.00	8.90	93.90
23817180	FARMACÊUTICO	LOYANNE DANICHEWCZ DE OLIVEIRA	43.00	38.00	7.40	88.40
23817871	FARMACÊUTICO	LUCAS FRANÇA TOZETTO SCHEMBERGER	26.00	0.00	0.00	26.00
23818394	FARMACÊUTICO	LUCELI HARTMANN DAL SANTOS	46.00	40.00	9.60	95.60
23819756	FARMACÊUTICO	LUCIANE BORNAT	44.00	36.50	7.00	87.50
23817108	FARMACÊUTICO	MARCIELE VERGOPOLAN DOS SANTOS BERNARDI	43.00	38.50	9.00	90.50
23819398	FARMACÊUTICO	MARCIELLE AVELAR SERAFIN	39.00	0.00	0.00	39.00
23819352	FARMACÊUTICO	MARIA EDUARDA STRUJAK	30.00	0.00	0.00	30.00
23818501	FARMACÊUTICO	MARIA EDUARDA TECH	41.00	39.50	9.80	90.30
23817315	FARMACÊUTICO	NATÁLIA LAZOSKI TALAR	42.00	38.00	8.90	88.90
23817140	FARMACÊUTICO	OTÁVIO MAROCHI GRICZINSKI	42.00	35.50	7.20	84.70
23817592	FARMACÊUTICO	SANDRA MINOSSO	35.00	39.00	8.20	82.20
23818207	FARMACÊUTICO	SIMONE SANTOS DE LIMA	46.00	37.50	8.90	92.40
23817459	FARMACÊUTICO	SUELEN PATRÍCIA RODRIGUES	38.00	37.00	7.10	82.10
23818679	FARMACÊUTICO	TANIA GABRIELY ANTOSCZECZEN	43.00	37.00	6.60	86.60
23818666	FARMACÊUTICO	THAIS AMANDA LOGINSKI	41.00	37.50	8.60	87.10
23817485	FARMACÊUTICO	VERIDIANE LICOVISKI CHASKO	40.00	38.50	9.20	87.70
23816866	FISCAL TRIBUTÁRIO	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	36.00	40.00	8.80	84.80
23819466	FISCAL TRIBUTÁRIO	LUIS EDUARDO SANSANA	40.00	39.00	8.50	87.50
23816815	FISIOTERAPEUTA	AMANDA SLOTA	12.00	40.00	8.00	60.00
23817703	FISIOTERAPEUTA	CRISTIANO VARGAS BATISTA	48.00	37.00	9.40	94.40
23817024	FISIOTERAPEUTA	DANIELA KNAUT MARTINS MARQEVIX	42.00	40.00	9.60	91.60
23816433	FISIOTERAPEUTA	EDUARDO HENRIQUE POLTRONIÉRI	33.00	38.00	8.60	79.60
23817758	FISIOTERAPEUTA	ÉRICA FRANCINE IENKE	43.00	38.50	8.50	90.00
23817166	FISIOTERAPEUTA	FRANCIELI BILEK	39.00	39.50	7.90	86.40
23819893	FISIOTERAPEUTA	ISABELA CAROLINE DOS SANTOS PINHEIRO	38.00	39.00	9.30	86.30
23818199	FISIOTERAPEUTA	LE KOVALSKI	41.00	38.00	9.30	88.30
23819599	FISIOTERAPEUTA	LETICIA VIZINONI OKONOVSKI	43.00	38.00	8.30	89.30
23817431	FISIOTERAPEUTA	MILENA TABORDA	0.00	0.00	0.00	0.00
23818847	FISIOTERAPEUTA	MYLLENA GABRIELLE SOCOLOSKI TELLES	28.00	35.00	8.90	71.90
23816987	FISIOTERAPEUTA	RAFAELA ZWIEGICOSKI PONIJALEKI	45.00	40.00	9.50	94.50
23817642	FISIOTERAPEUTA	SANDRA DANIELE KLAK	34.00	39.00	8.80	81.80
23818289	FISIOTERAPEUTA	TALITA DE OLIVEIRA	25.00	35.00	8.80	68.80
23820088	FISIOTERAPEUTA	THAÍS DE FÁTIMA FREITAS LEAL	46.00	40.00	9.40	95.40
23820203	FISIOTERAPEUTA	YURY RENATO ROGULSKI CALVI	33.00	36.50	8.80	78.30
23817344	FONOAUDIÓLOGO	ALICE AFRA VALVERDE	50.00	38.50	9.30	97.80
23819598	FONOAUDIÓLOGO	ANA BEATRIZ BONATO	45.00	39.00	9.50	93.50
23819513	FONOAUDIÓLOGO	ANA FLÁVIA ZANLORENSI MACHADO	45.00	38.50	9.00	92.50

23819105	FONOAUDIÓLOGO	BEATRIZ CAROLINA KELLER	15.00	35.00	9.10	59.10
23818798	FONOAUDIÓLOGO	CAMILA MOURA WAGNER FERREIRA OLIVEIRA	30.00	39.00	8.80	77.80
23820089	FONOAUDIÓLOGO	CLARICE STEFANI GIBINSKI	45.00	40.00	8.50	93.50
23819006	FONOAUDIÓLOGO	ELISIANE DINIZ	5.00	40.00	8.00	53.00
23816981	FONOAUDIÓLOGO	KAMILA LAUANY MAROCHI	0.00	0.00	0.00	0.00
23820242	FONOAUDIÓLOGO	LETÍCIA PEREIRA DOS SANTOS	45.00	39.50	8.40	92.90
23819710	FONOAUDIÓLOGO	LETÍCIA SANTOS	20.00	34.50	8.30	62.80
23820153	FONOAUDIÓLOGO	MARIA EDUARDA GERIONI	30.00	38.50	8.00	76.50
23816781	FONOAUDIÓLOGO	MILENA ELAINE TASIOR	35.00	38.00	9.50	82.50
23820015	FONOAUDIÓLOGO	PAULA APARECIDA MENON	50.00	39.00	9.40	98.40
23819740	FONOAUDIÓLOGO	SAMIRA BARBOSA WACHHOLZ	25.00	38.00	8.00	71.00
23816567	FONOAUDIÓLOGO	THAÍS GIOVANNA ANCIUTTI	25.00	38.00	7.80	70.80
23819157	MÉDICO VETERINÁRIO	ANELLIZE DREWNOWSKI	0.00	38.00	9.20	47.20
23819021	MÉDICO VETERINÁRIO	GESSIIANO DUDA	35.00	34.50	6.80	76.30
23818620	MÉDICO VETERINÁRIO	JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ	15.00	39.00	9.70	63.70
23819755	MÉDICO VETERINÁRIO	LÍVIA MARIA FOGAÇA	0.00	37.50	9.40	46.90
23819896	MÉDICO VETERINÁRIO	LUCIANE FURMANIAK	15.00	38.50	9.70	63.20
23816630	MÉDICO VETERINÁRIO	MARCELA SOTOSKI	25.00	39.00	9.00	73.00
23818120	MÉDICO VETERINÁRIO	NATALY KAWANY DOS SANTOS DIAS	0.00	0.00	0.00	0.00
23816506	MÉDICO VETERINÁRIO	NICOLE CHEMIN BERALDO	0.00	38.50	9.00	47.50
23818132	MÉDICO VETERINÁRIO	SABRINA ALESSANDRA TROG	15.00	38.00	9.60	62.60
23818429	NUTRICIONISTA	ADRIANA SERAFIM	49.00	40.00	8.70	97.70
23816345	NUTRICIONISTA	BIANCA RUDUNIKE	35.00	37.50	8.90	81.40
23819952	NUTRICIONISTA	FABÍOLA KAUFMANN STUANI	46.00	39.00	9.20	94.20
23819120	NUTRICIONISTA	FERNANDA MENDES DE JESUS	46.00	39.00	9.70	94.70
23818619	NUTRICIONISTA	JULIANE RODRIGUES DE SOUZA CEUCHUK	35.00	39.00	9.30	83.30
23816318	NUTRICIONISTA	LAÍS FERNANDA CARDOSO	45.00	39.00	8.50	92.50
23818996	NUTRICIONISTA	LETICIA DE LARA	19.00	37.00	8.60	64.60
23818682	NUTRICIONISTA	LUANA MAYARA DUARTE DE OLIVEIRA	50.00	39.00	9.50	98.50
23817044	NUTRICIONISTA	LUCIMARA RIBEIRO	50.00	38.50	8.90	97.40
23819693	NUTRICIONISTA	MARIANE ALEXSANDRA CARNEIRO PACIESNY SUMI	45.00	40.00	9.00	94.00
23819895	NUTRICIONISTA	MARIANE HELENA MONCZAK	30.00	39.50	8.70	78.20
23819382	NUTRICIONISTA	MARILIA AMALIA DE MACEDO	24.00	39.00	8.00	71.00
23819930	NUTRICIONISTA	NATHALIA SANTOS	46.00	40.00	8.60	94.60
23817299	NUTRICIONISTA	NICOLAIA POTOSKI FIATKOSKI	17.00	35.50	7.90	60.40
23819777	NUTRICIONISTA	SAMARA BELINSKI	50.00	40.00	9.30	99.30
23817905	NUTRICIONISTA	SIRLENE DA APARECIDA DE SOUZA	30.00	40.00	8.70	78.70
23818027	NUTRICIONISTA	TATIANE BAUFLEUR	40.00	39.50	9.70	89.20
23817825	PROCURADOR	ALESSANDRA MANCASZ	35.00	37.00	9.30	81.30
23819291	PROCURADOR	ANA FLÁVIA ALVES DE LIMA	37.50	39.00	9.60	86.10
23819060	PROCURADOR	ANA LETICIA SEIDL BURGATH	37.50	38.00	9.50	85.00
23818214	PROCURADOR	ANDRÉ GALVAN DANTAS MOTTA	30.00	38.00	8.50	76.50
23816789	PROCURADOR	ANDRÉ LUIZ QUAGLIOTTO	35.00	37.50	7.80	80.30
23819035	PROCURADOR	ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK	30.00	37.00	8.20	75.20
23818433	PROCURADOR	BRENDHA DE ANDRADE BOROCHOK	37.50	38.00	7.90	83.40
23819903	PROCURADOR	CAMILA ZANIOLO PRATES	37.50	40.00	9.60	87.10
23816874	PROCURADOR	CARLA CRISTINA STRONA ANTUNES	25.00	37.50	9.50	72.00
23818604	PROCURADOR	CARLOS HENRIQUE GOMES	40.00	40.00	9.20	89.20
23816392	PROCURADOR	CHRYSTIAN CATARINA	25.00	37.00	9.30	71.30
23818313	PROCURADOR	CLAUDIO GARTNER	35.00	38.50	8.90	82.40
23816620	PROCURADOR	CRISTIAN OPUCHKEVICZ PAIANO	30.00	39.50	9.50	79.00
23818765	PROCURADOR	DÉBORA REGINA GALICKI	35.00	38.50	9.10	82.60
23817273	PROCURADOR	DIONES PADILHA	20.00	34.50	8.30	62.80
23818303	PROCURADOR	DYELLEN ALICE FORGHIERI DE PAULA	25.00	38.00	9.20	72.20
23817735	PROCURADOR	ELAINE CRISTINA SOARES SURMACZ	27.50	37.50	6.80	71.80
23819704	PROCURADOR	ELOISE DE ALMEIDA ROCHA	30.00	37.00	9.60	76.60
23817558	PROCURADOR	EMANUEL VITOR STALISZ	25.00	35.50	7.80	68.30
23818563	PROCURADOR	ÉRIKA TAINÁ RIBEIRO	37.50	39.50	8.60	85.60
23820225	PROCURADOR	FÁBIO JUNIOR DE SOUZA	30.00	36.00	7.20	73.20
23818865	PROCURADOR	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	20.00	32.50	7.20	59.70
23819230	PROCURADOR	FERNANDO MOREIRA FERREIRA	35.00	40.00	7.50	82.50
23819653	PROCURADOR	FRANCE FERRARI CAMARGO	35.00	40.00	10.00	85.00
23817176	PROCURADOR	FRANCIELE LUZIA SOARES	37.50	40.00	8.50	86.00
23819823	PROCURADOR	GABRIEL DA SILVA CORDEIRO	25.00	38.00	8.30	71.30
23817857	PROCURADOR	GABRIEL MADUREIRA COLAÇO	37.50	38.50	7.60	83.60
23819044	PROCURADOR	GABRIELA GIANINE HALICKI	30.00	38.50	8.90	77.40
23820240	PROCURADOR	GIANCARLO GRACIOLI	20.00	37.00	9.50	66.50
23819820	PROCURADOR	HELENA ZEM RIQUELME	20.00	37.50	9.30	66.80
23818854	PROCURADOR	HELOISA BUCO MORETTO	35.00	36.50	9.50	81.00
23819215	PROCURADOR	HENRIQUE IANIK PORTELA FRANCO	37.50	38.00	9.70	85.20
23819908	PROCURADOR	JAIME FERNANDES DE CARVALHO FILHO	37.50	39.50	9.80	86.80
23819914	PROCURADOR	JOAN WRUBLESKI	25.00	37.00	9.60	71.60
23819817	PROCURADOR	JOAO RICARDO SEBENELLO	30.00	35.00	9.10	74.10
23819011	PROCURADOR	JOÃO VICTOR NOGUEIRA HORN	20.00	38.00	9.00	67.00
23819739	PROCURADOR	JOSÉ HENRIQUE SCARATTI	0.00	0.00	0.00	0.00
23819173	PROCURADOR	JOSÉ LUAN PEDROSO	30.00	35.50	9.30	74.80
23819935	PROCURADOR	JOSIANE WEISS	37.50	37.00	9.50	84.00
23820183	PROCURADOR	JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA	35.00	35.00	8.40	78.40
23818517	PROCURADOR	JULIANO DE FREITAS LEJAMBRE SEIXAS	37.50	37.50	8.40	83.40
23819319	PROCURADOR	KAROLINE JULINAK DJUBATIE	35.00	39.00	9.00	83.00
23819325	PROCURADOR	KLAUSS ROBERTO MERLIN	37.50	38.00	9.80	85.30
23820180	PROCURADOR	LAIS FERNANDA ZEM	30.00	35.50	8.20	73.70
23820034	PROCURADOR	LEONARDO DE QUADROS	25.00	31.50	7.70	64.20
23817479	PROCURADOR	LIBORIO CASSIANO MILLEO	30.00	38.50	9.60	78.10
23818265	PROCURADOR	LUANA CAROLINA DOS ANJOS INAREJOS	30.00	38.00	9.30	77.30
23819279	PROCURADOR	LUCAS RODRIGUES	25.00	39.50	9.80	74.30
23817178	PROCURADOR	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	37.50	39.00	9.80	86.30
23819803	PROCURADOR	LUCIA SKRZECZKOWSKI	37.50	37.00	9.40	83.90

23818138	PROCURADOR	LUCIOLA ETYENNE FERREIRA ANGELO	25.00	38.50	8.80	72.30
23817480	PROCURADOR	LUIS HENRIQUE BUENO	35.00	39.00	9.50	83.50
23818202	PROCURADOR	MARCELA SACZUK NIZ	37.50	40.00	9.50	87.00
23816660	PROCURADOR	MARCOS VIGAND	30.00	37.00	9.50	76.50
23818367	PROCURADOR	MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO	40.00	40.00	9.50	89.50
23817563	PROCURADOR	MARIA EDUARDA ALVES FRANÇA DA CRUZ	37.50	39.00	8.80	85.30
23817722	PROCURADOR	MAYRA CRISTINA GEHRKE	40.00	38.50	9.10	87.60
23818497	PROCURADOR	MILENA DE PAULA FERNANDES	30.00	39.50	9.60	79.10
23816786	PROCURADOR	MILENE IARROCHESKI	35.00	40.00	8.70	83.70
23818093	PROCURADOR	NATÁLIA BOZZA PEGORARO	37.50	39.50	9.90	86.90
23816411	PROCURADOR	NÁTALY JUBANSKI	25.00	37.00	9.50	71.50
23818304	PROCURADOR	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	35.00	40.00	10.00	85.00
23819240	PROCURADOR	PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI	37.50	39.50	9.70	86.70
23819996	PROCURADOR	PEDRO	25.00	39.50	10.00	74.50
23819922	PROCURADOR	PRISCILA CHYLAJENKO	35.00	40.00	9.80	84.80
23819454	PROCURADOR	RAFAEL YACANA PEREIRA JARDIM	0.00	0.00	0.00	0.00
23818578	PROCURADOR	RAUL VICTOR VELTER MACHADO	30.00	39.00	9.10	78.10
23819995	PROCURADOR	RICARDO APARECIDO DE SOUTO	25.00	38.50	7.10	70.60
23816729	PROCURADOR	ROBERT CAPOTE DE OLIVEIRA	35.00	40.00	10.00	85.00
23817359	PROCURADOR	RODRIGO RODBARD FALAT	30.00	40.00	9.30	79.30
23818308	PROCURADOR	SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA	37.50	36.50	8.90	82.90
23818216	PROCURADOR	TIAGO FELIPE NUNES DA SILVA	35.00	40.00	9.80	84.80
23818097	PROCURADOR	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	35.00	36.50	9.30	80.80
23819190	PROCURADOR	VANESSA FAUST CORDEIRO	37.50	38.50	9.30	85.30
23816947	PROFESSOR	ADAILDO MATEUS RIBEIRO MIRANDA	40.00	34.00	7.10	81.10
23818221	PROFESSOR	ADRIANA APARECIDA MOLETTA	35.00	34.50	7.60	77.10
23818006	PROFESSOR	ADRIANE DA LUZ MIRANDA	40.00	35.50	8.40	83.90
23818598	PROFESSOR	ADRIEL WESLLEY DE MORAIS	20.00	30.50	7.30	57.80
23819639	PROFESSOR	ADRIELI MARIA STODOLNI	25.00	36.00	9.20	70.20
23819586	PROFESSOR	ADRIELY LAIZA DE MORAIS	35.00	30.50	7.30	72.80
23818951	PROFESSOR	ADRILAINE PADILHA	40.00	38.50	9.40	87.90
23819797	PROFESSOR	ALESSANDRA CARARO KALINOSKI	35.00	39.00	8.50	82.50
23816746	PROFESSOR	ALEXANDRO PINTO	28.00	32.50	7.20	67.70
23819324	PROFESSOR	ALEXSANDRA APARECIDA SMALESKI PRINCIVAL	25.00	36.50	9.00	70.50
23819887	PROFESSOR	ALINE DA LUZ	0.00	0.00	0.00	0.00
23816337	PROFESSOR	ALINE LETICIA CORDEIRO ANDRADE	23.00	30.50	7.40	60.90
23816818	PROFESSOR	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	40.00	37.50	8.90	86.40
23819745	PROFESSOR	AMANDA SLUZALA	47.00	36.50	9.00	92.50
23819113	PROFESSOR	ANA CLARA MIKOVSKI	37.00	32.50	8.20	77.70
23819833	PROFESSOR	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	35.00	36.50	9.40	80.90
23816342	PROFESSOR	ANA CRISTINA MAKOSKI	33.00	32.50	7.40	72.90
23817634	PROFESSOR	ANA PAULA FERRAZ	28.00	0.00	0.00	28.00
23818096	PROFESSOR	ANA VITORIA KNOPIK	0.00	0.00	0.00	0.00
23819375	PROFESSOR	ANAY RENATA CEQUINEL	25.00	36.00	8.30	69.30
23818108	PROFESSOR	ANDREA MARIA ALIBOSKI ULBRICH	42.00	38.50	8.80	89.30
23817184	PROFESSOR	ANDRELAINE DE DEUS LOURENCO	35.00	38.50	9.50	83.00
23816524	PROFESSOR	ANDRESSA ROMAN	30.00	38.50	9.10	77.60
23816638	PROFESSOR	ANGELA AP.LINHARES DE LIMA	0.00	0.00	0.00	0.00
23817283	PROFESSOR	ANGELICA LAIS WODONOS PACHINSKI	30.00	37.00	8.90	75.90
23819265	PROFESSOR	ANGELICA SCHUTA	30.00	0.00	0.00	30.00
23817206	PROFESSOR	ANIELIE RATUCHNHAK LIPKA	28.00	36.50	7.60	72.10
23818649	PROFESSOR	ANNELIZE BRANDINO AMORIM	0.00	0.00	0.00	0.00
23816593	PROFESSOR	CALINE VIEIRA CAVALIM ROSARIO	28.00	34.00	7.10	69.10
23816317	PROFESSOR	CAMILA ANDRESSA VIANA	20.00	22.50	6.30	48.80
23816376	PROFESSOR	CARLA FLAIANE DA SILVA	30.00	35.50	9.10	74.60
23818271	PROFESSOR	CAROLINE SURMACZ PLODOVISKI	22.00	29.50	7.70	59.20
23818901	PROFESSOR	CHARYS CHAMYLLE DE MELO CABRAL	28.00	30.00	7.40	65.40
23819960	PROFESSOR	CINTIA CRISTINA PERUZZO	28.00	31.50	7.30	66.80
23819699	PROFESSOR	CLAUDINEI ZABOROSKI	30.00	30.50	6.90	67.40
23818204	PROFESSOR	CRISLAINE FUTERKO	25.00	30.50	9.20	64.70
23816632	PROFESSOR	CRISTINA EMANOELI PEREIRA	25.00	31.00	8.50	64.50
23816796	PROFESSOR	DANIELI POPOVICZ	33.00	32.50	7.90	73.40
23816384	PROFESSOR	DENISE DE PAULA	25.00	22.50	8.40	55.90
23818235	PROFESSOR	DHEILA CRISTIANE WALESKI	36.00	38.50	9.10	83.60
23816645	PROFESSOR	DHULIAN APARECIDA WALESKI IANTAS	43.00	39.00	9.50	91.50
23817523	PROFESSOR	DILCINÉIA PRINCIVAL	35.00	0.00	0.00	35.00
23817400	PROFESSOR	DIONATAN SOARES POPOVICZ	42.00	38.50	9.60	90.10
23817105	PROFESSOR	DIOVANA PIRES DE RAMOS	38.00	39.50	8.70	86.20
23819394	PROFESSOR	EDINÉIA MARIA DE OLIVEIRA DE RAMOS CARNEIRO	33.00	37.50	9.00	79.50
23819362	PROFESSOR	EDINEIA PADILHA DE SOUZA DA SILVA	40.00	39.00	7.90	86.90
23818635	PROFESSOR	EDNA MARTINS SURMACZ	38.00	28.50	8.70	75.20
23816343	PROFESSOR	EDUARDA FARIAS DOS SANTOS	42.00	40.00	9.00	91.00
23818254	PROFESSOR	EDUARDO RAPHAEL KULKA	35.00	37.50	9.40	81.90
23818699	PROFESSOR	ELAINE MARIA SMALESKI	45.00	37.00	7.80	89.80
23820066	PROFESSOR	ÉRICA PAULA BURAKI	45.00	37.00	9.20	91.20
23816519	PROFESSOR	ERIK NOGUEIRA FRANÇA	35.00	34.50	8.80	78.30
23817406	PROFESSOR	EVELIN MARIA BORGES	30.00	34.00	7.70	71.70
23817182	PROFESSOR	FABIOLA LUANA SOARES	35.00	39.00	8.30	82.30
23819816	PROFESSOR	FERNANDA RAFAELA DE CAMPOS	38.00	36.50	8.80	83.30
23820200	PROFESSOR	GABRIEL FOGAÇA DOS SANTOS	40.00	40.00	10.00	90.00
23818886	PROFESSOR	GESIELE LOURENÇO DE SOUZA	38.00	32.00	7.10	77.10
23818091	PROFESSOR	GIANE KUBLITSKI SURMACZ	33.00	34.50	8.40	75.90
23816614	PROFESSOR	GISELY DOS SANTOS FERREIRA	30.00	36.50	8.90	75.40
23820020	PROFESSOR	GISLAINE PRESTUPA BIALESKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23819775	PROFESSOR	GUILHERME HUK	36.00	37.00	8.90	81.90
23816492	PROFESSOR	IGOR KOJUNSKI	40.00	39.00	8.00	87.00
23817164	PROFESSOR	INÊS LUCIANE SNAIDER LAU	35.00	32.50	8.50	76.00

23817787	PROFESSOR	JACKELINE GRONTOWSKI	30.00	38.00	8.50	76.50
23819508	PROFESSOR	JAÍNE KNAUT LEAL	0.00	0.00	0.00	0.00
23819357	PROFESSOR	JAÍNE RAQUEL IVANCHESKI	38.00	34.50	9.00	81.50
23817097	PROFESSOR	JANAINA PERUSSELLI	48.00	39.00	9.40	96.40
23820037	PROFESSOR	JOÃO PAULO GARCIA DOS PASSOS	30.00	30.50	8.70	69.20
23819434	PROFESSOR	JOCIMARA DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00
23817931	PROFESSOR	JOINGRIDI GABRIELLE DE ANDRADE	32.00	36.50	8.80	77.30
23819327	PROFESSOR	JOSILDA BAZIEWICZ VALENGA	33.00	33.50	7.50	74.00
23816994	PROFESSOR	KAROLINA DA SILVA	38.00	40.00	9.30	87.30
23816640	PROFESSOR	KASSIANE CREVELIM RIBEIRO	45.00	38.50	9.20	92.70
23817109	PROFESSOR	KAUANE SOARES POPOVICZ	30.00	34.50	7.40	71.90
23817491	PROFESSOR	KELI FERNANDA SINHORI	45.00	40.00	7.70	92.70
23819839	PROFESSOR	KELLY CRISTINA DE ALBUQUERQUE SAMONEK	45.00	39.00	8.70	92.70
23819975	PROFESSOR	KÉSIA MARTINI	30.00	36.50	8.80	75.30
23818663	PROFESSOR	KEVIN VALENTIM DUDA	40.00	39.00	8.30	87.30
23819013	PROFESSOR	LAÍZA FERREIRA DE LIMA	20.00	34.00	7.60	61.60
23819329	PROFESSOR	LARISSA ADAMSKI	40.00	38.50	8.40	86.90
23819396	PROFESSOR	LARISSA DE RAMOS CARNEIRO	32.00	39.00	8.60	79.60
23817818	PROFESSOR	LARISSA VANESSA PRINCIVAL MARTINS BELNIAK	40.00	39.00	9.00	88.00
23819402	PROFESSOR	LEODOCILDA PLODOVISKI	30.00	37.50	8.80	76.30
23816316	PROFESSOR	LEONICE RUVIENSKI PEREIRA	48.00	39.00	9.00	96.00
23817748	PROFESSOR	LETICIA APARECIDA GRUCHINSKI	33.00	39.00	7.20	79.20
23819289	PROFESSOR	LETÍCIA FUSVERK ABIB	30.00	35.00	8.10	73.10
23819430	PROFESSOR	LUANA LETICIA DE RAMOS	42.00	39.00	9.00	90.00
23816356	PROFESSOR	MAIARA DUTRA IANKOSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23818172	PROFESSOR	MAÍSA DE FATIMA SCHIER	38.00	35.50	8.40	81.90
23816853	PROFESSOR	MARCIA SCAVINSKI	43.00	40.00	8.60	91.60
23816662	PROFESSOR	MARIA DA SILVA PINTO	35.00	35.50	7.80	78.30
23816840	PROFESSOR	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	33.00	39.00	8.70	80.70
23819102	PROFESSOR	MARIA IZABEL ROIKO RATUCHINIAK	34.00	35.50	8.80	78.30
23819906	PROFESSOR	MARIA JÚLIA ROMANHUK NOS	35.00	35.50	8.70	79.20
23819117	PROFESSOR	MARIA LUÍSA VISINONI KOTRYBALA	33.00	35.50	8.00	76.50
23816367	PROFESSOR	MARIA STRADA	38.00	39.50	9.30	86.80
23817526	PROFESSOR	MARIANA DOROCINSKI DIETRICH	38.00	38.00	8.80	84.80
23817080	PROFESSOR	MARIELI BRAZ	28.00	30.50	8.60	67.10
23819686	PROFESSOR	MARINA APARECIDA BOSCARDIN	35.00	35.50	8.60	79.10
23816469	PROFESSOR	MARLON JOÃO CHMIK	35.00	35.00	8.40	78.40
23820192	PROFESSOR	MATHIAS GUSTAVO MACHADO STASIAK	42.00	39.00	8.00	89.00
23817590	PROFESSOR	MAYARA LUIZA FUCILINI LEAL	38.00	36.50	8.30	82.80
23818885	PROFESSOR	NATALIA DIADIO DE PAULA	38.00	40.00	10.00	88.00
23819098	PROFESSOR	NICOLI CORREIA PALHANO	32.00	37.00	8.10	77.10
23817023	PROFESSOR	PALOMA MAYARA MARTINS	0.00	0.00	0.00	0.00
23819273	PROFESSOR	PAULA ADRIANA MAJEWSKI BARILLI	40.00	37.00	8.50	85.50
23817552	PROFESSOR	PAULA CRISTINA GUACHINESKI DE ANDRADE	38.00	37.50	8.40	83.90
23817838	PROFESSOR	PAULA GABRIELY SANTOS SIQUEIRA	38.00	38.50	9.50	86.00
23816328	PROFESSOR	PAULA GUADALUPE ROMANHUK	40.00	38.50	9.40	87.90
23816739	PROFESSOR	POLYANA LETÍCIA COSTA	30.00	35.00	10.00	75.00
23819647	PROFESSOR	RAQUEL GIANI SOARES FRANCO	43.00	38.50	9.00	90.50
23818930	PROFESSOR	REGINALDO FERNANDO MOLETA	40.00	37.00	9.10	86.10
23819250	PROFESSOR	REGUINA KOVALCZYK DREWNOWSKI	35.00	36.50	8.80	80.30
23817458	PROFESSOR	ROSANGELA NATALICE MARTINS MAZUR	0.00	0.00	0.00	0.00
23817739	PROFESSOR	ROSIANE APARECIDA KENDZIERSKI	44.00	38.50	9.60	92.10
23816347	PROFESSOR	RUBIANA VITÓRIA MARTINS	43.00	38.50	9.30	90.80
23820051	PROFESSOR	SAMIRA RIBAS DOS SANTOS	40.00	36.50	8.80	85.30
23819721	PROFESSOR	SANDRA APARECIDA PACHECO	35.00	36.50	8.00	79.50
23818024	PROFESSOR	SARAH GEREMIAS DE MATOS	46.00	38.50	9.70	94.20
23816652	PROFESSOR	SILVANA BIALESKI	32.00	37.50	8.30	77.80
23816750	PROFESSOR	SIMONE APARECIDA MIGON	38.00	40.00	10.00	88.00
23819983	PROFESSOR	SUELEN APARECIDA SANTOS PRESTUPA	43.00	38.50	8.20	89.70
23817551	PROFESSOR	SUZAMARA SOARES DOS SANTOS	40.00	34.00	7.10	81.10
23817345	PROFESSOR	SUZANA BERNASKI SANTANA FARIA	38.00	33.50	7.40	78.90
23819994	PROFESSOR	TAIS GABRIELA HLATKI VICHINEVSKI	40.00	40.00	10.00	90.00
23818648	PROFESSOR	TÂMY EDUARDA OLIVEIRA MIRANDA	35.00	37.50	8.50	81.00
23817506	PROFESSOR	TATIANE KOCHINHERKO FERRAZ	33.00	38.50	8.60	80.10
23819877	PROFESSOR	TATIELE NIEVOLA ANDREIKO	30.00	38.00	7.50	75.50
23818629	PROFESSOR	THAIS DE ANDRADE FERREIRA	26.00	30.50	6.80	63.30
23817632	PROFESSOR	THAÍS FRANCO	38.00	35.50	7.90	81.40
23816319	PROFESSOR	THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	45.00	39.50	9.60	94.10
23819846	PROFESSOR	THASLYNE OLIVEIRA GAIEVICZ	30.00	36.50	8.30	74.80
23820222	PROFESSOR	THAYANE HANTONIA MELO ALVES	0.00	0.00	0.00	0.00
23816898	PROFESSOR	THAYNÁ FRANCO	28.00	32.50	7.20	67.70
23818177	PROFESSOR	VALQUIRIA STODOLNY PIRES	45.00	36.00	7.00	88.00
23817150	PROFESSOR	VANESSA BIALESKI	40.00	38.00	9.20	87.20
23817663	PROFESSOR	VANESSA BOSCARDIN LIMA DE BRITO	40.00	36.50	7.70	84.20
23819614	PROFESSOR	VANESSA TRZASKOS	35.00	37.50	6.90	79.40
23817489	PROFESSOR	VIVIANE MOTEKA	0.00	0.00	0.00	0.00
23816782	PROFESSOR	YGOR GABRIEL CORDEIRO DOS SANTOS	0.00	0.00	0.00	0.00
23820154	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ABIGAIL TERESINHA GAIOSKI	0.00	0.00	0.00	0.00
23819899	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ALINE FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA	45.00	39.00	8.50	92.50
23819045	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AMANDA DE JESUS SCHERER REITZ	44.00	40.00	8.00	92.00
23820214	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANA CAROLINA MARTINS DE SOUZA	46.00	37.50	8.00	91.50
23819151	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANA PAULA TULIO	20.00	35.50	7.30	62.80
23816918	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANGELA AP.LINHARES DE LIMA	25.00	36.00	6.90	67.90
23818530	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	BRUNA CAMPOS GEMPKA	48.00	38.50	7.50	94.00
23818331	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CARLOS ALBERTO CANIDO MENDEZ	45.00	39.00	9.70	93.70
23819826	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CLAUDIÉLI ALESSANDRA DA SILVA BUENO	25.00	39.00	7.60	71.60
23818342	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DÉBORA ADRIELLY PATCZYK	0.00	0.00	0.00	0.00
23819258	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DOUGLAS ARIEL VIANNA	0.00	0.00	0.00	0.00
23818222	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EDIMAR VAZ DO CARMO	0.00	0.00	0.00	0.00

23817587	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EVELIN ANDRESSA SCHEFER	45.00	38.50	9.10	92.60
23819993	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FABIANA FARIAS AFONSO	22.00	35.00	8.20	65.20
23819821	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	HENRIQUE MALOJO	0.00	31.50	7.30	38.80
23819460	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOÃO LUCAS ANDRUSKO ORTIZ	44.00	38.00	7.80	89.80
23820146	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LEONARDO FRANCISCO DE LAZARI	43.00	39.00	8.80	90.80
23819880	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUANA PIETRZAK MASSOQUETTO	18.00	0.00	0.00	18.00
23819606	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUIS MIGUEL DA LUZ	24.00	38.50	8.80	71.30
23818925	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUIZ GABRIEL VASCO	18.00	33.00	7.90	58.90
23817780	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUNA BOMFIM	47.00	39.00	9.00	95.00
23820206	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARCELI CAMILI STELLE	0.00	0.00	0.00	0.00
23818960	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIA EDUARDA ADAMSKI	48.00	38.00	8.40	94.40
23819388	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIANA TOMAL	47.00	38.50	8.90	94.40
23816514	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIANA VICTORIA BURKO HERTHEL	44.00	37.00	7.90	88.90
23817640	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	OSLEY KAUAN GONÇALVES	0.00	0.00	0.00	0.00
23819627	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PAULO VILSON IVANCHESKI	44.00	36.00	9.00	89.00
23820245	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PEDRO HENRIQUE JOFFE	45.00	36.00	9.10	90.10
23818793	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PEDRO MALOJO FERREIRA	43.00	36.00	8.00	87.00
23819862	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WAGNER BORGES	46.00	39.00	7.50	92.50
23818343	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WESLEY GABRIEL DOS SANTOS	45.00	38.50	9.50	93.00
23818704	PSICÓLOGO	ALANA GABRIELA ULBRICH	30.00	40.00	9.90	79.90
23819410	PSICÓLOGO	ALINE CARLA DA ROCHA SOARES BENTO	4.25	39.00	8.60	51.85
23817543	PSICÓLOGO	ANA JÚLIA MUNIZ DA SILVA	40.00	40.00	9.30	89.30
23819822	PSICÓLOGO	BEATRIZ IUNES LAPERA	40.00	40.00	9.60	89.60
23817403	PSICÓLOGO	BRUNA RENATA FERENSOVICZ	35.00	39.00	8.60	82.60
23818306	PSICÓLOGO	DANIEL NAZAR KENGERSKI	40.00	40.00	8.20	88.20
23817369	PSICÓLOGO	DELCIO LUIZ MORES	35.00	34.00	8.40	77.40
23818658	PSICÓLOGO	EMANOELA RODRIGUES CZEREK	35.00	39.00	8.40	82.40
23818105	PSICÓLOGO	FLORIZA SAPLAK	30.00	38.00	9.00	77.00
23816621	PSICÓLOGO	HANNY APARECIDA NIECKACZ MILÃO	37.50	39.50	8.90	85.90
23818873	PSICÓLOGO	ISADORA DE OLIVEIRA FREI	0.00	0.00	0.00	0.00
23818791	PSICÓLOGO	JAMYLE TECHELAK	35.00	40.00	9.40	84.40
23817545	PSICÓLOGO	JONAS MANOEL WRONA	30.00	35.00	9.50	74.50
23819858	PSICÓLOGO	JOSÉ CARLOS TOMAZ DE ANDRADE	32.50	37.50	9.30	79.30
23819435	PSICÓLOGO	JULIANA MARTINS	4.25	40.00	9.80	54.05
23819889	PSICÓLOGO	LARISSA DAS GRAÇAS CHOIDA	30.00	39.50	9.70	79.20
23816763	PSICÓLOGO	MAYARA TROJAN	30.00	34.00	8.70	72.70
23819262	PSICÓLOGO	NÁJILA CRISTINA CAMARGO	4.50	40.00	10.00	54.50
23820241	PSICÓLOGO	PEDRO AUGUSTO ZANETTI	40.00	40.00	8.80	88.80
23819790	PSICÓLOGO	SHEILA FERNANDA ROZARIO	30.00	35.00	7.30	72.30
23818954	PSICÓLOGO	SOFIA FIALKOWSKI PADILHA	35.00	40.00	9.60	84.60
23817674	PSICÓLOGO	THAYLISE CRISTINA DE OLIVEIRA	32.50	39.00	9.20	80.70
23819210	PSICÓLOGO	VITÓRIA GOMES STRUZIK	40.00	40.00	9.50	89.50
23816394	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ADENA SARAY TUMASZ	50.00	39.00	8.60	97.60
23817270	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALEXSIA KATHIA KULCZIK	43.00	37.00	8.60	88.60
23819403	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALINE BIANCO CAMARGO	38.00	37.00	9.60	84.60
23818785	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALINE FRONCZAK	40.00	36.00	8.50	84.50
23819088	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANA CAROLINA GONSALVES SKODOWSKI	35.00	35.50	7.10	77.60
23820115	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANA PAULA CARARO	32.00	38.00	8.40	78.40
23819589	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANA PAULA MARCINIUK	30.00	35.50	8.30	73.80
23819159	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	30.00	36.50	9.00	75.50
23819604	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANTONIO CARLOS FREITAS MAINARDES	25.00	35.00	7.20	67.20
23817187	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANTÔNIO MÁRCIO RODRIGUES DA SILVA	28.00	36.50	7.10	71.60
23819302	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ARTHUR TOLEDO MACHOWSKI	30.00	38.50	8.90	77.40
23816446	SECRETÁRIO EXECUTIVO	BRUNA DE FARIAS LOVATO	30.00	36.50	8.70	75.20
23819873	SECRETÁRIO EXECUTIVO	BRUNO MARCOS OBAL	25.00	37.00	6.90	68.90
23816702	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CAIO FELIPE DOMINGUES	50.00	37.00	8.70	95.70
23819989	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CAMILA DUDA BATISTA	35.00	36.00	7.10	78.10
23816369	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CARLA FLAIANE DA SILVA	35.00	32.50	7.80	75.30
23816395	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CASSIANE MORETTO	40.00	37.50	8.70	86.20
23819350	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CLAUDIA PINKOSKI	20.00	36.00	7.20	63.20
23819533	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DANIELI CRISTINA DE SOUZA MUZEKA	40.00	39.50	9.10	88.60
23818115	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DÉBORA MARIA TERNOSKI	50.00	40.00	8.90	98.90
23816985	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DECLERES FÁTIMA DO NASCIMENTO	30.00	35.00	7.40	72.40
23818898	SECRETÁRIO EXECUTIVO	EDINA GOLEMBA	36.00	39.00	9.40	84.40
23816771	SECRETÁRIO EXECUTIVO	EDUARDO PERRELLI TOSIN	37.00	39.00	9.40	85.40
23817413	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ELUZA ELIANA KRUK CHICHOKI	37.00	39.00	8.80	84.80
23817036	SECRETÁRIO EXECUTIVO	EULALIA CARDOSO	42.00	38.00	9.00	89.00
23819670	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FABIELI STEFANICZEN	40.00	37.00	8.30	85.30
23818318	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FELIPE MARTINHUK	46.00	34.50	8.20	88.70
23817603	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FELIPE SCHUERSOSVSKI GLABA	25.00	32.00	7.20	64.20
23819587	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GABRIELE KARINE JANKE	30.00	40.00	8.90	78.90
23816932	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GILCINEI LINHARES	25.00	37.00	8.40	70.40
23817016	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GIOVANN PIERO GIRARDI	20.00	37.50	9.40	66.90
23816808	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	38.00	37.50	9.30	84.80
23818585	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GRAZIELI DALMARCO SCHIMANKO	35.00	36.50	7.10	78.60
23820202	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GUSTAVO LUIS BUCH	38.00	37.00	9.60	84.60
23817297	SECRETÁRIO EXECUTIVO	HELIM CRISTINA SOUZA	40.00	40.00	9.70	89.70
23816596	SECRETÁRIO EXECUTIVO	HELISON SAVIO RAMOS	39.00	36.50	9.40	84.90
23820027	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JEVERSON DRANSKI	47.00	39.50	9.80	96.30
23816532	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOÃO EDUARDO GONÇALVES	41.00	39.50	8.80	89.30
23819541	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOHNNY WESLEY VALENTIM	39.00	39.00	7.60	85.60
23818421	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOICE KARINA NOVAK	43.00	39.50	9.20	91.70
23817544	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOSÉ JOELSON FERREIRA	36.00	39.50	8.80	84.30
23816970	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JULIANO RODRIGUES	38.00	37.00	8.20	83.20
23819977	SECRETÁRIO EXECUTIVO	KEISEY MAYARA FASSINI VIEIRA	35.00	39.00	9.20	83.20
23816807	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LEOCLIDES DE GRACIA VIANNA NETO	38.00	33.00	6.80	77.80
23819420	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LETÍCIA FERRAZ DE LIMA	25.00	35.50	6.90	67.40
23819260	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LORENA TERESINHA FRIGO	40.00	38.00	9.60	87.60
23817265	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LUANA APARECIDA BUFOLISKI	45.00	38.00	9.20	92.20

23817678	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LUIZ FELIPE PIRES VIEIRA	37.00	34.50	8.10	79.60
23817518	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MAIARA WRONA	50.00	40.00	10.00	100.00
23819478	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MÁRCIO FERREIRA LIMA SILVÉRIO	36.00	40.00	9.80	85.80
23819966	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA CRISTIANE KNAUTH	37.00	38.00	9.10	84.10
23816388	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA ELIZA RIBEIRO	38.00	35.50	8.20	81.70
23816335	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA POLLIANA GURNASKI	45.00	37.50	9.30	91.80
23819761	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIANA SCHARAM	45.00	40.00	9.30	94.30
23819865	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIELI IVANCHESKI PADILHA BLASZCZYK	40.00	37.00	9.00	86.00
23816955	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARINALDO TRAVINSKI FOGACA	20.00	36.50	7.00	63.50
23817792	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIZETE R CORREA	30.00	35.50	8.80	74.30
23818415	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MATHEUS FELIPE FRANÇA	39.00	38.50	6.80	84.30
23820230	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MIGUEL WILLIAM DE LIMA	38.00	36.00	7.40	81.40
23819526	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MYLENA TAYNARA FUCILINI	10.00	0.00	0.00	10.00
23820238	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NATALY MONIQUE KARPINSKI PRESTUPA	34.00	32.00	8.60	74.60
23818176	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAYARA NUNES DA SILVA	45.00	39.50	8.60	93.10
23818358	SECRETÁRIO EXECUTIVO	OTONIEL DOS SANTOS PEPE	25.00	36.50	6.90	68.40
23819953	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PABLO FABRICIO DUMA	25.00	30.50	6.80	62.30
23819312	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PATRICIA MARTINS GAIOSKI	30.00	37.00	8.70	75.70
23817613	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PAULO HENRIQUE CARDOSO	39.00	40.00	9.80	88.80
23818511	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RAFAELA LETÍCIA PETELA	30.00	38.50	9.40	77.90
23819772	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RAPHAEL OSTROWSKI JAREMTCHUK	10.00	0.00	0.00	10.00
23818599	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RÉGIS LANZA	20.00	32.50	7.80	60.30
23819634	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ROSIMERI IVANCHESKI	28.00	30.00	7.00	65.00
23819074	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SABRINA CHEMIN	35.00	35.00	7.30	77.30
23817682	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SAULO SEMANN	35.00	39.00	9.30	83.30
23819486	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SILVIO MARQUES	30.00	38.50	9.70	78.20
23817956	SECRETÁRIO EXECUTIVO	STEPHANE PAGLIA RAMOS	25.00	37.50	9.30	71.80
23818362	SECRETÁRIO EXECUTIVO	THATIELLE FATIMA DULZ	40.00	36.50	8.70	85.20
23817685	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VALDIR DEMORI	35.00	38.00	8.30	81.30
23819549	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VALERY ALCIMARA ZAWADZKI	37.00	37.50	9.30	83.80
23817738	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VÂNIA CABRAL MATIAS	30.00	37.00	7.50	74.50
23819563	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VINICIUS KAZUO DE SOUZA YAMACHITA	38.00	39.00	9.60	86.60
23820207	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VITOR ALEXANDRE SURMAS	43.00	39.00	9.70	91.70
23818145	SECRETÁRIO EXECUTIVO	WILIAN JOSE DA SILVA	30.00	31.50	7.90	69.40
23819911	SECRETÁRIO EXECUTIVO	YULIANA HERRERA MIRANDA DE SOUTO	39.00	40.00	8.60	87.60
23818516	TERAPEUTA OCUPACIONAL	DANIELI POPOVICZ	40.00	38.50	8.60	87.10
23818165	TERAPEUTA OCUPACIONAL	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ	40.00	36.00	7.90	83.90
23820140	TERAPEUTA OCUPACIONAL	RODRIGO VINÍCIUS GARDINAL	25.00	39.00	9.30	73.30
23818867	TERAPEUTA OCUPACIONAL	SILVIA MAKOSKI MACHADO	45.00	39.50	7.90	92.40

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:53F7D943

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 08/2026

EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA PROVA DE TÍTULOS**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 17/09/2026 até às 23h59min do dia 18/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 16 de setembro de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL NOTA PROVA DE TÍTULOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	CARGO	TÍTULO
23817110	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23817117	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23817646	ANA MARCIA FERREIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	2.50
23816325	BIANCA BURLINSKI	ASSISTENTE SOCIAL	2.50
23816723	CÂNDIDA MIRELA AIRES DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	5.00
23816497	DAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23816529	FIAMA TAINARA TAQUES DORTELMANN	ASSISTENTE SOCIAL	5.00

23818423	FRANCIELI MARIA MARTINS PRINCIVAL	ASSISTENTE SOCIAL	2.50
23818580	GABRIELLI KRUCHELSKI BARBOSA	ASSISTENTE SOCIAL	5.00
23819700	GISELI SOELI FELDE	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23819255	GLACIELE DEMBESKI MARTINS	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23819752	IVANA TEIXEIRA CAMARGO	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23820074	JANETE JASIAK	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23817856	JAQUELINE MILENA RODRIGUES	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23819476	KELLY CRISTINE MIKALDO	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23819954	KELLY MARQUES DA SILVA WASILEWSKI	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23817132	LILIAN ROMAINE FRANCO	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23818920	LILIANE ZVIR	ASSISTENTE SOCIAL	0.00
23817255	LUCIANE APARECIDA BARCHAKI GIELINSKI	ASSISTENTE SOCIAL	5.00
23819499	LUCIELE DE LIMA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23817651	LUSIA CHITKO	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23816651	MARCELO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	2.50
23817994	MÁRCIA ADRIANA MARTINS	ASSISTENTE SOCIAL	5.00
23816792	REBECA DA LUZ DE FRANÇA	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23819000	SIMONE DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	5.00
23819737	VALDINÉIA LINHARES	ASSISTENTE SOCIAL	NAP
23819802	ALESSANDRO PRINCIVAL	CONTADOR	5.00
23819144	ALLAN LEANDRO DE ANDRADE FERREIRA	CONTADOR	NAP
23816602	ANA PAULA DE PAULA	CONTADOR	NAP
23817282	ARIELLY THASLINY DE SOUZA	CONTADOR	2.50
23818462	CARLOS EDUARDO STODOLNY	CONTADOR	NAP
23816962	DAIANE LIMA DA SILVA OPOLINSKI	CONTADOR	NAP
23818350	DANIEL INOCENCIO MENDES	CONTADOR	NAP
23816956	ELIANE MARIA TRAVINSKI FOGAÇA DOS SANTOS	CONTADOR	NAP
23818672	FLAVIANO BILYK	CONTADOR	5.00
23818701	GABRIEL WOINAROVICZ	CONTADOR	NAP
23816910	GILSIMARI MARCINIUK GASPARELLO	CONTADOR	NAP
23819012	GUILHERME TOMAL	CONTADOR	NAP
23817921	HAROLDO JOSE ANDRADE MATHIAS	CONTADOR	NAP
23816566	HAYDIANE CRISTINA BORA	CONTADOR	NAP
23816379	IZAIULA LECHECHEM	CONTADOR	5.00
23817157	ROSINÉIA APARECIDA CALGARO	CONTADOR	0.00
23817244	THAISA APARECIDA KLEMBA ANTOCHESKI	CONTADOR	NAP
23819545	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	CONTADOR	NAP
23820262	AIRTON ALEX JAREMKO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23820069	ALEXANDRE DEZANOSKI	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23816406	ANA FLÁVIA STRONA	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819988	ANDREA ALGAUER	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23817969	ANGELITA CLÉIA DOS SANTOS	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819795	BRUNO ALEX MAZO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23816641	BRUNO MAZUR	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23817933	DANIELE EUKO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23820196	DIEGO MENON	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23816720	FERNANDO KOZEL	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23816354	GABRIEL DIAS MARTINS	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819546	GIOVANE FRANCISCO SOARES	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23818046	GISLAINE GABARDO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23820218	JAIR ADRIANCZYK JUNIOR	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23820033	JONATÃ MELQUIADES FERREIRA FRANCO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23820030	JOSÉLIA CARNEIRO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23820171	JULY BORON	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819658	LARISSA ALVES DE SOUZA	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23818111	LEONARDO LOPES MARZCZAOKOSKI	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819197	LILIANE APARECIDA CANTERI	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819299	LUCAS ALESSANDRO MISCHTAL	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819609	MARGARETH MAKSEMOVICZ	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23818552	MARIA GABRIELA MARTINS DOS SANTOS	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23817777	REGIANE KAZMIERCZAK BECKER	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	17.50
23817589	RODRIGO LUIS JORGE ADAMANTE	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23818153	THAIS SZCZEPANIK WALKOFF	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	10.00
23820136	TIAGO DOMBROVSKI	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23816619	TIAGO MONCZAK	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23819252	VANESSA RACHWAL	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	NAP
23817447	ALINE TROG FERREIRA	ENGENHEIRO AMBIENTAL	7.50
23817218	LUIZ GUSTAVO SCACALOSSI RAMOS PINTO	ENGENHEIRO AMBIENTAL	2.50
23819069	ALAN DOUGLAS MORETTO BUHRER	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819681	ALEXANDRE JOSÉ SNICER FELIX DOS SANTOS	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819276	ALEXANDRE MIGUEL SCHEMBERGER ANDREIS	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819758	ALISON FELIPE GROSSL	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23820213	ALISSON CESAR GROCHOLSKI	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817868	ANGÉLICA HRYCYK	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819628	BARBARA LUISA MELLO	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817576	BRENO MARTINS ZAK FANFONO	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23819232	CARLOS HENRIQUE PASSOS ROCHA	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817094	CAUÃ COSTA DA SILVA	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817220	CHRISTIAN JORGE ROGAL DE ANDRADE	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23816572	CLEVERSON IVONEL FIATKOSKI	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23818583	CLEVERSON RIBEIRO DALCORTIVO	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819984	DIMAS RYMSZA	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819498	DIOGENES L. CORRÊA	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23817294	EDUARDO FERREIRA SANTOS	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23819331	EDUARDO GABRIEL TYSKI	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819578	ELIONAI GOMES DE ARAÚJO	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23818430	ERICK KAYKE LOPES DA LUZ	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819548	EVELINE MANOSSO JANIK BRIK	ENGENHEIRO CIVIL	7.50
23817457	EVELYN SHELY SOLAREVISKI SOARES	ENGENHEIRO CIVIL	5.00

23819636	GABRIEL BEHRENS ANDRADE	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819866	GHIULIA DE FÁTIMA KUZNIK NUNES	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819731	GIANCARLO BONACCORSO	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23819660	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23818564	GUILHERME ONESKO NOVAKI	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817318	HENRIQUE FILLUS DE SOUZA	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817291	HENRIQUE HIDEYUKI MENDES HOSHINO	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23817254	HUGO GABRIEL FERNANDES VIOTTO	ENGENHEIRO CIVIL	7.50
23817577	IGOR JOSÉ SILVA REIS	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23817740	ISABELA MORES FURMAM	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819875	JAIR JUBANSKI	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23820147	JOÃO GABRIEL VERES	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23819723	JOSCLEY RODRIGO WASELKIU	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819925	LEONARDO STROPARO PEPE	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23818191	LUCAS RAFAEL CAMARA	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23817148	LUÍS FELIPE CARRARO	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23816826	LUIZ FELIPE DE LIMA RAMOS	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819317	MAKSUEL DE OLIVEIRA	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23818603	MARCELLO DANIEL JACOPETTI	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23816580	MARCELO DE MELO	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23818660	MARCIO MEIRA E SILVA DOBROVOLSKI	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819286	MAURICIO NOVAK	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819139	NATANA PAOLA ZANLORENSI	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23818729	PATRÍCIA LOBODA CORDEIRO	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819553	PEDRO HENRIQUE IEDE TRAMONTIN	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23816559	RAFAEL JULINHAQUE BERALDO	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23820038	RAFAELA FRANQUETO	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23816584	ROBSON CAVASSIM RAFFO	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23818174	RODRIGO CARLOS DOROCINSKI	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23817623	THIAGO MELO DOS SANTOS	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23819595	THIAGO STEFAN APPIO	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23820174	TIAGO JOSÉ RODRIGUES	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23817241	VALMIR MICHALSKI	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23819631	VINICIUS AUGUSTO BUSSOLA	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23818771	VINÍCIUS GABRIEL PAROLIN DE SOUZA	ENGENHEIRO CIVIL	5.00
23820114	VINICIUS MATEUS PALTANIN SILVA	ENGENHEIRO CIVIL	2.50
23818746	VINÍCIUS VASCOSKI	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819855	WILLIAN BERTI DE RESENA	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23819109	YAN FERREIRA LIMA PERIUS	ENGENHEIRO CIVIL	NAP
23818026	ADRIELE BORBA FRANCO	FARMACÊUTICO	2.50
23818987	AMANDA CORNELO SURMACZ	FARMACÊUTICO	NAP
23817774	ANA CLARA DE ANDRADE JORGE	FARMACÊUTICO	NAP
23819565	BRENO SOKALSKI DE PAULA	FARMACÊUTICO	NAP
23819928	BRUNA EDUARDA MIKOVSKI LECHESKI DA SILVA	FARMACÊUTICO	NAP
23819387	CARLOS EDUARDO KOLLARITSCH	FARMACÊUTICO	NAP
23817373	CAUÊ EDUARDO MICHALICHEN	FARMACÊUTICO	NAP
23817527	CRISTIANE DOROCINSKI	FARMACÊUTICO	NAP
23816363	DAYANE SECO CARRARI BUDIE	FARMACÊUTICO	5.00
23819806	EDILSON MOLETA	FARMACÊUTICO	NAP
23818041	EDUARDA BEATRIZ SINHORI	FARMACÊUTICO	NAP
23817340	ELISMARI KATIALINE DOMANOVSKI	FARMACÊUTICO	NAP
23820177	FLAVIA EMANOELY TRENTIN	FARMACÊUTICO	5.00
23818712	FRANCIANE BOROCZ	FARMACÊUTICO	NAP
23817583	GABRIEL IVAN MELEK	FARMACÊUTICO	0.00
23816767	JESICA LUANA VASCO	FARMACÊUTICO	NAP
23817878	JÉSSICA ROGAL CALDAS	FARMACÊUTICO	NAP
23818268	KARINNA SIQUEIRA MACHADO JAVORSKI	FARMACÊUTICO	NAP
23820022	KAROLINE GIRARDI PEDROSO	FARMACÊUTICO	NAP
23817163	LAIS TAINARA HAAGSMA WESSELOVICZ	FARMACÊUTICO	NAP
23817180	LOYANNE DANICHEWCZ DE OLIVEIRA	FARMACÊUTICO	NAP
23817871	LUCAS FRANÇA TOZETTO SCHEMBERGER	FARMACÊUTICO	NAP
23818394	LUCELI HARTMANN DAL SANTOS	FARMACÊUTICO	NAP
23819756	LUCIANE BORNAT	FARMACÊUTICO	NAP
23817108	MARCIELE VERGOPOLAN DOS SANTOS BERNARDI	FARMACÊUTICO	NAP
23819398	MARCIELLE AVELAR SERAFIN	FARMACÊUTICO	NAP
23819352	MARIA EDUARDA STRUJAK	FARMACÊUTICO	NAP
23818501	MARIA EDUARDA TECH	FARMACÊUTICO	2.50
23817315	NATÁLIA LAZOSKI TALAR	FARMACÊUTICO	NAP
23817140	OTÁVIO MAROCHI GRICZINSKI	FARMACÊUTICO	NAP
23817592	SANDRA MINOSSO	FARMACÊUTICO	NAP
23818207	SIMONE SANTOS DE LIMA	FARMACÊUTICO	NAP
23817459	SUELEN PATRÍCIA RODRIGUES	FARMACÊUTICO	NAP
23818679	TANIA GABRIELY ANTOSCZECZEN	FARMACÊUTICO	NAP
23818666	THAIS AMANDA LOGINSKI	FARMACÊUTICO	NAP
23817485	VERIDIANE LICOVISKI CHASKO	FARMACÊUTICO	NAP
23816866	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	FISCAL TRIBUTÁRIO	5.00
23819466	LUIS EDUARDO SANSANA	FISCAL TRIBUTÁRIO	5.00
23816815	AMANDA SLOTA	FISIOTERAPEUTA	NAP
23817703	CRISTIANO VARGAS BATISTA	FISIOTERAPEUTA	NAP
23817024	DANIELA KNAUT MARTINS MARQEVIX	FISIOTERAPEUTA	0.00
23816433	EDUARDO HENRIQUE POLTRONIÉRI	FISIOTERAPEUTA	NAP
23817758	ÉRICA FRANCINE IENKE	FISIOTERAPEUTA	5.00
23817166	FRANCIELI CRISTIANE BILEK	FISIOTERAPEUTA	NAP
23819893	ISABELA CAROLINE DOS SANTOS PINHEIRO	FISIOTERAPEUTA	NAP
23818199	LE KOVALSKI	FISIOTERAPEUTA	NAP
23819599	LETICIA VIZINONI OKONOVSKI	FISIOTERAPEUTA	NAP
23817431	MILENA TABORDA	FISIOTERAPEUTA	NAP
23818847	MYLLENA GABRIELLE SOCOLOSKI TELLES	FISIOTERAPEUTA	NAP
23816987	RAFAELA ZWIEGICOSKI PONIJALEKI	FISIOTERAPEUTA	5.00

23817642	SANDRA DANIELE KLAK	FISIOTERAPEUTA	NAP
23818289	TALITA DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA	NAP
23820088	THAÍS DE FÁTIMA FREITAS LEAL	FISIOTERAPEUTA	NAP
23820203	YURY RENATO ROGULSKI CALVI	FISIOTERAPEUTA	NAP
23817344	ALICE AFRA VALVERDE	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819598	ANA BEATRIZ BONATO	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819513	ANA FLÁVIA ZANLORENSI MACHADO	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819105	BEATRIZ CAROLINA KELLER	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23818798	CAMILA MOURA WAGNER FERREIRA OLIVEIRA	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23820089	CLARICE STEFANI GIBINSKI	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819006	ELISIANE DINIZ	FONOAUDIÓLOGO	2.50
23816981	KAMILA LAUANY MAROCHI	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23820242	LETÍCIA PEREIRA DOS SANTOS	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819710	LETÍCIA SANTOS	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23820153	MARIA EDUARDA GERIONI	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23816781	MILENA ELAINE TASIOR	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23820015	PAULA APARECIDA MENON	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819740	SAMIRA BARBOSA WACHHOLZ	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23816567	THAÍS GIOVANNA ANCIUTTI	FONOAUDIÓLOGO	NAP
23819157	ANELLIZE DREWNOWSKI	MÉDICO VETERINÁRIO	5.00
23819021	GESSIANO DUDA	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23818620	JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ	MÉDICO VETERINÁRIO	2.50
23819755	LÍVIA MARIA FOGAÇA	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23819896	LUCIANE FURMANIAK	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23816630	MARCELA SOTOSKI	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23818120	NATALY KAWANY DOS SANTOS DIAS	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23816506	NICOLE CHEMIN BERALDO	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23818132	SABRINA ALESSANDRA TROG	MÉDICO VETERINÁRIO	NAP
23818429	ADRIANA SERAFIM	NUTRICIONISTA	2.50
23816345	BIANCA RUDUNIKE	NUTRICIONISTA	NAP
23819952	FABÍOLA KAUFMANN STUANI	NUTRICIONISTA	5.00
23819120	FERNANDA MENDES DE JESUS	NUTRICIONISTA	5.00
23818619	JULIANE RODRIGUES DE SOUZA CEUCHUK	NUTRICIONISTA	5.00
23816318	LAÍS FERNANDA CARDOSO	NUTRICIONISTA	NAP
23818996	LETICIA DE LARA	NUTRICIONISTA	NAP
23818682	LUANA MAYARA DUARTE DE OLIVEIRA	NUTRICIONISTA	NAP
23817044	LUCIMARA RIBEIRO	NUTRICIONISTA	NAP
23819693	MARIANE ALEXSANDRA CARNEIRO PACIESNY SUMI	NUTRICIONISTA	NAP
23819895	MARIANE HELENA MONCZAK	NUTRICIONISTA	5.00
23819382	MARILIA AMALIA DE MACEDO	NUTRICIONISTA	2.50
23819930	NATHALIA SANTOS	NUTRICIONISTA	NAP
23817299	NICOLAIA POTOSKI FIATKOSKI	NUTRICIONISTA	NAP
23819777	SAMARA BELINSKI	NUTRICIONISTA	NAP
23817905	SIRLENE DA APARECIDA DE SOUZA	NUTRICIONISTA	2.50
23818027	TATIANE BAUFLEUR	NUTRICIONISTA	5.00
23817825	ALESSANDRA MANCASZ	PROCURADOR	NAP
23819291	ANA FLÁVIA ALVES DE LIMA	PROCURADOR	5.00
23819060	ANA LETÍCIA SEIDL BURGATH	PROCURADOR	NAP
23818214	ANDRÉ GALVAN DANTAS MOTTA	PROCURADOR	NAP
23816789	ANDRÉ LUIZ QUAGLIOTTO	PROCURADOR	5.00
23819035	ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK	PROCURADOR	NAP
23818433	BRENDHA DE ANDRADE BOROCHOK	PROCURADOR	NAP
23819903	CAMILA ZANIOLO PRATES	PROCURADOR	NAP
23816874	CARLA CRISTINA STRONA ANTUNES	PROCURADOR	NAP
23818604	CARLOS HENRIQUE GOMES	PROCURADOR	2.50
23816392	CHRYSTIAN CATARINA	PROCURADOR	0.00
23818313	CLAUDIO GARTNER	PROCURADOR	5.00
23816620	CRISTIAN OPUCHKEVICZ PAIANO	PROCURADOR	NAP
23818765	DÉBORA REGINA GALICKI	PROCURADOR	NAP
23817273	DIONES PADILHA	PROCURADOR	NAP
23818303	DYELLEN ALICE FORGHIERI DE PAULA	PROCURADOR	NAP
23817735	ELAINE CRISTINA SOARES SURMACZ	PROCURADOR	NAP
23819704	ELOISE DE ALMEIDA ROCHA	PROCURADOR	NAP
23817558	EMANUEL VITOR STALISZ	PROCURADOR	NAP
23818563	ÉRIKA TAINÁ RIBEIRO	PROCURADOR	NAP
23820225	FÁBIO JUNIOR DE SOUZA	PROCURADOR	NAP
23818865	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	PROCURADOR	5.00
23819230	FERNANDO MOREIRA FERREIRA	PROCURADOR	NAP
23819653	FRANCE FERRARI CAMARGO	PROCURADOR	2.50
23817176	FRANCIELE LUZIA SOARES	PROCURADOR	5.00
23819823	GABRIEL DA SILVA CORDEIRO	PROCURADOR	NAP
23817857	GABRIEL MADUREIRA COLAÇO	PROCURADOR	NAP
23819044	GABRIELA GIANINE HALICKI	PROCURADOR	NAP
23820240	GIANCARLO GRACIOLI	PROCURADOR	2.50
23819820	HELENA ZEM RIQUELME	PROCURADOR	NAP
23818854	HELOISA BUCO MORETTO	PROCURADOR	5.00
23819215	HENRIQUE IANIK PORTELA FRANCO	PROCURADOR	2.50
23819908	JAIME FERNANDES DE CARVALHO FILHO	PROCURADOR	NAP
23819914	JOAN WRUBLESKI	PROCURADOR	NAP
23819817	JOAO RICARDO SEBENELLO	PROCURADOR	NAP
23819011	JOÃO VICTOR NOGUEIRA HORN	PROCURADOR	NAP
23819739	JOSÉ HENRIQUE SCARATTI	PROCURADOR	NAP
23819173	JOSÉ LUAN PEDROSO	PROCURADOR	NAP
23819935	JOSIANE WEISS	PROCURADOR	5.00
23820183	JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA	PROCURADOR	2.50
23818517	JULIANO DE FREITAS LEJAMBRE SEIXAS	PROCURADOR	NAP
23819319	KAROLINE JULINAK DJUBATIE	PROCURADOR	NAP
23819325	KLAUSS ROBERTO MERLIN	PROCURADOR	NAP
23820180	LAIS FERNANDA ZEM	PROCURADOR	2.50

23820034	LEONARDO DE QUADROS	PROCURADOR	NAP
23817479	LIBORIO CASSIANO MILLEO	PROCURADOR	5.00
23818265	LUANA CAROLINA DOS ANJOS INAREJOS	PROCURADOR	2.50
23819279	LUCAS RODRIGUES	PROCURADOR	2.50
23817178	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	PROCURADOR	2.50
23819803	LUCIA SKRZECZKOWSKI	PROCURADOR	5.00
23818138	LUCIOLA ETYENNE FERREIRA ANGELO	PROCURADOR	5.00
23817480	LUIS HENRIQUE BUENO	PROCURADOR	NAP
23818202	MARCELA SACZUK NIZ	PROCURADOR	NAP
23816660	MARCOS VIGAND	PROCURADOR	2.50
23818367	MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO	PROCURADOR	NAP
23817563	MARIA EDUARDA ALVES FRANÇA DA CRUZ	PROCURADOR	NAP
23817722	MAYRA CRISTINA GEHRKE	PROCURADOR	NAP
23818497	MILENA DE PAULA FERNANDES	PROCURADOR	NAP
23816786	MILENE IARROCHESKI	PROCURADOR	5.00
23818093	NATÁLIA BOZZA PEGORARO	PROCURADOR	5.00
23816411	NÁTALY JUBANSKI	PROCURADOR	NAP
23818304	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	PROCURADOR	2.50
23819240	PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI	PROCURADOR	NAP
23819996	PEDRO LUIS CHEMIN	PROCURADOR	NAP
23819922	PRISCILA CHYLAJENKO	PROCURADOR	NAP
23819454	RAFAEL YACANA PEREIRA JARDIM	PROCURADOR	NAP
23818578	RAUL VICTOR VELTER MACHADO	PROCURADOR	NAP
23819995	RICARDO APARECIDO DE SOUTO	PROCURADOR	5.00
23816729	ROBERT CAPOTE DE OLIVEIRA	PROCURADOR	NAP
23817359	RODRIGO RODBARD FALAT	PROCURADOR	2.50
23818308	SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA	PROCURADOR	5.00
23818216	TIAGO FELIPE NUNES DA SILVA	PROCURADOR	NAP
23818097	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	PROCURADOR	NAP
23819190	VANESSA FAUST CORDEIRO	PROCURADOR	NAP
23816947	ADAILDO MATEUS RIBEIRO MIRANDA	PROFESSOR	0.00
23817139	ADELINE DUDA CABRAL	PROFESSOR	NAP
23818221	ADRIANA APARECIDA MOLETTA	PROFESSOR	5.00
23818006	ADRIANE DA LUZ MIRANDA	PROFESSOR	NAP
23818598	ADRIEL WESLLEY DE MORAIS	PROFESSOR	5.00
23819639	ADRIELI MARIA STODOLNI	PROFESSOR	NAP
23819586	ADRIELY LAIZA DE MORAIS	PROFESSOR	5.00
23818951	ADRILAINE PADILHA	PROFESSOR	5.00
23818711	ALANA CAMILA FERREIRA	PROFESSOR	NAP
23819797	ALESSANDRA CARARO KALINOSKI	PROFESSOR	5.00
23816455	ALESSANDRA GILMARA PRINCIVAL	PROFESSOR	0.00
23819853	ALESSANDRA SOARES	PROFESSOR	NAP
23817502	ALESSANDRA THAISA DE CARVALHO BARCZAK	PROFESSOR	0.00
23816746	ALEXANDRO PINTO	PROFESSOR	NAP
23819324	ALEXSANDRA APARECIDA SMALESKI PRINCIVAL	PROFESSOR	5.00
23816570	ALICIA MAOSKI DA SILVA	PROFESSOR	NAP
23819887	ALINE DA LUZ	PROFESSOR	NAP
23816337	ALINE LETICIA CORDEIRO ANDRADE	PROFESSOR	NAP
23817804	ALINE OLENIKI	PROFESSOR	NAP
23816432	ALINE SURMACZ	PROFESSOR	0.00
23816818	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	PROFESSOR	5.00
23816420	AMANDA ALINE DA SILVA	PROFESSOR	5.00
23818852	AMANDA GABRIELI CIESLAK	PROFESSOR	NAP
23818072	AMANDA POPOVICZ	PROFESSOR	NAP
23819662	AMANDA RAFAELY DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23819745	AMANDA SLUZALA	PROFESSOR	NAP
23819863	AMERICO RAFAEL PRESTES DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23819632	ANA CAMILE SOARES GONÇALVES	PROFESSOR	NAP
23819113	ANA CLARA MIKOVSKI	PROFESSOR	NAP
23819833	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	PROFESSOR	NAP
23816342	ANA CRISTINA MAKOSKI	PROFESSOR	NAP
23819400	ANA CRISTINA PLODOVISKI BUCO	PROFESSOR	NAP
23819910	ANA HELOISA DA LUZ	PROFESSOR	NAP
23818355	ANA JULIA RIBI	PROFESSOR	NAP
23817185	ANA PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817634	ANA PAULA FERRAZ	PROFESSOR	NAP
23818459	ANA PAULA KOLLARITSCH	PROFESSOR	NAP
23818011	ANA PAULA NUNES CAVALHEIRO	PROFESSOR	5.00
23817156	ANA REGINA MARTINS	PROFESSOR	NAP
23818096	ANA VITORIA KNOPIK	PROFESSOR	NAP
23819375	ANAY RENATA CEQUINEL	PROFESSOR	NAP
23818108	ANDREA MARIA ALIBOSKI ULBRICH	PROFESSOR	2.50
23818116	ANDREA VALENGA LES	PROFESSOR	5.00
23818877	ANDREA WARDRZINSKI	PROFESSOR	2.50
23816471	ANDRÉIA KARINA KROETZ	PROFESSOR	NAP
23817184	ANDRELAINE DE DEUS LOURENCO	PROFESSOR	2.50
23816749	ANDRESSA DO ROCIO LIMA DA SILVA MARTINS	PROFESSOR	NAP
23819335	ANDRESSA NUNES	PROFESSOR	NAP
23816524	ANDRESSA ROMAN	PROFESSOR	NAP
23817057	ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	PROFESSOR	5.00
23816855	ANELISE APARECIDA DE FARIAS MARTINS	PROFESSOR	NAP
23816638	ANGELA APARECIDA LINHARES DE LIMA	PROFESSOR	5.00
23819288	ANGELA LETICIA ROVEDA	PROFESSOR	NAP
23817283	ANGELICA LAIS WODONOS PACHINSKI	PROFESSOR	5.00
23819265	ANGELICA SCHUTA	PROFESSOR	NAP
23818797	ANGELITA DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817206	ANIELIE RATUCHNHAK LIPKA	PROFESSOR	5.00
23818649	ANNELIZE BRANDINO AMORIM	PROFESSOR	NAP
23819985	BEATRIS APARECIDA SANTOS	PROFESSOR	NAP

23819160	BEATRIZ OLIVEIRA FASSINI	PROFESSOR	5.00
23817069	BENVINDA JORGE ADAMSKI	PROFESSOR	5.00
23818455	BRUNA TEIXEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23818391	BRUNO EDUARDO RIBEIRO PINTO	PROFESSOR	NAP
23816593	CALINE VIEIRA CAVALIM ROSARIO	PROFESSOR	NAP
23816317	CAMILA ANDRESSA VIANA	PROFESSOR	NAP
23816376	CARLA FLAIANE DA SILVA	PROFESSOR	NAP
23818251	CAROLINE ALES	PROFESSOR	NAP
23818271	CAROLINE SURMACZ PLODOVISKI	PROFESSOR	NAP
23820061	CASSIANE DA SILVA FRANÇA	PROFESSOR	5.00
23818901	CHARYS CHAMYLLE DE MELO CABRAL	PROFESSOR	NAP
23818068	CIBELY APARECIDA STANISZEVSKI	PROFESSOR	NAP
23819405	CÍCERA APARECIDA SMALESKI	PROFESSOR	2.50
23819960	CINTIA CRISTINA PERUZZO	PROFESSOR	NAP
23819699	CLAUDINEI ZABOROSKI	PROFESSOR	NAP
23818527	CRISTIANE RUPPEL	PROFESSOR	2.50
23818204	CRISLAINE FUTERKO	PROFESSOR	NAP
23817936	CRISLAINE MARIA DE SOUZA JANKE	PROFESSOR	NAP
23818624	CRISTIANE FERRAZ BOSCARDIN	PROFESSOR	NAP
23816632	CRISTINA EMANOELI PEREIRA	PROFESSOR	NAP
23816796	DANIELI POPOVICZ	PROFESSOR	5.00
23819888	DÉBORA CRISTINA KOTELEVSKI	PROFESSOR	NAP
23818401	DÉBORA CRISTINA SKRZECZKOWSKI DE SOUZA	PROFESSOR	2.50
23816384	DENISE DE PAULA	PROFESSOR	NAP
23818235	DHEILA CRISTIANE WALESKI	PROFESSOR	2.50
23816645	DHULIAN APARECIDA WALESKI IANTAS	PROFESSOR	5.00
23817523	DILCINÉIA PRINCIVAL	PROFESSOR	5.00
23817400	DIONATAN SOARES POPOVICZ	PROFESSOR	NAP
23817105	DIOVANA PIRES DE RAMOS	PROFESSOR	5.00
23817486	EDERSON GABRIEL CORDEIRO CUSTODIO	PROFESSOR	NAP
23816585	EDICLEIA KRIAK	PROFESSOR	2.50
23816368	EDILUEZA APARECIDA WLODARCZYK	PROFESSOR	NAP
23817188	ÉDINA APARECIDA KRINSKI BATISTA	PROFESSOR	5.00
23818139	EDINEIA ASSIS VIEIRA ANTONIO	PROFESSOR	NAP
23819394	EDINÉIA MARIA DE OLIVEIRA DE RAMOS CARNEIRO	PROFESSOR	2.50
23819362	EDINEIA PADILHA DE SOUZA DA SILVA	PROFESSOR	5.00
23818635	EDNA MARTINS SURMACZ	PROFESSOR	5.00
23816343	EDUARDA FARIAS DOS SANTOS	PROFESSOR	5.00
23818254	EDUARDO RAPHAEL KULKA	PROFESSOR	NAP
23818699	ELAINE MARIA SMALESKI	PROFESSOR	2.50
23819982	ELIANE IAREK DE ANDRADE	PROFESSOR	5.00
23817697	ELIANE LUIZA BORNAT CORDEIRO DE CASTRO	PROFESSOR	NAP
23816707	ELIANE MARIA WLODARCZYK	PROFESSOR	NAP
23817681	ELIANE REKSUA	PROFESSOR	NAP
23816464	ELISÂNGELA GOMES RODRIGUES	PROFESSOR	NAP
23817795	ELISIANE FERNANDA DE TOLEDO DESATNIK	PROFESSOR	NAP
23817726	ELIZANGELA APARECIDA DA ROCHA	PROFESSOR	NAP
23818908	ELIZI MARIA DOS SANTOS	PROFESSOR	5.00
23818456	ELY APARECIDA AMBROSIO	PROFESSOR	5.00
23816495	EMANUELI PRINCIVAL MARTINS	PROFESSOR	NAP
23817475	ÉRICA DRANKA BASSUMA	PROFESSOR	NAP
23816598	ÉRICA FÁTIMA KRINSKI	PROFESSOR	5.00
23820066	ÉRICA PAULA BURAKI	PROFESSOR	5.00
23816519	ERIK NOGUEIRA FRANÇA	PROFESSOR	NAP
23819441	ERIKA TAIS MATOZO DE OLIVEIRA	PROFESSOR	NAP
23817746	ESTEPHANI SOPHIA DRAPALSKI	PROFESSOR	NAP
23817406	EVELIN MARIA BORGES	PROFESSOR	NAP
23817182	FABIOLA LUANA SOARES	PROFESSOR	5.00
23818382	FABIOLA STODOLNY DOMINGUES MARTINS	PROFESSOR	5.00
23819816	FERNANDA RAFAELA DE CAMPOS	PROFESSOR	NAP
23818314	FRANCIANY REGINA ALVES DE OLIVEIRA	PROFESSOR	NAP
23820200	GABRIEL FOGAÇA DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23818830	GABRIEL RISSO DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817393	GABRIELI VALENGA	PROFESSOR	NAP
23816637	GABRIELY DO VALE	PROFESSOR	NAP
23818886	GESIELE LOURENÇO DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23818091	GIANE KUBLITSKI SURMACZ	PROFESSOR	2.50
23818728	GISELE TEREZINHA ZIBIKOSKY TROCIK	PROFESSOR	5.00
23818717	GISELI DEISI ALCÂNTARA DE LIMA	PROFESSOR	NAP
23816614	GISELY DOS SANTOS FERREIRA	PROFESSOR	NAP
23820020	GISLAINE PRESTUPA BIALESKI	PROFESSOR	2.50
23819945	GLAUCIA JOSELI MORO DUMA	PROFESSOR	5.00
23818814	GUADALUPE NADOLNY	PROFESSOR	NAP
23818770	GUILHERME EDUARDO MANKAZ	PROFESSOR	NAP
23819775	GUILHERME HUK	PROFESSOR	5.00
23820071	HILDA DILAY DA SILVA ROGULSKI	PROFESSOR	NAP
23818618	IGOR GABRIEL KULICZ	PROFESSOR	NAP
23816492	IGOR KOJUNSKI	PROFESSOR	NAP
23817164	INÊS LUCIANE SNAIDER LAU	PROFESSOR	NAP
23816700	IRENE FOLWARNY	PROFESSOR	5.00
23818255	ISABELLA DEZANOSKI	PROFESSOR	NAP
23820133	ISABELLI IAVORSKI	PROFESSOR	NAP
23816667	IVANI IZABEL LASCOSKI CARARO	PROFESSOR	2.50
23818816	IVANI KNOPIK MACOSKI	PROFESSOR	NAP
23818399	IZABELLA GONÇALVES DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817787	JACKELINE GRONTOWSKI	PROFESSOR	NAP
23819508	JAÍNE KNAUT LEAL	PROFESSOR	NAP
23819357	JAÍNE RAQUEL IVANCHESKI	PROFESSOR	NAP
23817097	JANAINA PERUSSELLI	PROFESSOR	5.00

23817822	JANE MARIA FRANCO RODRIGUES	PROFESSOR	5.00
23818339	JANETE MARIA BOEIRA DA SILVA	PROFESSOR	NAP
23819722	JEFFERSON DZIRZA	PROFESSOR	NAP
23818231	JENIFER DE LIMA DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23819328	JENIFER FERNANDA MARKOVICZ GUELTES	PROFESSOR	NAP
23819342	JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ	PROFESSOR	NAP
23819811	JESIANE ALVING DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23819557	JÉSSICA KAUANA KULKA	PROFESSOR	NAP
23818526	JESSICA SANTOS DA SILVA LIMA	PROFESSOR	NAP
23816682	JOÃO PAULO DIAS	PROFESSOR	NAP
23820037	JOÃO PAULO GARCIA DOS PASSOS	PROFESSOR	NAP
23819434	JOCIMARA DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817973	JOICE GURESKI	PROFESSOR	NAP
23817125	JOICE PAGESKI DOMINGUES	PROFESSOR	NAP
23817931	JOINGRIDI GABRIELLE DE ANDRADE	PROFESSOR	NAP
23817398	JORGIELE MOUTIM	PROFESSOR	NAP
23819327	JOSILDA BAZIEWICZ VALENGA	PROFESSOR	2.50
23818201	JOSLAINE DE RAMOS CARDOSO	PROFESSOR	5.00
23818370	JOYCE DE BRITO	PROFESSOR	NAP
23819767	JUCELENE GNAP WIESOLOWSKI	PROFESSOR	NAP
23819065	JUCIMARA ALVES DA SILVA ROSA	PROFESSOR	NAP
23818768	JULIA CRISTINA FERNANDES	PROFESSOR	NAP
23818982	JULIA WILKE	PROFESSOR	NAP
23817561	JULIANA BRANTES	PROFESSOR	NAP
23818220	JULIANA PATRICIA TROCIK DOS SANTOS	PROFESSOR	5.00
23818697	JULIANE APARECIDA WRONA	PROFESSOR	2.50
23817974	JUSSARA SPECHT CORDEIRO	PROFESSOR	0.00
23817177	KAMILA SEGISLAINE WISNIEWSKI	PROFESSOR	5.00
23818545	KARINA KAVA	PROFESSOR	NAP
23818319	KAROLAINE DOS SANTOS PEDROSO	PROFESSOR	NAP
23816994	KAROLINA DA SILVA	PROFESSOR	NAP
23816640	KASSIANE CREVELIM RIBEIRO	PROFESSOR	NAP
23817609	KATIA ELAINE PRESTUPA	PROFESSOR	5.00
23819613	KATIA MARIA JUNGES	PROFESSOR	NAP
23819158	KATIÂNA GONÇALVES DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817522	KATLYN ALINE DE SOUZA GARCIA	PROFESSOR	NAP
23817109	KAUANE SOARES POPOVICZ	PROFESSOR	NAP
23820060	KAYLANI DE CAMARGO	PROFESSOR	NAP
23817491	KELI FERNANDA SINHORI	PROFESSOR	NAP
23819839	KELLY CRISTINA DE ALBUQUERQUE SAMONEK	PROFESSOR	NAP
23819975	KÉSIA MARTINI	PROFESSOR	NAP
23818663	KEVIN VALENTIM DUDA	PROFESSOR	NAP
23817743	LAIRSE MANARIN PIANI	PROFESSOR	NAP
23818782	LAIS GABRIELY VIEIRA FRANQUITTO	PROFESSOR	NAP
23818351	LAIS VALENGA STANKIEWSKI	PROFESSOR	5.00
23819013	LAÍZA FERREIRA DE LIMA	PROFESSOR	NAP
23819741	LANA MATTOSO DE OLIVEIRA FARIAS	PROFESSOR	NAP
23819329	LARISSA ADAMSKI	PROFESSOR	NAP
23819396	LARISSA DE RAMOS CARNEIRO	PROFESSOR	NAP
23818941	LARISSA KOLLARITSCH COCHMANSKI BOROX	PROFESSOR	5.00
23817818	LARISSA VANESSA PRINCIVAL MARTINS BELNIAK	PROFESSOR	NAP
23816561	LAURA REGINA KAPP	PROFESSOR	NAP
23819402	LEODOCILDA PLODOVISKI	PROFESSOR	5.00
23816316	LEONICE RUVIENSKI PEREIRA	PROFESSOR	NAP
23817748	LETICIA APARECIDA GRUCHINSKI	PROFESSOR	NAP
23819289	LETÍCIA FUSVERK ABIB	PROFESSOR	5.00
23819430	LUANA LETICIA DE RAMOS	PROFESSOR	NAP
23816344	LUANA LOURENÇO DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23819649	LUANA MAROSKI	PROFESSOR	NAP
23820091	LUANA PEREIRA MARCOLINO	PROFESSOR	NAP
23816629	LUCIANE BEATRIZ SIUTA	PROFESSOR	NAP
23819617	LUCILENE JACINTA STACIAK BAIAK	PROFESSOR	NAP
23818130	LUCINEIDE FRANCO	PROFESSOR	NAP
23818260	LUIS GUSTAVO DE LIMA	PROFESSOR	NAP
23816463	LUIZ EDUARDO DE LIMA	PROFESSOR	NAP
23818528	LUIZ FELLYPE COLODA	PROFESSOR	NAP
23819015	LUIZ FERNANDO ALVES TOLEDO	PROFESSOR	NAP
23817133	LUZIA DAMIANA BARBOSA STRIKER	PROFESSOR	NAP
23816356	MAIARA DUTRA IANKOSKI	PROFESSOR	NAP
23817547	MAICON ARIEL FERREIRA	PROFESSOR	NAP
23818172	MAÍSA DE FATIMA SCHIER	PROFESSOR	NAP
23816853	MARCIA SCAVINSKI	PROFESSOR	5.00
23817556	MARCIELE GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR	5.00
23816662	MARIA DA SILVA PINTO	PROFESSOR	NAP
23819635	MARIA ELISA ALVES DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23816428	MARIA FERNANDA CARDOZO DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23816840	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23817129	MARIA GABRIELA MESSIAS DE SOUZA	PROFESSOR	NAP
23819102	MARIA IZABEL ROIKO RATUCHINIAK	PROFESSOR	NAP
23819906	MARIA JÚLIA ROMANHUK NOS	PROFESSOR	NAP
23818769	MARIA LUCIANA PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR	NAP
23819117	MARIA LUÍSA VISINONI KOTRYBALA	PROFESSOR	5.00
23819500	MARIA LUIZA DOS SANTOS PEPE	PROFESSOR	NAP
23816367	MARIA STRADA	PROFESSOR	NAP
23818161	MARIA VITORIA FERREIRA	PROFESSOR	NAP
23817526	MARIANA DOROCINSKI DIETRICH	PROFESSOR	5.00
23818594	MARIELE GNAP	PROFESSOR	2.50
23817080	MARIELI BRAZ	PROFESSOR	NAP
23817171	MARILDA DANICHEWCZ	PROFESSOR	NAP

23819686	MARINA APARECIDA BOSCARDIN	PROFESSOR	NAP
23816327	MARINEIDI STRADA	PROFESSOR	NAP
23818512	MARISTELA PERCHEBILISKI KOLLARITCH	PROFESSOR	2.50
23816642	MARIVÂNIA V.ÍANTAS	PROFESSOR	NAP
23816469	MARLON JOÃO CHMIK	PROFESSOR	5.00
23820192	MATHIAS GUSTAVO MACHADO STASIAK	PROFESSOR	NAP
23817590	MAYARA LUIZA FUCILINI LEAL	PROFESSOR	NAP
23818001	MICHELE GONSALVES	PROFESSOR	0.00
23818969	MILENA DE LIMA	PROFESSOR	NAP
23816453	MILENA HIORANA BRUCZKOSKI	PROFESSOR	NAP
23819180	MILENA JUAWSKI WISNIEWSKI	PROFESSOR	NAP
23819429	MISLEINE PIRES DE SOUZA CORDEIRO	PROFESSOR	NAP
23818885	NATALIA DIADIO DE PAULA	PROFESSOR	2.50
23819098	NICOLI CORREIA PALHANO	PROFESSOR	NAP
23817483	NICOLI KROL	PROFESSOR	NAP
23816370	NICOLLY ARASSEM	PROFESSOR	NAP
23817127	NICOLY LAHARA BORGES	PROFESSOR	NAP
23817309	NILCEIA DE SOUZA ROCHA	PROFESSOR	NAP
23817023	PALOMA MAYARA MARTINS	PROFESSOR	0.00
23819913	PATRÍCIA LORENA COSTA	PROFESSOR	2.50
23819273	PAULA ADRIANA MAJEWSKI BARILLI	PROFESSOR	5.00
23817552	PAULA CRISTINA GUACHINESKI DE ANDRADE	PROFESSOR	NAP
23817838	PAULA GABRIELY SANTOS SIQUEIRA	PROFESSOR	NAP
23816328	PAULA GUADALUPE ROMANHUK	PROFESSOR	5.00
23816739	POLYANA LETÍCIA COSTA	PROFESSOR	2.50
23816886	RAFAELA MARTINS COCHMANSKI	PROFESSOR	NAP
23817401	RAFAELI LEAL	PROFESSOR	NAP
23819326	RAFAELLA CORDEIRO ALVES DA SILVA	PROFESSOR	NAP
23819647	RAQUEL GIANI SOARES FRANCO	PROFESSOR	NAP
23818930	REGINALDO FERNANDO MOLETA	PROFESSOR	NAP
23819250	REGUINA KOVALCZYK DREWNOWSKI	PROFESSOR	5.00
23818609	RENATA RAFAELA FERREIRA	PROFESSOR	5.00
23819980	RICHARD MATEUS BUCH DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23819651	ROSANA PSZIDZIMIRSKI	PROFESSOR	NAP
23819967	ROSANE APARECIDA DA SILVA SOUZA	PROFESSOR	2.50
23817458	ROSANGELA NATALICE MARTINS MAZUR	PROFESSOR	NAP
23818244	ROSEMARI TEREZINHA FERREIRA	PROFESSOR	NAP
23817739	ROSIANE APARECIDA KENDZIERSKI	PROFESSOR	5.00
23816347	RUBIANA VITÓRIA MARTINS	PROFESSOR	NAP
23817618	RUBIELLY NUNES BUDZIAK	PROFESSOR	5.00
23819103	SABRINA FÁTIMA DE MOURA	PROFESSOR	NAP
23817383	SABRINA GRASIELA RODRIGUES COLTRO	PROFESSOR	NAP
23816372	SABRINA TAIS RIBAS DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23820051	SAMIRA RIBAS DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23819408	SAMUEL CARDOSO	PROFESSOR	NAP
23819721	SANDRA APARECIDA PACHECO	PROFESSOR	5.00
23817236	SANDRA DE SOUZA ALGABA	PROFESSOR	NAP
23816709	SANDY SILVEIRA CLAZER	PROFESSOR	2.50
23817675	SARA DE FARIA PEREIRA	PROFESSOR	5.00
23818024	SARAH GEREMIAS DE MATOS	PROFESSOR	5.00
23816803	SHAYANE TALIA DA SILVA KUSSI	PROFESSOR	NAP
23816652	SILVANA BIALESKI	PROFESSOR	NAP
23817993	SILVANA CIUSKI	PROFESSOR	5.00
23816487	SILVANO JOÃO DE LIMA	PROFESSOR	NAP
23816750	SIMONE APARECIDA MIGON	PROFESSOR	10.00
23819715	SIMONE PACHECO	PROFESSOR	NAP
23818931	SINTIA BRANTES	PROFESSOR	NAP
23819983	SUELEN APARECIDA SANTOS PRESTUPA	PROFESSOR	5.00
23817159	SUELIN JARAS	PROFESSOR	NAP
23817551	SUZAMARA SOARES DOS SANTOS	PROFESSOR	0.00
23817345	SUZANA BERNASKI SANTANA FARIA	PROFESSOR	5.00
23820263	TAINARA DE CASSIA FIALKOWSKI	PROFESSOR	NAP
23819994	TAIS GABRIELA HLATKI VICHINEVSKI	PROFESSOR	NAP
23817274	TALIA MARA PRZYBYSZ	PROFESSOR	NAP
23818579	TAMIRES MAYARA KAMINSKI PINTO	PROFESSOR	0.00
23818648	TÂMY EDUARDA OLIVEIRA MIRANDA	PROFESSOR	0.00
23816684	TANIA MARA MOLENDA SCHWARTZ	PROFESSOR	5.00
23817506	TATIANE KOCHINHERKO FERRAZ	PROFESSOR	NAP
23816500	TATIELE DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23819877	TATIELE NIEVOLA ANDREIKO	PROFESSOR	NAP
23817596	TAUELE NIEVOLA	PROFESSOR	NAP
23819781	TAYNÁ NOVACKI DOS SANTOS	PROFESSOR	5.00
23816485	TAYNARA KAROLINE CINEK	PROFESSOR	NAP
23818625	THAIS ALESSANDRA GRZELCZAK	PROFESSOR	NAP
23818629	THAIS DE ANDRADE FERREIRA	PROFESSOR	NAP
23817632	THAÍS FRANCO	PROFESSOR	NAP
23819480	THALIA FATIMA PACHECO	PROFESSOR	NAP
23816319	THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	PROFESSOR	NAP
23819846	THASLYNE OLIVEIRA GAIEVICZ	PROFESSOR	NAP
23820222	THAYANE HANTONIA MELO ALVES	PROFESSOR	NAP
23816898	THAYNÁ FRANCO	PROFESSOR	NAP
23818177	VALQUIRIA STODOLNY PIRES	PROFESSOR	5.00
23819456	VANDERLÉIA TADRA	PROFESSOR	NAP
23817150	VANESSA BIALESKI	PROFESSOR	2.50
23817663	VANESSA BOSCARDIN LIMA DE BRITO	PROFESSOR	2.50
23817944	VANESSA GAPINSKI KULKA	PROFESSOR	NAP
23818849	VANESSA TRZASKACZ	PROFESSOR	NAP
23819614	VANESSA TRZASKOS	PROFESSOR	2.50
23818075	VERA NICE NIEDERLE	PROFESSOR	5.00

23817357	VERÔNICA CAROLINY BUCHER	PROFESSOR	NAP
23819968	VITOR DOMINGUES OLIVEIRA	PROFESSOR	NAP
23817489	VIVIANE MOTEKA	PROFESSOR	NAP
23817305	VIVIANE VITÓRIA MARTINS	PROFESSOR	2.50
23816782	YGOR GABRIEL CORDEIRO DOS SANTOS	PROFESSOR	NAP
23820154	ABIGAIL TERESINHA GAIOSKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819899	ALINE FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.50
23819045	AMANDA DE JESUS SCHERER REITZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23820214	ANA CAROLINA MARTINS DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.50
23819151	ANA PAULA TULIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23816918	ANGELA AP.LINHARES DE LIMA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	5.00
23818530	BRUNA CAMPOS GEMPKA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818331	CARLOS ALBERTO CANIDO MENDEZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.50
23819826	CLAUDIÉLI ALESSANDRA DA SILVA BUENO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818342	DÉBORA ADRIELLY PATCZYK	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.50
23819258	DOUGLAS ARIEL VIANNA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818222	EDIMAR VAZ DO CARMO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23817587	EVELIN ANDRESSA SCHEFER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819993	FABIANA FARIAS AFONSO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	0.00
23819821	HENRIQUE MALOJO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819460	JOÃO LUCAS ANDRUSKO ORTIZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23820146	LEONARDO FRANCISCO DE LAZARI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819880	LUANA PIETRZAK MASSOQUETTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819606	LUIS MIGUEL DA LUZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.50
23818925	LUIZ GABRIEL VASCO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23817780	LUNA BOMFIM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23820206	MARCELI CAMILI STELLE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818960	MARIA EDUARDA ADAMSKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819388	MARIANA TOMAL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23816514	MARIANA VICTORIA BURKO HERTHEL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23817640	OSLEY KAUAN GONÇALVES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819627	PAULO VILSON IVANCHESKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	5.00
23820245	PEDRO HENRIQUE JOFFE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818793	PEDRO MALOJO FERREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23819862	WAGNER BORGES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818343	WESLEY GABRIEL DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NAP
23818704	ALANA GABRIELA ULBRICH	PSICÓLOGO	2.50
23819410	ALINE CARLA DA ROCHA SOARES BENTO	PSICÓLOGO	5.00
23817543	ANA JÚLIA MUNIZ DA SILVA	PSICÓLOGO	5.00
23819822	BEATRIZ IUNES LAPERA	PSICÓLOGO	2.50
23817403	BRUNA RENATA FERENSOVICZ	PSICÓLOGO	5.00
23818306	DANIEL NAZAR KENGERSKI	PSICÓLOGO	2.50
23817369	DELCIO LUIZ MORES	PSICÓLOGO	2.50
23818658	EMANOELA RODRIGUES CZEREK	PSICÓLOGO	NAP
23818105	FLORIZA SAPLAK	PSICÓLOGO	NAP
23816621	HANNY APARECIDA NIECKACZ MILÃO	PSICÓLOGO	5.00
23818873	ISADORA DE OLIVEIRA FREI	PSICÓLOGO	2.50
23818791	JAMYLE TECHELAK	PSICÓLOGO	NAP
23817545	JONAS MANOEL WRONA	PSICÓLOGO	NAP
23819858	JOSÉ CARLOS TOMAZ DE ANDRADE	PSICÓLOGO	NAP
23819435	JULIANA MARTINS	PSICÓLOGO	NAP
23819889	LARISSA DAS GRAÇAS CHOIDA	PSICÓLOGO	NAP
23816763	MAYARA TROJAN	PSICÓLOGO	NAP
23819262	NÁJILA CRISTINA CAMARGO	PSICÓLOGO	0.00
23820241	PEDRO AUGUSTO ZANETTI	PSICÓLOGO	NAP
23819790	SHEILA FERNANDA ROZARIO	PSICÓLOGO	NAP
23818954	SOFIA FIALKOWSKI PADILHA	PSICÓLOGO	NAP
23817674	THAYLISE CRISTINA DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO	5.00
23819210	VITÓRIA GOMES STRUZIK	PSICÓLOGO	NAP
23816394	ADENA SARAY TUMASZ	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23817270	ALEXSIA KATHIA KULCZIK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819403	ALINE BIANCO CAMARGO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818785	ALINE FRONCZAK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819088	ANA CAROLINA GONSALVES SKODOWSKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23820115	ANA PAULA CARARO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819589	ANA PAULA MARCINIUK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819159	ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819604	ANTONIO CARLOS FREITAS MAINARDES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817187	ANTÔNIO MÁRCIO RODRIGUES DA SILVA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819302	ARTHUR TOLEDO MACHOWSKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816446	BRUNA DE FARIAS LOVATO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819873	BRUNO MARCOS OBAL	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816702	CAIO FELIPE DOMINGUES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819989	CAMILA DUDA BATISTA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816369	CARLA FLAIANE DA SILVA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23816395	CASSIANE MORETTO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819350	CLAUDIA PINKOSKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819533	DANIELI CRISTINA DE SOUZA MUZEKA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818115	DÉBORA MARIA TERNOSKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23816985	DECLERES FÁTIMA DO NASCIMENTO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818898	EDINA GOLEMBA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816771	EDUARDO PERRELLI TOSIN	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23817413	ELUZA ELIANA KRUK CHICHOKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817036	EULALIA CARDOSO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	10.00
23819670	FABIELI STEFANICZEN	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818318	FELIPE MARTINHUK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817603	FELIPE SCHUERSOSVSKI GLABA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819587	GABRIELE KARINE JANKE	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816932	GILCINEI LINHARES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP

23817016	GIOVANN PIERO GIRARDI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816808	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23818585	GRAZIELI DALMARCO SCHIMANKO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23820202	GUSTAVO LUIS BUCH	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817297	HELIM CRISTINA SOUZA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23816596	HELISON SAVIO RAMOS	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23820027	JEVERSON DRANSKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23816532	JOÃO EDUARDO GONÇALVES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23819541	JOHNNY WESLEY VALENTIM	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23818421	JOICE KARINA NOVAK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817544	JOSÉ JOELSON FERREIRA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816970	JULIANO RODRIGUES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819977	KEISEY MAYARA FASSINI VIEIRA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816807	LEOCLIDES DE GRACIA VIANNA NETO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23819420	LETÍCIA FERRAZ DE LIMA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819260	LORENA TERESINHA FRIGO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23817265	LUANA APARECIDA BUFOLISKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817678	LUIZ FELIPE PIRES VIEIRA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817518	MAIARA WRONA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819478	MÁRCIO FERREIRA LIMA SILVÉRIO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23819966	MARIA CRISTIANE KNAUTH	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816388	MARIA ELIZA RIBEIRO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816335	MARIA POLLIANA GURNASKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819761	MARIANA SCHARAM	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819865	MARIELI IVANCHESKI PADILHA BLASZCZYK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23816955	MARINALDO TRAVINSKI FOGACA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817792	MARIZETE R CORREA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818415	MATHEUS FELIPE FRANÇA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23820230	MIGUEL WILLIAM DE LIMA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819526	MYLENA TAYNARA FUCILINI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23820238	NATALY MONIQUE KARPINSKI PRESTUPA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818176	NAYARA NUNES DA SILVA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818358	OTONIEL DOS SANTOS PEPE	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819953	PABLO FABRICIO DUMA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819312	PATRICIA MARTINS GAIOSKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23817613	PAULO HENRIQUE CARDOSO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818511	RAFAELA LETÍCIA PETELA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819772	RAPHAEL OSTROWSKI JAREMTCHUK	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818599	RÉGIS LANZA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819634	ROSIMERI IVANCHESKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819074	SABRINA CHEMIN	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817682	SAULO SEMANN	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819486	SILVIO MARQUES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23817956	STEPHANE PAGLIA RAMOS	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23818362	THATIELLE FATIMA DULZ	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817685	VALDIR DEMORI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23819549	VALERY ALCIMARA ZAWADZKI	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23817738	VÂNIA CABRAL MATIAS	SECRETÁRIO EXECUTIVO	0.00
23819563	VINICIUS KAZUO DE SOUZA YAMACHITA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23820207	VITOR ALEXANDRE SURMAS	SECRETÁRIO EXECUTIVO	2.50
23818145	WILIAN JOSE DA SILVA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAP
23819911	YULIANA HERRERA MIRANDA DE SOUTO	SECRETÁRIO EXECUTIVO	5.00
23818516	DANIELI POPOVICZ	TERAPEUTA OCUPACIONAL	NAP
23818165	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ	TERAPEUTA OCUPACIONAL	2.50
23820140	RODRIGO VINÍCIUS GARDINAL	TERAPEUTA OCUPACIONAL	2.50
23818867	SILVIA APARECIDA MAKOSKI MACHADO	TERAPEUTA OCUPACIONAL	2.50

***NAP = NÃO APRESENTOU**

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:D5A3953F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 09/2026

EDITAL NOTA PROVA PRÁTICA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL NOTA PROVA PRÁTICA**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **NOTA DA PROVA PRÁTICA**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 17/09/2026 até às 23h59min do dia 18/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, em 16 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL NOTA PROVA PRÁTICA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	CARGO	NOME	PRÁTICA	SITUAÇÃO
23818226	MECÂNICO	ANDERSON DOS SANTOS ALGABA	43.00	REPROVADO
23820191	MECÂNICO	DANIEL MARTINIAK KULKA	45.25	REPROVADO
23817136	MECÂNICO	EZIQUIEL DE SOUZA MESSIAS	97.50	APROVADO
23816885	MECÂNICO	FREDERICO PEREIRA DOS SANTOS	AUSENTE	REPROVADO
23818708	MECÂNICO	LENIN EMMANUEL GUEREZ	91.75	APROVADO
23818744	MECÂNICO ELETRICISTA	JONAS CLAUDINEI ROIK	AUSENTE	REPROVADO
23819201	MECÂNICO ELETRICISTA	MARCELO DE ANDRADE ROCHA	96.75	APROVADO
23819348	MOTORISTA	AMAURI TEIXEIRA MARTINS NETO	100.00	APROVADO
23819174	MOTORISTA	DENER ADEMIR LINHARES	100.00	APROVADO
23818737	MOTORISTA	HELIO CAVALHEIRO	90.00	APROVADO
23819247	MOTORISTA	HENRIQUE LOPES ERDMANN	80.00	APROVADO
23817708	MOTORISTA	IVAN BABIUK	100.00	APROVADO
23820111	MOTORISTA	JEAN CARLOS DOS REIS	AUSENTE	REPROVADO
23819343	MOTORISTA	JOÃO PAULO OWSIANY	80.00	APROVADO
23817753	MOTORISTA	JOSÉ LUCAS DO ROZÁRIO BATISTA	100.00	APROVADO
23817366	MOTORISTA	JOSUÉ ELI DE ALVARENGA	100.00	APROVADO
23818135	MOTORISTA	JULIANO DE LARA	AUSENTE	REPROVADO
23816579	MOTORISTA	KELIAN MATEUS NERY DE ABREU	90.00	APROVADO
23816555	MOTORISTA	LUCAS ANDRÉ BULATY	80.00	APROVADO
23817326	MOTORISTA	LUCAS PEREIRA	100.00	APROVADO
23818889	MOTORISTA	LUCIANA VIEIRA FRANQUITTO	100.00	APROVADO
23816336	MOTORISTA	LUIS ROBERTO TEMITSKI	100.00	APROVADO
23817444	MOTORISTA	LUIZ CARLOS FERREIRA	100.00	APROVADO
23816624	MOTORISTA	MARCELO AUGUSTO DO NASCIMENTO BUENO	100.00	APROVADO
23819347	MOTORISTA	MARCIO ROBERTO ALVES DOS SANTOS	60.00	APROVADO
23816756	MOTORISTA	MARIO GOBBI FILHO	CNH INCOMPATÍVEL	REPROVADO
23817924	MOTORISTA	ODINEI DE OLIVEIRA	100.00	APROVADO
23818632	MOTORISTA	ODIVELSON DA CRUZ DA SILVA	100.00	APROVADO
23820009	MOTORISTA	PAULO ADRIANI DO NASCIMENTO	100.00	APROVADO
23819897	MOTORISTA	RICARDO IANKOSKI	100.00	APROVADO
23817884	MOTORISTA	ROBSON ANTONIO LACHMAN	100.00	APROVADO
23817507	MOTORISTA	RODRIGO PRESTES	100.00	APROVADO
23819356	MOTORISTA	ROGERIO LOUREIRO FONSECA	AUSENTE	REPROVADO
23817277	MOTORISTA	RONILTON JOSÉ CORDEIRO	AUSENTE	REPROVADO
23819469	MOTORISTA	SEBASTIÃO ADRIANO SANSANA	90.00	APROVADO
23820205	MOTORISTA	VALDINEI DE RAMOS	100.00	APROVADO
23816587	MOTORISTA	VALDIR JOSÉ MOSSON	100.00	APROVADO
23819562	OPERADOR DE MÁQUINAS	ALDENEI SCHUVINSKI	AUSENTE	REPROVADO
23819857	OPERADOR DE MÁQUINAS	ANDERSON ANTONIO RUVINSKI	55.00	APROVADO
23817248	OPERADOR DE MÁQUINAS	CASSIANO LEONARDO CANETTI	100.00	APROVADO
23819621	OPERADOR DE MÁQUINAS	CHARLES GABRIEL BUCH DOS SANTOS	55.00	APROVADO
23819353	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLAUDINEI DE SOUZA	60.00	APROVADO
23816333	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLEVERSON RODRIGO KOSNIYZEKO	60.00	APROVADO
23816736	OPERADOR DE MÁQUINAS	DALNEI FERREIRA RODRIGUES	ELIMINADO	REPROVADO
23816966	OPERADOR DE MÁQUINAS	DHEMERSON BRYAN SOARES	35.00	REPROVADO
23816545	OPERADOR DE MÁQUINAS	DIEGO CLAUDINEI SIKORA	CNH INCOMPATÍVEL	REPROVADO
23818907	OPERADOR DE MÁQUINAS	GABRIEL GURSKI SANTOS	AUSENTE	REPROVADO
23818829	OPERADOR DE MÁQUINAS	JOÃO PAULO RIBAS DOS SANTOS	45.00	REPROVADO
23819048	OPERADOR DE MÁQUINAS	JORGE BARROS DOS SANTOS	85.00	APROVADO
23817882	OPERADOR DE MÁQUINAS	LINDOMAR KALINOSKI	95.00	APROVADO
23818064	OPERADOR DE MÁQUINAS	LUCAS BALCOTA	AUSENTE	REPROVADO
23816522	OPERADOR DE MÁQUINAS	MATEUS PRZYSIEZNY	AUSENTE	REPROVADO
23818833	OPERADOR DE MÁQUINAS	MATEUS SAQUETO KENDZIERSKI	CNH VENCIDA	REPROVADO
23819318	OPERADOR DE MÁQUINAS	OCLAIR LICHESKI	NÃO APRESENTOU CNH	REPROVADO
23818460	OPERADOR DE MÁQUINAS	OLANDIR DE LARA	AUSENTE	REPROVADO
23817747	OPERADOR DE MÁQUINAS	PAULO CRISTIANO CARDOZO DOS SANTOS	100.00	APROVADO
23818092	OPERADOR DE MÁQUINAS	RUBENS FERREIRA	AUSENTE	REPROVADO
23818548	OPERADOR DE MÁQUINAS	SILVANO SIDOSKI	AUSENTE	REPROVADO
23818148	OPERADOR DE MÁQUINAS	TIAGO MATEUS FERREIRA	100.00	APROVADO
23817173	OPERADOR DE MÁQUINAS	WILSON CÉZAR DOS SANTOS	AUSENTE	REPROVADO
23818136	PEDREIRO	ELESSON DOS SANTOS DA CRUZ	97.50	APROVADO

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:CB87535D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 981/2026

Dispõe sobre a progressão funcional horizontal aos servidores municipais, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 3473, de 13 de novembro de 2025; em especial o Capítulo III, Seção II, Subseção II;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder, a partir de 1° de setembro do corrente, progressão funcional horizontal, em conformidade com a Lei Municipal nº 3473, de 2025, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo do Município de Rio Negro, aos servidores municipais que preencheram os requisitos de formação acadêmica e de tempo de exercício profissional, abaixo relacionados:

Matrícula	Servidor(a)	Data Admissão	Cargo	Nível Anterior	Nível Avanço
2034-6/1	Rafael Ciola Matos	02/05/2011	Odontólogo	VI_A_8	VI_B_8
0675-0/3	Silvana Haas de Souza Capeletti	1º/3/2000	Odontólogo	VI_A_16	VI_B_16
0687-4/5	Giovanni Ferigotti	03/02/2003	Odontólogo	VI_A_14	VI_B_14
1277-7/1	Rogério Cristovão Milcheski	1º/10/2002	Auxiliar de Serviços Gerais A	I_A_inicial	I_B_inicial

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:195A86F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 03 AOCONTRATO DE EMPREITADA N.º 010/2026 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 024/2025 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: HAMMER CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA,** com sede na Rua Senador Souza Naves, nº 569, Bairro Centro, na cidade de Lapa - PR, registrada no CNPJ /MF sob nº 10.569.078/0001-85**,** neste ato representada por **JAIRO HAMMERSCHMIDT,** inscrito no CPF nº 961.736.969-91, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO** Por solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria, fica redimensionado os serviços para **EXECUÇÃO DE PROJETO DE CALÇADAS NA RUA LUIZ NEPPEL NA LOCALIDADE DO LAGEADO DOS VIEIRAS**, conforme segue:

1. Produtos/Serviços **que não constam** da planilha orçamentária e/ou projeto e são necessários para conclusão da obra					
Código	**SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**PREÇO UNITÁRIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
97090	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-138. AF_09/2021	Kg	1.101,47	19,15	21.093,15
VALOR TOTAL A ADITAR					21.093,15

1. Produtos/Serviços **que constam** da planilha orçamentária e/ou projeto e **são insuficientes** para conclusão da obra					
Código	**SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**PREÇO UNITÁRIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
98519	REVOLVIMENTO E LIMPEZA MANUAL DE SOLO. AF_07/2024	M2	411,62	5,25	2.161,00
101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M3	24,70	170,28	4.205,92
97086	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2021	M2	7,54	49,13	370,44
104628	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_03/2023	M3	29,86	787,16	23.504,60
VALOR TOTAL A ADITAR					30.241,96

1. Produtos/Serviços **que constam** da planilha orçamentária e/ou projeto e **não serão necessários**:					
Código	**SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**PREÇO UNITÁRIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
94264	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	650,00	39,47	25.655,50
104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	0,75	156,86	117,64
VALOR TOTAL A ADITAR					25.773,14

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto o valor acrescer é de R$ 51.335,11, e o valor a reduzir é de R$ 25.773,14, então, o valor do presente termo acrescentará ao valor contratual importância de **R$ 25.561,97 (vinte e cinco mil quinhentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos).** 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 1026 – 13.002.15.451.0012.1.020.4.4.90.51.02.02 – Fonte 000 **CLÁUSULA TERCEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATANTE, com a devida anuência da CONTRATADA, prorroga-se o prazo de vigência e de execução por mais 2 (dois) meses. O novo período de vigência inicia-se em 10/10/2026, enquanto o prazo de execução é estendido de forma retroativa a partir de 10/08/2026. **CLÁUSULA QUARTA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F2918698

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 08 CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 129/2023 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA** a Empresa **40964672 JACIEL DITTRICH**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua FERMINO WALTER, nº SN, CAMPINA DOS ANDRADES, na cidade de Rio Negro - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 40.964.672/0001-31, neste ato representado por seu Proprietário Sr. **JACIEL DITTRICH**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 774.006.409-25, resolve modificar unilateralmente o **Contrato nº 129/2023**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do **nº 129/2023**, por parte da Administração visando o reajuste, conforme a Cláusula Quinta do Contrato. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** 2.1 O valor contratual será **reajustado** em **R$ 497,79** (**quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos**), conforme IPCA/IBGE com índice de 4,44**%** do período, data-base 12/09/2026, conforme segue:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor reajustado IPCA 4,44%	Valor do acréscimo	Valor reajustado
1	4 meses e 15 dias	SRV	Serviços especializa dos de Cuidador de Cães	R$ 2.491,38	R$ 2.602,00	R$ 110,62	R$ 497,79

2.2 A despesa proveniente do referido termo correrá a conta da seguinte Dotação Orçamentária: **Dotação Orçamentária:** 595 – 10.002.20.608.0007.2.094.3.3.90.39.99.99 – Fonte 000 **CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Rio Negro PR, 14 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:41AD3D5B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 14/2026

TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 14/2026

1. FINALIDADE			
O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PARANÁ representado por PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, e a ENTIDADE CULTURAL celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL - TCC, com a finalidade de executar Projeto Cultural, nos termos do Plano de Trabalho anexo, para implementação da Política Nacional de Cultura Viva – PNCV, mediante as condições estipuladas em suas Cláusulas, nos termos da Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.740/2023, Portaria MinC nº 200/2025, Portaria MinC nº 206/2025 (Regulamentam a PNAB), na Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MinC nº 1/2015, e na Instrução Normativa MINC nº 12/2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), aplicando-se também, no que couber, como complementação em situações não previstas na Política Nacional de Cultura Viva, o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura nº 14.903/2024.			
2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES			
2.1. ENTE PÚBLICO			
Razão Social:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA		
CNPJ:	76.288.760/0001-08		
Endereço completo:	Avenida Presidente Bernardes, 809 - Bairro Centro CEP 86.600-067 - Rolândia - PR		
Nome do responsável legal:	AILTON APARECIDO MAISTRO		
Cargo:	PREFEITO MUNICIPAL		
Registro Geral (RG):	865.371-2	CPF:	152.150.919-00
Ato de nomeação:	01/2025		
2.2. ENTIDADE CULTURAL			
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA BANDA INTEGRAÇÃO		
CNPJ:	72.530.207/0001-89		
Endereço completo:	Rua Manoel Carreira Bernardino, 1105 – Centro – 86600-065 - Rolândia - PR		
Nome do responsável legal:	JORGE LUIZ GOMES		
Cargo:	PRESIDENTE		
Registro Geral (RG):	1.607.468-3	CPF:	235.760.659-20
Endereço completo do responsável legal:	Rua Francisco Rodrigues Alves, 329 - SEM COMPLEMENTO - Centro CEP: 86600-033 - Rolândia - PR		
3. OBJETO			
3.1. O presente Termo de Compromisso Cultural-TCC tem como objeto a execução de projeto selecionado no Edital 02/2026, que visa a promoção do acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva - PNCV, conforme Plano de Trabalho anexo.			
4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES			
4.1. Do [NOME DO ESTADO/MUNICÍPIO]			
Incumbe à PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA observar as obrigações descritas na Instrução legislação de regência, e as seguintes responsabilidades: I - coordenar a gestão da PNCV, no âmbito de sua esfera de atuação; II - atuar em parceria federativa junto ao governo federal, governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, e outras instituições, para efetivação dos objetivos da PNCV previstos em lei; III - realizar planejamento de desenvolvimento da PNCV, observando o Plano Nacional de Cultura e planos de cultura locais; IV - garantir recursos humanos, orçamentários, financeiros, logísticos e tecnológicos para implementação da PNCV e efetividade de seus resultados; V - desenvolver uma gestão pública compartilhada e participativa, por meio da organização e institucionalização das instâncias, fóruns e espaços de diálogos institucionais entre os partícipes da PNCV, em sua área de abrangência territorial; VI - desenvolver as ações estruturantes da PNCV por meio de políticas públicas integradas visando a promoção em uma cultura de direitos humanos e de valorização da cidadania e da diversidade artística e cultural; VII - disponibilizar e manter em funcionamento o Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura, no âmbito de sua esfera de atuação; VIII - fomentar ações para qualificação e formação de gestores, dirigentes de entidades culturais e outros agentes envolvidos no âmbito da PNCV; IX - dar ciência da celebração de parcerias federativas, no que couber, aos conselhos de cultura, assembleias legislativas e câmaras municipais de vereadores para efeitos de acompanhamento e fiscalização; X - promover ações de publicidade da PNCV que proporcionem controle social, transparência pública e visibilidade das ações junto à sociedade; XI - contribuir para o fortalecimento da atuação em redes territoriais, identitárias e temáticas no âmbito da PNCV; XII - realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento e análise da prestação de contas do presente TCC; XIII - realizar os procedimentos relativos à Tomada de Contas Especial, quando for o caso; XIV - cumprir com os procedimentos de transparência e publicidade atribuídos ao poder público conforme o disposto na Seção III da IN MinC nº 08 de 11 de maio de 2016; XV - repassar os recursos financeiros ao PONTO DE CULTURA, de acordo com a programação orçamentária e financeira do ente público, obedecendo ao cronograma financeiro constante deste instrumento e do plano de trabalho; XVI - prorrogar “de ofício” o prazo de vigência do TCC antes do seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;			

XVII - aplicar as penalidades previstas e proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
XVIII - comunicar aos Pontos e Pontões de Cultura a identificação de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou pendências de ordem técnica, podendo suspender a liberação de recursos e fixar prazo de trinta dias para saneamento ou apresentação de justificativa com informações e esclarecimentos, prorrogável uma única vez por igual período.
XIX - analisar a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste TCC, na forma e prazo fixados no Decreto nº 11.453/2023 e no art. 47 da IN MinC nº 08/2016;
XX - nos casos em que o PONTO DE CULTURA não apresentar o Relatório de Execução do Objeto ou o Relatório de Execução Financeira nos prazos devidos, enviar notificação exigindo que o faça no prazo máximo de trinta dias, sob pena de rejeição das contas e exigência de devolução integral dos recursos, com atualização monetária e juros;
XXI - exercer, se conveniente e oportuno, a prerrogativa de assumir ou de transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

4.2. Da Entidade Cultural

Incumbe à Entidade Cultural observar as obrigações descritas na legislação de regência e, ainda, as seguintes responsabilidades:
I - executar o projeto conforme Plano de Trabalho aprovado e produzir provas documentais sobre o andamento da execução do projeto, inclusive das alterações no Plano de Trabalho;
II - cumprir com os procedimentos de transparência e publicidade atribuídos à entidade cultural conforme o disposto no Capítulo IV, Seção III da IN MinC nº 08 de 11 de maio de 2016;
III - divulgar, em destaque, o nome do Ministério da Cultura/Governo Federal e do ENTE PÚBLICO parceiro em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, obedecendo aos critérios de veiculação das logomarcas estabelecidas, que serão disponibilizadas pela SCDC/MinC e pelo ENTE PÚBLICO parceiro, observadas as restrições vigentes em ano eleitoral, quando for o caso;
IV - desenvolver uma gestão compartilhada e participativa, por meio de instâncias, fóruns e espaços de diálogos junto aos beneficiários em sua área de abrangência;
V - envidar esforços visando atuar nos processos participativos instituídos pelo Sistema Nacional de Cultura-SNC (especialmente as Conferências de Cultura) e pela PNCV (especialmente as TEIAs) em âmbito local, regional e nacional;
VI - estimular a participação ativa dos beneficiários da PNCV nos processos participativos instituídos no SNC e na PNCV em âmbito local, regional e nacional;
VII - contribuir com a organização e funcionamento da Rede Cultura Viva e de suas instâncias, mecanismos e processos de gestão compartilhada, participação e controle social;
VIII - manter seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, atendendo à chamada anual de atualização de dados;
IX - dar transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do TCC, em sua sede e no seu sítio eletrônico, sendo vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou a empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
X - Permitir livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do tribunal de contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Instrução Normativa/MinC nº 8/2016, bem como aos locais de execução do objeto;
XI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
XII - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TCC, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública concedente pelos respectivos pagamentos ou qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
XIII - prestar contas dos recursos recebidos, conforme acordado neste Termo e na forma dos atos normativos que se relacionam com o tema;
XIV - guardar os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto pelo prazo de cinco anos após a entrega da prestação de contas, estando ciente de que a documentação de comprovação fiscal em princípio não será exigida, mas deve ser obtida e guardada pela entidade cultural pelo mesmo prazo, e inclusive pode ser solicitada para fins de demonstração de cumprimento de obrigações perante outras autoridades estatais, tais como os órgãos de fiscalização tributária, previdenciária e trabalhista, órgãos de controle interno e externo do Governo Estadual ou Federal; e
XV - adquirir e manter em bom estado equipamentos multimídia, direcionados à cultura digital, que contribuam com o objeto pactuado, salvo quando a Entidade declare que já possui equipamento em adequadas condições de manutenção e funcionamento, comprometendo-se a disponibilizá-lo para uso na execução da parceria.

5. DOS VALORES

Para execução das atividades previstas no Plano de Trabalho deste TCC, serão disponibilizados pelo Ente Público recursos no valor total em desembolso único de R$90.000,00, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho.

5.1 Da movimentação dos recursos financeiros

Os recursos referentes ao presente Termo de Compromisso Cultural, a serem desembolsados pelo Ente Público, serão depositados e geridos em conta específica de instituição financeira indicada pela entidade cultural, no Banco do Brasil, Agência 349-2 –Conta Corrente 82931-5, na cidade de Rolândia - PR, em conformidade com os prazos estabelecidos no Cronograma Financeiro constante do Plano de Trabalho.
5.1.1 Os recursos depositados nesta conta bancária específica, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:
I - em caderneta de poupança, ou
II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.
5.1.2 Os recursos deste Termo de Compromisso Cultural serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no objeto do TCC, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, ainda que decorrentes de necessidade emergencial do PONTO DE CULTURA.
5.1.3 Os rendimentos de aplicações financeiras poderão ser aplicados para manter o poder de compra dos recursos da parceria, bem como para ampliação ou criação de metas, durante a vigência do TCC, desde que contribuam para a execução do objeto, ou para incremento deste.
5.1.4 O uso de rendimentos para as finalidades descritas no item 5.1.3 poderá ser realizado sem autorização prévia da administração pública, desde que seja descrito no Relatório de Execução do Objeto, com motivação.
5.1.5 O remanejamento de recurso no plano de trabalho poderá ocorrer desde que:
I - Seja realizado durante a vigência do TCC;
II - Tenha como finalidade o cumprimento do objeto pactuado;
III - não altere o valor global do orçamento aprovado no TCC.
5.1.6 Após a conclusão, rescisão ou extinção deste TCC, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos pelo PONTO DE CULTURA ao Ente Público, no prazo de trinta dias.

6. DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. O PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA realizará o acompanhamento e a avaliação da execução deste TCC, periodicamente, durante a vigência da parceria, com vistas a promover o levantamento de dados para subsidiar a avaliação da prestação de contas podendo, para tanto:
I - exigir informações técnicas (incluindo relatório fotográfico), prestações de contas parciais e/ou final a qualquer momento;
II - exigir o registro, nos sistemas institucionais indicados pelo Ministério da Cultura, das atividades provenientes da execução do TCC;
III - usar os diversos canais eletrônicos de comunicação e divulgação absorvendo informações sobre a execução do TCC e adotando providências necessárias, quando for o caso;
IV - fazer vistoria in loco (vistoria no local);
V - utilizar apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades.
6.2 O PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA produzirá registros sobre suas atividades de acompanhamento e monitoramento, por meio de certidões, memórias de reunião, relatórios ou outros documentos técnicos, podendo propor à entidade cultural a reorientação das ações ou a realização de ajustes para aprimorar a execução do objeto da parceria.
6.3 Os TCCs estarão também sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação e ao acompanhamento por comissões e conselhos de políticas públicas da área cultural.

7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A prestação de contas será apresentada por meio do Relatório de Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias após o fim da vigência do TCC, contendo:
I - relato das atividades realizadas para o cumprimento do objeto, que deve tratar sobre o alcance dos objetivos, sobre ações eventualmente realizadas para promover a acessibilidade e os desdobramentos do projeto, tendo por referência as informações constantes no plano de trabalho;
II - comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir das informações constantes do plano de trabalho, podendo a comprovação sobre os produtos e serviços relativos às metas se dar pela apresentação de fotos, listas de presença, vídeos, entre outros;
III - material que comprove a execução de cada item de despesa e a consecução de cada uma das metas (fotos, listas de presença, vídeos, entre outros) descrito no Plano de Trabalho.
7.2 Os documentos originais de comprovação do cumprimento do objeto deverão ser guardados pelo PONTO DE CULTURA pelo prazo de cinco anos após a entrega da prestação de contas.
7.3 O prazo de apresentação do Relatório de Execução do Objeto poderá ser prorrogado por até trinta dias, mediante solicitação fundamentada do PONTO DE CULTURA.
7.4 Caso o Ente Público verifique que houve inadequação na execução do objeto, o PONTO DE CULTURA será notificado para apresentar Relatório de Execução Financeiro, no prazo de trinta dias, contendo:
I- - relação de pagamentos, com indicação dos beneficiários desses pagamentos e identificação do item de despesa e meta relacionados a cada pagamento;
II - extrato bancário da conta do TCC, incluindo toda a movimentação desde a abertura até a última movimentação, e conciliação bancária; e
III - comprovante de recolhimento do saldo remanescente de recursos, quando houver.
7.5 O Ente Público considerará que houve inadequação na execução do objeto quando configurada uma das seguintes hipóteses:
I - quando for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas; ou
II - quando for aceita denúncia de irregularidade, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo Ente Público.

8. DOS BENS REMANESCENTES

8.1 Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos deste TCC são da titularidade da Entidade Cultural celebrante e ficarão afetados ao objeto do presente TCC durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.
8.2 Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da Entidade Cultural, na medida em que os bens sejam úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.
8.3 Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a Entidade Cultural, observados os seguintes procedimentos:
I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.
8.4 Na hipótese de dissolução da Entidade Cultural durante a vigência do TCC, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.
8.5 A Entidade Cultural poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.
8.6 Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o Ente Público, a critério deste, se ao término da parceria ficar constatado que a Entidade Cultural não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.
8.7 A destinação dos bens remanescentes poderá ser alterada por meio da celebração de Termo Aditivo ao TCC, após solicitação fundamentada de uma das partes.
8.8 No caso de término da execução do TCC antes da manifestação sobre eventual solicitação de uma das partes de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da Entidade Cultural até a decisão do pedido.

9. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.1 Caso as atividades realizadas pela ENTIDADE CULTURAL com recursos públicos provenientes do Termo de Compromisso Cultural deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a ENTIDADE CULTURAL terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência do Termo de Compromisso Cultural.
9.2 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar desde já, independente de solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, todas as autorizações necessárias para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, utilize para fins de divulgação da Política Nacional de Cultura Viva, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que eventualmente decorrerem da execução deste TCC, da seguinte forma:
9.2.1 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.279/1996, pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado, desenho industrial, indicação geográfica e

marcas;
9.2.2 - Quanto aos direitos de que trata a Lei Nacional nº 9.610/1998, pelas seguintes modalidades:
I - a reprodução parcial ou integral, para fins de divulgação;
II - a tradução para qualquer idioma;
III - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
IV - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.
9.2 Quando da extinção do TCC, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública federal, a critério da Administração Pública, quando a ENTIDADE CULTURAL não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 O prazo de vigência deste TCC será de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo dobro do tempo pactuado, mediante acordo entre as partes, excetuadas as prorrogações de ofício por atraso na liberação dos recursos.
10.2 A vigência do TCC poderá ser alterada mediante solicitação da entidade cultural, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do término de sua vigência.
10.3 A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

11. DA RESCISÃO

11.1 É facultado ao Ente Público e à entidade cultural rescindirem este TCC, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
11.2 O Ente Público deverá rescindir este TCC caso seja cancelada a certificação simplificada do Ponto, respeitados os atos jurídicos perfeitos, na forma do art. 11 da Instrução Normativa/MinC nº 8/2016.
11.3 A Entidade Cultural deverá devolver ao Ente Público os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo de trinta dias após a conclusão, rescisão ou extinção da parceria, sob pena de adoção de medidas cabíveis para ressarcimento ao erário.
11.4 Havendo rescisão, a entidade cultural fica obrigada a prestar contas de tudo que fora executado até a data da rescisão, observado o prazo e regras da Seção 7.

12. DA PUBLICAÇÃO

O Ente Público publicará extrato deste TCC no meio oficial de publicidade da administração pública, após a assinatura, para que se inicie a produção de seus efeitos.

13. DO FORO

As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste à prévia tentativa de solução administrativa. As controvérsias que não possam ser resolvidas administrativamente serão submetidas ao foro da Justiça de Rolândia.

14. DATA E ASSINATURAS

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento.

JORGE LUIZ GOMES	***AILTON APARECIDO MAISTRO***
Presidente	Prefeito Municipal
Representante Legal Da Entidade Cultural	Representante Legal Do Órgão Ou Entidade Pública

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:57B22ECF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026

Ref. Pregão nº 063/2026 – Limpeza de Caixa D'agua, Fossas e Correlatos – PA – 10.208/2026.

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliado nesta Cidade, resolvem registrar o preço da empresa **HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 36.929.401/0001-78, com sede à Rua Anacleto Cardoso do Amaral, nº 463, Bairro Ganchinho, na cidade de Curitiba – PR, CEP 81935-447, Fone: (41) 3538-9008, (41) 99680-2009 (41)99135-6302 (whats), e-mail: contatohigiforte@gmail.com, higifortedesin@gmail.com, representada pelo Senhor **VALDECIR DA ROSA,** mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços de serviços de limpeza, sucção e desobstrução de fossas, redes de esgoto e drenagem, caixas de gordura, caixas de passagem e demais sistemas hidrossanitários, incluindo coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos. Compreende também serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água, com análise bacteriológica e emissão de laudo técnico, para atendimento das necessidades das secretarias e unidades municipais do Município de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 063/2026, devidamente homologado pelo Município em 02/09/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
2	10	LT	1.543.550,00	72094	Prestação de serviço de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d água, incluindo esvaziamento, remoção de resíduos, escovação interna, aplicação de produtos desinfetantes, enxágue, análise bacteriológica da água e emissão de laudo técnico, compreendendo fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, materiais, produtos e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, bem como reparação de eventuais danos causados durante a execução.	0,10	154.355,00	SM

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Executar os serviços nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
Executar os serviços de forma adequada, segura e eficiente, utilizando equipamentos, ferramentas, veículos e materiais compatíveis com as atividades contratadas.
Fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, produtos, veículos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.
Utilizar profissionais capacitados e devidamente equipados com os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços.

Nos serviços de desobstrução e limpeza de redes de esgoto ou drenagem pluvial, quando solicitado pela Administração ou quando não for possível identificar previamente a extensão da obstrução, a contratada deverá realizar avaliação técnica prévia no local para levantamento estimativo da extensão e dos serviços necessários.
Atender às solicitações emergenciais dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente nos casos que envolvam risco sanitário, transbordamentos, retorno de esgoto ou comprometimento do funcionamento das unidades municipais.
Realizar a remoção e o reassentamento de tampas de fossas, caixas de gordura e estruturas correlatas, quando necessário à adequada execução dos serviços.
Executar os serviços com zelo e cautela, evitando danos às instalações, tubulações, reservatórios, equipamentos e estruturas das unidades municipais.
Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados/prepostos, independentemente das demais cominações legais ou contratuais.
Realizar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, comprovantes de destinação final dos resíduos coletados.
Executar os serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água utilizando produtos apropriados para reservatórios de água potável e compatíveis com as normas sanitárias aplicáveis.
Apresentar os laudos bacteriológicos referentes aos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água, conforme exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
Substituir, refazer ou corrigir, sem ônus adicional para a Administração, serviços executados em desacordo com as especificações contratadas ou que apresentem falhas na execução.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, transporte e quaisquer outras decorrentes da execução dos serviços, inexistindo vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o Município.
Atender às disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, adotando medidas para prevenção de fraudes e atos de corrupção durante a execução contratual.
Manter preços compatíveis com os praticados no mercado, observadas as hipóteses legais de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro.
Observar as normas ambientais, sanitárias, de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis à execução dos serviços.
Aceitar e colaborar com a fiscalização exercida pela Administração quanto à execução dos serviços e cumprimento das obrigações contratuais.
A existência e atuação da fiscalização da Administração não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto à correta execução dos serviços e às obrigações assumidas.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive rescisão contratual, quando cabível. Constatada eventual irregularidade, a Administração notificará a contratada para que promova a regularização dentro do prazo estabelecido, sob pena de aplicação das penalidades legais e contratuais pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ocorrer mediante solicitação emitida pela Secretaria competente do Município.
Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Administração, conforme endereço informado na solicitação de execução e/ou Nota de Empenho.
Os atendimentos deverão observar os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente nos casos emergenciais.
Nos serviços de desobstrução e limpeza de redes de esgoto ou drenagem pluvial, quando não for possível identificar previamente a extensão da obstrução ou a complexidade da execução, a contratada deverá realizar avaliação técnica no local e apresentar levantamento estimativo dos serviços necessários para autorização prévia da Administração antes da execução.
Nos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, a contratada deverá apresentar laudo bacteriológico da água emitido por laboratório responsável, comprovando as condições adequadas para utilização do reservatório
Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, utilizando equipamentos, materiais e procedimentos adequados à natureza da demanda.
A contratada deverá fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais, produtos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.
Caberá à contratada arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução dos serviços, inclusive deslocamentos, mão de obra, equipamentos, materiais, transporte, destinação de resíduos e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.
Os serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou que apresentarem falhas, inadequações ou má execução poderão ser rejeitados parcial ou totalmente pela Administração, devendo a contratada realizar os ajustes, correções ou nova execução no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional ao Município.
Nos casos de reexecução ou correção de serviços rejeitados pela fiscalização, todas as despesas decorrentes correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
Caso haja rejeição parcial dos serviços executados, a contratada deverá providenciar, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a substituição da nota fiscal e/ou documento de cobrança, contemplando apenas os serviços devidamente aceitos pela fiscalização.
A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que realizará a conferência das condições de execução, qualidade dos serviços prestados e atendimento das exigências contratuais.
O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão do atendimento solicitado, para verificação da conformidade dos serviços executados.
O recebimento definitivo ocorrerá mediante ateste do fiscal do contrato e/ou responsável pela unidade atendida, após verificação da adequada execução dos serviços.
Nos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, o recebimento definitivo ficará condicionado à apresentação do respectivo laudo bacteriológico emitido por laboratório responsável.
Caso sejam constatadas irregularidades, falhas na execução, danos às instalações ou desconformidades com as exigências deste Termo de Referência, a contratada será notificada para correção imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
A contratada será responsável pela adequada limpeza e organização do local após a execução dos serviços, bem como pela coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e exigências previstas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado,

podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 154.355,00 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

1. Nos casos considerados emergenciais, especialmente situações que envolvam risco sanitário, retorno de esgoto, transbordamentos, impossibilidade de utilização de sanitários ou comprometimento do funcionamento das unidades municipais, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da Administração.
Para os demais atendimentos não emergenciais, o prazo máximo para execução dos serviços será de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação da Administração, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 04 – Administração; 07 – Infra Estrutura; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 12 – Desenvolvimento Econômico; 14 – Cultura e Turismo

Classificação Orçamentária:
33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA;

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 02 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:6ECC718F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026

Ref. Pregão nº 063/2026 – Limpeza de Caixa D'agua, Fossas e Correlatos – PA – 10.208/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolvem registrar o preço da empresa MCS AMBIENTAL DESENTUPIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 32.043.657/0001-22, com sede à Rua Hermínia Rufino Bergonse, nº 30, Jardim das Palmeiras, na cidade de Londrina – PR, CEP: 86083-550, Fone: (43) 3326-4306, (43)9966-5571, (43)98455-1281, e-mail: atendimentodesentupidoras@gmail.com, representada pela Senhora VANESSA FERNANDA DOS SANTOS PIERINI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços de serviços de limpeza, sucção e desobstrução de fossas, redes de esgoto e drenagem, caixas de gordura, caixas de passagem e demais sistemas hidrossanitários, incluindo coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos. Compreende também serviços de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios e caixas d'água, com análise bacteriológica e emissão de laudo técnico, para atendimento das necessidades das secretarias e unidades municipais do Município de Rolândia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 063/2026, devidamente homologado pelo Município em 02/09/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	M3	1.716,00	72085	Prestação de serviço de limpeza, sucção e desobstrução de fossa séptica, com profundidade de até 8 metros, incluindo coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, mediante utilização de caminhão equipado com sistema de sucção a vácuo, contemplando remoção e reassentamento da tampa quando necessário.	126,26	216.662,16	Serviços
1	2	M3	1.726,00	72086	Prestação de serviço de limpeza, sucção e desobstrução de fossa rudimentar, com profundidade de até 8 metros, incluindo coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, mediante utilização de caminhão equipado com sistema de sucção a vácuo, contemplando remoção e reassentamento da tampa quando necessário.	81,65	140.927,90	Serviços
1	3	Mli	4.037,00	72087	Prestação de serviço de desobstrução e limpeza de rede de esgoto ou drenagem pluvial, em tubulações com diâmetro de até 200 mm, mediante utilização de equipamento de hidrojateamento e/ou sucção.	56,15	226.677,55	Serviços
1	4	und	177,00	72088	Prestação de serviço de desobstrução e limpeza de pia, incluindo remoção de resíduos e desobstrução da tubulação correspondente.	163,85	29.001,45	Serviços
1	5	und	195,00	72089	Prestação de serviço de desobstrução e limpeza de ralos, incluindo remoção de resíduos e desobstrução da tubulação correspondente.	206,57	40.281,15	Serviços
1	6	und	160,00	72090	Prestação de serviço de desobstrução e limpeza de tanque, incluindo remoção de resíduos e desobstrução da tubulação correspondente.	237,06	37.929,60	Serviços
1	7	und	309,00	72091	Prestação de serviço de desobstrução de vaso sanitário, incluindo remoção de obstruções e restabelecimento do pleno funcionamento do sistema.	207,70	64.179,30	Serviços
1	8	SER	174,00	72092	Prestação de serviço de limpeza e desobstrução de caixas de passagem e caixas de inspeção, incluindo remoção de resíduos sólidos, sedimentos e materiais obstrutivos.	231,73	40.321,02	Serviços
1	9	SER	186,00	72093	Prestação de serviço de limpeza e desobstrução de caixa de gordura, incluindo remoção de resíduos, gorduras e materiais acumulados, bem como coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, contemplando remoção e reassentamento da tampa quando necessário.	236,62	44.011,32	Serviços

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Executar os serviços nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
Executar os serviços de forma adequada, segura e eficiente, utilizando equipamentos, ferramentas, veículos e materiais compatíveis com as atividades contratadas.
Fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, produtos, veículos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.
Utilizar profissionais capacitados e devidamente equipados com os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços.
Nos serviços de desobstrução e limpeza de redes de esgoto ou drenagem pluvial, quando solicitado pela Administração ou quando não for possível identificar previamente a extensão da obstrução, a contratada deverá realizar avaliação técnica prévia no local para levantamento estimativo da extensão e dos serviços necessários.
Atender às solicitações emergenciais dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente nos casos que envolvam risco sanitário, transbordamentos, retorno de esgoto ou comprometimento do funcionamento das unidades municipais.
Realizar a remoção e o reassentamento de tampas de fossas, caixas de gordura e estruturas correlatas, quando necessário à adequada execução dos serviços.
Executar os serviços com zelo e cautela, evitando danos às instalações, tubulações, reservatórios, equipamentos e estruturas das unidades municipais.
Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados/prepostos, independentemente das demais cominações legais ou contratuais.

Realizar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, comprovantes de destinação final dos resíduos coletados.
Executar os serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água utilizando produtos apropriados para reservatórios de água potável e compatíveis com as normas sanitárias aplicáveis.
Apresentar os laudos bacteriológicos referentes aos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água, conforme exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
Substituir, refazer ou corrigir, sem ônus adicional para a Administração, serviços executados em desacordo com as especificações contratadas ou que apresentem falhas na execução.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, transporte e quaisquer outras decorrentes da execução dos serviços, inexistindo vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o Município.
Atender às disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, adotando medidas para prevenção de fraudes e atos de corrupção durante a execução contratual.
Manter preços compatíveis com os praticados no mercado, observadas as hipóteses legais de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro.
Observar as normas ambientais, sanitárias, de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis à execução dos serviços.
Aceitar e colaborar com a fiscalização exercida pela Administração quanto à execução dos serviços e cumprimento das obrigações contratuais.
A existência e atuação da fiscalização da Administração não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto à correta execução dos serviços e às obrigações assumidas.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive rescisão contratual, quando cabível. Constatada eventual irregularidade, a Administração notificará a contratada para que promova a regularização dentro do prazo estabelecido, sob pena de aplicação das penalidades legais e contratuais pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
A execução dos serviços deverá ocorrer mediante solicitação emitida pela Secretaria competente do Município.
Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Administração, conforme endereço informado na solicitação de execução e/ou Nota de Empenho.
Os atendimentos deverão observar os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente nos casos emergenciais.
Nos serviços de desobstrução e limpeza de redes de esgoto ou drenagem pluvial, quando não for possível identificar previamente a extensão da obstrução ou a complexidade da execução, a contratada deverá realizar avaliação técnica no local e apresentar levantamento estimativo dos serviços necessários para autorização prévia da Administração antes da execução.
Nos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, a contratada deverá apresentar laudo bacteriológico da água emitido por laboratório responsável, comprovando as condições adequadas para utilização do reservatório
Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, utilizando equipamentos, materiais e procedimentos adequados à natureza da demanda.
A contratada deverá fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais, produtos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.
Caberá à contratada arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução dos serviços, inclusive deslocamentos, mão de obra, equipamentos, materiais, transporte, destinação de resíduos e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.
Os serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou que apresentarem falhas, inadequações ou má execução poderão ser rejeitados parcial ou totalmente pela Administração, devendo a contratada realizar os ajustes, correções ou nova execução no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional ao Município.
Nos casos de reexecução ou correção de serviços rejeitados pela fiscalização, todas as despesas decorrentes correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.
Caso haja rejeição parcial dos serviços executados, a contratada deverá providenciar, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a substituição da nota fiscal e/ou documento de cobrança, contemplando apenas os serviços devidamente aceitos pela fiscalização.
A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que realizará a conferência das condições de execução, qualidade dos serviços prestados e atendimento das exigências contratuais.
O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão do atendimento solicitado, para verificação da conformidade dos serviços executados.
O recebimento definitivo ocorrerá mediante ateste do fiscal do contrato e/ou responsável pela unidade atendida, após verificação da adequada execução dos serviços.
Nos serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, o recebimento definitivo ficará condicionado à apresentação do respectivo laudo bacteriológico emitido por laboratório responsável.
Caso sejam constatadas irregularidades, falhas na execução, danos às instalações ou desconformidades com as exigências deste Termo de Referência, a contratada será notificada para correção imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
A contratada será responsável pela adequada limpeza e organização do local após a execução dos serviços, bem como pela coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de recusar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e exigências previstas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 839.991,45 (oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo

6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;

• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. Nos casos considerados emergenciais, especialmente situações que envolvam risco sanitário, retorno de esgoto, transbordamentos, impossibilidade de utilização de sanitários ou comprometimento do funcionamento das unidades municipais, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da Administração.
Para os demais atendimentos não emergenciais, o prazo máximo para execução dos serviços será de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação da Administração, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.

9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 04 – Administração; 07 – Infra Estrutura; 08 – Educação; 09 – Saúde; 10 – Assistência Social; 12 – Desenvolvimento Econômico; 14 – Cultura e Turismo

Classificação Orçamentária:
33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA;

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 02 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***MCS AMBIENTAL DESENTUPIDORA LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:868DBAD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2026

Ref. Pregão nº 079/2026 – Decoração Natalina – 12.283/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa NAIZ & SILVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº28.636.965/0001-94 com sede à Avenida Manoel Ribas, nº494,

Centro, CEP nº85.580-000 , fone nº(46)98802-3093,(46)98823-6300, e-mail nilsonnaiz@hotmail.com , na cidade de Itapejara D´Oeste - PR, representada pelo Senhor NILSON NAIZ , mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de decoração natalina, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 079/2026, devidamente homologado pelo Município em 08/09/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	RL	50,00	72552	Mangueira luminosa em leds, 13mm de diâmetro, corte a cada metro, com minimo de 36 leds por metro com estrobinhos. Cada metro contém 6 estrobinhos e 30 leds fixos. Leds deitados para uma visão em 360 graus. Potência mínima: 3w/mt. Uso interno/externo. Mangueira de 2 fios. Tensão 220volts. Rolo com 100 metros contendo: 5 cabos de força, 5 emendas (conectores de interconexão) e 5 capas de terminação 13mm. Ip-44, o contratante escolherá entre as cores: cores a escolher podendo ser branco quente, branco frio, azul, vermelho, verde	517,35	25.867,50	GLOBAL
2	und	500,00	72553	Cordão de LED alternadoblindado(pisca pisca), composto por no mínimo 3 linhas de fiação com 2mm de espessura, com mínimo de 10 metros de comprimento, com 100 lâmpadas de 7mm, sendo que, a cada 4 LEDs fixos da cor escolhida, o quinto pisca branco frio, tomada macho e fêmea e conector blindado, mínimo Ip-44 para o cordão, fonte retificadora mínimo ip-65 retangular blindada, resistente à água, de aproximadamente 6,5x2,5cm, mínimo 12w de potência, 220V, na cor branco quente (off White).	16,88	8.440,00	WT

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 34.307,50 (trinta e quatro mil, trezentos e sete reais e cinquenta centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a

nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;

• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 15 dias corridos dias, contados a partir da emissão da autorização de compras.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 14 – Cultura e Turismo;
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 08 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	
Prefeito Municipal De Rolândia	***NAIZ & SILVA LTDA***

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:8424360B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2026

Ref. Pregão nº 079/2026 – Decoração Natalina – 12.283/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa HAUSE NEON PAINÉIS LUMINOSOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº47.782.287/0001-12 com sede à Avenida Tiradentes, nº4555, Jardim Rosicler, sala 01, CEP nº86072-000, fone nº(43)3374-8022, (43) 3374-8004, e-mail licitacao01@admlicitacao.com.br, na cidade de Londrina - PR, representada pelo Senhor LUCAS DIAS DE OLIVEIRA , mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de decoração natalina, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 079/2026, devidamente homologado pelo Município em 08/09/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
3	und	300,00	72554	Cascata mínimo de 400 leds, lâmpadas de no mínimo 5mm e máximo de 7mm, fixa, fio branco c/ diâmetro 1,8 mm bivolt, com mí3nimo de67 caídas: 100cm; 70 cm; 50 cm, uso externo, 31v. Potência mínima: 19 watts. Tomada m/f, fonte blindada e separada da tomada/pino, mínimo de 10 metros . Ip-44. Na cor branco quente.	59,00	17.700,00	ATIVA LED

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.

Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).
O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo

6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;

• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 15 dias corridos dias, contados a partir da emissão da autorização de compras.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 14 – Cultura e Turismo;
Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 08 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***HAUSE NEON PAINÉIS LUMINOSOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Cultura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:32230778

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2025

Ref. Pregão Eletrônico nº 114/2025

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Ailton Aparecido Maistro, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa GP GUASTI DE OLIVEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 18.856.135/0001-19, com sede à Rua Espanha, nº 714, Centro, na cidade de Cambé – PR, CEP 86.181-050, Fone (43) 99925-9573, e-mail giguasti@hotmail.com, representada pela Senhora GIOVANA POLÔNIO GUASTI DE OLIVEIRA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/21 e o art. 55 do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.
Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 16/09/2026, o presente aditivo terá vigência de 17/09/2026 a 16/09/2027.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
1	SER	2.000,00	70730	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VETERINÁRIO DE MICROCHIPAGEM (IMPLANTAÇÃO DE MICROCHIP SUBCUTÂNEO) EM CÃES E GATOS, DE AMBOS OS SEXOS, EM ANIMAIS ERRANTES E PERTENCENTES A TUTORES EM VULNERABILIDADE SOCIAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, COM FORNECIMENTO DE AGULHA, APLICADOR E MICROCHIP PELA EMPRESA	37,00	74.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 15 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***GP GUASTI DE OLIVEIRA ME***

TESTEMUNHAS:

_____ MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	_____ LUCAS OLIVEIRA SCHAUFF
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:4BBA5FA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 104, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 104, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Altera os Membros da Comissão Intersetorial de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência do Município de Salgado Filho-Pr.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.742/93, bem como o estabelecido nas Leis Municipais nº 29/2009, nº 48/2017 alterada pela Lei Municipal nº 51/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros que compõe a Comissão Intersetorial de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência do Município de Salgado Filho.

NOME	REPRESENTAÇÃO
EDSON CAPPELIN LUCAS HENRIQUE SCHOENINGER	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
MARIA EDILEUZA SOBRAL DINIZ LICIANE ROSA DAPPER	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ALEXANDRA ALVES (1ª secretária) MARILISE DIAS KLEIN	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DANIELI BORTOLINI PAULA JOZIANE PICINI	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SILVANA TEREZA WELTER ANA LUIZA BONETTI VESCOVI (Coordenadora geral)	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NEOMAR SEVERO CLEONISE ANA KLEIN LUCIMARA HUDSON NUNES WENER SANTOS ARCOVERDE TEREZINHA FÁTIMA DA ROCHA	CONSELHO TUTELAR
ELAINE PADUAN JUSSARA APARECIDA RODRIGUES DIAS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
JOICELENE DA GLÓRIA DE OLIVEIRA (vice coordenadora) ANGELA MARIA MAZZARO DE CAMARGO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA ESTADUAL PADRE ANCHIETA - APMF
NEUZA KRAUSE ALCIDES PILATTI	ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA
MARILENE RIMOLDI CELANTE SANDRA DE ABREU	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO Á MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA
EDER LUIZ BACKOF FABIO ANTÔNIO RODRIGUES	POLÍCIA MILITAR
ELAINE ALVES MACIEL TAFAREL ELAINE RODRIGUES	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 101, de 09 de setembro de 2026.
Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/2026.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:9CD8473F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA - DISPENSA Nº 04/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA O VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR, COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS COMPLETA, GUINCHO, CHAVEIRO, TROCA DE PNEUS E COBERTURA DE VIDROS COMPLETA, COBERTURA TOTAL (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), COBERTURA DE DANOS A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, FRANQUIA OBRIGATÓRIA NORMAL, ENTRE OUTROS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

DADOS DO PROPONENTE					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
CIDADE E CEP:					
TELEFONE:					
E-MAIL:					
BANCO:		AG.:		CONTA:	

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	PREÇO (R$)
1	Emissão de apólice de seguro automotivo para o veículo oficial Volkswagen Voyage, ano/modelo 2013/2013, placa AXJ-3353, com vigência de 01 (um) ano, contemplando assistência 24 (vinte e quatro) horas, cobertura compreensiva, responsabilidade civil por danos a terceiros, acidentes pessoais de passageiros, carro reserva, cobertura de vidros e reboque, conforme especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. Coberturas e valores máximos de indenização: • Resp. Civil Danos Materiais: R$ 200.000,00; • Resp. Civil Danos Corporais: R$ 200.000,00; • Resp. Civil Danos Morais /Estéticos: R$ 50.000,00; • Acidentes Pessoais de Passageiros - Morte: R$ 50.000,00; • Acidentes Pessoais de Passageiros - Invalidez: R$ 50.000,00; • Acidentes Pessoais de Passageiros - Despesas Médico-Hospitalares: R$ 10.000,00; • Colisão/incêndio/roubo/furto: 100% Tabela FIPE; • Carro reserva 30 dias ou mais; • Vidro básico; • Reboque ilimitado;	SERV	1	
Valor da contratação:				

OBSERVAÇÃO:

1) As condições de execução do serviço são descritas detalhadamente no Termo de Referência, e devem ser cuidadosamente consideradas no momento da elaboração das propostas

Essa proposta tem validade de 180 dias nos termos do In 73/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão. O responsável pela elaboração da proposta declara ciência das condições das especificações dos serviços.

…….. Assinatura **Representante Legal do Proponente** **CPF do Representante:**..... **Local:** …….. **Data:** ……..….....	**Carimbo com CNPJ**

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:5009FC3A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 614/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.538/2022.

I – Secretaria Municipal de Administração

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Luiz Gabriel Ottenio Mossato	Chefe de Gabinete	Curitiba – PR	TBY-2I18	Cumprir Agenda institucional junto ao TCE/PR	R$ 140,00	17/09/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:233EC100

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 619/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.538/2022.
I – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Publicos

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	João Vitor Rochs Barbosa	Secretário de Obras, Viação e Serviços Publicos	Cornélio Procópio – PR	UBR-0G96	Participar de Palestra sobre o Programa Bim Paraná	R$45,00	17/09/2026

I – Secretaria Municipal de Industria e Comércio

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Leandro de Oliveira Silva	Secretaria Municipal de Industria e Comércio	Cornélio Procópio – PR	UBR-0G96	Participar de Palestra sobre o Programa Bim Paraná	R$45,00	17/09/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de Setembro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:5DABD34A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026/CMSL

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/09/2026.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.491.938/0001-14, com sede à Av. do Rosário, 230, Centro, CEP 85.975-000, Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná declara **INEXIGÍVEL** o Processo de Licitação, fundamentado pelo art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 inciso III alínea " f ", a favor da empresa **RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA**, com sede em Itapema/SC, na Rua 319, Nº 225, Apt.: 801; Edif.: Porto Príncipe, CEP 88.220-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.094.483/0001-73 e registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41208200201, para a Contratação de Curso de Capacitação visando à participação de 06 (seis) vereadores e 02 (dois) servidores da Câmara Municipal de Santa Lúcia/PR no curso **SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA: RESPONSABILIDADES DOS VEREADORES, ASSESSORES, SERVIDORES E DO CONTROLE INTERNO NA DEFESA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E DA INTEGRIDADE INSTITUCIONAL POR MEIO DO PROLEGIS** no valor de **R$ 22.320,00 (vinte e dois mil, trezentos e vinte reais)** conforme abaixo descrito:

RAS - CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

1	1	Contratação de empresa especializada para capacitação dos vereadores/servidores por meio do curso **SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL - PROTEÇÃO DE DADOS, PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS E FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA: RESPONSABILIDADES DOS VEREADORES, ASSESSORES, SERVIDORES E DO CONTROLE INTERNO NA DEFESA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E DA INTEGRIDADE INSTITUCIONAL POR MEIO DO PROLEGIS**			SR	08 (oito)	R$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais)	R$ 22.320,00 (vinte e dois mil, trezentos e vinte reais)
TOTAL								R$ 22.320,00 (vinte e dois mil, trezentos e vinte reais)

Publique-se.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente da Câmara Municipal de Santa Lúcia

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:A14EAA96

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 172/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO 172/2026
De 15 de setembro de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar no orçamento vigente no valor R$ 446.648,73 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Três Centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264 de 24/11/2025.

DECRETA
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 446.648,73 (Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Três Centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2006	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	
04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0006.2028	Manutenção do Ensino de Educação Infantil CMEI/CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
12.365.0006.2031	Manutenção do Ensino de Educação Infantil - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1880	00101-Fundeb 60%	27.000,00
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
740	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1330	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
12.365.0006.2031	Manutenção do Ensino de Educação Infantil - FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1890	00101-Fundeb 60%	5.000,00
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
760	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

1150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1360	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
780	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1390	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12.361.0006.2025	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1550	00101-Fundeb 60%	3.960,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1310	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1490	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
06.002	DEPTO. DE CULTURA	
13.392.0015.2038	Incentivo ao Desenvolvimento de Práticas Culturais	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.392.0015.2039	Apoio a Eventos e Promoções Culturais	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
	SUBTOTAL	138.960,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.606.0010.2061	Programa Porteira Adentro	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.500,00
	SUBTOTAL	38.500,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3640	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	22.087,73
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4040	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.301.0007.2078	Ações Estratégia Saúde da Família	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3830	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	40.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4060	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4080	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3710	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
10.122.0007.2065	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3030	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
	SUBTOTAL	142.087,73
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.782.0012.2109	Manutenção de Rede de Estradas Municipais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0008.2115	Praças Bosques e Parques	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.601,00
15.451.0008.2118	Manutenção e Conservação de Vias Urbanas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5890	00511-Taxas - Prestação de Serviços	11.500,00
	SUBTOTAL	55.101,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	18.000,00
	SUBTOTAL	23.000,00
	TOTAL	446.648,73

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos proveniente do Cancelamento total/parcial das Seguintes dotações orçamentárias a seguir:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2006	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	22.601,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	26.601,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	
04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
730	00000-Recursos Ordinários (Livres)	54.000,00
12.361.0006.2017	Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
950	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	7.000,00
12.361.0006.2025	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1510	00101-Fundeb 60%	17.000,00
1520	00102-Fundeb 40%	2.960,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1540	00101-Fundeb 60%	1.000,00
12.361.0006.2016	Laboratório de Informática e Educação Conectada	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.365.0006.2031	Manutenção do Ensino de Educação Infantil - FUNDEB	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1900	00101-Fundeb 60%	15.000,00
12.361.0006.2017	Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
06.002	DEPTO. DE CULTURA	
13.392.0015.2038	Incentivo ao Desenvolvimento de Práticas Culturais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
13.392.0015.2039	Apoio a Eventos e Promoções Culturais	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
2180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	138.960,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0009.2052	Preservação de Rios e mananciais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
20.606.0010.2059	Incentivo a Industrialização da Agricultura	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
20.606.0010.2062	Calagem e Conservação de Solos	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
18.541.0009.2046	Preservando Agua Boa - Parcerias Itaipu	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
2300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
18.541.0009.2052	Preservação de Rios e mananciais	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
20.606.0010.2059	Incentivo a Industrialização da Agricultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
20.606.0010.2136	Compra Direta da Agricultura Familiar	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

2880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
20.606.0010.1055	Construção de Poços Artesianos	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
20.606.0010.2061	Programa Porteira Adentro	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	37.500,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3650	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	60.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
10.244.0007.2068	Manutenção do Conselho de Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3130	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3210	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.087,73
10.122.0007.2065	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3010	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3360	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.244.0007.2068	Manutenção do Conselho de Saúde	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3140	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
10.301.0007.2072	Programa Academia da Saúde	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3620	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00
	SUBTOTAL	141.087,73
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0005.1089	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0005.2101	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
5170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
08.241.0005.2097	Apoio a Entidade de Assistência ao idoso	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.122.0002.2103	Manutenção do Departamento de Transportes	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
5350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
26.782.0012.1106	Construção e Manutenção do Pátio de Maquinas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0008.2118	Manutenção e Conservação de Vias Urbanas	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
5860	00511-Taxas - Prestação de Serviços	3.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5870	00511-Taxas - Prestação de Serviços	8.500,00
15.451.0008.2115	Praças Bosques e Parques	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
5770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	34.500,00
11	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
11.001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
09.272.0002.2119	Encargos com Inativos e Pensionistas	
3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	
5960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
6210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
13.695.0014.2043	Apoio ao Turismo	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	19.000,00
	TOTAL	446.648,73

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:74CE4294

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 173/2026 DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO 173/2026 De 15 de setembro de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar de provável excesso no orçamento vigente no valor R$ 488.136,08 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Mil, Cento e Trinta e Seis Reais e Oito Centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.
DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 488.136,08 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Mil, Cento e Trinta e Seis Reais e Oito Centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	
04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	38.281,65
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	168.281,65
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
1340	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	83.034,02
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1370	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1400	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
810	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	178.034,02
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3640	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	52.820,41
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4510	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	10.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	

3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3280	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3190	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3301	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	2.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4081	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	1.000,00
10.304.0007.2084	Ações da Vigilância Sanitária	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4381	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	1.000,00
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4570	01051-Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	2.000,00
	SUBTOTAL	86.820,41
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0005.2101	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00

	SUBTOTAL	15.000,00
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.122.0002.2103	Manutenção do Departamento de Transportes	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.122.0002.2111	Manutenção do Departamento de Serviços urbanos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	25.000,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
6120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
	TOTAL	488.136,08

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme demonstrativo em anexo e integrante desta Lei, de acordo com o Inciso II do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.2.1.02.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO	472.136,08
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	12.000,00
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00.00.00	PISO DA ENFERMAGEM	4.000,00
	TOTAL	488.136,08

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:68B82A0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 079/2026, elaborado na Modalidade **Pregão Eletrônico** nº 029/2026, que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLAYGROINDS NO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, CONFORME CONVÊNIO Nº 983128/2025",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

• **ROTOCYCLE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n.º 34.914.897/0001-80, localizada na Rua Atilio Bigoto, n°86, Nova Aliança - SP.

LOTE 01					
Item	**Nome do produto/serviço**	**Quantidade**	**Unidade**	**Preço máximo**	**Preço máximo total**
1	PLAYGROUND COM TORRE confeccionada em estrutura de madeira plástica medindo 1,00 x 1,00 metros com cobertura formato redondo em plástico roto moldado formato de telha colonial medindo aproximadamente 4.85 de circunferência, 0.75m de raio 0.60m de altura com encaixe das colunas embutidas, sendo colunas em madeira plástica medindo 9,00 x 9,00cm com reforço interno tipo cruzeta, na cor itaúba, plataforma em plástico roto moldado medindo 1,00 x 1,00 (H 1,20). 1.2 - Torre confeccionada em estrutura de madeira plástica medindo 1,00 x 1,00 metros, sendo colunas em madeira plástica medindo 9,00 x 9,00cm com reforço interno tipo cruzeta, na cor itaúba, plataforma em plástico roto-moldado medindo 1,00 x 1,00 (H 0,80) com 02 pinheiros decorativos e 02 pirulitos decorativos em plástico roto moldado. 1.3 - Bombeiro de disco com estrutura tubular e discos coloridos em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.4 - Escada com quatro degraus e proteção em plástico roto moldado, com corrimão em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.5 - Escada vertical com 04 degraus em plástico roto moldado. (medidas a definir).	2,00	UN	71.178,00	142.356,00

	1.6 - Teia de aranha em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.7 - Escorregador baby em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.8 - Tobogã em plástico roto moldado medindo 3,00m com altura de 2,20m contendo bordas e ponteiras em plástico roto moldado. 1.9 - Acesso de nível em plástico roto moldado com proteção nas laterais comprimento entre as torres de 1,20 x 0,80 de largura. 1.10 - Jogo da velha em plástico roto moldado e estrutura metálica (medidas a definir). 1.11 - Circuito de discos completo (medidas a definir). 1.12 - Trevo decorativo medindo 0,67cm x 0,67 cm fixado a torre. 1.13 - Tunel em plástico roto moldado com espessura de 5,5mm, com bordas em plástico roto moldado com torres em madeira plastica fixada as bordas e 2 coqueiros decorativos (medidas a definir). 1.14 - Foguete com escada interna modelo trepa-trepa com altura total 3,50m, diâmetro de 0,80m, cone 1,33 x 0,80 fixado na torre com 03 bordas, contendo: 02 túneis com 03 saídas 1,75 x 1,75 x 0,80, 01 cone 1,33 x 0,80, 03 bordas em plástico roto moldado 1,00 x 1,00, 01 escada interna, 02 colunas decorativas, 02 pinheiros decorativos. 1.15 - Escorregador caracol em plástico roto moldado, contendo 01 acesso com degraus embutidos para seção de deslizamento, proteções laterais e sessão de saída em plástico roto moldado, 01 eixo central e 02 pés (medidas a definir). 1.16 - Escorregador duplo em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.17 - Escorregador curvo em plástico roto moldado, com portal em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.18 - Escorregador modelo concha em plástico roto moldado de deslizamento (medidas a definir). 1.19 - Túnel central suspenso com 04 saídas, fixado em 04 torres com bordas embutidas (medidas a definir). 1.20 - Rampa de escalada em plástico roto moldado (medidas a definir). 1.21 - Balanço baby medindo 2,50 x 2,10 x 1,70 com estrutura tubular, travessa feita com tubo de 2ll, com 02 assentos baby em plástico roto moldado. 1.22 - Balanço teen medindo 2.50X2.10X1.70 com estrutura tubular, medindo travessa feita com tubo de tubo 2II com 02 assentos teen em plástico roto moldado.				
TOTAL					**142.356,00**

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 15 de setembro de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:57C0C145

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 090/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 090/2026

OBJETO: A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a operacionalidade e segurança da frota de veículos pesados da Secretaria de Saúde de Santo Antônio do Sudoeste PR, composta por ambulâncias e caminhões essenciais ao transporte de pacientes e insumos. A manutenção especializada não pode ser suprida diretamente pela estrutura municipal, seja pela complexidade técnica, seja pela inviabilidade de equipe própria. O credenciamento é a modalidade mais adequada por se tratar de serviço continuado com demanda variável, permitindo múltiplos prestadores e ampliando a capacidade de atendimento.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Lote: 01						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	30381	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo AMBULÂNCIA RENAULT para veículos placas: AZM-0887, AXJ-8145, AZL-5183, AYJ-2433, BDM-3B19, TBI-5B46, UBW-9F03, UBY-8I66,UBW-9F02, TBZ-5C89.	1,00	UN	100.000,00	100.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 8%
2	30382	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo AMBULÂNCIA RENAULT para veículos placas: AZM-0887, AXJ-8145, AZL-5183, AYJ-2433, BDM-3B19, TBI-5B46, UBW-9F03, UBY-8I66, UBW-9F02, TBZ-5C89.	500	HORAS	252,83	126.415,00
TOTAL DO LOTE						**226.415,00**
Lote: 02						
Item	Código do produto/	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total

	serviço					
1	30383	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo MICRO ONIBUS para veículos placas:BEU-7D21.	1,00	UN	80.000,00	80.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 10%
2	30384	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo MICRO ONIBUS para veículos placas: BEU-7D21.	300	HORAS	293,78	88.134,00
TOTAL DO LOTE						**168.134,00**
Lote: 03						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	30385	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo MICRO ONIBUS MARCOPOLO para o veículo placa: BBM-8679, TAI-5J86.	1,00	UN	100.000,00	100.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 10%
2	30386	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo MICRO ONIBUS MARCOPOLO para veículos placas: BBM-8679, TAI-5J86.	300	HORAS	292,11	87.633,00
TOTAL DO LOTE						**187.633,00**
Lote:04						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	30387	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo MICRO ONIBUS RENAULT/MASTER para veículos placas: TBZ-6G39, UBY-8I15, UBY-8I26, UBU-5J02.	1,00	UN	150.000,00	150.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 10%
2	30388	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo MICRO ONIBUS RENAULT/MASTER para veículos placas: TBZ-6G39, UBY-8I15, UBY-8I26, UBU-5J02.	500	HORAS	266,58	133.290,00
TOTAL DO LOTE						**283.290,00**
Lote: 05						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	30389	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo VAN SPRINTERM E CITROEN para veículos placas: BDE-7C60.	1,00	UN	80.000,00	80.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 12%
2	30390	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo VAN SPRINTERM E CITROEN para veículos placas: BDE-7C60.	300	HORAS	259,08	77.724,00
3	30391	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo RENAULT VAN MASTER NIKS 16P, placa: SER 7C62, TBA-6J42, UBY-8I26, UBU-5J02, UBY-8I15, UBU-5J26, TBZ-6G39.	1,00	UN	150.000,00	150.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 10%
4	30392	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados RENAULT VAN MASTER NIKS 16P, placa: SER 7C62, TBA-6J42, UBY-8I26, UBU-5J02, UBY-8I15, UBU-5J26, TBZ-6G39.	500	HORAS	260,33	130.165,00
TOTAL DO LOTE						**437.889,00**
Lote: 06						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	30393	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo ONIBUS MARCOPOLO para veículos placas: TAI-6A14.	1,00	UN	80.000,00	80.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 10%
2	30394	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo ONIBUS MARCOPOLO para veículos placas: TAI-6A14.	300	HORAS	305,44	91.632,00
TOTAL DO LOTE						**171.632,00**
Lote: 07						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	30395	Peças para manutenção corretiva e preventiva de mecânica em veículos pesados modelo ONIBUS VOLKSWAGEN para veículos placas: BBT-4402.	1,00	UN	80.000,00	80.000,00 Percentual de desconto Tabela AUDATEX: 10%
2	30396	Serviço de mecânica corretiva e preventiva em veículos pedados modelo ONIBUS VOLKSWAGEN para veículos placas: BBT-4402.	300	HORAS	305,44	91.632,00
TOTAL DO LOTE						**171.632,00**
TOTAL						**1.646.625,00**

Homologo a presente licitação,
Santo Antônio do Sudoeste, em 15/09/2026.

JOSE DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:251AE7E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 227/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o capítulo V, artigos 102 à 109 da Lei 571/2003 de 30/12/2003 - Das Férias

Considerando os requerimentos do servidores municipais, e o ofícios dos Departamentos e Secretarias .
Considerando o disposto na seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Título IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012:

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER FÉRIAS aos Servidores Municipais abaixo relacionados, conforme respectivos períodos de aquisição e gozo.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
521	ANA CLAUDIA GODINHO	ENFERMEIRO	12/08/2013	12/08/2024 à 11/08/2025	08/09/2026 à 07/10/2026
521	ANA CLAUDIA GODINHO	ENFERMEIRO	12/08/2013	12/08/2025 à 11/08/2026	08/10/2026 à 06/11/2026
1906	DIRNEY CRUZ DE SOUZA	CONTADOR	01/04/2025	01/04/2025 à 31/03/2026	21/09/2026 à 05/10/2026
1804	EVANE DA SILVA	TECNICA EM ENFERMAGEM	03/03/2020	03/03/2025 à 02/03/2025	01/09/2026 à 30/09/2026
442	LEANDRO LUIZ PEREIRA	AGENTE DE ENDEMIAS	01/08/2011	01/08/2025 à 31/07/2026	21/09/2026 à 05/10/2026
347	TANIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/05/2024	02/05/2025 à 01/05/2026	30/09/2026 à 09/10/2026

Artigo 2º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para os servidores abaixo relacionados, conforme respectivo período de aquisição e gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003 e Titulo IV, Capítulo II, da Licença Especial Lei Municipal 756/2012.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
1804	EVANE DA SILVA	TECNICA EM ENFERMAGEM	03/03/2020	03/03/2020 à 03/03/2025	01/10/2026 à 29/11/2026

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 24 de Junho de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:CA7AD147

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 82/2026

PORTARIA N.° 82/2026

SÚMULA: CONCEDE LICENÇAS-PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nos termos do Art. 98 da Lei Municipal 07/1993, conceder Licença-Prêmio aos servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Servidor	Admissão	Período	Período de Fruição	Cargo	Lotação
193	Valdemar Bispo Nascimento	12/09/2003	2013-2018	17/09/2026 a 16/10/2026	Aux. Serviços Gerais A	D.V.O.U.
110	José Carlos Bispo Nascimento	03/05/2001	2016-2021	21/09/2026 a 20/10/2026	Agente Serviços Gerias B	D.V.O.U.
302	Adriana Liutti Rigoni	01/08/2008	2018-2023	01/10/2026 a 29/12/2026	Nutricionista	Sec. Municipal de Educação

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná – Pr, em 15 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:BE9FFB15

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026
CONTRATO Nº 216/2026 – ID: 10848

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**MEDPLAN PLANTÕES MÉDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**28.579.882/0001-00**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime**

	de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr.
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 216/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no "*Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de médico generalista em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/Pr*. **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula III do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:AEC8C501

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026 CONTRATO Nº173/2026 – ID 10805

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**CLÍNICA MÉDICA E TRAUMATOLÓGICA DE MANDAGUARI LTDA**
CNPJ/CPF:	**05.672.434/0001-51**
OBJETO:	Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR.
ADITIVO	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 173/2026, firmado com base no Chamamento Público nº 05/2025, cujo objeto consiste no Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recessos e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR. **CLÁUSULA II - DA PRORROGAÇÃO** 2.1 Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, sendo de 26 de setembro de 2026 a 25 de março de 2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da Cláusula II do contrato originário.
ASSINATURA	**09 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:44DBEC70

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5188/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5470	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
10.005	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VEICULAR	
10.301.0015.2058	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO VEICULAR SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6040	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
	SUBTOTAL	130.000,00
	TOTAL	130.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5530	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
10.005	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VEICULAR	
10.301.0015.2058	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO VEICULAR SAUDE	

3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
6030	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	30.000,00
	SUBTOTAL	130.000,00
	TOTAL	130.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 15/09/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:1D01A071

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

O Município de Sertanópolis, por intermédio do seu Departamento Municipal de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 14.399/2022, no Decreto Federal nº 11.740/2023, no Decreto Federal nº 11.453/2023 (Art. 17, IV) e na Lei Federal nº 14.903/2024, torna pública a RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, visando ampliar a o período de análise de mérito, conforme abaixo discriminado:

1. **DA RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA**

Em decorrência da prorrogação do prazo de inscrição, o cronograma de execução do edital passa a vigorar com novas datas:

ONDE SE LÊ:

FASE 2 – AVALIAÇÃO DO MÉRITO	
Publicação dos Aprovados na fase de Avaliação e Convocação para Apresentação dos Documentos da fase de Habilitação	15/09/2026
Prazo para Recursos	16/09/2026 a 18/09/2026
Publicação da Análise dos Recursos	22/09/2026
FASE 3 - HABILITAÇÃO	
Prazo para Habilitação	23/09/2026 a 28/09/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	05/10/2026
Prazo para Recursos	06/10/2026 a 09/10/2026
Publicação da Análise dos Recursos e resultado final	13/10/2026
FASE 4 – ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO	
Início Chamada para assinatura dos Termos de Execução Cultura	14/10/2026 a 23/10/2026

LEIA-SE (NOVO CRONOGRAMA):

FASE 2 – AVALIAÇÃO DO MÉRITO	
Publicação dos Aprovados na fase de Avaliação e Convocação para Apresentação dos Documentos da fase de Habilitação	17/09/2026
Prazo para Recursos	18/09/2026 a 22/09/2026
Publicação da Análise dos Recursos	25/09/2026
FASE 3 - HABILITAÇÃO	
Prazo para Habilitação	23/09/2026 a 06/10/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	13/10/2026
Prazo para Recursos	14/10/2026 a 16/10/2026
Publicação da Análise dos Recursos e resultado final	21/10/2026
FASE 4 – ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO	
Início Chamada para assinatura dos Termos de Execução Cultura	A partir de 26/10/2026

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas, regras e anexos do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

Sertanópolis/PR, 15 de setembro de 2026.

SUZIANE ANDREA TOTTI AGUILERA
Diretora do Departamento de Cultura e Turismo

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:E9B0A3CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 90037/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90037/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Fórmulas Alimentares (Dietas enterais e Fórmulas Infantis), destinados a secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 54.388.779/0001-93, com sede na Rua Pioneiro Arlindo Pedralli, nº 1009, salas 04 e 05, Jardim Santa Helena, CEP: 87.083.327, Maringa/PR.
Valor total: R$ 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais).

EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVICOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	FÓRMULA NUTRICIONAL LIQUIDA ISOSOURCE 1.5 FÓRMULA NUTRICIONAL LIQUIDA PARA DIETA ORAL E ENTERAL, Fórmula líquida, nutricionalmente completa para nutrição enteral com alta concentração calórica aliada ao mix de proteínas, sem glúten e lactose, vitaminas e minerais, fórmula hipoalergênica, mínimo de 1.5 kcal/mL. Embalagem com no mínimo 1 litro. REFERÊNCIA: ISOSOURCE 1.5	NVTRO 1.5 / NVTRO — Embalagem mín. 1L	UN	3.000,00	23,90	71.700,00
TOTAL							71.700,00

CONTRATADA: Mais Saúde Maringá Produtos Médicos e Nutricionais Ltda, inscrita no CNPJ Nº 29.715.704/0001-22, com sede na Av. Cidade de Leiria, 493 Sala 2 Zona 1 – Maringá/PR CEP. 87013-280.
Valor total: R$ 137.483,00 (cento e trinta e sete mil e quatrocentos e oitenta e três reais).

MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	FÓRMULA NUTRICIONAL LIQUIDA, ISOSOURCE 1.2 SOYA FIBER FÓRMULA NUTRICIONAL LIQUIDA PARA DIETA ORAL E ENTERAL, formula líquida para nutrição enteral e/ou oral com fibras, normocalórica, normoproteica (densidade calórica 1,2 kcal/ml). Proteína de soja 100% e mix de fibras. Sem adição de sacarose, lactose e gluten. Sabor Baunilha, embalagem tetra pak 1000ml=1200lcl/l. REFERENCIA ISOSOURCE 1.2 SOYA FIBER	ISOSOURCE SOYA FIBER 1 L NESTLE	UN	1.000,00	20,00	20.000,00
1	5	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE VIDA FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE VIDA, Fórmula nutricionalmente completa, a base de proteínas lácteas, com DHA e ARA, probióticos e nucleotídeos, com baixo teor de sódio e sem adição de açúcar, glúten e aromatizantes, lata com 800g. REFERÊNCIA: APTAMIL 1	NAN COMFOR1 800G NESTLÉ	UN	500,00	33,41	16.705,00
1	6	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES DE VIDA Fórmula nutricionalmente completa, a base de proteínas lácteas, com DHA e ARA, probióticos e nucleotídeos, com baixo teor de sódio e sem adição de açúcar, glúten e aromatizantes, lata com 800g. REFERÊNCIA: APTAMIL 2	NAN COMFOR 2800G NESTLE	UN	500,00	32,89	16.445,00
1	7	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES nutricionalmente completa, com amido modificado para redução da regurgitação/refluxo, contendo probióticos, isenta de glúten, acondicionada em lata com 800 g. Referência: Aptamil AR	NAN AR 800G NESTLE	UN	500,00	64,05	32.025,00
1	8	FÓRMULA INFATIL EM PÓ PARA LACTENTES E CRIANÇAS ENTRE 0 A 03 ANOS destinada a necessidades dietoterápicas específicas de indivíduos com restrição de lactose, isenta de lactose e de glúten, nutricionalmente completa, enriquecida com DHA, ARA, taurina e nucleotídeos, acondicionada em lata com conteúdo mínimo de 800 g, podendo ser ofertadas 2 latas de 400 g equivalentes a 1 lata de 800 g. Referência: Aptamil SL	NAN SL 400G NESTLE	UN	500,00	75,60	37.800,00
1	10	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ENTERAL INDICADA PARA CRIANÇAS DE 3 A 10 ANOS, normocalórica, enriquecida com vitaminas e minerais, contendo ômega-3, isenta de glúten, sabor baunilha, acondicionada em lata com conteúdo mínimo de 800 g. Referência: Trophic Junior	ASCENDA 800G SEM SABOR NESTLE	UN	300,00	48,36	14.508,00
TOTAL							137.483,00

CONTRATADA: MN NUTRIÇÃO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ Nº 29.496.518/0001-40, com sede na Rua General Osorio, 3012 - Fundos, Centro, CEP 85802-070 – Cascavel/PR.
Valor total: R$ 121.276,00 (cento e vinte e um mil e duzentos e setenta e seis reais).

MN NUTRIÇÃO LTDA - ME							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	4	FÓRMULA PARA NECESSIDADES ESPECÍFICAS, PREGOMIN PETPI FÓRMULA PARA NECESSIDADES ESPECÍFICAS, Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância com proteína extensamente hidrolisada, restrição de lactose, DHA, ARA, taurina e nucleotídeos. Atende necessidades especificas, lata com no mínimo 400g. REFERENCIA: PREGOMIN PETPI.	PREGOMIN PEPTI DANONE	UN	500,00	105,00	52.500,00
1	9	FÓRMULA INFATIL EM PÓ PARA LACTENTES E CRIANÇAS ENTRE 0 A 12 MESES DE IDADE, Destinada a necessidades dietoterápicas especificas, a base de soja e sem proteínas lácteas, sem adição de açúcar e glúten, para dieta semi-elementar e hipoalergênica, enriquecida com DHA + ARA, taurina e nucleotídeos, lata com quantidade mínima 800g. REFERÊNCIA: APTAMIL SOJA	APTMAIL SOJA DANONE	UN	300,00	72,72	21.816,00
1	11	FÓRMULA NUTRICIONAL PARA DIETA ENTERAL/ORAL 1 A 10 ANOS Alimento para suplementação enteral/oral, normocalórico, normoproteico e normolipídico. Indicado para crianças de 1 a 10 anos, 100% proteína animal. Isento de lactose, sacarose, fibras e glúten. Embalagem até 400 gramas. Referência: ISOSOURCE/NUTREN JUNIOR	FORTINI PLUS DANONE	UN	1.000,00	46,96	46.960,00
TOTAL							121.276,00

CONTRATADA: NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 51.879.256/0001-51, com sede na José Reinaldo, n° 319; Bairro José Bonifácio, Erechim-RS, CEP: 99.701-664.
Valor total: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	3	FÓRMULA NUTRICIONAL EM PÓ TROPHIC BASIC FÓRMULA NUTRICIONAL EM PÓ PARA DIETA ORAL E ENTERAL Normocalórico, normoproteica, destinada a nutrição de adultos, isento de lactose, gluten, e sem adição de açucar, enriquecida vitaminas minerais, fórmula hpoalergênica, sabor baunilha, lata com quantidade mínima 800g. REFERENCIA: TROPHIC BASIC	EREMIX/ MEGAMIX PROTEIN BASIC 800G	UN	500,00	52,00	26.000,00
TOTAL							26.000,00

CONTRATADA: SUPRA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 53.741.290/0001-90, com sede na AV. 01, SN, QUADRA 6 LOTE 14 GALPAO PARTE A, PARQUE DAS LARANJEIRAS, FORMOSA- GO CEP: 73805-640
Valor total: R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

SUPRA LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	12	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ LATA DE 300G FÓRMULA INFANTIL EM PÓ LATA DE 300G nutricionalmente completa, hipercalórica e com proporção cetogênica 4:1, correspondendo a aproximadamente 90% do valor energético total proveniente de lipídios e 10% provenientes da soma de carboidratos e proteínas, adequada para indução e manutenção do estado de cetose nutricional indicada para terapia dietética de pacientes com epilepsia refratária e outras condições clínicas que requeiram dieta cetogênica, conforme prescrição médica. Produto destinado à alimentação enteral/oral, com composição balanceada de macronutrientes, enriquecido com vitaminas e minerais essenciais, isento de glúten, acondicionado em embalagem original do fabricante, lacrada, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega. Registro válido na ANVISA e atendimento às normas sanitárias vigentes. REFERENCIA KETOCAL 4:1	DANONE KETOCAL - 300G	LT	1.000,00	310,00	310.000,00
TOTAL							310.000,00

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais. Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 10 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:DB83EA23

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 90038/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90038/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição e instalação de persianas, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais.

CONTRATADA: GUEPPER PERSIANAS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.303.028/0001-00, com sede na Rua Pioneiro Olinto Mariani, 334, sala 05, Maringá, Estado do Paraná, CEP 87024-010.
Valor total: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

GUEPPER PERSIANAS LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Persiana horizontal em alumínio 25mmX0,21mm Persiana horizontal em alumínio 25mmX0,21mm, cor lisa a definir, com instalação inclusa. Observação: Metragem mínima 1,20m²	M²	100,00	128,00	12.800,00
TOTAL						12.800,00

CONTRATADA: INDUSTRIAS OXFORD LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.414.096/0001-38, com sede na Avenida VEREADOR SILVIO ALVES, Nº 140, PARQUE OURO VERDE - Paiçandu/PR - CEP 87140-000.
Valor total: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

INDUSTRIAS OXFORD LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	Persiana vertical, tecido blackout 100%, 90mm Persiana vertical, tecido blackout 100%, 90mm, cor a definir, com instalação inclusa. Observação: metragem mínima 1,50m²	M²	200,00	85,00	17.000,00
TOTAL						17.000,00

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais. Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 11 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:EB4B07EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 90040/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90040/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, mediante a disponibilização de micro-ônibus com capacidade mínima de 28 (vinte e oito) lugares, incluindo motorista habilitado e monitor escolar, para atendimento da Linha Escolar Rio da Areia de Cima, destinada ao transporte diário de alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Teixeira Soares – PR.

CONTRATADA: OLMIRA NILCI MINKS CORREIA DE MELO TRANSPORTES, inscrita no CNPJ Nº 58.647.406/0001-40, LOCALIDADE DO FAXINAL DOS MINEIROS, SN - ZONA RURAL, CEP: 84.530-000, TEIXEIRA SOARES – PARANÁ.
Valor total: R$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais).

OLMIRA NILCI MINKS CORREIA DE MELO TRANSPORTES						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

1	1	SERVIÇOS TRANSPORTE ESCOLAR Serviços de transporte escolar em micro-ônibus com capacidade mínima de 28 lugares, incluindo serviços de monitor escolar, para realização do transporte escolar ida e volta no município de Teixeira Soares. Partindo da Escola Rural Municipal Rio da Areia de Cima, atendendo as seguintes localidades: Vila Rica, Vila Pomba, Vila Rural, Mangueirinha, Alto da Pedra, Volta Grande, Assentamento, Faxinal dos Mineiros, nos períodos manhã, tarde e noite. PERCURSO ESTIMADO DIÁRIO: 150KM DIÁRIOS, COM 200 DIAS LETIVOS.	KM	30.000,00	6,80	204.000,00
TOTAL						204.000,00

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais. Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 11 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:71CD5AF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DE PROCEDIMENTO DE PRONTO PAGAMENTO Nº 05/2026

EXTRATO DO PROCEDIMENTO DE PRONTO PAGAMENTO Nº 05/2026
COMPRA/FORNECIMENTO (EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO)

OBJETO:

Aquisição e instalação de sistema de videomonitoramento (CFTV) para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, compreendendo o fornecimento de 03 (três) câmeras de monitoramento Full HD com captação de áudio, 05 (cinco) câmeras de monitoramento Full HD sem captação de áudio, 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) de 08 canais, com unidade de armazenamento de capacidade mínima de 2 TB, bem como a prestação dos serviços de instalação, passagem e organização do cabeamento, configuração, integração, testes e colocação do sistema em pleno funcionamento, incluindo todos os cabos, conectores, fontes, suportes, acessórios, materiais e demais componentes necessários à completa execução do objeto.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
Resolução nº 09/2023 – Procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento.

DETALHAMENTO, DEFINIÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADE:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT CATSERV	UND	QDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**CÂMERA DE MONITORAMENTO FULL HD COM ÁUDIO** Câmera de videomonitoramento para utilização em sistema CFTV, destinada a ambiente interno e/ou externo, com as seguintes características mínimas: Sensor de imagem com resolução mínima de 2 MP; Resolução mínima Full HD 1080p (1920 × 1080 pixels); Lente com distância focal aproximada de 2,8 mm, ou solução equivalente que proporcione campo de visão adequado à finalidade de monitoramento; Microfone integrado, permitindo captação de áudio juntamente com as imagens; Recurso de visão noturna, com alcance mínimo de 20 metros; Recursos para operação automática em condições diurnas e noturnas; Recursos de compensação de iluminação e redução de ruído ou tecnologias equivalentes que contribuam para a qualidade da imagem; Proteção mínima IP67, adequada à utilização em ambientes internos e externos; Possibilidade de conexão por rede cabeada e/ou tecnologia compatível com o sistema de gravação ofertado; Alimentação compatível com a infraestrutura e com os demais equipamentos fornecidos; Compatibilidade integral com o gravador e demais componentes integrantes da solução; Produto novo, de primeiro uso e acompanhado dos componentes necessários ao seu funcionamento. **Garantia mínima de 12 (doze) meses**.	609725	UNID.	03	R$ 950,00	R$ 2.850,00
02	**CÂMERA DE MONITORAMENTO FULL HD SEM ÁUDIO** Câmera de videomonitoramento para utilização em sistema CFTV, destinada a ambiente interno e/ou externo, com as seguintes características mínimas: Sensor de imagem com resolução mínima de 2 MP; Resolução mínima Full HD 1080p (1920 × 1080 pixels); Lente com distância focal aproximada de 2,8 mm, ou solução equivalente que proporcione campo de visão adequado à finalidade de monitoramento; Recurso de iluminação auxiliar para monitoramento em ambientes com baixa luminosidade, com alcance mínimo de 20 metros; Operação automática em condições diurnas e noturnas; Recursos de compensação de luz e redução digital de ruído, ou tecnologias equivalentes; Proteção mínima IP67, adequada à utilização em ambientes internos e externos; Saída/conexão de vídeo compatível com o gravador ofertado; Alimentação compatível com a infraestrutura e demais equipamentos fornecidos; Compatibilidade integral com o gravador e demais componentes da solução; Produto novo, de primeiro uso e acompanhado dos componentes necessários ao seu funcionamento. **Garantia mínima de 12 (doze) meses**.	469866	UNID.	05	R$ 275,00	R$ 1.375,00
03	**GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) – 08 CANAIS** Gravador digital de vídeo destinado ao gerenciamento, gravação, armazenamento e reprodução das imagens do sistema de videomonitoramento, contendo, no mínimo:	635156	UNID.	01	R$ 2.450,00	R$ 2.450,00

	08 (oito) canais de entrada de vídeo, permitindo a utilização simultânea das 08 câmeras previstas nesta contratação; Compatibilidade com câmeras Full HD 1080p e com as tecnologias/protocolos utilizados pelos equipamentos ofertados; Suporte a câmeras com microfone integrado, possibilitando utilização das câmeras com captação de áudio previstas na contratação; Compressão de vídeo H.265 e/ou H.264, ou tecnologia equivalente ou superior; Saídas de vídeo HDMI e VGA, ou interfaces equivalentes que possibilitem a conexão a monitor; Interface de rede Ethernet; Possibilidade de acesso remoto às imagens e gravações por meio de computador e/ou dispositivo móvel, mediante disponibilidade de rede e internet; Recursos de gravação contínua e/ou por detecção de movimento; Recursos para busca, reprodução e backup das gravações; Fontes, cabos e demais acessórios necessários ao funcionamento; Suporte para instalação de unidade interna de armazenamento; Fornecimento de unidade de armazenamento com capacidade mínima de 2 TB, compatível com o gravador e adequada à operação contínua em sistema de videomonitoramento; Gerenciamento do espaço de armazenamento, permitindo gravação e sobrescrita automática dos arquivos mais antigos quando atingida a capacidade disponível; Compatibilidade integral com as câmeras e demais componentes ofertados. **Garantia mínima de 12 (doze) meses**.					
04	**SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E COLOCAÇÃO EM FUNCIONAMENTO** Prestação dos serviços necessários à implantação completa do sistema, contemplando: Vistoria e conferência prévia dos locais destinados à instalação; Instalação e fixação das 08 câmeras nos pontos definidos pela Câmara Municipal; Instalação do DVR e da unidade de armazenamento; Fornecimento e passagem de todo o cabeamento de vídeo/dados e alimentação necessário, em quantidade suficiente para atendimento dos pontos; Fornecimento de cabos, conectores, fontes, caixas de passagem, canaletas, suportes, adaptadores, elementos de fixação e demais materiais necessários; Organização, proteção e acabamento do cabeamento; Interligação das câmeras ao sistema de gravação; Configuração das 03 câmeras com áudio e das 05 câmeras sem áudio; Configuração do DVR, armazenamento, parâmetros de gravação, data, horário e qualidade das imagens; Configuração da gravação/captação de áudio das câmeras correspondentes; Configuração do acesso remoto ao sistema, quando disponível e tecnicamente viável; Realização de testes de imagem, áudio, gravação, reprodução e armazenamento; Ajustes de posicionamento e enquadramento das câmeras; Orientação básica aos servidores indicados pela Câmara quanto à operação do sistema; Entrega do sistema integralmente instalado, configurado, testado e em pleno funcionamento. **Garantia mínima de 12 (doze) meses para os serviços executados**.	22977	SERV.	01	R$ 550,00	R$ 550,00

VALOR:

Para fins de aferição da **vantajosidade da contratação e da compatibilidade dos preços praticados no mercado**, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o **art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante solicitação de orçamentos a empresas atuantes no ramo de sistemas de segurança e videomonitoramento, observadas as características, quantidades, condições de instalação e especificações técnicas definidas nos documentos que instruem a contratação.

A pesquisa de mercado permitiu a obtenção de parâmetros para a formação do valor estimado da contratação e para a análise da vantajosidade das propostas apresentadas. As cotações consideraram a contratação de empresa para o **fornecimento e instalação de sistema de videomonitoramento (CFTV) destinado às dependências da Câmara Municipal de Terra Rica/PR**, compreendendo **08 (oito) câmeras de monitoramento com resolução mínima Full HD 1080p, sendo 03 (três) com captação de áudio e 05 (cinco) sem captação de áudio, 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) com, no mínimo, 08 (oito) canais e unidade de armazenamento com capacidade mínima de 2 TB**, além de todos os materiais, acessórios e serviços necessários à completa instalação e funcionamento da solução.

Após a consolidação e análise das propostas recebidas, verificou-se que a empresa **WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA 04625378974, inscrita no CNPJ nº 35.661.430/0001-39**, apresentou o valor de **R$ 7.225,00 (sete mil, duzentos e vinte e cinco reais)** para a execução do objeto, contemplando o fornecimento dos equipamentos e a realização dos serviços necessários à implantação do sistema de videomonitoramento.

O valor ofertado deverá contemplar o fornecimento das **08 (oito) câmeras de monitoramento, do DVR de 08 canais e da unidade de armazenamento com capacidade mínima de 2 TB**, bem como todos os cabos, conectores, fontes de alimentação, suportes, caixas de passagem, canaletas, adaptadores, elementos de fixação, acessórios, componentes e demais materiais necessários à instalação, interligação e ao perfeito funcionamento do sistema.

Deverão estar igualmente compreendidos no valor os serviços de **vistoria e conferência dos pontos de instalação, quando necessários, transporte, carga e descarga, montagem, instalação, fixação e posicionamento das câmeras, fornecimento, passagem, organização e acabamento do cabeamento, instalação e configuração do DVR e da unidade de armazenamento, configuração das câmeras, integração dos equipamentos, ajustes de imagem e áudio, configuração das gravações, armazenamento, acesso remoto, quando tecnicamente aplicável, testes, regulagens e orientação básica aos servidores**, além da mão de obra especializada, ferramentas e demais recursos necessários à completa execução do objeto.

Constatou-se, a partir da pesquisa realizada, que o valor apresentado pela empresa **WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA 04625378974** mostra-se **compatível com os valores obtidos na pesquisa de mercado**, atendendo à necessidade administrativa e constituindo condição economicamente vantajosa para a Administração, considerando não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também a instalação completa e a entrega do sistema em condições de utilização.

A contratação deverá ser integralmente executada no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, compreendendo, dentro desse período, tanto a entrega dos equipamentos e materiais quanto a conclusão dos serviços de instalação, configuração, integração, ajustes e testes do sistema.

A solução pretendida destina-se à **modernização do sistema de videomonitoramento da Câmara Municipal**, considerando que as câmeras atualmente existentes são antigas e apresentam limitações na qualidade e nitidez das imagens, circunstância que reduz a eficiência do monitoramento e pode dificultar a adequada visualização e análise das ocorrências registradas. A substituição dos equipamentos permitirá melhorar a qualidade das imagens e proporcionar maior confiabilidade ao sistema utilizado para apoio à segurança patrimonial e institucional.

Ressalta-se que o valor de **R$ 7.225,00 (sete mil, duzentos e vinte e cinco reais)** deverá contemplar a **execução integral da solução**, devendo o sistema ser entregue completamente instalado, interligado, configurado, organizado, testado e em perfeitas condições de funcionamento e utilização, incluindo todos os equipamentos, materiais, acessórios, componentes, ferramentas, mão de obra e serviços necessários, não sendo admitida cobrança posterior de valores adicionais referentes a itens ou serviços indispensáveis à conclusão e ao funcionamento do objeto.

A empresa deverá assegurar, ainda, a **plena compatibilidade entre as câmeras, o DVR, a unidade de armazenamento e os demais componentes fornecidos**, responsabilizando-se pela correta instalação e configuração de toda a solução, inclusive pela captação e gravação de áudio nas 03 (três) câmeras correspondentes e pela realização dos testes necessários antes do recebimento do objeto pela Administração.

Dessa forma, conclui-se que o valor ofertado pela empresa **WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA 04625378974, CNPJ nº 35.661.430/0001-39, no montante de R$ 7.225,00 (sete mil, duzentos e vinte e cinco reais)**, mostra-se **compatível com os preços apurados na pesquisa de mercado, economicamente vantajoso e adequado ao interesse público**, considerando a execução integral do objeto e observando-se os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

EMPRESA CONTRATADA:

WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA 04625378974, CNPJ: 35.661.430/0001-39, com endereço junto a Rua Alexandre Fialho, nº 14, Jardim Bela Vista, na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, CEP: 87.890-000.

FORMA DE CONTRATAÇÃO:

A presente contratação será realizada por meio de **contratação direta, mediante pronto pagamento**, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando o reduzido valor da despesa, as características do objeto e sua execução única e determinada, sem natureza continuada ou necessidade de execução periódica.

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para o **fornecimento e instalação de sistema de videomonitoramento (CFTV)** destinado às dependências da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, compreendendo **08 (oito) câmeras de monitoramento com resolução mínima Full HD 1080p, sendo 03 (três) com captação de áudio e 05 (cinco) sem captação de áudio, 01 (um) gravador digital de vídeo (DVR) com, no mínimo, 08 (oito) canais e unidade de armazenamento com capacidade mínima de 2 TB**, incluindo todos os materiais, acessórios, componentes, mão de obra e serviços necessários à completa instalação e funcionamento da solução.

Trata-se de contratação de **execução única e determinada**, compreendendo o fornecimento dos equipamentos, vistoria e conferência dos pontos de instalação, quando necessária, fornecimento e passagem do cabeamento, instalação, fixação e posicionamento das câmeras, instalação e configuração do DVR e da unidade de armazenamento, interligação e integração dos equipamentos, organização e acabamento do cabeamento, configuração, programação, regulagem, ajustes, testes e orientação básica aos servidores indicados pela Câmara Municipal.

O prazo para entrega dos equipamentos e execução integral dos serviços será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, Nota de Empenho ou instrumento equivalente,

devendo, dentro desse período, o sistema ser entregue completamente instalado, configurado, integrado, testado e em perfeitas condições de funcionamento.
O valor da contratação corresponde a **R$ 7.225,00 (sete mil, duzentos e vinte e cinco reais)**, conforme proposta apresentada pela empresa **WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA 04625378974, inscrita no CNPJ nº 35.661.430/0001-39**, mostrando-se compatível com a pesquisa de preços realizada e com as características da solução pretendida.
Considerando o valor da despesa, deverá ser observada a possibilidade de enquadramento nas disposições relativas às **pequenas compras ou prestações de serviços de pronto pagamento**, nos termos do **art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. O referido dispositivo excepciona da nulidade do contrato verbal as pequenas compras e prestações de serviços de pronto pagamento que se enquadrem no limite legal vigente.
Em razão da natureza, do valor e das características da contratação, bem como de sua execução integral em período determinado, poderá ser utilizado **instrumento hábil substitutivo ao termo de contrato**, como Nota de Empenho de Despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, desde que a contratação esteja devidamente enquadrada em uma das hipóteses previstas no **art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021** e sejam observadas, no que couber, as condições aplicáveis à contratação. A Lei admite expressamente essa substituição, entre outras situações, na dispensa de licitação em razão do valor.
A adoção de procedimento simplificado mostra-se compatível com os princípios da **eficiência, economicidade, celeridade, razoabilidade e planejamento**, considerando o reduzido valor da contratação e a execução pontual do objeto, evitando custos administrativos desproporcionais à dimensão da despesa, sem prejuízo da transparência, do controle e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.
A contratação deverá ser precedida da competente **formalização da demanda, pesquisa de preços, demonstração da compatibilidade do valor com os preços praticados no mercado, justificativa da escolha do fornecedor e demais documentos necessários à adequada instrução**, observadas as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas aplicáveis no âmbito da Câmara Municipal de Terra Rica/PR.
Ressalta-se que o valor contratado deverá compreender a **execução integral da solução**, incluindo todos os equipamentos, materiais, acessórios, cabeamento, componentes, mão de obra, transporte, instalação, configuração, programação, testes, ajustes e demais serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento do sistema, não sendo admitida cobrança posterior de valores adicionais necessários à conclusão do objeto.
Dessa forma, considerando as características da contratação, o valor de **R$ 7.225,00 (sete mil, duzentos e vinte e cinco reais)**, a execução única e determinada, o prazo de até **30 (trinta) dias corridos** e a inexistência de prestação de natureza continuada, conclui-se pela possibilidade de adoção da **contratação direta e de procedimento simplificado**, inclusive mediante pronto pagamento quando presentes todos os requisitos legais para esse enquadramento, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e os procedimentos internos da Câmara Municipal de Terra Rica/PR.

AUTORIZAÇÃO:

Terra Rica/PR, 15 de setembro de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:97D123DE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 358/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **J.MARANGONI COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ 20.649.395/0001-65** com endereço na RUA CARLOS GOMES, 790 - CEP: 15830000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por Daiane Gentile Marangoni ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 324.212.248-88, com domicilio na AVENIDA DOS ARNALDOS, 230 - CEP: 15600000 - BAIRRO: JARDIM SANTA HELENA, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 112/2025, objetivando a **Registro de preço para peças para implementos agrícolas.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou a Ata de registro de preços acima identificada, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais 12 meses, ou seja, até o dia 27/09/2027..

CLÁUSULA TERCEIRA: Por meio do presente Termo Aditivo, ficam renovados os quantitativos inicialmente previstos e reajustado os valores de acordo com o índice INPC de 3,98%, conforme segue na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 004 -	1	Mancal de 24 polegadas para grade Roma FURO 15/8	CARELLI	UNID	28,00	608,28	17.031,84
LOTE: 008 -	1	Bico de subsolador 3 furos (stara)	METISA	UNID	10,00	103,98	1.039,80
LOTE: 009 -	1	Par de facão da roçadeira com dois furos	BALBINOT	PAR	8,00	415,92	3.327,36
LOTE: 010 -	1	Cardan agrícola reforçado serie 2000 para roçadeira de trator (CC 28)	NORTRACK	UNID	8,00	207,96	1.663,68
LOTE: 011 -	1	Cardan agrícola reforçado serie 2000 para roçadeira de trator (CC 29)	NORTRACK	UNID	8,00	363,93	2.911,44
LOTE: 012 -	1	Cruzeta cardan de trator (cc 36)	COLOMBO	UNID	10,00	103,98	1.039,80
LOTE: 013 -	1	Luva (cc 20)	COLOMBO	UNID	10,00	155,97	1.559,70
LOTE: 014 -	1	Luva (cc 21)	COLOMBO	UNID	10,00	124,77	1.247,70

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 358/2025 de 29/09/2025.

Terra Rica-Pr, 14/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***DAIANE GENTILE MARANGONI***
Prefeito Municipal	J.Marangoni Comercial Importação E Exportação EIRELI - EPP

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:9413B3AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 359/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **JORGINHO IMPLEMENTOS E TRATORES AGRICOLAS LTDA, CNPJ 42.125.242/0001-51** com endereço na AVENIDA HEITOR ALENCAR FURTADO, 8068 - J, 8068 - CEP: 87706000 - BAIRRO: JARDIM SANTOS DUMONT, neste ato representada por TAIS MENDES LOUNREÇO VOLPATO ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 027.038.699-83, com domicilio na RUA SANTA CATARINA, 1719 - CEP: 87709060 - BAIRRO: VILA CITY, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 112/2025, objetivando a **Registro de preço para peças para implementos agrícolas.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou a Ata de registro de preços acima identificada, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais 12 meses, ou seja, até o dia 27/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por meio do presente Termo Aditivo, ficam renovados os quantitativos inicialmente previstos e reajustado os valores de acordo com o índice INPC de 3,98%, conforme segue na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 002	1	Disco recortado 24 polegadas para grade niveladora	TATU	UNID	36,00	239,15	8.609,40
LOTE: 003	1	Disco liso 28 polegadas para terraceador	TATU	UNID	36,00	431,51	15.534,36
LOTE: 005	1	Mancal de 22 polegadas para grade niveladora FURO 1/4	MARTINS CRUZ	UNID	28,00	467,91	13.101,48
LOTE: 007	1	Bico de aiveca arado tatu	TATU	UNID	12,00	499,10	5.989,20

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 359/2025 de 29/09/2025.

Terra Rica-Pr, 14/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	*TAIS MENDES LOUNREÇO VOLPATO*
Prefeito Municipal	Jorginho Implementos E Tratores Agricolas LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:C65BE663

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 360/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **TRATORLAMINAS PECAS LTDA, CNPJ 43.729.180/0001-50** com endereço na RUA LUIZ MAGALHÃES DE MEDEIROS, 1050 SLJ - CEP: 88708250 - BAIRRO: VILA ESPERANÇA, neste ato representada por JULIO SILVESTRI FILHO ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 912.281.669-00, com domicilio na Rua Simeão Esmeraldino de Menezes, 1376 - CEP: 88704375 - BAIRRO: HUMAITA, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 112/2025, objetivando a **Registro de preço para peças para implementos agrícolas.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou a Ata de registro de preços acima identificada, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais 12 meses, ou seja, até o dia 27/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por meio do presente Termo Aditivo, ficam renovados os quantitativos inicialmente previstos e reajustado os valores de acordo com o índice INPC de 3,98%, conforme segue na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 -	1	Disco recortado 26 polegadas para grade Roma	METISA	UNID	36,00	447,11	16.095,96
LOTE: 006 -	1	Mancal de 27 polegadas para terraceador FURO 15/8	FBB	UNID	28,00	623,88	17.468,64

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 360/2025 de 29/09/2025.
Terra Rica-Pr, 14/09/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	*JULIO SILVESTRI FILHO*
Prefeito Municipal	Tratorlaminas Pecas LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:208C5730

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 401/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 78/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 78/2026 de 14/08/2026 (quatorze dias de agosto de 2026) que tem por objeto a **Aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita aos usuários da rede municipal de saúde, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde...**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

ANDREIA M. NANIWA & CIA LTDA.								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	Acetazolamida 250mg Princípio ativo: Acetazolamida Concentração: 250mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GENOM		COMP	750,00	1,26	945,00
7	1	Alprazolam 1mg Princípio ativo: Alprazolam. Concentração: 1mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	900,00	3,36	3.024,00
10	1	Aripiprazol 10mg Princípio ativo: Aripiprazol. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO		UNID	360,00	5,89	2.120,40
12	1	Aripiprazol 1mg/ml Princípio ativo: Aripiprazol. Concentração: 1mg/ml. Apresentação: frasco com 150ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		FR	30,00	294,00	8.820,00
13	1	Aripiprazol 1mg/ml suspensão oral Princípio ativo: Aripiprazol. Concentração: 1MG/ML. Apresentação: suspensão oral, frasco de 150ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		FR	15,00	219,92	3.298,80
14	1	Aripiprazol 20mg/ml suspensão oral Princípio ativo: Aripiprazol. Concentração: 20MG/ML. Apresentação: suspensão oral, frasco de 30ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		FR	15,00	358,48	5.377,20
16	1	Baclofeno 10mg Princípio ativo: Baclofeno. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNIAO QUIMICA		COMP	1.200,00	2,71	3.252,00
17	1	Betaistina 16mg Princípio ativo: Betaistina. Concentração: 16mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		COMP	1.200,00	0,98	1.176,00
19	1	Betametasona 2,5mg + Hialuronidase 150UTR 20g Princípio ativo: valerato de Betametasona + Hialuronidase. Concentração: Valerato de Betametasona 2,5mg + Hialuronidase 150UTR . Apresentação: bisnaga com 20g de pomada. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	APSEM		BISN	20,00	142,69	2.853,80
20	1	Betametasona acetato 3mg + Betametasona fosfato dissódico 3mg -	EUROFARMA		AMP	50,00	31,60	1.580,00

		ampola Princípio ativo: Betametasona acetato 3mg + Betametasona fosfato dissódico 3mg. Concentração: Betametasona acetato 3mg + Betametasona fosfato dissódico 3mg. Apresentação: ampola para injetável. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.						
21	1	Brinzolamida + Timolol 10+ 6,8mg/ml frasco de 5 ml Princípio ativo: Brinzolamida + Timolol 10+ 6,8mg/ml. Concentração: Brinzolamida + Timolol 10+ 6,8mg/ml. Solução oftálmica. Apresentação: frasco de 5ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ALCON		FR	20,00	108,23	2.164,60
22	1	Bupropiona 150mg Princípio ativo: Bupropiona. Concentração: 150mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		COMP	900,00	3,80	3.420,00
23	1	Bupropiona 300mg Princípio ativo: cloridrato de Bupropiona. Concentração: 300mg. Apresentação: comprimido de liberação prolongada.Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		COMP	900,00	6,40	5.760,00
26	1	Carvão ativado vegetal 250mg Carvão ativado vegetal 250mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNIAO QUIMICA		COMP	400,00	6,12	2.448,00
28	1	Celecoxibe 200mg Princípio ativo: Celecoxibe. Concentração: 200mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TEUTO		COMP	600,00	6,13	3.678,00
32	1	Cinarizina 75mg Princípio ativo: Cinarizina. Concentração: 75mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	RANBAXY		COMP	1.200,00	2,00	2.400,00
35	1	Clonidina 0,100mg Princípio ativo: Clonidina. Concentração: 0,100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MAWDSLEYS		COMP	1.200,00	0,59	708,00
36	1	Clonidina 0,150mg Princípio ativo: Clonidina. Concentração: 0,150mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MAWDSLEYS		COMP	1.200,00	0,48	576,00
37	1	Clopidogrel 75mg Princípio ativo: bissulfato de clopidogrel. Concentração75mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NOVARTIS		COMP	900,00	2,56	2.304,00
38	1	Cloridrato de Atomoxetina 18mg Princípio Ativo: Cloridrato de Atomoxetina. Concentração: 18 mg. Apresentação: Cápsula dura. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	APSEN		COMP	1.000,00	2,00	2.000,00
39	1	Cloridrato de Atomoxetina 40mg Princípio Ativo: Cloridrato de Atomoxetina. Concentração: 40 mg. Apresentação: Cápsula dura. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	APSEN		COMP	1.000,00	4,10	4.100,00
42	1	Codeína 30MG + Paracetamol 500MG Princípio ativo: codeína 30mg + parecetamol 500mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		COMP	720,00	3,38	2.433,60
44	1	Colchicina 0,5mg Princípio ativo: Colchicina. Concentração: 0,5mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GEOLAB		COMP	600,00	0,98	588,00
45	1	Colecalciferol 50.000 (vitamina D)	PHARLAB		COMP	500,00	1,86	930,00

		Princípio ativo: Colecalciferol. Concentração: 50.000UI. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.						
46	1	Cumarina 15mg + Troxerrutina 90mg Princípio ativo: Cumarina 15mg + Troxerrutina 90mg. Concentração: Cumarina 15mg + Troxerrutina 90mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TAKEDA		COMP	600,00	1,91	1.146,00
47	1	Desloratadina 0,5mg/ml Princípio ativo: Desloratadina. Concentração: 0,5mg/ml. Xarope/suspensão oral. Apresentação: frasco 100ml.. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TEUTO		FR	80,00	35,00	2.800,00
48	1	Desvelafaxina 50mg Princípio ativo: Desvelafaxina. Concentração: 50mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	900,00	2,17	1.953,00
49	1	Desvenlafaxina 100mg Princípio ativo: Desvenlafaxina. Concentração: 100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	900,00	4,97	4.473,00
50	1	Dexametasona 1,5mg/ml + dipirona sódica 500 mg/ml +hidroxocobalamina 5 Princípio ativo: Dexametasona 1,5mg/ml + dipirona sódica 500 mg/ml + hidroxocobalamina 5mg/ml. Concentração: Dexametasona 1,5mg/ml + dipirona sódica 500 mg/ml + hidroxocobalamina 5mg/ml. Apresentação: caixa com 3 ampolas de 2ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		CX	180,00	48,00	8.640,00
52	1	Dimesilato de Lisdexanfetamina 30mg Princípio Ativo: Dimesilato De Lisdexanfetamina. Concentração: 30Mg. Apresentação: Comprimido. Registro Na Anvisa. O Medicamento Deve Ser Entregue Com Validade Futura De, No Mínimo, 75% Do Prazo Determinado Pelo Fabricante.	GLOBO		COMP	1.200,00	7,61	9.132,00
53	1	Dimesilato de Lisdexanfetamina 70mg Princípio Ativo: Dimesilato de Lisdexanfetamina. Concentração: 70 mg. Apresentação: Cápsula dura. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO		COMP	1.200,00	8,51	10.212,00
54	1	Diosmina 450mg + hesperidina 50mg Princípio ativo: Diosmina 450mg + hesperidina 50mg. Concentração: Diosmina 450mg + hesperidina 50mg. Apresentação: comprimidos. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TEUTO		COMP	1.200,00	3,01	3.612,00
55	1	Dipirona sódica 50mg/ml - frasco 100ml Princípio ativo: Dipirona sódica. Concentração: 50mg/ml. Apresentação: suspensão oral sabor fruta - frasco de 100ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MEDLEY		FR	50,00	17,28	864,00
56	1	Dipropionato de Beclometasona 400mcg/ml Princípio ativo: Dipropionato de Beclometasona. Concentração: 400mcg/ml. Apresentação: Suspensão para Nebulização - flaconete de 2ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	CHIESSI		AMP	400,00	15,36	6.144,00
57	1	Dipropionato de Betametasona 5mg/ml + Fosfato Dissodico de Betametason Princípio ativo: Dipropionato de Betametasona + Fosfato Dissodico de Betametasona. Concentração: Dipropionato de Betametasona 5mg/ml + Fosfato Dissodico de Betametasona 2mg/ml. Apresentação: Suspensão Injetável 1 ampola 1ml + seringa. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNIAO QUIMICA		AMP	50,00	46,14	2.307,00
59	1	Domperidona 10mg Princípio ativo: Domperidona. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na	CIMED		COMP	1.200,00	2,06	2.472,00

		ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.						
60	1	Domperidona 1mg/ml Princípio ativo: Domperidona. Concentração: mg/ml. Apresentação: Suspensão oral - frasco 100ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		FR	40,00	32,31	1.292,40
61	1	Duloxetina 30mg Princípio ativo: Duloxetina. Concentração: 30mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		COMP	900,00	2,88	2.592,00
63	1	Escitalopram 10mg Princípio ativo: Escitalopram. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSSINTETICA		COMP	600,00	3,63	2.178,00
64	1	Escitalopram 20mg Princípio ativo: Escitalopram. Concentração: 20mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSSINTETICA		COMP	1.200,00	5,53	6.636,00
65	1	Escitalopram 20mg/ml - 15ml Princípio ativo: Escitalopram. Concentração: 20mg/ml. Apresentação: frasco de 15ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		FR	30,00	91,33	2.739,90
66	1	Esomeprazol 20mg Princípio ativo: Esomeprazol. Concentração: 20mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	RANBAXY		COMP	420,00	4,71	1.978,20
67	1	Esomeprazol 40mg Princípio ativo: Esomeprazol. Concentração: 40mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	RANBAXY		COMP	420,00	3,91	1.642,20
69	1	Ezetimiba 10mg + sinvastatina 20mg Princípio ativo: Ezetimiba + sinvastatina. Concentração: Ezetimiba 10mg + sinvastatina 20mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante	EMS		COMP	600,00	3,79	2.274,00
70	1	Fexofenadina 6mg/ml Princípio ativo: Fexofenadina. Concentração: 6mg/ml. Apresentação: suspensão oral, frasco de 60ml. Com seringa dosadora. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NOVA QUIMICA		FR	40,00	29,90	1.196,00
71	1	Fibrinase Desoxirribonuclease 666UI + Fibrinolisina 1UI + Cloranfenico Princípio ativo: Fibrinase Desoxirribonuclease 666UI + Fibrinolisina 1UI + Cloranfenicol 0,01g - 10G. Concentração: Fibrinase Desoxirribonuclease 666UI + Fibrinolisina 1UI + Cloranfenicol 0,01g - 10G. Apresentação: pomada dermatológica, bisnaga de 10G. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	APSEN		BISN	50,00	91,01	4.550,50
72	1	Fumarato de Formoterol 12mcg + Budesonida 400mcg - 12/400 - 60 cápsula Princípio ativo: umarato de Formoterol + Budesonida. Concentração: umarato de Formoterol 12mcg + Budesonida 400mcg. Apresentação: kit de inalador com 60 capsulas para inalação. Registro na ANVISA. o medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		KIT	50,00	189,42	9.471,00
73	1	Fumarato de Formoterol 6mcg + Budesonida 200mcg - 12/400 - 60 cápsulas Princípio ativo: umarato de Formoterol + Budesonida. Concentração: umarato de Formoterol 6mcg + Budesonida 200mcg. Apresentação: kit de inalador com 60 capsulas para inalação. Registro na ANVISA. o medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		KIT	30,00	195,45	5.863,50

74	1	Glicazida 30mg Princípio ativo: Glicazida. Concentração: 30mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	600,00	1,14	684,00
76	1	Glicinato Férrico 250mg/ml Princípio ativo: Glicinato Férrico. Concentração: 250mg/ml. Apresentação: frasco com 30ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS SIGMA		FR	10,00	55,97	559,70
77	1	Glicinato Férrico 250mg/mL + Ácido Fólico 0,20mg/ml Gotas 30ml Princípio ativo: Glicinato Férrico + Ácido Fólico. Concentração: Glicinato Férrico 250mg/mL + Ácido Fólico 0,20mg/ml .Gotas. Apresentação: frasco com 30ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS SIGMA PHARMA		FR	30,00	55,28	1.658,40
78	1	Glicosamina 1,5g + condroitina1,2g Princípio ativo: Sulfato de glicosamina + sulfato sódico de condroitina. Concentração: Sulfato de glicosamina1,5g sulfato sódico de condroitina1,2g. Apresentação: envelope. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		ENVEL	600,00	7,02	4.212,00
79	1	Hedera Helix 7mg/ml Solução Oral 100ml Princípio ativo: Extrato Seco de Hedera Helix. Concentração: 7mg/ml. Apresentação: frasco com 100ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NATULAB		FR	30,00	42,39	1.271,70
80	1	Hemitartarato de Zolpidem 10mg Princípio ativo: Hemitartarato de Zolpidem. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TEUTO		COMP	600,00	3,18	1.908,00
82	1	Hidróxido de ferro III 20MG/ML Princípio ativo: Hidróxido de Ferro III. Concentração: 20MG/ML. Injetável. Apresentação: Ampola de 5ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BLAU		AMP	120,00	17,90	2.148,00
83	1	Imipramina 25mg Princípio ativo: Imipramina. Concentração: 25mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		COMP	400,00	1,86	744,00
84	1	Lacosamida 50mg Princípio ativo: lacosamida. Concentração: 50mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSSINTETICA		COMP	360,00	3,74	1.346,40
86	1	Lamotrigina 50mg Princípio ativo: Lamotrigina . Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante. O medicamento deve ser entregue em acordo com o prazo previsto em edital, improrrogável. Tratando-se de medicamento fornecido apenas em ocasiões específicas (determinação judicial, entre outros) o contratante reserva-se no direito de adquirir apenas uma caixa do medicamento por ordem de compra.	ALTHAIA		COMP	900,00	3,11	2.799,00
89	1	Lisdexanfetamina 70mg Princípio ativo: Dimesilato de Lisdexanfetamina. Concentração: 70mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	900,00	21,18	19.062,00
90	1	Lisdexanfetamina 50mg Princípio ativo: Dimesilato de Lisdexanfetamina. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	900,00	19,57	17.613,00
91	1	Lisdexanfetamina 70mg Princípio ativo: Dimesilato de Lisdexanfetamina. Concentração: 70mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	900,00	20,40	18.360,00

92	1	Lisina 125mg + Ciclobenzaprina 5mg Princípio ativo: Clonixinato de Lisina + Ciclobenzaprina. Concentração: Clonixinato de Lisina 125mg + Cloridrato de Ciclobenzaprina 5mg. Solução oral. Apresentação: frasco de 20ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MELORA		FR	300,00	2,23	669,00
94	1	Mecobalamina 1000mg Princípio Ativo: Mecobalamina. Concentração: 1000 mcg. Apresentação: Comprimido sublingual. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ALTHAIA		COMP	1.500,00	1,33	1.995,00
95	1	Metilfenidato 10mg Princípio ativo: Cloridrato de Metilfenidato. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	3.600,00	5,29	19.044,00
96	1	Mirtazapina 30mg Princípio ativo: Mirtazapina. Concentração: 30mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante	TEUTO		COMP	900,00	5,31	4.779,00
97	1	Montelucaste de Sódio 10mg Princípio ativo: Montelucaste de sódio. Concentração: equivalente a 10,00 mg do ácido livre. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSSINTETICA		COMP	300,00	1,85	555,00
98	1	Morfina 10mg Princípio ativo: Morfina. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	CRISTALIA		COMP	1.500,00	1,91	2.865,00
99	1	Moxifloxacino 400mg Princípio ativo: Moxifloxacino. Concentração: 400mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		FR	150,00	14,84	2.226,00
100	1	Moxifloxacino 5Mg/Ml + Dexametasona 1 Mg/Ml - Solução Oftálmica 5 Ml Princípio ativo: Cloridrato De Moxifloxacino + Fosfato Dissódico De Dexametasona. Concentração: Cloridrato De Moxifloxacino 5Mg/Ml + Fosfato Dissódico De Dexametasona 1mg/ml. Solução oftálmica. Apresentação: frasco de 5ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ALCON		FR	20,00	50,28	1.005,60
101	1	Naltrexona 50mg Princípio ativo: Cloridrato de Naltrexona. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNIAO QUIMICA		COMP	900,00	6,88	6.192,00
102	1	Nebivolol 5mg Princípio ativo: Nebivolol. Concentração: 5mg. Apresentação: caixa com 30 comprimidos. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOLAB		CX	30,00	149,23	4.476,90
104	1	Nortriptilina 50mg Princípio ativo: Cloridrato de Nortriptilina. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante. O medicamento deve ser entregue em acordo com o prazo previsto em edital, improrrogável. Tratando-se de medicamento fornecido apenas em ocasiões específicas (determinação judicial, entre outros) o contratante reserva-se no direito de adquirir apenas uma caixa do medicamento por ordem de compra.	RANBAXY		COMP	900,00	2,71	2.439,00
105	1	Olanzapina 2,5mg Princípio Ativo: Olanzapina. Concentração: 2,5 mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GEOLAB		COMP	1.500,00	0,58	870,00
107	1	Olmesartana 40mg + hidroclorotiazida 12,5mg Princípio ativo: Olmesartana 40mg + hidroclorotiazida 12,5mg. Concentração: Olmesartana 40mg + hidroclorotiazida 12,5mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O	EUROFARMA		COMP	600,00	4,68	2.808,00

		medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.						
108	1	Omeprazol 20mg + Claritromicina 500mg + Amoxicilina 500mg Princípio ativo: Omeprazol 20mg + Claritromicina 500mg + Amoxicilina 500mg. Concentração: Olmesartana 40mg + hidroclorotiazida 12,5mg. Apresentação: caixa com 7 blísteres cápsulas + 28 comprimidos. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ACHE		CX	30,00	211,01	6.330,30
116	1	Progesterona natural micronizada 100mg Princípio ativo: Progesterona natural micronizada. Concentração: 100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BESINS		COMP	560,00	2,73	1.528,80
117	1	Progesterona natural micronizada 200mg Princípio ativo: Progesterona natural micronizada. Concentração: 200mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BESINS		COMP	420,00	4,28	1.797,60
122	1	Quetiapina 50mg Princípio ativo: Quetiapina. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		COMP	900,00	4,84	4.356,00
123	1	Ramipril 2,5mg Princípio ativo: Ramipril. Concentração: 2,5mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	LIBBS		COMP	600,00	2,50	1.500,00
124	1	Ramipril 5mg Princípio ativo: Ramipril. Concentração: 5mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	LIBBS		COMP	600,00	4,09	2.454,00
126	1	Risperidona 1mg Princípio ativo: Risperidona. Concentração: 1mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NOVAQUIMICA		COMP	900,00	2,71	2.439,00
127	1	Risperidona 1mg/ml - suspensão oral 30 ml Princípio ativo: Risperidona. Concentração: 1mg/ml. Apresentação: suspensão oral em frasco de 30ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		FR	30,00	59,43	1.782,90
129	1	Risperidona 3mg Princípio ativo: Risperidona. Concentração: 3mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GEOLAB		COMP	600,00	2,40	1.440,00
131	1	Rivaroxabana 15mg Princípio ativo: Rivaroxabana. Concentração: 15mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	600,00	6,15	3.690,00
133	1	Rosuvastatina 10mg Princípio ativo: Rosuvastatina. Concentração: 10mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	CIMED		COMP	600,00	1,98	1.188,00
135	1	Sacarato de Óxido Férrico 100mg/5ml Endovenoso Princípio ativo: Sacarato de Óxido Férrico. Concentração: 100mg/5ml. Endovenoso. Apresentação: Ampola de 5ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BLAU		AMP	100,00	25,99	2.599,00
136	1	Saccharomyces boulardii liofilizado 100mg Princípio ativo: Saccharomyces boulardii liofilizado. Concentração: 100mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	LEGRAND		COMP	600,00	2,98	1.788,00
137	1	Saccharomyces boulardii liofilizado 200mg Princípio ativo: Saccharomyces boulardii liofilizado. Concentração: 200mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento	LEGRAND		COMP	200,00	4,39	878,00

		deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.						
138	1	Sacubitril + Valsartana. Concentração: 49 mg + 51 mg Princípio Ativo: Sacubitril + Valsartana. Concentração: 49 mg + 51 mg. Apresentação: Comprimido revestido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NOVARTIS		COMP	1.500,00	7,88	11.820,00
139	1	Sertralina 100mg Princípio ativo: Sertralina. Concentração: 100mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TORRENT		COMP	900,00	5,36	4.824,00
140	1	Sertralina 50mg Princípio ativo: Sertralina. Concentração: 50mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GEOLAB		COMP	600,00	4,54	2.724,00
141	1	Trazodona 50mg Princípio ativo: Trazodona. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TORRENT		FR	50,00	15,05	752,50
142	1	Sorbitol 714mg/g + laurilsulfato de sódio 7,70mg/g Bisnaga 6,5G Princípio ativo: Sorbitol + laurilsulfato de sódio. Concentração: Sorbitol 714mg/g + laurilsulfato de sódio 7,70mg/g. Apresentação: bisnaga de 6,5g. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MOMENTA		BISN	200,00	7,36	1.472,00
143	1	Tansulosina 0,4mg Princípio ativo: Tansulosina. Concentração: 0,4mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	300,00	3,21	963,00
144	1	Tobramicina 0,3% Princípio ativo: Tobramicina. Concentração: 0,3% Apresentação: frasco com 5ml. Solução oftálmica. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GEOLAB		FR	30,00	73,18	2.195,40
145	1	Tobramicina 3mg + dexametasona 1mg/ml Princípio ativo: Tobramicina + dexametasona. Concentração: Tobramicina 3mg + dexametasona 1mg/ml. Apresentação: Solução oftálmica, frasco de 5ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NOVARTIS		FR	30,00	59,90	1.797,00
146	1	Topiramato 50mg Princípio ativo: Topiramato. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		COMP	600,00	2,72	1.632,00
147	1	Tramadol 100mg Princípio ativo: Tramadol. Concentração: 100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EMS		COMP	200,00	7,09	1.418,00
148	1	Tramadol 37,5 mg + paracetamol 325 mg Princípio ativo: Cloridrato de tramadol + paracetamol. Concentração: Cloridrato de tramadol 37,5 mg paracetamol 325 mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		COMP	600,00	3,78	2.268,00
149	1	Tramadol 50mg Princípio ativo: Tramadol. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	TEUTO		COMP	200,00	7,01	1.402,00
150	1	Trazodona 50mg Princípio ativo: Cloridrato De Trazodona. Concentração: 50mg. Apresentação: caixa com 30 comprimidos. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante. Com 30 comprimidos.	TORRENT		CX	30,00	46,39	1.391,70
151	1	Trazodona 50mg Princípio ativo: Trazodona. Concentração: 50mg.	TORRENT		COMP	900,00	1,45	1.305,00

		Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.						
152	1	Trimebutina 200mg Princípio ativo: Trimebutina. Concentração: 200mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	EUROFARMA		COMP	900,00	2,39	2.151,00
154	1	Trometamol cetorolaco 10mg Princípio ativo: Trometamol cetorolaco. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimidos orodispersível (sublingual). Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNIAO QUIMICA		COMP	200,00	2,87	574,00
156	1	Valsartana 160mg Princípio ativo: Valsartana. Concentração: 160mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSSINTETICA		COMP	1.200,00	3,82	4.584,00
157	1	Valsartana 320mg Princípio ativo: Valsartana. Concentração: 320mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSSINTETICA		COMP	900,00	5,07	4.563,00
158	1	Venlafaxina 150mg Princípio ativo: Venlafaxina . Concentração: 150mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		UNID	900,00	4,52	4.068,00
159	1	Venlafaxina 75mg Princípio ativo: cloridrato de Venlafaxina. Concentração: 75mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GERMED		COMP	900,00	4,63	4.167,00
161	1	Vildagliptina 50mg Princípio ativo: cloridrato de Vildagliptina. Concentração: 50mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MELORA		COMP	1.120,00	4,20	4.704,00
162	1	Vimpocetina 5mg Princípio ativo: Vimpocetina. Concentração: 5mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	MARJAN RX		COMP	900,00	1,45	1.305,00
TOTAL								380.269,00

CIRURGICA ITAMBE - EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
29	1	Ciclobenzaprina 10mg Princípio ativo: ciclobenzaprina. Concentração: 10mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO		COMP	300,00	5,70	1.710,00
30	1	Cilostazol 100mg Princípio ativo: cilostazol. Concentração: 100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSINTETICA		COMP	450,00	1,70	765,00
31	1	Cilostazol 100mg Princípio ativo: cilostazol. Concentração: 100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOSINTETICA		COMP	600,00	0,68	408,00
85	1	Lactulose 667mg/ml Princípio ativo: lactulose. Concentração: 667mg/ml. Apresentação: frasco de 120ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOLAB		FR	80,00	45,00	3.600,00
TOTAL								6.483,00

CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Acebrofilina 10mg/ml Princípio ativo: Acebrofilina. Concentração: 10mg/ml. Apresentação: frasco com 120ml de líquido/xarope em. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO	1053501960021	FR	50,00	7,26	363,00

3	1	Acetilcisteina 20mg/ml 120ml Princípio ativo: Acetilcisteina. Concentração: 20mg/ml. Apresentação: Frasco com 120ml de líquido/xarope. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NTS	ISENTO RMS	FR	50,00	8,98	449,00
4	1	Acetilcisteina 600mg Princípio ativo: Acetilcisteina. Concentração: 600mg. Apresentação: envelope com 5g. Sabor: laranja. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	LAPON	ISENTO	ENVEL	480,00	0,79	379,20
6	1	Alprazolan 2mg Princípio ativo: Alprazolam. Concentração: 2mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	E.M.S	1025350630204	COMP	900,00	0,37	333,00
8	1	Alprazolan 2mg Princípio ativo: Alprazolam. Concentração: 2mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	E.M.S	1025350630204	COMP	900,00	2,87	2.583,00
9	1	Amoxicilina 400mg/5ml + Clavulanato de Potássio 57mg/5ml Suspensão Ora Princípio ativo: Amoxicilina + Clavulanato de Potássio. Concentração: Amoxicilina 400mg/5ml + Clavulanato de Potássio 57mg/5ml. Apresentação: frasco de 70ml com suspensão oral. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	PRATI DONADUZZI	1256802560028	FR	30,00	37,89	1.136,70
25	1	Carbamazepina 400mg Princípio ativo: Carbamazepina. Concentração: 400mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	CRISTALIA	1029800440084	COMP	1.800,00	2,19	3.942,00
93	1	Maleato de Fluvoxamina 100mg Princípio Ativo: Maleato de Fluvoxamina. Concentração: 100 mg. Apresentação: Comprimido revestido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	ALTHAIA	0	COMP	1.200,00	6,05	7.260,00
103	1	Nistatina 100000UI/g + Óxido de Zinco 200mg 60g Princípio ativo: Nistatina + Óxido de Zinco. Concentração: Nistatina 100000UI/g + Óxido de Zinco 200mg. Pomada. Apresentação: bisnaga de 60g. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	PRATI DONADUZZI	1256801380018	BISN	40,00	10,49	419,60
110	1	Paroxetina 20mg Princípio ativo: Paroxetina 20mg. Concentração: 20mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	AUROBINDO	1516700350067	COMP	900,00	0,25	225,00
113	1	Prednisolona 10mg/ml (1%) Princípio ativo: Prednisolona. Concentração: 10mg/ml (1%). Apresentação: frasco com 5ml de solução oftálmica (colírio). Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	CRISTALIA	0	FR	40,00	45,00	1.800,00
114	1	Pregabalina 150mg Princípio ativo: Pregabalina. Concentração: 150mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO	1053502440021	COMP	1.120,00	0,84	940,80
115	1	Pregabalina 75mg Princípio ativo: Pregabalina. Concentração: 75mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO	1053502440011	COMP	840,00	1,54	1.293,60
119	1	Hedera Helix 7mg/ml Solução Oral 100ml Princípio ativo: Extrato Seco de Hedera Helix. Concentração: 7mg/ml. Apresentação: frasco com 100ml. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BRASTERAPICA	118610265	FR	120,00	9,00	1.080,00
120	1	Quetiapina 100mg Princípio ativo: Quetiapina. Concentração: 100mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOLAB	1097403170085	COMP	360,00	0,65	234,00

121	1	Quetiapina 25mg Princípio ativo: Quetiapina. Concentração: 25mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	BIOLAB	1097403170034	COMP	900,00	2,50	2.250,00
125	1	Rifamicina SV Sódica 10mg/ml Spray Tópico 20ml Princípio ativo: Rifamicina SV Sódica. Concentração: 10mg/ml. Apresentação: frasco de 20ml - spray. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	NATULAB	1384100220040	FR	30,00	6,00	180,00
128	1	Risperidona 2mg Princípio ativo: Risperidona. Concentração: 2mg. Apresentação: comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	GLOBO	1053502270061	COMP	900,00	0,13	117,00
130	1	Rivaroxabana 10mg Princípio ativo: Rivaroxabana. Concentração: 10mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNIAO QUIMICA	1049714990041	COMP	600,00	0,24	144,00
132	1	Rivaroxabana 20mg Princípio ativo: Rivaroxabana. Concentração: 20mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	E.M.S	1023512650181	COMP	600,00	0,30	180,00
134	1	Rosuvastatina 20mg Princípio ativo: Rosuvastatina. Concentração: 20mg. Apresentação: Comprimido. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	UNICHEM	0	COMP	600,00	1,89	1.134,00
TOTAL								26.443,90

ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
106	1	Óleo de girassol com alginato - hidrogel 85g Composição: Gel hidratante absorvente, composto de alginato de sódio, ácidos graxos e vitaminas A e E. Textura: hidrogel. Apresentação: bisnaga com 85g. Registro na ANVISA. O medicamento deve ser entregue com validade futura de, no mínimo, 75% do prazo determinado pelo fabricante.	CONVATEC	SAF GEL 85 G	BISN	50,00	97,85	4.892,50
TOTAL								4.892,50

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias de setembro de 2026. (15/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:0E4ACBDC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 402/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 85/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 85/2026 de 25/08/2026 (vinte e cinco dias de agosto de 2026) que tem por objeto a **Registro de Preço para compra de extintores, hidrante, luminária de emergência, placas indicativas e recarga de extintores.**

Art. 2º. – Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BLOCO AUTÔNOMO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA - DOIS FARÓIS Especificações mínimas: Bloco autônomo de iluminação de emergência, equipado com 2 (dois) faróis LED direcionáveis e ajustáveis, fluxo luminoso total mínimo	EMPALUX	EMPALUX	UNID	10,00	103,00	1.030,00

		de 960 lúmens, alimentação bivolt automática 127/220 V, bateria interna recarregável, autonomia mínima de 3 horas, acionamento automático na ausência de energia elétrica e gabinete resistente. Deve possuir indicação de funcionamento/carga e atender às normas técnicas aplicáveis à iluminação de emergência, especialmente à ABNT NBR 10898 e às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.						
TOTAL								1.030,00
ECOMFIRE PREVENCAO E COMBATE A INCENDIOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	EXTINTOR DE INCÊNDIO - PÓ QUÍMICO ABC - 4 KG Especificações mínimas: Extintor portátil de incêndio, carga de pó químico seco tipo ABC, à base de monofosfato de amônia, carga nominal de 4 kg, pressurização direta, destinado ao combate de princípios de incêndio das classes A, B e C, capacidade extintora mínima de 1-A:5-B:C, com mangueira, válvula, indicador de pressão e suporte para fixação. Produto novo, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com certificação/selo de identificação da conformidade do INMETRO vigente.	EXTINPEL	EXTINTOR PQS 04 KG ABC	UNID	20,00	115,00	2.300,00
4	1	EXTINTOR DE INCÊNDIO - PÓ QUÍMICO ABC - 6 KG Especificações mínimas: Extintor de incêndio portátil, carga de pó químico seco tipo ABC, à base de monofosfato de amônia, carga nominal de 6 kg, pressurização direta, destinado ao combate a princípios de incêndio das classes A, B e C, com capacidade extintora mínima de 3-A:20-B:C. Recipiente em aço carbono, com mangueira, válvula, indicador de pressão e suporte para fixação. Produto novo, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com certificação/selo de identificação da conformidade do INMETRO vigente.	EXTINPEL	EXTINTOR PQS 06 KG ABC	UNID	15,00	145,00	2.175,00
5	1	EXTINTOR DE INCÊNDIO - PÓ QUÍMICO BC - 4 KG Especificações mínimas: Extintor portátil de incêndio, carga nominal de 4 kg de pó químico seco - PQS, classe BC, à base de bicarbonato de sódio ou agente equivalente tecnicamente adequado à classe BC, pressurização direta, destinado ao combate a princípios de incêndio das classes B e C, recipiente em aço carbono, com mangueira, válvula, indicador de pressão e suporte para fixação. Produto novo, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com certificação/selo de identificação da conformidade do INMETRO vigente.	EXTINPEL	EXTINTOR PQS 04 KG BC	UNID	10,00	120,00	1.200,00
TOTAL								5.675,00
FGS COMERCIAL LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA - 10 LITROS Especificações mínimas: Extintor portátil de incêndio de água pressurizada - AP, carga nominal de 10 litros, pressurização direta, destinado ao combate de princípios de incêndio Classe A, capacidade extintora mínima 2-A, recipiente em aço carbono, equipado com mangueira, válvula, indicador de pressão e suporte para fixação. Produto novo, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com certificação/selo de identificação da conformidade do INMETRO vigente.	EXTANG	PPCI	UNID	10,00	150,00	1.500,00
6	1	HIDRANTE 90 × 60 × 17 CM - KIT KIT DE HIDRANTE COMPLETO, composto por: - 01 abrigo para hidrante, dimensões aproximadas de 90 × 60 × 17 cm, confeccionado em chapa de aço, com pintura na cor vermelha, porta ventilada e identificação "INCÊNDIO"; - 01 registro globo angular 45°, diâmetro 2½", em latão; - 01 adaptador Storz 2½" × 1½", em latão; - 01 mangueira de incêndio Tipo 2, diâmetro 1½", comprimento mínimo de 20 metros, em conformidade com a ABNT NBR aplicável; - 01 esguicho regulável de 1½", em latão; - 01 chave Storz dupla 1½" × 2½".	MOCELIN	PPCI	KIT	2,00	1.000,00	2.000,00
7	1	LUMINÁRIA AUTÔNOMA DE EMERGÊNCIA - 30 LEDS Especificações mínimas: Luminária autônoma de iluminação de emergência, equipada com no mínimo 30 LEDs, alimentação bivolt automática 127/220 V, bateria interna recarregável, acionamento automático na falta de energia elétrica, autonomia mínima de 3 horas, gabinete em material resistente e sistema para fixação em parede. Deve	MANPLEX	PPCI	UNID	40,00	19,00	760,00

		atender às normas técnicas aplicáveis à iluminação de emergência, especialmente à ABNT NBR 10898 e às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.						
8	1	PLACA DE ALERTA - (A1) Especificações mínimas: Placa de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões de 20 × 20 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,00	180,00
9	1	PLACA DE ALERTA - (A2) Especificações mínimas: Placa de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões de 20 × 20 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,00	180,00
10	1	PLACA DE ALERTA - (A5) Especificações mínimas: Placa de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões de 20 × 20 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,00	180,00
11	1	PLACA DE EQUIPAMENTO - ALARME DE INCÊNDIO - (E2) Especificações mínimas: Placa de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões de 20 × 20 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,00	180,00
12	1	PLACA DE EQUIPAMENTO - ALARME DE INCÊNDIO - (E5) Especificações mínimas: Placa de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões de 20 × 20 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,00	180,00
13	1	PLACA DE PROIBIÇÃO - (P1) Especificações mínimas: Placa de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões de 20 × 20 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,00	180,00
14	1	PLACA DE SINALIZAÇÃO COMPLEMENTAR - (M1) Especificações mínimas: Placa de sinalização complementar de segurança contra incêndio, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, com espessura mínima de 2 mm, anti-chamas. Dimensões de 20 x 40 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	14,51	217,65
15	1	PLACA DE SINALIZAÇÃO COMPLEMENTAR - (M2) Especificações mínimas: Placa de sinalização complementar de segurança contra incêndio, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, com espessura mínima de 2 mm, anti-chamas. Dimensões de 20 x 40 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	14,86	222,90
16	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S1) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	12,40	248,00

17	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S10) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	10,00	12,08	120,80
18	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S11) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	15,00	12,08	181,20
19	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S14) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	12,47	249,40
20	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S18) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	12,00	240,00
21	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S2) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
22	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S3) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
23	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S4) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
24	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S5) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
25	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S6) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação.	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
26	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S7) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	12,00	240,00

		instalação						
27	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S8) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
28	1	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA - (S9) Especificações mínimas: Placa de sinalização de saída de emergência, confeccionada em PVC rígido fotoluminescente, espessura mínima de 2 mm, anti-chamas, dimensões aproximadas de 12 × 25 cm, resistente à umidade, com impressão de alta durabilidade, símbolos, cores e pictogramas. Fornecida pronta para instalação	VISUAL	PPCI	UNID	20,00	10,00	200,00
29	1	RECARGA DE EXTINTOR ABC 12KG Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	50,00	106,55	5.327,50
30	1	RECARGA DE EXTINTOR ABC 4KG Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	100,00	103,91	10.391,00
31	1	RECARGA DE EXTINTOR ABC 6KG Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	50,00	105,15	5.257,50
32	1	RECARGA DE EXTINTOR ABC 8KG Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	50,00	105,84	5.292,00
33	1	RECARGA DE EXTINTOR CLASSE BC 12KG PÓ QUÍMICO SECO Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	40,00	103,05	4.122,00
34	1	RECARGA DE EXTINTOR CLASSE BC 4KG PÓ QUÍMICO SECO Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	80,00	86,77	6.941,60
35	1	RECARGA DE EXTINTOR CLASSE BC 6KG PÓ QUÍMICO SECO Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	40,00	87,50	3.500,00
36	1	RECARGA DE EXTINTOR CLASSE BC 8KG PÓ QUÍMICO SECO Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	40,00	90,92	3.636,80

		componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.						
37	1	RECARGA DE EXTINTOR CO2 - GÁS CARBÔNICO 04 KG Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	40,00	103,53	4.141,20
38	1	RECARGA DE EXTINTOR CO2 - GÁS CARBÔNICO 06 KG Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	30,00	104,29	3.128,70
39	1	RECARGA DE EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA 10 LITROS Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	40,00	108,61	4.344,40
40	1	RECARGA DE EXTINTOR VEICULAR DE 2KG - PÓ ABC Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	30,00	45,96	1.378,80
41	1	RECARGA DE EXTINTOR VEICULAR DE 4KG - PÓ ABC Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	35,00	48,40	1.694,00
42	1	RECARGA DE EXTINTOR VEICULAR DE 6KG - PÓ ABC Serviço de inspeção, manutenção e recarga de extintor de incêndio, incluindo descarga, desmontagem, inspeção dos componentes, limpeza, recarga do agente extintor, pressurização quando aplicável, montagem, ensaio de estanqueidade, substituição de lacre e colocação das identificações e selo de conformidade exigidos pela regulamentação vigente.	SERVIÃ‡O	PPCI	UNID	40,00	62,47	2.498,80
TOTAL								70.114,25

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos quinze dias de setembro de 2026. (15/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:DC8A5137

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 14/2025

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, inscrito no CNPJ sob n.º 73.897.589/001-46, através, sediado à Av James Patrick Clark, 233 – Parque das Jabuticabeiras – Terra Rica Paraná, por intermédio do Diretor Presidente Adriano Sérgio Nunes, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Empresa FONSECA DA SILVA E GASPAROTTO LTDA, CNPJ nº 08.304.017/0001-44, com sede na AVENIDA SÃO PAULO, 691 CENTRO - CEP: 87890000 - BAIRRO: VILA BARBOSA, neste ato representada por AMAURI RICARDO FONSECA DA SILVA, com CPF/MF sob nº 014.692.619-60

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto originário): Registro de preço para **A**QUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (Pregão nº 10/2025, respaldado pela Lei nº 14.133/21).
CLÁUSULA SEGUNDA (Prorrogação de Vigência): Prorrogação do prazo de vigência da Ata por mais 12 meses, passando a vigorar até o dia **14/09/2027**.
CLÁUSULA TERCEIRA (Reajuste e Quantitativos): Renovação dos quantitativos previstos e reajuste dos valores unitários pelo índice IPCA de **4,22%**.
Tabela de Itens e Preços Reajustado

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001	1	58915	Areia Média (m³) Areia lavada, de granulometria média, limpa, isenta de impurezas orgânicas, utilizada em assentamentos e rebocos. Fornecimento por metro cúbico (m³).	PORTO RIO PARANA	M³	50,00	230,97	11.548,50
LOTE: 002	1	58916	Argamassa Argamassa pré-misturada industrializada, pronta para uso, ensacada, adequada para assentamento de blocos/tijolos e revestimento, atendendo à NBR 13281. Fornecimento em saco de 20 kg	BELITICOLA	SC	20,00	32,04	640,80
LOTE: 003	1	58917	Barra de ferro 1/2 Barra de aço CA-50, nervurada, bitola 1/2" (12,5 mm), comprimento de 12 metros, conforme NBR 7480, destinada a armaduras de concreto armado.	MAKROMETAL	BR	30,00	103,17	3.095,10
LOTE: 004	1	58918	Barra de ferro 12 mts 1/4 Barra de aço CA-50, nervurada, bitola 1/4" (6,3 mm), comprimento de 12 metros, conforme NBR 7480.	MAKROMETAL	BR	50,00	27,80	1.390,00
LOTE: 005	1	58919	Barra de ferro 12 mts 4,2 Barra de aço CA-60, nervurada, bitola 4,2 mm, comprimento de 12 metros, conforme NBR 7480.	MAKROMETAL	BR	50,00	18,41	920,50
LOTE: 006	1	58920	Barra de ferro 12 mts 5/16 Barra de aço CA-50, nervurada, bitola 5/16" (8 mm), comprimento de 12 metros, conforme NBR 7480.	MAKROMETAL	BR	20,00	58,20	1.164,00
LOTE: 007	1	58921	Barra de ferro 3/8 Barra de aço CA-50, nervurada, bitola 3/8" (10 mm), comprimento de 12 metros, conforme NBR 7480.	MAKROMETAL	BR	30,00	60,64	1.819,20
LOTE: 008	1	58932	Caibro de Madeira 5x5 cm 3 m Caibro de madeira de lei ou pinus tratado, seção de 5x5 cm, comprimento de 3 m, seco, sem empenamentos, rachaduras ou infestação por pragas.	PINOS	UND	90,00	15,64	1.407,60
LOTE: 009	1	58922	Cal Virgem 20 kg Cal virgem (óxido de cálcio), saco de 20 kg, para uso em argamassas e correção de solos, conforme NBR 7175.	PINO CAL	SC	150,00	22,28	3.342,00
LOTE: 010	1	58923	Cimento Comum Cimento Portland Composto CP II-F-32, saco de 50 kg, conforme NBR 11578, para uso geral em obras de alvenaria, revestimento e concreto.	CSN	SC	1.000,00	40,75	40.750,00
LOTE: 011	1	58924	Lajota de 6 furos 9x14x19cm Lajota cerâmica vermelha, com 6 furos, dimensões nominais 9x14x19 cm, conforme NBR 7171, utilizada em alvenarias de vedação.	CERAMICA 4 ESTRELAS	UND	3.000,00	1,64	4.920,00
LOTE: 012	1	58925	Pedra Brita 1/2 (m³) Brita graduada nº 1 (9,5 a 19 mm), limpa, isenta de impurezas, fornecida por metro cúbico (m³), utilizada em concretos e bases.	PEDREIRA ITAPOA	M³	25,00	179,65	4.491,25
LOTE: 013	1	58926	Pedra Brita tipo Pedrisco (m³) Brita graduada nº 0 (4,8 a 9,5 mm), limpa, isenta de impurezas, fornecida por metro cúbico (m³), utilizada em concretos e acabamentos.	PEDREIRA ITAPOA	M³	25,00	134,29	3.357,25
LOTE: 014	1	58927	Rejunte de Piso 1kg Rejunte cimentício industrializado, ensacado, para pisos e revestimentos, resistência mínima 2,5 MPa, fornecido em embalagem de 1 kg, conforme NBR 14992.	VOTORAN	SC	20,00	8,79	175,80
LOTE: 015	1	58928	Ripão de Pinus 5x2,5 de Ripão de madeira pinus tratado, seção 5x2,5 cm, seco, sem empenamentos ou rachaduras, comprimento mínimo de cada peça deverá ser de 3 metros	PINOS	M LIN	300,00	3,71	1.113,00
LOTE: 016	1	58929	Tábua de Pinus qualidade 30x2,5 de 3 m Tábua de madeira pinus de primeira qualidade, tratada, seção 30x2,5 cm, comprimento de 3 m, sem empenamentos, rachaduras ou infestação por pragas.	PINOS	UND	100,00	35,86	3.586,00
LOTE: 017	1	58930	Telha Duplan Telha cerâmica tipo Duplan, primeira qualidade,	BARRA BONITA	UND	1.500,00	2,83	4.245,00

			dimensão padrão de mercado, sem trincas, rachaduras ou deformações, conforme NBR 15310.					
LOTE: 018	1	58931	Tijolo Branco 5,3x9x19 Bloco de concreto (tijolo branco), dimensões 5,3x9x19 cm, resistência mínima à compressão de 4 MPa, conforme NBR 6136, para alvenaria de vedação.	DENARDE	UND	2.000,00	1,09	2.180,00
TOTAL								90.146,27

CLÁUSULA QUARTA (Valor Total): O valor total do aditivo é de **R$ 90.146,27** (noventa mil cento e quarenta e seis e vinte e sete centavos).
CLÁUSULA QUINTA (Ratificação): Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato originário nº 14/2025 de 22/09/2026.
Data do documento: Terra Rica - PR, 11/08/2026.

SAMAE de Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

Fonseca da Silva e Gasparotto LTDA
AMAURI RICARDO FONSECA DA SILVA

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:7F9F1162

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7292/2026

DATA 15/09/2026

Súmula. Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2910/2025 de 07/08/2025 E 3023/2025 de 16/12/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

12	Secretaria Municipal de Cultura	
12.01	Fundo Municipal de Cultura	
133920013.2.116000	Emenda Impositiva para atividades culturais	
3.3.90.30 (6234) (000)	Material de consumo	7.500,00

Total.....R$ 7.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial, será a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12	Secretaria Municipal de Cultura	
12.01	Fundo Municipal de Cultura	
133920013.2.116000	Emenda Impositiva para atividades culturais	
3.3.90.31 (6058) (000)	Premiações culturais, artísticas, cient., desport. e outras	7.500,00

Total.....R$ 7.500,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 15 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:46EE96E4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 4 BIM/2026

Municipio de Saudade do Iguacu-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	62.611.828,00	83.468.036,95	11.208.212,10	13,43	47.374.990,50	56,76	36.093.046,45
RECEITAS CORRENTES	62.565.828,00	64.141.209,44	9.792.571,39	15,27	40.145.269,32	62,59	23.995.940,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.027.741,00	5.027.741,00	858.744,81	17,08	3.249.040,64	64,62	1.778.700,36
Impostos	4.867.916,00	4.867.916,00	837.793,17	17,21	3.132.537,57	64,35	1.735.378,43
Taxas	159.825,00	159.825,00	20.951,64	13,11	116.503,07	72,89	43.321,93
CONTRIBUIÇÕES	647.766,00	647.766,00	108.372,54	16,73	474.656,39	73,28	173.109,61
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	647.766,00	647.766,00	108.372,54	16,73	474.656,39	73,28	173.109,61
RECEITA PATRIMONIAL	477.900,00	855.390,08	470.618,97	55,02	1.747.530,66	204,30	(892.140,58)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.300,00	1.300,00	-	-	-	-	1.300,00
Valores Mobiliários	476.600,00	854.090,08	470.618,97	55,10	1.747.530,66	204,61	(893.440,58)
RECEITA DE SERVIÇOS	141.788,00	141.788,00	13.793,09	9,73	49.921,69	35,21	91.866,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	455,00	455,00	-	-	-	-	455,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	17.000,00	17.000,00	-	-	-	-	17.000,00
Outros Serviços	124.333,00	124.333,00	13.793,09	11,09	49.921,69	40,15	74.411,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.199.889,00	57.397.780,36	8.307.393,30	14,47	34.452.796,37	60,02	22.944.983,99
Transferências da União e de suas Entidades	24.851.912,00	25.453.290,36	3.936.922,53	15,47	15.869.037,21	62,35	9.584.253,15
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	24.164.850,00	24.515.931,00	3.233.495,10	13,19	13.731.605,41	56,01	10.784.325,59
Transferências de Instituições Privadas	22.280,00	57.280,00	6.855,54	11,97	51.441,71	89,81	5.838,29
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.160.847,00	7.371.279,00	1.126.870,13	15,29	4.797.462,04	65,08	2.573.816,96
Outras Transferências	-	-	3.250,00	-	3.250,00	-	(3.250,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.744,00	70.744,00	33.648,68	47,56	171.323,57	242,17	(100.579,57)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.700,00	1.700,00	-	-	-	-	1.700,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	69.044,00	69.044,00	33.648,68	48,74	171.323,57	248,14	(102.279,57)
RECEITAS DE CAPITAL	46.000,00	19.326.827,51	1.415.640,71	7,32	7.229.721,18	37,41	12.097.106,33
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.000,00	19.326.827,51	1.415.640,71	7,32	7.229.721,18	37,41	12.097.106,33
Transferências da União e de suas Entidades	-	4.348.452,72	-	-	3.477.592,22	79,97	870.860,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	46.000,00	14.978.374,79	1.415.640,71	9,45	3.752.128,96	25,05	11.226.245,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.611.828,00	83.468.036,95	11.208.212,10	13,43	47.374.990,50	56,76	36.093.046,45
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	62.611.828,00	83.468.036,95	11.208.212,10	13,43	47.374.990,50	56,76	36.093.046,45
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	62.611.828,00	83.468.036,95	11.208.212,10	13,43	47.374.990,50	56,76	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	16.932.172,08	-	-	16.932.172,08	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	16.932.172,08	-	-	16.932.172,08	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	62.611.828,00	100.400.209,03	15.371.150,81	58.252.499,86	42.147.709,17	13.636.329,67	44.045.009,17	56.355.199,86	43.594.774,79	-
DESPESAS CORRENTES	59.886.712,05	71.950.356,49	9.192.272,90	39.358.781,84	32.591.574,65	9.955.602,52	35.593.450,09	36.356.906,40	35.143.215,71	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.228.983,00	37.443.722,39	5.430.627,39	19.967.879,98	17.475.842,41	5.379.463,05	19.870.868,96	17.572.853,43	19.503.022,57	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.281.000,00	1.281.000,00	192.567,86	775.847,21	505.152,79	192.567,86	775.847,21	505.152,79	775.847,21	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.376.729,05	33.225.634,10	3.569.077,65	18.615.054,65	14.610.579,45	4.383.571,61	14.946.733,92	18.278.900,18	14.864.345,93	-
DESPESAS DE CAPITAL	2.075.115,95	27.799.852,54	6.178.877,91	18.893.718,02	8.906.134,52	3.680.727,15	8.451.559,08	19.348.293,46	8.451.559,08	-

INVESTIMENTOS	1.264.115,95	26.979.852,54	6.048.629,94	18.373.386,83	8.606.465,71	3.550.479,18	7.931.227,89	19.048.624,65	7.931.227,89	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	811.000,00	820.000,00	130.247,97	520.331,19	299.668,81	130.247,97	520.331,19	299.668,81	520.331,19	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	650.000,00	-	-	650.000,00	-	-	650.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	62.611.828,00	100.400.209,03	15.371.150,81	58.252.499,86	42.147.709,17	13.636.329,67	44.045.009,17	56.355.199,86	43.594.774,79	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	62.611.828,00	100.400.209,03	15.371.150,81	58.252.499,86	42.147.709,17	13.636.329,67	44.045.009,17	56.355.199,86	43.594.774,79	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.329.981,33	-	3.780.215,71	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	62.611.828,00	100.400.209,03	15.371.150,81	58.252.499,86	-	13.636.329,67	47.374.990,50	-	47.374.990,50	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:2613A554

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇAO 4 BIM/2026

Municipio de Saudade do Iguacu - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**62.611.828,00**	**100.400.209,03**	**15.371.150,81**	**58.252.499,86**	**100,00**	**42.147.709,17**	**13.636.329,67**	**44.045.009,17**	**100,00**	**56.355.199,86**
Legislativa	3.732.796,71	3.732.796,71	335.186,29	1.529.369,04	2,63	2.203.427,67	357.107,90	1.511.624,98	3,43	2.221.171,73
Ação Legislativa	3.732.796,71	3.732.796,71	335.186,29	1.529.369,04	2,63	2.203.427,67	357.107,90	1.511.624,98	3,43	2.221.171,73
Administração	7.355.358,00	9.038.039,79	1.137.975,92	5.132.179,61	8,81	3.905.860,18	1.239.104,36	4.508.886,44	10,24	4.529.153,35
Administração Geral	5.527.603,00	6.812.284,79	853.827,01	3.799.369,47	6,52	3.012.915,32	961.059,20	3.398.583,31	7,72	3.413.701,48
Administração Financeira	496.155,00	516.155,00	69.398,50	294.816,90	0,51	221.338,10	72.484,67	285.651,51	0,65	230.503,49
Controle Interno	166.600,00	176.600,00	22.337,06	82.132,16	0,14	94.467,84	22.337,06	82.132,16	0,19	94.467,84
Ensino Profissional	83.000,00	101.000,00	608,18	39.488,74	0,07	61.511,26	608,18	21.488,74	0,05	79.511,26
Ensino Superior	1.082.000,00	1.432.000,00	191.805,17	916.372,34	1,57	515.627,66	182.615,25	721.030,72	1,64	710.969,28
Assistência Social	2.960.265,00	8.517.555,54	647.192,55	4.509.590,11	7,74	4.007.965,43	859.690,72	2.277.072,45	5,17	6.240.483,09
Administração Geral	215.896,00	269.799,84	36.745,82	127.664,14	0,22	142.135,70	34.805,08	121.899,40	0,28	147.900,44
Assistência à Pessoa Idosa	153.000,00	1.223.185,77	19.815,02	828.237,40	1,42	394.948,37	230.601,51	292.596,12	0,66	930.589,65
Assistência à Pessoa com Deficiência	265.996,00	295.465,05	135.581,99	244.840,21	0,42	50.624,84	41.270,23	134.070,79	0,30	161.394,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	686.711,00	3.252.224,78	174.901,29	2.349.304,16	4,03	902.920,62	322.300,30	849.368,51	1,93	2.402.856,27
Assistência Comunitária	576.586,00	645.630,36	70.323,61	266.957,60	0,46	378.672,76	48.126,71	235.056,96	0,53	410.573,40
Serviços Socioassistenciais	1.062.076,00	2.831.249,74	209.824,82	692.586,60	1,19	2.138.663,14	182.586,89	644.080,67	1,46	2.187.169,07

Saúde	15.024.225,29	18.278.302,65	2.581.447,08	10.267.256,78	17,63	8.011.045,87	2.790.796,38	9.816.652,73	22,29	8.461.649,92
Administração Geral	529.000,00	529.000,00	74.478,70	293.107,20	0,50	235.892,80	75.284,56	291.462,18	0,66	237.537,82
Tecnologia da Informação	94.600,00	150.078,52	0,00	86.128,80	0,15	63.949,72	27.209,60	45.209,60	0,10	104.868,92
Atenção Básica	8.382.020,29	10.548.446,20	1.548.100,16	5.924.594,29	10,17	4.623.851,91	1.583.947,16	5.726.044,41	13,00	4.822.401,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.949.000,00	4.568.317,89	594.415,87	2.706.405,20	4,65	1.861.912,69	702.263,51	2.499.715,40	5,68	2.068.602,49
Suporte Profilático e Terapêutico	1.226.971,00	1.427.597,65	269.969,98	862.854,16	1,48	564.743,49	298.953,18	860.204,16	1,95	567.393,49
Vigilância Sanitária	447.634,00	615.005,14	34.801,56	173.269,43	0,30	441.735,71	43.607,71	173.269,43	0,39	441.735,71
Vigilância Epidemiológica	146.000,00	159.000,00	23.902,09	80.436,98	0,14	78.563,02	23.902,09	80.436,98	0,18	78.563,02
Alimentação e Nutrição	249.000,00	280.857,25	35.778,72	140.460,72	0,24	140.396,53	35.628,57	140.310,57	0,32	140.546,68
Trabalho	681.000,00	681.000,00	12.841,22	215.062,38	0,37	465.937,62	41.294,02	162.052,17	0,37	518.947,83
Fomento ao Trabalho	681.000,00	681.000,00	12.841,22	215.062,38	0,37	465.937,62	41.294,02	162.052,17	0,37	518.947,83
Educação	16.608.472,00	20.988.698,82	2.446.156,20	10.543.032,61	18,10	10.445.666,21	2.700.654,29	9.655.764,80	21,92	11.332.934,02
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Administração Geral	354.000,00	354.000,00	33.197,66	173.661,11	0,30	180.338,89	34.996,22	171.039,81	0,39	182.960,19
Ensino Fundamental	8.468.321,00	11.796.333,34	1.228.941,49	6.028.518,26	10,35	5.767.815,08	1.537.664,74	5.328.346,22	12,10	6.467.987,12
Educação Infantil	7.601.151,00	8.651.115,48	1.104.339,60	4.158.604,40	7,14	4.492.511,08	1.097.404,69	4.037.871,89	9,17	4.613.243,59
Educação Especial	185.000,00	187.250,00	79.677,45	182.248,84	0,31	5.001,16	30.588,64	118.506,88	0,27	68.743,12
Cultura	242.000,00	689.869,29	20.455,29	460.925,27	0,79	228.944,02	20.865,29	460.319,27	1,05	229.550,02
Difusão Cultural	242.000,00	689.869,29	20.455,29	460.925,27	0,79	228.944,02	20.865,29	460.319,27	1,05	229.550,02
Direitos da Cidadania	64.000,00	140.258,03	10.095,91	24.362,03	0,04	115.896,00	20.865,83	22.412,03	0,05	117.846,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	64.000,00	140.258,03	10.095,91	24.362,03	0,04	115.896,00	20.865,83	22.412,03	0,05	117.846,00
Urbanismo	2.537.866,00	3.108.069,98	248.843,98	1.717.904,05	2,95	1.390.165,93	407.152,99	1.310.033,74	2,97	1.798.036,24
Serviços Urbanos	2.537.866,00	3.108.069,98	248.843,98	1.717.904,05	2,95	1.390.165,93	407.152,99	1.310.033,74	2,97	1.798.036,24
Habitação	62.000,00	1.362.000,00	0,00	0,00	0,00	1.362.000,00	0,00	0,00	0,00	1.362.000,00
Habitação Urbana	62.000,00	1.362.000,00	0,00	0,00	0,00	1.362.000,00	0,00	0,00	0,00	1.362.000,00
Saneamento	225.000,00	310.657,66	0,00	178.709,93	0,31	131.947,73	18.350,73	98.937,30	0,22	211.720,36
Saneamento Básico Rural	225.000,00	310.657,66	0,00	178.709,93	0,31	131.947,73	18.350,73	98.937,30	0,22	211.720,36
Gestão Ambiental	1.199.869,00	1.327.209,15	39.288,24	986.863,07	1,69	340.346,08	195.103,12	642.715,81	1,46	684.493,34
Preservação e Conservação Ambiental	220.369,00	288.246,13	39.288,24	185.361,43	0,32	102.884,70	50.077,25	132.591,04	0,30	155.655,09
Controle Ambiental	979.500,00	1.038.963,02	0,00	801.501,64	1,38	237.461,38	145.025,87	510.124,77	1,16	528.838,25
Agricultura	2.652.083,00	12.752.922,11	6.383.203,40	10.131.965,02	17,39	2.620.957,09	992.488,44	4.138.078,55	9,40	8.614.843,56
Administração Geral	141.000,00	141.000,00	18.549,86	74.754,60	0,13	66.245,40	18.549,86	74.362,50	0,17	66.637,50
Promoção da Produção Agropecuária	2.511.083,00	12.611.922,11	6.364.653,54	10.057.210,42	17,26	2.554.711,69	973.938,58	4.063.716,05	9,23	8.548.206,06
Indústria	421.000,00	926.699,05	35.654,13	568.176,78	0,98	358.522,27	115.981,22	346.826,78	0,79	579.872,27
Promoção Industrial	421.000,00	926.699,05	35.654,13	568.176,78	0,98	358.522,27	115.981,22	346.826,78	0,79	579.872,27
Comércio e Serviços	215.000,00	356.997,33	29.363,84	137.750,17	0,24	219.247,16	37.349,34	127.435,67	0,29	229.561,66
Promoção Comercial	215.000,00	356.997,33	29.363,84	137.750,17	0,24	219.247,16	37.349,34	127.435,67	0,29	229.561,66
Transporte	3.087.693,00	9.984.611,63	469.367,74	7.827.199,11	13,44	2.157.412,52	2.761.430,19	5.416.353,51	12,30	4.568.258,12
Transporte Rodoviário	3.087.693,00	9.984.611,63	469.367,74	7.827.199,11	13,44	2.157.412,52	2.761.430,19	5.416.353,51	12,30	4.568.258,12
Desporto e Lazer	562.000,00	2.466.374,05	241.239,75	743.879,27	1,28	1.722.494,78	239.815,61	627.945,48	1,43	1.838.428,57
Desporto Comunitário	422.000,00	2.099.412,44	129.113,72	482.285,14	0,83	1.617.127,30	117.455,96	417.159,35	0,95	1.682.253,09
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Lazer	140.000,00	366.961,61	112.126,03	261.594,13	0,45	105.367,48	122.359,65	210.786,13	0,48	156.175,48
Encargos Especiais	4.331.200,00	5.088.147,24	732.839,27	3.278.274,63	5,63	1.809.872,61	838.279,24	2.921.897,46	6,63	2.166.249,78
Serviço da Dívida Interna	2.081.000,00	2.090.000,00	322.815,83	1.296.178,40	2,23	793.821,60	322.815,83	1.296.178,40	2,94	793.821,60
Outros Encargos Especiais	2.250.200,00	2.998.147,24	410.023,44	1.982.096,23	3,40	1.016.051,01	515.463,41	1.625.719,06	3,69	1.372.428,18
Reservas	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
Reserva de Contingência	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	**62.611.828,00**	**100.400.209,03**	**15.371.150,81**	**58.252.499,86**	**100,00**	**42.147.709,17**	**13.636.329,67**	**44.045.009,17**	**100,00**	**56.355.199,86**
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***									
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal									

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:9718B1E2

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO RECEITAS E DESPESAS COM ASPS 4/BIM 2026

Municipio de Saudade do Iguacu-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2026/Bimestre Julho-Agosto
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.867.916,00	4.867.916,00	3.132.537,57	64,35
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	354.314,00	354.314,00	353.996,72	99,91
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	182.045,00	182.045,00	220.464,22	121,10
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.246.485,00	1.246.485,00	778.245,17	62,44
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.085.072,00	3.085.072,00	1.779.831,46	57,69
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	50.690.000,00	50.690.000,00	30.032.010,74	59,25
Cota-Parte FPM	21.390.000,00	21.390.000,00	13.869.516,44	64,84
Cota-Parte ITR	23.000,00	23.000,00	832,25	3,62
Cota-Parte IPVA	1.205.000,00	1.205.000,00	706.408,16	58,62
Cota-Parte ICMS	27.648.000,00	27.648.000,00	15.213.839,71	55,03
Cota-Parte IPI-Exportação	424.000,00	424.000,00	241.414,18	56,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	55.557.916,00	55.557.916,00	33.164.548,31	59,69

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.462.365,06	7.539.555,95	4.742.036,53	62,90	4.617.929,68	61,25	4.530.152,94	60,09
Despesas Correntes	6.455.365,06	7.532.555,95	4.742.036,53	62,95	4.617.929,68	61,31	4.530.152,94	60,14
Despesas de Capital	7.000,00	7.000,00	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.707.714,87	2.780.680,87	2.672.459,01	96,11	2.499.800,49	89,90	2.499.715,40	89,90
Despesas Correntes	2.701.892,47	2.774.858,47	2.671.551,52	96,28	2.498.893,00	90,05	2.498.893,00	90,05
Despesas de Capital	5.822,40	5.822,40	907,49	15,59	907,49	15,59	822,40	14,12
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	977.544,67	1.013.041,48	825.294,56	81,47	825.294,56	81,47	823.373,84	81,28
Despesas Correntes	974.415,52	1.009.912,33	823.607,07	81,55	823.607,07	81,55	821.601,26	81,35
Despesas de Capital	3.129,15	3.129,15	1.687,49	53,93	1.687,49	53,93	1.772,58	56,65
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	168.000,00	168.000,00	83.206,88	49,53	83.206,88	49,53	80.315,00	47,81
Despesas Correntes	165.000,00	165.000,00	83.206,88	50,43	83.206,88	50,43	80.315,00	48,68
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	145.000,00	158.000,00	80.436,98	50,91	80.436,98	50,91	78.578,01	49,73
Despesas Correntes	144.000,00	157.000,00	80.436,98	51,23	80.436,98	51,23	78.578,01	50,05
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	249.000,00	249.000,00	108.789,21	43,69	108.639,06	43,63	105.829,08	42,50
Despesas Correntes	247.000,00	247.000,00	108.789,21	44,04	108.639,06	43,98	105.829,08	42,85
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	580.000,00	580.000,00	331.050,00	57,08	292.985,78	50,51	287.368,01	49,55
Despesas Correntes	577.000,00	577.000,00	331.050,00	57,37	292.985,78	50,78	287.368,01	49,80

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	11.289.624,60	12.488.278,30	8.843.273,17	70,81	8.508.293,43	68,13	8.405.332,28	67,31

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	8.843.273,17	8.508.293,43	8.405.332,28
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	8.843.273,17	8.508.293,43	8.405.332,28
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.974.682,25
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			4.974.682,25
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	3.533.611,18	3.430.650,03
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	25,65	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	4.974.682,25	8.508.293,43	3.533.611,18	-	-	-	-	-	-	3.533.611,18
Empenhos de 2025	7.498.137,99	12.243.351,11	4.745.213,12	193.132,43	-	-	109.621,98	30.359,62	53.150,83	4.692.062,29
Empenhos de 2024	7.191.504,87	11.006.219,75	3.814.714,88	237.111,91	-	-	202.669,97	12.655,68	21.786,26	3.792.928,62
Empenhos de 2023	6.897.217,73	10.953.277,83	4.056.060,10	138.068,29	-	-	132.008,51	243,40	5.816,38	4.050.243,72

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	7.253.465,31	10.378.654,80	3.125.189,49	177.193,25	-	-	172.069,57	-	5.123,68	3.120.065,81
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	5.123,68	-	-	-	5.123,68
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	5.123,68	-	-	-	5.123,68

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.016.400,00	2.160.318,44	2.157.353,35	99,86
Proveniente da União	1.612.878,00	1.645.724,88	817.297,40	49,66
Proveniente dos Estados	403.522,00	514.593,56	1.340.055,95	260,41
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.016.400,00	2.160.318,44	2.157.353,35	99,86

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.786.749,09	2.771.697,50	1.179.247,05	42,55	1.104.804,02	39,86	1.094.021,88	39,47
Despesas Correntes	1.786.349,09	2.463.884,57	1.099.901,98	44,64	1.052.879,06	42,73	1.042.096,92	42,29

Despesas de Capital	400,00	307.812,93	79.345,07	25,78	51.924,96	16,87	51.924,96	16,87

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	-	109.021,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	109.021,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	16.971,00	85.100,84	37.474,51	44,04	34.824,51	40,92	34.824,51	40,92
Despesas Correntes	10.471,00	21.909,63	11.562,00	52,77	11.562,00	52,77	11.562,00	52,77
Despesas de Capital	6.500,00	63.191,21	25.912,51	41,01	23.262,51	36,81	23.262,51	36,81
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	278.634,00	446.005,14	90.062,55	20,19	90.062,55	20,19	90.062,55	20,19
Despesas Correntes	237.634,00	302.634,00	85.622,55	28,29	85.622,55	28,29	85.622,55	28,29
Despesas de Capital	41.000,00	143.371,14	4.440,00	3,10	4.440,00	3,10	4.440,00	3,10
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	31.857,25	31.671,51	99,42	31.671,51	99,42	31.671,51	99,42
Despesas Correntes	-	31.857,25	31.671,51	99,42	31.671,51	99,42	31.671,51	99,42
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	43.600,00	99.078,52	48.186,00	48,63	43.686,00	44,09	43.686,00	44,09
Despesas Correntes	43.600,00	99.078,52	48.186,00	48,63	43.686,00	44,09	43.686,00	44,09
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.125.954,09	3.542.760,25	1.386.641,62	39,14	1.305.048,59	36,84	1.294.266,45	36,53

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.249.114,15	10.311.253,45	5.921.283,58	57,43	5.722.733,70	55,50	5.624.174,82	54,54
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.707.714,87	2.889.701,87	2.672.459,01	92,48	2.499.800,49	86,51	2.499.715,40	86,50

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	994.515,67	1.098.142,32	862.769,07	78,57	860.119,07	78,32	858.198,35	78,15
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	446.634,00	614.005,14	173.269,43	28,22	173.269,43	28,22	170.377,55	27,75
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	145.000,00	158.000,00	80.436,98	50,91	80.436,98	50,91	78.578,01	49,73
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	249.000,00	280.857,25	140.460,72	50,01	140.310,57	49,96	137.500,59	48,96
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	623.600,00	679.078,52	379.236,00	55,85	336.671,78	49,58	331.054,01	48,75
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	13.415.578,69	16.031.038,55	10.229.914,79	63,81	9.813.342,02	61,21	9.699.598,73	60,51

Notas:

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:5BF33D72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE FINANÇAS
LDO 2027

LEI Nº 701/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, relativo ao Exercício Financeiro de 2027.

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:
I - fornecida pelos órgãos competentes, quanto as transferências legais da União e do Estado;
II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.
§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º- A reserva de contingência se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
Parágrafo Único – No último bimestre do exercício, contatado a inexistência de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, poderá o Executivo Municipal se utilizar para suplementação de dotações na manutenção de atividades.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º- A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.
Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:
I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;
II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual (15%) definido na Emenda Constitucional nº 29;
III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinqüenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;
IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25;
V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;
Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.
§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.
§2º – Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2026, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes do Anexo I desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.
Parágrafo Único : - O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária, a inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12 - Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:
I - quanto a natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso sendo que o controle a nível de elemento e subelemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente:
II - quanto a classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;
Parágrafo 1º - A critério do Executivo Municipal poderá o orçamento ser elaborado em nível de detalhamento menor, quanto a natureza de despesa, que o de modalidade de aplicação.
Parágrafo 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso.
Parágrafo 3º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:
I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;
II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;
III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programatica;
IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;
Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:
I - que não sejam compatíveis com esta Lei;
II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.
Art. 16 - A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.
Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:
I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação,
II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.
Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2027 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:
I – voltadas para ações de saúde de atendimento direto e gratuito ao público;
II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;
III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;
IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxilios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitario;
V – entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer e o esporte.
Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.
§ 1º – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda "per capita", não ultrapasse na média a 1/4 (um quarto) salário mínimo vigente no Pais por individuo que compõe a família, conforme Lei municipal 274/2007.

§ 2º - Independerá de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados pelo Chefe do Executivo Municipal.
Art. 20 – São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação e ampliação de empresas ou industrias no Município, cuja concessão obedecerá os critérios definidos na Lei Municipal nº 336 de 15/12/2009 e suas alterações.
Art 21 – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2027 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2026.
§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.
§ 2º - Até o dia 05 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Municipio, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analiticos das despesas realizadas.

Art. 22 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2027 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2026.
§ 1º – A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as alterações necessárias no Anexo I das metas e prioridades para 2027 devido as modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2027 à Camara Municipal.

Art 23 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2027 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2027 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.
Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
Art. 24 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renuncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.
Art. 25 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Parágrafo Único - No caso do Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os repasses dos valores financeiros, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.
Art. 26 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:
I - a obrigações constitucionais e legais do Município;
II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;
III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;
IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art 27.- Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 28 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.
Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 29 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;
II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.
Art 30 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.
Parágrafo 1º - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no "caput" podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.
Parágrafo 2º - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do "caput" deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando consequentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 31 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:
I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;
II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;
III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;
IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.
Art 32 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até dez por cento para cobrir custos regionais não previstos no CUB.

Art 33 – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:
I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;
II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.
Art 34 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:
I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;
II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art 35 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.
Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterá, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art 36 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:
I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;
II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;
III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total geral do orçamento fiscal, nos termos da legislação vigente;
IV transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.;
V - proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, sem que tais alterações sejam computadas para fins do limite previsto no inciso III;
VI - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Art. 37 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente à segurança pública, assistência jurídica, trânsito, incentivo ao emprego e a cessão de servidores públicos municipais a outros entes públicos e associações de caráter beneficente, reconhecidamente de utilidade pública, sediadas no município de Bela Vista da Caroba, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.
Art. 38 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 39 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art 40 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2027, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 41 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 42 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianul, bem como as suas alterações em suas metas física e financeira, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2027.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPALDE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, EM 14 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Município de Bela Vista da Caroba - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
2027											
AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)											**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	22.866.820,97	24.925.590,52	9,00	27.209.197,00	9,16	37.345.524,15	37,25	40.488.137,84	8,41	44.184.028,14	9,13
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	22.844.864,57	24.901.658,06	9,00	27.184.605,00	9,17	36.889.601,49	35,70	39.844.769,60	8,01	43.432.998,77	9,01
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	19.022.833,13	20.734.888,00	9,00	30.440.564,58	46,81	32.684.836,76	7,37	35.454.595,46	8,47	38.697.466,95	9,15
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	18.960.430,73	20.668.128,99	9,01	30.432.564,58	47,24	32.676.276,76	7,37	35.445.350,66	8,47	38.687.390,12	9,15
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	3.884.433,84	4.233.529,07	8,99	(3.247.959,58)	(176,72)	4.213.324,73	(229,72)	4.399.418,94	4,42	4.745.608,65	7,87
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	3.884.433,84	4.233.529,07	8,99	(3.247.959,58)	(176,72)	4.213.324,73	(229,72)	4.399.418,94	4,42	4.745.608,65	7,87
Dívida Pública Consolidada (DC)	51.621,59	77.911,49	50,93	83.710,63	7,44	81.807,06	(2,27)	53.000,00	(35,21)	40.000,00	(24,53)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(1.448.378,41)	(1.122.088,51)	(22,53)	(4.916.289,37)	338,14	(5.718.192,94)	16,31	(4.747.000,00)	(16,98)	(3.760.000,00)	(20,79)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	427.550,91	326.289,90	(23,68)	(3.794.200,86)	(1.262,8	(801.903,57)	(78,87)	971.192,94	(221,11)	987.000,00	1,63
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
FONTE: Sistema e-Pública (1638-9732-794). Unidade Responsável: Município de Bela Vista da Caroba - PR. Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 10:45.											

Município de Bela Vista da Caroba - PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES	
2027	
AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)	**R$ 1,00**
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.	

Município de Bela Vista da Caroba - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	67.603.492,16	53,76	52.796.867,92	54,91	41.342.793,68	56,45
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	58.154.325,54	46,24	43.347.701,30	45,09	31.893.627,06	43,55
TOTAL	125.757.817,70	100,00	96.144.569,22	100,00	73.236.420,74	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1784-2072-955). Unidade Responsável: Município de Bela Vista da Caroba - PR. Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 09:52.

Município de Bela Vista da Caroba - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027

ARF - (LRF, art. 4º, § 3º) — R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	240.000,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.	240.000,00
SUBTOTAL	240.000,00	SUBTOTAL	240.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	1.500.000,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.	1.500.000,00
Discrepância de Projeções	2.000.000,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.	2.000.000,00
SUBTOTAL	3.500.000,00	SUBTOTAL	3.500.000,00
TOTAL	3.740.000,00	TOTAL	3.740.000,00

FONTE: Sistema e-Pública (1538-1363-437). Unidade Responsável: Município de Bela Vista da Caroba - PR. Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 09:51.

Município de Bela Vista da Caroba - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2027

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) X 100	% RCL (a/RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) X 100	% RCL (b/RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) (c/RCL) X 100	% RCL X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	37.345.524,15	0,00	0,000	0,000	40.488.137,84	0,00	0,000	0,000	44.184.028,14	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.889.601,49	0,00	0,000	0,000	39.844.769,60	0,00	0,000	0,000	43.432.998,77	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias Correntes	36.848.192,49	0,00	0,000	0,000	39.800.047,88	0,00	0,000	0,000	43.384.252,10	0,00	0,000	0,000
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.923.860,00	0,00	0,000	0,000	2.077.768,80	0,00	0,000	0,000	2.264.767,95	0,00	0,000	0,000
Transferências Correntes	34.579.792,49	0,00	0,000	0,000	37.350.175,88	0,00	0,000	0,000	40.713.891,69	0,00	0,000	0,000
Demais Receitas Primárias Correntes	344.540,00	0,00	0,000	0,000	372.103,20	0,00	0,000	0,000	405.592,46	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias de Capital	41.409,00	0,00	0,000	0,000	44.721,72	0,00	0,000	0,000	48.746,67	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	32.684.836,76	0,00	0,000	0,000	35.454.595,46	0,00	0,000	0,000	38.697.466,95	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	32.676.276,76	0,00	0,000	0,000	35.445.350,66	0,00	0,000	0,000	38.687.390,12	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Correntes	30.696.632,64	0,00	0,000	0,000	33.307.335,00	0,00	0,000	0,000	36.356.953,12	0,00	0,000	0,000
Pessoal e Encargos Sociais	15.694.304,55	0,00	0,000	0,000	17.128.452,67	0,00	0,000	0,000	18.624.389,76	0,00	0,000	0,000
Outras Despesas Correntes	15.002.328,09	0,00	0,000	0,000	16.178.882,33	0,00	0,000	0,000	17.732.563,36	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias de Capital	1.979.644,12	0,00	0,000	0,000	2.138.015,66	0,00	0,000	0,000	2.330.437,00	0,00	0,000	0,000
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	4.213.324,73	0,00	0,000	0,000	4.399.418,94	0,00	0,000	0,000	4.745.608,65	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	4.213.324,73	0,00	0,000	0,000	4.399.418,94	0,00	0,000	0,000	4.745.608,65	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Município de Bela Vista da Caroba - PR												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS ANUAIS												
2027												
												R$ 1,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	81.807,06	0,00	0,000	0,000	53.000,00	0,00	0,000	0,000	40.000,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(5.718.192,94)	0,00	0,000	0,000	(4.747.000,00)	0,00	0,000	0,000	(3.760.000,00)	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
FONTE: Sistema e-Pública (1924-5319-543). Unidade Responsável: Município de Bela Vista da Caroba - PR. Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 10:45.												
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.												

			R$ 1,00
Parâmetros	2027	2028	2029
PIB nominal	0,00	0,00	0,000
Receita Corrente Líquida - RCL	0,00	0,00	0,000

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1587-5571-587	
Metas da Dívida Pública						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2023**			**2024**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Dívida consolidada	**124.070,68**		**64.632,77**	**51.621,59**		**102.618,32**
Divida mobiliária						
Outras dívidas	124.070,68		64.632,77	51.621,59		102.618,32
Deduções	**2.000.000,00**		**5.602.070,65**	**1.500.000,00**		**4.759.002,90**
Ativo disponível	2.000.000,00		5.811.903,55	1.500.000,00		4.848.663,70
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados			-209.832,90			-89.660,80
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1587-5571-587	
Metas da Dívida Pública						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Dívida consolidada	**77.911,49**		**87.560,53**	**83.710,63**		
Divida mobiliária						
Outras dívidas	77.911,49		87.560,53	83.710,63		
Deduções	**1.200.000,00**		**10.906.703,46**	**5.000.000,00**		
Ativo disponível	1.200.000,00		11.193.203,46	5.000.000,00		
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados			-286.500,00			
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1587-5571-587	
Metas da Dívida Pública						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação						
Dívida consolidada	**81.807,06**		**53.000,00**		**40.000,00**	
Divida mobiliária						
Outras dívidas	81.807,06		53.000,00		40.000,00	
Deduções	**5.800.000,00**		**4.800.000,00**		**3.800.000,00**	
Ativo disponível	5.800.000,00		4.800.000,00		3.800.000,00	
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados						
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1658-4407-036	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2023**			**2024**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)						
Receitas correntes	**21.078.073,38**		**13.046.058,48**	**22.764.319,25**		**14.951.111,98**
Receita tributária	**864.025,00**		**1.452.120,77**	**933.147,00**		**1.635.788,28**
Impostos	806.245,00		1.395.409,27	870.744,60		1.582.670,76
Taxas	53.500,00		56.711,50	57.780,00		53.117,52
Contribuição de melhorias	4.280,00			4.622,40		
Receita de contribuições	**238.610,00**		**250.992,59**	**257.698,80**		**278.687,38**
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	238.610,00		250.992,59	257.698,80		278.687,38
Receita patrimonial	**20.330,00**		**640.217,14**	**21.956,40**		**765.092,16**
Receitas imobiliárias			31,60			
Receitas de valores mobiliários	**20.330,00**		**640.185,54**	**21.956,40**		**765.092,16**
Aplicações financeiras	20.330,00		640.185,54	21.956,40		765.092,16
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	88.810,00		100.328,97	95.914,80		123.060,67
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**19.866.298,38**		**10.602.399,01**	**21.455.602,25**		**12.148.483,49**
Transferências intergovernamentais	**19.866.298,38**		**10.590.399,01**	**21.455.602,25**		**12.118.483,49**
Transferências da união	**13.538.318,38**		**3.383.862,16**	**14.621.383,85**		**3.472.795,64**
Cota parte do FPM	11.128.000,00			12.018.240,00		
Complementação cota-parte do FPM	856.000,00		1.486.399,41	924.480,00		1.799.726,16
Cota-parte do ITR	4.280,00		6.140,89	4.622,40		7.289,80
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos			325.776,82			349.826,67
Cota-parte do FEP	166.920,00		322.406,97	180.273,60		346.111,07
Transferências de recursos do SUS	1.027.707,18			1.109.923,75		
Transferências de recursos FNAS	114.661,20		184.182,84	123.834,10		154.638,11
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**240.750,00**		**1.058.955,23**	**260.010,00**		**815.203,83**
Transferências do salário educação	123.050,00		168.496,42	132.894,00		173.942,62
Demais transferências de recursos do FN	117.700,00		110.400,22	127.116,00		157.350,04

Demais transferências da União			780.058,59			483.911,17
Transferências do Estado	**4.273.580,00**		**4.919.115,98**	**4.615.466,40**		**5.343.897,58**
Cota-parte do ICMS	3.638.000,00		3.865.913,64	3.929.040,00		4.276.198,21
Cota-parte do IPVA	331.700,00		410.736,58	358.236,00		447.092,76

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**			**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/						1658-4407-036
Metas da Receita						
						LDO 2027 - Valores em R$
Cota-parte do IPI	53.500,00		39.924,25	57.780,00		64.641,14
Cota-parte da CIDE	10.700,00		1.688,02	11.556,00		12.168,53
Demais transferências dos Estados	239.680,00		600.853,49	258.854,40		543.796,94
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**2.054.400,00**		**2.287.420,87**	**2.218.752,00**		**3.301.790,27**
Transferências de recursos do FUNDEB	2.054.400,00		2.247.420,87	2.218.752,00		3.301.790,27
Demais transferências multigovernamentais			40.000,00			
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios			12.000,00			30.000,00
Demais transferencias correntes						
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital	**94.909,00**		**3.138.684,44**	**102.501,72**		**6.079.817,07**
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						**797.200,00**
Alienação de bens móveis						797.200,00
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**94.909,00**		**3.138.684,44**	**102.501,72**		**5.282.617,07**
Transferências intergovernamentais	94.909,00		2.064.499,15	102.501,72		4.393.417,07
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital			1.074.185,29			889.200,00
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1658-4407-036

Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1658-4407-036	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)						
Receitas correntes	**24.813.863,65**		**17.764.063,61**	**27.096.192,00**		
Receita tributária	**1.017.130,18**		**1.898.154,05**	**1.065.000,00**		
Impostos	949.111,59		1.836.639,52	1.000.000,00		
Taxas	62.980,19		61.514,53	60.000,00		
Contribuição de melhorias	5.038,40			5.000,00		
Receita de contribuições	**280.891,68**		**195.731,48**	**280.000,00**		
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	280.891,68		195.731,48	280.000,00		
Receita patrimonial	**23.932,46**		**1.219.767,23**	**24.592,00**		
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários	**23.932,46**		**1.219.767,23**	**24.592,00**		
Aplicações financeiras	23.932,46		1.219.767,23	24.592,00		
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	104.547,12		163.301,92	1.050.000,00		
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**23.387.362,21**		**14.287.108,93**	**24.676.600,00**		
Transferências intergovernamentais	**23.387.362,21**		**14.242.108,93**	**24.676.600,00**		
Transferências da união	**15.938.064,15**		**4.296.744,66**	**17.008.000,00**		
Cota parte do FPM	13.099.881,60			14.155.000,00		
Complementação cota-parte do FPM	1.007.683,20		2.335.447,81	1.008.000,00		
Cota-parte do ITR	5.038,42		7.901,76	5.000,00		
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos			369.312,61			
Cota-parte do FEP	197.253,98		365.303,55	198.000,00		
Transferências de recursos do SUS	1.209.816,88			1.209.000,00		
Transferências de recursos FNAS	134.979,17		187.450,33	145.000,00		
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**283.410,90**		**1.031.328,60**	**288.000,00**		
Transferências do salário educação	144.854,46		193.998,70	148.000,00		
Demais transferências de recursos do FN	138.556,44		158.498,89	140.000,00		
Demais transferências da União			678.831,01			
Transferências do Estado	**5.030.858,38**		**5.895.220,77**	**5.149.100,00**		
Cota-parte do ICMS	4.282.653,60		4.412.226,60	4.389.000,00		
Cota-parte do IPVA	390.477,24		477.006,83	401.500,00		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1658-4407-036	

Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Cota-parte do IPI	62.980,20		64.680,03	62.500,00		
Cota-parte da CIDE	12.596,04		11.310,33	12.900,00		
Demais transferências dos Estados	282.151,30		929.996,98	283.200,00		
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**2.418.439,68**		**4.050.143,50**	**2.519.500,00**		
Transferências de recursos do FUNDEB	2.418.439,68		4.050.143,50	2.519.500,00		
Demais transferências multigovernamentais						
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios			45.000,00			
Demais transferencias correntes						
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital	**111.726,87**		**10.427.913,08**	**113.005,00**		
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**111.726,87**		**10.427.913,08**	**113.005,00**		
Transferências intergovernamentais	111.726,87		8.684.775,66	113.005,00		
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital			1.743.137,42			
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1658-4407-036	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1658-4407-036	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação						
Receita Corrente Líquida (RCL)						
Receitas correntes	**37.250.615,15**		**40.385.636,12**		**44.072.301,27**	
Receita tributária	**1.923.860,00**		**2.077.768,80**		**2.264.767,95**	
Impostos	1.831.840,00		1.978.387,20		2.156.442,02	
Taxas	92.020,00		99.381,60		108.325,93	
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições	**227.910,00**		**246.142,80**		**268.295,64**	
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	227.910,00		246.142,80		268.295,64	
Receita patrimonial	**402.422,66**		**585.588,24**		**688.049,17**	
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários	**402.422,66**		**585.588,24**		**688.049,17**	
Aplicações financeiras	402.422,66		585.588,24		688.049,17	
Outras receitas de valores mobiliários						
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	116.630,00		125.960,40		137.296,82	
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**34.579.792,49**		**37.350.175,88**		**40.713.891,69**	
Transferências intergovernamentais	**34.569.627,49**		**37.339.197,68**		**40.701.925,48**	
Transferências da união	**24.510.160,32**		**26.470.973,13**		**28.853.360,71**	
Cota parte do FPM	19.581.248,56		21.147.748,44		23.051.045,80	
Complementação cota-parte do FPM	1.925.706,99		2.079.763,55		2.266.942,27	
Cota-parte do ITR	5.350,00		5.778,00		6.298,01	
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos	4.922,00		5.315,76		5.794,18	
Cota-parte do FEP	420.510,00		454.150,80		495.024,37	
Transferências de recursos do SUS	1.784.387,03		1.927.137,98		2.100.580,40	
Transferências de recursos FNAS	183.612,00		198.300,96		216.148,04	
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87	30.816,00		33.281,28		36.276,60	
Transferências de recursos do FNDE	**573.607,74**		**619.496,36**		**675.251,04**	
Transferências do salário educação	218.280,00		235.742,40		256.959,22	
Demais transferências de recursos do FN	173.427,74		187.301,96		204.159,14	
Demais transferências da União	181.900,00		196.452,00		214.132,68	
Transferências do Estado	**5.665.067,17**		**6.118.272,55**		**6.668.917,09**	
Cota-parte do ICMS	4.804.308,46		5.188.653,14		5.655.631,92	
Cota-parte do IPVA	502.308,71		542.493,41		591.317,82	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br			**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					1658-4407-036	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Cota-parte do IPI	42.800,00		46.224,00		50.384,16	
Cota-parte da CIDE	10.700,00		11.556,00		12.596,04	
Demais transferências dos Estados	304.950,00		329.346,00		358.987,15	
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**4.394.400,00**		**4.749.952,00**		**5.179.647,68**	
Transferências de recursos do FUNDEB	4.394.400,00		4.749.952,00		5.179.647,68	

Demais transferências multigovernamentais						
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes	10.165,00		10.978,20		11.966,21	
Outras receitas correntes						
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes						
Receita de capital	**94.909,00**		**102.501,72**		**111.726,87**	
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos	**53.500,00**		**57.780,00**		**62.980,20**	
Alienação de bens móveis	53.500,00		57.780,00		62.980,20	
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**41.409,00**		**44.721,72**		**48.746,67**	
Transferências intergovernamentais	41.409,00		44.721,72		48.746,67	
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital						
Outras receitas de capital						
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1658-4407-036
Metas da Receita		
LDO 2027 - Valores em R$		

Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 0.91 Contribuições ao PASEP		
Objetivo: Recolhimento do PASEP		
Tipo: 0 - Operação Especial		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Unidade orçamentária: 90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Classificação Funcional		

Função: 28 - Encargos Especiais			
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais			
Classificação Programática			
Programa: 0 - Operações Especiais			
Objetivo: Garantir o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) dentro dos prazos legais, mesmo em número reduzido. Reservar recursos para eventuais encargos financeiros, como multas, correções e juros legais incidentes sobre decisões judiciais ou acordos. Manter o município adimplente perante a União, o Estado e demais órgãos de controle, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Oferecer suporte orçamentário para despesas extraordinárias e não recorrentes, como restituições, indenizações ou aportes legais obrigatórios. Assegurar a regularidade contábil e financeira em relação às obrigações de longo prazo, mesmo que inexistam contratos de dívida ativa no momento. Prevenir riscos fiscais, com planejamento e controle das despesas passivas, garantindo previsibilidade e equilíbrio nas contas públicas.			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		321.000,00
1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478	-		4.280,00
1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	-		214,00
		Total:	**325.494,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			**Julyegge** 1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 0.92 Gerenciamento do Passivo Governamental			
Objetivo: Assegurar a sustentabilidade da dívida pública Evitar que a dívida cresça de forma insustentável em relação ao PIB ou à capacidade de pagamento do governo.Minimizar o custo de financiamento no médio e longo prazo Buscar as melhores condições de juros e prazos para reduzir o peso da dívida sobre o orçamento.Controlar os riscos associados à dívida Como: Risco de taxa de juros (quando os juros variam muito) Risco cambial (quando parte da dívida está em moeda estrangeira) Risco de refinanciamento (não conseguir rolar a dívida no futuro)Promover previsibilidade e estabilidade no fluxo de pagamentos Para que o governo possa planejar suas despesas com mais segurança, sem surpresas com vencimentos concentrados ou aumento abrupto de encargos.Aprimorar a composição da dívida Buscar uma estrutura mais equilibrada entre prazos, tipos de juros (prefixados, indexados à inflação, etc.) e moedas.Fortalecer a credibilidade e a transparência da política fiscal A boa gestão do passivo gera confiança em investidores, agências de rating e na população, reduzindo o risco-país.			
Tipo: 0 - Operação Especial			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Classificação Funcional			
Função: 28 - Encargos Especiais			
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais			
Classificação Programática			
Programa: 0 - Operações Especiais			
Objetivo: Garantir o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) dentro dos prazos legais, mesmo em número reduzido. Reservar recursos para eventuais encargos financeiros, como multas, correções e juros legais incidentes sobre decisões judiciais ou acordos. Manter o município adimplente perante a União, o Estado e demais órgãos de controle, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Oferecer suporte orçamentário para despesas extraordinárias e não recorrentes, como restituições, indenizações ou aportes legais obrigatórios. Assegurar a regularidade contábil e financeira em relação às obrigações de longo prazo, mesmo que inexistam contratos de dívida ativa no momento. Prevenir riscos fiscais, com planejamento e controle das despesas passivas, garantindo previsibilidade e equilíbrio nas contas públicas.			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		35.310,00
		Total:	**35.310,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			**Julyegge** 1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 0.93 Encargos de Natureza Judicial / Precatórios			
Objetivo: Cumprir obrigações legais e constitucionais Garantir o pagamento tempestivo de sentenças e precatórios, respeitando os prazos legais e os direitos dos credores. Assegurar previsibilidade orçamentária e financeira Planejar adequadamente os pagamentos decorrentes de decisões judiciais, evitando surpresas fiscais. Reduzir o impacto fiscal dessas despesas Adotar medidas para minimizar o crescimento das despesas judiciais e evitar pressões excessivas sobre o orçamento público. Melhorar a gestão dos passivos judiciais Acompanhar, controlar e atualizar os processos com risco de condenação, para facilitar a projeção de gastos futuros. Promover a transparência e a responsabilidade na gestão pública Tornar claras as despesas judiciais, os critérios de pagamento e a origem das condenações, aumentando a accountability do Estado. Fomentar acordos e soluções alternativas de conflito Buscar a redução do volume de demandas judiciais por meio de conciliações, acordos e programas de regularização. Aprimorar a governança jurídica e institucional Fortalecer a articulação entre os órgãos jurídicos, financeiros e de controle para uma gestão mais eficiente dos encargos judiciais.			
Tipo: 0 - Operação Especial			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Classificação Funcional			
Função: 28 - Encargos Especiais			

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais			
Classificação Programática			
Programa: 0 - Operações Especiais			
Objetivo: Garantir o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) dentro dos prazos legais, mesmo em número reduzido. Reservar recursos para eventuais encargos financeiros, como multas, correções e juros legais incidentes sobre decisões judiciais ou acordos. Manter o município adimplente perante a União, o Estado e demais órgãos de controle, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Oferecer suporte orçamentário para despesas extraordinárias e não recorrentes, como restituições, indenizações ou aportes legais obrigatórios. Assegurar a regularidade contábil e financeira em relação às obrigações de longo prazo, mesmo que inexistam contratos de dívida ativa no momento. Prevenir riscos fiscais, com planejamento e controle das despesas passivas, garantindo previsibilidade e equilíbrio nas contas públicas.			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		74.900,00
		Total:	**74.900,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			**Julyegge** 1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 0.99 Reserva de Contingência			
Objetivo: Garantir recursos para cobrir riscos fiscais imprevistos e atender passivos contingentes ou outros eventos não planejados no orçamento Cobrir despesas urgentes e inesperadas, como desastres naturais, epidemias ou colapsos em serviços essenciais. Dar suporte a riscos fiscais identificados na LDO, como decisões judiciais inesperadas ou queda de arrecadação. Atender passivos contingentes, como ações judiciais que ainda não transitaram em julgado, mas que têm risco de condenação.			
Tipo: 0 - Operação Especial			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Classificação Funcional			
Função: 99 - Reserva de Contingência			
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência			
Classificação Programática			
Programa: 0 - Operações Especiais			
Objetivo: Garantir o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) dentro dos prazos legais, mesmo em número reduzido. Reservar recursos para eventuais encargos financeiros, como multas, correções e juros legais incidentes sobre decisões judiciais ou acordos. Manter o município adimplente perante a União, o Estado e demais órgãos de controle, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Oferecer suporte orçamentário para despesas extraordinárias e não recorrentes, como restituições, indenizações ou aportes legais obrigatórios. Assegurar a regularidade contábil e financeira em relação às obrigações de longo prazo, mesmo que inexistam contratos de dívida ativa no momento. Prevenir riscos fiscais, com planejamento e controle das despesas passivas, garantindo previsibilidade e equilíbrio nas contas públicas.			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1999 - Reservas de Contingências	-		743.367,68
		Total:	**743.367,68**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			**Julyegge** 1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 1.9 Investimento em Patrulha Mecanizada Rural			
Objetivo: Ampliar e modernizar a frota de máquinas e equipamentos destinados à manutenção e melhoria das estradas vicinais e da infraestrutura rural, promovendo a mobilidade no campo, o escoamento da produção agrícola e o desenvolvimento das comunidades rurais.			
Tipo: 1 - Projetos			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Classificação Funcional			
Função: 20 - Agricultura			
Subfunção: 605 - Abastecimento			
Classificação Programática			
Programa: 7 - Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolvimento Rural			
Objetivo: 1. Aumentar a produtividade sem degradar o meio ambiente Incentivar práticas de agricultura de base ecológica, como o plantio direto, rotação de culturas e compostagem. Apoiar o uso de sementes crioulas adaptadas ao clima local. 2. Reduzir a dependência de insumos externos caros (fertilizantes e defensivos químicos) Estimular o uso de biofertilizantes e defensivos naturais produzidos com insumos locais. Oferecer capacitação sobre manejo agroecológico de pragas e doenças. 3. Fomentar a produção diversificada para autoconsumo e mercado local Estimular a produção de hortaliças, frutas, grãos e criação de pequenos animais (como galinhas, peixes, cabras) para alimentação da família e venda em feiras. Apoiar a criação de hortas comunitárias ou escolares. 4. Valorizar os saberes e a cultura dos agricultores locais Promover ações que resgatem e valorizem as práticas tradicionais de cultivo. Apoiar associações e cooperativas que defendam a autonomia dos agricultores. 5. Gerar renda a partir da agregação de valor à produção Incentivar a produção artesanal de alimentos (geleias, pães, conservas, etc.). Promover feiras livres, programas de compras públicas (como o PNAE merenda escolar e o PAA aquisição de alimentos). 6. Capacitar os agricultores para uso de tecnologias simples e acessíveis Promover oficinas e cursos sobre agricultura sustentável, manejo de solo, irrigação simples, e uso de energia solar. Estimular o uso de tecnologias sociais (cisternas, captação de água da chuva, biodigestores). 7. Preservar os recursos naturais do município Apoiar o			

reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e úteis à agricultura (como frutíferas). Incentivar o uso responsável da água com técnicas de irrigação eficientes. 8. Fortalecer a organização social e o cooperativismo Estimular a criação de associações de produtores e grupos de mulheres e jovens rurais. Apoiar o acesso a políticas públicas rurais por meio da organização coletiva.

Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	26.750,00
1501 - Receitas de Alienações de Ativos	-	16.050,00
	Total:	**42.800,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.11 Desenvolvimento Agroindustrial de Base Ecológica

Objetivo: Fomentar a agroindustrialização sustentável da produção agrícola familiar por meio do incentivo à implantação e modernização de unidades de processamento, agregação de valor aos produtos do campo, promoção de práticas ecológicas e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 5002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Classificação Funcional

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 543 - Recuperação de Áreas Degradadas

Classificação Programática

Programa: 7 - Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolvimento Rural

Objetivo: 1. Aumentar a produtividade sem degradar o meio ambiente Incentivar práticas de agricultura de base ecológica, como o plantio direto, rotação de culturas e compostagem. Apoiar o uso de sementes crioulas adaptadas ao clima local. 2. Reduzir a dependência de insumos externos caros (fertilizantes e defensivos químicos) Estimular o uso de biofertilizantes e defensivos naturais produzidos com insumos locais. Oferecer capacitação sobre manejo agroecológico de pragas e doenças. 3. Fomentar a produção diversificada para autoconsumo e mercado local Estimular a produção de hortaliças, frutas, grãos e criação de pequenos animais (como galinhas, peixes, cabras) para alimentação da família e venda em feiras. Apoiar a criação de hortas comunitárias ou escolares. 4. Valorizar os saberes e a cultura dos agricultores locais Promover ações que resgatem e valorizem as práticas tradicionais de cultivo. Apoiar associações e cooperativas que defendam a autonomia dos agricultores. 5. Gerar renda a partir da agregação de valor à produção Incentivar a produção artesanal de alimentos (geleias, pães, conservas, etc.). Promover feiras livres, programas de compras públicas (como o PNAE merenda escolar e o PAA aquisição de alimentos). 6. Capacitar os agricultores para uso de tecnologias simples e acessíveis Promover oficinas e cursos sobre agricultura sustentável, manejo de solo, irrigação simples, e uso de energia solar. Estimular o uso de tecnologias sociais (cisternas, captação de água da chuva, biodigestores). 7. Preservar os recursos naturais do município Apoiar o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e úteis à agricultura (como frutíferas). Incentivar o uso responsável da água com técnicas de irrigação eficientes. 8. Fortalecer a organização social e o cooperativismo Estimular a criação de associações de produtores e grupos de mulheres e jovens rurais. Apoiar o acesso a políticas públicas rurais por meio da organização coletiva.

Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	21.400,00
	Total:	**21.400,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.16 Infraestrutura da Educação Infantil Etapa Creche

Objetivo: Ampliar e qualificar a infraestrutura física da rede municipal de creches, por meio da construção, reforma ou adequação de espaços educativos voltados ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, garantindo ambientes seguros, acessíveis e adequados ao desenvolvimento integral na primeira infância.

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar

Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade

escolar.

Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-		5.350,00
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-		27.820,00
		Total:	**33.170,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações
LDO 2027
Ação: 1.23 Infraestrutura do Ensino Fundamental - Escolas
Objetivo: Garantir condições físicas adequadas, seguras e inclusivas nas unidades escolares do Ensino Fundamental, promovendo ambientes propícios à aprendizagem, ao bem-estar e à permanência dos estudantes
Tipo: 1 - Projetos
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Classificação Programática
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.

Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-		6.420,00
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-		10.700,00
		Total:	**17.120,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações
LDO 2027
Ação: 1.24 Frota Escolar Renovada
Objetivo: Renovar progressivamente a frota de veículos destinados ao transporte escolar, garantindo segurança, conforto, acessibilidade e eficiência no deslocamento dos estudantes da rede pública, especialmente os que residem em áreas rurais ou de difícil acesso.
Tipo: 1 - Projetos
Estrutura Organizacional
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Classificação Funcional
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Classificação Programática
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da

infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	2027
26 26 - Aquisição de Ônibus / Micro-ônibus	1 - Taxa de Evasão Escolar	%	Anual	1,00
			Total:	**1,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação			2027
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-			1.070,00
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-			1.070,00
			Total:	**2.140,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br — **Usuário: Ruhama** — **Chave de Autenticação**

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/ — **Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.34 Infraestrutura Estratégica da Saúde

Objetivo: Fortalecer a rede pública de saúde por meio da ampliação, modernização e qualificação da infraestrutura física, tecnológica e logística dos serviços, garantindo melhores condições de atendimento, eficiência na gestão e ampliação do acesso com qualidade à população.

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação
		Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação		2027
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-		1.070,00
1518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	-		3.959,00
1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde - Estadual	-		749,00
		Total:	**5.778,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br — **Usuário: Ruhama** — **Chave de Autenticação**

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/ — **Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.42 Gestão de Substituição e Atualização da Frota

Objetivo: Promover a renovação gradual e estratégica da frota municipal de veículos e equipamentos, visando à modernização, ao aumento da eficiência operacional, à redução de custos com manutenção e ao fortalecimento dos serviços públicos prestados à população

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Classificação Funcional

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Classificação Programática

Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos

Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à

cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		21.400,00
1501 - Receitas de Alienações de Ativos	-		37.450,00
		Total:	**58.850,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.43 Melhoria e Conservação de Vias Não Pavimentadas

Objetivo: Garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança e acesso em estradas vicinais e vias não pavimentadas por meio de ações contínuas de recuperação, nivelamento, drenagem e manutenção preventiva, promovendo o escoamento da produção, a mobilidade rural e o acesso a serviços públicos essenciais.

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Classificação Funcional

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 785 - Transportes Especiais

Classificação Programática

Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos

Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
		Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		117.700,00
		Total:	**117.700,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		**Julyegge** 1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.44 Gestão de Pavimentação e Restauração Viária

Objetivo: Planejar, executar e monitorar obras de pavimentação, recapeamento e restauração da malha viária urbana e rural, visando à melhoria da mobilidade, segurança no trânsito, durabilidade das vias públicas e qualidade da infraestrutura urbana, promovendo o bem-estar da população e o desenvolvimento do município

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Classificação Funcional

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Classificação Programática

Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos

Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local.

Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação
		Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	117.700,00
	Total:	**117.700,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação

1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.45 Infraestrutura de Edificações Públicas

Objetivo: Planejar, executar e acompanhar obras de construção, ampliação, reforma e manutenção de prédios públicos municipais, assegurando condições adequadas de funcionamento, acessibilidade, segurança e conforto para a oferta de serviços públicos de qualidade à população.

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Classificação Funcional

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Classificação Programática

Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos

Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
Total:				**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	85.600,00
Total:		**85.600,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação

1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 1.50 Infraestrutura e Estruturação Física do Centro de Referência da Assistência Social CRAS

Objetivo: Assegurar condições adequadas de funcionamento e atendimento nos Centros de Referência da Assistência Social por meio da construção, ampliação, reforma e aquisição de mobiliário e equipamentos, fortalecendo a rede de proteção social básica e a qualidade dos serviços ofertados à população.

Tipo: 1 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 4 - Viver com Dignidade

Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.

Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			21.400,00
1940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	-			8.731,20
Total:				**30.131,20**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.62 Instalações e Espaços Públicos para a Prática Esportiva				
Objetivo: Ampliar, qualificar e manter os espaços públicos destinados à prática esportiva e de lazer, como campos, quadras, ginásios e centros esportivos, promovendo o acesso da população a ambientes adequados para o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de convivência comunitária.				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 3 - Esporte para Todos				
Objetivo: Fortalecer e apoiar os campeonatos e torneios de futebol amador já existentes, promovendo a participação da comunidade, a organização dos eventos e o uso adequado dos espaços esportivos públicos. Estimular a prática esportiva entre crianças e adolescentes, por meio da criação ou ampliação de escolinhas de futebol e atividades físicas nas escolas e praças. Ampliar o uso de espaços públicos para práticas esportivas, como quadras, campos e ginásios, com ações de manutenção, iluminação e organização de horários de uso. Incentivar a prática esportiva entre mulheres, idosos e pessoas com deficiência, com foco na inclusão e na participação comunitária. Desenvolver ações esportivas de baixo custo e alto impacto social, como torneios escolares, jogos interbairros, caminhadas e gincanas comunitárias. Buscar parcerias com entidades locais, clubes, escolas e voluntários, para apoiar a realização de eventos e oferecer atividades físicas orientadas. Promover o esporte como ferramenta de educação, saúde e cidadania, integrando-o às demais políticas públicas do município.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			5.350,00
Total:				**5.350,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.64 Polo de Desenvolvimento Industrial Municipal				
Objetivo: Implantação do Distrito Industrial Municipal. Fomentar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda por meio da implantação de infraestrutura adequada para a instalação de empreendimentos industriais no município, atraindo novos investimentos e fortalecendo a economia local.				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	

Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			326.350,00
Total:				**326.350,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.66 Rede Pública de Iluminação e Mobilidade Noturna				
Objetivo: Assegurar a manutenção, modernização e ampliação da rede pública de iluminação, promovendo ambientes urbanos mais seguros, acessíveis e adequados para circulação noturna, contribuindo para a qualidade de vida, valorização dos espaços públicos e fortalecimento da mobilidade urbana em períodos noturnos				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 752 - Energia Elétrica				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			21.400,00
1507 - COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF	-			227.910,00
Total:				**249.310,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.68 Política Municipal de Habitação de Interesse Social				
Objetivo: Promover o acesso à moradia digna para famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, por meio da implementação, acompanhamento e fortalecimento de programas habitacionais, ações de regularização fundiária e melhorias habitacionais, contribuindo para a redução do déficit habitacional e o desenvolvimento urbano sustentável no município.				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 16 - Habitação				
Subfunção: 482 - Habitação Urbana				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			10.700,00
Total:				**10.700,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 1.73 Implantação do Novo Paço Municipal				
Objetivo: Viabilizar a construção de um novo Paço Municipal, com infraestrutura moderna, acessível e adequada às necessidades administrativas, visando à centralização dos serviços públicos, melhoria da eficiência da gestão municipal e melhor atendimento à população.				
Tipo: 1 - Projetos				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	**2027**
33 77 - Paço Municipal	8 - Renda Per Capita	%	Anual	1,00
34 77 - Paço Municipal	8 - Renda Per Capita	%	Anual	1,00
Total:				**2,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			749.000,00
Total:				**749.000,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.1 Gestão Administrativa do Poder Legislativo				
Objetivo: Assegurar o funcionamento eficiente e regular da Câmara Municipal Garantir os recursos humanos, materiais, tecnológicos e estruturais necessários para a atividade legislativa. Apoiar as atividades legislativas e parlamentares Oferecer suporte técnico e administrativo aos vereadores e às comissões, viabilizando a elaboração de leis, pareceres e fiscalizações. Gerir com transparência os recursos públicos do Legislativo Controlar e aplicar de forma responsável o orçamento da Câmara, respeitando os princípios da legalidade, economicidade e publicidade. Zelar pela legalidade e conformidade dos atos administrativos Observar a legislação vigente, normas internas e decisões dos órgãos de controle na execução das rotinas administrativas. Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores legislativos Investir em capacitação, gestão de pessoas e boas condições de trabalho para garantir eficiência e motivação. Assegurar transparência e acesso à informação Disponibilizar dados e documentos ao público, conforme as exigências da Lei de Acesso à Informação e normas de transparência pública. Aprimorar a governança institucional do Legislativo Estabelecer práticas de planejamento, controle interno, avaliação de desempenho e modernização da gestão legislativa.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 2 - Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 1001 - Câmara Municipal de Bela Vista de Caroba				
Classificação Funcional				
Função: 1 - Legislativa				
Subfunção: 31 - Ação Legislativa				
Classificação Programática				
Programa: 11 - Legislativo Presente e Transparente				
Objetivo: Garantir o funcionamento transparente e eficiente do Poder Legislativo, com foco na legalidade, economicidade e publicidade dos atos. Modernizar os processos administrativos e legislativos da Câmara, com uso de tecnologia, digitalização de documentos e sistemas de gestão. Promover a formação continuada dos vereadores e servidores, visando o aperfeiçoamento técnico e jurídico da atuação legislativa. Ampliar a comunicação institucional da Câmara, com uso de site, redes sociais e canais acessíveis para divulgação das sessões, leis e ações. Incentivar a participação popular nas atividades do Legislativo, com audiências públicas, sessões itinerantes e programas educativos. Fortalecer o papel fiscalizador da Câmara, com capacitação sobre análise orçamentária, controle de contas públicas e acompanhamento de obras e serviços. Criar iniciativas de educação cidadã, especialmente com escolas e jovens, para ampliar o conhecimento sobre o				

papel do Legislativo e a importância da democracia local. Assegurar a autonomia administrativa e financeira da Câmara, respeitando os limites legais e garantindo sua capacidade institucional.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
Total:				**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	-	2.089.820,00
Total:		**2.089.820,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.2 Organização do Gabinete Municipal

Objetivo: Assegurar o suporte técnico, administrativo e político necessário ao Prefeito, promovendo a articulação entre os órgãos da administração municipal, a comunicação institucional, o atendimento à população e a coordenação de ações estratégicas do governo.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Classificação Funcional

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Classificação Programática

Programa: 1 - Gestão com Responsabilidade e Resultado

Objetivo: Garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na execução orçamentária, assegurando a sustentabilidade das finanças públicas. Modernizar os processos administrativos, com uso de tecnologia, capacitação de servidores e revisão de procedimentos para reduzir burocracias. Aprimorar os sistemas de controle interno, contabilidade e prestação de contas, visando mais segurança, agilidade e conformidade com a legislação. Ampliar a transparência da gestão pública, com divulgação acessível e contínua de dados orçamentários, contratos e resultados alcançados. Fortalecer a cultura de planejamento e monitoramento, integrando os diversos setores da administração na definição de metas e no acompanhamento de indicadores. Promover a valorização e qualificação do servidor público, incentivando a formação contínua, o reconhecimento por mérito e a eficiência no atendimento ao cidadão. Fomentar a participação social na gestão pública, estimulando conselhos, ouvidorias e ferramentas de escuta ativa da população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
Total:				**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	528.580,00
Total:		**528.580,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.3 Assessoria Jurídica Estratégica de Governo

Objetivo: Prestar suporte jurídico qualificado ao Chefe do Poder Executivo e aos órgãos da administração municipal, garantindo segurança legal nas decisões estratégicas, prevenção de riscos jurídicos e conformidade dos atos administrativos com a legislação vigente.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 2002 - ASSESSORIAS DIRETAS

Classificação Funcional

Função: 3 - Essencial à Justiça

Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial

Classificação Programática

Programa: 12 - Legalidade e Segurança Jurídica

Objetivo: Assegurar a representação judicial e extrajudicial do município com eficiência e responsabilidade. Emitir pareceres técnicos qualificados e tempestivos sobre contratos, licitações, projetos de lei, convênios e demais atos administrativos. Implantar e atualizar sistemas de gestão de processos jurídicos e administrativos, com controle e monitoramento digital. Promover a capacitação contínua da equipe jurídica, com foco em direito público, legislação municipal, jurisprudência e boas práticas de gestão. Reduzir a judicialização de conflitos administrativos, por meio de mediação, orientação preventiva e pareceres fundamentados. Atuar de forma integrada com os demais setores da administração, apoiando a elaboração de atos normativos e a execução de políticas públicas com segurança jurídica. Zelar pela legalidade e constitucionalidade das ações do Executivo, assegurando conformidade com as leis vigentes e com os princípios da administração pública. Elaborar e revisar projetos de lei, minutas de contratos e regulamentos, contribuindo com a modernização da legislação municipal.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	

Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			198.485,00
Total:				**198.485,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.4 Veiculação de Atos do Executivo Municipal				
Objetivo: Assegurar a ampla divulgação dos atos oficiais do Poder Executivo Municipal, garantindo transparência, legalidade e acesso à informação pela população, conforme os princípios da administração pública.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 1 - Gestão com Responsabilidade e Resultado				
Objetivo: Garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na execução orçamentária, assegurando a sustentabilidade das finanças públicas. Modernizar os processos administrativos, com uso de tecnologia, capacitação de servidores e revisão de procedimentos para reduzir burocracias. Aprimorar os sistemas de controle interno, contabilidade e prestação de contas, visando mais segurança, agilidade e conformidade com a legislação. Ampliar a transparência da gestão pública, com divulgação acessível e contínua de dados orçamentários, contratos e resultados alcançados. Fortalecer a cultura de planejamento e monitoramento, integrando os diversos setores da administração na definição de metas e no acompanhamento de indicadores. Promover a valorização e qualificação do servidor público, incentivando a formação contínua, o reconhecimento por mérito e a eficiência no atendimento ao cidadão. Fomentar a participação social na gestão pública, estimulando conselhos, ouvidorias e ferramentas de escuta ativa da população.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			80.250,00
Total:				**80.250,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.5 Administração Central do Município				
Objetivo: Assegurar o funcionamento eficiente, integrado e regular da estrutura organizacional da Prefeitura, por meio da coordenação das atividades administrativas, suporte aos órgãos municipais, e garantia da legalidade, economicidade e efetividade na gestão pública.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 1 - Gestão com Responsabilidade e Resultado				
Objetivo: Garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na execução orçamentária, assegurando a sustentabilidade das finanças públicas. Modernizar os processos administrativos, com uso de tecnologia, capacitação de servidores e revisão de procedimentos para reduzir burocracias. Aprimorar os sistemas de controle interno, contabilidade e prestação de contas, visando mais segurança, agilidade e conformidade com a legislação. Ampliar a transparência da gestão pública, com divulgação acessível e contínua de dados orçamentários, contratos e resultados alcançados. Fortalecer a cultura de planejamento e monitoramento, integrando os diversos setores da administração na definição de metas e no acompanhamento de indicadores. Promover a valorização e qualificação do servidor público, incentivando a formação contínua, o reconhecimento por mérito e a eficiência no atendimento ao cidadão. Fomentar a participação social na gestão pública, estimulando conselhos, ouvidorias e ferramentas de escuta ativa da população.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			2.357.210,00

Total:				**2.357.210,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.6 Gestão Econômico-Financeira do Município				
Objetivo: Assegurar o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das contas públicas municipais por meio do planejamento, execução, controle e avaliação da arrecadação, da despesa pública e da aplicação dos recursos com eficiência, legalidade e transparência.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 4001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 123 - Administração Financeira				
Classificação Programática				
Programa: 1 - Gestão com Responsabilidade e Resultado				
Objetivo: Garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na execução orçamentária, assegurando a sustentabilidade das finanças públicas. Modernizar os processos administrativos, com uso de tecnologia, capacitação de servidores e revisão de procedimentos para reduzir burocracias. Aprimorar os sistemas de controle interno, contabilidade e prestação de contas, visando mais segurança, agilidade e conformidade com a legislação. Ampliar a transparência da gestão pública, com divulgação acessível e contínua de dados orçamentários, contratos e resultados alcançados. Fortalecer a cultura de planejamento e monitoramento, integrando os diversos setores da administração na definição de metas e no acompanhamento de indicadores. Promover a valorização e qualificação do servidor público, incentivando a formação contínua, o reconhecimento por mérito e a eficiência no atendimento ao cidadão. Fomentar a participação social na gestão pública, estimulando conselhos, ouvidorias e ferramentas de escuta ativa da população.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			679.878,00
Total:				**679.878,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.7 Desenvolvimento Produtivo e Agricultura Municipal				
Objetivo: Estimular o crescimento sustentável da economia local por meio do fortalecimento das atividades agropecuárias, do apoio a pequenos produtores e empreendedores, da promoção da inovação no campo e do incentivo às cadeias produtivas municipais.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 7 - Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolvimento Rural				
Objetivo: 1. Aumentar a produtividade sem degradar o meio ambiente Incentivar práticas de agricultura de base ecológica, como o plantio direto, rotação de culturas e compostagem. Apoiar o uso de sementes crioulas adaptadas ao clima local. 2. Reduzir a dependência de insumos externos caros (fertilizantes e defensivos químicos) Estimular o uso de biofertilizantes e defensivos naturais produzidos com insumos locais. Oferecer capacitação sobre manejo agroecológico de pragas e doenças. 3. Fomentar a produção diversificada para autoconsumo e mercado local Estimular a produção de hortaliças, frutas, grãos e criação de pequenos animais (como galinhas, peixes, cabras) para alimentação da família e venda em feiras. Apoiar a criação de hortas comunitárias ou escolares. 4. Valorizar os saberes e a cultura dos agricultores locais Promover ações que resgatem e valorizem as práticas tradicionais de cultivo. Apoiar associações e cooperativas que defendam a autonomia dos agricultores. 5. Gerar renda a partir da agregação de valor à produção Incentivar a produção artesanal de alimentos (geleias, pães, conservas, etc.). Promover feiras livres, programas de compras públicas (como o PNAE merenda escolar e o PAA aquisição de alimentos). 6. Capacitar os agricultores para uso de tecnologias simples e acessíveis Promover oficinas e cursos sobre agricultura sustentável, manejo de solo, irrigação simples, e uso de energia solar. Estimular o uso de tecnologias sociais (cisternas, captação de água da chuva, biodigestores). 7. Preservar os recursos naturais do município Apoiar o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e úteis à agricultura (como frutíferas). Incentivar o uso responsável da água com técnicas de irrigação eficientes. 8. Fortalecer a organização social e o cooperativismo Estimular a criação de associações de produtores e grupos de mulheres e jovens rurais. Apoiar o acesso a políticas públicas rurais por meio da organização coletiva.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			1.230.500,00
Total:				**1.230.500,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.8 Manutenção Operacional da Patrulha Mecanizada Rural				
Objetivo: Assegurar o funcionamento contínuo e eficiente da patrulha mecanizada destinada à conservação, recuperação e melhoria das estradas vicinais e demais vias de acesso rural, promovendo a mobilidade, a integração produtiva e o escoamento da produção agrícola.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 606 - Extensão Rural				
Classificação Programática				
Programa: 7 - Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolvimento Rural				
Objetivo: 1. Aumentar a produtividade sem degradar o meio ambiente Incentivar práticas de agricultura de base ecológica, como o plantio direto, rotação de culturas e compostagem. Apoiar o uso de sementes crioulas adaptadas ao clima local. 2. Reduzir a dependência de insumos externos caros (fertilizantes e defensivos químicos) Estimular o uso de biofertilizantes e defensivos naturais produzidos com insumos locais. Oferecer capacitação sobre manejo agroecológico de pragas e doenças. 3. Fomentar a produção diversificada para autoconsumo e mercado local Estimular a produção de hortaliças, frutas, grãos e criação de pequenos animais (como galinhas, peixes, cabras) para alimentação da família e venda em feiras. Apoiar a criação de hortas comunitárias ou escolares. 4. Valorizar os saberes e a cultura dos agricultores locais Promover ações que resgatem e valorizem as práticas tradicionais de cultivo. Apoiar associações e cooperativas que defendam a autonomia dos agricultores. 5. Gerar renda a partir da agregação de valor à produção Incentivar a produção artesanal de alimentos (geleias, pães, conservas, etc.). Promover feiras livres, programas de compras públicas (como o PNAE merenda escolar e o PAA aquisição de alimentos). 6. Capacitar os agricultores para uso de tecnologias simples e acessíveis Promover oficinas e cursos sobre agricultura sustentável, manejo de solo, irrigação simples, e uso de energia solar. Estimular o uso de tecnologias sociais (cisternas, captação de água da chuva, biodigestores). 7. Preservar os recursos naturais do município Apoiar o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e úteis à agricultura (como frutíferas). Incentivar o uso responsável da água com técnicas de irrigação eficientes. 8. Fortalecer a organização social e o cooperativismo Estimular a criação de associações de produtores e grupos de mulheres e jovens rurais. Apoiar o acesso a políticas públicas rurais por meio da organização coletiva.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			299.600,00
Total:				**299.600,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.10 Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR - CIFRA				
Objetivo: Manutenção do Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR - CIFRA. Promover a cooperação entre os municípios consorciados visando à execução de ações integradas nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento rural, transporte, serviços públicos e outras de interesse comum, com foco na eficiência administrativa, redução de custos e melhoria da qualidade de vida da população.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Classificação Funcional				
Função: 20 - Agricultura				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 7 - Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolvimento Rural				
Objetivo: 1. Aumentar a produtividade sem degradar o meio ambiente Incentivar práticas de agricultura de base ecológica, como o plantio direto, rotação de culturas e compostagem. Apoiar o uso de sementes crioulas adaptadas ao clima local. 2. Reduzir a dependência de insumos externos caros (fertilizantes e defensivos químicos) Estimular o uso de biofertilizantes e defensivos naturais produzidos com insumos locais. Oferecer capacitação sobre manejo agroecológico de pragas e doenças. 3. Fomentar a produção diversificada para autoconsumo e mercado local Estimular a produção de hortaliças, frutas, grãos e criação de pequenos animais (como galinhas, peixes, cabras) para alimentação da família e venda em feiras. Apoiar a criação de hortas comunitárias ou escolares. 4. Valorizar os saberes e a cultura dos agricultores locais Promover ações que resgatem e valorizem as práticas tradicionais de cultivo. Apoiar associações e cooperativas que defendam a autonomia dos agricultores. 5. Gerar renda a partir da agregação de valor à produção Incentivar a produção artesanal de alimentos (geleias, pães, conservas, etc.). Promover feiras livres, programas de compras públicas (como o PNAE merenda escolar e o PAA aquisição de alimentos). 6. Capacitar os agricultores para uso de tecnologias simples e acessíveis Promover oficinas e cursos sobre agricultura sustentável, manejo de solo, irrigação simples, e uso de energia solar. Estimular o uso de tecnologias sociais (cisternas, captação de água da chuva, biodigestores). 7. Preservar os recursos naturais do município Apoiar o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e úteis à agricultura (como frutíferas). Incentivar o uso responsável da água com técnicas de irrigação eficientes. 8. Fortalecer a organização social e o cooperativismo Estimular a criação de associações de produtores e grupos de mulheres e jovens rurais. Apoiar o acesso a políticas públicas rurais por meio da organização coletiva.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			141.240,00
Total:				**141.240,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.12 Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação Ambiental			
Objetivo: Promover a recuperação de áreas ambientalmente degradadas e a proteção de nascentes e mananciais no território municipal, com ações de reflorestamento, manejo sustentável e educação ambiental, visando à preservação dos recursos naturais, à melhoria da qualidade da água e ao equilíbrio ecológico local.			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 5002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			
Classificação Funcional			
Função: 18 - Gestão Ambiental			
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental			
Classificação Programática			
Programa: 10 - Cuidar o Hoje, Preservar o Amanhã			
Objetivo: Estruturar o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), definindo regras, conselhos, formas de captação de recursos e aplicação transparente. Criar e ativar o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com participação da sociedade civil e apoio técnico da administração pública. Realizar ações de educação ambiental nas escolas, com atividades lúdicas, palestras, campanhas e projetos de horta escolar ou coleta seletiva. Promover campanhas de conscientização sobre cuidados com o meio ambiente, voltadas à limpeza urbana, descarte correto de resíduos e valorização de áreas verdes. Mapear e monitorar áreas de interesse ambiental no município, como nascentes, matas ciliares, áreas rurais degradadas ou espaços públicos abandonados. Implantar ações piloto de coleta seletiva e reciclagem, ainda que em escala reduzida, envolvendo escolas, associações e agentes ambientais. Buscar parcerias com órgãos ambientais estaduais e federais, além de ONGs, universidades e empresas locais, para apoio técnico e financiamento. Fomentar a arborização urbana, com pequenas ações de plantio de mudas em praças, escolas e espaços públicos. Criar editais simples para seleção de projetos ambientais financiados com recursos do FMMA, priorizando iniciativas locais e educativas.			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
Total:			**0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		10.700,00
1050 - Recursos Vinculados a Fundos	-		2.675,00
Total:			**13.375,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 2.13 Gestão das Políticas Educacionais e Culturais Municipais			
Objetivo: Planejar, coordenar e executar ações integradas nas áreas de educação, cultura e acesso à leitura, assegurando a qualidade do ensino, o fortalecimento das identidades culturais locais e a democratização do conhecimento por meio de bibliotecas e espaços culturais acessíveis à população.			
Tipo: 2 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Classificação Funcional			
Função: 12 - Educação			
Subfunção: 122 - Administração Geral			
Classificação Programática			
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar			
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.			
Meta prioridade / Meta física			
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**
			Total: **0,00**
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-		358.450,00
Total:			**358.450,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 2.14 Organização da Educação Infantil Etapa Creche		
Objetivo: Garantir o funcionamento adequado da unidade municipal de creche, assegurando condições físicas, pedagógicas e humanas para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, com foco no cuidado, na educação integral e na promoção do desenvolvimento infantil.		
Tipo: 2 - Atividades		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Classificação Funcional		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Classificação Programática		
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar		
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.		
Meta prioridade / Meta física		

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$		
Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR	-	32.100,00
1101 - FUNDEB 70%	-	1.114.940,00
1102 - FUNDEB 30%	-	42.800,00
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-	180.830,00
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-	226.840,00
1107 - Salário Educação	-	21.400,00
Total:		**1.618.910,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações		
LDO 2027		
Ação: 2.15 Gestão da Alimentação Escolar na Educação Infantil (Creche)		
Objetivo: Assegurar o fornecimento regular e de qualidade da alimentação escolar para crianças de 0 a 3 anos atendidas na creche municipal, promovendo saúde, nutrição adequada e apoio ao desenvolvimento integral na primeira infância.		
Tipo: 2 - Atividades		
Estrutura Organizacional		
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Classificação Funcional		
Função: 12 - Educação		
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Classificação Programática		
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar		
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.		
Meta prioridade / Meta física		

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
Total:				**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	74.900,00
1142 - FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-	32.100,00
Total:		**107.000,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.17 Organização da Educação Infantil Etapa Pré Escola

Objetivo: Assegurar o acesso e a permanência de crianças de 4 a 5 anos na etapa da pré-escola, garantindo infraestrutura adequada, formação docente, materiais pedagógicos e práticas educativas que promovam o desenvolvimento integral e a transição harmoniosa para o ensino fundamental.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar

Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1101 - FUNDEB 70%	-	133.750,00
1102 - FUNDEB 30%	-	8.025,00
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-	130.540,00
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-	150.870,00
1107 - Salário Educação	-	21.400,00
	Total:	**444.585,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.18 Gestão da Alimentação Escolar na Educação Infantil (Pré Escola)

Objetivo: Garantir a oferta regular e equilibrada da alimentação escolar para crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola da rede municipal de ensino, promovendo segurança alimentar, hábitos saudáveis e suporte ao desenvolvimento físico e cognitivo.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Classificação Programática

Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar

Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	0,00

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	53.500,00
1142 - FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-	24.697,74
	Total:	78.197,74

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.20 Organização do Ensino Fundamental

Objetivo: Assegurar o funcionamento eficiente das unidades de ensino fundamental da rede municipal, garantindo condições administrativas, pedagógicas e estruturais adequadas para o atendimento de estudantes do 1º ao 9º ano, com foco na aprendizagem, permanência e formação cidadã.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar

Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	0,00

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1101 - FUNDEB 70%	-	2.743.437,20
1102 - FUNDEB 30%	-	87.205,00
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-	311.977,80
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-	296.041,92
1107 - Salário Educação	-	81.320,00
	Total:	3.519.981,92

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.21 Gestão da Alimentação Escolar no Ensino Fundamental

Objetivo: Assegurar o fornecimento contínuo e de qualidade da alimentação escolar aos estudantes do ensino fundamental da rede municipal, promovendo segurança alimentar, melhoria do rendimento escolar e incentivo a hábitos alimentares saudáveis.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Classificação Funcional

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Classificação Programática

Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar

Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade

escolar.

Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			214.000,00
1142 - FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-			47.080,00
	Total:			**261.080,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.22 Caminho da Escola - Transporte Estudantil				
Objetivo: Garantir o acesso e a permanência dos estudantes da rede pública municipal nas unidades de ensino, por meio da oferta de transporte escolar seguro, regular e de qualidade, contribuindo para a inclusão educacional, redução da evasão e igualdade de oportunidades entre alunos da zona urbana e rural.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental				
Classificação Programática				
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar				
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR	-			107.000,00
1101 - FUNDEB 70%	-			233.260,00
1102 - FUNDEB 30%	-			18.190,00
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-			337.050,00
1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	-			272.850,00
1107 - Salário Educação	-			94.160,00
1117 - PETE - Transporte Escolar Estadual	-			144.450,00
1143 - FNDE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-			69.550,00
	Total:			**1.276.510,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.25 Organização da Educação de Jovens e Adultos				
Objetivo: Garantir o acesso, permanência e aprendizagem de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica em idade regular, por meio da oferta estruturada, inclusiva e de qualidade da Educação de Jovens e Adultos.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos				
Classificação Programática				

Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar				
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	-			16.050,00
	Total:			**16.050,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.26 Organização da Educação Especial				
Objetivo: Assegurar o direito à educação inclusiva de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, por meio da oferta de serviços e recursos educacionais especializados, em articulação com instituições parceiras como a APAE, garantindo o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral dos alunos				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 367 - Educação Especial				
Classificação Programática				
Programa: 9 - Ensinar, Incluir, Transformar				
Objetivo: Implantar a educação infantil para crianças de 0 a 2 anos, por meio da construção, ampliação ou adaptação de espaços físicos adequados, respeitando as diretrizes pedagógicas e o cuidado integral na primeira infância. Fortalecer e qualificar a oferta de educação em tempo integral, garantindo proposta pedagógica consistente, com atividades diversificadas nas áreas de arte, cultura, meio ambiente, esportes, reforço escolar e cidadania. Assegurar a inclusão de todos os estudantes, com foco em crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade, promovendo formação para educadores e atendimento educacional especializado. Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com temas voltados à educação infantil, educação integral, metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. Melhorar os índices de aprendizagem nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica e reforço escolar. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo escola-família e integrando as ações educacionais com as demais políticas públicas de saúde, assistência social e cultura. Investir na melhoria da infraestrutura escolar, com ambientes adequados, seguros e acolhedores, priorizando salas de aula bem equipadas, refeitórios, banheiros infantis e espaços lúdicos. Criar mecanismos de gestão participativa e monitoramento, garantindo transparência, avaliação constante dos resultados e escuta das demandas da comunidade escolar.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR	-			42.800,00
1101 - FUNDEB 70%	-			6.420,00
1102 - FUNDEB 30%	-			6.372,80
	Total:			**55.592,80**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.28 Promoção de Atividades Culturais				
Objetivo: Fomentar a produção, valorização e difusão de manifestações culturais no ambiente escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes, o fortalecimento da identidade cultural local e a formação de uma comunidade educativa mais participativa, crítica e inclusiva				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Classificação Funcional				
Função: 13 - Cultura				
Subfunção: 392 - Difusão Cultural				
Classificação Programática				

Programa: 14 - Mais Cultura, Mais Cidadania				
Objetivo: Iniciar a estruturação da política pública de cultura no município, com a criação de um setor responsável, levantamento de demandas e escuta da comunidade. Mapear e valorizar os fazedores de cultura locais, como artistas, artesãos, grupos tradicionais, músicos, mestres da cultura popular e demais manifestações existentes, mesmo que informais. Realizar ações culturais acessíveis e comunitárias, como oficinas, rodas de conversa, apresentações artísticas, contação de histórias e exposições em escolas, praças e espaços públicos. Utilizar espaços existentes para atividades culturais, como escolas, igrejas, quadras e praças, enquanto se planeja a criação ou readequação de um espaço cultural fixo. Fomentar a participação da população na construção da política cultural, por meio de consultas públicas, reuniões e formação de um grupo de trabalho ou conselho consultivo de cultura. Promover a formação cultural e artística inicial, com foco em crianças, jovens e educadores, por meio de parcerias com artistas locais, instituições públicas e organizações da sociedade civil. Buscar parcerias com o Estado, União e entidades culturais para apoio técnico, financeiro e institucional na execução de projetos e formação de agentes culturais. Criar um calendário municipal de cultura, começando com datas comemorativas e eventos locais, como festas tradicionais, feiras, apresentações escolares e encontros comunitários.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	**2027**
27 71 - Eventos e Promoções Culturais	8 - Renda Per Capita	%	Anual	3,00
28 71 - Eventos e Promoções Culturais	8 - Renda Per Capita	%	Anual	3,00
29 71 - Eventos e Promoções Culturais	8 - Renda Per Capita	%	Anual	3,00
32 71 - Eventos e Promoções Culturais	8 - Renda Per Capita	%	Anual	3,00
			Total:	**12,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			80.250,00
	Total:			**80.250,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.29 Sistema Municipal de Saúde e Governança				
Objetivo: "Estruturar, qualificar e integrar os processos de gestão do Sistema Municipal de Saúde, promovendo a governança participativa, a eficiência administrativa, o planejamento estratégico e a ampliação do acesso aos serviços de saúde, em consonância com os princípios do SUS.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Classificação Programática				
Programa: 2 - Saúde Cidadã				
Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-			236.470,00
	Total:			**236.470,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.30 Conselho Municipal de Saúde				
Objetivo: "Assegurar a participação da comunidade na formulação, fiscalização, controle e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal, promovendo a gestão democrática do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantindo a equidade, a transparência e a efetividade das ações e serviços de saúde.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE				
Classificação Funcional				
Função: 10 - Saúde				
Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização				
Classificação Programática				
Programa: 2 - Saúde Cidadã				

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	16.050,00
1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	-	4.280,00
	Total:	**20.330,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.31 Rede de Atenção Básica à Saúde

Objetivo: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde por meio da organização e fortalecimento da Rede de Atenção Básica, garantindo atendimento resolutivo, humanizado e contínuo, com foco na prevenção, promoção e cuidado integral à saúde da população.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	**Destinação**	**2027**
1051 - Transferências do Governo Federal destinadas ao vencimento das ACS e dos agentes de combate às endemias	-	428.778,35
1064 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da	-	93.732,00
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	2.567.873,27
1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	-	59.920,00
1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	952.300,00
1499 - Gestão do SUS	-	1.070,00
	Total:	**4.103.673,62**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.33 Rede de Atenção Especializada em Saúde

Objetivo: Organizar e ampliar o acesso qualificado aos serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, promovendo o cuidado integral, humanizado e resolutivo, por meio da articulação entre os diferentes pontos da rede de atenção à saúde, em consonância com os princípios do SUS.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	1.177.000,00
1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	176.896,68
	Total:	**1.353.896,68**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.35 Rede Municipal de Farmácia Pública

Objetivo: Garantir o acesso regular, seguro e gratuito aos medicamentos essenciais no âmbito do SUS, por meio da estruturação, qualificação e expansão da Rede Municipal de Farmácia Pública, promovendo a assistência farmacêutica como parte integrante do cuidado em saúde e da promoção do uso racional de medicamentos.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	283.550,00
1498 - Assistência Farmacêutica	-	9.630,00
1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde - Estadual	-	2.140,00
	Total:	**295.320,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.36 Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica

Objetivo: Detectar, monitorar, analisar e controlar agravos à saúde pública no território municipal, por meio da estruturação e fortalecimento do Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica, visando à prevenção de doenças, à promoção da saúde e à tomada de decisões baseada em evidências.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos

profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1051 - Transferências do Governo Federal destinadas ao vencimento das ACS e dos agentes de combate às endemias	-	72.760,00
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	32.100,00
	Total:	**104.860,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.37 Sistema Municipal de Controle Sanitário

Objetivo: Proteger e promover a saúde da população por meio da regulação, fiscalização e controle das condições sanitárias de bens, serviços, ambientes e processos de interesse à saúde, assegurando o cumprimento das normas legais, a prevenção de riscos e a melhoria contínua da qualidade sanitária no município.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	90.950,00
1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	58.850,00
1497 - Vigilância em Saúde PROVIGIA	-	48.150,00
1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	-	12.840,00
1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde - Estadual	-	34.561,00
	Total:	**245.351,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.38 Sistema Intermunicipal de Saúde Pública - Consórcios

Objetivo: Promover a cooperação entre municípios por meio da implementação e fortalecimento de consórcios públicos de saúde, visando ampliar o acesso da população a serviços especializados, otimizar recursos, racionalizar a gestão e garantir maior resolutividade no atendimento, em conformidade com os princípios do SUS e da regionalização da saúde.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos

profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	1.402.770,00
1492 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Estadual	-	25.680,00
	Total:	**1.428.450,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.39 Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde

Objetivo: Assegurar o manejo adequado, seguro e ambientalmente responsável dos resíduos gerados nos serviços de saúde, por meio da implantação e fortalecimento de práticas de segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes, visando à proteção da saúde pública, dos trabalhadores e do meio ambiente.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Classificação Programática

Programa: 2 - Saúde Cidadã

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos serviços da Atenção Básica, com cobertura adequada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento descentralizado e territorializado. Qualificar o atendimento nas unidades básicas de saúde, com foco no acolhimento, escuta ativa e resolutividade das demandas. Promover ações de prevenção e educação em saúde, com campanhas, palestras e visitas domiciliares que incentivem hábitos saudáveis e o autocuidado. Garantir o acompanhamento contínuo de grupos prioritários, como gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos e pessoas com doenças crônicas. Melhorar as condições de infraestrutura das unidades de saúde, garantindo espaços adequados, acessíveis e acolhedores para profissionais e usuários. Aprimorar a gestão e o monitoramento dos serviços, com uso de indicadores, prontuário eletrônico e avaliação periódica dos resultados. Investir na valorização e formação contínua dos profissionais da saúde, fortalecendo o vínculo com a comunidade e a qualidade do atendimento. Integrar a saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social e meio ambiente, promovendo o cuidado integral à população.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	10.700,00
1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	-	12.840,00
	Total:	**23.540,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.40 Coordenação de Obras, Viação e Serviços Gerais

Objetivo: Planejar, executar e acompanhar ações voltadas à infraestrutura urbana, mobilidade viária e prestação de serviços públicos essenciais, assegurando a conservação de espaços públicos, a qualidade das obras municipais e o pleno funcionamento das estruturas urbanas, promovendo bem-estar e qualidade de vida à população.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Classificação Funcional

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Classificação Programática

Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos

Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.

Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			1.338.035,00
1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478	-			370.220,00
1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	-			19.260,00
1511 - Taxas - Prestação de Serviços	-			14.980,00
	Total:			**1.742.495,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.41 Gestão e Manutenção da Frota e Equipamentos Rodoviários				
Objetivo: Assegurar o funcionamento eficiente, seguro e contínuo da frota de veículos e equipamentos rodoviários do município, por meio da gestão, manutenção preventiva e corretiva, controle de uso e conservação dos bens públicos, garantindo o suporte necessário às atividades operacionais e aos serviços essenciais prestados à população.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
Classificação Funcional				
Função: 26 - Transporte				
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			1.300.050,00
1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	-			10.700,00
1511 - Taxas - Prestação de Serviços	-			34.240,00
1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	-			10.486,00
	Total:			**1.355.476,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940	
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.46 Sistema Municipal de Proteção Social Básica				
Objetivo: Garantir a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais voltados à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários por meio de uma rede articulada e descentralizada de proteção social básica no âmbito do SUAS.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Viver com Dignidade				
Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e				

acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	588.500,00
1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	-	129.684,00
1936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	-	12.840,00
1940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Familia e Cadastro Único	-	32.356,80
	Total:	**763.380,80**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.47 Conselho Municipal de Assistência Social

Objetivo: Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social como instância deliberativa, normativa e de controle social da política pública de assistência social, assegurando a participação da sociedade civil na formulação, fiscalização e acompanhamento das ações do Sistema Único de Assistência Social SUAS no âmbito municipal.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização

Classificação Programática

Programa: 4 - Viver com Dignidade

Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	2027
30 72 - Reuniões ordinárias do Conselho CMAS	13 - Taxa de Promoção a Proteção	%	Anual	4,00
31 72 - Reuniões ordinárias do Conselho CMAS	13 - Taxa de Promoção a Proteção	%	Anual	4,00
			Total:	**8,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	10.700,00
	Total:	**10.700,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.48 Suporte Eventual de Proteção Social

Objetivo: Benefícios Eventuais são previstos por Lei Municipal para assegurar apoio material imediato às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade temporária ou emergência, por meio da concessão de benefícios eventuais, como forma de proteção social de caráter suplementar e provisório, contribuindo para a superação de dificuldades momentâneas e preservação da dignidade humana.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Classificação Programática

Programa: 4 - Viver com Dignidade				
Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			32.100,00
	Total:			**32.100,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.49 Rede de Cuidado e Fortalecimento à Mulher				
Objetivo: Promover ações de acolhimento, orientação, prevenção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a construção da autonomia, acesso a direitos e superação de desigualdades, por meio de uma rede integrada de apoio no âmbito da proteção social básica.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Viver com Dignidade				
Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			16.050,00
	Total:			**16.050,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.51 Promoção de Direitos da Pessoa Idosa Gestão do FMPI				
Objetivo: Gerir, monitorar e aplicar os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de forma transparente e participativa, apoiando ações, programas e projetos que promovam a garantia de direitos, a cidadania, a autonomia e a qualidade de vida da população idosa no município				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa				
Classificação Programática				
Programa: 6 - Envelhecer com Respeito				
Objetivo: Financiar e apoiar projetos e ações voltadas à proteção, assistência e inclusão da pessoa idosa, com recursos do FMPI. Fortalecer o Conselho Municipal do Idoso, garantindo condições adequadas para seu funcionamento, participação social e fiscalização dos recursos do fundo. Garantir o acesso da população idosa a atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, estimulando o envelhecimento ativo e os vínculos sociais. Promover ações de prevenção à violência contra a pessoa idosa, com campanhas educativas, canais de denúncia e articulação com a rede de proteção. Incentivar ações intergeracionais, que promovam o respeito e a troca de experiências entre jovens e idosos. Oferecer apoio psicossocial e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade, por meio da rede socioassistencial e visitas domiciliares. Capacitar profissionais que atuam diretamente com a pessoa idosa, nas áreas da saúde, assistência social e cuidado domiciliar. Estimular a captação de recursos para o fundo, com campanhas de doação e incentivo fiscal junto à sociedade civil e empresas locais. Garantir a participação ativa da pessoa idosa na elaboração e monitoramento das políticas públicas municipais voltadas a seu bem-estar.				
Meta prioridade / Meta física				

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			112.350,00
	Total:			**112.350,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.52 Acolhimento e Proteção Social da Pessoa Idosa				
Objetivo: Oferecer acolhimento institucional, proteção social e ações de convivência à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade, abandono, negligência ou risco pessoal e social, assegurando cuidados integrais, dignidade, fortalecimento de vínculos e garantia de direitos no âmbito da proteção social especial.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso				
Classificação Programática				
Programa: 6 - Envelhecer com Respeito				
Objetivo: Financiar e apoiar projetos e ações voltadas à proteção, assistência e inclusão da pessoa idosa, com recursos do FMPI. Fortalecer o Conselho Municipal do Idoso, garantindo condições adequadas para seu funcionamento, participação social e fiscalização dos recursos do fundo. Garantir o acesso da população idosa a atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, estimulando o envelhecimento ativo e os vínculos sociais. Promover ações de prevenção à violência contra a pessoa idosa, com campanhas educativas, canais de denúncia e articulação com a rede de proteção. Incentivar ações intergeracionais, que promovam o respeito e a troca de experiências entre jovens e idosos. Oferecer apoio psicossocial e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade, por meio da rede socioassistencial e visitas domiciliares. Capacitar profissionais que atuam diretamente com a pessoa idosa, nas áreas da saúde, assistência social e cuidado domiciliar. Estimular a captação de recursos para o fundo, com campanhas de doação e incentivo fiscal junto à sociedade civil e empresas locais. Garantir a participação ativa da pessoa idosa na elaboração e monitoramento das políticas públicas municipais voltadas a seu bem-estar.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			41.088,00
	Total:			**41.088,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.53 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa				
Objetivo: Fortalecer a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa como instância de controle social, deliberação e fiscalização da política pública de promoção e proteção dos direitos da pessoa idosa, assegurando a participação da sociedade civil e do poder público na formulação e acompanhamento das ações voltadas ao envelhecimento digno, ativo e saudável no município.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização				
Classificação Programática				
Programa: 6 - Envelhecer com Respeito				
Objetivo: Financiar e apoiar projetos e ações voltadas à proteção, assistência e inclusão da pessoa idosa, com recursos do FMPI. Fortalecer o Conselho Municipal do Idoso, garantindo condições adequadas para seu funcionamento, participação social e fiscalização dos recursos do fundo. Garantir o acesso da população idosa a atividades de lazer, cultura, esporte e convivência, estimulando o envelhecimento ativo e os vínculos sociais. Promover ações de prevenção à violência contra a pessoa idosa, com campanhas educativas, canais de denúncia e articulação com a rede de proteção. Incentivar ações intergeracionais, que promovam o respeito e a troca de experiências entre jovens e idosos. Oferecer apoio psicossocial e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade, por meio da rede socioassistencial e visitas domiciliares. Capacitar profissionais que atuam diretamente com a pessoa idosa, nas áreas da saúde, assistência social e cuidado domiciliar. Estimular a captação de recursos para o fundo, com campanhas de doação e incentivo fiscal junto à sociedade civil e empresas locais. Garantir a participação ativa da pessoa idosa na elaboração e monitoramento das políticas públicas municipais voltadas a seu bem-estar.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			4.280,00

	Total:			**4.280,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.59 Fortalecimento Institucional do Conselho Tutelar				
Objetivo: Assegurar o funcionamento eficiente e contínuo do Conselho Tutelar, por meio do apoio técnico, estrutural, logístico e operacional, garantindo a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito municipal, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9001 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização				
Classificação Programática				
Programa: 4 - Viver com Dignidade				
Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			202.230,00
	Total:			**202.230,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.60 Planejamento Estratégico e Engenharia Pública Municipal				
Objetivo: Planejar, coordenar e executar ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento urbano, à gestão de projetos de engenharia e à celebração e acompanhamento de convênios e parcerias, promovendo a infraestrutura municipal de forma integrada, eficiente e sustentável.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 10001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento				
Classificação Programática				
Programa: 1 - Gestão com Responsabilidade e Resultado				
Objetivo: Garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na execução orçamentária, assegurando a sustentabilidade das finanças públicas. Modernizar os processos administrativos, com uso de tecnologia, capacitação de servidores e revisão de procedimentos para reduzir burocracias. Aprimorar os sistemas de controle interno, contabilidade e prestação de contas, visando mais segurança, agilidade e conformidade com a legislação. Ampliar a transparência da gestão pública, com divulgação acessível e contínua de dados orçamentários, contratos e resultados alcançados. Fortalecer a cultura de planejamento e monitoramento, integrando os diversos setores da administração na definição de metas e no acompanhamento de indicadores. Promover a valorização e qualificação do servidor público, incentivando a formação contínua, o reconhecimento por mérito e a eficiência no atendimento ao cidadão. Fomentar a participação social na gestão pública, estimulando conselhos, ouvidorias e ferramentas de escuta ativa da população.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			795.010,00
	Total:			**795.010,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				

LDO 2027				
Ação: 2.61 Planejamento e Execução de Eventos Esportivos Municipais				
Objetivo: Planejar, organizar e executar eventos, campeonatos e atividades esportivas no âmbito municipal, promovendo a integração comunitária, o incentivo à prática esportiva, a descoberta de talentos e a valorização do esporte como instrumento de inclusão social, qualidade de vida e cidadania.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES				
Classificação Funcional				
Função: 27 - Desporto e Lazer				
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário				
Classificação Programática				
Programa: 3 - Esporte para Todos				
Objetivo: Fortalecer e apoiar os campeonatos e torneios de futebol amador já existentes, promovendo a participação da comunidade, a organização dos eventos e o uso adequado dos espaços esportivos públicos. Estimular a prática esportiva entre crianças e adolescentes, por meio da criação ou ampliação de escolinhas de futebol e atividades físicas nas escolas e praças. Ampliar o uso de espaços públicos para práticas esportivas, como quadras, campos e ginásios, com ações de manutenção, iluminação e organização de horários de uso. Incentivar a prática esportiva entre mulheres, idosos e pessoas com deficiência, com foco na inclusão e na participação comunitária. Desenvolver ações esportivas de baixo custo e alto impacto social, como torneios escolares, jogos interbairros, caminhadas e gincanas comunitárias. Buscar parcerias com entidades locais, clubes, escolas e voluntários, para apoiar a realização de eventos e oferecer atividades físicas orientadas. Promover o esporte como ferramenta de educação, saúde e cidadania, integrando-o às demais políticas públicas do município.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			194.740,00
	Total:			**194.740,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.63 Planejamento e Manutenção da Infraestrutura Urbana				
Objetivo: Planejar, coordenar e executar ações voltadas à manutenção, conservação e desenvolvimento da infraestrutura urbana, abrangendo vias públicas, calçamento, drenagem, iluminação, mobiliário urbano e demais equipamentos, visando à melhoria da qualidade de vida, da mobilidade urbana e do ordenamento territorial.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 15 - Urbanismo				
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			753.280,00
1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478	-			50.932,00
	Total:			**804.212,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.65 Apoio à Sustentação e Expansão da Atividade Industrial Local				
Objetivo: Desenvolver ações permanentes de apoio técnico, logístico e institucional para manutenção, regularização e expansão das atividades industriais no município, promovendo condições favoráveis à competitividade, à permanência dos empreendimentos locais e ao fortalecimento da base econômica municipal.				

Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Classificação Funcional				
Função: 22 - Indústria				
Subfunção: 661 - Promoção Industrial				
Classificação Programática				
Programa: 13 - Promoção da Atividade Industrial e Geração de Emprego				
Objetivo: Implantar um Distrito Industrial ou Área de Uso Misto, com infraestrutura básica (acesso, energia, água, solo disponível) para receber indústrias de pequeno porte. Criar uma política municipal de incentivos à instalação de indústrias, como isenção temporária de tributos, doação de terrenos com contrapartidas e apoio logístico. Elaborar e implementar um plano municipal de desenvolvimento econômico, com foco em identificar potenciais vocações produtivas e setores estratégicos. Fomentar a criação de cooperativas ou indústrias de base local, ligadas à agricultura familiar, beneficiamento de produtos ou reciclagem. Estabelecer parcerias com o SEBRAE, SENAI, SESCOOP, universidades e agências de fomento, para capacitação e atração de empreendimentos. Oferecer qualificação profissional à população, preparando a mão de obra local para atuar em setores como alimentos, costura, metalurgia, marcenaria, entre outros. Divulgar o município como destino para novos negócios, com materiais institucionais, site oficial com informações para investidores e presença em eventos de desenvolvimento regional. Acompanhar tecnicamente as empresas interessadas em se instalar, oferecendo apoio jurídico, ambiental e urbanístico.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			21.400,00
	Total:			**21.400,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.67 Serviços Urbanos de Limpeza e Destinação de Resíduos				
Objetivo: Executar e coordenar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos no município, promovendo a limpeza urbana, a preservação ambiental, a saúde pública e a qualidade de vida da população.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Classificação Funcional				
Função: 17 - Saneamento				
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			321.000,00
	Total:			**321.000,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.69 Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil				
Objetivo: Planejar, coordenar e executar ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente a situações de risco e desastres naturais ou tecnológicos, visando à proteção da vida, do patrimônio público e privado e à redução de danos à população, com base nos princípios da gestão de risco e da resiliência comunitária.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				

Classificação Funcional				
Função: 6 - Segurança Pública				
Subfunção: 182 - Defesa Civil				
Classificação Programática				
Programa: 8 - Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos				
Objetivo: 1. Melhorar a mobilidade urbana e rural Facilitar o deslocamento de pedestres, ciclistas, veículos e transporte escolar. Garantir o acesso de moradores a serviços básicos como saúde, educação e comércio local. 2. Reduzir os impactos da poeira e da lama no dia a dia da população Promover mais qualidade de vida com ruas mais limpas e seguras. Diminuir os problemas respiratórios causados pela poeira em vias de terra. 3. Valorizar os bairros e propriedades Aumentar o valor dos imóveis e estimular o desenvolvimento urbano ordenado. Tornar os bairros mais atrativos para novos moradores e investimentos. 4. Garantir acessibilidade e segurança Construir calçadas acessíveis, sinalização adequada e faixas de pedestres. Reduzir acidentes com infraestrutura segura e bem planejada. 5. Apoiar o escoamento da produção agrícola local Melhorar o acesso das estradas vicinais para facilitar o transporte de insumos e da produção do campo à cidade. 6. Promover o desenvolvimento econômico local Estimular o comércio, o turismo e a geração de empregos com melhor infraestrutura urbana. 7. Utilizar materiais adequados ao clima e solo da região Aplicar soluções como bloquetes, asfalto de boa qualidade ou pavimento ecológico, conforme a realidade local. Priorizar técnicas sustentáveis e de fácil manutenção. 8. Planejar e priorizar com participação popular Definir as áreas de pavimentação com base em critérios técnicos e diálogo com a população. Fortalecer a transparência e a confiança na gestão pública. 9. Integrar pavimentação com drenagem e saneamento Evitar alagamentos e problemas futuros com obras bem planejadas e integradas com redes de esgoto e água.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			3.210,00
	Total:			**3.210,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.70 Unidade de Controle e Fiscalização Interna				
Objetivo: Assegurar a conformidade legal, a eficiência administrativa e a transparência dos atos da gestão pública municipal, por meio do monitoramento, auditoria e avaliação dos processos, promovendo o aperfeiçoamento contínuo da administração e o uso responsável dos recursos públicos.				
Tipo: 2 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 13001 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO				
Classificação Funcional				
Função: 4 - Administração				
Subfunção: 124 - Controle Interno				
Classificação Programática				
Programa: 1 - Gestão com Responsabilidade e Resultado				
Objetivo: Garantir o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na execução orçamentária, assegurando a sustentabilidade das finanças públicas. Modernizar os processos administrativos, com uso de tecnologia, capacitação de servidores e revisão de procedimentos para reduzir burocracias. Aprimorar os sistemas de controle interno, contabilidade e prestação de contas, visando mais segurança, agilidade e conformidade com a legislação. Ampliar a transparência da gestão pública, com divulgação acessível e contínua de dados orçamentários, contratos e resultados alcançados. Fortalecer a cultura de planejamento e monitoramento, integrando os diversos setores da administração na definição de metas e no acompanhamento de indicadores. Promover a valorização e qualificação do servidor público, incentivando a formação contínua, o reconhecimento por mérito e a eficiência no atendimento ao cidadão. Fomentar a participação social na gestão pública, estimulando conselhos, ouvidorias e ferramentas de escuta ativa da população.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	**2027**
19 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
20 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
21 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
22 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
23 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
24 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
25 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
35 74 - Verificações e auditorias internas	8 - Renda Per Capita	%	Anual	20,00
			Total:	**160,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			101.650,00
	Total:			**101.650,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 2.71 Sistema Municipal de Financiamento da Política dos Direitos da Pessoa com Deficiência				
Objetivo: Garantir o financiamento e a execução das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e inclusão das pessoas com deficiência no município, por meio da gestão eficiente dos recursos do fundo municipal, em articulação com o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a rede de serviços públicos e parceiros sociais.				

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 9005 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência

Classificação Programática

Programa: 4 - Viver com Dignidade

Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	37.450,00
	Total:	**37.450,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 2.72 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Objetivo: Fortalecer a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência como instância de controle social, deliberação e acompanhamento das políticas públicas voltadas à promoção da acessibilidade, inclusão e garantia de direitos das pessoas com deficiência no município.

Tipo: 2 - Atividades

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 9005 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização

Classificação Programática

Programa: 4 - Viver com Dignidade

Objetivo: Fortalecer a atuação do CRAS como porta de entrada da assistência social, garantindo atendimento humanizado, escuta qualificada e ações intersetoriais. Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços, benefícios e programas sociais, com foco em segurança de renda, alimentação e acolhimento. Promover ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de oficinas, grupos de convivência e atividades socioeducativas. Acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco social, com visitas domiciliares, escuta ativa e elaboração de planos de atendimento individualizado. Incentivar o protagonismo das famílias, por meio de ações que estimulem a autonomia, a geração de renda e o acesso a outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho). Capacitar continuamente os profissionais da assistência social, visando qualidade no atendimento, escuta sensível e articulação em rede. Desenvolver campanhas de conscientização sobre direitos sociais e cidadania, com foco na prevenção da violência, no respeito à diversidade e no combate à desigualdade. Fomentar a articulação intersetorial, especialmente com as áreas de saúde, educação e habitação, para garantir respostas integradas às vulnerabilidades.

Meta prioridade / Meta física

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação	
			Total:	**0,00**

Valor fiscal R$

Fonte de recurso	Destinação	2027
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-	4.280,00
	Total:	**4.280,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1219-4092-940

Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações

LDO 2027

Ação: 5.58 Estruturação Física da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente

Objetivo: "Promover a melhoria das condições físicas, operacionais e estruturais dos serviços e instituições que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente, por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários, veículos e adequações de espaços, visando ao fortalecimento da atenção integral, segura e qualificada no âmbito da política de garantia de direitos.

Tipo: 5 - Projetos

Estrutura Organizacional

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Classificação Funcional

Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 5 - Crescer com Proteção				
Objetivo: Apoiar projetos e ações financiados com recursos do FMDCA, voltados à promoção da cidadania, cultura, educação, esporte, convivência familiar e combate a violências. Fortalecer a atuação do CMDCA, garantindo apoio técnico, estrutura e formação para seu pleno funcionamento e deliberação das políticas públicas. Estimular a captação de recursos para o FMDCA, por meio de campanhas junto à iniciativa privada e à população, incentivando doações dedutíveis do Imposto de Renda. Mapear e priorizar demandas locais da infância e adolescência, integrando dados da rede socioassistencial, conselhos e escolas. Promover ações educativas e de conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes, com foco em prevenção de violências e promoção da escuta qualificada. Fomentar a articulação intersetorial com as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública. Garantir a participação de adolescentes nas instâncias de controle social e nas ações do programa, respeitando seu protagonismo e voz ativa. Monitorar e avaliar os projetos financiados com recursos do fundo, assegurando transparência e efetividade das ações implementadas.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			12.840,00
	Total:			**12.840,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 6.54 Gestão Municipal da Política da Criança e do Adolescente				
Objetivo: Planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município, garantindo a articulação intersetorial, o fortalecimento da rede de atendimento e a atuação efetiva dos conselhos e órgãos de controle social				
Tipo: 6 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 5 - Crescer com Proteção				
Objetivo: Apoiar projetos e ações financiados com recursos do FMDCA, voltados à promoção da cidadania, cultura, educação, esporte, convivência familiar e combate a violências. Fortalecer a atuação do CMDCA, garantindo apoio técnico, estrutura e formação para seu pleno funcionamento e deliberação das políticas públicas. Estimular a captação de recursos para o FMDCA, por meio de campanhas junto à iniciativa privada e à população, incentivando doações dedutíveis do Imposto de Renda. Mapear e priorizar demandas locais da infância e adolescência, integrando dados da rede socioassistencial, conselhos e escolas. Promover ações educativas e de conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes, com foco em prevenção de violências e promoção da escuta qualificada. Fomentar a articulação intersetorial com as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública. Garantir a participação de adolescentes nas instâncias de controle social e nas ações do programa, respeitando seu protagonismo e voz ativa. Monitorar e avaliar os projetos financiados com recursos do fundo, assegurando transparência e efetividade das ações implementadas.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			409.810,00
	Total:			**409.810,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 6.55 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente				
Objetivo: Fortalecer a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como instância deliberativa e de controle social da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, assegurando a participação paritária entre governo e sociedade civil na formulação, fiscalização e acompanhamento das ações e programas voltados à infância e adolescência				
Tipo: 6 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização				
Classificação Programática				
Programa: 5 - Crescer com Proteção				
Objetivo: Apoiar projetos e ações financiados com recursos do FMDCA, voltados à promoção da cidadania, cultura, educação, esporte, convivência familiar e combate a violências. Fortalecer a atuação do CMDCA, garantindo apoio técnico, estrutura e formação para seu pleno funcionamento e deliberação das políticas públicas. Estimular a captação de recursos para o FMDCA, por meio de campanhas junto à iniciativa privada e à população, incentivando doações dedutíveis do Imposto de Renda. Mapear e priorizar demandas locais da infância e adolescência, integrando dados da rede socioassistencial, conselhos e escolas. Promover				

ações educativas e de conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes, com foco em prevenção de violências e promoção da escuta qualificada. Fomentar a articulação intersetorial com as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública. Garantir a participação de adolescentes nas instâncias de controle social e nas ações do programa, respeitando seu protagonismo e voz ativa. Monitorar e avaliar os projetos financiados com recursos do fundo, assegurando transparência e efetividade das ações implementadas.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			10.700,00
	Total:			**10.700,00**
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br		**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações				
LDO 2027				
Ação: 6.56 Formação e Inserção Profissional de Adolescentes e Jovens				
Objetivo: Promover a qualificação e a inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, por meio de programas de formação profissional, educação para a cidadania e estímulo ao protagonismo juvenil, com foco na inclusão social, geração de oportunidades e construção de trajetórias de autonomia.				
Tipo: 6 - Atividades				
Estrutura Organizacional				
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE				
Classificação Funcional				
Função: 8 - Assistência Social				
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente				
Classificação Programática				
Programa: 5 - Crescer com Proteção				
Objetivo: Apoiar projetos e ações financiados com recursos do FMDCA, voltados à promoção da cidadania, cultura, educação, esporte, convivência familiar e combate a violências. Fortalecer a atuação do CMDCA, garantindo apoio técnico, estrutura e formação para seu pleno funcionamento e deliberação das políticas públicas. Estimular a captação de recursos para o FMDCA, por meio de campanhas junto à iniciativa privada e à população, incentivando doações dedutíveis do Imposto de Renda. Mapear e priorizar demandas locais da infância e adolescência, integrando dados da rede socioassistencial, conselhos e escolas. Promover ações educativas e de conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes, com foco em prevenção de violências e promoção da escuta qualificada. Fomentar a articulação intersetorial com as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública. Garantir a participação de adolescentes nas instâncias de controle social e nas ações do programa, respeitando seu protagonismo e voz ativa. Monitorar e avaliar os projetos financiados com recursos do fundo, assegurando transparência e efetividade das ações implementadas.				
Meta prioridade / Meta física				
Denominação	**Indicador**	**Unidade de medida**	**Periodicidade de avaliação**	
			Total:	**0,00**
Valor fiscal R$				
Fonte de recurso	**Destinação**			**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-			94.695,00
	Total:			**94.695,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**		**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/			1219-4092-940
Metas Físicas e Fiscais da Despesa LDO por Ações			
LDO 2027			
Ação: 6.57 Rede de Acolhimento Protetivo para Crianças e Adolescentes			
Objetivo: Oferecer proteção integral por meio do acolhimento provisório, em modalidade familiar ou institucional, a crianças e adolescentes em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, garantindo cuidados essenciais, fortalecimento de vínculos e reintegração familiar e comunitária, no âmbito da proteção social especial de alta complexidade.			
Tipo: 6 - Atividades			
Estrutura Organizacional			
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE			
Classificação Funcional			
Função: 8 - Assistência Social			
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente			
Classificação Programática			
Programa: 5 - Crescer com Proteção			
Objetivo: Apoiar projetos e ações financiados com recursos do FMDCA, voltados à promoção da cidadania, cultura, educação, esporte, convivência familiar e combate a violências. Fortalecer a atuação do CMDCA, garantindo apoio técnico, estrutura e formação para seu pleno funcionamento e deliberação das políticas públicas. Estimular a captação de recursos para o FMDCA, por meio de campanhas junto à iniciativa privada e à população, incentivando doações dedutíveis do Imposto de Renda. Mapear e priorizar demandas locais da infância e adolescência, integrando dados da rede socioassistencial, conselhos e escolas. Promover ações educativas e de conscientização sobre os direitos de crianças e adolescentes, com foco em prevenção de violências e promoção da escuta qualificada. Fomentar a articulação intersetorial com as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública. Garantir a participação de adolescentes nas instâncias de controle social e nas ações do programa, respeitando seu protagonismo e voz ativa. Monitorar e avaliar os projetos financiados com recursos do fundo, assegurando transparência e efetividade das ações implementadas.			
Meta prioridade / Meta física			

Denominação	Indicador	Unidade de medida	Periodicidade de avaliação
		Total:	0,00
Valor fiscal R$			
Fonte de recurso	**Destinação**		**2027**
1000 - Recursos Ordinários (Livres)	-		37.450,00
	Total:		**37.450,00**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba					
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR					
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**			**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1895-9712-523	
Resumo das Metas Financeiras da LDO					
LDO 2027 Valores em R$					
Unidade orçamentária	**Função**	**Subfunção**	**Programa**	**Ação**	**Valor**
1000 - Câmara Municipal de Bela Vista de Caroba					**2.089.820,00**
1001 - Câmara Municipal de Bela Vista de	1	31	11 Legislativo Presente e Transparente	2.1 Gestão Administrativa do Poder Legislativo	2.089.820,00
2000 - EXECUTIVO MUNICIPAL					**727.065,00**
2001 - GABINETE DO PREFEITO	4	122	1 Gestão com Responsabilidade e Resultado	2.2 Organização do Gabinete Municipal	528.580,00
2002 - ASSESSORIAS DIRETAS	3	92	12 Legalidade e Segurança Jurídica	2.3 Assessoria Jurídica Estratégica de Governo	198.485,00
3000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					**2.437.460,00**
3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇ	4	122	1 Gestão com Responsabilidade e Resultado	2.4 Veiculação de Atos do Executivo Municipal	80.250,00
3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇ	4	122	1 Gestão com Responsabilidade e Resultado	2.5 Administração Central do Município	2.357.210,00
4000 - SECRETARIA DE FINANÇAS					**679.878,00**
4001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	4	123	1 Gestão com Responsabilidade e Resultado	2.6 Gestão Econômico-Financeira do Município	679.878,00
5000 - SECR. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, DES.ECON E TURIS					**1.770.315,00**
5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVI	20	122	7 Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolviment	2.10 Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR - CIFRA	141.240,00
5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVI	20	605	7 Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolviment	1.9 Investimento em Patrulha Mecanizada Rural	42.800,00
5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVI	20	606	7 Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolviment	2.7 Desenvolvimento Produtivo e Agricultura Municipal	1.230.500,00
5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVI	20	606	7 Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolviment	2.8 Manutenção Operacional da Patrulha Mecanizada Rur	299.600,00
5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVI	22	661	13 Promoção da Atividade Industrial e Geração de Emprego	2.65 Apoio à Sustentação e Expansão da Atividade Indus	21.400,00
5002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBI	18	541	10 Cuidar o Hoje, Preservar o Amanhã	2.12 Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação	13.375,00
5002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBI	18	543	7 Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolviment	1.11 Desenvolvimento Agroindustrial de Base Ecológica	21.400,00
6000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**7.869.037,46**
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	122	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.13 Gestão das Políticas Educacionais e Culturais Munici	358.450,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	361	9 Ensinar, Incluir, Transformar	1.23 Infraestrutura do Ensino Fundamental - Escolas	17.120,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	361	9 Ensinar, Incluir, Transformar	1.24 Frota Escolar Renovada	2.140,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	361	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.20 Organização do Ensino Fundamental	3.519.981,92
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	361	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.21 Gestão da Alimentação Escolar no Ensino Fundame	261.080,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	361	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.22 Caminho da Escola - Transporte Estudantil	1.276.510,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	365	9 Ensinar, Incluir, Transformar	1.16 Infraestrutura da Educação Infantil Etapa Creche	33.170,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	365	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.14 Organização da Educação Infantil Etapa Creche	1.618.910,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	365	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.15 Gestão da Alimentação Escolar na Educação Infantil	107.000,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	365	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.17 Organização da Educação Infantil Etapa Pré Escola	444.585,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	365	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.18 Gestão da Alimentação Escolar na Educação Infantil	78.197,74
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	366	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.25 Organização da Educação de Jovens e Adultos	16.050,00
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	12	367	9 Ensinar, Incluir, Transformar	2.26 Organização da Educação Especial	55.592,80
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E	13	392	14 Mais Cultura, Mais Cidadania	2.28 Promoção de Atividades Culturais	80.250,00
7000 - SECRETARIA DE SAÚDE					**7.817.669,30**
7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE	10	122	2 Saúde Cidadã	2.29 Sistema Municipal de Saúde e Governança	236.470,00
7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE	10	125	2 Saúde Cidadã	2.30 Conselho Municipal de Saúde	20.330,00
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	301	2 Saúde Cidadã	1.34 Infraestrutura Estratégica da Saúde	5.778,00
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	301	2 Saúde Cidadã	2.31 Rede de Atenção Básica à Saúde	4.103.673,62
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	301	2 Saúde Cidadã	2.39 Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde	23.540,00
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	302	2 Saúde Cidadã	2.33 Rede de Atenção Especializada em Saúde	1.353.896,68
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	302	2 Saúde Cidadã	2.38 Sistema Intermunicipal de Saúde Pública - Consórci	1.428.450,00
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	303	2 Saúde Cidadã	2.35 Rede Municipal de Farmácia Pública	295.320,00
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	304	2 Saúde Cidadã	2.37 Sistema Municipal de Controle Sanitário	245.351,00
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	305	2 Saúde Cidadã	2.36 Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica	104.860,00
8000 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					**3.477.821,00**

8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRA	15	452	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.44 Gestão de Pavimentação e Restauração Viária	117.700,00
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba					
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR					
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**			**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/				1895-9712-523	
Resumo das Metas Financeiras da LDO					
Unidade orçamentária	**Função**	**Subfunção**	**Programa**	**Ação**	**Valor**
8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRA	23	451	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.45 Infraestrutura de Edificações Públicas	85.600,00
8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRA	26	782	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.42 Gestão de Substituição e Atualização da Frota	58.850,00
8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRA	26	782	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	2.40 Coordenação de Obras, Viação e Serviços Gerais	1.742.495,00
8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRA	26	782	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	2.41 Gestão e Manutenção da Frota e Equipamentos Rod	1.355.476,00
8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRA	26	785	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.43 Melhoria e Conservação de Vias Não Pavimentadas	117.700,00
9000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**1.819.535,00**
9001 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA	8	125	4 Viver com Dignidade	2.59 Fortalecimento Institucional do Conselho Tutelar	202.230,00
9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E	8	125	5 Crescer com Proteção	6.55 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Ad	10.700,00
9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E	8	243	5 Crescer com Proteção	5.58 Estruturação Física da Rede de Proteção à Criança	12.840,00
9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E	8	243	5 Crescer com Proteção	6.54 Gestão Municipal da Política da Criança e do Adoles	409.810,00
9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E	8	243	5 Crescer com Proteção	6.56 Formação e Inserção Profissional de Adolescentes e	94.695,00
9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E	8	243	5 Crescer com Proteção	6.57 Rede de Acolhimento Protetivo para Crianças e Adol	37.450,00
9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCI	8	125	4 Viver com Dignidade	2.47 Conselho Municipal de Assistência Social	10.700,00
9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCI	8	244	4 Viver com Dignidade	1.50 Infraestrutura e Estruturação Física do Centro de R	30.131,20
9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCI	8	244	4 Viver com Dignidade	2.46 Sistema Municipal de Proteção Social Básica	763.380,80
9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCI	8	244	4 Viver com Dignidade	2.48 Suporte Eventual de Proteção Social	32.100,00
9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCI	8	244	4 Viver com Dignidade	2.49 Rede de Cuidado e Fortalecimento à Mulher	16.050,00
9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS	8	125	6 Envelhecer com Respeito	2.53 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	4.280,00
9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS	8	241	6 Envelhecer com Respeito	2.51 Promoção de Direitos da Pessoa Idosa Gestão do F	112.350,00
9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS	8	241	6 Envelhecer com Respeito	2.52 Acolhimento e Proteção Social da Pessoa Idosa	41.088,00
9005 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS	8	125	4 Viver com Dignidade	2.72 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Defi	4.280,00
9005 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS	8	242	4 Viver com Dignidade	2.71 Sistema Municipal de Financiamento da Política dos	37.450,00
10000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					**795.010,00**
10001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMEN	4	121	1 Gestão com Responsabilidade e Resultado	2.60 Planejamento Estratégico e Engenharia Pública Mun	795.010,00
11000 - SECRETARIA DE ESPORTES					**200.090,00**
11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	27	812	3 Esporte para Todos	1.62 Instalações e Espaços Públicos para a Prática Espor	5.350,00
11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES	27	812	3 Esporte para Todos	2.61 Planejamento e Execução de Eventos Esportivos Mu	194.740,00
12000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO					**2.463.782,00**
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRU	6	182	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	2.69 Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil	3.210,00
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRU	15	451	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.64 Polo de Desenvolvimento Industrial Municipal	326.350,00
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRU	15	452	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.73 Implantação do Novo Paço Municipal	749.000,00
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRU	15	452	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	2.63 Planejamento e Manutenção da Infraestrutura Urba	804.212,00
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRU	15	752	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.66 Rede Pública de Iluminação e Mobilidade Noturna	249.310,00
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRU	17	512	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	2.67 Serviços Urbanos de Limpeza e Destinação de Resíd	321.000,00
12002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃ	16	482	8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públic	1.68 Política Municipal de Habitação de Interesse Social	10.700,00
13000 - CONTROLE INTERNO					**101.650,00**
13001 - UNIDADE DE CONTROLE INTERN	4	124	1 Gestão com Responsabilidade e Resultado	2.70 Unidade de Controle e Fiscalização Interna	101.650,00
90000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO					**1.179.071,68**
90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPI	28	846	0 Operações Especiais	0.91 Contribuições ao PASEP	325.494,00
90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPI	28	846	0 Operações Especiais	0.92 Gerenciamento do Passivo Governamental	35.310,00
90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPI	28	846	0 Operações Especiais	0.93 Encargos de Natureza Judicial / Precatórios	74.900,00
90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPI	99	999	0 Operações Especiais	0.99 Reserva de Contingência	743.367,68
				Total geral	**33.428.204,44**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1964-9093-561
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações		
Operações Especiais		**LDO 2027 Valores em R$**
0.91 Contribuições ao PASEP		325.494,00
0.92 Gerenciamento do Passivo Governamental		35.310,00
0.93 Encargos de Natureza Judicial / Precatórios		74.900,00
0.99 Reserva de Contingência		743.367,68

Total	**1.179.071,68**
Projetos	
1.9 Investimento em Patrulha Mecanizada Rural	42.800,00
1.11 Desenvolvimento Agroindustrial de Base Ecológica	21.400,00
1.16 Infraestrutura da Educação Infantil Etapa Creche	33.170,00
1.23 Infraestrutura do Ensino Fundamental - Escolas	17.120,00
1.24 Frota Escolar Renovada	2.140,00
1.34 Infraestrutura Estratégica da Saúde	5.778,00
1.42 Gestão de Substituição e Atualização da Frota	58.850,00
1.43 Melhoria e Conservação de Vias Não Pavimentadas	117.700,00
1.44 Gestão de Pavimentação e Restauração Viária	117.700,00
1.45 Infraestrutura de Edificações Públicas	85.600,00
1.50 Infraestrutura e Estruturação Física do Centro de Referência da Assistência Social CRAS	30.131,20
1.62 Instalações e Espaços Públicos para a Prática Esportiva	5.350,00
1.64 Polo de Desenvolvimento Industrial Municipal	326.350,00
1.66 Rede Pública de Iluminação e Mobilidade Noturna	249.310,00
1.68 Política Municipal de Habitação de Interesse Social	10.700,00
1.73 Implantação do Novo Paço Municipal	749.000,00
5.58 Estruturação Física da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente	12.840,00
Total	**1.885.939,20**
Atividades	
2.1 Gestão Administrativa do Poder Legislativo	2.089.820,00
2.2 Organização do Gabinete Municipal	528.580,00
2.3 Assessoria Jurídica Estratégica de Governo	198.485,00
2.4 Veiculação de Atos do Executivo Municipal	80.250,00
2.5 Administração Central do Município	2.357.210,00
2.6 Gestão Econômico-Financeira do Município	679.878,00
2.7 Desenvolvimento Produtivo e Agricultura Municipal	1.230.500,00
2.8 Manutenção Operacional da Patrulha Mecanizada Rural	299.600,00
2.10 Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR - CIFRA	141.240,00
2.12 Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação Ambiental	13.375,00
2.13 Gestão das Políticas Educacionais e Culturais Municipais	358.450,00
2.14 Organização da Educação Infantil Etapa Creche	1.618.910,00
2.15 Gestão da Alimentação Escolar na Educação Infantil (Creche)	107.000,00
2.17 Organização da Educação Infantil Etapa Pré Escola	444.585,00
2.18 Gestão da Alimentação Escolar na Educação Infantil (Pré Escola)	78.197,74
2.20 Organização do Ensino Fundamental	3.519.981,92
2.21 Gestão da Alimentação Escolar no Ensino Fundamental	261.080,00
2.22 Caminho da Escola - Transporte Estudantil	1.276.510,00
2.25 Organização da Educação de Jovens e Adultos	16.050,00
2.26 Organização da Educação Especial	55.592,80
2.28 Promoção de Atividades Culturais	80.250,00
2.29 Sistema Municipal de Saúde e Governança	236.470,00
2.30 Conselho Municipal de Saúde	20.330,00
2.31 Rede de Atenção Básica à Saúde	4.103.673,62
2.33 Rede de Atenção Especializada em Saúde	1.353.896,68
2.35 Rede Municipal de Farmácia Pública	295.320,00
2.36 Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica	104.860,00
2.37 Sistema Municipal de Controle Sanitário	245.351,00
2.38 Sistema Intermunicipal de Saúde Pública - Consórcios	1.428.450,00
2.39 Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde	23.540,00
2.40 Coordenação de Obras, Viação e Serviços Gerais	1.742.495,00
2.41 Gestão e Manutenção da Frota e Equipamentos Rodoviários	1.355.476,00
2.46 Sistema Municipal de Proteção Social Básica	763.380,80
2.47 Conselho Municipal de Assistência Social	10.700,00
2.48 Suporte Eventual de Proteção Social	32.100,00
2.49 Rede de Cuidado e Fortalecimento à Mulher	16.050,00

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1964-9093-561
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações		
2.51 Promoção de Direitos da Pessoa Idosa Gestão do FMPI		112.350,00
2.52 Acolhimento e Proteção Social da Pessoa Idosa		41.088,00
2.53 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa		4.280,00
2.59 Fortalecimento Institucional do Conselho Tutelar		202.230,00
2.60 Planejamento Estratégico e Engenharia Pública Municipal		795.010,00
2.61 Planejamento e Execução de Eventos Esportivos Municipais		194.740,00
2.63 Planejamento e Manutenção da Infraestrutura Urbana		804.212,00
2.65 Apoio à Sustentação e Expansão da Atividade Industrial Local		21.400,00
2.67 Serviços Urbanos de Limpeza e Destinação de Resíduos		321.000,00
2.69 Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil		3.210,00
2.70 Unidade de Controle e Fiscalização Interna		101.650,00
2.71 Sistema Municipal de Financiamento da Política dos Direitos da Pessoa com Deficiência		37.450,00
2.72 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência		4.280,00
6.54 Gestão Municipal da Política da Criança e do Adolescente		409.810,00
6.55 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		10.700,00
6.56 Formação e Inserção Profissional de Adolescentes e Jovens		94.695,00
6.57 Rede de Acolhimento Protetivo para Crianças e Adolescentes		37.450,00
Total		**30.363.193,56**
Total geral		**33.428.204,44**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1508-2859-978
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Programa		
Programa		**LDO 2027 Valores em R$**
0 Operações Especiais		1.179.071,68
1 Gestão com Responsabilidade e Resultado		4.542.578,00
2 Saúde Cidadã		7.817.669,30
3 Esporte para Todos		200.090,00
4 Viver com Dignidade		1.096.322,00
5 Crescer com Proteção		565.495,00
6 Envelhecer com Respeito		157.718,00
7 Agricultura Sustentável e o Fortalecimento do Desenvolvimento Rural		1.735.540,00
8 Eficiência e Qualidade na Execução de Obras e Serviços Públicos		5.941.603,00
9 Ensinar, Incluir, Transformar		7.788.787,46
10 Cuidar o Hoje, Preservar o Amanhã		13.375,00
11 Legislativo Presente e Transparente		2.089.820,00
12 Legalidade e Segurança Jurídica		198.485,00
13 Promoção da Atividade Industrial e Geração de Emprego		21.400,00
14 Mais Cultura, Mais Cidadania		80.250,00
Total geral		**33.428.204,44**

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1689-9604-679
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária		
LDO 2027 - Valores em R$		
Unidade gestora		**Valor**
Unidade orçamentária		
Natureza da Despesa		
1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
2001 - GABINETE DO PREFEITO		
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		342.400,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		74.900,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		58.850,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		6.420,00

3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	26.750,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.840,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	6.420,00
Total da unidade orçamentária	**528.580,00**
2002 - ASSESSORIAS DIRETAS	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	144.450,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	21.400,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.605,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	3.210,00
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	10.700,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.210,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.700,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	3.210,00
Total da unidade orçamentária	**198.485,00**
3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	736.160,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	101.650,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	26.750,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	16.050,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	48.150,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	160.500,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	10.700,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.350,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	829.250,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	428.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	32.100,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	42.800,00
Total da unidade orçamentária	**2.437.460,00**
4001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	417.300,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	52.858,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	11.770,00
3.3.30.93.00 Indenizações e Restituições	10.700,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	38.520,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	12.840,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	10.700,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.350,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	53.500,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	5.350,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	10.700,00
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	12.840,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	10.700,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	26.750,00
Total da unidade orçamentária	**679.878,00**
5001 - DEP. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.1.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	64.200,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	727.600,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	97.370,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	64.200,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	16.050,00
3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	37.450,00
3.3.72.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.140,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	4.280,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	287.830,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	58.850,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	3.210,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.210,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	192.600,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	37.450,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	32.100,00
4.4.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	4.280,00

4.4.72.51.00 Obras e Instalações	32.100,00
4.4.72.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.070,00

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1689-9604-679
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária		
LDO 2027 - Valores em R$		
Unidade gestora		**Valor**
Unidade orçamentária		
Natureza da Despesa		
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		5.350,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		53.500,00
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis		10.700,00
Total da unidade orçamentária		**1.735.540,00**
5002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		24.075,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		5.350,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		5.350,00
Total da unidade orçamentária		**34.775,00**
6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado		310.300,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		3.690.387,20
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		787.520,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		209.720,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas		6.420,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais		48.102,80
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		10.700,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		939.460,00
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		16.050,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		451.627,74
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		5.350,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		3.210,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.057.767,80
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		2.140,00
3.3.90.41.00 Contribuições		32.100,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação		160.500,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		12.840,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		124.841,92
Total da unidade orçamentária		**7.869.037,46**
7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE		
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		136.960,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		26.750,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		10.700,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		21.400,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		14.980,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		8.560,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		10.700,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		14.980,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação		3.210,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		8.560,00
Total da unidade orçamentária		**256.800,00**
7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
3.1.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público		171.200,00
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado		26.750,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		2.405.710,35
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		199.020,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		372.360,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas		7.490,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais		176.896,68

3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	107.000,00
3.3.72.30.00 Material de Consumo	246.100,00
3.3.72.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	903.080,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	101.650,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	745.235,27
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	171.200,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	7.490,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	92.020,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.711.358,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	21.828,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	52.430,00
4.4.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.070,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.070,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	39.911,00
Total da unidade orçamentária	**7.560.869,30**
8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	856.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	104.325,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	107.000,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.350,00

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1689-9604-679
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária		
LDO 2027 - Valores em R$		
Unidade gestora		**Valor**
Unidade orçamentária		
Natureza da Despesa		
3.3.90.30.00 Material de Consumo		1.365.106,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		705.130,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação		51.360,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		224.700,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		58.850,00
Total da unidade orçamentária		**3.477.821,00**
9001 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		144.450,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		25.680,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		5.350,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		10.700,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		10.700,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		5.350,00
Total da unidade orçamentária		**202.230,00**
9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE		
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado		62.595,00
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		192.600,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		58.850,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		10.700,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais		16.050,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil		7.490,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		44.940,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		5.350,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		2.140,00
3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria		5.350,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		5.350,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		101.650,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		2.140,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação		16.050,00
3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		21.400,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações		5.350,00

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	7.490,00
Total da unidade orçamentária	**565.495,00**
9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	382.204,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	48.150,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	14.980,00
3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.140,00
3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	1.000,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	12.026,80
3.3.90.30.00 Material de Consumo	101.650,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	36.450,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	3.210,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.350,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	182.970,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	16.050,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	16.050,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	10.700,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	19.431,20
Total da unidade orçamentária	**852.362,00**
9004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	1.070,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	12.840,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.350,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	101.008,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	16.050,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	21.400,00
Total da unidade orçamentária	**157.718,00**
9005 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
3.3.90.30.00 Material de Consumo	18.190,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.700,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.840,00
Total da unidade orçamentária	**41.730,00**
10001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	278.200,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	32.100,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	32.100,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.350,00

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		1689-9604-679
Valores Previstos na Despesa LDO por Natureza - por Unidade Orçamentária		
LDO 2027 - Valores em R$		
Unidade gestora		**Valor**
Unidade orçamentária		
Natureza da Despesa		
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		428.000,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação		16.050,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		3.210,00
Total da unidade orçamentária		**795.010,00**
11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		58.850,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		21.400,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		2.140,00
3.3.50.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		5.350,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo		10.700,00
3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		1.070,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		1.070,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		2.140,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		74.900,00

3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	16.050,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	5.350,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.070,00
Total da unidade orçamentária	**200.090,00**
12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	449.400,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	53.500,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	48.150,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	214.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.210,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	532.432,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	51.360,00
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	880.610,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	215.070,00
4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	5.350,00
Total da unidade orçamentária	**2.453.082,00**
12002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
4.4.90.51.00 Obras e Instalações	10.700,00
Total da unidade orçamentária	**10.700,00**
13001 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	53.500,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	11.770,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	5.350,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	10.700,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.350,00
3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.070,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.700,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	3.210,00
Total da unidade orçamentária	**101.650,00**
90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato	5.350,00
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	325.494,00
3.3.90.67.00 Depósitos Compulsórios	21.400,00
3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais	26.750,00
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	26.750,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	26.750,00
4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	3.210,00
9.9.99.99.00 A Classificar	743.367,68
Total da unidade orçamentária	**1.179.071,68**
Total da unidade gestora	**31.338.384,44**
2 - Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba	
1001 - Câmara Municipal de Bela Vista de Caroba	
3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.116.500,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	210.500,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	27.820,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	207.000,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo	74.900,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	266.920,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	69.550,00
3.3.90.46.00 Auxílio-Alimentação	9.630,00
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	107.000,00
Total da unidade orçamentária	**2.089.820,00**
Total da unidade gestora	**2.089.820,00**
Total geral	**33.428.204,44**

Natureza	Especificação	LDO 2027 Valores em R$
1	Receitas Correntes	33.333.295,44
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.923.860,00
1.1.1	Impostos	1.831.840,00
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	666.075,00
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	190.460,00
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	173.340,00
1.1.1.2.50.0.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.070,00
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa	10.700,00
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Multas e Juros	5.350,00
1.1.1.2.53	Impostos sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	475.615,00
1.1.1.2.53.0.1	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	470.800,00
1.1.1.2.53.0.2	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	2.675,00
1.1.1.2.53.0.3	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Divida Ativa	1.070,00
1.1.1.2.53.0.4	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Divida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	814.805,00
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	814.805,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	668.750,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	668.750,00
1.1.1.3.03.1.1.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	577.800,00
1.1.1.3.03.1.1.02	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	90.950,00
1.1.1.3.03.4	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	146.055,00
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	146.055,00
1.1.1.3.03.4.1.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	144.450,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Executivo - Principal	144.450,00
1.1.1.3.03.4.1.02	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Legislativo - Principal	1.605,00
1.1.1.3.03.4.1.02.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Poder Legislativo - Principal	1.605,00
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	350.960,00
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	350.960,00
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	350.960,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	347.750,00
1.1.1.4.51.1.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	1.070,00
1.1.1.4.51.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	1.070,00
1.1.1.4.51.1.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.1.2	Taxas	92.020,00
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	42.800,00
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	42.800,00
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	37.450,00
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.070,00
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	2.140,00
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.140,00
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	49.220,00
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	22.470,00
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	19.260,00
1.1.2.2.01.0.2	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	1.070,00
1.1.2.2.01.0.3	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	1.070,00
1.1.2.2.01.0.4	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.1.2.2.53	Taxa pela Prestação de Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos.	26.750,00
1.1.2.2.53.0.1	Taxa pela Prestação de Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos - Principal	26.750,00
1.2	Contribuições	227.910,00
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	227.910,00
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	227.910,00
1.2.4.1.50	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	227.910,00
1.2.4.1.50.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	224.700,00
1.2.4.1.50.0.2	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas e Juros	1.070,00
1.2.4.1.50.0.3	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	1.070,00
1.2.4.1.50.0.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.3	Receita Patrimonial	402.422,66
1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.280,00
1.3.1.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.280,00
1.3.1.1.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	4.280,00

1.3.1.1.01.1	Aluguéis e Arrendamentos	4.280,00
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.070,00
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.070,00

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.	**Usuário:** Ruhama Julyegge	**Chave de Autenticação Digital**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		2587-4396-900
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
1.3.1.1.01.1.3	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	1.070,00
1.3.1.1.01.1.4	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.3.2	Valores Mobiliários	398.142,66
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	398.142,66
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	398.142,66
1.3.2.1.01.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral SOF	398.142,66
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral	398.142,66
1.6	Receita de Serviços	116.630,00
1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	109.140,00
1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	109.140,00
1.6.1.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	108.070,00
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	102.720,00
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	2.140,00
1.6.1.1.01.0.3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	2.140,00
1.6.1.1.01.0.4	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.070,00
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.070,00
1.6.2	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	2.140,00
1.6.2.1	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	2.140,00
1.6.2.1.02	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias	2.140,00
1.6.2.1.02.0.1	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	2.140,00
1.6.9	Outros Serviços	5.350,00
1.6.9.9	Outros Serviços	5.350,00
1.6.9.9.99	Outros Serviços	5.350,00
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	2.140,00
1.6.9.9.99.0.2	Outros Serviços - Multas e Juros	1.070,00
1.6.9.9.99.0.3	Outros Serviços - Dívida Ativa	1.070,00
1.6.9.9.99.0.4	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.7	Transferências Correntes	30.652.307,78
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	20.592.840,61
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	17.594.985,84
1.7.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	17.590.705,84
1.7.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	15.664.998,85
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	15.664.998,85
1.7.1.1.51.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	1.925.706,99
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	1.925.706,99
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	4.280,00
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	4.280,00
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	425.432,00
1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	425.432,00
1.7.1.2.52.2	Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	4.922,00
1.7.1.2.52.2.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	4.922,00
1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	420.510,00
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	420.510,00
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	1.784.387,03
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.784.387,03
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	1.398.420,30
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	1.398.420,30
1.7.1.3.50.1.1.01	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	422.974,67
1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	176.900,15

1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada - Principal	176.900,15
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	114.264,58
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	114.264,58
1.7.1.3.50.3.1.01	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	78.563,68
1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	93.732,00
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal	93.732,00
1.7.1.3.50.9	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros	1.070,00

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

2587-4396-900

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado

Receitas

Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
	Programas	
1.7.1.3.50.9.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas - Principal	1.070,00
1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	391.707,74
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	218.280,00
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	218.280,00
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	103.877,74
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	103.877,74
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	69.550,00
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	69.550,00
1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	181.900,00
1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	181.900,00
1.7.1.5.52.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR - Principal	181.900,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	183.612,00
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	183.612,00
1.7.1.6.50.0.1	Transferencias FNAS	183.612,00
1.7.1.6.50.0.1.01	Bloco da Proteção Social Básica	129.684,00
1.7.1.6.50.0.1.02	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	41.088,00
1.7.1.6.50.0.1.03	Indice de Gestão Descentralizada - IGD do Programa Auxílio Brasil	12.840,00
1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	30.816,00
1.7.1.9.58	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	30.816,00
1.7.1.9.58.0.1	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	30.816,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.665.067,17
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	5.360.117,17
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	4.804.308,46
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.804.308,46
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	502.308,71
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	502.308,71
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	42.800,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	42.800,00
1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	10.700,00
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	10.700,00
1.7.2.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	160.500,00
1.7.2.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	160.500,00
1.7.2.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	160.500,00
1.7.2.3.50.0.1.01	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Atenção Primária	77.040,00
1.7.2.3.50.0.1.02	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - MAC	25.680,00
1.7.2.3.50.0.1.03	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Vigilância em Saúde	48.150,00
1.7.2.3.50.0.1.04	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - IOAF	9.630,00
1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	144.450,00
1.7.2.9.52	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	144.450,00
1.7.2.9.52.0.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	144.450,00
1.7.2.9.52.0.1.01	Transferências do Programa PETE - Transporte Escolar Estadual	144.450,00
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	4.394.400,00
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	4.394.400,00
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	4.394.400,00

1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	4.394.400,00
1.9	Outras Receitas Correntes	10.165,00
1.9.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.815,00
1.9.1.1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.815,00
1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica	2.140,00
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.070,00
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.070,00
1.9.1.1.06	Multas por Danos Ambientais	2.675,00
1.9.1.1.06.2	Multas Judiciais por Danos Ambientais	2.675,00
1.9.1.1.06.2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	2.675,00
1.9.2	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.350,00
1.9.2.1	Indenizações	1.070,00
1.9.2.1.01	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	1.070,00
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.070,00
1.9.2.2	Restituições	4.280,00
1.9.2.2.99	Outras Restituições	4.280,00

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

2587-4396-900

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado

Receitas

Natureza	Especificação	LDO 2027 Valores em R$
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.070,00
1.9.2.2.99.0.1.03	Restituição por Pagamentos Indevidos - Principal	1.070,00
1.9.2.2.99.0.2	Restituições Diversas - Multas e Juros	1.070,00
1.9.2.2.99.0.2.03	Restituição por Pagamentos Indevidos - Multas e Juros	1.070,00
1.9.2.2.99.0.3	Restituições diversas - Divida Ativa	1.070,00
1.9.2.2.99.0.3.03	Restituições por Pagamentos Indevidos - Divida Ativa	1.070,00
1.9.2.2.99.0.4	Restituições diversas - Divida Ativa - Multas e Juros	1.070,00
1.9.2.2.99.0.4.03	Restituições por Pagamentos Indevidos - Divida Ativa Multas e Juros	1.070,00
2	Receitas de Capital	94.909,00
2.2	Alienação de Bens	53.500,00
2.2.1	Alienação de Bens Móveis	53.500,00
2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	53.500,00
2.2.1.3.01	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	53.500,00
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	53.500,00
2.4	Transferências de Capital	41.409,00
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	3.959,00
2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	3.959,00
2.4.1.1.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.959,00
2.4.1.1.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	3.959,00
2.4.1.1.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	3.959,00
2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	37.450,00
2.4.2.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Estados e DF	37.450,00
2.4.2.1.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	37.450,00
2.4.2.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	37.450,00
	Total geral	**33.428.204,44**

Município de Bela Vista da Caroba - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2027

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) — R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
IPTU	Outros benefícios	POPULAÇÃO EM GERAL	0,00	0,00	0,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos,

						anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.
ISS	Outros benefícios	POPULAÇÃO EM GERAL	0,00	0,00	0,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.
ITBI	Outros benefícios	POPULAÇÃO	0,00	0,00	0,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.
CONTRIBUIÇÃO DE	Outros benefícios	POPULAÇÃO	0,00	0,00	0,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de

Município de Bela Vista da Caroba - PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2027						
Continuação						
AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
		BENEFICIÁRIO	2027	2028	2029	
MELHORIA						pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.
COSIP	Outros benefícios	POPULAÇÃO	0,00	0,00	0,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.
TAXAS	Outros benefícios	POPULAÇÃO	0,00	0,00	0,00	Considerando as limitações fiscais típicas de municípios de pequeno porte e os impactos de medidas federais que resultam em perda de arrecadação como alterações nas alíquotas de tributos ou concessões obrigatórias de isenções , o Poder Executivo adotará providências para garantir o equilíbrio orçamentário, inclusive mediante pleito de compensações junto à União, conforme previsto no art. 14, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000. A concessão de descontos, anistias ou remissões de créditos tributários municipais somente será permitida quando comprovada a existência de interesse público relevante, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e respectiva compensação por meio de redução de despesas ou aumento de receitas, conforme exigido pela legislação vigente.
TOTAL			0,00	0,00	0,00	
FONTE: Sistema e-Pública (1753-1128-522). Unidade Responsável: Município de Bela Vista da Caroba - PR. Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 09:52.						

Município de Bela Vista da Caroba - PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	
AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	500.000,00
Novas DOCC	500.000,00
CONCURSOS PÚBLICOS	500.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	(500.000,00)
FONTE: Sistema e-Pública (1745-1110-215). Unidade Responsável: Município de Bela Vista da Caroba - PR. Data da emissão: 10/04/2026 e hora de emissão: 09:53.	

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**				**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					9418-0633-99	
Metas da Despesa						
LDO 2027 - Valores em R$						
Descrição	**2023**			**2024**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Despesas correntes	**16.823.881,78**		**24.474.250,09**	**18.169.792,32**		**25.493.872,85**
Pessoal e encargos sociais	9.619.867,10		12.949.186,39	10.389.456,47		12.508.545,87
Juros e encargos da dívida						
Outras despesas correntes	7.204.014,68		11.525.063,70	7.780.335,85		12.985.326,98
Despesas de capital	**789.852,60**		**4.986.318,97**	**853.040,81**		**11.808.888,40**
Investimentos	**732.072,60**		**4.921.686,20**	**790.638,41**		**11.803.232,68**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	732.072,60		4.921.686,20	790.638,41		11.803.232,68
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	**57.780,00**		**64.632,77**	**62.402,40**		**5.655,72**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	57.780,00		64.632,77	62.402,40		5.655,72
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência						
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba						
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR						
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**				**Chave de Autenticação**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/					9418-0633-99	
Metas da Despesa						
LDO 2027 - Valores em R$						
Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação						
Despesas correntes	**19.806.333,17**		**30.594.372,61**	**28.533.473,04**		
Pessoal e encargos sociais	11.324.507,48		14.546.662,91	14.476.527,43		
Juros e encargos da dívida				5.000,00		
Outras despesas correntes	8.481.825,69		16.047.709,70	14.051.945,61		
Despesas de capital	**928.554,83**		**9.511.380,87**	**1.907.091,54**		
Investimentos	**861.795,82**		**9.511.380,87**	**1.904.091,54**		
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	861.795,82		9.511.380,87	1.904.091,54		
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	**66.759,01**			**3.000,00**		

Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	66.759,01			3.000,00		
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência						
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: 4635571180 contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br	**Usuário: Ruhama Julyegge**	**Chave de Autenticação**
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br/		9418-0633-99

Metas da Despesa

LDO 2027 - Valores em R$

Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação						
Despesas correntes	**30.701.982,64**		**33.313.113,00**		**36.363.251,14**	
Pessoal e encargos sociais	15.694.304,55		17.128.452,67		18.624.389,76	
Juros e encargos da dívida	5.350,00		5.778,00		6.298,02	
Outras despesas correntes	15.002.328,09		16.178.882,33		17.732.563,36	
Despesas de capital	**1.982.854,12**		**2.141.482,46**		**2.334.215,81**	
Investimentos	**1.979.644,12**		**2.138.015,66**		**2.330.437,00**	
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	1.979.644,12		2.138.015,66		2.330.437,00	
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	**3.210,00**		**3.466,80**		**3.778,81**	
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	3.210,00		3.466,80		3.778,81	
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência						
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Publicado por:
Ruhama Julyegge Andrighetti Girollete
Código Identificador:93A388B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.076/2026

Lei nº 2.076/2026

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 1.143/2011, que dispõe sobre o Plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos municipais de cafelândia, para adequar cargos vinculados à administração tributária municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL,

CONSIDERANDO a Recomendação Administrativa nº 01/2025-GPG/MPC-PR, expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, que orienta a avaliação e adequação da estrutura de cargos e salários relacionados à Administração Tributária Municipal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal, as administrações tributárias constituem atividades essenciais ao funcionamento do Estado e devem ser exercidas por servidores de carreiras específicas;

CONSIDERANDO a necessidade de profissionalização, especialização e compatibilização dos requisitos de investidura dos cargos vinculados à Administração Tributária Municipal com a natureza e complexidade das atribuições desempenhadas;

CONSIDERANDO a Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que ampliou a relevância técnica e operacional das Administrações Tributárias Municipais;

SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica alterada, na Lei Municipal nº 1.143/2011 e em seus respectivos anexos, a denominação do cargo de Agente Fiscal, que passa a denominar-se Auditor Fiscal da Receita Municipal, integrante da estrutura específica da Administração Tributária Municipal, conforme Anexo I desta Lei.

§1º. Para os novos ingressos no cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, passa a ser exigida formação em nível superior completo em Direito, Ciências Contábeis, Administração, Economia, Tecnologia da Informação, Engenharia ou em outras áreas que guardem afinidade com as atividades da Administração Tributária, conforme definido em edital de concurso público.

§2º. Os servidores regularmente investidos no cargo de Agente Fiscal até a data de publicação desta Lei permanecem enquadrados no respectivo cargo, com a nova denominação, sem exigência superveniente do requisito de escolaridade previsto no § 1º deste artigo.

§3º. Permanecem inalteradas as atribuições atualmente previstas para o cargo originário, conforme transcrição constante do Anexo I desta Lei, vedada a ampliação ou modificação de atribuições que caracterize cargo diverso daquele para o qual houve a investidura originária.

§4º. A alteração de nomenclatura e de requisito de escolaridade prevista neste artigo não implica criação de novo cargo, provimento derivado, transposição, transformação em carreira diversa ou burla à exigência constitucional de concurso público.

Art. 2º. Fica alterada, na Lei Municipal nº 1.143/2011 e em seus respectivos anexos, a denominação do cargo de Técnico de Tributação, que passa a denominar-se Auditor Tributário da Receita Municipal, integrante da estrutura específica da Administração Tributária Municipal, conforme Anexo II desta Lei.

§1º. Para os novos ingressos no cargo de Auditor Tributário da Receita Municipal, passa a ser exigida formação em nível superior completo em Direito, Ciências Contábeis, Administração, Economia, Tecnologia da Informação, Engenharia ou em outras áreas que guardem afinidade com as atividades da Administração Tributária, conforme definido em edital de concurso público.

§2º. Os servidores regularmente investidos no cargo de Técnico de Tributação até a data de publicação desta Lei permanecem enquadrados no respectivo cargo, com a nova denominação, sem exigência superveniente do requisito de escolaridade previsto no § 1º deste artigo.

§3º. Permanecem inalteradas as atribuições atualmente previstas para o cargo originário, conforme transcrição constante do Anexo II desta Lei, vedada a ampliação ou modificação de atribuições que caracterize cargo diverso daquele para o qual houve a investidura originária.

§4º. A alteração de nomenclatura e de requisito de escolaridade prevista neste artigo não implica criação de novo cargo, provimento derivado, transposição, transformação em carreira diversa ou burla à exigência constitucional de concurso público.

Art. 3º. Os cargos de Auditor Fiscal da Receita Municipal e Auditor Tributário da Receita Municipal passam a compor a estrutura específica da Administração Tributária Municipal, nos termos do art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal, observadas as atribuições já previstas na legislação municipal e transcritas nos Anexos I e II desta Lei.

§1º. As atividades finalísticas de fiscalização, controle, lançamento, arrecadação, constituição de créditos tributários, análise de processos administrativos fiscais e demais atos próprios da Administração Tributária Municipal serão exercidas por servidores efetivos integrantes da respectiva carreira, regularmente investidos mediante concurso público, observadas as atribuições legais de cada cargo.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal nº 1.143/2011, relativo à Estrutura de Cargos, Vagas e Carga Horária, exclusivamente quanto aos cargos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, conforme Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. A alteração prevista no caput não implica criação de novas vagas, preservando-se o quantitativo de vagas já existente para os cargos originários, salvo eventual alteração expressamente prevista em lei específica.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo II da Lei Municipal nº 1.143/2011, relativo à Tabela de Salários dos Servidores Municipais de Cafelândia, para inclusão das referências remuneratórias dos cargos de Auditor Fiscal da Receita Municipal e Auditor Tributário da Receita Municipal, conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 6º. Ficam adequadas, nos demais anexos e registros funcionais da Lei Municipal nº 1.143/2011, as denominações e requisitos de ingresso dos cargos alterados por esta Lei, mantidas as atribuições originárias nos termos dos arts. 1º e 2º.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

ANEXO I
Lei nº 2.076/2026

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E REQUISITOS MÍNINOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - GSU

CARGO: AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL:

Cargo: Auditor Fiscal da Receita Municipal	**Formação:** Ensino Superior Completo	**Grupo Ocupacional Nível Superior - GSU.**
Ingresso: Concurso Público	**Carga horária:** 40 horas semanais	**Regime Jurídico:** Estatutário

AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL:

CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Treinamentos na área de fiscalização	Direito
Treinamento na área de atendimento ao público	Administração
Treinamento relações pública	Ciências Contábeis
Treinamentos na área de processamento de dados	Economia
Gestão pública	Tecnologia da Informação

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:
• Fiscalizar o cumprimento das obrigações referentes aos tributos municipais, fiscalizar as atividades de comércio e as bases cadastrais para cobrança de IPTU e outras atribuições do cargo.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:
➢ Apresentar periodicamente, boletins de atividades realizadas;
➢ Cientificar contribuinte do ato administrativo;
➢ Conciliar documentos fiscais;
➢ Determinar base de cálculo;
➢ Efetuar levantamentos cadastrais para IPTU, examinar demonstrativos obrigatórios do contribuinte e examinar contabilidade das empresas;
➢ Emitir autos de orientação e/ou infração aos munícipes que desrespeitarem a legislação vigente;
➢ Emitir notificações de lançamento de débitos;
➢ Exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhes sejam determinados por lei ou autoridade competente;
➢ Fazer relatórios sobre as fiscalizações efetuadas;
➢ Fiscalizar a localização e existência de alvarás e/ou serviços urbanos referentes ao comércio ambulante, feiras, indústrias, comércio, mercados e abrigos;
➢ Guardar sigilo fiscal
➢ Identificar a ocorrência do fato gerador;
➢ Identificar alíquota aplicável;
➢ Identificar bens, mercadorias e serviços;
➢ Identificar sujeito passivo da tributação;
➢ Lavrar auto de notificações e infração;
➢ Lavrar termo de revelia; orientar o contribuinte;
➢ Orientar contribuintes visando ao exato cumprimento da legislação tributária e de posturas;
➢ Orientar, inspecionar e exercer a fiscalização ás construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos;
➢ Realizar busca de documentos;
➢ Realizar diligências necessárias à instrução de processos;
➢ Registrar e comunicar irregularidades referentes à propaganda e limpeza pública;
➢ Replicar defesa do contribuinte;
➢ Retificar lançamentos;
➢ Revisar declarações espontâneas do contribuinte;
➢ Verificar a regularidade da utilização dos meios de publicidade em via pública;
➢ Verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestações de serviços;
➢ Verificar integridade das informações cadastrais;
➢ Verificar os registros de pagamentos dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes e investigar a evasão ou fraude no pagamento de impostos municipais;
➢ Executar outras atividades necessárias à consecução dos serviços práticos inerentes a sua função.

ANEXO II

Lei nº 2.076/2026

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E REQUISITOS MÍNINOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - GSU

CARGO: AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL:

Cargo: Auditor Tributário da Receita Municipal	**Formação:** Ensino Superior Completo	**Grupo Ocupacional Nível Superior - GSU.**
Ingresso: Concurso Público	**Carga horária:** 40 horas semanais	**Regime Jurídico:** Estatutário

AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL:

CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	GRADUAÇÃO
Treinamentos na área de fiscalização e tributação	Direito
Treinamento na área de atendimento ao público	Administração
Treinamento relações pública	Ciências Contábeis
Treinamentos na área de processamento de dados	Economia
Gestão pública	Tecnologia da Informação

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

• Coordenar, controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos e efetuar a fiscalização e lançamento dos tributários municipais e estaduais e, aplicando penalidades, analisar e tomar decisões sobre processos administrativo-fiscais e controlar a circulação de bens, mercadorias e serviços, atendendo e orientando os contribuintes.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

➢ Analisar solicitações de crédito fiscal;
➢ Apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do sistema tributário;
➢ Auditar a rede arrecadadora de tributos estaduais;
➢ Administrar sistema de informações tributárias;
➢ Analisar consistência de documentos de arrecadação;
➢ Analisar pedidos de contribuintes inclusive benefícios fiscais;
➢ Analisar pedidos de inscrição no cadastro fiscal;
➢ Arrecadar valores tributários;
➢ Assessorar as autoridades superiores e prestar-lhes assistência especializada, com vistas à formulação e adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão orientação e treinamento;
➢ Assessorar elaboração de normas;
➢ Calcular e atualizar débitos fiscais;
➢ Certificar recolhimentos dos contribuintes;
➢ Compor juntas de julgamento;
➢ Compor órgão colegiado de segunda instância no âmbito da Secretaria da Fazenda;
➢ Conceder regime especial ou atípico;
➢ Controlar certificado de crédito;
➢ Controlar desempenho da arrecadação;
➢ Controlar parcelamento de débito;
➢ Controlar recolhimento do contribuinte;
➢ Controlar regime especial de arrecadação;
➢ Coordenar apreensão de mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, nas hipóteses previstas na legislação tributária, no desempenho de suas funções;
➢ Cruzar dados de arrecadação;
➢ Efetuar a constituição do crédito tributário, bem como a imposição de multa por descumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, mediante lavratura de auto de infração, quando de fatos geradores ocorridos no trânsito de mercadorias;
➢ Elaborar a previsão orçamentária da arrecadação dos tributos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda;
➢ Elaborar decisões;
➢ Elaborar despachos decisórios;
➢ Elaborar pareceres;
➢ Elaborar planta genérica de valores;
➢ Eliminar pendência de regularidade fiscal;
➢ Encaminhar débitos para cobrança judicial;
➢ Enquadrar contribuinte na atividade econômica;
➢ Estabelecer parâmetros para a fiscalização;

➢ Executar tarefas de arrecadação de tributos municipais, estaduais e outras relacionadas com a fiscalização de mercadorias em trânsito.
➢ Inscrever crédito tributário na dívida ativa;
➢ Interpretar e aplicar a legislação tributária municipal, estadual e/ou federal;
➢ Montar relatórios de crédito tributário;
➢ Operar sistema de informações tributárias;
➢ Orientar contribuinte;
➢ Guardar sigilo fiscal.
➢ Realizar propostas de parcelamento de dívidas de contribuinte;
➢ Pesquisar valores de bens e serviços;
➢ Pesquisar valores de locação de imóveis;
➢ Planejar fiscalização;
➢ Preparar ação fiscal;
➢ Prever receita tributária para fins orçamentários;
➢ Realizar plantão em postos fiscais fixos e volantes, conforme escala preestabelecida;
➢ Realizar procedimentos e auditoria;
➢ Responder a consultas tributárias;
➢ Responder consultas do contribuinte;
➢ Executar atividades rotineiras de área de atuação.

ANEXO III

Lei nº 2.076/2026

CARGOS EQUIVALENTES E TRANSFORMADOS ENQUADRADOS NA

NOVA ESTRUTURA DE CARGOS – QUADRO DE VAGAS

(Anexo I - Lei Municipal nº 1.143/2011)

CARGOS	GRUPO	TABELA	REFERENCIA	PISO	VAGAS CRIADAS	VAGAS OCUPADAS	VAGAS LIVRES	C. H.
GRUPO GSU								
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	GSU	C	MM - I - 1	R$ 5.213,42	04	02	02	40
AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	GSU	C	NN - I - 1	R$ 5.213,42	06	02	04	40

Nota 1: a presente tabela apenas atualiza a denominação, o grupo, a tabela, a referência e o piso dos cargos vinculados à Administração Tributária Municipal, preservado o quantitativo de vagas já existente para os cargos originários.

Nota 2: Os valores constantes nas tabelas anexas correspondem aos vencimentos atualmente vigentes, já contempladas as atualizações, revisões e correções legais aplicáveis até a presente data, não se tratando dos valores originariamente previstos na Lei Municipal nº 1.143/2011, sendo que as próximas atualizações seguirão conforme o disposto na legislação vigente.

ANEXO IV

Lei nº 2.076/2026

TABELA DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAFELÂNDIA

(Anexo II - Tabela - C - Lei Municipal nº 1.143/2011)

AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR - GSU		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	MM - I	5.213,42	5.317,69	5.424,05	5.532,53	5.643,18	5.756,04	5.871,16	5.988,58	6.108,36	6.230,52	6.355,13	6.482,24
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	MM - II	5.734,77	5.849,46	5.966,45	6.085,78	6.207,50	6.331,64	6.458,28	6.587,44	6.719,19	6.853,58	6.990,65	7.130,46

GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR - GSU		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	MM- I	6.611,88	6.744,12	6.879,00	7.016,58	7.156,91	7.300,05	7.446,05	7.594,97	7.746,87	7.901,81	8.059,85	8.221,04	8.385,46
AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	MM- II	7.273,07	7.418,53	7.566,90	7.718,24	7.872,60	8.030,06	8.190,66	8.354,47	8.521,56	8.691,99	8.865,83	9.043,15	9.224,01

AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL

GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR - GSU		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	NN - I	5.213,42	5.317,69	5.424,05	5.532,53	5.643,18	5.756,04	5.871,16	5.988,58	6.108,36	6.230,52	6.355,13	6.482,24
AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	NN- II	5.734,77	5.849,46	5.966,45	6.085,78	6.207,50	6.331,64	6.458,28	6.587,44	6.719,19	6.853,58	6.990,65	7.130,46

GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR - GSU		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	NN- I	6.611,88	6.744,12	6.879,00	7.016,58	7.156,91	7.300,05	7.446,05	7.594,97	7.746,87	7.901,81	8.059,85	8.221,04	8.385,46
AUDITOR TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	NN- II	7.273,07	7.418,53	7.566,90	7.718,24	7.872,60	8.030,06	8.190,66	8.354,47	8.521,56	8.691,99	8.865,83	9.043,15	9.224,01

Nota 1: valores expressos em reais (R$).
Nota 2: Os valores constantes nas tabelas anexas correspondem aos vencimentos atualmente vigentes, já contempladas as atualizações, revisões e correções legais aplicáveis até a presente data, não se tratando dos valores originariamente previstos na Lei Municipal nº 1.143/2011, sendo que as próximas atualizações seguirão conforme o disposto na legislaçãovigente.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:CEA83213

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS - COMPRO
DESPESAS FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSORCIO PUBLICO DOS MUNICIPIOS DO PROCAXIAS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JULHO A AGOSTO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	1.186.000,00	1.186.000,00	419.005,54	486.131,46	100,00	699.868,54	419.005,54	486.131,46	100,00	699.868,54
ADMINISTRAÇÃO	1.028.000,00	1.028.000,00	419.005,54	484.331,46	99,63	543.668,54	419.005,54	484.331,46	99,63	543.668,54
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.028.000,00	1.028.000,00	419.005,54	484.331,46	99,63	543.668,54	419.005,54	484.331,46	99,63	543.668,54
TRANSPORTE	150.000,00	150.000,00	0,00	1.800,00	0,37	148.200,00	0,00	1.800,00	0,37	148.200,00
TRANSPORTE AÉREO	150.000,00	150.000,00	0,00	1.800,00	0,37	148.200,00	0,00	1.800,00	0,37	148.200,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	1.186.000,00	1.186.000,00	419.005,54	486.131,46	100,00	699.868,54	419.005,54	486.131,46	100,00	699.868,54
Entidades:										
Consorcio Publico dos Municipios do Procaxias										

Publicado por:
Dirlei Luci Lermen Obergen
Código Identificador:16F4148C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - 4º BIMESTRE

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA											
PODER EXECUTIVO											
ESTADO DO PARANÁ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.640.000,00	82.700.792,91	8.311.059,20	39.050.516,32	100,00	43.650.276,59	8.585.586,05	36.337.384,87	100,00	46.363.408,04	2.713.131,45
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	63.000,00	63.000,00	651,24	15.282,26	0,04	47.717,74	651,24	14.622,56	0,04	48.377,44	659,70
Ação Judiciária	63.000,00	63.000,00	651,24	15.282,26	0,04	47.717,74	651,24	14.622,56	0,04	48.377,44	659,70
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.400.743,00	22.213.146,21	3.197.573,21	16.429.661,91	42,07	5.783.484,30	3.366.566,77	15.847.516,08	43,61	6.365.630,13	582.145,83
Planejamento e Orçamento	309.000,00	544.000,00	172.657,81	436.458,75	1,12	107.541,25	130.069,10	345.800,91	0,95	198.199,09	90.657,84
Administração Geral	10.794.585,00	20.841.919,03	2.918.663,63	15.274.262,47	39,11	5.567.656,56	3.131.547,01	14.788.399,52	40,70	6.053.519,51	485.862,95
Administração Financeira	1.297.158,00	827.227,18	106.251,77	718.940,69	1,84	108.286,49	104.950,66	713.315,65	1,96	113.911,53	5.625,04
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	35.000,00	93.000,00	1.378,80	84.116,73	0,22	8.883,27	1.378,80	84.116,73	0,23	8.883,27	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	35.000,00	93.000,00	1.378,80	84.116,73	0,22	8.883,27	1.378,80	84.116,73	0,23	8.883,27	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.320.298,00	3.864.864,61	317.306,37	1.995.394,93	5,11	1.869.469,68	615.734,88	1.841.450,04	5,07	2.023.414,57	153.944,89
Assistência ao Idoso	49.000,00	156.164,85	16.173,72	65.650,18	0,17	90.514,67	21.709,72	31.997,74	0,09	124.167,11	33.652,44
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência à Criança e ao Adolescente	324.988,00	589.180,73	21.656,49	227.079,93	0,58	362.100,80	57.486,03	216.053,11	0,59	373.127,62	11.026,82
Assistência Comunitária	1.899.960,00	2.963.519,03	278.809,11	1.553.351,29	3,98	1.410.167,74	535.872,08	1.444.085,66	3,97	1.519.433,37	109.265,63
Administração Geral	46.350,00	156.000,00	667,05	149.313,53	0,38	6.686,47	667,05	149.313,53	0,41	6.686,47	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	8.955.000,00	12.879.369,71	2.202.429,16	8.650.383,68	22,15	4.228.986,03	2.232.459,90	8.079.600,34	22,23	4.799.769,37	570.783,34
Atenção Básica	8.657.120,00	12.296.636,71	2.039.982,96	8.197.567,34	20,99	4.099.069,37	2.070.013,70	7.635.184,00	21,01	4.661.452,71	562.383,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.000,00	161.582,00	128.946,20	160.666,20	0,41	915,80	128.946,20	152.266,20	0,42	9.315,80	8.400,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	62.880,00	62.880,00	5.000,00	8.765,00	0,02	54.115,00	5.000,00	8.765,00	0,02	54.115,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	200.000,00	358.271,00	28.500,00	283.385,14	0,73	74.885,86	28.500,00	283.385,14	0,78	74.885,86	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	15.029.608,40	29.641.400,80	2.499.994,96	9.469.159,79	24,25	20.172.241,01	2.304.301,43	8.673.906,31	23,87	20.967.494,49	795.253,48
Ensino Fundamental	14.167.729,40	25.186.483,62	2.385.433,08	9.041.974,36	23,15	16.144.509,26	2.187.981,29	8.324.160,36	22,91	16.862.323,26	717.814,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	856.879,00	4.449.917,18	114.561,88	427.185,43	1,09	4.022.731,75	116.320,14	349.745,95	0,96	4.100.171,23	77.439,48
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	15.000,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	15.000,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No	**Até o**	**%**		**No**	**Até o**	**%**		
			Bimestre	**Bimestre (b)**	**(b/total b)**		**Bimestre**	**Bimestre (d)**	**(d/total d)**		
URBANISMO	1.725.870,00	3.427.253,37	35.000,00	1.479.016,31	3,79	1.948.237,06	35.000,00	908.723,57	2,50	2.518.529,80	570.292,74
Infra-Estrutura Urbana	1.305.870,00	3.242.253,37	35.000,00	1.479.016,31	3,79	1.763.237,06	35.000,00	908.723,57	2,50	2.333.529,80	570.292,74
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	420.000,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	6.780.121,47	0,00	0,00	0,00	6.780.121,47	0,00	0,00	0,00	6.780.121,47	0,00
Habitação Rural	0,00	6.780.121,47	0,00	0,00	0,00	6.780.121,47	0,00	0,00	0,00	6.780.121,47	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	82.000,00	157.591,86	26.487,83	43.109,72	0,11	114.482,14	10.311,36	26.933,25	0,07	130.658,61	16.176,47
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	82.000,00	157.591,86	26.487,83	43.109,72	0,11	114.482,14	10.311,36	26.933,25	0,07	130.658,61	16.176,47
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	505.906,94	442.459,10	0,00	0,00	0,00	442.459,10	0,00	0,00	0,00	442.459,10	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	505.906,94	442.459,10	0,00	0,00	0,00	442.459,10	0,00	0,00	0,00	442.459,10	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	374.000,00	950.108,85	25.918,47	838.882,16	2,15	111.226,69	14.862,51	815.007,16	2,24	135.101,69	23.875,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	374.000,00	950.108,85	25.918,47	838.882,16	2,15	111.226,69	14.862,51	815.007,16	2,24	135.101,69	23.875,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.653.573,66	1.702.576,93	4.319,16	45.508,83	0,12	1.657.068,10	4.319,16	45.508,83	0,13	1.657.068,10	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	51.000,00	51.000,00	4.319,16	45.508,83	0,12	5.491,17	4.319,16	45.508,83	0,13	5.491,17	0,00
Outros Encargos Especiais	2.602.573,66	1.651.576,93	0,00	0,00	0,00	1.651.576,93	0,00	0,00	0,00	1.651.576,93	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	44.640.000,00	82.700.792,91	8.311.059,20	39.050.516,32	100,00	43.650.276,59	8.585.586,05	36.337.384,87	100,00	46.363.408,04	2.713.131,45
Notas Explicativas											
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE GUARAQUECABA										14/09/2026 - 14:00:03	

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:1A377D44

SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 4º BIMESTRE

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.308.591,00	1.308.591,00	1.598.430,79	122,15
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	181.362,00	181.362,00	77.518,04	42,74
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	137.121,00	137.121,00	81.974,81	59,78
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	659.082,00	659.082,00	848.186,07	128,69
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	331.026,00	331.026,00	590.751,87	178,46
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	32.257.795,00	32.257.795,00	24.793.749,81	76,86
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	13.869.516,44	81,59
Cota-Parte ITR	75.568,00	75.568,00	13.013,86	17,22
Cota-Parte IPVA	139.874,00	139.874,00	178.783,33	127,82
Cota-Parte ICMS	14.851.970,00	14.851.970,00	10.564.232,18	71,13
Cota-Parte IPI-Exportação	190.383,00	190.383,00	168.204,00	88,35
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**33.566.386,00**	**33.566.386,00**	**26.392.180,60**	**78,63**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.091.260,00	6.202.360,00	5.186.390,33	83,62	4.869.898,50	78,52	4.405.575,12	71,03	316.491,83
Despesas Correntes	5.848.765,40	5.989.360,00	5.162.590,35	86,20	4.846.098,52	80,91	4.381.775,14	73,16	316.491,83
Despesas de Capital	242.494,60	213.000,00	23.799,98	11,17	23.799,98	11,17	23.799,98	11,17	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	21.380,00	21.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	21.380,00	21.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**6.112.640,00**	**6.223.740,00**	**5.186.390,33**	**83,33**	**4.869.898,50**	**78,25**	**4.405.575,12**	**70,79**	**316.491,83**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)

Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.186.390,33	4.869.898,50	4.405.575,12
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	690.953,98	690.953,98	690.953,98
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**4.495.436,35**	**4.178.944,52**	**3.714.621,14**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		3.958.827,09	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	536.609,26	220.117,43	-244.205,95
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**17,03**	**15,83**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos de 2025	3.958.827,09	4.495.436,35	536.609,26	0,00	690.953,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.227.563,24
Empenhos de 2024	24.396.343,67	40.788.969,05	16.392.625,38	51.141,11	0,00	0,00	46.477,21	1.455,12	3.208,78	16.389.416,60
Empenhos de 2023	21.588.782,43	40.013.611,72	18.424.829,29	50.354,43	0,00	0,00	41.585,72	0,00	8.768,71	18.416.060,58
Empenhos de 2022	18.817.529,25	28.721.241,81	9.903.712,56	87.529,16	0,00	0,00	86.466,96	0,00	1.062,20	9.902.650,36
Empenhos de 2021 e anteriores	15.772.893,73	24.016.501,91	8.243.608,18	372.676,96	0,00	0,00	346.643,33	0,00	26.033,43	8.217.574,75
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	215.622,33	215.622,33	215.622,33	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**215.622,33**	**215.622,33**	**215.622,33**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.381.110,00	3.507.692,00	2.753.881,07	78,51
Proveniente da União	2.381.110,00	3.381.110,00	1.791.011,66	52,97
Proveniente dos Estados	0,00	126.582,00	962.869,41	760,67
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	9.280,00	9.280,00	411.580,93	4.435,14
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.390.390,00**	**3.516.972,00**	**3.165.462,00**	**90,01**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.565.860,00	6.094.276,71	2.860.104,65	46,93	2.637.768,41	43,28	2.162.666,17	35,49	222.336,24
Despesas Correntes	2.415.860,00	4.625.974,71	2.860.104,65	61,83	2.637.768,41	57,02	2.162.666,17	46,75	222.336,24

Despesas de Capital	150.000,00	1.468.302,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	35.000,00	161.582,00	160.666,20	99,43	152.266,20	94,23	152.266,20	94,23	8.400,00
Despesas Correntes	35.000,00	161.582,00	160.666,20	99,43	152.266,20	94,23	152.266,20	94,23	8.400,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	41.500,00	41.500,00	8.765,00	21,12	8.765,00	21,12	8.765,00	21,12	0,00
Despesas Correntes	41.500,00	41.500,00	8.765,00	21,12	8.765,00	21,12	8.765,00	21,12	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	200.000,00	358.271,00	283.385,14	79,10	283.385,14	79,10	283.385,14	79,10	0,00
Despesas Correntes	200.000,00	358.271,00	283.385,14	79,10	283.385,14	79,10	283.385,14	79,10	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**2.842.360,00**	**6.655.629,71**	**3.312.920,99**	**49,78**	**3.082.184,75**	**46,31**	**2.607.082,51**	**39,17**	**230.736,24**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.657.120,00	12.296.636,71	8.046.494,98	65,44	7.507.666,91	61,05	6.568.241,29	53,41	538.828,07
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	35.000,00	161.582,00	160.666,20	99,43	152.266,20	94,23	152.266,20	94,23	8.400,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	62.880,00	62.880,00	8.765,00	13,94	8.765,00	13,94	8.765,00	13,94	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	200.000,00	358.271,00	283.385,14	79,10	283.385,14	79,10	283.385,14	79,10	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**8.955.000,00**	**12.879.369,71**	**8.499.311,32**	**65,99**	**7.952.083,25**	**61,74**	**7.012.657,63**	**54,45**	**547.228,07**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	2.842.360,00	5.110.389,02	3.088.554,39	60,44	2.866.818,15	56,10	2.391.715,91	46,80	221.736,24
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**6.112.640,00**	**7.768.980,69**	**5.410.756,93**	**69,65**	**5.085.265,10**	**65,46**	**4.620.941,72**	**59,48**	**325.491,83**
Notas Explicativas									
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null									14/09/2026 - 14:01:11

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:429EFC10

SECRETARIA DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 4º BIMESTRE

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R$ 1,00

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.000.000,00	79.204.455,09	9.145.867,85	11,55	37.132.072,36	46,88	42.072.382,73
RECEITAS CORRENTES	47.993.126,00	51.909.649,25	8.570.817,53	16,51	33.371.122,04	64,29	18.538.527,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.522.872,00	1.522.872,00	312.568,18	20,52	1.830.964,17	120,23	-308.092,17
Impostos	1.308.591,00	1.308.591,00	281.577,33	21,52	1.598.430,79	122,15	-289.839,79

Taxas	214.281,00	214.281,00	30.990,85	14,46	232.533,38	108,52	-18.252,38
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	267.800,00	267.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.800,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	267.800,00	267.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.800,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.497.776,00	2.592.809,33	188.583,57	7,27	810.929,71	31,28	1.781.879,62
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.497.776,00	2.592.809,33	188.583,57	7,27	810.929,71	31,28	1.781.879,62
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.238,00	9.238,00	0,00	0,00	694,65	7,52	8.543,35
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	9.238,00	9.238,00	0,00	0,00	694,65	7,52	8.543,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.077.440,00	46.898.929,92	7.750.432,75	16,53	30.404.618,30	64,83	16.494.311,62
Transferências da União e de suas Entidades	19.662.615,00	22.713.719,75	3.585.596,09	15,79	14.808.849,08	65,20	7.904.870,67
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.006.112,00	13.776.497,17	2.677.532,21	19,44	9.582.476,16	69,56	4.194.021,01
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2.180.931,00	2.180.931,00	416.490,62	19,10	1.457.717,17	66,84	723.213,83
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.227.782,00	8.227.782,00	1.070.813,83	13,01	4.555.575,89	55,37	3.672.206,11
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	618.000,00	618.000,00	319.233,03	51,66	323.915,21	52,41	294.084,79
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	618.000,00	618.000,00	319.233,03	51,66	323.915,21	52,41	294.084,79
RECEITAS DE CAPITAL	6.874,00	27.294.805,84	575.050,32	2,11	3.760.950,32	13,78	23.533.855,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.874,00	6.874,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.874,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.874,00	6.874,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.874,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	27.287.931,84	575.050,32	2,11	3.760.950,32	13,78	23.526.981,52
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	20.824.492,83	0,00	0,00	260.000,00	1,25	20.564.492,83
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	6.463.439,01	575.050,32	8,90	3.500.950,32	54,17	2.962.488,69
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Resgate de Títulos do Tesouro	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	48.000.000,00	79.204.455,09	9.145.867,85	11,55	37.132.072,36	46,88	42.072.382,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	48.000.000,00	79.204.455,09	9.145.867,85	11,55	37.132.072,36	46,88	42.072.382,73
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	48.000.000,00	79.204.455,09	9.145.867,85	11,55	37.132.072,36	46,88	42.072.382,73
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.856.337,82	0,00	0,00	6.856.337,82	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	6.856.337,82	0,00	0,00	6.856.337,82	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	44.640.000,00	82.700.792,91	8.311.059,20	39.050.516,32	43.650.276,59	8.585.586,05	36.337.384,87	46.363.408,04	33.567.932,35	2.713.131,45
DESPESAS CORRENTES	42.014.658,46	48.516.213,76	8.143.145,07	33.110.733,86	15.405.479,90	7.924.641,44	31.191.753,10	17.324.460,66	28.821.610,06	1.918.980,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.455.831,45	20.087.073,91	3.384.887,48	13.545.705,62	6.541.368,29	3.384.887,48	13.545.705,62	6.541.368,29	13.242.768,07	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.557.827,01	28.428.139,85	4.758.257,59	19.565.028,24	8.863.111,61	4.539.753,96	17.646.047,48	10.782.092,37	15.578.841,99	1.918.980,76
DESPESAS DE CAPITAL	2.145.341,54	33.704.579,15	167.914,13	5.939.782,46	27.764.796,69	660.944,61	5.145.631,77	28.558.947,38	4.746.322,29	794.150,69
INVESTIMENTOS	2.095.341,54	33.654.579,15	163.594,97	5.894.273,63	27.760.305,52	656.625,45	5.100.122,94	28.554.456,21	4.700.813,46	794.150,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	4.319,16	45.508,83	4.491,17	4.319,16	45.508,83	4.491,17	45.508,83	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	44.640.000,00	82.700.792,91	8.311.059,20	39.050.516,32	43.650.276,59	8.585.586,05	36.337.384,87	46.363.408,04	33.567.932,35	2.713.131,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	44.640.000,00	82.700.792,91	8.311.059,20	39.050.516,32	43.650.276,59	8.585.586,05	36.337.384,87	46.363.408,04	33.567.932,35	2.713.131,45
SUPERAVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794.687,49	0,00	3.564.140,01	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	44.640.000,00	82.700.792,91	8.311.059,20	39.050.516,32	43.650.276,59	8.585.586,05	37.132.072,36	0,00	37.132.072,36	2.713.131,45
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE GUARAQUECABA									14/09/2026 - 13:59:19	

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:E7CB4D1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILENA
RGF - ANEXO VI

CAMARA MUNICIPAL DE MARILENA
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	1 / 2.026	2 / 2.026	3 / 2.026	4 / 2.026	5 / 2.026	6 / 2.026	7 / 2.026	8 / 2.026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	87.046,11	95.618,02	87.046,11	105.106,08	88.970,11	93.292,94	93.030,01	92.937,50	92.657,50	108.308,53	97.734,30	92.657,50	1.134.404,71	0,00
Pessoal Ativo	87.046,11	95.618,02	87.046,11	105.106,08	88.970,11	93.292,94	93.030,01	92.937,50	92.657,50	108.308,53	97.734,30	92.657,50	1.134.404,71	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	77.366,26	85.641,12	77.366,26	91.999,38	77.366,26	81.271,12	81.118,05	80.902,05	80.622,05	96.273,08	85.508,37	80.622,05	996.056,05	0,00
Obrigações Patronais	9.679,85	9.976,90	9.679,85	13.106,70	11.603,85	12.021,82	11.911,96	12.035,45	12.035,45	12.035,45	12.225,93	12.035,45	138.348,66	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	87.046,11	95.618,02	87.046,11	105.106,08	88.970,11	93.292,94	93.030,01	92.937,50	92.657,50	108.308,53	97.734,30	92.657,50	1.134.404,71	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	42.845.967,07	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	42.845.967,07	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**1.134.404,71**	**2,65**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.570.758,02	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.442.220,12	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.313.682,22	5,40

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 15/set/2026 as 10h e 17m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NATALI APARECIDA DE ABREU GOMES	*WILLIAN FILOMENO RUMACHELA*
CRC PR-066215/O	Presidente

Publicado por:
Natali Aparecida de Abreu Gomes
Código Identificador:CE8446BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
RGF I DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - RGF 1 SEMESTRE 2026

MORRETES CAMARA MUNICIPAL
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)
	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	232.494,86	231.714,58	229.164,52	227.719,29	251.456,15	262.068,28	231.784,19	227.487,42	228.184,91	226.233,37	228.512,83	222.377,62	2.799.198,02	0,00
Pessoal Ativo	232.494,86	231.714,58	229.164,52	227.719,29	251.456,15	262.068,28	231.784,19	227.487,42	228.184,91	226.233,37	228.512,83	222.377,62	2.799.198,02	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	192.729,04	192.025,72	189.731,56	188.197,77	212.200,30	212.200,08	191.974,70	188.006,14	189.303,79	186.969,74	188.853,59	183.783,16	2.315.975,59	0,00
Obrigações Patronais	39.765,82	39.688,86	39.432,96	39.521,52	39.255,85	49.868,20	39.809,49	39.481,28	38.881,12	39.263,63	39.659,24	38.594,46	483.222,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	232.494,86	231.714,58	229.164,52	227.719,29	251.456,15	262.068,28	231.784,19	227.487,42	228.184,91	226.233,37	228.512,83	222.377,62	2.799.198,02	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**131.156.104,58**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**2.593.764,84**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**164.144,50**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**1.093.513,90**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**127.304.681,34**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**2.799.198,02**	**2,20**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**7.638.280,88**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**7.256.366,84**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**6.874.452,79**	**5,40**
Notas Explicativas		

FERNANDA FERREIRA BONTORIN	*JOAO VITOR PELUSO DA SILVA*	*DINOEL ALVES DO CARMO*
Controle Interno	Presidente	Contador

Publicado por:
Dinoel Alves do Carmo
Código Identificador:DFFA3380

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 12 - DEMONSTR DAS RECEITAS E DESPESAS COM ACOES E SERV PUBLICOS DE SAUDE

MUNICIPIO DE RENASCENCA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO				
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)			R$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	7.367.728,00	7.367.728,00	4.587.112,93	62,26
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.009.940,00	1.009.940,00	474.288,88	46,96
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.705.970,00	1.705.970,00	380.925,91	22,33
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.219.258,00	2.219.258,00	2.275.786,43	102,55
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.432.560,00	2.432.560,00	1.456.111,71	59,86
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	44.287.000,00	44.287.000,00	26.207.831,68	59,18
Cota-Parte FPM	21.000.000,00	21.000.000,00	13.869.516,44	66,05
Cota-Parte ITR	300.000,00	300.000,00	19.221,98	6,41
Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.334.364,64	53,37
Cota-Parte ICMS	20.000.000,00	20.000.000,00	10.813.038,41	54,07
Cota-Parte IPI-Exportação	350.000,00	350.000,00	171.690,21	49,05
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	137.000,00	137.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**51.654.728,00**	**51.654.728,00**	**30.794.944,61**	**59,62**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	14.077.679,18	14.755.622,10	7.656.561,44	51,89	7.434.328,05	50,38	7.425.810,44	50,33	222.233,39
Despesas Correntes	13.418.406,38	13.981.349,30	7.497.901,01	53,63	7.275.667,62	52,04	7.267.150,01	51,98	222.233,39
Despesas de Capital	659.272,80	774.272,80	158.660,43	20,49	158.660,43	20,49	158.660,43	20,49	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	469.138,80	469.138,80	109.632,15	23,37	60.906,75	12,98	60.906,75	12,98	48.725,40
Despesas Correntes	441.447,40	441.447,40	108.535,77	24,59	60.297,65	13,66	60.297,65	13,66	48.238,12
Despesas de Capital	27.691,40	27.691,40	1.096,38	3,96	609,10	2,20	609,10	2,20	487,28
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	198.000,00	198.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	173.000,00	173.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	146.014,40	146.014,40	375,00	0,26	375,00	0,26	375,00	0,26	0,00
Despesas Correntes	146.014,40	146.014,40	375,00	0,26	375,00	0,26	375,00	0,26	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	266.213,00	266.213,00	9.975,00	3,75	9.975,00	3,75	9.975,00	3,75	0,00
Despesas Correntes	266.213,00	266.213,00	9.975,00	3,75	9.975,00	3,75	9.975,00	3,75	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**15.157.045,38**	**15.834.988,30**	**7.776.543,59**	**49,11**	**7.505.584,80**	**47,40**	**7.497.067,19**	**47,34**	**270.958,79**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.776.543,59	7.505.584,80	7.497.067,19
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	109.271,64	109.271,64	109.271,64
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**7.667.271,95**	**7.396.313,16**	**7.387.795,55**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	4.619.241,69		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	3.048.030,26	2.777.071,47	2.768.553,86
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**24,90**	**24,02**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	4.619.241,69	7.667.271,95	3.048.030,26	0,00	109.271,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.157.301,90
Empenhos de 2025	6.481.968,87	10.798.685,82	4.316.716,95	90.686,50	0,00	0,00	29.567,17	64.119,33	0,00	4.316.716,95
Empenhos de 2024	6.077.034,55	9.979.240,85	3.902.206,30	12.756,00	0,00	0,00	12.756,00	0,00	0,00	3.902.206,30
Empenhos de 2023	5.328.358,29	9.133.229,36	3.804.871,07	198.533,09	0,00	0,00	198.533,09	0,00	0,00	3.804.871,07
Empenhos de 2022 e anteriores	4.075.022,76	7.410.660,27	3.335.637,51	693.507,61	0,00	0,00	693.507,61	0,00	0,00	3.335.637,51
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	61.194,38	61.194,38	61.194,38	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**61.194,38**	**61.194,38**	**61.194,38**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6.060.495,80	6.060.495,80	2.141.902,65	35,34
Proveniente da União	5.817.495,80	5.817.495,80	2.074.393,82	35,66
Proveniente dos Estados	243.000,00	243.000,00	67.508,83	27,78
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	402.978,00	402.978,00	87.805,90	21,79
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.463.473,80**	**6.463.473,80**	**2.229.708,55**	**34,50**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	

CÁLCULO DO MÍNIMO									
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.142.218,20	7.632.878,61	2.603.702,56	34,11	2.566.691,60	33,63	2.556.342,03	33,49	37.010,96
Despesas Correntes	5.230.103,00	6.497.259,40	2.603.702,56	40,07	2.566.691,60	39,50	2.556.342,03	39,34	37.010,96
Despesas de Capital	912.115,20	1.135.619,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	925.000,00	925.000,00	218.777,27	23,65	146.966,39	15,89	146.966,39	15,89	71.810,88
Despesas Correntes	925.000,00	925.000,00	218.777,27	23,65	146.966,39	15,89	146.966,39	15,89	71.810,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	165.000,00	165.000,00	79.922,52	48,44	79.922,52	48,44	79.922,52	48,44	0,00
Despesas Correntes	165.000,00	165.000,00	79.922,52	48,44	79.922,52	48,44	79.922,52	48,44	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	294.167,60	294.167,60	9.559,75	3,25	9.559,75	3,25	9.559,75	3,25	0,00
Despesas Correntes	241.033,60	241.033,60	9.559,75	3,97	9.559,75	3,97	9.559,75	3,97	0,00
Despesas de Capital	53.134,00	53.134,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	300.641,20	280.641,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	300.641,20	280.641,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**7.827.027,00**	**9.297.687,41**	**2.911.962,10**	**31,32**	**2.803.140,26**	**30,15**	**2.792.790,69**	**30,04**	**108.821,84**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	20.219.897,38	22.388.500,71	10.260.264,00	45,83	10.001.019,65	44,67	9.982.152,47	44,59	259.244,35
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.394.138,80	1.394.138,80	328.409,42	23,56	207.873,14	14,91	207.873,14	14,91	120.536,28
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	363.000,00	363.000,00	79.922,52	22,02	79.922,52	22,02	79.922,52	22,02	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	440.182,00	440.182,00	9.934,75	2,26	9.934,75	2,26	9.934,75	2,26	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	566.854,20	546.854,20	9.975,00	1,82	9.975,00	1,82	9.975,00	1,82	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**22.984.072,38**	**25.132.675,71**	**10.688.505,69**	**42,53**	**10.308.725,06**	**41,02**	**10.289.857,88**	**40,94**	**379.780,63**
Notas Explicativas									

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:FC1E3810

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 13 - DEMONSTR DAS PARCERIAS PUBLICOS-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**

		No bimestre	Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:05DEDF2F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 1 - BALANCO ORCAMENTARIO

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	89.444.700,00	142.617.291,85	19.066.410,39	13,37	56.597.165,65	39,68	86.020.126,20
RECEITAS CORRENTES	85.122.953,20	88.135.894,08	11.871.131,86	13,47	44.710.305,75	50,73	43.425.588,33
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.330.110,80	8.330.110,80	1.713.291,97	20,57	4.858.352,71	58,32	3.471.758,09
Impostos	7.367.728,00	7.367.728,00	1.578.357,15	21,42	4.587.112,93	62,26	2.780.615,07
Taxas	645.382,80	645.382,80	134.934,82	20,91	271.239,78	42,03	374.143,02
Contribuição de Melhoria	317.000,00	317.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	317.000,00
CONTRIBUIÇÕES	5.152.000,00	5.152.000,00	843.531,63	16,37	3.262.201,83	63,32	1.889.798,17
Contribuições Sociais	4.687.000,00	4.687.000,00	722.839,28	15,42	2.912.309,22	62,14	1.774.690,78
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	465.000,00	465.000,00	120.692,35	25,96	349.892,61	75,25	115.107,39
RECEITA PATRIMONIAL	5.131.459,40	8.051.091,43	1.565.843,96	19,45	5.469.987,44	67,94	2.581.103,99
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	969.000,00	969.000,00	2.232,50	0,23	9.000,88	0,93	959.999,12
Valores Mobiliários	4.162.459,40	7.082.091,43	1.563.611,46	22,08	5.460.986,56	77,11	1.621.104,87
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	392.000,00	392.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	392.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	772.388,00	772.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772.388,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	430.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	207.388,00	207.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.388,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.148.880,80	57.194.316,65	7.394.690,01	12,93	30.541.818,03	53,40	26.652.498,62
Transferências da União e de suas Entidades	28.432.177,60	28.477.613,45	4.012.674,28	14,09	15.791.730,96	55,45	12.685.882,49
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.316.325,40	20.316.325,40	2.397.019,85	11,80	10.570.948,63	52,03	9.745.376,77
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.330.377,80	8.330.377,80	981.259,27	11,78	4.175.401,83	50,12	4.154.975,97
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	62.000,00	62.000,00	3.736,61	6,03	3.736,61	6,03	58.263,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.850.114,20	7.897.987,20	353.774,29	4,48	577.945,74	7,32	7.320.041,46
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	217.253,60	217.253,60	0,00	0,00	0,00	0,00	217.253,60
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.323.000,00	1.323.000,00	13.537,68	1,02	79.885,18	6,04	1.243.114,82
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	6.309.860,60	6.357.733,60	340.236,61	5,35	498.060,56	7,83	5.859.673,04
RECEITAS DE CAPITAL	4.321.746,80	54.481.397,77	7.195.278,53	13,21	11.886.859,90	21,82	42.594.537,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	449.536,00	449.536,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449.536,00
Alienação de Bens Móveis	294.098,00	294.098,00	0,00	0,00	0,00	0,00	294.098,00
Alienação de Bens Imóveis	155.438,00	155.438,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.438,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	802.210,80	50.961.861,77	7.195.278,53	14,12	11.886.859,90	23,33	39.075.001,87
Transferências da União e de suas Entidades	559.210,80	4.059.210,80	0,00	0,00	181.918,04	4,48	3.877.292,76
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	243.000,00	46.902.650,97	7.195.278,53	15,34	11.704.941,86	24,96	35.197.709,11
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	89.444.700,00	142.617.291,85	19.066.410,39	13,37	56.597.165,65	39,68	86.020.126,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	89.444.700,00	142.617.291,85	19.066.410,39	13,37	56.597.165,65	39,68	86.020.126,20
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	89.444.700,00	142.617.291,85	19.066.410,39	13,37	56.597.165,65	39,68	86.020.126,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.469.195,42	0,00	0,00	9.469.195,42	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	9.469.195,42	0,00	0,00	9.469.195,42	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	85.195.728,40	147.678.251,79	27.081.383,07	74.633.026,25	73.045.225,54	14.187.401,54	41.033.462,95	106.644.788,84	40.811.396,56	33.599.563,30
DESPESAS CORRENTES	74.124.671,65	81.564.815,83	7.802.226,30	33.637.041,53	47.927.774,30	8.292.305,37	31.934.803,30	49.630.012,53	31.712.736,91	1.702.238,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.162.106,60	39.303.101,45	4.422.669,09	18.263.882,00	21.039.219,45	4.470.665,48	18.218.255,05	21.084.846,40	18.218.255,05	45.626,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	801.000,00	801.000,00	54.289,63	437.014,10	363.985,90	106.169,91	437.014,10	363.985,90	437.014,10	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.161.565,05	41.460.714,38	3.325.267,58	14.936.145,43	26.524.568,95	3.715.469,98	13.279.534,15	28.181.180,23	13.057.467,76	1.656.611,28
DESPESAS DE CAPITAL	10.808.719,58	65.851.098,79	19.279.156,77	40.995.984,72	24.855.114,07	5.895.096,17	9.098.659,65	56.752.439,14	9.098.659,65	31.897.325,07
INVESTIMENTOS	9.858.719,58	64.901.098,79	19.218.901,00	40.481.816,18	24.419.282,61	5.774.699,85	8.584.491,11	56.316.607,68	8.584.491,11	31.897.325,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	950.000,00	950.000,00	60.255,77	514.168,54	435.831,46	120.396,32	514.168,54	435.831,46	514.168,54	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	262.337,17	262.337,17	0,00	0,00	262.337,17	0,00	0,00	262.337,17	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.245.971,60	4.405.235,48	435.821,05	1.781.209,94	2.624.025,54	437.824,78	1.780.285,90	2.624.949,58	1.780.285,90	924,04
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	89.441.700,00	152.083.487,27	27.517.204,12	76.414.236,19	75.669.251,08	14.625.226,32	42.813.748,85	109.269.738,42	42.591.682,46	33.600.487,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	89.441.700,00	152.083.487,27	27.517.204,12	76.414.236,19	75.669.251,08	14.625.226,32	42.813.748,85	109.269.738,42	42.591.682,46	33.600.487,34
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.783.416,80	0,00	14.005.483,19	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	89.441.700,00	152.083.487,27	27.517.204,12	76.414.236,19	75.669.251,08	14.625.226,32	56.597.165,65	0,00	56.597.165,65	33.600.487,34
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	1.186.116,65	4.088.015,78	-4.088.015,78	0,00	0,00	-4.088.015,78	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.245.971,60	4.405.235,48	435.821,05	1.781.209,94	2.624.025,54	437.824,78	1.780.285,90	2.624.949,58	1.780.285,90	924,04
DESPESAS CORRENTES	4.245.971,60	4.405.235,48	435.821,05	1.781.209,94	2.624.025,54	437.824,78	1.780.285,90	2.624.949,58	1.780.285,90	924,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.245.971,60	4.405.235,48	435.821,05	1.781.209,94	2.624.025,54	437.824,78	1.780.285,90	2.624.949,58	1.780.285,90	924,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:38A95AA9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 2 - DEMONSTR DA EXECUCAO DAS DESP POR FUNCAO_SUBFUNCAO

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.196.728,40	147.679.251,79	27.081.383,07	74.633.026,25	97,67	73.046.225,54	14.187.401,54	41.033.462,95	95,84	106.645.788,84	33.599.563,30
LEGISLATIVA	1.829.000,00	1.829.000,00	173.064,08	693.978,97	0,91	1.135.021,03	173.064,08	693.978,97	1,62	1.135.021,03	0,00
Ação Legislativa	1.829.000,00	1.829.000,00	173.064,08	693.978,97	0,91	1.135.021,03	173.064,08	693.978,97	1,62	1.135.021,03	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	10.094.815,03	11.046.387,57	834.902,50	4.056.447,64	5,31	6.989.939,93	934.599,77	3.874.451,58	9,05	7.171.935,99	181.996,06
Planejamento e Orçamento	521.000,00	521.000,00	238,61	7.459,99	0,01	513.540,01	238,61	7.459,99	0,02	513.540,01	0,00
Administração Geral	5.059.506,03	5.844.249,54	461.617,55	2.187.790,09	2,86	3.656.459,45	480.203,53	2.057.349,08	4,81	3.786.900,46	130.441,01
Administração Financeira	2.380.066,00	2.480.066,00	184.897,79	1.227.301,38	1,61	1.252.764,62	297.009,73	1.227.136,33	2,87	1.252.929,67	165,05
Controle Interno	460.905,00	470.905,00	49.678,25	244.238,55	0,32	226.666,45	62.677,60	241.948,55	0,57	228.956,45	2.290,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	240.000,00	240.000,00	0,00	13.085,52	0,02	226.914,48	0,00	13.085,52	0,03	226.914,48	0,00
Administração de Receitas	764.895,00	821.724,03	133.906,56	356.687,15	0,47	465.036,88	89.906,56	308.687,15	0,72	513.036,88	48.000,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	668.443,00	668.443,00	4.563,74	19.884,96	0,03	648.558,04	4.563,74	18.784,96	0,04	649.658,04	1.100,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.399.262,01	16.119.179,28	403.827,44	1.521.346,83	1,99	14.597.832,45	393.991,46	1.292.694,72	3,02	14.826.484,56	228.652,11
Assistência ao Idoso	199.000,00	2.333.709,26	38.872,39	43.084,18	0,06	2.290.625,08	11.881,66	15.380,65	0,04	2.318.328,61	27.703,53
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência à Criança e ao Adolescente	577.201,00	839.673,29	50.000,00	121.280,00	0,16	718.393,29	49.604,80	66.080,00	0,15	773.593,29	55.200,00
Assistência Comunitária	4.415.061,01	12.442.525,31	243.938,19	1.205.258,56	1,58	11.237.266,75	267.797,55	1.102.394,62	2,57	11.340.130,69	102.863,94
Administração Geral	68.000,00	68.000,00	0,00	648,00	0,00	67.352,00	0,00	648,00	0,00	67.352,00	0,00
Demais Subfunções	140.000,00	435.271,42	71.016,86	151.076,09	0,20	284.195,33	64.707,45	108.191,45	0,25	327.079,97	42.884,64
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.064.488,00	7.064.488,00	842.791,18	3.331.974,17	4,36	3.732.513,83	842.791,18	3.331.974,17	7,78	3.732.513,83	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	7.064.488,00	7.064.488,00	842.791,18	3.331.974,17	4,36	3.732.513,83	842.791,18	3.331.974,17	7,78	3.732.513,83	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	21.716.251,78	23.810.591,23	2.198.712,04	10.167.666,93	13,31	13.642.924,30	2.471.808,29	9.788.810,34	22,86	14.021.780,89	378.856,59
Atenção Básica	19.030.897,38	21.145.236,83	2.198.712,04	9.751.956,90	12,76	11.393.279,93	2.407.345,62	9.493.636,59	22,17	11.651.600,24	258.320,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.394.138,80	1.394.138,80	0,00	328.409,42	0,43	1.065.729,38	63.612,77	207.873,14	0,49	1.186.265,66	120.536,28
Suporte Profilático e Terapêutico	343.000,00	343.000,00	0,00	67.390,86	0,09	275.609,14	741,15	67.390,86	0,16	275.609,14	0,00
Vigilância Sanitária	422.928,40	422.928,40	0,00	9.934,75	0,01	412.993,65	108,75	9.934,75	0,02	412.993,65	0,00
Vigilância Epidemiológica	525.287,20	505.287,20	0,00	9.975,00	0,01	495.312,20	0,00	9.975,00	0,02	495.312,20	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	17.479.643,93	18.385.683,74	1.734.831,15	8.002.406,83	10,47	10.383.276,91	1.759.617,63	7.469.178,96	17,45	10.916.504,78	533.227,87
Ensino Fundamental	12.392.435,13	13.298.474,94	1.437.411,46	6.075.695,38	7,95	7.222.779,56	1.392.678,41	5.716.676,34	13,35	7.581.798,60	359.019,04
Ensino Médio	28.756,00	28.756,00	0,00	359,52	0,00	28.396,48	359,52	359,52	0,00	28.396,48	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	215.670,00	215.670,00	10.725,59	59.314,42	0,08	156.355,58	20.851,98	59.314,42	0,14	156.355,58	0,00
Educação Infantil	3.633.141,40	3.633.141,40	229.745,73	1.273.019,40	1,67	2.360.122,00	217.428,55	1.254.508,41	2,93	2.378.632,99	18.510,99
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	506.074,20	506.074,20	0,00	344.565,40	0,45	161.508,80	65.962,80	212.639,80	0,50	293.434,40	131.925,60
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	703.567,20	703.567,20	56.948,37	249.452,71	0,33	454.114,49	62.336,37	225.680,47	0,53	477.886,73	23.772,24
CULTURA	1.603.885,00	2.071.528,51	51.563,65	240.274,95	0,31	1.831.253,56	62.518,69	229.708,55	0,54	1.841.819,96	10.566,40
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	1.603.885,00	2.071.528,51	51.563,65	240.274,95	0,31	1.831.253,56	62.518,69	229.708,55	0,54	1.841.819,96	10.566,40
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	3.434.208,05	9.924.221,95	64.534,41	6.045.286,35	7,91	3.878.935,60	942.899,29	1.862.836,40	4,35	8.061.385,55	4.182.449,95
Infra-Estrutura Urbana	1.739.319,25	8.055.639,68	-50.305,09	5.262.953,25	6,89	2.792.686,43	769.785,07	1.112.586,65	2,60	6.943.053,03	4.150.366,60
Serviços Urbanos	1.694.888,80	1.868.582,27	114.839,50	782.333,10	1,02	1.086.249,17	173.114,22	750.249,75	1,75	1.118.332,52	32.083,35
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	584.464,00	614.464,00	283,83	21.283,83	0,03	593.180,17	283,83	21.283,83	0,05	593.180,17	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	584.464,00	614.464,00	283,83	21.283,83	0,03	593.180,17	283,83	21.283,83	0,05	593.180,17	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.493.935,28	2.520.677,91	167.953,38	670.767,17	0,88	1.849.910,74	241.445,29	665.442,27	1,55	1.855.235,64	5.324,90
Preservação e Conservação Ambiental	2.172.935,28	2.199.677,91	167.953,38	670.623,17	0,88	1.529.054,74	241.445,29	665.298,27	1,55	1.534.379,64	5.324,90
Controle Ambiental	321.000,00	321.000,00	0,00	144,00	0,00	320.856,00	0,00	144,00	0,00	320.856,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	2.661.556,03	6.860.242,10	223.423,72	4.280.063,41	5,60	2.580.178,69	1.927.894,85	4.249.410,55	9,93	2.610.831,55	30.652,86
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	2.661.556,03	6.860.242,10	223.423,72	4.280.063,41	5,60	2.580.178,69	1.927.894,85	4.249.410,55	9,93	2.610.831,55	30.652,86
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	902.052,00	922.052,00	62.362,46	194.639,93	0,25	727.412,07	68.599,22	190.320,89	0,44	731.731,11	4.319,04
Promoção Industrial	902.052,00	922.052,00	62.362,46	194.639,93	0,25	727.412,07	68.599,22	190.320,89	0,44	731.731,11	4.319,04
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea | R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	710.000,00	829.596,78	117.721,78	325.263,35	0,43	504.333,43	84.663,51	269.538,45	0,63	560.058,33	55.724,90
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	710.000,00	829.596,78	117.721,78	325.263,35	0,43	504.333,43	84.663,51	269.538,45	0,63	560.058,33	55.724,90
TRANSPORTE	6.526.000,00	41.876.098,43	19.952.252,56	33.936.462,05	44,41	7.939.636,38	3.943.806,42	5.952.518,59	13,90	35.923.579,84	27.983.943,46
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	6.526.000,00	41.876.098,43	19.952.252,56	33.936.462,05	44,41	7.939.636,38	3.943.806,42	5.952.518,59	13,90	35.923.579,84	27.983.943,46
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	1.335.318,12	2.393.191,12	196.655,53	540.825,27	0,71	1.852.365,85	241.006,67	536.976,11	1,25	1.856.215,01	3.849,16
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.335.318,12	2.393.191,12	196.655,53	540.825,27	0,71	1.852.365,85	241.006,67	536.976,11	1,25	1.856.215,01	3.849,16
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.099.512,00	1.149.512,00	56.503,36	604.338,57	0,79	545.173,43	98.411,36	604.338,57	1,41	545.173,43	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	1.099.512,00	1.149.512,00	56.503,36	604.338,57	0,79	545.173,43	98.411,36	604.338,57	1,41	545.173,43	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	262.337,17	262.337,17	0,00	0,00	0,00	262.337,17	0,00	0,00	0,00	262.337,17	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.245.971,60	4.405.235,48	435.821,05	1.781.209,94	2,33	2.624.025,54	437.824,78	1.780.285,90	4,16	2.624.949,58	924,04
TOTAL (III) = (I + II)	89.442.700,00	152.084.487,27	27.517.204,12	76.414.236,19	100,00	75.670.251,08	14.625.226,32	42.813.748,85	100,00	109.270.738,42	33.600.487,34

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.245.971,60	4.405.235,48	435.821,05	1.781.209,94	2,26	2.624.025,54	437.824,78	1.780.285,90	3,92	2.624.949,58	924,04
LEGISLATIVA	120.000,00	120.000,00	9.137,44	36.515,16	0,05	83.484,84	9.137,44	36.515,16	0,08	83.484,84	0,00
Ação Legislativa	120.000,00	120.000,00	9.137,44	36.515,16	0,05	83.484,84	9.137,44	36.515,16	0,08	83.484,84	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	571.134,00	626.134,00	54.088,13	219.564,53	0,28	406.569,47	55.692,50	219.564,53	0,48	406.569,47	0,00
Planejamento e Orçamento	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00
Administração Geral	265.000,00	265.000,00	27.533,47	107.188,67	0,14	157.811,33	27.533,47	107.188,67	0,24	157.811,33	0,00
Administração Financeira	65.000,00	100.000,00	9.967,43	40.374,39	0,05	59.625,61	9.967,43	40.374,39	0,09	59.625,61	0,00
Controle Interno	43.134,00	43.134,00	5.288,00	28.506,29	0,04	14.627,71	6.892,37	28.506,29	0,06	14.627,71	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	25.000,00	25.000,00	0,00	757,13	0,00	24.242,87	0,00	757,13	0,00	24.242,87	0,00
Administração de Receitas	88.000,00	108.000,00	11.299,23	42.738,05	0,05	65.261,95	11.299,23	42.738,05	0,09	65.261,95	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	162.000,00	162.000,00	14.780,68	66.547,22	0,08	95.452,78	15.499,97	66.547,22	0,15	95.452,78	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	162.000,00	162.000,00	14.780,68	66.547,22	0,08	95.452,78	15.499,97	66.547,22	0,15	95.452,78	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	1.267.820,60	1.322.084,48	130.178,73	520.838,76	0,66	801.245,72	129.254,69	519.914,72	1,14	802.169,76	924,04
Atenção Básica	1.189.000,00	1.243.263,88	130.178,73	508.307,10	0,64	734.956,78	129.254,69	507.383,06	1,12	735.880,82	924,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	17.253,60	17.253,60	0,00	0,00	0,00	17.253,60	0,00	0,00	0,00	17.253,60	0,00
Vigilância Epidemiológica	41.567,00	41.567,00	0,00	0,00	0,00	41.567,00	0,00	0,00	0,00	41.567,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	12.531,66	0,02	7.468,34	0,00	12.531,66	0,03	7.468,34	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	1.633.201,20	1.683.201,20	175.736,26	716.892,42	0,91	966.308,78	175.736,26	716.892,42	1,58	966.308,78	0,00
Ensino Fundamental	880.749,00	930.749,00	105.178,97	436.570,49	0,55	494.178,51	105.178,97	436.570,49	0,96	494.178,51	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	745.263,20	745.263,20	70.557,29	280.321,93	0,36	464.941,27	70.557,29	280.321,93	0,62	464.941,27	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	7.189,00	7.189,00	0,00	0,00	0,00	7.189,00	0,00	0,00	0,00	7.189,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
URBANISMO	25.000,00	25.000,00	0,00	1.283,82	0,00	23.716,18	540,65	1.283,82	0,00	23.716,18	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	0,00	1.283,82	0,00	23.716,18	540,65	1.283,82	0,00	23.716,18	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	27.815,80	27.815,80	0,00	0,00	0,00	27.815,80	0,00	0,00	0,00	27.815,80	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.815,80	15.815,80	0,00	0,00	0,00	15.815,80	0,00	0,00	0,00	15.815,80	0,00
Controle Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	60.000,00	60.000,00	7.170,05	27.586,28	0,03	32.413,72	7.170,05	27.586,28	0,06	32.413,72	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	60.000,00	60.000,00	7.170,05	27.586,28	0,03	32.413,72	7.170,05	27.586,28	0,06	32.413,72	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	25.000,00	25.000,00	1.721,04	1.721,04	0,00	23.278,96	1.721,04	1.721,04	0,00	23.278,96	0,00
Promoção Industrial	25.000,00	25.000,00	1.721,04	1.721,04	0,00	23.278,96	1.721,04	1.721,04	0,00	23.278,96	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea | R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	312.000,00	312.000,00	43.008,72	190.260,71	0,24	121.739,29	43.072,18	190.260,71	0,42	121.739,29	0,00
Transporte Aereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	312.000,00	312.000,00	43.008,72	190.260,71	0,24	121.739,29	43.072,18	190.260,71	0,42	121.739,29	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES - FAPEN RENASCENCA | 11/09/2026 - 16:45:59

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:C8A9D8FB

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 3 - DEMONSTR DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026	Julho 2026	Agosto 2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	**5.794.468,00**	**5.365.094,06**	**5.223.406,23**	**8.070.739,21**	**6.302.023,60**	**6.028.730,45**	**5.642.141,63**	**6.030.527,86**	**6.547.923,74**	**6.371.195,23**	**6.820.296,63**	**6.209.032,52**	**74.405.579,16**	**96.965.894,08**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	519.099,09	548.772,47	388.420,12	705.693,67	396.854,03	551.949,24	384.875,36	690.898,01	579.108,44	541.375,66	790.268,27	923.023,70	7.020.338,06	8.330.110,80
IPTU	23.903,12	26.407,47	7.514,07	20.124,94	3.763,94	3.324,78	4.432,43	79.233,17	15.713,51	2.306,26	105.911,98	259.602,81	552.238,48	1.009.940,00
ISS	179.755,80	211.881,97	159.405,42	236.360,94	203.445,64	319.900,02	178.221,27	340.323,15	249.599,39	351.468,19	350.597,19	282.231,58	3.063.190,56	2.219.258,00
ITBI	65.443,56	108.172,72	10.975,85	81.452,00	44.531,45	43.878,46	12.015,19	33.145,60	67.265,65	16.171,89	71.802,69	92.114,98	646.970,04	1.705.970,00
IRRF	227.279,67	181.520,20	203.879,63	351.488,81	136.190,76	181.746,03	175.634,43	174.417,82	206.204,56	165.822,19	228.412,85	187.683,07	2.420.280,02	2.432.560,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.716,94	20.790,11	6.645,15	16.266,98	8.922,24	3.099,95	14.572,04	63.778,27	40.325,33	5.607,13	33.543,56	101.391,26	337.658,96	962.382,80
Receita de Contribuições	377.903,21	339.653,73	361.867,26	736.777,61	394.269,29	396.107,85	399.782,23	414.635,78	407.738,92	406.136,13	412.236,34	431.295,29	5.078.403,64	5.152.000,00
Receita Patrimonial	563.843,85	672.514,52	597.266,58	626.315,90	665.554,52	644.936,12	791.254,74	688.784,36	659.614,89	453.998,85	772.410,29	793.433,67	7.929.928,29	8.051.091,43
Rendimentos de Aplicação Financeira	562.772,39	672.514,52	597.266,58	626.315,90	664.438,27	644.936,12	787.835,11	688.784,36	658.498,64	452.882,60	771.294,04	792.317,42	7.919.855,95	7.022.091,43
Outras Receitas Patrimoniais	1.071,46	0,00	0,00	0,00	1.116,25	0,00	3.419,63	0,00	1.116,25	1.116,25	1.116,25	1.116,25	10.072,34	1.029.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	392.000,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	772.388,00
Transferências Correntes	4.319.929,69	3.780.209,87	3.854.454,49	5.935.318,70	4.815.734,19	4.409.629,03	4.043.877,16	4.201.574,75	4.868.844,76	4.890.836,75	4.514.701,97	4.038.185,33	53.673.296,69	66.024.316,65
Cota-Parte do FPM	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	2.153.977,24	1.709.414,20	22.450.464,36	23.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.487.064,39	1.347.287,60	1.255.422,30	1.592.228,12	1.392.231,84	1.112.326,09	1.544.364,67	1.428.119,65	1.159.235,26	1.500.024,84	1.358.646,89	1.318.089,17	16.495.040,82	20.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	49.346,31	23.174,77	33.885,37	33.514,30	703.979,16	162.428,67	126.382,06	121.912,87	112.063,91	33.887,28	41.477,39	32.233,30	1.474.285,39	2.500.000,00
Cota-Parte do ITR	54.607,40	154.550,84	4.365,91	1.298,02	1.691,33	4.245,39	1.668,02	5.318,62	521,04	149,50	220,91	5.407,17	234.044,15	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	20.920,65	20.063,06	19.829,55	24.019,59	18.414,39	19.323,98	19.128,89	16.827,38	20.221,56	27.004,83	24.445,90	26.323,28	256.523,06	350.000,00
Transferências do FUNDEB	385.002,80	495.044,12	439.806,44	526.869,11	619.473,03	462.989,20	451.120,50	517.654,72	655.582,29	502.758,67	493.874,87	487.384,40	6.037.560,15	8.432.509,85
Outras Transferências Correntes	421.540,90	464.855,61	367.668,84	965.847,14	308.009,08	420.462,15	552.112,84	523.307,10	998.710,76	801.471,76	442.058,77	459.333,81	6.725.378,76	11.241.806,80
Outras Receitas Correntes	13.692,16	23.943,47	21.397,78	66.633,33	29.611,57	26.108,21	22.352,14	34.634,96	32.616,73	78.847,84	330.679,76	23.094,53	703.612,48	7.897.987,20
DEDUÇÕES (II)	**1.259.066,84**	**1.393.163,07**	**1.398.550,21**	**1.927.329,64**	**1.687.310,45**	**1.612.321,47**	**1.624.839,08**	**1.577.262,28**	**1.553.858,07**	**1.418.859,39**	**1.538.400,85**	**1.648.704,27**	**18.639.665,62**	**16.094.000,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	131.001,40	131.119,45	132.657,60	273.301,27	144.477,12	145.069,51	142.587,73	143.884,35	144.154,94	142.663,31	142.822,41	142.192,09	1.815.931,18	1.720.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	209.614,22	218.455,11	220.872,17	456.292,02	239.833,52	240.081,82	236.849,89	239.085,77	239.297,13	236.953,11	237.208,38	236.079,60	3.010.622,74	3.549.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	354.112,48	479.526,53	435.624,66	476.201,99	525.349,45	521.934,64	637.272,75	562.169,62	527.495,71	321.921,75	618.466,13	652.139,22	6.112.214,93	1.995.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	564.338,74	564.061,98	609.395,78	721.534,36	777.650,36	705.235,50	608.128,71	632.122,54	642.910,29	717.321,22	539.903,93	618.293,36	7.700.896,77	8.830.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**4.535.401,16**	**3.971.930,99**	**3.824.856,02**	**6.143.409,57**	**4.614.713,15**	**4.416.408,98**	**4.017.302,55**	**4.453.265,58**	**4.994.065,67**	**4.952.335,84**	**5.281.895,78**	**4.560.328,25**	**55.765.913,54**	**80.871.894,08**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	746.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.535.401,16	3.871.930,99	3.824.856,02	6.143.409,57	4.614.713,15	4.416.408,98	3.867.302,55	4.453.265,58	4.494.065,67	4.952.335,84	5.281.895,78	4.560.328,25	55.015.913,54	80.125.894,08
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	90.000,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	60.720,00	60.720,00	60.720,00	121.440,00	64.840,00	64.840,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	61.598,00	802.868,00	1.166.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	4.474.681,16	3.811.210,99	3.764.136,02	6.021.969,57	4.549.873,15	4.351.568,98	3.805.704,55	4.391.667,58	4.332.467,67	4.890.737,84	5.220.297,78	4.498.730,25	54.113.045,54	78.869.894,08
Notas Explicativas														

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:556D53F2

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 7 - DEMONSTR DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A AGOSTO 2026/BIMESTRAL JULHO-AGOSTO												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L = (e + k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f + g) - (**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**11.084,60**	**26.882,46**	**26.773,81**	**0,00**	**11.193,25**	**200.000,00**	**14.305.799,90**	**4.562.100,49**	**4.451.049,47**	**215.041,68**	**9.839.708,75**	**9.850.902,00**
PODER EXECUTIVO	**11.084,60**	**26.882,46**	**26.773,81**	**0,00**	**11.193,25**	**200.000,00**	**14.305.799,90**	**4.562.100,49**	**4.451.049,47**	**215.041,68**	**9.839.708,75**	**9.850.902,00**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**11.084,60**	**26.882,46**	**26.773,81**	**0,00**	**11.193,25**	**200.000,00**	**14.305.799,90**	**4.562.100,49**	**4.451.049,47**	**215.041,68**	**9.839.708,75**	**9.850.902,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null											11/09/2026 - 16:49:45	
Notas Explicativas												

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:1879ABE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
DESPENSA COM PESSOAL

SANTO ANTÔNIO SUDOESTE CAMARA MUNICIPAL														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	166.832,20	158.490,17	158.619,97	162.354,47	167.574,26	158.494,98	158.494,98	154.731,50	1.977.036,37	0,00
Pessoal Ativo	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	166.832,20	158.490,17	158.619,97	162.354,47	167.574,26	158.494,98	158.494,98	154.731,50	1.977.036,37	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	128.205,03	127.790,32	183.777,06	130.985,95	137.750,61	130.983,62	130.983,62	134.123,62	138.491,13	130.983,62	130.983,62	127.873,30	1.632.931,50	0,00
Obrigações Patronais	26.983,87	26.835,96	38.593,17	28.272,48	29.081,59	27.506,55	27.636,35	28.230,85	29.083,13	27.511,36	27.511,36	26.858,20	344.104,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	166.832,20	158.490,17	158.619,97	162.354,47	167.574,26	158.494,98	158.494,98	154.731,50	1.977.036,37	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	134.684.597,01	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.219.013,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	2.343.612,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	128.121.972,01	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.977.036,37	1,54%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.687.318,32	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.302.952,40	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.918.586,49	5,4%
Entidades:		
Santo Antônio Sudoeste Camara Municipal		

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:35716692

CAMARA MUNICIPAL
DESPENSA COM PESSOAL

SANTO ANTÔNIO SUDOESTE CAMARA MUNICIPAL														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	166.832,20	158.490,17	158.619,97	162.354,47	167.574,26	158.494,98	158.494,98	154.731,50	1.977.036,37	0,00
Pessoal Ativo	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	166.832,20	158.490,17	158.619,97	162.354,47	167.574,26	158.494,98	158.494,98	154.731,50	1.977.036,37	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	128.205,03	127.790,32	183.777,06	130.985,95	137.750,61	130.983,62	130.983,62	134.123,62	138.491,13	130.983,62	130.983,62	127.873,30	1.632.931,50	0,00

Obrigações Patronais	26.983,87	26.835,96	38.593,17	28.272,48	29.081,59	27.506,55	27.636,35	28.230,85	29.083,13	27.511,36	27.511,36	26.858,20	344.104,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	166.832,20	158.490,17	158.619,97	162.354,47	167.574,26	158.494,98	158.494,98	154.731,50	1.977.036,37	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	134.684.597,01	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.219.013,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	2.343.612,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	128.121.972,01	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.977.036,37	1,54%

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.687.318,32	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.302.952,40	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.918.586,49	5,4%
Entidades:		
Santo Antônio Sudoeste Camara Municipal		

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:7DA3E88F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
RGF PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	09/2025	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**03/2026**	**04/2026**	**05/2026**	**06/2026**	**07/2026**	**08/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS**	

													12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.369,84	72.881,01	74.593,67	111.243,06	79.317,04	85.562,10	81.211,19	84.465,88	81.467,21	94.428,55	76.576,43	82.187,22	997.303,20	0,00
Pessoal Ativo	73.369,84	72.881,01	74.593,67	111.243,06	79.317,04	85.562,10	81.211,19	84.465,88	81.467,21	94.428,55	76.576,43	82.187,22	997.303,20	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	64.929,07	64.496,48	66.145,43	99.088,23	67.955,08	73.674,29	69.570,66	72.407,31	69.558,86	82.108,18	65.351,45	69.742,00	865.027,04	0,00
Obrigações Patronais	8.440,77	8.384,53	8.448,24	12.154,83	11.361,96	11.887,81	11.640,53	12.058,57	11.908,35	12.320,37	11.224,98	12.445,22	132.276,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	73.369,84	72.881,01	74.593,67	111.243,06	79.317,04	85.562,10	81.211,19	84.465,88	81.467,21	94.428,55	76.576,43	82.187,22	997.303,20	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.093.468,89	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.200.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	262.247,87	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	246.696,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	37.384.525,02	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	997.303,20	2,67%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.243.071,50	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.130.917,93	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.018.764,35	5,4%
Entidades:		
Câmara Municipal de São José das Palmeiras		

Publicado por:
Ademir Junkes
Código Identificador:6D901CDA